



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 29565/2023/MCOM

Brasília/DF, assinado nesta data.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **LUCIANO BIVAR**
Primeiro-Secretário
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes
CEP 70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 259, de 2023 - Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Faço referência ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 259, de 2023 (11095609), pelo qual V. Exa. encaminha a este Ministério das Comunicações (MCOM) cópia do Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696), de autoria do Deputado Federal Alberto Mourão (MDB/SP), que requer desta Pasta informações "quanto ao desempenho financeiro, operacional e de governança, conforme a seguir demonstrado, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 da Empresa Telecomunicações Brasileiras S/A além de outras citadas."
2. Em atendimento ao expediente referenciado, encaminho a Nota Informativa nº 1314/2023/MCOM (11014193), que fornecem informações e esclarecimentos pertinentes ao mencionado Requerimento de Informação.
3. Permaneço à disposição para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/10/2023, às 15:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11144056** e o código CRC **796D7428**.

Anexos:

- Nota Informativa nº 1314/2023/MCOM (11014193).

Referência: Processo nº 53115.016162/2023-33

Documento nº 11144056

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva do Ministério das Comunicações
 Coordenação-Geral de Entidades Vinculadas
 Coordenação de Governança de Entidades Vinculadas

NOTA INFORMATIVA Nº 1306/2023/MCOM

Nº do Processo: **53115.016162/2023-33**

Documento de Referência: **Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696)**

Assunto: **Requerimento de Informação (RIC) sobre dados financeiros, contábeis e de governança das entidades vinculadas ao Ministério das Comunicações**

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Trata-se do Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696), de autoria do Deputado Alberto Pereira Mourão (MDB/SP), que requer informações "quanto ao desempenho financeiro, operacional e de governança, conforme a seguir demonstrado, referentes aos exercícios de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, das seguintes estatais e suas respectivas subsidiárias", sendo as estatais mencionadas aquelas vinculadas a este Ministério das Comunicações - Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRAS) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).
- Neste contexto, foram solicitadas as informações listadas pelo Requerimento de Informação às entidades vinculadas como consta nos ofícios *Ofício 18135* (10986761) e *Ofício 18139* (10986846). As informações encaminhadas pela ECT encontram-se anexadas no processo 53115.018242/2023-23, além de anexos neste processo. As informações encaminhadas pela TELEBRAS encontram-se em Ofício e em Nota Técnica, respectivamente Ofício nº TLB-OFC/2023/00862 (11009578) e Nota Técnica nº TLB-NTE/2023/00484 (11009583).
- Somam-se a estas informações fornecidas pelas vinculadas aquelas disponibilizadas através dos sites das Estatais como exigências da Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, além de outros normativos e práticas de mercado referentes a transparência de governança e publicação de demonstrativos contábeis e financeiros.

INFORMAÇÕES

- A Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRAS) encaminhou a esta Coordenação, como solicitado no Ofício 18139 (10986846), os seguintes documentos:
 - Ofício nº TLB-OFC/2023/00862 (11009578), e
 - Nota Técnica nº TLB-NTE/2023/00484 (11009583)
- Para a composição da tabela a seguir foram utilizados o Ofício nº TLB-OFC/2023/00862, a Nota Técnica nº TLB-NTE/2023/00484, além dos Relatórios Anuais de Gestão, os Formulários de Referência e as Demonstrações Contábeis entre 2018 e 2022, todos estes disponíveis no site da TELEBRAS na aba *TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS*.
- Quanto aos parâmetros solicitados "2. Receita de Capital; 4. Margem de Lucro; 5. Retorno sobre patrimônio líquido; 7. Alavancagem Financeira" não foram indicados nos relatórios citados.
- Quanto ao parâmetro "11. Valor gasto com publicidade e patrocínio" é informado na Nota Técnica nº TLB-NTE/2023/00484 (11009583) que "também disponibilizamos em nosso sítio eletrônico na Internet, a Política de Ações Promocionais e Patrocínios que tem como premissa principal a participação em eventos ou ações com o intuito não apenas de promover a marca, mas também de gerar oportunidades de negócios, de relacionamento e de conhecimento.". Tais informações podem ser vistas detalhadamente no link fornecido na referida Nota Técnica.

PARÂMETRO / ANO	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS		
	2018	2019	2020
1. Receita Operacional (R\$ mil)	199.652	204.253	266.823
2. Receita de Capital (em R\$)	N/A	N/A	N/A
3. Lucro Líquido / Prejuízo (R\$ mil)	- 224.851	- 237.526	- 106.226
4. Margem de Lucro	N/A	N/A	N/A
5. Retorno sobre Patrimônio Líquido	N/A	N/A	N/A
6. Índice de Liquidez Geral	0,84	2,25	2,29
7. Alavancagem Financeira	N/A	N/A	N/A
8. EBITDA (R\$ mil)	- 62.807	68.369	143.076
9. Margem Operacional - EBIT (R\$ mil)	- 189.495	- 122.897	- 71.735
10. Crescimento de Receita (Δ%) - Ano anterior x Ano Corrente	172,4	2,3	30,6
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio (R\$)	478.990,00	50.000,00	85.000,00
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos (R\$)	3.638.936,04	4.093.947,39	2.785.774,3
13. Existência de Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD)	SIM	SIM	SIM
14. Relatório Integrado ou de Sustentabilidade, conforme art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM
15. Carta Anual sobre políticas públicas de governança corporativa, conforme art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM
16. Relatório previsto no art. 24º, inciso VII da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM

- A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) encaminhou a esta Coordenação, como solicitado no Ofício 18135 (10986761), os seguintes documentos:
 - Anexo Requerimento de Informações Financeiras (11010816), contendo tabela em Excel dos 12 primeiros parâmetros solicitados no Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696);
 - Anexo Zip - Patrocínios (11010823);
 - Anexo Zip - Publicidade (11010826);
 - Ofício 41912996/2023 - GRIN-GAPRE (11006976);
 - Relatórios Integrados (2018 a 2022);
 - Carta Anual 2018;
 - Relatório Nº 01/2019 (11006984);
 - Relatório Nº 7/2019 (11006985);

- i) Relatório nº 32826849/2022 - COAUD (11006986);
- j) Relatório Nº 25018176/2021 (11006987);
- k) Regimento Interno - Comitê de Auditoria (11006988); e
- l) Estatuto Social aprovado na 26ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/09/2022.

9. Para a composição da tabela a seguir foram utilizados os documentos listados acima somados as Demonstrações Contábeis públicas no site dos Correios disponíveis na aba **ACESSO À INFORMAÇÃO**.

- a) Demonstrações Contábeis 2018
- b) Demonstrações Contábeis 2019
- c) Demonstrações Contábeis 2020
- d) Demonstrações Contábeis 2021
- e) Demonstrações Contábeis 2022

10. Quanto ao parâmetro solicitado "7. Alavancagem Financeira" foi informado no Anexo Requerimento de Informações Financeiras (11010816) que a Contabilidade dos Correios não calcula este indicador financeiro.

11. Quanto ao parâmetro solicitado "12. Valor gasto com remuneração dos diretores e conselhos" os valores de 2020, 2021 e 2022 estão acrescidos com a remuneração do Comitê de Auditoria - COAUD.

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E			
PARÂMETRO / ANO	2018	2019	2020
1. Receita Operacional (R\$ milhões)	18.908	19.105	17.964
2. Receita de Capital (em R\$)	648.884.943	5.282.618	407.279.674
3. Lucro Líquido / Prejuízo (R\$ milhões)	161	102	1.530
4. Margem de Lucro (Margem Líquida)	0,9%	0,6%	8,9%
5. Retorno sobre Patrimônio Líquido	101%	40%	1040%
6. Índice de Liquidez Geral	0,49	0,44	0,47
7. Alavancagem Financeira	N/A	N/A	N/A
8. EBITDA (R\$ milhões)	334	675	1.455
9. Margem Operacional - EBIT (Indicador %)	0,2%	1,04%	6,60%
10. Crescimento de Receita (Δ%) - Ano anterior x Ano Corrente	6,1%	0,6%	1%
11. Valor gasto com publicidade e patrocínio (R\$ em milhares)	15.837	4.184	1.744
12. Gasto com remuneração dos diretores e conselhos (R\$ em milhares)	7.349	5.893	6.146
13. Existência de Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD)	SIM	SIM	SIM
14. Relatório Integrado ou de Sustentabilidade, conforme art. 8º, inciso IX da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM
15. Carta Anual sobre políticas públicas de governança corporativa, conforme art. 8º, inciso I e VIII da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM
16. Relatório previsto no art. 24º, inciso VII da Lei 13.303/16	SIM	SIM	SIM

CONCLUSÃO

12. Nos termos acima expostos, são essas as informações compiladas por esta Coordenação através das documentações disponibilizadas pelas entidades vinculadas a este Ministério das Comunicações em atendimento ao RIC nº 1696/2023 (10960696).

À consideração superior.

LUCAS SALOMÃO GODOI CASCARDO
Técnico de Nível Superior

LUMÁRYA SOUZA DE SOUSA
Coordenadora-Geral de Entidades Vinculadas

Brasília, 17 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Salomao Godoi Cascardo**, Técnico de Nível Superior, em 17/07/2023, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lumárya Souza de Sousa**, Coordenadora-Geral de Entidades Vinculadas, em 17/07/2023, às 14:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11014193** e o código CRC **610C4FF1**.

Minutas e Anexos

Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696)
Ofício 18135 (10986761)
Ofício 18139 (10986846)
Ofício nº TLB-OFC/2023/00862 (11009578)
Nota Técnica nº TLB-NTE/2023/00484 (11009583)

Demonstração Contábil 2018 (11014336)
Demonstração Contábil 2019 (11014337)
Demonstração Contábil 2020 (11014338)
Demonstração Contábil 2021 (11014341)
Demonstração Contábil 2022 (11014342)



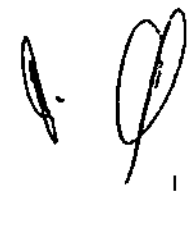
Referência: Processo nº 53115.016162/2023-33

Documento nº 11014193

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa - 2018

Sumário

Identificação Geral	3
1 POLÍTICAS PÚBLICAS	4
1.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais	4
1.2 Políticas Públicas.....	4
1.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividade que atendam aos objetivos de políticas públicas	5
1.4 Atividades desenvolvidas	6
1.5 Recursos para custeio das políticas públicas.....	8
1.6 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	8
1.7 Comentários dos administradores.....	9
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	10
2.1 Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos	10
2.2 Fatores de Risco	12
2.3 Dados Econômico-Financeiros e comentários sobre o desempenho	13
2.4 Políticas e práticas de governança corporativa	14
2.5 Descrição da composição da remuneração da administração e da Conselho Fiscal	16


2


1

Correios - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Identificação Geral

Em conformidade com o art. 8º, incisas I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

CNPJ: 34.028.316/0001-03 - **NIRE:** 5350000030-5

Sede: Brasília-DF

Tipo de Estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista Controlador: União

Subsidiária: Correios Participações S/A - CorreiosPar

Tipo Societário: Empresa Pública

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional e no exterior

Setor de Atuação: Serviços

Auditores independentes atuais da empresa:

BDO RCS Auditores Independentes

Nome: Fabiano de Oliveira Barbosa

Telefone: +55 61 3322 5190

E-mail: fabiano.barbosa@bdo.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

- Ruy da Rego Barros Rocha
- Juarez Aparecido de Paula Cunha
- Fábio Rezende Scarton Coutinho
- José Luis Nunes de Couto
- Maurício Fortes Garcia Lorenzo
- Leonardo Raupp Bocorny

Administrador Subscritor da Carta Anual de Governança Corporativa:

- Ruy da Rego Barros Rocha - Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Data de divulgação: 24/05/2019



Handwritten signatures of the board members and administrator, including a signature with the number '3' below it.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

A atividade de correios teve sua origem formal no Brasil em 25 de janeiro de 1663. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi criada em 20 de março de 1969 pelo Decreto-Lei nº 509, regida pela legislação federal e por seu estatuto. Está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

A empresa possui uma importante infraestrutura para viabilização de políticas públicas, com sua rede de agências e seus serviços de logística e de comunicação. Nestes mais de 350 anos de existência, os Correios vêm criando e disponibilizando serviços de qualidade que correspondem às expectativas da população brasileira. Realizam importante função de integração e de inclusão social, papel imprescindível para o desenvolvimento nacional e, ao lado dessa vertente social, oferecem soluções para atender às necessidades de comunicação da população, das empresas e das instituições.

Os Correios atendem a todas as camadas sociais, níveis de renda ou educação e sua infraestrutura postal exerce relevante influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao mesmo tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.570 municípios do país, acesso aos serviços postais, como encaminhamento e recebimento de objetos postais (cartas, telegramas e encomendas), viabilizando ainda a inclusão financeira (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos).

A Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, permite que os Correios tenham atuação no território nacional e no exterior, dentro das atividades compreendidas em seu objeto social, constituam subsidiárias e adquiram o controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, obedecida a regulamentação do MCTIC, os Correios podem firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura.

Os Correios apoiam o MCTIC em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com a política do governo brasileiro e em reforço a sua atuação nos organismos internacionais, em particular no que se refere ao projeto Facilitação do Comércio pela Via Postal para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Exporta Fácil), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP).

1.2 Políticas Públicas

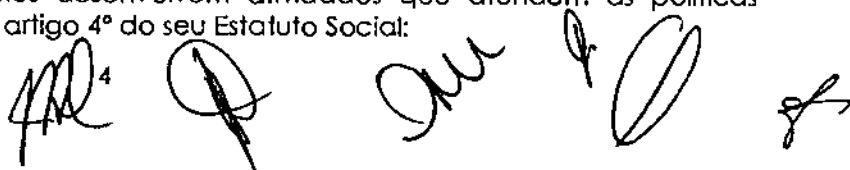
O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que reflete as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 165, sendo elaborado no primeiro ano de cada mandato, com a inclusão de todos os investimentos e as despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período. O PPA é a base para a elaboração dos orçamentos anuais e serve de referência para os demais planos nacionais e setoriais. Atualmente, a PPA vigente é o 2016-2019 – Lei nº 13.249, de 13/01/2016.

Uma diretriz estratégica do PPA 2016-2019 é a “Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdo de telecomunicações”.

Com essa premissa, construiu-se o Programa Temático 2025 (Comunicações para o Desenvolvimento, para a Inclusão e a Democracia), desenhado de modo a atender aos principais desafios do setor como: a expansão do acesso à Internet; a substituição da TV aberta analógica pela digital; a ampliação dos serviços de radiodifusão pública e da **atendimento e entrega postal**.

Assim, a estratégia de atuação para o setor incorpora ações relacionadas à expansão dos serviços de atendimento e distribuição postal – mais especificamente para disponibilizar a prestação desses serviços a distritos brasileiros com população igual ou superior a 500 habitantes – e à pontualidade das entregas.

Alinhado ao interesse público, os Correios desenvolvem atividades que atendem às políticas públicas e ao seu objeto social, conforme artigo 4º do seu Estatuto Social:



"Art. 4º A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

- a) Planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- b) Explorar serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- c) Explorar atividades correlatas; e
- d) Exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor."

1.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividade que atendam aos objetivos de políticas públicas

O PPA 2016-2019 possui três metas para as Carreiras, que objetivam "ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase na Sistema Pública":

- 1- Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes
- 2- Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes
- 3- Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas

Em 13/11/2015, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 6.206/2015, que estabelece metas de universalização e qualidade dos serviços postais básicos prestados pelos Correios. Entende-se por universalização dos serviços postais básicos o acesso de toda pessoa física ou jurídica, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, aos serviços carta e cartão postal, simples ou registrados, sem valor declarado; impresso simples ou registrado, sem valor declarado; e encomenda não urgente, sem valor declarado.

Para efeito desta portaria, considera-se ainda serviço postal básico a ser prestado pelos Correios o serviço de telegrama onde houver infraestrutura de telecomunicações requerida à sua execução. As metas de universalização visam assegurar a existência e a disponibilidade de oferta dos serviços postais básicos em todo território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

A Portaria nº 4.474 do Ministério das Comunicações, publicada em 31 de agosto de 2018, alterou as metas de universalização e qualidade da Portaria nº 6.206/15.

Metas de Universalização da Entrega Postal Externa

Distritos a serem atendidos com a entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes (universo = 9.824 distritos)

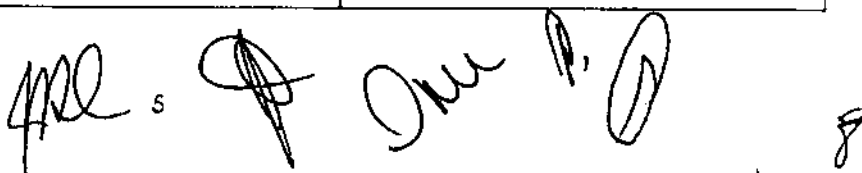
Referência inicial		Referência final			
31 dez 2016	%	Qtde.	31 dez 2019	%	Qtde.
	85,9	8.439		92,94	9.130

Metas de Qualidade

Indicadores e metas de qualidade para a prestação dos serviços postais básicos. Válidos até 31 de dezembro de 2019

Prazos de entrega de objetos postais

Descrição do Serviço	Indicadores Prazos a partir da efetiva data de postagem ou hora de expedição	Meta Percentual de entrega dentro do prazo:
Carta e Cartão-Postal (simples ou registrado)	Até 5 dias úteis	93%
Encomenda, não urgente, sem valor declarado	Até 10 dias úteis	



A aplicação das novas metas de universalização e qualidade passam a serem monitoradas a partir de 2019.

Em alinhamento às políticas públicas, o plano estratégico dos Correios busca viabilizar o Programa Temático 2025 com a ambição de tornar a empresa protagonista no cenário postal.

A Estratégia Correios 2017-2022 foi estruturada em três horizontes de atuação, baseados na maturidade dos negócios e produtos da empresa, os quais visam propiciar o progresso dos Correios em três fases de evolução com foco em Rentabilidade, Excelência Operacional e Crescimento.

Considerando os horizontes e as fases, assim como o diagnóstico empresarial realizado à época, foram definidos sete Objetivos Estratégicos, distribuídos em visões de negócio e de gestão:



1.4 Atividades desenvolvidas

Por meio de sua rede de agências, os Correios asseguram oferta dos serviços postais e telegráficos em todo o território nacional. Os principais segmentos de atuação dos Correios são: logística nacional, encomendas, conveniência, serviços financeiros, mensagem, malote, marketing direto e logística internacional.

A logística nacional disponibiliza ao mercado soluções para gestão da cadeia de suprimentos, desde coleta, consolidação, tratamento e transporte até armazenagem, transferência de carga, gestão de estoques, distribuição e logística reversa para bens diversos, incluindo soluções de importação e exportação, soluções para comércio eletrônico, rastreamento de objetos e serviços de pós-venda.

Entre as diversas operações logísticas realizadas no ano de 2018, destacam-se a participação como operador logístico em políticas públicas como: o Programa Seja Digital, com 4,5 milhões de kits de antena e conversor para TVs analógicas distribuídos; o Programa de Distribuição de Livros Didáticos, com 151 milhões de livros entregues a 140 mil escolas públicas de todo o país; e a distribuição das provas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apoiando a realização do Enem, Enade, Encceja, Saeb etc; a distribuição de 310 toneladas mensais de leite em pó a escolas da rede pública do município de São Paulo, beneficiando 77.500 alunos.

A conveniência é composta por uma linha de produtos e serviços que vão desde caixas de encomendas e envelopes; emissão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), requerimento da pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e consulta de proteção ao crédito (CPF e CNPJ), chegando até serviços eletrônicos como certificação digital e venda de chips e recargas para o plano pré-pago de telefonia do Correios Celular.

O segmento também é responsável pela filatelia, que incentiva, por meio de lançamentos de novas peças filatélicas, a colecionismo de selos postais e materiais relacionados, como carimbos comemorativos, envelopes, cartões-postais, cartelas temáticas e coleções anuais de selos.

O segmento financeiro abrange os serviços: Banco Postal, Tele Sena, Postal Cap, Vale Postal nacional e internacional, aporte e saque, recebimento de contas e consórcio, sendo o Banco Postal o serviço com maior relevância no segmento.

Os Correios, por meio do serviço de correspondente bancário (Banco Postal), oferecem diversos serviços bancários, como recebimento e pagamentos de títulos, parcelamento de contas, cartões de crédito, pagamento de salários e de benefícios do INSS e oferta de crédito, entre outras.

A premissa básica da parceria com o Banco do Brasil é a inclusão bancária de milhões de brasileiras em localidades onde não há agências nem correspondentes bancários, estando com o serviço em 41% dos municípios e cerca de 2.500 agências, com mais de 115 milhões de transações bancárias realizadas.

Outro serviço postal prestado pelos Correios, com o objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços postais, é a carta social. O serviço está regulamentado pela Portaria nº 469, de 16 de novembro de 2012, da MCTIC. Podem usufruir do serviço as pessoas físicas participantes do Programa Bolsa Família ou seu(s) dependente(s) e pessoas presas, brasileiras ou estrangeiras, custodiadas em qualquer parte do território nacional.

O negócio mensagem oferece serviços para o envio de correspondências, de natureza administrativa, social ou comercial, que contenham informação de interesse específico do destinatário. É o que se denomina atualmente de comunicação física ou *off-line*. Os principais produtos da portfólio são Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), carta e remessas, que podem ser associados a serviços adicionais como Aviso de Recebimento, entrega mão própria e registro, que permite a acompanhamento da entrega por SMS.

No que se refere à comunicação *on-line* ou eletrônica, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas: mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários, como o e-carta, a carta via internet e o telegrama.

A prestação do serviço de encomendas inclui recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil, por via postal. O portfólio visa atender às necessidades dos usuários. São serviços de encomendas:

- Com urgência na entrega – SEDEX;
- Com urgência na entrega em prazos exíguos – SEDEX Hoje, SEDEX 10 e SEDEX 12;
- Com conciliação de prazo de entrega e preço – PAC (Prático, acessível e confiável).

Complementando o portfólio, os Correios oferecem também a logística reversa, serviço de retorno de encomenda, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.

O negócio marketing direto oferece ao mercado soluções para a comunicação dirigida de caráter publicitária, promocional e/ou informacional, por meio das quais os clientes podem promover seus produtos, serviços ou negócios.

Os principais produtos do portfólio são a mala direta e a entrega direta, que, juntos, representam a maior parte da receita do segmento de negócio. A mala direta permite o envio de mensagens publicitárias, já a entrega direta é um serviço específico para a distribuição em domicílio de publicações periódicas, como revistas, boletins, catálogos e folhetos promocionais.

O malote, outro segmento de negócio, é serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos de qualquer natureza. Permite o trâmite de documentos e objetos entre unidades de um mesmo órgão e de órgãos distintos, agilizando e facilitando o fluxo de informações, documentos e objetos. O usuário define a rede de pontos e a frequência de expedição semanal dos malotes. Os Correios coletam e entregam nos respectivos pontos e nas frequências conforme programação do usuário. A substituição do encaminhamento de documentos físicos por digitais tem ocasionado grande impacto nesse serviço.

Quadro demonstrativo das variações da receita por segmento

Em 2018, a receita nominal da venda de produtos e serviços aumentou 3,27% em relação ao ano anterior. Os segmentos que influenciaram o acréscimo das receitas em relação ao mesmo período do exercício anterior estão a seguir demonstrados:



	R\$ milhões			
Receitas	2017	2018	2017-2018	2017-2018
Receita de Vendas (Bruta)	18.310	18.908	3,27%	598
Encomenda	7.012	8.443	20,41%	1.431
Logística Internacional	493	652	32,25%	159
Marketing Direto	564	545	-3,37%	-19
Serviços Financeiros	281	254	-9,61%	-27
Logística Nacional	623	592	-4,98%	-31
Conveniência	252	209	-17,06%	-43
Matote	458	402	-12,23%	-56
Mensagem	8.587	7.773	-9,48%	-814
Outros	40	38	-5,00%	-2

1.5 Recursos para custeio das políticas públicas

O caixa da empresa custeia integralmente as operações relacionadas à execução das atividades relacionadas às políticas públicas.

1.6 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Conforme afirmado no subitem 1.3, para o atendimento às políticas públicas, o plano estratégico dos Correios busca viabilizar o Programa Temático 2025

Para acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, é adotada uma cesta de Indicadores Estratégicos¹ que auxiliam na tomada de decisão dos investimentos e mensuração do grau de atingimento dos Objetivos Estratégicos. Tais indicadores também mensuram os impactos das Estratégia Correios nos resultados da empresa:

Categoria	Indicador Estratégico	Resultado 2017	Meta 2018	Resultado 2018	Realização da Meta 2018
FINANCEIROS	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 – R(H1)	1,83%	6,44%	-2,78%	0,00%
	Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 – R(H2)	1,29%	20,17%	15,57%	77,19%
	Valor de Receitas Horizonte 3 – R(H3) - R\$ Milhões	48,36	267	200	74,91%
	Margem EBITDA sem Pós-Emprego	9,77%	12,40%	2,64%	21,29%
	Margem EBITDA com Pós-Emprego	6,20%	10,60%	1,85%	17,45%
	Spread Econômico	-	3,27%	-8,98%	0,00%
	Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas - IOBZ	-	100,0%	101,80%	98,20%
CLIENTES	Indicador de Satisfação do Cliente – ISC	Não apurado	79,4%	78,8%	99,24%
	Market Share - Encomenda	-	41,0%	45,2%	110,24%
DIGITAL	Índice Digital – ID	1,67	2	2,15	107,50%
OPERAÇÃO	Ind. de Entrega no Prazo – IEP	88,53%	95,87%	90,74%	94,65%
UNIVERSALIZAÇÃO	Universalização Atendimento – DAPB	89,91%	100,00%	88,83%	88,83%
	Universalização Distribuição – PDPE	89,58%	92,94%	91,33%	98,27%
ESTRATÉGIA	Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos	-	100%	90%	90,00%

¹ Indicadores aprovados pelo Conselho de Administração em 28/12/2017 – 17ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração - RECA/2017.



A execução de dispêndios correntes dos Correios em 2018 totalizou R\$18,8 bilhões e representa uma economia de R\$ 1,9 bilhão em relação ao valor aprovado na Programa de Dispêndios Globais (PDG).

Evolução Execução das Despesas Correntes

DESPESAS	Orçamenta	Liquidada	Pago	Orçamenta	Liquidada	Pago
	2017	Acumulada	acumulada	2018	Acumulada	acumulada
	(datação)	dezembra/17	dezembra/17	(datação)	dezembra/18	dezembra/18
Pessoal e Encargos	12.644.264	11.675.412	10.162.085	11.031.008	10.291.364	10.089.167
Materiais e Pradutas	270.000	215.330	125.114	272.893	236.983	126.750
Serviços de Terceiras	6.098.021	5.931.786	6.079.536	7.112.699	6.293.143	6.832.091
Utilidades e Serviços	400.000	319.730	218.449	401.694	32a.019	22a.366
Tributas e Encargos Parafiscais	811.112	772.741	519.809	942.153	755.083	549.011
Encargos Financeiros e Outras	176.325	173.351	6.764	53.155	87.456	604
Outras Dispêndias Correntes	924.925	823.181	740.930	953.652	859.006	775.042
TOTAL	21.324.646	19.911.531	17.852.687	20.767.252	18.843.054	18.593.030

Em relação às despesas de capital, os Correios realizaram investimento no valor de R\$ 225,5 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão (ciclo do Plano Plurianual – PPA 2016-2019). Entre os principais investimentos destacam-se a aquisição de máquinas de triagem, veículos e ativos de informática.

Investimento Correios 2018

Investimenta	2017	2018	2017-2018
Modernização de veículos	16,7	25,5	53%
Instalação de Agências Próprias	0,3	0,03	-90%
Instalação de Unidades de Tratamento	20,3	8,97	-56%
Instalação de Unidades de Distribuição	0,3	0,22	-27%
Instalação de Unidades de Logística	0,1	0	-100%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	194,4	119,7	-38%
Tecnologia da Informação (II)	53,5	71,1	33%
Investimenta Total	285,7	225,5	-21%

Investimentas R\$ milhões

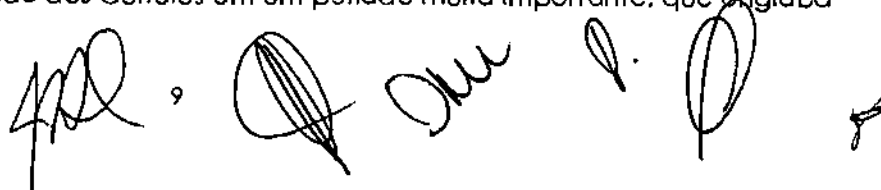
1.7 Comentários dos administradores

Em relação às políticas públicas definidas no PPA, a empresa possui indicadores para monitoramento das mesmas, conforme a seguir:

O **Indicador de Entrega no Prazo (IEP)** avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos com os clientes finais dos principais serviços postais. É formado pelos indicadores setoriais de Entrega no Prazo de Encomenda, Internacional, Logística e Mensagens.

A qualidade operacional alcançou em 2018 o resultado de 90,74% frente à meta estabelecida de 95,87%. Este resultado significa 94,65% da meta. Sua aferição é realizada por meio do IEP, englobando as principais pradutos dos segmentos mensagem, encomenda, logística nacional e internacional.

Vale destacar que se for considerado apenas o segundo semestre de 2018, o índice de qualidade IEP atinge o patamar de 96,31%, acima da meta. Tal análise é fundamental, pois "expurga" a greve dos caminhoneiros, que impactou o processo postal como um todo, além de sinalizar a franca recuperação dos índices de qualidade dos Correios em um período muito importante, que engloba a Black Friday e o Natal.



O **Indicador de Satisfação do Cliente (ISC)** aproximou-se da meta estabelecida em 99,24%.

Os Correios alcançaram 78,8% de aprovação, em pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional realizada em 2018. Nela foram avaliados aspectos referentes à satisfação da população brasileira em relação aos serviços de atendimento e distribuição prestados pelos Correios, bem como a imagem institucional percebida pela população.

Os principais resultados foram: Nível de Eficiência (nota média 7,59); Confiança (87,1% dos entrevistados confiam nos Correios), Imagem Institucional (78,1%), Satisfação Geral (nota média 8,32).

O **Indicador Universalização Atendimento (DAPB)** mensura o percentual de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação de serviços de atendimento postal (Portaria 6.206/2015).

É importante salientar que, no decorrer do ano de 2018, ocorreu mudança nas diretrizes estabelecidas para universalização do atendimento, por intermédio da Portaria 4.474/2018, não sendo mais exigida a meta de atendimento por distritos.

O **Indicador Universalização Distribuição (PDPE)** mensura o percentual de distritos atendidos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes. Em dezembro de 2018, o resultado do PDPE foi de 91,33%, representando 8.972 distritos e alcançando 98,27% do esperado para o período.

Mais informações e demais indicadores podem ser obtidos no Relatório Integrado Correios 2018, disponível em nossa página na internet: <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais>.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado pela estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão do Núcleo de Governança, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle (operacionais, de divulgação de conformidade). O SCI subsidia o Núcleo de Governança na tomada de decisão e no cumprimento de suas responsabilidades.

O Modelo de Sistema de Controles Internos para os Correios, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 2018, contempla as linhas de defesa, os papéis e responsabilidades e a forma de atuação dos componentes do SCI, em alinhamento à Lei 13.303 e ao Decreto 8.945/2016.

A alta administração (CA e Diretoria Executiva) e a Núcleo de Governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização deles. O modelo de Três Linhas de Defesa deve ser implementado com o apoio ativo e a orientação do Núcleo de Governança e da alta administração da organização.



Conselho de administração / Conselho fiscal / Comitês

Diretoria



A 1ª Linha de Defesa é representada pelos empregados, gestores e órgãos que possuem a responsabilidade pelo gerenciamento e a propriedade dos riscos e são responsáveis por implementar ações proativas e reativas para promover melhoria nos processos e controles, sem prejuízo das atribuições específicas de cada processo sob sua gestão.

A 2ª Linha de Defesa representa os órgãos que supervisionam e são responsáveis por oferecer apoio à gestão e assessorar a governança no aprimoramento dos processos organizacionais em relação aos riscos, controles, conformidade e segurança empresarial. É essencialmente uma função de gestão e de supervisão, que coordena de forma corporativa a gestão dos riscos e seus controles, o compliance e a segurança empresarial.

A 3ª Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna e é responsável por proceder à avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha de defesa - executada por todos os níveis de gestão dentro da empresa) e da supervisão dos controles internos (segunda linha de defesa).

A definição e estruturação adequada das três linhas de defesa proporciona a demonstração clara das responsabilidades de cada papel a fim de não permitir lacunas e evitar a duplicação desnecessária dos esforços. Por conseguinte, os riscos e seus controles terão maior chance de serem efetivamente gerenciados e o Núcleo de Governança receberá, oportunamente, informações imparciais sobre os principais riscos da organização e sobre como a administração, cada órgão e gestor estão respondendo a esses riscos.

Em alinhamento com o SCI, foi aprovado pela a Diretoria Executiva em 27/02/2018 o Plano Anual de Controles Internos (PACIN), que tem por finalidade consolidar o planejamento das atividades de controles internos, classificadas a partir dos processos das unidades de atendimento e de tratamento/distribuição, visando estabelecer quais unidades terão prioridade no levantamento e gerenciamento dos riscos e controles internos da gestão e os respectivos prazos.

Gerenciamento de Riscos

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pela CA em 31/05/2017, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela gestão corporativa de riscos nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos das Correios.

Ressalta-se a atuação Diretoria Executiva dos Correios (DIREX) quanto à responsabilidade de alinhar a execução das estratégias dos Correios aos limites de exposição a riscos estabelecidos pelo

Comitê de Riscos: patrocinar a implementação da gestão de riscos nos Correios e acompanhar sistematicamente o gerenciamento dos riscos prioritários dos Correios.

As responsabilidades do Conselho de Administração constam na referida política: aprovar a Política de Gestão de Riscos dos Correios, assim como suas revisões; determinar a implantação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que estão expostos os Correios, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; monitorar os riscos prioritários, seus indicadores e as medidas de tratamento e estabelecer política de seleção para o titular da órgão corporativa de gestão de riscos.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGORC) é responsável, dentre outras atribuições, por:

- a) Validar a proposta de Política de Gestão de Riscos dos Correios, assim como suas revisões;
- b) Aprovar as categorias de riscos a serem gerenciadas;
- c) Estabelecer os limites de exposição a riscos;
- d) Aprovar os indicadores de avaliação de desempenho da gestão de risco alinhados aos indicadores de desempenho dos Correios;
- e) Aprovar e institucionalizar métodos para gestão de riscos;
- f) Liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação;
- g) Monitorar sistematicamente a gestão de riscos dos Correios, das suas entidades controladas, patrocinadas e subsidiárias;
- h) Supervisionar as riscos prioritários que podem comprometer o alcance dos objetivos organizacionais e o interesse público;
- i) Apreçar matérias relacionadas à gestão de riscos;
- j) Resolver conflitos relacionados ao gerenciamento das riscos; e
- k) Emitir recomendação para o aprimoramento da gestão de riscos.

Os Correios possuem um departamento responsável pela gestão corporativa de riscos, compliance e controles que, dentre suas atribuições, possui a coordenação das políticas e métodos de gerenciamento de riscos. A gestão de riscos e controles é exercida em três linhas de defesa. Todas compartilham do mesmo objetivo final, ou seja, contribuir para que a empresa alcance seus objetivos com gerenciamento efetiva de riscos e fortalecimento de controles. Cada linha tem seus papéis e responsabilidades únicas, mas elas compartilham informações e coordenam os esforços para alcançar a efetividade da gestão de riscos e controles.

A partir da avaliação do nível de risco, são elaborados planos de tratamento que são acompanhados pela área gestora do processo, buscando responder aos eventos de forma apropriada e oportuna com informações claras e pertinentes para as áreas envolvidas.

No que tange à avaliação de riscos de processos, a partir dos critérios de priorização, os eventos de riscos classificados como de alta ou média probabilidade e/ou alto impacto exigem acompanhamento e adoção de medidas para redução dos seus níveis.

Tendo em vista a evolução do tema nos Correios, a área corporativa de riscos, como órgão de segunda linha, iniciará, em 2019, o monitoramento global dos riscos e os reportes à alta administração.

2.2 Fatores de Risco

Os Correios contam com a Matriz de Riscos Estratégicos, onde estão consolidados os riscos vinculados aos objetivos constantes na Estratégia Correios, com os fatores relacionados a cada risco, probabilidade e impacto.

Registra-se que em 2018 iniciou-se o primeiro ciclo de avaliação de riscos e que o mapeamento dos principais fatores de riscos está em andamento, em alinhamento à Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Os Correios adotam as seguintes categorias de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais:

- **Risco Estratégico:** são eventos que podem impactar a consecução da estratégia. São estreitamente relacionados à missão, às metas ou aos objetivos estratégicos dos Correios.



- **Risco Reputacional:** são eventos que podem ocasionar desgaste do nome empresa junto ao mercado, sociedade, clientes, órgãos de controle e fiscalização e demais *stakeholders*, em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não. Podem produzir perdas financeiras.
- **Risco Legal:** são eventos que podem ocasionar perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento das leis e regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.
- **Risco Operacional:** eventos decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, de processos e sistemas ou oriundas de eventos externos.
- **Risco Financeiro:** são eventos que podem ocasionar o endividamento da empresa, ou seja, a sua capacidade de honrar compromissos financeiros. Podem causar desequilíbrios entre ativos e passivos, gerados por descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de liquidação dos direitos e obrigações da empresa.
- **Risco Socioambiental:** eventos advindos de decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos conduzidos pela empresa que podem causar danos ao meio ambiente ou à sustentabilidade social.
- **Risco de Mercado:** eventos decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do país ou no exterior e podem ocasionar perdas;
- **Risco de Integridade:** são eventos relacionadas à vulnerabilidade institucional, que abrange a conduta impropria do agente público, terceiros e demais *stakeholders* decorrentes de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta e de ética e regulamentos internos que passam acarretar corrupção, fraude, conflito de interesses, nepotismo, dentre outras inerentes à essa conduta.

2.3 Dados Econômico-Financeiros e comentários sobre o desempenho

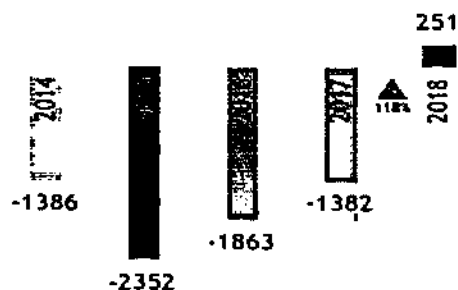
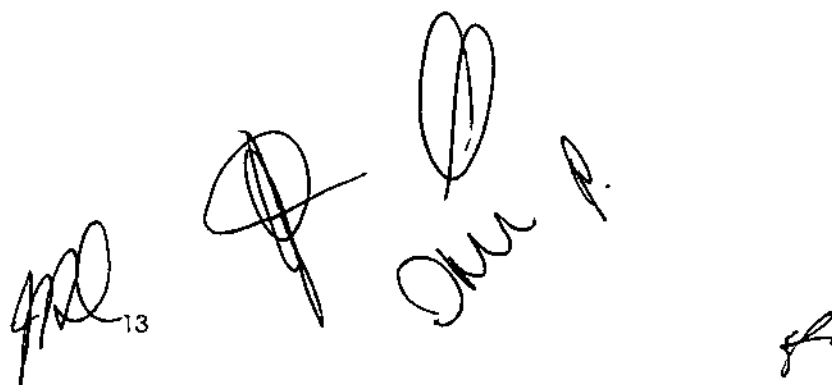
Apesar de todas as dificuldades do cenário econômico e financeiro do país nos últimos anos e da concorrência cada vez mais acirrada, os resultados foram revertidos e a Empresa saiu de um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão em 2016 para um lucro de R\$ 667 milhões em 2017 e de 161 milhões em 2018, com expectativa de retomada do crescimento por meio de uma gestão madura e comprometida com os resultados.

Esses resultados são frutos das medidas realizadas ao longo de 2017 e 2018, como por exemplo, a melhoria da eficiência operacional e a aumento de receitas, especialmente, a segmentação de Encomendas com crescimento de 20,4% em 2018, bem como a redução de despesas com pessoal.

Em 2018 os Correios atingiram lucro líquido de R\$ 161 milhões, uma redução de 75% em relação ao mesmo período de 2017, ano impactado, principalmente, pela reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde no valor de R\$2,9 bilhões e relacionado à decisão do TST sobre o custeio do plano de saúde dos empregados e dependentes, evento extraordinário que aumentou o lucro do exercício de 2017.

O resultado operacional recorrente, sem o impacto da reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde, da imunidade tributária e da incentivo financeiro diferida do Plano de Demissão Incentivada/PDI, alcançou em 2018 um resultado positivo de R\$ 251 milhões, evolução de 117,9% em 12 meses, após 4 anos de resultados negativos.

Resultado Operacional

Destaca-se que, durante o exercício de 2018, o Patrimônio Líquido que estava negativo (Passivo a Descoberto) até abril, foi revertido para um PL positivo de R\$ 255 milhões em 31/12/18, que representa uma melhora de R\$ 95 milhões comparado com 2017.

2.4 Políticas e práticas de governança corporativa

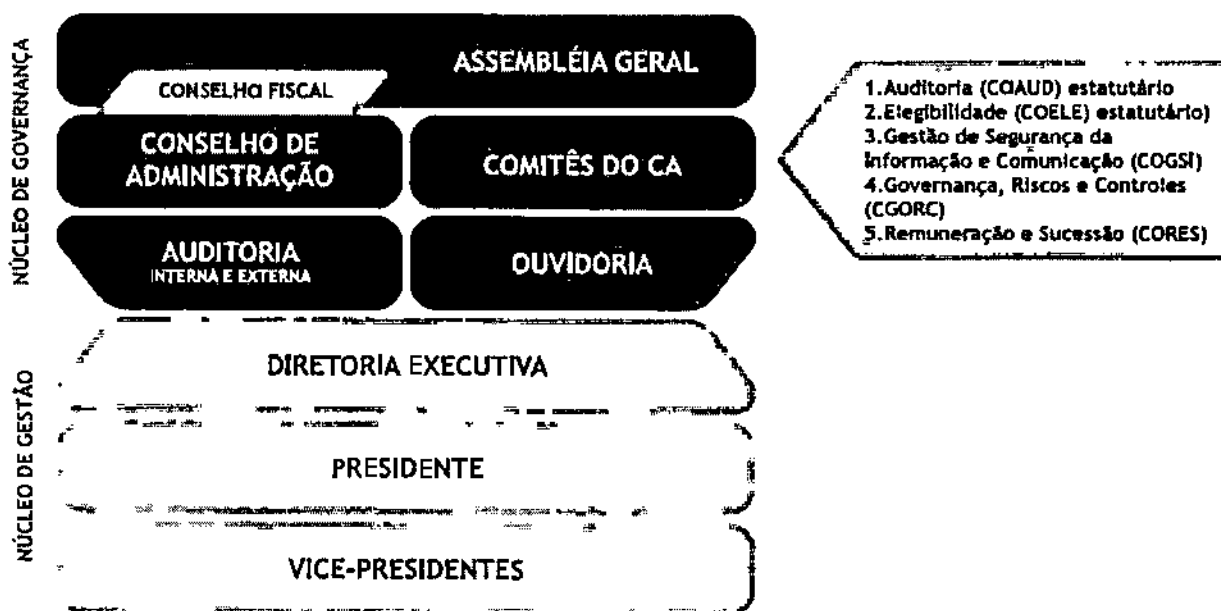
A Governança nos Correios é um sistema que envolve estruturas e processos organizacionais que objetivam aumentar a transparência das atividades, definir o direcionamento estratégico, promover mecanismos de responsabilização dos gestores e intensificar a geração de valor para a sociedade.

Os Correios atingiram em 2018 o Nível 1 na avaliação do Indicador de Governança (IG) elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Esse resultado representa o melhor entre os quatro níveis de classificação existentes, enquadrando-se no seleto grupo de empresas que possuem nível elevado de Governança Corporativa dentre as empresas estatais.

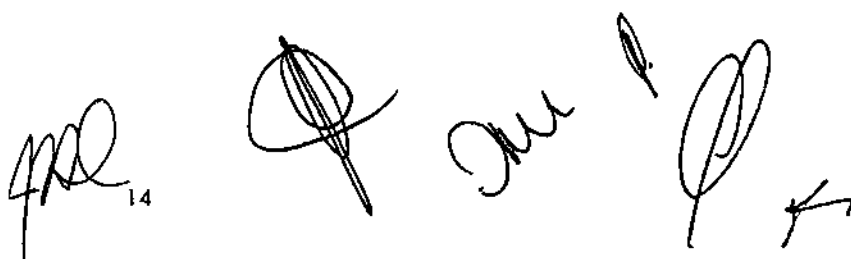
O objetivo do indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e das diretrizes estabelecidas nas resoluções do Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), ou seja, adoção de melhores práticas de governança corporativa.

A governança está organizada a partir da alta administração, que se divide em Núcleo de Governança e Núcleo de Gestão. O Núcleo de Governança é responsável por avaliar, direcionar e supervisionar o processo decisório aprovando estratégias, controlando a execução da gestão e monitorando os resultados. Já o Núcleo de Gestão da empresa administra os processos organizacionais, executa as estratégias e reporta os resultados.

Modelo de Governança



Para viabilizar a melhoria na gestão e apoiar o alcance dos objetivos, foram realizados ajustes nos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social, os regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento.



Estatuto Social

A empresa aprovou o seu novo Estatuto Social, completamente aderente às exigências da Lei 13.303/2016.

Comitês

Fortalecendo ainda mais o seu sistema de Governança Corporativa, implantou os seguintes comitês:

- a) **Comitê de Auditoria:** formado por membros independentes, sua principal função é auxiliar o Conselho de Administração, assessorando-o em matérias de fiscalização relativa a riscos e controles internos e exercendo suas competências, também, sobre as subsidiárias e controladas;
- b) **Comitê de Governança, Riscos e Controles:** tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à governança corporativa, à estratégia, à conformidade, aos riscos e aos controles internos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.
- c) **Comitê de Elegibilidade:** sua principal função é efetuar a verificação da conformidade e emitir opinião nos processos de indicação e de avaliação dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos representantes da empresa nas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas.

O Comitê de Elegibilidade verifica também a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos representantes dos Correios em suas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas.

As patrocinadas e mantidas dos Correios, na homologação da candidatura de membro de seus Conselhos Deliberativo, Conselho Fiscal e de sua diretoria, cumprem as requisitos e vedações para elegibilidade dispostos em dispositivos legais e regulamentares do setor de atuação e no estatuto social de cada entidade.

Compliance

No Sistema de Governança Corporativa dos Correios, o Compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à integridade, à conduta ética e à transparência, bem como a conformidade com leis, decretos, normas e regulamentações aderentes à empresa e ao seu negócio. Busca-se o fortalecimento institucional, por meio de um ambiente de negócios íntegro que se torne um diferencial competitivo no mercado.

Como parte da estratégia de promoção da transparência e do combate à corrupção nos Correios, foi aprovado em 2018 o Programa de Integridade dos Correios.

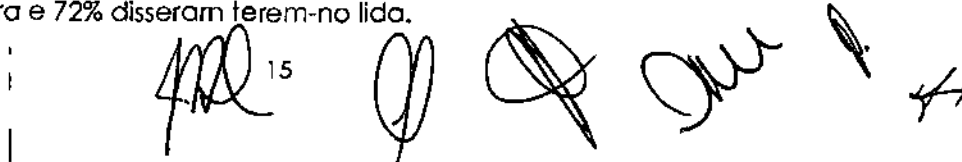
A implementação do Programa de Integridade, por meio destas dimensões, promove a execução, de forma coordenada, de medidas, planos, políticas, diretrizes, normas e procedimentos para prevenção, detecção e remediação de atividades e condutas que possam ocasionar riscos de integridade à empresa. O programa pode ser acessado na íntegra em <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/programa-de-integridade>.

No que tange à conformidade com leis e normas, foram concluídas as ações de adequação da empresa ao Estatuto Jurídico das Estatais (Lei 13.303/2016) e ao Decreto 8.945/2016, bem como adequação à Lei 13.460/17 e ao Decreto 9.094/17, que versam sobre participação e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos e desburocratização e simplificação do atendimento.

Ética – Comissão de Ética e Código de Conduta Ética

A gestão da ética nos Correios é realizada pela Comissão de Ética, que tem como principal competência aplicar o Código de Conduta Ética e esclarecer dúvidas relacionadas ao documento. Além de realizar apurações de denúncias que lhe são encaminhadas pela Canal Única de Denúncias dos Correios, a comissão atua, com enfoque preventivo, na difusão da cultura ética, por intermédio de ações de comunicação e de educação.

Em 2018, houve 30.339 participações de empregados em cursos com conteúdo sobre ética. Naquele mesmo ano, cerca de 80% dos empregados pesquisados informaram saber onde localizar o Código de Ética para leitura e 72% disseram terem-no lido.



Ouvidoria

Os Correios contam com uma Ouvidoria para receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.

A Ouvidoria dos Correios recebeu, em 2018, 36.229 pedidos de intervenção para reclamações não solucionadas em relação a objetos postados nacionais e internacionais. Pela canal única de denúncias, foram recebidas 13.208 manifestações cadastradas como denúncia. No entanto, após análise, 4.869 foram consideradas como tal. Dessas, 2.037 (42%) foram encerradas na própria Ouvidoria e 79 foram reclassificadas como críticas (2%). 2.753 (56%) foram encaminhadas para apuração.

Auditoria Interna

Com vistas a resguardar a alta administração dos Correios na busca pela consecução dos objetivos organizacionais, a Auditoria Interna oferece informações relevantes acerca do contexto dos controles internos da empresa, especialmente no que se refere à proteção de seus ativos, à fidedignidade de dados e informações, ao cumprimento de leis e regulamentos e ao emprego eficiente, eficaz e econômica dos recursos.

Em 2018, foram implementadas alterações estruturais nas atividades e nos processos da auditoria que resultaram no planejamento dos trabalhos, com foco na revisão e na disponibilização de todos os relatórios de auditoria oriundos do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016 e que não foram encaminhados às partes interessadas dentro do cronograma previsto, bem como na conclusão de todos os trabalhos do PAINT/2018; condução das atividades operacionais na execução dos trabalhos; reorganização da área de suporte; procura de novas tecnologias e metodologias, por meio de benchmarking com outras organizações públicas, visando ao aprimoramento dos processos internos; atualização de manuais; implementação de pesquisa de satisfação junto ao Conselho de Administração; além do enfoque na capacitação e no desenvolvimento dos auditores internos e na implantação da nova metodologia de monitoramento de recomendações e determinação de auditoria.

Corregedoria

A Corregedoria dos Correios é responsável pela execução e coordenação de processos de natureza correicional, inclusive os realizados de maneira descentralizada pelas unidades administrativas e operacionais da empresa.

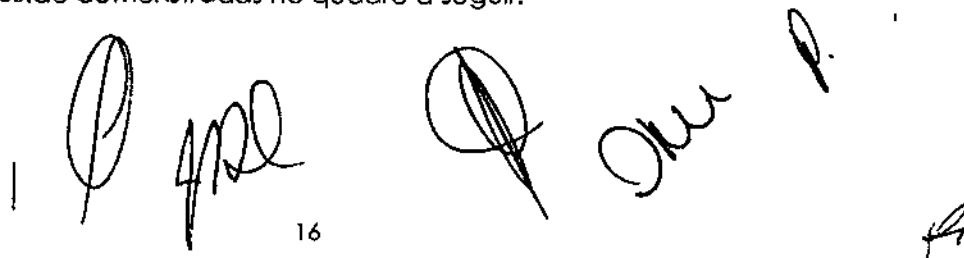
Em 2018, foram encaminhadas à Corregedoria 1.830 denúncias para avaliação quanto à instauração de procedimento de apuração. No mesmo período, foram encerradas 4.225 denúncias já avaliadas, inclusive recebidas anteriormente a 2018. Naquele ano, também, a Corregedoria recebeu 203 demandas para realização de procedimentos de exame de admissibilidade e investigação e concluiu 141 procedimentos.

Mais informações sobre o Núcleo de Governança dos Correios podem ser obtidas no item 2 – Governança Corporativa.

2.5 Descrição da composição do remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A prática de remuneração de membros estatutários das Correios tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016 – que regulamenta a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminhadas por meio do Ofício Circular 5/2018-MP, de 9/2/2018. Essa prática tem por objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

A remuneração média mensal e a total da remuneração em 2018 das membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão demonstradas no quadro a seguir:



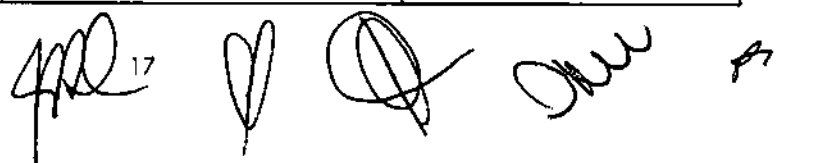
16

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início*	Fim	Média mensal	Total 2018
Carlos Roberto Fortner	24/05/2018	08/11/2018	4.123,49	24.740,92
Fábio Rezende Scarton Coutinho	23/05/2017	22/05/2019	4.676,07	56.112,88
Fernando Antônio Ribeiro Soares	31/08/2016	10/05/2018	4.131,01	16.524,04
Inaldo Rocha Leitão	31/08/2016	06/04/2018	4.131,01	16.524,04
José Luís Nunes do Couto	29/08/2017	22/05/2019	4.658,86	55.906,32
Juarez Aparecida de Paula Cunha	28/06/2018	08/11/2018	4.475,26	17.901,04
Leonardo Raupp Bocorny	10/05/2018	22/05/2019	5.114,58	35.802,08
Marcos Cesar Alves da Silva	28/07/2016	25/09/2018	4.736,64	42.629,73
Maurício Fartes Garcia Lorenzo	26/09/2018	22/05/2019	4.475,28	17.901,12
Ruy do Rêgo Barros Rocha	03/08/2016	22/05/2019	4.733,46	56.801,46
Carlos Alberto de Souza Barbosa (suplente)	28/07/2016	27/07/2018	-	-
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início*	Fim	Média mensal	Total 2018
Gustavo Zarií Fraya	28/04/2017	27/04/2019	4.733,46	56.801,48
Johnny Ferreira dos Santos	28/04/2017	27/04/2019	4.704,77	56.457,23
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira	28/04/2017	27/04/2019	4.704,77	56.457,21
Ernesto Carneiro Preciado (suplente)	28/04/2017	27/04/2019	-	-
Tarcísio Bastos Cunha (suplente)	28/04/2017	27/04/2019	-	-
Viviana Simon (suplente)	28/04/2017	27/04/2019	-	-

* As datas de início e fim em branco significam que não houve início e nem fim do mandato na presente exercício.

A remuneração total da Diretoria Estatutária em 2018 consta no quadro a seguir:

Diretoria Estatutária	
Remuneração dos Membros	Valores em R\$
Número de membros:	15
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.968.297,68
a) salário ou pró-labore	4.215.251,79
b) benefícios diretos e indiretos	753.045,89
c) remuneração por participação em comitês	
d) outros	
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-
e) bônus	
f) participação nos resultados	
g) remuneração por participação em reuniões	
h) comissões	
i) outros	
III - Total da Remuneração (I + II)	4.968.297,68
IV - Benefícios pós-emprego	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	730.036,82
VI - Remuneração baseada em opções	-



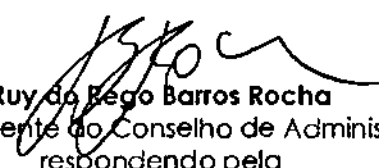
Relativo à Remuneração Variável Anual (RVA), os Correios, em busca de reverter a situação econômico-financeira, vêm adotando o controle de despesas e promovendo estratégias para o crescimento de receitas. Em razão de a empresa apresentar prejuízo acumulado oriundo de anos anteriores, não foi apresentada a proposta de RVA para manifestação pela SEST-MP.

Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no Relatório Integrado ou por meio de acesso à página dos Correios: <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/governanca-corporativa>.

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2018, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, 23 de maio de 2019.




Ruy do Lago Barros Rocha


Vice-Presidente do Conselho de Administração
respondendo pela
Presidência do Conselho de Administração



Juarez Aparecido de Paula Cunha
Membro do Conselho de Administração



Fábio Rezende Scarton Coutinho
Membro do Conselho de Administração



José Luís Nunes do Couto
Membro do Conselho de Administração



Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Membro do Conselho de Administração



Leonardo Raupp Bacomy
Membro do Conselho de Administração

CS/PRESI/DIGOV/DGOVE
27 de agosto de 2020

Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2019

SUMÁRIO

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	3
IDENTIFICAÇÃO GERAL	3
1 POLÍTICAS PÚBLICAS	
1.1 Do objeto social e do interesse público.....	4
1.2 Das Políticas Públicas.....	5
1.3 Das atividades desenvolvidas em atendimento às políticas públicas.....	5
1.4 Análise dos administradores	5
1.4.1 Indicadores, metas e resultados.....	5
1.5 Custeio e impacto econômico-financeiro da operacionalização das políticas públicas.....	7
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	
2.1 Principais atividades	10
2.2 Análise dos administradores sobre o desempenho.....	12
2.2.1 Indicadores, metas e resultados.....	12
2.3 Da Situação financeira e patrimonial.....	24
2.4 Governança corporativa	34
2.5 Do Sistema de Controles Internos.....	38
2.5.1 Dos controles internos.....	39
2.5.2 Controles na elaboração das demonstrações contábeis.....	40
2.5.3 Da Gestão de riscos.....	44
2.6 Governança do benefício de assistência à saúde.....	47
2.7 Descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal	48
2.8 Manifestação do Conselho de Administração	50

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019, em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e consoante ao estabelecido no art. 55, inciso XXIII, do Estatuto Social dos Correios.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 34.028.316/0001-03 - **NIRE:** 5350000030-5

Sede: Brasília-DF

Tipo de Estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista Controlador: União - representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Subsidiária: Correios Participações S/A - CorreiosPar (Extinção em 2019)

Tipo Societário: Empresa Pública

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional e no exterior

Setor de Atuação: Serviços

Audidores Independentes atuais da empresa:

BDO RCS Auditores Independentes SS

Nome: Alfredo Ferreira Marques Filho

Telefone: +55 61 3322 5190

E-mail: alfredo.marques@bdo.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Marcelo Gomes Meirelles

Floriano Peixoto Vieira Neto

Ruy Do Rego Barros Rocha

Alexandre Jadallah Aoude

Bernardo Sylvio Milano Netto

Gilberto Barbosa Moreira

Maurício Fortes Garcia Lorenzo¹

Administrador Subscritor da Carta Anual de Governança Corporativa:

Marcelo Gomes Meirelles - Presidente do Conselho de Administração

¹ Conselheiro eleito representante dos empregados, em conformidade à Lei nº 12.353/2010

1 POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Do objeto social e do interesse público

Nos termos do art. 21, X, da Constituição Federal, foi estabelecido pelo constituinte originário a competência exclusiva da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional. Ocorre que o serviço postal não é mantido de forma direta pela União, sendo essa atividade desempenhada pelos Correios.

Os Correios são uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social de R\$ 3.223 milhões, integralmente constituído pela União, regida por seu Estatuto Social e pelas legislações aplicáveis (Decreto-lei de criação nº 509/1969, Leis nºs. 6.404/1976, 6.538/1978, 12.490/2011, 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016). A proposta de alteração do capital social para 3.383 milhões, em decorrência do aumento de R\$ 160 milhões, será submetida à deliberação pela Assembleia Geral.

A empresa teve a sua origem no Brasil, em 25 de janeiro de 1663, com a instalação do Correo-Mor, na então colônia portuguesa e, desde a sua criação para prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro, vêm se modernizando, ao criar e disponibilizar serviços de qualidade e adequados às necessidades dos seus clientes e da própria sociedade, em um mercado cada vez mais competitivo.

Aos Correios é atribuída a responsabilidade de manter os serviços postais em todo o território nacional, cumprindo-lhe atender aos princípios de universalização desses serviços. Para tanto, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, conferiu-se ao Ministério supervisor, estabelecer requisitos para regular os serviços postais.

Por meio da Portaria Interministerial nº 4.474, de 31 de agosto de 2018, foram estabelecidas as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, a serem observados pelos Correios.

A presença em praticamente todos os Municípios do país fazem dos Correios um forte agente de integração nacional. Com uma vasta rede de canais de atendimento, a empresa beneficia toda a população brasileira, conectando pessoas e organizações onde quer que estejam, nos mais de 5.500 municípios do país, ao prestar serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas à logística integrada, serviços financeiros e de conveniência.

Como agente de integração nacional, os Correios cumprem o seu papel social ao garantir à população o acesso à cidadania, por meio da disponibilização de diversos serviços de governo, em um único lugar, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Os Correios, a partir do Código de Endereçamento Postal, atuam como um dos maiores outorgadores de cidadania aos brasileiros, pois por meio da estruturação completa dos endereços, permite-se o recebimento de serviços básicos (água, saneamento e eletricidade), contas bancárias, programas sociais e o recebimento de correspondências.

Como resultado, esse papel de agente de integração nacional assume relevância na composição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país.

Acrescenta-se que a Lei nº 12.490/2011 ampliou o âmbito da atuação dos Correios ao permitir a realização de operações no exterior, dentro das atividades previstas no seu objeto social, a constituição de subsidiárias e aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, observada a regulamentação do Ministério das Comunicações, os Correios podem firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de seus canais de atendimento.

Os Correios apoiam o Ministério das Comunicações em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com a política do governo brasileiro e em reforço a sua atuação nos organismos internacionais, em particular no que se refere ao projeto Facilitação do Comércio pela Via Postal para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Exporta Fácil), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (UPAEP).

1.2 Das Políticas Públicas

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual (PPA). É papel do PPA, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

Um das diretrizes estratégicas que norteiam as principais agendas para o período de 2016 a 2019 consiste na: “ *Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdo de telecomunicações*”.

Em alinhamento ao PPA e às metas de universalização postal estipuladas pelo Ministério supervisor, os Correios desenvolvem esforços com a finalidade de assegurar a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, além de promover uma interação mais efetiva e conjunta do Poder Público com a sociedade, na medida em que as agências de Correios possuem potencial para serem balcões para atendimento ao cidadão, em evidente convergência aos anseios da sociedade e dos gestores públicos estaduais e distrital.

1.3 Das atividades desenvolvidas em atendimento às políticas públicas

Alinhado às políticas públicas, os Correios desenvolvem atividades que atendem ao seu objeto social, consoante ao disposto no art. 4º, § 3º, do seu Estatuto Social:

“Art. 4º. A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

I - planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;

II - explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;

III - explorar atividades correlatas; e

IV - exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

[...]

§ 3º A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério supervisor.”

Os Correios estão presentes em 99,75% (5.556) municípios brasileiros e entregam, diariamente, mais de 21,7 milhões de objetos postais. A prestação do serviço postal, atribuída ao Estado brasileiro pela Constituição Federal, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, estejam presentes em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura para a execução de operações compatíveis com o gigantismo do Brasil.

Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios oferecem um extenso portfólio de produtos e serviços com soluções em oito segmentos de negócios: mensagem; marketing direto; encomenda; malote; internacional; logística; conveniência e financeiro; explicitados no subitem 2.1 desta Carta Anual.

1.4 Análise dos administradores relativa ao desempenho no atendimento às políticas públicas

1.4.1 Indicadores, metas e resultados

A partir do diagnóstico empresarial e da definição da identidade corporativa e dos objetivos estratégicos, também são definidos os eixos de atuação, programas e iniciativas estratégicas, o plano de negócios e os indicadores estratégicos e metas estratégicas.

Em alinhamento às políticas públicas, no acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, também são utilizados indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos, estabelecidos aos Correios pelo Ministério das Comunicações, por meio da Portaria Interministerial nº 4.474/2018.

As metas dos indicadores visam assegurar a existência e a disponibilidade de oferta dos serviços postais básicos em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis. A expansão dos serviços de atendimento postal e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta de extrema importância para a integração do país e para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nos lugares mais remotos e carentes de infraestrutura.

Destaca-se o desempenho desses indicadores oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios. As respectivas metas, que em 2019 obtiveram percentuais de realização próximos de 100%.

Os indicadores estratégicos “Universalização Atendimento” e “Universalização Distribuição” registraram, respectivamente, 99,23% e 98,18% de realização da meta definida para 2019, conforme apresentado abaixo:

Indicador estratégico						
1 Universalização Atendimento						
2 Universalização Distribuição						
1 Resultado		Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1		
2017	2018 (c)	2019 (b)				
89,91%	88,83%	99,23%	100%	99,23%	11,71%	
2 Resultado		Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1		
2017	2018 (c)	2019 (b)				
89,58%	91,33%	91,25%	92,94%	98,18%	-0,09%	

O indicador Universalização Atendimento (UAPB - Universalização do Atendimento Postal Básico) mensura a oferta de atendimento postal (relação entre a quantidade de posições de atendimento existentes e a quantidade de posições de atendimento necessárias para o atendimento em cada município), conforme diretrizes de universalização estabelecidas por meio da Portaria Interministerial n° 4.474/2018 .

As metas são recalculadas, anualmente, de forma a garantir a oferta de 100% das posições de atendimento, conforme indicado no Anexo I da portaria. O indicador obteve o resultado de 99,23%, ou seja, foram ofertadas 10.459 posições de atendimento das 10.540 estabelecidas para o ano. Este resultado representa a oferta de atendimento postal a 99,75% (5.556) municípios brasileiros.

O não atingimento da meta para o UAPB decorre, principalmente, da dificuldade em formalizar parcerias com órgãos públicos para a instalação de agência de correios comunitária (AGC) nas localidades onde existe a necessidade de incremento de posição de atendimento. Outro fator foi a dificuldade em realizar investimentos para ampliação das unidades próprias de atendimento, com a abertura de novos guichês, que requer, em alguns casos, a realocação do imóvel pela insuficiência de espaço físico. Por fim, no ano em questão, os Correios passaram por um processo de adequação dos canais de atendimento, no qual unidades próprias próximas a outras foram fechadas, sem prejuízo no atendimento à população.

O indicador Universalização Distribuição (PDPE - Percentual de Distritos com Entrega Postal Externa) tem por objetivo acompanhar a ampliação do serviço de entrega postal externa, ou seja, a entrega de objetos postais que não ocorre nas unidades da empresa (entrega interna), conforme as metas definidas na portaria interministerial. São utilizados como parâmetro os distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

O alcance físico proposto foi de 9.824 distritos com população acima de 500 habitantes. No entanto, o PDPE obteve resultados de 91,25%, o que representa 8.964 distritos com efetiva distribuição e decréscimo de 8 distritos em relação a 2018.

As informações correlatas ao Indicador de Entrega no Prazo (IEP) e ao Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) são apresentadas no subitem 2.2.1 desta Carta Anual.

Acrescenta-se, ainda, o Balcão do Cidadão, concebido para ampliar a oferta de serviços públicos e privados que necessitam de interação do usuário com o órgão público ou empresa privada, por meio da rede de atendimento dos Correios. Por meio do Balcão do Cidadão, o cidadão possui acesso aos serviços públicos e privados nas agências dos Correios. Em 2019, foram assinados 24 protocolos de intenções, 2 contratos em execução (Governo de Goiás e Prefeitura de Belo Horizonte) e 84 negociações em andamento com órgãos públicos, posicionando os Correios como uma extensão de governo na prestação de serviços ao cidadão.

1.5 Custeio e impacto econômico-financeiro da operacionalização das políticas públicas

Como empresa pública estatal, não dependente de recursos da União, os Correios possuem operação custeada, integralmente, por receita própria, sendo gerida sob a ótica governamental e empresarial.

Os Correios prestam serviços no mercado concorrencial, ampliando as suas atividades, de forma a buscar receitas em diversos segmentos relacionados aos serviços postais, tais como os de encomenda, logística integrada, conveniência, dentre outros. A receita advinda dos serviços postais não exclusivos possibilita aos Correios a manutenção da universalização. Tal mecanismo, conhecido na literatura econômica como subsídio cruzado, desempenha importante papel para equilibrar o custeio e investimentos necessários à infraestrutura colocada à disposição do Estado para prestação do serviço postal em praticamente todos os Municípios do País.

Como reflexo do subsídio cruzado, toda a estrutura física e operacional criada para a prestação do serviço postal é beneficiada e mantida com as receitas diversas oriundas da prestação dos serviços públicos não exclusivos; em perfeita consonância com o regramento previsto no art. 173, §1º, II, da Constituição Federal.

Sob a ótica governamental, a gestão orçamentária é delineada pela Lei Orçamentária Anual (LOA), para o orçamento de investimentos, e pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG), no qual são detalhadas as receitas, as despesas e o resultado primário que são aprovados e acompanhados pelo ministério supervisor e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Sob a ótica empresarial, a gestão orçamentária se configura alicerçada na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), implantada em 2016, e alinhada à estratégia da empresa, visando à otimização dos gastos e ao melhor controle dos custos e despesas. Adicionalmente, a metodologia preconiza a definição e atribuição de papéis e responsabilidades aos participantes que atuam na matriz de governança OBZ, além do estabelecimento de metas orçamentárias e iniciativas de redução de despesas para a consecução da orçamentação e posterior monitoramento e controle, por meio de fóruns mensais de acompanhamento dos desvios orçamentários e das iniciativas de redução de despesas.

A meta da Necessidade de Financiamento Líquido (NEFIL), que corresponde à contribuição da empresa no resultado primário do Governo Federal, inserida no Programa de Dispêndios Globais (PDG) para 2019, foi de superávit de R\$ 782 milhões, aprovada por meio do Decreto nº 9.611/2018. Nessa meta, foi previsto o ingresso de recursos de R\$ 21,3 bilhões, com destaque de R\$ 20,6 bilhões referentes ao recebimento de receitas de vendas e R\$ 350 milhões referentes ao aporte de capital para realização de investimentos.

No entanto, no segundo semestre de 2019, houve a reprogramação do PDG 2019, conforme Portaria 631/2019 - Ministério da Economia, em que foi revisada a meta de resultado primário para o superávit de R\$ 62 milhões. Esse resultado considerou, além da previsão de ingresso de recursos de R\$ 18,9 bilhões referentes às receitas de vendas, a retirada do aporte de capital de R\$ 350 milhões, previsto inicialmente no exercício.

No acumulado de 2019, houve superávit primário de R\$ 652 milhões, sendo R\$ 590 milhões acima do resultado primário aprovado na reprogramação do PDG, com relevância na redução das saídas do fluxo de caixa, que registrou R\$ 414 milhões abaixo do previsto na reprogramação, e ingresso de recursos de R\$ 176 milhões acima do valor aprovado na reprogramação. As rubricas que mais contribuíram com a redução foram as despesas com pessoal e encargos de R\$ 260 milhões, transporte de R\$ 182 milhões e aluguel de R\$ 100 milhões.

Em relação ao ingresso de recursos, o recebimento pela venda de produtos e serviços encerrou 2019 com R\$ 135 milhões acima da previsão reprogramada para o exercício.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES - CUSTEIO									
DESPESAS	2017 *			2018 *			2019		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Despesas de pessoal	13.909	13.522	13.611	13.012	12.229	11.963	12.548	12.369	11.947
Despesas com dirigentes	10	5	5	5	5	5	5	4	4
Despesas com conselhos e comitês estatutários	1	0	0	0	1	0	1	1	1
Materiais e produtos	153	115	106	159	119	74	116	105	100
Serviços de terceiros	3.229	2.394	2.392	3.207	2.630	3.080	2.769	2.673	3.031
Tributos	870	773	772	942	743	549	767	751	585
Despesas	389	229	229	255	241	164	195	230	98
Outras despesas correntes	3.086	2.855	2.867	3.186	2.875	2.757	2.978	2.722	2.601
TOTAL	21.647	19.892	19.981	20.767	18.843	18.593	19.379	18.855	18.365

a) Orçamento (dotação)
b) Liquidado (execução)
c) Pago

(*) Execução orçamentária (R\$ milhões)
Fonte: DEORC/DIEFI

Em 2019, houve, comparada a 2017, uma redução de R\$ 1,04 bilhão na execução orçamentária total, com destaque para o grupo de despesas de pessoal, que economizou R\$ 1,15 bilhão, resultante da adesão de empregados ao Plano de Demissão Incentivada (PDI) 2017, no qual a empresa ofereceu um Incentivo Financeiro Diferido (IFD), que foi registrado no momento da homologação da rescisão contratual e no Plano de Desligamento Voluntário (PDV 2019).

Outro grupo que obteve economia foi o de outras despesas correntes, que, em 2019, executou R\$ 133 milhões a menos que em 2017. A principal razão foi a redução na despesa com indenizações de objetos postais, ocasionada pela melhora dos indicadores de qualidade e pelo aprimoramento nas ações de gestão.

Por outro lado, a despesa com remuneração às agências franqueadas, em 2019, teve um aumento de R\$ 377 milhões, quando comparada a 2017. Essa despesa é vinculada diretamente ao aumento de receita oriunda daquele canal terceirizado.

Em comparação ao exercício de 2018, verifica-se a manutenção dos gastos, visto que a despesa orçamentária ficou somente 0,06% acima do orçamento executado em 2018, sendo que a implementação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) no processo orçamentário foi um dos principais fatores que contribuiu para a redução das despesas.

No entanto, comparado a 2018, os principais aumentos na execução orçamentária de 2019 ocorreram nos grupos de despesas de pessoal e outras despesas correntes. No grupo de despesa de pessoal, as rubricas com o plano de saúde tiveram um aumento nos gastos de aproximadamente R\$ 80 milhões (5,4%). Contudo, no final de 2019, com as mudanças relacionadas ao custeio do plano de saúde (coparticipação e mensalidade) e à retirada de pais e mães do plano, há a previsão de redução dessa despesa em 2020.

No grupo outras despesas correntes, as rubricas de transporte tiveram uma execução orçamentária de R\$ 106 milhões (5,9%) superior ao exercício anterior. Por outro lado, houve redução de R\$ 152 milhões na rubrica indenizações, ou seja, uma economia de 66,8% em relação a 2018.

O valor do orçamento de investimento aprovado para 2019 foi de R\$ 922 milhões, consoante ao Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e à Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, em reunião da Diretoria Executiva, ocorrida em 2018, foi deliberado pelo contingenciamento no orçamento de investimento para R\$ 600 milhões, sendo que R\$ 332,5 milhões foram executados no exercício e distribuídos entre as ações que integram os programas temáticos e de gestão (ciclo do Plano Plurianual – PPA 2016-2019), conforme tabela abaixo:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO					
Investimento	2017	2018	2019	% 2019/2017	% 2019/2018
	(a)	(b)		(a)	(b)
Modernização de veículos	16,7	25,5	172,7	934%	577%
Instalação de agências próprias	0,3	0,0	0,0	-100%	0%
Instalação de unidades de tratamento	20,3	9,0	34,5	70%	283%
Instalação de unidades de distribuição	0,3	0,2	0,1	-67%	-50%
Instalação de unidades de logística	0,1	0,0	0,0	-100%	0%
Manutenção da infraestrutura operacional	194,4	119,7	101,8	-48%	-15%
Tecnologia da informação (TI)	53,5	71,1	23,4	-56%	-67%
TOTAL	285,6	225,5	332,5	16%	47%

Do valor executado no orçamento de investimento, os mais relevantes no período corresponderam a: R\$ 173 milhões em aquisições de veículos, em sua maioria, furgões e motocicletas; R\$ 96 milhões em máquinas de automação de triagem (MECTRI); R\$ 23 milhões em Tecnologia da informação e comunicação (TIC), com licenciamento e atualização de software e máquinas e equipamentos de armazenamentos de dados; R\$ 21 milhões em itens de segurança e R\$ 14 milhões em obras de engenharia.

Em 2018, os Correios receberam R\$ 224 milhões como aporte de capital do Governo Federal para realização de projetos de investimentos em adequação e manutenção da infraestrutura e dos equipamentos de informática. Como o recurso foi recebido no final do exercício de 2018, R\$ 43 milhões foram utilizados naquele exercício. Com isso, R\$ 181 milhões do saldo do aporte de capital de 2018 foram transferidos para 2019.

Em 2019, foram executados cerca de R\$ 160 milhões do saldo de aporte de capital, restando R\$ 21 milhões para utilização em 2020. Ressalta-se que a execução concernente a veículos não compõe esse valor.

Descentralização de recursos

A Portaria Interministerial nº 4.474/2018 alterou as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e estabeleceu novo padrão de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico. Na prática, a meta de cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas por meio do cálculo do Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais pela disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Para atender à meta ministerial são firmadas parcerias, para o estabelecimento principalmente de agências de correios comunitárias (AGC), agência franqueada (AGF) e agência de correio comercial (ACC).

As AGCs exercem um papel importante para o atendimento dos serviços postais básicos, notadamente, no atendimento à população residente em pequenos municípios, realizada por unidades regidas por termo de convênio (TC). O TC dispõe que a AGC deve, a partir da abertura, executar atividades e prestar serviços postais básicos, conforme disposto no respectivo plano de trabalho. Em contrapartida, os Correios realizarão, mensalmente, repasse financeiro ao órgão público, em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante envio à empresa de comprovação relativa à prestação dos serviços contratados/autorizados. A vigência dos termos de convênio é de 60 meses, sendo o cadastro realizado em sistema específico de pagamento (ERP), no qual são registrados os dados do órgão público e do valor de repasse estipulado.

As informações referentes aos convênios celebrados pelos Correios com órgãos públicos municipais para a prestação de serviços postais básicos, por meio de agências de correios comunitárias, e os respectivos repasses estão disponibilizados no link: <http://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos-1/contratos/convenios/prestacao-de-servicos-postais-basicos-agencias-comunitarias>

O quadro abaixo contempla a quantidade de termos de convênio vigentes nos dois últimos exercícios e os valores repassados:

Unidades regidas por termo de convênio

Modalidade	Quantidade de instrumentos vigentes		Montante repassado no exercício (em R\$ 1,00)	
	2018	2019	2018	2019
Convênio	3.385	2.870	51.924.682,16	51.951.692,62
Contratos de repasse	-	-	-	-
Totais			51.924.682,16	51.951.692,62

Fonte: Sistema ERP Sistema de Acompanhamento das Metas da Universalização (SiSUNi).

Os gestores da rede de atendimento realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços, de forma a garantir que:

- I - Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- II - O cadastro das AGCs no ERP seja realizado devidamente e as alterações pertinentes sejam processadas; e
- III - Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para fins de atesto pela agência vinculadora e posterior processamento do repasse.

A agência vinculadora é a unidade própria de atendimento, responsável pela fiscalização da AGC e pela comunicação mensal à área de atendimento contendo o reporte sobre: o adequado funcionamento da unidade; o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio; a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como o encaminhamento das informações à superintendência estadual (SE) para adoção das ações afetas ao repasse financeiro aos órgãos públicos.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 Principais atividades

Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios oferecem um extenso portfólio de produtos e serviços com soluções em oito segmentos de negócios: mensagem; marketing direto; encomenda; malote; internacional; logística; conveniência e financeiro.

Segmentação dos negócios dos Correios

Mensagem



Compreende serviços para o envio de correspondências entre cidadãos, empresas, governo e demais atores da sociedade. Possui serviços no regime de exclusividade estabelecido pela Constituição Federal, como a carta e o telegrama.

Marketing Direto



É toda comunicação de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, incluindo amostras e brindes, por meio da qual os clientes podem promover seus produtos, serviços ou negócios.

Encomenda



Com natureza concorrencial, o segmento possui serviços diferenciados, a depender do prazo de entrega: premium (SEDEX Hoje, SEDEX 10 e SEDEX 12); expressas (SEDEX) e econômicas (PAC e Mini Envios). Os Correios são líder no segmento de encomendas expressas e econômicas nacionais fracionadas, de até 30 Kg. Para manter essa liderança, a empresa atua no desenvolvimento de mercados e amplia a competitividade dos serviços de encomendas nas principais praças, de forma a expandir sua participação.

Malote



Corresponde ao serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de correspondências, prestado em regime de exclusividade. O serviço é muito utilizado para prover a comunicação física entre áreas meio e fins, filiais, sucursais e conglomerados de empresas e instituições públicas de abrangência municipal, estadual ou nacional.

Internacional



Segmento responsável pela importação e exportação de envios postais de documentos e mercadorias. É composto, principalmente, pelos serviços Exporta Fácil, para mercadoria, e Documento Internacional, ambos nas modalidades Premium, Expressa, Standard e Econômica.

Logística



Engloba desde a recepção e coleta de bens até sua entrega ao cliente final. Foi desenvolvida para que os clientes possam administrar, de forma mais estratégica, as atividades de compras, a armazenagem, o processo produtivo e de transporte, além de permitir o acompanhamento das atividades dos fornecedores e parceiros.

Conveniência



O segmento é composto por uma linha de produtos e serviços que vão desde caixas de encomendas e envelopes ao atendimento no Balcão do Cidadão, incluindo a emissão de Cadastro de Pessoa Física (CPF), requerimento do pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) e consulta de proteção ao crédito (CPF e CNPJ). Também reúne serviços eletrônicos como certificação digital e venda de chips e recargas para o plano pré-pago de telefonia do Correios Celular.

A filatelia, que compõe o segmento de conveniência, incentiva, por meio de lançamentos de novas peças filatélicas, o colecionismo de selos postais e de materiais relacionados, como carimbos comemorativos, envelopes, cartões-postais, cartelas temáticas e coleções anuais de selos.

Financeiro



Este segmento abrange o recebimento de contas, a venda e o resgate de títulos de capitalização, a transferência de valores e a comercialização de consórcios. O atendimento, por meio do Banco Postal, para saques e depósitos, foi prestado até 15/12/2019.

Logística para o Governo

Em alinhamento ao governo, são priorizados serviços voltados à saúde, educação, defesa e segurança. Entre as diversas operações logísticas realizadas, destacam-se: a entrega e coleta de provas e cartões de resposta de todos os exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), incluindo a aplicação para pessoas com privação de liberdade; a distribuição de livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para todas as escolas públicas do país, contemplando os programas governamentais Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja); a distribuição de medicamentos para todos os municípios de Minas Gerais; a distribuição de leite para as crianças da rede pública de ensino do município de São Paulo; e a distribuição de kits para recepção de canais digitais às famílias cadastradas em programas sociais do Governo Federal.

Demais soluções correios

Soluções postais eletrônicas

O Correios Digital é uma plataforma para oferecer soluções digitais, que deverá ser posicionada como um complemento para produtos físicos. O setor postal vem passando por transformações resultantes do aumento da concorrência entre os operadores públicos e privados, do avanço da comunicação digital, da evolução das estratégias de marketing das empresas e do crescimento do comércio eletrônico. Em resposta a esse cenário, os operadores postais têm buscado a diversificação de suas linhas de negócios, com destaque para iniciativas baseadas na complementaridade ou na substituição entre os ambientes físico e digital.

Soluções para canais

Alinhada à estratégia, os Correios oferecem novos modelos de atendimento e canais digitais, bem como estabelecem o mix de canais e a jornada *omnichannel* do cliente, tendência do varejo que se baseia na conexão simultânea de todos os canais utilizados por uma empresa.

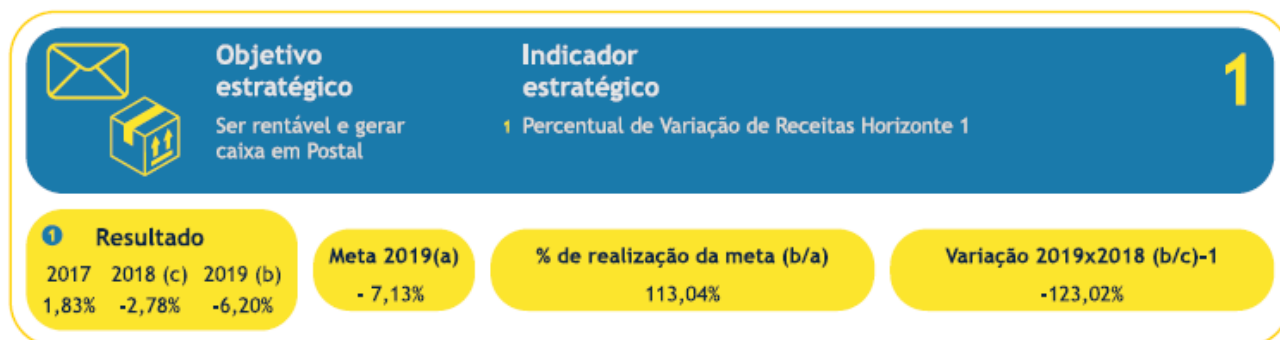
2.2 Análise dos administradores sobre o desempenho

2.2.1 Indicadores, metas e resultados

Para o acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, é adotada uma cesta de indicadores estratégicos que auxiliam na mensuração do grau de atingimento dos objetivos estratégicos.

O Plano de Negócios dos Correios, como parte do desdobramento da Estratégia Correios, tem por objetivo retratar o ambiente no qual a empresa está inserida, as tendências de mercado, as características dos segmentos de negócio, seu posicionamento estratégico, suas tendências e expectativa de receita. É elaborado de forma a revisar e definir as ações que devem ser desenvolvidas pela empresa para a execução da estratégia, apresentando, em termos de negócios, o que se pretende realizar. É, portanto, considerado de acesso restrito aos órgãos de controle, tendo-se por respaldo o art.86 , § 4º e 5º da Lei nº 13.303/2016. A expectativa de receita apresentada no Plano de Negócios é definida considerando as projeções de receita fornecidas pelas áreas da empresa, bem como as orientações da alta direção, de forma a contribuir, na perspectiva de negócios/produtos, com o alcance dos objetivos estratégicos.

Apresenta-se a seguir a relação dos objetivos estratégicos, com os respectivos indicadores estratégicos, assim como a avaliação relativa às metas e às justificativas para os resultados alcançados.



O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios maduros/principais (“core”), e contempla os seguintes segmentos de negócios: mensagem, marketing direto, malote, financeiro e conveniência, que compreende também a filatelia.

Registra-se redução no negócio postal, composto pelos segmentos mensagem e marketing direto, de 5,7% (-R\$ 473,5 milhões), em virtude, principalmente, da diminuição de 12,1% da receita do serviço Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC) de- R\$ 542,2 milhões. Esse serviço respondeu por 20,6% da receita de vendas da empresa, reduzindo a sua participação em relação a 2018, quando representava 23,7% na composição das receitas de vendas. Em decorrência dessa redução, o negócio postal também diminuiu sua participação, de 44,0% em 2018, passando a representar 41,1% da receita de vendas em 2019.

O desempenho de -6,20% obtido nesse indicador superou a expectativa da empresa para o ano de 2019. Contudo, tal resultado reflete a queda do tráfego postal, sobretudo oriunda da substituição das correspondências em meio físico por mídias eletrônicas. As ações da concorrência, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, quantidade e pesos dos objetos postais são alguns dos elementos que podem provocar a queda do tráfego postal e a consequente queda de receitas. No segmento marketing direto, os principais concorrentes são as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

O tráfego postal acumulado em 2019 atingiu 5,066 bilhões de objetos distribuídos, enquanto que em 2018 foram 5,749 bilhões de objetos, uma redução de 11,9%. Para este resultado, destaca-se a queda de 12,8% (616,7 milhões de objetos) registrada no segmento mensagem; sendo o serviço FAC responsável pela redução de 484,9 milhões de objetos. Tal serviço é composto, principalmente, por faturas e boletos bancários de empresas de telefonia.

Quanto à meta negativa definida para o ano de 2019 (-7,13%), inferior aos resultados registrados em 2017 (1,83%) e 2018 (-2,78%), se deu em função da migração da meta de receita do serviço PAC para o horizonte 2, justificada pelo fato de que foi aprovada pela alta direção da empresa, para o ano de 2019, a alteração do presente objetivo estratégico (de: “Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas” – vigente em 2018– para: “Ser rentável e gerar caixa em Postal”). À época, concluiu-se que o serviço PAC, classificado no segmento encomenda, e que fazia parte da cesta de serviços do horizonte 1, apresentou potencial de crescimento em função, principalmente, da demanda do mercado de *e-commerce* no Brasil e, conseqüentemente, requer investimentos no serviço, o que caracterizou a necessidade de que seu acompanhamento passasse a ser realizado no horizonte 2, que tem foco no crescimento da receita de negócios emergentes e com potencial de gerar lucro e caixa.

Diante do declínio das correspondências em meio físico em todo o mundo, a empresa vem adotando ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, à melhoria dos serviços de comunicação física e híbrida, ao aumento de participação do segmento de encomendas e à revisão do modelo de tarifação dos produtos em regime de exclusividade.

Na linha de novos serviços, relacionados à gestão de endereços, em 2019 os Correios desenvolveram e implantaram soluções de geomarketing. Com os sistemas de informação operantes (Gestão de Endereços Postais (GEP) e GeoMarketing), houve a inclusão de 17 milhões de endereços qualificados no Diretório Nacional de Endereços (DNE), contribuindo para o reordenamento urbanístico e para melhorias no processo de localização dos endereços dos cidadãos. Em julho de 2019, houve o lançamento do serviço Inteligência de geomarketing endereçada, denominado Correios Lista.

Uma outra importante ação versou sobre a revisão do nível de serviços para produtos postais e a flexibilização impostas pela universalização. A Portaria Interministerial nº 4.474/2018 estabeleceu diretrizes

para nortear a universalização do atendimento, a entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico.

Com isso, a Distribuição Domiciliária Alternada (DDA) foi implantada em 976 unidades e em mais 2.100 agências, trazendo benefícios como: impacto positivo na qualidade da carga simples; aumento de 63% da densidade média de entrega de objetos por distrito; diminuição em 27% da percorrida média do distrito (percurso que faz o carteiro para entregar os objetos de seu distrito) e redução de 25% na quantidade de distritos postais, propiciando ganhos de produtividade e eficiência.



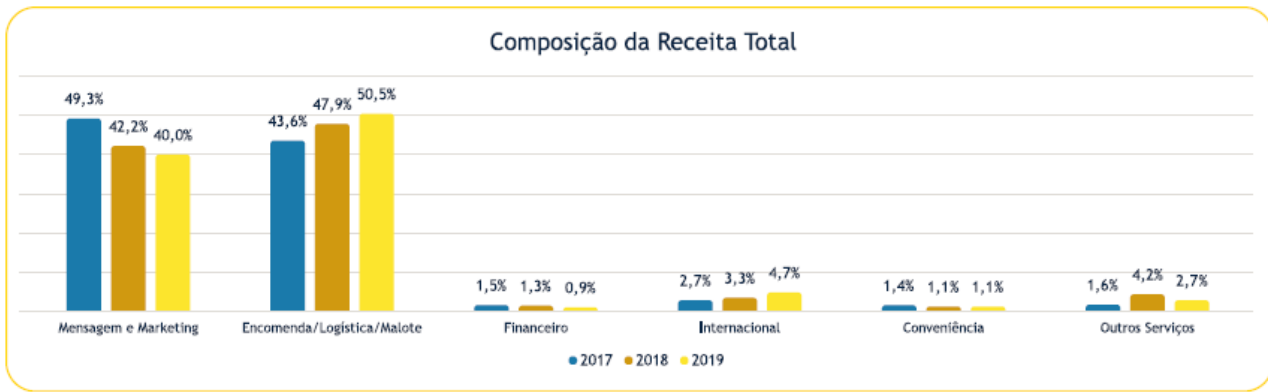
* 1 Indicador criado em 2018.

O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios emergentes, e é formado pelos seguintes segmentos de negócios: encomenda, logística e internacional. Já o indicador *market share* visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado brasileiro de encomendas. Os resultados de ambos indicadores, inferiores às metas estabelecidas para 2019, refletem o crescimento da concorrência no segmento encomenda, que conta com inúmeros entrantes, dada à sua alta atratividade e potencial de volume de negócios.

O resultado obtido pelo indicador R(H2) não foi favorável devido, principalmente, ao desempenho do segmento encomenda, que possui peso significativo na receita de vendas. Tal segmento, apesar de ter apresentado evolução de receita em relação à 2018, não atingiu a meta estabelecida para 2019. Destaca-se que o segmento internacional ultrapassou a meta estabelecida para 2019. Em relação a 2017, o resultado do indicador R(H2) apresentou crescimento de 505,4%.

Quanto ao indicador *market share* - encomenda, calculado pela razão entre a receita de encomenda dos Correios e o total da receita estimada para o mercado de encomendas, o resultado alcançado foi de, aproximadamente, 90% da meta definida (89,53%). A receita desse segmento no ano de 2019 teve um crescimento real de 3,49% (considerando crescimento nominal da receita de 7,8% e variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de 4,31%), o que pode ser considerado positivo, tendo em vista algumas referências de mercado como, por exemplo, o crescimento do PIB do país em termos reais, que fechou o ano em 1,1%. O crescimento no volume de encomendas postadas foi de 6,4%. No entanto, quando tomado, por referência, o desempenho do mercado de e-commerce no Brasil – que influencia, sobremaneira, o desempenho do segmento de negócio em pauta – verifica-se um desempenho abaixo do propiciado por este mercado, uma vez que as vendas, por meio deste canal, aumentaram 12% em faturamento e 18% em quantidade de pedidos, segundo projeção da ebitNielsen.

Mesmo sem o alcance integral dos resultados esperados, os segmentos encomenda/logística/malote vêm aumentando sua participação na receita total dos Correios, representando 50,5%, em 2019, contra 47,9% em 2018 e 43,6% em 2017, o que reduz a vulnerabilidade decorrente de a empresa ter receitas oriundas de serviços substituíveis pela utilização crescente de mídias eletrônicas para comunicação.



Fonte: Relatório de Avaliação Empresarial (RAE) – Dezembro 2017; 2018 e 2019

No intuito de fortalecer o posicionamento dos Correios como *player* diferenciado no mercado de encomendas, em 2019 destaca-se o lançamento do produto Correios Mini Envios, solução que amplia o leque de serviços de encomendas e melhora a competitividade da empresa no mercado de pequenos envios. Tal ação se caracteriza como uma das respostas da empresa em relação à configuração do mercado atual, que tem atraído diversos concorrentes, tanto nacionais quanto internacionais. Enquanto alguns têm atuação generalista, outros são especializados em nichos promissores, como o de *e-commerce*.

Destaca-se, ainda, o segmento internacional, que tinha a participação de 3,3% em 2018 e passou para 4,7% em 2019, registrando crescimento de 40,9%.

Objetivo estratégico

Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades

Indicador estratégico

1 Valor de Receitas Horizonte 3 - R\$ Milhões
2 Índice Digital

3

1 Resultado				
2017 2018 (c) 2019 (b)	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
48,36 200 19	23	82,60%	-90,50%	
2 Resultado				
2017 2018 (c) 2019 (b)	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
1,67 2,15 2,24	2,25	99,56%	4,19%	

O indicador Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) é calculado pela soma das receitas de novos negócios com potencial para gerar receita, que se referem aos serviços com foco em manter a sustentabilidade de longo prazo e que devem ser melhor explorados para geração de receita e caixa nos próximos 5 a 10 anos.

Em 2019, o resultado do indicador atingiu 82,6% da meta estabelecida para o ano. Tal resultado foi impactado, principalmente, pelo atraso no desenvolvimento e lançamento dos produtos Correios Digital, Mala Direta Perfil e Correios Lista (inteligência de *geomarketing*), ocorridos em agosto de 2019. O serviço Correios Log+ apresentou resultado acima da meta gerencial estipulada.

Registra-se que o atraso no lançamento de produtos ocasionou a redução da expectativa de receita para o horizonte 3, o que impactou a meta definida para 2019, inferior aos resultados registrados em 2017 e 2018 para o presente indicador.

O indicador Índice Digital (ID) tem por objetivo identificar o nível de digitalização de canais, processos e serviços da empresa, e alcançou resultado de 2,24 pontos (em uma escala que varia de 0 a 4), ficando muito próximo à meta estipulada para 2019. Esse resultado representou um crescimento de 4,19%, em relação ao obtido em 2018, e de 34,1% comparado ao de 2017, demonstrando evolução no nível de digitalização dos Correios.

O setor postal vem passando por transformações em decorrência do aumento da concorrência entre os operadores públicos e privados, do avanço da comunicação digital, da evolução das estratégias de marketing das empresas e do crescimento do comércio eletrônico. Em resposta a essas ameaças e

oportunidades, os Correios, em 2019, buscaram a diversificação de suas linhas de negócios, com destaque para soluções digitais, conforme exemplos a seguir:

I - Produto Caixa de Correio Inteligente para condomínios;

II - Melhorias nas interações digitais com o cliente: funcionalidade de pré-postagem no aplicativo Correios; interação com o cliente por mídia social ampliada para o Twitter e Instagram, além do Facebook, e também fora do horário comercial;

III - Implantação do *geomarketing*;

IV - Balcão do Cidadão: assinatura de 24 protocolos de intenções, 2 contratos em execução (Governo de Goiás e Prefeitura de Belo Horizonte) e 84 negociações em andamento com órgãos públicos, posicionando os Correios como uma extensão de governo na prestação de serviços ao cidadão;

V - Compra Fora: solução logística que disponibiliza endereço nos Estados Unidos, a qualquer residente no Brasil, para receber encomendas compradas via internet; Packet: solução para entrega das compras eletrônicas feitas pelos brasileiros em lojas on-line no exterior, com maior qualidade que as encomendas convencionais que são trafegadas com intermediação de outros operadores postais.



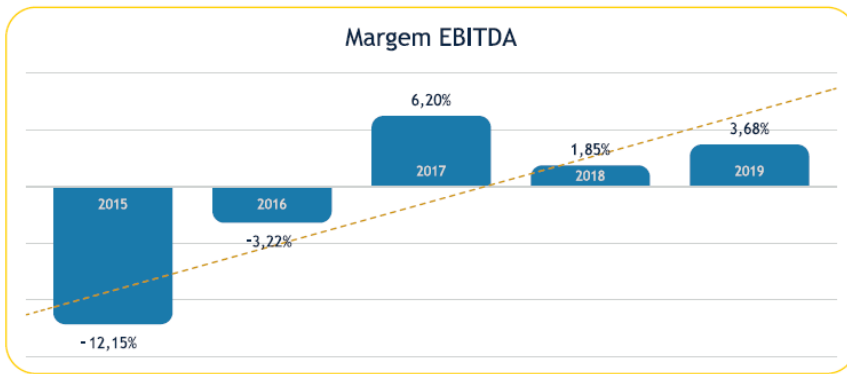
1) Indicador criado em 2018.

2) Indicador com polaridade "menor melhor"

O Indicador Margem EBITDA com Pós-emprego mede o percentual que a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e depreciação. Já o indicador *Spread Econômico* mede a diferença entre a taxa de retorno real do investimento e o custo de capital.

O comportamento positivo dos resultados desses indicadores reflete o fato de que a meta estabelecida para 2019 foi definida com a expectativa de resultado negativo e a empresa registrou um lucro de R\$ 102 milhões (a fórmula de cálculo dos dois indicadores está relacionada ao lucro). Tal expectativa de resultado negativo também influenciou a definição de meta para os dois indicadores sendo que, para o indicador Margem EBITDA com pós-emprego, a meta foi inferior aos resultados obtidos em 2017 e 2018.

Os segmentos de negócio que mais contribuíram para o referido lucro, em função principalmente do crescimento de suas receitas, foram o de encomenda e o internacional. O desempenho do lucro líquido foi influenciado pelo incremento registrado nas receitas (R\$ 62 milhões acima do previsto) e pelas despesas, que apresentaram resultado de R\$ 446 milhões inferior ao projetado, em função, principalmente, da redução das despesas em provisões, R\$ 583 milhões menor que o planejado; e de aluguéis, com resultado inferior à meta em R\$ 221 milhões. Ainda que a receita operacional não tenha registrado um crescimento significativo, as despesas estão sendo contidas. O gráfico a seguir demonstra que a Margem EBITDA vem se recuperando desde 2017.



Fonte: WebCONT

Em relação ao Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planeçadas (IOBZ), a meta anual foi extrapolada, principalmente, pela execução acima do planejado na subcategoria de despesas Salários e Encargos, que teve execução superior ao planejado em R\$ 755 milhões. Contudo, importante ressaltar que a continuidade dos ciclos da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) promove maior controle do orçamento. As iniciativas de redução de custos OBZ proporcionaram R\$ 770 milhões em reduções de despesas em 2018, e R\$ 318,3 milhões em 2019. As categorias benefícios, *facilities* e perdas operacionais foram as que mais contribuíram para atenuar o desvio orçamentário acumulado no ano de 2019.

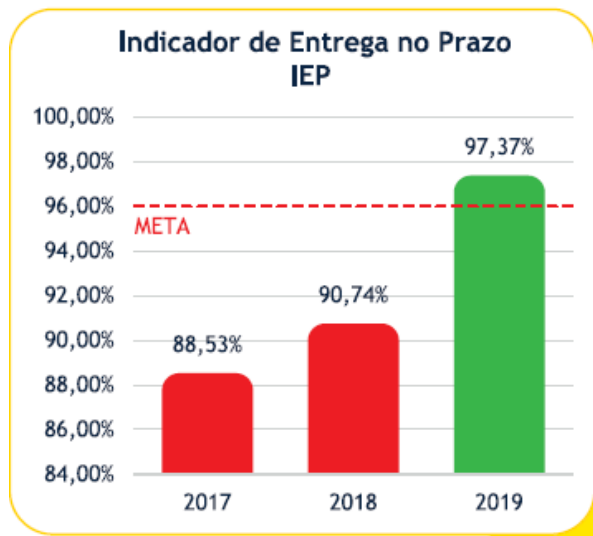
Objetivo estratégico		Indicador estratégico		
<p>Objetivo estratégico Aumentar a produtividade com excelência operacional</p>		<p>Indicador estratégico</p> <p>1 Indicador de Entrega no Prazo - IEP 2 Indicador de Produtividade¹ - R\$ 3 Market Share - Encomenda² 4 Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional³ 5 Indicador de Satisfação do Cliente⁴</p>		
		5		
1 Resultado	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
2017 2018 (c) 2019 (b) 88,53% 90,74% 97,37%	95,87%	101,56%	7,31%	
2 Resultado	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
2017 2018 (c) 2019 (b) 18.170 4.547 184.544	184.868	99,82%	3.958,59%	
3 Resultado	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
2017 2018 (c) 2019 (b) - 45,20% 43,60%	48,70%	89,53%	-3,54%	
4 Resultado	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
2017 2018 (c) 2019 (b) - - 1,74%	3%	58,10%	-	
5 Resultado	Meta 2019(a)	% de realização da meta (b/a)	Variação 2019x2018 (b/c)-1	
2017 2018 (c) 2019 (b) - 78,80% 84,64%	85,00%	99,58%	7,41%	

1) Para o ano de 2019, houve alteração na fórmula de cálculo do indicador, que passou a ser mensurado pela razão Receita Operacional Líquida/Empregados. Em 2017 e 2018 essa razão era EBITDA sem Pós-emprego/Empregados.
 2) Indicador criado em 2018.
 3) Indicador criado em 2019.
 4) Indicador não apurado em 2017.

Dentre os 5 indicadores associados a esse objetivo estratégico, apenas o Indicador de Entrega no Prazo - IEP atingiu a meta estabelecida para o ano de 2019, com resultado de 97,37%, ou seja, 1,5 ponto percentual acima da meta acumulada de 95,87%.

O Indicador de Entrega no Prazo (IEP) é o indicador estratégico da qualidade operacional; mede a entrega no prazo dos objetos postais, resultante dos indicadores de cada segmento de negócio (encomenda, internacional, logística e mensagem).

Desde o 2º semestre de 2018, os serviços prestados pelos Correios estão em crescente evolução, alcançando, em 2019, o melhor desempenho operacional dos últimos anos, em que o IEP atingiu o resultado de mais de 97% de objetos entregues no prazo previsto. Além da elevação da qualidade operacional, houve uma considerável estabilidade do índice em todos os segmentos de negócios, permanecendo acima da meta quase o ano todo.



O excelente desempenho do IEP, em 2019, reflete o aprimoramento da qualidade operacional, por meio de uma gestão mais eficiente, que contempla um redesenho administrativo voltado para o fluxo do processo operacional, com o acompanhamento pormenorizado de cada etapa do processo, assim como a adoção de ações efetivas, como: implantação do sistema de monitoramento da rede de transporte; modernização e expansão dos sistemas de automação da triagem ao longo dos últimos anos; implantação da execução indireta de serviço (EIS) em atividades operacionais; implantação da Distribuição Domiciliária Alternada (DDA); implantação de roteirização na etapa de entrega; e ampliação e renovação da frota de distribuição.

O Índice de Encomendas (IEPE) afere a qualidade operacional do serviço de maior faturamento dos Correios e apresentou resultado acumulado de 98,08% no ano de 2019, enquanto o Índice de Objetos Internacionais (IEPI) apresentou um índice de 98,60% de entregas no prazo de objetos postados no exterior e destinados ao Brasil. O Índice de Entrega no Prazo de Mensagens (IEPM), que apresentou resultado de 94,73% em 2019, contempla a qualidade dos serviços carta simples, carta registrada, remessas expressa e econômica, telegrama, entre outros.

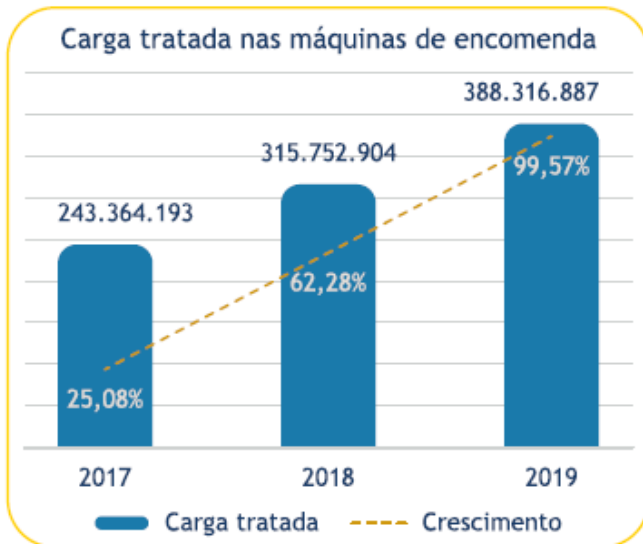
O Índice de Entrega no Prazo de Logística (IEPL) afere a entrega no prazo dos objetos de logística integrada e o desempenho das operações especiais de logística. Em 2019, apresentou resultado acumulado de 98,03%, portanto, superior à meta de 97,50%.

É possível concluir, ainda, que os índices de entrega no prazo alcançados em 2019 são compatíveis com os percentuais encontrados entre as maiores empresas postais do mundo, conforme tabela abaixo:

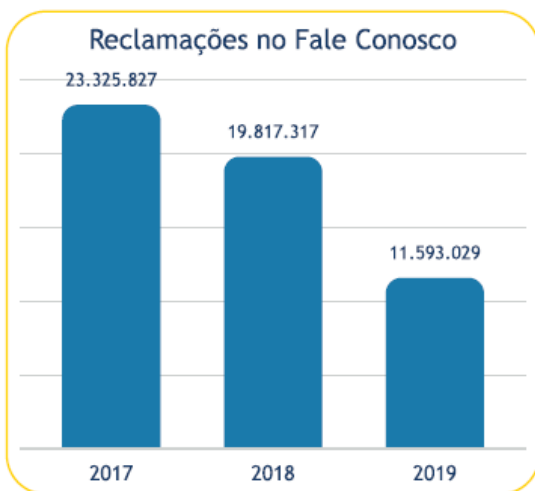
Percentual de entrega no prazo entre empresas postais de diversos países

Empresa Postal	Encomendas	Cartas
Correios	98,08% (IEPE)	94,73% (IEPM)
An Post (Irlanda)	96%	98%
Deutsche Post (Alemanha)	98%	98%
Japan Post	98,60%	N/A
Canada Post	95,80%	94%
CTT (Portugal)	95%	95%

Destaca-se que a implantação de novas máquinas de triagem de objetos teve continuidade em 2019, com a instalação de novos sistemas de triagem automatizada de encomendas nos Centros de Tratamento de Cartas e Encomendas – CTCE de Belo Horizonte/MG e de Florianópolis/SC, incrementando a capacidade de triagem em mais de 24 mil objetos por hora, com um investimento de mais de 95 milhões de reais. A atual capacidade de tratamento automatizado de encomendas é de até 192 mil objetos por hora, retratando um aumento de mais de 99% em relação ao início do projeto, em 2016.



É válido acrescentar que o resultado da qualidade operacional refletiu na redução de 41,5% de reclamações registradas no sistema Fale Conosco para o ano de 2019, comparada à quantidade registrada em 2018 (redução de, aproximadamente, 8,224 milhões de ocorrências). Ressalta-se que 92,13% das manifestações referem-se a reclamações de objetos nacionais postados com registro (reclamação nacional).



Merece destaque, ainda, o resultado da auditoria operacional na qualidade dos serviços postais prestados pelos Correios, realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), diante de solicitação do Congresso Nacional, em razão da elevada quantidade de reclamações feitas pelos consumidores sobre altos índices de atrasos e extravios, conforme explicitado na matéria abaixo:

Correios se modernizam e atingem 97% em índice de entrega no prazo

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), relatada pela ministra Ana Arraes, verificou melhoria na gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Além disso, houve investimentos nos últimos anos

Por Secom TCU
12/02/2020



RESUMO

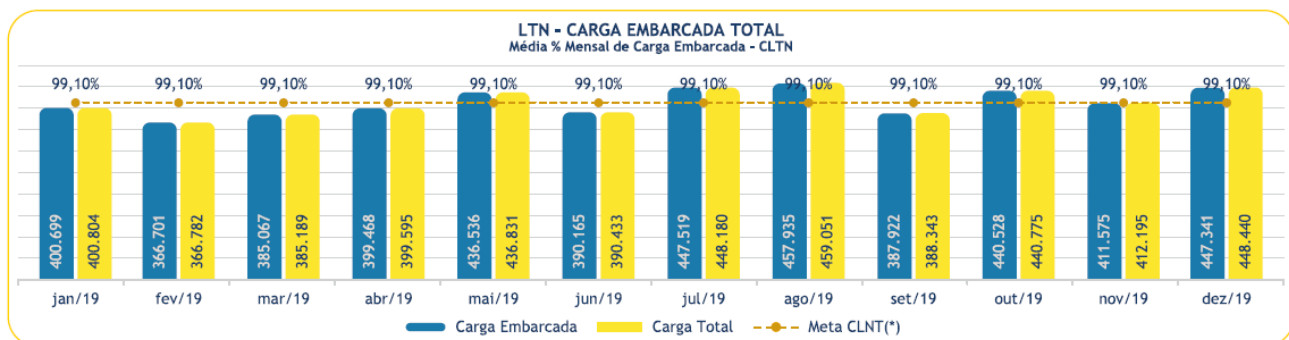
- Índice de Entrega no Prazo dos Correios atinge 97% em 2019.
- Após recorde nos Procons em 2018, reclamações caem pela metade no ano seguinte.
- Os Correios mudaram sua gestão e investiram em máquinas de triagem, renovação da frota e smartphones, tornando o processo mais ágil e eficiente.
- A ECT recebeu bônus de R\$ 100 milhões por ser a 6ª melhor do mundo na categoria Prime, de entrega de objetos de até 2kg.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, sob a relatoria da ministra Ana Arraes, fiscalização sobre os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A auditoria da Corte de Contas foi originada de Solicitação do Congresso Nacional (SCN), demandada pela Comissão de Defesa do Consumidor, da Câmara dos Deputados.

A SCN fundamentou-se na elevada quantidade de reclamações, em 2018, dos consumidores sobre altos índices de atrasos e extravios. Foram destacadas questões relacionadas à gestão da ECT que mereceriam ser aprofundadas.

Fonte: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/correios-se-modernizam-e-atingem-97-em-indice-de-entrega-no-prazo.htm>

Acrescenta-se que a adequação da capacidade da malha de transporte à carga total, promovida ao longo de 2019, proporcionou a eficiência necessária para assegurar o encaminhamento nacional dentro de prazos e níveis de qualidade pactuados com os clientes, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.



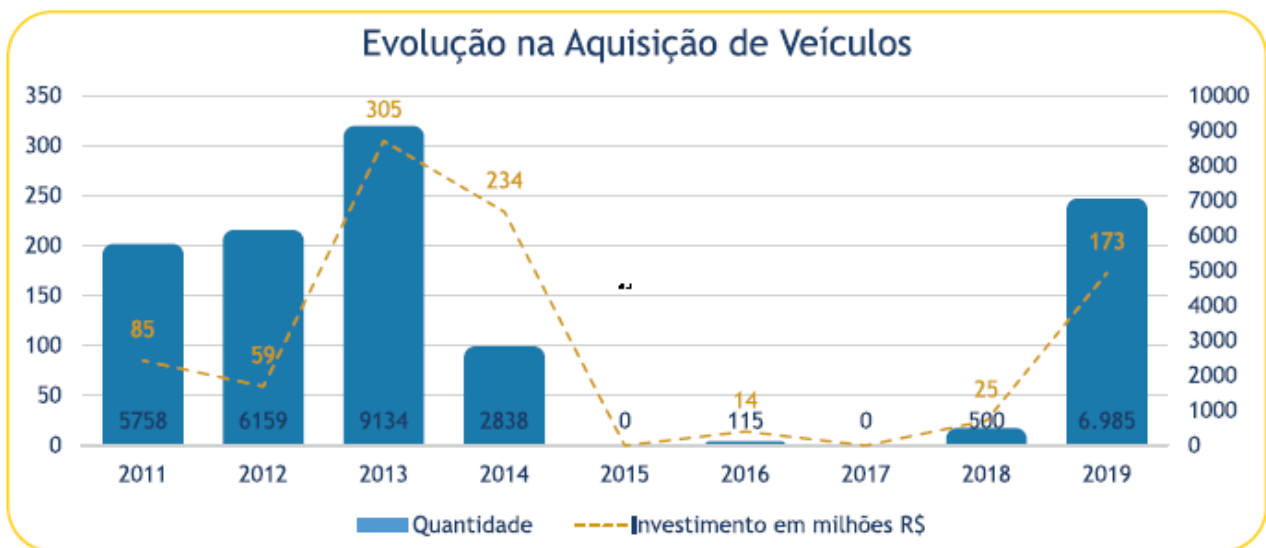
(*) CLTN - Carga Embarcada em Linha de Transporte Nacional

Destaque-se, também, a publicação da Portaria nº 1.203/2018 do Ministério supervisor, que estabeleceu metas e diretrizes para a implantação da Distribuição Domiciliar Alternada (DDA), o que possibilitou a um mesmo carteiro atender duas regiões de entregas distintas, em dias subsequentes, sem que haja perda de prazo nos objetos para os clientes, o que propiciou aumento da produtividade e da qualidade dos serviços postais. Em julho de 2019, 100% dos Centros de Distribuição Domiciliária (CDD) estavam com a DDA implantada, proporcionando uma redução de efetivo de cerca de 14% e de, aproximadamente, 8.500 posições de trabalho.

Ademais, o modelo de distribuição alternada resultou na redução da percorrida diária do carteiro. Por meio de estudos técnicos, foi possível verificar uma redução de 27% na média diária de percorrida de um carteiro pedestre, conforme figura a seguir:



Para a retomada pela empresa da qualidade operacional, foram realizados investimentos em aquisições de veículos e motocicletas no montante de, aproximadamente, 173 milhões de reais, conforme apresentado abaixo:



O Indicador de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2019, o indicador apresentou o resultado de R\$ 184,5 mil, atingindo 99,82% da meta esperada para o ano (R\$ 184,9). Tal resultado está relacionado ao fato de que a Receita Operacional Líquida apresentou resultado de R\$ 78 milhões abaixo do planejado para o ano, influenciada pelo segmento encomenda, que também não atingiu a meta anual correspondente. Acrescenta-se que o efetivo de empregados registrou resultado abaixo da meta, atenuando, em parte, o efeito no indicador de desempenho da receita, o que possibilitou o alcance de resultado próximo à meta anual.

Correlacionado à força de trabalho e ao seu peso no Indicador de Produtividade (IP), com vistas a contribuir para o aumento da competitividade da empresa, encontram-se implantados o teletrabalho e a jornada reduzida de trabalho, assim como foi estabelecida a extinção do contrato de trabalho por acordo.

Atinente aos processos transacionais, com a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), que visa à racionalização e à centralização de processos transacionais de tecnologia, gestão de pessoas, financeiro e administrativo, observaram-se os seguintes progressos em 2019: redução de custos e maior celeridade na prestação de serviços transacionais, mediante a migração de atendimentos para o formato de HelpDesk (323 scripts - 126 serviços); otimização do processo decisório com a implantação dos polos centralizadores; otimização dos custos organizacionais, com a redução do número de empregados

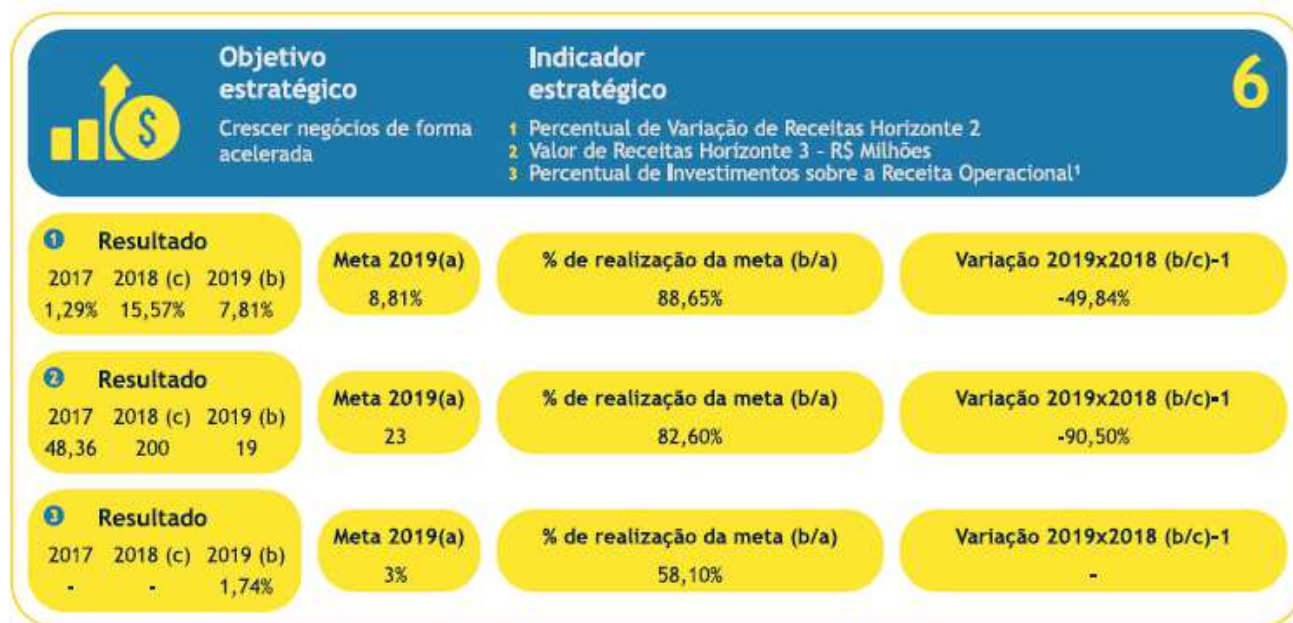
envolvidos em atividades transacionais (de 2.667 empregados, em agosto/2017, para 1.766 em dezembro/2019) e extinção de órgãos, perfazendo uma economia anual de R\$ 4.419.308,64 com a extinção de funções.

Em relação ao modelo de atendimento adotado pela empresa, destaca-se a revisão dos canais de atendimento atuais e a implantação de novos modelos. Em 2019, houve o fechamento de 162 agências devido à proximidade com outras já existentes na região. Como resultado, foram disponibilizados e realocados 913 profissionais e, ainda, registrada uma economia de R\$ 7,8 milhões/mês (no período de outubro a dezembro de 2019) com redução de aluguéis, instalações e serviços.

O Indicador Market Share – Encomenda, associado também ao objetivo estratégico “Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística” alcançou, aproximadamente, 90% da meta definida (89,53%). A análise correspondente foi apresentada no contexto da avaliação do referido objetivo.

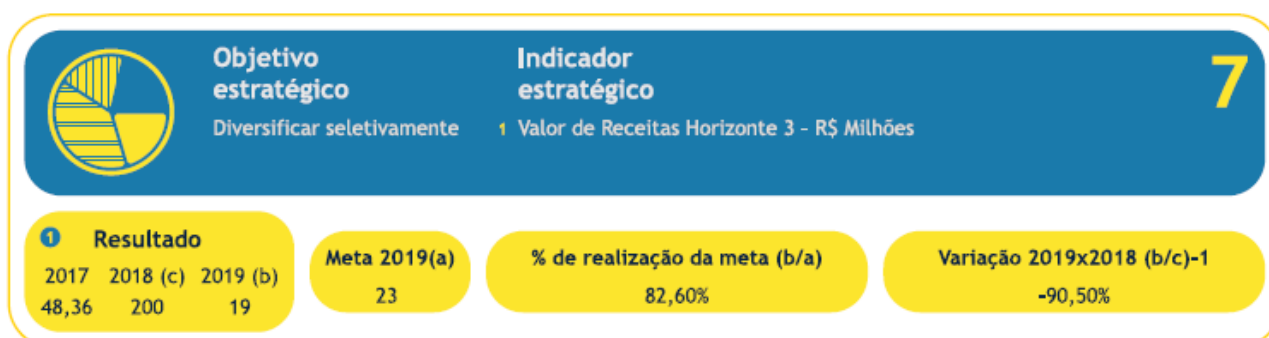
O Indicador Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional (IRO), que mensura de forma objetiva a representatividade dos investimentos realizados pela empresa na receita operacional, apresentou resultado de 1,74% no ano de 2019, com desempenho de 58,10% em relação à meta de 3%.

O Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) alcançou 99,58% da meta estabelecida para o período. Os Correios alcançaram 84,64% de aprovação em pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional realizada em 2019. Os clientes avaliaram aspectos operacionais, comerciais, tecnológicos, processos relacionados ao faturamento, pós-venda, representante comercial, além da satisfação geral e imagem dos Correios. Os resultados obtidos demonstraram crescimento em todos os aspectos/processos avaliados.



1) Indicador criado em 2019.

Os indicadores estratégicos deste objetivo estratégico também auxiliam a mensuração e avaliação do alcance dos objetivos estratégicos “Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística”; “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades” e “Aumentar a produtividade com excelência operacional”. As respectivas análises foram apresentadas quando da abordagem desses objetivos.



A partir da análise apresentada anteriormente para o indicador estratégico Valor de Receitas Horizonte 3, associado também aos objetivos estratégicos “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades” e “Crescer negócios de forma acelerada”, pode-se observar que a meta estabelecida para 2019 não foi atingida.

Contudo, com o crescimento registrado nos segmentos encomenda, internacional e conveniência, em relação a 2018 (7,8%, 40,9% e 3,2%, respectivamente), algumas ações merecem destaque:

I - Lançamento do serviço de Encomenda Econômica (Mini Envios), que possui, atualmente, 422 clientes com o serviço ativo em contrato e receita de R\$ 1,5 milhão;

II - Lançamento da Entrega Interativa, que permite ao cliente solicitar a suspensão de entrega via *Web Service*, realizar rastreamento pelo CPF/CNPJ e suspender a entrega via SEIN e via Portal Correios;

III - Lançamento do serviço CompraFora e ampliação dos atributos e da capacidade operacional do Packet para atendimento ao mercado de importação, favorecendo o crescimento da receita do segmento internacional e fortalecendo o posicionamento dos Correios no mercado internacional. Em 2019, a receita de ambos os serviços correspondeu a R\$ 11,1 milhões.

Em 2019, a inovação corporativa dos Correios fortaleceu seu papel de articulação – promovendo o processo de inovação e a coesão entre as iniciativas de inovação, disseminando métodos e ambientes para gerar e testar soluções e estimulando a cultura favorável à inovação, com destaque para:

I - Soluções direcionadas às áreas de operação e de gestão de pessoas, realizadas em parceria com a Universidade de Brasília;

II - Projeto “Utilização da capacidade dos veículos na última milha”, realizado em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina;

III - Criação e testes de protótipos para melhor atender ao cliente;

IV - Concurso interno para avaliar práticas inovadoras e a divulgação (*podcast* e *newsletter*) para estimular um ambiente favorável à inovação.

Indicadores de universalização - Vide subitem 1.4.1 desta Carta Anual

Indicador de projetos estratégicos

Abrangendo os sete objetivos estratégicos definidos para a Estratégia Correios, há o Indicador Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos.



¹ Indicador criado em 2018.

Para o monitoramento de projetos estratégicos, é utilizada pela empresa a Metodologia de Gerenciamento de Projetos dos Correios (MGP), criada com base no Guia de Melhores Práticas – PMBOK® e de acordo com as melhores técnicas de mercado.

De modo a proporcionar o devido acompanhamento das iniciativas estratégicas e dos respectivos projetos, foi desenvolvida a Ferramenta de Gerenciamento de Projetos (FGPWeb), que acompanha a execução desde a fase de iniciação ao encerramento. Nessa ferramenta são lançadas, tempestivamente, as informações concernentes ao planejamento e execução, quais sejam: premissas, restrições, tempos, custos, qualidade, progresso, riscos, equipe, capacitação, contratações, partes interessadas, matriz de responsabilidade, bem como outras ocorrências e informações relevantes.

Nesse contexto, foi criado o indicador estratégico “Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos – RPPE” para avaliar o nível de implantação das iniciativas estratégicas, em andamento que, aliado à análise dos resultados obtidos pelos demais indicadores estratégicos e pelos resultados alcançados com a execução das iniciativas, fornece subsídios para que a empresa avalie o estágio de implementação da Estratégia Correios. O cálculo desse indicador é executado pela razão entre os projetos realizados e os projetos planejados para um determinado período.

Em 2019, o indicador em pauta teve sua meta definida em 100% e alcançou o resultado de 94,50%. Tal resultado evidencia a realização, pelos Correios, de quase a totalidade em relação ao que foi planejado para os projetos estratégicos.

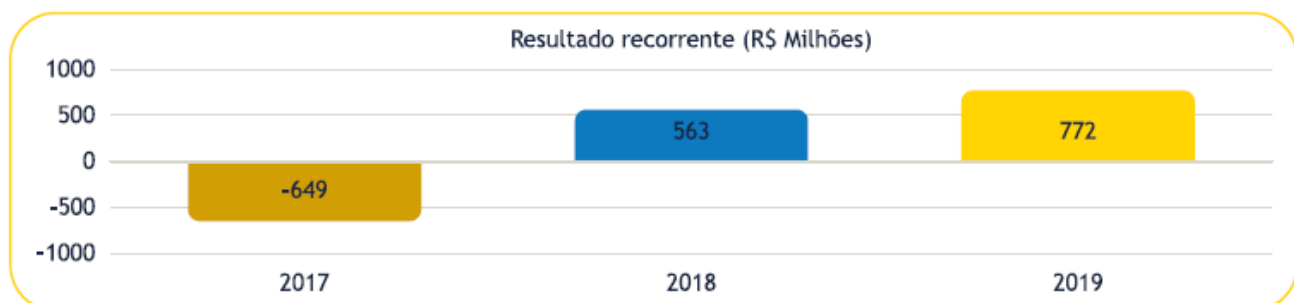
A avaliação voltada ao desempenho da Estratégia Correios 2019-2023 indica que a empresa cumpre sua missão, calcada nos valores organizacionais de integridade, respeito às pessoas, responsabilidade, orgulho em servir à sociedade, compromisso com o resultado e orientação ao futuro. Em 2019, ao liderar os principais segmentos do setor no Brasil, a empresa concretizou a visão de ser a primeira escolha do cliente.

Sob a ótica dos indicadores e iniciativas estratégicas, verifica-se que a empresa obteve importantes avanços ao longo do exercício de 2019 na busca pelo alcance dos objetivos estratégicos, com destaque para o objetivo 2. Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística, principalmente, em função do desempenho obtido no segmento encomenda; e para o objetivo 5. Aumentar a produtividade com excelência operacional, uma vez que as metas de qualidade e produtividade foram alcançadas ou estiveram perto disso (101,56% e 99,82% de realização da meta, respectivamente), com recuperação da satisfação dos clientes. Do total de 15 Indicadores Estratégicos mensurados, 4 atingiram a meta estabelecida para o ano (26,7%).

Em última análise, considerando o desempenho obtido no exercício, destaca-se que **todos os objetivos estratégicos** permanecem sendo desafiadores e relevantes para a sustentabilidade dos Correios.

2.3 Da Situação financeira e patrimonial

A empresa vem mantendo, por meio de ações que visam a sustentabilidade, o desempenho positivo nos resultados. O lucro líquido recorrente de 2019 foi de R\$ 772 milhões e, em relação a 2018, apresentou evolução de 37,1%.



Esse resultado é alcançado retirando-se do lucro líquido eventos extraordinários, tais como: Incentivo Financeiro Diferido (IFD) do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e do Plano de Desligamento Voluntário (PDV); Provisão do Benefício Pós-emprego; Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios.

Resultado líquido contábil (R\$ Milhões)			Variação		
Descrição	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Resultado Recorrente	-649	563	772	186,7%	37,1%
Eventos Não Recorrentes					
Provisão Benefício Pós-emprego	2.364	-143	111	-106,0%	177,6%
PDI/PDV	-1.013	-312	-454	69,2%	-45,5%
Atualização Créditos Imunidade Tributária	74	278	91	275,7%	-67,3%
Contingências e Precatórios	-109	-225	-418	-106,4%	-85,8%
Resultado Líquido Contábil	667	161	102	-75,9%	-36,6%

O lucro líquido apurado foi de R\$ 102 milhões, com redução de 36,6%, em relação ao resultado de 2018. Cabe ressaltar que, apesar do decréscimo no resultado, a empresa adotou medidas que impactaram diretamente o resultado em 2019 e que, a curto e médio prazos, surtirão efeitos positivos, a exemplo das despesas decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV/2019), que resultou em um gasto total de R\$ 342 milhões.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)			Variação		
Descrição	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Receita Total	18.569	19.694	19.602	6,1%	-0,5%
Receita Bruta de Venda de Produtos e Serviços	18.309	18.908	19.105	3,3%	1,0%
Receita Líquida de Venda	17.337	18.176	18.356	4,8%	1,0%
Despesa Total	17.902	19.533	19.500	9,1%	-0,2%
Resultado Líquido	667	161	102	-75,9%	-36,6%
Resultado Financeiro	-71	277	-79	490,1%	-128,5%

Ressalta-se, ainda, que os resultados positivos apurados, a partir de 2018, devem-se a uma melhora contínua na eficiência operacional da empresa, que produziu redução de custos e acréscimos de receitas, sem prejudicar o desempenho da qualidade dos serviços prestados ao cliente, conforme pontuado no Relatório TC 043.382/2018-5, emitido pelo TCU em fiscalização solicitada pelo Congresso Nacional.

Em relação à redução no resultado financeiro de 2019, observa-se que foi influenciada, sobretudo, pela diminuição de R\$ 187 milhões nas receitas de juros advindas da atualização dos tributos a compensar, bem como pelo aumento de R\$ 118 milhões na despesa de juros, devido principalmente à adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos - vigente a partir de janeiro de 2019, conforme tabela a seguir:

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)			Variação		
Descrição	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Receitas Financeiras	314	629	388	100,3%	-38,3%
Despesas Financeiras	-385	-352	-467	8,60%	-32,7%
Resultado Financeiro	-71	277	-79	490,1%	-128,5%

Em relação ao lucro bruto obtido, observa-se a manutenção de efeitos positivos ao longo dos últimos anos, ocasionados pelo aumento na receita líquida e pela queda nos custos gerados no período. Contudo, cabe esclarecer que a representativa variação do lucro bruto entre 2017 e 2016 que, inclusive, foi objeto de questionamento pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 3650/2020, deveu-se, principalmente, à redução na receita do Banco Postal e aos aumentos nos custos gerados no período em decorrência do PDI.

LUCRO BRUTO (R\$ MILHÕES)				
Descrição	2016*	2017*	2018	2019
Receita Líquida de Vendas e Serviços	17.682	17.337	18.176	18.356
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	-15.430	-16.049	-15.679	-15.636
Total	2.252	1.288	2.497	2.720

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

As receitas líquidas perfizeram R\$ 17,3 bilhões em 2017 e R\$ 17,7 bilhões em 2016, uma redução de 1,95%. Essa variação é ocasionada, principalmente, pela redução na receita do Banco Postal que, em 2016, alcançou a marca de R\$ 1,2 bilhão, enquanto, em 2017, alcançou somente R\$ 231 milhões, em virtude do novo contrato de correspondente firmado em 3 de dezembro de 2016.

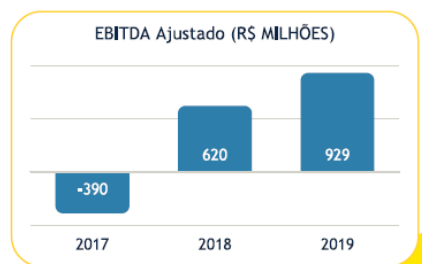
Os custos dos produtos vendidos e serviços prestados apresentaram aumento de 4%, quando cotejados aos exercícios de 2016 e 2017, devido, sobretudo, ao custo do Incentivo Financeiro Diferido (IFD) relativo ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI) dos empregados, no montante de R\$ 512 milhões.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentam redução 2,3% de 2017 para 2018 e mantêm-se praticamente estáveis de 2018 para 2019. Em 2018, a redução se deu, principalmente, pela diminuição do quadro de pessoal decorrente do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e pela redução de R\$ 283 milhões na despesa com serviço de saúde, motivada pela implementação do formato de custeio do plano CorreiosSaúde, oriunda de decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 12 de março de 2018, que estabeleceu o pagamento de mensalidades e a alteração na coparticipação das despesas médicas.

Ressalta-se que, desde 2018, as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços vêm apresentando crescimento, conforme tabela acima. Essa performance deve-se, sobretudo, ao aumento da receita nos segmentos de encomendas e internacional, em que pese redução no segmento de mensagem.

EBITDA

O EBITDA ajustado, que corresponde ao lucro antes dos juros, dos impostos, da depreciação e da amortização, excluindo-se os efeitos do benefício pós-emprego e dos incentivos financeiros decorrentes dos planos de desligamentos (PDI e PDV), demonstrou acréscimo de 49,8%, em relação ao exercício de 2018, principalmente, em função do aumento da receita dos segmentos encomendas e internacional.

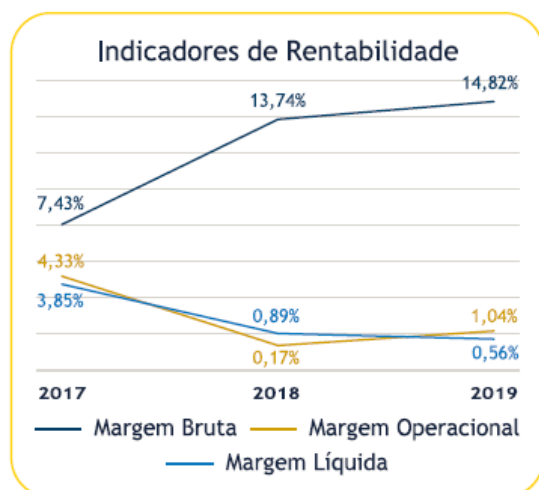


A tabela a seguir demonstra a composição do EBITDA e do EBITDA ajustado (sem os efeitos dos benefícios pós-emprego e as despesas com os incentivos financeiros dos planos de desligamentos):

Descrição	EBITDA (R\$ MILHÕES)					Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018		
EBITDA Ajustado	-390	620	929	259,0%	49,8%		
Pós-Emprego Previdência POSTALIS	79	1	-37	-98,7%	***		
Pós-Emprego Previdência POSTALPREV	90	91	78	1,1%	-14,3%		
Pós-Emprego Saúde	2.285	-145	69	-106,3%	147,6%		
Incentivo Financeiro Diferido (IFD)	-993	-233	-22	76,5%	90,6%		
PDV	-	-	-342	-	-100,0%		
EBITDA	1.071	334	675	-68,8%	102,1%		
Depreciação e Amortização	-323	-304	-484	5,9%	-59,2%		
Resultado Financeiro	-71	277	-79	490,1%	-128,5%		
Resultado antes dos tributos s/ lucro	667	307	112	-54,7%	-63,5%		

Indicadores de rentabilidade

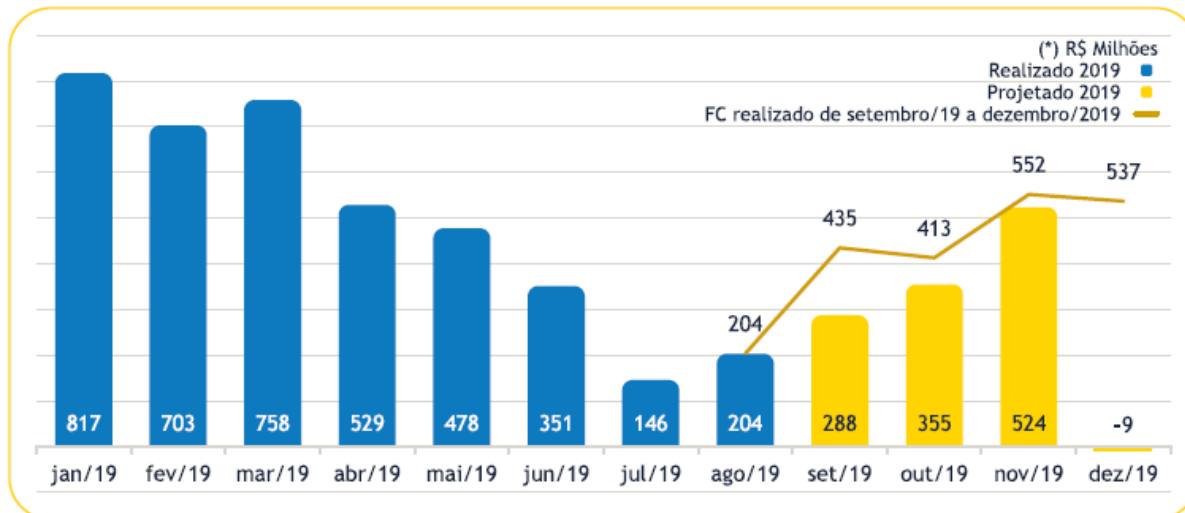
Os indicadores de rentabilidade evidenciam o retorno proporcionado pelos recursos investidos pela empresa. De maneira geral, quanto maior, melhor, pois possibilitam avaliar a capacidade de geração de lucro e crescimento ao longo do tempo, conforme demonstrado no gráfico abaixo, no comparativo entre o período de 2017 a 2019.



Considerando o aumento em 2019 da Margem Operacional e da Margem Bruta, verificou-se, comparado a 2018, o crescimento da rentabilidade, em termos operacionais. No entanto, o resultado financeiro negativo de R\$ 79 milhões, em 2019, contribuiu para a queda da margem líquida.

Situação financeira

No ano de 2019, o fluxo de caixa realizado até agosto apresentava saldo de R\$ 204 milhões e a estimativa para o final do ano sinalizava um saldo negativo de R\$ 9 milhões, conforme gráfico abaixo:

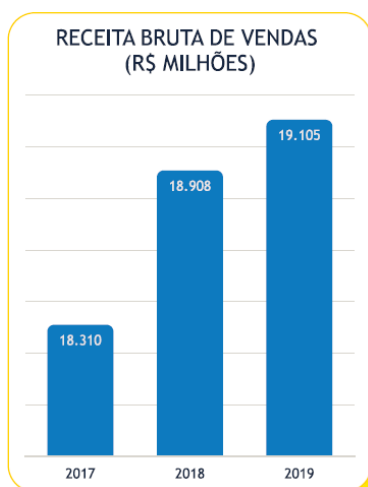


Com o objetivo de assegurar a liquidez da empresa, ainda em 2019 foram adotadas medidas emergenciais de curto prazo para reverter a estimativa de saldo negativo de R\$ 9 milhões no referido ano. Entre as iniciativas emergenciais adotadas, destacam-se:

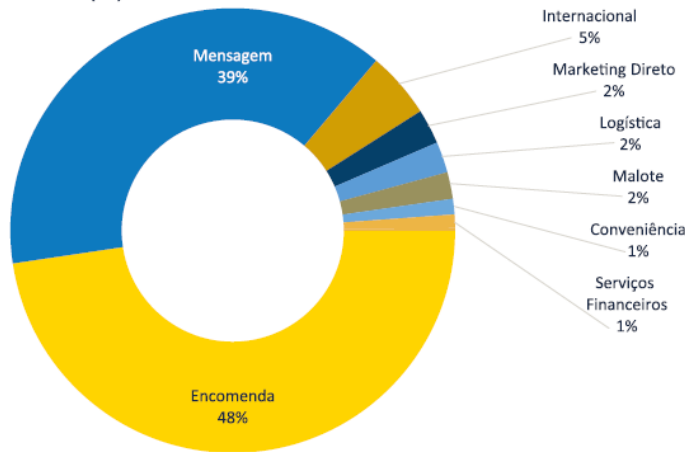
- I - Ações com vistas ao recebimento do valor de R\$ 202 milhões, referentes à ordem de crédito do exterior, em que a entrada em caixa ocorreu em 20/12/2019;
- II - Postergação dos desembolsos relativos aos investimentos de, aproximadamente, R\$ 75 milhões do exercício de 2019 para 2020;
- III - Negociação para postergação de pagamento a fornecedores, que resultou na permanência de, aproximadamente, R\$ 145 milhões no caixa de 2019;
- IV - Negociação com clientes de recebíveis, que resultou na antecipação de, aproximadamente, R\$ 130 milhões no período de janeiro/2020 para dezembro/2019.

Receita bruta de vendas e serviços

Em 2019, as receitas de vendas de produtos e de prestação de serviços atingiram R\$ 19,1 bilhões, com evolução de 1,0%, em relação ao ano anterior. A performance positiva foi impulsionada, principalmente, pelos segmentos de encomendas, com incremento de, aproximadamente, 7,8%, e do internacional, com acréscimo de 40,8%.



RECEITA VENDAS (%)



RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ MILHÕES)

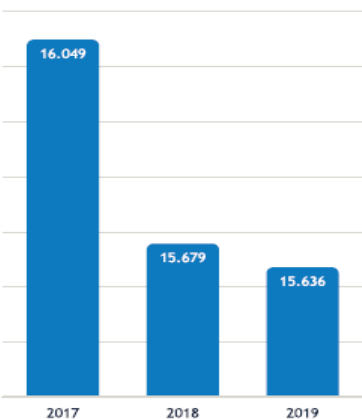
Variação

Descrição	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Encomenda	7.012	8.443	9.103	20,4%	7,8%
Mensagem	8.587	7.773	7.360	-9,5%	-5,3%
Internacional	495	654	921	32,1%	40,8%
Marketing Direto	564	545	485	-3,4%	-11,0%
Logística	622	591	429	-5,0%	-27,4%
Malote	458	402	370	-12,2%	-8,0%
Conveniência	252	209	216	-17,1%	3,3%
Serviços Financeiros	281	252	185	-10,3%	-26,6%
Outros	39	39	36	-0,0%	-7,7%
Total	18.310	18.908	19.105	3,3%	1,0%

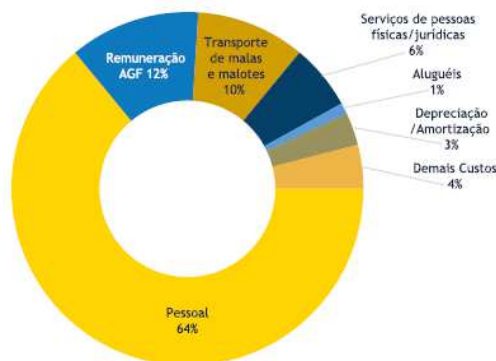
Custos dos produtos e serviços

Em 2019, os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiram R\$ 15,6 bilhões, portanto, não houve variação significativa no comparativo entre 2019 e 2018.

CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ MILHÕES)



CUSTOS (%)



Descrição	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ MILHÕES)			Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Pessoal	10.767	9.965	9.989	-7,4%	0,2%
Remuneração AGF	1.423	1.724	1.800	21,2%	4,4%
Transporte de malas e malotes	1.445	1.545	1.610	6,9%	4,2%
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	1.120	1.137	1.007	1,5%	-11,4%
Aluguéis	449	445	202	-0,9%	-54,6%
Depreciação/Amortização	242	227	401	-6,2%	76,7%
Demais Custos	603	636	627	5,5%	-1,4%
Total	16.049	15.679	15.636	-2,3%	-0,30%

Do total dos custos, R\$ 9,9 bilhões referem-se a gastos ordinários com pessoal e incentivo financeiro oferecido aos empregados pela adesão aos planos de desligamento, sendo o valor remanescente referente, principalmente, à remuneração de agências franqueadas (AGFs), transportes, prestação de serviços de terceiros e aluguéis.

A diminuição das despesas de aluguéis e o acréscimo na despesa de depreciação/amortização foram ocasionados, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos, vigente a partir de 2019.

Custos e despesas com pessoal



Descrição	DESPESAS COM PESSOAL (R\$ MILHÕES)			Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	10.689	10.306	10.063	-3,6%	-2,4%
Saúde	1.774	1.491	1.666	-16,0%	11,7%
IFD-PDI	993	233	22	-76,5%	-90,6%
PDV/2019	-	-	342	-	***
Total	13.456	12.030	12.093	-10,6%	0,5%

Em relação aos custos e despesas de pessoal, verifica-se redução, em relação a 2018, nos dispêndios com salários, encargos e benefícios na ordem de R\$ 244 milhões, proporcionada pela adesão dos empregados aos planos de demissão voluntária e incentivada.

Despesas operacionais

As despesas operacionais de 2019 perfizeram o total de R\$ 2,6 bilhões, portanto, não houve variação significativa no comparativo de 2019 com 2018.

Descrição	DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MILHÕES)			Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Despesas com vendas/serviços	212	118	119	-44,3%	0,8%
Despesas Gerais e Administrativas	3.399	2.529	2.526	-25,6%	-0,1%
Resultado de Participação em Controlada	-	-	9	-	***
Outras Despesas Operacionais	93	3	10	-96,8%	-233,3%
Total	3.704	2.650	2.664	-28,5%	0,50%

Outras receitas operacionais

Em 2019, as outras receitas operacionais alcançaram o valor de R\$ 135 milhões, com uma redução de 26% em relação a 2018.



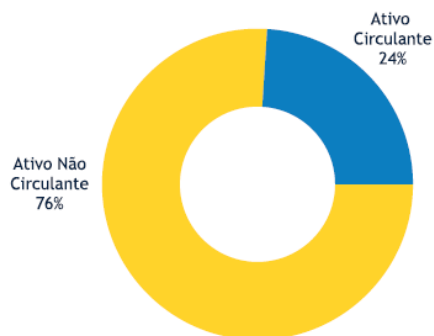
Destaca-se que, em 2017, foram registrados R\$ 2,9 bilhões em outras receitas operacionais, em razão da reversão do custo do serviço, oriunda da alteração do custeio do plano de saúde dos empregados, pautada na decisão do TST no Dissídio Coletivo 2018 e nas disposições da Resolução CGPAR nº 23/2016.

Situação patrimonial

As Demonstrações Contábeis configuram um dos principais instrumentos produzidos pelos Correios para auxiliar os *stakeholders* na avaliação do desempenho econômico-financeiro ocorrido no período.

Nesta linha, apresenta-se, a seguir, a situação patrimonial dos Correios, exposta nos grandes grupos do balanço, quais sejam: ativo, passivo e patrimônio líquido.

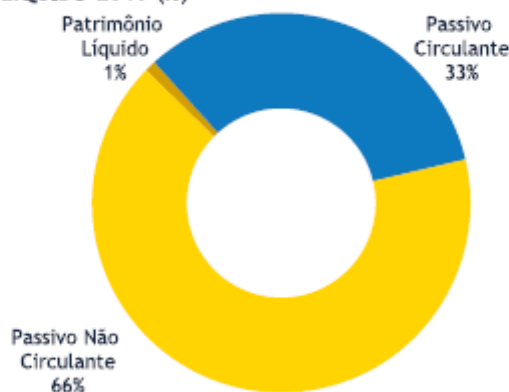
ATIVO 2019 (%)



Descrição	ATIVO (R\$ MILHÕES)			Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Ativo Circulante	3.265	3.643	3.412	11,6%	-6,3%
Ativo Não Circulante	10.195	9.881	10.823	-3,1%	9,5%
Total	13.460	13.524	14.235	0,5%	5,3%

Observa-se que o balanço do exercício de 2019, comparativamente ao exercício de 2018, apresentou acréscimo de 5,3% nos ativos da empresa, perfazendo um montante de R\$ 712 milhões, influenciado, principalmente, pela entrada em vigor da Deliberação CVM nº 787/2017, que aprovou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2019 (%)



Descrição	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)			Variação	
	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Passivo Circulante	4.450	4.580	4.672	2,9%	2,0%
Passivo Não Circulante	8.851	8.689	9.416	-1,8%	8,4%
Patrimônio Líquido	159	255	147	60,4%	-42,4%
Total	13.460	13.524	14.235	0,5%	5,3%

Quanto à análise do passivo patrimonial do exercício de 2019, observou-se, comparativamente ao exercício de 2018, um acréscimo de 6,2%, equivalente a R\$ 820 milhões, composto principalmente pelos valores advindos do reconhecimento das obrigações de curto e longo prazos provenientes dos arrendamentos, no total de R\$ 1,3 bilhão, resultantes das disposições do CPC 06 (R2). Ressalta-se, por outro lado, que o impacto no passivo foi minimizado com: a quitação de R\$ 334 milhões, referente ao encerramento do contrato do Banco Postal com o Banco do Brasil; pagamento de parcelas do empréstimo realizado com o Banco do Brasil, na ordem de R\$ 222 milhões; e pagamento do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), no valor de R\$ 209 milhões.

Já o patrimônio líquido do exercício de 2019 foi afetado, comparativamente ao exercício anterior, por uma redução de 42,4%, equivalente a R\$ 108 milhões. Um dos principais fatores que contribuíram para a redução advém do decréscimo, na ordem de R\$ 138 milhões, no saldo do custo atribuído aos imóveis, reconhecido no subgrupo “ajuste de avaliação patrimonial”. Além disso, houve reconhecimento de perdas atuariais dos plano de benefícios pós-emprego e previdência em outros resultados abrangentes.

Por outro lado, a rubrica de prejuízos acumulados de anos anteriores foi reduzida pela absorção do resultado positivo gerado no exercício.

SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ MILHÕES)				Variação	
Descrição	2017	2018	2019	2018 x 2017	2019 x 2018
Ativo					
Contas a Receber	2.465	2.428	2.585	-1,5%	6,5%
Aplicações Financeiras	898	1.106	534	23,2%	-51,7%
Tributos a Compensar	1.593	1.861	1.974	16,8%	6,1%
Bens Móveis/Imóveis	6.470	6.407	6.184	-1,0%	-3,5%
Arrendamentos	-	-	1.293	-	-
Passivo					
Folha de Pagamento	1.373	1.307	1.215	-4,8%	-7,0%
Fornecedores	747	969	996	29,7%	2,8%
Benefício Pós-Emprego	6.841	7.132	7.126	4,3%	-0,1%
Empréstimos e Financiamentos	728	545	364	-25,1%	-33,2%
Obrigações Financeiras	627	334	-	-46,7%	-100,0%
Passivo por direito de uso - Arrendamentos	-	-	1.341	-	-
PDI	921	1.040	943	12,9%	-9,3%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	3.179	3.223	3.383	1,4%	5,0%
Outros Resultados Abrangentes	-4.763	-4.984	-5.082	-4,6%	-2,0%
Ajuste Avaliação Patrimonial	4.458	4.376	4.238	-1,8%	-3,2%
Prejuízos Acumulados	-2.715	-2.540	-2.412	6,4%	5,0%

Sobre o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, calculado sem os efeitos do arrendamento CPC 06 (R2), observa-se tendência de melhoria. Importa destacar que, em 2019, houve liquidação das dívidas relativas ao distrato do Banco Postal com o Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 343 milhões que, acompanhada da geração de caixa operacional, gerou saldo de tesouraria (ST) positivo de R\$ 357 milhões, como evidenciado no quadro a seguir:

Em R\$ milhões	31/12 2017	31/12 2018	31/12 2019
Capital Circulante Líquido CCL negativo	(1.313)	(972)	(822)
Necessidade de Capital de Giro - NCG	(1.134)	(1.288)	(1.178)
Saldo de Tesouraria - ST	(180)	316	357

Após a análise das Demonstrações Contábeis do exercício de 2019, não obstante a redução do lucro líquido de 2019, comparada a 2018 e, ainda, a situação desfavorável em relação à liquidez, constatou-se que houve evolução no resultado operacional da empresa, sobretudo, devido ao incremento da receita líquida de vendas no valor de R\$ 180 milhões e da redução em R\$ 244 milhões nos dispêndios de pessoal, resultante, mormente, da adesão pelos empregados ao Plano de Desligamento Voluntário.

Liquidação e extinção da subsidiária CorreiosPar

Em 24 de dezembro de 2014, a empresa, amparada na Lei nº 12.490/2011, constituiu a subsidiária integral Correios Participações S/A (CorreiosPar), na forma de sociedade anônima, com o capital subscrito de R\$ 300 milhões, representado por 300 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A CorreiosPar tinha por objeto constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios, assim como gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirisse controles e participações societárias.

Em 20 de dezembro de 2019, os Correios, como único sócio, aprovaram em Assembleia Geral, realizada em 20/12/2019, a extinção da CorreiosPar, em razão de não ter sido atingido, após cinco anos da constituição da companhia, o propósito da sua criação.

No processo de liquidação foi efetuada a realização dos ativos e pagamento dos passivos, restituindo-se aos Correios o saldo remanescente de R\$ 24,5 milhões.

2.4 Governança corporativa

A gestão corporativa dos Correios é o conjunto de ações estratégicas que utiliza-se do sistema de governança corporativa para alinhamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos ao modelo de negócio da empresa e às partes interessadas (*stakeholders*).

Não há gestão empresarial eficiente sem o suporte de uma boa governança corporativa, que propicia um processo decisório célere, seguro e transparente aos gestores da empresa.

A governança corporativa dos Correios é um sistema pelo qual a empresa é dirigida e controlada. Compreende a estrutura organizacional, a regulamentação normativa, os processos, o planejamento estratégico, os órgãos internos de governança e os órgãos externos de supervisão e controle.

Modelo de Governança

De forma estruturada, o Modelo de Governança Corporativa dos Correios apresenta os papéis dos núcleos de governança e de gestão e como se relacionam em alinhamento ao negócio da empresa e à geração de valor para as partes interessadas:



O modelo foi concebido com referência nas melhores práticas de governança e gestão, incluindo o referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública do TCU.

O fluxo de informações, na forma como foi concebido, possibilita minimizar possíveis conflitos de interesses ao segregar as funções, o que contribui para assegurar que o processo decisório seja qualificado e bem informado. Ou seja, as principais decisões corporativas são, em geral, tomadas coletivamente, por meio de órgãos como conselho, diretoria ou comitês. No fluxo das informações, a Diretoria Executiva pode atuar como elo entre a gestão e o Conselho de Administração.

Na arquitetura de governança exibida abaixo são apresentados os elementos e o relacionamento das estruturas de governança:



A fim de fortalecer a governança corporativa, foi criada em 2019 a Diretoria de Governança, *Compliance* e Segurança, com a constituição de órgãos dedicados à implementação e ao aprimoramento dos sistemas de governança, riscos, *compliance* e controles internos, integrando, ainda, as ações de segurança empresarial, correição, comunicação e relacionamento institucional, de modo a propiciar maior sinergia na atuação dos órgãos de segunda linha de defesa.

Os Correios contam com o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGORC), que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração no que se refere às questões relativas à governança corporativa, à estratégia, à conformidade, aos riscos e aos controles internos. O Comitê é responsável, dentre outras atribuições, por:

- I - Institucionalizar estruturas adequadas de governança, de gestão de riscos e de controles internos;
- II - Emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos;
- III - Propor ao Conselho de Administração o estabelecimento do nível de apetite e de tolerância a riscos da Empresa;

IV - Aprovar o encaminhamento ao Conselho de Administração de método de priorização de temas e macroprocessos para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

V - Promover a integração dos órgãos responsáveis pela governança, pela estratégia, pela gestão de riscos e pelos controles internos.

A governança dos Correios está estruturada para apoiar a empresa na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos por meio de sua estrutura, processos e planos, na medida em que, no modelo de governança, são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo em toda a empresa.

Indicadores de governança

Indicador de Governança (IG-SEST)



O Indicador de Governança (IG-SEST) é um instrumento de acompanhamento anual, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério da Economia, que tem por objetivo fundamental acompanhar o desempenho da governança das empresas estatais federais, no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016. Nos dois primeiros ciclos, buscou-se avaliar a conformidade das empresas estatais à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, no terceiro e no quarto ciclo, priorizou-se a avaliação da efetividade do funcionamento da estrutura de governança implantada pela empresa estatal.

O resultado do IG-SEST é aferido por nota entre 0 e 10, em que 10 reflete o melhor indicador de governança para a empresa avaliada. Para obtenção da nota, é aplicado questionário com itens de avaliação e pesos, conforme o grau de complexidade na execução do processo.

No quarto ciclo, os Correios participaram e obtiveram nota 7,16, que representa o nível 2 de governança. Foram respondidas 49 questões, baseadas nos requisitos legais, nas resoluções CGPAR e nas melhores práticas de governança corporativa.

A cada ciclo, a SEST realiza a reavaliação do questionário para que as estatais possam desenvolver ações além daquelas necessárias ao mero cumprimento de requisitos normativos, o que enseja maior esforço das empresas na busca do melhor nível de governança.

Visão geral dos Correios nas avaliações do IG-SEST:

	CICLO	NOTA	NÍVEL
NOTA IG-SEST	1º Ciclo	3,13	3
	2º Ciclo	7,42	2
	3º Ciclo	8,06	1
	4º Ciclo	7,16	2

Levantamento de Governança e Gestão Públicas - TCU

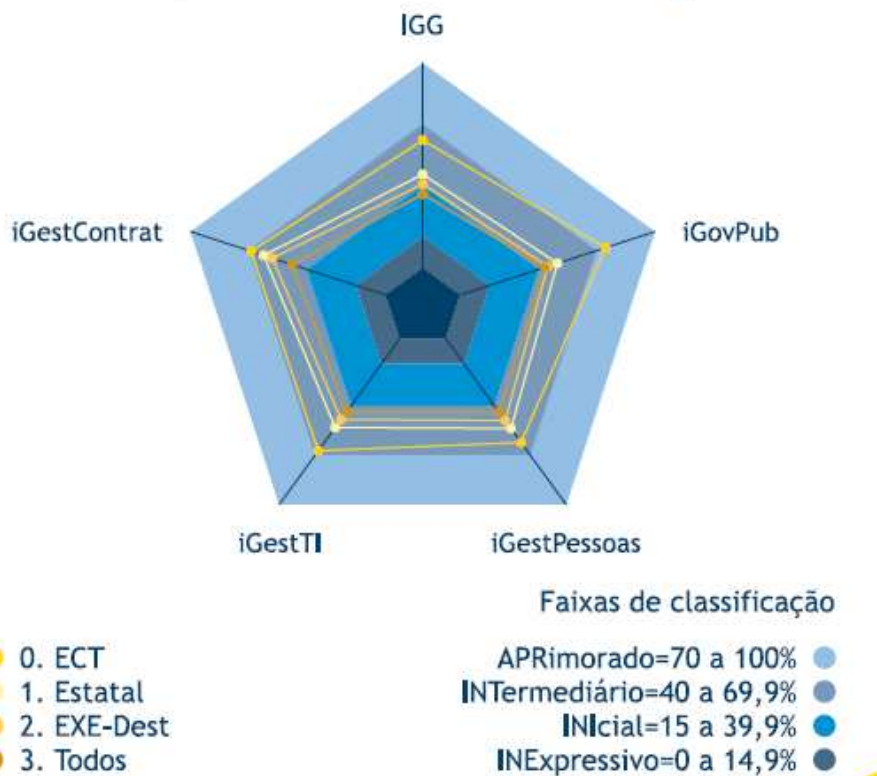
O Tribunal de Contas da União (TCU) vem realizando levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

O Levantamento de Governança e Gestão Pública é realizado por meio do questionário integrado de governança pública, que tem por objetivo medir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais e outros entes fiscalizados pelo TCU e aferir o nível de implementação de boas práticas de

liderança, estratégia e *accountability*, bem como práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações. Integradas, essas práticas mostram a capacidade da organização de gerar resultados e de prestar os serviços esperados.

Na figura abaixo, é apresentado o resultado geral da autoavaliação dos Correios. Nela são apresentados os valores do iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), iGovPub (índice de governança pública), iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas), iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI) e iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratos), comparados às médias obtidas pelas organizações do mesmo tipo e segmento, contemplando-se todas as 498 organizações participantes.

Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018 ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Indicador:	Nota
iGG (índice Integrado de governança e gestão públicas)	67%
iGovPub (índice de governança pública)	68%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	64%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	62%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	81%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	75%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	64%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	62%

Medidas adotadas em relação aos indicadores

De forma a aperfeiçoar a governança corporativa dos Correios, foram realizadas diversas ações, ao longo de 2019, correlacionadas aos temas que foram apontados como insatisfatórios nos respectivos indicadores, das quais destacam-se:

Política de Dividendos	Aprovação e divulgação da Política de Distribuição de Dividendos dos Correios pelo Conselho de Administração. A política tem por objetivo garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos, tendo por premissa a flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção das atividades. Para saber mais, acesse: http://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas
Membros Independentes CA	Promoção da independência no julgamento das decisões pelo Conselho de Administração com a posse dos senhores Alexandre Jadallah Aoude e Gilberto Barbosa Moreira, como membros independentes, em atendimento ao percentual observado nas melhores práticas de governança corporativa e exigido pela Lei nº 13.303/2016.
Modernização das normas	Modernização da estrutura normativa da empresa, contemplando a atualização, a racionalização e, sobretudo, a simplificação das normas, com vistas a tornar o processo decisório mais célere e a agregar maior competitividade aos negócios. A conclusão do processo de modernização está prevista para 2021.
Código de Conduta	Monitoramento pelo Conselho de Administração das decisões que envolvem o Código de Conduta dos Correios, por ser um dos mecanismos do Programa de Integridade que estabelece reportes periódicos à alta administração, assim como dos relatórios da Ouvidoria que apresentam as denúncias e as respectivas manifestações.
Ouvidoria	Aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório de Gestão da Ouvidoria dos Correios com divulgação interna e externa. Para saber mais, acesse: http://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorios-de-ouvidoria/pdfs/RelatorioGestoOuvidoriadosCorreios2019.pdf
Modelo de Governança	Definição do Modelo de Governança dos Correios que possibilita demonstrar que as estruturas internas de governança e o papel da gestão da empresa estão definidos e que há segregação de funções para a tomada de decisões, quando necessário.
Canal de Denúncias	Revisão do Canal de Denúncias dos Correios, a fim de aprimorar a gestão do processo e contribuir com a mitigação de condutas incompatíveis com as atividades exercidas pelos Correios. Para saber mais, acesse: https://www.correios.com.br/fale-com-os-correios/denuncia/canal-de-denuncias
Combate à corrupção e à fraude	Adoção de regras e procedimentos internos para detectar e corrigir eventuais desvios de conduta, fraudes e corrupção: Programa de Integridade, Due Diligence de Integridade no cadastro de fornecedores, Código de Conduta e adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

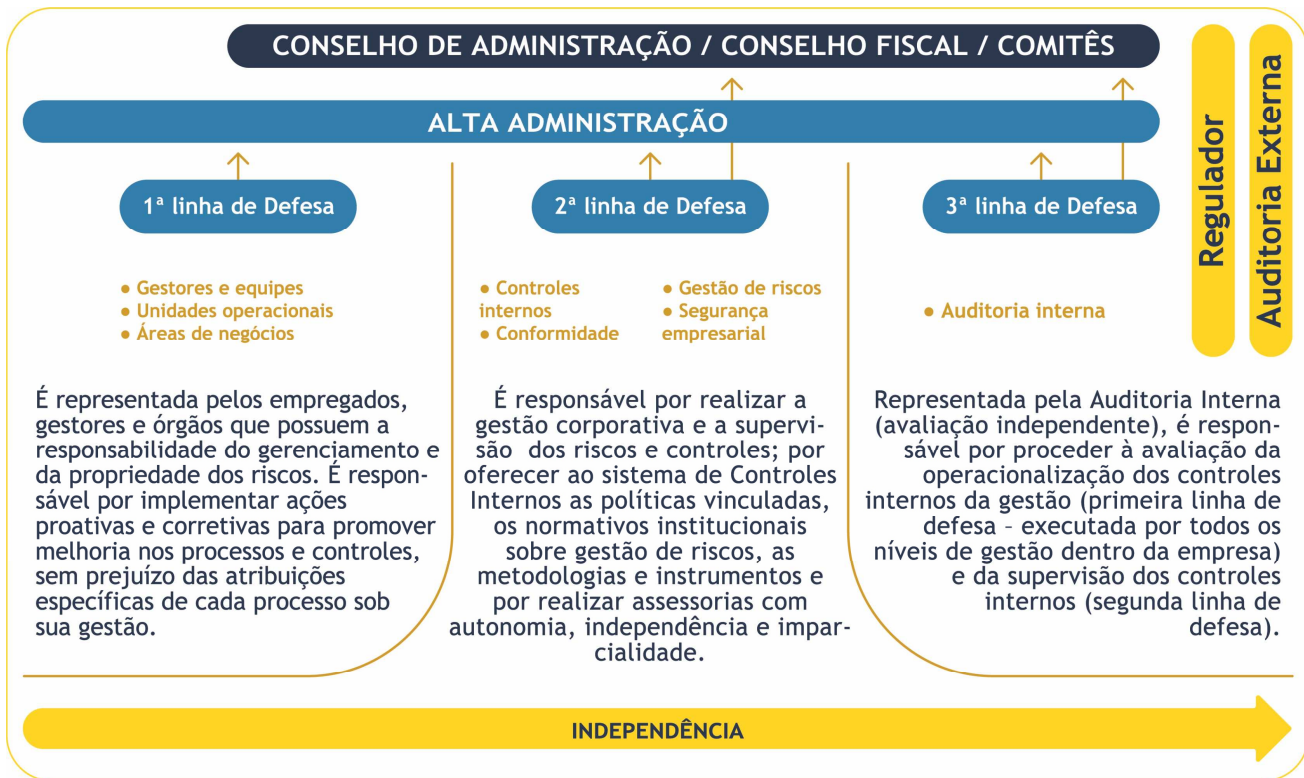
2.5 Do Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado pela estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão do núcleo de governança, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle (operacionais, de divulgação de conformidade). O SCI subsidia o núcleo de governança na tomada de decisão e no cumprimento de suas responsabilidades.

O Modelo de Sistema de Controles Internos para os Correios, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 2018, contempla as linhas de defesa, os papéis e responsabilidades e a forma de atuação dos componentes do SCI, em alinhamento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto 8.945/2016.

A alta administração (CA e Diretoria Executiva) e o Núcleo de Governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos.

O modelo de Três Linhas de Defesa conta com o apoio ativo e a orientação do núcleo de governança e da alta administração da organização:



2.5.1 Dos controles internos

A estrutura de governança conta com o Departamento de Controle Interno (DCINT), que atua como órgão de 2ª linha de defesa, na implementação e na disseminação de políticas e procedimentos de controles internos, promovendo verificações de controles nos processos operacionais e administrativos dos Correios, com o objetivo de fortalecer os controles internos, aumentar a confiabilidade das informações produzidas para a tomada de decisão e de contribuir para a mitigação de riscos que possam impactar negativamente o atingimento dos objetivos da empresa.

O DCINT cumpre a sua função por meio da execução de um plano de trabalho, denominado Plano Anual de Controle Interno (PACIN), previamente aprovado pela Diretoria Executiva, que consolida o planejamento para a realização de verificação de controles nos processos operacionais e administrativos.

Na elaboração do PACIN, consideraram-se os seguintes direcionadores: visão estratégica, visão do gestor, apontamentos de órgãos reguladores/fiscalizadores, visão contábil/financeira e reclamações de clientes/mercado, em alinhamento ao objetivo estratégico “Aumentar a produtividade com excelência”.

A execução do PACIN permite a produção de análises técnicas relacionadas às atividades de controle interno, com vistas à adoção de medidas preventivas e corretivas referentes a métodos e processos de trabalho, além de subsidiar a alta administração (Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria) com dados e informações do estado dos controles dos processos verificados, a fim de auxiliá-la nas tomadas de decisão.

Na execução do PACIN/2019, foram contempladas:

I - Verificação de controles em processos administrativos: Contratos Administrativos - Gestão Operacional; Honorários de Sucumbência; Finanças e Contabilidade - Contas a Receber e Contas a Pagar.

II - Verificação de controles em processos operacionais: Distribuição - Entrega; Operacional - Captação; Centro de Transporte Operacional - CTO/SE/PE; Controle de concessão de créditos pelas unidades de atendimento; Processos Operacionais e de Atendimento - SE/BSB; Centros de Entrega de Encomendas (CEE) Recife /PE; CEE Jaboatão dos Guararapes /PE; Centro de Distribuição Rio Grande; e Centro de Tratamento Cidade Nova.

III - Verificação de controles em processos das unidades operacionais: previsão de verificações de controles em 2.949 unidades operacionais. Desse total previsto, foram verificadas 2.886 unidades, o que representou uma execução de 98% do total previsto de unidades, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Previsto x Realizado - Unidades operacionais

Tipo de Unidade	Previsto	Realizado	(%)
Agências de Correios (AC)	1.891	1.835	97%
Agências de Correios Franqueadas (AGF)	512	509	99%
Centros de Entrega de Encomendas (CEE)	92	92	100%
Centros de Distribuição (CDD)	444	440	99%
Centros de Tratamento (CTC, CTE, CTCE)	10	10	100%
TOTAL	2.949	2.886	98%

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI)

Os benefícios advindos das verificações de controle, após a implementação das propostas de melhoria de controle interno, dividem-se em benefícios financeiros e não financeiros.

Os potenciais benefícios financeiros identificados totalizaram R\$ 173.510.117,07, sendo: R\$ 110.961.037,31 das verificações de controle nos processos administrativos; R\$ 402.744,76 das verificações de controle nos processos operacionais; e R\$ 62.146.336,00 das verificações de controle dos processos nas unidades operacionais.

Os potenciais benefícios não financeiros identificados decorrerão da implementação das propostas de melhoria de controle, conforme explicitado a seguir:

I - Documentação das atividades relevantes, de forma completa e precisa, a fim de facilitar o rastreamento das informações, desde o início da atividade até a sua conclusão (formalização de procedimentos).

II - Realização de avaliações periódicas, de forma a assegurar que processos e atividades estejam em conformidade aos regulamentos, políticas, procedimentos ou outros requisitos vigentes - controles gerenciais e/ou acompanhamento da atividade.

III - Implementação de controles preventivos, com vistas a evitar a ocorrência de eventos que possam levar ao não atingimento dos objetivos da atividade, com conseqüente prejuízos financeiros e operacionais - prevenção de fraudes e conluíus

IV - Definição e formalização de etapas de autorização com a finalidade de assegurar que apenas os atos administrativos, os quais a administração tem intenção de realizar, sejam iniciados, de modo a garantir que, por meio da aprovação dos atos por um superior, de forma manual ou eletrônica, tenham ocorrido a validação do ato e a verificação da conformidade às políticas e aos procedimentos estabelecidos pela empresa - procedimentos de autorização e aprovação.

V - Aperfeiçoamento dos controles de acessos a ativos críticos da empresa, garantindo-se de que estes estejam protegidos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida - controle de acesso a recursos e registros.

2.5.2 Controles na elaboração das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

O orçamento de investimentos dos Correios foi aprovado pela Lei nº 13.808/2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA), de 15 de janeiro de 2019, que estabelece o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. A LOA foi construída com base na Lei de Diretrizes Orçamentária - Lei nº 13.707/2018.

O Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2019 foi aprovado pelo Decreto nº 9.611, de 14 de dezembro de 2018.

Destaque Normativo de 2019 - CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Com a vigência, a partir de janeiro/2019, da Deliberação CVM 787/2017, que aprovou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, os Correios passaram a reconhecer no balanço patrimonial da empresa os bens de direito de uso provenientes das operações de arrendamento (contratos de locação). Como reflexo desse reconhecimento, houve um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo, de curto e longo prazos, pelo valor das obrigações contraídas para todo o período do contrato. Essas obrigações foram trazidas a valor presente, por meio da aplicação de taxa incremental de empréstimo, conforme disciplina a legislação vigente. Além disto, foram considerados na mensuração da obrigação os contratos para os quais a empresa detinha razoável certeza de exercer a opção de prorrogação.

Com a adoção da referida norma, observou-se um aumento de R\$ 1,3 bilhão no ativo, de R\$ 1,3 bilhão no passivo, bem como um acréscimo na despesa de R\$ 47 milhões pelo reconhecimento dos juros efetivos transcorridos no período. Além disso, a adoção da norma impactou, de forma desfavorável, os indicadores de liquidez, devido ao reconhecimento dos direitos de uso no longo prazo do ativo, em contrapartida ao registro das obrigações no curto e longo prazo.

Mecanismos de controle e responsabilização

Entre as medidas adotadas para garantir a plena aplicação da norma contábil, considerados os processos que impactam, significativamente, as Demonstrações Financeiras, destacam-se:

- I - Contratação permanente de auditores independentes para avaliação das Demonstrações Contábeis trimestrais e anuais;
- II - Contratação anual de empresa especializada em cálculos atuariais para rever e mensurar o valor das obrigações com os benefícios pós-emprego (previdência complementar e assistência à saúde) concedidos aos empregados e dependentes;
- III - Verificação anual dos imóveis que apresentam indicativos de perda ou perda já reconhecida para garantir a manutenção desses imóveis ao valor recuperável;
- IV - Adoção de diretriz para avaliação, a cada cinco anos, de toda a carteira de imóveis, a fim de validar a consistência da base de indicativos de perda dos imóveis, garantindo que esses ativos estejam registrados pelo valor recuperável nas demonstrações financeiras, conforme estabelece a legislação;
- V - Realização de treinamentos anuais das novas normas internacionais para os profissionais contábeis envolvidos no processo de elaboração das Demonstrações Contábeis, em atendimento ao Programa de Educação Continuada (PEC), obrigatório desde o ano de 2018;
- VI - Aprovação pela Diretoria Executiva e manualização da Matriz de Informação e Responsabilidades, que estabelece os prazos e as responsabilidades dos órgãos da empresa para envio das informações necessárias à elaboração das Demonstrações Contábeis;
- VII - Consolidação, orientação e manualização das rotinas e procedimentos necessários à produção tempestiva das informações contábeis úteis, com vistas a produzir e divulgar informações, em conformidade com a legislação vigente;
- VIII - Realização de registros contábeis, por meio de instruções automáticas de contabilização entre os módulos do ERP e por integrações “banco a banco” com sistemas legados;
- IX - Monitoramento constante das transações reconhecidas na contabilidade, objetivando oportunidade de melhorias;
- X - Disponibilização do aplicativo WebCont para a divulgação dos indicadores relativos à área contábil (índice de incorporação de conciliações), além de padronização e centralização das conciliações contábeis, de modo a permitir a consulta pelas áreas gestoras responsáveis pelos processos que impactam as demonstrações contábeis.

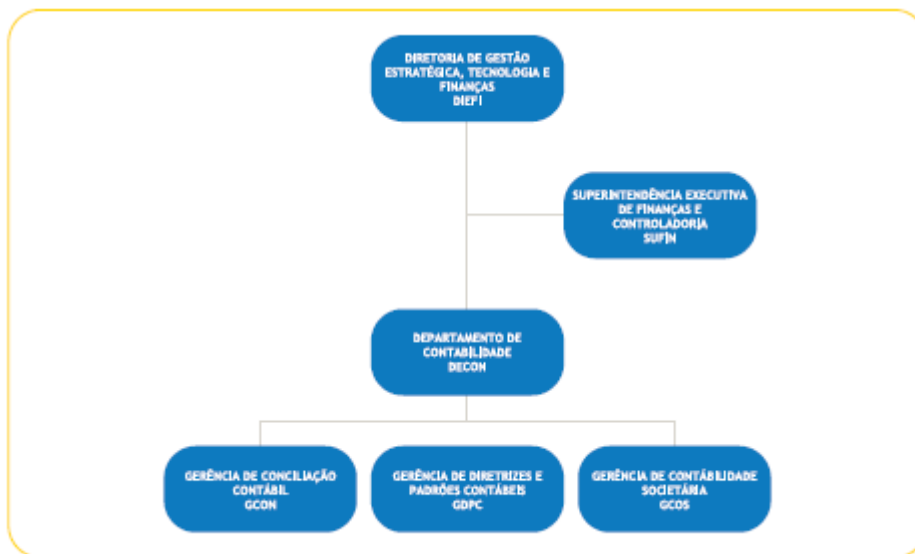
Ressalta-se que a empresa possui, em sua estrutura organizacional, o Comitê de Auditoria (COAUD), órgão estatutário de caráter permanente, que tem por competência: supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações financeiras da empresa e de subsidiárias e controladas; monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras da empresa; revisar, previamente, à publicação, as informações

contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; acompanhar o processo de elaboração das demonstrações financeiras e das notas explicativas, entre outras.

Por fim, cabe destacar que os resultados mensais são apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

Informações da área de contabilidade dos Correios

O Departamento de Contabilidade (DECON) possui a função de administrar, controlar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade societária, à contabilidade gerencial e às políticas e diretrizes contábeis. Está subordinado à Superintendência Executiva de Finanças e Controladoria (SUFIN), no âmbito da Diretoria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças (DIEFI), conforme demonstrado no organograma a seguir:



Atualmente, a estrutura do DECON é composta por três gerências corporativas, que são responsáveis, principalmente, pela elaboração das Demonstrações Contábeis (GCOS), pelos lançamentos, composição e conciliação dos fatos contábeis (GCON) e pela emissão de políticas e diretrizes contábeis que nortearão a contabilização dos fatos contábeis (GDPC), em consonância à legislação vigente.

No exercício de 2019, o DECON contou com a atuação dos responsáveis apresentados a seguir, sendo o superintendente executivo o contador responsável pelas Demonstrações Contábeis:

Nome	Cargo	Função	Período de atuação
Hudson Alves da Silva	Contador	Superintendente Executivo	20/09/19 a 31/12/19
Vanessa Sandri Barbosa	Contadora	Chefe de Departamento	01/01/19 a 31/12/19
David Dias da Silveira Junior	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	01/01/19 a 31/12/19
Anderson Nazario da Silva	Contador	Gerente Corporativo - GCON	01/01/19 a 31/12/19
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contadora	Gerente Corporativo - GDPC	18/03/19 a 31/12/19
Bruno Chaves da Silva	Contador	Gerente Corporativo - GDPC	01/01/19 a 17/03/19

As Demonstrações Contábeis podem ser acessadas, na íntegra, no endereço: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras>

Conclusões da auditoria independente

Em 2019, os Correios receberam relatórios da auditoria independente, contendo 43 recomendações. As recomendações emitidas pela auditoria independente são monitoradas pela AUDIT, por meio do Sistema de *follow-up*.

O comparativo das recomendações pendentes de implementação, referentes aos exercícios de 2018 e 2019, é apresentado no quadro abaixo:

EXERCÍCIO	2017
2018	172
2019	124

Fonte: AUDIT

Opinião do Relatório da Auditoria Independente

“Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT (‘Empresa’ ou ‘ECT’), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados na seção “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

I - Ressalva - Restituição de Impostos a Recuperar - Imunidade Tributária

Medidas adotadas e resultados obtidos:

- Contratação, em 2017, de escritório especializado em direito tributário, para elaborar parecer técnico, apresentar consultas, defesas administrativas ou requerimentos e protestos na administração fazendária;
- Ingresso de 13 pedidos de restituição de IRPJ na Secretaria da Receita Federal. Decisão favorável, por unanimidade de votos, de 3 processos, em 2018, que concedeu o benefício de compensação do montante de R\$ 296 milhões; e
- Ingresso de ação judicial com pleito voltado à restituição do PIS e da COFINS, pagos indevidamente.

II - Ressalva - Redução ao valor recuperável

Medidas adotadas:

- Contratação de empresas, em outubro de 2019, para prestação de serviços de engenharia, com vistas à elaboração de laudos de avaliação da carteira imobiliária, composta por 2.505 imóveis;
- Homologação de 474 laudos de avaliação que foram submetidos ao teste de *impairment* em 2019, que sinalizou perda líquida de R\$119,9 milhões, registrado no balanço de 2019.
- Avaliação da carteira de imóveis prevista para ser concluída no exercício de 2020, implicando eliminação de ressalva sobre este tema.

III - Ressalva - Depósitos Judiciais e Passivo Contingentes

Medidas adotadas:

- A administração dos Correios aprovou a nova dinâmica de classificação de riscos das contingências passivas, de modo a garantir uma maior conformidade às disposições do pronunciamento técnico - CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009, possibilitando a parametrização do sistema de controle do contencioso judicial;
- Conclusão da revisitação da base processual, na qual a empresa atua como ré dos processos acima de R\$ 500 mil;
- Elaboração de método estatístico massificado para tratamento da base processual com valores inferiores a R\$ 500 mil;
- Tratativas iniciadas com a Advocacia-Geral da União (AGU) com vistas a firmar acordo de cooperação técnica preliminar destinado à permissão temporária de acesso ao código-fonte

e respectiva documentação técnica do Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP), para ser feita análise de viabilidade de utilização futura do sistema. Caso o sistema seja incorporado aos Correios, será aperfeiçoado o controle do contencioso;

- Realização de reconciliação da conta depósitos judiciais, a fim de comprovar que os valores não registrados na contabilidade referem-se a precatórios pagos.

IV - Ressalva - Provisões de benefícios pós emprego do plano BD - Benefício Definido

Medidas adotadas:

- Reconhecimento das obrigações atribuídas aos Correios como patrocinador do Plano de Benefício Definido (PBD), para cobertura de eventuais déficits apurados no plano, conforme disciplina o CPC 33 (R1);
- Atendimento ao disposto no inciso 3, do art. 65, do regulamento do Plano de Benefício Definido (PBD) e nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do art. 6º, da Lei Complementar nº 108/2001, que veda a contribuição, por parte do patrocinador, em percentual superior ao do participante, em aderência ao § 3º, do art. 202 da Constituição Federal;
- Definição da taxa de desconto aplicada ao benefício pós-emprego, a partir dos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade (*high quality bonds*);
- Utilização de debêntures, com as devidas justificativas, para compor a taxa de desconto, conforme dispõe o CPC 33 (R1). A definição da taxa de desconto baseou-se em estudo, elaborado por especialistas dos Correios;
- Assinatura pelo Postalis e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual os Correios são interveniente-anuente, com o objetivo de mitigar o impacto financeiro das perdas para os participantes ativos, assistidos e pensionistas do PBD.

2.5.3 Da Gestão de riscos

Para auxiliar o alcance de resultados organizacionais, a gestão de riscos deve atuar de forma proativa e integrada, de modo a criar opções e determinar ações que sirvam para ampliar o desenvolvimento organizacional e reduzir ameaças que afetem a empresa.

Em 2019, foi criado o Departamento de *Compliance* e Riscos (DECRI), vinculado à DIGOV, com a atribuição de coordenação das políticas e métodos de gerenciamento de riscos, sendo, para tanto, priorizadas ações estruturantes que favorecem o avanço da maturidade em riscos corporativos na tomada de decisão.

Na Política Corporativa de Gestão de Riscos foram estabelecidos princípios e diretrizes, contendo as seguintes premissas:

- I - Comprometimento da alta administração;
- II - Integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e aos processos organizacionais;
- III - Criação e proteção de valor da organização, sendo parte da tomada de decisão;
- IV - Promoção da melhoria contínua da organização;
- V - Acompanhamento das decisões sobre riscos prioritários, com reporte à alta administração;
- VI - Desenvolvimento contínuo dos empregados em gestão de riscos;
- VII - Tratamento adequado aos riscos.

Ao Conselho de Administração (CA), órgão responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, compete determinar a implementação e supervisionar, por meio de reportes periódicos, os sistemas de gestão de riscos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos, inclusive, os relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude.

A gestão de riscos é executada consoante ao modelo das três linhas de defesa, que possibilita melhor entendimento dos papéis dos gestores, que atuam na 1ª linha de defesa; da área corporativa de riscos, que atua na 2ª linha de defesa; e da Auditoria Interna, órgão da 3ª linha de defesa.

O Plano Anual de *Compliance* e Riscos (PACRI 2019) englobou mecanismos, ações e atividades para garantir a eficiência, eficácia e legitimidade de atos, processos e procedimentos nos Correios, viabilizar a maturidade da gestão de riscos e disseminar o método de gerenciamento de riscos.

Dessa forma, foi possível realizar a avaliação de 50 processos em diversas áreas da empresa, por meio da implantação de sistema informatizado, possibilitando a visibilidade e o monitoramento dos riscos aos quais os Correios estão expostos e das ações de tratamento realizadas pelos gestores para mitigar tais riscos.

Desenvolveu-se, ainda, o diagnóstico da maturidade de riscos do Postalís e da Postal Saúde, à luz do modelo adotado pelo TCU, com vistas a recomendar ações para a promoção da maturidade em gestão e gerenciamento de riscos dessas entidades.

Para disseminação da cultura de riscos, os Correios promovem workshops, eventos, seminários e participações na rede GIRC* e em cursos presenciais e à distância.

A área corporativa de riscos, como órgão de segunda linha, iniciou o monitoramento global dos riscos mapeados para reportes à alta administração, conforme modelo de governança aprovado em 2019, em que a Alta Administração é comunicada por meio de reportes trimestrais.

Categorias de risco

No mapeamento de riscos, as seguintes categorias são consideradas pelos Correios:

<p>Estratégico</p>  <p>Risco estritamente relacionado aos objetivos estratégicos da empresa.</p>	<p>Financeiro</p>  <p>Possibilidade de a empresa não atingir os resultados esperados. Refere-se ao endividamento da empresa, ou seja, à sua capacidade de honrar compromissos financeiros.</p> <p>Possibilidade de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerados por descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de liquidação dos direitos e obrigações.</p>
<p>Reputacional</p>  <p>Possibilidade de perdas, financeiras ou não, decorrentes da empresa ter seu nome desgastado junto ao mercado, sociedade, clientes, órgãos de controle e fiscalização e demais partes interessadas (stakeholders), em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.</p>	<p>Socioambiental</p>  <p>Avaliação e mensuração de possíveis danos que as decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos podem causar ao meio ambiente ou a sustentabilidade social.</p>
<p>Legal</p>  <p>Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento das leis e regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.</p>	<p>Mercado</p>  <p>Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do país ou no exterior.</p>
<p>Operacional</p>  <p>Possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, de processos e sistemas ou oriundas de eventos externos.</p>	<p>Integridade</p>  <p>São riscos relacionados à vulnerabilidade institucional que abrange a conduta impróba do agente público, terceiros e demais stakeholders decorrente de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta e de ética e regulamentos internos que possam acarretar corrupção, fraude, conflito de interesses e nepotismo, dentre outros inerentes à essa conduta.</p>

Compliance

No Sistema de Governança Corporativa dos Correios, o *compliance* tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência, à integridade, à conduta ética e ao fortalecimento institucional ao tempo em que busca a solidificação de um ambiente de negócio íntegro no qual a ética é valorizada como diferencial competitivo. Essas ações são geridas e coordenadas pelo Departamento de *Compliance* e Riscos, órgão vinculado à DIGOV.

A Política Corporativa de *Compliance* estabelece os princípios e diretrizes norteadoras das atividades de *compliance* na empresa.

Para a implementação das ações e procedimentos de *compliance* nos Correios, além da Política Corporativa de *Compliance*, há o Código de Conduta Ética, o Código de Conduta Disciplinar de Pessoal e o Programa de Integridade.

Programa de integridade


O Programa de Integridade dos Correios representa uma evolução da empresa em relação às inovações trazidas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016, no que se refere à adoção de práticas de controles internos e de integridade, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar irregularidades.


O programa é constituído por cinco dimensões que concentram ações de comprometimento da alta administração, riscos para a integridade, políticas e procedimentos, treinamento e comunicação e adoção de medidas de remediação e detecção.



Em 2019, os Correios adotaram um conjunto de ações de boas práticas de *compliance*, com destaque:

Iniciativa	Dimensão	Ação
Comprometimento da alta administração	<p>“Integridade é o nosso compromisso”:</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do instituto Ethos, posicionando os Correios como empresa atuante no combate à corrupção. • Minuto do Líder, Campanha Viver os Valores: ações de comunicação e divulgação pela liderança da empresa. • Dia Internacional Contra Corrupção: realização de palestras referentes ao tema, com manifestação pela alta administração de princípios e valores éticos assumidos pela empresa. <ul style="list-style-type: none"> • Os Correios sediaram a 18ª Rede GIRC, com discurso do presidente sobre o compromisso dos Correios com a integridade. Evento transmitido ao vivo para todas as superintendências estaduais da empresa com lançamento de selo alusivo ao tema.
Riscos para integridade	<p>“Tratando os nossos riscos”:</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Workshop sobre a análise de riscos e integridade organizacional dos processos de nível 2 da Cadeia de Valor dos Correios. Foram avaliados 17 processos, mapeados 72 riscos à integridade e elaborados os respectivos planos para sua mitigação pelas áreas gestoras dos processos. Ações de mitigação de riscos para integridade irão compor o PACRI 2020 e serão acompanhadas e monitoradas pela área de compliance com reporte periódico à alta administração.
Políticas e procedimentos de integridade	<p>“Indutores da mudança”:</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de procedimentos de diligência de integridade no cadastro de mais de 14 mil fornecedores ativos • Background Check de Integridade (BCI): projeto piloto de estruturação, com o objetivo de mitigar riscos de integridade nas designações para funções técnicas, gerenciais e estratégicas. • Due Diligence de Integridade (DDI): são as ações visando à implementação de DDI, elaboração de questionário e fluxo em complemento à análise do cadastro de todos os fornecedores da empresa. • Políticas: elaboração das políticas de Consequência e de Proteção ao Denunciante de Boa-Fé. • Conflito de Interesses: definição do processo de gestão do conflito de interesses no âmbito dos Correios e de tratamento das demandas oriundas do sistema eletrônico de prevenção de conflito de interesses do governo federal (SeCI), vinculado à CGU.

Iniciativa	Dimensão	Ação
Treinamento e comunicação	“Cultura para integridade”: 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de eventos, palestras corporativas e campanha para fortalecer o ambiente interno com valores éticos e de integridade. Foram mais de 100 comunicados nos canais internos da empresa. • Treinamento em local de trabalho (TLT) de 46.729 empregados no tema conduta disciplinar. • TLT e EAD sobre Ética e Código de Ética: 33.195 empregados participantes em 2019.

Iniciativa	Dimensão	Ação
Monitoramento e detecção	“Lições necessárias e transformação contínua”: 	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico das ações de integridade realizadas pelo Postalís e pela Postal Saúde com a finalidade de verificar e aprimorar seus sistemas de integridade; • Implantação de procedimentos de detecção de riscos à integridade, por meio de dashBoards (painéis) on-line, com cruzamento de informações fundamentais para a proteção da empresa, de forma contínua e tempestiva, com previsão de economia de elevados valores com desconformidades normativas e legais.

Informações adicionais sobre o Programa de Integridade estão disponíveis no site dos Correios: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/programa-de-integridade/view>

Conformidade

As ações de conformidade realizadas em 2019 foram dimensionadas em virtude de orientações, instruções normativas, resoluções, leis e decretos iminentes de publicação ou em processo de internalização na empresa.

Iniciativa	Definição	Ação
Conformidade	Compreende o acompanhamento das alterações no ambiente regulatório e a adoção de ações visando à conformidade da empresa a esse marco regulatório.	Elaboração do Programa de Compliance Concorrencial, com vistas à garantia de um ambiente de negócios íntegro, imparcial, justo e que favoreça a livre concorrência, com atuação direta na prevenção a riscos reputacionais, legais e financeiros, na ordem de milhões, para os Correios.

2.6 Governança do benefício de assistência à saúde

Dentre as ações de governança executadas pelos Correios, destaca-se a supervisão das entidades ligadas, em especial, a avaliação e monitoramento dos benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 22/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Os Correios são mantenedor da Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, fundada em 30 de abril de 2013, que atua como operadora do plano de saúde direcionado aos empregados dos Correios, na modalidade de autogestão, observando os termos da Resolução Normativa nº 137/2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Convênio de Adesão firmado entre os Correios e a Postal Saúde, estabelece que a Patrocinadora/Mantenedora assume a titularidade dos riscos econômico-financeiros decorrentes da operação dos atuais e futuros planos privados de assistência à saúde por parte daquela Caixa Assistencial, devendo assegurar a operação dos planos mediante a celebração de termo de garantia, nos termos exigidos pela legislação.

A fim de garantir a sustentabilidade econômico-financeira e a qualidade da assistência médica, hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes, os Correios e a Postal Saúde executaram uma série de ações no exercício de 2019:

I - Perda de elegibilidade dos dependentes da categoria “pai/mãe”, em outubro de 2019, fato que resultou na redução das despesas assistenciais e dos riscos atuariais do plano de saúde;

II - Alteração da forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, a ser implementada a partir de janeiro/2020, visando à paridade entre as contribuições do Mantenedor Correios e dos beneficiários;

III - Alcance da melhor marca em termos do indicador global de excelência (0,7249), publicado bianualmente pela ANS, referente a 2018/2019.

2.7 Descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios² tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016 - que regulamenta a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminhadas por meio do Ofício Circular 5/2018-MP, de 9/2/2018. Essa prática tem por objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

A remuneração média mensal e o total da remuneração em 2019 dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão demonstradas no quadro a seguir:

Conselho de Administração				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício ⁽¹⁾		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2019 ⁽²⁾
ALEXANDRE JADALLAH AOUDE	19/06/2019	-	4.795,97	28.775,81
BERNARDO SYLVIO MILANO NETTO	31/10/2019	-	4.496,22	8.992,44
FABIO DE REZENDE SCARTON COUTINHO	23/05/2017	29/10/2019	4.500,73	45.007,27
FLORIANO PEIXOTO VIEIRA NETO	24/06/2019	-	4.421,28	26.527,70
GILBERTO BARBOSA MOREIRA	26/09/2019	-	4.496,22	13.488,66
JOSE LUIZ NUNES DO COUTO	29/08/2017	25/09/2019	4.951,48	39.611,81
JUAREZ APARECIDO DE PAULA CUNHA	09/11/2018	19/06/2019	4.203,99	25.223,91
LEONARDO RAUPP BOCORNY	10/05/2018	18/06/2019	4.179,01	25.074,03
MARCELO GOMES MEIRELLES	26/09/2019	-	4.496,22	13.488,66
MAURICIO FORTES GARCIA LORENZO	26/09/2018	-	4.487,50	53.849,94
RUY DO REGO BARROS ROCHA	23/08/2016	-	4.487,50	53.849,94
Conselho Fiscal				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2019
ARTHUR BRAGANCA DE VASCONCELLOS WEINTRAU	25/09/2019	-	4.496,22	13.488,66
GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA	25/09/2019	-	4.496,22	13.488,66
GUSTAVO ZARIF FRAYHA	26/05/2017	-	4.951,49	39.611,91
JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS	26/05/2017	-	4.951,49	39.611,91
ROBERTA MOREIRA DA COSTA BERNARDI PEREIR	28/04/2017	-	4.487,50	53.849,94
ERNESTO CARNEIRO PRECIADO (SUPLENTE)	28/04/2017	-	-	-
TARCISIO BASTOS CUNHA (SUPLENTE)	28/04/2017	-	-	-
VIVIANA SIMON (SUPLENTE)	28/04/2017	-	-	-

(¹) Os períodos de início e/ou fim em branco significam que não houve início e nem fim do mandato no presente exercício.

² Os Correios, por atuarem em regime concorrencial, divulgam a remuneração de seus dirigentes/administradores, em conformidade à Instrução Normativa nº 480/2009 da CVM e consoante às disposições dos arts. 5º, § 1º, do Decreto nº 7.724/2016 c/c art. 173 da Constituição Federal, constante do Parecer nº 4296, de 18/04/2017 da CGU.

A remuneração total da Diretoria Estatutária em 2019 é apresentada no quadro a seguir:

Diretoria Estatutária	
Remuneração dos Membros	Valores em R\$ (2019)
Número de membros:	16
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.481.162,89
a) salário ou pró-labore ⁽¹⁾	3.404.957,46
b) benefícios diretos e indiretos ⁽²⁾	76.205,43
c) remuneração por participação em comitês	-
d) outros	-
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	
e) bônus	-
f) participação nos resultados	-
g) remuneração por participação em reuniões	-
h) comissões	-
i) outros	-
III - Total da Remuneração (I + II)	3.481.162,89
IV - Benefícios pós-emprego	-
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo ⁽³⁾	360.751,97
VI - Remuneração baseada em ações	-

⁽¹⁾ Valor Corresponde a honorários, Gratificação Natalina, Gratificação Férias 1/3

⁽²⁾ Valor Corresponde a AA Dirigentes, Auxílio Moradia, Postalis e Postal Saúde

⁽³⁾ Valor corresponde à quarentena

Relativo à Remuneração Variável Anual (RVA), os Correios, em busca de reverter a situação econômico-financeira, vêm adotando o controle de despesas e promovendo estratégias para o crescimento de receitas. Em razão de a empresa apresentar prejuízo acumulado oriundo de anos anteriores, não foi apresentada a proposta de RVA para manifestação pela SEST-MP.

Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no Relatório Integrado ou por meio de acesso à página dos Correios: <http://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/EmpregadosPublicos>

2.8 Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2019, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, 27 de agosto de 2020.

Marcelo Gomes Meirelles
Presidente do Conselho de Administração

Floriano Peixoto Vieira Neto
Membro do Conselho de Administração

Ruy Do Rego Barros Rocha
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Bernardo Sylvio Milano Netto
Membro do Conselho de Administração

Gilberto Barbosa Moreira
Membro do Conselho de Administração

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Membro do Conselho de Administração



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2020, em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e consoante o estabelecido no art. 50, inciso XXXIV do Estatuto Social dos Correios.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 34.028.316/0001-03 - **NIRE:** 5350000030-5

Sede: Brasília-DF

Tipo de Estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista Controlador: União – representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Tipo Societário: Empresa Pública

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional e no exterior

Setor de Atuação: Serviços

Audidores Independentes atuais da empresa:

Crowe Consult Auditores Independentes

Nome: Paulo Sérgio da Silva

Telefone: +55 41 3350-6013/6029

E-mail: paulo.sergio@consultaauditores.com.br

Conselheiros de administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Marcelo Gomes Meirelles

Floriano Peixoto Vieira Neto

Ruy do Rêgo Barros Rocha

Bernardo Sylvio Milano Netto

Carlos Henrique Ernanny de Mello e Silva

Maurício Fortes Garcia Lorenzo¹

Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes

Administrador subscritor da Carta Anual de Governança Corporativa:

Marcelo Gomes Meirelles - Presidente do Conselho de Administração

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. Do objeto social e do interesse público

Nos termos do art. 21, X, da Constituição Federal, foi estabelecido pelo constituinte originário a competência exclusiva da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional. Ocorre que o serviço postal não é mantido de forma direta pela União, sendo essa atividade desempenhada pelos Correios.

Os Correios são uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social de R\$ 3.383 milhões, integralmente constituído pela União, regida por seu Estatuto Social e pelas normas aplicáveis (Decreto-lei de criação nº 509/1969, Leis nºs. 6.404/1976, 6.538/1978, 12.490/2011, 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016).

O serviço postal teve a sua origem no Brasil, em 25 de janeiro de 1663, com a instalação do Correio-Mor na então colônia portuguesa. Desde a criação da empresa, em 1969, para prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro, a estatal vem se modernizando ao criar e disponibilizar serviços de qualidade e adequados às necessidades dos seus clientes e da própria sociedade em um mercado cada vez mais competitivo.

Aos Correios é atribuída a responsabilidade de manter os serviços postais em todo o território nacional, cumprindo-lhe atender aos princípios de universalização desses serviços. Para tanto, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, conferiu-se ao ministério supervisor estabelecer requisitos para regular os serviços postais.

Acrescenta-se que a Lei nº 12.490/2011 ampliou o âmbito da atuação dos Correios ao permitir a realização de operações no exterior, dentro das atividades previstas no seu objeto social, a constituição de subsidiárias e aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, observada a regulamentação do Ministério das Comunicações, os Correios podem firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de seus canais de atendimento.

Por meio da Portaria Interministerial nº 4.474, de 31 de agosto de 2018, foram estabelecidas as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, a serem observados pelos Correios.

A presença em praticamente todos os municípios do país fazem dos Correios um forte agente de integração nacional. Com uma vasta rede de canais de atendimento, a empresa beneficia toda a população brasileira, conectando pessoas e organizações onde quer que estejam, em 5.558 municípios do país, ao prestar serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência.

Como agente de integração nacional, os Correios cumprem o seu papel social ao garantir à população o acesso à cidadania, por meio da disponibilização de diversos serviços de governo em um único lugar, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Os Correios, a partir do código de endereçamento postal (CEP), atuam como um dos maiores outorgadores de cidadania aos brasileiros, pois por meio da estruturação completa dos endereços, permite-se o recebimento de serviços básicos (água, saneamento e eletricidade), contas bancárias, programas sociais e correspondências. Em 2020, foram criados e atualizados mais de 30 mil CEPs de logradouros em mais de 40 cidades, beneficiando uma população estimada em três milhões de habitantes. Como resultado, esse papel de agente de integração nacional assume relevância na composição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país.

Em meio à pandemia de covid-19, os correios, no mundo, tiveram papel de destaque e seguiram operando como serviços essenciais, adotando prontamente uma série de ações para absorção do aumento de demanda de transporte de encomendas (nacionais e internacionais), bem como a oferta de soluções digitais à sociedade.

Essenciais ao funcionamento do país durante a pandemia de covid-19, os Correios mantiveram a prestação dos serviços à sociedade, incluindo ações comerciais e institucionais para atender à população na oferta de serviços como o transporte de material biológico para pesquisas, alimentos e donativos para famílias em situação de vulnerabilidade, material escolar,

livros e provas para exames nacionais de proficiência, e também para apoiar empreendedores brasileiros que necessitam dar continuidade aos seus negócios por meio do *e-commerce*. Dessa forma, rotinas de entrega e de atendimento foram adaptadas para que os serviços continuassem sendo prestados de forma segura à sociedade.

Além do lançamento de novas soluções digitais para facilitar a vida das pessoas e de soluções para ajudar pequenos comerciantes, as soluções logísticas dos Correios tiveram papel fundamental na continuidade das operações do comércio eletrônico e sustentação do expressivo aumento de demanda durante a pandemia, bem como no apoio ao governo para troca de materiais para estudos sobre a pandemia, como enumerado a seguir:

I. Apoio logístico à Rede Vírus: o apoio ao comitê do então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável pela coleta de material viral (novo coronavírus e influenza), consistiu na coleta e transporte de material viral entre centros de pesquisa distribuídos pelo país. Ao longo de 159 dias, foram realizadas 516 operações de captação e 306 de distribuição, tendo sido entregue o total de 778 encomendas. O transporte realizado pelos Correios obedeceu a altos requisitos de segurança e agilidade, para que o material fosse entregue em até 20 horas após a coleta;

II. Programa Leve Leite: entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. O serviço envolve o armazenamento e a distribuição mensal de 310 mil kg, atendendo a 77.500 alunos;

III. Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais: transporte e distribuição de mais de 1500 toneladas de medicamentos e produtos correlatos, nos 853 municípios de Minas Gerais;

IV. Programa Nacional do Livro Didático: distribuição de 190 milhões de livros didáticos, acondicionados em aproximadamente 19 milhões de encomendas, para atender cerca de 140 mil instituições de ensino;

V. Revalida (exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior): entrega em 13 municípios, para 34.317 candidatos em 38 locais.

Os Correios apoiam ainda o Ministério das Comunicações em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com a política do governo brasileiro e em reforço a sua atuação nos organismos internacionais, em particular no que se refere ao projeto Facilitação do Comércio pela Via Postal para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Exporta Fácil), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep).

1.2. Das políticas públicas

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual (PPA). É papel do PPA, além de declarar as escolhas do governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, instituído por meio da Lei nº 13.971/2019, abrange os seguintes programas direcionados aos Correios: Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais e o Programa Conecta Brasil, que têm por objetivo promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

METAS PPA 2020-2023 (R\$ MILHOES)						
Programas	Ações	2020	2021	2022	2023	Total
Programa Temático: 2205 - Conecta Brasil	146w - Adequação da Infraestrutura dos Correios	47	0	67	45	159
	20PU - Manutenção da Infraestrutura de Correios	314	359	169	137	979
Programa de Gestão: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	4102 - Manutenção e Adequação das Infraestruturas de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	251	276	92	73	692
	4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.	221	273	179	119	792
TOTAL		833	908	507	374	2622

Fonte: DIEFI

Oriundos das metas de universalização e qualidade dos serviços postais, estabelecidos aos Correios por meio da Portaria Interministerial nº 4.474/2018, os indicadores de universalização visam assegurar a existência e a disponibilidade da oferta dos serviços postais básicos em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

As metas definidas para os indicadores estratégicos “Universalização Atendimento” (Universalização do Atendimento Postal Básico - UAPB) e “Universalização Distribuição” (Percentual de Distritos com Entrega Postal Externa - PDPE) também são oriundas da referida portaria. A expansão dos serviços de atendimento postal e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta de extrema importância para a integração do país e para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

1.3. Das atividades desenvolvidas em atendimento às políticas públicas

Alinhado às políticas públicas, os Correios desenvolvem atividades que atendem a sua função social, consoante o disposto no art. 132 do seu Estatuto Social:

[...]

“Art. 132. A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério supervisor”

Os Correios estão presentes em todo o Brasil, em 99,78% (5.558) dos municípios, e entregam, diariamente, mais de 16 milhões de objetos postais. A prestação do serviço postal, atribuída à União pela Constituição Federal, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, estejam presentes em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura para a execução de operações compatíveis com o gigantismo do Brasil.

Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios ofertam produtos e serviços organizados em três linhas de negócios, explicitados no subitem 2.1.1 desta Carta Anual.

1.4. Análise dos administradores relativa ao desempenho no atendimento às políticas públicas

1.4.1. Indicadores, metas e resultados

A partir do diagnóstico empresarial e da definição da identidade corporativa e dos objetivos estratégicos, também são definidos os eixos de atuação, programas e iniciativas estratégicas, o plano de negócios e os indicadores estratégicos e metas estratégicas.

Em alinhamento às políticas públicas, no acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, também são utilizados indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos, estabelecidos aos Correios pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio da Portaria Interministerial nº 4.474/2018.

As metas dos indicadores visam assegurar a existência e a disponibilidade de oferta dos serviços postais básicos em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis. A expansão dos serviços de atendimento postal e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta de extrema importância para a integração do país e para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nos lugares mais remotos e carentes de infraestrutura.

Destaca-se o desempenho desses indicadores oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios. As respectivas metas em 2020 obtiveram percentuais de realização próximos de 100%.

Indicador Estratégico	Resultado			Meta 2020 (a)	% de Realização da Meta (b/a)	Variação 2020x2019 (b/c) - 1
	2018	2019 (c)	2020 (b)			
Universalização Atendimento	88,83%	99,23%	97,46%	100%	97,46%	-1,78%
Universalização Distribuição	91,33%	91,25%	89,20%	92,94%	95,98%	-2,25%

Fonte: SISUNI

O indicador Universalização Atendimento, relacionado à universalização do atendimento postal básico (UAPB), mensura a oferta de atendimento postal (relação entre a quantidade de posições de atendimento existentes e a quantidade de

posições de atendimento necessárias em cada município), conforme diretrizes de universalização estabelecidas por meio da Portaria Interministerial nº 4.474/2018.

As metas são recalculadas anualmente, de forma a garantir a oferta de 100% das posições de atendimento. O indicador obteve o resultado de 97,46%, sendo ofertadas 9.408 posições de atendimento das 9.653 estabelecidas para o ano. Este resultado representa a oferta de atendimento postal a 99,78% (5.558) dos municípios brasileiros.

O não atingimento da meta para o UAPB decorre, principalmente, da dificuldade em formalizar parcerias com órgãos públicos para a instalação de agência de correios comunitária (AGC) nas localidades onde existe a necessidade de incremento de posição de atendimento. Outro fator é a necessidade de constante investimento para a ampliação das unidades próprias de atendimento, com a abertura de novos guichês em mercados dinâmicos que requer, em alguns casos, a realocação da agência pela insuficiência de espaço físico.

O indicador Universalização Distribuição, relacionado ao percentual de distritos com entrega postal externa (PDPE), tem por objetivo acompanhar a ampliação do serviço de entrega postal externa, ou seja, a entrega de objetos postais que não ocorre nas unidades da empresa (entrega interna), conforme as metas definidas na portaria interministerial. São utilizados como parâmetro os distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

O alcance físico proposto é de 9.130 (92,94%) distritos de um total de 9.824 distritos com população acima de 500 habitantes. No entanto, o PDPE obteve o resultado de 89,20%, o que representa 8.763 distritos com efetiva distribuição e, portanto, decréscimo de 201 distritos em relação a 2019.

Relatórios emitidos pela União Postal Universal (UPU) apontam, como valor de referência, um percentual de 87,8% da população com distribuição postal na América Latina e Caribe, e de 80,4% no mundo. O resultado do indicador Universalização Distribuição, de 89,20%, apresenta-se acima dos valores de referência mencionados.

Em 2021 deverão ser ofertadas 9.463 posições de atendimento, o que corresponde a uma meta de 100% para o indicador Universalização Atendimento; ao mesmo tempo em que para o indicador Universalização Distribuição, a meta definida é a de alcançar 92,94% do total de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

É válido destacar que o serviço postal brasileiro aparece em 45º lugar na colocação global e em 1º lugar entre os países da América Latina em ranking resultante da análise da situação do desenvolvimento postal em todo o mundo no ano de 2020, segundo relatório divulgado pela União Postal Universal (UPU). O desenvolvimento postal pode ser definido como a capacidade de desempenho postal de um país, envolvendo um conjunto de fatores que possam vir a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico de cada região.

A análise é baseada no Índice Integrado de Desenvolvimento Postal (2IPD), que considera dados de serviços postais de um total de 170 países. O relatório confirma que o setor postal desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

As informações correlatas ao Indicador de Entrega no Prazo (IEP) e ao Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) são apresentadas no subitem 2.2.1 desta Carta Anual.

Acrescenta-se, ainda, o Balcão do Cidadão, concebido para ampliar a oferta de serviços públicos e privados que necessitam de interação do usuário com o órgão público ou empresa privada, por meio da rede de atendimento dos Correios. Por meio do Balcão do Cidadão, o cidadão possui acesso aos serviços públicos e privados nas agências dos Correios. Em 2020, foram assinados 18 contratos comerciais, posicionando os Correios como um importante canal de acesso a serviços de interesse do cidadão.

1.5. **Custeio e impacto econômico-financeiro da operacionalização das políticas públicas**

Os Correios, empresa pública federal não dependente de recursos da União, possuem operação custeada integralmente por receita própria, sendo gerida sob a ótica governamental e empresarial.

Os Correios prestam serviços no mercado concorrencial, ampliando as suas atividades de forma a buscar receitas em diversos segmentos relacionados aos serviços postais, tais como os de encomenda, logística integrada e conveniência, dentre outros. A receita advinda dos serviços postais não exclusivos possibilita aos Correios a manutenção da universalização. Tal mecanismo, conhecido na literatura econômica como subsídio cruzado, desempenha importante papel para equilibrar o custeio e os investimentos necessários à infraestrutura colocada à disposição do Estado para prestação do serviço postal em praticamente todos os municípios do país.

Como reflexo do subsídio cruzado, toda a estrutura física e operacional criada para a prestação do serviço postal é beneficiada e mantida com as receitas diversas oriundas da prestação dos serviços públicos não exclusivos; em perfeita consonância com o regramento previsto no art. 173, §1º, II da Constituição Federal.

Sob a ótica governamental, a gestão orçamentária é delineada pela Lei Orçamentária Anual (LOA), para o orçamento de investimentos, e pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG), no qual são detalhadas as receitas, as despesas e o resultado primário, que são aprovados e acompanhados pelo ministério supervisor e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Do ponto de vista empresarial, a gestão orçamentária se configura alicerçada na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), implantada em 2016, e alinhada à estratégia da empresa, visando à otimização dos gastos e ao melhor controle dos custos e despesas. A citada metodologia preconiza a definição e a atribuição de papéis e responsabilidades aos participantes que atuam na matriz de governança OBZ, além do estabelecimento de metas orçamentárias e iniciativas de redução de despesas para a consecução da orçamentação e posterior monitoramento e controle, por meio de fóruns de acompanhamento dos desvios orçamentários e das iniciativas de redução de despesas.

A meta de resultado primário aprovada no PDG para 2020 foi de superávit de R\$ 65 milhões, conforme Decreto nº 10.168/2019. No entanto, com as ações de política de redução de custos, a Empresa atingiu o superávit primário de R\$ 378 milhões, aproximadamente R\$ 314 milhões acima da meta aprovada, influenciado, substancialmente, pela saída de recursos 5% menor ao aprovado, ocasionada sobretudo pela redução na rubrica Despesas de Pessoal.

Em relação aos ingressos de recursos, houve principalmente o recebimento de R\$ 1.048 milhões, por ordem de crédito do exterior, de R\$ 14.008 milhões, por meio de faturamento e de R\$ 2.830 milhões em arrecadação pelas agências próprias e franqueadas. Relativo aos pagamentos, destacam-se as despesas com pessoal (R\$ 10.904 milhões), que foram R\$ 162 milhões inferiores ao planejado; os tributos (R\$ 633 milhões), R\$ 82 milhões abaixo do previsto; e os serviços de terceiros (R\$ 3.485 milhões), com R\$ 60 milhões inferiores ao planejado. Diante desses fatores, a saída de recursos no período foi de R\$ 880 milhões abaixo do planejado para o período.

No segundo semestre de 2020, com base nas execuções orçamentárias e nas projeções de resultado de caixa, houve o remanejamento no PDG 2020, conforme preconiza o Decreto nº 10.168/2019, artigo 5º, e o Manual Técnico do Programa dos Dispêndios Globais (MTPDG). Foram transferidos valores entre itens orçamentários, mantendo os limites globais de dispêndios e de recursos aprovados para a empresa, bem como a meta de resultado primário estabelecida.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES - CUSTEIO (R\$ MILHÕES)									
DESPESAS	2018			2019			2020		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Despesas de pessoal	13.012	12.229	11.963	12.548	12.369	11.947	11.988	10.574	10.904
Despesas com dirigentes	5	5	5	5	4	4	10	9	9
Despesas com conselhos e comitês estatutários		1		1	1	1	13	13	13
Materiais e produtos	159	119	74	116	105	100	193	147	139
Serviços de terceiros	3.207	2.630	3.080	2.769	2.673	3.031	3.054	2.778	3.485
Tributos	942	743	549	767	751	585	928	748	632
Despesas financeiras	255	241	164	195	230	98	351	403	155
Outras despesas correntes	3.186	2.875	2.757	2.978	2.722	2.601	2.957	2.490	2.192
TOTAL	20.766	18.843	18.592	19.379	18.855	18.367	19.494	17.162	17.529

Fonte: DEORC/DIEFI

a) Orçamento (dotação)

b) Liquidado (execução)

c) Pago

Em 2020, houve a redução de R\$ 1.681 milhões na execução orçamentária de dispêndios correntes quando comparada a 2018, e de R\$ 1.693 milhões ante o executado em 2019. Destaca-se o grupo de despesas de pessoal, com economia de R\$ 1.655 milhões em relação a 2018, e de R\$ 1.795 milhões, em comparação a 2019, resultante dos seguintes fatores: nova forma de custeio do plano de saúde dos empregados (aumento da coparticipação da mensalidade); saída dos pais como dependentes dos beneficiários; dissídio coletivo 2020/2021, que estabeleceu o pagamento da gratificação de férias nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); redução da quantidade de vales pagos aos empregados e extinção do

pagamento de refeição/alimentação durante as férias e afastamentos temporários.

O grupo “outras despesas correntes” reduziu em R\$ 385 milhões, comparado a 2018, e de R\$ 232 milhões em relação ao executado em 2019. A principal razão foi a redução de despesa com transporte, influenciada por ações de otimização da malha de Linha de Transporte Nacional (LTN); pelo monitoramento da taxa de ocupação de aeronaves/veículos, em observância aos prazos estabelecidos no corredor de negócios, e pela implantação da malha regional.

Em comparação com 2019, verifica-se que o principal aumento na execução orçamentária de 2020 ocorreu no grupo de despesas financeiras, que executou R\$ 403 milhões, ou seja, R\$ 173 milhões acima da execução total de 2019. Destaca-se a despesa com variação cambial, impactada pela oscilação do Direito Especial de Saque (DES), baseado em uma cesta das principais moedas internacionais, principalmente quando há valorização do real frente ao dólar.

O valor do orçamento de investimento aprovado para 2020 foi de R\$ 833 milhões, consoante o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Contudo, foi contingenciado pela Diretoria Executiva para o limite de R\$ 430 milhões devido à previsão de disponibilidade financeira da empresa.

Os Correios realizaram investimentos, em 2020, no valor total de R\$ 337,7 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão do ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme tabela abaixo:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO (R\$ MILHÕES)					
Investimento	2018	2019	2020	Variação % 2019/2018	Variação % 2020/2019
Aquisição de veículos	25,5	172,7	140,7	577,3%	-18,5%
Instalação de agências próprias	0,0	0,0	0,0	0,0%	0%
Instalação de unidades de tratamento	9,0	34,5	56,0	283,3%	62,3%
Instalação de unidades de distribuição	0,2	0,1	0,0	-50,0%	-100,0%
Instalação de unidades de logística	0,0	0,0	0,0	0%	0%
Manutenção da infraestrutura operacional	119,7	101,8	63,1	-15,0%	-38,0%
Tecnologia da informação (TI)	71,1	23,4	77,9	-67,1%	232,9%
TOTAL	225,5	332,5	337,7	47,5%	1,6%

Fonte: DEORC/DIEFI

Nos últimos dois anos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes, os Correios aplicaram aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em investimentos e em projetos de BTS (Built to Suit), promovendo, assim, a modernização e a otimização de sua capacidade produtiva e de infraestrutura, com destaque para: R\$ 313,4 milhões para a ampliação/modernização da frota de veículos, sendo para tanto adquiridos mais de 13 mil veículos; R\$ 101,3 milhões em ativos de tecnologia, com foco na melhoria da capacidade de armazenamento das informações e na atualização do parque de informática; R\$ 153 milhões para a automação do tratamento de objetos, com vistas a aumentar a eficiência e a eficácia da capacidade operacional instalada e R\$ 430 milhões para a ampliação da infraestrutura de tratamento de encomendas.

Em 2018, os Correios receberam R\$ 224 milhões de aporte de capital do Governo Federal para a realização de projetos de investimentos, em adequação e manutenção da infraestrutura e dos equipamentos de informática, sendo R\$ 43 milhões utilizados naquele exercício. Em 2019 foram executados cerca de R\$ 160 milhões do saldo de aporte de capital, restando R\$ 21 milhões que, em 2020, foram utilizados em investimento imobilizado.

1.5.1. Descentralização de recursos

A Portaria Interministerial nº 4.474/2018 alterou as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e estabeleceu novo padrão de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico. Na prática, a meta para cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas por meio do cálculo do Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais pela disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Para atender à meta ministerial, são firmadas parcerias para o estabelecimento principalmente de agências de correios comunitárias (AGC), agências franqueadas (AGF) e agências de correios comerciais (ACC).

As AGCs exercem um papel importante para a prestação dos serviços postais básicos, notadamente no atendimento à

população residente em pequenos municípios, realizada por unidades regidas por termo de convênio (TC). O TC dispõe que a AGC deve, a partir da abertura, executar atividades e prestar serviços postais básicos, conforme disposto no respectivo plano de trabalho. Em contrapartida, os Correios realizarão mensalmente repasse financeiro ao órgão público, em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante envio à empresa de comprovação relativa à prestação dos serviços contratados/autorizados. A vigência dos termos de convênio é de 60 meses, sendo o cadastro realizado em sistema específico de pagamento (ERP), no qual são registrados os dados do órgão público e do valor de repasse estipulado.

As informações referentes aos convênios e acordos celebrados pelos Correios com órgãos públicos municipais para a prestação de serviços postais básicos, por meio de agências de correios comunitárias, e os respectivos repasses estão disponibilizados no link: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias>

O quadro abaixo contempla a quantidade de termos de convênio vigentes nos dois últimos exercícios e os valores repassados.

Unidades regidas por termo de convênio

MODALIDADE	Quantidade de instrumentos vigentes		Variação 2020x2019 (a/b) -1	Montante repassado no exercício (em R\$ 1,00)		Variação 2020x2019 (a/b) -1
	2019 (b)	2020 (a)		2019 (b)	2020 (a)	
Convênio	2.870	1.971	-31,32 %	51.951.692,62	32.954.297,41	-36,56

Fonte: Sistema de Acompanhamento das Metas da Universalização (SISUNI)

Os gestores da rede de atendimento realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços, de forma a garantir que:

- I. Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- II. O cadastro das AGCs no ERP seja realizado devidamente e as alterações pertinentes sejam processadas;
- III. Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para fins de atesto pela agência vinculadora e posterior processamento do repasse.

A agência vinculadora é a unidade própria de atendimento, responsável pela fiscalização da AGC e pela comunicação mensal à área de atendimento, contendo o reporte sobre o adequado funcionamento da unidade; o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio; a conferência da prestação de contas e o recebimento do atesto de execução das atividades, bem como o encaminhamento das informações à superintendência estadual (SE) para adoção das ações afetas ao repasse financeiro aos órgãos públicos.

Avaliação de riscos e controles na execução descentralizada com transferência de recursos

A descentralização das ações de gestão e fiscalização dos convênios está aderente aos procedimentos adotados pela empresa e às diretrizes, previstas em normativo interno, afetas ao acompanhamento dos instrumentos firmados pelos Correios.

Realizado no âmbito das SEs, o controle de execução da descentralização orçamentária, relacionada à celebração de TC pelos Correios, contempla duas etapas de verificação, a saber:

- I. Apresentação mensal de relatório de prestação de serviços pelo órgão público: para iniciar o processo de pagamento do repasse aos órgãos públicos que operam unidades de atendimento do tipo AGC, é obrigatória a apresentação aos Correios de relatório com o detalhamento das atividades executadas de prestação de serviços; e
- II. Verificação e atesto pela agência de correios vinculadora: após a apresentação do relatório, a agência de Correios vinculadora efetua a conferência e validação das atividades executadas e, após atesto do fiscal do contrato no âmbito estadual, é emitida guia de pagamento para transferência dos recursos ao órgão público.

O fiscal de convênio, nomeado no momento do cadastro do termo de convênio no ERP, deve:

- I. Fiscalizar o convênio promovendo registro próprio para cada AGC sob a sua coordenação, de forma a manter, em ordem cronológica, devidamente numerados e rubricados, os documentos relativos ao respectivo convênio;
- II. Interagir diretamente com o conveniente com vistas a determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- III. Atestar os relatórios de prestação de serviços das AGCs que cumpriram as exigências previstas no termo de convênio, com a finalidade de realizar o repasse financeiro, observada a correta execução do convênio, e encaminhá-los

mensalmente à SE;

IV. Realizar visita de supervisão às AGCs, conforme previsto no cronograma estabelecido pela SE;

V. Manter uma via atualizada do cartão de assinatura para fins de conferência na prestação de contas, fornecimento de produtos, materiais e documentos operacionais; e

VI. Solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado ao órgão gestor operacional.

Todas as atribuições do fiscal são coordenadas pela sua chefia imediata, que é corresponsável por todos os seus atos.

A supervisão pelas SEs é realizada em observância estrita aos seguintes critérios:

I. O cronograma de supervisão deve conter ao menos uma visita anual a cada AGC para o ano subsequente;

II. Acompanhamento das correções das não conformidades detectadas quando da visita de supervisão nas AGCs;

III. Acompanhamento do cumprimento do cronograma de visitas de supervisão;

IV. Estabelecimento de rotinas de aferição da adequação do objeto do termo de convênio à demanda local, observando as características dos mercados onde estiverem localizadas; e

V. Encaminhamento ao DERAT, até 15 dias após o fechamento do ciclo anual de avaliação da Padronização do Processo Produtivo (PPP), relatório circunstanciado apresentando a situação geral das AGCs supervisionadas, assim como a justificativa, por meio de relatório circunstanciado individual, para cada caso de insucesso na supervisão.

O instrumento utilizado para a realização da visita de supervisão é uma lista de verificação gerada no Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo, que contempla os aspectos contratuais a serem verificados por ocasião da visita.

Paralelamente às atividades de supervisão, no decorrer do ano é realizado acompanhamento dos resultados operacionais, com medição pelo indicador que afere o Desempenho da Distribuição Interna das Agências (DDIA), cujo objetivo é aumentar a produtividade com excelência operacional. Também são realizadas reuniões mensais, por meio de videoconferências, de forma a definir ações de melhoria para alcance do indicador.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1. Principais atividades desenvolvidas pelos Correios

Os Correios proporcionam à população brasileira acesso aos serviços postais, incluindo serviços financeiros, oferecendo o encaminhamento e o recebimento de objetos postais (cartas e telegramas) e encomendas nacionais e internacionais e viabilizam, ainda, a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários, compra de títulos de capitalização e aquisição de consórcios).

Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios oferecem mais do que um extenso portfólio de produtos e serviços. A empresa busca entender a necessidade dos seus clientes, focando em soluções adequadas que permitam aproximá-los de pessoas e organizações onde quer que estejam.

2.1.1. Modelo de negócios dos Correios

A oferta de produtos e serviços pelos Correios está organizada em três linhas de negócios, que consideram a variedade de opções oferecidas e os mercados de atuação de seus clientes:

I. Logística

Processo de captação e entrega de remessas nacionais e internacionais e de prestação de serviços de logística integrada, composto por:



Encomendas: recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil. Inclui ainda a logística reversa, serviço de retorno de encomenda, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.



Logística Integrada: oferta de solução logística adaptada às necessidades de cada operação integrada a uma plataforma digital para gerenciamento completo da cadeia de valor. Inclui grandes operações customizadas, como a distribuição dos livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dentre outras. Também inclui a provisão de solução de logística integrada para suportar operações de *e-commerce* com demandas de serviços de armazenagem; atendimento de pedidos; separação; embalagem; integração com a solução de transporte/distribuição e logística reversa.



Internacional: oferta de soluções logísticas para importação e exportação de mensagens, impressos, documentos e bens com ou sem valor comercial.

II. Comunicação

Captação e entrega de correspondências físicas e digitais, correspondência agrupada (malote) e soluções de marketing direto:



Mensagem: toda comunicação física, de natureza administrativa, social ou comercial, que contenha informação de interesse específico do destinatário. Relativamente à comunicação eletrônica, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas (mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários ou adentram de forma física e são espelhadas digitalmente no aplicativo Correios) e digitais, com a disponibilização das comunicações somente em meio digital no aplicativo Correios.



Marketing: toda comunicação na forma física, híbrida ou digital, de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, conforme normas de classificação de objetos dos Correios.



Malote: serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos.

III. Atendimento

Soluções de atendimento presencial, digital e à distância de consumidores e cidadãos para a prestação e/ou comercialização de produtos e serviços próprios ou de parceiros:



Conveniência: oferta de serviços de atendimento presencial aos cidadãos e aos consumidores, venda de produtos e serviços próprios e de terceiros e de artigos de filatelia.



Financeiro: soluções financeiras, seja por meio de transações financeiras, pagamento de contas, transferência de recursos (vale postal nacional e internacional), compra de títulos de capitalização e aquisição de consórcios.

2.1.2. Canais

Os canais têm o papel de prover ambiente físico e/ou digital para operação de produtos e serviços das linhas de negócios, além de facilitar o relacionamento dos Correios com empresas, governos, consumidores e cidadãos de forma eficiente e conveniente, conforme a realidade de cada mercado.

Para melhorar a experiência dos clientes nas interações com a empresa, os Correios oferecem novos modelos de atendimento, reavaliando continuamente a jornada *omnichannel* de seus clientes e estabelecendo um mix de canais adequado a cada ambiente. Exemplos de melhoria foram a evolução dos canais digitais Portal Correios (Web) e App Correios (Mobile) e a implantação do atendimento automatizado pela atendente virtual dos Correios.

2.2. Análise dos administradores sobre o desempenho

2.2.1. Indicadores, metas e resultados

Apresenta-se a seguir a relação dos objetivos estratégicos, com os respectivos indicadores estratégicos, assim como a avaliação relativa às metas e às justificativas para os resultados alcançados.

1 Objetivo Estratégico: Ser rentável e gerar caixa em Postal

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIACÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1	-2,78%	-6,20%	-25,51%	-7,52	0,00%	-311,45%
Indicador de Satisfação do Cliente	78,80%	84,64%	76,70%	85%	90,24%	-9,38%

O indicador **Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 – R(H1)** mensura a evolução, em relação ao ano anterior, da receita obtida pela empresa em seus negócios maduros/principais (“core”), e contempla os seguintes segmentos de negócios: mensagem, marketing direto, malote, financeiro e conveniência, que compreende também a filatelia.

Registra-se redução no negócio postal, composto pelos segmentos mensagem e marketing direto, de 24,3% (- R\$ 1,905 bilhão), em virtude, principalmente, da diminuição de R\$ 1,091 bilhão da receita do serviço Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC) e de R\$ 747,4 milhões do serviço carta ante ao acumulado de 2019. Em decorrência dessa diminuição, o negócio postal também reduziu sua participação na composição da receita de vendas da empresa, de 41,1% em 2019, para 33,1% em 2020.

O segmento malote também foi afetado pela restrição de circulação imposta pelas ações de combate à covid-19, registrando queda de receita de 35,0% (R\$ 129,4 milhões).

O desempenho de -25,51% obtido nesse indicador, em relação a 2019, não atendeu à expectativa da empresa para o ano de 2020. Tal resultado, além de refletir a queda do tráfego postal, sobretudo oriunda da substituição das correspondências em meio físico por mídias eletrônicas, foi impulsionado pela pandemia de covid-19, que ocasionou redução no fluxo de atendimento nas agências.

O tráfego postal acumulado em 2020 atingiu 3,786 bilhões de objetos distribuídos, enquanto em 2019 foram distribuídos 5,066 bilhões de objetos, uma redução de 25,3%. Para este resultado, destaca-se a queda de 28,8% (1,2 bilhão de objetos) no segmento mensagem, com destaque para a redução de 475,0 milhões de objetos do serviço carta, e de 646,8 milhões de objetos do serviço FAC, que é composto, principalmente, por faturas e boletos bancários. As ações de digitalização e desmaterialização da comunicação, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, quantidade e pesos dos objetos postais são alguns dos elementos que podem provocar a queda do tráfego postal e a consequente queda de receitas. No segmento marketing direto, os principais concorrentes são também as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

A meta negativa definida para 2020 (-7,52%), inferior aos resultados registrados em 2018 (-2,78%) e 2019 (-6,20%), resulta da migração em 2019 da meta de receita do serviço PAC para o horizonte 2, justificada pelo fato de que foi aprovada pela alta direção da empresa, naquele ano, a alteração do presente objetivo estratégico (de: “Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas” – vigente em 2018 – para: “Ser rentável e gerar caixa em Postal”). À época, concluiu-se que o serviço PAC, classificado no segmento encomenda, e que fazia parte da cesta de serviços do horizonte 1, apresentou potencial de crescimento em função, principalmente, da demanda do mercado de *e-commerce* no Brasil (potencializada em 2020) e que, conseqüentemente, demandava por investimentos no serviço, passando o seu acompanhamento a ser realizado no horizonte 2, que tem foco no crescimento da receita de negócios emergentes com potencial de gerar lucro e caixa.

Diante do declínio das correspondências em meio físico em todo o mundo, a empresa vem adotando ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, à melhoria dos serviços de comunicação física e híbrida e ao aumento de participação do segmento de encomendas.

Uma outra importante ação versou sobre a revisão do nível de serviços para produtos postais e a flexibilização impostas pela universalização. A Portaria Interministerial nº 4.474/2018 estabeleceu diretrizes para nortear a universalização do atendimento, a entrega postal e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico.

A Distribuição Domiciliária Alternada (DDA), implementada em 2019, gerou benefícios ainda em 2020, refletindo na melhoria dos indicadores de qualidade, na redução do pagamento de indenizações e na redução de custos nos Centros de Distribuição Domiciliárias (CDDs), com a diminuição dos gastos com Jornada Extraordinária/JEX.

O **Indicador de Satisfação do Cliente (ISC)**, que tem por objetivo mensurar a satisfação dos clientes dos Correios com relação aos produtos e serviços oferecidos, alcançou 90,24% da meta estabelecida para 2020. A empresa alcançou 76,70%

de aprovação em Pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional realizada para o período. Os clientes avaliaram aspectos operacionais, comerciais, tecnológicos, processos relacionados ao faturamento, pós-venda, representante comercial, além da satisfação geral e imagem dos Correios. Os resultados obtidos demonstraram decréscimo nos aspectos/processos avaliados, impactados, principalmente, pelo momento crítico enfrentado por empresas e clientes, decorrente da pandemia de covid-19. O Modelo Integrado de Gestão da Satisfação dos Clientes, que se encontra em fase de implementação, irá contribuir para o aperfeiçoamento na gestão da satisfação dos clientes dos Correios, pois é estruturado para atender os macroprocessos de captura, medição e tratamento da satisfação e insatisfação dos clientes.

As iniciativas estratégicas cujos resultados podem contribuir para o atingimento deste objetivo estratégico apresentaram evolução, com destaque para o lançamento de três novas soluções digitais: Entrega Digital; AR Eletrônico e e-Carta Fácil; para os ganhos do Orçamento Base Zero e para a implementação e otimização do Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária.

2 Objetivo Estratégico: Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2	15,57%	7,81%	10,00%	10,87%	92,00%	28,04%
Market Share - Encomenda	45,20%	43,60%	32,30%	35,8%	90,22%	-25,92%
Indicador de Satisfação do Cliente	78,80%	84,64%	76,70%	85%	90,24%	-9,38%

O indicador **Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 – R(H2)** mensura a evolução, em relação ao ano anterior, da receita obtida pela empresa nos segmentos encomenda, logística e internacional (negócios emergentes). Já o indicador **Market Share – Encomenda** visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado brasileiro de encomendas, no tocante à quantidade de encomendas distribuídas. Os resultados de ambos os indicadores, inferiores às metas estabelecidas para 2020, refletem as particularidades relacionadas à pandemia de covid-19, bem como o crescimento da concorrência no segmento encomenda.

O resultado obtido pelo indicador R(H2) não foi favorável devido, principalmente, ao desempenho do segmento encomenda, que possui peso significativo na receita de vendas. Esse segmento, apesar de ter apresentado crescimento de 9,0% de receita em relação à 2019, não atingiu a meta estabelecida para 2020. O contexto de isolamento social e fechamento do varejo físico provocou o aumento significativo de postagens de encomendas, especialmente originadas das vendas on-line, em que os Correios tiveram papel fundamental na continuidade das relações comerciais de muitos pequenos empreendedores do país. Para realizar o desafio de ser o principal parceiro do *e-commerce* nacional e internacional, diversas medidas serão intensificadas ao longo de 2021. Também em função da pandemia, o resultado do segmento logística foi afetado, citando, por exemplo, os clientes da área de educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), que suspenderam a realização dos exames devido ao fechamento das escolas. No segmento internacional, os serviços Prime e Packet mantiveram o aumento na quantidade de objetos, e tal segmento registrou crescimento de receita de 34,0%.

Em relação ao indicador **Market Share – Encomenda**, calculado pela razão entre o tráfego do segmento de encomendas dos Correios e a quantidade de encomendas distribuídas no Brasil, o resultado alcançado foi de, aproximadamente, 90% da meta definida. A quantidade distribuída registrou crescimento de 7,6%, o que inicialmente pode ser considerado bom, tendo em vista algumas referências de mercado, como por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) do país que, em termos reais, caiu 4,1% em 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A participação de mercado de encomendas dos operadores postais varia entre os países, normalmente na faixa de 20% a 40%. Os Correios encontram-se dentro dessa faixa, com 32,3% de participação em 2020. A empresa alemã DHL, que é uma divisão da Deutsche Post do setor de logística internacional e correio expresso, importante concorrente dos Correios, registrou mais de 40% de participação na quantidade de encomendas entregues na Alemanha, em 2020.

O grupo formado pelos segmentos encomenda, logística e malote vem aumentando sua participação na receita total dos Correios (que contempla a receita operacional, as receitas financeiras e outras receitas operacionais), representando 52,4% em 2020 contra 50,5% em 2019 e 47,9% em 2018, o que reduz a vulnerabilidade decorrente de a empresa ter receitas oriundas de serviços substituíveis pela utilização crescente de mídias eletrônicas para comunicação. Destaca-se,

ainda, o segmento internacional, que tinha a participação de 4,7% em 2019 e passou para 6,2% em 2020, registrando crescimento de 31,9%.

COMPOSIÇÃO NA RECEITA TOTAL			
	2018	2019	2020
Mensagem e Marketing	42,2%	40,0%	29,7%
Encomenda/Logística/Malote	47,9%	50,5%	52,4%
Financeiro	1,3%	0,9%	0,3%
Internacional	3,3%	4,7%	6,2%
Conveniência	1,1%	1,1%	0,9%
Outros Serviços	4,2%	2,7%	10,6%

Fonte: Relatório de Avaliação Empresarial (RAE) - Dezembro 2018; 2019 e 2020

Com o objetivo de fortalecer o posicionamento dos Correios no mercado de encomendas, destaca-se em 2020 a revisão e aperfeiçoamento dos corredores de negócio de encomendas nacionais e da metodologia de cidades prioritárias, em que se obteve uma ampliação do total de cidades prioritárias, de 324 para 462, o que reflete a desconcentração do comércio eletrônico no Brasil. Também houve uma ampliação do total de corredores prioritários de 104.976 para 231.444. Como consequência, diversas ações vêm sendo empreendidas no intuito de incrementar a competitividade dos serviços de encomendas e a capacidade de geração de receita dos Correios, entre elas a redução dos prazos ofertados nos principais corredores comerciais, sendo que, atualmente, tem-se aproximadamente 37% da carga expressa em D+1 (entrega no dia seguinte à postagem) e 31% em D+2, o que demonstra o foco nos corredores mais representativos do país, em termos mercadológicos. Com a conclusão da implantação dos principais corredores, que totalizam 3.107 trechos, prevista para o primeiro semestre de 2021, aproximadamente 63% da carga de encomendas expressas será entregue em D+1.

O resultado alcançado pelo **Indicador de Satisfação do Cliente (ISC)**, que já foi objeto de análise no contexto do objetivo estratégico Ser rentável e gerar caixa em Postal, alcançou 90,24% da meta estabelecida para 2020.

3 Objetivo Estratégico: Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Valor de Receitas Horizonte 3 - R\$ Milhões	200	19	25,66	46,6	55,06%	35,05%
Índice Digital	2,15	2,24	2,30	2,35	97,87%	2,68%

O indicador **Valor de Receitas Horizonte 3 – R(H3)** é calculado pela soma das receitas de novos negócios com potencial para gerar receita, com foco em manter a sustentabilidade, e contempla os seguintes serviços: Aporte e Saque; Serasa; PAC Mini; Inteligência de Geomarketing – Endereçada e Pagamento Antecipado.

Em 2020, o resultado do indicador atingiu 55,06% da meta estabelecida para o ano. Tal resultado foi impactado, principalmente, pelo desempenho do serviço Aporte e Saque, cujo contrato previa o suprimento de numerário pelo Banco Postal, que teve suas atividades encerradas, o que provocou a suspensão de novas contratações. Em contrapartida, a receita acumulada para o serviço Correios Mini Envios superou a expectativa para o ano, mesmo considerando os efeitos da pandemia. Para alavancar as receitas do produto Serasa, ações importantes têm sido realizadas, tais como: premiação de atendentes e gerentes que atingem as metas das campanhas de vendas; incentivo às vendas, com ações de posituação nas unidades e fornecimento de materiais de divulgação; ações de publicidade veiculadas em TV, rádio e mídias sociais; além da utilização frequente dos canais de comunicação da empresa para sanar dúvidas e manter constante o conhecimento da operacionalização do serviço nas agências.

O indicador **Índice Digital (ID)** tem por objetivo identificar o nível de digitalização de canais, processos e serviços da empresa, e alcançou resultado de 2,30 pontos (em uma escala que varia de 0 a 4), ficando muito próximo à meta estipulada para 2020. Esse resultado representou um crescimento de 2,68%, em relação ao obtido em 2019, e de 6,98% frente a 2018, demonstrando evolução no nível de digitalização dos Correios.

Em pesquisa Digital Performance Index, realizada por empresa de consultoria, foi identificado que a média do nível de

digitalização dos correios mundiais pesquisados no ano de 2016 foi de 1,99 pontos, e que os operadores Top 5 do ranking mundial pontuaram níveis entre 2,51 e 2,82 pontos. O resultado de 2,30 pontos registrado pelos Correios demonstra que os esforços envidados pela empresa para digitalização de seus canais, processos e serviços apresentam evolução satisfatória.

4 Objetivo Estratégico: Gerar rentabilidade positiva e sustentável

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Margem EBITDA	1,85%	3,68%	8,44%	5%	168,80%	129,35%
Valor Econômico Agregado ¹ - R\$ Milhões	-	-	597,73	351,78	169,92%	-
Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas ²	101,80%	100,18%	92,27%	100%	107,73%	-7,90%

1) Indicador criado em 2020.

2) Indicador com polaridade "menor melhor".

O Indicador **Margem EBITDA** mede o percentual que a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e depreciação. O resultado de 2020 para esse indicador superou em 68,8% a meta definida para o ano e decorre do alcance pela empresa do lucro líquido acumulado de R\$ 1,530 bilhão, superando a meta definida de R\$ 445,8 milhões. O desempenho da despesa total, que apresentou queda de 6,2% (R\$ 1,229 bilhão), teve papel importante no lucro líquido registrado. Os grupos de contas que mais contribuíram para a redução das despesas em 2020 foram: Dispêndios de Pessoal, com queda de 10,1% (R\$ 629,1 milhões), em função do decréscimo de R\$ 360,6 milhões em indenizações trabalhistas, oriundas dos gastos com os planos de demissão incentivada realizados em 2019, que não ocorreram em 2020; e Outros Dispêndios de Pessoal, com queda de 34,0% (R\$ 1,138 bilhão), em razão da redução de R\$ 829,2 milhões em gastos com serviço de saúde. Os segmentos de negócio que mais contribuíram para o referido lucro foram o de encomenda e o internacional, em função principalmente do crescimento das respectivas receitas.

O resultado registrado pelos Correios em 2020, de 8,44% de Margem EBITDA, demonstra que a empresa vem se recuperando financeiramente no decorrer dos últimos anos, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2019 uma Margem EBITDA de 9,08%.

Margem EBITDA						
ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-12,15%	-3,22%	6,20%	1,85%	3,68%	8,44%

Fonte: WebCONT

O Indicador **Valor Econômico Agregado** representa uma medida de desempenho para acompanhar a gestão dos negócios e serve para identificar o quanto foi efetivamente criado de valor para a empresa em um determinado período de tempo. Em 2020, o resultado registrado de R\$ 597,73 milhões superou em R\$ 245,96 milhões a meta definida para o período (R\$ 351,78 milhões), situando-se acima de 70% da meta. A empresa obteve lucro operacional suficiente (R\$ 922 milhões) para cobrir o custo do capital (R\$ 324 milhões).

O **Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ)** mede, de forma objetiva, o desempenho dos Correios em realizar despesas no nível estipulado, no momento da orçamentação, à luz da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ). O resultado do indicador, que possui polaridade "quanto menor, melhor", foi de 92,27%, estando dentro da meta de 100% estabelecida para 2020. Esse desempenho no acumulado do ano decorre do total das despesas realizadas terem permanecido abaixo do total das despesas planejadas, sobretudo nas subcategorias Salários e Encargos, Demais Benefícios e Transporte Nacional. A economia obtida a partir da implementação de iniciativas de redução de despesas desde 2017 foi de: R\$ 609,61 milhões em 2017; R\$ 769,54 milhões em 2018 e R\$ 318,26 milhões em 2019. O montante registrado em 2020 foi de aproximadamente R\$ 321,20 milhões de economia.

Dentre os progressos das iniciativas estratégicas, destacam-se os ganhos do Orçamento Base Zero, a revisão e aperfeiçoamento dos corredores de negócio de encomendas nacionais e da metodologia de cidades prioritárias, e a implementação e otimização do modelo de Gestão da Carteira Imobiliária.

5 Objetivo Estratégico: Aumentar a produtividade com excelência

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIACÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Indicador de Entrega no Prazo	90,74%	97,37%	93,93%	95,87%	97,98%	-3,53%
Indicador de Produtividade ¹ - RS	4.547	184.544	175.830	202.525	86,82%	-4,72
Universalização Atendimento	88,83%	99,23%	97,46%	100%	97,46%	-1,78%
Universalização Distribuição	91,33%	91,25%	89,20%	92,94%	95,98%	-2,25%
Market Share - Encomenda	45,20%	43,60%	32,30%	35,8%	90,22%	-25,92%
Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional ²	-	1,74%	1,88%	2,19%	85,84%	8,05%

O **Indicador de Entrega no Prazo (IEP)** é o indicador estratégico da qualidade operacional, que avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos aos clientes finais, dos principais segmentos postais: encomenda, internacional, logística e mensagens.

Os serviços prestados pelos Correios vêm apresentando crescente evolução, alcançando, em 2019, o melhor desempenho operacional dos últimos anos, em que o Indicador de Entrega no Prazo atingiu o resultado de mais de 97% de objetos entregues no prazo previsto. Em 2020, o índice alcançado traduziu o empenho dos Correios em atender a sociedade de forma ágil e tempestiva, apesar do impacto da pandemia de covid-19. Com a acentuação, no Brasil, das preocupações com a pandemia, em março de 2020 a área operacional envidou esforços no sentido de manter as operações e promover a qualidade operacional. Além da liberação de recursos extras, tais como contratação de mão de obra terceirizada e pagamento de horas extras, foram elaboradas estratégias para evitar o fechamento de unidades e reduzir o nível de afastamentos de empregados da operação. Contudo, mesmo diante das medidas adotadas, que incluiu o fechamento temporário de mais de 350 unidades para desinfecção entre os meses de março e dezembro, entre outras diversas medidas emergenciais, a qualidade operacional medida pelo IEP apresentou um resultado acumulado ao final do ano de 93,93%, com destaque para os meses de novembro e dezembro, com respectivamente 97,21% e 96,43% dos objetos entregues no prazo. Esse resultado é ainda mais expressivo considerando que o tráfego de encomendas cresceu mais de 23% em dezembro de 2020, ante ao mesmo mês do ano anterior, tendo os Correios batido recordes históricos de postagem, entrega e tratamento de encomendas.

INDICADOR DE ENTREGA NO PRAZO - IEP	
2017	88,53%
2018	90,74%
2019	97,37%
2020	93,93%

Fonte: MicroStrategy

O Índice de Entrega no Prazo de Encomendas (IEPE), que afere a entrega no prazo dos objetos dos serviços de encomendas, teve para 2020 uma meta de 96,50% e alcançou um resultado acumulado de 93,90%. O Índice de Entrega no Prazo de Internacional (IEPI), que afere a entrega no prazo dos objetos de serviços internacionais, teve para 2020 uma meta de 95,80% e alcançou um resultado acumulado de 95,00%. O Índice de Entrega no Prazo de Logística (IEPL), que afere a entrega no prazo dos objetos de logística integrada e o desempenho das operações especiais de logística, com meta em 2020 de 97,50%, alcançou um resultado acumulado de 97,54%. Por fim, o Índice de Entrega no Prazo de Mensagens (IEPM), que afere a entrega no prazo dos serviços de mensagens, teve em 2020 uma meta de 93,50% e alcançou um resultado acumulado de 91,27%.

Em um contexto de calamidade pública e de crise sanitária decorrentes da covid-19, podem ser destacadas as seguintes ações estratégicas, dentre outras, que propiciaram a manutenção do patamar dos índices de qualidade operacional:

I. Implantação do Centro de Controle de Operações (CCO), unidade que controla toda a operação dos Correios, desde a captação do produto até a efetiva distribuição ao destinatário final, incluindo o monitoramento do índice de entrega

dentro do prazo dos grandes clientes para a aplicação de ações contingenciais;

II. Implantação do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas (CTCE) em Contagem/MG: com uma área total de 40 mil m², a unidade opera com duas máquinas de triagem de encomendas capazes de processar mais de 96 milhões de encomendas por ano, contribuindo para a ampliação da capacidade de tratamento de cargas e maior competitividade dos Correios;

III. Otimização da rede de distribuição: supressão de 61 unidades e migração de mais de 1.500 distritos (rotas) entre unidades, o que viabilizou a redução de custos e percursos improdutivos e possibilitou a adequação da rede ao cenário pós-pandemia, de queda do segmento postal e de aumento do segmento de encomendas;

IV. Expansão da roteirização de 3,3 mil rotas/dia, em 2019; para 6,8 mil rotas/dia em 2020.

Ademais, a atual capacidade de tratamento automatizado de encomendas é de até 194 mil objetos por hora, retratando um aumento de mais de 100% em relação ao início do projeto de automação, em 2016.

ANO	CARGA TRATADA	CRESCIMENTO ACUMULADO
2016	194.574.501	-
2017	243.364.193	25,08%
2018	315.752.904	62,28%
2019	388.316.887	99,57%
2020	468.760.050	140,92%

Fonte: PGP e ST

Merece destaque também a premiação recebida pelos Correios com o selo Bronze pelo *EMS Performance Awards*, em virtude do excelente desempenho operacional em 2019. A premiação internacional é dada pela Cooperativa EMS (*Express Mail Service*) com o intuito de reconhecer os membros pela qualidade do serviço prestado. Para receber o selo, o Brasil alcançou o nível de performance operacional esperado de 90% no indicador de Resposta do Serviço ao Cliente e de 94% no indicador de entrega no Prazo e Transmissão da Informação no Prazo.

Para a manutenção da qualidade operacional, em 2020 foram adquiridos e incorporados à frota dos Correios 5.345 motos e 1.114 furgões 600 kg, como parte da ação contínua e ininterrupta de renovação da frota de veículos, no período de 2020 a 2024, que conta com o investimento anual de R\$ 140 milhões.

O impacto da pandemia de covid-19 nas operações postais, conforme abordado neste relatório, se refletiu no aumento do número de registro de reclamações no sistema Fale Conosco no que tange à entrega de objetos, conforme pode ser verificado na tabela abaixo. Apesar dos impactos negativos da pandemia na qualidade operacional, observa-se que o número de reclamações registradas em 2020 no sistema Fale Conosco foi inferior em cerca de 2,4 milhões frente a 2018 e em cerca de 5,9 milhões ante 2017, o que evidencia a efetividade das ações implementadas para minimizar os impactos da pandemia nos processos operacionais.

Em complemento, para as reclamações registradas no sistema Fale Conosco relativas a objetos que tenham sido postados ou que apresentavam data prevista de entrega a partir de 18/03/2020 e a entrega tenha sido realizada com atraso, não coube o pagamento de indenizações em razão de a pandemia de covid-19 ter sido enquadrada em motivo de caso fortuito ou de força maior, consoante ao Decreto Legislativo nº 6, de 20/03/2020.

RECLAMAÇÕES NO FALE CONOSCO	
Ano	Quantidade
2017	23.325.827
2018	19.817.317
2019	11.593.029
2020	17.445.609

Em relação ao modelo de atendimento adotado pela empresa, destacam-se a revisão dos canais de atendimento atuais e a implantação de novos modelos. Em 2020, houve o fechamento de 57 agências devido à proximidade com outras já existentes nas respectivas regiões em que estavam instaladas.

O Indicador de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2020, o indicador apresentou o resultado de R\$ 175,8 mil, alcançando 86,82% da

meta esperada para o ano (R\$ 202,5 mil). Esse resultado está relacionado ao fato de que a receita operacional líquida ficou R\$ 1,65 bilhão abaixo da meta estabelecida para 2020, que foi de R\$ 18,89 bilhões, influenciada, principalmente, pela redução de receita no segmento mensagem (- R\$ 1,852 bilhão) em relação ao acumulado de 2019. Além da desmaterialização da mensagem, esse segmento também foi impactado negativamente pelos efeitos da pandemia de covid-19.

Conforme mencionado anteriormente, a Distribuição Domiciliária Alternada (DDA), implementada em 2019, gerou benefícios ainda em 2020, melhorando a produtividade, na medida em que reduz a necessidade de empregados para realizar a distribuição e diminui a distância média percorrida pelo carteiro.

Indicadores de universalização – Vide subitem 1.4.1 desta Carta Anual

O **Indicador Market Share – Encomenda**, associado também ao objetivo estratégico “Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística”, alcançou 90,22% da meta definida. A análise correspondente foi apresentada no contexto da avaliação do referido objetivo.

O **Indicador Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional (IRO)**, que mensura de forma objetiva a representatividade dos investimentos realizados pela empresa em relação à receita operacional, apresentou resultado de 1,88% em 2020, com desempenho de 85,84% ante a meta de 2,19%. Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2019 um percentual de investimentos de 5,78% sobre a receita operacional.

Os avanços implementados pela iniciativa estratégica de otimização e modernização da malha e infraestrutura operacional, decorrentes da implantação do Centro de Controle Operacional, contribuem para os resultados do objetivo estratégico em pauta, que visa o aumento da produtividade com excelência.

De igual forma, contribuem para o alcance do objetivo estratégico a implantação dos novos modelos de canais, a revisão do portfólio, o fortalecimento do e-fulfillment, a implantação dos métodos ágeis de desenvolvimento de software e a implantação da nova arquitetura de TI.

6 Objetivo Estratégico: Fomentar a cultura organizacional orientada à excelência e inovação

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional ¹	-	-	NA ²	70,9%	-	-

1) Indicador criado em 2020.

2) Não avaliado.

O indicador estratégico Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional (Clio) visa medir a atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, decorrente das percepções, das atitudes e das dinâmicas que afetam o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades.

A realização da pesquisa de Clima Organizacional dos Correios, que permitiria a mensuração do presente indicador em 2020, foi suspensa face à priorização dos esforços das equipes da área de gestão de pessoas para as medidas/atividades de prevenção à covid-19, sendo, para tanto, reprogramada para 2021.

7 Objetivo Estratégico: Crescer negócios de forma acelerada

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2	15,57%	7,81%	10,00%	10,87%	92,00%	28,04%
Valor de Receitas Horizonte 3 - R\$ Milhões	200	19	25,66	46,6	55,06%	35,05%
Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional ¹	-	1,74%	1,88%	2,19%	85,84%	8,05%
Indicador de Satisfação do Cliente	78,80%	84,64%	76,70%	85%	90,24%	-9,38%

1) Indicador criado em 2019.

Os indicadores estratégicos deste objetivo estratégico também auxiliam a mensuração e avaliação do alcance dos objetivos

estratégicos “Crescer receitas com margem positiva em Encomendas e Logística”; “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades” e “Aumentar a produtividade com excelência”. As respectivas análises foram apresentadas quando da abordagem desses objetivos.

8 Objetivo Estratégico: Diversificar seletivamente

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Valor de Receitas Horizonte 3 - R\$ Milhões	200	19	25,66	46,6	55,06%	35,05%

A partir da análise apresentada anteriormente para o indicador estratégico Valor de Receitas Horizonte 3, associado também aos objetivos estratégicos “Alavancar inovação em produtos e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades” e “Crescer negócios de forma acelerada”, pode-se observar que a meta estabelecida para 2020 não foi atingida.

Contudo, como forma de diversificar os negócios da empresa, algumas ações realizadas no ano de 2020 merecem destaque: transporte e distribuição de medicamentos e produtos correlatos em municípios de Minas Gerais; Revalida (exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior); disponibilização para a venda de seguros e microsseguros pela rede de atendimento dos Correios; lançamento de novas soluções digitais para facilitar a vida das pessoas e o e-Carta, que passou a contemplar pequenas postagens.

Em 2020, a inovação corporativa dos Correios promoveu o fortalecimento de uma cultura favorável à inovação e à internalização de normativos para a estruturação do processo de inovação, com destaque para:

- I. Estudo do Marco Legal de Inovação para nortear atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- II. Refinamento do sistema interno de captação de ideias;
- III. Realização da 5ª edição de concurso interno para avaliar práticas inovadoras.

Indicador de projetos estratégicos

Abrangendo os oito objetivos estratégicos definidos para a Estratégia Correios, há o Indicador **Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos**.

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2020 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2020X2019 (B/C) -1
	2018	2019 (C)	2020 (B)			
Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos	90,00%	94,50%	95,69%	100%	95,69%	1,26%

Para o monitoramento de projetos estratégicos, é utilizada pela empresa a metodologia de Gerenciamento de Projetos dos Correios (MGP), criada com base no Guia de Melhores Práticas – PMBOK® e de acordo com as melhores técnicas de mercado.

De modo a proporcionar o devido acompanhamento das iniciativas estratégicas e dos respectivos projetos, foi desenvolvida a Ferramenta de Gerenciamento de Projetos (FGPWeb), que acompanha a execução desde a fase de iniciação ao encerramento. Nessa ferramenta são lançadas, tempestivamente, as informações concernentes ao planejamento e execução, quais sejam: premissas, restrições, tempos, custos, qualidade, progresso, riscos, equipe, capacitação, contratações, partes interessadas, matriz de responsabilidade, bem como outras ocorrências e informações relevantes.

Nesse contexto, foi criado o indicador estratégico “Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos – RPPE” para avaliar o nível de implantação das iniciativas estratégicas em andamento, que são desdobradas em projetos estratégicos, o qual aliado à análise dos resultados obtidos pelos indicadores estratégicos e pelos resultados alcançados com a execução das iniciativas fornece subsídios para que a empresa avalie o estágio de implementação da Estratégia Correios. O cálculo desse indicador é executado pela razão entre o realizado e o planejado dos projetos estratégicos para um determinado período, ou seja, o indicador mensura o andamento do cronograma dos projetos estratégicos considerando o que foi planejado versus o que foi executado.

Em 2020, o indicador em pauta teve sua meta definida em 100% e alcançou o resultado de 95,69%. Esse resultado evidencia a realização, pelos Correios, de quase a totalidade em relação ao que foi planejado para os projetos estratégicos.

A avaliação da execução da Estratégia Correios 2020/2024 indica que a empresa tem cumprido sua missão ao prestar serviço essencial para a sociedade brasileira e ao ofertar pacote de soluções para pequenos, médios e grandes clientes, especialmente em tempos de pandemia. Essa atuação foi possível e reforçada pela prática dos valores organizacionais: integridade, respeito às pessoas, responsabilidade e compromisso com o resultado, orgulho em servir à sociedade e pertencer aos Correios, orientação ao futuro, adaptabilidade, aprendizagem contínua e integração. O desafio posto para os próximos anos é seguir buscando a sustentabilidade e o crescimento para concretização da visão de futuro: ser uma plataforma física e digital integrada, de excelência, para o fornecimento de soluções de comunicação e logística.

Sob a ótica dos indicadores e iniciativas estratégicas, verifica-se que a empresa obteve importantes avanços, ao longo do exercício de 2020, na busca pelo alcance dos objetivos estratégicos, com destaque para o objetivo 4. Gerar rentabilidade positiva e sustentável, em função, principalmente da queda registrada na despesa total, superior a R\$ 1 bilhão; e para o objetivo 5. Aumentar a produtividade com excelência operacional, uma vez que as metas de qualidade, atendimento e distribuição alcançaram percentuais de realização da meta próximos de 100% (97,98%, 97,46% e 95,98%, respectivamente).

Em última análise, considerando o desempenho obtido no exercício, destaca-se que todos os objetivos estratégicos permanecem sendo desafiadores e relevantes para a sustentabilidade dos Correios.

2.3. Da Situação financeira e patrimonial

A empresa tem adotado ações com vistas a garantir a sua sustentabilidade, o que tem contribuído para os resultados positivos no período. O resultado recorrente apurado em 2020 foi de R\$ 1.841 milhões, representando um aumento de 138,5% em relação a 2019.

RESULTADO RECORRENTE (R\$ MILHÕES)					
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
Resultado recorrente	474	772	1.841	62,9%	138,5%

Fonte: DECON/DIEFI

O resultado recorrente é alcançado retirando-se do lucro líquido eventos extraordinários, tais como: Incentivo Financeiro Diferido (IFD) do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e do Plano de Desligamento Voluntário (PDV); Provisão do Benefício Pós-Emprego; Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios.

RESULTADO RECORRENTE (R\$ MILHÕES)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Resultado Recorrente	474	772	1.841	62,9%	138,5%
Benefício Pós-Emprego	(54)	111	1043	-305,6%	839,60%
PDI/PDV	(312)	(454)	(74)	-45,5%	83,7%
Imunidade Tributária	278	91	(683)	-67,3%	-850,5%
Contingências e Precatórios	(225)	(418)	(597)	-85,8%	-42,8%
Lucro Líquido	161	102	1.530	-36,6%	1.400,0%

Fonte: DECON/DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

O lucro líquido apurado em 2020 foi de R\$ 1,530 bilhão, com acréscimo de 1.400%, em relação ao resultado de 2019.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Receita Total	19.696	19.824	20.023	0,6%	1,0%
Despesa Total	19.535	19.722	18.493	1,0%	-6,2%
RESULTADO LÍQUIDO	161	102	1.530	-36,6%	1.400,0%

Fonte: DECON/DIEFI

*Consolidado e Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Ressalta-se ainda que os resultados positivos apurados a partir de 2018 devem-se ao avanço contínuo na eficiência operacional da empresa, que produziu redução de custos e acréscimos de receitas, sem prejudicar o desempenho da qualidade dos serviços prestados ao cliente, conforme pontuado no Relatório TC 043.382/2018-5, emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em fiscalização solicitada pelo Congresso Nacional.

Em relação ao acréscimo no resultado financeiro de 2020, observa-se que foi influenciado, sobretudo, pela receita e variação cambial, em razão da valorização do Direito Especial de Saque (DES), moeda utilizada nas transações com os

operadores postais internacionais, o que ocasionou aumento de 297,5% no resultado financeiro, conforme disposto na tabela a seguir:

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MILHÕES)			VARIÇÃO		
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Receitas Financeiras	629	388	666	-38,3%	71,6%
Despesas Financeiras	(352)	(467)	(510)	-32,7%	-9,2%
TOTAL	277	(79)	156	-128,5%	297,5%

Fonte: DECON/DIEFI

*Consolidado e Re-classificado nas Demonstrações Contábeis

Observa-se, nos últimos anos, uma queda nos custos gerados pela atividade operacional da empresa, contribuindo assim para o constante aumento do lucro bruto apurado.

LUCRO BRUTO (R\$ MILHÕES)			VARIÇÃO		
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Receita Líquida de Vendas e Serviços	18.176	18.356	17.249	1,0%	-6%
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.686)	(15.642)	(13.968)	0,3%	10,7%
TOTAL	2.490	2.714	3.281	9,0%	20,9%

Fonte: DECON/DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

As receitas líquidas perfizeram 17.249 milhões em 2020 e R\$ 18.356 milhões em 2019, uma redução de 6,0%. Essa variação, em razão da pandemia de covid-19 e da tendência de desmaterialização da comunicação, foi ocasionada, principalmente, pela redução na receita do segmento mensagem que, em 2019, alcançou a marca de R\$ 7.360 milhões, enquanto que, em 2020, alcançou R\$ 5.508 milhões. Em que pese a redução das receitas no segmento de mensagem, o desempenho do segmento internacional e do segmento encomendas apresentaram, respectivamente, evolução de 34% (sendo reflexo, sobretudo, das importações) e 9%, ante 2019.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados apresentaram redução em 2020 ante 2019. Essa redução se deu, principalmente, pela diminuição do quadro de pessoal decorrente do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e pela redução na despesa com serviço de saúde, motivada pela paridade contributiva – aplicada a partir de 2020, e pela redução da utilização dos serviços médicos, resultante das medidas de isolamento social impostas pela pandemia de covid-19.

EBITDA

Observa-se, em 2020, uma evolução superior ao realizado no mesmo período dos anos anteriores do EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) e do EBITDA Ajustado, entendido como aquele apurado expurgando os eventos considerados extraordinários como IFD/PDI, PDV, Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios, comparativamente ao mesmo período dos anos anteriores.

O EBITDA é um indicador que precisa ser associado a outros índices para uma compreensão adequada da saúde financeira visto que, não raras vezes, o EBITDA é confundido com geração de caixa, quando na realidade representa um potencial de geração de caixa na atividade fim. A significativa melhora nesse indicador é um excelente sinal de recuperação na atividade operacional.

Em 2020, os Correios apresentaram um EBITDA de R\$ 1.455 milhões, um crescimento de 115,5% (R\$ 675 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2019, principalmente em função da redução das despesas.

O EBITDA ajustado, que corresponde ao lucro antes dos juros, dos impostos, da depreciação e da amortização, excluindo-se os efeitos do benefício pós-emprego e dos incentivos financeiros decorrentes dos planos de desligamentos (PDI e PDV), demonstrou acréscimo de 49,4% em relação a 2018, principalmente, em função do aumento da receita dos segmentos encomendas e internacional. No ano de 2020, verifica-se um decréscimo de 55,3% quando comparado ao resultado de 2019. O principal fator foi a reversão da provisão do pós emprego saúde, a partir de 2020.

Evolução do EBITDA e EBITDA AJUSTADO de 2018 a 2020

EVOLUÇÃO EBITDA E EBITDA AJUSTADO (R\$ MILHÕES)			
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020
EBITDA	334	675	1.455
EBITDA Ajustado	620	929	415

Fonte: DCONT/DIEFI

*Consolidado e Re classificado nas Demonstrações Contábeis

A tabela a seguir demonstra a composição do EBITDA e do EBITDA ajustado (sem os efeitos dos benefícios pós-emprego e as despesas com os incentivos financeiros dos planos de desligamentos):

EBITDA (R\$ MILHÕES) DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	VARIÇÃO	
				2019 x 2018	2020x2019
EBITDA Ajustado	620	929	415	49,8%	-55,3%
Pós-Emprego Previdência Postalís	1	(37)	(81)	-3800,0%	-118,9%
Pós-Emprego Previdência Postalprev	91	78	0	-14,3%	-100,0%
Pós-Emprego Saúde	(145)	69	1.124	147,6%	1.529,0%
Incentivo Financeiro Diferido (JFD)	(233)	(22)	(3)	90,6%	86,4%
PDV	-	(342)	0	***	-100,0%
EBITDA	334	675	1.455	102,1%	115,6%
Depreciação e Amortização	(304)	(484)	(442)	-59,2%	8,7%
Resultado Financeiro	277	(79)	156	-128,5%	297,5%
Resultado antes dos tributos s/ lucro	307	112	1.168	-63,5%	942,9%

Fonte: DCONT/DIEFI

*Consolidado e Re classificado nas Demonstrações Contábeis

Indicadores de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade evidenciam o retorno proporcionado pelos recursos investidos pela empresa. De maneira geral, quanto maior, melhor, pois possibilitam avaliar a capacidade de geração de lucro e crescimento ao longo do tempo, conforme demonstrado no gráfico abaixo, no comparativo do período de 2017 a 2020.

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2017	2018*	2019*	2020
Margem Bruta	7,4%	13,7%	14,8%	19,0%
Margem Operacional	4,3%	0,2%	1,0%	5,9%
Margem Líquida	3,8%	0,9%	0,6%	8,9%

Fonte: DCONT/DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Situação financeira

Em 2020, houve aperfeiçoamento na forma e na periodicidade das comunicações do acompanhamento das entradas e saídas de caixa, bem como no monitoramento e na atualização das projeções para o final do exercício, sendo regularmente reportadas aos órgãos colegiados informações atualizadas e abrangentes sobre a situação financeira dos Correios, podendo demonstrar cenários e tendências, permitindo a tomada de decisões por aqueles órgãos de forma tempestiva.

Em dezembro de 2020, o saldo em caixa alcançou o montante de R\$ 569 milhões, superior à previsão inicial, que estimava encerrar o ano com o saldo de R\$ 536 milhões. Apresenta -se a seguir o gráfico relativo à projeção e à realização de caixa em 2020:

PROJEÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAIXA 2020 (R\$ MILHÕES)												
MÊS	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Ago/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20
Realizado	394	272	403	411	524	876	1.009	1.168	1.191	1.059	891	569
Projetado	625	408	207	274	320	189	294	481	617	694	827	536

Fonte: DEFJN/DIEFI

Em 2020, as entradas de recursos foram impactadas pela queda nos recebimentos em relação ao mesmo período de 2019. O recebimento à vista reduziu-se em cerca de R\$ 306 milhões e o recebimento a prazo diminuiu aproximadamente R\$ 881 milhões, principalmente devido à queda no segmento mensagem e à retração da atividade econômica, em função da situação de calamidade pública causada pela covid-19. Adicionalmente, a greve dos Correios, com início em agosto de 2020, impactou os recebimentos à vista nos meses de agosto e setembro de 2020 e os recebimentos a prazo nos meses de setembro, outubro e novembro de 2020.

Os maiores destaques relacionados aos recebimentos foram: operação de crédito com o Banco ABC do Brasil, na ordem de R\$ 250 milhões, ocorrida em março de 2020; recebimento de cerca de R\$ 857 milhões relativos à ordem de crédito do exterior (recebimentos internacionais), no período de janeiro a novembro de 2020; e entrada de R\$ 90 milhões, em agosto de 2020, referente ao acordo judicial entre Correios e Solystic.

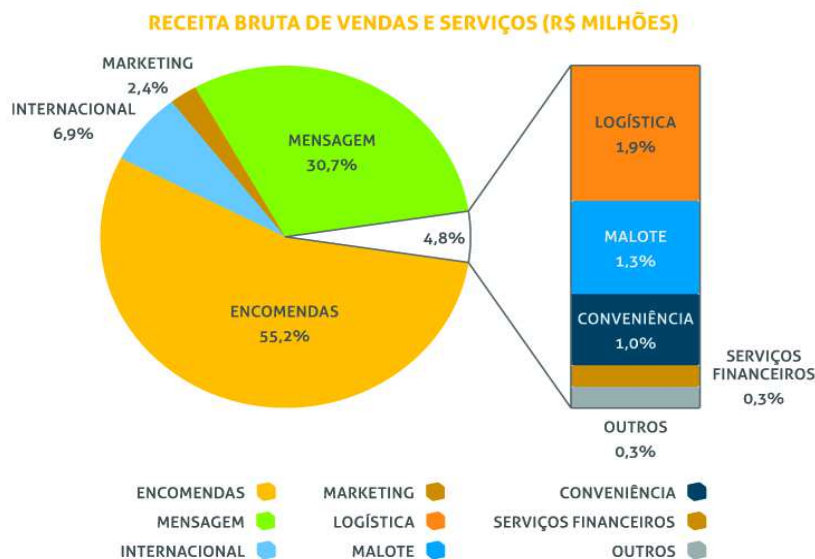
Em relação às saídas de caixa, destaca-se a redução de R\$ 965 milhões nas despesas com pessoal, motivada principalmente pelos seguintes fatores: efeitos do PDV de 2019; exclusão de pai e mãe dentre os dependentes dos empregados no plano CorreiosSaúde; alteração na forma de custeio do plano de saúde, que passou a ser 50% para a empresa e 50% para os empregados; postergações dos pagamentos dos encargos/tributos dos meses de abril de 2020 a junho de 2020; adequação do Acordo Coletivo de Trabalho à CLT; desembolso adicional de aproximadamente R\$ 320 milhões à Postal Saúde para o cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), que contribuiu para o resgate da credibilidade do plano de saúde com a rede credenciada, bem como para a melhoria do atendimento a seus beneficiários, ao tempo que afastou o risco de direção fiscal presente nas gestões anteriores. O saldo de dezembro de 2020 já contempla o pagamento de todos os tributos/encargos postergados.

As medidas adotadas para a redução das despesas com pessoal contribuíram para a manutenção da liquidez da empresa em patamares adequados no decorrer do ano de 2020.

Em 2020, embora o cenário de receitas sinalize a redução de 6,0% da receita bruta da venda de produtos e serviços, impactada pela retração do segmento mensagem, observa-se acréscimo nos segmentos de encomendas e internacional de R\$ 822 milhões e R\$ 312 milhões, respectivamente, contribuindo com incremento de R\$ 1.134 milhões nas receitas totais.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS (R\$ MILHÕES)	VARIÇÃO				
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
Receita bruta de vendas e serviços	18.908	19.105	17.964	1,0%	-6,0%

Fonte: DECON/DIEFI



RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ MILHÕES)	VARIÇÃO				
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
Encomenda	8.443	9.103	9.925	7,8%	9,0%
Mensagem	7.773	7.360	5.508	-5,3%	-25,2%
Internacional	654	921	1.233	40,8%	33,9%
Marketing Direto	545	485	432	-11,0%	-10,9%
Logística	591	429	336	-27,4%	-21,7%
Malote	402	370	241	-8,0%	-34,9%
Conveniência	209	216	177	3,3%	-18,1%
Serviços Financeiros	252	185	57	-26,6%	-69,2%
Outros	39	36	55	-7,7%	52,8%
TOTAL	18.908	19.105	17.964	1,0%	-6,0%

Fonte: DECON/DIEFI

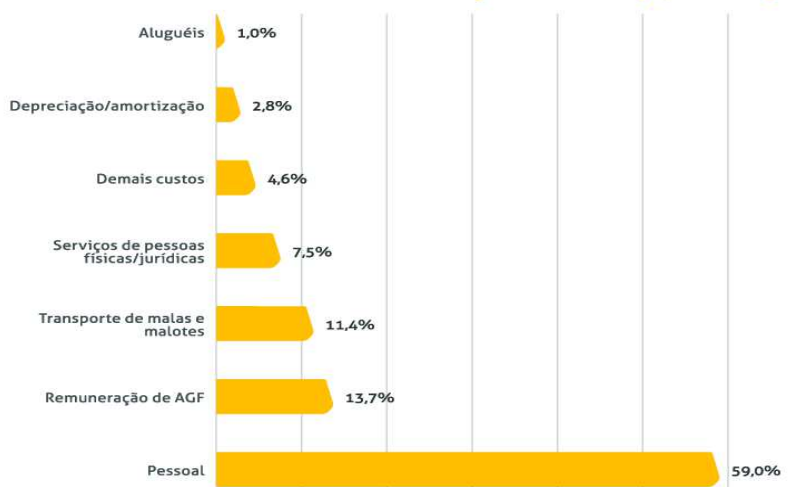
Custos dos produtos e serviços

Em 2020, os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiram R\$ 13.968 milhões, redução de 10,7%, em relação a 2019, reflexo da racionalização dos custos e da aplicação de políticas de benefícios a empregados alinhadas à legislação vigente e aos padrões de mercado. Citam-se, como fatores relevantes, a adequação de benefícios relativos ao plano de saúde, a exemplo da paridade contributiva das despesas médicas (aplicada a partir de 2020) e a redução do efetivo de pessoal, oriunda do Plano de Demissão Voluntária (PDV), aplicado em 2019.

CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ MILHÕES)			VARIÇÃO		
DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
Pessoal	(9.965)	(9.989)	(8.239)	0,2%	-17,5%
Remuneração AGF	(1.724)	(1.800)	(1.912)	4,4%	6,2%
Transporte de malas e malotes	(1.545)	(1.610)	(1.592)	4,2%	-1,1%
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	(1.144)	(1.012)	(1.049)	-11,5%	3,7%
Aluguéis	(445)	(202)	(138)	-54,6%	-31,7%
Depreciação/Amortização	(227)	(401)	(390)	76,7%	-2,7%
Demais Custos	(636)	(628)	(648)	-1,3%	3,2%
TOTAL	(15.686)	(15.642)	(13.968)	-0,3%	-10,7%

Fonte: DECON/DIEFI

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ MILHÕES)



Custos e despesas com pessoal

Os dispêndios de pessoal apresentados a seguir correspondem ao total apresentado em custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas:

DESPESAS COM PESSOAL (R\$ MILHOES)			VARIÇÃO		
DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(10.306)	(10.063)	(9.367)	-2,4%	-6,9%
Saúde	(1.491)	(1.666)	(825)	11,7%	-50,5%
IFD-PDI	(233)	(22)	(3)	-90,6%	-86,4%
PDV/2019	-	(342)	-	***	-100,0%
TOTAL	(12.030)	(12.093)	(10.195)	0,5%	-15,7%

Fonte: DECON/DIEFI

Despesas operacionais

As despesas operacionais apuradas em 2020 perfizeram o total de R\$ 3.681 milhões, impactadas, principalmente, pelo desconhecimento dos créditos tributários (imunidade tributária) relativos ao PIS e à COFINS, demonstrando consonância às boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MILHÕES)			
	2018*	2019*	2020
TOTAL	2.817	2.881	3.681

Fonte: DECON/DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MILHÕES)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019*/2018	2020/2019
Despesas com Vendas/Serviços	(120)	(123)	(239)	2,5%	94,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(2.694)	(2.739)	(2.728)	1,7%	-0,4%
Resultado de Participação em Controlada	-	(9)	-	***	-100,0%
Outras Despesas Operacionais	(3)	(10)	(714)	233,3%	7040,0%
TOTAL	(2.817)	(2.881)	(3.681)	2,3%	27,8%

Fonte: DECON/DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Outras receitas operacionais

Em 2020 as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 1.413 milhões, com acréscimo de 294,7% em relação a 2019. O fator determinante para essa variação é a reversão parcial do benefício pós-emprego saúde.

Em setembro de 2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 -2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no regulamento do plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano, desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

Situação patrimonial

As Demonstrações Contábeis configuram um dos principais instrumentos produzidos pelos Correios para auxiliar os *stakeholders* na avaliação do desempenho econômico-financeiro ocorrido no período.

Nesta linha, apresenta-se a seguir a situação patrimonial dos Correios, exposta nos grandes grupos do balanço, quais sejam: ativo, passivo e patrimônio líquido.



ATIVO (R\$ MILHÕES)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Ativo Circulante	3.661	3.567	3.656	-2,6%	2,5%
Ativo Não Circulante	9.963	10.768	10.435	8,1%	-3,1%
TOTAL	13.624	14.335	14.091	5,2%	-1,7%

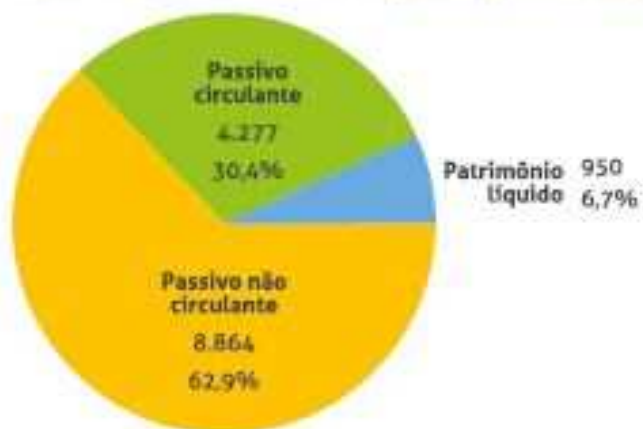
Fonte: DECON/DIEFI

*Consolidado e reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Os ativos somaram R\$ 14.091 milhões, impactados positivamente pelo reconhecimento do ativo fiscal diferido, pelo acréscimo nos contratos de locação de bens móveis e imóveis firmados pelos Correios, na figura de locatário, em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) "Arrendamento" e pelo ganho a valor justo, na avaliação das propriedades para investimentos.

Destaca-se a elevação dos saldos das contas internacionais, impulsionada pelo aquecimento das receitas deste nicho de negócio, aliado ao aumento na cotação do Direito Especial de Saque (DES), moeda utilizada nas transações com operadores postais no mundo.

As reduções do ativo, em relação a 2019, foram provocadas principalmente pelo ajuste contábil por redução do valor recuperável (*impairment*) dos terrenos e prédios, bem como pelo desreconhecimento dos créditos tributários de PIS e COFINS (imunidade tributária).

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (MILHÕES)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ MILHÕES)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2018*	2019*	2020	2019/2018	2020/2019
Passivo Circulante	4.682	4.587	4.277	-2,0%	-6,8%
Passivo Não Circulante	8.687	9.601	8.864	10,5%	-7,7%
Patrimônio Líquido	255	147	950	-42,4%	546,3%
TOTAL	13.624	14.335	14.091	5,2%	-1,7%

Fonte: DECON/DIEFI

*Redassificado nas Demonstrações Contábeis

O patrimônio líquido em 2020 apresentou um acréscimo de 546,3% em relação ao exercício anterior, motivado principalmente pelo lucro obtido, de R\$ 1.530 milhões, configurando-se como o melhor resultado alcançado nos últimos 10 anos.

SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ MILHÕES)					
	2018	2019	2020	2019/2018	2020/2019
ATIVO	13.624	14.335	14.091	5,2%	-1,7%
Contas a receber	2.428	2.585	2.786	6,5%	7,8%
Tributos a compensar	1.861	1.974	1.286	6,1%	-34,9%
Propriedades para investimento	607	551	1.005	-9,2%	82,4%
Bens móveis/imóveis	6.380	6.160	5.354	-3,4%	-13,1%
Arrendamentos	27	1.316	1.634	4774,1%	24,2%
PASSIVO	13.369	14.188	13.141	6,1%	-7,4%
Folha de pagamento	1.573	1.464	1.234	-6,9%	-15,7%
Fornecedores	969	996	989	2,8%	-0,7%
Benefício pós-emprego	7.132	7.126	6.237	-0,1%	-12,5%
Empréstimos e financiamentos	545	363	296	-33,4%	-18,5%
Convênio Postal Saúde	381	548	158	43,8%	-71,2%
Obrigações financeiras	334	-	-	***	0,0%
Arrendamentos	-	1.341	1.717	***	28,0%
Passivos contingentes	337	396	643	17,5%	62,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	255	147	950	-42,4%	546,3%
Capital social	3.223	3.383	3.383	5,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes (ORA)	(4.984)	(5.082)	(4.936)	2,0%	-2,9%
Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	4.376	4.238	3.341	-3,2%	-21,2%
Prejuízos acumulados	(2.540)	(2.412)	(859)	-5,0%	-64,4%

Fonte: DECON/DIEFI

Após a análise das Demonstrações Contábeis 2020, constatou-se que houve melhora nos indicadores de liquidez, gerada principalmente em virtude do acréscimo do contas a receber e redução nas obrigações com salários e consignações – efeito do Dissídio Coletivo de Greve dos Correios e convênio Postal Saúde, em virtude do reforço nos repasses realizados à

operadora e visando ao cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF), firmado entre a Postal Saúde e a Agência Nacional de Saúde (ANS) em fevereiro de 2019, em que um dos objetivos é regularizar os desenquadramentos econômicos identificados pelo órgão regulador.

Destaca-se que, em abril de 2021, a ANS analisou os demonstrativos contábeis da operadora e identificou a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, razão pela qual se decidiu pelo encerramento do termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo.

2.4. Governança corporativa

A governança corporativa dos Correios é um sistema pelo qual a empresa é dirigida e controlada. Compreende a estrutura organizacional, a regulamentação normativa, os processos, a Estratégia Correios, os órgãos internos de governança e os órgãos externos de supervisão e controle.

A gestão corporativa nos Correios utiliza-se do sistema de governança corporativa para alinhamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos ao modelo de negócio da empresa e às partes interessadas (*stakeholders*). Não há gestão empresarial eficiente sem o suporte de uma boa governança corporativa, que propicia um processo decisório célere, seguro e transparente aos gestores da empresa.

Dessa forma, o papel do núcleo de governança consiste em prover o direcionamento estratégico, avaliar e supervisionar a gestão, enquanto o papel da gestão é o de garantir a execução do direcionamento estratégico e o de reportar o desempenho.

Ademais, o fluxo de informações possibilita minimizar possíveis conflitos de interesses ao segregar as funções, o que contribui para assegurar que o processo decisório seja qualificado e bem informado. Ou seja, as principais decisões corporativas são, em geral, tomadas coletivamente, por meio de órgãos como conselho, diretoria ou comitês.

Na arquitetura de governança exibida abaixo são apresentados os elementos e o relacionamento das estruturas de governança:



Destaca-se em 2020 a aprovação da Política de Governança Corporativa, que objetiva estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades das instâncias internas de governança corporativa dos Correios, de forma a direcionar e alinhar a tomada de decisão às disposições do Estatuto Social da empresa e da legislação, assim como à Estratégia Correios, com a finalidade de apoiar a empresa na geração de valor em curto, médio e longo prazos.

Os Correios contam com o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGORC), que tem por atribuição assessorar a Diretoria Executiva no que se refere às questões relativas à governança corporativa, à estratégia, à conformidade, aos

riscos e aos controles internos.

Ademais, a governança dos Correios está estruturada para apoiar a empresa na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos por meio de sua estrutura, processos e planos, na medida em que, no modelo de governança, são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo em toda a empresa.

É possível evidenciar processo contínuo de maturidade da governança, a exemplo das ações explicitadas a seguir:

I. Início do estabelecimento de uma nova estrutura organizacional e normativa, que possibilitará uma maior velocidade na tomada de decisão e a atualização dos processos organizacionais, assim como foram atualizados o Estatuto Social, aprovado na 19ª Assembleia Geral Extraordinária em 24/11/2020, e as políticas corporativas, em alinhamento às boas práticas de governança estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia;

II. Início da revisão do Regulamento de Pessoal e do Regimento Interno dos Correios;

III. Adequação dos processos de seleção de empregados qualificados e devidamente preparados para exercerem a função de superintendente estadual, o que tem sido determinante para a estruturação das equipes locais e alcance de resultados positivos, mesmo em tempos de retração econômica;

IV. Sobre o processo de aperfeiçoamento da estrutura organizacional, iniciado em fevereiro de 2020, com a implantação da nova estrutura dos Correios, cabe destacar o fortalecimento da governança das superintendências estaduais, da gestão dos negócios e dos contratos e dos ativos imobiliários. Estruturas locais foram vinculadas às respectivas SE's, visando assegurar aos superintendentes maior autonomia e melhores condições de gestão;

V. Definição do Programa de Integridade e atualização do Código de Conduta Disciplinar de Pessoal, alinhando-os aos novos preceitos normativos e às melhores práticas de mercado;

VI. Intensificação das ações de divulgação da cultura de integridade e mitigação de riscos e de controle interno, assim como das iniciativas previstas no Programa de Integridade dos Correios voltadas para a adoção das melhores práticas de controle interno, gestão de riscos e *compliance*, a fim de fornecer análises e recomendações e resguardar os interesses da empresa;

VII. A estratégia da empresa para os próximos cinco anos está definida e o modelo de governança da estratégia foi estabelecido e avaliado pelo acompanhamento dos indicadores, das metas e das iniciativas estratégicas;

VIII. A transparência e a prestação de contas às partes interessadas são feitas de modo claro, tempestivo e com responsabilidade corporativa.

O reporte da execução e desempenho da Estratégia Correios é realizado periodicamente à alta administração, consoante ao modelo de Governança da Gestão Estratégica, em que os órgãos colegiados (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) têm a oportunidade de acompanhar, à luz do alcance dos objetivos estratégicos, o andamento dos programas estratégicos e a captura de benefícios; os resultados dos indicadores estratégicos e, por conseguinte, definir as diretrizes relacionadas à Estratégia Correios.

Em complemento, as atividades de governança corporativa foram fundamentais perante os desafios enfrentados pela empresa durante a pandemia de covid-19 para a prestação dos serviços postais considerados essenciais pela Medida Provisória nº 926/2020. Foi instituído um grupo central, formado pelos diretores de áreas e superintendentes executivos, para controle, no âmbito dos Correios, dos principais processos e coordenação das medidas de prevenção à covid-19, com vistas a garantir a continuidade dos serviços, a segurança dos empregados, fornecedores e clientes e a manutenção da sustentabilidade financeira e operacional da empresa.

2.4.1. Indicadores de governança

Os Correios participam de avaliações de sua governança corporativa, notadamente com o intuito de validar e reforçar as ações e resultados já realizados, mas também detectar eventuais desconformidades ante as boas práticas de mercado e os normativos estabelecidos pelos órgãos de controle e supervisão.

Indicador de Governança (IG-SEST)

O Indicador de Governança (IG-SEST) é um instrumento de acompanhamento anual, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, que tem por objetivo fundamental acompanhar o desempenho da governança das empresas estatais federais no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016. Nos dois primeiros ciclos, buscou-se avaliar a conformidade das empresas estatais à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016; no terceiro e no quarto ciclos, priorizou-se a avaliação da efetividade do funcionamento da estrutura de governança implantada pela empresa estatal.

O resultado do IG-SEST é aferido por nota entre 0 e 10, em que 10 reflete o melhor indicador de governança para a empresa avaliada. Para obtenção da nota, é aplicado questionário com itens de avaliação e pesos, conforme o grau de complexidade na execução do processo.

Em 2020 não foi realizado o quinto ciclo de avaliação pela Sest. No quarto ciclo, os Correios participaram e obtiveram nota 7,16, que representa o nível 2 de governança. Foram respondidas 49 questões, baseadas nos requisitos legais, nas resoluções CGPAR e nas melhores práticas de governança corporativa.

A cada ciclo, a Sest realiza a reavaliação do questionário para que as estatais possam desenvolver ações além daquelas necessárias ao mero cumprimento de requisitos normativos, o que enseja maior esforço das empresas na busca do melhor nível de governança.

Visão geral dos Correios nas avaliações do IG-SEST:

	CICLO	NOTA	NÍVEL
NOTA IG-SEST	1º Ciclo	3,13	3
	2º Ciclo	7,42	2
	3º Ciclo	8,06	1
	4º Ciclo	7,16	2

Levantamento de Governança e Gestão Públicas - TCU

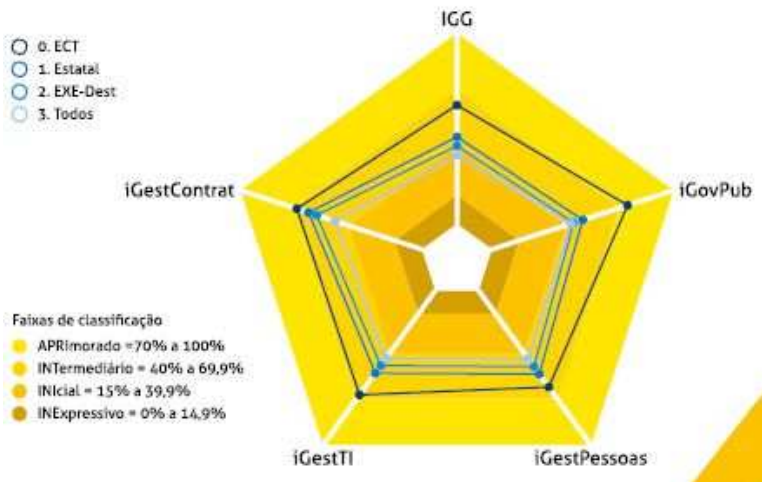
O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

O Levantamento de Governança e Gestão Pública é realizado por meio do questionário integrado de governança pública, que tem por objetivo medir a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais e outros entes fiscalizados pelo TCU e aferir o nível de implementação de boas práticas de liderança, estratégia e *accountability*, bem como práticas de governança e gestão de TI, de pessoas e de contratações. Integradas, essas práticas mostram a capacidade da organização de gerar resultados e de prestar os serviços esperados.

Em decorrência das medidas de combate à covid-19, foi adiada para 2021 a aplicação do Questionário Integrado de Governança Pública, que visa a autoavaliação e o levantamento sobre governança e gestão das entidades públicas federais.

Na figura abaixo, é apresentado o resultado geral da última autoavaliação dos Correios. Nela são apresentados os valores do iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), iGovPub (índice de governança pública), iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas), iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI) e iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratos), comparados às médias obtidas pelas organizações do mesmo tipo e segmento, contemplando-se todas as 498 organizações participantes.

Perfil de Governança e Gestão Públicas 2018
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Como nos dois últimos anos não houve realização do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, apresenta-se no quadro abaixo o resumo da autoavaliação dos Correios em 2018:

iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	67%
iGovPub (índice de governança pública)	68%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	64%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	62%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	81%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	75%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	64%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	62%

Medidas adotadas em relação aos indicadores

De forma a aperfeiçoar a governança corporativa dos Correios, foram realizadas diversas ações, ao longo de 2020, correlacionadas aos temas que foram apontados como insatisfatórios nos respectivos indicadores, das quais destacam-se:

I. Atualização e aprovação de políticas mandatórias em novo modelo, consoante às orientações da Sest/ME e às boas práticas de mercado recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), quais sejam: políticas corporativas de *compliance*, de gestão de riscos, de dividendos, de porta vozes, de consequências, de transações com partes relacionadas e de governança corporativa.

II. Estudo com vistas à implementação de painel de indicadores para aprimoramento da governança e, sobretudo, subsídio à tomada de decisão pela alta administração, de forma a contribuir para profissionalização e eficiência da gestão, cumprimento da missão e função social da empresa, geração de valor ao longo do tempo, perenidade e sustentabilidade financeira.

2.5. Do Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado por estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão do núcleo de governança, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle da empresa.

O modelo de Sistema de Controles Internos para os Correios, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 2018, contempla as linhas, os papéis e responsabilidades e a forma de atuação dos componentes do SCI, o qual subsidia o núcleo de governança na tomada de decisão e no cumprimento de suas responsabilidades.

A alta administração (CA e Diretoria Executiva) e o Núcleo de Governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o

dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos e controles internos.

O SCI atua no modelo das três linhas, o que possibilita o melhor entendimento dos papéis dos gestores, que atuam na 1ª linha; dos órgãos corporativos de governança, que atuam na 2ª linha; e da Auditoria, que atua na 3ª linha.

O modelo das três linhas contribui para a definição de responsabilidade e para a coordenação dos atores envolvidos no Sistema de Controles Internos.

Consoante à Instrução Normativa nº 01/2016 MP/CGU, o controle interno, no âmbito da gestão pública, deve permear toda a organização para essencialmente enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que objetivos e metas sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica, evitando desvios.

De acordo com os papéis estabelecidos no modelo de três linhas, todos na empresa têm responsabilidades específicas inerentes ao controle interno, com impacto positivo para o alcance dos objetivos organizacionais. Os gestores e os órgãos proprietários dos riscos são responsáveis por manter controles internos eficazes e por conduzir diariamente procedimentos que envolvam riscos e controles, de modo a garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

2.5.1. Controle Interno

Concernente à atuação da 2ª linha, a estrutura de governança conta com área específica responsável pela avaliação dos controles estabelecidos e executados pela 1ª linha nos processos operacionais, de negócios, de suporte e nas unidades operacionais dos Correios.

Essa avaliação consiste na execução de um plano de trabalho, denominado Plano Anual de Controle Interno (PACIN), previamente aprovado pela Diretoria Executiva. O plano define metas e seleciona os processos e unidades operacionais que terão seus controles avaliados.

Com a presença de estruturas localizadas nas superintendências estaduais dos Correios, é possível avaliar controles de processos da empresa, tais como: realizar operações em agência; realizar tratamento; realizar entrega e realizar serviços logísticos – mediante as verificações feitas nas unidades operacionais e de atendimento.

A avaliação busca identificar eventuais não conformidades, ensejando a adoção de medidas de regularização. O resultado também é utilizado para classificação do estado geral dos controles (ranqueamento) das agências e demais unidades em relação ao nível de conformidade observado na operacionalização dos itens avaliados, como ferramenta de gestão para melhoria contínua de serviços postais à sociedade.

Nos processos de negócios e de suporte, a avaliação de controles é realizada por meio de testes dos controles, que têm por finalidade identificar deficiências e propor melhorias visando ao aperfeiçoamento dos controles da 1ª linha.

A execução do plano permite a produção de análises técnicas relacionadas às atividades de controle interno, para, ao final de cada exercício, subsidiar a tomada de decisão pela Diretoria Executiva.

Na execução do PACIN/2020, foram contempladas avaliações de controle em processos operacionais, de negócio, de suporte e em unidades operacionais:

I. Avaliação de controles em processos operacionais, de negócios e de suporte

Foram realizadas as seguintes avaliações de controles em processos: Finanças e Contabilidade – Contas a Receber e Contas a Pagar; Repasse de Honorários de Sucumbência; Mão de Obra Terceirizada (MOT e EIS); e não conformidades relacionadas ao processo de entrega de objetos com pagamentos de indenizações. Nas avaliações, foram identificadas 52 oportunidades de melhoria, agrupadas de acordo com a tabela a seguir:

GRUPOS DE PROPOSIÇÃO DE MELHORIA	QUANTIDADE
Controles gerenciais/acompanhamento da atividade	27
Prevenção de fraudes e conluios	21
Formalização de procedimentos	4
TOTAL	52

Fonte: DCINT

II. Avaliação de controles em unidades operacionais

Foram realizadas verificações de controle em 4.186 unidades operacionais sendo que, desse total, 3.779 avaliações de controle foram realizadas de modo automatizado em Agências de Correios Próprias (AC). Como resultado dos trabalhos, foram identificadas 31.337 não conformidades, das quais 17.682 (56,4%) foram regularizadas ainda no decorrer do exercício.

A regularização das não conformidades é acompanhada pela 2ª linha no sentido de cessá-las, além de permitir a evolução do processo de controle com a implementação das proposições de melhorias, inclusive de natureza preventiva.

Por fim, cumpre ressaltar que o fortalecimento dos controles internos da empresa contribui para a qualidade dos serviços prestados pelos Correios, na medida em que propicia segurança razoável para o alcance dos objetivos e metas organizacionais, de acordo com a lei, os regulamentos, os procedimentos internos, as políticas, a estratégia e as expectativas das partes interessadas, com destaque para a sociedade.

2.5.2. Controles na elaboração das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais normas aplicáveis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

O orçamento de investimentos dos Correios foi aprovado pela Lei nº 13.978/2020 (Lei Orçamentária Anual – LOA), de 17 de janeiro de 2020, que estabelece o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. A LOA foi construída com base na Lei de Diretrizes Orçamentária – Lei nº 13.898/2019.

O Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2020 foi aprovado pelo Decreto nº 10.168, de 10 de dezembro de 2019.

Mecanismos de controle e responsabilização

Entre as medidas adotadas para garantir a plena aplicação da norma contábil, considerados os processos que impactam significativamente as Demonstrações Financeiras, destacam-se:

- I. Contratação permanente de auditores independentes para avaliação das Demonstrações Contábeis trimestrais e anuais;
- II. Contratação anual de empresa especializada em cálculos atuariais para rever e mensurar o valor das obrigações com os benefícios pós-emprego (previdência complementar e assistência à saúde) concedidos aos empregados e dependentes;
- III. Verificação anual dos imóveis que apresentam indicativos de perda ou perda já reconhecida para garantir a manutenção desses imóveis ao valor recuperável;
- IV. Adoção de diretriz para avaliação, a cada cinco anos, de toda a carteira de imóveis, a fim de validar a consistência da base de indicativos de perda dos imóveis, garantindo que esses ativos estejam registrados pelo valor recuperável nas Demonstrações Financeiras, conforme estabelece a legislação;
- V. Realização de treinamentos anuais das novas normas internacionais para os profissionais contábeis envolvidos no processo de elaboração das Demonstrações Contábeis, em atendimento ao Programa de Educação Continuada (PEC), obrigatório desde o ano de 2018;
- VI. Aprovação pela Diretoria Executiva e manualização da Matriz de Informação e Responsabilidades, que estabelece os prazos e as responsabilidades dos órgãos da empresa para envio das informações necessárias à elaboração das Demonstrações Contábeis;
- VII. Consolidação, orientação e manualização das rotinas e procedimentos necessários à produção tempestiva das informações contábeis úteis, com vistas a produzir e divulgar informações, em conformidade com a legislação vigente;
- VIII. Realização de registros contábeis, por meio de instruções automáticas de contabilização entre os módulos do ERP e por integrações “banco a banco” com sistemas legados;
- IX. Monitoramento constante das transações reconhecidas na contabilidade, objetivando oportunidade de melhorias;
- X. Disponibilização do aplicativo WebCont para a divulgação dos indicadores relativos à área contábil (índice de incorporação de conciliações), além de padronização e centralização das conciliações contábeis, de modo a permitir a

consulta pelas áreas gestoras responsáveis pelos processos que impactam as demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a empresa possui, em sua estrutura organizacional, o Comitê de Auditoria (COAUD), órgão estatutário de caráter permanente que tem por competências supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações contábeis da empresa e de subsidiárias e controladas; monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis da empresa; revisar, previamente à publicação, as informações contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; acompanhar o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, entre outras.

Por fim, cabe destacar que os resultados mensais são apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

Informações da área de contabilidade dos Correios

O Departamento de Contabilidade (DECON) possui a função de administrar, controlar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade societária, à contabilidade gerencial e às políticas e diretrizes contábeis. Está subordinado à Diretoria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças (DIEFI), conforme demonstrado no organograma a seguir:



Atualmente, a estrutura do DECON é composta por três gerências corporativas, que são responsáveis principalmente pela elaboração das Demonstrações Contábeis (GCOS), pelos lançamentos, composição e conciliação dos fatos contábeis (GCON) e pela emissão de políticas e diretrizes contábeis que nortearão a contabilização dos fatos contábeis (GDPC), em consonância à legislação vigente

No exercício de 2020, a Diretoria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças (DIEFI) contou com a atuação dos responsáveis apresentados a seguir, sendo o superintendente executivo o contador responsável pelas Demonstrações Contábeis:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Hudson Alves da Silva	Contador	Superintendente Executivo - SUFIN	01/01/20 a 31/12/20
Vanessa Sandri Barbosa	Contador	Chefe de Departamento - DECON	01/01/20 a 09/02/20
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Chefe de Departamento - DECON	10/02/20 a 31/12/20
David Dias da Silveira Júnior	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	01/01/20 a 08/02/20
Fabiano Matheus	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	09/02/20 a 13/07/20
Giancarlo Pereira Vieira	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	14/07/20 a 02/08/20
Anderson Nazário da Silva	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	03/08/20 a 31/12/20
Anderson Nazário da Silva	Contador	Gerente Corporativo - GCON	01/01/20 a 02/08/20
Giancarlo Pereira Vieira	Contador	Gerente Corporativo - GCON	03/08/20 a 31/12/20
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo - GDPC	01/01/20 a 31/12/20

As Demonstrações Contábeis podem ser acessadas, na íntegra, no endereço: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras>

Conclusões da auditoria independente

Em 2021, os Correios receberam o relatório de auditoria independente do exercício de 2020, o qual possui a seguinte opinião:

“Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT (“Empresa” ou “ECT”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

2.6. Da Gestão de riscos

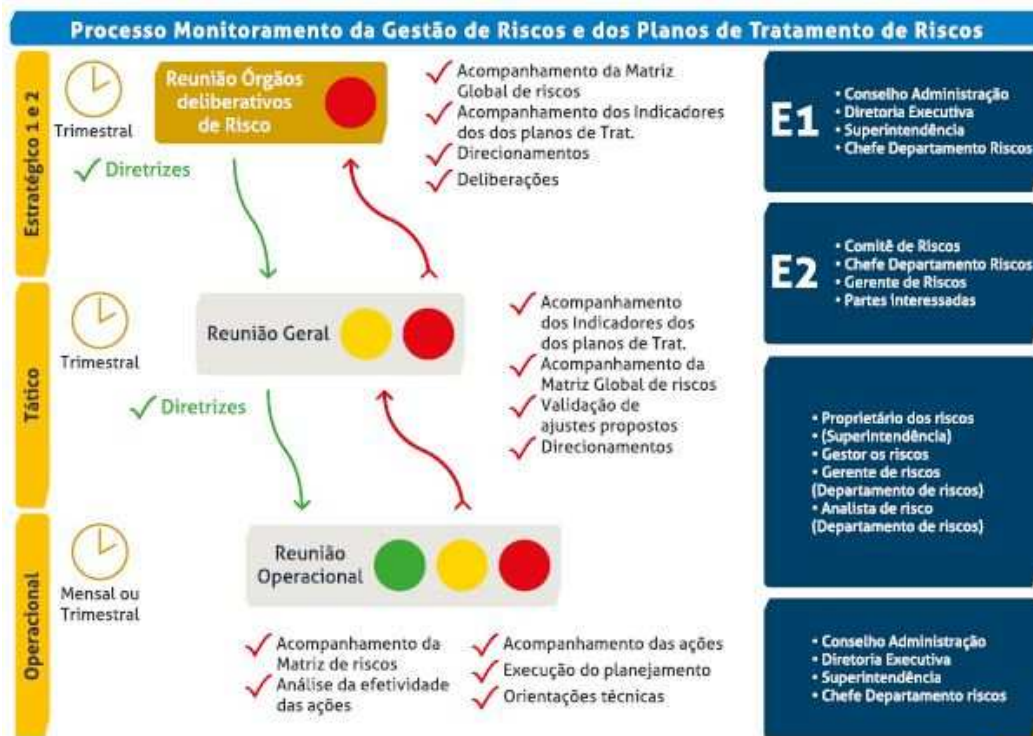
A Gestão de Riscos Corporativa nos Correios não somente auxilia, mas norteia a tomada de decisão, contribuindo e tornando o ambiente mais seguro para a concretização dos objetivos estratégicos, a partir da identificação, análise dos riscos associados aos negócios e aos processos da empresa e da definição de mecanismos de controle para mitigá-los.

Em 31/05/2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração dos Correios a Política Corporativa de Gestão de Riscos, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidos pela gestão corporativa de riscos nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, consoante aos aspectos regulatórios e às necessidades das partes interessadas e reduzir os riscos a níveis aceitáveis com aumento da probabilidade de concretização dos objetivos da empresa.

Princípios e diretrizes da Política Corporativa de Gestão de Riscos dos Correios:

- I. Comprometimento da alta administração;
- II. Integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e aos processos organizacionais;
- III. Criação e proteção de valor da organização, sendo parte da tomada de decisão;
- IV. Promoção da melhoria contínua da organização;
- V. Acompanhamento das decisões sobre riscos prioritários, com reporte à alta administração;
- VI. Desenvolvimento contínuo dos empregados em gestão de riscos;

De acordo com o modelo de governança de riscos, é realizado o monitoramento global dos planos de tratamento dos processos priorizados e o acompanhamento do nível de criticidade dos riscos e do avanço das ações previstas nos planos de tratamento, de forma a assegurar que os riscos sejam efetivamente gerenciados e o plano de tratamento seja cumprido.



A gestão de riscos é executada consoante o modelo das três linhas, que possibilita melhor entendimento dos papéis dos gestores, que atuam na 1ª linha; da área corporativa de riscos, que atua na 2ª linha; e da Auditoria Interna, órgão da 3ª linha, conforme figura a seguir:



O Plano Anual de *Compliance* e Riscos é o norteador das ações e atividades para garantir a eficiência, eficácia e legitimidade de atos, processos e procedimentos nos Correios, viabilizar a maturidade da gestão de riscos e disseminar o método de gerenciamento de riscos.

Como resultado, evidencia-se um aumento expressivo de 115% nos mapeamentos de riscos realizados pela empresa, reflexo da participação das diversas áreas, do nível de maturidade dos gestores e do monitoramento pela alta administração.

Para apoio à gestão e ao monitoramento, em 2020 desenvolveram-se ainda novas funcionalidades no painel *dashboard* de riscos, integrado ao sistema *Ágatha*: o *Dashboard* de Riscos sob gestão por diretoria, com o panorama geral de riscos e das respectivas ações de tratamento.

Em conformidade com as resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), foram realizados reportes trimestrais à alta administração e aos conselhos com informações sobre o monitoramento dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos, ações de tratamento e possíveis não cumprimentos dos objetivos propostos.

Visando ao aprimoramento da maturidade de riscos das coligadas Postalis e Postal Saúde, a partir do diagnóstico da maturidade de riscos realizado em 2019, realizou-se, em 2020, o monitoramento e a avaliação periódica dos avanços das ações de riscos propostas naquelas coligadas.

Com a implantação do Protocolo de Medidas de Prevenção à covid-19, os Correios ofertaram aos empregados o workshop de gerenciamento de riscos no formato on-line, bem como foram disponibilizados cursos de ensino à distância e participação em eventos externos on-line, a exemplo da rede GIRC¹, de modo a fortalecer a cultura de gestão de riscos.

Categorias de riscos empresariais consideradas pelos Correios

Como toda organização, os Correios estão sujeitos a riscos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais. Para melhor gerenciamento, a empresa classifica os riscos em categorias, conforme a seguir, observadas as características de sua área de atuação e particularidades:



Estratégico

Risco estritamente relacionado aos objetivos estratégicos da empresa.



Reputacional

Possibilidade de perdas, financeiras ou não, decorrentes da empresa ter seu nome desgastado junto ao mercado, sociedade, clientes, órgãos de controle e fiscalização e demais partes interessadas (stakeholders), em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.



Legal

Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento das leis e regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.



Operacional

Possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, de processos e sistemas ou oriundas de eventos externos.



Financeiro

Possibilidade de a empresa não atingir os resultados esperados. Refere-se ao endividamento da empresa, ou seja, à sua capacidade de honrar compromissos financeiros. Possibilidade de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerados por descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de liquidação dos direitos e obrigações.



Socioambiental

Avaliação e mensuração de possíveis danos que as decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos podem causar ao meio ambiente ou à sustentabilidade social.



Mercado

Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do país ou no exterior.



Integridade

São riscos relacionados à vulnerabilidade institucional que abrange a conduta impropria do agente público, terceiros e demais stakeholders decorrente de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta e de ética e regulamentos internos que possam acarretar corrupção, fraude, conflito de interesses e nepotismo, dentre outros inerentes à essa conduta.

Os Correios conferem atenção especial à gestão de riscos classificados na categoria estratégico, conferindo prioridade na execução das ações de controle. Anualmente, quando da revisão da Estratégia Correios, os fatores dos riscos estratégicos também são revistos, para adequação das ações de controle, por meio do uso de ferramentas e metodologias específicas.

Fatores de Riscos

A Matriz SWOT é uma das ferramentas que auxiliam a identificação dos fatores de riscos, das causas e consequências, pois contempla a análise de: *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) and *Threats* (ameaças).

A análise realizada em 2020 permitiu identificar alguns fatores de risco para os Correios, decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, socioambientais, econômicas, judiciais, bem como em marcos regulatórios e modelos de negócios no país e no exterior, que podem impactar a manutenção, o desenvolvimento e a implementação de seus negócios, produtos e serviços, bem como a sua participação no mercado e o seu relacionamento com a partes interessadas.

Para exemplificar, o caráter dinâmico entre os fatores e a exposição a riscos, cita-se a pandemia de covid-19. Diante dos impactos econômico-financeiros e sociais materializados no país, foram adotadas pela empresa diversas medidas contingenciais para a manutenção da sua operação, sem perder o foco da sua estratégia empresarial.

Na atualização da Estratégia Correios 2020/2024, houve a revisão e a atualização dos riscos estratégicos. Todos os riscos estratégicos são monitorados com acompanhamento do nível de criticidade dos riscos e do avanço das ações previstas nos planos de tratamento, visando assegurar o devido gerenciamento dos riscos e cumprimento do plano de tratamento para fins de mitigação dos impactos advindos de eventual materialização.

É importante ressaltar que, como estatal não dependente de recursos da União, os Correios se utilizam de receita própria para custear toda a sua operação. Os resultados advindos da prestação dos serviços no mercado concorrencial (não exclusivos) são essenciais para o cumprimento de políticas públicas e custeio da universalização dos serviços postais, cujo custo é elevado. Sob esse aspecto, a empresa contempla em seu plano de tratamento de riscos, ações para a manutenção do equilíbrio de receitas, custos e despesas visando garantir a sustentabilidade financeira.

Compliance

No Sistema de Governança Corporativa dos Correios, o *compliance* tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência, à integridade, à conduta ética e ao fortalecimento institucional ao tempo em que busca a solidificação de um ambiente de negócio íntegro, no qual a ética é valorizada como diferencial competitivo. Essas ações são geridas e coordenadas pelo Departamento de *Compliance* e Riscos, órgão vinculado à DIGOV.

A Política Corporativa de *Compliance* estabelece os princípios e diretrizes norteadoras das atividades de *compliance* na empresa.

Para a implementação das ações e procedimentos de *compliance* nos Correios, além da Política Corporativa de *Compliance*, há o **Código de Conduta Ética**, o **Código de Conduta Disciplinar de Pessoal** e o **Programa de Integridade**.

Em 2020, os Correios adotaram um conjunto de ações de boas práticas de *compliance*, com destaque para:

- I. Definição de ações de tratamento para os riscos à integridade identificados nos processos da cadeia de valor (N2) pelos respectivos gestores;
- II. 94.427 participações em capacitações por meio de EAD e TLT relativos à temática de *compliance* e a publicação dos cursos de EAD *Compliance*, EAD Combatendo a Corrupção e EAD *Compliance* Concorrencial, além de treinamento no curso de gerenciamento de riscos para 2738 empregados;
- III. Realização de ações para a detecção de riscos à integridade por meio do cruzamento de dados e informações disponíveis em sistemas corporativos;
- IV. Monitoramento da evolução das políticas e procedimentos de integridade e gestão de riscos do Postal Saúde e da Postal Saúde;
- V. Aprovação das Políticas Corporativas de Consequência, Partes Relacionadas e Divulgação de Informações Relevantes;
- VI. Aprovação e acompanhamento da execução do Programa de *Compliance* Concorrencial em atendimento às disposições do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Programa de Integridade

Representa uma evolução da empresa em relação às inovações trazidas pela Lei nº 13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016, no que se refere à adoção de práticas de controles internos e de integridade, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar irregularidades. O programa é constituído por cinco dimensões que concentram ações de comprometimento da alta administração, riscos para a integridade, políticas e procedimentos, treinamento e comunicação e adoção de medidas de remediação e detecção.



O aperfeiçoamento contínuo do Programa de Integridade, por meio das suas cinco dimensões, promove a execução, de forma coordenada, de medidas, planos, políticas, diretrizes e normas para a prevenção, detecção e remediação de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à integridade.

Informações adicionais sobre o Programa de Integridade estão disponíveis em: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/publicacoes>

2.7. Governança do benefício de assistência à saúde

Dentre as ações de governança executadas pelos Correios, destaca-se a supervisão das entidades ligadas, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 22/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A empresa é mantenedora da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios – Postal Saúde, fundada em 30 de abril de 2013, que atua como operadora do plano de saúde direcionado aos empregados dos Correios, na modalidade de autogestão; e patrocinadora do Instituto de Previdência Complementar Postalís, constituído em 26 de janeiro de 1981, que tem por finalidade garantir a complementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados participantes.

Para propiciar maior garantia quanto à aderência das políticas, sustentabilidade econômico-financeira e qualidade dos serviços prestados por suas entidades ligadas, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2020:

I. Aprovação do modelo de supervisão das entidades ligadas aos Correios (Postalís e Postal Saúde), com vistas a viabilizar a regularidade e a efetividade na execução das atribuições de supervisão;

II. Aprovação do Novo Termo de Garantia Financeira, consoante às disposições da Instrução Normativa nº 55/2020, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que versa sobre as garantias da operadora com o mantenedor, ratificando que os Correios reconhecem sua condição de responsável pelos riscos advindos das operações de saúde oferecidas a seus empregados e dependentes;

III. Monitoramento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF) da Postal Saúde, especialmente no que se refere a repasses adicionais para garantir a redução da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar (PESL);

IV. Aprovação do Relatório Consolidado do Exercício de 2019 da Postal Saúde e seu respectivo Plano de Ação/Metas 2020/2021, contendo o cenário dos principais indicadores relativos ao custeio e à qualidade dos planos de assistência à saúde na modalidade de autogestão, à luz da Resolução CGPAR nº 22/2018;

V. Atualização e aprovação do Estatuto Social da Postal Saúde - Caixa de Assistência à Saúde dos empregados dos Correios;

VI. Aprovação do Relatório sobre a Gestão do Patrocínio de Planos de Benefícios Previdenciários referente ao 1.º semestre/2019, em atendimento ao que prescreve o inciso III do art. 2º da Resolução CGPAR nº 9/2016;

VII. Aprovação dos Planos de Custeio do Plano de Benefício Definido (PBD) e do PostalPrev para o exercício de 2020, com vigência a partir de abril de 2020;

VIII. Acompanhamento das Carteiras de Investimentos dos Planos Previdenciários PBD Saldado e Postalprev, de janeiro a setembro de 2020, em observância ao Relatório de Auditoria nº 201505658 da Controladoria Geral da União (CGU);

IX. Acompanhamento da avaliação de economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de benefícios

administrados atualmente pelo Postalís, em cumprimento à Resolução CGPAR nº 25/2018;

X. Implementação de nova forma de custeio do benefício da assistência à saúde, que estabeleceu paridade entre as contribuições da mantenedora (Correios) e dos beneficiários, consoante à decisão liminar nº 1264/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF).

2.8. Descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios¹ tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016 – que regulamentam a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) encaminhadas por meio do Ofício Circular 5/2018-MP, de 9/2/2018. Essa prática tem por objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

A remuneração média mensal e o total da remuneração em 2020 dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão demonstradas no quadro a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2020
Alexandre Jadallah Aoude	19/06/2019	12/08/2020	4.159,00	33.272,03
Bernardo Sylvio Milano Netto (*)	31/10/2019	-	4.508,71	54.104,51
Florian Peixoto Vieira Neto	24/06/2019	-	4.496,22	53.954,64
Gilberto Barbosa Moreira	26/09/2019	-	4.496,22	53.954,64
Marcelo Gomes Meirelles	26/09/2019	-	4.496,22	53.954,64
Maurício Fortes Garcia Lorenzo (²)	26/09/2018	-	5.455,49	65.465,87
Ruy do Rego Barros Rocha	03/08/2016	-	4.496,22	53.954,64
Carlos Henrique Ernanny de Mello e Silva(³)	26/11/2020	-	0,00	0,00

(¹) Conselheiro recebeu em fev/2020 valor não processado em folha ao mês da admissã

(²) Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS e PostalPrev

(³) Não houve pagamento para o conselheiro no ano de 2020, devido a pendências na documentação para admissão

CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2020
Arthur Bragança de Vasconcellos Weintrau	25/09/2019	03/06/2020	3.821,79	22.930,72
Gerson Nogueira Machado de Oliveira	25/09/2019	-	4.496,22	53.954,64
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira	28/04/2017	24/11/2020	4.414,46	48.559,08
Jose Renato Correa de Lima (*)	06/08/2020	-	5.215,61	26.078,06
Renato Perez Tucci	03/12/2020	-	4.196,47	4.196,47
Ernesto Carneiro Preciado (Suplente)	10/05/2017	-	0,00	0,00
Tarcisio Bastos Cunha (Suplente)	28/04/2017	-	0,00	0,00
Viviana Simon (Suplente)	28/04/2017	-	0,00	0,00

(¹) Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Remuneração dos membros	Valores em R\$ (2021)
Número de membros:	7
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.142.297,57
a) salário ou pró-labore	3.873.664,80
b) benefícios diretos e indiretos	268.632,77
c) remuneração por participação em comitês	
d) outros	
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i))	
e) bônus	
f) participação nos resultados	
g) remuneração por participação em reuniões	
h) comissões	
i) outros	
III - Total da Remuneração (I + II)	4.142.297,57
IV - Benefícios pós-emprego	
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	105.645,42
VI - Remuneração baseada em ações	

Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no Relatório Integrado ou por meio de acesso à página dos Correios: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores>

2.9. Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2020, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, 25 de junho de 2021.

Marcelo Gomes Meirelles

Presidente do Conselho de Administração

Floriano Peixoto Vieira Neto

Membro do Conselho de Administração

Ruy do Rêgo Barros Rocha

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Bernardo Sylvio Milano Netto

Membro do Conselho de Administração

Carlos Henrique Ernanny de Mello e Silva

Membro do Conselho de Administração

Maurício Fortes Garcia Lorenzo

Membro do Conselho de Administração

Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes

Membro do Conselho de Administração

[1] Conselheiro eleito representante dos empregados, em conformidade à Lei nº 12.353/2010

[2] Rede GIRC - rede colaborativa aberta que dissemina boas práticas e promove debates sobre os temas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos no Setor Público.

[3] Os Correios, por atuarem em regime concorrencial, divulgam a remuneração de seus dirigentes/administradores, em conformidade à Instrução Normativa nº 480/2009 da CVM e consoante às disposições dos arts. 5º, § 1º, do Decreto nº 7.724/2016 c/c art. 173 da Constituição Federal, constante do Parecer nº 4296, de 18/04/2017 da CGU.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Fortes Garcia Lorenzo, Conselheiro de Administracao Titular**, em 28/06/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruy do Rego Barros Rocha, Conselheiro de Administracao Titular**, em 28/06/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Sylvio Milano Netto, Conselheiro de Administracao Titular**, em 28/06/2021, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Elísio Goes de Oliveira Menezes, Conselheiro de Administracao Titular**, em 28/06/2021, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Floriano Peixoto Vieira Neto, Presidente**, em 28/06/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Ernanny de Mello e Silva, Conselheiro de Administracao Titular**, em 30/06/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Meirelles, Presidente**, em 30/06/2021, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22785445** e o código CRC **DDA6FEB6**.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2021, em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e consoante o estabelecido no art. 50, inciso XXXIV do Estatuto Social dos Correios.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 34.028.316/0001-03 - **NIRE:** 5350000030-5

Sede: Brasília-DF

Tipo de Estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista Controlador: União - representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Tipo Societário: Empresa Pública

Tipo de Capital: Fechado

Abrangência de atuação: No território nacional e no exterior

Setor de Atuação: Serviços

Audidores Independentes atuais da empresa:

Crowe Consult Auditores Independentes

Nome: Paulo Sérgio da Silva

Telefone: +55 41 3350-6013/6029

E-mail: paulo.sergio@consultaauditores.com.br

Conselheiros de administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

Maximiliano Salvadori Martinhão

Floriano Peixoto Vieira Neto

Daniel Mejdalani Follain

Flávia Duarte Nascimento

Maurício Fortes Garcia Lorenzo¹

Ruy Do Rêgo Barros Rocha

Administrador subscritor da Carta Anual de Governança Corporativa:

Maximiliano Salvadori Martinhão - Presidente do Conselho de Administração

1. POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. Do objeto social e do interesse público

Nos termos do art. 21, X, da Constituição Federal, foi estabelecido pelo constituinte originário a competência exclusiva da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional. Ocorre que o serviço postal não é mantido de forma direta pela União, sendo essa atividade desempenhada pelos Correios.

Os Correios são uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social de R\$ 3.403 milhões, integralmente constituído pela União, regida por seu Estatuto Social e pelas normas aplicáveis (Decreto-lei de criação nº 509/1969, Leis nºs. 6.404/1976, 6.538/1978, 12.490/2011, 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016).

O serviço postal teve a sua origem no Brasil, em 25 de janeiro de 1663, com a instalação do Correio-mor na então colônia portuguesa. Desde a criação da empresa, em 1969, para prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro, a estatal vem se modernizando ao criar e disponibilizar serviços de qualidade e adequados às necessidades dos seus clientes e da própria sociedade em um mercado cada vez mais competitivo.

Aos Correios é atribuída a responsabilidade de manter os serviços postais em todo o território nacional, cumprindo-lhe atender aos princípios de universalização desses serviços. Para tanto, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, conferiu-se ao ministério supervisor estabelecer requisitos para regular os serviços postais.

Acrescenta-se que a Lei nº 12.490/2011 ampliou o âmbito da atuação dos Correios ao permitir a realização de operações no exterior, dentro das atividades previstas no seu objeto social, a constituição de subsidiárias e aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, observada a regulamentação do Ministério das Comunicações, os Correios podem firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de seus canais de atendimento.

Por meio da Portaria Interministerial nº 2.729/2021, foram estabelecidas as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade a serem observados pelos Correios.

A presença em praticamente todos os municípios do país fazem dos Correios um forte agente de integração nacional. Com uma vasta rede de canais de atendimento, a empresa beneficia toda a população brasileira, conectando pessoas e organizações onde quer que estejam, em 5.556 municípios do país, ao prestar serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas à logística integrada, serviços financeiros e de conveniência.

Como agente de integração nacional, os Correios cumprem o seu papel social ao garantir à população o acesso à cidadania, por meio da disponibilização de diversos serviços de governo em um único lugar, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, ampliando assim a oferta de serviços públicos, com mais comodidade, qualidade e agilidade no atendimento, assim como a execução de políticas públicas diversas.

As soluções desenvolvidas pelos Correios tanto no segmento de comunicação, quanto no segmento de logística têm a missão de conectar pessoas e instituições de maneira acessível, confiável e competitiva. Os Correios, a partir do código de endereçamento postal (CEP), atuam como um dos maiores outorgadores de cidadania aos brasileiros, pois por meio da estruturação completa dos endereços, permite-se o recebimento de serviços básicos (água, saneamento e eletricidade), contas bancárias, programas sociais e correspondências. Em 2021, foram criados e atualizados mais de 60 mil CEPs de logradouros em mais de 45 cidades, beneficiando uma população estimada em mais três milhões de habitantes. Como resultado, esse papel de agente de integração nacional assume relevância na composição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país.

No segmento concorrencial, os Correios conquistaram um importante protagonismo, que resultou no fortalecimento do seu papel de parceiro do *e-commerce* nacional e internacional, ao prestar apoio a micro e pequenos empreendedores nas estratégias de comércio eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade de seus negócios, constituindo um importante instrumento de fomento à economia do Brasil, em mais um ano impactado pela pandemia de covid-19. Por meio do programa AproxIME, a título de incentivo, excepcionalmente, em 2021, alguns serviços foram ofertados de forma gratuita, a exemplo da coleta de encomendas e da divulgação da marca das empresas participantes do programa no site dos Correios.

Resiliente ao contexto da pandemia de covid-19, a empresa manteve suas atividades ininterruptas, dada a essencialidade dos serviços postais, melhorou a qualidade operacional e lançou novas soluções digitais e serviços para o *e-commerce*. A

tendência de maior adoção de soluções tecnológicas pela sociedade para interação e manutenção de relações comerciais aumentou, marcando de forma contundente os negócios da empresa.

Além do lançamento de novas soluções digitais e a adoção de um conjunto de ações para absorção do aumento da demanda de transporte de encomendas (nacionais e internacionais), as soluções logísticas dos Correios tiveram papel fundamental na continuidade das operações do comércio eletrônico, na operacionalização de certames nacionais, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como enumerado a seguir:

I. Apoio logístico à Rede Vírus: apoio ao comitê do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), responsável pela coleta e pelo transporte de material viral (novo coronavírus e influenza) entre 80 centros de pesquisa distribuídos pelo país. Ao longo do ano, foram realizadas 396 remessas, por meio das quais se movimentaram 1.040 encomendas. O transporte realizado pela empresa obedeceu a altos requisitos de segurança e agilidade para que o material fosse entregue em até 20 horas após a coleta. Os Correios foram finalista do *World Post & Parcel Awards*, premiação considerada o “Oscar” do setor postal no mundo, pelo apoio logístico à Rede Vírus. Na edição, a empresa participou na categoria *On Demand Delivery*;

II. Programa Nacional do Livro Didático: distribuição de 170,1 milhões de livros didáticos, acondicionados em aproximadamente 17,4 milhões de encomendas, para atender cerca de 140 mil instituições de ensino;

III. Revalida (exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior): entrega em oito municípios, para 13.744 candidatos, em 24 locais;

IV. Programa Leve Leite: entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. O serviço envolve o armazenamento e a distribuição mensal de 310 mil kg, atendendo 77.500 alunos;

V. Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais: transporte e distribuição de mais de 1.500 toneladas de medicamentos e produtos correlatos, nos 853 municípios de Minas Gerais;

VI. Operação Logística de Concursos: captação, transporte, entrega e coleta de malotes de provas em aplicações como o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja);

VII. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021: no segundo dia de provas, os Correios bateram um novo recorde na megaoperação logística dedicada à realização do evento: em apenas 2 horas e 41 minutos, as provas foram entregues pela empresa, em todo o território nacional. Foram entregues 6,2 milhões de provas, divididas em 58 mil malotes, que foram distribuídos em 11.904 locais, situados em 1.747 municípios brasileiros, beneficiando mais de 3 milhões de inscritos.

Acrescenta-se, ainda, o Balcão do Cidadão, concebido para ampliar a oferta de serviços públicos e privados que necessitam de interação do usuário com o órgão público ou empresa privada, por meio da rede de atendimento dos Correios. Por meio do Balcão do Cidadão, o cidadão possui acesso aos serviços públicos e privados nas agências dos Correios. Em 2021, foram assinados 14 novos contratos comerciais, posicionando os Correios como um importante canal de acesso a serviços de interesse do cidadão. No total, 40 clientes públicos e privados podem ofertar seus serviços por meio da rede de atendimento dos Correios.

Os Correios apoiam ainda o Ministério das Comunicações em ações de cooperação técnica internacional, em consonância com a política do governo brasileiro e em reforço a sua atuação nos organismos internacionais, em particular no que se refere ao projeto Facilitação do Comércio pela Via Postal para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Exporta Fácil), da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep).

1.2. Das políticas públicas

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual (PPA). É papel do PPA, além de declarar as escolhas do governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, instituído por meio da Lei nº 13.971/2019, abrange os seguintes programas direcionados aos Correios: Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais e o Programa Conecta Brasil, que têm

por objetivo promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

METAS PPA 2020-2023 (R\$ milhões)						
Programas	Ações	2020	2021	2022	2023	Total
Programa Temático: 2205 - Conecta Brasil	146w - Adequação da infraestrutura dos Correios	47	0	67	45	159
	20PU - Manutenção da infraestrutura dos Correios	314	359	169	137	979
Programa de Gestão: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	4102 - Manutenção e adequação das Infraestruturas de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	251	276	92	73	692
	4103 - Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	221	273	179	119	792
TOTAL		833	908	507	374	2622

Fonte: DEORC/SUFIN/DIEFI

A Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações (MCOM) estabelece as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postal, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade a serem observados pela empresa.

Oriundos das diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais estabelecidos aos Correios por meio da Portaria nº 2.729/2021, os indicadores estratégicos de universalização visam assegurar a oferta de atendimento postal e mensurar o percentual de distritos atendidos com entrega postal externa em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

As metas definidas para os indicadores estratégicos “Universalização Atendimento” (Universalização do Atendimento Postal Básico – UAPB) e “Universalização Distribuição” (Percentual de Distritos com Entrega Postal Externa – PDPE) também derivam da referida portaria. A expansão dos serviços de atendimento e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta importante para a integração do país e o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

1.3. Das atividades desenvolvidas em atendimento às políticas públicas

Alinhado às políticas públicas, os Correios desenvolvem atividades que atendem a sua função social, consoante o disposto no art. 132 do seu Estatuto Social:

[...]

“Art. 132. A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério supervisor”

Os Correios estão presentes em todo o Brasil, em 99,75% (5.556) dos municípios, e entregam, diariamente, mais de 14,2 milhões de objetos postais. A prestação do serviço postal, atribuída à União pela Constituição Federal, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, estejam presentes em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura para a execução de operações compatíveis com o gigantismo do Brasil.

Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios ofertam produtos e serviços organizados em linhas de negócios, explicitados no subitem 2.1.1 desta Carta Anual.

1.4. Análise dos administradores relativa ao desempenho no atendimento às políticas públicas

1.4.1. Indicadores, metas e resultados

Em alinhamento às políticas públicas, no acompanhamento do desempenho do Plano Estratégico dos Correios, também são utilizados indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos,

estabelecidos aos Correios por meio da Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações (MCOM).

As metas dos indicadores visam assegurar a existência e a disponibilidade de oferta dos serviços postais básicos em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

Destaca-se o desempenho desses indicadores oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios. As respectivas metas em 2021 obtiveram percentuais de realização próximos de 100%.

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2021 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2021X2020 (B/C) -1
	2019	2020 (C)	2021 (B)			
Universalização Atendimento	99,23%	97,46%	97,88%	98,03%	99,85%	0,43%
Universalização Distribuição	91,25%	89,20%	92,57%	90,00%	102,86%	3,78%

O indicador **Universalização Atendimento**, relacionado à universalização do atendimento postal básico (UAPB), mensura a oferta de atendimento postal (relação entre a quantidade de posições de atendimento existentes e a quantidade de posições de atendimento necessárias para o atendimento em cada município), conforme diretrizes de universalização estabelecidas por meio da Portaria nº 2.729/2021. As metas são recalculadas, anualmente, de forma a garantir a oferta de 100% das posições de atendimento ao final do quarto ano. O indicador obteve o resultado de 97,88%, sendo ofertadas 9.262 posições de atendimento, em 5.556 municípios, das 9.463 estabelecidas para o ano. Este resultado representa a oferta de atendimento postal a 99,75% dos 5.570 municípios brasileiros. O não atingimento da meta para o UAPB decorre, principalmente, da dificuldade em formalizar parcerias com órgãos públicos para a instalação de agência de correios comunitária (AGC) nas localidades onde existe a necessidade de incremento de posição de atendimento. Outro fator foi a dificuldade em lotar empregados volantes em unidades próprias unipessoais, decorrente principalmente da distância entre os municípios.

O indicador **Universalização Distribuição** mensura o percentual de distritos com entrega postal externa (PDPE), com população igual ou superior a 500 habitantes, e tem por objetivo acompanhar a ampliação do serviço de entrega postal externa, ou seja, a entrega de objetos postais que não ocorre nas unidades da empresa (entrega interna), conforme as metas definidas na Portaria nº 2.729/2021. Do alcance físico proposto de 9.824 distritos até 2024, obteve-se um total de 9.096 distritos com efetiva distribuição (92,57%), resultando em 102,86% de realização, acréscimo de 306 distritos em relação a 2020. Embora a meta do indicador tenha sido superada, algumas superintendências estaduais (SEs) tiveram resultado abaixo do esperado e apontaram como alternativa para melhoria dos resultados a criação de Agências de Correios Comunitárias (AGCs).

Como referencial comparativo externo tem-se o resultado estatístico postal, para o ano de 2019, um percentual de 87,8% da população com distribuição postal na América Latina e Caribe e de 80,4% no mundo, dada a indisponibilidade de informações mais recentes pela União Postal Universal (UPU) para o requisito analisado.

As informações correlatas ao Indicador de Entrega no Prazo (IEP) e ao Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) são apresentadas no subitem 2.2.1 desta Carta Anual.

1.4.2. Comentários e conclusões dos administradores

Os resultados das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos, estabelecidos aos Correios pelo Ministério das Comunicações (MCOM), por meio da Portaria nº 2.729/2021, apresentaram percentuais de realização de 99,85% no atendimento e 102,86% na distribuição. Isso demonstra os esforços dos Correios para cumprir as diretrizes estabelecidas e o compromisso social da empresa com a expansão dos serviços de atendimento e de entrega postal externa para a população brasileira, meta de extrema importância na integração do país e para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

No contexto de promover a integração social do Brasil, com extensão territorial superior a 8,5 milhões de km², os Correios destacaram-se pelo atendimento de uma área média de cobertura de 779,89 km² para cada agência de correio permanente instalada. Isso representou aproximadamente o dobro de atendimento prestado comparado à média mundial, de acordo com as estatísticas publicadas em 2021 pela União Postal Universal²(UPU).

Em outra análise baseada no “Índice Integrado de Desenvolvimento Postal (2IPD)”, que atualmente classifica 168 países em quatro dimensões quanto à confiabilidade, ao alcance, à relevância e à resiliência, o serviço postal brasileiro aparece em 1º lugar entre os países da América Latina e Caribe (48º lugar na colocação global), segundo o “Relatório de Desenvolvimento Postal 2021”, divulgado pela UPU, o que confirma o papel importante dos Correios na promoção do desenvolvimento socioeconômico e atendimento das metas de universalização em nível mundial.

1.5. Custeio e impacto econômico-financeiro da operacionalização das políticas públicas

Os Correios, empresa pública federal não dependente de recursos da União, possuem operação custeada integralmente por receita própria, sendo gerida sob a ótica governamental e empresarial.

Os Correios prestam serviços no mercado concorrencial, ampliando as suas atividades de forma a buscar receitas em diversos segmentos relacionados aos serviços postais, tais como os de encomenda, logística integrada e conveniência, dentre outros. A receita advinda dos serviços postais não exclusivos possibilita aos Correios a manutenção da universalização. Tal mecanismo, conhecido na literatura econômica como subsídio cruzado, desempenha importante papel para equilibrar o custeio e os investimentos necessários à infraestrutura colocada à disposição do estado para prestação do serviço postal em praticamente todos os municípios do país.

Como reflexo do subsídio cruzado, toda a estrutura física e operacional criada para a prestação do serviço postal é beneficiada e mantida com as receitas diversas oriundas da prestação dos serviços públicos não exclusivos.

Sob a ótica governamental, a gestão orçamentária é delineada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o orçamento de investimentos, e pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG), no qual são detalhadas as receitas, as despesas e o resultado primário, que são aprovados e acompanhados pelo ministério supervisor e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Do ponto de vista empresarial, a gestão orçamentária está alicerçada na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) visando à otimização dos gastos e ao melhor controle dos custos e despesas. Essa metodologia preconiza a definição e a atribuição de papéis e responsabilidades aos participantes que atuam na matriz de governança OBZ, além do estabelecimento de metas orçamentárias e iniciativas de redução de despesas para a consecução da orçamentação e posterior monitoramento e controle, por meio de fóruns de acompanhamento dos desvios orçamentários e das iniciativas de redução de despesas.

A meta de resultado primário aprovada no PDG para 2021 foi de superávit de R\$ 170 milhões, conforme Decreto nº 10.560/2020. Em novembro de 2021, foi aprovada pelo governo federal a reprogramação do PDG com a mudança da meta anual para R\$ 1.167 milhões. Com as ações oriundas da política de redução de custos, a empresa atingiu o superávit primário de R\$ 3.361 milhões, aproximadamente, R\$ 2.194 milhões acima da meta.

Em relação aos ingressos de recursos no caixa, acima do previsto em 3,69%, ressalta-se que houve o recebimento pela venda de produtos e serviços no montante de R\$ 21.458 milhões, superando em R\$ 764 milhões o planejamento aprovado de R\$ 20.695. Relativo aos pagamentos constantes no fluxo de caixa, destacam-se as despesas com pessoal (R\$ 10.560 milhões), cerca de R\$ 658 milhões inferior ao planejado (R\$ 11.217 milhões); as despesas com transporte (R\$ 1.833 milhões), R\$ 398 milhões abaixo do previsto (R\$ 2.231 milhões); e as despesas com tributos (R\$ 827 milhões), aproximadamente R\$ 159 milhões abaixo do planejamento aprovado de R\$ 986 milhões. Diante desses fatores, a saída de recursos do caixa, que compõem o resultado primário, ficou abaixo do planejado para o período em R\$ 1.439 milhões.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES - CUSTEIO (R\$ milhões)									
DESPESAS	2019			2020			2021		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Despesas de pessoal	12.548	12.369	11.947	11.988	10.574	10.904	11.517	11.686	10.560
Despesas com dirigentes	5	4	4	10	9	9	10	9	9
Despesas com conselhos e comitês estatutários	1	1	1	13	13	13	13	12	12
Materiais e produtos	116	105	100	193	147	139	156	156	143
Serviços de terceiros	2.769	2.673	3.031	3.054	2.778	3.485	3.363	3.310	4.050
Tributos	767	751	585	928	748	632	1.060	1.001	827
Despesas financeiras	195	230	98	351	403	155	579	487	155
Outras despesas correntes	2.978	2.722	2.601	2.957	2.490	2.192	3.016	2.986	2.333
TOTAL	19.379	18.855	18.367	19.494	17.162	17.529	19.714	19.646	18.089

Fonte: DEORC/SUFIN/DIEFI

a) Orçamento (dotação orçamentária)

b) Liquidado (execução orçamentária)

c) Pago (saída de recursos do caixa)

Em 2021, houve aumento de R\$ 791 milhões na execução orçamentária de dispêndios correntes quando comparada a 2019, e o incremento de R\$ 2.484 milhões ante o executado em 2020. Destaca-se o grupo de despesas de pessoal, com economia de R\$ 683 milhões ante 2019, e o incremento de R\$ 1.112 milhões, em comparação a 2020, resultante dos seguintes fatores: nova forma de custeio do plano de saúde dos empregados, com o aumento da coparticipação da mensalidade e da saída dos pais como dependentes dos beneficiários (2019/2020) e do dissídio coletivo que concedeu o reajuste de 9,75% incidente sobre salários, funções, auxílios alimentação e refeição (2021/2022).

A execução orçamentária do grupo serviços de terceiros, quando comparada a 2019, apresentou incremento de R\$ 637 milhões e, de R\$ 532 milhões, quando comparada a 2020. Destaca-se nesse grupo, o aumento das despesas com a remuneração do canal terceirizado, impulsionada pelo crescimento na receita de vendas.

O grupo outras despesas correntes aumentou os gastos em R\$ 264 milhões se comparado a 2019 e R\$ 496 milhões quando comparado ao executado de 2020. A principal razão foi o incremento de despesas com transporte, influenciado pelo aumento do fluxo postal.

Em comparação a 2020, verifica-se ainda o aumento na execução orçamentária em R\$ 253 milhões no grupo tributos, impactada, principalmente, pelo aumento na receita de vendas.

O orçamento de investimento aprovado para 2021, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 14.144/2021, foi de R\$ 639 milhões.

Os Correios realizaram, em 2021, investimentos no valor de R\$ 360,1 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão do ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme tabela abaixo:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO (R\$ milhões)					
Investimento	2019	2020	2021	Variação % 2020/2019	Variação % 2021/2020
Modernização de veículos	172,71	140,73	92,38	-18,52%	-34,36%
Instalação de agências próprias	-	-	-	-	-
Instalação de unidades de tratamento	34,52	55,98	3,16	62,17%	-94,36%
Instalação de unidades de distribuição	0,06	-	-	-100,00%	-
Instalação de unidades de logística	-	-	0,01	-	100%
Manutenção da infraestrutura operacional	101,81	63,12	150,63	-38,00%	138,64%
Tecnologia da informação (TI)	23,42	77,97	113,83	232,92%	46,00%
TOTAL	332,52	337,80	360,10	1,59%	6,57%

Fonte: DEORC/SUFIN/DIEFI

Nos últimos três anos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes, os Correios investiram aproximadamente R\$ 1.030 milhões, na modernização e na otimização da capacidade produtiva e de infraestrutura, destacando-se: R\$ 406 milhões para a ampliação/modernização da frota de veículos;

R\$ 315,6 milhões para a manutenção da infraestrutura operacional; e R\$ 215,2 milhões em ativos de tecnologia, com foco na melhoria da capacidade de armazenamento das informações e na atualização do parque de informática.

1.5.1. Descentralização de recursos

A Portaria nº 2.729/2021 alterou as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e estabeleceu novo padrão de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico. Na prática, a meta de cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas por meio do cálculo do Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais pela disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Para atender à meta ministerial são firmadas parcerias, para o estabelecimento principalmente de agências de correios comunitárias (AGC), agência franqueada (AGF) e agência de correio comercial (ACC).

As AGCs exercem um papel importante para o atendimento dos serviços postais básicos, notadamente, no que se relaciona à população residente em pequenos municípios. São unidades criadas a partir de termo de convênio (TC) ou Acordo de Cooperação Técnica (ACT). O TC dispõe que a AGC deve, a partir da abertura, executar atividades e prestar serviços postais básicos, conforme disposto no respectivo plano de trabalho. Em contrapartida, os Correios realizarão, mensalmente, repasse financeiro ao órgão público, em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante envio à empresa de comprovação relativa à prestação dos serviços contratados/autorizados. A vigência dos termos de convênio é de 60 meses, sendo o cadastro realizado em sistema específico de pagamento (ERP), no qual são registrados os dados do órgão público e do valor de repasse estipulado.

No ACT, também é prevista a prestação de serviços postais básicos, porém não há contrapartida de repasse financeiro ao órgão público, ficando o custo atribuído ao ente municipal.

Com base nas diretrizes de negociações com os órgãos municipais tem-se por expectativa a migração das unidades para o novo modelo, sem prejuízo ao cumprimento da meta de universalização dos serviços postais (atendimento e distribuição). Nesse contexto, em 2021, houve um aumento de 135% no número de ACT ante 2020.

As informações referentes aos convênios e acordos celebrados pelos Correios com órgãos públicos municipais para a prestação de serviços postais básicos, por meio de agências de correios comunitárias, e os respectivos repasses estão disponibilizados no link:

http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos vigentes nos últimos exercícios:

MODALIDADE	2019	2020	2021
Convênios	2.870	1.971	1.298
Acordos	1.156	1.844	2.399
TOTAL	4.026	3.815	3.697

Fonte: Sistema GCFA

Unidades regidas por termo de convênio - quantidades e valores repassados

MODALIDADE	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS VIGENTES				VARIÇÃO 2021x2020 (a/b)-1	MONTANTE REPASSADO NO EXERCÍCIO (em R\$ 1,00)			VARIÇÃO 2021x2020 (a/b)-1
	2019(c)	2020(b)	2021(a)			2019(c)	2020(b)	2021(a)	
Convênio	2.870	1.971	1.298	-34,15%	51.951.693	35.944.598	21.001.402	-41,57%	

Fonte: Sistema WebCont e Sistema GCFA

Os gestores da rede de atendimento realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços, de forma a garantir que:

I. Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);

II. O cadastro das AGCs no ERP seja realizado devidamente e as alterações pertinentes sejam processadas; e

III. Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para fins de atesto pela agência vinculadora e posterior processamento do repasse.

A agência vinculadora é a unidade própria de atendimento, responsável pela fiscalização da AGC e pela comunicação mensal à área de atendimento contendo o reporte sobre: o adequado funcionamento da unidade; o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio; a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como sobre o encaminhamento das informações à superintendência estadual (SE) para adoção das ações afetas ao repasse financeiro aos órgãos públicos.

Avaliação de riscos e controles na execução descentralizada com transferência de recursos

A descentralização das ações de gestão e fiscalização dos convênios está aderente aos procedimentos adotados pela empresa e às diretrizes, previstas em normativo interno, afetas ao acompanhamento dos instrumentos firmados pelos Correios.

Realizado no âmbito das SEs, o controle de execução da descentralização orçamentária, relacionada à celebração de TC pelos Correios, contempla duas etapas de verificação, a saber:

I. Apresentação mensal de relatório de prestação de serviços pelo órgão público: para iniciar o processo de pagamento do repasse aos órgãos públicos que operam unidades de atendimento do tipo AGC, é obrigatória a apresentação aos Correios de relatório com o detalhamento das atividades executadas de prestação de serviços; e

II. Verificação e atesto pela agência de correios vinculadora: após a apresentação do relatório, a agência de correios vinculadora efetua a conferência e validação das atividades executadas e, após atesto do fiscal do contrato no âmbito estadual, é emitida guia de pagamento para transferência dos recursos ao órgão público.

O fiscal de convênio, nomeado no momento do cadastro do termo de convênio no ERP, deve:

I. Fiscalizar o convênio promovendo registro próprio para cada AGC sob a sua coordenação, de forma a manter, em ordem cronológica, devidamente numerados e rubricados, os documentos relativos ao respectivo convênio;

II. Interagir diretamente com o conveniente, com vistas a determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III. Atestar os relatórios de prestação de serviços das AGCs que cumpriram as exigências previstas no termo de convênio, com a finalidade de realizar o repasse financeiro, observada a correta execução do convênio, e encaminhá-los mensalmente à SE;

IV. Realizar visita de supervisão às AGCs, conforme previsto no cronograma estabelecido pela SE;

V. Manter uma via atualizada do cartão de assinatura para fins de conferência na prestação de contas, fornecimento de produtos, materiais e documentos operacionais; e

VI. Solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado ao órgão gestor operacional.

Todas as atribuições do fiscal são coordenadas pela sua chefia imediata, que é corresponsável por todos os seus atos.

A supervisão pelas SEs é realizada em observância estrita aos seguintes critérios:

I. O cronograma de supervisão deve conter, ao menos, uma visita anual a cada AGC para o ano subsequente;

II. Acompanhamento das correções das não conformidades detectadas quando da visita de supervisão nas AGCs;

III. Acompanhamento do cumprimento do cronograma de visitas de supervisão;

IV. Estabelecimento de rotinas de aferição da adequação do objeto do termo de convênio à demanda local, observando as características dos mercados onde estiverem localizadas; e

V. Elaboração de relatório consolidado apresentando a situação geral das AGCs supervisionadas, assim como a justificativa de não realização das visitas previstas.

O instrumento utilizado para a realização da visita de supervisão é uma lista de verificação gerada no sistema de acompanhamento da padronização do processo produtivo, que contempla os aspectos contratuais a serem verificados por ocasião

da visita.

Paralelamente às atividades de supervisão, no decorrer do ano, é realizado acompanhamento dos resultados operacionais, com medição pelo indicador que afere o desempenho da distribuição interna das agências (DDIA), cujo objetivo é aumentar a produtividade com excelência operacional. Também são realizadas reuniões mensais, por meio de videoconferências, de forma a definir ações de melhoria para alcance do indicador.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1. Principais atividades desenvolvidas pelos Correios

Com abrangência em todo o território nacional para garantir a universalização e a continuidade dos serviços postais aos brasileiros, os Correios oferecem mais do que um extenso portfólio de produtos e serviços. A empresa busca entender a necessidade dos seus clientes, focando em soluções adequadas que permitam aproximá-los de pessoas e organizações onde quer que estejam.

2.1.1. Modelo de negócios dos Correios

O modelo de negócios dos Correios é alicerçado na missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitiva, sendo as agências de Correios pontos de apoio aos cidadãos, ao ampliar a oferta de serviços públicos.

A oferta de produtos e serviços pelos Correios está organizada em três linhas de negócios, que consideram a variedade de opções oferecidas e os mercados de atuação de seus clientes:

I. Logística

Processo de captação e entrega de remessas nacionais e internacionais e de prestação de serviços de logística integrada, composto por:

Encomendas: recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil. Inclui ainda a logística reversa, serviço de retorno de encomenda, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.

Logística Integrada: oferta de solução logística adaptada às necessidades de cada operação, integrada a uma plataforma digital para gerenciamento completo da cadeia de valor. Inclui grandes operações customizadas, como a distribuição dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e a distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), dentre outras. Também inclui a provisão de solução de logística integrada para suportar operações de *e-commerce* com demandas de serviços de armazenagem; atendimento de pedidos; separação; embalagem; integração com a solução de transporte/distribuição e logística reversa.

Internacional: oferta de soluções logísticas para importação e exportação de mensagens, impressos, documentos e bens com ou sem valor comercial.

II. Comunicação

Captação e entrega de correspondências físicas e digitais, correspondência agrupada (malote) e soluções de marketing direto:

Mensagem: toda comunicação física e digital, de natureza administrativa, social ou comercial, que contenha informação de interesse específico do destinatário. Relativamente à comunicação digital, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas (mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários ou adentram de forma física e são espelhadas digitalmente no aplicativo Correios) e digitais, com a disponibilização das comunicações somente em meio digital no aplicativo Correios.

Marketing: toda comunicação na forma física, híbrida ou digital, de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, conforme normas de classificação de objetos dos Correios.

Malote: serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos.

III. Atendimento

Soluções de atendimento presencial, digital e à distância de consumidores e cidadãos para a prestação e/ou comercialização de produtos e serviços próprios ou de parceiros:

Conveniência: oferta de serviços de atendimento presencial aos cidadãos e aos consumidores, venda de produtos e serviços próprios e de terceiros e de artigos de filatelia.

Canais

Os canais têm o papel de prover ambiente físico e/ou digital para operação de produtos e serviços das linhas de negócios, além de facilitar o relacionamento dos Correios com empresas, governos, consumidores e cidadãos de forma eficiente e conveniente, conforme a realidade de cada mercado.

Para melhorar a experiência dos clientes nas interações com a empresa, os Correios oferecem novos modelos de atendimento, reavaliando continuamente a jornada *omnichannel* de seus clientes e estabelecendo um mix de canais adequado a cada ambiente. Exemplos de melhoria foram a evolução dos canais digitais Portal Correios (web) e app Correios (mobile) e do atendimento automatizado pela atendente virtual dos Correios.

2.2. Análise dos administradores sobre o desempenho

2.2.1. Indicadores, metas e resultados

Apresenta-se a seguir a relação dos objetivos, com os respectivos indicadores estratégicos, assim como a avaliação relativa às metas e às justificativas para os resultados alcançados.

1 Objetivo: Assegurar a sustentabilidade

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2021 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2021X2020 (B/C) -1
	2019	2020 (C)	2021 (B)			
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1	-6,20%	-25,51%	-1,71%	-3,00%	143,00%	93,30%
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2	7,81%	10,00%	25,85%	20,00%	129,25%	158,50%
Margem EBITDA	3,68%	8,44%	14,56%	5,50%	264,73%	72,51%
Valor Econômico Agregado - R\$ Milhões	-	597,73	1.624,46	137,48	1.181,60%	171,77%
Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas ¹	100,18%	92,27%	89,12%	100,00%	94,81%	-3,41%
Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional	1,74%	1,88%	1,63%	3,19%	51,10%	-13,30%
Universalização Atendimento	99,23%	97,46%	97,88%	98,03%	99,85%	0,43%
Universalização Distribuição	91,25%	89,20%	92,57%	90,00%	102,86%	3,78%

¹ Possui polaridade "igual, melhor". Exemplo: quando os valores do orçamento realizado forem inferiores a 94% e superior à meta, entende-se que a meta não foi atingida.

O indicador **Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1)** mensura a evolução, em relação ao ano anterior, da receita obtida pela empresa em seus negócios maduros/principais ("core"), e contempla os seguintes segmentos de negócios: mensagem, marketing, malote, financeiro e conveniência.

O tráfego postal acumulado para o período nos segmentos de mensagem, marketing e malote atingiu 2.853 milhões de objetos distribuídos, enquanto em 2020 foram distribuídos 3.365 milhões de objetos, uma queda de 15,2% impactada especialmente pela redução de 397 milhões de objetos do serviço Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), que compõe o segmento mensagem. As ações de digitalização e desmaterialização da comunicação, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, quantidade e pesos dos objetos postais permanecem como elementos que influenciam na queda do tráfego postal e a consequente redução de receita. No segmento marketing, os principais concorrentes são também as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

Diante do declínio das correspondências em meio físico em todo o mundo, a empresa vem adotando ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, à melhoria dos serviços de comunicação física e híbrida e ao aumento de participação dos segmentos de encomenda e internacional.

O indicador **Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2)** mensura a evolução, em relação ao ano anterior, da receita obtida pela empresa nos segmentos encomenda, logística e internacional (negócios emergentes).

O tráfego postal acumulado nos segmentos encomenda e internacional atingiu 586 milhões de objetos distribuídos, enquanto no ano anterior foram distribuídos 403 milhões de objetos, uma evolução de 45,3% (183 milhões de objetos), impactado principalmente pelo crescimento do *e-commerce*, que refletiu diretamente no desempenho do indicador e apresentou percentual de realização da meta de 129,25%. A evolução apresentada deve-se principalmente ao serviço PAC, com aumento de receita de 42,0% (+R\$ 1.991 milhões), e do serviço SEDEX, com aumento de 9,7% (+R\$ 437 milhões). Houve, ainda, evolução de 123,68% (+R\$ 1.525 milhões), no segmento internacional, com destaque para os serviços de distribuição, que cresceram 132,5% (+R\$ 1.491 milhões), impulsionados pelas compras dos brasileiros em sites internacionais. A receita do segmento logística registrou crescimento de 36,90% (+ R\$ 124 milhões).

COMPOSIÇÃO NA RECEITA TOTAL			
	2019	2020	2021
Mensagem/Marketing/Malote	41,9%	30,9%	25,9%
Encomenda/Logística/Internacional	53,3%	57,4%	66,8%
Conveniência/Financeiro	2,1%	1,2%	0,9%
Outros Serviços	2,7%	10,6%	6,4%

Fonte: sistema [Webcont](#) - em 3/3/2021

Com o objetivo de fortalecer o posicionamento dos Correios no mercado de encomendas, destacaram-se em 2021 a ampliação de 104.976 para 213.444 trechos de movimentação das encomendas nacionais, assim como o aperfeiçoamento da metodologia de priorização dos municípios para propiciar o alcance da redução no prazo de entrega, especialmente para SEDEX e PAC. Isso resultou na ampliação de 324 para 462 municípios priorizados, conforme características de localidade, relevância comercial, relacionamento com os Correios, presença de operadores privados, possibilitando, dessa forma, o acesso ao comércio eletrônico também pelas cidades com menor fluxo comercial.

Em complemento, diversas ações vêm sendo empreendidas no intuito de incrementar a competitividade dos serviços de encomendas e a capacidade de geração de receita dos Correios, a exemplo da redução dos prazos ofertados nos principais corredores comerciais, sendo que, atualmente, tem-se aproximadamente 49% da carga expressa em D+1 (entrega no dia seguinte à postagem) e 28,5% em D+2, o que demonstra o foco nos corredores mais representativos do país, em termos mercadológicos. Em 2021, houve a implantação de 2.330 trechos nos principais corredores, que correspondem a 75% dos 3.107 trechos previstos.

O indicador **Margem Ebitda** mede o percentual que a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e da depreciação. O resultado de 2021 para esse indicador correspondeu à realização de 264,73% da meta definida para o ano, decorrente do bom desempenho da receita de vendas, que excedeu a meta, em especial nos segmentos encomenda e internacional.

O resultado registrado pelos Correios em 2021, de 14,56% de Margem Ebitda, demonstra que a empresa vem se recuperando financeiramente no decorrer dos últimos anos, conforme demonstrado no quadro a seguir. Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2019 uma Margem Ebitda de 9,08%.

Margem Ebitda						
ANO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	-3,22%	6,20%	1,85%	3,68%	8,44%	14,56%

Fonte: sistema [Webcont](#) - em 2/3/2021

O indicador **Valor Econômico Agregado** representa uma medida de desempenho

para acompanhar a gestão dos negócios e para identificar o quanto foi efetivamente criado de valor para a empresa em um determinado período de tempo. Em 2021, o resultado registrado de R\$ 1.624 milhões superou em R\$ 1.487 milhões a meta definida para o período (R\$ 137 milhões), com realização de 1.181,60% do planejado. O desempenho do indicador superou a meta devido ao resultado operacional líquido ter extrapolado em R\$ 1.885 milhões o valor estimado para o ano, compensando o acréscimo do custo total de capital, que foi R\$ 398 milhões acima do esperado.

O indicador **Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ)** mede, de forma objetiva, o desempenho dos Correios em realizar despesas no nível planejado, no momento da orçamentação, à luz da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), que preconiza a gestão e o controle de custos por meio de iniciativas, com vistas a promover a cultura de custos com responsabilidade compartilhada. O resultado do indicador, que possui polaridade “igual, melhor” foi de 89,12%, tendo alcançado 94,81% da meta de execução orçamentária, considerando a tolerância de 6% de inexecução. Esse desempenho demonstra que houve desvio na execução orçamentária em relação ao planejado para o período, sobretudo nas subcategorias de transporte nacional; demais benefícios e publicidade e relacionamento. Desde 2019, a economia obtida a partir da implementação de iniciativas de redução de despesas foi de R\$ 802 milhões.

O indicador **Percentual de Investimentos sobre a Receita Operacional (IRO)**, que mensura de forma objetiva a representatividade dos investimentos realizados pela empresa na receita operacional, apresentou resultado de 1,63%, (R\$ 360 milhões) com desempenho de 51,10% em relação à meta de 3,19%. Impactada pela pandemia de covid-19 e por limitações decorrentes em relação à cadeia de suprimentos por parte dos fornecedores, a entrega de veículos prevista para 2021 foi postergada para 2022. Eventos como a variação cambial, dificuldades logísticas e de aquisição de insumos para fabricação de equipamentos atrasaram ou impossibilitaram a entrega de equipamentos no prazo previsto. No que concerne às obras de infraestrutura, os principais fatores que influenciaram a execução abaixo da prevista foram os atrasos nas execuções das obras e serviços, rescisões, repactuações e supressões contratuais também impactados pela pandemia de covid-19.

Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2020 um percentual de investimentos de 17,85% sobre a receita operacional.

Indicadores de universalização - Vide subitem 1.4.1 desta Carta Anual

Os processos prioritários, projetos e processos viabilizadores cujos resultados contribuem para o alcance deste objetivo apresentaram evolução, com destaque para a implantação de 30 lockers (armários inteligentes para retirada de objetos postais pelos destinatários) e para o credenciamento de mais 11 lockers e, ainda, para a economia obtida a partir das iniciativas de redução de despesas do Orçamento Base Zero (OBZ) no valor de R\$ 163 milhões em 2021.

2 Objetivo: Buscar a excelência

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2021 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIACÃO 2021X2020 (B/C) - 1
	2019	2020 (C)	2021 (B)			
Indicador de Entrega no Prazo	97,37%	93,93%	91,88%	95,29%	96,42%	-2,18%
Indicador de Produtividade - R\$	184.544	175.830	237.465	194.988	121,78%	35,05%
Indicador de Satisfação do Cliente	84,64%	76,70%	79,25%	85,00%	93,23%	3,32%
Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	-	NA ¹	NA ¹	70,90%	ND ²	ND ²
Índice Digital	2,24%	2,30%	2,34%	2,43%	96,30%	1,74%

¹Não avaliado

²Não disponível

O **Indicador de Entrega no Prazo (IEP)** é o indicador estratégico da qualidade operacional, que avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos aos clientes finais, dos principais segmentos postais: encomenda, logística e mensagem. Apresentou resultado de 91,88%, frente a meta de 95,29%, decréscimo de -2,18% em relação ao realizado no mesmo período de 2020. Desempenho esse considerado satisfatório em um contexto de calamidade pública e de crise sanitária decorrente da pandemia de

covid-19, associado ao grande incremento em 2021 de objetos do segmento de encomendas nos Correios, que fora marcado por sucessivos recordes de postagens e de entrega de encomendas e, ainda, à redução significativa dos prazos de entrega, além das intercorrências climáticas verificadas no mês de dezembro em alguns estados do país, que provocaram o fechamento temporário de algumas unidades de tratamento.

Em que pese o resultado do indicador ter ficado abaixo da meta, este se mantém expressivo considerando que o tráfego de encomendas cresceu 39,8% (+130 milhões de objetos distribuídos) ante 2020, tendo os Correios alcançado recordes históricos de postagem, entrega e tratamento de encomendas.

Em 2021, foi realizada a revisão do indicador estratégico Índice de Entrega no Prazo (IEP), que resultou na reorganização das cestas, pesos e metas de composição para maior adequação às necessidades de mercado e à implantação do Acordo de Nível de Serviço (NS), a ser firmado com os clientes (com contrato) para estabelecer, entre outros aspectos, os níveis de qualidade.

A pandemia de covid-19, que impulsionou o *e-commerce*, e as ações de digitalização e desmaterialização da comunicação, que impactaram diretamente a relação entre as quantidades, receitas e importância estratégica dos segmentos mensagens, encomendas, internacional e logística, tornaram imperativa a atualização em 2021 de pesos, metas e composição das cestas componentes do IEP.

INDICADOR DE ENTREGA NO PRAZO - IEP	
2017	88,53%
2018	90,74%
2019	97,37%
2020	93,93%
2021	91,88%

Fonte: MicroStrategy

O Índice de Entrega no Prazo de Encomendas (IEPE), que afere a entrega no prazo dos objetos dos serviços de encomendas, teve para 2021 uma meta de 95,44% e alcançou um resultado acumulado de 92,78%. A partir de 2021, a cesta do IEPE passou a considerar as encomendas nacionais e internacionais, com a extinção do Índice de Entrega no Prazo de Internacional (IEPI).

O Índice de Entrega no Prazo de Logística (IEPL), que afere a entrega no prazo dos objetos de logística integrada e o desempenho das operações especiais de logística, com meta em 2021 de 97,50%, alcançou um resultado acumulado de 93,25%.

Por fim, o Índice de Entrega no Prazo de Mensagens (IEPM), que afere a entrega no prazo dos serviços de mensagens, teve em 2021 uma meta de 93,50% e alcançou um resultado acumulado de 87,96%. A partir de 2021, a cesta do IEPM passou a considerar as mensagens internacionais, com a extinção do IEPI.

Entre as ações que propiciaram a manutenção do patamar dos índices de qualidade operacional e ampliação da capacidade produtiva, destacam-se:

I. Aplicação de sistema de dimensionamento/distritamento, que tem como função mensurar de forma segura e efetiva a força de trabalho, em 2.526 unidades de distribuição, sendo 597 centros de distribuição domiciliária (CDDs), 1.878 agências de correios com distribuição e 51 centros de entrega de encomendas (CEEs);

II. Implantação de novas tecnologias visando ampliar a capacidade de tratamento e proporcionar ganhos de produtividade, celeridade e maior assertividade, tais como leitores de mão (*fingers*) e equipamentos para otimizar a movimentação e expedição de carga nos centros e unidades distribuidoras (*roltainers*);

III. Implantação do sistema de atendimento "Correios Atende" em 502 agências, modernizando o atendimento dos Correios em suas diversas plataformas, proporcionando maior comodidade e nova experiência ao cliente, ao oferecer a alternativa de pré-atendimento por meio do app Correios e o recebimento de comprovantes de atendimento por e-mail;

IV. Otimização da rede de distribuição, com a supressão de 43 unidades e a migração de mais de 1.124 distritos (rotas) entre unidades, o que viabilizou a redução de custos e percursos improdutivos e possibilitou a adequação da rede ao cenário pós-pandemia, com queda do segmento postal (mensagens) e de aumento significativo do segmento de encomendas;

V. Implantação de lockers (armários inteligentes): aquisição de 63 lockers, sendo 30

instalados em 2021 no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, e os demais previstos para serem instalados em 2022. Os lockers oferecem mais um canal de distribuição ao cliente, podendo ser acessados, a depender do local de instalação, 24 horas por dia, em todos os dias da semana;

VI. *Crowdshipping* (entrega colaborativa): parceria comercial com empresa detentora de plataforma de gerenciamento de entregas para flexibilização e a ampliação do horário de execução da operação. O projeto piloto foi implantado no município de São Paulo/SP, tendo sua expansão prevista para 2022;

VII. Criação de novos centros no interior do estado (rede secundária) para o tratamento de carga do segmento de encomendas, o que resultou na ampliação da capacidade total do processo de tratamento em, aproximadamente, 250 mil objetos por dia, o que tem sido extremamente importante para a estratégia de redução de prazos da empresa, ao possibilitar a redução da carga nos grandes centros;

VIII. Redução do prazo de entrega nos principais trechos nacionais, tornando os principais serviços de encomendas nacionais, notadamente, o SEDEX, mais competitivos e com entregas mais rápidas.

Ademais, atual capacidade de tratamento automatizado de encomendas é de até 201 mil objetos por hora, retratando um aumento de mais de 100% em relação ao início do projeto, em 2016. Na tabela abaixo é apresentada a evolução da carga tratada nos últimos anos:

ANO	CARGA TRATADA	CRESCIMENTO
2016	194.574.501	-
2017	243.364.193	25,08%
2018	315.752.904	62,28%
2019	388.316.887	99,57%
2020	468.760.050	140,92%
2021	598.054.393	207,37%

Fonte: PGT e ST

Para a manutenção da qualidade operacional, em 2021 foram adquiridos 1.505 furgões, totalizando R\$ 93 milhões, sendo o remanescente programado para recebimento em 2022.

ANO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS ADQUIRIDA	INVESTIMENTO (R\$ milhões)
2018	500	25
2019	7.058	173
2020	6.459	140
2021	1.505	93

Fonte: ERP

A busca pela excelência operacional teve reflexos positivos na redução da quantidade de manifestações em relação aos objetos qualificados entregues. A centralidade no cliente vem sendo a preocupação da empresa, havendo redirecionamentos de vários processos, assim como ações voltadas à busca pela satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados.

MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE CONOSCO ¹	
Ano	Quantidade
2019	11.593.029
2020	17.445.609
2021	15.283.683

Fonte: DEINM - Departamento de Inteligência de Mercado - Relatório de Avaliação Empresarial

¹Desde 15/10/2021, devido à aprovação do Nível de Serviço (NS), são registradas as reclamações de objetos (SEDEX e PAC) que estão fora do prazo previsto de entrega para todos os clientes enquadrados na política comercial revisada.

Em relação ao modelo de atendimento adotado pela empresa, destacam-se a revisão dos canais de atendimento atuais e a implantação de novos modelos.

O Indicador de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2021, o indicador apresentou o resultado de R\$ 237.465, alcançando 121,78% da meta esperada para o ano (R\$ 194.988 mil). O alcance da meta ocorreu devido à redução de 8.170 empregados e à obtenção de receita operacional líquida superior à meta de R\$ 4.971

milhões oriunda principalmente dos desempenhos acima da meta nos segmentos encomenda e internacional.

Como referencial comparativo externo, tem-se o correio da França, La Poste, no valor de R\$ 485.923, apresentado nas demonstrações contábeis de 2019.

O **Indicador de Satisfação do Cliente (ISC)**, que tem por objetivo mensurar a satisfação dos clientes dos Correios com relação aos produtos e serviços oferecidos, alcançou 93,24% da meta estabelecida para 2021. A empresa alcançou 79,25% de aprovação em pesquisa de satisfação e imagem institucional realizada para o período. Os clientes avaliaram aspectos operacionais, comerciais, tecnológicos, processos relacionados ao faturamento, pós-venda, representante comercial, além da satisfação geral e imagem dos Correios. Os resultados obtidos demonstraram que os clientes perceberam os esforços empreendidos pela empresa, em meio à pandemia da covid-19, em que tantos desafios logísticos foram impostos aos Correios, da necessidade de proteger seus empregados à manutenção dos patamares de qualidade operacional.

O indicador **Índice Digital (ID)** tem por objetivo identificar o nível de digitalização de canais, processos e serviços da empresa, ou seja, o nível de habilidades digitais existentes, com intuito de tornar-se mais competitiva e garantir a perenidade da organização. Alcançou resultado de 2,34% (em uma escala que varia de 0 a 4), ficando próximo à meta estipulada para 2021 de 2,43%. Esse resultado representou realização de 96,3% em relação à meta prevista e um crescimento de 1,74% ante 2020, e de 4,46% frente a 2019, demonstrando evolução no nível de digitalização dos Correios.

Como referencial comparativo externo, é trazida a pesquisa Digital Performance Index, realizada por empresa de consultoria, na qual foi identificado que a média do nível de digitalização dos correios mundiais pesquisados no ano de 2016, era de 1,99%, e que os operadores Top 5 do ranking mundial pontuaram níveis entre 2,51 e 2,82 pontos. O resultado de 2,34 pontos demonstra que os esforços envidados pela empresa para digitalização de seus canais, processos e serviços apresentaram evolução satisfatória.

O indicador **Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional (Clio)** visa medir a atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, decorrente das percepções, das atitudes e das dinâmicas que afetam o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades.

A pesquisa de Clima Organizacional dos Correios, prevista para acontecer em maio de 2021, foi suspensa face à priorização da adoção pela empresa das medidas de prevenção à covid-19.

Alguns dos processos prioritários e projetos viabilizadores executados pela empresa contribuíram para a evolução deste objetivo, com destaque para os resultados obtidos com a implantação dos corredores prioritários, que atende às necessidades do mercado quanto à desconcentração de localidades de distribuição de objetos e redução de prazos de entrega, mencionados na apresentação do indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 — R(H2).

3 Objetivo: Crescer nos mercados concorrenciais

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2021 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2021X2020 (B/C) -1
	2019	2020 (C)	2021 (B)			
Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2	7,81%	10,00%	25,85%	20,00%	129,25%	158,50%
Valor de Receitas Horizonte 3 - R\$ Milhões	19	25,66	1.282,31	190,01	674,86%	4.897,31%
<i>Market Share</i> - Encomenda	43,60%	32,30%	36,00%	32,10%	112,15%	11,46%

A partir da análise apresentada anteriormente para o indicador estratégico Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2, associado também ao objetivo “Assegurar a sustentabilidade”, pode-se observar que o desempenho correspondeu à realização de 129,25% da meta estabelecida para 2021.

O indicador **Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3)** é calculado pela soma das receitas de novos negócios com potencial para gerar receita, com foco em crescer nos mercados concorrenciais, e contempla os seguintes serviços Correios Mini Envios e Correios *Packet*.

Em 2021, o resultado do indicador atingiu 674,86% da meta estabelecida para o ano. Tal resultado foi impactado, principalmente, pelo desempenho do serviço Correios *Packet*. Com o *e-commerce* em contínuo crescimento e o aumento da base de clientes, o *Packet* tem se destacado pelo volume e receita, contribuindo para a superação da meta mensal e do período. O *Packet* é um serviço de importação, nas opções Standard, Express e Mini, que inclui recebimento no Brasil, desembaraço aduaneiro, tratamento e entrega no endereço do destinatário de encomendas oriundas do exterior. O consumo do Correios Mini Envios (serviço de pequenas encomendas da linha econômica para mercadorias de baixo valor agregado, com preço competitivo, sem urgência e com entrega domiciliar em âmbito nacional) vem se apresentando em constante evolução, o que demonstra que o serviço veio para atender uma necessidade real de mercado, que foi intensificada com o avanço da pandemia. É possível observar que, mesmo após a abertura do varejo físico, permanece crescente a quantidade de encomendas postadas.

O indicador **Market Share - Encomenda** visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado brasileiro de encomendas, no tocante à quantidade de encomendas distribuídas. O resultado de 36% de participação no mercado de encomendas, superior à meta estabelecida para 2021 (32,10%), reflete as particularidades relacionadas à pandemia de covid-19, que propiciou o crescimento exponencial do segmento encomenda.

A quantidade de encomendas distribuída registrou crescimento de 39,8% em relação a 2020, acima do crescimento médio do *e-commerce* registrado no Brasil em 2021, que foi de 16,9%, em número de pedidos de acordo com Neotrust, empresa responsável pelo monitoramento do *e-commerce* brasileiro.

Como referencial comparativo externo, tem-se os valores estimados de mais de 40% de *market share* no segmento de encomendas apresentados pelo grupo Deutsche Post DHL em seu relatório anual, referente ao exercício de 2020.

Os projetos viabilizadores apresentaram evolução e contribuíram para o alcance deste objetivo, com destaque para o serviço *Packet*, que integra o projeto viabilizador “Desenvolvimento de soluções logísticas internacionais para importação” com receita de, aproximadamente, R\$ 1.232 milhões em 2021.

Indicador de projetos estratégicos

Abrangendo os três objetivos definidos para o Plano Estratégico, há o Indicador Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos.

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2021 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2021X2020 (B/C) -1
	2019	2020 (C)	2021 (B)			
Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos	94,50%	95,69%	96,00%	100,00%	96,00%	0,32%

Para o monitoramento de projetos viabilizadores, é utilizada pela empresa a metodologia de Gerenciamento de Projetos dos Correios (MGP), criada com base no Guia de Melhores Práticas – PMBOK® e de acordo com as melhores técnicas de mercado.

De modo a proporcionar o devido acompanhamento dos projetos viabilizadores, foi desenvolvida a Ferramenta de Gerenciamento de Projetos (FGPWeb), que acompanha a execução desde a fase de iniciação ao encerramento. Nessa ferramenta são lançadas, tempestivamente, as informações concernentes ao planejamento e execução, quais sejam: premissas, restrições, tempos, custos, qualidade, progresso, riscos, equipe, capacitação, contratações, partes interessadas, matriz de responsabilidade, bem como outras ocorrências e informações relevantes.

Para avaliar o nível de implantação dos projetos viabilizadores em andamento, o qual aliado à análise dos resultados obtidos pelos indicadores estratégicos e pelos resultados alcançados com a execução fornece subsídios para que a empresa avalie o estágio de implementação do Plano Estratégico Correios, foi criado o indicador estratégico “Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos – RPPE”. O cálculo desse indicador é executado pela razão entre o realizado e o planejado dos projetos viabilizadores para um determinado período, ou seja, o indicador mensura o andamento do cronograma dos projetos viabilizadores considerando o que foi planejado versus o que foi executado.

Em 2021, o indicador em pauta teve sua meta definida em 100% e alcançou o resultado de 96%. Esse resultado evidencia a realização, pelos Correios, de quase a totalidade em relação ao que foi planejado para os projetos viabilizadores.

2.2.2. Análise e conclusões dos administradores

A avaliação da execução do Plano Estratégico 2021/2025 indica que a empresa tem cumprido sua missão ao prestar serviço essencial para a sociedade brasileira ao ofertar pacote de soluções para pequenos, médios e grandes clientes, especialmente em tempos de pandemia. Essa atuação foi possível e reforçada pela prática dos valores organizacionais: integridade, respeito às pessoas, responsabilidade e compromisso com o resultado, orgulho em servir à sociedade e pertencer aos Correios, orientação ao futuro, adaptabilidade, aprendizagem contínua e integração. O desafio posto para os próximos anos é o de seguir buscando a sustentabilidade e o crescimento para concretização da visão de futuro: ser uma plataforma física e digital integrada, de excelência, para o fornecimento de soluções de comunicação e logística.

Sob a ótica dos indicadores estratégicos, processos prioritários, projetos e processos viabilizadores, verifica-se que a empresa obteve importantes avanços, ao longo do exercício de 2021, na busca pelo alcance dos objetivos, com destaque para o objetivo assegurar a sustentabilidade, em função, principalmente do crescimento da receita líquida de vendas em 23,5% em relação a 2020, gerando um lucro líquido acumulado de R\$ 2,276 bilhões, acréscimo de 48,76% ante 2020. Esses resultados evidenciaram alinhamento do Plano de Negócios Plurianual a esse objetivo e confirmaram a tendência postal mundial de redução das receitas geradas pelo segmento mensagem, que apresentou queda de 15,2% impactada especialmente pela redução de 397 milhões de objetos do serviço Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC), que compõe o segmento mensagem.

Também destacável foi o avanço relacionado ao objetivo crescer nos mercados concorrenciais, uma vez que os resultados dos indicadores estratégicos associados a esse objetivo superaram suas metas, com destaque para o desempenho dos segmentos encomenda e internacional, que atualmente representam 69,3% da receita operacional da empresa e cresceram juntos 37,0% (+ R\$ 4.124 milhões) em relação a igual período de 2020.

Adicionalmente, as receitas vinculadas ao indicador de negócios emergentes (Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2) apresentaram crescimento de 158,50% se comparado a 2020, superando assim o desempenho do *e-commerce* no país, que cresceu 27%, conforme relatório Neotrust, que monitora o mercado digital.

Do total de 16 indicadores estratégicos mensurados em 2021, oito superaram a meta estabelecida para o período, quatro deles (IEP, ID, UAPB e projetos estratégicos) apresentaram níveis de resultado próximo à meta, com realização acima de 96% e três (IOBZ, IRO e ISC) alcançaram percentuais que variam de 51% a 95% - resultado que pode ser considerado satisfatório no cenário atual da pandemia de covid-19. O indicador Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional não foi apurado, em razão da suspensão da pesquisa de Clima Organizacional dos Correios, que decorreu da priorização pela empresa da adoção das medidas de prevenção à covid-19.

Em última análise, considerando o desempenho obtido no exercício, destaca-se que todos os objetivos permanecem sendo desafiantes e relevantes para a sustentabilidade e busca da excelência pelos Correios.

2.3. Da Situação financeira e patrimonial

A empresa vem adotando ações com vistas a garantir a sua sustentabilidade, o que tem contribuído para o desempenho positivo no período. O resultado recorrente apurado em 2021 foi de R\$ 3.704 milhões, representando um aumento de 101,20% ante 2020.

RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)					
	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Resultado recorrente	772	1.841	3.704	138,47%	101,20%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Cabe ressaltar que o resultado recorrente é alcançado retirando-se do lucro líquido os eventos extraordinários, tais como: Reversão Pós-Emprego; Incentivo Financeiro Diferido (IFD) do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e do Plano de Desligamento

Voluntário (PDV); Provisão do Benefício Pós-Emprego; Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios.

RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020*	2021	2020/2019	2021/2020
Lucro Líquido	102	1.530	2.276	1.400,00%	48,76%
Reversão Pós-Emprego	(148)	(1.123)	(272)	658,78%	-75,78%
Benefício Pós-Emprego	38	81	210	113,16%	159,26%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	454	74	829	-83,70%	1.020,27%
Imunidade Tributária	(91)	683	(36)	850,55%	-105,27%
Contingências e Precatórios	417	596	697	42,93%	16,95%
Resultado Recorrente	772	1.841	3.704	138,47%	101,20%

Fonte: [DCONT/SUFIN/DIEFI](#)
*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

O lucro líquido apurado em 2021 foi de 2.276 milhões, com acréscimo de 48,76% em relação ao resultado de 2020.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Receita Total	19.824	20.023	23.552	1,00%	17,62%
Despesa Total	(19.722)	(18.493)	(21.275)	-6,23%	15,04%
RESULTADO LÍQUIDO	102	1.530	2.276	1.400,00%	48,76%

Fonte: [DCONT/SUFIN/DIEFI](#)

Em relação ao decréscimo no resultado financeiro de 2021, observa-se que a variação cambial influenciou significativamente a redução de 165,38% no resultado financeiro, conforme disposto na tabela a seguir.

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Receitas Financeiras	388	666	625	71,65%	-6,16%
Despesas Financeiras	(467)	(510)	(727)	9,21%	42,55%
TOTAL	(79)	156	(102)	297,47%	-165,38%

Fonte: [DCONT/SUFIN/DIEFI](#)

Em 2021, o bom desempenho deveu-se ao crescimento da receita líquida de vendas (23,51%), quando comparado com o ano anterior, impulsionado principalmente pela performance das receitas dos segmentos encomenda e internacional, que superou o aumento do custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados (13,62%), oriundo do incremento da atividade operacional, com destaque para as despesas com pessoal; os gastos com transporte e com a remuneração da rede terceirizada; gerando um lucro bruto de R\$ 5.435 milhões, que representa um crescimento de 65,65% ante 2020. Essa performance positiva, minimizou o efeito da tendência do segmento mensagem que teve redução de R\$ 60 milhões em 2021.

LUCRO BRUTO (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Receita Líquida de Vendas e Serviços	18.356	17.249	21.305	-6,03%	23,51%
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.642)	(13.968)	(15.870)	-10,70%	13,62%
TOTAL	2.714	3.281	5.435	20,89%	65,65%

Fonte: [DCONT/SUFIN/DIEFI](#)

Ebitda

Observou-se em 2021, uma evolução do Ebitda (lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) e do Ebitda Ajustado, em patamares superiores aos realizados em anos anteriores.

Entretanto, destaca-se que o Ebitda, assim como os demais indicadores, não deve ser analisado isoladamente ou à parte do contexto e dos demais itens que compõem a cesta de indicadores definidos pela gestão para avaliar a saúde financeira ou o desempenho empresarial. Cabe ressaltar que, não raras vezes, o EBITDA é confundido com geração de caixa, quando, na realidade, representa um potencial de geração de caixa operacional. Contudo, a significativa elevação nesse indicador observada no período de 2019 a 2021 representa um excelente sinal de recuperação

na atividade operacional.

Em 2021, os Correios apresentaram um Ebitda de R\$ 3.101 milhões, um crescimento de 113,12% correspondente a R\$ 1.646 milhões quando comparado ao mesmo período de 2020, que resultou, principalmente, do crescimento das receitas.

EVOLUÇÃO EBITDA E EBITDA AJUSTADO (R\$ milhões)			
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021
Ebitda	675	1.455	3.101
Ebitda Ajustado	929	827	4.214

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

No ajuste do Ebitda foram considerados outros itens, que não constavam dos anos anteriores, os quais foram recalculados com base na metodologia utilizada em 2021, para efeito de comparabilidade.

Ebitda (R\$ milhões) DESCRIÇÃO	2019*	2020	2021	VARIÇÃO	
				2020 x 2019	2021 x 2020
Ebitda Ajustado	1.936	827	4.214	-57,28%	409,55%
Despesas					
Despesas Bancárias	(5)	(4)	(6)	-20,00%	50,00%
Multas	(2)	-	(1)	-100,00%	**
Outras Despesas Financeiras	(9)	(8)	(7)	-11,11%	-12,50%
Indenizações Trabalhistas	(365)	(3)	(722)	-99,18%	23.966,67%
Contingências/Precatórios	(614)	(596)	(717)	-2,93%	20,30%
Postalís / Prov. Pós-Emprego Prev.	(37)	(81)	(210)	118,92%	159,26%
Valores Cobrança Jurídica	(19)	(16)	(45)	-15,79%	181,25%
Prov. Pós-emprego Saúde	-	-	-	-	-
Benef. Pós-emprego Previdência	-	-	-	-	-
Postal Saúde/ Aposent. / Pós-Emprego	(462)	(302)	(205)	-34,63%	-32,12%
Perdas de Capital	(7)	(5)	(234)	-28,57%	4.580,00%
Outros	-	309	343	**	11,00%
Outras	(25)	(18)	(122)	-28,00%	557,78%
Receitas					
Lucro na Alienação de Imóveis	2	-	6	-100,00%	**
Lucro na Alienação de Móveis	-	-	16	-	**
Varição Patrimonial	3	2	58	-33,33%	2.800,00%
Anuidade de ACF	18	28	24	55,56%	-14,29%
Despesas Recuperadas	23	12	96	-47,83%	700,00%
Multas de Clientes	28	24	22	-14,29%	-8,33%
Multas de Fornecedores	51	151	48	196,08%	-68,21%
Receitas Canceladas	(8)	(6)	(27)	-25,00%	350,00%
Outras	164	1.140	570	595,12%	-50,00%
EBITDA	675	1.455	3.101	115,56%	113,13%
(+) Depreciação e Amortização	484	442	500	-8,68%	13,12%
(+) Resultado Financeiro	(79)	156	(102)	-297,47%	-165,38%
RESULTADO ANTES DOS TRIB S/ LUCRO	112	1.168	2.499	942,86%	113,96%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Indicadores de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade evidenciam o retorno proporcionado pelos recursos investidos pela empresa. De maneira geral, têm viés “quanto maior, melhor”, pois possibilitam avaliar a capacidade de geração de lucro e de crescimento ao longo do tempo. Tais indicadores têm tido performance ascendente, conforme demonstrado na tabela abaixo, no comparativo do período de 2019 a 2021:

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2019	2020	2021
Margem Bruta	14,79%	19,02%	25,51%
Margem Operacional	1,04%	5,87%	12,21%
Margem Líquida	0,56%	8,87%	10,69%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Situação financeira

Em 2021, as projeções de caixa foram regularmente reportadas aos órgãos colegiados dos Correios, compreendendo informações atualizadas e abrangentes sobre a situação financeira da empresa, assim como a demonstração dos cenários e das tendências, de modo a permitir, tempestivamente, a tomada de decisões.

Ademais, trimestralmente, as informações detalhadas do fluxo de caixa foram reportadas à Controladoria Geral da União (CGU), em atendimento à recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 820854, emitido pela CGU.

Em dezembro de 2021, o saldo em caixa alcançou o montante de R\$ 3.643 milhões, superior à previsão inicial, que estimava encerrar o ano com o saldo de R\$ 666 milhões. Apresenta-se a seguir a tabela contendo a projeção e a realização de caixa em 2021:

PROJEÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAIXA 2021 (R\$ milhões)												
MÊS	Jan/ 2021	Fev/ 2021	Mar/ 2021	Abr/ 2021	Mai/ 2021	Jun/ 2021	Jul/ 2021	Ago/ 2021	Set/ 2021	Out/ 2021	Nov/ 2021	Dez/ 2021
Projetado	507	558	488	551	737	657	722	869	958	993	1.079	666
Realizado	554	575	930	1.108	1.603	1.952	2.226	2.513	3.203	3.625	4.028	3.643

Fonte: [DEFIN/SUFIN/DIEFI](#)

Ao ser comparado o fluxo de caixa de 2021 com o do mesmo período do ano anterior, observa-se que, apesar dos reflexos da pandemia de covid-19 no processo de aceleração da desmaterialização do segmento exclusivo de exploração do serviço postal (monopólio), houve um aumento das entradas de recursos no recebimento à vista, de cerca de R\$ 254 milhões, e no recebimento a prazo de, aproximadamente, R\$ 2.642 milhões, resultante, principalmente, do desempenho global do segmento encomendas, que apresentou forte evolução em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em relação às saídas de caixa, no comparativo com o ano anterior, destacam-se:

I. Pessoal: redução de R\$ 604 milhões resultante, principalmente, do menor desembolso das despesas com saúde e da adequação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compreendendo, inclusive, o pagamento das verbas rescisórias do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) 2020 (1º e 2º ciclo). No mês de dezembro, houve desembolso com pessoal de R\$ 1,35 bilhão decorrente, principalmente, dos impactos do ACT 2021/2022 e do décimo terceiro salário;

II. Tributos: crescimento de R\$ 198 milhões, decorrente, principalmente, do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) superior em R\$ 141 milhões, em razão do aumento do lucro tributável dos Correios;

III. Repasses e Retenções: acréscimo de R\$ 319 milhões, referente à tributação por parte da receita federal (imposto de importação), oriundo do aumento do volume da entrega de objetos internacionais;

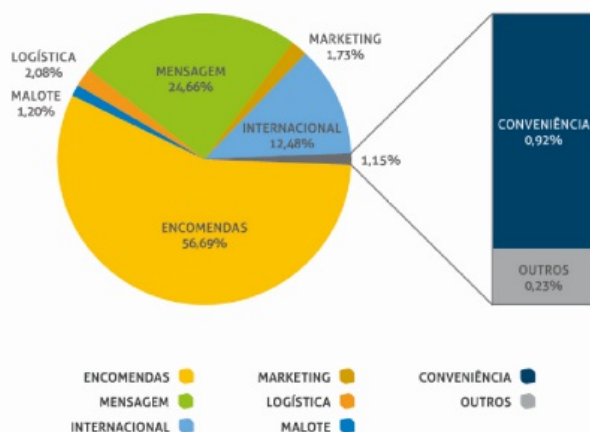
IV. Amortização/Juros: aumento de R\$ 75 milhões, decorrente do pagamento relativo à postergação, em maio de 2020, das parcelas da operação de crédito efetuada com o Banco do Brasil, assim como do pagamento das últimas parcelas, em 2021, da operação de crédito realizada com o Banco ABC, em março de 2020. Adicionalmente, em 2021, foi realizado novo empréstimo com o Banco ABC, resultando no pagamento de juros.

Em 2021, impulsionado pelo crescimento do comércio eletrônico, o cenário de receitas sinalizou acréscimo de 23,0% da receita bruta da venda de produtos e serviços, impactada pelo acréscimo dos segmentos Encomendas e Internacional de R\$ 2.598 milhões e de R\$ 1.526 milhões, respectivamente, contribuindo com o incremento de R\$ 4.124 milhões nas receitas totais.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS (R\$ milhões)	VARIÇÃO				
	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Receita bruta de vendas e serviços	19.105	17.964	22.091	-5,97%	22,97%

Fonte: [DCONT/SUFIN/DIEFI](#)

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS 2021 (R\$ milhões)



RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ milhões)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Encomenda	9.103	9.925	12.524	9,03%	26,19%
Mensagem	7.360	5.508	5.448	-25,16%	-1,09%
Internacional	919	1.232	2.758	34,06%	123,68%
Marketing	485	432	382	-10,93%	-11,57%
Logística	429	336	460	-21,68%	36,90%
Malote	370	241	264	-34,86%	9,54%
Conveniência	258*	216*	204	-16,28%	-5,56%
Outros	181*	74*	51	-59,12%	-31,08%
TOTAL	19.105	17.964	22.091	-5,97%	22,97%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI
* Reclássificado nas Demonstrações Contábeis

Custos dos produtos e serviços

Em 2021, os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiram R\$ 15.870 milhões, acréscimo de 13,62%, em relação a 2020, como reflexo da elevação das despesas com pessoal, que decorreu principalmente das despesas não recorrentes com PDV/PDI. Destacam-se, ainda, o aumento dos custos com remuneração AGF e o transporte de malas e malotes, decorrente do desempenho positivo da venda de produtos e serviços.

CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ milhões)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	2019*	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Pessoal	(9.989)	(8.239)	(9.072)	-17,52%	10,11%
Remuneração AGF	(1.800)	(1.912)	(2.205)	6,22%	15,32%
Transporte de Malas e Malotes	(1.610)	(1.592)	(1.942)	-1,12%	21,98%
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	(1.012)	(1.049)	(1.368)	3,66%	30,41%
Aluguéis	(202)	(138)	(119)	-31,68%	-13,77%
Depreciação/Amortização	(401)	(390)	(449)	-2,74%	15,13%
Demais Custos	(628)	(648)	(715)	3,18%	10,34%
TOTAL	(15.642)	(13.968)	(15.870)	-10,70%	13,62%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI
* Reclássificado nas Demonstrações Contábeis

CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS - PARTICIPAÇÃO



Custos e despesas com pessoal

Os dispêndios de pessoal apresentados a seguir correspondem ao total relativo ao custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas gerais e administrativas:

DESPESAS COM PESSOAL (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(10.063)	(9.367)	(9.525)	-6,92%	1,69%
Saúde	(1.666)	(825)	(960)	-50,48%	16,36%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	(364)	(3)	(722)	-99,18%	23.966,67%
TOTAL	(12.093)	(10.195)	(11.207)	-15,70%	9,93%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Despesas operacionais

As despesas operacionais apuradas em 2021 perfizeram o total de R\$ 3.697 milhões, impactadas, principalmente, pelas despesas gerais e administrativas.

DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
Despesas com Vendas/Serviços	(123)	(239)	(102)	94,31%	-57,32%
Despesas Gerais e Administrativas	(2.739)	(2.728)	(3.359)	-0,40%	23,13%
Resultado de Participação em Controlada	(9)	-	-	-100,00%	-
Outras Despesas Operacionais	(10)	(714)	(236)	7.040,00%	-66,95%
TOTAL	(2.881)	(3.681)	(3.697)	27,77%	0,43%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Outras receitas operacionais

Em 2021 as outras receitas operacionais totalizaram R\$ 863 milhões, com redução de 38,92% em relação a 2020. O fator determinante para essa variação foi a reversão parcial do benefício pós-emprego saúde ocorrida em 2020. A citada reversão foi motivada pela modificação, em setembro de 2020, dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - oriunda da sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000 -2020. Por conseguinte, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no regulamento do plano, que assegura a permanência dos aposentados, desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)					
Outras Receitas Operacionais	2019	2020	2021	2020/2019	2021/2020
TOTAL	358	1.413	863	294,69%	-38,92%

Fonte: DCONT/SUFIN/DIEFI

Situação patrimonial

As Demonstrações Contábeis configuram um dos principais instrumentos produzidos pelos Correios para auxiliar os *stakeholders* na avaliação do desempenho econômico-financeiro ocorrido no período.

Sob este aspecto, apresenta-se a seguir a situação patrimonial dos Correios, exposta nos grandes grupos do balanço, quais sejam: ativo, passivo e patrimônio líquido.

ATIVO (R\$ milhões)				VARIACÃO	
DESCRIÇÃO	*2019	*2020	2021	2020/2019	2021/2020
Ativo Circulante	3.567	3.047	3.923	-14,58%	28,75%
Ativo Não Circulante	10.768	11.277	13.791	4,73%	22,29%
TOTAL	14.335	14.324	17.714	-0,08%	23,67%

Fonte: DECON/DIEFI

*Consolidado e reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Os ativos somaram R\$ 17.714 milhões, impactados positivamente pelo acréscimo no saldo de aplicações financeiras, como resultado do significativo desempenho auferido no período, com destaque para o segmento de encomendas, bem como pela efetividade das ações adotadas para a redução dos custos gerados na operação.

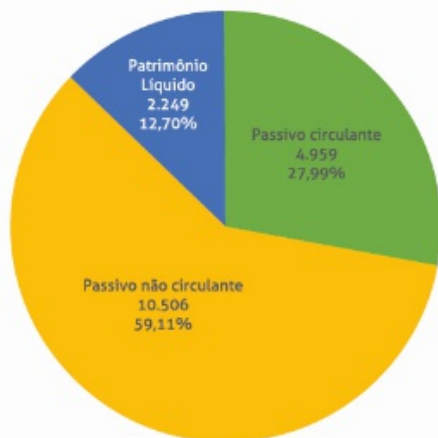
Destaca-se, também, o acréscimo de R\$ 410 milhões nas propriedades para investimento, sobretudo em função dos ajustes a valor justo dos imóveis, no exercício.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$ milhões)				VARIÇÃO	
DESCRIÇÃO	*2019	*2020	2021	2020/2019	2021/2020
Passivo Circulante	4.587	4.421	4.959	-3,62%	12,17%
Passivo Não Circulante	9.601	8.953	10.506	-6,75%	17,35%
Patrimônio Líquido	147	950	2.249	546,26%	136,74%
TOTAL	14.335	14.324	17.714	-0,08%	23,67%

Fonte: DECON/DIEFI.

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2021 (MILHÕES)



Os passivos exigíveis somaram R\$ 15.465 milhões, impactados, principalmente, pelos seguintes fatores: i) acréscimo da obrigação do benefício pós-emprego do PBD, oriundo do reajuste dos benefícios atrelado ao índice nacional de preços ao consumidor (INPC) e da redução no valor justo dos ativos do plano; ii) aumento das obrigações do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) ofertado aos empregados no período; iii) reconhecimento dos dividendos a pagar, considerando o resultado auferido no período, após absorção dos prejuízos acumulados em períodos anteriores.

O acréscimo de 136,74% no patrimônio líquido do exercício deve-se à constituição das reservas de lucros na ordem de R\$ 1.192 milhão, à absorção dos prejuízos acumulados de R\$ 859 milhões e à variação de outros resultados abrangentes, sobretudo em função dos ganhos e perdas atuariais apurados no plano de benefício pós-emprego, que apresentam efeito negativo no patrimônio líquido, na ordem de R\$ 802 milhões.

SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ milhões)					
	*2019	*2020	2021	2020/2019	2021/ 2020
ATIVO	14.335	14.324	17.714	-0,08%	23,67%
Aplicações	536	567	3.635	5,78%	541,09%
Contas a receber	2.585	3.019	3.166	16,79%	4,87%
Tributos a compensar	1.974	1.286	1.318	-34,85%	2,49%
Propriedades para investimento	551	1.005	1.415	82,40%	40,80%
Bens móveis/imóveis	6.160	5.354	5.224	-13,08%	-2,43%
Arrendamentos	1.316	1.634	1.551	24,16%	-5,08%
PASSIVO	14.188	13.374	15.465	-5,74%	15,63%
Folha de pagamento	1.464	1.234	1.438	-15,71%	16,53%
Fornecedores	996	989	1.131	-0,70%	14,36%
Dividendos a pagar	0,00	0,00	251	0,00%	100,00%
Benefício pós-emprego	7.126	6.237	7.166	-12,48%	14,89%
Empréstimos e financiamentos	363	296	154	-18,46%	-47,97%
Convênio Postal Saúde	548	158	133	-71,17%	-15,82%
Arrendamentos	1.341	1.717	1.681	28,04%	-2,10%
Passivos contingentes	396	643	872	62,37%	35,61%
PDI	943	801	1.180	-15,06%	47,32%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	147	950	2.249	546,26%	136,74%
Capital social	3.383	3.383	3.403	0,00%	0,59%
Reservas de Lucros	0,00	0,00	1.192	0,00%	100,00%
Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	4.238	3.341	3.391	-21,17%	1,50%
Outros resultados abrangentes - ORA	(5.082)	(4.936)	(5.737)	-2,87%	16,23%
Prejuízos acumulados	(2.412)	(859)	0,00	-64,39%	-100,00%

Fonte: DECON/DIEFI

Após a análise das Demonstrações Contábeis 2021, constatou-se que houve melhora nos indicadores de liquidez, gerada principalmente em virtude do acréscimo das aplicações financeiras e do contas a receber.

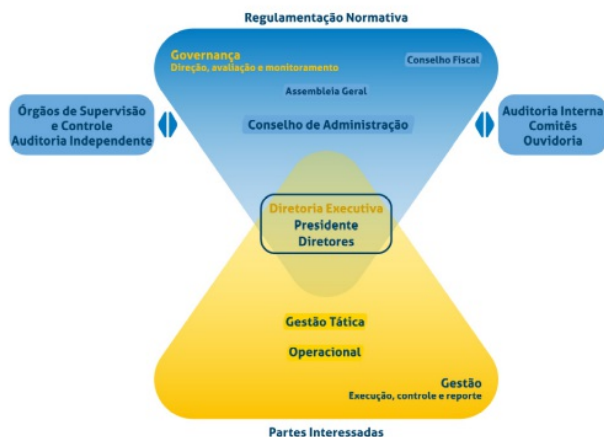
2.4. Governança corporativa

A governança corporativa dos Correios é o sistema pelo qual a empresa é dirigida e controlada. Consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, que envolvem a estrutura organizacional, a regulamentação normativa, os órgãos internos de governança e os órgãos externos de supervisão e controle, voltados a promover o direcionamento estratégico, avaliar e supervisionar a gestão, proteger os interesses das partes interessadas e contribuir para a geração de valor da empresa.

O sistema de governança dos Correios está estruturado para apoiar a empresa na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos. Sob esse aspecto, o fluxo de informações possibilita minimizar possíveis conflitos de interesses ao segregar as funções, o que contribui para assegurar que o processo decisório seja qualificado e bem informado. Além disso, as principais decisões corporativas são, em geral, tomadas coletivamente, por meio de órgãos como conselho, diretoria ou comitês.

Modelo de governança corporativa

De forma estruturada, o modelo de governança corporativa dos Correios apresenta os núcleos de governança e de gestão e a forma como se relacionam para a realização dos objetivos da empresa e para a geração de valor às partes interessadas.



Na arquitetura de governança exibida abaixo são apresentados os elementos e o relacionamento das estruturas de governança:



Destacam-se em 2021, o lançamento do portal de transparência e governança no site dos Correios (www.correios.com.br), que reúne informações sobre o importante papel da governança para promover o direcionamento e o alinhamento da tomada de decisão, de forma a apoiar a empresa na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos. É uma ferramenta fundamental que oferece uma visão de como está estruturada a governança nos Correios.

É possível evidenciar processo contínuo de maturidade da governança, a exemplo das ações explicitadas a seguir:

I. Atualização das principais políticas corporativas, em adequação ao novo modelo adotado pelos Correios e ao Plano Estratégico 2021/2025, assim como do Estatuto Social dos Correios, em alinhamento ao estatuto modelo para as empresas estatais proposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e às melhorias propostas pelo Conselho de Administração da empresa;

II. Elaboração do Regimento Interno dos Correios, trazendo atribuições das áreas até o nível da presidência e das diretorias, em alinhamento às prerrogativas estatutárias, à legislação e às boas práticas de governança corporativa;

III. Na atualização do Plano Estratégico para 2022/2026, aprovado em 27/10/2021, foi ampliado o escopo do objetivo “Assegurar a sustentabilidade”, passando a abordar, além do foco financeiro, o social e o ambiental, em consonância ao princípio “*Environmental, Social and Corporate Governance (ESG)*”, tendo-se por estratégias a otimização dos resultados econômico-financeiro; a garantia da transição de relevância estratégica entre negócios, a evolução da maturidade da governança corporativa e o desenvolvimento das práticas ambientais e sociais dos Correios;

IV. Implantação da nova estrutura organizacional das superintendências estaduais

(SEs), que teve por principal objetivo promover maior autonomia aos respectivos superintendentes, bem como fortalecer a gestão frente aos desafios propostos;

V. Capacitação dos conselheiros, diretores e membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, oriunda do contrato firmado com a empresa Identidade Empreendimentos Ltda;

VI. O reporte da execução e desempenho do plano estratégico é realizado quadrimestralmente à alta administração, consoante o modelo de governança da gestão estratégica, em que os órgãos colegiados (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) têm a oportunidade de acompanhar, à luz do alcance dos objetivos corporativos, o andamento dos processos prioritários, projetos e processos viabilizadores e a captura de benefícios; os resultados dos indicadores estratégicos e, por conseguinte, definir as diretrizes relacionadas ao plano estratégico;

VII. Aprovação e monitoramento pela alta administração, mediante reportes bimestrais realizados pelos órgãos da Diretoria de Governança e pela Auditoria Interna, dos planos de Compliance e Riscos (Pacri), de Auditoria Interna (Paint) e de Controles Internos (Pacin), com vistas a avaliar e emitir direcionamentos de atuação para a gestão, assim como para manter as partes interessadas informadas sobre os resultados da empresa.

2.4.1. Indicadores de governança

Os Correios participam de avaliações de sua governança corporativa, notadamente com o intuito de validar e reforçar as ações e resultados já realizados, mas também detectar eventuais desconformidades ante as boas práticas de mercado e os normativos estabelecidos pelos órgãos de controle e supervisão.



O Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) é um instrumento de acompanhamento anual, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, que tem por objetivo fundamental acompanhar o desempenho da governança das empresas estatais federais no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016.

O resultado do IG-Sest é aferido por nota entre 0 e 10, em que 10 reflete o melhor indicador de governança para a empresa avaliada. Para obtenção da nota, é aplicado questionário com itens de avaliação e pesos, conforme o grau de complexidade na execução do processo.

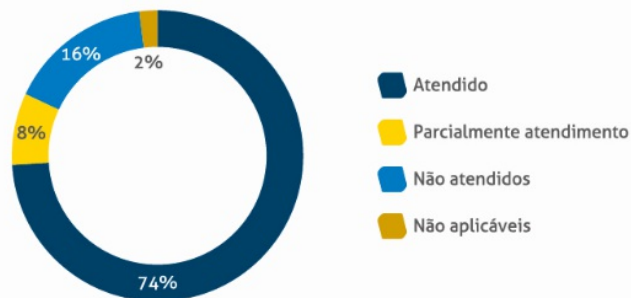
A cada ciclo, a Sest realiza a reavaliação do questionário para que as estatais possam desenvolver ações além daquelas necessárias ao mero cumprimento de requisitos normativos, o que enseja maior esforço das empresas na busca do melhor nível de governança.

Além da avaliação do cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às empresas, principalmente no que se refere à Lei nº 13.303/2016, o 5º ciclo do IG-Sest, realizado em 2021, abrangeu as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o novo estatuto modelo elaborado pela Sest e as recomendações de outras entidades e órgãos, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

No total, 60 empresas foram avaliadas, sendo que a certificação as classificou por grau de governança nos níveis 1 e 2. As empresas responderam a um questionário com 50 questões relacionadas às dimensões de governança, transparência, gerenciamento de riscos e controles.

No 5º ciclo, a empresa foi classificada como nível 2 e atendeu plenamente a 74% dos itens do questionário, conforme avaliação apresentada a seguir:

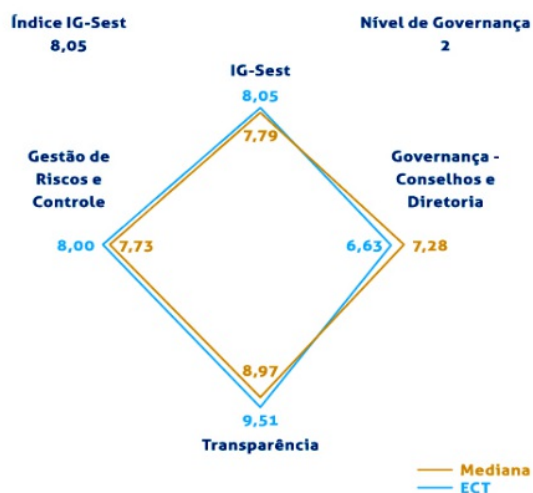
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO



Atendido	74%
Parcialmente atendimento	8%
Não atendidos	16%
Não aplicáveis	2%

Fonte: Relatório de Avaliação IG-SEST 5º Ciclo

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT



Visão geral dos Correios nas avaliações do IG-Sest

NOTA IG-SEST	CICLO	NOTA	NÍVEL
NOTA IG-SEST	1º Ciclo	3,13	3
	2º Ciclo	7,42	2
	3º Ciclo	8,06	1
	4º Ciclo	7,16	2
	5º Ciclo	8,05	2

Esse resultado consolida a maturidade da governança dos Correios, não só garantindo o cumprimento de requisitos legais, mas alinhando-se, cada vez mais, às boas práticas do mercado. Os itens não atendidos representam oportunidades de melhorias, mediante ações a serem desenvolvidas pela empresa, as quais nortearão o amadurecimento da governança e da gestão.

Levantamento de Governança e Gestão Pública - TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança.

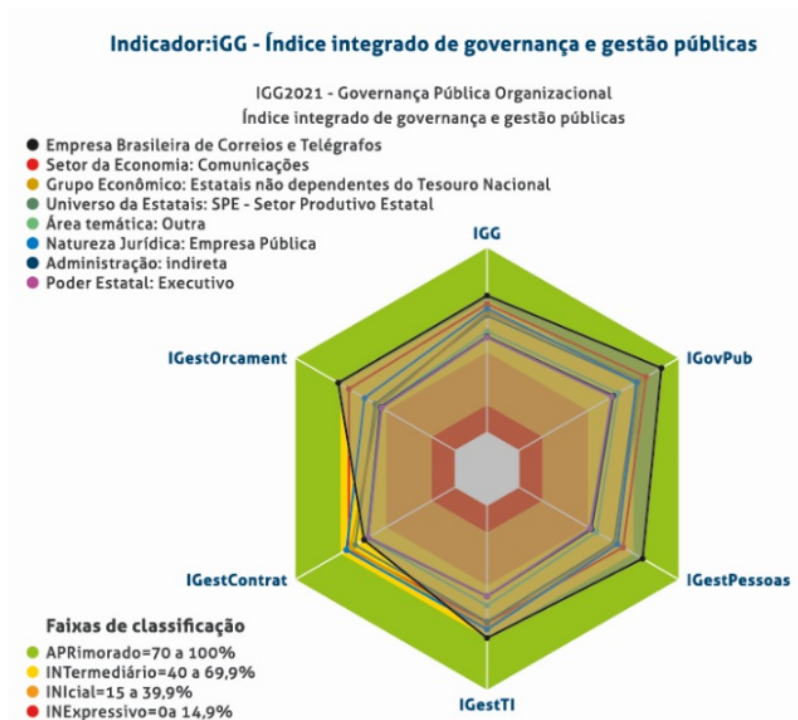
O levantamento de governança e gestão pública é realizado desde 2007 e tem por objetivo obter informações acerca da maturidade da governança e da capacidade de gestão dessas organizações.

Em 2021, foram avaliados 378 órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio do questionário eletrônico de autoavaliação, abrangendo os seguintes temas: governança pública; gestão de pessoas; gestão de tecnologia e da segurança

da informação; gestão de contratações; e gestão orçamentária.

Os Correios registraram uma evolução importante no índice integrado de governança e gestão (iGG-TCU). Apesar do aumento da complexidade da avaliação de 2021, a empresa obteve a nota 73,9%, demonstrando avanço ante 2018, quando alcançou 67% da pontuação.

Na figura abaixo, é apresentado o resultado geral autoavaliação dos Correios. Nela são apresentados os valores do iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), iGovPub (índice de governança pública), iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas), iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI), iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratos) e do iGestOrcament (índice de gestão orçamentária), comparados às médias obtidas pelas organizações do mesmo tipo e segmento, contemplando-se as 378 organizações participantes.



<u>iGG</u> (índice integrado de governança e gestão públicas)	73,9%
<u>iGovPub</u> (índice de governança pública)	88,5%
<u>iGovPessoas</u> (índice de governança e gestão de pessoas)	81,6%
<u>iGestPessoas</u> (índice de capacidade em gestão de pessoas)	76,8%
<u>iGovTI</u> (índice de governança e gestão de TI)	76,9%
<u>iGestTI</u> (índice de capacidade em gestão de TI)	71,3%
<u>iGovContrat</u> (índice de governança e gestão de contratações)	71,0%
<u>iGestContrat</u> (índice de capacidade em gestão de contratações)	57,2%
<u>iGovOrcament</u> (índice de governança e gestão orçamentária)	84,2%
<u>iGestOrcament</u> (índice de capacidade em gestão orçamentária)	73,2%

Medidas adotadas em relação aos indicadores

De forma a aperfeiçoar a governança corporativa dos Correios, os resultados obtidos nos respectivos indicadores subsidiaram diversas ações, ao longo de 2021, das quais destaca-se a inclusão do índice de maturidade do sistema de governança (IMSG) entre os indicadores estratégicos dos Correios, visando, sobretudo, aprimorar a governança e, sobretudo, subsidiar a tomada de decisão pela alta administração, contribuindo para profissionalização e eficiência da gestão e para o cumprimento da missão e função social da empresa, geração de valor ao longo do tempo, perenidade e sustentabilidade financeira.

Para 2022, é prevista a implantação do Plano de Ação de Melhoria do Índice de Governança dos Correios, que tem por finalidade a realização de ações para elevar a

maturidade da governança corporativa dos Correios, consoante os resultados aferidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, no Indicador de Governança (iGSEST) e no Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG-TCU).

2.5. **Do Sistema de Controles Internos**

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado por estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão da alta administração, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle da empresa.

Consoante a Instrução Normativa nº 01/2016 MP/CGU, o controle interno, no âmbito da gestão pública, deve permear toda a organização para essencialmente enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que objetivos e metas sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica, evitando desvios.

A alta administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) possui o dever de prestação de contas sobre o atingimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos e controles internos.

O SCI atua no modelo das três linhas, o que possibilita o melhor entendimento dos papéis da 1ª linha, que possui a responsabilidade pelo gerenciamento e a propriedade dos riscos e controles; da 2ª linha, que são os órgãos responsáveis por orientar, aprimorar e monitorar de forma corporativa a gestão dos riscos e dos controles internos; e da Auditoria Interna dos Correios, que atua de forma independente na 3ª linha.

2.5.1. **Controle Interno**

A estrutura de governança dos Correios conta com órgão que atua em nível de 2ª linha, responsável pela avaliação e pelo monitoramento de controles internos estabelecidos e executados pelos gestores de 1ª linha, nos processos operacionais, de negócios, de suporte e nas unidades operacionais.

As metas de avaliações de controles internos são definidas no Plano Anual de Avaliação de Controle Interno (Pacin), aprovado em Reunião de Diretoria (REDIR), por meio de critérios de priorização e de seleção, considerando os riscos com maior probabilidade de ocorrência e de impacto aos Correios. Por sua vez, os resultados das avaliações são reportados aos gestores e à alta administração, para tomada de decisão.

Os trabalhos realizados avaliam a eficácia dos controles com vistas à apresentação de oportunidades de melhorias para fortalecimento dos controles internos, maior confiabilidade e transparência das informações que subsidiarão a tomada de decisão, assim como para a mitigação de riscos que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos da empresa.

Na execução do Pacin/2021, foram contempladas avaliações de controle em processos operacionais, de negócio, de suporte e em unidades operacionais:

I. Avaliação de controles em processos operacionais, de negócios e de suporte

Realização de avaliações de controles em doze processos operacionais, de negócio e de suporte, conforme tabela a seguir.

CATEGORIA	PROCESSO
Negócio e Suporte	Executar vendas
Negócio e Suporte	Administrar serviços de gestão de pessoas
Negócio e Suporte	Administrar processos econômico-financeiros
Negócio e Suporte	Gerir contratos administrativos
Negócio e Suporte	Definir estratégia de precificação
Negócio e Suporte	Publicidade (notas fiscais)
Operacional	Armazenar
Operacional	Processos de controle de bens móveis
Operacional	Segurança do fluxo postal (extravio)
Operacional	Linha de Transporte Regional (LTR/MA)
Operacional	Unitizadores (devolução e descarte)
Operacional	Unitizadores (devolução)

Fonte: Relatório Anual de Avaliação de Controle Interno (RACIN)

Nas avaliações de controles foram identificadas 568 oportunidades de melhoria, agrupadas de acordo com a tabela a seguir:

GRUPOS DE OPORTUNIDADES DE MELHORIA	QUANTIDADE
Controles gerenciais/acompanhamento da atividade	458
Prevenção de fraudes e conluios	61
Procedimentos de autorização e aprovação	34
Formalização de procedimentos	15
TOTAL	568

Fonte: Relatório Anual de Avaliação de Controle Interno (RACIN)

II. Avaliação de controles em unidades operacionais

Realização de avaliações de controles em 7.182 unidades operacionais, com aplicação de 70.452 testes de controles, sendo identificadas 22.875 não conformidades. Do total de não conformidades, 11.260 (49%) foram regularizadas no decorrer do exercício. A regularização das não conformidades é acompanhada pela equipe do Controle Interno até o saneamento.

UNIDADES OPERACIONAIS	UNIDADES	TESTES	NÃO CONFORMIDADES		REGULARIZADO	
			QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Agências de Correios	6.126	48.002	10.078	21%	587	6%
Centros de Distribuição Domiciliária	847	16.612	9.854	59%	8.524	87%
Centros de Entrega de Encomendas	89	1.608	983	61%	812	83%
Centros de Tratamento	24	1.380	574	42%	407	71%
Centros de Tratamento Internacional	03	203	54	27%	41	76%
Gerências de Controle e Captação	13	311	64	21%	39	61%
Centros de Transporte Operacional	47	1.498	902	60%	746	83%
Centros de Logística Integrada	33	838	366	44%	104	28%
TOTAL	7.182	70.452	22.875	32%	11.260	49%

Fonte: Relatório Anual de Avaliação de Controle Interno (RACIN)

A presença de estruturas de controle interno localizadas nas superintendências estaduais possibilita a avaliação de controles *in loco* mediante a aplicação de testes de controles nas unidades operacionais, avaliando sobretudo se as atividades de controles estabelecidas estão sendo eficazes na prevenção e detecção de não conformidades. A regularização das não conformidades é acompanhada pela equipe do Controle Interno até o saneamento.

Acrescenta-se que, dentre os instrumentos dos Correios que promovem a participação dos usuários, o canal de denúncia constitui um importante instrumento na fiscalização do uso dos recursos e no controle da gestão pública, ao possibilitar o reporte de situações que possam causar perdas financeiras e danos à imagem da empresa.

Por meio do Canal de Denúncia, os casos de fraude, de assédio, de desvios de verbas ou de qualquer fato que venha a comprometer a integridade da empresa podem ser minimizados.

São realizados reportes sobre as quantidades de denúncias recebidas, principais motivos denunciados e *status* das denúncias ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

Disponível aos públicos interno e externo, o registro da denúncia pode ser realizado pela internet, pelo sistema Fale Conosco ou pelo Serviço de Atendimento dos Correios:

I. Serviço de Atendimento, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados das 8h às 14h, exceto feriados, pelos telefones:

3003-0100 (capitais e regiões metropolitanas);

0800-725-7282 (demais localidades) e

0800-725-0100 (para todo o país).

II. Internet: por meio de acesso ao endereço eletrônico:
<https://www.correios.com.br/falecomoscorreios/canais-de-denuncia>

2.5.2. **Controles na elaboração das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Lei nº 6.404/1976, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as demais normas aplicáveis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

O orçamento de investimentos dos Correios foi aprovado pela Lei nº 14.144/2021 (Lei Orçamentária Anual - LOA), de 22 de abril de 2021, que estabelece o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. A LOA foi construída com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 14.116/2020, de 31 de dezembro de 2020.

O Programa de Dispêndios Globais (PDG) 2021 foi aprovado pelo Decreto nº 10.560, de 3 de dezembro de 2020.

Mecanismos de controle e responsabilização

Entre as medidas adotadas para garantir a plena aplicação da norma contábil, considerados os processos que impactam significativamente as demonstrações financeiras, destacam-se:

I. Contratação permanente de auditores independentes para avaliação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais;

II. Contratação anual de empresa especializada em cálculos atuariais para rever e mensurar o valor das obrigações com os benefícios pós-emprego (previdência complementar e assistência à saúde) concedidos aos empregados e dependentes;

III. Verificação anual dos imóveis classificados no ativo imobilizado, que apresentam indicativos de constituição ou reversão de perda, a fim de verificar a necessidade de avaliação dos imóveis para mantê-los reconhecidos pelo seu valor recuperável.

IV. Avaliação, a cada cinco anos, de toda a carteira imobiliária, a fim de validar a consistência da base de indicativos de perda e revisar a vida útil e o valor residual dos imóveis, garantindo que esses ativos estejam registrados pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis.

V. Avaliação anual das propriedades para investimento, de modo a mantê-las reconhecidas a valor justo, conforme disciplina a legislação vigente.

VI. Aprovação pela Diretoria Executiva e manualização da matriz de informação e responsabilidades, que estabelece os prazos e as responsabilidades dos órgãos da empresa para envio das informações necessárias à elaboração das demonstrações contábeis;

VII. Consolidação, orientação e manualização das rotinas e procedimentos necessários à produção tempestiva das informações contábeis úteis, com vistas a produzir e divulgar informações, em conformidade com a legislação vigente;

VIII. Realização de registros contábeis, por meio de instruções automáticas de contabilização entre os módulos do ERP e por integrações "banco a banco" com sistemas ligados;

IX. Monitoramento constante das transações reconhecidas na contabilidade, objetivando oportunidade de melhorias;

X. Disponibilização do aplicativo WebCont para a divulgação dos indicadores relativos à área contábil (índice de incorporação de conciliações), além de padronização e centralização das conciliações contábeis, de modo a permitir a consulta pelas áreas gestoras responsáveis pelos processos que impactam as demonstrações contábeis.

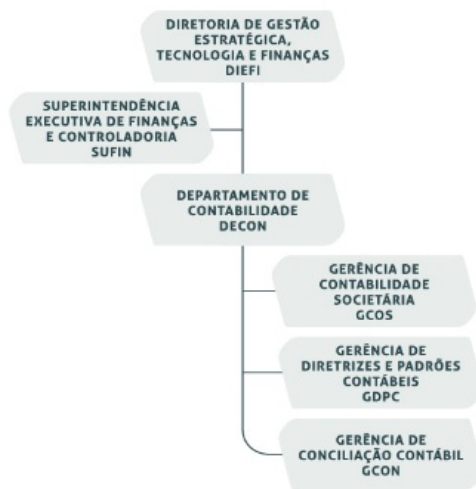
Ressalta-se que a empresa possui, em sua estrutura organizacional, o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário de caráter permanente, que tem por

competências supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações contábeis da empresa e de subsidiárias e controladas; monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis da empresa; revisar, previamente à publicação, as informações contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, e acompanhar o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, entre outras.

Por fim, cabe destacar que os resultados mensais são apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

Informações da área de contabilidade dos Correios

O Departamento de Contabilidade (Decon) possui a função de administrar, controlar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade societária, à contabilidade gerencial e às políticas e diretrizes contábeis. Está subordinado à Diretoria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Finanças (Diefi), conforme demonstrado no organograma a seguir:



Atualmente, a estrutura do Decon é composta por três gerências corporativas, que são responsáveis principalmente pela elaboração das Demonstrações Contábeis (Gcos), pelos lançamentos, composição e conciliação dos fatos contábeis (Gcon) e pela emissão de políticas e diretrizes contábeis que nortearão a contabilização dos fatos contábeis (Gdpc), em consonância à legislação vigente.

Em 2021, a DIEFI contou com a atuação dos responsáveis apresentados a seguir.

NOME	CARGO	FUNÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Hudson Alves da Silva	Contador	Superintendente Executivo - <u>Sufin</u>	01/01/21 a 31/12/21
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Chefe de Departamento - <u>Decon</u>	01/01/21 a 31/12/21
Anderson Nazário da Silva	Contador	Gerente Corporativo - <u>Gcos</u>	01/01/21 a 31/12/21
Giancarlo Pereira Vieira	Contador	Gerente Corporativo - <u>Gcon</u>	01/01/21 a 31/12/21
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo - <u>Gdpc</u>	01/01/21 a 31/12/21

As Demonstrações Contábeis podem ser acessadas, na íntegra, no endereço: [https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras](https://www.correios.com.br/ acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras)

Conclusões da auditoria independente

Em 2022, os Correios receberam o relatório de auditoria independente do exercício de 2021, o qual possui a seguinte opinião:

“Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT (“Empresa” ou “ECT”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT em 31 de dezembro

de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

2.6. Da Gestão de riscos

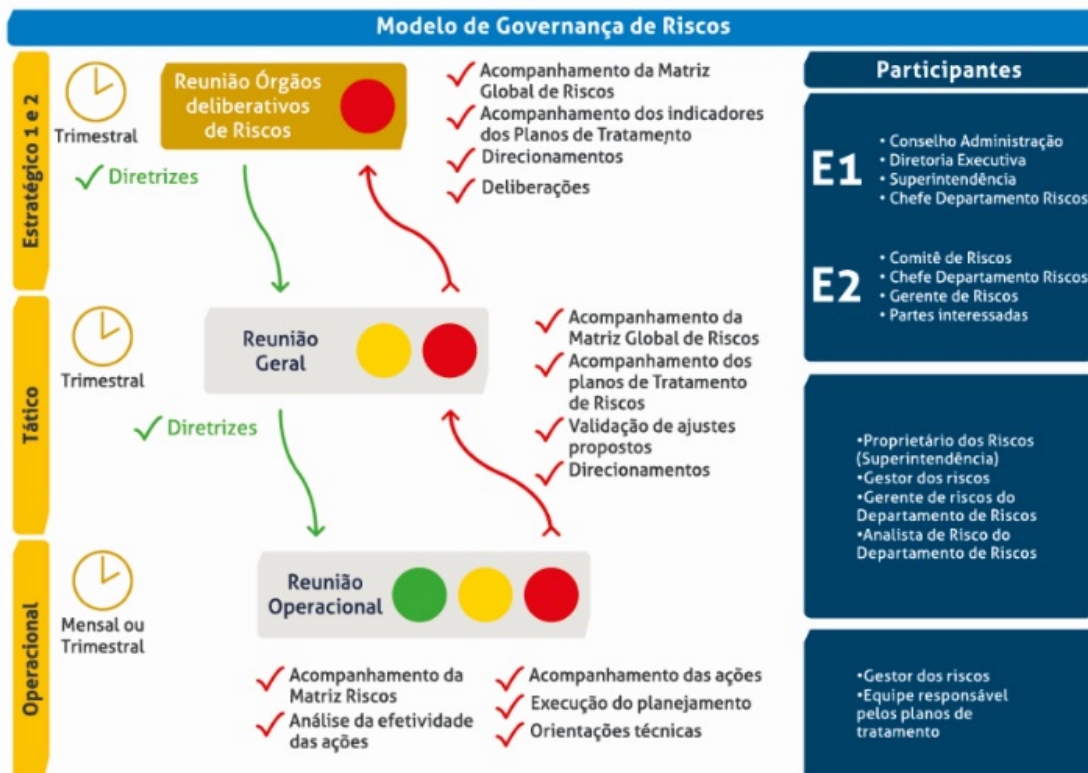
A área responsável pela gestão de riscos é vinculada à Diretoria de Governança e liderada por diretor estatutário. A gestão de riscos corporativa nos Correios não somente auxilia, mas norteia a tomada de decisão, contribuindo e tornando o ambiente mais seguro para a concretização dos objetivos corporativos, a partir da identificação, análise dos riscos associados aos negócios e aos processos da empresa e da definição de mecanismos de controle para mitigá-los.

Em 31/05/2017, foi aprovada pelo Conselho de Administração dos Correios a Política Corporativa de Gestão de Riscos, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidos pela gestão corporativa de riscos nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, consoante os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, e a reduzir os riscos a níveis aceitáveis com aumento da probabilidade de concretização dos objetivos da empresa.

São princípios e diretrizes da Política Corporativa de Gestão de Riscos dos Correios:

- I. Comprometimento da alta administração;
- II. Integração da gestão de riscos ao plano estratégico, processos prioritários, projetos e processos viabilizadores;
- III. Criação e proteção de valor da organização, sendo parte da tomada de decisão;
- IV. Promoção da melhoria contínua da organização;
- V. Acompanhamento das decisões sobre riscos prioritários, com reporte à alta administração; e
- VI. Desenvolvimento contínuo dos empregados em gestão de riscos.

De acordo com o modelo de governança de riscos, é realizado o monitoramento global dos riscos corporativos nos diversos contextos mapeados. O modelo também abrange planos de tratamento de riscos, em um fluxo de decisões e informações de acompanhamento, além da estruturação dos riscos em níveis, conforme seus impactos organizacionais.



As funções e os deveres dos papéis e responsabilidades do sistema de gestão de risco são fortalecidos pela aplicação do modelo das três linhas, em alinhamento ao modelo do Instituto de Auditores Internos (IIA), sendo: a 1ª linha representada pelos empregados, gestores e órgãos que possuem a responsabilidade do gerenciamento e da propriedade dos riscos; a 2ª linha responsável por fornecer *expertise*

complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos – nesta linha enquadra-se a área corporativa de gestão de riscos; e a 3ª linha cuja atribuição é a de comunicar a avaliação e assessorar, de forma independente e objetiva, as diretorias e o Conselho de Administração sobre a gestão de riscos, de forma a apoiar o alcance dos objetivos organizacionais, promover e facilitar a melhoria contínua.

Categorias de riscos empresariais consideradas pelos Correios

Os Correios, assim como toda organização, estão sujeitos a riscos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais. Para melhor gerenciamento, a empresa classifica os riscos em categorias, conforme a seguir, observadas as características do mercado em que atua e suas particularidades:

	Estratégicos Podem impactar a consecução do Plano Estratégico. Estão estreitamente relacionados à missão, às metas ou aos objetivos dos Correios.		Financeiros Podem ocasionar o endividamento, comprometer a capacidade de investimentos, causar desequilíbrio entre ativos e passivos e/ou afetar a capacidade de liquidação das obrigações da empresa.
	Reputacionais Podem ocasionar perdas decorrentes do desgaste do nome da empresa com as partes interessadas, em razão da divulgação de informações diversas, inverídicas ou distorcidas, que venham a depreciar a sua imagem.		Socioambientais Eventos advindos de decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos conduzidos pela empresa, que podem causar danos ao meio ambiente ou à sociedade.
	Legais Podem ocasionar perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes do descumprimento de leis, regulamentos e outros normativos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos ou mesmo de fragilidades contratuais.		Mercado Eventos decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas, nos marcos regulatórios e modelos de negócios no país ou no exterior, que podem impactar a manutenção, o desenvolvimento e a implementação de negócios, produtos e serviços, bem como a participação da empresa no mercado e o seu relacionamento com clientes e fornecedores.
	Operacionais Podem ocasionar perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, processos e sistemas, podendo ter origem interna ou externa.		Integridade Eventos relacionados à vulnerabilidade institucional, abrangendo a conduta impropria do agente público, terceiros e demais partes interessadas decorrentes de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta ética e integridade, além de regulamentos internos, que possam acarretar em corrupção, fraude, conflito de interesses e nepotismo, dentre outros.
	Segurança Eventos relacionados às vulnerabilidades que podem comprometer a segurança de dados, de informações, do fluxo postal, dos ambientes produtivos e das pessoas neles inseridas.		

Os Correios conferem atenção especial à gestão de riscos classificados na categoria estratégico, atribuindo prioridade na execução das ações de controle. Anualmente, quando da atualização do Plano Estratégico, os fatores dos riscos estratégicos também são revistos, para adequação das ações de controle, por meio do uso de ferramentas e metodologias específicas.

O Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri) estabelece os processos prioritários para aplicação do método corporativo de gerenciamento de riscos, além das principais ações a serem executadas pelas áreas para elevação do nível de maturidade na gestão de riscos, assegurando uma maior eficiência e segurança no processo de tomada de decisão e alcance dos objetivos organizacionais.

Visando ao aumento da maturidade da gestão de riscos dos Correios, em 2021, foram desenvolvidas ações nas temáticas relativas às políticas e diretrizes, critérios, métodos, padrões e ferramentas, fortalecimento da cultura, treinamento e comunicação, coordenação do processo de gerenciamento de riscos e monitoramento de riscos.

Como resultado, os mapeamentos de riscos seguiram evoluindo, sendo realizados reportes de forma sistemática à alta administração para monitoramento dos riscos prioritários e estratégicos e do respectivo plano de controle.

Fatores de risco

A Matriz SWOT é uma das ferramentas que auxiliam a identificação dos fatores de riscos, das causas e consequências, pois contempla a análise de: forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*).

A análise realizada em 2021 permitiu identificar fatores de risco para os Correios

decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, socioambientais, econômicas, judiciais, bem como em marcos regulatórios e modelos de negócios no país e no exterior, que podem impactar a manutenção, o desenvolvimento e a implementação de seus negócios, produtos e serviços, bem como a sua participação no mercado e o seu relacionamento com as partes interessadas.

De forma geral, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade dos efeitos socioeconômicos da pandemia de covid-19. Com o crescimento do *e-commerce*, surgiram fatores de riscos inerentes ao uso incessante e dependente das plataformas digitais integradas e à busca pela competitividade e relevância no mercado.

A empresa busca inovar no mercado das comunicações em face do recrudescimento da substituição das correspondências em suporte de papel por novas mídias, sendo imperativa a evolução digital.

Outro aspecto a ser considerado no contexto dos fatores de riscos é a constante necessidade de adaptação às regulamentações de práticas socioambientais.

Na atualização do Plano Estratégico, foi realizada a revisão e a atualização dos riscos estratégicos. Todos os riscos estratégicos são monitorados com acompanhamento do nível de criticidade e do avanço das ações previstas nos planos de tratamento, visando assegurar o devido gerenciamento dos riscos e cumprimento do plano de tratamento para fins de mitigação dos impactos advindos de eventual materialização.

É importante ressaltar que, como estatal não dependente de recursos da União, os Correios se utilizam de receita própria para custear toda a sua operação. Os resultados advindos da prestação dos serviços no mercado concorrencial (não exclusivo) são essenciais para o cumprimento de políticas públicas e custeio da universalização dos serviços postais. Sob esse aspecto, a empresa contempla, em seu plano de tratamento de riscos, ações para a manutenção do equilíbrio de receitas, custos e despesas visando garantir a sustentabilidade financeira.

Compliance

O compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência, à integridade, à conduta ética e ao fortalecimento institucional, ao tempo em que busca a solidificação de um ambiente de negócio íntegro, no qual a ética é valorizada como diferencial competitivo.

As atividades de compliance e de gestão de riscos nos Correios são executadas por meio da adoção de um conjunto de políticas, procedimentos, métodos, regras e práticas que visam garantir a conformidade das atividades do negócio com a legislação vigente, com as normas internas e com os valores e padrões éticos estabelecidos. Nesse sentido, o Programa de Integridade dos Correios é aprimorado continuamente por meio da execução do Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri), que visa prevenir, detectar e responder às vulnerabilidades da empresa e, ainda, fomentar o aumento da maturidade e cultura em gestão de riscos.

Em 2021, os Correios adotaram um conjunto de ações de boas práticas de compliance, com destaque para:

I. *Realização de 302 ações de comunicação, com destaque para a utilização de mensagens (nudges) na temática de integridade, que foram direcionadas a todos os empregados, em especial aos carteiros e aos atendentes comerciais;*

II. *Disponibilizados 16 cursos na plataforma de educação à distância (EaD) da Universidade dos Correios, que resultaram em 61.684 participações;*

III. Publicação do manual de tratamento de situações de conflito de interesses e do manual de procedimentos para recebimento e oferta de brindes, presentes, hospitalidades e participação em eventos;

IV. Realização do Fórum do Sistema de Gestão de Compliance, que, em sua primeira edição, teve por foco a identificação de ações de curto prazo para mitigação do risco de extravio de objetos postais;

V. Implantação do modelo de agente de compliance e riscos nas superintendências estaduais, resultando na ampliação da atuação da área de compliance nos estados;

VI. Monitoramento da evolução das políticas e procedimentos de integridade e gestão de riscos das entidades ligadas ao Correios: Postalís e Postal Saúde.

Programa de Integridade

Representa uma evolução da empresa em relação às inovações trazidas pela Lei nº

13.303/2016 e pelo Decreto nº 8.945/2016, no que se refere à adoção de práticas de controles internos e de integridade, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar irregularidades. O programa é constituído por cinco dimensões que concentram ações de comprometimento da alta administração, riscos para a integridade, políticas e procedimentos, treinamento e comunicação e adoção de medidas de remediação e detecção.

O contínuo aperfeiçoamento do programa de integridade, por meio das suas cinco dimensões, promove a execução, de forma coordenada, de medidas, planos, políticas, diretrizes, normas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à integridade. Informações adicionais sobre o programa de integridade estão disponíveis no site dos Correios: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/transparencia-e-governanca/compliance/compliance>



2.7. Governança das entidades ligadas aos Correios

Dentre as ações de governança executadas pelos Correios, destaca-se a supervisão das entidades ligadas, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 22/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Os Correios são patrocinadores do Instituto de Previdência Complementar (Postalis) e mantenedores da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (Postal Saúde).

O Postalis foi criado em 1981, com o objetivo de instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, conforme descrito no art. 4º do seu Estatuto Social, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos termos da Portaria nº 308 - Previc, de 15/04/2020.

É uma entidade fechada de previdência complementar, de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multiplano, a teor do disposto no art. 1º e parágrafo único de seu Estatuto Social.

A Postal Saúde, constituída em abril de 2013 e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, é uma associação civil, sem fins lucrativos e tem por objetivo precípua operar planos privados de assistência à saúde, proporcionando aos seus associados assistência à saúde, nas formas disciplinadas nos regulamentos específicos.

Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômico-financeira e a qualidade dos serviços prestados pelas entidades ligadas, destacam-se as seguintes ações de supervisão realizadas em 2021:

- I. Aprovação e execução, em 2021, do Plano Anual de Supervisão das Entidades (Pasen), visando viabilizar a regularidade e a efetividade na execução das atividades de supervisão das entidades ligadas, utilizando-se de metodologias específicas;
- II. Elaboração de relatórios semestrais sobre a gestão do patrocínio de planos de benefícios, em atendimento à Resolução CGPAR nº 09/2016 (art. 2º, inciso III);
- III. Elaboração da cartilha de assessoramento aos conselheiros indicados nas entidades ligadas, em cumprimento à Resolução CGPAR nº 09/2016 (art. 2º, inciso

II);

IV. Aprovação de relatório consolidado de 2020 sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, com posterior remessa ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e ao Comitê Estatutário de Auditoria, em atendimento à Resolução CGPAR nº 22/2018 (art. 3º);

V. Aprovação do Plano de Metas para a Diretoria Executiva da Postal Saúde, referente ao exercício 2022, em atendimento aos artigos 6º e 8º, ambos da Portaria nº 17.726/2020, que regulamenta a Resolução CGPAR nº 22/2018.

Outras ações desenvolvidas pela empresa, envolvendo as entidades ligadas:

I. Implantação da cobrança integral para custeio do plano de saúde pelos ex-empregados e aposentados, em atendimento ao art. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998;

II. Avaliação da economicidade de manutenção do patrocínio do plano de benefício gerido pelo Postalís, em atendimento à Resolução CGPAR nº 25/2018;

III. Encaminhamento ao Ministério das Comunicações para posterior análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação, Governança das Empresas Estatais (Sest) da proposta de equacionamento do déficit do Plano de Benefício Definido (PBD) e de alteração regularmentar do Plano de Benefício (PBD) do Postalís, aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

IV. Aporte de garantias financeiras à Postal Saúde para cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF) da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), visando garantir a redução da Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar (PESL).

2.8. Descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios³ tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016 – que regulamenta a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) encaminhadas por meio do Ofício Circular 252/2021/ME, de 05/02/2021. Essa prática tem por objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

A remuneração média mensal e o total da remuneração em 2021 dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão demonstrados no quadro a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2021
Floriano Peixoto Vieira Neto	24/06/2019	-	4.795,97	57.551,60
Carlos Henrique Ernanny de Mello e Silva	26/11/2020	27/10/2021	5.970,98	59.709,78
Ruy do Rego Barros Rocha	03/08/2016	-	4.721,03	56.652,36
Gilberto Barbosa Moreira	26/09/2019	26/01/2021	3.896,74	3.896,74
Vitor Elísio Goes Oliveira Menezes	28/01/2021	17/08/2021	3.746,85	29.974,80
Flávia Duarte Nascimento	20/10/2021	-	4.256,42	12.769,26
Marcelo Gomes Meirelles	26/09/2019	07/10/2021	4.151,51	41.515,10
Maximiliano Salvadori Martinhão	20/10/2021	-	2.997,48	8.992,44
Bernardo Sylvio Milano Netto	31/10/2019	08/10/2021	4.166,50	41.664,97
Maurício Fortes Garcia Lorenzo ⁽¹⁾	26/09/2018	-	5.457,96	65.495,57

⁽¹⁾ Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS e PostalPrev

CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2021
Gerson Nogueira Machado de Oliveira	25/09/2019	-	4.496,22	53.954,64
José Renato Correa de Lima ⁽¹⁾	06/08/2020	-	5.395,46	64.745,52
Renato Perez Tucci	03/12/2020	-	4.496,22	53.954,64
Sérgio Alonso da Costa ⁽²⁾	24/11/2020	-	374,69	4.496,22

⁽¹⁾ Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS

⁽²⁾ Conselheiro suplente

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Remuneração dos membros	Valores em R\$ (2021)
Número de membros:	09
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.071.824,24
a) salário ou pró-labore	3.800.074,20
b) benefícios diretos e indiretos	271.750,04
c) remuneração por participação em comitês	
c) remuneração por participação em comitês	
d) outros	
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i))	
e) bônus	
f) participação nos resultados	
g) remuneração por participação em reuniões	
h) comissões	
i) outros	
III - Total da Remuneração (I + II)	4.071.824,24
IV - Benefícios pós-emprego	
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	
VI - Remuneração baseada em ações	

Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no Relatório Integrado ou por meio de acesso à página dos Correios: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores>

2.9. Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou na 3ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração dos Correios, ocorrida em 09 de maio de 2022, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2021, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Maximiliano Salvadori Martinhão
Presidente do Conselho de Administração

Floriano Peixoto Vieira Neto
Presidente dos Correios e membro do Conselho de Administração

Daniel Mejdalani Follain
Membro do Conselho de Administração

Flávia Duarte Nascimento
Membro do Conselho de Administração

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Membro do Conselho de Administração

Ruy do Rêgo Barros Rocha
Membro do Conselho de Administração

[1] Conselheiro eleito representante dos empregados, em conformidade à Lei nº 12.353/2010

[2] Estatística publicada em http://pls.upu.int/pls/ap/spp_report.main2020?p_language=ANS&p_choice=BROWSE.

[3] Os Correios, por atuarem em regime concorrencial, divulgam a remuneração de seus dirigentes/administradores, em conformidade com a Instrução Normativa nº 480/2009 da CVM e consoante as disposições dos arts. 5º, § 1º, do Decreto nº 7.724/2016 c/c art. 173 da Constituição Federal, constante do Parecer nº 4296, de 18/04/2017 da CGU.



Presidente, em 10/05/2022, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Mejdalani Follain, Conselheiro de Administração Titular**, em 10/05/2022, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhao, Conselheiro de Administração Titular**, em 10/05/2022, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Duarte Nascimento, Conselheiro de Administração Titular**, em 10/05/2022, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ruy do Rego Barros Rocha, Conselheiro de Administração Titular**, em 10/05/2022, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Fortes Garcia Lorenzo, Conselheiro de Administração Titular**, em 25/05/2022, às 08:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31100613** e o código CRC **F971BDEF**.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

EXERCÍCIO 2022

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 34.028.316/0001-03 **NIRE:** 5350000030-5

Sede: Brasília/DF

Tipo de estatal: Empresa Pública de Direito Privado

Acionista controlador: União, representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Tipo societário: Não definido

Estrutura de capital: Fechado

Setor de atuação: Serviços

Audidores Independentes atuais da empresa:

Crowe Consult Auditores Independentes

Nome: Paulo Sérgio da Silva

Telefone: +55 41 3350-6013/6029

E-mail: paulo.sergio@consultaauditores.com.br

Conselheiros de administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa:

Sônia Faustino Mendes

Fabiano Silva dos Santos

Flávia Duarte Nascimento

Gustavo Gimenez Nonato

Ruy do Rêgo Barros Rocha

Data de divulgação: 31/05/2023

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Da função social e do interesse público

O serviço postal teve a sua origem no Brasil, em 25 de janeiro de 1663, com a instalação do Correio-mor na então colônia portuguesa. Nos termos do art. 21, X, da Constituição Federal, foi estabelecido pelo constituinte originário a competência exclusiva da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional. O serviço postal não é mantido de forma direta pela União, sendo essa atividade desempenhada pelos Correios.

Os Correios são uma empresa pública criada em 1969 para prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro. Vinculada ao Ministério das Comunicações, possui capital social de R\$ 3.403 milhões, integralmente constituído pela União, sendo regida por seu Estatuto Social e pelas normas aplicáveis (Decreto-lei de criação nº 509/1969, Leis nºs 6.404/1976, 6.538/1978, 12.490/2011, 13.303/2016 e Decreto nº

8.945/2016).

A prestação do serviço postal, atribuída à União pela Constituição Federal, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, estejam presentes em todo o território nacional, dispendo de infraestrutura para a execução de operações compatíveis com o gigantismo do Brasil. Para tanto, aos Correios é atribuída a responsabilidade de manter os serviços postais em todo o território nacional, cumprindo-lhe atender aos princípios de universalização desses serviços. Para tanto, com fundamento no art. 3º da Lei 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais, conferiu-se ao ministério supervisor estabelecer requisitos para regular os serviços postais.

Por meio da Portaria Ministerial nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações, foram estabelecidas as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade a serem observados pelos Correios.

Alinhados às políticas públicas, os Correios desenvolvem atividades que atendem a sua função social, consoante o disposto no art. 132 do seu Estatuto Social:

[...]

"Art. 132. A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério supervisor"

Sob a ótica do Plano Estratégico, o cumprimento dessa função social pela empresa foi incorporado no processo de atualização do Plano Estratégico Correios 2022/2026, por meio do compromisso em manter a universalização, alinhado ao interesse público e aos ditames da portaria ministerial. Pertencendo ao Plano Estratégico da empresa, visa promover melhorias na operacionalização dos serviços e na eficiência dos recursos empregados pela empresa na consecução das metas de universalização dos serviços postais definidas pelo Governo.

Com uma vasta rede de canais de atendimento, a empresa beneficia toda a população brasileira, conectando pessoas e organizações onde quer que estejam, em 5.553 municípios do país, ao prestar serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, atuando também na incorporação das tendências inovadoras e desafiadoras do mercado internacional e doméstico, que estão marcando a evolução dos serviços postais em curso no mundo inteiro.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, que fortalece a sua função social de agente de integração nacional ao garantir à população o acesso à cidadania e a diversos serviços de governo, os Correios, acompanhando o crescimento do mercado de encomendas, possuem atuação destacada na área concorrencial, oferecendo um portfólio de soluções modernas e inovadoras no mercado de encomendas e de logística, especialmente desenhados para lojistas, empreendedores e clientes do comércio eletrônico, sendo outros serviços expandidos para melhor se adequarem ao ambiente digital. Com abrangência em todo o território nacional para atender à sociedade, os Correios ofertam produtos e serviços organizados em linhas de negócios, explicitados no subitem 2.1.1 desta Carta Anual.

Como agente de integração nacional, os Correios cumprem o seu papel social ao garantir à população o acesso à cidadania, por meio da disponibilização de diversos serviços de governo em um único lugar, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, ampliando assim a oferta de serviços públicos, com mais comodidade, qualidade e agilidade no atendimento, assim como a execução de políticas públicas diversas. Com mais de 80 contratos vigentes, o Balcão do Cidadão posiciona os Correios como um canal de acesso a serviços de interesse do cidadão. Em 2022, o Balcão do Cidadão obteve reconhecimento internacional, recebendo o prêmio *World Post & Parcel Awards* na categoria "Serviço ao Cliente".

Os Correios têm a missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas. A partir do código de endereçamento postal (CEP), a empresa atua como um das maiores outorgadoras de cidadania aos brasileiros, pois, por meio da estruturação completa dos endereços, permite-se o recebimento de serviços básicos (água, saneamento e eletricidade), contas bancárias, programas sociais e correspondências. Em 2022, foram criados e atualizados mais de 60 mil CEPs de logradouros em mais de 65 cidades (aumento de 20 cidades em relação a 2021), beneficiando mais de três

milhões de habitantes. Como resultado, esse papel de agente de integração nacional assume relevância na composição da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país.

Os Correios mantêm parcerias, convênios e operações relevantes que trazem benefícios para a execução de políticas públicas nacionais nas áreas de educação e saúde no país, as quais reforçam a responsabilidade social da empresa. As principais operações realizadas em 2022 foram:

I. Programa Nacional do Livro Didático: distribuição de 99 milhões de livros didáticos, acondicionados em aproximadamente 9 milhões de encomendas, para atender cerca de 140 mil instituições de ensino;

II. Revalida: exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior, com entrega de aproximadamente 42 mil provas, em 24 localidades de 10 municípios;

III. Programa Leve Leite: entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. O serviço envolve o armazenamento e a distribuição mensal de 320 toneladas de leite, atendendo 320 mil alunos;

IV. Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais: transporte e distribuição de mais de 1.600 toneladas de medicamentos e produtos correlatos nos 853 municípios de Minas Gerais;

V. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): distribuição de 6,8 milhões de provas em 1.747 municípios, em uma janela de três horas para atendimento da logística do exame;

VI. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja): entrega de 3.076.186 provas em 622 municípios das 27 unidades da federação.

Apoiar o recebimento e/ou transporte de donativos destinados às vítimas nos municípios e estados em situação de emergência ou calamidade pública oficialmente decretadas engrandece a atuação social da empresa. Os Correios foram responsáveis pelo transporte gratuito de toneladas de mantimentos, em solidariedade à população dos Estados de Minas Gerais e Bahia, que sofreram com intensas chuvas. Em Minas, foram transportadas cerca de 270 toneladas de donativos para apoio à população afetada. Para a Bahia, houve a entrega de 4,2 toneladas de donativos e 1.920 kits contendo materiais de primeiros socorros.

Acrescenta-se que a Lei nº 12.490/2011 ampliou o âmbito da atuação dos Correios ao permitir a realização de operações no exterior, dentro das atividades previstas no seu objeto social, a constituição de subsidiárias e a aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também é permitida. Por esta lei, observada a regulamentação do Ministério das Comunicações, os Correios podem firmar parcerias comerciais que agreguem valor a sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de seus canais de atendimento.

Em direção à concretização da sua visão de futuro de ser uma plataforma física e digital integrada, de excelência, para o fornecimento de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas, vários desafios devem ser superados para que a empresa siga no seu propósito de manter-se sustentável, garantindo a excelência, o crescimento nos mercados concorrenciais e a universalização dos serviços postais.

No segmento concorrencial, os Correios conquistaram um importante protagonismo, que resultou no fortalecimento do seu papel de parceiro do e-commerce nacional e internacional, ao prestar apoio a micro e pequenos empreendedores nas estratégias de comércio eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade de seus negócios, constituindo um importante instrumento de fomento à economia do Brasil.

Merece destaque a estruturação e o aperfeiçoamento de iniciativas para satisfação dos clientes e para a orientação aos pequenos empreendedores sobre as alternativas para tornar seus negócios mais eficientes no ambiente on-line. O programa AproxIME tem por objetivo apoiar micro e pequenos empreendedores nas estratégias de comércio eletrônico no seu dia a dia. Em 2022, foram realizadas 21 lives, abordando diversos temas sobre e-commerce que contaram com a presença de renomados influenciadores do mercado digital e 7.825 consultorias contendo análises de sites e políticas de fretes para micro e pequenos empreendedores que possuem loja virtual.

Com abrangência em todo o território nacional, os Correios têm investido na diversificação dos canais de comunicação, digitais e presenciais, para relacionamento com empresas, governos, consumidores e cidadãos de forma eficiente, conveniente

e mais próxima, conforme a realidade de cada mercado. As principais soluções de atendimento consistem na disponibilização de uma plataforma de atendimento que possibilita uma experiência multicanal aos clientes; a viabilização do Ponto de Coleta, canal que será operado mediante credenciamento de comércios varejistas para a prestação de serviços de captação e retirada de encomendas; a implantação do canal Correios Empresas para clientes com contratos; a instalação de *lockers*, armários inteligentes que podem ser acessados 24 horas por dia e o app Correios, considerado um dos maiores canais digitais dos Correios, com 12 milhões de usuários; Portal Correios, com mais de 108 milhões de páginas/mês, figurando entre os 30 sites mais acessados do país, entre outros.

Os Correios integram a rede postal mundial constituída pelos operadores designados dos 192 países-membros da União Postal Universal (UPU), possibilitando o intercâmbio de objetos postais em escala global. A atuação dos Correios na UPU é reconhecida internacionalmente e foi um fator primordial para que o Brasil tenha sido eleito para o Conselho de Operações Postais (COP) da UPU e escolhido para ocupar a vice-presidência do COP representativa das Américas no período 2021-2025. Os Correios também participam ativamente de fóruns e organizações postais regionais, como a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), a Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (Aicep) e a Comissão Temática de Assuntos Postais (Ctap) do Mercosul.

2.2. Das políticas públicas

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual (PPA). É papel do PPA, além de declarar as escolhas do governo e da sociedade, indicar os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orientar taticamente a ação do Estado para a consecução dos objetivos pretendidos.

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, instituído por meio da Lei nº 13.971/2019, abrange os seguintes programas direcionados aos Correios: Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais e o Programa Conecta Brasil, que têm por objetivo promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

Tabela 01- PPA 2020-2023

Programas	Ações	METAS PPA 2020-2023 (R\$ milhões)				Total
		2020	2021	2022	2023	
Programa Temático: 2205 - Conecta Brasil	146w - Adequação da infraestrutura dos Correios	47	0	67	45	159
Programa de Gestão: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	20PU - Manutenção da infraestrutura dos Correios	314	359	169	137	979
	4102 - Manutenção e adequação das infraestruturas de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	251	276	92	73	692
	4103 - Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	221	273	179	119	792
TOTAL		833	908	507	374	2622

Fonte: DIEFI

A Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações (Mcom) estabelece as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postal, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade a serem observados pela empresa.

Oriundos dessas diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os indicadores estratégicos de universalização visam assegurar a oferta de atendimento postal e mensurar o percentual de distritos atendidos com entrega postal externa em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

As metas definidas para os indicadores estratégicos “Universalização Atendimento” (universalização do atendimento postal básico - UAPB) e “Universalização Distribuição” (percentual de distritos com entrega postal externa - PDPE) também derivam da portaria. A expansão dos serviços de atendimento e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta importante para a integração do país e o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

2.3. Análise dos administradores relativa ao desempenho no

atendimento às políticas pública

2.3.1. Indicadores, metas e resultados

No processo de atualização do Plano Estratégico Correios 2022/2026, foi reforçado o compromisso de manter a universalização, alinhado ao interesse público e aos ditames da Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações (Mcom) para acompanhamento do desempenho dos indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos.

As metas dos indicadores visam assegurar a existência e a disponibilidade de oferta dos serviços postais básicos em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis.

Destaca-se o desempenho desses indicadores oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios. As respectivas metas em 2022 obtiveram percentuais de realização próximos de 100%.

Indicadores relacionados a manter a universalização

Tabela 02- Indicadores relacionados a manter a universalização

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)	VARIÇÃO 2022X2021 (B/C) -1
	2020	2021 (C)	2022 (B)			
Universalização Atendimento	97,46%	97,88%	97,96%	98,65%	99,30%	0,08%
Universalização Distribuição	89,20%	92,57%	95,72%	93,00%	102,92%	3,40%

O indicador **Universalização Atendimento**, relacionado à universalização do atendimento postal básico (UAPB), mensura a oferta de atendimento postal por meio da relação entre a quantidade de posições de atendimento existentes e a quantidade de posições de atendimento necessárias para o atendimento em cada município, conforme diretrizes de universalização estabelecidas por meio da Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações. As metas são recalculadas anualmente, de forma a garantir a oferta de 100% das posições de atendimento ao final do quarto ano, em 2024. O indicador obteve o resultado de 97,96%, sendo ofertadas 9.456 posições de atendimento. A meta para o período não foi atingida devido à dificuldade em designar empregados para realizar o atendimento nas agências localizadas em áreas distantes do centro urbano e pelo desinteresse dos empregados em assumir as funções de gestão das unidades nessas localidades. Dentre as ações em andamento para reverter esse resultado, destacam-se: apoio nas negociações com as prefeituras municipais, criação de canais alternativos de atendimento e ações de melhoria para uma maior atratividade na alocação de pessoal nessas localidades.

O indicador **Universalização Distribuição** mensura o percentual de distritos com entrega postal externa (PDPE), com população igual ou superior a 500 habitantes, e tem por objetivo acompanhar a ampliação do serviço de entrega postal externa, ou seja, a entrega de objetos postais que não ocorre nas unidades da empresa (entrega interna), conforme as metas definidas na Portaria nº 2.729/2021. Para 2022, foi estabelecida a meta de implantação da entrega externa em 93% (9.136) dos distritos existentes, tendo-se alcançado um percentual de distribuição de 95,72% de distritos com entrega externa implantada (9.409), resultando em 102,92% de realização da meta.

Dadas as informações mais recentes divulgadas pela UPU, como referencial comparativo externo tem-se o resultado estatístico postal médio, para o ano de 2020, de 81,9% da população com distribuição postal em casa na América Latina e no Caribe, e de 77,83% no mundo.

Para 2023, foram aprovadas as metas de universalização do atendimento postal básico e de universalização da distribuição de 99,64% e 96,50%, respectivamente, conforme diretrizes estabelecidas na Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações.

2.3.2. Comentários e conclusões dos administradores

Os resultados das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos, estabelecidos aos Correios pelo Ministério das Comunicações, por meio da Portaria nº 2.729/2021, apresentaram os percentuais de realização de 99,30% para o

indicador de universalização do atendimento e de 102,92% para o de universalização da distribuição. Isso demonstra os esforços dos Correios para cumprir as diretrizes estabelecidas e o fortalecimento da sua função social com a expansão dos serviços de atendimento e de entrega postal externa para a população brasileira, meta de extrema importância para a integração do país e para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

No contexto de promover a integração social do Brasil, com extensão territorial superior a 8,5 milhões de km², os Correios destacaram-se pelo atendimento de uma área média de cobertura de 774,0 km² para cada unidade de correio instalada. Isso representou aproximadamente o dobro de atendimento prestado comparado à média mundial, de acordo com as estatísticas publicadas em 2021 pela União Postal Universal¹(UPU).

2.4. Custeio e impacto econômico-financeiro da operacionalização das políticas públicas.

Os Correios, empresa pública federal não dependente de recursos da União, possuem operação custeada integralmente por receita própria, sendo gerida sob a ótica governamental e empresarial. A empresa presta serviços no mercado concorrencial, ampliando as suas atividades de forma a buscar receitas em diversos segmentos relacionados aos serviços postais, tais como os de encomenda, logística integrada e conveniência, entre outros.

Para a consecução de sua função social, a empresa cumpre as diretrizes que norteiam a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico consignados na Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações. Na realização das ações necessárias para a universalização dos serviços postais, sob a ótica econômico-financeira, cerca de 60% das localidades atendidas pelos Correios atuam exclusivamente para atendimento aos critérios estabelecidos para universalização do serviço postal.

Em 2022, a prestação dos serviços postais afetos à universalização representou 60% de todo o volume postal do serviço prestado no segmento Encomendas, enquanto no segmento Mensagem a participação foi de 98%, sendo que a receita advinda dos serviços postais não exclusivos possibilitou aos Correios a manutenção da universalização, considerando a prática do subsídio cruzado que permite à empresa equilibrar o custeio e os investimentos necessários à infraestrutura colocada à disposição do estado para prestação do serviço postal em praticamente todos os municípios do país.

Como reflexo do subsídio cruzado, toda a estrutura física e operacional criada para a prestação do serviço postal é beneficiada com as receitas diversas oriundas da prestação dos serviços públicos não universais.

Ressalta-se que os dados de custos e de desempenho econômico-financeiro que norteiam o impacto da universalização dos serviços postais são de acesso restrito, em razão do caráter estratégico para os negócios da empresa e sua competitividade, consoante as disposições que regulam o sigilo empresarial (art. 86, §4º e art. 88, §1º da Lei nº 13303/2016).

Sob a ótica governamental, a gestão orçamentária é delineada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o orçamento de investimentos, e pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG), no qual são detalhadas as receitas, as despesas e o resultado primário, que são aprovados e acompanhados pelo ministério supervisor e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Do ponto de vista empresarial, a gestão orçamentária está alicerçada na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) visando à otimização dos gastos e ao melhor controle dos custos e despesas. Essa metodologia preconiza a definição e a atribuição de papéis e de responsabilidades aos participantes que atuam na matriz de governança OBZ, além do estabelecimento de metas orçamentárias e iniciativas de redução de despesas para a consecução da orçamentação e posterior monitoramento e controle, por meio de fóruns de acompanhamento dos desvios orçamentários e das iniciativas de redução de despesas.

A meta de resultado primário aprovada no PDG para 2022 foi de superávit no valor de R\$ 323 milhões, conforme Decreto nº 10.892/2021. A empresa atingiu o superávit primário em 2022, de R\$ 329 milhões, aproximadamente, R\$ 6 milhões acima da meta, resultantes da realização das receitas abaixo do previsto.

Em relação aos ingressos de recursos no caixa, houve uma realização de 93% comparada ao planejado aprovado de R\$ 22.583 milhões, ocasionada, principalmente, pelo recebimento de R\$ 20.765 milhões da venda de produtos e serviços. Concernente aos pagamentos constantes do fluxo de caixa, que compõem o resultado primário, a realização em 2022 ficou aquém do planejado em R\$ 1.588 milhões. Dessa forma, considerando as despesas realizadas que tiveram os maiores desvios frente ao planejado, destacam-se as despesas com pessoal de R\$ 11.692 milhões (desvio de R\$ 364 milhões), as despesas com serviços de terceiros de R\$ 3.798 milhões (desvio de R\$ 380 milhões) e as despesas com tributos de R\$ 568 milhões (desvio de R\$ 444 milhões).

Tabela 03 - Execução orçamentária

DESPESAS	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES - CUSTEIO (R\$ milhões)								
	2020			2021*			2022		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Despesas de pessoal	11.988	10.574	10.904	11.517	11.686	10.560	12.543	11.985	11.692
Despesas com dirigentes	10	9	9	10	9	9	12	6	6
Despesas com conselhos e comitês estatutários	13	13	13	13	12	12	10	6	6
Materiais e produtos	193	147	139	156	156	142	283	238	226
Serviços de terceiros	3.054	2.778	3.485	3.363	3.310	4.050	4.256	3.236	3.798
Tributos	928	748	632	1.060	1.001	827	1.318	613	568
Despesas financeiras	351	403	155	579	487	155	540	632	329
Outras despesas correntes	2.957	2.490	2.192	3.016	2.985	2.333	4.657	3.642	3.586
TOTAL	19.494	17.162	17.529	19.714	19.646	18.088	23.619	20.358	20.211

Fonte: DIEFI

* Os ajustes realizados em 2021 correspondem àqueles registrados no Sistema de Informações das Estatais (Siest).

a) Orçamento (dotação)

b) Liquidado (execução)

c) Pago

Em 2022, houve aumento na execução orçamentária de dispêndios correntes quando comparada à execução dos anos 2020 e 2021. Esse incremento decorre principalmente do grupo de despesas de pessoal, em razão da concessão, no acordo coletivo 2022/2023, do reajuste de 10,12% incidente sobre salários, funções e benefícios.

O grupo outras despesas correntes aumentou os gastos quando comparado aos de 2020 e 2021. As principais razões foram o incremento de despesas com transporte, influenciadas pelo aumento do fluxo postal e dos preços dos combustíveis, e o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PLR).

O orçamento de investimento aprovado para 2022, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 14.303/2022, alterada pelas Leis nº 14.493/2022 e 14.498/2022, foi de R\$ 860 milhões.

Os Correios realizaram investimentos no valor de R\$ 758,50 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão do ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme tabela a seguir:

Tabela 04 - Execução orçamentária de investimento

Investimento	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO (R\$ milhões)				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Modernização de veículos	140,73	92,38	350,08	-34,36%	278,96%
Instalação de agências próprias	-	-	0,08	-	100%
Instalação de unidades de tratamento	55,98	3,16	0,68	-94,36%	-78,48%
Instalação de unidades de logística	-	0,01	0,14	100%	1.300%
Manutenção da infraestrutura operacional	63,12	150,63	205,89	138,64%	36,69%
Tecnologia da informação (TI)	77,97	113,83	201,63	45,99%	77,13%
TOTAL	337,80	360,10	758,50	6,60%	110,64%

Fonte: DIEFI

Nos últimos três anos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes, os Correios investiram aproximadamente R\$ 1.456,39 milhões na modernização e na otimização da capacidade produtiva e de infraestrutura, destacando-se: R\$ 583,19 milhões para a ampliação/modernização da frota de veículos; R\$ 419,64 milhões para a manutenção da infraestrutura operacional; e R\$ 393,43 milhões em ativos de tecnologia, com foco na melhoria da capacidade de armazenamento das informações e na atualização do parque de informática.

2.4.1. Descentralização de recursos

A Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações alterou as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e estabeleceu novo padrão de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico. Na prática, a meta relacionada a cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas por meio do cálculo do Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais pela disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Para atender à meta ministerial são firmadas parcerias, para o estabelecimento, principalmente, de Agências de Correios Comunitárias (AGC), Agências Franqueadas (AGF) e Agências de Correios Comercial (ACC).

As AGCs exercem um papel importante para o atendimento dos serviços postais básicos, notadamente no que se relaciona à população residente em pequenos municípios. São unidades criadas a partir de termo de convênio (TC) ou acordo de cooperação técnica (ACT).

O TC dispõe que a AGC deve, a partir da abertura, executar atividades e prestar serviços postais básicos, conforme disposto no respectivo plano de trabalho. Em contrapartida, os Correios realizarão, mensalmente, repasse financeiro ao órgão público, em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante envio à empresa de comprovação relativa à prestação dos serviços contratados/autorizados. A vigência dos termos de convênio é de 60 meses, sendo o cadastro realizado em sistema específico de pagamento (ERP), no qual são registrados os dados do órgão público e do valor de repasse estipulado. No ACT, também é prevista a prestação de serviços postais básicos, porém não há contrapartida de repasse financeiro ao órgão público, ficando o custo atribuído ao ente municipal.

As informações referentes aos convênios e acordos celebrados pelos Correios com órgãos públicos municipais para a prestação de serviços postais básicos, por meio de AGCs, e os respectivos repasses estão disponibilizados em:

http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm

O quadro a seguir contempla a quantidade de instrumentos vigentes nos últimos exercícios:

Tabela 05 - Instrumentos vigentes

MODALIDADE	2020	2021	2022
Convênios	1.971	1.298	1.099
Acordos	1.844	2.399	2.351
TOTAL	3.815	3.697	3.450

Fonte: Sistema GCFA, 2022.

Tabela 06 - Unidades regidas por termo de convênio – Quantidades e valores repassados

MODALIDADE	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS VIGENTES			VARIAÇÃO 2022X2021	MONTANTE REPASSADO NO EXERCÍCIO (em R\$ 1,00)			VARIAÇÃO 2022X2021
	2020(c)	2021(b)	2022 (a)	(a/b)-1	2020(c)	2021(b)	2022(a)	(a/b)-1
Convênio	1.971	1.298	1.099	-15,41%	35.944.598	21.001.402	19.216.524	-0,99%

Fonte: Sistema WebCont e Sistema GCFA, 2022.

Os gestores da rede de atendimento realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços, de forma a garantir que:

- I. Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- II. O cadastro das AGCs no ERP seja realizado e as alterações pertinentes sejam processadas;
- III. Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para fins de atesto pela agência vinculadora e posterior processamento do repasse.

A agência vinculadora é a unidade própria de atendimento responsável pela fiscalização da AGC e pela comunicação mensal à área de atendimento contendo o reporte sobre o adequado funcionamento da unidade; o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio; a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como sobre o encaminhamento das informações à Central Financeira (Cefin), por meio do Sistema de Gestão de Controle Financeiro de Agências (GCFA), para adoção das ações afetas ao repasse financeiro aos órgãos públicos.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. Principais atividades desenvolvidas pelos Correios

Com abrangência em todo o território nacional para garantir a universalização e a continuidade dos serviços postais aos brasileiros, os Correios oferecem mais do que um extenso portfólio de produtos e serviços. A empresa busca entender a necessidade dos seus clientes, focando em soluções adequadas que permitam aproximá-los de pessoas e organizações onde quer que estejam.

3.1.1. Modelo de negócios dos Correios

O modelo de negócios dos Correios é alicerçado na missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas, sendo as agências de Correios pontos de apoio aos cidadãos, ao ampliar a oferta de serviços públicos.

A oferta de produtos e serviços pelos Correios está organizada em três linhas de negócios, que consideram a variedade de opções oferecidas e os mercados de atuação de seus clientes:

I. Logística

Processo de captação, tratamento, armazenagem e entrega de remessas nacionais e internacionais e de prestação de serviços de logística integrada, composto por:

Encomendas: recebimento/coleta, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil. Inclui ainda a logística reversa, serviço de retorno de encomendas ao remetente, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.

Logística Integrada: compreende a prestação de serviços de armazenagem, atendimento de pedidos, separação, embalagem e integração aos serviços de transporte/distribuição e de logística reversa. Adaptada às necessidades de cada operação, conta com uma plataforma digital para gerenciamento completo da cadeia logística do cliente. Além das grandes operações customizadas, como a distribuição dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), entre outras, abrange o serviço Correios Log+, destinado às empresas que atuam na venda de produtos para os mercados nacional e internacional, e o Log Supri, destinado aos clientes que desejam uma gestão profissional dos estoques de suprimentos.

Internacional: caracterizado pela oferta de soluções logísticas para envios e recebimentos internacionais de mensagens, impressos, documentos e bens com ou sem valor comercial. Como operador postal designado do Brasil, os Correios prestam os serviços postais internacionais principalmente pela rede postal mundial, conforme Convenção Postal Universal. Contudo, possuem serviços específicos para a cadeia de comércio eletrônico internacional. Essas soluções oferecidas acompanham o crescimento exponencial do e-commerce internacional no país, buscando cada vez mais atender às necessidades dos *marketplaces* e melhorar a experiência dos clientes. Os Correios vêm contribuindo para o desenvolvimento do mercado de importações, o que possibilita aos brasileiros efetuar compras em sites de qualquer lugar do mundo e recebê-las diretamente em suas casas, em prazos cada vez menores.

Nas grandes operações de logística realizadas pelos Correios, fica evidenciado o valor público no exercício do papel da empresa como agente de integração nacional e de apoiadora das políticas públicas, na medida em que possibilita aos estudantes da rede pública de ensino o recebimento de livros didáticos e, aos cidadãos, o recebimento de medicamentos ou mesmo leite em pó, dentre outras operações. No segmento concorrencial, os Correios conquistaram um importante protagonismo, que resultou no fortalecimento do seu papel de parceiro do e-commerce nacional e internacional, ao prestar apoio a micro e pequenos empreendedores nas estratégias de comércio eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade de seus negócios e constituindo um importante instrumento de fomento à economia do Brasil.

II. Comunicação

Captação e entrega de correspondências físicas e digitais, correspondência agrupada (malote) e soluções de marketing direto:

Mensagem: toda comunicação física e digital, de natureza administrativa, social ou comercial, que contenha informação de interesse específico do destinatário.

Relativamente à comunicação eletrônica, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas (mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários ou adentram de forma física e são espelhadas digitalmente no aplicativo Correios) e digitais, com a disponibilização das comunicações somente em meio digital no aplicativo Correios.

Marketing: toda comunicação na forma física, híbrida ou digital, de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, conforme normas de classificação de objetos dos Correios.

Malote: serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos.

III. Atendimento

Soluções de atendimento presencial, digital e à distância de consumidores e cidadãos para a prestação e/ou comercialização de produtos e serviços próprios ou de parceiros:

Conveniência: oferta de serviços de atendimento presencial aos cidadãos e consumidores, venda de produtos e serviços próprios e de terceiros e artigos de filatelia. Contempla, ainda, soluções de pagamento de contas e transferência de recursos (vale postal nacional e internacional).

Canais

Os canais têm o papel de prover ambiente físico e/ou digital para operação de produtos e serviços das linhas de negócios, além de facilitar o relacionamento dos Correios com empresas, governos, consumidores e cidadãos de forma eficiente e conveniente, conforme a realidade de cada mercado.

Para melhorar a experiência dos clientes nas interações com a empresa, os Correios oferecem novos modelos de atendimento, reavaliando continuamente a jornada *omnichannel* de seus clientes e estabelecendo um mix de canais adequado a cada ambiente. Exemplos de melhorias realizadas nos canais digitais foram as evoluções do App Correios (*mobile*) e as evoluções do Correios Fácil para facilitar o processo de contratação com os Correios.

Destacam-se ainda as unidades de Correios Empresas (CEM), que são um novo canal de atendimento com operação própria. Criada para oferecer atendimento diferenciado aos clientes, a iniciativa veio agregar valor à postagem e reforçar o papel da empresa como provedora de soluções para o e-commerce brasileiro e também contribuir para a estratégia de presença no mercado. Essas unidades vêm sendo instaladas em importantes polos industriais e comerciais de vários setores, como serviços hospitalares, calçados e turismo. Além dos serviços vinculados aos principais segmentos de negócios, o canal oferece atividades de preparação da carga (condicionamento, impressão de rótulo, rotulagem e pré-postagem), que podem ser realizadas de acordo com a necessidade e a demanda dos clientes.

3.2. **Análise dos administradores sobre o desempenho**

3.2.1. **Indicadores, metas e resultados**

Apresentam-se a seguir os indicadores estratégicos, assim como a avaliação relativa às metas e às justificativas para os resultados alcançados.

Indicadores relacionados a assegurar a sustentabilidade

Tabela 07 - Indicadores relacionados a assegurar a sustentabilidade

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Margem Ebitda	8,44%	14,56%	-1,32%	7,89%	-16,73%
Valor Econômico Agregado - R\$ milhões	597,73	1.624,46	-1.092,08	734,47	-148,69%
Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas	92,27%	89,12%	100,00%	100,00%	100,00%
Redução de Emissões de CO2	<i>Indicador Novo Apuração Anual</i>		-21,64%	-67,00%	32,30%
Índice de Maturidade do Sistema de Governança dos Correios	<i>Indicador Novo Apuração Anual</i>		2,00	2,00	100,00%

O indicador **Margem Ebitda** mede o percentual que a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e da depreciação. O resultado de 2022 correspondeu ao percentual de realização de -16,73% da meta definida para o período, em função do resultado operacional negativo e do não alcance da meta definida para a receita no segmento encomenda.

Se comparado aos percentuais registrados nos últimos anos, o resultado obtido pelo indicador, de -1,32%, demonstra que o desempenho da receita operacional impactou o equilíbrio econômico-financeiro em 2022.

Tabela 08 - Margem Ebitda

Margem Ebitda				
ANO	2020	2021	2022	
	8,44%	14,56%	-1,32%	

Fonte: sistema Webcont

Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2021 uma margem Ebitda de 15,67%.

O indicador **Valor Econômico Agregado** representa uma medida de desempenho para acompanhar a gestão dos negócios e para identificar o quanto foi efetivamente criado de valor para a empresa em um determinado período de tempo. Em 2022, o resultado do indicador registrou R\$ -1.092,08 milhões, que representa -148,69% de realização da meta definida para o período (R\$ 734,47 milhões). O desempenho inferior decorre, principalmente, do resultado da receita de vendas não ter correspondido à respectiva meta ao longo do ano, em especial, à meta de resultado do segmento de encomenda.

O indicador **Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ)** mede, de forma objetiva, o desempenho dos Correios em realizar despesas no nível planejado, no momento da orçamentação, à luz da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), que preconiza a gestão e o controle de custos por meio de iniciativas, com vistas a promover a cultura de custos com responsabilidade compartilhada. O resultado do indicador, que possui polaridade “igual, melhor”, foi de 100,00%, tendo alcançado a meta planejada de execução orçamentária.

O indicador **Redução de Emissões de CO2** visa mensurar a redução das emissões corporativas de CO2 equivalente apurada em 2021, em relação ao emitido pelos Correios no ano de 2013, de forma a avaliar a efetividade de um serviço postal mais comprometido com a preservação do meio ambiente e alinhado à Política de Sustentabilidade dos Correios. O resultado mensurado para 2022 registrou -21,64%, obtendo 32,30% de realização da meta prevista para o ano.

O indicador **Índice de Maturidade do Sistema de Governança dos Correios** mensura, por meio da aplicação do questionário IG-Sest, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia, o cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas de governança corporativa aplicáveis às estatais federais, principalmente no que se refere à Lei nº 13.303/2016, ao Decreto nº 8.945/2016, às resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar), às diretrizes da organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) e aos referenciais de boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da Sest, sob a ótica das dimensões governança, transparência e gerenciamento de riscos e

controle, que propiciam a avaliação da evolução do sistema de governança dos Correios. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 2,00 pontos e obteve 100,00% de realização da meta prevista para o ano.

As ações que merecem destaque referem-se à implantação da tarifa branca nas unidades contempladas no projeto de eficiência energética, com redução de R\$ 1,8 milhão nas despesas de energia elétrica desde a implantação do projeto, e à economia obtida a partir das iniciativas de redução de despesas do Orçamento Base Zero (OBZ), no valor de R\$ 191 milhões em 2022.

Indicadores relacionados a garantir a excelência

Tabela 09 - Indicadores relacionados a garantir a excelência

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Indicador de Entrega no Prazo	93,93%	91,88%	95,59%	95,37%	100,23%
Indicador de Produtividade - R\$	175.830	237.465	226.185,06	267.454,42	84,57%
Indicador de Satisfação do Cliente	76,70%	79,25%	84,96%	90,00%	94,40%
Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional ¹	Apuração Biental		70,90%	70,90%	100,00%

¹ Não avaliado no ano de 2020.

O **Indicador de Entrega no Prazo (IEP)** é o indicador estratégico da qualidade operacional, que avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos aos clientes finais dos principais segmentos postais: encomenda, logística e mensagem. Em 2022, apresentou resultado de 95,59%, frente à meta de 95,37%, com crescimento de 3,19% em relação a 2021. Considerando que houve significativa redução de prazos de entrega em vários trechos, tal desempenho é considerado relevante.

Tabela 10 - Indicador de Entrega no Prazo

INDICADOR DE ENTREGA NO PRAZO - IEP	
2020	93,93%
2021*	92,40%
2022	95,59%

Fonte: <http://snu0120.correiosnet.int/siope/>

* Resultados de 2021 atualizados de acordo com nova metodologia de cálculo aprovada pela empresa.

O Índice de Entrega no Prazo de Encomendas (IEPE), que afere a entrega no prazo dos objetos dos serviços de encomendas, teve para 2022 uma meta de 95,48% e alcançou resultado acumulado de 96,34%. O Índice de Entrega no Prazo de Logística (IEPL), que afere a entrega no prazo dos objetos de logística integrada e o desempenho das operações especiais de logística, com meta em 2022 de 98,00%, alcançou resultado acumulado de 97,48%. Por fim, o Índice de Entrega no Prazo de Mensagens (IEPM), que afere a entrega no prazo dos serviços de mensagens, teve em 2022 uma meta de 93,50% e alcançou resultado acumulado de 91,88%.

Entre as ações que propiciaram a manutenção do patamar dos índices de qualidade operacional e a ampliação da capacidade produtiva, destacam-se:

I. Disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 unidades, conferindo modernização do atendimento em suas diversas plataformas, maior comodidade e nova experiência ao cliente, com o pré-atendimento por meio do aplicativo Correios;

II. Ampliação da quantidade de armários inteligentes (*lockers*), totalizando 84 unidades implantadas nas cidades de Brasília/DF (17 unidades), Rio de Janeiro/RJ (40 unidades) e São Paulo/SP (27 unidades), constituindo mais um canal de distribuição ao cliente, que pode ser acessado, a depender dos locais de instalação, 24 horas por dia, em todos os dias da semana;

III. *Crowdshipping* (entrega colaborativa): parceria comercial com empresa detentora de plataforma de gerenciamento de entregas para flexibilização e a ampliação do horário de execução da operação. Ampliação do Sedex Hoje com Entrega Colaborativa para o Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte, o que permite a entrega da encomenda em poucas horas;

IV. Expansão da malha aérea secundária, com 15 novas contratações para encaminhamento de carga expressa por meio do uso de porões de aeronaves comerciais, como alternativa ao uso de cargueiros da Rede Posta Noturna (RPN),

resultando em redução dos custos de transportes e dos prazos para praças não atendidas pela RPN, em especial nas regiões Norte e Nordeste do país;

V. Continuidade das ações de redução do prazo de entrega nos principais trechos nacionais, tornando os serviços de encomendas nacionais, notadamente o Sedex, mais competitivos e com entregas mais rápidas. Em 2022, trechos que representam 55% da carga do Sedex foram ofertados com prazo de entrega no dia seguinte à postagem (D+1), beneficiando mais de 4 mil localidades em todo o Brasil;

VI. Renovação da frota própria de distribuição: aquisição de 5.092 veículos e 1.753 bicicletas cargo com baú, totalizando o investimento de R\$ 350 milhões (46,15% do investimento total realizado pela empresa em 2022), promovendo melhoria das condições de trabalho, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e ganho de produtividade.

Como referencial comparativo externo, tem-se para 2022 a meta 95,00% de qualidade de entrega estabelecido na Portaria nº 2.729/2021, pelo Ministério das Comunicações, para a encomenda não urgente sem valor declarado, sendo o resultado obtido pela empresa de 97,45%.

A busca pela excelência operacional teve reflexos positivos na redução da quantidade de manifestações em relação aos objetos qualificados entregues. A centralidade no cliente vem sendo a preocupação da empresa, havendo redirecionamentos de vários processos, assim como ações voltadas à busca pela satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados.

Tabela 11 - Manifestações registradas no Fale Conosco

MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE CONOSCO ¹	
Ano	Quantidade
2020	17.445.609
2021	15.283.683
2022	10.422.484

Fonte: Correios, 2021 Desde 15/10/2021, devido à aprovação do Nível de Serviço (NS), são registradas as reclamações de objetos (SEDEX e PAC) que estão fora do prazo previsto de entrega para todos os clientes enquadrados na política comercial revisada.

O **Indicador de Produtividade (IP)** tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2022 o indicador apresentou o resultado de R\$ 226.185,06, alcançando 84,57% da meta esperada para o período (R\$ 267.454,42). O resultado abaixo da meta definida deve-se ao desempenho do segmento encomenda ter sido menor que o planejado para o período.

Como referencial comparativo externo, tem-se o correio da França, La Poste, que apresenta resultado de R\$ 246.142 para produtividade no ano de 2021, equivalente ao desempenho apresentado pelos Correios de R\$ 237.465, naquele ano.

O **Indicador de Satisfação do Cliente (ISC)** tem por objetivo mensurar a satisfação dos clientes dos Correios com relação aos produtos e serviços oferecidos. O resultado mensurado para 2022 registrou 84,96%, obtendo 94,40% de realização da meta prevista para o ano.

O **Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional (Clio)** mede a atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, decorrente das percepções, das atitudes e dinâmicas que afetam o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 70,90% e obteve 100,00% de realização da meta prevista para o ano.

Os processos prioritários, projetos e processos viabilizadores cujos resultados contribuem para a consecução do Plano Estratégico apresentaram evolução, com destaque para a implantação de 84 *lockers* (armários inteligentes para retirada de objetos postais pelos destinatários).

Indicadores relacionados a crescer nos mercados concorrenciais

Tabela 12 - Indicadores relacionados a crescer nos mercados concorrenciais

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Receita de Negócios Concorrenciais ¹	-	-	15.156.871.095,08	19.284.390.921	78,60%
Market Share – Encomenda	32,30%	36,00%	33,00%	38,00%	86,84%

¹Indicador estratégico criado em 2022.

O indicador **Receitas de Negócios Concorrenciais** é calculado pelo resultado apurado para as receitas oriundas dos serviços concorrenciais da empresa e apresentou percentual de realização da meta de 78,60%, impactado pelo fato de as postagens dos principais clientes do e-commerce apresentarem-se inferiores ao nível estimado, explicada, entre outros fatores, pelo menor ritmo de crescimento do e-commerce nacional em 2022, quando comparado ao observado em 2021, e pelo maior acirramento da concorrência no mercado.

A quantidade de objetos distribuídos nos segmentos que compõem o mercado concorrencial atingiu mais de 559,7 milhões em 2022. O segmento encomenda foi responsável pela maior parcela, contando com 394 milhões de objetos distribuídos, e o segmento internacional com 157 milhões. Este último apresentou resultado positivo em relação ao ano anterior, com acréscimo de 35,2%, oriundo do crescimento dos serviços de distribuição, impulsionados pelas compras dos brasileiros em sites internacionais.

As ações de digitalização e desmaterialização da comunicação, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, quantidade e pesos dos objetos postais permanecem como elementos que influenciam na queda do tráfego postal e na conseqüente redução de receita. No segmento marketing, o ano de 2022 foi impactado positivamente pelas eleições, tendo como principais concorrentes as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

Diante do declínio das correspondências em meio físico em todo o mundo, a empresa vem adotando ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, à melhoria dos serviços de comunicação física e híbrida e ao aumento de participação dos segmentos de encomenda e internacional.

Diversas ações vêm sendo empreendidas no intuito de incrementar a competitividade dos serviços de encomendas e a capacidade de geração de receita dos Correios, a exemplo da redução dos prazos ofertados nos principais corredores comerciais. Em 2022, houve a implantação de 2.330 trechos nos principais corredores, que correspondem a 75% dos 3.107 trechos previstos.

O indicador **Market Share - Encomenda** visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado brasileiro de encomendas, no tocante à quantidade de encomendas distribuídas. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 33,00% e obteve 86,84% de realização da meta prevista para o ano.

Alguns dos processos prioritários e projetos viabilizadores executados pela empresa contribuíram para a consecução do Plano Estratégico, com destaque para os resultados obtidos com a disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 unidades de atendimento e a implantação de 97 unidades do Correios Empresa e de 75% dos corredores prioritários previstos no projeto viabilizador, que atendem às necessidades do mercado quanto à desconcentração de localidades de distribuição de objetos, redução de prazos de entrega, e movimentam 97% do total da carga de SEDEX.

Indicadores relacionados a manter a universalização - Vide subitem 2.3.1 desta Carta Anual

3.2.2. Análise e conclusões dos administradores

A avaliação da execução do Plano Estratégico 2022/2026 indica que a empresa tem cumprido a sua missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas e, ainda,

de prestar serviço essencial para a sociedade brasileira ao ofertar pacote de soluções para pequenos, médios e grandes clientes, especialmente diante das limitações apresentadas em tempos de pós-pandemia.

Essa atuação foi possível e reforçada pela prática dos valores organizacionais: integridade; respeito às pessoas; responsabilidade e compromisso com o resultado; orgulho em servir à sociedade e pertencer aos Correios; orientação ao futuro; adaptabilidade; aprendizagem contínua; integração; e centralidade do cliente. O desafio posto para os próximos anos é o de seguir assegurando a sustentabilidade econômico-financeira, socioambiental e de governança, garantir a centralidade do cliente, o crescimento nos mercados concorrenciais e a otimização da universalização dos serviços postais básicos para concretização da visão de futuro: ser uma plataforma física e digital integrada, de excelência, para o fornecimento de soluções de comunicação e logística.

Sob a ótica da contribuição pelo desempenho dos indicadores estratégicos e pelos resultados gerados por meio da execução dos processos prioritários, projetos e processos viabilizadores, verifica-se que a empresa obteve avanços relevantes em 2022.

Em relação a assegurar a sustentabilidade, destaca-se a responsabilidade da empresa em relação ao impacto ambiental, tendo aderido ao programa agenda ambiental na administração pública (Agenda A3P), do Ministério do Meio Ambiente. Nesse contexto, foi concedido à Superintendência Estadual de Brasília o selo de monitoramento A3P, que é atribuído às instituições/órgãos que realizam o preenchimento e o acompanhamento das informações por completo, anualmente, no sistema Ressoa, do referido ministério. Nesse escopo, observa-se também a redução de despesa no montante de R\$ 1,8 milhão obtida pela implantação do projeto de eficiência energética nos Correios, com adoção de tarifa branca (forma de tarifação de energia mais econômica para os que a consomem fora dos horários de pico) em 1.735 unidades. Os indicadores financeiros vinculados a esta temática apresentaram resultados abaixo do planejado para o ano, em virtude da apuração de receitas operacionais aquém do desejável. Como contramedidas, foram adotados contingenciamentos de despesas para o atingimento de suas metas e resultados operacionais definidos para o exercício de 2022, inclusive com a aprovação do limite de despesas orçamentárias de R\$ 20,5 bilhões anuais. Entretanto essas medidas de contenção não se mostraram suficientes para suprir a frustração das receitas de vendas em relação à meta prevista para 2022.

No que se refere a garantir a excelência, destacam-se a contratação para a prestação de serviços de medições incentivadas e para a aquisição de ferramenta de mapeamento e criação de jornada e personas dos Correios, ações internas para a incorporação do valor centralidade do cliente como direcionador das ações em todos os níveis da empresa e, ainda, a instalação de 84 lockers como solução de uso fácil e intuitivo disponibilizada aos clientes.

Em relação a crescer nos mercados concorrenciais, verificou-se a implantação de 166.366 corredores prioritários, que envolvem 462 municípios, atendendo às necessidades do mercado quanto à desconcentração de localidades de distribuição de objetos e reduzindo prazos de entrega. Pertence, ainda, às capturas relacionadas, a disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 agências, o que moderniza o atendimento em suas diversas plataformas, proporcionando maior comodidade e nova experiência ao cliente, com o pré-atendimento por meio do aplicativo Correios. Noutra frente, foram implantadas 97 unidades do Correios Empresa, que compreende agências estruturadas para a otimização de grandes postagens, visando ao aumento de produtividade e de disponibilidade para o atendimento ao cliente.

Para manter a universalização, ressalta-se que é assegurada à população brasileira uma infraestrutura postal com 9.456 posições de atendimento, presentes em 5.553 do total de 5.570 municípios brasileiros; e 9.409 distritos com efetiva distribuição, propiciando enorme abrangência dos serviços postais em todo o país, e sendo preservada a continuidade da prestação dos serviços postais básicos.

Em última análise, considerando o desempenho obtido em 2022, especialmente em relação ao impacto causado pela retração da receita de vendas, principalmente nos segmentos de logística e encomenda, o que resultou no não atingimento da meta de vendas estabelecida no Plano de Negócios; e pelo fato de alguns projetos viabilizadores também vinculados ao Plano de Negócios não terem alcançado os resultados almejados para o exercício; destaca-se que os detalhamentos contidos no Plano Estratégico permanecem relevantes e desafiadores para os Correios.

3.3. Dados econômico-financeiros e situação patrimonial

A empresa apresentou resultado recorrente em 2022 de R\$ 1.546 milhões, representando um decréscimo de 58,26% em relação a 2021.

Tabela 13 - Resultado recorrente

	RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Resultado recorrente	1.841	3.704	1.546	101,20%	-58,26%

Fonte: DIEFI

O resultado recorrente é alcançado retirando-se do lucro líquido os eventos extraordinários, tais como: Reversão Pós-emprego; Incentivo Financeiro Diferido (IFD) do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e do Plano de Desligamento Voluntário (PDV); Provisão do Benefício Pós-emprego; Imunidade Tributária; Contingências/Precatórios e a contribuição adicional efetuada à Postal Saúde para a composição das garantias financeiras da operadora na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Tabela 14 - Detalhamento do resultado recorrente

DESCRIÇÃO	RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)				
	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Lucro Líquido	1.530	2.276	(809)	48,76%	-135,54%
Reversão Pós-emprego	(1.123)	(272)	(11)	-75,78%	-95,96%
Benefício Pós-emprego	81	210	262	159,26%	24,76%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	74	829	208	1.020,27%	-74,91%
Imunidade Tributária	683	(36)	(95)	-105,27%	163,89%
Contingências e Precatórios	596	697	1.770	16,95%	153,95%
Adesão Inscrição ANS			221		100,00%
Resultado Recorrente	1.841	3.704	1.546	101,20%	-58,26%

Fonte: DIEFI

A empresa encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R\$ 809 milhões, retração equivalente a 135,54% (R\$ 3.085 milhões) em relação ao lucro obtido em 2021.

Tabela 15 - Resultado econômico-financeiro

DESCRIÇÃO	RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ milhões)				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Receita Total	20.023	23.552	22.070	17,62%	-6,29%
Despesa Total	(18.493)	(21.276)	(22.879)	15,05%	7,53%
Resultado Líquido	1.530	2.276	(809)	48,76%	-135,54%

Fonte: DIEFI

O resultado financeiro auferido em 2022 foi influenciado, sobretudo, pelos acréscimos na rentabilidade das aplicações financeiras - devido à alta da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) no período (R\$ 282 milhões) e nas despesas líquidas de variação cambial deduzidas dos ganhos da operação de hedge (R\$ 98 milhões), além das atualizações das parcelas correspondentes aos Planos de Desligamento Incentivado (R\$ 101 milhões).

Tabela 16 - Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)				
	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Receitas Financeiras	666	625	905	-6,16%	44,80%
Despesas Financeiras	(636)	(864)	(1.079)	35,85%	24,88%
Resultado Financeiro	30	(239)	(174)	-896,67%	-27,20%

Fonte: DIEFI

* Reclássificado nas Demonstrações Contábeis

O lucro bruto de 2022, comparativamente a 2021, foi marcado pela redução na receita líquida de vendas - com destaque para os grupos de encomendas (retração de R\$ 1.984 milhões), mensagem (diminuição de R\$ 526 milhões) e internacional (acrécimo de R\$ 839 milhões), além do aumento nas despesas com transporte (R\$ 512 milhões).

Tabela 17 - Lucro bruto

LUCRO BRUTO (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Receita Líquida de Vendas e Serviços	17.249	21.305	19.813	23,51%	-7,00%
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(12.057)	(13.665)	(14.454)	13,34%	5,77%
TOTAL	5.192	7.640	5.359	47,15%	-29,86%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Ebitda

Em função do aumento das despesas e da retração das receitas em 2022, o Ebitda (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda, incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) apresentou um resultado negativo, enquanto o Ebitda ajustado, entendido como aquele apurado expurgando os eventos considerados extraordinários como Incentivo Fiscal Diferido (IFD)/Plano de Desligamento Incentivado (PDI), Plano de Desligamento Voluntário (PDV), Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios, apresentou resultado positivo, quando comparados ao mesmo período de anos anteriores.

O Ebitda é um indicador que precisa ser associado a outros índices para uma compreensão adequada da saúde financeira, visto que, não raras vezes, o Ebitda é confundido com geração de caixa, quando na realidade representa um potencial de geração de caixa na atividade fim.

Tabela 18 - Evolução Ebitda e Ebitda ajustado

EVOLUÇÃO EBITDA E EBITDA AJUSTADO (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
EBITDA	1.580	3.238	(261)	104,94%	-108,06%
EBITDA Ajustado	953	4.351	1.421	356,56%	-67,34%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Indicadores de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade evidenciam o retorno proporcionado pelos recursos investidos pela empresa. De maneira geral, têm viés “quanto maior, melhor”, pois possibilitam avaliar a capacidade de geração de lucro e de crescimento ao longo do tempo. A queda nos indicadores de rentabilidade em 2022, comparativamente a 2021, deve-se à redução das receitas e ao acréscimo nos custos e despesas:

Tabela 19 - Indicadores de rentabilidade

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2020	2021	2022
Margem Bruta	30,10%*	35,86%*	27,05%
Margem Operacional	6,60%	12,85%	-3,61%
Margem Líquida	8,87%	10,69%	-4,08%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Situação financeira

Ao longo de 2022, as projeções de caixa foram regularmente reportadas aos órgãos colegiados dos Correios, compreendendo informações atualizadas e abrangentes sobre a situação financeira da empresa, assim como a demonstração dos cenários e das tendências, de modo a permitir, tempestivamente, a tomada de decisões.

No acumulado do ano, até dezembro de 2022, o saldo em caixa alcançou o montante de R\$ 3,81 bilhões, superior em 34,98% à previsão inicial, que estimava encerrar dezembro de 2022 com o saldo de R\$ 2,82 bilhões:

Tabela 20 - Caixa 2022

PROJEÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAIXA 2022 (R\$ milhões)												
MÊS	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22	07/22	08/22	09/22	10/22	11/22	12/22
Projetado	4.063	4.189	4.000	4.192	3.863	3.568	3.595	3.554	3.618	3.629	3.457	2.820
Realizado	3.971	4.168	4.248	4.528	4.449	4.683	4.697	4.737	4.900	4.872	4.575	3.807

Fonte: DIEFI

Ao ser comparado o fluxo de caixa com o do mesmo período do ano anterior, observa-se que, com a consolidação do menor ritmo de crescimento em 2022 do e-commerce nacional, quando comparado ao observado em 2021, as entradas de

caixa apresentam variação negativa de -1,15%, representando uma queda de cerca de R\$ 261 milhões, já contemplando a operação de crédito com o Banco Citibank, e que as saídas de caixa tiveram aumento de, aproximadamente, R\$ 2,9 bilhões, ou seja, de 14,71%.

Em relação às saídas de caixa, no comparativo a 2021, destacam-se:

I. Pessoal: aumento de R\$ 1,61 bilhão, resultante dos desembolsos com encargos sociais pagos em janeiro de 2022, decorrentes, principalmente, dos impactos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2022 e do décimo-terceiro salário; do repasse à Postal Saúde de R\$ 221 milhões, destinados à cobertura de provisões técnicas e à constituição de ativos garantidores, devido à mudança da situação dos Correios de mantenedor para patrocinador; do reajuste de pessoal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 10,12%, em setembro de 2022, referente ao ACT 2022/2023; e do pagamento de cerca de R\$ 62 milhões de Participação de Lucros e Resultados (PLR);

II. Fornecedores/Terceiros: aumento de R\$ 700 milhões, em grande parte decorrente do acréscimo dos gastos com transporte postal e com despesas administrativas/operacionais;

III. Dividendos: repasse de R\$ 260 milhões à União, em virtude do lucro líquido contábil de 2021;

IV. Repasses e retenções: aumento de R\$ 207 milhões referentes aos repasses à Receita Federal do Imposto de Importação, oriundos do aumento do volume da entrega de objetos internacionais;

V. Investimentos: aumento de R\$ 191 milhões ante o mesmo período do ano anterior;

VI. Amortização/juros: aumento de R\$ 213 milhões, decorrente do pagamento relativo à postergação, para 2022, das duas últimas parcelas da operação de crédito com o Banco do Brasil e da quitação das últimas parcelas referentes à operação de crédito realizada com o Banco ABC, em março de 2021. Além de ter sido realizado, em 2022, novo empréstimo com o Banco Citibank, resultando no pagamento de amortização/juros nesse exercício.

Receita Bruta de Vendas e Serviços

Em 2022, houve redução de 7,18% da receita bruta de vendas de produtos e de serviços, impactada pela desaceleração do e-commerce no Brasil e retomada do movimento no comércio presencial. Contudo, verificou-se desempenho positivo das receitas internacionais em relação a 2021.

Tabela 21 - Receita bruta de vendas e serviços

	RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS (R\$ milhões)				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Receita bruta de vendas e serviços	17.964	22.091	20.504	22,97%	-7,18%

Fonte: DIEFI

Tabela 22 - Receita bruta de vendas

DESCRIÇÃO	RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ milhões)				
	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Encomenda	9.925	12.524	10.540	26,19%	-15,84%
Mensagem	5.508	5.448	4.922	-1,09%	-9,65%
Internacional	1.232	2.758	3.597	123,86%	30,42%
Marketing	432	382	376	-11,57%	-1,57%
Logística	336	460	455	36,90%	-1,09%
Malote	241	264	258	9,54%	-2,27%
Conveniência	216	204	205	-5,56%	0,49%
Outros	74	51	151	-31,08%	196,08%
TOTAL	17.964	22.091	20.504	22,97%	-7,18%

Fonte: DIEFI

Custos dos produtos e serviços

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiram R\$ 14.454 milhões, aumento de 5,77%, em relação a 2021, impactados pela elevação da despesa de pessoal decorrente do reajuste salarial de 10,12% concedido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2022/2023) e pelo aumento de transporte de malas e malotes, oriundo principalmente dos reajustes contratuais de combustível nos

contratos aéreos.

Tabela 23 - Custos dos produtos e dos serviços

CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Pessoal	(8.239)	(9.072)	(9.025)	10,11%	-0,52%
Transporte de Malas e Malotes	(1.592)	(1.942)	(2.454)	21,98%	26,36%
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(1.049)	(1.368)	(1.572)	30,41%	14,91%
Aluguéis	(138)	(119)	(190)	-13,77%	59,66%
Depreciação/Amortização	(390)	(449)	(417)	15,13%	-7,13%
Demais Custos	(649)	(715)	(796)	10,17%	11,33%
TOTAL	(12.057)	(13.665)	(14.454)	13,34%	5,77%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Custos e despesas com pessoal

Os dispêndios de pessoal correspondem ao total relativo ao custo dos produtos vendidos, serviços prestados e despesas gerais e administrativas:

Tabela 24 - Custos dos produtos e dos serviços

DESPEAS COM PESSOAL (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(9.242)	(9.388)	(10.209)	1,58%	8,75%
Saúde	(825)	(960)	(1.137)	16,36%	18,44%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	(3)	(722)	-1	23.966,67%	-99,86%
TOTAL	(10.070)	(11.070)	(11.347)	9,93%	2,50%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Despesas operacionais

As despesas operacionais apuradas perfizeram o total de R\$ 6.756 milhões, impactadas, principalmente, pelo aumento de R\$ 1.283 milhões nas provisões para contingências judiciais, que tiveram a classificação de risco revisada face ao estágio processual das ações judiciais, destacando-se a ação coletiva referente à reintegração de empregados e a ação indenizatória do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC).

Tabela 25 - Despesas operacionais

DESPEAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Despesas com Vendas/Serviços	(2.151)	(2.307)	(2.010)	-7,25%	-12,87%
Despesas Gerais e Administrativas	(2.603)	(3.223)	(4.633)	23,82%	43,75%
Outras Despesas Operacionais	(714)	(236)	(113)	-66,95%	-52,12%
TOTAL	(5.468)	(5.766)	(6.756)	5,45%	17,17%

Fonte: DIEFI *Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Outras receitas operacionais

Em 2022, as outras receitas operacionais apresentaram queda de 21,09% ante 2021, com destaque para a reversão do benefício pós-emprego saúde.

Tabela 26 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)					
Outras Receitas Operacionais	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
TOTAL	1.413	863	681	-38,92%	-21,09%

Fonte: DIEFI

Situação patrimonial

As demonstrações contábeis configuram um dos principais instrumentos produzidos pelos Correios, para auxiliar as partes interessadas na avaliação do desempenho econômico-financeiro ocorrido no período.

Sob esse aspecto, apresenta-se a seguir a situação patrimonial dos Correios, exposta nos grandes grupos do balanço, quais sejam: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Tabela 27 - Situação patrimonial

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Ativo Circulante	3.047	3.923	3.486	28,75%	-11,14%
Ativo Não Circulante	11.277	13.791	14.477	22,29%	4,97%
TOTAL	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%
DESCRIÇÃO	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Passivo Circulante	4.421	4.959	4.546	12,17%	-8,33%
Passivo Não Circulante	8.953	10.506	12.160	17,35%	15,74%
Patrimônio Líquido	950	2.249	1.257	136,74%	-44,11%
TOTAL	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%

Fonte: DIEFI *Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Os ativos somaram R\$ 17.963 milhões, impactados positivamente pelas aquisições de veículos representadas no imobilizado (ativo não circulante).

Os passivos exigíveis somaram R\$ 16.706 milhões, impactados, principalmente, pelo acréscimo nas provisões para contingências judiciais, representadas no passivo não circulante.

Tabela 28 - Principais contas

SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ milhões)					
	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
ATIVO	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%
Aplicações	567	3.635	3.799	541,09%	4,51%
Contas a receber	3.019	3.166	2.305	4,87%	-27,20%
Tributos a compensar	1.286	1.318	1.403	2,49%	6,45%
Propriedades para investimento	1.005	1.415	1.497	40,80%	5,80%
Bens móveis/imóveis	5.354	5.224	5.843	-2,43%	11,85%
Arrendamentos	1.634	1.551	1.468	-5,08%	-5,35%
PASSIVO	13.374	15.465	16.706	15,63%	8,02%
Folha de pagamento	1.234	1.438	1.418	16,53%	-1,39%
Fornecedores	989	1.131	1.248	14,36%	10,34%
Dividendos a pagar	0,00	251	0,00	100,00%	-100,00%
Benefício pós-emprego	6.237	7.166	7.797	14,89%	8,81%
Empréstimos e financiamentos	296	154	83	-47,97%	-46,10%
Convênio Postal Saúde	158	133	135	-15,82%	1,50%
Arrendamentos	1.717	1.681	1.635	-2,10%	-2,74%
Provisões para contingências	643	872	2.155	35,61%	147,13%
PDI	801	1.180	1.007	47,32%	-14,66%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	950	2.249	1.257	136,74%	-44,11%
Capital social	3.383	3.403	3.403	0,59%	0,00%
Reservas de Lucros	0,00	1.192	421	100,00%	-64,68%
Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	3.341	3.391	3.449	1,50%	1,71%
Outros resultados abrangentes - ORA	(4.936)	(5.737)	(6.017)	16,23%	4,88%
Prejuízos acumulados	(859)	0,00	0,00	-100,00%	0,00%

Fonte: DIEFI

Tendo-se por base as demonstrações contábeis de 2022, constatou-se a redução no indicador de liquidez geral impactado, principalmente, pelo reconhecimento de provisões para contingência e pela redução do faturamento a receber, apesar da manutenção do saldo das aplicações no patamar do ano anterior.

As demonstrações contábeis podem ser acessadas, na íntegra, no endereço <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras>

O Relatório Integrado está disponível em <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/processos-de-contas-anuais-prestacao-de-contas>

A Remuneração Variável dos Administradores (RVA) refere-se ao pagamento realizado aos membros da Diretoria Executiva pelo desempenho obtido na implementação do Plano Estratégico, no alcance de resultados e na execução das políticas públicas, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável da empresa.

O efetivo pagamento da RVA é condicionado a: a) disponibilidade financeira da empresa (sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento); b) existência de lucro no período; e c) efetiva distribuição das parcelas do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) aos empregados.

Em 2021, houve o cumprimento de todas as condições para o pagamento da RVA, incluindo a efetiva distribuição das parcelas do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos Correios aos empregados. Desse modo, em 2022 foi

efetuado o pagamento da primeira parcela da RVA/2021 aos membros da Diretoria Executiva, conforme Programa de RVA/2021 aprovado pela Sest.

A Remuneração Variável (RVA/2021) para membros da Diretoria Executiva considerou, entre outros requisitos, o atingimento das metas de oito indicadores: a) Margem Ebitda (MEbitda); b) Valor Econômico Agregado (EVA); c) Indicador de Satisfação de Clientes (ISC); d) Indicador de Produtividade (IP); e) Indicador de Política Pública: Universalização Distribuição (PDPE); f) Indicador de Conformidade Sest; g) Indicador de avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e h) Indicador de avaliação individual de desempenho de cada diretoria. A metodologia constante do Programa de RVA/2021 considera, além do atingimento das metas, valores de bônus por extrapolação das metas.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o limite máximo para a primeira parcela à vista do Programa de RVA/2021, no valor de R\$ R\$ 392.208,57. Porém, em função de dois indicadores (ISC e ICSest) apresentarem cumprimento parcial das metas, o valor total pago foi de R\$231.812,94, não tendo sido acionado o bônus.

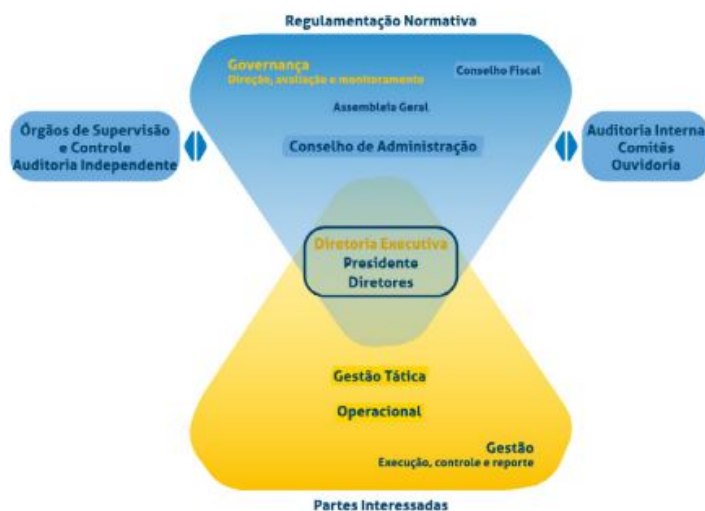
3.4 Governança Corporativa

A governança corporativa dos Correios é o sistema pelo qual a empresa é dirigida e controlada. Consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, que envolve a estrutura organizacional, a regulamentação normativa, os órgãos internos de governança e os órgãos externos de supervisão e controle, voltado a promover o direcionamento estratégico, avaliar e supervisionar a gestão, proteger os interesses das partes interessadas e contribuir para a geração de valor da empresa em curto, médio e longo prazos.

Sob esse aspecto, o fluxo de informações do sistema de governança possibilita minimizar possíveis conflitos de interesses ao segregar as funções, contribuindo para que o processo decisório seja qualificado e bem informado. Além disso, as principais decisões corporativas são, em geral, tomadas coletivamente, por meio de órgãos como conselho, diretoria ou comitês.

Modelo de governança corporativa

De forma estruturada, como ilustrado na figura a seguir, o modelo de governança corporativa dos Correios apresenta os núcleos de governança e de gestão, considerando a forma como se relacionam para a realização dos objetivos da empresa e para a geração de valor às partes interessadas.



Na arquitetura de governança exibida a seguir, são apresentados os elementos e o relacionamento das estruturas de governança:



É possível evidenciar o processo contínuo de maturidade da governança, a exemplo das ações explicitadas a seguir:

- I. Aprovação de novas políticas corporativas e atualização de políticas vigentes consoante a legislação; as melhores práticas de governança corporativa;
- II. Atualização do Estatuto Social dos Correios, aprovada na 26ª Assembleia Geral Extraordinária, em 15/09/2022, na qual destaca-se a inclusão do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes) e do Comitê de Auditoria (Coaud) na cobertura do seguro de responsabilidade civil e adequação às orientações do Decreto nº 11.048/2022, no que se refere à composição do Copes, entre outras;
- III. Continuidade do processo de atualização de todo o sistema normativo de processos, totalizando-se 4.205 normas atualizadas;
- IV. Adequação dos regimentos internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, consonante a legislação; as melhores práticas de governança e as recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU);
- V. Implementação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes), com vigência a partir de 30/03/2022;
- VI. Implantação, em janeiro de 2022, da nova estrutura organizacional do Correios Sede, em alinhamento ao Regimento Interno dos Correios, à nova estrutura das superintendências estaduais - implantada no segundo semestre de 2021 - e às necessidades de saneamento de conflitos, sobreposições e/ou lacunas de atribuições. Em setembro de 2022, foram realizados ajustes pontuais na estrutura organizacional do Correios Sede, com o intuito de potencializar os recursos existentes;
- VII. Implementação da consulta de Background Check de Integridade (BCI), que consiste na análise de elegibilidade, entre outros, de membros indicados para composição dos órgãos estatutários, aumentando a confiabilidade do processo;
- VIII. Implementação de melhorias no processo de avaliação de desempenho dos membros dos órgãos estatutários, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, as quais possibilitaram agregar maior efetividade ao processo;
- IX. Instituição de reuniões periódicas de alinhamento entre o presidente do Conselho de Administração e os representantes do ministério supervisor e dos Correios, para tratamento de orientações gerais inerentes aos negócios e às políticas públicas e para o acompanhamento das metas e objetivos dos Correios, em observância ao art. 51 do Estatuto Social dos Correios;
- X. Instituição de reuniões periódicas entre o Conselho de Administração e os seus comitês de assessoramento, com vistas ao nivelamento das ações executadas de acordo com as respectivas competências e ao cumprimento de determinações regimentais e do plano trabalho, para um maior sincronismo e convergência das decisões a serem adotadas pela alta administração no direcionamento da empresa para consecução do Plano Estratégico;
- XI. Implementação de formato inovador para capacitação dos conselheiros de

administração e fiscais, diretores executivos e membros de comitês estatutários, por meio de workshop presencial, que contou com palestrantes externos, de grande notoriedade no mercado, abrangendo os temas previstos na Lei nº 13.303/2016, além de assuntos relevantes para a atuação dos Correios;

XII. O reporte da execução e desempenho do Plano Estratégico é apresentado quadrimestralmente à alta administração, consoante o modelo de governança da gestão estratégica, em que os órgãos colegiados (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) têm a oportunidade de acompanhar, o andamento dos processos prioritários, dos projetos e processos viabilizadores, da captura de benefícios, dos resultados dos indicadores estratégicos e, por conseguinte, definir as diretrizes relacionadas ao Plano Estratégico;

XIII Aprovação e monitoramento pela alta administração, mediante reportes bimestrais realizados pelos órgãos da Diretoria de Governança e pela Auditoria Interna, dos planos de Auditoria Interna (Paint) e de Controles Internos (Pacim), com vistas a avaliar e emitir direcionamentos de atuação para a gestão, assim como para manter as partes interessadas informadas sobre os resultados da empresa;

XIV. Aprovação e monitoramento pela alta administração, mediante reportes trimestrais realizados por órgão da Diretoria de Governança, do plano de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri).

3.4.1 Indicadores de governança

Os Correios participam de avaliações de sua governança corporativa, notadamente com o intuito de validar e reforçar as ações e resultados já realizados, mas também detectar eventuais desconformidades ante as boas práticas de mercado e os normativos estabelecidos pelos órgãos de controle e supervisão.



O Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) é um instrumento de acompanhamento anual, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, que tem por objetivo fundamental acompanhar o desempenho da governança das empresas estatais federais no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016.

Visão geral dos Correios nas avaliações do IG-SEST

Tabela 29 - Ciclos IG-Sest

NOTA IG-Sest	CICLO	NOTA	NIVEL
	1º ciclo (2017)	3,13	3
2º ciclo (2018)	7,42	2	
3º ciclo (2018)	8,06	1	
4º ciclo (2019)	7,16	2	
5º ciclo (2021)	8,05	2	
6º ciclo (2022)	9,40	2	

Fonte: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/igsest/historico/copy_of_linhadotempo-igsest

Os Correios obtiveram, no 6º ciclo, a pontuação de 9,40, evidenciando a evolução do nível de maturidade da governança nos Correios e o alinhamento às boas práticas do mercado. Os itens não atendidos representam oportunidades de melhorias, mediante ações a serem desenvolvidas pela empresa, as quais nortearão o amadurecimento da governança e da gestão.

O 6º ciclo avaliativo do indicador IG-Sest contemplou a reformulação geral do indicador (questionário e metodologia), bem como a inclusão de temas relacionados às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que elevou ainda mais a complexidade da avaliação, realizada nas seguintes dimensões: Conselhos e Diretorias, Transparência e Gerenciamento de Riscos, Controles e Auditoria.

Levantamento de Governança e Gestão Pública - TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza levantamentos para conhecer melhor a

situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança. Realizado desde 2017, o levantamento de governança e gestão pública tem por objetivo obter informações acerca da maturidade da governança e da capacidade de gestão dessas organizações.

Os Correios registraram uma evolução importante no Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG-TCU). Apesar do aumento da complexidade da avaliação de 2021, a empresa obteve a nota 73,9%, demonstrando avanço ante 2018, quando alcançou 67% da pontuação. Com essa evolução do resultado, os Correios se posicionam entre as 20 estatais com os melhores índices mensurados, em um total de 54 empresas públicas avaliadas. Em 2022, não houve aferição do iGG-TCU.

Anuário 360º - Revista Época Negócios

Os Correios conquistaram a 1ª posição na categoria desempenho financeiro do anuário Época Negócios 360º, que avalia as melhores empresas no Brasil. No ranking geral, referente ao exercício 2021 (apurado em 2022), os Correios subiram 90 posições em relação ao último ano de participação (2020), ocupando a 61ª colocação entre as melhores empresas do país. A empresa também se destacou na dimensão governança corporativa, ocupando o 3º lugar, e evoluiu significativamente nas áreas de inovação, visão de futuro, pessoas e sustentabilidade.

Em sua 11ª edição, o anuário avaliou 420 empresas brasileiras com faturamento superior a R\$ 200 milhões anuais, divididas em 25 setores, que se destacaram nas áreas de inovação, visão de futuro, ESG/socioambiental, ESG/governança, pessoas e desempenho financeiro.

Em 2022, é possível observar a evolução na classificação geral alcançada pelos Correios ante 2020:

Tabela 30 - Classificação Anuário 360º

ANO	EMPRESAS PARTICIPANTES	CLASSIFICAÇÃO GERAL
2020	334	151º
2021	420	61º

Fonte: Revista Época Negócios

Em relação às médias das outras empresas, destacam-se as alcançadas pela empresa nas dimensões desempenho financeiro e governança corporativa, as quais igualam-se às médias atingidas pelas empresas classificadas no “Top 10”. Já no setor serviços, as médias dos Correios foram superiores às das empresas participantes desse setor:

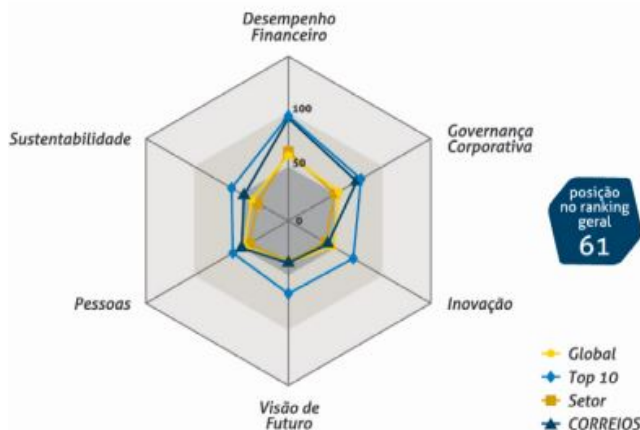


Tabela 31 - Classificação Anuário 360º - Por dimensão

CLASSIFICAÇÃO POR DIMENSÃO	2020	2021
Governança corporativa	14º	3º
Inovação	16º	8º
Visão de futuro	19º	10º
Pessoas	19º	7º
Sustentabilidade	9º	5º
Desempenho financeiro	*	1º

Fonte: Revista Época Negócios

(*) em 2020, as informações não foram disponibilizadas no questionário

Medidas adotadas em relação aos indicadores

De forma a aperfeiçoar a governança corporativa dos Correios, os resultados obtidos nos respectivos indicadores subsidiaram diversas ações, ao longo de 2022, das quais destaca-se a manutenção para 2023 do Índice de Maturidade do Sistema de Governança (IMSG) entre os indicadores estratégicos dos Correios, visando aprimorar a governança e, sobretudo, subsidiar a tomada de decisão pela alta administração, contribuindo para profissionalização e eficiência da gestão, cumprimento da missão e função social da empresa, geração de valor ao longo do tempo, perenidade e sustentabilidade financeira.

Em 2022, foi elaborado o Plano de Ação de Melhoria do Índice de Governança dos Correios, que tem por finalidade a realização de ações para elevar a maturidade da governança corporativa da empresa, consoante os resultados aferidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, no Indicador de Governança (iGSest) e no Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG-TCU). Das 40 ações previstas no Plano de Melhoria do Índice de Governança, até dezembro de 2022, 75% foram implementadas pelas respectivas áreas gestoras.

3.5. Do Sistema de controles internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado por estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão da alta administração, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle da empresa.

Consoante a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016 MP/CGU, os controles internos da gestão, no âmbito do Poder Executivo Federal, devem permear toda a organização para enfrentar os riscos e fornecer a segurança razoável de que objetivos e metas sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica, evitando-se desvios.

A alta administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) possui o dever de prestação de contas sobre o alcance dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos e controles internos.

O SCI adota o modelo das três linhas, o que possibilita o melhor entendimento dos papéis dentro da organização, sendo que a 1ª linha tem a propriedade dos riscos e dos controles e a responsabilidade por gerenciá-los; a 2ª linha é responsável por orientar, aprimorar e monitorar, de forma corporativa e continuada, a gestão de riscos e de controles internos; e a 3ª linha, composta pela Auditoria Interna, que atua de forma independente para fazer avaliações destinadas a adicionar valor à empresa e a melhorar as suas operações.

Em alinhamento ao SCI, foi aprovada e implementada, em 2022, a Política de Controle Interno dos Correios, consoante a legislação nacional e as boas práticas de governança reconhecidas. A Política de Controle Interno é uma das bases para a implementação cotidiana de controles internos em toda a empresa, pois estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades dos envolvidos no âmbito dos Correios.

3.5.1. Controle Interno

A estrutura de governança dos Correios conta com órgão que atua em nível de segunda linha, responsável pela avaliação e pelo monitoramento de controles internos estabelecidos e executados pelos gestores de primeira linha nos processos operacionais, de negócios, de suporte e nas unidades operacionais.

Os trabalhos realizados buscam avaliar a eficácia dos controles para apresentação de oportunidades de melhorias aos gestores e fortalecimento dos controles internos; aumentar a confiabilidade e transparência das informações produzidas para a tomada de decisão e contribuir na mitigação de riscos que possam impactar negativamente o atingimento dos objetivos da empresa.

As metas de avaliações de controles internos são definidas e consolidadas no Plano Anual de Avaliação de Controle Interno (Pacin), aprovado em reunião de diretoria, sendo elaboradas por meio de critérios de priorização, que levam em consideração a criticidade dos riscos e os direcionadores estratégicos da empresa, entre outros fatores. Por sua vez, os resultados das avaliações são reportados aos gestores e à alta administração por meio do Relatório Anual de Avaliação de Controle Interno (Racin), para tomada de decisão.

Na execução do Pacin/2022, foram realizadas avaliações de controles em processos operacionais, de negócio, de suporte e em unidades operacionais.

I. Avaliação de controles em processos operacionais, de negócios e de suporte

Em 2022, realizaram-se avaliações de controles em 14 processos operacionais, de negócio e de suporte, conforme tabela a seguir:

Tabela 32 - Processos operacionais, de negócios e de suporte

ORDEM	PROCESSO	ATIVIDADE	ORIGEM
1	Gerir planejamento das contratações	Plano de Gerenciamento das Contratações (PGCON)	Pacin/2021
2	Gerir frotas e equipamentos operacionais	Unitizadores - devolução e descarte	Pacin/2022
3	Realizar coleta / Realizar operações em agências	Captação (GT - Fraudes)	Pacin/2022
4	Gerir contratos administrativos	Gestão administrativa e operacional	Pacin/2022
5	Gerir frotas e equipamentos operacionais	Manutenção de veículos	Pacin/2022
6	Realizar transferência / Realizar movimentação de carga	Linhas de transporte	Pacin/2022
7	Gerir bens móveis	Controle de bens móveis	Pacin/2022
8	Realizar serviços logísticos	Realizar serviços de logística	Pacin/2022
9	Gerir contratações administrativas	Contratação Direta - Portal de Serviços - PSER	Pacin/2022
10	Realizar operações em agências / Gerir canais	Agência de Correios Comunitária (AGC)	Pacin/2022
11	Administrar processos econômico-financeiros	Contas a pagar - efetuar pagamento	Pacin/2022
12	Gerir segurança corporativa	Segurança do Fluxo Postal - Extravio	Pacin/2021
13	Gerir segurança corporativa	Segurança do Fluxo Postal (PRT/PRESI-143/2022)	Demanda Extraordinária
14	Gerir contratos de publicidade	Publicidade	Demanda Extraordinária

Fonte: Pacin/2022

As avaliações de controles realizadas nesses processos apontaram 293 oportunidades de aprimoramento, as quais foram encaminhadas às áreas gestoras para adoção das medidas de regularização, que serão acompanhadas pela área de controle interno até a devida conclusão.

II. Avaliação de controles em unidades operacionais

Foram realizadas avaliações de controles em 7.494 unidades operacionais: Agências de Correios Próprias (AC), Agências de Correios Franqueadas (AGF); Centros de Distribuição Domiciliária (CDD); Centros de Entregas de Encomendas (CEE); Agências de Correios Comercial (ACC); Centros de Transporte Operacional (CTO); Centros de Tratamento (CT); Terminal de Cargas (TECA) e Gerências de Controle e Captação (GCCAP).

Em 2022, foram realizadas 2.165 avaliações de controles em unidades operacionais, na modalidade presencial, que resultaram na identificação de 24.940 não conformidades, das quais 19.936 (80%) foram regularizadas no decorrer do exercício.

Na modalidade não presencial, foram realizadas avaliações de controles em 6.028 Agências de Correios Próprias, por meio de testes automatizados de avaliação de controles, aplicados em três ciclos, com uma avaliação a cada quadrimestre. Como resultado dessas avaliações, foram identificadas 22.529 não conformidades no primeiro ciclo, 14.074 no segundo e 20.472 no terceiro. Observa-se que, em comparação dos resultados entre o primeiro e o terceiro ciclos, houve melhora do nível de eficácia dos controles em mais de 1.300 unidades dos Correios.

Na tabela a seguir, são apresentados os dados da execução (meta X realizado) do Pacin/2022:

Tabela 33 - Dados de execução em unidades operacionais

UNIDADES OPERACIONAIS	META	REALIZADO	%
Agências de Correios Próprias (AC)*	6.028	6.028	100%
Agências de Correios Franqueadas (AGF)	588	699	123%
Centros de Distribuição Domiciliária (CDD)	548	575	105%
Centros de Entrega de Encomendas (CEE)	67	67	100%
Agências de Correios Comercial (ACC)	62	63	102%
Centros de Transporte Operacional (CTO, CETO)	21	28	133%
Centros de Tratamento (CTC, CTE, CTCE)	10	22	220%
Terminal de Cargas (TECA)	6	6	100%
Gerências de Controle e Captação (GCCAP)	4	6	150%
TOTAL	7.334	7.494	102%

Fontes: Plano Anual de Avaliação de Controles Internos (Pacin) 2022 e Relatório Anual de Avaliação de Controles Internos (Racin) 2022.

(*) Agências Próprias (AC) avaliadas por meio do monitoramento automatizado, que é a avaliação de controles realizada via sistema.

(*) Avaliações presenciais (699 unidades); avaliações automatizadas (6.028 unidades - 1º ciclo; 5.974 unidades - 2º e 3º ciclos). A quantidade de unidades avaliadas no 2º e 3º ciclos difere da do 1º ciclo em razão do fechamento de 54 unidades no decorrer do exercício.

A presença de estruturas de controle interno, localizadas nas superintendências estaduais, possibilita a avaliação de controles *in loco* mediante a aplicação de testes de controles nas unidades operacionais, avaliando, sobretudo, se essas atividades estabelecidas estão sendo eficazes na prevenção e detecção de não conformidades.

3.5.2. Controles na elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Lei nº 6.404/1976, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as demais normas aplicáveis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

O orçamento de investimentos dos Correios foi aprovado pela Lei nº 14.303/2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), de 21 de janeiro de 2022, que estabelece o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. A LOA foi construída com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 14.194/2021, de 20 de agosto de 2021.

Mecanismos de controle e responsabilização

Entre as medidas adotadas para garantir a plena aplicação da norma contábil, considerados os processos que impactam significativamente as demonstrações contábeis, destacam-se:

- I. Contratação permanente de auditores independentes para avaliação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais;
- II. Contratação anual de empresa especializada em cálculos atuariais para rever e mensurar o valor das obrigações com os benefícios pós-emprego (previdência complementar e assistência à saúde) concedidos aos empregados e dependentes;
- III. Verificação anual dos imóveis classificados no ativo imobilizado, que apresentam indicativos de constituição ou reversão de perda, a fim de verificar a necessidade de avaliação dos imóveis para mantê-los reconhecidos pelo seu valor recuperável;
- IV. Avaliação, a cada cinco anos, de toda a carteira imobiliária, a fim de validar a consistência da base de indicativos de perda e de revisar a vida útil e o valor residual dos imóveis, garantindo que esses ativos estejam registrados pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis;
- V. Avaliação anual das propriedades para investimento, de modo a mantê-las reconhecidas a valor justo, conforme disciplina a legislação vigente;
- VI. Aprovação pela Diretoria Executiva e manualização da Matriz de Informação e Responsabilidades, que estabelece os prazos e as responsabilidades dos órgãos da empresa para envio das informações necessárias à elaboração das demonstrações contábeis;
- VII. Consolidação, orientação e manualização das rotinas e procedimentos necessários à produção tempestiva das informações contábeis úteis, com vistas a produzir e divulgar informações, em conformidade com a legislação vigente;
- VIII. Realização de registros contábeis, por meio de instruções automáticas de contabilização entre os módulos do *Enterprise Resource Planning (ERP)* e por integrações “banco a banco” com sistemas interligados;

IX. Monitoramento constante das transações reconhecidas na contabilidade, com o objetivo de oportunizar melhorias;

X. Disponibilização do aplicativo WebCont para a divulgação dos indicadores relativos à área contábil (índice de incorporação de conciliações), além de padronização e centralização das conciliações contábeis, de modo a permitir a consulta pelas áreas gestoras responsáveis pelos processos que impactam as demonstrações contábeis.

Ressalta-se que a empresa possui, em sua estrutura organizacional, o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário de caráter permanente, que tem por competências supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações contábeis da empresa e de suas subsidiárias e controladas; monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis da empresa; revisar, previamente à publicação, as informações contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, e acompanhar o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, entre outras.

Por fim, cabe destacar que os resultados mensais são apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

Informações da área de contabilidade dos Correios

Em 2022, foi criada a Superintendência Executiva de Contabilidade (Sucon) com vistas ao fortalecimento da área de contabilidade, por meio do aprimoramento dos controles internos e do aperfeiçoamento dos processos contábeis.

Subordinado à Sucon, na Diretoria Econômico-Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação (Diefi), o Departamento de Contabilidade (Decon) possui a função de administrar, controlar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade societária, à contabilidade gerencial e às políticas e diretrizes contábeis.

Atualmente, a estrutura do Decon é composta por quatro gerências corporativas, que são responsáveis principalmente pela elaboração das demonstrações contábeis (GCOS), pelos lançamentos, composição e conciliação dos fatos contábeis (GCON), pela emissão de políticas e diretrizes contábeis que nortearão a contabilização dos fatos contábeis (GDPC), em consonância à legislação vigente, e por executar e acompanhar as evoluções sistêmicas e integrações com as ferramentas corporativas no âmbito contábil (GCOD).

Em 2022 a DIEFI contou com a atuação dos responsáveis apresentados a seguir:

Tabela 34 - Responsáveis na DIEFI

NOME	CARGO	FUNÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Superintendente Executivo - SUCON	04/03/22 a 20/06/22
Vanessa Sandri Barbosa	Contador	Superintendente Executivo - SUCON	21/06/22 a 31/12/22
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Chefe de Departamento - DECON	01/01/22 a 03/03/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Chefe de Departamento - DECON	04/03/22 a 30/06/22
David Dias da Silveira Junior	Contador	Chefe de Departamento - DECON	01/07/22 a 31/12/22
Anderson Nazario da Silva	Contador	Gerente Corporativo - GCOS	01/01/22 a 31/12/22
Giancarlo Pereira Viana	Contador	Gerente Corporativo - GCON	01/01/22 a 14/07/22
Robinson Takuya Shintaku	Contador	Gerente Corporativo - GCON	15/07/22 a 31/12/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo - GDPC	01/01/22 a 03/03/22
Marco Antonio de Oliveira	Contador	Gerente Corporativo - GDPC	04/03/22 a 31/12/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo - GCOD	12/01/22 a 31/01/22
Kerson Rabelo de Moura	Analista de Sistema	Gerente Corporativo - GCOD	01/02/22 a 31/12/22

Fonte: DIEFI

Conclusões da auditoria independente

Em 2023, os Correios receberam o relatório de auditoria independente do exercício de 2022, o qual possui a seguinte opinião:

“Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

3.6. Da Gestão de riscos

A área responsável pela gestão de riscos é vinculada à Diretoria de Governança e Estratégia e liderada por diretor estatutário. A gestão de riscos corporativa nos Correios não somente auxilia, mas norteia a tomada de decisão, contribuindo e tornando o ambiente mais seguro para a concretização dos objetivos corporativos, a partir da identificação dos riscos, sua análise associada aos negócios e aos processos da empresa, e da definição de mecanismos de controle para mitigá-los.

Em 27/04/2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração dos Correios a revisão da Política Corporativa de Gestão de Riscos, atualizada com base nos normativos externos e internos.

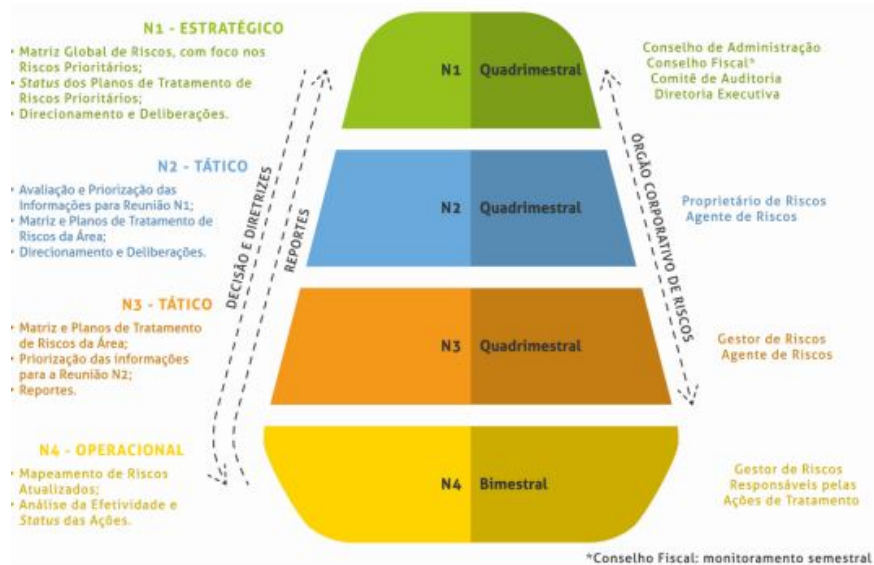
Entre as principais alterações realizadas na revisão, destaca-se o alinhamento à ABNT NBR ISO 31.000/2018, à Resolução nº 18 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar) e à Instrução Normativa nº 01/2016. Conceitos importantes foram atualizados, considerando-se o Modelo das Três Linhas proposto pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), a Cadeia de Valor dos Correios, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Estatuto Social dos Correios.

A política estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidos pela gestão corporativa de riscos nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, consoante os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, e a reduzir os riscos a níveis aceitáveis com aumento da probabilidade de concretização dos objetivos da empresa.

São alguns dos princípios e diretrizes da Política Corporativa de Gestão de Riscos dos Correios:

- I. Comprometimento da alta administração;
- II. Proteção de valor da organização;
- III. Integração aos processos organizacionais;
- IV. Transparência dos riscos que comprometem o alcance dos objetivos;
- V. Promoção da melhoria contínua.

De acordo com o modelo de governança de riscos, é realizado o monitoramento global dos riscos corporativos nos diversos contextos mapeados. O modelo também abrange planos de tratamento de riscos, em um fluxo de decisões e informações de acompanhamento, além da estruturação dos riscos em níveis, conforme seus impactos organizacionais.



As funções e os deveres dos papéis e responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos são fortalecidos pela aplicação do modelo das três linhas, consoante preconizado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), sendo a 1ª linha representada pelos empregados, gestores e órgãos que possuem a responsabilidade do gerenciamento e da propriedade dos riscos; a 2ª linha responsável por fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos — nesta linha enquadra-se a área corporativa de gestão de

riscos e a de controle interno; e a 3ª linha com a função de contribuir para o aumento e proteção do valor dos Correios, por meio de avaliações e consultorias.

Categorias de riscos empresariais consideradas pelos Correios

Os Correios, assim como toda organização, estão sujeitos a riscos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais. Para melhor gerenciamento, a empresa classifica os riscos em categorias, conforme a seguir, observadas as características do mercado em que atua e suas particularidades:



Os Correios conferem atenção especial à gestão de riscos classificados na categoria estratégico, atribuindo prioridade na execução das ações de controle. Anualmente, quando da atualização do Plano Estratégico, os fatores dos riscos estratégicos também são revistos, para adequação das ações de controle, por meio do uso de ferramentas e metodologias específicas.

Na etapa de revisão do Plano Estratégico em 2022, a partir dos resultados de 2021, foi sinalizada melhoria da saúde financeira da empresa, considerando os esforços empreendidos em ações para a redução de despesas, a racionalização dos custos e diversificação dos negócios, decorrente, principalmente, do crescimento do comércio eletrônico ocorrido durante a pandemia, o que refletiu positivamente no enfrentamento de determinados riscos.

Ciente do dinamismo dos cenários e das mudanças nos ambientes interno e externo da empresa e, a partir da análise das informações dos riscos, em especial das categorias estratégico e mercado, há expectativa de tendência a maior exposição a riscos, em virtude do aumento da concorrência dos diversos modelos de negócios atuantes no setor, do aumento da inflação, juros e redução das perspectivas de crescimento econômico ou mesmo recessão global.

Nesse sentido, a empresa trabalha com ações estruturantes para mitigar os possíveis riscos, com a oferta de um extenso portfólio de produtos e serviços e o desenvolvimento de novos projetos com foco nas necessidades dos seus clientes.

Em 2022, os Correios fomentaram a identificação de riscos da categoria socioambiental, vinculados às mudanças climáticas, voltados à disseminação de doenças epidêmicas, aumento de ondas de calor, enchentes e/ou inundações das unidades e estradas, redução na disponibilidade hídrica (crise hídrica) e incêndios.

Faz-se necessário criar planos resilientes de mitigação dos riscos socioambientais, diante do aumento significativo de ondas de calor e frio intenso, chuvas torrenciais, ventos fortes, incêndios em vegetação externa e crise hídrica, considerando, sobretudo, a magnitude das potenciais perdas financeiras.

O Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri) contempla o mapeamento de riscos de processos da cadeia de valor, além das principais ações a serem

executadas pelas áreas para elevação do nível de maturidade na gestão de riscos, assegurando uma maior eficiência e segurança no processo de tomada de decisão e alcance dos objetivos organizacionais.

Visando ao aumento da maturidade da gestão de riscos dos Correios, em 2022, foram desenvolvidas ações nas temáticas relativas às políticas e diretrizes, critérios, métodos, padrões e ferramentas, fortalecimento da cultura, treinamento e comunicação, coordenação do processo de gerenciamento de riscos e monitoramento de riscos.

Como resultado, os mapeamentos de riscos seguiram evoluindo, sendo realizados reportes de forma sistemática à alta administração para monitoramento dos riscos prioritários e estratégicos e do respectivo plano de controle.

Fatores de risco

A Matriz SWOT é uma das ferramentas que auxiliam a identificação dos fatores de riscos, das causas e consequências, pois contempla a análise de: forças (*strengths*), fraquezas (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*).

No processo de atualização do Plano Estratégico, uma das etapas abrange a análise dos ambientes de atuação da empresa, interno e externo, as tendências de mercado nacional e internacional para o segmento postal, negócios concorrenciais e ambiente regulatório, entre outros.

O resultado desta análise é insumo para a identificação dos fatores de riscos para os Correios, oriundos de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, socioambientais, econômicas, judiciais, bem como em marcos regulatórios e modelos de negócios no país e no exterior, que podem impactar a manutenção, o desenvolvimento e a implementação de seus negócios, produtos e serviços, assim como a sua participação no mercado e o seu relacionamento com as partes interessadas.

Em 2022 foram identificados fatores de riscos relacionados ao aumento da concentração do comércio eletrônico em grandes *marketplaces*, incluindo processos logísticos em suas plataformas, ao crescimento da ocorrência de fraudes digitais, *fake news*, distorções de informações e críticas em redes sociais, às possíveis alterações normativas do executivo, legislativo e judiciário e ao movimento para formação de redes logísticas alternativas e integradas. Observou-se, também, a continuidade da desmaterialização dos negócios de comunicação física, fator impulsionado pela maior familiaridade e adesão da população a soluções digitais.

Na atualização do Plano Estratégico, foi realizada a revisão e a atualização dos riscos estratégicos. Todos os riscos estratégicos são monitorados com acompanhamento do nível de criticidade e do avanço das ações previstas nos planos de tratamento, visando assegurar o devido gerenciamento dos riscos e o cumprimento do plano de tratamento para fins de mitigação dos impactos advindos de eventual materialização.

Outro aspecto a ser considerado no contexto dos fatores de riscos é a constante necessidade de adaptação às regulamentações de práticas socioambientais.

É importante ressaltar que, como estatal não dependente de recursos da União, os Correios se utilizam de receita própria para custear toda a sua operação. Os resultados advindos da prestação dos serviços no mercado concorrencial (não exclusivo) são essenciais para o cumprimento de políticas públicas e custeio da universalização dos serviços postais. Sob esse aspecto, a empresa contempla, em seu plano de tratamento de riscos, ações para a manutenção do equilíbrio de receitas, custos e despesas visando garantir a sustentabilidade financeira.

Programa de Compliance

Compreende um conjunto de práticas de compliance consolidadas na empresa voltadas para a prevenção, a detecção e a resposta às ações e condutas irregulares. Tem por finalidade combater atos ilícitos, fraudes e corrupção, o descumprimento de normas e os desvios de condutas éticas; reduzir perdas financeiras e danos à reputação e à imagem da empresa; promover a integridade organizacional e a sustentabilidade dos negócios, dentre outros, sendo um importante instrumento de governança corporativa para a proteção da empresa e da sociedade.

O Programa de Compliance dos Correios está estruturado por meio de três eixos de atuação e de dimensões temáticas, nos quais se encaixam as principais práticas, conforme demonstrado na figura a seguir:



Disponível em <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/transparencia-e-governanca/compliance/compliance>

O compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência, à integridade, à conduta ética e ao fortalecimento institucional, ao tempo em que busca a solidificação de um ambiente de negócio íntegro, no qual a ética é valorizada como diferencial competitivo.

As atividades de compliance nos Correios são executadas por meio da adoção de um conjunto de políticas, procedimentos, métodos, regras e práticas que visam garantir a conformidade das atividades do negócio com a legislação vigente, com as normas internas e com os valores e padrões éticos estabelecidos. Nesse sentido, o Programa de Compliance dos Correios é aprimorado continuamente por meio da execução do Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri), que visa prevenir, detectar e responder às vulnerabilidades da empresa e, ainda, fomentar o aumento da maturidade e da cultura em compliance.

Foi implementada, em 2022, a campanha educativa No Tom Certo de Compliance, com a apresentação da mascote Tom, que faz referência ao “Tom que vem do Topo”, destacando a todos os empregados a importância de estarem atentos às leis, políticas, códigos, regulamentos, programas e procedimentos na execução dos processos, atividades e entrega de produtos e serviços, mantendo a imagem de empresa idônea e responsável socialmente.

Em 2022, os Correios adotaram um conjunto de ações de boas práticas de compliance, com destaque para:

I. Atualização da Política Corporativa de Compliance, em consonância com a norma ABNT NBR ISO 37301:2021, e do novo Programa de Compliance, que consolida as práticas de compliance voltadas para prevenção, detecção e resposta às condutas irregulares na empresa;

II. Realização do Seminário de Ética e Combate à Corrupção, além da implantação de novos procedimentos de integridade: *Background Check* de Integridade (BCI) para designação de função dos empregados, membros de colegiados dos Correios e das entidades ligadas, entre outros (537 relatórios emitidos de BCI); Termo de Sigilo e Confidencialidade, sob um formato padrão, para assinatura pelos empregados que têm acesso às informações privilegiadas (9.553 termos assinados); e consultas de *due diligence* (diligência prévia) recebidas de clientes dos Correios, como pré-condição à celebração ou à renovação de contratos;

III. Realização de 827 ações de comunicação, com destaque para a campanha educativa de compliance, direcionadas a todos os empregados dos Correios;

IV. Disponibilização de 15 cursos na plataforma de educação a distância (EaD) da Universidade dos Correios, que resultaram em 254.857 participações;

V. Realização de quatro edições do Fórum do Sistema de Gestão de Compliance, tendo por foco a identificação de ações de curto prazo para mitigação de riscos de compliance em agências franqueadas, na gestão da frota e de faltas injustificadas, bem como em questões relacionadas à sustentabilidade, na vertente social;

VI. Publicação de manual com os procedimentos para operacionalização do Sistema

de Gestão de Compliance, abrangendo as etapas de planejamento, operação, avaliação de desempenho e melhoria, bem como o manual de verificação da conformidade legal dos processos dos Correios, além de identificação dos riscos legais;

VII. Atualização do regramento alusivo à oferta e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades, em consonância com o Decreto nº 10.889/2021;

VIII. Implementação de funcionalidades para captação da ciência dos empregados ao Código de Conduta Ética e Integridade e ao Regime Disciplinar no aplicativo “Sou Correios”, assim como nas capacitações sobre esses temas;

IX. Fortalecimento da Rede de Compliance e Gestão de Riscos, com a realização de 11 reuniões com agentes de compliance e riscos nas superintendências estaduais, resultando na ampliação da atuação da área de compliance nos estados;

X. Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), evidenciando o compromisso da empresa em aprimorar os seus mecanismos de controle a fim de minorar as eventuais fragilidades organizacionais que oportunizam fraudes e corrupção. O PNPC é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Programa de Compliance Concorrencial

Com foco na lei de defesa da concorrência (Lei nº 12.529/2011), o programa de compliance concorrencial busca o fortalecimento institucional por meio de um ambiente de negócios probo e íntegro, sem prejuízo à universalização dos serviços postais. Disponível em <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/transparencia-e-governanca/compliance/instrumentos-normativos>

3.7. Governança das entidades ligadas aos Correios

Dentre as ações de governança executadas pelos Correios, destaca-se a supervisão das entidades ligadas, em atendimento ao art. 4º da Resolução nº 22/2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar).

Os Correios são patrocinadores do Instituto de Previdência Complementar (Postalis) e da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (Postal Saúde).

O Postalis foi criado em 1981, com o objetivo de instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, conforme descrito no art. 4º do seu Estatuto Social, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos termos da Portaria nº 308 - Previc, de 15/04/2020.

É uma entidade fechada de previdência complementar, de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multipiano, a teor do disposto no art. 1º e parágrafo único de seu Estatuto Social.

A Postal Saúde, constituída em abril de 2013 e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, é uma associação civil, sem fins lucrativos, e tem por objetivo precípuo operar planos privados de assistência à saúde, proporcionando aos seus associados assistência à saúde, nas formas disciplinadas nos regulamentos específicos.

Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômico-financeira e para a qualidade dos serviços prestados pelas entidades ligadas, destacam-se as seguintes ações de supervisão realizadas em 2022:

I. Aprovação e execução do Plano Anual de Supervisão das Entidades (Pasen) 2022, visando viabilizar a regularidade e a efetividade na execução das atividades de supervisão das entidades ligadas, utilizando-se de metodologias específicas;

II. Aprovação dos relatórios semestrais, sobre a gestão do patrocínio de planos de benefícios, em atendimento à Resolução CGPar nº 09/2016, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38/2022, de 04/08/2022;

III. Aprovação de relatório de 2021, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, com posterior remessa ao Comitê Estatutário de Auditoria, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CGPar nº 22/2018, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38;

IV. Aprovação e monitoramento do Plano de Metas para a Diretoria Executiva da Postal Saúde, referente ao exercício 2022, em atendimento aos artigos 6º e 8º, ambos da Portaria nº 17.726/2020, que regulamenta a Resolução CGPar nº 22/2018, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38;

V. Aprovação do Estatuto Social da Postal Saúde, trazendo a alteração de mantenedor dos Correios para patrocinador da operadora; e

VI. Aprovação do Plano Anual de Supervisão das Entidades (Pasen) 2023, com inovação referente ao Pilar 2: Sustentabilidade e Governança das Entidades.

Outras ações desenvolvidas pela empresa envolvendo as entidades ligadas:

I. Apresentação do estudo de economicidade da manutenção do patrocínio do plano de benefício gerido pelo Postalís, em atendimento à Resolução CGPar nº 25/2018;

II. Encaminhamento ao Ministério das Comunicações, para posterior análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação, Governança das Empresas Estatais (Sest), do Plano de Custeio de 2021, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

III. Acompanhamento trimestral da execução do plano de ação, para correção ou mitigação de eventuais fragilidades encontradas, quando da realização da auditoria periódica;

IV. Acompanhamento trimestral sobre a gestão dos investimentos no Postalís, com o objetivo de monitorar de forma diligente a evolução dos recursos aplicados pela entidade.

3.8. Descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios² tem como base normativa o Decreto nº 8.945/2016 – que regulamenta a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), somado às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) encaminhadas por meio do Ofício Circular 364/2022/ME, de 08/02/2022. Essa prática tem por objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhado à especificidade da empresa.

A remuneração média mensal e o total da remuneração em 2022 dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal estão demonstrados no quadro a seguir:

Tabela 35 - Remuneração Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2022
Daniel Mejdalani Follain	25/01/2022	31/10/2022	4.909,18	44.182,58
Flavia Duarte Nascimento	20/10/2021	-	4.496,22	53.954,64
Floriano Peixoto Vieira Neto ⁽¹⁾	24/06/2019	31/12/2022	5.395,46	64.745,52
Maurício Fortes Garcia Lorenzo ⁽²⁾	26/09/2018	-	5.475,41	65.704,97
Maximiliano Salvadori Martinhão	20/10/2021	-	4.496,22	53.954,64
Ruy do Rego Barros Rocha ⁽¹⁾	03/08/2016	-	5.395,46	64.745,52

⁽¹⁾ Para esses conselheiros é feito o recolhimento do INSS

⁽²⁾ Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS e PostalPrev

Tabela 36 - Remuneração Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - R\$	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2022
Gerson Nogueira Machado de Oliveira	25/09/2019	26/04/2022	4.346,35	17.385,38
José Renato Correa de Lima ⁽¹⁾	06/08/2020	14/07/2022	5.815,11	34.890,65
Renato Perez Tucci	03/12/2020	22/11/2022	4.387,22	48.259,43
Elisa de Albuquerque Medeiros ⁽¹⁾	27/04/2022	-	5.283,06	42.264,44
Gustavo Henrique Ferreira	15/07/2022	-	4.146,51	24.879,08
Bruno Cirilo Mendonca de Campos	23/11/2022	-	4.496,22	4.496,22
Sérgio Alonso da Costa ⁽²⁾	24/11/2020	-	374,69	4.496,22

⁽¹⁾ Para esse conselheiro é feito o recolhimento do INSS

⁽²⁾ Conselheiro suplente

Tabela 37 - Remuneração Diretoria

DIRETORIA ESTATUTÁRIA	
Remuneração dos membros	Valores em R\$ (2022)
Número de membros:	08
I - Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.269.917,35
a) salário ou pró-labore	3.873.664,80
b) benefícios diretos e indiretos ^(*)	396.252,55
c) remuneração por participação em comitês	
c) remuneração por participação em comitês	
d) outros	
II - Remuneração variável (e+f+g+h+i)	210.785,45
e) bônus	
f) participação nos resultados	210.785,45
g) remuneração por participação em reuniões	
h) comissões	
i) outros	
III - Total da Remuneração (I + II)	4.480.702,80
IV - Benefícios pós-emprego	
V - Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	
VI - Remuneração baseada em ações	

(*) Pagamento de auxílio saúde de anos anteriores

Mais informações sobre remuneração dos administradores podem ser obtidas no Relatório Integrado ou por meio de acesso à página dos Correios: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/servidores>

3.9. Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração dos Correios declara que aprovou na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração dos Correios, ocorrida em 23 de maio de 2023, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8º da Lei nº 13.303, de 30/6/2016.

Brasília, na data da assinatura digital.

Sônia Faustino Mendes

Presidente do Conselho de Administração

Fabiano Silva dos Santos

Presidente dos Correios e membro do Conselho de Administração

Flávia Duarte Nascimento

Membro do Conselho de Administração

Gustavo Gimenez Nonato

Membro do Conselho de Administração

Ruy do Régio Barros Rocha

Membro do Conselho de Administração

[1] Estatística publicada em http://pls.upu.int/pls/ap/ssp_report.main2020?p_language=AN&p_choice=BROWSE

[2] Os Correios, por atuarem em regime concorrencial, divulgam a remuneração de seus dirigentes/administradores, em conformidade à Instrução Normativa nº 480/2009 da CVM e consoante às disposições dos arts. 5º, § 1º, do Decreto nº 7.724/2016 c/c art. 173 da Constituição Federal, constante do Parecer nº 4296, de 18/04/2017 da CGU.



Documento assinado eletronicamente por **Ruy do Rego Barros Rocha**, **Conselheiro de Administração Titular**, em 23/05/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Faustino Mendes, Presidente**, em 23/05/2023, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Gimenez Nonato, Conselheiro de Administração Titular**, em 23/05/2023, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Duarte Nascimento, Conselheiro de Administração Titular**, em 24/05/2023, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Silva dos Santos, Presidente**, em 26/05/2023, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40107413** e o código CRC **DD42B388**.

Referência: Processo nº
53180.020188/2023-01

SEI nº 40107413

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

2018



SUMÁRIO**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	2
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	7

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA - 1 INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
NOTA - 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
NOTA - 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	12
NOTA - 4 ADOÇÃO INICIAL DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS.....	20
NOTA - 5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....	21
NOTA - 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	23
NOTA - 7 APLICAÇÕES.....	24
NOTA - 8 CONTAS A RECEBER.....	25
NOTA - 9 ESTOQUES.....	27
NOTA - 10 OUTROS VALORES E BENS.....	27
NOTA - 11 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA.....	29
NOTA - 12 ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	30
NOTA - 13 INVESTIMENTOS.....	32
NOTA - 14 IMOBILIZADO.....	32
NOTA - 15 INTANGÍVEL.....	33
NOTA - 16 PASSIVO CIRCULANTE.....	34
NOTA - 17 PASSIVO NÃO CIRCULANTE.....	37
NOTA - 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	52
NOTA - 19 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	53
NOTA - 20 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	57
NOTA - 21 SEGURO DOS BENS.....	59
NOTA - 22 PARTES RELACIONADAS.....	59
NOTA - 23 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	61

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/18	31/12/17 Reclassificado	31/12/18	31/12/17 Reclassificado
Circulante		3.608.585	3.236.657	3.643.426	3.265.227
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14.534	6.755	83.758	124.872
Aplicações	7	817.584	340.692	782.161	249.458
Contas a Receber	8	2.427.977	2.465.208	2.427.977	2.465.208
Estoques	9	33.556	53.197	33.556	53.197
Outros Valores e Bens	10	314.934	370.805	315.974	372.492
Créditos com pessoas ligadas	10.1	1.431	47.323	1.431	47.323
Adiantamentos	10.2	117.255	95.917	117.255	95.917
Impostos e encargos sociais a compensar	10.3	164.697	195.135	165.737	196.822
Cobrança jurídica/inadimplência	10.4	10.663	2.683	10.663	2.683
Outros créditos	10.5	20.888	29.747	20.888	29.747
Não circulante mantido para venda	11	17.406	-	17.406	-
Terrenos mantidos para venda		26.330	-	26.330	-
Prédios mantidos para venda		117	-	117	-
(-) Depreciação Acumulada – Prédios mantidos para venda		(5)	-	(5)	-
(-) Perda ao valor recuperável		(9.036)	-	(9.036)	-
Não Circulante		9.897.950	10.223.561	9.863.121	10.194.998
Realizável a Longo Prazo		2.780.639	2.945.793	2.779.568	2.944.804
Aplicações	7	324.297	648.509	324.297	648.509
Outras Aplicações - VJORA	12.1.1	6.995	4.410	6.995	4.410
Tributos Diferidos	20.1.1	464.604	580.782	464.604	580.782
Depósitos Jud., Rec. e Administrativos	12.2	118.337	114.915	118.337	114.915
Tributos a Compensar	12.3	1.861.392	1.591.408	1.861.392	1.593.408
Outros	12.4	5.014	3.769	3.943	2.780
Investimentos	13	642.152	718.692	608.394	691.118
Imóveis Mantidos Para investimento	13.1.1	669.930	696.377	669.930	696.377
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis Mantidos Para Investimento		(7.344)	(6.218)	(7.344)	(6.218)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(55.185)	(34)	(55.185)	(34)
Museu Correios		993	993	993	993
Correiospar	13.2	33.758	27.574	-	-
Imobilizado	14	6.406.654	6.469.857	6.406.654	6.469.857
Imóveis		5.561.142	5.541.580	5.561.142	5.541.580
(-) Depreciação Acumulada		(456.383)	(398.372)	(456.383)	(398.372)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.274.435	3.227.315	3.274.435	3.227.315
(-) Depreciação Acumulada		(1.921.614)	(1.849.740)	(1.921.614)	(1.849.740)
Intangível	15	68.505	89.219	68.505	89.219
Softwares		389.852	367.238	389.852	367.238
(-) Amortização		(321.347)	(278.019)	(321.347)	(278.019)
TOTAL DO ATIVO		13.523.941	13.460.218	13.523.953	13.460.225

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
Circulante		4.580.203	4.450.098	4.580.215	4.450.105
Fornecedores	16.1	968.581	747.272	968.581	747.272
Salários e Consignações	16.2	1.306.986	1.373.283	1.306.986	1.373.283
Encargos Sociais	16.3	235.089	240.293	235.089	240.293
Impostos e Contribuições	16.4	154.077	157.840	154.089	157.847
Arrecadações e Recebimentos	16.5	42.305	47.519	42.305	47.519
Adiantamentos de Clientes	16.6	21.656	6.427	21.656	6.427
Contas Internacionais a Pagar	16.7	95.367	85.774	95.367	85.774
Precatórios	16.8	129.728	87.944	129.728	87.944
Apropriação por Competência - Patrocinadas/Mantidas	16.9	98.864	110.930	98.864	11.930
Empréstimos e Financiamentos	16.10	181.694	182.647	181.694	182.647
Participação nos Lucros e Resultados	16.11	-	26.384	-	26.384
Receitas a Apropriar	16.12	28.495	20.474	28.495	20.474
Benefício Pós-Emprego	17.1	542.681	522.028	542.681	522.028
Obrigações Financeiras a Pagar	16.13	334.287	344.649	334.287	344.649
Convênio Postal Saúde	16.14	212.839	320.002	212.839	320.002
Obrigações Trabalhistas	17.5	159.831	124.197	159.831	124.197
Outros Débitos	16.15	67.723	52.435	67.723	52.435
Não Circulante		8.689.024	8.850.630	8.689.024	8.850.630
Empréstimos e Financiamentos	16.10	363.388	545.082	363.388	545.082
Benefício Pós-Emprego	17.1	6.589.218	6.318.816	6.589.218	6.318.816
Passivos Contingentes	17.2	337.013	385.618	337.013	385.618
Tributos a Compensar	17.3	-	13.374	-	13.374
Tributos Diferidos	17.4 e 20.1.2	473.526	477.484	473.526	477.484
Precatórios	16.8	39.243	31.128	39.243	31.128
Obrigações Financeiras a Pagar	16.13	-	282.104	-	282.104
Obrigações Trabalhistas	17.5	879.900	797.024	879.900	797.024
Outros	17.6	6.736	-	6.736	-
Patrimônio Líquido		254.714	159.490	254.714	159.490
Capital	18.1	3.222.700	3.179.458	3.222.700	3.179.458
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	18.2	180.758	-	180.758	-
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	18.3	4.375.771	4.458.305	4.375.771	4.458.305
Bens imóveis	18.3.1	4.359.967	4.458.305	4.359.967	4.458.305
Mantidos para venda	18.3.2	15.804	-	15.804	-
Outros Resultados Abrangentes-ORA	18.4	(4.984.061)	(4.762.853)	(4.984.061)	(4.762.853)
Prejuízos Acumulados	18.5	(2.540.454)	(2.715.420)	(2.540.454)	(2.715.420)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.523.941	13.460.218	13.523.953	13.460.225

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	19.1	18.175.857	17.336.885	18.175.857	17.336.885
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	19.2	(15.679.112)	(16.049.141)	(15.679.112)	(16.049.141)
LUCRO BRUTO		2.496.745	1.287.744	2.496.745	1.287.744
Despesas com Vendas/Serviços	19.3	(117.667)	(211.715)	(117.667)	(211.715)
Despesas Gerais e Administrativas	19.4	(2.512.373)	(3.394.872)	(2.528.658)	(3.398.636)
Resultado de Participação em Controlada	19.5	(14.077)	(964)	-	-
Outras Receitas Operacionais	19.6	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587
Outras Despesas Operacionais	19.7	(2.755)	(92.653)	(2.870)	(92.790)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		31.562	751.127	29.239	748.190
Receitas Financeiras	19.8	626.573	310.887	628.897	313.828
Despesas Financeiras	19.9	(351.500)	(384.655)	(351.501)	(384.659)
RESULTADO FINANCEIRO		275.073	(73.768)	277.396	(70.831)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		306.635	677.359	306.635	677.359
Tributos sobre o lucro	20	(145.586)	(10.051)	(145.586)	(10.051)
Correntes		(12.172)	-	(12.172)	-
Diferidos		(133.414)	(10.051)	(133.414)	(10.051)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		161.049	667.308	161.049	667.308

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	161.049	667.308	161.049	667.308
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício				
Aumento/ redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(237.025)	(441.470)	(237.025)	(441.470)
Aumento/ redução da CSLL relacionada à remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	13.282	31.547	13.282	31.547
Aumento/ redução do valor justo de instrumentos financeiros	2.786	-	2.786	-
Aumento/ redução da CSLL relacionada à variação do valor justo de instrumentos financeiros	(251)	-	(251)	-
Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes	(221.208)	(409.923)	(221.208)	(409.923)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(60.159)	257.385	(60.159)	257.385

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADO S	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
Saldo em 31/12/2016 (Reapresentado)	3.179.458	-	(3.415.777)	(4.352.931)	4.488.380	(100.870)
2017						
Aumento de Capital:	-	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	667.308	-	-	667.308
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(409.922)	-	(409.922)
Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	33.049	-	(33.049)	-
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	33.049	-	(33.049)	-
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	2.974	2.974
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	-	-	2.974	2.974
Saldo em 31/12/2017	3.179.458	-	(2.715.420)	(4.762.853)	4.458.305	159.490
2018						
Aumento de Capital:	43.242	180.758	-	-	-	224.000
- Capitalização de recurso proveniente de AFAC (Nota 18.2)	43.242	-	-	-	-	43.242
- Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC (Nota 18.2)	-	180.758	-	-	-	180.758
Resultado do período	-	-	161.049	-	-	161.049
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(221.208)	-	(221.208)
Realização Custo Atribuído - AAP	-	-	26.509	-	(90.697)	(64.188)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	26.508	-	(81.660)	(55.152)
- Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda	-	-	1	-	(9.037)	(9.036)
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	8.163	8.163
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis	-	-	-	-	9.726	9.726
- CSLL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda	-	-	-	-	(1.563)	(1.563)
Impacto da adoção inicial do CPC 48	-	-	(12.592)	-	-	(12.592)
Saldo em 31/12/2018	3.222.700	180.758	(2.540.454)	(4.984.061)	4.375.771	254.714

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado	31/12/2018	31/12/2017 Reclassificado
Lucro antes do imposto de renda	161.049	667.308	161.049	667.308
<u>Itens de resultado que não interferem no caixa</u>				
Depreciação e amortização	303.990	322.972	303.990	322.972
Resultado de participação em controlada	14.077	964	-	-
Provisões	236.578	(2.433.430)	236.578	(2.433.430)
Despesas de variação patrimonial e perdas	16.719	77.190	16.719	77.190
Receita de variação patrimonial	(133.387)	(141.496)	(133.387)	(141.496)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária/ Banco Postal	(266.834)	(56.050)	(266.834)	(56.050)
Resultado da alienação de bens	(1.204)	(15.425)	(1.204)	(15.425)
Incentivo financeiro diferido – IFD/ PDI	273.267	1.013.132	273.267	1.013.132
<u>Mutações patrimoniais</u>				
Contas a receber	37.231	(330.522)	37.231	(330.522)
Estoques	19.641	28.060	19.641	28.060
Outros valores e bens	189.258	254.439	189.905	254.031
Realizável a longo prazo	107.778	115.474	107.778	115.474
Fornecedores	221.309	(38.461)	221.309	(38.461)
Salários e consignações	(66.297)	180.974	(66.297)	180.974
Outras obrigações	(819.055)	(425.698)	(818.968)	(427.090)
Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais	294.120	(780.569)	280.777	(783.333)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital - Correiospar	(20.262)	-	-	-
Aplicações financeiras	(152.679)	1.047.758	(208.491)	464.769
Adições de ativo imobilizado	(199.024)	(265.469)	(199.024)	(265.469)
Adições de ativo intangível	(24.041)	(18.663)	(24.041)	(18.663)
Baixas do ativo imobilizado	1.559	5.568	1.559	5.568
Baixas das propriedades para investimento	-	5.301	-	5.301
Bens sucateados	2.565	-	2.565	-
Perda por <i>Impairment</i>	64.188	-	64.188	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(327.694)	774.495	(363.244)	191.506
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	224.000	-	224.000	-
Empréstimos e Financiamentos	(182.647)	5.806	(182.647)	5.806
Caixa originado nas atividades de financiamento	41.353	5.806	41.353	5.806
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	7.779	(268)	(41.114)	(586.021)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício	6.755	7.023	124.872	710.893
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício	14.534	6.755	83.758	124.872

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
I	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		Reclassificado		Reclassificado
1	RECEITAS	19.034.794	21.170.765	19.048.871	21.171.729
1.1	Receitas Operacionais	18.885.526	17.997.274	18.885.526	17.997.274
1.2	Perda/ Reversão de Credito de Liquidação Duvidosa	(18.344)	10.868	(18.344)	10.868
1.3	Outras Receitas Operacionais	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587
1.4	Resultado de Participação em Controlada	(14.077)	(964)	-	-
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.804.904	5.610.665	5.818.737	5.612.377
2.1	Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	5.538.866	5.175.228	5.538.866	5.175.228
2.2	Serviços Adquiridos de Terceiros	14.096	18.674	27.755	20.104
2.3	Propaganda e Comunicação	15.511	17.301	15.584	17.354
2.4	Utilidades e Serviços	38	34	139	263
2.5	Provisões diversas	236.393	399.428	236.393	399.428
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	13.229.890	15.560.100	13.230.134	15.559.352
4	RETENÇÕES	304.022	322.972	304.022	322.972
4.1	Depreciação/Amortização	304.022	322.972	304.022	322.972
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	12.925.868	15.237.128	12.926.112	15.236.380
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	626.573	310.888	628.897	313.828
6.1	Receitas Financeiras	626.573	310.888	628.897	313.828
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		13.552.441	15.548.016	13.555.009	15.550.208
II	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	10.522.678	11.786.706	10.524.757	11.788.469
7.1	Salários, Honorários e Benefícios	9.925.040	11.167.201	9.926.994	11.168.867
7.2	Encargos Sociais	597.638	619.505	597.763	619.602
8	REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.362.929	2.678.521	2.363.413	2.678.917
8.1	INSS	1.502.476	1.662.003	1.502.837	1.662.282
8.2	Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	848.281	1.016.518	848.404	1.016.635
8.3	Contribuição Social (Tributo corrente)	12.172	-	12.172	
9	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	505.785	415.481	505.790	415.514
9.1	Aluguéis, Juros, Variação Cambial	501.024	409.593	501.025	409.622
9.2	Outras Remunerações a Terceiros	4.761	5.888	4.765	5.892
10	REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	161.049	667.308	161.049	667.308
10.1	Lucro/Reserva Retidos	161.049	667.308	161.049	667.308
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO		13.552.441	15.548.016	13.555.009	15.550.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTA - 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nºs 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pelos Núcleos de Governança, Estratégico, Corporativo e de Negócios.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/1978.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios para atuação como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupanças, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do objeto social, a Empresa constituiu em 2014, a Correiospar, sociedade por ações, subsidiária integral dos Correios, que pode criar, instalar e suprir sucursais, filiais, agências, representações e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável. Contudo, até 2018, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias. Entretanto, há planos estratégicos para os próximos exercícios, conforme disposto na **nota 1.2**.

1.1 - Pressupostos de Continuidade dos Correios

Em razão dos resultados obtidos nos últimos exercícios, a Empresa tem adotado medidas com o intuito de reverter a atual situação econômico-financeira. Uma dessas medidas foi a revisão do Planejamento Estratégico, estabelecido para o período de 2017 a 2022, que tem por objetivo: focar na melhoria de rentabilidade no curto prazo, por meio de iniciativas imediatas de redução de custo e melhoria na gestão; melhorar processos e tecnologia, visando aumentar produtividade e crescer em negócios emergentes, acelerando o crescimento intensivo dos negócios e investir seletivamente em serviços inovadores.

Em alinhamento à estratégia instituída, os objetivos pactuados foram desdobrados visando detalhar as metas e direcionar os esforços para o atingimento das finalidades pretendidas, resultando em um portfólio de iniciativas estratégicas, destacando-se:

- a. adequar a força de trabalho ao novo modelo operacional, visando o aumento da produtividade e redução dos custos;
- b. implantar Centros de Serviços Compartilhados (CSC) com vistas à redução de custos operacionais, aumento dos níveis de serviço e produtividade;
- c. rever níveis de serviços postais e critérios de universalização;
- d. automatizar o tratamento de encomendas, aumentando a capacidade produtiva;
- e. definir modelo de precificação;
- f. capturar potencial adicional nos mercados atuais;
- g. oferecer soluções integradas de logística;
- h. desenvolver ofertas de soluções integradas de logística e encomendas para grandes clientes e fortalecer o modelo de *e-fulfillment* para atender os clientes de *e-commerce*;
- i. investir em novas oportunidades de negócios;
- j. criar soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente;
- k. otimizar o modelo de atuação, seja de canais, transportes e/ou distribuição;
- l. implantar o Planejamento de Vendas e Operação e implementar um centro de controle, visando criar maior sinergia entre vendas e operações e aumentar a visibilidade do desempenho da operação;
- m. remodelar a rede de distribuição, maximizando a relação custo-benefício e a eficiência de entrega;
- n. implementar um Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária, com o objetivo de identificar oportunidades de ganhos rápidos e gerenciar os imóveis, visando a otimização dos ativos dos Correios;
- o. reduzir as despesas aplicando a metodologia Orçamento Base Zero - OBZ;
- p. implantar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e a produtividade; e
- q. implantar Programa de Excelência Operacional, alinhado à Estratégia Correios, visando a disseminação de uma cultura de melhoria contínua em todos os processos organizacionais.

1.2 - Parceria estratégica

Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a celebração de um memorando de entendimentos entre os Correios, a Correiospar e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. - ALAB para a criação de uma *joint venture* na qual os Correios deterão a participação de 49,99% e a Azul 50,01%.

O memorando de entendimentos foi submetido à aprovação das autoridades brasileiras e órgãos governamentais, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE que, em fevereiro de 2019, aprovou o ato de concentração referente à criação da *joint venture* para prestação de serviços de transporte de carga e malas postais por via aérea e terrestre, em âmbito nacional.

NOTA - 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, essa Demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com Demonstrações Financeiras exigidas por lei.

Este é o primeiro conjunto de Demonstrações Financeiras anuais dos Correios após a adoção do CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros. As principais mudanças de políticas contábeis advindas dessa adoção estão descritas na **nota 4**.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva dos Correios em 13 de março de 2019. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações Financeiras, contudo os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o Real como moeda funcional para elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das Demonstrações Financeiras, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira será reconhecido em contrapartida à aquisição em andamento até que esta operação esteja em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.4 - Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis **nota 3**.

2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As revisões das estimativas são efetuadas anualmente, com os reflexos reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As principais estimativas aplicadas com impacto relevante nas Demonstrações Financeiras são:

a. Perdas Esperadas de Crédito Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerando evidências objetivas de perdas que incluem: risco de não recebimento classificado por prazo de vencimento e situações de dificuldades financeiras significativas do cliente. A **nota 4.2** apresenta o modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo da imparidade dos ativos.

b. Provisões para contingências

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal das operações, nos quais as premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são estimadas a partir da análise da Administração em conjunto com a área jurídica. Contudo, alterações em tendências de decisões ou jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas à provisão para contingências.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na **nota 17.2**.

c. Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria da modalidade benefício definido e os planos de assistência à saúde dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - é estabelecida ao final de cada exercício, pela área financeira da Empresa com base nas futuras saídas estimadas de caixa, necessárias para liquidar as obrigações com os planos de previdência complementar e saúde, em consonância com a legislação vigente.

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço, dos serviços de assistência médico-hospitalar.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na **nota 17.1.1.17**.

d. Créditos Tributários Diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, o qual considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Estas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. Devido ao histórico da rentabilidade não ter se concretizado durante os últimos três exercícios, a Empresa reverteu o valor do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na **nota 20.1**.

e. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Anualmente a Empresa realiza uma avaliação quanto a existência de imóveis classificados no imobilizado e em propriedade para investimento com indicativos de perda a constituir ou reverter, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment*. Contudo, qualquer desvio na análise dos indicativos estabelecidos, poderá comprometer a evidenciação do valor patrimônio e resultado da Empresa. Para maiores detalhes, ver **nota 3.14.2**.

2.6 - Reclassificação e representação

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado da Empresa naqueles períodos, conforme apresentado à seguir.

2.7 - Impacto da reclassificação sobre o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL				
Item - Nota	Controladora			
	31/12/2017 Publicado	Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado	
Ativo	13.560.218	(100.000)	13.460.218	
Ativo Circulante	3.236.657	-	3.236.657	
Caixa e equivalentes de caixa	347.447	(340.692)	6.755	
Caixa	851	-	851	
Bancos	5.904	-	5.904	
Aplicações	2.7.1	340.692	(340.692)	-
Aplicações	2.7.1	-	340.692	340.692
Ativo não circulante - realizável a longo prazo	3.045.793	(100.000)	2.945.793	
Convênio Postal Saúde	2.7.2	100.000	(100.000)	0
Passivo	13.560.218	(100.000)	13.460.218	
Passivo circulante	4.550.098	(100.000)	4.450.098	
Apropriação por Competência - Patrocinadas/Mantidas	439.092	(328.162)	110.930	
CorreiosSaúde	2.7.3	411.133	(328.162)	82.971
Postalis - BD		27.204	-	27.204
PostalPrev		755	-	755
Convênio Postal Saúde		91.840	228.162	320.002
Saúde	2.7.2 e 2.7.3	-	228.162	228.162

BALANÇO PATRIMONIAL

Item - Nota	Controladora		
	31/12/2017 Publicado	Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado
Ressarcimento de despesas administrativas	71.138	-	71.138
Ambulatórios	9.829	-	9.829
Saúde ocupacional	8.707	-	8.707
Benefício medicamentos	2.166	-	2.166

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		
	31/12/2017 Reclassificado	Reclassificação	31/12/2017 Reclassificado
Lucro líquido do exercício	667.308		667.308
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	(780.570)		(780.570)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras	(293.554)	1.341.312	1.047.758
Demais atividades de investimento	(273.234)		(273.263)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(566.788)		774.495
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	5.806		5.806
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.341.580)	1.341.312	(268)
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício	1.689.027	(1.682.004)	7.023
Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício	347.447	(340.692)	6.755

2.7.1 - Reclassificação das aplicações do grupo caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa de 2017 estão sendo reclassificados de forma que os mesmos espelhem somente os equivalentes de caixa que atendam às definições do CPC 03(R2) sendo a principal delas a pronta conversibilidade sem mudança de valor e de curtíssimo prazo.

2.7.2 - Reclassificação do montante repassado à Postal Saúde a título de ativo garantidor do grupo "Convênio Postal Saúde" no ativo não circulante realizável a longo prazo para o grupo "Convênio Postal Saúde" no passivo circulante

O montante de R\$ 100.000, repassado pelos Correios à título de garantia para as obrigações com os prestadores de serviço da operadora foram reclassificados do ativo para o passivo circulante com o objetivo de demonstrar o valor líquido da obrigações da Empresa com a Postal Saúde em relação ao valor devido referente ao serviço saúde.

2.7.3 - Impacto da reclassificação dos valores registrados em "Apropriações por competência – Patrocinadas/mantidas" para "Convênio Postal Saúde" no passivo circulante

Em 2018 foi realizada a avaliação na metodologia de reconhecimento da obrigação dos Correios referente ao plano de saúde. Após essa análise verificou-se que os valores correspondentes aos eventos faturados contidos na prestação de contas da Postal Saúde, antes registrados no grupo "Apropriação por competência – Patrocinadas/ Mantidas", deveriam constar no grupo "Convênio Postal Saúde".

Nesse sentido, com o objetivo de propiciar a comparabilidade entre os períodos foi realizada a reclassificação, em 31 de dezembro de 2017, do montante de R\$ 328.162 referente aos valores faturados informados na prestação de contas enviada pela Postal Saúde em dezembro/2017 da conta "Apropriação por competência – Patrocinadas/ Mantidas" para a conta "Convênio Postal Saúde".

2.8 - Impacto da reclassificação sobre a Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2017

Item- Nota	Controladora		
	31/12/2017 Publicado	Reclassificaçã o	31/12/2017 Reclassificado
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.984.574)	(64.567)	(16.049.141)
Superávit PostalPrev	6.2.1	(64.567)	-
Lucro Bruto	1.352.311	(64.567)	1.287.744
Despesas Gerais e Administrativas	(556.555)	(2.838.317)	(3.394.872)
Superávit PostalPrev	-	64.567	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Item- Nota	31/12/2017 Publicado	Controladora	
			Reclassificaçã o	31/12/2017 Reclassificado
Reversão do custo do serviço passado – CorreiosSaúde	6.2.2	-	(2.902.883)	-
Outras Receitas		(260.704)	2.902.883	3.163.587
Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde		-	2.902.883	-

2.8.1 - Impacto da reclassificação dos valores correspondentes ao superávit do plano PostalPrev de “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” para “Despesas Gerais de administrativas”

A reclassificação da parcela do superávit do plano PostalPrev em Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados tem por objetivo consolidar as provisões pós-emprego no grupo Despesas Gerais e Administrativas.

2.8.2 - Impacto da reclassificação da reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de “Despesas Gerais e Administrativas” para “Outras Receitas”

² A movimentação da Reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de Despesas Gerais e Administrativas para Outras Receitas visa permitir a melhor comparabilidade das despesas entre os exercícios de 2017 e 2018.

NOTA - 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras dos Correios e da controlada Correiospar são compatíveis com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores. A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

O impacto da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita do Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que entraram em vigor em janeiro de 2018, estão evidenciados na **nota 4**. Em relação ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, que somente entrará em vigor em janeiro de 2019, a demonstração dos prováveis impactos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, sujeitas a mudanças em razão das análises em andamento, está detalhada na **nota 3.26**.

3.1 - Demonstrações Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as informações dos Correios, da subsidiária integral – Correiospar, bem como dos fundos de investimentos exclusivos junto à BB DTVM (BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Caixa Econômica Federal - CEF.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, eliminadas as operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

3.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

3.3 - Classificação dos ativos e passivos entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos, com exceção da contribuição social diferida e dos direitos a receber da controlada Correiospar, são classificados no circulante quando a realização ou liquidação ocorrerá no prazo de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. Todos os demais ativos e passivos, inclusive a contribuição social diferida e direitos a receber da controlada, são classificados no ativo não circulante.

3.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos nas demonstrações individuais são representados por numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Nas demonstrações consolidadas, são acrescidos ao grupo, os valores correspondentes ao caixa e às operações compromissadas das aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

3.5 - Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos e Comum da Controladora e Controlada, classificadas como valor justo por meio do resultado, compostas, principalmente, por investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Na consolidação, são deduzidos do grupo Aplicações, em contrapartida ao grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, os valores correspondentes ao caixa e operações compromissadas dos Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

3.6 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Os percentuais para constituição da PECLD são revisados anualmente e o valor ajustado trimestralmente com base em percentuais esperados de perda estabelecidos por classe de vencimento e pela dificuldade financeira significativa dos clientes.

3.7 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

3.8 - Adiantamentos

Estão representados, principalmente, por adiantamentos de férias concedidos aos empregados e contas a receber de empregados cedidos a órgão públicos.

3.9 - Convênio Postal Saúde – Ativo/ Passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados da ECT, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais. Destaca-se que, conforme decisão do TST em dissídio coletivo dos Correios, o plano CorreiosSaúde I permanecerá ativo até 31 de julho de 2019, podendo os beneficiários migrarem para um novo plano a ser constituído pela Postal Saúde com regras distintas.

Até 2017, o custeio das despesas com o plano de saúde era realizado na proporção de 93% para a Empresa e 7% para os empregados. Com o julgamento de dissídio coletivo, no dia 12 de março de 2018, pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, o compartilhamento das despesas com saúde a partir de 18 de abril de 2018 passou a ser 70% para os Correios e até 30% para os empregados e dependentes legais, que passaram a pertencer ao plano CorreiosSaúde II. Os pais dos empregados ativos e aposentados foram mantidos no plano CorreiosSaúde I, com os percentuais de custeio anterior.

Mensalmente, os Correios efetuam repasses à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde. Os repasses são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

3.10 - Ativos não circulantes mantidos para venda

São classificados neste grupo, todos os imóveis que a Empresa tenha a intenção de usufruir dos benefícios econômicos gerados com a venda do bem, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- a. a Administração aprovou formalmente a intenção de vender o bem nos próximos doze meses;
- b. o bem encontra-se desocupado, estando em condições de ser entregue, imediatamente após a realização da venda ao possível comprador;
- c. o bem foi avaliado e aplicado o teste de *impairment*; e
- d. houve a publicação do edital de licitação, iniciando a procura pelo provável comprador.

3.11 - Investimentos

3.11.1 - Participações societárias

O investimento na controlada Correiospar está avaliado pelo método de equivalência patrimonial na Demonstração Financeira individual dos Correios, tomando como base, o patrimônio líquido da investida na data do balanço. Dividendos recebidos, devido à apuração de lucro na investida, são reconhecidos em redução ao investimento efetuado pelos Correios. Contudo, na Demonstração Financeira Consolidada o investimento na controlada é eliminado integralmente.

As Demonstrações Financeiras da investida, base para avaliação do investimento, são elaboradas no mesmo período de divulgação das Demonstrações dos Correios.

3.11.2 - Propriedades para investimento

Esse grupo é composto por imóveis mantidos para renda ou para valorização do capital, cujo reconhecimento tem por base o custo histórico deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação desses imóveis é calculada mensalmente pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual.

Considerando a grande quantidade de imóveis da ECT em todo território nacional e a pequena expectativa de variação da vida útil econômica e dos valores residuais dos imóveis, a cada cinco anos, quando da avaliação da carteira imobiliária, esses indicadores são revistos e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

Com base na opção exercida pela Empresa na adoção das normas internacionais de contabilidade, os imóveis foram avaliados ao valor justo para a adoção do custo atribuído, sendo este o resultado da diferença entre o custo histórico e o valor justo, quando o último foi maior.

Os imóveis próprios são classificados como propriedades para investimento nas seguintes situações:

- a. cedidos/alugados: quando mais de 50% da área edificada está ocupada por terceiros.

b. desocupados: quando mais de 50% da propriedade está ocupada por terceiros em processos de desocupação ou não estão em uso.

Uma propriedade para investimento pode ser transferida para o imobilizado quando o imóvel for utilizado na atividade operacional da empresa ou para o ativo não circulante mantido para venda, quando há intenção clara de venda pela empresa.

3.11.3 - Museu - Correios

Os investimentos no museu dos Correios são avaliados pelo custo histórico.

3.12 - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

A Empresa utiliza o método de depreciação linear, definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, a qual é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceção feita aos terrenos, pois não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens móveis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e dos bens imóveis, a cada cinco anos, conforme explanado no item propriedade para investimento e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais equipamentos de proc. de dados	5 anos	7 anos
Computador e Impressora	5 anos	6 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos	15 anos
Motocicletas	4 anos	7 anos
Veículos leves – Carga até 1.000 Kg	5 anos	8 anos
Veículos leves – Carga acima 1.000 Kg	4 anos	9 anos
Veículos motorizados pesados	4 anos	11 anos
Veículos não motorizados	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	15 anos
Ferramentas e instrumentos	10 anos	5 anos

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto sejam auferidos pela Empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação e o tempo de vida útil da benfeitoria no bem.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na Demonstração do Resultado.

3.13 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear em relação à vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

A vida útil econômica e possíveis valores residuais de softwares são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

3.14 - Avaliação do valor recuperável dos ativos

3.14.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente, a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de

que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente, os valores das PECLD são ajustados, compostos por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no mínimo trimestralmente, é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes - ORA. Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

3.14.2 - Ativos não financeiros

Para os imóveis próprios classificados em propriedades para investimento ou no imobilizado, anualmente é verificado se existe indicativo de perda a constituir ou a reverter com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo, procede-se à avaliação do bem para aplicação do teste de *impairment* a fim de manter o bem ao seu valor recuperável.

Independentemente dos indicativos, a Empresa tem por diretriz avaliar a cada cinco anos toda a carteira de imóveis, para garantir a confiabilidade da base de indicativos de perda e a adequada evidenciação do valor recuperável dos imóveis, bem como a revisão da vida útil econômica e valor residual desses.

Em 2018, foram identificadas perdas que foram reconhecidas conforme disposto nas **notas 11, 13 e 14**.

Para os bens móveis e intangíveis (*softwares*), considera-se que o reconhecimento mensal da depreciação/amortização dos bens, com base na vida útil econômica, é suficiente para manter esses registrados ao valor recuperável.

Com relação ao investimento na Correiospar, a Empresa mantém o valor contábil ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

3.15 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

3.16 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

3.17 - Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços, o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade se aplica tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são *sui generis*, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos da assessoria jurídica contratada, decidiu reconhecer no balanço de 2016 os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e desreconhecer os créditos e obrigações diferidos deste imposto. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS

por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos e protocolizados, em 2017, protestos judiciais para o PIS e COFINS, a fim de interromper os prazos prescricionais destas contribuições.

Seguindo a decisão da Diretoria Executiva, desde 2017, a base de cálculo para o Imposto de Renda não é apurada e nem divulgada nas Demonstrações Financeiras.

No exercício de 2018, a Empresa iniciou o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Neste mesmo exercício, ocorreu o julgamento no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, de 3 processos de restituição do Imposto de Renda pago indevidamente no 1º, 2º e 3º trimestres de 2011, cujos Acórdãos foram proferidos por unanimidade de votos a favor dos Correios, sem interposição de recurso pela PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo: Acórdão 1302003.203 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária referente ao 1º trimestre de 2011, Acórdão 1301003.443 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 2º trimestre de 2011 e o Acórdão 1401002.727 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 3º trimestre de 2011. Os processos administrativos julgados totalizam o valor original de R\$ 166,8 milhões, os quais atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2018 constituem o montante de R\$ 293,4 milhões.

O quadro a seguir representa os efeitos no Ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no Patrimônio Líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

Reflexos – Imunidade Tributária				
Balanco Patrimonial				
	2017	Efeitos - Imunidade	Movimentação - 2018	2018
Ativo	1.453.916	166.369	169	1.621.604
IR sobre aplicações financeiras	2.552	(1.150)	169	169
Imunidade tributária	1.453.916	167.519	-	1.621.435
Crédito a Recuperar IRPJ – Imunidade Tributária	849.606	91.077	-	940.683
Crédito a Recuperar PIS/COFINS – Imunidade Tributária	604.310	76.442	-	680.752
Patrimônio Líquido	747.035	166.369	-	913.404
Reversão de IR Diferido Passivo	1.290.725	-	-	1.290.725
Reversão de IR Diferido Ativo	(1.997.606)	-	-	(1.997.606)
Atualização monetária sobre Créditos a Recuperar IR/PIS/COFINS	1.453.916	166.369	-	1.620.285

Os impactos, no resultado de 2018, foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

3.17.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9%, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Desta forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas Demonstrações Financeiras.

3.17.2 - Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

O uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível. Quanto aos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, o reconhecimento é realizado observando o histórico de rentabilidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL é revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

3.18 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal – UPU, as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acordos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal a outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela Administração Postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal. Em resumo, a prestação de

contas confronta os valores a receber e a pagar de cada correio (Administração Postal), apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela Administração Postal Devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU. Contudo, os recebimentos e pagamentos reconhecidos das Demonstrações Financeiras são efetuados com base na moeda funcional da Empresa, conforme **nota 2.2**.

Trimestralmente é reconhecida uma perda esperada de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das Administrações Postais Devedoras que, após prestação de contas, foram comunicadas do débito e, decorrido um ano, ainda não efetuaram o pagamento.

3.19 - Provisões e passivo contingente

3.19.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando há probabilidade de utilização de benefícios econômicos futuros para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, as quais são provisionadas quando avaliadas com risco de perda provável. A avaliação do valor e grau de risco dos processos é efetuada pela Administração com o apoio da área jurídica, considerando as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e o andamento dos processos.

O valor das provisões é atualizado mensalmente pelos índices da justiça, conforme natureza do processo, contudo estas obrigações não são ajustadas a valor presente, considerando não haver estimativas confiáveis para efetuar tal ajuste.

3.19.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme **nota 17.2.2.1**.

3.20 - Obrigações financeiras a pagar

Em face do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados em receita a apropriar foram atualizados monetariamente para corrigir e estabelecer os custos gerados com a resilição. Assim, considerando que os custos gerados com o distrato foram condicionados à assinatura de um novo contrato que enseja aumento na receita com o serviço do Banco Postal, o reconhecimento desses custos no resultado foram diferidos no mesmo período de duração do novo contrato (30 meses).

Contudo, em dezembro de 2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente - Banco Postal, estendendo junto ao Banco do Brasil o período dos serviços prestados pelo Banco Postal, bem como o prazo para o pagamento da última parcela para 36 meses, os valores de atualização provenientes do saldo remanescente a pagar foram novamente diferidos em 36 meses.

Assim, as obrigações financeiras a pagar foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo da obrigação, líquido dos custos gerados com a resilição contratual e, subsequentemente, foram mensuradas pelo custo amortizado e atualizadas com base no método de juros efetivos, sendo esses apropriados para o resultado em despesas financeiras com o transcurso do tempo, em observância ao regime de competência.

3.21 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.22 - Benefícios a empregados

3.22.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

a. Participação nos lucros e resultados – PLR

Quando aplicável, os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início do ano, efetuam o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais aos empregados e dirigentes.

Com relação à PLR dos empregados, mensalmente, é constituída pela Empresa, na incidência de lucro no período, quando não absorvidos por prejuízos acumulados, uma obrigação a pagar no passivo correspondente a 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, não podendo o montante final a pagar exceder 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

Desde o exercício de 2017, a Empresa vem auferindo lucro no exercício, contudo, conforme estabelece a legislação societária (art. 189 da Lei nº 6.404/1976), do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para a CSLL. Dessa forma, o lucro apurado foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados não será distribuído aos empregados, nem ao acionista.

3.22.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

A ECT é patrocinadora de dois planos de previdência: Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano de Contribuição Variável (PostalPrev), que têm por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes. Os planos são administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís. A Empresa também é patrocinadora e mantenedora dos planos de assistência à saúde dos seus empregados e respectivos dependentes, sendo o plano mantido aos empregados aposentados que permaneceram no quadro funcional da Empresa pelo período mínimo de dez anos, com benefício extensivo aos dependentes, conforme critérios estabelecidos.

Os planos PBD e de saúde são classificados na modalidade de benefício definido (BD) e o plano PostalPrev na modalidade de contribuição variável, na qual apresenta características de contribuição definida (CD) para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e de benefício definido (BD) para os benefícios de risco (auxílio doença, invalidez, pecúlio pensão por morte e renda vitalícia).

Para a parcela do Plano PostalPrev correspondente à contribuição definida, a obrigação da Empresa restringe-se à contribuição mensal, que corresponde a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a esse plano.

No entanto, para a parcela do PostalPrev correspondente ao benefício definido, bem como para os planos BD e de saúde, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nesses planos, a responsabilidade das obrigações atuariais é remensurada anualmente por atuário independente para o devido reconhecimento de *déficit* ou *superávit* atuariais nas Demonstrações Financeiras dos Correios, na proporção da participação da Empresa no plano.

Essa remensuração é baseada no método de crédito unitário projetado, utilizando-se premissas atuariais que incluem variáveis demográficas, econômicas e financeiras. A obrigação é calculada a valor presente e deduzida dos ativos justos dos planos, se houver, para fins de reconhecimento contábil. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas, quando incorridas, da seguinte maneira:

a. custo do serviço e juros líquidos no resultado do exercício; e

b. remensurações, em Outros Resultados Abrangentes.

O plano Postalprev apresenta *superávit*, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro.

Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 09/2016, compete à Diretoria Executiva da Empresa aprovar as premissas atuariais julgadas mais adequadas para utilização nos cálculos atuariais das obrigações pós-emprego atinentes à parcela de benefício definido (BD) dos planos previdenciários, comparando as premissas definidas pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) com os resultados dos testes de aderência realizados por meio do atuário responsável pela mensuração da obrigação atuarial, bem como aprovar as premissas econômico-financeiras definidas com base em estudos efetuados pela ECT e pela Postal Saúde.

Nesses termos, uma das principais premissas aprovadas pela Diretoria da Empresa foi a política de custeio do plano de saúde a ser utilizada no cálculo da obrigação atuarial de benefício pós-emprego, na qual, apesar do rateio dos custos do plano de saúde na proporção de 30% para os empregados e 70% para os Correios, conforme decisão do TST, vigorar somente pelo período do dissídio (até agosto de 2019), por prudência, a Empresa optou por aplicar esse percentual no exercício de 2017 na projeção da obrigação atuarial pelo período de 48 meses a contar de 2018, tendo em vista que a Resolução CGPAR 23/2018 estabeleceu esse prazo de 48 meses para as empresas estatais adequarem-se às regras da norma. Após esse período, será utilizado o percentual de 50% para os Correios e 50% para os empregados (paridade), conforme limite máximo de contribuição pela patrocinadora definido na Resolução CGPAR 23/2018.

Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado de 2017, em consonância com o item 120 (a) do CPC 33 (R1). O detalhamento dessas movimentações são apresentados na **nota 17.1.1.15**.

3.22.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada – PDI, no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa requerendo com a sua demissão um Incentivo Financeiro Diferido – IFD a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

3.23 - Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, verificou-se a necessidade de ajustar o valor contábil dos imóveis, até então mantidos ao custo histórico, agregando a esses o valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o saldo residual do bem evidenciado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por empresa contratada.

Assim, o custo atribuído foi adicionado ao valor do imóvel em contrapartida ao subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido - PL. Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo, os tributos diferidos dos valores mantidos no AAP, líquidos dos tributos diferidos.

Trimestralmente, o custo atribuído e os tributos diferidos registrados no PL são realizados em contrapartida à conta de lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído.

3.24 - Outros resultados abrangentes

Os Correios contratam com uma empresa especializada em cálculos atuariais para revisar as obrigações geradas por cada plano de benefício, conforme apresentado na **nota 17.1**. Dessa forma, com base nas variações ocorridas entre os cálculos do exercício anterior e o atual, de acordo com o relatório atuarial entregue pela empresa contratada, são identificados os ganhos e perdas atuariais gerados no período, sendo esses reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida à obrigação registrada no Passivo.

Adicionalmente, são reconhecidos no ativo em contrapartida à ORA, os tributos diferidos provenientes dos ganhos e perdas atuariais, a fim de evidenciar esse subgrupo líquido dos tributos diferidos, conforme estabelece a legislação contábil.

Além da forma de reconhecimento já descrita, esse grupo também pode ser afetado pelos efeitos dos planos superavitários no exercício, como é o caso do PostalPrev, no qual as contribuições normais calculadas com base na folha de pagamento, são superiores à despesa mensurada para o exercício pelo atuário contratado. Dessa forma, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, é deduzido na despesa por meio da conta redutora “*superávit Postalprev*” em contrapartida ao PL.

3.25 - Receitas de vendas e prestação de serviço

A receita é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela entrega de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios por mensuração confiável. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime contábil de competência.

3.26 - Norma publicada aderente aos Correios ainda não vigente – CPC 06 (R2)

A partir de janeiro de 2019, entram em vigor as novas regras de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação das operações de arrendamento mercantil, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação CVM nº 787/2017.

Segundo a norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo não circulante em contrapartida ao passivo da empresa pelo valor da obrigação assumida no período do contrato, inclusive observando o prazo de prorrogação ou rescisão contratual, se for provável que ocorram.

No entanto, existem algumas operações de arrendamento nas quais o arrendatário pode isentar-se da aplicação das novas normas. Essas referem-se aos contratos de curto prazo (doze meses) em que não seja provável a prorrogação ou nos quais não haja previsão da opção de compra pelo arrendatário ao final do arrendamento, bem como contratos de baixo valor.

Assim, após analisar as peculiaridades da referida norma com a finalidade de verificar os procedimentos a serem adotados a partir de janeiro de 2019 e respectivos impactos nas Demonstrações Financeiras, dado ao alto custo da aplicação retrospectiva da norma aos contratos vigentes na data da transição, a ECT optou por aplicar o disposto no item C3 do Pronunciamento Técnico que permite à empresa aplicar a norma somente para os contratos firmados a partir de 2019, mantendo os contratos firmados até 2018 na regras anteriores, ou seja, reconhecer a despesa de aluguel no resultado do exercício, conforme transcurso do tempo.

Dessa forma, considerando que a aplicação da norma será somente para contratos firmados em 2019, não há que se quantificar os impactos da aplicação dessa regra para as Demonstrações Financeiras. Contudo, foi

possível observar que a aplicação do CPC 06 (R2) afetará significativamente a composição patrimonial (ativo e passivo) da empresa e o resultado do período, no qual será reconhecida a despesa de depreciação do direito de uso e a despesa de juros transcorridos.

Além disso, haverá um efeito negativo nos indicadores de liquidez da Empresa, uma vez que o direito de uso do bem arrendado será reconhecido no ativo não circulante, mas a obrigação gerada pelo contrato será segregada no passivo circulante e não circulante, respeitando o prazo de exigibilidade do compromisso firmado.

Em relação às operações nas quais a empresa possa figurar como arrendadora do direito de uso, não haverá mudanças nos critérios de reconhecimento e mensuração das operações.

Não existem outras normas (CPC) ou interpretações (ICPC) que ainda não tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo nas Demonstrações Financeiras dos Correios e subsidiária.

NOTA - 4 ADOÇÃO INICIAL DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, os quais foram aprovados pela CVM e passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias abertas, bem como pela ECT, conforme estabelece art. 7º da Lei nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto 8.945/2016.

Embora as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada das normas, a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, vedou a aplicação antecipada dessas normas conforme trata o item 4.5 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018. Portanto, para os Correios, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48.

Assim, em análise aos impactos gerados com a adoção dessas normas, realizada de acordo com as disposições da aplicação inicial dos Pronunciamentos, verificou-se o seguinte:

4.1 - Receita de contrato com cliente CPC 47

O pronunciamento CPC 47 altera a forma de reconhecimento da receita de contratos com clientes. O princípio básico deste novo pronunciamento é que a entidade deve reconhecer receitas que reflitam a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes pelo valor que a entidade espera receber pelo seu desempenho. Ou seja, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o controle do bem ou o serviço prometido ao cliente, e não mais pela transferência dos riscos e benefícios.

A Empresa avaliou a aplicação da norma e observou a não ocorrência de efeitos significativos nas informações a serem reportadas. Além disso, haveria alto custo para gerar alteração não significativa de informação.

4.2 - Instrumentos financeiros – CPC 48

O CPC 48 – Instrumentos financeiros, aprovado pela Deliberação CVM 763/16, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros em substituição às regras dispostas no CPC 38, revogado em 1 de janeiro de 2018.

A alteração na nomenclatura de classificação trazida pelo CPC 48 não promoveu impactos quantitativos na forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros na Empresa. Contudo, para os ativos classificados pelo custo amortizado, houve alteração na forma de mensuração do *impairment*.

Em síntese, a norma proporcionou a modificação da nomenclatura das classificações adotadas de acordo com o modelo de negócio, conforme apresentado a seguir:

CPC 38	CPC 48
Ativo	Ativo
Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado (VJPR)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangente (VJORA)
Passivo	Passivo
Outros passivos pelo custo amortizado	Outros passivos pelo custo amortizado

O novo modelo de *impairment* dos ativos financeiros estabelecido pelo CPC 48 alterou a metodologia do cálculo da imparidade dos ativos por meio do conceito de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo baseado apenas em perdas incorridas, apresentado pelo CPC 38 e aplicado até 2017 pelos Correios. Nesse contexto, a Empresa aplicou o modelo de “matriz de provisões” indicado pela CVM, considerando que a carteira de recebíveis não possui componente de financiamento de seus clientes, conforme disciplina o CPC 48.

Para aplicar esse modelo, os títulos dos clientes foram classificados em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2016 e, na sequência, verificou-se quais títulos ao final de 2017 ainda não tinham sido pagos, estabelecendo o percentual de perda esperada para cada classe de risco, conforme demonstrado a seguir:

Classificação	Faixas de vencimentos	Percentual
A	A vencer	0,5%
B	Vencidos de 1 a 30 dias	1,8%

Classificação	Faixas de vencimentos	Percentual
C	Vencidos de 31 a 60 dias	8,4%
D	Vencidos de 61 a 90 dias	17,5%
E	Vencidos de 91 a 180 dias	81,6%
F	Vencidos há mais de 180 dias	54,4%

De acordo com as disposições transitórias previstas, a Empresa não reapresentou suas Demonstrações Financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Neste caso, as diferenças nos valores contábeis do Contas a receber resultantes da adoção deste normativo em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido, conforme demonstrativo a seguir:

Item do Balanço Patrimonial	Divulgado em 31/12/2017	Ajuste pela adoção inicial do CPC 48	Nota	Saldo em 01/01/2018
Ativo Circulante				
Contas a receber	2.465.208	(18.765)	9.1	2.447.266
Patrimônio Líquido				
Prejuízos acumulados ¹	(2.715.420)	(18.765)	9.1	(2.734.185)

¹ - A diferença entre o valor do impacto da adoção do CPC 48 registrado em 1º de janeiro de 2018 e o valor apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se à reversão de parte da PECLD apurada de acordo com os percentuais estabelecidos no estudo realizado nesse exercício.

No exercício de 2018, o modelo adotado pela Empresa foi aprimorado com a inclusão de uma nova classe para os valores em recuperação judicial, cujo a perda foi constituída na totalidade do valor, conforme apresentado na **nota 8.1**.

NOTA - 5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os Correios contam com estrutura para gestão corporativa de riscos, que tem entre suas atribuições a proposição das políticas e métodos corporativos de gerenciamento de riscos da Empresa. A estrutura tem por objetivo coordenar e apoiar as áreas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e tratar os riscos.

A política corporativa de gestão de riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração e estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa nos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

A Empresa conta com dois métodos para gerenciamento de riscos: um para avaliação de eventos de riscos de processos e outro para avaliação dos riscos estratégicos. Em alinhamento à estratégia da Empresa, a avaliação de riscos estratégicos é feita anualmente. Nessa periodicidade também são estabelecidos os processos prioritários para avaliação de riscos.

A partir da avaliação do nível de risco, são elaborados planos de tratamento que são acompanhados pela área gestora do processo, monitorados pelo órgão de gestão de riscos e reportados periodicamente à Alta Administração da Empresa, buscando responder aos eventos de forma apropriada e oportuna com informações claras e pertinentes para as partes interessadas.

5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Nos Correios, a gestão dos riscos financeiros é de atribuição do Departamento Financeiro e Central de Serviços Financeiros vinculados, respectivamente, à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria e da Vice-Presidência de Administração.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
	Fundos de Investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	Contas a receber de clientes	Monitoramento da qualidade de crédito por cliente
	Fundos de Investimento	Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	Obrigações futuras	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

5.2 - Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como índices de preço, taxas de juros e variações cambiais. Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Nesse sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras, mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima em um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. O Departamento Financeiro recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao *benchmarking*.

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário - CCB, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

Os Correios fazem gestão do fluxo de caixa mediante a projeção das entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo disponível, possibilitando a análise da situação financeira da Empresa.

5.2.1 - Taxa de juros

É proveniente da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem os Correios ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A cédula de crédito bancário, detalhada na **nota 16.10**, é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

5.3 - Risco de crédito

5.3.1 - Risco de crédito – contas a receber de clientes

A Empresa definiu em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem o crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central de Serviços Financeiros - CEFIN, que acompanha os eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração dos seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

O acompanhamento e o plano de ações para a mitigação dos riscos de crédito é realizado diariamente, mediante análise do consumo (postagens) em confrontação com o limite de crédito disponibilizado para o cliente.

A expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

5.3.2 - Risco de crédito – fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelos gestores por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação (Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional), os Correios podem aplicar apenas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

5.4 - Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro. Esse Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento Financeiro. Os Correios investem o excesso de caixa em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado, com vencimentos e liquidez apropriados para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões mencionadas.

5.5 - Gestão de capital

Os objetivos dos Correios ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo.

A Empresa monitora seus resultados por meio do acompanhamento do EBITDA (sigla para o inglês de Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Esse indicador mostra o potencial de geração de caixa de um negócio, pois indica quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais.

Descrição	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	161.049	667.308

Descrição	2018	2017
Depreciação e Amortização	304.022	322.972
Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	145.586	10.051
Despesas e Receitas Financeiras	(277.397)	70.831
EBITDA	333.260	1.071.162
Pós-emprego – Previdência – BD	(1.339)	(78.656)
Superávit – PostalPrev	(89.442)	(90.944)
Pós-emprego – saúde	144.811	618.000
Reversão do custo do serviço passado – saúde	-	(2.902.883)
IFD/ PDI	232.659	993.241
EBITDA ajustado	619.949	(390.080)

Cálculo baseado nas Demonstrações Consolidadas.

A melhora do EBITDA ajustado em 2018, em relação ao ano anterior, está relacionado, principalmente, ao aumento nominal da Receita Líquida de Vendas e Serviços de 4,8% e redução dos Custos com Produtos Vendidos e Serviços prestados de -2,3%.

5.6 - Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

Sob os termos do empréstimo, contidos na **nota 16.10**, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 3,0x

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, o caixa e as aplicações financeiras são superiores à dívida bruta total, conforme detalhado a seguir:

Descrição	Em R\$	
	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	83.758	124.871
Aplicações LP	1.106.458	897.968
A - Total	1.190.215	1.022.839
Passivo Circulante	515.981	527.296
Empréstimos e Financiamentos	181.694	182.647
Obrig. Financeiras a pagar	334.287	344.649
Passivo não Circulante	363.388	827.186
Empréstimos e Financiamentos	363.388	545.082
Obrig. Financeiras a pagar	-	282.104
B - Dívida Bruta Total	879.369	1.354.482
C - Dívida Líquida (B - A)	(310.847)	331.643
D - EBITDA	333.260	1.071.162
E - Dívida Líquida / EBITDA (C / D)	(0,93)	0,31

Cálculo baseado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA - 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa/ Disponibilidades	4.110	851	73.333	118.967
Bancos	10.424	5.904	10.425	5.905
Total	14.534	6.755	83.758	124.872

6.1 - Caixa/ Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 4.110 em caixa da Controladora, estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.317 unidades de atendimento, presentes nos Estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referentes aos fundos exclusivos: 13B do Banco do Brasil e Fundo X da CEF, que na visão da Controladora são considerados na rubrica “Aplicações”. A redução do valor do caixa consolidado de 31 de dezembro de 2018, se comparado à posição de 31 de dezembro de 2017, deve-se à migração de investimentos que antes eram aplicados em fundos exclusivos

para fundos de investimentos comuns que não possui as características necessárias para aplicar as regras de consolidação (vide **nota 7.1**).

A migração do Fundo 13 A para o Fundo FAE 2 ocorreu para facilitar as operações de aplicação e resgate, pois o Fundo FAE 2 não é um fundo exclusivo, o que permite maiores movimentações diárias sem impedimentos gerados pelo limite de 25% de operações compromissadas, uma vez que o patrimônio líquido total do fundo é bem maior que o valor total que os Correios tem aplicado nele.

6.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo da controladora em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.424.

NOTA - 7 APLICAÇÕES

Aplicações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações	817.584	340.692	782.161	249.458
Total	817.584	340.692	782.161	249.459

De acordo com a Resolução 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil - BBDTV M e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTV M registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa e sua Controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2023, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das empresas, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado - VJPR.

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

7.1 - Composição - aplicações:

Aplicações Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil - FAE - 2	688.430	-	722.230	26.881
Banco do Brasil - Fundo 13 B	359.291	648.256	290.869	570.444
Caixa Econômica Federal - Fundo X	94.160	62.645	93.359	62.400
Banco do Brasil - Fundo 13 C	-	155.017	-	132.141
Banco do Brasil - Fundo 13 A	-	123.283	-	106.101
Total (Líquido do IR)	1.141.881	989.201	1.106.458	897.967
A - Total circulante – Títulos	749.932	224.168	783.742	251.084
B - Total circulante - Caixa/ Operações Compromissadas	69.223	118.116		
C - Total circulante - IR sobre aplicações financeiras	(1.571)	(1.592)	(1.581)	(1.626)
D - Total circulante - Líquido do IR (A + B + C)	817.584	340.692	782.161	249.458
E - Total não circulante - Títulos	324.297	648.509	324.297	648.509

7.1.1 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento:

Aplicação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
NTN-B	384.985	633.779	384.985	633.779
LTN	-	226.286	-	226.286
Cotas - FAE 2	689.262	-	723.072	26.916
NTN-F	-	12.974	-	12.974
Caixa/ Operações compromissadas	69.223	118.116		
Subtotal	1.143.470	991.155	1.108.057	899.955
Ajustes	(18)	(362)	(18)	(362)

Aplicação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total	1.143.452	990.793	1.108.039	899.593
Imposto de renda	(1.571)	(1.592)	(1.581)	(1.626)
Líquido	1.141.881	989.201	1.106.458	897.967

Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2018							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2019	-	-	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161
Subtotal	-	-	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161

Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) - 2018							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2020	-	-	70.868	-	-	-	70.868
2021	-	-	61.433	-	-	-	61.433
2022	-	-	139.148	-	-	-	139.148
2023	-	-	52.848	-	-	-	52.848
Subtotal	-	-	324.297	-	-	-	324.297
Total	-	-	384.985	723.072	(1.581)	(18)	1.106.458

Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2017							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2018	129.706	-	94.824	26.916	(1.626)	(362)	249.458
Subtotal	129.706	-	94.824	26.916	(1.626)	(362)	249.458

Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) - 2017							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2019	33.190	-	126.342	-	-	-	159.532
2020	48.003	-	110.252	-	-	-	158.255
2021	15.387	12.974	138.800	-	-	-	167.161
2022	-	-	163.561	-	-	-	163.561
Subtotal	96.580	12.974	538.955	-	-	-	648.509
Total	226.286	12.974	633.779	26.916	(1.626)	(362)	897.967

NOTA - 8 CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD.

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Serviços Faturados	1.568.674	1.551.480	1.568.674	1.551.480
Débitos Internacionais	653.307	619.936	653.307	619.936
Serviços a Faturar	114.933	212.831	114.933	212.831
Valores a receber de AGF	54.031	52.047	54.031	52.047
Cartões de crédito	32.260	22.327	32.260	22.327
Prestação de contas – Agências (ACC, AGF e ACF)	4.746	6.575	4.746	6.575
Outros valores a receber de clientes	26	12	26	12
Total	2.427.977	2.465.208	2.427.977	2.465.208

O detalhamento de serviços faturados, líquido das PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

Serviços faturados por faixa de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A - A vencer	1.435.824	1.417.785	1.435.824	1.417.785
B - Vencidos de 1 a 30 dias	73.039	70.249	73.039	70.249
C - Vencidos de 31 a 60 dias	19.557	21.617	19.557	21.617
D - Vencidos de 61 a 90 dias	12.415	14.822	12.415	14.822
E - Vencidos de 91 a 180 dias	18.548	16.122	18.548	16.122
F - Vencidos há mais de 180 dias	21.889	39.512	21.889	39.512
Total a Receber	1.581.272	1.580.107	1.581.272	1.580.107
PECLD Total	(12.598)	(28.627)	(12.598)	(28.627)
Total Líquido a Receber	1.568.674	1.551.480	1.568.674	1.551.480

8.1 - Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa:

Em conformidade com as novas regras de mensuração e reconhecimento de *impairment* sobre os ativos financeiros, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de janeiro de 2018, a PECLD passou a ser constituída com base nas perdas esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas disciplinado anteriormente pelo extinto CPC 38.

Assim, os percentuais de perda dos serviços faturados foram obtidos a partir da confrontação das faturas vencidas e a vencer de novembro do exercício anterior, classificadas por classe de vencimento, que ainda permaneciam em aberto em outubro do exercício atual. Apurados os percentuais de perda esperada seguindo o modelo de matriz de provisão, esses percentuais foram aplicados sobre o valor das faturas em aberto classificadas nas classes de vencimentos levantadas na data de encerramento do balanço, conforme detalhado a seguir:

Período	PECLD 2018		
	Base de cálculo ¹	(%) PECLD	Perda esperada
A - A vencer	1.082.884	0,10%	1.083
B - Vencidos de 1 a 30 dias	55.433	3,30%	1.829
C - Vencidos de 31 a 60 dias	16.352	1,70%	278
D - Vencidos de 61 a 90 dias	10.599	3,80%	403
E - Vencidos de 91 a 180 dias	13.410	7,50%	1.006
F - Vencidos há mais de 180 dias	19.681	30,80%	6.061
G - Recuperação judicial	1.938	100,00%	1.938
Total	1.200.297		12.598

¹ - Do saldo de serviços faturados foram deduzidas as faturas estornadas ou pagas até o início da apuração e com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento em execução (efetivo cumprimento).

O valor da PECLD registrada em 2017, em consonância ao CPC 38 foi de R\$ 28.627, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PECLD	Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2017
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2017 (24% do saldo)	27.773	27.773
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2017 (1% do saldo)	462	462
Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim de 2017 (100% do saldo – vencidos e a vencer)	392	392
Total	28.627	28.627

Caso o CPC 48 tivesse sido adotado em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$ 47.391, apurado conforme tabela a seguir:

Período	PECLD 2017		
	Base de cálculo	(%) PECLD	Perda esperada
A - A vencer	1.417.785	0,5%	7.088
B - Vencidos de 1 a 30 dias	70.274	1,8%	1.264
C - Vencidos de 31 a 60 dias	21.603	8,4%	1.815
D - Vencidos de 61 a 90 dias	14.843	17,5%	2.598
E - Vencidos de 91 a 180 dias	16.095	81,6%	13.134
F - Vencidos há mais de 180 dias	39.507	54,4%	21.492
Total	1.580.107		47.391

A variação entre as perdas registradas no exercício atual em relação à 2017 refere-se, principalmente, à reclassificação, em 2018, para o ativo não circulante do montante de R\$ 20.153 referente a títulos a receber de cliente cujo Plano de Recuperação Judicial foi homologado em junho de 2018.

Sobre o valor reclassificado foi aplicado o percentual de 100% de perda.

É apresentada a seguir a conciliação/ movimentação da PECLD, composta por parcelas de perdas dedutíveis (Lei nº 9.430/1996) e de perdas não dedutíveis:

Conciliação da PECLD de serviços faturados	31/12/2018	31/12/2017
A - Perda total no início do período	28.627	37.430
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(57)	(93)
C - Perda não dedutível no início do período (A - B)	28.570	37.337
D - Adições	43.014	22.628
E - Baixas	(58.992)	(31.395)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	12.592	28.570
G - Perda dedutível no final do período	6	57
PECLD no final do período (F + G)	12.598	28.627

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

NOTA - 9 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material para consumo	29.708	39.150	29.708	39.150
Material para revenda/ almoxarifados	8.148	16.181	8.148	16.181
Material em consignação	564	565	564	565
Perdas com estoque	(4.864)	(2.699)	(4.864)	(2.699)
Total	33.556	53.197	33.556	53.197

NOTA - 10 OUTROS VALORES E BENS

10.1 - Créditos com pessoas ligadas

Créditos com pessoas ligadas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empregados liberados - Postal Saúde	1.099	-	1.099	-
Concessão de uso de espaço - Postal Saúde	332	-	332	-
Serviço saúde	-	47.323	-	47.323
Total	1.431	47.323	1.431	47.323

10.1.1 - Empregados liberados à Postal Saúde

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos à Postal Saúde.

10.1.2 - Concessão de uso de espaço

Refere-se ao ressarcimento do uso de espaço dos Correios pela Postal Saúde.

10.1.3 - Serviço saúde

A utilização do saldo do adiantamento da conta Serviço Saúde foi ocasionada pela comprovação das despesas assistenciais realizada pela Postal Saúde.

10.2 - Adiantamentos

Adiantamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de férias	105.989	86.275	105.989	86.275
Empregados cedidos	6.796	2.084	6.796	2.084
Adiantamento salarial	3.485	3.418	3.485	3.418
Demais adiantamentos	985	4.140	985	4.140
Total	117.255	95.917	117.255	95.917

10.2.1 - Empregados cedidos

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos para órgãos do governo, líquido de PECLD, cuja constituição é feita à base de 100% dos valores vencidos há mais de 365 dias.

10.2.2 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior, bem como adiantamentos a estagiários.

10.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

Impostos e encargos sociais a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ a restituir	120.701	127.513	22.905	129.152
CSLL a restituir	13.163	19.793	111.989	19.793
INSS a restituir/ compensar	10.105	9.104	10.105	9.104
IR retido na fonte	5.286	20.440	5.286	20.440
ICMS a recuperar/ compensar	3.457	1.551	3.457	1.551
Demais impostos/ encargos a restituir/ compensar	3.117	3.066	3.117	3.080
CSLL retida na fonte	2.244	5.271	2.244	5.271
COFINS a restituir/ compensar	1.972	2.271	1.972	2.271
IR sobre aplicações financeiras	1.571	2.552	1.581	2.586
ISS retenção por clientes	923	1.119	923	1.119

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e encargos sociais a compensar				
COFINS retido na fonte	711	711	711	711
Salário família/ maternidade	671	658	671	658
PIS retido na fonte	393	393	393	393
INSS retenção por clientes	383	213	383	213
PIS a restituir/ compensar	-	480	-	480
Total	164.697	195.135	165.737	196.822

10.3.1 - CSLL e IR a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2018. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.3.2 - IR e CSLL retidos na fonte

São os impostos e contribuições retidos na fonte sobre os valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

10.3.3 - PIS e COFINS a restituir/ compensar

Compreendem os créditos fiscais relativos a pagamentos indevidos ou a maior. No exercício de 2018 os saldos foram objeto de processos administrativos de compensação/restituição junto à RFB.

10.4 - Cobrança jurídica/ inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, cuja cobrança está no âmbito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança jurídica/ Inadimplência				
Faturas em cobrança jurídica	5.033	1.380	5.033	1.380
Acordos jurídicos - REFIS	3.633	-	3.633	-
Inadimplentes - AGF	1.936	1.061	1.936	1.061
Débitos de empregados em cobrança jurídica	46	90	46	90
Inadimplentes - ACC	15	152	15	152
Total	10.663	2.683	10.663	2.683

10.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 5.033 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica, é revisado anualmente e tem como base a relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas bem como o valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos doze meses.

A constituição das perdas dedutíveis é baseada no reconhecimento da perda definitiva, para controle por cinco anos, a contar da data do vencimento, em observância às regras estabelecidas na Lei nº 9.430/1996.

Para o reconhecimento da perda é aplicado o percentual esperado de perda sobre a diferença existente entre o valor das faturas em cobrança jurídica e o total das perdas dedutíveis em cobrança judicial.

	Controladora/ consolidado			
	Percentual aplicado	31/12/2018	Percentual aplicado	31/12/2017
Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD				
Perdas não dedutíveis	95,7%	112.885	95,7%	67.598
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	24.416	100,0%	45.701
Perdas de títulos de empresas em recuperação judicial	100,0%	-	100,0%	745
Total		137.301		114.044

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

	Controladora/ consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Movimentação - PECLD		
A - Perda total no início do período	114.044	125.229
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(45.701)	(51.707)
C - Perda não dedutível no início do período (A + B)	68.343	73.522
D - Adições	65.829	24.666
E - Baixas	(21.287)	(29.845)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	112.885	68.343
G - Perda dedutível no final do período	24.416	45.701
PECLD no final do período (F + G)	137.301	114.044

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.

10.4.2 - Acordos Jurídicos – REFIS

Corresponde aos valores decorrentes Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT – REFIS POSTAL), instituído em 2018, cujo objetivo era a renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa.

O programa teve por objeto os créditos cíveis dos Correios que estavam judicializados, cujos valores atualizados até o dia 06 de abril de 2017 não ultrapassavam a quantia de R\$ 5.000.

10.4.3 - Inadimplentes – AGF

Refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas líquidos do percentual de perda esperada.

10.5 - Outros créditos

Outros créditos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Float bancário - faturamento	8.587	-	8.587	-
Débitos de empregados	5.665	4.434	5.665	4.434
Bens sucateados	2.670	105	2.670	105
Débitos de terceiros	1.710	22.119	1.710	22.119
Telesena - resgate de título	1.250	1.379	1.250	1.379
Débitos de empregados - agência	312	1.366	312	1.366
Saque de conta virtual	293	8	293	8
Coupons - réponse trocado	205	169	205	169
Vale postal internacional - importação	196	167	196	167
Total	20.888	29.747	20.888	29.747

10.5.1 - Float bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

10.5.2 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de Portaria para desconto em folha de pagamento.

10.5.3 - Bens sucateados

Valores líquidos de depreciação dos bens sucateados destinados à alienação, doação ou desmonte, cuja data de realização esteja fixada/prevista até o final do exercício seguinte.

10.5.4 - Débitos de terceiros

A rubrica é composta, principalmente, pelas multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A redução na rubrica deve-se, principalmente, ao aumento do percentual da PECLD, que em 2017 era de 52% e em 2018 foi de 98,1%.

10.5.5 - Telesena – resgate de título

Refere-se ao valor pago relativo a títulos de capitalização hábeis para resgate.

10.5.6 - Outros débitos de empregados – agência

Representam os débitos decorrentes de diferenças de caixa das agências. A perda esperada é constituída à base de 96,4% do saldo acumulado na conta.

NOTA - 11 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Trata-se de imóveis não utilizados pela Empresa, no qual a Administração se comprometeu a adotar todas as ações necessárias para se desfazer do bem nos próximos doze meses usufruindo dos benefícios econômicos gerados com a venda.

Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2017	Transf. de Prop. para Investimento	Depreciação	Impairment	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	-	26.330	-	-	-	26.330
Prédios	-	117	(5)	-	-	112
Impairment mantidos p/ venda (nota 11.1)	-	-	-	(9.036)	-	(9.036)
Total	-	26.446	(5)	(9.036)	-	17.406

Em atendimento ao disposto no CPC 31 a depreciação dos imóveis foi interrompida quando da reclassificação para mantidos para a venda, mantendo-se o saldo acumulado até a data da transferência.

11.1 - Regras para a mensuração e reconhecimento do impairment

Para a aplicação do teste de *impairment*, são confrontados o valor recuperável do imóvel com o seu valor contábil líquido, a fim de verificar a necessidade ou não de reconhecimento de uma estimativa de perda. Caso

o valor recuperável do imóvel seja inferior ao seu valor contábil líquido, faz-se uma estimativa de perda reduzindo o valor do ativo ao valor recuperável, por outro lado, se o valor do imóvel for superior ao valor contábil líquido deste, mantém-se o valor contábil do imóvel.

O valor recuperável dos imóveis é estabelecido com base no valor justo líquido das despesas incrementais conforme segue:

a.o valor justo do imóvel é definido com base em avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; e

b.são consideradas despesas incrementais para dedução do valor justo as despesas, relevantes, que somente existirão em caso de uma possível venda.

NOTA - 12 ATIVO NÃO CIRCULANTE

12.1 - Investimentos não permanentes

12.1.1 - Outras aplicações – VJORA

As rubricas registradas no quadro a seguir foram classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outras aplicações - VJORA				
Participações não relevantes	6.302	3.516	6.302	3.516
FINAM/ FINOR	693	-	693	-
Outros investimentos	-	894	-	894
Total	6.995	4.410	6.995	4.410

12.1.1.1 - Participações não relevantes

Trata-se de ações de companhias telefônicas. O acréscimo no saldo refere-se à valorização das ações.

12.1.1.2 - FINAM/ FINOR

Valores relativos à aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM e Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Sobre os depósitos do FINOR estão constituídas perdas não dedutíveis de 100%. O valores convertidos em certificados estão atualizados conforme cotação do dia 31 de dezembro de 2018.

12.2 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

Depósitos judiciais, recursais e administrativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos recursais administrativos	69.318	70.057	69.318	70.057
Depósitos judiciais	22.154	21.701	22.154	21.701
Depósitos recursais	16.787	16.271	16.787	16.271
Penhora de numerários	10.078	6.886	10.078	6.886
Total	118.337	114.915	118.337	114.915

Os valores de R\$ 22.154 e R\$ 16.787 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 69.318 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 10.078 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

a. os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;

b. os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes da Empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;

c. os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d. as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação

e. à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

12.3 - Tributos a compensar

Tributos a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Imunidade tributária	1.621.435	1.453.916	1.621.435	1.453.916
IR	940.683	849.606	940.683	849.606
PIS/ COFINS	680.752	604.310	680.752	604.310
Tributos retidos na fonte - contrato Banco Postal	239.957	139.492	239.957	139.492

Tributos a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Total	1.861.392	1.593.408	1.861.392	1.593.408

Os Correios, amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, protocolizaram, em 2016, pedidos de restituição na esfera administrativa dos valores pagos indevidamente a título de IRPJ.

O montante de R\$ 1.621.435 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, PIS e COFINS registrados em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.453.916, e atualizados em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$ 166.369, por levar em consideração o êxito obtido em três dos dez pedidos de restituição e acrescido de R\$ 1.150 referente a IRPJ retido sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores.

Os créditos de IR totalizam R\$ 940.683 e estão sendo discutidos em âmbito administrativo por meio de dez pedidos de restituição. Desses pedidos, três foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF a favor dos Correios, nos meses de agosto e outubro de 2018.

Os créditos de PIS e COFINS no total de R\$ 680.752 estão resguardados pelo Protesto Judicial protocolizado em 24 de julho de 2017.

O saldo de R\$ 239.957 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF .

12.4 - Outros

Outros - ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Acordos jurídicos - REFIS	3.069	-	3.069	-
Correiospar - ressarcimentos	1.071	989	-	-
Outros débitos de empregados	721	856	721	856
Débitos de ex-empregados	153	1.284	153	1.284
Renegociação de faturas	-	613	-	613
Outros créditos a realizar	-	27	-	27
Total	5.014	3.769	3.943	2.780

12.4.1 - Correiospar – ressarcimentos

Compreende o ressarcimento de atividades administrativas, estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

12.4.2 - Débitos de ex-empregados

São débitos de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo. A perda esperada é constituída à base de 99% do saldo acumulado na conta.

NOTA - 13 INVESTIMENTOS**13.1 - Investimentos permanentes****13.1.1 - Imóveis mantidos para investimentos**

Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, isto é, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na **nota 3.12**.

Imóveis mantidos para investimentos	Controladora/ consolidado				
	Saldo em 31/12/2017	Impairment	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2018
Terrenos cedidos ou alugados	72.605	-	-	-	72.605
Prédios cedidos ou alugados	5.580	-	-	(905)	4.675
Terrenos desocupados	588.458	-	(26.330)	-	562.128
Prédios desocupados	23.407	-	(112)	(226)	23.069
Impairment prédios	-	(553)	-	-	-
Impairment desocupados (nota 11.1)	(34)	(63.634)	9.036	-	(55.185)
Instalações desocupadas	109	-	-	-	109
Total	690.125	(64.187)	(17.406)	(1.131)	607.401

13.2 - Correiospar

Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante, R\$ 50.262 foram integralizados, dentre os quais R\$ 20.262 foram repassados em 2018.

Nesse exercício a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 14.077, que acrescido do prejuízo acumulado até 2017 de R\$ 2.427 reduziu o saldo do investimento, após a aplicação do método de equivalência patrimonial, para R\$ 33.758.

NOTA - 14 IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na **nota 3.12**.

Imobilizado	Controladora/ consolidado							
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Bens sucateados	Saldo em 31/12/2018
Terrenos	3.536.455	-	-	-	-	-	-	3.536.455
Impairment terrenos	(491)	-	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.396.371	3.941	-	31.578	-	(29.424)	-	1.402.466
Impairment prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	-	(50.435)
Instalações em prédios próprios	83.445	524	-	-	(8.662)	(9.992)	-	60.315
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros.	38.814	54	(34)	6.569	-	(18.869)	-	26.534
Obras em andamento	88.123	18.787	(505)	-	(32.416)	-	-	73.989
Subtotal Imóveis	5.092.282	23.306	(539)	38.147	(41.078)	(58.285)	-	5.053.833
Móveis e utensílios	190.576	7.210	(509)	2.255	-	(41.928)	(1.012)	156.592
Máquinas e equipamentos	363.499	72.617	(427)	23.964	-	(72.589)	(678)	386.386

Imobilizado	Controladora/ consolidado							
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Bens sucateados	Saldo em 31/12/2018
Veículos motorizados	439.088	25.253	(38)	-	(122)	(26.044)	(838)	437.299
Veículos não motorizados	5.058	239	(8)	-	(1)	(2.870)	(12)	2.406
Ferramentas e instrumentos	300	1	-	-	(1)	(185)	2	117
Equipamentos de processamento de dados	146.030	28.186	(39)	27.728	-	(56.102)	(27)	145.776
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	233.024	42.213	-	-	(56.992)	-	-	224.245
Subtotal Móveis	1.377.575	175.719	(1.021)	53.947	(51.116)	(199.718)	(2.565)	1.352.821
Total	6.469.857	199.025	(1.560)	92.094	(92.194)	(258.003)	(2.565)	6.406.654

NOTA - 15 INTANGÍVEL

Corresponde à softwares não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração e métodos de amortização estão detalhados na **nota 3.13**.

Intangível	Controladora/ consolidado					
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2018
Software, licenc. similares	89.219	24.042	105	(13)	(44.848)	68.505
Total Intangível	89.219	24.042	105	(13)	(44.848)	68.505

NOTA - 16 PASSIVO CIRCULANTE

16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material, produtos e serviços	968.416	747.123	968.416	747.123
Consignações	149	149	149	149
Outros	16	-	16	-
Total	968.581	747.272	968.581	747.272

16.1.1 - Outros

Refere-se aos pagamentos realizados nas agências, à fornecedores, por meio de Autorizações de Pagamento – Aps.

16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescidas do adicional de 70% conforme acordo coletivo de trabalho, registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e consignações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Férias	1.194.407	1.258.279	1.194.407	1.258.279
INSS - empregado	42.826	43.257	42.826	43.257
Postalís (PostalPrev) - empregado	39.120	41.516	39.120	41.516
Obrigações trabalhistas	18.235	17.106	18.235	17.106
Postalís (BD) - empregado	12.395	13.123	12.395	13.123
Retenção SEST/ SENAT	3	2	3	2
Total	1.306.986	1.373.283	1.306.986	1.373.283

16.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

Encargos sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
INSS - empregador	119.080	121.142	119.080	121.142
FGTS	53.373	53.889	53.373	53.889
PostalPrev - empregador	37.336	39.337	37.336	39.337
Postalís - PBD	12.420	13.143	12.420	13.143
Salário educação	11.303	11.493	11.303	11.493
Senai adicional	905	920	905	920
INSS - autônomos/ avulsos	672	369	672	369
Total	235.089	240.293	235.089	240.293

16.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

Impostos e contribuições	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
IR retido de empregados	50.766	46.860	50.766	46.860
COFINS	39.621	53.900	39.631	53.906
Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996	29.956	25.831	29.956	25.831
PIS	8.585	11.654	8.587	11.655
ICMS	9.659	7.198	9.659	7.198
ISSQN - retido de terceiros	6.235	5.320	6.235	5.320
INSS empresas - retenção na fonte	6.412	4.989	6.412	4.989
IR retido de terceiros	2.610	1.909	2.610	1.909
INSS retenção - contribuinte individual	166	179	166	179
Outras obrigações tributárias	67	-	67	-
Total	154.077	157.840	154.089	157.847

16.5 - Arrecadações e recebimentos

As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

Arrecadações e recebimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recebimento para o Postalís	21.629	24.946	21.629	24.946
Recebimento de imposto de importação	10.673	7.933	10.673	7.933
Emissão de vale postal nacional	8.113	6.718	8.113	6.718
Telesena - venda de título	1.028	1.818	1.028	1.818
Outros recebimentos/ arrecadações	637	1.384	637	1.384
Importação/ Exportação - vale postal internacional	173	440	173	440
Certificado digital	52	4.280	52	4.280
Total	42.305	47.519	42.305	47.519

16.5.1 - Recebimento para o Postalís

Compreendem os valores dos empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís.

16.5.2 - Recebimento de imposto de Importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

16.5.3 - Emissão de Vale Postal Nacional

Esses valores correspondem à execução do serviço de Vale Posta Nacional Eletrônico (VPN-e).

16.5.4 - Outros recebimentos/ arrecadações

São as obrigações decorrentes de arrecadações para terceiros, recebimento de contas e taxas.

16.6 - Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 21.656, em 2018, e R\$ 6.427, em 2017, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou com valor a maior e de faturas pagas em duplicidade.

16.7 - Contas internacionais a pagar

O valor de R\$ 95.367, em 2018, e R\$ 85.774, em 2017, representam as obrigações para com as Administrações Postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

16.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

Precatório	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Precatórios judiciais (circulante)	129.728	87.944	129.728	87.944
Precatórios judiciais (não circulante)	39.243	31.128	39.243	31.128
Total	168.971	119.072	168.971	119.072

O aumento observado no passivo e despesas de Precatórios em 2018 está relacionado, principalmente, ações de natureza trabalhista.

Essa variação pode ser justificada pela entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas volumosas ações do Sindicato de Brasília e do Sindicato do Rio de Janeiro, bem como os acordos de Gratificação de função.

16.9 - Apropriações por competência – Patrocinadas/ Mantidas

Apropriações por competência – Patrocinadas/ mantidas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
CorreiosSaúde	68.114	82.971	68.114	82.971
Postalís	30.750	27.959	30.750	27.959
Benefício Definido - BD	30.173	27.204	30.173	27.204
PostalPrev	577	755	577	755
Total	98.864	110.930	98.864	110.930

16.10 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Controladora/ Consolidado				
	Saldo da Obrigação	Amortização do Principal	Amortização dos juros	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/2017	721.923	-	(89.629)	95.434	727.728
31/12/2018	727.729	(187.500)	(51.917)	56.770	545.082

Empréstimos e Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos (curto prazo)	181.694	182.647	181.694	182.647
Empréstimos e Financiamentos (longo prazo)	363.388	545.082	363.388	545.082
Total	545.082	727.729	545.082	727.729

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da obrigação atuarial	750.000
Data da emissão	28/12/2016
Vencimento final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/2017
Encargos financeiros totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

¹ - Cédula de crédito bancário.

² - Refere-se à comissão *flat*, imposto sobre operações financeiras (IOF) e despesas bancárias.

De acordo com os termos do contrato de empréstimo, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 3,0x

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, pois a soma do caixa e aplicações financeiras era superior à dívida bruta total, indicando que os Correios atenderam à cláusula contida no contrato do empréstimo.

16.11 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Participação nos Lucros e Resultados - PLR	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	26.384	-	26.384

Em 2018, com base em estudo elaborado pela área de Relações Trabalhistas e apreciado pelo Departamento Jurídico, o valor remanescente da PLR foi revertido integralmente em contrapartida ao resultado.

16.12 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e/ ou faturamento por estimativa que constituirão receitas em competências seguintes.

Do montante de R\$ 28.495, registrado nesta rubrica em 2018, R\$ 22.041 são provenientes de alugueis de caixas postais e R\$ 6.454 refere-se à faturamento por estimativa.

O valor de R\$ 20.744, registrado em 2017 é composto por R\$ 19.957 proveniente alugueis de caixas postais e R\$ 517 referente a faturamento por estimativa.

16.13 - Obrigações financeiras a pagar

Em face do distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela resilição no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 30 de maio de 2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

Data do Distrato	Controladora/ Consolidado		
	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da receita com a despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do distrato (a primeira parcela, paga em 02 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 749.834).

Contudo, em 05 de dezembro de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução, prevista para 02 de janeiro de 2017. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, desde 05 de dezembro de 2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que a primeira parcela foi paga em 02 de janeiro de 2017.

Ao final de 2018 a dívida referente ao distrato do Banco Postal apresentou a seguinte composição:

Data	Controladora/ Consolidado			
	Saldo	Amortização	Despesa do exercício	Dívida Líquida
31/12/2017	854.928	(299.327)	71.152	626.753
31/12/2018	626.753	(322.548)	30.082	334.287

Distrato - Banco Postal	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Distrato - Banco Postal (circulante)	334.287	344.649	334.287	344.649
Distrato - Banco Postal (não circulante)	-	282.104	-	282.104
Total	334.287	626.753	334.287	626.753

16.14 - Convênio Postal Saúde

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

Convênio Postal saúde	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
Saúde	126.031	128.162	126.031	128.162
Ressarcimento de despesas administrativas	53.924	71.138	53.924	71.138
Ambulatórios	19.315	9.829	19.315	9.829
Saúde ocupacional	12.236	8.707	12.236	8.707
Benefício medicamentos	1.333	2.166	1.333	2.166
Total	212.839	320.002	212.839	320.002

16.15 - Outros débitos

Outros - passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caução de fornecedores	44.704	38.673	44.704	38.673
Convênio SESI/ SENAI	9.982	9.306	9.982	9.306
Retenções judiciais	2.781	2.412	2.781	2.412
Ressarcimento ao SUS	2.249	-	2.249	-
Prestação de contas AGF/ ACF	2.050	1.229	2.050	1.229
Honorários de sucumbência	21	124	21	124
Outros credores	5.936	691	5.936	691
Total	67.723	52.435	67.723	52.435

16.15.1 - Ressarcimento ao SUS

Refere-se à obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas com SUS no eventual atendimento de seus beneficiários. Os valores em questão referem-se à cobranças de Autorização de Internação Hospitalar – AIH correspondentes à períodos anteriores à criação da Postal Saúde.

NOTA - 17 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

17.1 - Benefício pós-emprego

17.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

	Controladora/ Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefício pós-emprego		
Patrimônio		
CorreiosSaúde (passivo)	3.918.101	3.778.762
Postalís Plano Benefício Definido - PBD (passivo) ¹	3.256.391	3.102.427
PostalPrev (outros resultados abrangentes)	(336.604)	(247.162)
Total	6.837.888	6.634.027
Resultado		
A - Despesa com saúde de empregados ativos	1.048.549	1.280.492
B - Despesa com saúde de aposentados	318.776	306.414
C - Despesas administrativas e outras despesas com saúde não relacionadas ao pós-emprego	123.373	187.035
D - Despesa total com saúde (A + B + C)	1.490.698	1.773.941
E - Total da provisão pós emprego saúde (relatório técnico atuarial)	463.587	(1.978.469)
Custo dos juros/ custo dos serviços - corrente	463.587	924.414
Reversão do custo do serviço passado	-	(2.902.883)
F - Total do registro em provisão do pós-emprego saúde (E - B)	144.811	(2.284.883)
G - Despesa com Postalís - PBD	273.345	266.917
H - Despesa administrativa/ outros - Postalís PBD	27.335	29.082
I - Despesa - PBD líquida de despesa administrativa/ outros (F - G)	246.010	237.835
J - Total da provisão pós emprego Postalís PBD (relatório técnico atuarial)	244.672	159.179
K - Total do registro em provisão do pós-emprego PBD (J - I)	(1.338)	(78.656)
L - Total do registro referente ao <i>superávit</i> do plano PostalPrev (relatório técnico atuarial)	(89.442)	(90.944)
Impacto no resultado do registro do pós-emprego (F + K + L)	54.031	(2.454.483)

¹Para compor as obrigações atuariais do Plano Benefício Definido - PBD é necessário somar as obrigações de curto e longo prazos de benefício pós-emprego com os valores registrados nas contas "Postalís - PBD" do grupo "Encargos sociais" e Postalís "Benefício Definido - BD" do grupo "Apropriações por competência - patrocinadas/ mantidas".

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

17.1.1.1 - Plano de saúde - CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde da Empresa era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território nacional.

Em 05 de dezembro de 2013 foi celebrado entre a Empresa e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, constituída em abril de 2013, é a operadora do plano assistência à saúde oferecido aos empregados da Empresa, na modalidade autogestão como uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília/DF.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica da Empresa é realizada pela Postal Saúde. Esse processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

O plano de saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados da Empresa e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalís e seus dependentes.

A Empresa tem a obrigação, como mantenedora, de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Em decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST no julgamento do dissídio coletivo relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018 para o custeio do plano CorreiosSaúde foi fixada a cobrança de mensalidades de titulares, correspondente à aplicação dos percentuais de 2,3% a 4,4%, de acordo com a remuneração recebida, obedecendo ao teto máximo de mensalidade por faixa etária, da tabela fixada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), prevista na Resolução Normativa nº 63/2003. Além disso, os dependentes passam a contribuir para o plano com mensalidades correspondentes a 60% da mensalidade do titular, no caso de cônjuge/companheiro(a), e de 35%, nos caso de filhos e menor sob guarda. Os participantes também são responsáveis pelo pagamento de coparticipação de até 30% do valor dos custos assistenciais, dependendo do teto máximo fixado na decisão.

Os titulares do plano CorreiosSaúde e seus dependentes, filhos, menor sob guarda e cônjuge/companheiro(as), migrarão para o plano CorreiosSaúde II, a partir de 2018, para atender à forma de custeio do plano definida pelo TST. Os genitores dos titulares permanecerão no plano CorreiosSaúde, com a forma de custeio vigente antes da decisão do TST. Na forma da decisão do TST, os genitores inscritos no plano CorreiosSaúde, a partir de agosto de 2019, migrarão para o plano família ou serão desligados do plano.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), em 18 de janeiro de 2018, emitiu as Resoluções CGPAR nº 22 e 23 que estabelecem diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, dentre elas a cobrança de mensalidades, a limitação de dependentes e a paridade das contribuições de participantes e patrocinador no custeio do benefício à saúde em planos na modalidade de autogestão. As Resoluções têm como objetivo fortalecer a gestão corporativa dos planos, favorecendo ao seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Os cálculos atuariais do plano CorreiosSaúde, elaborados em 1º de março de 2019, contemplam as alterações no plano decorrentes da decisão do TST e da Resolução CGPAR nº 23/2018.

17.1.1.2 - Plano de previdência – previdência complementar

Os planos previdenciários são submetidos a avaliações atuariais anuais na Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), seguindo orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para as quais são utilizadas hipóteses e premissas definidas pela Entidade a partir de estudos de aderência realizados pelo atuário responsável pelos mesmos. Na ocorrência de *déficit* atuarial deverá ser elaborado plano de equacionamento, o qual deverá ser aprovado até o final do exercício seguinte pelo Conselho Deliberativo da EFPC. O plano de equacionamento fixará as contribuições extraordinárias a serem pagas pelos participantes, assistidos e patrocinadoras, na proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

17.1.1.2.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

17.1.1.2.2 - Postalis - BD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

Para o plano BD, são previstas no regulamento do plano contribuições normais e extraordinárias a serem realizadas pelos participantes e pela patrocinadora, com base na aplicação de um percentual sobre a remuneração dos participantes. Ainda são previstas contribuições adicionais pelos participantes assistidos, para cobertura de despesas não cobertas pelas contribuições normais e extraordinárias. Os participantes e a patrocinadora, atualmente, além das contribuições normais, efetuam contribuições extraordinárias ao plano para cobertura de *déficit* atuarial apurado nos períodos de 2013 a 2015.

Todos os benefícios do plano BD são constituídos na modalidade de benefício definido e têm os seus valores definidos a partir do Salário-Real-de-Benefício de cada participante e do valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, sendo reajustados pelo INPC calculado e divulgado pelo IBGE.

17.1.1.3 - Governança e estrutura regulatória

O plano CorreiosSaúde é um plano não adaptado à Lei nº 9.656/1998, classificado pelas normas da ANS como “ativo com comercialização suspensa”. Por determinação legal, aos planos nessa situação, não é permitida a inclusão de novos beneficiários titulares, sendo cabível a inclusão de novo cônjuge e filhos dos atuais beneficiários.

A Empresa, na qualidade de mantenedora e patrocinadora, é responsável pela garantia financeira do plano de saúde e, conseqüentemente, com poder de gestão no plano.

A Postal Saúde tem como órgãos estatutários: a Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é órgão soberano e tem como principais atribuições eleger e destituir membros dos conselhos deliberativo e fiscal, decidir sobre alterações estatutárias e extinção da sociedade. O Conselho Deliberativo da Postal Saúde é o órgão de orientação estratégica, sendo responsável por definir políticas de saúde, elaborar os orçamentos anuais e acompanhar os negócios e atividades, entre outros. É formado por representantes dos Correios e de participantes do plano. À Diretoria Executiva compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão administrativa e econômico-financeira do plano CorreiosSaúde, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da Operadora.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela Empresa, a administração é realizada pelo Postalís regida por seu Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios e pela legislação específica do setor de previdência privada, tais como: Resolução MPS/CGPC nº 26 de 24 de fevereiro de 2014, nº 16, de 19 de novembro de 2014 e nº 22, de 25 de novembro de 2015, que preveem as condições e procedimentos a serem observados na apuração do resultado, na destinação e utilização de *superávit* e no equacionamento de *déficit* dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

O Postalís encontra-se, atualmente, sobre intervenção da PREVIC, conforme Portaria nº 955, de 03 de outubro de 2017, e tem por objetivo a manutenção dos planos de benefícios, tendo em vista, principalmente, o descumprimento de normas relacionadas à contabilização de reservas técnicas e aplicação de recursos.

17.1.1.3.1 - Quantidade de participantes

Quantidade de participantes dos planos	Controladora/ Consolidado							
	2018				2017			
	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total
CorreiosSaúde	102.643	28.169	228.695	359.507	108.650	30.637	253.289	392.576
PostalPrev	92.798	5.298		98.096	97.584	4.866		102.450
Benefício Definido - PBD	54.615	31.591		86.206	57.968	30.005		87.973

17.1.1.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

Riscos atuariais do plano de benefício definido	
Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em renda fixa, renda variável, estruturados e investimentos no exterior, entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho.

17.1.1.5 - Ativos dos planos: política de investimentos, estratégia de confrontação de ativos e passivos e categorias de ativos

O plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros para cobertura da obrigação atuarial, sendo os custos assistenciais decorrentes da utilização dos serviços cobertos pela Empresa e participantes.

O Postalis, entidade de previdência complementar que administra os planos de benefícios PostalPrev e PBD, estabelece política de investimentos para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual, tendo como objetivo orientar, no horizonte estabelecido, as aplicações dos ativos financeiros garantidores segundo a natureza do investimento e limites propostos, observada a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, visando obter maior segurança, liquidez e rentabilidade dos investimentos e a menor exposição a riscos. A política de investimentos é objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis e para a sua formulação são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefício, considerando:

- a. taxa esperada de retorno;
- b. preservação do capital;
- c. diversificação;
- d. tolerância a risco;
- e. estabilidade;
- f. liquidez; e
- g. regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados no exterior, imóveis e operações com participantes. Para o gerenciamento de ativos e passivos dos planos de benefícios é realizado, periodicamente, estudo de *Asset Liability Management* (ALM).

Para os benefícios definidos do plano PostalPrev, além dos mecanismos de gerenciamento de ativos e passivos, há a constituição de fundo previdencial com vistas a mitigar os riscos de surgimento de *déficits* atuariais.

Os principais riscos associados a planos de benefícios estão relacionados a variações de base cadastral (alteração por experiência) e taxa de juros atuarial, para os quais são previstos, em relação ao Plano BD, contabilização de *superávit*, quando houver, em reserva de contingência e, para o Plano PostalPrev, a constituição de fundos previdenciais, além de reserva de contingência.

Os ativos dos planos PostalPrev e PBD estão assim distribuídos por categoria:

Categoria de ativos	PostalPrev				Benefício Definido - PBD			
	2018		2017		2018		2017	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Títulos públicos	643.227	0,75	386.334	0,67	1.520.178	0,53	1.629.811	0,44
Créditos privados e depósitos	10.911	0,01	15.183	0,03	43.616	0,02	234.909	0,06
Ações	4.998	0,01	44.992	0,08	49.565	0,02	202.752	0,06
Fundos de investimentos	123.972	0,14	82.016	0,14	732.849	0,25	1.084.210	0,30
Empréstimos e financiamentos	75.219	0,09	50.183	0,09	242.694	0,08	270.587	0,07
Investimentos imobiliários	467	0,00	-	-	284.237	0,10	237.880	0,06
Depósito judicial	-	-	-	-	17.695	0,01	7.291	0,00
Total	858.794		578.708		2.890.834		3.667.440	

17.1.1.6 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa.

O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

17.1.1.7 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em novembro de 2017, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2017, para o plano CorreiosSaúde, bem como novembro de 2018, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2018, para o plano CorreiosSaúde, foram as seguintes:

Principais premissas	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,90%	10,25%	10,98%	9,66%	10,90%	10,25%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,88%	6,49%	6,97%	5,44%	6,89%	6,13%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,42%	6,88%	N/A	N/A
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	3,75%	4,00%	3,75%	3,88%
Taxa média de inflação anual	3,75%	3,53%	3,75%	4,00%	3,75%	3,88%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	9,66%	9,66%	10,90%	10,25%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento (aging factor)	2,16%	0,12%	N/A	N/A	N/A	N/A

Principais premissas	CorreiosSaúde				PostalPrev				Benefício Definido (PBD)			
	2018		2017		2018		2017		2018		2017	
Taxa de crescimento real anual dos custos por aumento nos valores dos procedimentos (HCCTR)	0,91%		2,00%		N/A		N/A		N/A		N/A	
Demográficas:												
Taxa de rotatividade	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.		1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.		1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.		1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.		1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.		1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.	
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 M&F suavizada em 20%	M&F	AT M&F	2000
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de aposentados	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 M&F suavizada em 20%	M&F	AT M&F	2000
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de inválidos	RP 2000 DISABLED M&F		RP 2000 Disabled M&F		RP 2000 DISABLED M&F		RP 2000 Disabled M&F		AT 49 M&F agravada em 50%		AT 49 M&F (A65%) e AT 49 F (A75%)	
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57 Fraca		Light média D60%		IAPB-57 Fraca		Light média D60%		Álvaro Vindas		Light fraca	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A		N/A		N/A		N/A	
Idade de aposentadoria	Conforme regulamento		Conforme regulamento		Conforme regulamento		Conforme regulamento		Conforme regulamento		Conforme regulamento	
Composição familiar para custos de pensão												
Participantes/ aposentados	São utilizados os dados reais		São utilizados os dados reais		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	
Principais hipóteses e parâmetros:												
Taxa de juros de desconto	10,90%		10,25%		10,98%		10,25%		10,90%		10,25%	
Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos e aposentados	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 suavizada 10%	M&F em	AT M&F	2000	RP-2000 M&F suavizada em 20%		AT M&F	2000
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	0,91%		2,00%		N/A		N/A		N/A		N/A	

Para o plano CorreiosSaúde foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

17.1.1.8 - Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2018, os planos administrados pelo Postalis e pela Postal Saúde encontram-se registrados, nas Demonstrações Financeiras da Empresa, conforme abaixo:

a. Planos de previdência complementar

- i. Plano PBD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (9.403.617) encontra-se parcialmente fundado por ativos justos do plano no montante de R\$ 2.890.834, resultando em um valor presente líquido da obrigação atuarial de R\$ (6.147.225), sendo reconhecido 50% (cinquenta por cento) deste valor na forma da Lei Complementar n° 108/2001, ou seja, R\$ (3.256.391). A obrigação atuarial relativa aos participantes assistidos é de R\$ (6.147.226) e aos participantes ativos é de R\$ (3.256.391).
- ii. Plano PostalPrev: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor justo dos ativos do plano de R\$ 858.795 supera o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (609.522), resultando em um *superávit* de R\$ 249.273, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro.
- b. Plano de assistência à saúde (CorreiosSaúde): não existem ativos para este plano, portanto a obrigação líquida corresponde ao valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (3.918.101).

17.1.1.9 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

Conciliação do valor presente da obrigação atuarial	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	(462.140)	(346.640)	(9.872.295)	(9.216.715)
Custo dos juros	(387.323)	(744.090)	(44.643)	(36.675)	(693.911)	(829.469)
Custo do serviço corrente	(76.264)	(180.323)	(7.663)	(8.177)	(17.349)	(18.227)
Benefícios pagos pelo plano	318.776	306.414	48.140	47.649	589.354	526.826
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais	5.472	469.202	(143.216)	(118.297)	590.584	(334.710)
Decorrentes de ajustes de experiência	(166.151)	(183.202)	(21.271)	(116.254)	(303.625)	90.719
Decorrentes de alterações de premissas biométricas	90.612	78.999	(134.738)	5.181	65.116	50.474
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	137.348	(23.504)	12.793	(7.224)	829.093	(475.903)
Decorrentes de alteração nos crescimentos de custos médicos	(56.337)	596.909	-	-	-	-
Custo do serviço passado	-	2.902.883	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(9.403.617)	(9.872.295)

17.1.1.10 - Conciliação do valor justo dos ativos do plano

Conciliação do valor justo dos ativos do plano	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	578.709	534.107	3.667.440	5.348.141
Receita de juros	-	-	55.903	56.510	375.912	609.153
Contribuições do patrocinador	318.776	306.414	47.250	47.245	243.763	235.988
Contribuições dos participantes	-	-	49.855	51.876	90.676	79.364
Benefícios pagos pelo plano	(318.776)	(306.414)	(48.140)	(47.649)	(589.354)	(526.826)
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de lucros)	-	-	175.218	(63.380)	(897.603)	(2.078.380)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	858.795	578.709	2.890.834	3.667.440

17.1.1.11 - Conciliação do efeito do teto do ativo

O plano Postalprev apresenta *superávit* não reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá produzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro. O *superávit* somente será reconhecido quando atendidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 109/2001, observando-se ainda as disposições do CPC 33 (R1).

O teto do ativo é reconhecido contabilmente em conta retificadora de despesas em contrapartida a outros resultados abrangentes.

Conciliação dos saldos do efeito do teto do ativo	PostalPrev	
	2018	2017
Efeito do teto do ativo no início do exercício	116.569	187.467
Juros sobre o teto do ativo	11.261	19.835
Remensurações do efeito do teto do ativo	121.443	(90.733)
Efeito do teto do ativo no final do exercício	249.273	116.569

17.1.1.12 - Conciliação da mudança da restrição da obrigação atuarial

A obrigação do Plano de Benefício Definido (PBD) é reconhecida na proporção dos riscos de participantes, assistidos e patrocinador na forma da Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. Essa proporção é de 50% sobre o valor da obrigação e a movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

Conciliação da mudança na restrição da obrigação	Benefício Definido - PBD	
	2018	2017
Restrição da obrigação no início do exercício	3.102.427	1.934.287
Mudança na restrição da obrigação atuarial	153.964	1.168.140
Restrição da obrigação no final do exercício	3.256.391	3.102.427

A mudança no efetido do compartilhamento de risco é reconhecida em outros resultados abrangentes.

17.1.1.13 - Status dos planos e movimentação dos passivos/ ativos líquidos reconhecidos no balanço

Status dos planos e ativo/ (passivo) líquido reconhecido	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Valor presente da obrigação atuarial	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(9.403.617)	(9.872.295)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	3.256.391	3.102.427
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(6.147.225)	(6.769.868)
Valor justo dos ativos	-	-	858.795	578.709	2.890.834	3.667.440
<i>Superávit (Déficit)</i> do plano	(3.918.101)	(3.778.762)	249.273	116.569	(3.256.391)	(3.102.428)
Efeito do teto do ativo	-	-	-	(116.569)	-	-
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(3.918.101)	(3.778.762)	249.273	-	(3.256.391)	(3.102.428)

Movimentação do ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo/ (passivo) líquido no início do exercício	(3.778.762)	(6.532.848)	-	-	(3.102.437)	(1.934.287)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	318.776	306.414	47.250	47.245	243.763	235.988
Valores reconhecidos no resultado da empresa	(463.587)	1.978.470	42.192	43.699	(244.672)	(159.179)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	5.472	469.202	(89.442)	(90.944)	(153.055)	(1.244.959)

Movimentação do ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo/ (passivo) líquido no final do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	-	-	(3.256.391)	(3.102.437)

17.1.1.14 - Obrigações reconhecidas no circulante e no não circulante

Obrigação atuarial líquida - circulante e não circulante	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018 ¹	2017	2018	2017
Obrigação atuarial líquida reconhecida no circulante	(331.527)	(317.230)	(37.913)	(40.092)	(253.747)	(245.144)
Encargos sociais (nota 17.3)	-	-	(37.336)	(39.337)	(12.420)	(13.143)
Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas (nota 17.9)	-	-	(577)	(755)	(30.173)	(27.204)
Contribuições esperadas para o exercício seguinte	(331.527)	(317.230)	-	-	(211.154)	(204.797)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no não circulante	(3.586.574)	(3.461.532)	-	-	(3.002.644)	(2.857.284)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço patrimonial	(3.918.101)	(3.778.762)	(37.913)	(40.092)	3.256.391	(3.102.428)

¹ Referem-se às contribuições da parte CD do plano a serem pagas em janeiro de 2019, conforme nota 17.3.

17.1.1.15 - Valores reconhecidos no resultado da Empresa

A variação em resultado ocorrida no período de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

a. da mudança da taxa de juros em 31 de dezembro de 2017, utilizada para cálculo dos juros líquidos referente ao exercício de 2018, que no plano BD alterou de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017), no PostalPrev, de 10,58% (31 de dezembro de 2016) para 9,66% (31 de dezembro de 2017) e no CorreiosSaúde de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017);

b. do *aging fator*, que em 31 de dezembro de 2016 é de 1,58% e em 31 de dezembro de 2017 é de 0,12%.

Valores reconhecidos no resultado do exercício	CorreiosSaúde		PostalPrev ¹		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo do serviço corrente líquido	(76.264)	(180.323)	42.192	43.699	73.327	61.137
Custo do serviço corrente	(76.264)	(180.323)	(7.663)	(8.177)	(17.349)	(18.227)
Contribuições dos participantes	-	-	49.855	51.876	90.676	79.364
Juros líquidos	(387.323)	(744.090)	-	36.675	(317.999)	(220.316)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(387.323)	(744.090)	(44.643)	56.510	(693.911)	(829.469)
Receita de juros	-	-	55.903	(19.835)	375.912	609.153
Custo dos juros sobre o teto do ativo	-	-	(11.260)	-	-	-
Custo do serviço passado ¹	-	2.902.883	-	-	-	-
Valores reconhecidos no resultado do exercício	(463.587)	1.978.470	42.192	80.374	(244.672)	(159.179)

¹ Valores reconhecidos em contas redutoras de despesas

17.1.1.16 - Conciliação dos valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

A variação em ganhos/ perdas atuariais, por ajustes de experiência, ocorrida em 31 de dezembro de 2018, é originada:

a. Planos Postalprev e PBD: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo de período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos nos planos (mortes, invalidez e sobrevivência) e no fator de determinação do valor real dos benefícios, além da redução no valor justo dos ativos; e

b. CorreiosSaúde: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo do período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos no plano (mortes, invalidez e sobrevivência).

Os ganhos/ perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31 de dezembro de 2018, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31 de dezembro de 2017, que passaram de 10,25% (31 de dezembro de 2017) para 10,90% (31 de dezembro de 2018), nos planos BD e CorreiosSaúde, e de 9,66% (31 de dezembro de 2017) para 10,98% (31 de dezembro de 2018) no plano PostalPrev.

As perdas atuariais decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos são originados da alteração do *aging factor*, que passou de 0,12% a.a., em 31 de dezembro de 2017, para 2,16% a.a. em 31 de dezembro de 2018. A inflação médica do plano variou de 2,00% a.a. em 31 de dezembro de 2017 para 0,91% a.a. em 31 de dezembro de 2018, ocasionando ganhos atuariais.

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ganhos e perdas sobre valor justo dos ativos do plano	-	-	175.218	(63.380)	(897.603)	(2.078.380)
Ganhos e perdas sobre a obrigação de benefício definido	5.472	469.202	(143.217)	(118.297)	590.584	(334.710)
Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses demográficas/ biométricas	90.612	78.999	(134.738)	5.181	65.116	50.474
Ganhos e perdas resultantes da alteração de hipóteses financeiras	137.348	(23.504)	12.973	(7.224)	829.093	(475.903)
Ganhos e perdas decorrentes de ajustes de experiência	(166.151)	(183.202)	(21.272)	(116.254)	(303.625)	90.719
Ganhos e perdas decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	(56.337)	596.909	-	-	-	-
Mudança do teto do ativo	-	-	(121.443)	90.733	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	153.964	1.168.140
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	5.472	469.202	(89.442)	(90.944)	(153.055)	(1.244.950)

17.1.1.17 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos foi aplicado o mesmo método do cálculo das responsabilidades com o plano nesta demonstração de posição financeira do final do período, ou seja valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada.

O cálculo foi efetuado estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31 de dezembro de 2018, considerando as premissas mais sensíveis dos planos.

A variação de 0,25% nas hipóteses atuariais de taxas de desconto, custos médicos e crescimento salarial, bem como o acréscimo/decrécimo de um ano na idade do participante teriam os seguintes efeitos no valor da obrigação:

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	CorreiosSaúde						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(4.014.616)	(3.829.423)	(4.005.099)	(3.834.662)	(3.830.681)	(4.008.981)	(3.918.101)
Valor justo dos ativos	-	-	-	-	-	-	-
<i>Superávit/(Déficit)</i> técnico do plano	(4.014.616)	(3.829.423)	(4.005.099)	(3.834.662)	(3.830.681)	(4.008.981)	(3.918.101)
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	2,46	(2,26)	2,22	(2,13)	(2,23)	(2,32)	
No <i>superávit/(déficit)</i> técnico do plano	2,46	(2,26)	2,22	(2,13)	(2,23)	(2,32)	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	PostalPrev						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Crescimento salarial		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(598.822)	(619.783)	(610.099)	(609.498)	(606.941)	(612.158)	(609.522)
Valor justo dos ativos	858.795	858.795	858.795	858.795	858.794	858.795	858.795
<i>Superávit/(Déficit) técnico do plano</i>	259.973	239.012	248.696	249.297	251.853	246.637	249.273
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	(1,76)	1,68	0,09	-	(0,42)	0,43	
No valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	
No <i>superávit/(déficit) técnico do plano</i>	4,29	(4,12)	(0,23)	(0,01)	1,04	(1,06)	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	Benefício Definido (PBD)				Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(9.554.626)	(9.266.646)	(9.663.212)	(9.155.859)	(9.403.617)
Valor justo dos ativos	2.890.834	2.890.834	2.890.834	2.890.834	2.890.834
<i>Superávit/ (Déficit) técnico do plano</i>	(6.663.792)	(6.375.812)	(6.772.378)	(6.265.025)	(6.512.783)
Variações:					
No valor presente da obrigação atuarial	1,61	(1,46)	2,76	(2,63)	
No valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	
No <i>superávit/(déficit) técnico do plano</i>	2,32	(2,10)	3,99	(3,80)	

17.1.1.18 - Duration dos planos

Duration dos Planos	2018	2017
CorreiosSaúde	12,2 anos	14,1 anos
PostalPrev	17,4 anos	19,2 anos
Benefício Definido (BD)	13,2 anos	14,4 anos

17.1.1.19 - Descrição da taxa de juros real de desconto atuarial anual

Até 2017 as taxas de desconto eram definidas considerando o rendimento de títulos públicos com vencimento mais próximo à *duration* dos planos. Em 2018, em consonância com o disposto nos itens 77, 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) foram averiguados os rendimentos dos títulos corporativos de alta qualidade, representados por 126 debêntures de empresas classificadas na escala de grau de investimento pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*, com vencimentos entre 2019 e 2033

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, os pagamentos dos juros reais acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Selecionaram-se apenas os títulos corporativos cujas as classificações de *rating* das respectivas empresas ocorreram no mesmo ano que se refere a Demonstração Financeira (2018).

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 28 de dezembro de 2018, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da inflação média foi o intervalo entre 2019 e 2132, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que as projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN, na referida data (28 de dezembro de 2018), limitavam-se ao ano 2022. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento, obtendo-se a média geométrica de 3,75%.

17.1.1.20 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração nove diferentes tábuas de mortalidade, incluindo a tábua utilizada em 2017 (AT-2000), foi identificado pela Consultoria atuarial a RP-2000 (suavizada em 10% para os planos CorreiosSaúde e PostalPrev e 20% para o plano BD) como a mais adequada e por essa razão foi adotada no exercício de 2018.

17.1.1.21 - Projeção de pagamentos e resultados para 2018

17.1.1.21.1 - Estimativa de contribuições a serem pagas pela Empresa relativas ao exercício de 2018

Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Normais	330.730	-	101
Extraordinárias (benefício definido)	-	49.140	252.803
Para cobertura de despesas administrativas do plano PBD	-	-	28.101
Total de contribuições	330.730	49.140	281.005

17.1.1.21.2 - Projeção de (despesas)/ receitas para o exercício de 2019

Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019	CorreiosSaúde	PostalPrev ¹	Benefício Definido (PBD)
Custo do serviço corrente líquido	(77.790)	39.903	61.406
Custo do serviço	(77.790)	(9.019)	(14.401)
Contribuição dos participantes	-	48.922	75.807
Custo de juros líquidos	(426.681)	-	(354.947)
Custo de juros sobre a obrigação atuarial ²	(426.681)	(68.571)	(670.048)
Retorno esperado dos ativos justos	-	96.614	315.101
Custo sobre o efeito do teto do ativo	-	(28.043)	-
Total da (despesa)/ receita esperada	(504.471)	39.903	(293.540)

¹ A ser reconhecido em conta retificadora de despesas.

² O cálculo do custo dos juros do plano BD contempla a dedução da parcela de responsabilidade dos participantes, face a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001.

1.1.1.1 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

Perfil de vencimento das obrigações atuariais ¹	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Até 1 ano	327.525	37.810	635.717
De 1 ano até 2 anos	343.365	48.997	651.115
De 2 anos até 5 anos	1.041.509	218.888	2.082.500
Acima de 5 anos	10.510.071	8.514.489	26.679.628
Total de contribuições	12.222.470	8.820.184	30.048.960

¹ Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

17.2 - Passivos contingentes

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades, principalmente abono.

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro 2018, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

17.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas:

Movimentação das provisões passivas contingenciadas (controladora/ consolidado)							
Âmbito	Natureza	Saldo em 01/01/2018	Reversão/ Conversão	Provisões Adicionais	Atualização Monetária	Alteração no valor provisionado inicialmente ¹	Saldo em 31/12/2018
Judicial	Cível	58.001	(3.200)	2.776	5.508	(30)	63.055
	Criminal	-	-	-	-	-	-
	Fiscal	8.017	(141)	644	741	(1)	9.260
	Trabalhista	306.836	(83.014)	29.197	9.982	(2.291)	260.710
	Subtotal	372.854	(86.355)	32.617	16.231	(2.322)	333.025
Administrativo	Cível	-	-	-	-	-	-
	Criminal	-	-	-	-	-	-
	Fiscal	12.764	(9.068)	-	292	-	3.988
	Trabalhista	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	12.764	(9.068)	-	292	-	3.988
Total		385.618	(95.423)	32.617	16.523	(2.322)	337.013

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2018, os Correios eram réus em 4.664 processos classificados como risco de perda provável. Apresenta-se a seguir os principais processos em que a empresa está envolvida:

Autor	Natureza	Exposição máxima atualizada
SINTECT	Trabalhista	18.958
	URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	
TAF Linhas Aéreas S/A	Cível Reequilíbrio econômico-financeiro de contrato	26.773
VARIG	Cível	3.647

Autor	Natureza	Exposição máxima atualizada
	Pagamento de faturas	
SINCOTELBA - Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos no estado da Bahia	Trabalhista	2.514
	Pagamento de adicional de periculosidade	
Evangélica Mendes da Fonseca	Trabalhista	2.249
	Pagamento de indenização	
Adão Barcala do Nascimento e Outros	Trabalhista	2.163
	Pagamento de progressões salariais	
João Batista Junior e/ ou outros	Cível	1.624
	Anistia	
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	Fiscal	1.231
	Pagamento de contribuições previdenciárias	
Manhães Advogados Associados	Cível	1.000
	Pagamento de honorários	
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	Fiscal	383
	Pagamento de contribuições previdenciárias	

17.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

17.2.2.1 - Perda possível

A empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2018, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 13.780 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 31/12/2018	Ações classificadas como de risco de perda possível (controladora/ consolidado)					
	Âmbito judicial		Âmbito administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	2.892	455.642	51	565.695	2.943	1.021.337
Criminal	-	-	-	-	-	-
Fiscal	768	428.558	365	492.972	1.133	921.530
Trabalhista	9.688	692.873	16	58	9.704	692.931
Total	13.348	1.577.073	432	1.058.725	13.780	2.635.798

Em outubro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a diretriz de provisionamento e contingenciamento relativos a processos jurídicos. A aprovação está alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Após a publicação da nova diretriz, foi realizado estudo com objetivo de avaliar a expectativa de reconhecimento do Passivo Contingente nas Demonstrações Financeiras dos Correios.

A Empresa revisou os dados históricos referentes ao período de 2015 a 2017 e o desempenho das causas que motivaram os registros do Passivo Contingente. O resultado da análise impôs mudança na forma de classificação dos riscos processuais, que passarão a ser apresentados como:

a. processos massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam; e

b. processos individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor pedido e particularidades das ações.

A expectativa é que durante o exercício de 2019 seja implantada a nova diretriz nos Correios.

17.3 - Tributos a compensar

O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visava reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL. Em 2018, as aludidas ações judiciais tiveram o risco classificado em perda remota pela área jurídica, sendo este o motivo da desconstituição da obrigação.

Tributos a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Tributos a compensar	-	13.374	-	13.374
Total	-	13.374	-	13.374

17.4 - Tributos diferidos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado e da propriedade para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

No exercício de 2018, o passivo fiscal foi movimentado pelo registro decorrente da CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA.

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

Tributos diferidos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CSLL Diferida	473.526	477.484	473.526	477.484
Total	473.526	477.484	473.526	477.484

17.5 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido – IFD, oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado – PDI.

O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado, com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017 e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017 e com previsão de término em 2018.

Em 2018 foram pagos 7.892 empregados que aderiram ao PDI com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.735 referentes ao segundo ciclo).

São realizados pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório aos que aderiram ao PDI, denominado IFD. Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

Os pagamentos de incentivos ocorridos em 2018 totalizaram R\$ 193.859..

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos doze meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA.

Em atendimento às recomendações do CPC 12, que dispõe sobre o ajuste a valor presente, a taxa de desconto dos fluxos do IFD foi selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PDI - circulante	159.831	124.197	159.831	124.197
PDI - não circulante	879.900	797.024	879.900	797.024
Total	1.039.731	921.221	1.039.731	921.221

17.6 - Outros

Obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Honorários de sucumbência	632	-	632	-
Parcelamento – Ressarcimento ao SUS	104	-	104	-
Total	6.736	-	6.736	-

17.6.1 - Honorários de sucumbência

O valor de R\$ 632 refere-se aos honorários de sucumbência do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT – REFIS POSTAL).

NOTA - 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totaliza R\$ 3.222.700 constituído integralmente pela União.

18.2 - Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa "Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até 31 de dezembro de 2018 foi efetivamente utilizado na implantação do Programa o montante de R\$ 43.242, cujo valor foi capitalizado no exercício, ficando o saldo de R\$ 180.758.

18.3 - Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

18.3.1 - AAP – Bens imóveis

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo atribuído	4.790.852	4.898.916	4.790.852	4.898.916
Tributo diferido	(430.885)	(440.611)	(430.885)	(440.611)
Total	4.359.967	4.458.305	4.359.967	4.458.305

18.3.2 - AAP – Mantidos para venda

Valor correspondente ao custo atribuído dos ativos mantidos para venda.

Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Custo atribuído	17.367	-	17.367	-
Tributo diferido	(1.563)	-	(1.563)	-
Total	15.804	-	15.804	-

18.4 - Outros resultados abrangentes – ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA bem como os tributos diferidos relacionados a essas variações.

Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos/ perdas atuariais/ Tributos diferidos	(4.986.596)	(4.762.853)	(4.986.596)	(4.762.853)
Ganhos/ perdas atuariais	(5.446.485)	(5.209.460)	(5.446.485)	(5.209.460)
Postalis - PBD	(2.649.021)	(2.495.966)	(2.649.021)	(2.495.966)
CorreiosSaúde	(2.460.860)	(2.466.332)	(2.460.860)	(2.466.332)
PostalPrev	(336.604)	(247.162)	(336.604)	(247.162)
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas atuariais	459.889	446.607	459.889	446.607
Postalis - PBD	238.412	224.637	238.412	224.637
CorreiosSaúde	221.477	221.970	221.477	221.970
Ganhos/ perdas sobre investimentos/ Tributos diferidos	2.535	-	2.535	-
Ganhos/ perdas - outras aplicações	2.786	-	2.786	-
Ganhos em participações não relevantes	2.786	-	2.786	-
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas em investimentos	(251)	-	(251)	-
Total	(4.984.061)	(4.762.853)	(4.984.061)	(4.762.853)

18.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final do período é de R\$ 2.540.454, tendo em vista a absorção do lucro líquido no exercício de R\$ 161.049, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, a realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 26.509 e o impacto pela adoção inicial do CPC 48 - R\$ 12.592, que juntos diminuíram o diminuindo o prejuízo acumulado de exercícios anteriores de R\$ 2.715.420

NOTA - 19 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

19.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

Receita líquida de vendas e serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas e serviços	18.907.982	18.309.924	18.907.982	18.309.924
Receitas nacionais	18.253.681	17.814.394	18.253.681	17.814.394
Receitas internacionais	654.301	495.530	654.301	495.530
(-) Deduções	(732.125)	(973.039)	(732.125)	(973.039)
(-) Impostos	(709.669)	(660.388)	(709.669)	(660.388)
(-) Descontos incondicionais	(20.399)	(289.352)	(20.399)	(289.352)
(-) Receitas canceladas	(2.057)	(23.299)	(2.057)	(23.299)
Total	18.175.857	17.336.885	18.175.857	17.336.885

Em 2018 a receita líquida atingiu o montante de R\$ 18.175.857. O quadro a seguir apresenta os maiores destaques de vendas/ serviços, que representaram 90,30% da receita bruta do período.

Receita de vendas/ serviços em relação à receita bruta total	Controladora/ consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Participação (%)	31/12/2018	Participação (%)	31/12/2018
FAC	23,7	4.480.610	28,5	5.219.056
Sedex	22,6	4.274.602	18,6	3.408.395
PAC	18,3	3.462.827	14,6	2.675.915
Carta	13,9	2.636.517	13,9	2.552.729
Serviços de Distribuição	2,6	490.910	1,9	346.902
Malote	2,1	402.110	2,5	457.957
Mala Direta Postal	2,1	398.063	2,4	435.340
Logística Reversa	2,0	372.393	1,6	285.832
Logística Integrada	1,8	348.498	2,0	358.073
FNDE	1,2	232.535	1,4	256.870
Outros	9,7	1.808.917	12,6	2.312.855
Total	100	18.907.982	100	18.309.924

19.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Os custos de 2018 atingiram R\$ 15.679.112. Desse total, R\$ 9.824.546 referem-se aos custos com salários, encargos, benefícios e saúde, e o restante foi distribuído, principalmente, entre remuneração de agências franqueadas (AGFs), transportes, prestação de serviços de terceiros e aluguéis.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Pessoal	(9.964.659)	(10.767.182)	(9.964.658)	(10.767.182)
Dispêndios de pessoal(salários, encargos e benefícios)	(8.333.848)	(8.481.202)	(8.333.848)	(8.481.202)
Saúde	(1.490.698)	(1.773.941)	(1.490.698)	(1.773.941)
Incentivo Financeiro Diferido-IFD	(140.113)	(512.039)	(140.112)	(512.039)
Remuneração de AGF	(1.724.063)	(1.423.293)	(1.724.063)	(1.423.293)
Transporte de malas e malotes	(1.544.899)	(1.444.917)	(1.544.899)	(1.444.917)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	(1.134.553)	(1.120.409)	(1.134.553)	(1.120.409)
Aluguéis	(445.198)	(448.627)	(445.198)	(448.627)
Utilidades	(322.226)	(319.748)	(322.226)	(319.748)
Material e Produtos	(236.983)	(215.331)	(236.983)	(215.330)
Depreciação/ Amortização	(227.190)	(241.835)	(227.191)	(241.836)
Internacionais	(52.745)	(46.653)	(52.745)	(46.653)
Impostos, taxas e contribuições	(26.596)	(21.146)	(26.596)	(21.146)
Total	(15.679.112)	(16.049.141)	(15.679.112)	(16.049.141)

19.2.1 - Pessoal

O decréscimo em salários, encargos e benefícios está relacionado à diminuição no quadro de pessoal ocasionado pelo Plano de Desligamento Incentivado – PDI. O maior volume de rescisões de empregados por adesão ao Plano ocorreu em 2017, razão pela qual observa-se a redução na despesa com o Incentivo Financeiro Diferido – IFD em 2018.

A oscilação na despesa com serviço saúde refere-se à implementação do formato de custeio do plano CorreiosSaúde, por decisão proferida em 12 de março de 2018 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estabeleceu o pagamento de mensalidades e alteração na coparticipação das despesas médicas.

19.3 - Despesas com vendas/ serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda. Apresentou movimentação de R\$ 117.667 em 2018, R\$ 94.048 inferior à 2017, devido à redução das despesas com propaganda e publicidade e multas aplicadas por clientes.

Despesas com vendas/ serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de unidades terceirizadas	(78.111)	(84.830)	(78.111)	(84.830)
Provisão para perdas	(20.614)	(32.453)	(20.614)	(32.453)
Patrocínio	(13.800)	(14.460)	(13.800)	(14.460)
Propaganda e publicidade	(2.037)	(49.399)	(2.037)	(49.399)
Multas contratuais de clientes	(1.232)	(27.093)	(1.232)	(27.093)
Outros	(1.873)	(3.480)	(1.873)	(3.480)
Total	(117.667)	(211.715)	(117.667)	(211.715)

19.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.528.658, sendo que a despesa de R\$ 2.512.373 refere-se à Controladora e R\$ 16.285 refere-se à Controlada.

Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Pessoal	(2.062.692)	(2.686.812)	(2.065.132)	(2.688.854)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(1.970.146)	(2.205.610)	(1.972.586)	(2.207.652)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(92.546)	(481.202)	(92.546)	(481.202)
Precatórios	(270.298)	(194.540)	(270.298)	(194.540)
Constituição/ reversão pós-emprego - CorreiosSaúde	(144.811)	(618.000)	(144.811)	(618.000)
Constituição/ reversão de perdas	(83.622)	(59.053)	(83.622)	(59.053)
Depreciação/ Amortização	(76.832)	(81.137)	(76.832)	(81.137)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas e outros	(10.802)	(10.751)	(24.647)	(12.473)
Constituição/ reversão de contingências cíveis - âmbito judicial	(6.897)	(1.303)	(6.897)	(1.303)
Acordo judicial	(1.875)	(2.282)	(1.875)	(2.282)
Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito judicial	(1.243)	1.476	(1.243)	1.476
Impostos, taxas e contribuições	(827)	(1.019)	(827)	(1.019)
Constituição/ reversão pós-emprego - PBD	1.339	78.656	1.339	78.656
Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito administrativo	8.776	(12.764)	8.776	(12.764)
Superávit - PostalPrev	89.442	90.944	89.442	90.944
Constituição/ reversão de contingências trabalhista - âmbito judicial	47.969	101.713	47.969	101.713
Total	(2.512.373)	(3.394.872)	(2.528.658)	(3.398.636)

A redução nas despesas gerais e administrativas está relacionada, em maior parte, pela diminuição das despesas de pessoal, ocasionada principalmente pelo PDI, cujo maior volume de adesões ocorreu em 2017. O decréscimo das despesas com o pós-emprego saúde, referentes ao custo dos juros e custo dos serviços projetados para o exercício, está atrelado à redução da obrigação atuarial da saúde provocada da decisão do TST e Resolução CGPAR nº 23, que estabeleceram novos limites de custeio dos Correios em relação ao plano de saúde e a abrangência de concessão do benefício.

19.5 - Resultado de participação em controlada

Representa o prejuízo de R\$ 14.077 decorrente do resultado da Correiospar em 2018, registrado na Controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

19.6 - Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reclassificado)
Multas aplicadas a fornecedores	84.394	97.586	84.394	97.586
Despesas recuperadas	45.121	43.186	45.121	43.186
Multas aplicadas a clientes	32.133	36.629	32.133	36.629
Taxa mensal de franquia - AGF	17.110	14.313	17.110	14.313
Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde	-	2.902.883	-	2.902.883
Ganhos contingenciais - PIS/ COFINS - Imunidade tributária	-	56.050	-	56.050
Outros	2.931	12.940	2.931	12.940
Total	181.689	3.163.587	181.689	3.163.587

19.6.1 - Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde

Reversão de parte da obrigação atuarial do benefício pós-emprego saúde ocasionada pela adoção da decisão do TST no julgamento do dissídio coletivo 2017/2018, bem como da Resolução CGPAR nº 23, que alteraram a participação da Empresa no custeio e limitaram a cobertura do plano CorreiosSaúde em relação aos pais, pelo período de um ano, contado de agosto de 2018.

19.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

Outras Despesas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos na alienação de bens	(2.554)	(3.243)	(2.554)	(3.243)
Perdas de investimentos	(201)	-	(201)	-
Impostos vinculados à receita	-	(89.410)	(115)	(89.547)
Total	(2.755)	(92.653)	(2.870)	(92.790)

19.7.1 - Impostos vinculados à receita (PIS/COFINS)

Corresponde à parcela de PIS e COFINS apurada até o exercício de 2017 pelo regime não cumulativo, em observância à obrigatoriedade da base de cálculo destas contribuições sujeitarem-se ao regime misto. Amparada pelo pressuposto legal de que o ente imune a impostos não se submete ao regime não cumulativo (artigos 10º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003), a Empresa a partir de 2018 passou a apurar as contribuições apenas pelo regime cumulativo.

19.8 - Receitas financeiras

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita de juros	277.652	18.186	277.652	18.186
Variação cambial	241.756	96.306	241.756	96.306
Rentabilidade de aplicações financeiras	82.163	167.917	84.308	170.842
Variação monetária	20.164	21.430	20.343	21.446
Outras	4.838	7.048	4.838	7.048
Total	626.573	310.887	628.897	313.828

19.8.1 - Receita de juros

A variação justificada pela atualização monetária de (R\$ 166.369) oriunda dos créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ e da atualização monetária de (R\$ 100.465) oriunda dos créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte e remanesce após a rescisão do Contrato de Correspondente Bancário firmado entre Correios e Banco do Brasil. Ambos os créditos encontram-se formalizados por meio de pedidos de restituição protocolados no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Os créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ, fundamentam-se na tese da Imunidade tributária (art. 150, VI A da CF) e foram solicitados à RFB por meio de pedidos de restituição, dos quais 3 já foram julgados pelo CARF, a favor dos Correios, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. O pedido de restituição dos créditos tributários atrelados ao Contrato de Correspondente bancário, aguarda julgamento administrativo.

19.8.2 - Variação cambial

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018. De acordo com as cotações obtidas no site do Fundo Monetário Internacional- FMI, enquanto de janeiro a dezembro de 2017 a moeda teve um acréscimo de 7,5%, no mesmo período de 2018 a valorização foi de 14,4%.

19.8.3 - Rentabilidade das aplicações financeiras

A redução da média mensal do saldo aplicado em 2018 em relação ao ano anterior aliado à redução da taxa Selic contribuíram para que a rentabilidade dos fundos fosse inferior à de 2017.

19.9 - Despesas financeiras

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Variação cambial	(153.047)	(54.830)	(153.047)	(54.830)
Encargos Financiamento dívida interna	(92.671)	(167.363)	(92.671)	(167.363)
Apropriação/ atualização - AVP	(79.629)	(19.891)	(79.629)	(19.891)
Perdas nas aplicações financeiras	(7.962)	(9.406)	(7.962)	(9.406)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(6.955)	(4.120)	(6.955)	(4.120)
Multas	(5.854)	(9.144)	(5.854)	(9.144)
Despesas bancárias	(3.086)	(2.151)	(3.087)	(2.152)
Juros	(558)	(6.657)	(558)	(6.660)
Notificação de infração	(138)	(110.148)	(138)	(110.148)
Outros	(1.600)	(945)	(1.600)	(945)
Total	(351.500)	(384.655)	(351.501)	(384.659)

19.9.1 - Variação cambial

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018.

19.9.2 - Encargos – financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo (**nota 17.10**) e distrato com o Banco Postal (**nota 17.13**), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

19.9.3 - Notificação de infração

Em 2017, a rubrica de notificação de infração apresentou saldo elevado ocasionado, principalmente, pelo registro do parcelamento de dívidas decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

NOTA - 20 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura a CSLL a alíquota de 9% na controladora. Para a controlada (Correiospar) o IRPJ e a CSLL são tributados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, com base nas leis tributárias vigentes, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

No exercício de 2018, apresenta-se o efeito tributário em cenário de Lucro Fiscal na controladora e de Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL na controlada (Correiospar). Este cenário, implica em não reconhecimento de despesa corrente na Demonstração do Resultado da controlada e por consequência o não pagamento destes tributos.

Demonstrativo da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do JSCP	306.635	677.359	292.558	676.395
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(43.931)	(79.300)	(43.931)	(79.300)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	262.704	598.059	248.627	597.095
Efeito total sobre o lucro/ prejuízo fiscal ¹	17.389	(164.343)	12.659	(164.666)
Efeito de IRPJ e CSLL da alíquota vigente	23.643	53.825	18.857	53.498
Efeito sobre as diferenças permanentes	4.413	4.499	4.469	4.503
Efeitos sobre as diferenças temporárias	(10.667)	(222.667)	(10.667)	(222.667)
Adições	1.063.129	575.187	1.063.129	575.187
Exclusões	(1.073.796)	(797.854)	(1.073.796)	(797.854)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	(5.217)	-	(5.217)	-
IRPJ e CSLL correntes	(12.172)	-	(7.442)	-
CSLL diferida	(133.414)	(10.051)	(133.414)	(10.051)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(3.954)	(7.317)	(3.954)	(7.317)
Realização do ativo de CSLL sobre diferenças temporárias	(98.640)	(147.256)	(98.640)	(147.256)
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	(30.820)	(3.048)	(30.820)	(3.048)
Receitas com a utilização de créditos fiscais em	-	147.390	-	147.390

Demonstrativo da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
parcelamento especial				
Total dos tributos sobre o lucro	(145.586)	(10.051)	(140.856)	(10.051)

¹Alíquota de 9% de CSLL para os Correios e 34%(IR/CSLL) para Correiospar.

20.1 - Tributos Diferidos

20.1.1 - Tributos Diferidos Ativos

A Empresa, em conformidade com o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, apresenta os ativos fiscais diferidos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL reconhecidos diretamente sobre o resultado, os quais são provenientes das diferenças temporárias, ajustes da Lei nº 12.973/2017 (*impairment* e depreciação), e de base de cálculo negativa de CSLL, ou diferidos sobre outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Tributos diferidos - ativos	Controladora/ Consolidado			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
A – Das bases fiscais	30.820	-	(30.820)	-
Bases negativas	30.820	-	(30.820)	-
B - Das diferenças temporárias	98.639	-	(98.639)	-
Contingências trabalhistas	17.708	-	(17.708)	-
Contingências cíveis	5.022	-	(5.022)	-
Fornecedores provisão	36.004	-	(36.004)	-
Reservas <i>déficit</i> BD - Postalís	10.268	-	(10.268)	-
Outras contingências	29.637	-	(29.637)	-
C - Dos ajustes Lei nº 12.973/2014	4.715	-	-	4.715
<i>Impairment</i> - terrenos	44	-	-	44
<i>Impairment</i> - prédio	4.542	-	-	4.542
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Total de ativos diferidos sobre movimentações temporárias e prejuízos fiscais (A + B + C)	134.174	-	(129.459)	4.715
D - Das despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes	446.608	13.774	(493)	459.890
Benefício pós-emprego plano saúde	221.971	-	(493)	221.479
Benefício pós-emprego Postalís BD	224.637	13.774	-	238.411
Total	580.782	13.774	(129.952)	464.604

Em observância ao item 56 do CPC 32 a Empresa reverteu o valor contábil do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, uma vez que fortes evidências estavam disponíveis de que não haverá lucro tributável futuro suficiente para permitir que o benefício de todo aquele ativo fiscal diferido poderia ser utilizado. Já os créditos diferidos decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, constituídos entre 2010 e 2014, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas e de fornecedores, foram realizados na sua totalidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre Ajustes Lei nº 12.973/2014 e Outros Resultados Abrangentes (ORA) manteve-se registrado, uma vez que estes saldos não dependem de resultados futuros para se realizarem, pois a movimentação ocorre por meio das remensurações das provisões de benefício pós-emprego, em Outros Resultados Abrangentes ou mediante efeito no resultado do exercício decorrente da depreciação, alienação ou baixa dos bens.

A Empresa apresenta em 31 de dezembro de 2018, ativo fiscal diferido, decorrente de base negativa de contribuição social e de diferenças temporárias, passível de reconhecimento futuro, considerando as possibilidades previstas pela legislação. Não existe prazo de restrição para a utilização destes créditos, o quadro abaixo demonstra o montante apurado até o exercício de 2018.

Ativo fiscal diferido passível de reconhecimento futuro	Valor
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2016	23.313
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2017	189.169
Sobre diferenças temporárias	288.099
Total	500.581

20.1.2 - Tributos Diferidos Passivos

O Passivo fiscal diferido de CSLL é originado pelas diferenças temporárias apuradas entre:

a.a diferença de base e de taxa de depreciação entre a legislação contábil societária e a legislação fiscal vigente;

b.CSLL diferida sobre o custo atribuído aos bens imóveis quando da adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; e

c.sobre os ajustes decorrentes do valor justo do ganho em investimentos por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

Tributos diferidos - passivos	Controladora/ Consolidado			
	31/12/2017	Constituição	Reversão	31/12/2018
A - Das diferenças temporárias – Lei nº 12.973/2014	36.873	3.954	-	40.827
Depreciação de bens operacionais	36.873	3.954	-	40.827
B - Das receitas reconhecidas no PL	440.611	251	(8.163)	432.699
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	440.611	-	-	432.448
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	-	251	-	251
Total	477.484	4.205	(8.163)	473.526

NOTA - 21 SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

Imóvel	Seguradora	Valor segurado
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	335.903
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	30.609
Total	-	366.512

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA - 22 PARTES RELACIONADAS

22.1 - Entidade controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

22.2 - Partes relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2018, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento	Nota
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora	
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada	13.4.1 e 20.5
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinada/ Mantida	11.1, 17.9 e 17.14
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	17.2, 17.3, 17.5.1 e 17.9

22.3 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

22.3.1 - Transações com a Correiospar

A Correios Participações S/A – Correiospar, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que vier a adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, as quais serão devidamente ressarcidas em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

O impacto das transações ocorridas entre os Correios e a Correiospar está apresentado na tabela contida na **nota 13.4.1**.

22.3.2 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no item D do quadro da **nota 18.1.1**.

22.3.3 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios – Postalis

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 17.2, 16.3, 17.5.1 e 17.9** apresentam as transações ocorridas com o Postalis em 2018.

22.4 - Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalis ¹	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018 ³	2017
Benefícios de Curto Prazo										
Conselho de Administração/ Deliberativo ²	16	17	324	337	192	165	-	-	-	209
Conselho Fiscal	11	11	169	161	150	117	-	-	-	135
Diretoria Executiva	15	15	7.161	6.288	1.502	1.602	-	-	-	1.733
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	42	43	7.654	6.786	1.844	1.884	-	-	-	2.077

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

(3) Em virtude do Postalis estar sob intervenção desde 04 de outubro de 2017, não ocorreram pagamentos de remuneração e benefícios no ano de 2018.

NOTA - 23 OUTRAS INFORMAÇÕES

23.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de Empregados e Dirigentes	2018	2017
Menor Salário	1.706	1.614
Maior Salário	46.728	46.728
Salário Médio	2.509	2.457
Dirigentes		
Presidente	46.728	46.728
Vice-Presidentes	40.633	40.663
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.475	4.131
Conselho de Administração	4.475	4.131
Comitê de Auditoria	8.951	-

Juarez Aparecido de Paula Cunha

Presidente

Heronides Eufrásio Filho
<heronides@correios.com.br>

Vice-Presidente de Gestão Estratégica de Pessoas

Jovino Francisco Filho

Vice-Presidência de Administração

Sérgio Neves Moraes

Vice-Presidente de Finanças e Controladoria respondendo interinamente pela Vice-Presidência de Tecnologia da Informação

Carlos Roberto Fortner

Vice-Presidente de Operações

Alex do Nascimento

Vice-Presidente Comercial respondendo interinamente pela Vice-Presidência de Negócios Públicos e pela Vice-Presidência de Canais

Vanessa Sandri Barbosa

Contadora CRC/DF 014.297/O-0

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

INDIVIDUAIS E

CONSOLIDADAS

2019



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	2
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
NOTA - 1 INFORMAÇÕES GERAIS	9
NOTA - 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	11
NOTA - 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
NOTA - 4 MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS	19
NOTA - 5 GESTÃO DE RISCO	21
NOTA - 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
NOTA - 7 APLICAÇÕES	22
NOTA - 8 CONTAS A RECEBER	23
NOTA - 9 ESTOQUES	25
NOTA - 10 OUTROS VALORES E BENS	25
NOTA - 11 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	27
NOTA - 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	27
NOTA - 13 INVESTIMENTOS	30
NOTA - 14 IMOBILIZADO	30
NOTA - 15 INTANGÍVEL	31
NOTA - 16 PASSIVO CIRCULANTE	32
NOTA - 17 PASSIVO NÃO CIRCULANTE	35
NOTA - 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
NOTA - 19 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	50
NOTA - 20 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	52
NOTA - 21 SEGURO DOS BENS	54
NOTA - 22 PARTES RELACIONADAS	54
NOTA - 23 OUTRAS INFORMAÇÕES	55
NOTA - 24 EVENTOS SUBSEQUENTES	ERRO: ORIGEM DA REFERÊNCIA NÃO ENCONTRADA

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		3.411.583	3.608.585	3.411.583	3.643.426
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.446	14.534	13.144	83.758
Aplicações	7	526.988	817.584	525.290	782.161
Contas a receber	8	2.585.221	2.427.977	2.585.221	2.427.977
Estoques	9	27.085	33.556	27.085	33.556
Outros valores e bens	10	260.843	314.934	260.843	315.974
Convênio Postal Saúde	10.1	1.296	1.431	1.296	1.431
Adiantamentos de pessoal	10.2	89.076	117.255	89.076	117.255
Impostos e encargos sociais a compensar	10.3	128.045	164.697	128.045	165.737
Cobrança jurídica/inadimplência	10.4	13.567	10.663	13.567	10.663
Outros créditos	10.5	28.859	20.888	28.859	20.888
Não circulante mantido para venda	11	155.830	17.406	155.830	17.406
Imóveis		155.830	17.406	155.830	17.406
Não circulante		10.668.072	9.897.950	10.668.072	9.863.121
Realizável a Longo Prazo		2.588.274	2.780.639	2.588.274	2.779.568
Aplicações	7	8.591	324.297	8.591	324.297
Outras aplicações – VJORA	12.1.1	11.493	6.995	11.493	6.995
Tributos diferidos	20.1.1	466.370	464.604	466.370	464.604
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	12.2	120.854	118.337	120.854	118.337
Tributos a compensar	12.3	1.974.278	1.861.392	1.974.278	1.861.392
Outros	12.4	6.688	5.014	6.688	3.943
Investimentos		551.885	642.152	551.885	608.394
Propriedades para investimento	13.1.1	636.979	669.930	636.979	669.930
(-) Depreciação acumulada de imóveis mantidos para investimento		(10.104)	(7.344)	(10.104)	(7.344)
(-) Perda ao valor recuperável		(75.982)	(55.185)	(75.982)	(55.185)
Museu Correios		992	993	992	993
Correiospar	1.1	-	33.758	-	-
Imobilizado	14	7.476.642	6.406.654	7.476.642	6.406.654
Imóveis		5.237.853	5.561.142	5.237.853	5.561.142
(-) Depreciação acumulada		(289.590)	(456.383)	(289.590)	(456.383)
(-) Perda ao valor recuperável		(149.545)	(50.926)	(149.545)	(50.926)
Móveis		3.441.630	3.274.435	3.441.630	3.274.435
(-) Depreciação acumulada		(2.056.830)	(1.921.614)	(2.056.830)	(1.921.614)
Imóveis de direito de uso	4.1.3	1.443.196	-	1.443.196	-
(-) Depreciação de imóveis de direito de uso		(150.072)	-	(150.072)	-
Intangível	15	51.271	68.505	51.271	68.505
Softwares		390.561	389.852	390.561	389.852
(-) Amortização		(339.290)	(321.347)	(339.290)	(321.347)
TOTAL DO ATIVO		14.235.485	13.523.941	14.235.485	13.523.953

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		4.672.153	4.580.203	4.672.153	4.580.215
Fornecedores	16.1	996.343	968.581	996.343	968.581
Salários e consignações	16.2	1.214.606	1.306.986	1.214.606	1.306.986
Encargos sociais	16.3	216.616	235.089	216.616	235.089
Impostos e contribuições	16.4	151.580	154.077	151.580	154.089
Arrecadações e recebimentos	16.5	36.798	42.305	36.798	42.305
Adiantamentos de clientes	16.6	6.863	21.656	6.863	21.656
Contas internacionais a pagar	16.7	87.877	95.367	87.877	95.367
Precatórios	16.8	151.365	129.728	151.365	129.728
Apropriação por competência - patrocinadas/mantidas	16.9	120.071	98.864	120.071	98.864
Empréstimos e financiamentos	16.10	181.694	181.694	181.694	181.694
Receitas a apropriar	16.11	29.362	28.495	29.362	28.495
Benefício pós-emprego	17.1	474.819	542.681	474.819	542.681
Obrigações financeiras a pagar	16.12	-	334.287	-	334.287
Convênio Postal Saúde	16.13	360.055	212.839	360.055	212.839
Obrigações trabalhistas	17.4	170.550	159.831	170.550	159.831
Passivo por direito de uso	4.1.3	438.951	-	438.951	-
Outros débitos	16.14	34.603	67.723	34.603	67.723
Não circulante mantido para venda		12.920	1.563	12.920	1.563
Tributos diferidos	20.1.3	12.920	1.563	12.920	1.563
Não circulante		9.403.568	8.687.461	9.403.568	8.687.461
Empréstimos e financiamentos	16.10	181.694	363.388	181.694	363.388
Benefício pós-emprego	17.1	6.650.803	6.589.218	6.650.803	6.589.218
Provisões para contingências	17.2	395.753	337.013	395.753	337.013
Tributos diferidos	20.1.3	444.770	471.963	444.770	471.963
Precatórios	16.8	52.370	39.243	52.370	39.243
Obrigações trabalhistas	17.4	772.306	879.900	772.306	879.900
Passivo por direito de uso	4.1.3	901.629	-	901.629	-
Outros	17.4	4.243	6.736	4.243	6.736
Patrimônio líquido		146.844	254.714	146.844	254.714
Capital	18.1	3.382.514	3.222.700	3.382.514	3.222.700
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	18.2	20.944	180.758	20.944	180.758
Ajuste avaliação patrimonial-AAP	18.3	4.237.900	4.375.771	4.237.900	4.375.771
Custo atribuído - bens em uso	18.3.1	4.107.264	4.359.967	4.107.264	4.359.967
Custo atribuído - bens mantidos para venda	18.3.2	130.636	15.804	130.636	15.804
Outros resultados abrangentes-ORA	18.4	(5.082.140)	(4.984.061)	(5.082.140)	(4.984.061)
Prejuízos acumulados	18.5	(2.412.374)	(2.540.454)	(2.412.374)	(2.540.454)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.235.485	13.523.941	14.235.485	13.523.953

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas e serviços	19.1	18.356.077	18.175.857	18.356.077	18.175.857
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19.2	(15.635.870)	(15.679.112)	(15.635.870)	(15.679.112)
Lucro bruto		2.720.207	2.496.745	2.720.207	2.496.745
Despesas com vendas/serviços	19.3	(118.865)	(117.667)	(118.865)	(117.667)
Despesas gerais e administrativas	19.4	(2.525.594)	(2.512.373)	(2.525.594)	(2.528.658)
Resultado de participação em controlada	19.5	(9.190)	(14.077)	(9.190)	-
Outras receitas operacionais	19.6	134.967	181.689	134.967	181.689
Outras despesas operacionais	19.7	(10.170)	(2.755)	(10.170)	(2.870)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		191.355	31.562	191.355	29.239
Receitas financeiras	19.8	387.517	626.573	387.517	628.897
Despesas financeiras	19.9	(466.619)	(351.500)	(466.619)	(351.501)
Resultado financeiro		(79.102)	275.073	(79.102)	277.396
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		112.253	306.635	112.253	306.635
Tributos sobre o lucro	20	(10.132)	(145.586)	(10.132)	(145.586)
Correntes		(12.576)	(12.172)	(12.576)	(12.172)
Diferidos		2.444	(133.414)	2.444	(133.414)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		102.121	161.049	102.121	161.049

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do período	102.121	161.049	102.121	161.049
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(102.172)	(223.743)	(102.172)	(223.743)
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(104.416)	(237.025)	(104.416)	(237.025)
CSLL diferida da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	2.244	13.282	2.244	13.282
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	4.093	2.535	4.093	2.535
Investimentos patrimoniais VJORA -variação do valor justo	4.498	2.786	4.498	2.786
CSLL diferida da variação do valor justo	(405)	(251)	(405)	(251)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	4.042	(60.159)	4.042	(60.159)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	TOTAL
2018						
Saldo em 31/12/2017	3.179.458	-	(2.715.420)	(4.762.853)	4.458.305	159.490
Aumento de Capital:	43.242	180.758	-	-	-	224.000
- Capitalização de recurso proveniente de AFAC	43.242	(43.242)	-	-	-	-
- Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	224.000	-	-	-	224.000
Resultado do período	-	-	161.049	-	-	161.049
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(221.208)	-	(221.208)
Realização Custo Atribuído – AAP	-	-	26.509	-	(26.509)	-
- Ajuste de avaliação patrimonial - bens imóveis	-	-	26.509	-	(26.509)	-
Reversão/realização - AAP obrigação tributária	-	-	-	-	2.386	2.386
- CSLL - ajuste de avaliação patrimonial - bens imóveis	-	-	-	-	2.386	2.386
Reversão por impairment – Custo atribuído	-	-	-	-	(64.188)	(64.188)
- Bens imóveis	-	-	-	-	(64.188)	(64.188)
Obrigação tributária – Impairment – AAP	-	-	-	-	5.777	5.777
- CSLL – Impairment - AAP - bens imóveis	-	-	-	-	5.777	5.777
Impacto da adoção inicial do CPC 48	-	-	(12.592)	-	-	(12.592)
Saldo em 31/12/2018	3.222.700	180.758	(2.540.454)	(4.984.061)	4.375.771	254.714
2019						
Aumento de Capital:	159.814	(159.814)	-	-	-	-
- Capitalização de recurso proveniente de AFAC (Nota 18.2)	159.814	(159.814)	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	102.121	-	-	102.121
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(98.079)	-	(98.079)
Realização custo atribuído – AAP	-	-	25.959	-	(25.959)	-
- Ajuste de avaliação patrimonial - bens imóveis	-	-	24.003	-	(24.003)	-
- Ajuste de avaliação patrimonial - mantidos p/ venda	-	-	1.956	-	(1.956)	-
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	2.049	2.049
- CSLL - Ajuste de avaliação patrimonial - bens imóveis	-	-	-	-	1.873	1.873
- CSLL - Ajuste de avaliação patrimonial - bens imóveis	-	-	-	-	176	176
Reversão por impairment – Custo atribuído	-	-	-	-	(125.232)	(125.232)
- Bens imóveis	-	-	-	-	(125.052)	(125.052)
- Mantidos p/ venda	-	-	-	-	(180)	(180)
Obrigação tributária – Impairment – AAP	-	-	-	-	11.271	11.271
- CSLL – Impairment - AAP - bens imóveis	-	-	-	-	11.255	11.255
- CSLL – Impairment – AAP - mantidos p/ venda	-	-	-	-	16	16
Saldo em 31/12/2019	3.382.514	20.944	(2.412.374)	(5.082.140)	4.237.900	146.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício	102.121	161.049	102.121	161.049
<u>Itens de resultado que não interferem no caixa</u>	373.894	198.137	373.894	184.060
Depreciação e amortização	483.795	304.022	483.795	304.022
Resultado de participação em controlada	9.190	14.077	9.190	-
Provisões	(758)	264.744	(758)	264.744
Despesas de variação patrimonial e perdas	15.165	16.719	15.165	16.719
Receita de variação patrimonial	(71.812)	(133.387)	(71.812)	(133.387)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária/Banco Postal	(64.243)	(266.834)	(64.243)	(266.834)
Resultado da alienação de bens	2.557	(1.204)	2.557	(1.204)
<u>Mutações patrimoniais</u>	(371.244)	55.892	(371.244)	56.625
Contas a receber	(157.244)	37.231	(157.244)	37.231
Estoques	6.471	19.641	6.471	19.641
Outros valores e bens	125.903	189.258	125.903	189.905
Bens de direito de uso (Nota 4.1)	118.235	-	118.235	-
Realizável a longo prazo	(59.098)	107.777	(59.098)	107.777
Fornecedores	27.762	221.309	27.762	221.309
Salários e consignações	(92.380)	(66.297)	(92.380)	(66.297)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD/PDI	(96.875)	118.510	(96.875)	118.510
Precatórios	34.765	49.897	34.765	49.897
Obrigações financeiras a pagar	(334.287)	(292.466)	(334.287)	(292.466)
Convênio Postal Saúde	147.215	(107.163)	147.215	(107.163)
Passivos contingentes	58.741	(48.605)	58.741	(48.605)
Outras obrigações	(150.452)	(173.200)	(150.452)	(173.114)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	104.771	415.078	104.771	401.734
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital – Correiospar	-	(20.262)	-	-
Recebimento pelo desinvestimento – Correiospar (liquidação)	24.568	-	24.568	-
Aplicações financeiras	606.302	(152.679)	538.776	(208.490)
Adições de ativo imobilizado	(319.112)	(199.024)	(319.112)	(199.024)
Adições de ativo intangível	(17.787)	(24.041)	(17.787)	(24.041)
Baixas do ativo imobilizado	38.851	1.559	38.851	1.559
Baixas do ativo intangível	128	-	128	-
Baixas das propriedades para investimento	493	-	493	-
Baixas de mantidos para venda	1.998	-	1.998	-
Baixas – Museu	1	-	1	-
Bens sucateados – Imobilizado	-	2.565	-	2.565
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	335.442	(391.882)	267.916	(427.431)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	-	224.000	-	224.000
Empréstimos e Financiamentos – Principal	(187.500)	(187.500)	(187.500)	(187.500)
Empréstimos e Financiamentos – Juros	(34.950)	(51.917)	(34.950)	(51.917)
Bens de direito de uso – Principal	(150.072)	-	(150.072)	-
Bens de direito de uso – Juros	(70.779)	-	(70.779)	-
Caixa originado nas atividades de financiamento	(443.301)	(15.417)	(443.301)	(15.417)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.088)	7.779	(70.614)	(41.114)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	14.534	6.755	83.758	124.872
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11.446	14.534	13.144	83.758

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
I	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1	RECEITAS	19.172.299	19.034.794	19.172.299	19.048.871
1.1	Receitas operacionais	19.079.021	18.885.526	19.079.021	18.885.526
1.2	Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(32.499)	(18.344)	(32.499)	(18.344)
1.3	Outras receitas operacionais	134.967	181.689	134.967	181.689
1.4	Resultado de participação em controlada liquidada (Nota 1.1)	(9.190)	(14.077)	(9.190)	-
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.272.864	5.776.659	5.272.864	5.790.312
2.1	Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	5.291.924	5.537.161	5.291.924	5.537.161
2.2	Serviços adquiridos de terceiros	25.956	15.736	25.956	29.316
2.3	Propaganda e comunicação	787	15.511	787	15.584
2.4	Utilidades e serviços	30	38	30	38
2.5	Provisões diversas	(45.833)	208.213	(45.833)	208.213
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	13.899.435	13.258.135	13.899.435	13.258.559
4	RETENÇÕES	483.795	304.022	483.795	304.022
4.1	Depreciação/amortização	483.795	304.022	483.795	304.022
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	13.415.640	12.954.113	13.415.640	12.954.537
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	387.517	626.573	387.517	628.898
6.1	Receitas financeiras (Nota 19.8)	387.517	626.573	387.517	628.898
	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	13.803.157	13.580.686	13.803.157	13.583.435
II	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
7	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	10.624.426	10.522.678	10.624.426	10.525.119
7.1	Salários, honorários e benefícios	10.041.852	9.925.040	10.041.852	9.926.994
7.2	Encargos sociais	582.626	597.638	582.626	598.125
8	REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.296.457	2.362.929	2.296.457	2.363.052
8.1	INSS	1.467.871	1.502.476	1.467.871	1.502.476
8.2	Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	816.010	848.281	816.010	848.404
8.3	Contribuição social (tributo corrente)	12.576	12.172	12.576	12.172
9	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	780.153	534.030	780.153	534.215
9.1	Aluguéis, juros, variação cambial	410.021	257.031	410.021	257.216
9.2	Outras remunerações a terceiros	370.132	276.999	370.132	276.999
10	REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	102.121	161.049	102.121	161.049
10.1	Lucro/reserva retidos	102.121	161.049	102.121	161.049
	TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO	13.803.157	13.580.686	13.803.157	13.583.435

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTA - 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

1.1 - Movimentação societária ocorrida em 2019

Em 24 de dezembro de 2014, a Empresa, amparada na Lei nº 12.490/2011, constituiu a subsidiária integral dos Correios Participações S/A (Correiospar), na forma de sociedade anônima, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal cujo objeto era constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social da ECT e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Em 20 de dezembro de 2019, os Correios aprovaram em Assembleia Geral a extinção da companhia considerando que, após 5 anos da constituição, a Correiospar não havia realizado movimentação societária que garantisse a sustentabilidade da companhia e os prejuízos acumulados reconhecidos no Patrimônio Líquido da subsidiária desde 2016.

No processo de liquidação da companhia foi efetuado a realização dos ativos e pagamento dos passivos, restituindo o saldo remanescente de R\$ 24.568 aos Correios.

1.2 - Banco Postal

O encerramento do contrato do Banco Postal, firmado com o Banco do Brasil (BB), no final de 2019, implicou a fase de desmobilização da prestação do serviço. Em 2020 os Correios continuarão disponibilizando em agências específicas o atendimento básico de saques, depósitos, consultas e recebimento de contas em parceria com o banco até a conclusão da desmobilização. Em paralelo, a empresa, primando pela integração social, continua na busca por novos modelos de serviço financeiros a serem ofertados à sociedade.

1.3 - Pressupostos de continuidade dos Correios

Em atenção ao que preconiza o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), os Correios avaliaram a sua capacidade de continuar em operação em futuro previsível, concluindo que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade.

Destaca-se que os eventos ou condicionantes (não exaustivos), previstos na NBC TA 570, item A3, que poderiam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional dos Correios, foram objeto de análise por parte da Administração. Exceto quanto ao item Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, os Correios não se enquadram em nenhum dos demais eventos ou condições previstos naquele normativo.

Diante disso, apresenta-se detalhamento sobre o CCL negativo nos Correios.

• Capital Circulante Líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.260.571 (2018 – R\$ 971.617), cuja decomposição é apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital Circulante Líquido - CCL negativo	(1.260.571)	(971.617)	(1.313.442)
Necessidade de Capital de Giro – NCG ¹	(1.178.360)	(1.287.753)	(1.133.593)
Saldo de Tesouraria - ST ²	(82.211)	316.136	(179.849)

¹NCG (Necessidade de Capital de Giro) – representa a diferença entre o ativo circulante operacional e o passivo circulante operacional

²ST (Saldo de Tesouraria) – representa a diferença entre o ativo circulante financeiro e o passivo circulante financeiro

Nota-se que o principal fator que contribui para o CCL negativo da empresa é o excesso de passivos circulantes operacionais sobre ativos circulantes operacionais, influenciado pelo prazo de pagamento superior ao de recebimento.

Além disso, a expressiva variação no saldo de tesouraria, saindo de R\$ 316.136 positivo (2018) para R\$ 82.211 negativos (2019) deve-se, principalmente, à entrada em vigor das novas regras de arrendamento em conformidade ao CPC 06 (R2) que prevê o reconhecimento do direito de uso dos bens arrendados no ativo não circulante imobilizado (R\$ 1.293.124 – líquido da depreciação) e a obrigação gerada pelos contratos entre passivo circulante (R\$ 438.951) e não circulante (R\$ 901.629), decomposta em conformidade ao prazo de exigibilidade dos arrendamentos.

Importante destacar que em 2019 houve liquidação das dívidas relativas ao distrato do Banco Postal junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 342.920 milhões, que, acompanhada da geração de caixa operacional, geraria saldo de tesouraria (ST) positivo de R\$ 356.740, como evidenciado no quadro a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Capital Circulante Líquido - CCL negativo	(821.620)	(971.617)	(1.313.442)
Necessidade de Capital de Giro - NCG	(1.178.360)	(1.287.753)	(1.133.593)
Saldo de Tesouraria - ST	356.740	316.136	(179.849)

Outro aspecto importante a destacar é que a Estratégia Correios, para o período 2019-2023, foi estruturada de acordo com a maturidade de seus negócios, serviços e produtos, visando propiciar o progresso da empresa com foco em rentabilidade, excelência e crescimento.

Para isso, a empresa vem adotando uma série de medidas com foco na redução da estrutura de custos, tais como:

- Retirada dos dependentes pais e mães do plano de saúde;
- Aumento do custeio do plano de saúde para os empregados; e
- Aprovação do plano de custeio do Plano de Benefícios Definido (PBD) e do PostalPrev, com redução do montante das contribuições da patrocinadora para os dois planos.

Além disso, os Correios têm investido na melhoria de sua qualidade operacional, por meio da aquisição de máquinas de triagem para automação de encomendas e otimização e modernização da malha e da infraestrutura operacional (rede de transporte, rede de distribuição e rede de tratamento), propiciando aumento de produtividade, eficiência e redução das indenizações aos clientes.

E visando ao crescimento sustentável da organização, uma série de Iniciativas Estratégicas está sendo implementada para que alcancemos o objetivo de tornar os Correios o maior operador logístico da América Latina. As referidas iniciativas, desdobradas da Estratégia, proporcionaram, até o final de 2019, redução de despesas e incremento de receitas. A seguir, destacam-se as principais Iniciativas que contribuíram para esse resultado:

- Gestão de endereços: atualização de endereços e lançamento da Inteligência de *Geomarketing* Endereçada;
- Adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional: realizações de Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e Plano de Desligamento Voluntário (PDV), reenquadramentos de atendentes e de operadores de triagem e transbordo (OTTs) para o cargo de carteiro e transferência de empregados para unidades compatíveis com cargo e especialidade, em questão;
- Implementação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC): extinção de órgãos nas superintendências estaduais (SEs) e redução de funções;
- Otimização e modernização da malha e infraestrutura operacional: otimização da malha de Linha de Transporte Nacional (LTN), redução da quantidade de Linhas de Transporte Regional (LTR) e de Transporte Urbano (LTU), redução de percursos improdutivos e melhoria da qualidade operacional;
- Definição e implementação da estratégia *Go To Market* para serviços: renovação de contratos com as instituições Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Seja Digital – EAD (Entidade Administradora da Digitalização);
- Orçamento Base Zero (OBZ): redução de custos por meio de iniciativas de captura de custos;
- Definição e implantação de uma estratégia de gestão e otimização de ativos imóveis: alienação de 2 imóveis e realização de um inventário nacional dos bens imóveis;
- Revisão dos níveis de serviços postais e critérios de universalização: redução de funções de supervisor operacional, redução de distritos postais, redução do pagamento de indenizações e de gastos com jornada extraordinária;
- Revisão do portfólio de serviços por prazo, preço e região: lançamento dos serviços PAC Mini (serviço de encomenda econômica) e Entrega Interativa;
- Desenvolvimento de soluções de atendimento conjuntas entre logística e encomendas (*Business to Business to Consumer - B2B2C*): operacionalização do Correios Log +; e
- Fortalecimento do posicionamento dos Correios no mercado internacional: desenvolvimento de soluções logísticas para exportação (Sistema Exporta Fácil Integrado) e importação (Compra Fora e Packet; entreposto aduaneiro).

Também encontra-se em curso a revisão do modelo de canais de atendimento, que tem implicado, dentre outras, a redução do custo de atendimento, a geração de modelos alternativos de agências e o desenvolvimento de nova tecnologia de pré-atendimento.

Ainda cabe ressaltar que foi ampliada a oferta de serviços públicos e privados que necessitam de interação do usuário com o órgão público ou empresa privada, por meio da rede de atendimento dos Correios – Balcão do Cidadão. Dessa maneira, vários segmentos da sociedade passam a dispor da rede de atendimento dos Correios. Essas ações reforçam, indubitavelmente, o relevante papel de agente integrador que os Correios exercem.

Com a implementação de todas essas ações, foi possível assegurar a liquidez da empresa em 2019 para viabilizar a implementação da Estratégia Correios para o período 2020/2024 e a sua sustentabilidade econômico-financeira.

Contudo, é essencial a continuidade das ações, para que os Correios permaneçam rumo à trajetória de crescimento permanente. Nesse sentido, são listadas as principais perspectivas para os próximos anos:

- Alterações no plano CorreiosSaúde: Redução das despesas com o plano de saúde, a partir de janeiro de 2020, em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal de afastar cláusulas do dissídio coletivo 2019/2021, alterando-se consequentemente, o custeio do plano de saúde para o equivalente a 50% empregado e 50% empresa; redução do rol de coberturas; fim da livre escolha; redução da rede hospitalar nas capitais e exclusão de dependente pai/mãe.
- Imunidade tributária: O escritório contratado e a área jurídica interna têm diligenciado no sentido de viabilizar o julgamento dos 10 processos administrativos relativos ao IRPJ;
- Implementação da nova estrutura organizacional: Implantação da nova estrutura organizacional aprovada pelo CA na 12ª ROCA, de 19/12/2019;
- Implementação das Iniciativas Estratégicas atualizadas para o período 2020/2024, para viabilizar a concretização da Estratégia; e
- Implementação de PDI: Adequação da força de trabalho com estimativa de redução do efetivo total no decorrer do exercício de 2020.

Em um ambiente altamente instável, volátil e de constantes mudanças, os Correios ambicionam evoluir para uma plataforma física e digital integrada, orientada ao cliente, sendo essa uma visão mais desafiadora no bojo das transformações tecnológicas, para sua atuação no futuro, disputando posições de liderança, visando a se garantir sua sustentabilidade e perenidade.

Os Correios estudam alternativas para sanar a necessidade de capital de giro, entre as quais destacam-se: alienação de ativos, captação de recursos no mercado e venda da folha de pagamento. Ainda no tocante à continuidade da atividade empresarial, cabe consignar que, por ser empresa pública, não se sujeita a Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e de Falências (Lei n. 11.101/2005), razão pela qual a União, ente controlador dos Correios, responsabiliza-se por eventual aporte de capital.

NOTA - 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei n° 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM n° 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas pela empresa na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas na [nota 3](#). Ressalta-se, no entanto, que este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da ECT, no qual o CPC 06 (R2) - Arrendamentos foi aplicado. Os efeitos nas mudanças decorrentes desta nova política contábil, aplicadas na adoção inicial deste pronunciamento, estão descritas na [nota 4](#).

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 20 de maio de 2020, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las, contudo, os Conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real como moeda funcional para elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.4 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis [nota 3](#).

2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

- [Nota 3.5](#) – Contas a receber: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- [Nota 3.13.2](#) – Ativos não financeiros: Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- [Nota 3.16.2](#) – Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;
- [Nota 3.18.1](#) – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- [Nota 3.20.2](#) – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras; e
- [Nota 4.1.1](#) – Arrendamentos: estimativa utilizada na determinação da taxa incremental de empréstimos e julgamento se a empresa tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação;

NOTA - 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos Correios são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

A empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

3.1 - Demonstrações consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas de 2019 abrangem as informações dos Correios e dos fundos de investimentos exclusivos junto à BB DTVM (BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Caixa Econômica Federal (CEF). Ressalta-se, contudo, que as demonstrações comparativas consolidadas de 2018 ainda trazem informações referentes à subsidiária Correiospar, cuja liquidação ocorreu em 20 de dezembro de 2019.

3.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

3.3 - Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos nas demonstrações individuais são representados por numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Nas demonstrações consolidadas, são acrescidos ao grupo os valores correspondentes ao caixa e às operações compromissadas das aplicações financeiras em fundos extramercado exclusivos.

3.4 - Aplicações financeiras

Aplicações financeiras em fundos extramercado exclusivos e comum da empresa são classificadas como valor justo por meio do resultado, compostas por investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Na consolidação, essas aplicações são deduzidas dos valores correspondentes ao caixa e às operações compromissadas dos fundos extramercado exclusivos que são reclassificadas para o grupo caixa e equivalentes de caixa.

3.5 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a empresa realiza a revisão dos percentuais esperados de perda considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento e as dificuldades financeiras dos clientes, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência são ajustados prospectivamente às variações do PIB e da inflação ocorrida no período. O modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo das perdas esperadas sobre os serviços faturados está evidenciado na [nota 8](#).

3.6 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

3.7 - Convênio Postal Saúde – Ativo/passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais. Destaca-se que, conforme decisão do TST em dissídio coletivo dos Correios, a partir de outubro de 2019, via de regra, foram excluídos todos os pais vinculados ao plano CorreiosSaúde I como dependentes de empregados ativos e aposentados dos Correios, mantendo-se, exclusivamente, aqueles genitores que estão com tratamentos em andamento e não finalizados quanto a internações hospitalares, até a respectiva alta, em alguns tratamentos continuados específicos em regime ambulatorial, até o fim do ciclo autorizado e, em determinadas terapias domiciliares, até o fim das sessões autorizadas e iniciadas.

Ressalta-se que até 2019 o custeio das despesas com o plano CorreiosSaúde II foi realizado na proporção de 70% para a empresa e 30% para os empregados e dependentes legais, conforme disposto no dissídio coletivo 2019/2020. Os pais dos empregados ativos e aposentados que foram mantidos no plano CorreiosSaúde I permanecem com os percentuais de custeio anterior, ou seja, 93% para a empresa e 7% para o empregado.

Mensalmente, os Correios efetuam repasses à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde. Os repasses são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela empresa.

3.8 - Adiantamento de pessoal

Estão representados, principalmente, por adiantamentos de férias concedidos aos empregados e contas a receber de empregados cedidos a órgãos públicos.

3.9 - Ativos não circulantes mantidos para venda

São classificados neste grupo todos os imóveis que a empresa tenha a intenção de usufruir dos benefícios econômicos gerados com a venda do bem, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- aprovação formal da Administração quanto à intenção de vender o bem nos próximos 12 meses;
- o bem encontra-se desocupado, estando em condições de ser entregue imediatamente após a realização da venda ao possível comprador;
- o bem ser avaliado para aplicação do teste de *impairment*; e
- a publicação do edital de licitação, iniciando a procura pelo provável comprador.

3.10 - Investimentos

3.10.1 - Propriedades para investimento

Esse grupo é composto por imóveis mantidos para renda ou para valorização do capital, cujo reconhecimento tem por base o custo histórico deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Além disso, com base na opção exercida pela empresa na adoção das normas internacionais de contabilidade, os imóveis foram avaliados ao valor justo para a adoção do custo atribuído.

A depreciação desses imóveis é calculada mensalmente pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual.

Considerando a grande quantidade de imóveis dos Correios em todo território nacional e a pequena expectativa de variação da vida útil econômica e dos valores residuais dos imóveis, a cada cinco anos, quando da avaliação da carteira imobiliária, esses indicadores são revistos e ajustados de forma prospectiva, a fim de garantir a que o bem permaneça reconhecido pelo valor recuperável.

Os imóveis próprios são classificados como propriedades para investimento nas seguintes situações:

- cedidos/alugados: quando mais de 50% da área edificada está ocupada por terceiros.
- desocupados: quando mais de 50% da propriedade está ocupada por terceiros em processos de desocupação ou não estão em uso.

Uma propriedade para investimento pode ser transferida para o imobilizado quando o imóvel for utilizado na atividade operacional da empresa ou para o ativo não circulante mantido para venda, quando há intenção clara de venda pela empresa nos próximos 12 meses.

A Administração da empresa está avaliando uma melhor alocação da carteira imobiliária, de modo a manter somente os imóveis necessários à operacionalização da estrutura organizacional da empresa, fazendo com que os demais imóveis adquiram características de propriedades para investimento.

3.10.2 - Museu - Correios

Os investimentos no Museu dos Correios são avaliados pelo custo histórico.

3.11 - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

A empresa utiliza o método de depreciação linear, definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, a qual é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceção feita aos terrenos, pois não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens móveis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, dos bens imóveis, a cada cinco anos, conforme explanado no item propriedade para investimento e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

A tabela a seguir demonstra o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais equipamentos de proc. de dados	5 anos	7 anos
Computador e Impressora	5 anos	6 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	11 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos leves – Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos leves – Carga acima 1.000 Kg	4 anos	8 anos
Veículos motorizados pesados	4 anos	10 anos
Veículos não motorizados	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	11 anos
Ferramentas e instrumentos	10 anos	5 anos
Instalações em prédios próprios	10 anos	10 anos
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	10 anos	13,8 anos

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto sejam auferidos pela empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na Demonstração do Resultado.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação e o tempo de vida útil da benfeitoria no bem.

3.12 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear em relação à vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Natureza do imobilizado	Tempo de vida útil médio	
	Fiscal	Econômica
Softwares, licenciamentos e similares	5 anos	7 anos

A vida útil econômica e possíveis valores residuais de *softwares* são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

3.13 - Avaliação do valor recuperável dos ativos

3.13.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente a empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, compostos por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam

observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

3.13.2 - Ativos não financeiros

Anualmente a empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no ativo não circulante mantido para venda, no imobilizado e em propriedade para investimento, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor patrimonial e do resultado do exercício.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas e o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

Em 2019 foi iniciada a avaliação dos imóveis, resultando nos valores parciais apresentados a seguir:

Grupo	Nota	Quantidade de laudos	Valor Avaliação	Custo Inicial	<i>Impairment</i>	Custo Final	Ganho ¹
Ativos mantidos para venda	11	4	260.520	144.636	(181)	144.455	116.065
Propriedade para investimento	13.1.1	59	114.613	78.716	(21.132)	57.584	57.029
Imobilizado	14	411	2.386.833	1.655.603	(98.619)	1.556.984	829.849
Total		474	2.761.967	1.878.955	(119.931)	1.759.023	1.002.943

¹ No Brasil, com base na Lei 11.638/2017, foi extinta a possibilidade de reavaliação dos imóveis para reconhecimento de expectativa de ganhos na venda.

3.14 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

3.15 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

3.16 - Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade se aplica tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são *sui generis*, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhece no balanço os efeitos da cobrança indevida do IRPJ em tempos pretéritos, ao tempo em que solicitou no âmbito administrativo a restituição desses créditos. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos. Os valores encontram-se discutidos na esfera judicial.

Nesse contexto, desde o exercício de 2017 a empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei n° 10.637/2002 e 10.833/2003.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de se compensarem de ofício no valor atualizado de R\$ 296.362 referente aos 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) –, sendo: Acórdão 1302003.203 – 3ª

Câmara / 2ª Turma Ordinária, Acórdão 1301003.443 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária e o Acórdão 1401002.727 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária. Quanto à compensação oportunizada, a empresa realizou contraproposta e aguarda retorno da Receita Federal.

Restam pendentes de julgamento 10 pedidos de restituição de IRPJ, os quais representam o valor atualizado monetariamente de R\$ 674.743.

O quadro a seguir representa os efeitos no ativo e as movimentações ocorridas no resultado da empresa que refletiram no patrimônio líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

REFLEXOS - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA			
BALANÇO PATRIMONIAL			
	2019	Efeitos	2018
ATIVO	1.678.244	56.809	1.621.435
Crédito a recuperar IRPJ - imunidade tributária	971.105	30.422	940.683
Pedidos de restituição deferidos	296.362	9.091	287.271
Pedidos de restituição aguardando julgamento	674.743	21.331	653.412
Crédito a recuperar PIS/COFINS - imunidade tributária	707.139	26.387	680.752
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	971.363	56.809	914.554
Reversão de IR diferido passivo	1.290.725	-	1.290.725
Reversão de IR diferido ativo	(1.997.606)	-	(1.997.606)
Constituição ganhos contingenciais imunidade/atualização monetária	1.678.244	56.809	1.621.435

Os impactos no resultado de 2019 foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

3.16.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da empresa ser ente imune a impostos. Dessa forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas demonstrações contábeis.

3.16.2 - Tributos diferidos

A empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32.

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL e movimentações temporárias, de modo que esse ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível. O lucro tributável futuro estimado considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na nota 20.1.

O ativo fiscal diferido de CSLL é revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

3.17 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a empresa envia uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal. Em resumo, a prestação de contas confronta os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, os recebimentos e pagamentos reconhecidos das demonstrações contábeis são efetuados com base na moeda funcional da empresa, conforme [nota 2.2](#).

Nesse processo, trimestralmente, é reconhecida uma perda esperada de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das administrações postais devedoras que, após prestação de contas, foram comunicadas do débito e, decorrido um ano, ainda não efetuaram o pagamento.

3.18 - Provisões e passivo contingente

3.18.1 - Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na [nota 17.2](#).

3.18.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme [nota 17.2.2](#).

3.19 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.20 - Benefícios a empregados

3.20.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários, férias e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

3.20.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Os Correios patrocinam dois planos de previdência: Plano de Benefício Definido (PBD) e Plano de Contribuição Variável (PostalPrev), que têm por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão aos empregados e beneficiários. Os planos são administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis.

A empresa também é patrocinadora e mantenedora dos planos de assistência à saúde dos seus empregados e respectivos dependentes, sendo o plano mantido aos empregados aposentados que permaneceram no quadro funcional da empresa pelo período mínimo de dez anos, com benefício extensivo aos dependentes, conforme critérios estabelecidos. Os planos de saúde dos Correios são administrados atualmente pela operadora Postal Saúde, constituída no final de 2013 com início das operações em 2014.

Os planos PBD e de saúde são classificados na modalidade de benefício definido (BD) e o plano PostalPrev na modalidade de contribuição variável, na qual apresenta características de contribuição definida (CD) para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e de benefício definido (BD) para os benefícios de risco (auxílio doença, invalidez, pecúlio pensão por morte e renda vitalícia).

Para a parcela do Plano PostalPrev correspondente à contribuição definida, a obrigação da empresa restringe-se à contribuição mensal, que corresponde a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a esse plano.

No entanto, para a parcela do PostalPrev correspondente ao benefício definido, bem como para os planos BD e de saúde, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nesses planos, a responsabilidade das obrigações atuariais é remensurada anualmente por atuário independente para o devido reconhecimento de *deficit* ou *superavit* atuariais nas demonstrações contábeis dos Correios, na proporção da participação da empresa no plano.

Essa remensuração é baseada no método de crédito unitário projetado, utilizando-se premissas atuariais que incluem variáveis demográficas, econômicas e financeiras. A obrigação é calculada a valor presente e deduzida dos ativos

justos dos planos, se houver, para fins de reconhecimento contábil. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria da modalidade benefício definido e os planos de assistência à saúde dependem de uma série de premissas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto – por envolver um arcabouço baseado em princípios e julgamentos, a taxa de desconto utilizada pelos Correios primeiramente observou o que dispõe o item 83 do CPC 33 (R1), quanto aos rendimentos de mercado, apurados na data de encerramento das demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações de alta qualidade.

Os títulos corporativos são representados por debêntures, cuja pormenorização dos papéis, negociados em mercado ativo, adveio dos critérios de definição das características desse mercado: presença de produtos homogêneos, publicidade dos preços e a coexistência de compradores e vendedores.

Dessa forma entende-se que os instrumentos financeiros (debêntures) congregam os atributos de negociação em mercado ativo, tendo em vista a existência de um mercado de negociação organizado para esses papéis (homogeneidade), em que ocorrem negociações diárias (presença de vendedores e compradores), com a divulgação dos preços de negociação conforme detalhamento contido na [nota 17.1.1.18](#).

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares – representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço dos serviços de assistência médico-hospitalar.

- premissas demográficas – representadas, principalmente, pelas tábuas de mortalidade e pelas taxas de rotatividade dos beneficiários nos planos, com base em estudos efetuados pelo atuário responsável pela mensuração da obrigação de benefício pós-emprego na revisão dos testes de aderência apresentados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

Além disso, cabe ressaltar que, apesar do custeio do exercício de 2019 para o plano de saúde ofertado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes ter ocorrido na proporção de até 30% para os empregados e 70% para os Correios, o benefício pós-emprego do plano foi mensurado em base de contribuição paritária, tendo em vista a posição do STF em Medida Cautelar que suspendeu a liminar do TST, no qual deferiu o pleito dos Correios para aplicar o custeio do plano na proporção de 50% para os Correios e 50% para os empregados, com a implementação a partir de 2020 conforme aprovações realizadas pelo Conselho Deliberativo da Operadora e Conselho de Administração da mantenedora, até que ocorra o trânsito em julgado da ação.

O *superavit* apurado no Postalprev não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da empresa ou que será reembolsável no futuro.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas e movimentações ocorridas no período estão divulgadas nas [notas 17.1.1.16](#), [17.1.1.14](#) e [17.1.1.15](#), respectivamente.

3.20.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada (PDI), no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa um Incentivo Financeiro Diferido (IFD) a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A empresa reconheceu toda a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

3.21 - Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, verificou-se a necessidade de ajustar o valor contábil dos imóveis, até então mantidos ao custo histórico, agregando a esses o valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o saldo residual do bem evidenciado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por empresa contratada.

Assim, o custo atribuído foi adicionado ao valor do imóvel em contrapartida ao subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

Trimestralmente, o custo atribuído e os tributos diferidos registrados no PL são realizados em contrapartida à conta de lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído.

Além disso, quando houver a necessidade de reduzir o valor do imóvel por expectativas de perdas identificadas na aplicação do teste de *impairment*, mantendo-o reconhecido ao valor recuperável, essas perdas são lançadas em contrapartida ao PL, revertendo a parcela do custo atribuído que não há expectativa de realização.

3.22 - Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Os Correios, por meio de uma empresa especializada em cálculos atuariais, revisa as obrigações geradas por cada plano de benefício, conforme apresentado na [nota 17.1](#). Dessa forma, nas variações ocorridas entre os cálculos do exercício anterior e o atual, de acordo com o relatório atuarial entregue pela empresa contratada, são identificados os ganhos e perdas atuariais gerados no período, sendo esses reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) em contrapartida à obrigação registrada no passivo.

Adicionalmente, são reconhecidos no ativo em contrapartida ao ORA os tributos provenientes dos ganhos e perdas atuariais, a fim de evidenciar esse subgrupo líquido dos tributos diferidos, conforme estabelece a legislação contábil.

Ressalta-se que esse grupo também pode ser afetado pelos efeitos dos planos superavitários no exercício, como é o caso do PostalPrev, no qual as contribuições normais calculadas com base na folha de pagamento são superiores às despesas mensurada para o exercício pelo atuário contratado. Dessa forma, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, é reclassificado para o PL.

3.23 - Receitas de vendas e prestação de serviço

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

NOTA - 4 MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

A natureza e o impacto da alteração dessa política nas demonstrações contábeis são apresentados nos tópicos a seguir:

4.1 - Arrendamentos

A partir de 1º de janeiro de 2019, a empresa adotou o CPC 06 (R2) com base no expediente prático C5 (b), no qual utilizou a abordagem retrospectiva modificada com efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Como resultado dessa abordagem, as informações comparativas do exercício de 2018 não foram reapresentadas e permanecem evidenciadas em consonância aos requerimentos do CPC 06 (R1) e das interpretações relacionadas.

4.1.1 - Política

Em conformidade ao CPC 06 (R1), a empresa reconhecia mensalmente os arrendamentos operacionais pelo valor das contraprestações pagas aos arrendadores pelo uso do bem. De acordo com o CPC 06 (R2), a empresa passou a reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo de curto e longo prazo descontado a valor presente da obrigação assumida no contrato com a aplicação da taxa incremental de empréstimo. Além disso, para os contratos nos quais a empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação.

A taxa incremental de empréstimo foi estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, da data de reporte das demonstrações, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do *spread* de crédito de 1,9%. Ressalta-se, no entanto, que para a adoção inicial, as taxas negociadas para o DI futuro foram aquelas divulgadas, pela BMF/Bovespa (B3), na data da adoção inicial, acrescidas do *spread* do crédito, sendo estas ponderadas para a definição de uma taxa incremental média ponderada de empréstimo, em consonância ao expediente prático do CPC 06 (R2).

Dessa forma, a empresa deixou de reconhecer as despesas de locação oriundas de contratos de arrendamento operacionais e passou a reconhecer na Demonstração do Resultado: (i) os efeitos da depreciação dos ativos dos direitos de uso pelo método de linear com base no prazo estimado para o contrato; e (ii) a despesa financeira gerada com os juros efetivos transcorridos no período.

No entanto, a empresa optou por aplicar a isenção prevista no CPC 06 (R2) para os contratos de curto prazo (12 meses), bem como para os contratos de baixo valor. Para esses, a empresa mantém o reconhecimento dos pagamentos registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

Atualmente, a opção de prorrogação é exercida, na mensuração das obrigações de arrendamento, somente para os contratos de bens imóveis limitados ao período de 10 anos.

4.1.2 - Efeitos da transição

A empresa aderiu ao expediente prático C3, que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial do CPC 06 (R2), aplicando este pronunciamento apenas aos contratos previamente identificados como arrendamento, segundo o CPC 06 (R1), pelo valor presente dos pagamentos remanescentes acrescido de uma prorrogação, quando for o caso, descontados, pela taxa incremental de empréstimo, na data da aplicação inicial.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a empresa optou por aplicar os seguintes expedientes práticos: (i) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; (ii) não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo

valor; e (iii) utilizou uma única taxa de desconto baseada na taxa incremental média ponderada de juros sobre os empréstimos para o prazo estimado.

Na transição do CPC 06 (R2), a empresa passou a registrar no Balanço Patrimonial os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento advindos da alteração na forma de reconhecimento dos arrendamentos, anteriormente classificados como arrendamentos operacionais.

O quadro a seguir apresenta os tipos de arrendamentos reconhecidos como ativos de direito de uso no ativo imobilizado dos Correios, segundo as disposições do CPC 06 (2):

Ativos de direito de uso – ativo imobilizado	Total
Imóveis	1.166.203
	3
Ativos de direito de uso em 1º de janeiro de 2019	1.166.203
	3

Ao mensurar os passivos de arrendamento daqueles anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a empresa descontou a obrigação de arrendamento utilizando a taxa incremental média ponderada de empréstimo em 1º de janeiro de 2019 de 11,02% a.a.

Apresentamos a seguir a reconciliação dos arrendamentos operacionais existentes em 31 de dezembro de 2018 para as disposições do CPC 06 (R2), no momento da adoção inicial.

Reconciliação dos arrendamentos operacionais existentes em 31 de dezembro de 2018	Total
Arrendamentos operacionais em 31 de dezembro de 2018	1.333.834
(+) Efeitos da opção de prorrogação	465.356
(-) Efeitos do desconto	611.221
(-) Arrendamentos de curto prazo	16.282
(-) Arrendamentos de baixo valor	5.484
Passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019	1.166.203
	3

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, a aplicação das disposições do pronunciamento provocou a alteração na forma de evidenciação dos pagamentos mensais dos arrendamentos, não abrangidos pela isenção da norma, que até o exercício de 2018 compõem o saldo do fluxo de caixa operacional da demonstração e, a partir de 2019, passam a ser evidenciados no fluxo de caixa de financiamento. Contudo, a alteração normativa não provocou impacto no caixa dos Correios.

Em relação aos indicadores de liquidez, a adoção do CPC 06 (R2) produziu um efeito negativo nos indicadores da empresa devido ao direito de uso dos bens arrendados ser reconhecido no ativo não circulante e a obrigação gerada pelos contratos ser segregada entre passivo circulante e não circulante, em conformidade ao prazo de exigibilidade dos arrendamentos.

Além disso, o índice de endividamento líquido/EBITDA dos Correios foi acrescido em 3,50 na adoção inicial desse pronunciamento, não ocasionando alterações nas práticas de negócio da empresa e nem necessidade de renegociação de cláusulas restritivas (*covenants*) existentes no contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil, pois o aumento do passivo não ultrapassou os índices requeridos nas referidas cláusulas.

4.1.3 - Impactos nas demonstrações contábeis ao final do exercício

Em complemento às informações de impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2), apresentamos a seguir os efeitos da aplicação desse pronunciamento ao longo do exercício de 2019.

Balanço Patrimonial	1º de janeiro de 2019	Adições	Depreciação	Despesa de juros	Amortizações	31 de dezembro de 2019
Ativo	1.166.203	276.993	(150.072)	-	-	1.293.124
Imóveis	1.166.203	276.993	(150.072)	-	-	1.293.124
Passivo	1.166.203	276.993	-	118.235	(220.851)	1.340.580
Passivo de arrendamento	1.777.424	405.814	-	-	(220.851)	1.962.387
Juros a transcorrer	(611.221)	(128.821)	-	118.235	-	(621.807)

Em consonância aos requisitos da norma, a empresa deixou de reconhecer no resultado do exercício os pagamentos mensais dos arrendamentos como despesa de locação, à exceção dos contratos enquadrados na isenção do pronunciamento, passando a reconhecer no resultado as despesas de depreciação do ativo de direito de uso e juros transcorridos das obrigações de arrendamento.

No entanto, com base no método de juros efetivo, no qual os juros transcorridos são calculados com base no saldo devedor, a despesa reconhecida no início do contrato é maior que a despesa gerada pelas regras anteriores, contudo, no decorrer do contrato a despesa passará a ser menor que a reconhecida anteriormente em função da redução do saldo devedor decorrente dos pagamentos mensais dos arrendamentos. O efeito no resultado do período está demonstrado no quadro a seguir:

Efeito do arrendamento no resultado do exercício	Total
Despesa de locação	220.851
Despesa de depreciação	(150.072)
Despesa de juros	(118.235)
Total	(47.456)

NOTA - 5 GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos. O conselho é continuamente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de reportes periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

O Comitê de Auditoria atua como órgão de suporte ao CA quanto a avaliação e monitoramento de exposições a riscos.

5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	- Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro - Fundos de Investimento	- Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central - Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	- Contas a receber de clientes - Fundos de Investimento	- Monitoramento da qualidade de crédito por cliente - Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	- Obrigações futuras - Fundos de Investimento	- Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

5.2 - Risco de mercado

É o risco ao qual os Correios estão expostos devido às oscilação nas taxas de juros, o que pode comprometer os ganhos da empresa.

5.2.1 - Taxa de juros

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk* - VaR), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. A empresa recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao *benchmarking*.

O detalhamento das aplicações financeiras está contido na [nota 7](#).

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

A cédula de crédito bancário, detalhada na [nota 16.10](#), é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

5.3 - Risco de crédito

É o risco ao qual a empresa está exposta caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com as obrigações contratuais, ocasionando possíveis perdas financeiras para a empresa.

As ações adotadas pela empresa para mitigar estes riscos são apresentadas a seguir:

5.3.1 - Risco de crédito – contas a receber de clientes

A empresa definiu políticas voltadas para os processos de concessão de crédito a clientes, faturamento e cobrança.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam o perfil do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além disso, o limite de crédito de cliente com contrato comercial é monitorado periodicamente, levando em consideração o consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reativação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela empresa.

Ressalta-se que a expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas quando da execução das contas a receber de clientes, conforme [nota 8.1](#).

5.3.2 - Risco de crédito – fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

5.4 - Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou com outros ativos financeiros suficientes para honrar as obrigações a pagar nas datas previstas.

Para minimizar esse risco, os Correios realizam a previsão de curto e longo prazo do fluxo de caixa e monitoram diariamente a liquidez da empresa visando assegurar que ela tenha recurso suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade do mercado, com vencimentos e liquidez apropriados. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem planejamentos de operações de compra e venda de títulos.

NOTA - 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa/ Disponibilidades	4.098	4.110	5.796	73.333
Bancos	7.348	10.424	7.348	10.425
Total	11.446	14.534	13.144	83.758

6.1 - Caixa/ Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 4.098 no caixa da controladora está distribuído, de forma heterogênea, nas 6.173 unidades de atendimento, presentes nos Estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referentes aos fundos exclusivos: 13B do Banco do Brasil e Fundo X da CEF, reconhecidos na rubrica “Aplicações” na Controladora.

6.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

NOTA - 7 APLICAÇÕES

Aplicações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações - circulante	526.988	817.584	525.290	782.161
Aplicações – não circulante	8.591	324.297	8.591	324.297
Total	535.579	1.141.881	533.881	1.106.458

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2024, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das empresas, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). Os montantes destinados a assegurar o passivo da mantida em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 foram, respectivamente, de R\$ 534.960 e R\$ 359.835. Em dezembro de 2019, as garantias apresentadas foram superiores às provisões técnicas em R\$ 133.335.

7.1 - Composição - aplicações:

Aplicações Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil - FAE – 2	525.319	688.430	525.319	722.230
Banco do Brasil - Fundo 13 B	9.209	359.291	7.511	290.869
Caixa Econômica Federal - Fundo X	1.051	94.160	1.051	93.359
Banco do Brasil - Fundo 13 C	-	-	-	-
Banco do Brasil - Fundo 13 A	-	-	-	-
Total (Líquido do IR)	535.579	1.141.881	533.881	1.106.458
A - Total circulante – Títulos	525.724	749.932	525.724	783.742
B - Total circulante - Caixa/ Operações	1.698	69.223	-	-
Compromissadas				
C - Total circulante - IR sobre aplicações financeiras	(434)	(1.571)	(434)	(1.581)
D - Total circulante - Líquido do IR (A + B + C)	526.988	817.584	525.290	782.161
E - Total não circulante – Títulos	8.591	324.297	8.591	324.297

7.1.1 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento

Vencimento	Composição das aplicações consolidadas - 2019				
	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2020	-	525.735	(433)	(12)	525.290
Subtotal - ativo circulante	-	525.735	(433)	(12)	525.290
2021	3.959	-	-	-	3.959
2022	431	-	-	-	431
2023	4.003	-	-	-	4.003
2024	198	-	-	-	198
Subtotal - ativo não circulante	8.591	-	-	-	8.591
Total das aplicações	8.591	525.735	(433)	(12)	533.881

Vencimento	Composição das aplicações consolidadas - 2018				
	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes Fundo	Total
2019	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161
Subtotal – ativo circulante	60.688	723.072	(1.581)	(18)	782.161
2020	70.868	-	-	-	70.868
2021	61.433	-	-	-	61.433
2022	139.148	-	-	-	139.148
2023	52.848	-	-	-	52.848
Subtotal – ativo não circulante	324.297	-	-	-	324.297
Total das aplicações	384.985	723.072	(1.581)	(18)	1.106.458

NOTA - 8 CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD. O acréscimo nos valores a receber de 2019 em relação a 2018 deve-se, principalmente, às receitas internacionais relativas ao bônus Prime e à crescente alta do DES em função da alta do dólar.

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Faturados	1.482.373	1.568.674	1.482.373	1.568.674
Débitos Internacionais	883.209	653.307	883.209	653.307
Serviços a Faturar	114.479	114.933	114.479	114.933
Agências terceirizadas	63.341	58.777	63.341	58.777
Cartões de crédito	41.573	32.260	41.573	32.260
Outros valores a receber de clientes	246	26	246	26
Total	2.585.221	2.427.977	2.585.221	2.427.977

O detalhamento de serviços faturados, líquido das PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

Serviços faturados por faixa de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A - A vencer	1.398.153	1.435.824	1.398.153	1.435.824

Serviços faturados por faixa de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
B - Vencidos de 1 a 30 dias	45.207	73.039	45.207	73.039
C - Vencidos de 31 a 60 dias	10.777	19.557	10.777	19.557
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.721	12.415	5.721	12.415
E - Vencidos de 91 a 180 dias	10.323	18.548	10.323	18.548
F - Vencidos há mais de 180 dias	23.812	19.951	23.812	19.951
G - Recuperação judicial	-	1.938	-	1.938
Total a Receber	1.493.993	1.581.272	1.493.993	1.581.272
PECLD Total	(11.620)	(12.598)	(11.620)	(12.598)
Total Líquido a Receber	1.482.373	1.568.674	1.482.373	1.568.674

8.1 - Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

A definição dos percentuais esperados de perda está fundamentada no modelo de matriz de provisão, que baseia-se em observações históricas de taxas de inadimplência ajustadas aos percentuais projetados com base em variáveis micro e macroeconômicas relacionadas com a inadimplência do crédito corporativo no Brasil.

A seguir estão detalhados os serviços faturados, por faixa de vencimento, com o respectivo percentual e o valor de perda esperada para os exercícios de 2019 e 2018:

Período	PECLD 2019		
	Base de cálculo	(%) PECLD	Perda esperada
A - A vencer	1.398.153	0,20%	2.796
B - Vencidos de 1 a 30 dias	45.207	0,80%	362
C - Vencidos de 31 a 60 dias	10.777	5,40%	582
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.721	6,00%	343
E - Vencidos de 91 a 180 dias	10.323	7,50%	774
F - Vencidos há mais de 180 dias	23.812	28,40%	6.763
Total	1.493.993		11.620

Período	PECLD 2018		
	Base de cálculo ¹	(%) PECLD	Perda esperada
A - A vencer	1.082.884	0,10%	1.083
B - Vencidos de 1 a 30 dias	55.433	3,30%	1.829
C - Vencidos de 31 a 60 dias	16.352	1,70%	278
D - Vencidos de 61 a 90 dias	10.599	3,80%	403
E - Vencidos de 91 a 180 dias	13.410	7,50%	1.006
F - Vencidos há mais de 180 dias	19.681	30,80%	6.061
G - Recuperação judicial	1.938	100,00%	1.938
Total	1.200.297		12.598

¹ - Do saldo de serviços faturados foram deduzidas as faturas estornadas ou pagas até o início da apuração.

A PECLD é composta pelas parcelas de perda dedutível (Lei nº 9.430/1996) e perda não dedutível cuja movimentação/conciliação é apresentada no quadro abaixo:

Conciliação da PECLD de serviços faturados	31/12/2019	31/12/2018
A - Perda total no início do período	12.598	28.627
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(6)	(57)
C - Perda não dedutível no início do período (A - B)	12.592	28.570
D - Adições	2.198	43.014
E - Baixas	(3.170)	(58.992)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	11.620	12.592
G - Perda dedutível no final do período	-	6
PECLD no final do período (F + G)	11.620	12.598

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

NOTA - 9 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas, as unidades de atendimento e as demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos ou danificados.

Estoques	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Material para consumo	18.252	29.708	18.252	29.708
Material para revenda/ almoxarifados	12.153	8.148	12.153	8.148
Material em consignação	564	564	564	564
Perdas com estoque	(3.884)	(4.864)	(3.884)	(4.864)
Total	27.085	33.556	27.085	33.556

NOTA - 10 OUTROS VALORES E BENS

10.1 - Convênio Postal Saúde

Convênio Postal Saúde	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empregados liberados - Postal Saúde	920	1.099	920	1.099
Concessão de uso de espaço - Postal Saúde	376	332	376	332
Total	1.296	1.431	1.296	1.431

10.2 - Adiantamento de pessoal

Adiantamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de férias	77.909	105.989	77.909	105.989
Empregados cedidos	7.384	6.796	7.384	6.796
Adiantamento salarial	3.424	3.485	3.424	3.485
Demais adiantamentos	359	985	359	985
Total	89.076	117.255	89.076	117.255

10.2.1 - Empregados cedidos

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos para órgãos do governo, líquido de PECLD, cuja constituição é feita à base de 100% dos valores vencidos há mais de 365 dias.

10.2.2 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior e adiantamentos a estagiários.

10.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

Impostos e encargos sociais a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
a) de tributos e encargos a restituir	109.426	145.941	109.426	146.958
IRPJ a restituir	94.482	120.701	94.482	121.718
CSLL a restituir	14.622	13.163	14.622	13.163
INSS a restituir/ compensar	322	10.105	322	10.105
COFINS a restituir/ compensar	-	1.972	-	1.972
b) de tributos retidos na fonte	8.817	10.205	8.817	10.215
IR retido na fonte	5.286	5.286	5.286	5.286
IR sobre aplicações financeiras	434	1.571	434	1.581
CSLL retida na fonte	2.243	2.244	2.243	2.244
COFINS retido na fonte	506	711	506	711
PIS retido na fonte	348	393	348	393
c) demais tributos e encargos	9.802	8.551	9.802	8.564
ICMS a recuperar/ compensar	4.217	3.457	4.217	3.457
Demais impostos/ encargos a restituir/ compensar	2.598	3.117	2.598	3.130
ISS retenção por clientes	1.103	923	1.103	923
Salário família/ maternidade	671	671	671	671
INSS retenção por clientes	1.213	383	1.213	383
Total	128.045	164.697	128.045	165.737

10.3.1 - CSLL e IR a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2019. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

10.3.2 - IR e CSLL retidos na fonte

O Imposto de renda e a CSLL são retidos na fonte sobre os valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

10.4 - Cobrança jurídica/ inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

Cobrança jurídica/ Inadimplência	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Faturas em cobrança jurídica	10.709	5.033	10.709	5.033
Acordos jurídicos – REFIS	2.278	3.633	2.278	3.633
Inadimplentes – AGF/ACC	580	1.951	580	1.951
Débitos de empregados em cobrança jurídica	0	46	0	46
Total	13.567	10.663	13.567	10.663

10.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 10.709 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

Em 2019 foram acrescidos à base de inadimplentes 592 novos clientes enquanto no mesmo período saíram 371, justificando o incremento no saldo em relação ao ano anterior.

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD	Controladora			
	Percentual	31/12/2019	Percentual aplicado	31/12/2018
Perdas não dedutíveis	92,7%	128.432	95,7%	112.885
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	15.695	100,0%	-
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	8.570	100,0%	24.416
Total		152.697		137.301

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

Movimentação - PECLD	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
A - Perda total no início do período	137.301	114.044
B - Perda dedutível em 1º de janeiro	(24.416)	(45.701)
C - Perda não dedutível no início do período (A + B)	112.885	68.343
D – Adições	31.242	65.829
E – Baixas	-	(21.287)
F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E)	144.127	112.885
G - Perda dedutível no final do período	8.570	24.416
PECLD no final do período (F + G)	152.697	137.301

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

10.4.2 - Acordos jurídicos – REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT – REFIS Postal), instituído em 2018, cujo objetivo era a renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

10.4.3 - Inadimplentes – AGF/ACC

Refere-se a valores não repassados pelas agências de correios franqueadas e permissionárias no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas líquidas do percentual esperado de perda.

10.5 - Outros créditos

Outros créditos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Débitos de terceiros	10.100	1.710	10.100	1.710
Float bancário – faturamento	6.612	8.587	6.612	8.587
Débitos de empregados	4.326	5.665	4.326	5.665
Bens sucateados	3.435	2.670	3.435	2.670
Parcelamento de multa de fornecedores	1.779	-	1.779	-
Débitos de empregados - em regularização	1.590	-	1.590	-
Débitos de empregados – agência	603	312	603	312
Vale postal internacional - importação e outros	201	196	201	196
Coupons - réponse trocado	157	205	157	205
Saque de conta virtual	56	293	56	293
Telesena - resgate de título	-	1.250	-	1.250
Total	28.859	20.888	28.859	20.888

10.5.1 - Débitos de terceiros

O acréscimo dessa rubrica no período deve-se ao aumento das multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual sem acordo de parcelamento, bem como a redução no percentual de perda esperada que variou de 98,1% em 2018 para 87,5% em 2019.

10.5.2 - Float bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

10.5.3 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

10.5.4 - Bens sucateados

Valores líquidos de depreciação dos bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

NOTA - 11 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Trata-se de imóveis não utilizados pela empresa, no qual a Administração se comprometeu a adotar todas as ações necessárias para se desfazer do bem nos próximos 12 meses, usufruindo dos benefícios econômicos gerados com a venda.

Mantidos para venda	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências – entrada ¹	Transferências - saída	Saldo em 31/12/2019
Terrenos	26.330	-	(1.581)	112.796	-	137.545
Impairment mantidos p/ venda	(9.036)	(209)	28	(336)	-	(9.553)
Subtotal – terrenos	17.294	(209)	(1.553)	112.460	-	127.992
Prédios	112	-	(417)	28.143	-	27.838
Subtotal – prédios	112	-	(417)	28.143	-	27.838
Total	17.406	(209)	(1.970)	140.603	-	155.830

¹ Valores transferidos do imobilizado pelo valor de custo.

Em atendimento ao disposto no CPC 31, a depreciação dos imóveis foi interrompida quando da reclassificação para mantidos para a venda, mantendo-se o saldo acumulado até a data da transferência.

Em 2019 foi contratada a avaliação de toda a carteira imobiliária, mas até o encerramento do exercício os laudos entregues totalizaram o valor justo de R\$ 260.520, apurando-se um ganho de R\$ 116.065 não reconhecidos por força da legislação vigente. Os valores apurados de perdas a constituir ou reverter estão demonstrados no quadro acima, nas colunas de adições e baixas, garantindo o reconhecimento dos imóveis pelo seu valor recuperado.

Além disso, em 2019 foi concretizada a venda de dois dos três imóveis classificados para esse grupo no final de 2018, perfazendo uma receita de R\$ 3.466. Quanto à manutenção do terceiro imóvel no grupo, deve-se à clara intenção de venda por parte da empresa, a qual encerrou o exercício com processo de licitação vigente.

NOTA - 12 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

12.1 - Investimentos não permanentes

12.1.1 - Outras aplicações – VJORA

As rubricas registradas no quadro a seguir foram classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Outras aplicações - VJORA	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Participações não relevantes	10.816	6.302	10.816	6.302
FINAM/ FINOR	677	693	677	693
Total	11.493	6.995	11.493	6.995

12.1.1.1 - Participações não relevantes

Trata-se de ações de companhias telefônicas. O acréscimo no saldo refere-se à valorização das ações.

12.1.1.2 - FINAM/ FINOR

Corresponde ao valor de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), com reconhecimento de 100% de expectativa de perda para o último. O valores convertidos em certificados estão atualizados conforme cotação do dia 31 de dezembro de 2019.

12.2 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

Depósitos judiciais, recursais e administrativos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos recursais administrativos	71.028	69.318	71.028	69.318
Depósitos judiciais	22.276	22.154	22.276	22.154
Depósitos recursais	17.014	16.787	17.014	16.787
Penhora de numerários	13.036	10.078	13.036	10.078
(-) Créditos a regularizar	(2.500)	-	(2.500)	-
Total	120.854	118.337	120.854	118.337

O valor de R\$ 71.028 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 22.276 e R\$ 17.014 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 13.036 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- Os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração está realizando a reconciliação dos valores registrados em depósitos.

12.3 - Tributos a compensar

Tributos a compensar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imunidade tributária	1.678.244	1.621.435	1.678.244	1.621.435
IR	971.105	940.683	971.105	940.683
PIS/ COFINS	707.139	680.752	707.139	680.752
Retenção na fonte - contrato Banco Postal	247.392	239.957	247.392	239.957
Pedidos de restituição	48.642	-	48.642	-
Total	1.974.278	1.861.392	1.974.278	1.861.392

O montante de R\$ 1.678.244 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, PIS e COFINS, atualizado pela taxa Selic até dezembro de 2019. Estes créditos estão amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal.

Os créditos de IRPJ de R\$ 971.105 foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 296.362. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

Os créditos de PIS e COFINS, decorrentes de enquadramento indevido de regime de tributação não aplicável a ente imune a impostos, que perfazem o montante de R\$ 707.139, são objeto de ação judicial e encontram-se com os prazos prescricionais resguardados por protesto judicial.

O saldo de R\$ 247.392 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 48.642, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

12.4 - Outros

Outros - ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Acordos jurídicos - REFIS	3.121	3.069	3.121	3.069
Parcelamento de multa de fornecedores	2.945	-	2.945	-
Outros débitos de empregados	573	721	573	721
Débitos de ex-empregados	49	153	49	153
Correiospar - ressarcimentos	-	1.071	-	-
Total	6.688	5.014	6.688	3.943

12.4.1 - Correiospar - ressarcimentos

Compreende o ressarcimento de atividades administrativas, estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios, vigente até dezembro/2019, quando a subsidiária foi extinta.

NOTA - 13 INVESTIMENTOS

13.1 - Investimentos permanentes

13.1.1 - Propriedades para investimentos

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na [nota 3.11](#).

Imóveis mantidos para investimentos	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências - entrada	Transferências - Saída	Depreciação/ Amortização	
Terrenos cedidos ou alugados	72.605	-	-	-	-	-	72.605
Prédios cedidos ou alugados	4.675	-	-	62	-	(939)	3.798
Terrenos desocupados	562.128	-	(1)	729	(32.018)	-	530.838
Prédios desocupados	23.069	-	(492)	943	(926)	(2.993)	19.601
<i>Impairment</i> desocupados (Nota 3.13.2)	(55.185)	(21.173)	41	-	336	-	(75.981)
Instalações desocupadas	109	-	-	-	(93)	16	32
Total	607.401	(21.173)	(452)	1.734	(32.701)	(3.916)	550.893

Em 2019 foi contratada a avaliação de toda a carteira imobiliária, mas até o encerramento do exercício os laudos entregues totalizaram o valor justo de R\$ 114.613, apurando-se um ganho de R\$ 57.029, não reconhecidos por força da legislação vigente. Os valores apurados de perdas a constituir ou reverter estão demonstrados no quadro acima, nas colunas de adições e baixas, garantindo o reconhecimento dos imóveis pelo seu valor recuperado.

NOTA - 14 IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na [nota 3.11](#).

Imobilizado	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	
Terrenos	3.536.455	-	(10)	33.393	(114.699)	-	3.455.139
<i>Impairment</i> terrenos (Nota 3.13.2)	(491)	(88.532)	-	-	-	-	(89.023)
Prédios	1.402.466	598	(1.922)	205.796	(147.976)	(34.204)	1.424.758
<i>Impairment</i> prédios (Nota 3.13.2)	(50.435)	(15.420)	5.333	-	-	-	(60.522)
Instalações em prédios próprios	65.315	2.027	(18)	42.627	(101.922)	(7.136)	893
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	26.534	885	(25)	14.433	(1.944)	(16.643)	23.240
Obras em andamento	73.989	13.967	-	352	(44.075)	-	44.233
Imóveis – direito de uso (Nota 4.1.3)	-	1.443.196	-	-	-	(150.072)	1.293.124
Subtotal Imóveis	5.053.833	1.356.721	3.358	296.601	(410.616)	(208.055)	6.091.842
Móveis e utensílios	156.592	10.631	(2.976)	1.475	(522)	(33.382)	131.818
Máquinas e equipamentos	386.386	45.969	(7.557)	188.725	(36.074)	(88.958)	488.491
Veículos motorizados	437.299	170.811	(6.498)	-	-	(63.619)	537.993
Veículos não motorizados	2.406	259	(18)	-	-	(1.249)	1.398
Ferramentas e instrumentos	117	2	-	-	-	(55)	64
Equipamentos de processamento de dados	145.776	5.523	(548)	2.753	(42)	(51.795)	101.667

Imobilizado	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	224.245	68.439	(19.279)	35.147	(185.183)	-	123.369
Subtotal Móveis	1.352.821	301.634	(36.876)	228.100	(221.821)	(239.058)	1.384.800
Total	6.406.654	1.658.355	(33.518)	524.701	(632.437)	(447.113)	7.476.642

Em 2019 foi contratada a avaliação de toda a carteira imobiliária, mas até o encerramento do exercício os laudos entregues totalizaram o valor justo de R\$ 2.386.833, apurando-se um ganho de R\$ 829.849, não reconhecidos por força da legislação vigente. Os valores apurados de perdas a constituir ou reverter estão demonstrados no quadro acima nas colunas de adições e baixas, garantindo o reconhecimento dos imóveis pelo seu valor recuperado.

NOTA - 15 INTANGÍVEL

Corresponde a *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração e métodos de amortização estão detalhados na [nota 3.12](#).

Intangível	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências Entrada	Transferências Saída	Depreciação/ Amortização	
Software, licenc. similares	68.505	17.787	(128)	128	(2.028)	(32.993)	51.271
Total Intangível	68.505	17.787	(128)	128	(2.028)	(32.993)	51.271

NOTA - 16 PASSIVO CIRCULANTE

16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Material, produtos e serviços	996.192	968.416	996.192	968.416
Consignações e outros	151	165	151	165
Total	996.343	968.581	996.343	968.581

16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescidas do adicional de 70%, conforme acordo coletivo de trabalho, registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e consignações	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Férias	1.113.747	1.194.407	1.113.747	1.194.407
INSS - empregado	40.343	42.826	40.343	42.826
Postalis (PostalPrev) - empregado	32.451	39.120	32.451	39.120
Obrigações trabalhistas	16.986	18.235	16.986	18.235
Postalis (BD) - empregado	11.077	12.395	11.077	12.395
Retenção SEST/ SENAT	2	3	2	3
Total	1.214.606	1.306.986	1.214.606	1.306.986

16.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

Encargos sociais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
INSS - empregador	112.297	119.080	112.297	119.080
FGTS	50.358	53.373	50.358	53.373
PostalPrev - empregador	31.015	37.336	31.015	37.336
Postalis - PBD	11.086	12.420	11.086	12.420
Salário educação	10.660	11.303	10.660	11.303
Senai adicional	852	905	852	905
INSS - autônomos/ avulsos	348	672	348	672
Total	216.616	235.089	216.616	235.089

16.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

Impostos e contribuições	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IR retido de empregados	47.244	50.766	47.244	50.766
COFINS	40.961	39.621	40.961	39.631
Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996	36.654	29.956	36.654	29.956
PIS	8.875	8.585	8.875	8.587
ICMS	6.402	9.659	6.402	9.659
ISSQN - retido de terceiros	4.170	6.235	4.170	6.235
INSS empresas - retenção na fonte	4.830	6.412	4.830	6.412
IR retido de terceiros	2.288	2.610	2.288	2.610
INSS retenção - contribuinte individual	155	166	155	166
Outras obrigações tributárias	1	67	1	67
Total	151.580	154.077	151.580	154.089

16.5 - Arrecadações e recebimentos

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos com terceiros. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir.

Arrecadações e recebimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Recebimento para o Postalis	17.016	21.629	17.016	21.629
Recebimento de imposto de importação	12.093	10.673	12.093	10.673
Emissão de vale postal nacional	6.830	8.113	6.830	8.113
Telesena - venda de título	-	1.028	-	1.028
Outros recebimentos/ arrecadações	198	689	198	689

Arrecadações e recebimentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Importação/ Exportação - vale postal internacional	661	173	661	173
Total	36.798	42.305	36.798	42.305

16.5.1 - Recebimento para o Postalis

Compreende os valores de empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalis).

16.5.2 - Recebimento de imposto de importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

16.6 - Adiantamentos de clientes

Os valores de R\$ 6.863, em 2019, e de R\$ 21.656, em 2018, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou a maior.

16.7 - Contas internacionais a pagar

Os valores dessa rubrica representam as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

16.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

Precatório	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Precatórios (circulante)	151.365	129.728	151.365	129.728
Precatórios (não circulante)	52.370	39.243	52.370	39.243
Total	203.735	168.971	203.735	168.971

O aumento observado no passivo e nas despesas de precatórios está relacionado, principalmente, a ações de natureza trabalhista e cível.

16.9 - Apropriações por competência – Patrocinadas/mantidas

Apropriações por competência – Patrocinadas/mantidas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CorreiosSaúde	87.582	68.114	87.582	68.114
Postalis	32.489	30.750	32.489	30.750
Benefício Definido - BD	31.991	30.173	31.991	30.173
PostalPrev	498	577	498	577
Total	120.071	98.864	120.071	98.864

16.10 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Movimentação no período	Controladora				
	Saldo Inicial	Amortização do Principal	Amortização dos juros	Despesa do exercício	Saldo Final
31/12/2018	727.729	(187.500)	(51.917)	56.770	545.082
31/12/2019	545.082	(187.500)	(34.950)	40.756	363.388

Composição dos Empréstimos e Financiamentos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Financiamentos (curto prazo)	181.694	181.694	181.694	181.694
Empréstimos e Financiamentos (longo prazo)	181.694	363.388	181.694	363.388
Total	363.388	545.082	363.388	545.082

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/2016
Vencimento final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/2017
Encargos financeiros totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

¹ - Cédula de crédito bancário.

² - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo imposto sobre operações financeiras (IOF) e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos do contrato de empréstimo, a empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

Exercício	Dívida Líquida/ EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Descrição	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.144	83.758
Aplicações	533.881	1.106.458
A - Total	547.025	1.190.216
Passivo Circulante	620.645	515.981
Empréstimos e Financiamentos	181.694	181.694
Obrig. Financeiras a pagar	-	334.287
Bens de direito de uso	438.951	-
Passivo não Circulante	1.083.323	363.388
Empréstimos e Financiamentos	181.694	363.388
Obrig. Financeiras a pagar	-	-
Bens de direito de uso	901.629	-
B - Dívida Bruta Total	1.703.968	879.369
C - Dívida Líquida (B - A)	1.156.943	(310.846)
D - EBITDA	675.149	333.260
E - Dívida Líquida/EBITDA (C/D)	1,71	(0,93)

Cálculo baseado nas demonstrações contábeis consolidadas.

A variação no indicador apurado nos exercícios de 2019 e 2018 foi ocasionada pela entrada em vigor das novas regras de arrendamentos, que fez com que o endividamento da empresa fosse acrescido de R\$ 1.340.580.

16.11 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

Receitas a apropriar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aluguel de caixas postais	23.707	22.041	23.707	22.041
Faturamento por estimativa	5.655	6.454	5.655	6.454
Total	29.362	28.495	29.362	28.495

16.12 - Obrigações financeiras a pagar

Refere-se à resilição do Contrato de Correspondente - Banco Postal, firmado entre os Correios e o Banco do Brasil, cuja quitação ocorreu em 2019, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Distrato - Banco Postal	Controladora			
	Saldo Inicial	Amortização	Despesa do exercício	Saldo Final
31/12/2018	626.753	(322.548)	30.082	334.287
31/12/2019	334.287	(342.920)	8.633	-

16.13 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes.

Convênio Postal saúde	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saúde	167.306	126.031	167.306	126.031
Outras obrigações – Postal Saúde	78.519	-	78.519	-
Ressarcimento de despesas administrativas	63.490	53.924	63.490	53.924
Ambulatórios	28.945	19.315	28.945	19.315
Saúde ocupacional	18.628	12.236	18.628	12.236
Benefício medicamentos	3.167	1.333	3.167	1.333
Total	360.055	212.839	360.055	212.839

16.13.1 - Outras obrigações – Postal Saúde

Corresponde às demais despesas provisionadas pela operadora e assumidas pelos Correios em razão do vínculo de mantenedora com a Postal Saúde, conforme previsto no convênio de adesão.

16.14 - Outros débitos

Outros - passivo circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caução de fornecedores	13.344	44.704	13.344	44.704
Convênio SESI/ SENAI	11.613	9.982	11.613	9.982
Retenções judiciais	2.713	2.781	2.713	2.781
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249	2.249	2.249
Prestação de contas AGF/ ACF	1.632	2.050	1.632	2.050
Honorários de sucumbência	11	21	11	21
Apuração de venda do ativo fixo	68	315	68	315
Demais credores	2.973	5.621	2.973	5.621
Total	34.603	67.723	34.603	67.723

16.14.1 - Caução de fornecedores

Corresponde ao montante recebido como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contrato. A redução do saldo em 2019 refere-se, principalmente, à troca da garantia por apólice de seguro e em razão da devolução por encerramento de contrato.

16.14.2 - Ressarcimento ao SUS

Refere-se à obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas com SUS no eventual atendimento de seus beneficiários. Os valores em questão referem-se a cobranças de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) correspondentes a períodos anteriores à criação da Postal Saúde.

NOTA - 17 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

17.1 - Benefício pós-emprego

17.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão e assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Benefício pós-emprego	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio		
CorreiosSaúde (passivo)	3.483.525	3.918.101
Postalís Plano Benefício Definido - PBD (passivo) ¹	3.685.174	3.256.391
PostalPrev (outros resultados abrangentes)	(416.095)	(336.604)
Total	6.752.604	6.837.888
Resultado		
A - Despesa com saúde de empregados ativos	(1.021.354)	(1.048.549)
B - Despesa com saúde de aposentados	(383.086)	(318.776)
C - Despesas administrativas e outras despesas com saúde não relacionadas ao pós-emprego	(262.095)	(123.373)
D - Despesa total com saúde (A + B + C)	(1.666.535)	(1.490.698)
E - Total da provisão pós emprego saúde (relatório técnico atuarial)	(314.504)	(463.587)
Custo dos juros/ custo dos serviços - corrente	(504.471)	(463.587)
Reversão do custo do serviço passado	189.967	-
F - Total do registro em provisão do pós-emprego saúde (E - B)	68.582	(144.811)
G - Despesa com Postalís - PBD	(278.663)	(273.345)
H - Despesa administrativa/ outros - Postalís PBD	22.504	27.335
I - Despesa - PBD líquida de despesa administrativa/ outros (G + H)	(256.159)	(246.010)
J - Total da provisão pós emprego Postalís PBD (relatório técnico atuarial)	(293.540)	(244.672)
K - Total do registro em provisão do pós-emprego PBD (J - I)	(37.381)	1.338
L - Total do registro referente ao <i>superavit</i> do plano PostalPrev (relatório técnico atuarial)	79.491	89.442
Total das provisões – relatórios técnicos atuariais (E + J + L)	(528.553)	(618.817)

¹Para compor as obrigações atuariais do Plano Benefício Definido (PBD) é necessário somar as obrigações de curto e longo prazos de benefício pós-emprego com os valores registrados nas contas "Postalís - PBD" do grupo "Encargos sociais" e Postalís "Benefício Definido - BD" do grupo "Apropriações por competência - patrocinadas/ mantidas".

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

17.1.1.1 - Plano de saúde - CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde da empresa era de autogestão, na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território nacional.

Em 5 de dezembro de 2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um convênio de adesão, que formaliza a condição da empresa como patrocinadora e mantenedora do plano.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, constituída em abril de 2013, é a operadora do plano de assistência à saúde oferecido aos empregados da empresa, na modalidade autogestão como

uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília/DF e registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3.

Desde 1º de janeiro de 2014, toda a operação do plano de assistência médico-hospitalar e odontológica da empresa é realizada pela Postal Saúde. Esse processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à rede credenciada.

O plano de saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados da empresa e respectivos dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalis e seus dependentes.

A empresa tem o dever, como mantenedora, de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Em 2 de outubro de 2019, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no julgamento do Dissídio Coletivo de Greve nº 1000662-58.2019.5.00.0000, relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, manteve o rateio dos custos com o plano de saúde na proporção de 70% para a empresa e 30% para os empregados.

Após a decisão do TST, os Correios ingressaram com pedido de suspensão de sentença, com pedido cautelar, visando sustar parcialmente os efeitos da decisão proferida pelo TST.

Em 18 de novembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu parte dos efeitos de decisão do TST por entender haver grave risco de lesão à economia pública.

Em alinhamento à Suspensão Liminar (SL nº 1.264/DF), foram aprovadas, pela Postal Saúde e pelos Correios, adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

A modificação no regulamento do plano visa à paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, e vai ao encontro do disposto na Resolução nº 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), emitida em 18 de janeiro de 2018, que no seu Art. 3º, § 3º estabelece que "A contribuição da empresa estatal federal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder a contribuição dos empregados".

Os cálculos atuariais do plano CorreiosSaúde contemplam as alterações no plano decorrentes da decisão SL nº 1.264/DF, do STF, e da Resolução CGPAR nº 23/2018. O efeito da diferença apurada entre o custeio anterior do plano, distribuído na proporção de 70% para os Correios e 30% para os empregados para os exercícios de 2020 e 2021, e o custeio atual definido em 50% para os Correios e 50% para os empregados foi registrado em contrapartida ao resultado como custo do serviço passado por se tratar de alteração no plano.

17.1.1.2 - Plano de previdência – previdência complementar

Os planos previdenciários são submetidos a avaliações atuariais anuais na Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), seguindo orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para as quais são utilizadas hipóteses e premissas definidas pela entidade a partir de estudos de aderência realizados pelo atuário responsável pelos mesmos. Na ocorrência de déficit atuarial superior a 10% das provisões matemáticas do plano deverá ser elaborado plano de equacionamento, a ser aprovado até o final do exercício seguinte pelo Conselho Deliberativo da EFPC. O plano de equacionamento fixará as contribuições extraordinárias a serem pagas pelos participantes, assistidos e patrocinadora, na proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

17.1.1.2.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

17.1.1.2.2 - Postalis - BD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

Para o plano BD, são previstas no regulamento contribuições normais e extraordinárias a serem realizadas pelos participantes e pela patrocinadora, com base na aplicação de um percentual sobre a remuneração dos participantes. Ainda são previstas contribuições adicionais pelos participantes assistidos para cobertura de despesas não cobertas pelas contribuições normais e extraordinárias. Os participantes e a patrocinadora, atualmente, efetuam contribuições extraordinárias ao plano para cobertura de *deficit* atuarial apurado nos períodos de 2012 a 2014, com aprovação do equacionamento nos anos seguintes.

Todos os benefícios do plano BD são constituídos na modalidade de benefício definido e têm os seus valores definidos a partir do salário real de benefício de cada participante e do valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sendo reajustados pelo INPC calculado e divulgado pelo IBGE.

17.1.1.2.3 - Quantidade de participantes

Quantidade de participantes dos planos	Controladora							
	2019				2018			
	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total	Ativos	Assistidos	Dependentes	Total
CorreiosSaúde	96.236	30.961	171.512	298.709	102.643	28.169	228.695	359.507
PostalPrev	88.608	4.578	-	93.186	92.798	5.298	-	98.096
Benefício Definido - PBD	50.293	33.877	-	84.170	54.615	31.591	-	86.206

A redução na quantidade de participantes do plano CorreiosSaúde ocorreu em razão da retirada dos pais e mães dos beneficiários titulares.

17.1.1.3 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Riscos atuariais do plano de benefício definido	
Risco de investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em renda fixa, renda variável, estruturados e investimentos no exterior, entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho.

17.1.1.4 - Ativos dos planos: política de investimentos, estratégia de confrontação de ativos e passivos e categorias de ativos

O plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros para cobertura da obrigação atuarial, sendo os custos assistenciais decorrentes da utilização dos serviços cobertos pela empresa e participantes.

O Postalis, entidade de previdência complementar que administra os planos de benefícios PostalPrev e PBD, estabelece política de investimentos para o período de cinco anos, com revisão anual, tendo como objetivo orientar, no horizonte estabelecido, as aplicações dos ativos financeiros garantidores segundo a natureza do investimento e limites propostos, observada a Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional, visando obter maior segurança, liquidez e rentabilidade dos investimentos e a menor exposição a riscos. A política de investimentos é objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis e para a sua formulação são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefício, considerando:

- a. taxa esperada de retorno;
- b. preservação do capital;
- c. diversificação;
- d. tolerância a risco;
- e. estabilidade;
- f. liquidez e
- g. regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos os mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados no exterior, imóveis e operações com participantes. Para o gerenciamento de ativos e passivos dos planos de benefícios é realizado, periodicamente, estudo de *Asset Liability Management* (ALM).

Para os benefícios definidos do plano PostalPrev, além dos mecanismos de gerenciamento de ativos e passivos, há a constituição de fundo previdencial com vistas a mitigar os riscos de surgimento de *deficits* atuariais.

Os principais riscos associados a planos de benefícios estão relacionados a variações de base cadastral (alteração por experiência) e taxa de juros atuarial, para os quais são previstos, em relação ao Plano BD, contabilização de *superavit*, quando houver, em reserva de contingência e, para o Plano PostalPrev, a constituição de fundos previdenciais, além de reserva de contingência.

Os ativos dos planos PostalPrev e PBD estão assim distribuídos por categoria:

Categoria de ativos	PostalPrev				Benefício Definido - PBD			
	2019		2018		2019		2018	
	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)	Valor	(%)
Títulos públicos	509.860	79	643.227	75	1.740.022	54	1.520.178	53
Créditos privados e depósitos	7.037	1	10.911	1	50.483	2	43.616	2
Ações	1.923	0	4.998	1	51.418	2	49.565	2
Fundos de investimentos	81.298	14	123.972	14	881.469	26	732.849	24
Empréstimos e financiamentos	41.712	6	75.219	9	231.735	7	242.694	8
Investimentos imobiliários	-	-	468	0	271.455	8	284.237	10
Depósito judicial	-	-	-	-	17.283	1	17.695	1
Total	641.830		858.795		3.243.865		2.890.834	

17.1.1.5 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM n° 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela empresa.

O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

17.1.1.6 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em novembro de 2018, para os planos BD e PostalPrev, e dezembro de 2018, para o plano CorreiosSaúde, bem como dezembro de 2019, para os planos BD, PostalPrev e CorreiosSaúde, foram as seguintes:

Principais premissas	CorreiosSaúde*		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Financeiras:						
Taxa de juros de desconto atuarial anual	10,30%	10,89%	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,96%	6,88%	5,92%	6,97%	5,95%	6,89%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,18%	6,42%	N/A	N/A
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	4,10%	3,75%	4,10%	3,75%
Taxa média de inflação anual	4,10%	3,75%	4,10%	3,75%	4,10%	3,75%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	10,26%	9,66%	10,29%	10,90%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento (<i>aging factor</i>)	2,20%	2,16%	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento real anual dos custos por aumento nos valores dos procedimentos (HCCTR)	0,86%	0,91%	N/A	N/A	N/A	N/A
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	2,79% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	2,79% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,33% até a aposentadoria e nula após essa data.	1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 20%	RP-2000 M&F suavizada em 20%
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 10%	RP-2000 M&F suavizada em 20%	RP-2000 M&F suavizada

Principais premissas	CorreiosSaúde*				PostalPrev				Benefício Definido (PBD)	
	2019		2018		2019		2018		2019	2018
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	RP 2000 DISABLED M&F	em 20% AT 49 M&F agravada em 50%
Tábua de entrada em invalidez	Light forte suavizada em 55%		IAPB-57 Fraca		Light forte suavizada em 55%		IAPB-57 Fraca		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A		N/A		N/A	
Idade de aposentadoria	Cumprir o maior tempo entre as seguintes condições: elegibilidade à aposentadoria do plano; e elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (homem) ou 62 anos (mulher), observadas as regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019.		Conforme regulamento dos planos previdenciais		Cumprir o maior tempo entre as seguintes condições: elegibilidade à aposentadoria do plano; e elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (homem) ou 62 anos (mulher), observadas as regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019.		Conforme regulamento		Cumprir o maior tempo entre as seguintes condições: elegibilidade à aposentadoria do plano; e elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (homem) ou 62 anos (mulher), observadas as regras de transição estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019	
Composição familiar para custos de pensão	Calculada com base nos dados de dependentes informada		Calculada com base nos dados de dependentes informada		Calculada com base nos dados de dependentes informada		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos		Calculada com base nos dados de dependentes informada	
Participantes/ aposentados	Calculada com base nos dados de dependentes informada		Calculada com base nos dados de dependentes informada		Calculada com base nos dados de dependentes informada		Cônjuge do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos		Calculada com base nos dados de dependentes informada	
Principais hipóteses e parâmetros:										
Taxa de juros de desconto	10,30%		10,89%		10,27%		10,98%		10,29%	
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	RP-2000 suavizada em 10%	M&F	RP-2000 suavizada em 10%	M&F	RP-2000 suavizada em 10%	M&F	RP-2000 suavizada em 10%	M&F	RP-2000 suavizada em 20%	M&F suavizada em 20%
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	0,86%		0,91%		N/A		N/A		N/A	

* Para o plano CorreiosSaúde foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

17.1.1.7 - Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2019, os planos administrados pelo Postalis e pela Postal Saúde encontram-se registrados, nas demonstrações contábeis da empresa, conforme abaixo:

a. Planos de previdência complementar

i. Plano PBD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 10.614.213 encontra-se parcialmente fundado por ativos justos do plano no montante de R\$ 3.243.865, resultando em um valor presente líquido da obrigação atuarial de R\$ 6.929.039), sendo reconhecido na patrocinadora 50% deste valor na forma da Lei Complementar nº 108/2001, ou seja, R\$ 3.685.174.

ii. Plano PostalPrev: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor justo dos ativos do plano de R\$ 641.830 supera o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 556.735, resultando em um *superavit* de R\$ 85.095, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da empresa ou será reembolsado no futuro.

b. Plano de assistência à saúde (CorreiosSaúde): não existem ativos para este plano, portanto a obrigação corresponde ao valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.483.525, líquida dos percentuais de coparticipação e mensalidade custeados pelos beneficiários.

17.1.1.8 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

Conciliação do valor presente da obrigação atuarial	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	(609.522)	(462.140)	(9.403.617)	(9.872.295)
Custo dos juros	(426.681)	(387.323)	(66.925)	(44.643)	(670.048)	(693.911)
Custo do serviço corrente	(77.790)	(76.264)	(8.997)	(7.663)	(14.401)	(17.349)
Benefícios pagos pelo plano	383.086	318.776	44.452	48.140	632.315	589.354
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais	365.994	5.472	84.257	(143.216)	(1.158.462)	590.584
Decorrentes de ajustes de experiência	646.472	(166.151)	108.793	(21.271)	(168.147)	(303.625)
Decorrentes de alterações de premissas biométricas/demográficas	64.477	90.612	(8.849)	(134.738)	20.909	65.116
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(277.120)	137.348	(15.687)	12.793	(1.011.224)	829.093
Decorrentes de alteração nos crescimentos de custos médicos	(67.835)	(56.337)	-	-	-	-
Custo do serviço passado (Nota 17.1.1.1)	189.967	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	(3.483.525)	(3.918.101)	(556.735)	(609.522)	(10.614.213)	(9.403.617)

17.1.1.9 - Conciliação do valor justo dos ativos do plano

Conciliação do valor justo dos ativos do plano	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	-	-	858.795	578.709	2.890.834	3.667.440
Receita de juros	-	-	94.296	55.903	315.101	375.912
Contribuições do patrocinador	383.086	318.776	39.683	47.250	255.677	243.763
Contribuições dos participantes	-	-	48.804	49.855	75.807	90.676
Benefícios pagos pelo plano	(383.086)	(318.776)	(44.452)	(48.140)	(632.315)	(589.354)
Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de lucros)	-	-	(355.296)	175.218	338.761	(897.603)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-	641.830	858.795	3.243.865	2.890.834

17.1.1.10 - Conciliação do efeito do teto do ativo

O plano Postalprev apresenta *superavit* não reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da empresa ou será reembolsado no futuro. O *superavit* somente será reconhecido quando atendidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 109/2001, observando-se ainda as disposições do CPC 33 (R1).

O teto do ativo é reconhecido contabilmente em conta retificadora de despesas em contrapartida a outros resultados abrangentes.

Conciliação dos saldos do efeito do teto do ativo	PostalPrev	
	2019	2018
Efeito do teto do ativo no início do exercício	249.273	116.569
Juros sobre o teto do ativo	27.370	11.261
Remensurações do efeito do teto do ativo	(191.548)	121.443

Conciliação dos saldos do efeito do teto do ativo	PostalPrev	
	2019	2018
Efeito do teto do ativo no final do exercício	85.095	249.273

17.1.1.11 - Conciliação da mudança da restrição da obrigação atuarial

A obrigação do Plano de Benefício Definido (PBD) é reconhecida na proporção dos riscos de participantes, assistidos e patrocinador na forma da Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CNPC nº 30/2018. Essa proporção é de 50% sobre o valor da obrigação e a movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

Conciliação da mudança na restrição da obrigação	Benefício Definido - PBD	
	2019	2018
Restrição da obrigação no início do exercício	3.256.391	3.102.427
Mudança na restrição da obrigação atuarial	428.783	153.964
Restrição da obrigação no final do exercício	3.685.174	3.256.391

A mudança na restrição da obrigação atuarial é reconhecida em outros resultados abrangentes.

17.1.1.12 - Status dos planos e movimentação dos passivos/ ativos líquidos reconhecidos no balanço

Status dos planos e ativo/ (passivo) líquido reconhecido	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Valor presente da obrigação atuarial	(3.483.525)	(3.918.101)	(556.735)	(609.522)	(10.614.213)	(9.403.616)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	-	-	-	-	3.685.174	3.256.391
Valor presente da obrigação atuarial líquida	(3.483.525)	(3.918.101)	(556.735)	(609.522)	(6.929.039)	(6.147.225)
Valor justo dos ativos	-	-	641.830	858.795	3.243.865	2.890.834
Superavit (Deficit) do plano	(3.483.525)	(3.918.101)	85.095	249.273	(3.685.174)	(3.256.391)
Efeito do teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(3.483.525)	(3.918.101)	85.095	249.273	(3.685.174)	(3.256.391)

Movimentação do ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo/ (passivo) líquido no início do exercício	(3.918.101)	(3.778.762)	-	-	(3.256.391)	(3.102.427)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	383.086	318.776	39.683	47.250	255.676	243.763
Valores reconhecidos no resultado da empresa	(314.504)	(463.587)	39.807	42.192	(293.540)	(244.672)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	365.994	5.472	(79.490)	(89.442)	(390.919)	(153.055)
Ativo/ (passivo) líquido no final do exercício	(3.483.525)	(3.918.101)	-	-	(3.685.174)	(3.256.391)

17.1.1.13 - Obrigações reconhecidas no circulante e no não circulante

Obrigação atuarial líquida - circulante e não circulante	CorreiosSaúde		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018
Obrigação atuarial líquida reconhecida no circulante	(251.736)	(331.527)	(266.160)	(253.747)
Encargos sociais (nota 16.3)	-	-	(11.086)	(12.420)
Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas (nota 16.9)	-	-	(31.991)	(30.173)
Contribuições esperadas para o exercício seguinte	(251.736)	(331.527)	(223.083)	(211.154)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no não circulante	(3.231.789)	(3.586.574)	(3.419.014)	(3.002.644)
Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço patrimonial	(3.483.525)	(3.918.101)	(3.685.174)	(3.256.391)

17.1.1.14 - Valores reconhecidos no resultado da empresa

A variação em resultado ocorrida no período de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2019 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- da mudança da taxa de juros em 31 de dezembro de 2018, utilizada para cálculo dos juros líquidos referente ao exercício de 2019, que no plano BD alterou de 10,25% (31 de dezembro de 2017) para 10,90% (31 de dezembro de 2018), no PostalPrev, de 9,66% (31 de dezembro de 2017) para 10,98% (31 de dezembro de 2018), e no CorreiosSaúde, de 10,25% (31 de dezembro de 2017) para 10,90% (31 de dezembro de 2018);
- da alteração dos custos médicos do plano CorreiosSaúde, que em 31 de dezembro de 2017 é de 2,00% e em 31 de dezembro de 2018, 0,91%, do *aging factor*, que em 31 de dezembro de 2017 é de 0,12% e em 31 de dezembro de 2018 é de 2,16%;
- da modificação no regulamento do plano promovida pela Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), que definiu a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

Valores reconhecidos no resultado do exercício	CorreiosSaúde		PostalPrev ¹		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Custo do serviço corrente líquido	(77.790)	(76.264)	39.807	42.192	61.406	73.327
Custo do serviço corrente	-	(76.264)	(8.997)	(7.663)	(14.401)	(17.349)
Contribuições dos participantes	-	-	48.804	49.855	75.807	90.676
Juros Líquidos	(426.681)	(387.323)	-	-	(354.946)	(317.999)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(426.681)	(387.323)	(66.926)	(44.643)	(670.047)	(693.911)
Receita de juros	-	-	94.296	55.903	315.101	375.912
Custo dos juros sobre o teto do ativo	-	-	(27.370)	(11.260)	-	-
Custo do serviço passado ¹	189.967	-	-	-	-	-
Valores reconhecidos no resultado do exercício	(314.504)	(463.587)	39.807	42.192	(293.540)	(244.672)

¹ Valores reconhecidos em contas redutoras de despesas

17.1.1.15 - Conciliação dos valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

A variação em ganhos/ perdas atuariais, por ajustes de experiência, ocorrida em 31 de dezembro de 2019, é originada:

- Planos CorreiosSaúde e PBD: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo de período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos nos planos (mortes, invalidez e sobrevivência) e no fator de determinação do valor real dos benefícios, alterações nas hipóteses financeiras, além da redução/ acréscimo no valor justo dos ativos; e
- PostalPrev: ganhos e perdas sobre o valor justo dos ativos do plano, ganhos e perdas resultantes da alteração das hipóteses biométricas, financeiras e de ajustes de experiências e da mudança do teto do ativo.

Os ganhos/ perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31 de dezembro de 2019, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31 de dezembro de 2018, que passaram de 10,89% (31 de dezembro de 2018) para 10,30% (31 de dezembro de 2019) no plano CorreiosSaúde, de 10,90% (31 de dezembro de 2018) para 10,29% (31 de dezembro de 2019) no plano BD e de 10,98 (31 de dezembro de 2018) para 10,26% (31 de dezembro de 2019) no plano PostalPrev.

As perdas atuariais decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos são originados da alteração do *aging factor*, que passou de 2,16% a.a., em 31 de dezembro 2018, para 2,20% a.a., em 31 de dezembro de 2019. A inflação médica do plano variou de 0,91% a.a. em 31 de dezembro de 2018 para 0,86% a.a. em 31 de dezembro de 2019, ocasionando ganhos atuariais.

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido (PBD)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ganhos e perdas sobre valor justo dos ativos do plano	-	-	(355.296)	175.218	338.760	(897.603)
Ganhos e perdas sobre a obrigação de benefício definido	365.994	5.472	84.258	(143.217)	(1.158.462)	590.584
Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses demográficas/ biométricas	64.477	90.612	(8.849)	(134.739)	20.909	65.116
Ganhos e perdas resultantes da alteração de hipóteses financeiras	(277.120)	137.348	(15.686)	12.793	(1.011.224)	829.093
Ganhos e perdas decorrentes de ajustes de experiência	646.472	(166.151)	108.793	(21.271)	(168.147)	(303.625)
Ganhos e perdas decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	(67.835)	(56.337)	-	-	-	-
Mudança do teto do ativo	-	-	191.548	(121.443)	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	-	-	428.783	153.964
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	365.994	5.472	(79.490)	(89.442)	(390.919)	(153.055)

17.1.1.16 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, foi aplicado o mesmo método do cálculo das responsabilidades com o plano nesta demonstração de posição financeira do final do período, ou seja, valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada.

O cálculo foi efetuado estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31 de dezembro de 2019, considerando as premissas mais sensíveis dos planos.

A variação de 0,25% nas hipóteses atuariais de taxas de desconto, custos médicos e crescimento salarial, bem como o acréscimo/decrécimo de um ano na idade do participante teriam os seguintes efeitos no valor da obrigação:

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	CorreiosSaúde						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(3.594.838)	(3.382.381)	(3.566.448)	(3.404.017)	(3.399.209)	(3.571.242)	(3.483.525)
Valor justo dos ativos	-	-	-	-	-	-	-
Superavit/(Deficit) técnico do plano	(3.594.838)	(3.382.381)	(3.566.448)	(3.404.017)	(3.399.209)	(3.571.242)	(3.483.525)
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	3,20%	(2,90)%	2,38%	(2,28)%	(2,42)%	2,52%	
No superavit/(deficit) técnico do plano	3,20%	(2,90)%	2,38%	(2,28)%	(2,42)%	2,52%	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	PostalPrev						Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		Crescimento salarial		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(555.185)	(558.402)	(562.024)	(552.067)	(555.319)	(558.183)	(556.735)
Valor justo dos ativos	641.830	641.830	641.830	641.830	641.830	641.830	641.830
Superavit/(Deficit) técnico do plano	86.645	83.428	79.806	89.763	86.511	83.647	85.095
Variações:							
No valor presente da obrigação atuarial	(0,28)%	0,30%	0,95%	(0,84)%	(0,25)%	0,26%	
No valor justo dos ativos do plano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
No superavit/(deficit) técnico do plano	1,82%	(1,96)%	(6,22)%	5,49%	1,66%	(1,70)%	

Análise de sensibilidade das principais hipóteses	Benefício Definido (PBD)				Parâmetros
	Tábua biométrica		Taxa de juros		
	Suaviz. 10%	Agrav. 10%	- 0,25%	+ 0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial	(10.837.750)	(10.412.766)	(10.914.357)	(10.327.914)	(10.614.213)
Valor justo dos ativos	3.243.865	3.243.865	3.243.865	3.243.865	3.243.865
Superavit/(Deficit) técnico do plano	(7.593.885)	(7.168.901)	(7.670.492)	(7.084.049)	(7.370.348)
Variações:					
No valor presente da obrigação atuarial	2,11%	(1,90)%	2,83%	(2,70)%	
No valor justo dos ativos do plano	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
No superavit/(deficit) técnico do plano	3,03%	(2,73)%	4,07%	(3,88)%	

17.1.1.17 - Duration dos planos

Duration dos Planos	2019	2018
CorreiosSaúde	12 anos	12,2 anos
PostalPrev	17 anos	17,4 anos
Benefício Definido (BD)	12,3 anos	13,2 anos

Ressalta-se que a duration não foi utilizada para a determinação da taxa de desconto, sendo calculada somente para fins de divulgação em atendimento ao item 47 (c) do CPC 33 (R1).

17.1.1.18 - Descrição da taxa de juros real de desconto atuarial anual

Em consonância com o disposto nos itens 77, 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), definiram-se, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para o enquadramento dos papéis na escala de investimento, adotou-se o entendimento de que os títulos de alta qualidade são aqueles cujas notas de classificação de risco sejam Baa, BBB ou superior.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise de *rating* foi selecionada a amostra de debêntures negociada no mercado secundário, em 31/12/2019, conforme informações disponibilizadas pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Em seguida, foram apurados os títulos corporativos inseridos na escala de grau de investimento, ou seja, com notas de classificação de risco iguais ou superiores a Baa3 (*Moody's*) e BBB- (*Standard & Poor's*). Nesta análise, estabeleceu-se o critério adicional que as análises de *rating* (revisão ou classificação), realizadas pelas agências de classificação de risco, tivessem ocorrido em 2019, ano ao qual se referem as demonstrações contábeis.

Logo, as taxas de desconto dos benefícios pós-emprego foram construídas a partir de 191 papéis que atenderam os requisitos estabelecidos.

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

Por definição, as taxas de juros anuais refletiram a média geométrica dos rendimentos reais dos papéis com vencimentos dentro de um mesmo ano. Para a conjectura de ausência de vencimentos dos instrumentos financeiros em determinado ano, aplicou-se a taxa média geométrica entre os rendimentos observados. Para períodos superiores ao último vencimento (2044) foi utilizado o método da extrapolação.

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, os pagamentos dos juros reais acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev, BD e CorreiosSaúde), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total. As informações relativas aos fluxos de pagamentos dos planos de benefício pós-emprego tiveram como fonte de dados a consultoria atuarial e possuem os seguintes vencimentos: 2119 (PostalPrev), 2120 (BD) e 2128 (CorreiosSaúde).

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 27/12/2019, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da taxa média geométrica de inflação foi o intervalo entre 2020 e 2128, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa (CorreiosSaúde). Observa-se que a mediana das projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN em 27/12/2019, limitava-se ao ano de 2023. Por conseguinte, a última projeção disponível foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento (2128).

17.1.1.19 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração nove diferentes tábuas de mortalidade, a consultoria atuarial identificou a RP-2000 (suavizada em 10% para os planos CorreiosSaúde e PostalPrev e 20% para o plano BD) como a mais adequada, e por essa razão foi adotada no exercício de 2019, assim como em 2018.

17.1.1.20 - Projeção de pagamentos e resultados para 2020

17.1.1.20.1 - Estimativa de contribuições a serem pagas pela empresa relativas ao exercício de 2020

Montantes de contribuições esperadas da Patrocinadora no exercício de 2020	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Normais	251.736	-	57.443
Extraordinárias (benefício definido)	-	41.310	208.717
Para cobertura de despesas administrativas do plano PBD	-	-	22.803
Total de contribuições	251.736	41.310	288.963

17.1.1.20.2 - Projeção de (despesas)/ receitas para o exercício de 2020

(Despesas)/Receitas esperadas para o exercício de 2020	CorreiosSaúde	PostalPrev ¹	Benefício Definido (PBD)
Custo do serviço corrente líquido	(63.993)	31.701	-
Custo de juros líquidos	(332.874)	-	(361.728)
Custo de juros sobre a obrigação atuarial ²	(332.874)	(53.524)	(659.486)
Retorno esperado dos ativos justos	-	70.732	297.758
Custo sobre o efeito do teto do ativo	-	(17.208)	-
Total da (despesa)/ receita esperada	(396.867)	31.701	(361.728)

¹ A ser reconhecido em conta retificadora de despesas.

² O cálculo do custo dos juros do plano BD contempla a dedução da parcela de responsabilidade dos participantes, face a paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001.

1.1.1.1 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

Perfil de vencimento das obrigações atuariais ¹	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido (PBD)
Até 1 ano	241.821	29.749	669.755
De 1 ano até 2 anos	46.989	29.017	645.798
De 2 anos até 5 anos	626.439	81.696	1.806.289
Acima de 5 anos	2.368.276	416.273	7.492.371
Total de contribuições	3.483.525	556.735	10.614.213

¹ Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

17.2 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro 2019, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

17.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

Movimentação das provisões passivas contingenciadas (Controladora)							
Âmbito	Natureza	Saldo em 01/01/2019	Reversão/ Conversão	Provisões Adicionais	Atualização Monetária	Alteração no valor provisionado inicialmente ¹	Saldo em 31/12/2019
Judicial	Cível	63.055	(65.540)	17.129	(7.676)	9.051	16.019
	Fiscal	9.260	(2.829)	20.520	402	23.726	51.079
	Trabalhista	260.710	(145.097)	176.979	4.894	30.903	328.389
	Subtotal	333.025	(213.466)	214.628	(2.380)	63.680	395.487
Administrativo	Cível	-	-	152	4	-	156
	Fiscal	3.988	(4.030)	120	3	-	81
	Trabalhista	-	-	29	-	-	29
	Subtotal	3.988	(4.030)	301	7	-	266
Total		337.013	(217.496)	214.929	(2.373)	63.680	395.753

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2019, os Correios eram réus em 7.542 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

Autor	Natureza	Andamento	Exposição máxima atualizada
Sindicato dos Trabalhadores	Trabalhista Ação coletiva - PCCS/95	Fase: execução.	39.466
SINTECT	Trabalhista Ação coletiva - URP de fevereiro/89 (Plano Verão)	Fase: execução.	36.598
INSS	Fiscal Contribuições previdenciárias	Fase: trânsito em julgado.	19.955
Município de Salvador/BA	Fiscal Imposto sobre serviços (ISS)	Fase: em trâmite na 20ª Vara Federal de Salvador/BA.	16.895
SINTECT/AM	Trabalhista Ação coletiva - equiparação a bancários	Fase: execução.	7.751
SINTCOM/PR	Trabalhista Ação coletiva - diárias de viagem	Fase: execução.	7.220
SINTECT	Trabalhista	Fase: execução.	6.185

Autor	Natureza	Andamento	Exposição máxima atualizada
	Ação coletiva - PCCS/95		
Instituto Nacional do Seguro Social - GO	Fiscal Recolhimentos de INSS	Fase: execução.	5.775
União Federal - DF	Fiscal Ação cautelar fiscal	Fase: execução.	4.279
Gilvan Lustosa Cabral	Trabalhista Reintegração	Fase: execução.	3.254

17.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

A empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2019, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 19.201 processos, conforme demonstrado na tabela.

Em 31/12/2019	Ações classificadas como de risco de perda possível (Controladora)					
	Âmbito judicial		Âmbito administrativo		Total	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Cível	5.646	409.586	11	7.893	5.657	417.479
Fiscal	808	510.706	166	15.434	974	526.140
Trabalhista	12.547	931.760	22	82	12.569	931.842
Criminal	1	2	-	-	1	2
Total	19.002	1.852.054	199	23.409	19.201	1.875.463

17.2.3 - Informações complementares

Em outubro de 2018, a Administração dos Correios aprovou a nova dinâmica de classificação de riscos das contingências passivas, de modo a garantir uma maior conformidade com as disposições do pronunciamento técnico – CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Com a aprovação, iniciou-se a revisão de toda a base processual na qual a empresa atua como ré, concluindo-se, até o final de 2019, a revisão de todos os processos acima de R\$ 500, o que ocasionou readequação da base e ajuste das obrigações em contrapartida ao resultado.

Para o próximo exercício, a empresa pretende concluir a revisão do restante da base processual, cujo reconhecimento deverá ocorrer com a aplicação de um método estatístico massificado que se encontra em fase de refinamento.

Além disso, os Correios iniciaram tratativas com a Advocacia-Geral da União (AGU), com vistas a firmar Acordo de Cooperação Técnica para utilização, sem ônus, do Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUPP), desenvolvido por aquele órgão para gestão de processos judiciais.

17.3 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI).

O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017, e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017, com término em 2019.

No total foram 8.005 empregados que aderiram ao PDI, com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.848 referentes ao segundo ciclo) por meio de pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório.

Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA e ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

Movimentações ocorridas no período	Controladora					
	Saldo Inicial	Adição	Atualização	Apropriação do AVP	Amortização	Saldo Final
31/12/2018	921.221	232.659	39.021	40.608	(193.778)	1.039.731
31/12/2019	1.039.731	22.421	48.537	41.152	(208.985)	942.856

Composição das obrigações trabalhistas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PDI – circulante	170.550	159.831	170.550	159.831
PDI - não circulante	772.306	879.900	772.306	879.900
Total	942.856	1.039.731	942.856	1.039.731

17.4 - Outros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento – Ressarcimento ao SUS	3.855	6.104	3.855	6.104
Honorários de sucumbência	388	632	388	632
Total	4.243	6.736	4.243	6.736

17.4.1 - Honorários de sucumbência

Refere-se a obrigações diferidas com os honorários de sucumbência em função dos acordos firmados por meio do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT – REFIS Postal).

NOTA - 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

18.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até 31 de dezembro de 2019 foi efetivamente utilizado na implantação do programa o montante de R\$ 203.056, dos quais foram integralizados R\$ 43.242 em 2018 e R\$ 159.814 em 2019. Ao término do exercício de 2019, o saldo a integralizar do AFAC totaliza R\$ 20.944.

18.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)

18.3.1 - AAP – Bens imóveis

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

Bens imóveis	31/12/2018	Transferências	Realização por depreciação	Realização por venda	Redução por impairment	Reversão por impairment	Saldo em 31/12/2019
Custo atribuído	4.790.852	(128.325)	(24.003)	-	(125.154)	102	4.513.472
Tributo diferido	(430.885)	11.549	1.873	-	11.264	(9)	(406.208)
Total	4.359.967	(116.776)	(22.130)	-	(113.890)	93	4.107.264

18.3.2 - AAP – Mantidos para venda

Valor correspondente ao custo atribuído dos ativos mantidos para venda.

Mantidos para venda	31/12/2018	Transferências	Realização por depreciação	Realização por venda	Redução por impairment	Reversão por impairment	Saldo em 31/12/2019
Custo atribuído	17.367	128.325	-	(1.956)	(180)	-	143.556
Tributo diferido	(1.563)	(11.549)	-	176	16	-	(12.920)
Total	15.804	116.776	-	(1.780)	(164)	-	130.636

18.4 - Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos/ perdas atuariais/ Tributos diferidos	(5.088.768)	(4.986.596)	(5.088.768)	(4.986.596)
Ganhos/ perdas atuariais	(5.550.901)	(5.446.485)	(5.550.901)	(5.446.485)
Postalis – PBD	(3.039.940)	(2.649.021)	(3.039.940)	(2.649.021)
CorreiosSaúde	(2.094.866)	(2.460.860)	(2.094.866)	(2.460.860)
PostalPrev	(416.095)	(336.604)	(416.095)	(336.604)
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas atuariais	462.133	459.889	462.133	459.889
Postalis – PBD	273.595	238.412	273.595	238.412
CorreiosSaúde	188.538	221.477	188.538	221.477
Ganhos/ perdas sobre investimentos/ Tributos diferidos	6.628	2.535	6.628	2.535
Ganhos/ perdas - outras aplicações	7.284	2.786	7.284	2.786
Ganhos em participações não relevantes	7.284	2.786	7.284	2.786
Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas em investimentos	(656)	(251)	(656)	(251)
Total	(5.082.140)	(4.984.061)	(5.082.140)	(4.984.061)

18.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final do período é de R\$ 2.412.374, tendo em vista a absorção do lucro líquido no exercício de R\$ 102.121, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976 e a realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 25.959, que juntos diminuíram o prejuízo acumulado de exercícios anteriores de R\$ 2.540.454.

NOTA - 19 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

19.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e empresas.

Receita líquida de vendas e serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas e serviços	19.104.605	18.907.982	19.104.605	18.907.982
Receitas nacionais	18.183.679	18.253.681	18.183.679	18.253.681
Receitas internacionais	920.926	654.301	920.926	654.301
(-) Deduções	(748.528)	(732.125)	(748.528)	(732.125)
(-) Impostos	(722.944)	(709.669)	(722.944)	(709.669)
(-) Descontos incondicionais	(22.812)	(20.399)	(22.812)	(20.399)
(-) Receitas canceladas	(2.772)	(2.057)	(2.772)	(2.057)
Total	18.356.077	18.175.857	18.356.077	18.175.857

O quadro a seguir detalha os dez maiores destaques de vendas/ serviços, que representaram 90,70% da receita bruta do período.

Receita de vendas/ serviços em relação à receita bruta total	Controladora				
	Participação (%)	31/12/2019		31/12/2018	
		Participação (%)	31/12/2019	Participação (%)	31/12/2018
Sedex	22,1%	4.225.253	22,6%	4.274.602	
PAC	21,3%	4.076.082	18,3%	3.462.827	
FAC	20,6%	3.938.430	23,7%	4.480.610	
Carta	14,0%	2.681.237	13,9%	2.636.517	
Serviços de Distribuição	4,0%	766.297	2,6%	490.910	
Logística Reversa	2,5%	477.431	2,0%	372.393	
Malote	1,9%	369.978	2,1%	402.110	
Mala Direta Postal	1,7%	333.584	2,1%	398.063	
Remessa Expressa	1,4%	264.776	1,2%	220.441	
Correio Híbrido Postal	1,2%	233.653	0,6%	112.024	
Demais receitas	9,3%	1.737.884	10,9%	2.057.485	
Total	100	19.104.605	100	18.907.982	

19.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

Os custos de 2019 atingiram R\$ 15.656.489. Desse total, R\$ 9.988.756 referem-se aos custos com salários, encargos, benefícios, saúde e incentivo financeiro oferecidos aos empregados pela adesão aos planos de desligamento, e o restante, principalmente, à remuneração de agências franqueadas (AGFs), transportes, prestação de serviços de terceiros e alugueis.

Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(9.988.753)	(9.964.659)	(9.988.753)	(9.964.659)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(8.102.773)	(8.333.848)	(8.102.773)	(8.333.848)
Saúde	(1.588.016)	(1.490.698)	(1.588.016)	(1.490.698)
Incentivo Financeiro Diferido-IFD	(13.664)	(140.113)	(13.664)	(140.113)
Incentivo Financeiro – PDV/2019	(284.300)	-	(284.300)	-
Remuneração de AGF	(1.799.914)	(1.724.063)	(1.799.914)	(1.724.063)
Transporte de malas e malotes	(1.610.487)	(1.544.899)	(1.610.487)	(1.544.899)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas	(1.006.539)	(1.136.702)	(1.006.539)	(1.136.702)
Aluguéis	(201.745)	(445.198)	(201.745)	(445.198)
Utilidades	(324.725)	(320.077)	(324.725)	(320.077)
Material e Produtos	(218.745)	(236.983)	(218.745)	(236.983)
Depreciação/Amortização	(400.910)	(227.190)	(400.910)	(227.190)
Bens de direito de uso - CPC 06	(150.072)	-	(150.072)	-
Demais bens	(250.838)	(227.190)	(250.838)	(227.190)
Internacionais	(64.154)	(52.745)	(64.154)	(52.745)
Impostos, taxas e contribuições	(19.898)	(26.596)	(19.898)	(26.596)
Total	(15.635.870)	(15.679.112)	(15.635.870)	(15.679.112)

19.2.1 - Aluguéis e depreciação/amortização

A diminuição das despesas de aluguéis e o acréscimo na despesa de depreciação/amortização foram ocasionados, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, conforme disposto na [nota 4.1.3](#).

19.3 - Despesas com vendas/serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda. Apresentaram movimentação de R\$ 119.335 em 2019, R\$ 1.668 superior a 2018. As principais variações no grupo ocorreram nas provisões para perdas e pela diminuição nas despesas com patrocínio esportivo.

Despesas com vendas/ serviços	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de unidades terceirizadas	(79.825)	(78.111)	(79.825)	(78.111)
Provisão para perdas	(33.970)	(20.614)	(33.970)	(20.614)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(4.184)	(15.837)	(4.184)	(15.837)
Multas contratuais de clientes e outros	(886)	(3.105)	(886)	(3.105)
Total	(118.865)	(117.667)	(118.865)	(117.667)

19.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.026.566)	(2.062.692)	(2.026.566)	(2.065.132)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(1.959.976)	(1.970.146)	(1.959.976)	(1.972.586)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(8.757)	(92.546)	(8.757)	(92.546)
Incentivo Financeiro – PDV/2019	(57.833)	-	(57.833)	-
Precatórios (Nota 16.8)	(355.806)	(270.298)	(355.806)	(270.298)
Pós-emprego	110.692	(54.031)	110.692	(54.031)
Depreciação/ Amortização	(82.884)	(76.832)	(82.884)	(76.832)
Provisões – CorreiosSaúde (Nota 16.13.1)	(78.519)	-	(78.519)	-
Contingências	(58.741)	48.605	(58.741)	48.605
Constituição/ reversão de perdas	(22.255)	(83.622)	(22.255)	(83.622)
Serviços de pessoas físicas/ jurídicas e outros	(8.053)	(10.801)	(8.053)	(24.646)
Acordo judicial	(2.057)	(1.875)	(2.057)	(1.875)
Impostos, taxas e contribuições	(1.405)	(827)	(1.405)	(827)
Total	(2.525.594)	(2.512.373)	(2.525.594)	(2.528.658)

19.4.1 - Contingências

O aumento nas despesas de contingências foi ocasionado pela revisão dos riscos atribuídos aos processos pela área jurídica em atendimento às novas diretrizes de provisionamento aprovadas pela Administração.

19.5 - Resultado de participação em controlada

Em dezembro de 2019 ocorreu a extinção da subsidiária integral - CorreiosPar. O resultado da liquidação totalizou em prejuízo de R\$ 9.190. Este deduziu o patrimônio da subsidiária, que encerrou as atividades com um saldo remanescente de R\$ 24.568, integralmente ressarcido aos Correios em dezembro/2019, conforme [nota 1.1](#).

19.6 - Outras receitas operacionais

Outras Receitas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Multas aplicadas a fornecedores	51.413	84.394	51.413	84.394
Multas aplicadas a clientes e outros	46.793	33.639	46.793	33.639
Taxa mensal de franquia – AGF	18.031	17.110	18.031	17.110
Despesas recuperadas	16.923	45.121	16.923	45.121
Lucro na alienação de bens	1.807	1.425	1.807	1.425
Total	134.967	181.689	134.967	181.689

19.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme detalhado a seguir:

Outras Despesas Operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos na alienação de bens	(10.170)	(2.554)	(10.170)	(2.554)
Perdas de investimentos	-	(201)	-	(201)
Impostos vinculados à receita	-	-	-	(115)
Total	(10.170)	(2.755)	(10.170)	(2.870)

19.8 - Receitas financeiras

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de juros	90.686	277.652	90.686	277.652
Varição cambial	207.842	241.756	207.842	241.756
Rentabilidade de aplicações financeiras	55.544	82.163	55.544	84.308
Varição monetária	20.470	20.164	20.470	20.343
Outras	12.975	4.838	12.975	4.838
Total	387.517	626.573	387.517	628.897

19.8.1 - Receita de juros

Refere-se, principalmente, à atualização dos tributos a compensar iniciada em 2018.

A atualização dos créditos relativos à imunidade tributária totalizaram, nos anos de 2019 e 2018, respectivamente, R\$ 56.809 e R\$ 166.369.

19.9 - Despesas financeiras

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Varição cambial	(177.420)	(153.047)	(177.420)	(153.047)
Apropriação/ atualização – AVP	(89.689)	(79.629)	(89.689)	(79.629)
Encargos Financiamento dívida interna	(55.911)	(92.671)	(55.911)	(92.671)
Multas	(8.263)	(5.854)	(8.263)	(5.854)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(7.901)	(6.955)	(7.901)	(6.955)
Despesas bancárias	(4.912)	(3.086)	(4.912)	(3.087)
Juros e outros	(121.800)	(2.159)	(121.800)	(2.159)
Juros a transcorrer - Direito de uso - CPC 06 (Nota 4.1.3)	(118.235)	-	(118.235)	-
Demais	(3.565)	(2.159)	(3.565)	(2.159)
Notificação de infração	(710)	(137)	(710)	(137)
Perdas nas aplicações financeiras	(13)	(7.962)	(13)	(7.962)
Total	(466.619)	(351.500)	(466.619)	(351.501)

19.9.1 - Encargos – financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo ([Nota 16.10](#)) e distrato com o Banco Postal ([Nota 16.12](#)), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

NOTA - 20 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

No exercício de 2019, a empresa apresenta cenário de lucro fiscal, sendo a despesa do período composta pela CSLL corrente e diferida.

Demonstrativo da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018

Resultado antes do JSCP	112.253	306.635	112.253	292.558
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	32.452	(43.931)	32.452	(43.931)
Resultado antes do IRPJ e CSLL	144.705	262.704	144.705	248.627
Efeito de IRPJ e CSLL da alíquota vigente	13.023	23.643	13.023	18.857
Efeito sobre as diferenças permanentes	4.284	4.413	4.284	4.469
Efeitos sobre as diferenças temporárias	516	(10.667)	516	(10.667)
Adições	847.870	1.063.129	847.870	1.063.129
Exclusões	(847.354)	(1.073.796)	(847.354)	(1.073.796)
Efeito total sobre o lucro/ prejuízo fiscal ¹	17.823	17.389	17.823	12.659
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	(5.347)	(5.217)	(5.347)	(5.217)
IRPJ e CSLL correntes	(12.576)	(12.172)	(12.576)	(7.442)
CSLL diferida	2.444	(133.414)	2.444	(133.414)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	2.921	(3.954)	2.921	(3.954)
Realização do ativo de CSLL sobre diferenças temporárias	(477)	(98.640)	(477)	(98.640)
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	-	(30.820)	-	(30.820)
Total dos tributos sobre o lucro	(10.132)	(145.586)	(10.132)	(140.856)

¹Alíquota de 9% de CSLL para os Correios e 34%(IR/CSLL) para Correiospar.

20.1 - Tributos diferidos

20.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 – Tributos sobre o lucro, a empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos primordialmente sobre outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e uma pequena parcela proveniente das diferenças temporárias e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação), reconhecida no resultado de 2014, conforme demonstrativo a seguir:

Tributos diferidos – ativos	Controladora/ Consolidado			
	31/12/2018	Constituição	Reversão	31/12/2019
A - Sobre as movimentações temporárias – Lei 12.973/2014	4.715	-	(478)	4.237
<i>Impairment</i> – terrenos	44	-	-	44
<i>Impairment</i> – prédios	4.542	-	(478)	4.064
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
B - Das despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes	459.899	35.182	(32.939)	462.133
Benefício pós-emprego plano saúde	221.477	-	(32.939)	188.538
Benefício pós-emprego Postalís BD	238.412	35.182	-	273.595
Total	464.604	35.182	(33.417)	466.370

A manutenção do ativo fiscal diferido de CSLL sobre Ajustes na Lei nº 12.973/2014 e Outros Resultados Abrangentes (ORA), sustenta-se uma vez que estes saldos não dependem de resultados futuros para se realizarem, pois a movimentação ocorre por meio das remensurações das provisões de benefício pós-emprego, em Outros Resultados Abrangentes ou mediante efeito no resultado do exercício decorrente da depreciação, alienação ou baixa dos bens.

20.1.2 - Tributos diferidos ativos não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa deixou de constituir o montante de R\$ 500.420 para efeitos de ativo fiscal diferido, que se origina de movimentações temporárias e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, passível de reconhecimento futuro, considerando as possibilidades previstas pela legislação. Não existe prazo de restrição para a utilização destes créditos, o quadro abaixo demonstra a composição do valor apurado até o exercício de 2019.

Tributos diferidos ativos não reconhecidos	Valor
Sobre bases negativas de CSLL	207.093
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2016	17.924
Sobre base negativa de CSLL - exercício 2017	189.169
Sobre bases negativas de CSLL	303.327
Sobre diferenças temporárias	303.327
Total	510.420

20.1.3 - Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal.

Tributos diferidos - passivos	Controladora				
	31/12/2018	Transferência	Constituição	Reversão/ Realização	31/12/2019
A - Das movimentações diferidas no PL	431.136	(11.549)	405	(13.128)	406.864
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	430.885	(11.549)	-	(13.128)	406.208
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	251	-	405	-	656
B - De Imobilizado Mantido para Venda	1.563	11.549	-	(192)	12.920
De bens mantidos para Venda	1.563	11.549	-	(192)	12.920
C - Das diferenças temporárias – Lei nº 12.973/2014	40.827	-	-	(2.921)	37.906
Depreciação de bens operacionais	40.827	-	-	(2.921)	37.906
Total	473.526	-	405	(16.241)	457.690

Tributos diferidos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CSLL Diferida - Mantido para venda	12.920	1.563	12.920	1.563
CSLL Diferida	444.770	471.963	444.770	471.963
Total	457.690	473.526	457.690	473.526

NOTA - 21 SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

Imóvel	Seguradora	Valor segurado
Edifício Apollo	Sompo seguros	6.376
Total	-	6.376

NOTA - 22 PARTES RELACIONADAS

22.1 - Entidade controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com capital social exclusivamente integralizado pela União.

22.2 - Partes relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2019, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento	Notas
União	Controladora	
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinada/ Mantida	10.1 , 16.9 e 16.13
Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	16.2 , 16.3 , 16.5.1 e 16.9

22.3 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

22.3.1 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no item D do quadro da [nota 17.1.1](#).

22.3.2 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios – Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As [notas 16.2](#), [16.3](#), [16.5.1](#) e [16.9](#) apresentam as transações ocorridas com o Postalís em 2019.

22.4 - Remuneração do pessoal-chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

	2019			2018		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Salários e benefícios	3.567	302	161	4.786	267	152
Encargos sociais	891	60	32	1.014	35	-
Previdência complementar	155	-	-	210	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	725	-	-	885	-	-
Remuneração total	5.338	362	193	6.895	302	152
Número de membros	7	7	3	8	6	3

NOTA - 23 OUTRAS INFORMAÇÕES

23.1 - Remuneração de empregados e dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de Empregados e Dirigentes	2019	2018
Menor remuneração	1.363	1.647
Mayor remuneração	52.619	52.619
Remuneração média	4.120	3.982
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.475
Conselho de Administração	4.496	4.475
Comitê de Auditoria	8.992	8.951

NOTA - 24 EVENTOS SUBSEQUENTES

24.1 - Alteração no custeio do plano CorreiosSaúde II

Em alinhamento à Suspensão de Liminar SL nº 1.264/DF, de 18 de novembro de 2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), foram aprovadas, pelos Correios e pela Postal Saúde, adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

A modificação no regulamento do plano visa à paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários. Os cálculos são feitos considerando as faixas de remuneração e a idade dos beneficiários ativos e aposentados.

Com a alteração, os percentuais a serem aplicados para calcular o valor da mensalidade variam de 4,78% a 8,42% sobre o valor bruto recebido pelo beneficiário - que inclui todas as rubricas que possuem incidência do IRPF, exceto aquelas relacionadas ao pagamento de férias e ao 13º salário. No entanto, o valor da mensalidade apurada com base nesses percentuais está limitado ao valor do teto por faixa etária.

24.2 - Pandemia COVID-19

No fim do ano de 2019, começou na China o surto de COVID-19, doença causada pelo vírus da mesma família dos Coronavírus. A doença se espalhou pelo mundo e, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia global.

Diante deste cenário, e com o intuito de conter os impactos da pandemia, o governo brasileiro vem adotando medidas de restrição que estão afetando diretamente a economia do país, tais como suspensão das aulas presenciais, proibição da realização de eventos e reuniões e o fechamento do comércio, preservando por meio de decreto a manutenção das atividades consideradas essenciais, tais como o serviço postal.

Assim, os Correios vêm promovendo a manutenção das suas atividades com vistas a atender à população, mas mantendo o alinhamento com os protocolos de proteção aos seus empregados, clientes e fornecedores.

O momento é de recessão na economia global, e ainda é cedo para mensurar o real impacto do novo coronavírus nas atividades dos Correios. Contudo, a empresa vem tomando todas as medidas possíveis para continuar suas atividades e preservar seu quadro de empregados.

Floriano Peixoto Vieira Neto

Presidente

Danilo Cezar Aguiar de Souza

Diretor de Administração

Heronides Eufrásio Filho

Diretor de Gestão Estratégica
de Pessoas

**Lorenzo Jorge Eduardo Cuadros Justo
Júnior**

Diretor de Gestão Estratégica, Tecnologia e
Finanças

Celso José Tiago

Diretor de Governança

Alex do Nascimento

Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca Ribeiro

Diretor de Operações

Hudson Alves da Silva

Contador – CRC/DF 014.022/O-9

Demonstrações contábeis

2020

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO.....	8
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
NOTA 4 - MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	22
NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO.....	24
NOTA 6 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES.....	27
NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	28
NOTA 8 - APLICAÇÕES - VJORA	29
NOTA 9 - CONTAS A RECEBER.....	30
NOTA 10 - ESTOQUES	31
NOTA 11 - OUTROS VALORES E BENS	31
NOTA 12 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	37
NOTA 13 - INVESTIMENTOS.....	37
NOTA 14 - IMOBILIZADO	38
NOTA 15 - INTANGÍVEL	39
NOTA 16 - PASSIVO.....	40
NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	60
NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	62
NOTA 19 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	66
NOTA 20 - SEGURO DOS BENS.....	68
NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS	69
NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES	70
NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	70

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Circulante		3.655.642	3.567.413
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7</u>	572.954	538.434
Aplicações - VJORA	<u>8</u>	10.565	-
Contas a receber	<u>9</u>	2.785.516	2.585.221
Estoques	<u>10</u>	46.706	27.085
Outros valores e bens		239.901	260.843
Convênio Postal Saúde	<u>11.1</u>	1.217	1.296
Adiantamento de pessoal	<u>11.2</u>	43.985	89.076
Impostos e encargos sociais a compensar	<u>11.4</u>	134.071	128.045
Cobrança jurídica/inadimplência	<u>11.5</u>	4.358	13.567
Outros créditos	<u>11.6</u>	56.270	28.859
Ativos classificados como mantidos para venda - Imóveis	<u>12</u>	-	155.830
Não circulante		10.435.075	10.768.072
Realizável a longo prazo		2.404.834	2.688.274
Aplicações	<u>7</u>	6.072	8.591
Aplicações VJORA	<u>8</u>	-	11.493
Tributos diferidos	<u>19.1.1</u>	887.363	466.370
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	<u>11.11</u>	120.643	120.854
Tributos a compensar	<u>11.12</u>	1.286.042	1.974.278
Convênio Postal Saúde	<u>11.1</u>	100.000	100.000
Outros	<u>11.13</u>	4.714	6.688
Investimentos		1.006.185	551.885
Propriedades para investimento	<u>13.1</u>	1.005.125	550.893
Museu	<u>13.2</u>	1.060	992
Imobilizado	<u>14</u>	6.987.585	7.476.642
Imóveis		3.850.529	4.775.478
Móveis		1.503.080	1.384.800
Arrendamento - imóveis e benfeitorias	<u>14.1</u>	1.631.917	1.316.364
Arrendamento - móveis	<u>14.1</u>	2.059	-
Intangível	<u>15</u>	36.471	51.271
TOTAL DO ATIVO		14.090.717	14.335.485

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Circulante		4.276.674	4.587.220
Fornecedores	16.1	989.353	996.343
Salários e consignações	16.2	989.835	1.214.606
Encargos sociais	16.3	243.878	249.105
Impostos e contribuições	16.4	186.149	151.580
Arrecadações e recebimentos	16.5	44.821	36.798
Adiantamentos de clientes	16.6	10.766	6.863
Contas internacionais	16.7	112.181	87.877
Precatórios	16.8	188.763	151.365
Empréstimos e financiamentos	16.9	266.107	181.694
Receitas a apropriar	16.10	36.630	29.362
Benefício pós-emprego	16.13.1	508.939	474.819
Convênio Postal Saúde	16.11	158.305	547.637
Obrigações trabalhistas	16.15	176.781	170.550
Arrendamento	14.1.1	310.414	241.098
Outros créditos	16.12	53.752	34.603
Passivos associados a ativos mantidos para venda - Tributos diferidos	19.1.2	-	12.920
Não circulante		8.864.303	9.601.421
Empréstimos e financiamentos	16.9	30.379	181.694
Benefício pós-emprego	16.13.1	5.727.784	6.650.803
Tributos diferidos	19.1.2	407.531	444.770
Precatórios	16.8	22.864	52.370
Obrigações trabalhistas	16.15	623.950	772.306
Arrendamento	14.1.1	1.406.936	1.099.482
Provisões para contingências	16.14	643.024	395.753
Outros	16.16	1.835	4.243
Patrimônio líquido		949.740	146.844
Capital	17.1	3.382.514	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	17.2	20.944	20.944
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	17.3	3.341.213	4.237.900
Outros Resultados Abrangentes - ORA	17.4	(4.935.749)	(5.082.140)
Prejuízos acumulados	17.5	(859.182)	(2.412.374)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.090.717	14.335.485

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Receita líquida de vendas e serviços	18.1	17.249.050	18.356.077
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	18.2	(13.968.118)	(15.641.805)
Lucro bruto		3.280.932	2.714.272
Despesas com vendas/serviços	18.3	(239.292)	(122.887)
Despesas gerais e administrativas	18.4	(2.727.903)	(2.738.554)
Resultado de participação em controlada	18.5	-	(9.190)
Outras receitas operacionais	18.6	1.412.653	357.884
Outras despesas operacionais	18.7	(713.681)	(10.170)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.012.709	191.355
Receitas financeiras	18.8	665.758	387.517
Despesas financeiras	18.9	(510.229)	(466.619)
Resultado financeiro		155.529	(79.102)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.168.238	112.253
Tributos sobre o lucro	19	362.138	(10.132)
Correntes		(34.642)	(12.576)
Diferidos		396.780	2.444
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.530.376	102.121

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19
Resultado líquido do período	1.530.376	102.121
Itens que não serão reclassificados para o resultado	146.391	6.337
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(153.750)	2.244
CSLL diferida - pós-emprego	13.809	4.498
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo	(29.192)	(405)
CSLL diferida - valor justo - investimentos	2.628	-
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	343.842	-
CSLL diferida - ganho - propriedades para investimento	(30.946)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	1.676.767	108.458

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
SALDO EM 31/12/18	3.222.700	180.758	(2.540.454)	(4.984.061)	4.375.771	254.714
Capitalização de recurso	159.814	(159.814)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	102.121	-	-	102.121
Realização do custo atribuído	-	-	25.959	-	(25.959)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	2.049	2.049
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(125.232)	(125.232)
CSLL Diferida	-	-	-	-	11.271	11.271
Benefício pós-emprego	-	-	-	(104.416)	-	(104.416)
CSLL Diferida	-	-	-	2.244	-	2.244
Investimentos - VJORA	-	-	-	4.498	-	4.498
CSLL Diferida	-	-	-	(405)	-	(405)
SALDO EM 31/12/19	3.382.514	20.944	(2.412.374)	(5.082.140)	4.237.900	146.844
Resultado do exercício	-	-	1.530.376	-	-	1.530.376
Realização do custo atribuído	-	-	24.870	-	(24.870)	-
CSLL diferida	-	-	-	-	2.238	2.238
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(794.371)	(794.371)
CSLL diferida	-	-	-	-	71.488	71.488
Benefício pós-emprego	-	-	-	(153.750)	-	(153.750)
CSLL diferida	-	-	-	13.809	-	13.809
Investimentos - VJORA	-	-	-	(29.192)	-	(29.192)
CSLL diferida	-	-	-	2.628	-	2.628
Adoção inicial - valor justo - propriedades para investimentos	-	-	(2.054)	312.896	(151.172)	159.670
Ganho	-	-	-	343.842	-	343.842
CSLL diferida	-	-	-	(30.946)	-	(30.946)
Perda	-	-	(2.257)	-	(166.123)	(168.380)
CSLL diferida	-	-	203	-	14.951	15.154
SALDO EM 31/12/20	3.382.514	20.944	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
Atividades operacionais		
Lucro do período	1.530.376	102.121
Itens do resultado que não afetam o caixa	(672.018)	361.612
Depreciação e amortização	442.259	483.795
Resultado de participação em controlada	-	9.190
Provisões	(1.079.446)	(13.334)
Despesas de variação patrimonial e perdas	50.170	15.165
Receita de variação patrimonial	(71.202)	(71.812)
Atualização de créditos tributários - imunidade tributária e Banco Postal	(17.460)	(63.949)
Resultado da alienação de bens	3.661	2.557
Mutações patrimoniais	(95.269)	(358.833)
Contas a receber	(200.295)	(157.244)
Estoques	(19.621)	6.471
Outros valores e bens	92.143	125.903
Bens de direito de uso	154.983	118.235
Realizável a longo prazo	298.382	(59.392)
Fornecedores	(6.990)	27.762
Salários e consignações	(224.771)	(92.380)
Encargos sociais	(5.227)	(16.734)
Impostos e contribuições	34.569	(2.496)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	(142.125)	(96.875)
Obrigações financeiras a pagar	-	(334.287)
Convênio Postal Saúde	(389.331)	166.683
Outras	313.014	(44.479)
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	763.089	104.900
Atividades de investimento		
Recebimento de desinvestimento em controlada		24.568
Aplicações financeiras	(8.046)	315.706
Adições - ativo imobilizado	(317.287)	(319.113)
Adições - ativo intangível	(17.931)	(17.787)
Adições - propriedades para investimento	(913)	-
Adições - mantidos para venda	(243)	-
Baixas - ativo imobilizado	18.352	38.850
Baixas - propriedades para investimento	512	495
Baixas - mantidos para venda	1.768	1.998
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(323.788)	44.717
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	250.000	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	(322.917)	(187.500)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(22.558)	(34.950)
Bens direito de uso - Principal	(208.489)	(150.072)
Bens direito de uso - Juros	(100.817)	(70.779)
Caixa originado nas atividades de financiamento	(404.781)	(443.301)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	34.520	(293.684)
Caixa e equivalentes de caixa no início do	538.434	832.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	572.954	538.434

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	31/12/20	31/12/19 RECLASSIFICADO
I - Geração do valor adicionado		
1 - Receitas	19.231.542	19.402.465
1.1 - Receitas operacionais	17.945.004	19.079.021
1.2 - Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(126.115)	(34.440)
1.3 - Outras receitas operacionais	1.412.653	357.884
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(6.060.427)	(5.493.840)
2.1 - Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(5.378.094)	(5.291.924)
2.2 - Serviços adquiridos de terceiros	(11.760)	(26.773)
2.3 - Provisões diversas	(670.573)	(175.143)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	13.171.115	13.908.625
4 - Retenções	(442.259)	(483.795)
4.1 - Depreciação/amortização	(442.259)	(483.795)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	12.728.856	13.424.830
6 - Valor adicionado recebido em transferência	665.758	378.327
6.1 - Resultado de participação em controlada	-	(9.190)
6.2 - Receitas financeiras	665.758	387.517
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	13.394.614	13.803.157
II - Distribuição do valor adicionado		
7 - Pessoal	8.837.597	10.624.426
7.1 - Salários, honorários e benefícios	8.272.784	10.041.800
7.2 - Encargos sociais	564.813	582.626
8 - Remuneração do governo	2.139.956	2.280.605
8.1 - INSS	1.356.866	1.467.871
8.2 - Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	748.448	800.158
8.3 - Contribuição social (tributo corrente)	34.642	12.576
9 - Remuneração do capital de terceiros	886.685	796.005
9.1 - Aluguéis, juros, variação cambial	529.894	425.873
9.2 - Outras remunerações a terceiros	356.791	370.132
10 - Remuneração de capital próprio	1.530.376	102.121
10.1 - Lucro/reserva retidos	1.530.376	102.121
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)	13.394.614	13.803.157

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCom) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

1.1 - Pressupostos de continuidade

Em atenção ao que preconiza o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os Correios avaliaram a sua capacidade de continuar em operação em futuro previsível, concluindo que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas no pressuposto de continuidade.

Essa diretriz encontra respaldo nas medidas adotadas com foco, principalmente, na melhoria da qualidade operacional e no aprimoramento da utilização dos recursos, ações que contribuíram para a obtenção de lucros nos três últimos exercícios e para a redução dos prejuízos acumulados.

Importa destacar que a Estratégia Correios, para o período 2020-2024, foi estruturada de acordo com a classificação de estágio de maturidade de seus negócios e produtos, visando propiciar o progresso da Empresa com foco em rentabilidade, excelência e crescimento.

Com o objetivo de promover o crescimento sustentável da organização a Empresa está implementando uma série de Iniciativas Estratégicas - desdobradas da Estratégia Correios, buscando gerar resultados operacionais positivos, caixa para investimentos, melhoria de processos, receitas adicionais e redução de despesas.

As Iniciativas Estratégicas estão agrupadas em 6 (seis) Programas Estratégicos, conforme detalhado a seguir:

1. Crescimento e diversificação: ações de defesa do negócio comunicação, reposicionamento de Encomendas e Logística e viabilização de parcerias estratégicas;
2. Excelência operacional: ações voltadas ao aprimoramento de processos, tecnologia/automação e competências internas, abrangendo toda a cadeia de valor;
3. Integra Brasil: instrumento de integração e de coesão social do Governo Federal por meio da prestação de multisserviços públicos de interesse da sociedade;
4. Racionalização: ações voltadas para o aprimoramento da gestão de recursos, ganhos de eficiência e produtividade e visibilidade do desempenho;
5. Transformação tecnológica: ações voltadas para a modernização da arquitetura e serviços de TI, resultando no atendimento ágil das demandas internas e externas; e

6. Gestão de pessoas: Ações de adequação da força de trabalho às novas demandas internas, com foco no aumento da produtividade operacional e redimensionamento administrativo.

O atual estágio de implementação dessas ações permitiu que os Correios obtivessem resultados superiores aos alcançados no ano anterior, assegurando a liquidez da Empresa e garantindo a sua sustentabilidade econômico-financeira no período.

1.2 - Impactos causados pelo coronavírus (COVID-19)

Em janeiro de 2020, a China reportou os primeiros casos de pessoas que contraíram problemas respiratórios, causados por um novo vírus. A doença, denominada de COVID-19, rapidamente se espalhou pelo mundo, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março de 2020, uma pandemia global.

Em 20 de março de 2020, a Presidência da República editou a Medida Provisória 926 e o Decreto 10.282, com o objetivo de garantir a aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus. O texto ratificou os serviços postais como essenciais e reforça ainda mais o compromisso dos Correios em contribuir com a minimização dos impactos da crise na saúde e na economia do país.

Em virtude da classificação dos serviços postais como essenciais, a Empresa possui a obrigação legal de manter as operações em meio à pandemia. Neste cenário, diversas alterações nos âmbitos comerciais e de operações foram realizadas, com o objetivo de manter a prestação dos serviços, preservando a segurança do empregado.

Dentre as medidas adotadas, podem ser citadas a aquisição de álcool em gel 70%, máscaras de pano e protetores de acrílico para os guichês, o reforço na higienização e limpeza das unidades, o afastamento compulsório dos trabalhadores do grupo de risco, liberação de empregados para o trabalho remoto, divisão das equipes em turnos de 6 (seis) horas, e suspensão de reuniões presenciais.

Para a área operacional, destacam-se: a eliminação da coleta de assinatura nos objetos registrados, o que faz com que o carteiro não tenha quase nenhum contato direto com o destinatário; além da possibilidade de realizar a entrega de objetos que cabem na caixa de correio, diretamente, ou em lugar seguro, caso o endereço de entrega possua, sem a coleta de assinatura ou presença do destinatário; e, entrega interna de objetos sem assinatura e sem contato com as pessoas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis aplicadas pela Empresa na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na [nota 3](#). Ressalta-se, no entanto, que este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais da ECT, no qual as propriedades para investimento são avaliadas pelo método de valor justo, em

conformidade a política de avaliação incentivada no CPC 28. A mudança facultativa do método de avaliação das propriedades para investimento visa a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das demonstrações contábeis, cujos efeitos desta nova política, são descritos na [nota 4](#).

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 12 de maio de 2021, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las, contudo, os Conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real como moeda funcional para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.4 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis [nota 3](#).

2.5 - Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de

dezembro de 2020, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

- [Nota 3.3](#) - Contas a receber: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);
- [Nota 3.6.2](#) - Arrendamentos: estimativa utilizada na determinação da taxa incremental de empréstimos e julgamento se a Empresa tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação;
- [Nota 3.8.2](#) - Ativos não financeiros: Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos;
- [Nota 3.11.2](#) - Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;
- [Nota 3.13.1](#) - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- [Nota 3.15.2](#) - Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores, exceto pela mudança no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo a partir de 31 de dezembro de 2020, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

3.1 - Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

3.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, pelos depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas no nível I da hierarquia do valor justo, cujas as variações são reconhecidas no resultado do exercício.

3.3 - Contas a receber

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações. As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses

créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência são ajustados prospectivamente às variações do PIB e da inflação ocorrida no período. O modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo das perdas esperadas sobre os serviços faturados está evidenciado na [nota 9](#).

3.4 - Estoques

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

3.5 - Convênio Postal Saúde - Ativo/passivo

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária. Ressalta-se, que em conformidade ao disposto no art. 31 da Lei 9.656/1998, a partir de agosto de 2021, os aposentados que optarem pela manutenção do plano de saúde passarão a custear integralmente as despesas do plano.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde, são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

3.6 - Imobilizado

3.6.1 - Bens de propriedade dos Correios

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	3,4	29 anos
Demais equipamentos de processamento de dados	11,1	9 anos
Computador e impressora	12,5	8 anos
Máquinas e equipamentos	7,7	13 anos
Motocicletas	12,5	8 anos
Veículos leves - carga até 1.000 Kg	11,1	9 anos
Veículos leves - carga acima de 1.000 Kg	10,0	10 anos
Veículos motorizados pesados	9,09	11 anos
Veículos não motorizados	20,0	5 anos
Móveis e utensílios	7,1	14 anos
Ferramentas e instrumentos	20,0	5 anos
<i>Smartphone</i>	40,0	2,5 anos
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	7,2	13,8 anos

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

3.6.2 - Arrendamentos (bens direito de uso)

A partir de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de

prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento

3.7 - Intangível

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os *softwares*, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	AMORTIZAÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e possíveis valores residuais são revisados no encerramento de exercício para adequação, caso necessário, das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

3.8 - Avaliação ao valor recuperável de ativos

3.8.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

3.8.2 - Ativos não financeiros

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

Em 2020 foi aplicado o teste de *impairment* para 1.469 imóveis do imobilizado, resultando nos valores apresentados a seguir:

	TOTAL
Valor justo	3.551.712
Contábil líquido	2.815.189
Perda estimada	(682.822)
Reversão de perda	15.661
Valor recuperável	2.148.028
Ganho ¹	1.419.345

¹ Por força da Lei 11.638/2017, o reconhecimento das expectativas de ganhos apurados sobre o ativo imobilizado é proibida no Brasil, considerando exclusão do método de reavaliação do bens.

3.9 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

3.10 - Obrigações com fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

3.11 - Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional. Destaca-se que as decisões do Pleno são *sui generis*, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do STF na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhece no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitou no âmbito administrativo a restituição destes créditos. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento, previsto na legislação infraconstitucional, em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos, o pleito do indébito tributário é objeto de ação judicial.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016 a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei n° 10.637/2002 e 10.833/2003.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de se compensarem de ofício no valor atualizado de R\$ 299.382 referente aos 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) -, sendo: Acórdão 1302003.203 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, Acórdão 1301003.443 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária e o Acórdão 1401002.727 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária. Quanto à compensação oportunizada, a Empresa realizou contraproposta e aguarda retorno da Receita Federal.

Restam pendentes de julgamento 10 pedidos de restituição de IRPJ, os quais representam o valor atualizado monetariamente de R\$ 685.389.

Quanto aos créditos de PIS e COFINS, estes encontram-se amparados por protesto judicial e são objeto de ação judicial, pendente de julgamento, para a qual em setembro/2020 já houve a indicação de assistente de perito.

Desde o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações contábeis de 2016, a Administração dos Correios vem se manifestando pela manutenção destes registros, com base na classificação de êxito atribuída pela assessoria jurídica especializada ao

pleito da imunidade, como “praticamente certo o provável ganho”, aliado à atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo decisões exaradas pelo CARF quanto aos Correios serem ente imune ao IRPJ.

Ocorre que, embora as contas dos exercícios 2016 e 2017 não apresentassem recomendação do Tribunal de Contas no sentido de desreconhecer os créditos tributários, no julgamento das contas do ano de 2018, cujo resultado foi conhecido formalmente pelos Correios em outubro de 2020, o Tribunal recomendou que os créditos tributários que preencham os requisitos de ativo contingente, sob a ótica do Pronunciamento Técnico CPC25, não fossem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Empresa, mas apenas divulgados em notas explicavas.

Nesse sentido, em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS foram desreconhecidos em atendimento à Recomendação TCU do Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

Por outro lado, entende-se como pertinente a manutenção dos créditos tributários de IRPJ no patrimônio dos Correios, pois o pleito dos pedidos de restituição trata do mesmo mérito, qual seja: cobrança indevida de IRPJ a ente imune a impostos e que as possibilidades de entrada de recursos relativos aos demais processos não julgados, é praticamente certa.

O quadro a seguir representa os efeitos no ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no patrimônio líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

MOVIMENTAÇÃO	31/12/19	COMPENSAÇÃO	RESULTADO		31/12/20
			ATUALIZAÇÃO	REVERSÃO	
Pedidos de restituição - IRPJ	971.105	(1.513)	15.178	-	984.770
Deferidos	296.362	(1.513)	4.532		299.381
Aguardando julgamento	674.743	-	10.646		685.389
Pedidos de restituição - PIS/COFINS	707.139	-	-	(707.139)	-
TOTAL	1.678.244	(1.513)	15.178	(707.139)	984.770

Os impactos no resultado de 2020 foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos tributários e ao desreconhecimento dos direitos relativos ao PIS e a COFINS a recuperar.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

3.11.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Dessa forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas demonstrações contábeis.

3.11.2 - Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o

impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32.

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

O lucro tributável futuro estimado considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na [nota 19.1](#).

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

3.12 - Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acordos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que, na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa, conforme [nota 2.2](#).

Considerando às peculiaridades dos serviços internacionais, as perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das administrações postais devedoras são constituídas pelo total dos valores vencidos a mais de três anos, acrescido, caso necessário, do saldo a receber em prazo inferior, cuja expectativa de recebimento da administração postal é baixa.

3.13 - Provisões e passivo contingente

3.13.1 - Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não

formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na [nota 16.14](#).

3.13.2 - Passivo contingente

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme [nota 16.14.2](#).

3.14 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.15 - Benefícios a empregados

3.15.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários, férias e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

3.15.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Entre os planos de benefício pós-emprego ofertados aos empregados dos Correios existe o plano CV de previdência complementar, cuja constituição prevê uma parcela de contribuição definida e outra correspondente ao benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento

mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

Por outro lado, para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, em conjunto com o Plano BD e o Plano de Saúde que possuem esta mesma característica, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefício pós-emprego dependem de uma série de premissas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - por envolver um arcabouço baseado em princípios e julgamentos, a taxa de desconto utilizada pelos Correios primeiramente observou o que dispõe o item 83 do CPC 33 (R1), quanto aos rendimentos de mercado, apurados na data de encerramento das demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações de alta qualidade.

Os títulos corporativos são representados por debêntures, cuja pormenorização dos papéis, negociados em mercado ativo, adveio dos critérios de definição das características desse mercado, tais como: presença de produtos homogêneos, publicidade dos preços e a coexistência de compradores e vendedores. Ver [nota 16.13.7.1.1](#).

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço dos serviços de assistência médico-hospitalar.

- premissas demográficas - representadas, principalmente, pelas tábuas de mortalidade e pelas taxas de rotatividade dos beneficiários nos planos, são definidas com base nos testes de aderência apresentados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) revisados pelo atuário responsável pela mensuração da obrigação de benefício pós-emprego.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

O *superavit* apurado no Postalprev não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

3.15.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada (PDI), no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa um Incentivo Financeiro Diferido (IFD) a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil, sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu toda a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

3.16 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

O custo atribuído e os tributos diferidos são realizados, trimestralmente, em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, as perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído.

3.17 - Receita de vendas e prestação de serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

NOTA 4 - MUDANÇAS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela mudança facultativa no método de avaliação das propriedades para investimento para o método de valor justo.

A natureza e o impacto da alteração dessa política nas demonstrações contábeis são apresentados nos tópicos a seguir:

4.1 - Propriedades para investimento

A partir de 31 de dezembro de 2020, em observância as características das propriedades para investimento de obtenção de renda e valorização do capital, e, com vistas a garantir uma apresentação mais apropriada das informações divulgadas aos usuários das

demonstrações contábeis, a Empresa alterou o método de avaliação das propriedades para investimento, de modo que os imóveis antes avaliados pelo método de custo, passam a serem reconhecidos pelo seu valor justo, em conformidade a prática incentivada pelo pronunciamento técnico CPC 28.

Cabe ressaltar que em 2014, quando da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por manter as propriedades para investimento avaliadas pelo método de custo. Tal decisão deveu-se a falta de expertise sobre o tema e a fragilidade nos controles da carteira imobiliária.

Nessa linha, considerando a mudança significativa do cenário atual em relação ao da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, estudos foram realizados para avaliar qual o método de avaliação mais adequado para a evidência das propriedades para investimento dos Correios. Dessa forma, considerando os significativos ganhos na qualidade da informação a ser divulgada, o novo método de avaliação possibilitou que as demonstrações contábeis de 2020 apresentem as propriedades para investimento a valor justo.

Todavia, conforme disciplina os itens 50 a 53 do CPC 23, aprovado pela Deliberação CVM nº 592/2009, que trata de procedimentos a serem observados em caso de mudança de política, a Empresa ficou impossibilitada de apresentar os efeitos da mudança do método de avaliação das propriedades para investimento avaliadas a valor justo de forma retrospectiva, devido dificuldades enfrentadas pelas Empresas contratadas para promover a totalidade da avaliação da carteira imobiliária dos Correios no exercício de 2019.

Nesse contexto, a reapresentação retrospectiva do valor justo dos imóveis tornou-se impraticável visto que do total de imóveis mantidos como propriedades para investimento à época, somente 53 laudos foram entregues com base no valor justo apurado em 2019.

4.1.1 - Efeitos da mudança de política

Em conformidade a política anterior de avaliação das propriedades para investimento pelo método de custo, a Empresa mantinha os imóveis evidenciados pelo valor recuperável do bem, o que implicava no reconhecimento mensal da despesa de depreciação do imóvel, bem como na aplicação de eventuais testes de *impairment*, sempre que houvesse indicativos de constituição ou reversão de estimativas perdas. Ressalta-se que com a aplicação do método de custo, a Empresa estava impedida de aumentar o valor do imóvel em montante superior às reversões de possíveis perdas já reconhecidas, devido a reavaliação ser prática proibida no Brasil, conforme disposto na Lei 11.638/2007.

Além disso, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/2009, considerando que as propriedades para investimento eram avaliadas pelo método de custo, quando um imóvel atendia a todos os critérios estabelecidos por este pronunciamento, obrigatoriamente, este era reclassificado para "ativos mantidos para venda" cessando-se o reconhecimento da despesa de depreciação, mas mantendo o bem registrado pelo seu valor recuperável, por meio da aplicação de testes de *impairment*, caso necessário.

Para adoção inicial da nova política, a Empresa reclassificou para propriedades para investimento todos os imóveis reconhecidos anteriormente, como "ativos mantidos para venda" e revisitou a situação de ocupação de toda a carteira imobiliária, de modo a garantir que as propriedades para investimento registrem todos os imóveis que não estejam em uso pela Empresa ou que uma parte insignificante do imóvel esteja mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

A adoção da política de avaliação das propriedades para investimento a valor justo, diverge da política de avaliação pelo método de custo, quando possibilita o reconhecimento da totalidade dos ganhos estimados com base no valor justo estabelecido nos laudos de avaliação do imóvel, não sendo mais aplicável o reconhecimento das despesas de depreciação. Para as estimativas de perda, a nova política de avaliação das propriedades para investimento não ocasiona alteração em relação aos impactos no reconhecimento desta estimativa, mudando-se, unicamente, a denominação dada ao evento, de perda ao valor recuperável para perda a valor justo.

Importa esclarecer que em virtude do cenário estabelecido pela pandemia, desde março de 2020, a avaliação da totalidade da carteira imobiliária restou prejudicada, principalmente, em relação aos imóveis situados na região norte, o que impossibilitou na entrega de 41 laudos que seriam utilizados na mensuração do valor justo.

4.1.2 - Impactos nas demonstrações contábeis

A aplicação da nova política para propriedades para investimento evidenciará os imóveis a valor justo, sendo as variações de ganhos e perdas lançadas obrigatoriamente no resultado do exercício. Por se tratar de adoção inicial desta política, utilizou-se por analogia, a conjugação dos itens 62 e 84E do CPC 28, os quais orientam que os ajustes a serem reconhecidos no resultado, na data da aplicação inicial deverão ser lançados como ajuste em lucros acumulados.

Contudo, os imóveis anteriormente ajustados pelo custo atribuído, quando da adoção inicial das normas internacionais, terão os efeitos das perdas constituídas ou revertidas registrados em contrapartida aos ajustes de avaliação patrimonial.

Quanto aos ganhos remanescentes, após a reversão das perdas anteriormente constituídas, o ajuste deve ser realizado no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, como parte dos outros resultados abrangentes.

Por fim, na alienação subsequente dos imóveis classificados em propriedades para investimento, os efeitos que impactaram o patrimônio líquido no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, quando da adoção inicial, deverão ser transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

O quadro a seguir demonstra os efeitos advindos da adoção inicial da política de avaliação de propriedades para investimento pelo método de valor justo sobre 324 imóveis:

ADOÇÃO INICIAL - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2020
Ativo	175.061
Ganho - valor justo	343.842
Perda - valor justo	(184.738)
Reversão de perda	15.957
Patrimônio Líquido	175.462
Custo atribuído	(166.123)
Outros Resultados Abrangentes	343.842
Apuração de resultado	(2.257)

NOTA 5 - GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios

estão expostos. O conselho é continuamente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de reportes periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

O Comitê de Auditoria atua como órgão de suporte ao CA quanto a avaliação e monitoramento de exposições a riscos.

5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

Risco	Exposição	Gestão
Risco de mercado - taxa de juros	- Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro - Fundos de Investimento	- Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central - Gerenciamento de risco pelo <i>Value-at-Risk</i>
Risco de crédito	- Contas a receber de clientes - Fundos de Investimento	- Monitoramento da qualidade de crédito por cliente - Política de crédito e análise dos emissores dos títulos
Risco de liquidez	- Obrigações futuras - Fundos de Investimento	- Monitoramento das previsões de fluxo de caixa

5.2 - Risco de mercado

É o risco ao qual os Correios estão expostos devido às oscilações nas taxas de juros, o que pode comprometer os ganhos da Empresa.

5.2.1 - Taxa de juros

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. A Empresa recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao benchmarking.

O detalhamento das aplicações financeiras está contido nas [notas 7.3](#) e [7.4](#) .

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

A cédula de crédito bancário, detalhada na [nota 16.9](#), é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

5.3 - Risco de crédito

É o risco ao qual a Empresa está exposta caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com as obrigações contratuais, ocasionando possíveis perdas financeiras para a Empresa.

As ações adotadas pela Empresa para mitigar estes riscos são apresentadas a seguir:

5.3.1 - Risco de crédito - contas a receber de clientes

A Empresa definiu políticas voltadas para os processos de concessão de crédito a clientes, faturamento e cobrança.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam o perfil do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além disso, o limite de crédito de cliente com contrato comercial é monitorado periodicamente, levando em consideração o consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reactivação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Ressalta-se que a expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir as perdas esperadas quando da execução das contas a receber de clientes, conforme [nota 9](#).

5.3.2 - Risco de crédito - fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

5.4 - Risco de liquidez

É representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou com outros ativos financeiros suficientes para honrar as obrigações a pagar nas datas previstas.

Para minimizar esse risco, os Correios realizam a previsão de curto e longo prazo do fluxo de caixa e monitoram diariamente a liquidez da Empresa visando assegurar que ela tenha recurso suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade do mercado, com vencimentos e liquidez apropriados. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem planejamentos de operações de compra e venda de títulos.

NOTA 6 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES

6.1 - Impacto da reclassificação de itens do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Ativo não circulante		10.668.072	100.000	10.768.072
Realizável a longo prazo		2.588.274	100.000	2.688.274
Convênio Postal Saúde	6.1.1	-	100.000	100.000
Passivo circulante		4.685.074	(97.854)	4.587.220
Encargos	6.1.2	216.616	32.489	249.105
Postalis (PostalPrev) - empregador		31.015	498	31.513
Postalis (BD) - empregador		11.086	31.991	43.077
Convênio Postal Saúde		360.055	187.582	547.637
Convênio CorreiosSaúde	6.1.1 , 6.1.2	338.260	187.582	525.842
Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas	6.1.2	120.071	(120.071)	-
Convênio CorreiosSaúde	6.1.1	87.582	(87.582)	-
Postalis (PostalPrev) - empregador	6.1.2	498	(498)	-
Postalis (BD) - empregador	6.1.2	31.991	(31.991)	-
Arrendamento	6.1.3	438.952	(197.854)	241.098
Passivo não circulante		9.403.567	197.854	9.601.421
Arrendamento	6.1.3	901.628	197.854	1.099.482

6.1.1 - Convênio Postal Saúde

Considerando a possibilidade de retorno aos cofres dos Correios do valor repassado à Postal Saúde para garantir as provisões de eventos e sinistros à liquidar, o valor de R\$ 100.000 fica melhor representado como um direito a receber da Empresa.

6.1.2 - Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas

Consolidação dos valores devidos ao Postalis - referentes aos planos BD e PostalPrev no grupo encargos e à Postal Saúde no grupo “Convênio CorreiosSaúde” no passivo.

6.1.3 - Arrendamento

Com o objetivo de melhor representar a obrigação no passivo circulante, foi realizada a movimentação para o passivo não circulante das parcelas cujo vencimento era superior a 12 meses.

6.2 - Impacto da reclassificação de itens da Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(15.635.870)	(5.935)	(15.641.805)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	6.2.1	(1.006.539)	(5.935)	(1.012.474)
Despesas com vendas e serviços		(118.865)	(4.022)	(122.887)
Perdas	6.2.1	631	(4.022)	(3.389)
Despesas Gerais e administrativas		(2.525.594)	(212.960)	(2.738.554)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	6.2.1	(8.053)	5.935	(2.118)
Perdas	6.2.1	(15.796)	4.022	(11.776)
Provisões de perdas	6.2.2	(6.456)	(23.902)	(30.358)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	NOTA	31/12/19	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/19
Pós emprego	6.2.2	110.691	(148.072)	(37.381)
Contingências	6.2.2	(58.741)	(50.943)	(109.684)
Outras receitas		134.967	222.917	357.884
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD	6.2.2	-	18.601	18.601
Reversão - <i>Impairment</i>		-	5.301	5.301
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	6.2.2	-	148.072	148.072
Reversão - Provisões para contingências	6.2.2	-	50.943	50.943

6.2.1 - Serviços de pessoas físicas e jurídicas e perdas

Realocação de despesas entre custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e serviços e despesas gerais e administrativas, de acordo com a finalidade/utilização.

6.2.2 - Reversão de perdas

Movimentação do excesso de reversão de provisão registrada no exercício, por tipo de despesa, de “despesas gerais e administrativas” para “outras receitas”.

NOTA 7 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/20	31/12/19
Caixa	4.529	4.098
Bancos	7.289	7.348
Aplicações	561.136	526.988
TOTAL	572.954	538.434

7.1 - Caixa

O caixa, no valor de R\$ 4.529, está distribuído de forma heterogênea nas unidades de atendimento presentes nos Estados da Federação.

7.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

7.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as Empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2025, de acordo com a tabela a

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

LASTRO - CORREIOSAUDE	31/12/20	31/12/19
Total das provisões técnicas a lastrear	(204.645)	(560.003)
Aplicação vinculada - ANS	161.786	158.378
Montante garantido por recursos dos Correios	42.859	401.625

7.4 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/20					TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2020	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
Ativo circulante	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
2022	-	367	-	-	-	367
2023	-	4.098	-	-	-	4.098
2024	-	241	-	-	-	241
2025	-	1.366	-	-	-	1.366
Ativo não circulante	-	6.072	-	-	-	6.072
TOTAL	3.970	562.959	841	(552)	(10)	567.208

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/19					TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2020	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988
Ativo circulante	-	525.735	1.698	(433)	(12)	526.988
2021	3.959	-	-	-	-	3.959
2022	431	-	-	-	-	431
2023	4.003	-	-	-	-	4.003
2024	198	-	-	-	-	198
Ativo não circulante	8.591	-	-	-	-	8.591
TOTAL	8.591	525.735	1.698	(433)	(12)	535.579

APLICAÇÕES	31/12/20	31/12/19
Aplicações - circulante	561.136	526.988
Aplicações - não circulante	6.072	8.591
TOTAL	567.208	535.579

NOTA 8 - APLICAÇÕES - VJORA

8.1 - Aplicações - VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

APLICAÇÕES - VJORA	31/12/20	31/12/19
Circulante	10.565	-
Ações	9.597	-
FINAM/FINOR	968	-
Não circulante	-	11.493
Ações	-	10.816
FINAM/FINOR	-	677
TOTAL	10.565	11.493

NOTA 9 - CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD. O acréscimo nos valores a receber de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente, aos débitos internacionais devido à crescente alta do DES em função da alta do dólar no período, ocasionada, principalmente, pela pandemia do novo coronavírus.

CONTAS A RECEBER	31/12/20	31/12/19
Serviços faturados	1.296.407	1.482.373
Contas internacionais	1.243.033	883.209
Serviços a faturar	129.423	114.479
Agências terceirizadas	64.784	63.341
Cartões de crédito	51.834	41.573
Outros valores a receber de clientes	35	246
TOTAL	2.785.516	2.585.221

O detalhamento dos serviços faturados, por período de vencimento e a vencer, e o total da PECLD apurada estão apresentados a seguir:

SERVIÇOS FATURADOS POR FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/20	31/12/19
A - A vencer	1.230.727	1.398.153
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	45.207
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	10.777
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	5.721
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	10.323
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	23.812
Total a receber	1.316.314	1.493.993
PECLD total	(19.907)	(11.620)
TOTAL	1.296.407	1.482.373

O acréscimo nas estimativas de perda dos serviços faturados deve-se à revisão anual dos percentuais cujos acréscimos foram motivados pelas alterações no ambiente econômico gerados pela COVID-19.

9.1 - Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

PERÍODO	PECLD - 31/12/20		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
TOTAL	1.316.314		(19.907)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

PERÍODO	PECLD - 31/12/19		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.398.153	0,2%	(2.796)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	45.207	0,8%	(362)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	10.777	5,4%	(582)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	5.721	6,0%	(343)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	10.323	7,5%	(774)
F - Vencidos há mais de 180 dias	23.812	28,4%	(6.763)
G - Recuperação judicial	-	100,0%	-
TOTAL	1.493.993		(11.620)

A PECLD é composta pelas parcelas de perda dedutível (Lei nº 9.430/1996) e perda não dedutível cuja movimentação/ conciliação é apresentada no quadro abaixo:

CONCILIAÇÃO - PECLD DE SERVIÇOS FATURADOS		31/12/20	31/12/19
A - Perda total no início do período		(11.620)	(12.598)
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		-	(6)
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(11.620)	(12.592)
D - Adições		(8.287)	(2.198)
E - Baixas			3.170
F - Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(19.907)	(11.620)
G - Perda dedutível no final do período		-	-
TOTAL	F+G	(19.907)	(11.620)

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

NOTA 10 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/20	31/12/19
Material para consumo	31.687	18.252
Material para revenda/almoxxarifados	16.422	12.153
Material em consignação	563	564
Perdas com estoque	(1.966)	(3.884)
TOTAL	46.706	27.085

NOTA 11 - OUTROS VALORES E BENS

11.1 - Convênio Postal Saúde

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Circulante	1.217	1.296
Empregados liberados	818	920
Concessão de uso de espaço	399	376
Não circulante	100.000	100.000
Ativo garantidor	100.000	100.000
TOTAL	101.217	101.296

11.1.1 - Ativo garantidor

Corresponde ao valor repassado à operadora para a constituição de garantia às provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL.

Diante da correção integral dos itens que ensejaram o Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF da Postal Saúde, a Operadora solicitou a liberação da garantia vinculada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, cujo pleito está em análise.

11.2 - Adiantamento de pessoal

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/20	31/12/19
Adiantamento de férias	33.012	77.909
Adiantamento salarial	5.489	3.424
Empregados cedidos	5.266	7.384
Demais adiantamentos	218	359
TOTAL	43.985	89.076

11.2.1 - Adiantamento de férias

O Dissídio Coletivo de Greve dos Correios, relativo ao período de 2020/2021, promoveu alteração na forma de concessão do adiantamento de férias - que antes poderia ser descontado em até 5 (cinco parcelas) e que a partir da sua vigência passou a ser descontado em única parcela. Essa modificação refletiu na redução do montante a receber de 2020 em relação a 2019.

11.3 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior.

11.4 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/12/20	31/12/19
a) tributos e encargos a restituir	116.190	109.426
IRPJ a restituir	61.230	94.482
CSLL a restituir	54.527	14.622
INSS a restituir/compensar	433	322
b) tributos retidos na fonte	8.936	8.817
IR retido na fonte	5.286	5.286
IR sobre aplicações financeiras	551	434
CSLL retida na fonte	2.244	2.243
COFINS retida na fonte	506	506
PIS retido na fonte	349	348
c) demais tributos e encargos	8.945	9.802
ICMS a recuperar/compensar	3.660	4.217
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	2.169	2.598
ISS retido por clientes	922	1.103
Salário família/maternidade	462	671
INSS retido por clientes	1.732	1.213
TOTAL	134.071	128.045

11.4.1 - Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2020. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

11.4.2 - Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

11.5 - Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	2.590	10.709
Acordos jurídicos - REFIS	1.143	2.278
Inadimplentes - AGF/ACC	604	580
Débitos de empregados em cobrança jurídica	21	-
TOTAL	4.358	13.567

11.5.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 2.590 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	31/12/20	31/12/19
Faturas em cobrança jurídica	174.198	163.406
(-) PECLD	(171.608)	(152.697)
TOTAL	2.590	10.709

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas, bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

CONCILIAÇÃO DA PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	CONTROLADORA			
	PERCENTUAL	31/12/20	PERCENTUAL	31/12/19
Perdas não dedutíveis - saldo remanescente	98,1%	(137.939)	92,7%	(128.432)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.466)	100,0%	(15.695)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(16.203)	100,0%	(8.570)
TOTAL		(171.608)		(152.697)

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO	31/12/20	31/12/19
A - Perda total no início do período	(152.697)	(137.301)

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

CONCILIAÇÃO		31/12/20	31/12/19
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		8.570	24.416
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A+B	(144.127)	(112.885)
D - Adições		(11.278)	(31.242)
E - Baixas		-	-
F - Perda não dedutível do final do período	C+D+E	(155.405)	(144.127)
G - Perda dedutível no final do período		(16.203)	(8.570)
TOTAL	F+G	(171.608)	(152.697)

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

11.5.2 - Acordos jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS Postal), instituído em 2018, com o objetivo de renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

11.6 - Outros créditos

OUTROS CRÉDITOS	31/12/20	31/12/19
Débitos de terceiros	20.002	10.100
<i>Float</i> bancário - faturamento	13.839	6.612
Débitos de empregados	10.470	4.326
Bens sucateados	8.260	3.435
Parcelamento de multa de fornecedores	2.076	1.779
Débitos de empregados - agência	1.043	603
Vale postal internacional - importação e outros	280	201
<i>Coupons</i> - <i>réponse</i> trocados	192	157
Saque de conta virtual	94	56
Venda de imóveis funcionais	13	-
Débitos de empregados - em regularização	1	1.590
TOTAL	56.270	28.859

11.7 - Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores. O acréscimo no saldo é reflexo do aumento das multas aplicadas no período e da queda estimativa de perda sobre esses ativos.

11.8 - *Float* bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

11.9 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

11.10 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

11.11 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/20	31/12/19
Depósitos recursais administrativos	73.494	71.028
Depósitos judiciais	21.524	22.276
Depósitos recursais	17.500	17.014
Penhora de numerários	15.679	13.036
(-) Créditos a regularizar	(7.554)	(2.500)
TOTAL	120.643	120.854

O valor de R\$ 73.494 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 21.524 e R\$ 17.500 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 15.679 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração obteve avanços por meio da reconciliação dos valores registrados nas contas de depósitos judiciais, cujo foco visa alinhar os controles internos contábeis e jurídicos confrontando-os com os extratos das instituições financeiras. Por meio deste trabalho foi possível identificar que o saldo divulgado nas demonstrações contábeis é adequado, visto que parte significativa dos valores dispostos nos referidos extratos referem-se a precatórios pagos pendentes de resgate pelo beneficiário de direito, ou seja não representam direitos dos Correios.

11.12 - Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	31/12/20	31/12/19
Imunidade tributária	984.770	1.678.244
IR	984.770	971.105
PIS/COFINS	-	707.139
Retenção na fonte - contrato Banco Postal	251.187	247.392
Pedidos de restituição	50.085	48.642
TOTAL	1.286.042	1.974.278

O montante de R\$ 984.770 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até dezembro de 2020. Estes créditos estão

amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 299.382. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

Os créditos de PIS e COFINS, decorrentes de enquadramento indevido de regime de tributação não aplicável a ente imune a impostos, que perfazem o montante atualizado em 31/12/2020 de R\$ 720.732, são objeto de ação judicial. Ressalta-se que estes créditos encontram-se com os prazos prescricionais resguardados pelo protesto judicial e pela ação judicial, garantindo assim o pleito dos créditos relativos aos anos de 2012 à 2017.

Em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020 os créditos tributários do PIS e COFINS, foram desconhecidos em atendimento à Recomendação TCU no Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

O saldo de R\$ 251.187 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 50.085, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

11.13 - Outros

OUTROS	31/12/20	31/12/19
Acordos jurídicos - REFIS	2.379	3.121
Débitos de ex-empregados	2.168	49
Parcelamento de multa de fornecedores	167	2.945
Outros débitos de empregados	-	573
TOTAL	4.714	6.688

11.13.1 - Débitos de ex-empregados

Corresponde a valores a receber de ex-empregados. A variação entre os períodos apresentados deve-se, principalmente, a redução da estimativa de perda sobre os valores a receber.

NOTA 12 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

MANTIDOS PARA VENDA	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Terrenos	137.545	-	(1.545)	(136.000)	-
Prédios	27.838	243	(223)	(27.858)	-
<i>Impairment</i>	(9.553)	(477)	517	9.513	-
TOTAL	155.830	(234)	(1.251)	(154.345)	-

NOTA 13 - INVESTIMENTOS

13.1 - Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades para investimento evidenciadas abaixo iniciam e permanecem ao longo de 2020 avaliadas pelo método de custo, todavia, em 31 de dezembro de 2020, a fim de garantir uma apresentação mais aderente às características do grupo, o método de avaliação foi alterado para o método de valor justo. Assim, no encerramento no exercício, os imóveis foram ajustados pelos ganhos e perdas a valor justo apurados com base nos laudos de avaliação

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIACÃO	ADOÇÃO INICIAL	31/12/20
Terrenos	603.443	829	(266)	277.450	-	-	881.456
Ganho - valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	207.673	207.673
Perda - terrenos ¹	-	-	-	-	-	(100.849)	(100.849)
Perda - valor justo - terrenos	-	-	-	-	-	(174.357)	(174.357)
Prédios	23.432	84	(246)	44.468	1.109	-	68.847
Ganho - valor justo - prédios	-	-	-	-	-	136.169	136.169
Perda - prédios ¹	-	-	-	-	-	(3.433)	(3.433)
Perda - valor justo - prédios	-	-	-	-	-	(10.381)	(10.381)
<i>Impairment</i>	(75.982)	(35.145)	-	(9.513)	-	120.640	-
TOTAL	550.893	(34.232)	(512)	312.405	1.109	175.462	1.005.125

¹Referem-se ao saldo de perdas constituídas anteriormente que não foram revertidas na adoção inicial do método de valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

13.2 - Museu

MUSEU	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	31/12/20
Museu	992	72	(2)	(2)	1.060
TOTAL	992	72	(2)	(2)	1.060

NOTA 14 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/2019	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS ¹	DEPRECIÇÃO	31/12/2020
Terrenos	3.455.138	60	(60)	(141.450)	-	3.313.688
<i>Impairment</i> terrenos	(89.022)	(722.195)	422	-	-	(810.795)
Prédios	1.425.652	18.395	-	(16.126)	(39.380)	1.388.541
<i>Impairment</i> prédios	(60.523)	(38.672)	15.240	-	-	(83.955)
Obras em andamento	44.233	2.389	-	(3.572)	-	43.050
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	23.240	4.072	-	3.000	(12.063)	18.249
Imóveis - direito de uso	1.293.124	569.523	(41.049)	-	(207.930)	1.613.668
Total - imóveis	6.091.842	(166.428)	(25.447)	(158.148)	(259.373)	5.482.446
Móveis e utensílios	131.818	9.290	(3.328)	506	(15.027)	123.259
Máquinas e equipamentos	488.491	80.355	(2.288)	72.028	(62.216)	576.370
Veículos	539.391	140.745	(12.302)	(5.232)	(42.705)	619.897
Ferramentas e instrumentos	64	133	(1)	-	(41)	155
Equipamentos de processamento de dados	101.667	55.051	(373)	3.504	(31.075)	128.774
Aquisição de bens imóveis e equipamentos em andamento	123.369	6.797	-	(75.541)	-	54.625
Móveis - direito de uso	-	2.695	(76)	-	(560)	2.059
Total - móveis	1.384.800	295.066	(18.368)	(4.735)	(151.624)	1.505.139
TOTAL	7.476.642	128.638	(43.815)	(162.883)	(410.997)	6.987.585

¹Estão somadas as transferências os valores relativos a bens sucateados.

14.1 - Arrendamentos

A partir de 2019, os Correios adotaram o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que dispõe que a Empresa deve reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo circulante e não circulante descontado a valor presente da obrigação assumida

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

no contrato com a aplicação da taxa incremental de empréstimo. Além disso, para os contratos nos quais a Empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos arrendamentos no exercício de 2020:

ARRENDAMENTOS	31/12/19	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	DEPRECIÇÃO	APROPRIAÇÃO DE JUROS	PAGAMENTOS	31/12/20
Bens imóveis	1.316.364	573.595	(38.049)	(219.993)	-	-	1.631.917
Bens móveis	-	2.695	(76)	(560)	-	-	2.059
Ativo	1.316.364	576.290	(38.125)	(220.553)	-	-	1.633.976
Passivo por direito de uso	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350
Passivo	1.340.580	572.218	(41.125)	-	154.983	(309.306)	1.717.350

14.1.1 - Distribuição do passivo

ARRENDAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	310.414	241.098
Não circulante	1.406.936	1.099.482
TOTAL	1.717.350	1.340.580

NOTA 15 - INTANGÍVEL

Corresponde a *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

INTANGÍVEL	31/12/19	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE-RÊNCIAS	AMOR-TIZAÇÃO	31/12/20
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	51.271	17.931	(360)	-	(32.371)	36.471
TOTAL	51.271	17.931	(360)	-	(32.371)	36.471

NOTA 16 - PASSIVO

16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

FORNECEDORES	31/12/20	31/12/19
Material, produtos e serviços	989.196	996.192
Consignações e outros	157	151
TOTAL	989.353	996.343

16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/20	31/12/19
Férias	890.765	1.113.747
INSS - empregado	40.070	40.343
Postalís (PostalPrev) - empregado	31.274	32.451
Obrigações trabalhistas	16.338	16.986
Postalís (BD) - empregado	11.387	11.077
Retenção SEST/SENAT	1	2
TOTAL	989.835	1.214.606

16.2.1 - Férias

O julgamento Dissídio Coletivo de Greve dos Correios - 1001203-57.2020.5.00.0000, realizado em 21/09/2020 pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, estabeleceu, dentre outras questões relativas ao processo, pela alteração no valor pago na gratificação de férias de 70% para 1/3, resultando na queda do valor referente a essa rubrica em 2020 comparativamente ao ano anterior.

16.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	31/12/20	31/12/19
INSS - empregador	106.822	112.297
FGTS	49.473	50.358
Postalís (BD) - empregador	44.360	43.077
Postalís (PostalPrev) - empregador	30.787	31.513
Salário educação	10.533	10.660
Senai adicional	1.664	852
INSS autônomos/avulsos	239	348
TOTAL	243.878	249.105

16.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/20	31/12/19
IR retido de empregados	51.407	47.244

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/20	31/12/19
Retenções na fonte - Lei nº 9.340/96	50.376	36.654
COFINS	48.746	40.961
PIS	10.562	8.875
ICMS	8.343	6.402
ISSQN - retido de terceiros	7.163	4.170
INSS Empresas - retenção na fonte	6.987	4.830
IR retido de terceiros	2.495	2.288
INSS retenção - contribuinte individual	70	155
Outras obrigações tributárias	-	1
TOTAL	185.149	151.580

16.5 - Arrecadações e recebimentos

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/20	31/12/19
Recebimento de imposto de importação	18.862	12.093
Recebimento para o Postalís	16.383	17.016
Emissão de vale postal nacional	8.337	6.830
Importação/exportação - vale postal internacional	1.019	661
Outros recebimentos/arrecadações	220	198
TOTAL	44.821	36.798

16.5.1 - Recebimento de imposto de importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

16.5.2 - Recebimento para o Postalís

Compreende os valores de empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís).

16.6 - Adiantamento de clientes

Os valores de R\$ 10.766, em 2020, e de R\$ 6.863, em 2019, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou a maior.

16.7 - Contas internacionais a pagar

Os valores dessa rubrica representam as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

16.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	188.763	151.365
Não circulante	22.864	52.370
TOTAL	211.627	203.735

16.9 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

MOVIMENTAÇÃO	SALDO EM 31/12/19	ADIÇÃO	ENC. FINANC. ¹	AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL	AMORTIZAÇÃO JUROS	DESPESA	SALDO EM 31/12/20
CCB - BB	363.388	-	-	(156.250)	(9.583)	16.397	213.952
CCB - ABC	-	250.000	(4.797)	(166.667)	(12.975)	16.973	82.534
TOTAL	363.388	250.000	(4.797)	(322.917)	(22.558)	33.370	296.486

¹ - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/20	31/12/19
Circulante	266.107	181.694
Não circulante	30.379	181.694
TOTAL	296.486	363.388

CARACTERÍSTICAS	CCB ¹ - BANCO DO BRASIL
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/16
Vencimento final	28/02/22
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/17
Encargos financeiros totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/18
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

¹ - Cédula de Crédito Bancário

² - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Em 2020 a relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,99, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	31/12/20	31/12/19
Caixa e aplicações	579.026	547.025
Arrendamento e empréstimos e financiamentos	2.013.836	1.703.968
A - Dívida líquida	1.434.810	1.156.943
B - EBITDA	1.454.968	675.149
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (A/B)	0,99	1,71

CARACTERÍSTICAS	CCB - BANCO ABC
Saldo da obrigação	250.000
Data da emissão	03/03/20
Vencimento final	02/03/21
Remuneração	100% da taxa média do CDI, acrescida de 1,9% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de março/20
Encargos financeiros totais ¹	4.797
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 28/09/20
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

¹ - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão e pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

16.10 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

RECEITAS A APROPRIAR	31/12/20	31/12/19
Aluguel de caixas postais	23.226	23.707
Faturamento por estimativa	13.404	5.655
TOTAL	36.630	29.362

16.11 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes. A redução das obrigações com a Operadora deve-se aos repasses adicionais realizados pelos Correios em 2020, além da redução da despesa assistencial no período provocada pela queda na utilização.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/20	31/12/19
Convênio CorreiosSaúde	132.504	525.842
Saúde ocupacional	20.656	18.628
Benefício de medicamentos	5.145	3.167
TOTAL	158.305	547.637

16.11.1 - Convênio Postal Saúde

Corresponde às obrigações relativas ao plano CorreiosSaúde, contemplando as despesas assistenciais, administrativas, ambulatoriais, ressarcimento ao SUS e as demais obrigações relativas à manutenção da Operadora.

Em 2020 a Mantenedora realizou o reforço dos repasses efetuados à Postal Saúde visando o cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF, firmado entre a Operadora e a Agência Nacional de Saúde - ANS em fevereiro de 2019, em que um dos objetivos é regularizar os desenquadramentos econômicos identificados pelo órgão regulador.

Em abril de 2021, a ANS analisou os demonstrativos contábeis da operadora e identificou a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, razão pela qual se decidiu pelo encerramento do Termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo.

16.12 - Outros débitos

OUTROS DÉBITOS	31/12/20	31/12/19
Apuração da venda de ativo fixo e outros	14.921	3.052
Caução de fornecedores	14.640	13.344
Convênio SESI/SENAI	13.024	11.613
Retenções judiciais	6.615	2.713
Prestação de contas AGF/ACF	2.303	1.632
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249
TOTAL	53.752	34.603

16.13 - Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e da Postal Saúde, que asseguram, respectivamente, a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

16.13.1 - Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA RECONHECIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Passivo circulante	288.180	266.160	265.119	251.736
Encargos sociais	44.360	43.077	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	243.820	223.083	265.119	251.736
Passivo não circulante	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	5.727.784	3.419.014	-	3.231.789
TOTAL DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	6.015.964	3.685.174	265.119	3.483.525

16.13.2 - Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

A partir de 1º de janeiro de 2020, em alinhamento à Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operadora aprovou as adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, por meio do Conselho Deliberativo da Operadora e do Conselho de Administração dos Correios definindo os percentuais a serem aplicados na cobrança da mensalidade.

A modificação no regulamento do plano objetivou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A implementação da alteração no custeio dos beneficiários aposentados e seus dependentes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2021.

Diante da modificação no formato de custeio, considerando que não haverá despesa para a patrocinadora referente a concessão desse benefício aos aposentados, foi realizado o desreconhecimento parcial do passivo no montante de R\$ 3.103.356, permanecendo na obrigação o total de R\$ 265.119 correspondente a estimativa de despesa para o período de janeiro de 2021 a julho de 2021.

Cabe destacar que as mudanças ocorridas no plano de saúde tem o intuito de adequar os benefícios ao que dispõe a Resolução CGPAR nº 23 de 2018, cujo prazo de implementação é até janeiro de 2022.

16.13.3 - Planos de previdência complementar

16.13.3.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

16.13.3.2 - Postalis - Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

16.13.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

16.13.5 - Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativos	85.747	88.608	49.506	50.293	83.207	96.236
Assistidos	4.689	4.578	33.191	33.877	25.501	30.961
Dependentes	-	-	-	-	146.811	171.512
TOTAL	90.436	93.186	82.697	84.170	255.519	298.709

16.13.6 - Valor justo dos ativos dos planos PostalPrev e Benefício Definido

Somente os planos de previdência geridos pelo Postalis (PostalPrev e de Benefício Definido - PBD), possuem ativos financeiros para a cobertura dos riscos atuariais.

Na elaboração desse documento são considerados parâmetros como a modalidade do plano, o perfil da massa de participantes, os fluxos de pagamentos futuros dos benefícios e as opções de investimento disponíveis, considerando suas rentabilidades e riscos. Assim, os recursos devem ser aplicados conforme as necessidades dos planos.

Os investimentos devem assegurar a solvência, a liquidez e o equilíbrio dos planos de benefícios e, por esse motivo, existem regras prudenciais e de alocação para cada uma das modalidades de investimento.

As regras operacionais tratam de procedimentos administrativos relacionados aos investimentos, tais como a designação de um administrador estatutário tecnicamente qualificado, a realização de controles internos, a avaliação de riscos dos investimentos e a contratação de serviço de custódia para guarda de títulos e liquidação de operações de compra e venda. Já as regras de alocação de recursos definem limites máximos para aplicação dos recursos em relação a cada plano e ao total administrado pela entidade.

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, é a norma que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O cálculo do valor justo dos ativos dos planos de previdência, foi realizado pela consultoria atuarial e tomou por base informações contidas em laudos de avaliação, demonstrações contábeis, pareceres de auditores independentes e notas explicativas, carteiras de investimentos disponibilizadas pelos agentes custodiantes, dentre outras informações. Na análise foram aplicadas metodologias universalmente empregadas conforme o ativo mensurado, respeitada a legislação subjacente.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

O plano CorreiosSaúde II, gerido pela Postal Saúde, não possui ativos. O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Títulos públicos	6.083.848	5.357.169	1.452.052	1.742.332
Créditos privados e depósitos	84.783	73.933	39.789	50.550
Ações	14.057	20.204	31.003	51.487
Fundos de investimentos	796.890	854.209	1.310.816	882.639
Empréstimos e financiamentos	402.824	438.277	232.514	232.043
Investimentos mobiliários	-	-	278.136	271.816
Depósito judicial	-	5	32.415	17.306
Valor justo da parcela CD	(6.331.508)	(5.802.008)	-	-
Ajustes ²	(350.518)	(299.959)	18.571	(4.306)
TOTAL	700.376	641.830	3.395.296	3.243.867

²Ajustes previstos no item 114 do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.

16.13.7 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM n° 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

16.13.7.1 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coletadas em dezembro de 2019 e 2020:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
I) Financeiras						
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,68%	5,92%	5,71%	5,95%	5,71%	5,96%
Projeção de aumento médio dos salários	6,06%	6,18%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	N/A	N/A
Taxa média de inflação anual	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%	3,20%	4,10%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	10,26%	10,98%	10,29%	10,90%	10,30%	10,89%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	9,09%	10,30%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,06%	10,26%	9,09%	10,29%	N/A	N/A
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	0,89%	0,86%
Aging Factor (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,16%	2,20%
II) Demográficas						
Taxa de rotatividade	3,44% até aposentadoria e 0,00% após	2,79% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	1,33% até aposentadoria e 0,00% após	3,44% até aposentadoria e 0,00% após	2,79% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.20%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	RP-2000 M&F (s.10%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (s.39%)	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (a.28%)	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)	Álvaro Vindas (s.17%)	Álvaro Vindas	Light Forte (s.61%)	Light Forte (s.55%)
Idade de aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019					

16.13.7.1.1 - Taxa de juros real de desconto atuarial anual

A metodologia de cálculo das taxa de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para o enquadramento dos papéis na escala de investimento, adotou-se o entendimento de que os títulos de alta qualidade são aqueles cujas notas de classificação de risco sejam Baa, BBB ou superior.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise de *rating*, foi selecionada a amostra das debêntures negociadas no mercado secundário em 31/12/2020, conforme informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A amostra representou um total de 236 observações.

Em seguida, foram apurados os títulos corporativos inseridos na escala de grau de investimento, ou seja, com notas de classificação de risco iguais ou superiores a Baa3 (*Moody's*) e BBB- (*Standard and Poor's* e *Fitch*). Nesta análise, estabeleceu-se o critério adicional que as análises de *rating* (revisão ou classificação), realizadas pelas agências de classificação de risco, ocorressem em 2020, ano ao qual se referem as demonstrações contábeis.

Logo, as taxas de desconto dos benefícios pós-emprego foram construídas a partir de 223 papéis que atenderam os requisitos estabelecidos.

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

Por definição, as taxas de juros anuais refletiram a média geométrica dos rendimentos reais dos papéis com vencimentos dentro de um mesmo ano. Para a conjectura de ausência de vencimentos dos instrumentos financeiros em determinado ano, aplicou-se a taxa média geométrica entre os rendimentos observados. Para períodos superiores ao último vencimento (2044) foi utilizado o método da extrapolação.

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela Empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, pagamentos de juros reais, acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev, BD e CorreiosSaúde II), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total. As informações relativas aos fluxos de pagamentos dos planos de benefício pós-emprego tiveram como fonte de dados a consultoria atuarial.

16.13.7.1.2 - Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1) e que portanto são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 050/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

OBRIGAÇÃO ATUARIAL EM 31/12/2020	NOTA	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
		31/12/20	Taxa	31/12/20	Taxa	31/12/20	Taxa
Títulos públicos		(632.603)	3,52%	(20.177.264)	3,52%	(267.842)	3,52%
Variação		138.079	2,16%	4.728.938	2,19%	2.725	2,19%
Títulos corporativos		(494.524)	5,68%	(15.448.326)	5,71%	(265.117)	5,71%

16.13.7.1.3 - Taxa média de inflação anual

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 31/12/2020, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da taxa média geométrica de inflação (3,20%) foi o intervalo entre 2021 e 2129, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que a mediana das projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN, em 31/12/2020, limitavam-se ao ano 2024. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento (2129).

16.13.7.1.4 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração 9 diferentes tábuas de mortalidade, a consultoria atuarial identificou a BR-EmSsb-v.2015 M&F como a mais adequada para todos os planos, e por essa razão foi adotada no exercício de 2020.

16.13.7.2 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(556.736)	(609.522)	(10.614.213)	(9.403.617)	(3.483.525)	(3.918.101)
Custo dos juros	(53.525)	(66.926)	(1.021.214)	(670.048)	(332.874)	(426.681)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)
Benefícios pagos pelo plano	22.123	44.452	859.178	632.315	301.886	383.086
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	103.223	84.257	(4.672.077)	(1.158.462)	2.094.866	365.994
Decorrentes de ajuste de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Decorrentes de alterações de premissas biométricas/demográficas	90.115	(8.849)	(703.930)	20.909	(888)	64.477
Decorrentes de alterações de premissas financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)
Decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Decorrentes da revisão da estimativa do compartilhamento de risco	-	-	(3.535.200)	-	-	-
Reversão da obrigação constituída em Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.884.835	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	1.218.521	189.967
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(494.524)	(556.736)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)

16.13.7.2.1 - PBD

Em relação a avaliação anterior, o aumento no valor da obrigação atuarial é justificado: pelas mudanças nas premissas demográficas e financeiras, pelas variações nos dados cadastrais, pelos desvios entre os eventos estimados e ocorridos face a substituição de tábuas atuariais e pela revisão na estimativa do compartilhamento de risco, dado o nível de experiência e as informações adicionais disponíveis. De igual modo também ocorreu a elevação no valor justo dos ativos do plano, embora que em menor proporção.

16.13.7.2.2 - CorreiosSaúde II

A redução da obrigação atuarial justifica-se pela implementação do custeio integral das despesas com saúde pelos aposentados a partir de agosto de 2021.

16.13.7.3 - Conciliação do valor justo dos ativos

CONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	POSTALPREV		PBD	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	641.830	858.795	3.243.865	2.890.834
Receita de juros	70.732	94.296	297.758	315.101
Contribuições do patrocinador	4.834	39.683	279.234	255.677
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	72.351	75.807
Benefícios pagos pelo plano	(22.123)	(44.452)	(652.296)	(632.315)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	148.647	(355.296)	175.486	338.761
VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO NO FINAL DO EXERCÍCIO	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865

16.13.7.4 - Status dos planos e ativo/(passivo) líquido reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Valor presente da obrigação	(494.524)	(556.736)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)
Valor justo dos ativos	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	354.557	85.094	(12.031.928)	(7.370.348)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes) ¹	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	-	-
<i>Superavit/(Deficit) do plano</i>	354.557	85.094	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)
Efeito do teto do ativo (valor do <i>superavit</i> que não poderá ser reconhecido)	354.557	85.094	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

¹O valor da obrigação do plano CorreiosSaúde II refere-se à parcela dos Correios.

16.13.7.5 - Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(3.685.174)	(3.256.392)	(3.483.525)	(3.918.101)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	4.768	39.683	279.234	255.677	301.886	383.086
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	(4.448)	39.807	(361.728)	(293.540)	821.654	(314.504)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(320)	(79.490)	(2.248.296)	(390.919)	2.304.896	365.994
PASSIVO (ATIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)

16.13.7.6 - Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Custo do serviço corrente líquido	(4.448)	39.807	-	61.406	(63.993)	(77.790)
Custo do serviço corrente	(9.609)	(8.997)	-	(14.401)	(63.993)	(77.790)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Contribuições dos participantes	5.161	48.804	-	75.807	-	-
Juros líquidos	-	-	(361.728)	(354.946)	(332.874)	(426.681)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(53.524)	(66.926)	(659.486)	(670.047)	(332.874)	(426.681)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	70.732	94.296	297.758	315.101	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(17.208)	(27.370)	-	-	-	-
Custo do serviço passado ¹	-	-	-	-	1.218.521	189.967
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(4.448)	39.807	(361.728)	(293.540)	821.654	(314.504)

16.13.7.7 - Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	148.713	(355.296)	175.486	338.761	-	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	103.223	84.257	(4.672.078)	(1.158.462)	2.094.866	365.994
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	90.115	(8.848)	(703.931)	20.909	(888)	64.477
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	(11.661)	(15.687)	(403.133)	(1.011.224)	(304)	(277.120)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	24.769	108.793	(29.814)	(168.147)	241.226	646.472
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração na expectativa de crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	(30.003)	(67.835)
Reversão da obrigação constituída em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes			-	-	1.884.835	
Decorrentes da revisão da estimativa de compartilhamento de risco			(3.535.200)	-		
Mudança do teto do ativo	(252.256)	191.548	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	2.248.296	428.782	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(320)	(79.490)	(2.248.296)	(390.919)	2.094.866	365.994

16.13.7.8 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/CRESCIMENTO DOS CUSTOS MÉDICOS (HCCTR)	
	- 0,25%	+ 0,25%	Suaviz.10%	Agrav.10%	- 0,25%	+ 0,25%
POSTALPREV	(12.804)	12.134	(3.570)	3.291	295	(302)
PBD	(440.169)	419.534	(208.155)	193.875	N/A	N/A
CORREIOSSAÚDE II	(305)	304	(234)	234	322	(322)

Variação do *superavit* / (*deficit*) atribuído aos Correios.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

PARÂMETROS	31/12/20
POSTALPREV	(494.524)
PBD	(15.448.326)
CORREIOSSAÚDE II	(265.119)

16.13.7.9 - Estimativa de contribuição da patrocinadora (livre de despesa administrativa) para o exercício de 2021

ESTIMATIVA DE CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA (LÍQUIDA DE DESPESA ADMINISTRATIVA)	2021
POSTALPREV	4.921
PBD	288.180
CORREIOSSAÚDE II	265.119

16.13.7.10 - Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2021

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV	PBD
Custo do serviço corrente líquido	3.377	-
Custo do serviço corrente	(1.949)	-
Contribuições dos participantes	5.326	-
Juros líquidos	-	(521.228)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.760)	(803.879)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	282.651
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.089)	-
TOTAL DA RECEITA/(DESPESA) ESPERADA	3.377	(521.228)

16.13.7.11 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS ¹	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE II
Até 1 ano	31.466	946.666	265.119
De 1 ano até 2 anos	30.099	919.131	-
De 2 anos até 5 anos	81.806	2.574.825	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS ¹	POSTALPREV	PBD	CORREIOSSAÚDE II
Acima de 5 anos	351.153	11.007.704	-
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	494.524	15.448.326	265.119

¹Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

16.14 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

a) cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franquias e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

b) fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2020, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

16.14.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

ÂMBITO	NATUREZA	31/12/19	REVERSÃO/ CONVERSÃO	PROVISÕES ADICIONAIS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ALTERAÇÃO NO VALOR PROVISIONADO INICIALMENTE ¹	31/12/20
Judicial	Cível	16.019	(10.315)	52.277	14.399	249	72.629
	Fiscal	51.079	(1.179)	17.102	6.352	1	73.355
	Trabalhista	328.389	(144.979)	266.886	16.262	30.094	496.652
Total - judicial		395.487	(156.473)	336.265	37.013	30.344	642.636
Administrativo	Cível	156	-	-	17	-	173
	Fiscal	81	-	117	17	-	215
	Trabalhista	29	(30)	-	1	-	-
Total - administrativo		266	(30)	117	35	-	388
TOTAL		395.753	(156.503)	336.382	37.048	30.344	643.024

¹ - Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

O acréscimo nas provisões decorrem das revisões processuais em andamento pelo Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2020, os Correios eram réus em 8.298 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790
INSS	Fiscal - Contribuições previdenciárias	Fase: Trânsito em julgado. Aguardando a expedição de precatório.	22.021
Município de Salvador - BA	Fiscal - ISS	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	18.642
Município de Goiânia - GO	Fiscal - ISS	Fase: Execução fiscal.	14.236
SINCOTELBA	Trabalhista	Fase: Execução. Homologação de cálculos.	7.781

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/AM	Trabalhista - Equiparação a bancários	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	7.778
SINTCOM/PR	Trabalhista - Ação coletiva - diárias de viagem	Fase: Execução. Trânsito em julgado.	7.645
SINTECT AM	Trabalhista - URP - Fevereiro/1989	Fase: Execução. Valor apresentado pelo exequente.	7.060
INSS - GO	Fiscal - recolhimentos de INSS	Fase: Execução	6.373
Maria de Lourdes Castro e Outros	Trabalhista - Reintegração	Fase: Execução	4.644
SINTECT	Trabalhista - Ação coletiva PCCS/1195	Fase: Execução. Cálculo apresentado pelos Correios.	41.790

16.14.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2020, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 21.009 processos, conforme demonstrado na tabela.

31/12/20 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	13.035	697.030	19	87	13.054	697.117
Cível	7.152	273.125	9	8.549	7.161	281.674
Fiscal	638	413.146	156	15.605	794	428.751
Criminal	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20.825	1.383.301	184	24.241	21.009	1.407.542

Informa-se que existem ações propostos contra os Correios que reivindicam a realização de aportes a título de RTSA e a anulação ou revisão do plano de equacionamento de *deficit* e das contribuições extraordinárias deles decorrentes. Para este cenário a área jurídica interna entende que as referidas ações possuem risco remoto, opinião esta comungada pelos assessores jurídicos contratados para avaliar o risco destas ações, pois consideram remoto o risco de sucesso, bem como remota a possibilidade, em razão delas de constituição de passivo de prazo ou de valor incerto, e de conseqüente saída de recursos em razão das obrigações imputadas à Empresa.

16.15 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI). O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017, e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017, com término em 2019.

No total foram 8.005 empregados que aderiram ao PDI, com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.848 referentes ao segundo ciclo) por meio de pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório.

Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA e ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PERÍODO	SALDO INICIAL	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIA. DO AVP	AMORTIZAÇÃO	SALDO FINAL
31/12/20	942.856	2.568	31.043	40.142	(215.878)	800.731

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/20	31/12/19
Circulante	176.781	170.550
Não circulante	623.950	772.306
TOTAL	800.731	942.856

16.16 - Outros

OUTROS	31/12/20	31/12/19
Parcelamento - ressarcimento ao SUS	1.606	3.855
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	
Honorários de sucumbência	-	388
TOTAL	1.835	4.243

NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

17.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até dezembro de 2020 foi capitalizado montante de R\$ 203.056. A integralização do valor de R\$ 20.944 será submetido à Assembleia Geral Extraordinária em 2021.

17.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

BENS IMÓVEIS	31/12/19	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL - PROP. INVESTIMENTO	31/12/20
Custo atribuído	4.657.028	(24.870)	(794.371)	(166.123)	3.671.664
Tributo diferido	(419.128)	2.238	71.488	14.951	(330.451)
TOTAL	4.237.900	(22.632)	(722.883)	(151.172)	3.341.213

17.4 - Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/19	MOV.	31/12/20
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(5.088.768)	(139.941)	(5.228.709)
Ganhos/perdas atuariais	(5.550.901)	(153.750)	(5.704.651)
Postalis - PBD	(3.039.940)	(2.248.296)	(5.288.236)
CorreiosSaúde	(2.094.866)	2.094.866	-
PostalPrev	(416.095)	(320)	(416.415)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas	462.133	13.809	475.942
Postalis - PBD	273.595	202.347	475.942
CorreiosSaúde	188.538	(188.538)	-
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e	6.628	(26.564)	(19.936)
Ganhos/perdas - outras aplicações	7.284	(29.192)	(21.908)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em	(656)	2.628	1.972
C - Ganhos - propriedades para investimento	-	312.896	312.896
Ganho - valor justo - propriedades para	-	343.842	343.842
Tributos diferidos sobre ganhos	-	(30.946)	(30.946)
TOTAL (A+B+C)	(5.082.140)	146.391	(4.935.749)

17.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado ao final de 2020 é de R\$ 859.182, tendo em vista a absorção do lucro líquido do exercício de R\$ 1.530.376, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, à realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 24.870 e à perda de propriedades para investimento (adoção inicial) no total de R\$ 2.054. O prejuízo acumulado até 2019 era de R\$ 2.412.374.

NOTA 18 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

18.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e Empresas.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Receita bruta de vendas e serviços	17.963.561	19.104.605
Receitas nacionais	16.730.544	18.183.679
Receitas internacionais	1.233.017	920.926
(-) Deduções	(714.511)	(748.528)
(-) Impostos	(695.954)	(722.944)
(-) Descontos incondicionais	(17.113)	(22.812)
(-) Receitas canceladas	(1.444)	(2.772)
TOTAL	17.249.050	18.356.077

O quadro a seguir detalha receita bruta por segmento.

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS	31/12/20	Part.(%)	31/12/19	Part.(%)
Encomenda	9.925.418	55,3%	9.103.103	47,6%
Mensagem	5.508.122	30,7%	7.360.135	38,5%
Internacional	1.233.017	6,9%	920.926	4,8%
Marketing	431.734	2,4%	485.111	2,5%
Logística	335.828	1,9%	429.471	2,2%
Malote	240.605	1,3%	369.978	2,0%
Conveniência	177.085	1,0%	215.935	1,2%
Serviços financeiros	56.698	0,3%	184.713	1,0%
Outros	55.054	0,2%	35.233	0,2%
TOTAL	17.963.561	100,0%	19.104.605	100,0%

A situação mundial e do Brasil passou por uma mudança significativa de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, inicialmente circunscrita a uma região da China, adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia. O impacto econômico inicial, até meados de fevereiro, ocorreu principalmente no país de origem, porém rapidamente estendeu-se aos mercados financeiros mundiais. O aceleramento do contágio fez com que quase todos os países adotassem medidas de isolamento social.

Com as lojas físicas fechadas, por conta da pandemia, muitas pessoas recorreram às compras online, e com isso, foi possível observar um crescimento mais acelerado nas receitas do segmento de encomendas de 9,0%, que representa R\$ 822.315, em relação ao mesmo período de 2019.

A preferência dos usuários pelos canais digitais, tendência reforçada pela pandemia, também vem ocasionando a desmaterialização da mensagem e consequente redução no tráfego e receita do segmento, conforme verifica-se no quadro que evidencia o comportamento dos segmentos das receitas.

18.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Pessoal	(8.238.741)	(9.988.753)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(7.413.635)	(8.102.773)
Saúde	(825.057)	(1.588.016)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(49)	(13.664)
Incentivo Financeiro - PDV/2019	-	(284.300)
Remuneração de AGF	(1.911.520)	(1.799.913)
Transporte de malas e malotes	(1.592.182)	(1.610.487)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(1.048.933)	(1.012.474)
Aluguéis	(137.619)	(201.745)
Utilidades	(317.397)	(324.726)
Material e produtos	(250.433)	(218.745)
Depreciação e amortização	(389.704)	(400.910)
Bens de direito de uso - CPC 06(R2)	(208.490)	(150.072)
Demais bens	(181.214)	(250.838)
Internacionais	(61.028)	(64.154)
Impostos, taxas e contribuições	(20.561)	(19.898)
TOTAL	(13.968.118)	(15.641.805)

18.2.1 - Pessoal

O decréscimo das despesas de pessoal de 2020 em relação a 2019 deve-se, principalmente: à alteração do custeio do plano de saúde que em 2019 era distribuído na proporção de 70% para os Correios e 30% para os empregados e que a partir de 2020 passou a ser paritário, à redução das despesas de pessoal em razão do PDV realizado em 2019 e ao Dissídio Coletivo julgado em 21 de setembro de 2020.

18.2.2 - Aluguéis

A diminuição das despesas de aluguéis foi ocasionada, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

18.3 - Despesas com vendas/serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda.

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Provisão de perdas	(126.830)	(34.603)
Remuneração de unidades terceirizadas	(64.356)	(79.825)
Perdas	(42.365)	(3.389)
Multas contratuais de clientes e outros	(3.997)	(886)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(1.744)	(4.184)
TOTAL	(239.292)	(122.887)

18.3.1 - Provisão de perdas

O acréscimo na rubrica, deve-se à constituição de perda para saldos a receber de longa data das contas internacionais.

18.3.2 - Perdas

A oscilação no saldo refere-se realização da perda de faturas.

18.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DESPESAS COM VENDAS E SERVIÇOS	31/12/20	31/12/19
Pessoal	(1.956.072)	(2.026.566)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(1.953.552)	(1.959.976)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(2.520)	(8.757)
Incentivo Financeiro - PDV/2019	-	(57.833)
Precatórios	(348.379)	(355.806)
Contingências	(247.299)	(109.684)
Pós-emprego	(81.210)	(37.381)
Depreciação/amortização	(52.555)	(82.885)
Constituição/reversão de provisão para perdas	(30.988)	(30.358)
Perdas	(7.805)	(11.776)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros	(2.154)	(2.117)
Impostos, taxas e contribuições	(1.428)	(1.405)
Acordo judicial	(13)	(2.057)
Provisões - CorreiosSaúde	-	(78.519)
TOTAL	(2.727.903)	(2.738.554)

18.4.1 - Contingências

O aumento nas despesas de contingências foi ocasionado pela revisão dos riscos atribuídos aos processos pela área jurídica em atendimento às novas diretrizes de provisionamento aprovadas pela Administração.

18.5 - Resultado de participação em controlada

O montante de R\$ 9.190 registrado em 2019 corresponde ao prejuízo apurado pela CorreiosPar.

18.6 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	1.123.860	148.072
Multas aplicadas a fornecedores	150.808	51.413
Reversão - PECLD	47.023	18.601
Multas aplicadas a clientes	23.982	27.718
Taxa mensal de franquia - AGF	19.102	18.031
Reversão - <i>Impairment</i>	13.545	5.301
Despesas recuperadas	8.994	16.923
Taxa inicial de franquia - AGF	8.704	22
Outras reversões de provisões	6.296	-
Recuperação de perda - REFIS	2.478	1.095
Lucro na alienação de bens	551	1.807
Reversão - Provisões para contingências	29	50.943
Outros	7.281	17.958
TOTAL	1.412.653	357.884

18.6.1 - Reversão - Provisão de Benefício pós-emprego

Corresponde, principalmente, a reversão parcial da obrigação de benefício pós-emprego saúde.

18.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	31/12/20	31/12/19
Desreconhecimento - imunidade tributária - PIS/COFINS	(707.139)	-
Prejuízos na alienação de bens	(6.542)	(10.170)
TOTAL	(713.681)	(10.170)

18.7.1 - Desreconhecimento - imunidade tributária - PIS/COFINS

O desreconhecimento deve-se ao fato de que, em que pese o mérito ser classificado como "praticamente certo o provável ganho" pelos assessores jurídicos contratados, e que as Leis do PIS e da COFINS que regem o regime de apuração não-cumulativo, citarem explicitamente que esta sistemática não se aplica ao ente imune a impostos, não é possível, nesse momento, determinar a certeza de realização desse ativo, frente ao atual estágio que se encontra a referida discussão judicial, e as dificuldades operacionais a serem superadas para que a ação judicial transite em julgado.

18.8 - Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	589.540	207.842
Rentabilidade de aplicações financeiras	30.395	55.544
Receita de juros	23.876	90.686
Variação monetária	9.477	20.470
Receitas de descontos	7.625	5.046
Pagamento a valor presente	4.378	6.776
Outras	467	1.153
TOTAL	665.758	387.517

18.8.1 - Receita de variação cambial

O aumento na rubrica deve-se, principalmente, a valorização do DES (Direito Especial de Saque - moeda utilizada nas relações postais internacionais) de 2020 em relação a dezembro/2019.

18.8.2 - Receita de juros

A queda na receita de juros deve-se ao desreconhecimento da imunidade tributária - PIS/COFINS em 2020, e a atualização, em 2019, dos valores referentes aos pedidos de restituição de INSS, COFINS, IR e CSLL.

18.9 - Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Variação cambial	(232.187)	(177.420)
Juros	(155.787)	(119.166)
Juros a transcorrer - bens de direito de uso - CPC 06 (R2)	(154.983)	(118.235)
Demais	(804)	(931)
Apropriação/atualização - AVP	(71.185)	(89.689)
Encargos - financiamento da dívida interna (juros e IOF)	(30.505)	(55.911)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(7.964)	(7.901)
Multas	(5.790)	(8.263)
Despesas bancárias	(4.081)	(4.912)
Perdas nas aplicações financeiras	(121)	(13)
Notificação de infração	(117)	(710)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/20	31/12/19
Outros	(2.492)	(2.634)
TOTAL	(510.229)	(466.619)

18.9.1 - Encargos - financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo e distrato com o Banco Postal (quitado em 2019), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

NOTA 19 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

No exercício de 2020, a Empresa apresenta cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no valor R\$ 34.642. Já o tributo diferido está representado por saldo credor de R\$ 396.780 que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferido detalhados nas [notas 19.1](#) e [19.2](#).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	31/12/20	31/12/19
Resultado antes do JSCP	1.168.238	112.253
(+/-) Ajustes Lei 12.973/2014	(75.416)	32.452
Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.092.822	144.705
Efeito do IRPJ e CSLL - alíquota vigente	(98.354)	(13.023)
Efeito sobre as diferenças permanentes	(3.028)	(4.284)
Efeito sobre as diferenças temporárias	51.945	(516)
Adições	(733.900)	(847.870)
Exclusões	785.845	847.354
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(49.437)	(17.823)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	14.795	5.247
IRPJ e CSLL correntes	(34.642)	(12.576)
CSLL diferida	396.780	2.444
Reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes de RTT	(1.144)	(477)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(7.682)	2.921
Realização de ativo de CSLL sobre diferença temporárias	225.029	-
Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa	180.577	-
TOTAL	362.138	(10.132)

19.1 - Tributos diferidos

19.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, Saldo Negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação). No patrimônio líquido foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/12/20
A - Sobre as movimentações	4.237	405.606	(1.144)	408.699
<i>Impairment</i> - terrenos	44	-	(30)	14
<i>Impairment</i> - prédios	4.064	-	(1.114)	2.950
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	225.029		225.029
Bases negativas de CSLL	-	180.577		180.577
B - Sobre a movimentação reconhecida em outros resultados abrangentes	462.133	204.866	(188.538)	478.461
Benefício pós-emprego plano saúde	188.538	-	(188.538)	-
Benefício pós-emprego Postalís BD	273.595	202.347	-	475.942
Perdas - aplicações VJORA	-	2.519	-	2.519
C - Sobre a movimentação em apuração do resultado do exercício	-	203	-	203
Perdas a Valor Justo - Propriedades p/Investimento		203		203
TOTAL	466.370	610.675	(189.682)	887.363

No exercício de 2020, foram constituídos R\$ 225.029 apurados a partir das diferenças entre o lucro contábil e o lucro tributável. Esta diferença ocorre, por conta de um descompasso entre expectativas e premissas estimadas de realização das despesas registradas para fins de apuração contábil em relação aos valores de despesas tributárias decorrentes da aplicação da legislação tributária que determina a dedução (ou não) das despesas e/ou custos e a tributação (ou não) de receitas.

O valor R\$ 180.577 foi constituído sobre as bases negativas de CSLL dos exercícios de 2016 e 2017, apurado a partir das premissas estabelecidas nas regras tributárias que admitem que o lucro tributável do período atual pode ser compensado com base negativa de CSLL de exercícios anteriores.

Uma parcela da CSLL diferida decorre dos ajustes da Lei n° 12.973/2014 reconhecida no resultado de 2014 e revertidos no exercício de 2020 em decorrência de *impairment* e depreciação.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

Decorrente do reconhecimento das perdas apuradas na adoção inicial da mudança facultativa da política de avaliação das propriedades para investimentos conforme preceitua o CPC 28, constituiu-se a CSLL diferida a partir dos registros realizados na apuração de resultado do exercício.

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 405.606, conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA DO LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO SUPORTE PARA A REALIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO DE CSLL	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
2021	835.926	75.233

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES

ESTIMATIVA DO LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO SUPORTE PARA A REALIZAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO DE CSLL	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
2022	1.334.887	120.140
2023	1.318.242	118.642
2024	1.349.964	121.497
2025	1.438.794	129.491
2026	1.652.424	148.718
2027	1.786.096	160.749
2028	1.953.778	175.840
2029	2.130.060	191.705
2030	2.321.038	208.894
TOTAL	16.121.209	1.450.909

As estimativas de lucro tributável são baseadas em premissas projetadas pelas áreas geradoras de receitas e despesas, nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e aprovado pela Alta Gestão. O saldo de tributos diferidos ativos é revisado no final de cada exercício, sendo ajustado ou baixo conforme estudo de projeção de lucros futuros.

19.1.2 - Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/19	CONSTITUIÇÃO	REALIZAÇÃO	31/12/20
A - Das movimentações diferidas no PL	419.784	30.946	(88.787)	361.943
Ajuste de Avaliação Patrimonial - custo atribuído	419.128	-	(88.677)	330.451
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	656	-	(110)	546
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	-	30.946	-	30.946
B - Das diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	37.906	7.682	-	45.588
Depreciação de bens operacionais	37.906	7.682	-	45.588
TOTAL	457.690	38.628	(88.787)	407.531

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/20	31/12/19
CSLL diferida - mantidos para venda	-	12.920
CSLL diferida	407.531	444.770
TOTAL	407.531	457.690

NOTA 20 - SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGURADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede	Generali Brasil Seguros S.A	362.222	De 08/06/20 a 08/06/21
TOTAL		362.222	

NOTA 21 - PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2020, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde - Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	11.1 e 16.11
Postalis - Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	16.2 , 16.3 e 16.5.2

21.1 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

21.2 - Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros das [notas 11.1](#) e [16.11](#).

21.3 - Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As [notas 16.2](#), [16.3](#) e [16.5.2](#) apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

21.4 - Remuneração do pessoal chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2020	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.954	357	151	266

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
R\$ MILHARES**

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2020	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Encargos sociais	1.158	11	9	50
Previdência complementar	188	1	-	-
Remuneração total	5.300	369	160	317
Número de membros	7	7	3	3

Remuneração do pessoal chave da administração (anual) - 2019	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salários e benefícios	3.279	334	160	323
Encargos sociais	687	24	-	22
Previdência complementar	164	1	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício no cargo	320	-	-	-
Remuneração total	4.450	358	160	345
Número de membros	7	7	3	3

NOTA 22 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

Remuneração de empregados e dirigentes	2020	2019
Menor remuneração ¹	1.327	1.363
Maior remuneração	52.619	52.619
Remuneração média	4.266	4.120
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

¹A menor remuneração em 2019 foi impactada pela implantação da jornada reduzida.

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 - Plano de Desligamento Incentivado - PDI

Em dezembro de 2020 foi lançado o Plano de Desligamento Incentivado (PDI 2020/2021) cujas adesões e desligamentos ocorrerão em 2021. Por ser um ato administrativo discricionário, que poderia ser revisto antes da produção dos seus efeitos, os impactos do Plano serão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2021.

Essa iniciativa está alinhada ao programa estratégico de gestão de pessoas que prevê a adequação da força de trabalho às novas demandas internas mediante ações de reenquadramento de empregados, extinção consensual do contrato de trabalho, transferência de empregados de unidades com efetivo superavitário para unidades com efetivo deficitário, entre outras, com o objetivo de contribuir para o aumento da produtividade operacional e redução de custos.

A estimativa é que sejam realizados 6.297 desligamentos totalizando uma despesa com o PDI em 2021 de R\$ 721.607.

23.2 - Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em 14 de abril de 2021 foi publicado o decreto no qual os Correios foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão da Empresa foi recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) em reunião ocorrida em março de 2021, após a primeira fase dos estudos para a desestatização.

A segunda fase dos estudos segue ao longo de 2021 sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e detalhará o modelo de desestatização aprovado pelo CPPI de alienação de controle societário (venda de parcela majoritária das ações e transferência do controle para o privado) em conjunto com a concessão dos serviços postais universais. A desestatização dos Correios depende ainda da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei 591/21 que quebra o monopólio e regulamenta a abertura do setor postal à iniciativa privada.

Em 20 de abril de 2021 a Câmara aprovou o regime de urgência para o Projeto de Lei 591/21 - que permite acelerar a análise do texto.

Floriano Peixoto Vieira Neto
Presidente

Danilo Cezar Aguiar de
Souza
Diretor de Administração

Heronides Eufrásio Filho
Diretor de Gestão
de Pessoas

Celso José Tiago
Diretoria de Governança

Alex do Nascimento
Diretoria de Negócios

Carlos Henrique de Luca
Ribeiro
Diretoria de Operações

Heglehyschynton Valério
Marçal
Diretoria de Gestão
Estratégica, Tecnologia e
Finanças

Hudson Alves da Silva
Contador - CRC/DF
014.022/O-9





Relatório Integrado Correios 2022

Aprovado na 6ª RECA, em 23 de maio de 2023.

Bem-vindos	4	2.1 Plano Estratégico	41
Mensagem do Presidente	7	2.1.1 Desafios e incertezas	43
Capítulo 1 – Visão geral dos Correios e ambiente externo	11	2.2 Governança corporativa	43
1.1 Quem somos	11	2.2.1 Indicadores de governança	47
1.1.1 Estrutura Organizacional	13	2.2.1.1 Medidas adotadas em relação aos indicadores	50
1.2 Políticas e normas direcionadoras	14	2.2.2 Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	51
1.3 Nossos números	20	2.2.3 Gestão de riscos	51
1.4 Cadeia de valor	21	2.2.3.1 Riscos estratégicos, oportunidades e perspectivas	56
1.5 Modelo de Negócios dos Correios	22	2.2.4 Compliance	58
1.6 Políticas Públicas	26	2.2.5 Segurança	60
1.7 Relacionamento com a sociedade	27	2.2.6 Sistema de Controles Internos	62
1.7.1 Canais de relacionamento com os clientes	29	2.2.7 Controle interno	63
1.7.2 Ouvidoria	33	2.2.8 Auditoria interna	65
1.7.3 Carta de Serviços ao Usuário	37	2.3 Corregedoria	68
1.8 Cenário nacional e internacional	37	Capítulo 3 – Resultados da gestão	71
Capítulo 2 – Plano Estratégico Correios e Governança	41	3.1 Indicadores, metas e resultados alcançados para a consecução do Plano Estratégico	71
		3.1.1 Indicadores setoriais	82
		3.2 Resultados das principais áreas de gestão	89

3.2.1 Negócios	89	4.8 Recomendações da Controladoria Geral da União (CGU)	150
3.2.2 Operações	96	4.9 Principais ações de supervisão nas entidades ligadas aos Correios	151
3.2.3 Tecnologia	101	Apresentadores de contas	154
3.2.4 Administração	107	Anexos e Apêndices	156
3.2.5 Gestão de pessoas	111	Tabela de remissão à sustentabilidade	156
3.2.6 Sustentabilidade	117	Estrutura organizacional 2022 (siglas e denominações)	160
Capítulo 4 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	128		
4.1 Gestão orçamentária	128		
4.1.1 Descentralização de recursos	130		
4.2 Gestão de custos	134		
4.3 Desempenho financeiro e contábil	136		
4.3.1 Indicadores de rentabilidade	138		
4.3.2 Situação financeira	139		
4.3.3 Situação patrimonial	144		
4.4 Normas legais adotadas e mecanismos de controle	145		
4.5 Informações da área de contabilidade dos Correios	148		
4.6 Conclusões da auditoria independente	149		
4.7 Determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU)	150		

Bem-vindos

Este é o Relatório de Gestão dos Correios 2022, na forma de relato integrado

Como requisito de transparência estabelecido pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), o relato integrado é um modelo de relatório que visa demonstrar, com foco estratégico e no cidadão, transparência e conectividade das informações, como a organização gerou valor ao longo do tempo, sendo elaborado em conformidade com a Estrutura Internacional para o Relato Integrado, desenvolvida pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC).

Para tanto, apresenta uma estrutura com conteúdo capaz de oferecer uma visão clara e concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, sendo demonstrados e justificados os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

A adoção do modelo de relato integrado é estabelecida pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e pela Decisão Normativa TCU 198/2022, propiciando que a prestação de contas seja realizada consoante as diretrizes contidas na estrutura do IIRC.

Este relatório busca não só atender às diretrizes de reporte e transparência, como também, sobretudo, apresentar e comunicar às partes interessadas, de forma objetiva e de fácil compreensão, os resultados alcançados em 2022 pelos Correios.

Aviso ao leitor:

1. Ao longo do relatório, poderá haver pequena variação entre valores apresentados, devido aos arredondamentos que impactam o somatório e a divulgação de números (tabelas/gráficos/texto), assim como a soma dos percentuais, que pode não totalizar 100.

2. Para facilitar a leitura, siglas, abreviações, tabelas, quadros, gráficos e figuras estão devidamente identificados quando apresentados no texto.

Materialidade

Para a seleção dos temas inseridos e quantificados, foi realizado um processo de avaliação da materialidade, composto por três etapas.

A primeira etapa consistiu na identificação e mapeamento das informações consideradas relevantes para a empresa e capazes de impactar a nossa capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazos, tais como: Plano Estratégico dos Correios; Cadeia de Valor, tendências de mercado internacional e nacional e forma de relacionamento da empresa com clientes e sociedade em geral. Em complemento, foi avaliada a situação econômico-financeira da empresa e o conteúdo estabelecido no Anexo da Decisão Normativa TCU 198, de 23 de março de 2022.

O segundo passo consistiu na etapa de priorização, na qual foram verificados os tópicos que devem ser relatados, em uma escala de importância para as partes interessadas e, principalmente, se todos os aspectos imprescindíveis aos órgãos de controle foram contemplados.

A atualização do Plano Estratégico influenciou de maneira significativa a priorização das informações relevantes, pois foram reavaliadas as principais variáveis dos ambientes externo e interno, como tráfego postal; tendências de mercado; melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo; diretrizes governamentais; comportamento dos clientes; indicadores e metas para 2022, destacando-se os seguintes temas:

- I. Plano Estratégico Correios 2022-2026;
- II. Fortalecimento da Governança Corporativa;
- III. Investimentos e modernização do processo operacional e ampliação da capacidade produtiva;

IV. Inovação e diversificação dos canais de atendimento;

V. Lançamento de novos negócios e soluções logísticas destinadas às operações do comércio eletrônico;

VI. Desenvolvimento do capital humano;

VII. Responsabilidade socioambiental no portfólio de negócios, nas operações logísticas e nos processos internos;

VIII. Conformidade e transparência no atendimento às demandas de órgãos de controle.

Na terceira etapa, foi realizada a validação das informações em ciclos sucessivos, considerando diversos atores e em diferentes níveis da hierarquia, até chegar ao nível da alta administração. São análises que possibilitam assegurar a confiabilidade e a aprovação das informações coletadas anteriormente.

Por fim, o processo definiu e alinhou os temas relevantes para a gestão e para o Plano Estratégico dos Correios, de

forma a apresentar um conteúdo sucinto, interconectado e útil para avaliar a razoabilidade do que foi relatado, uma vez que evidencia resultados importantes obtidos pelos Correios e enaltece a responsabilidade corporativa e a transparência para a sociedade e para os órgãos de controle.

Salientamos a opção por um formato híbrido de relatório ao contemplar o conteúdo de sustentabilidade, utilizando-se de temas da norma ABNT ISO 26000, que trata das diretrizes de responsabilidade social e dos conteúdos ambientais e sociais correlatados ao *Global Reporting Initiative* (GRI), versão *standards*, a saber: governança, direitos humanos, trabalho digno, meio ambiente, práticas de operação, consumidor e comunidade. A tabela de sustentabilidade para a identificação das ações sociais e ambientais pode ser visualizada no apêndice deste relatório.

Para mais informações sobre este relatório e seu conteúdo, envie um e-mail para presidencia@correios.com.br.

Boa leitura!

Mensagem do presidente

Os Correios chegaram ao final de 2022 com vários desafios a serem superados para que a empresa siga no propósito de manter-se sustentável, garantindo o crescimento nos mercados concorrenciais e a universalização dos serviços postais.

A avaliação da execução do Plano Estratégico 2022/2026 indicou que a empresa está atenta à responsabilidade socioambiental e tem cumprido sua missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas e, ainda, de prestar serviço essencial para a sociedade brasileira ao ofertar pacotes de soluções para pequenos, médios e grandes clientes. Essa atuação foi possível e reforçada pelos valores organizacionais: integridade; respeito às pessoas; responsabilidade e compromisso com o resultado; orgulho em servir à sociedade e pertencer aos Correios; orientação ao futuro; adaptabilidade; aprendizagem contínua; integração e centralidade do cliente.

Sob a ótica dos indicadores estratégicos, observa-se que a empresa tem se mantido perseverante na busca por resultados que levem à consecução dos quatro objetivos definidos no Plano Estratégico:

1. Assegurar a sustentabilidade – os resultados dos indicadores de execução orçamentária de custos e despesas planejadas e de maturidade do sistema de governança dos Correios apresentaram percentual de 100,00% de realização da meta no ano de 2022.

No que diz respeito ao aspecto socioambiental, resalta-se a adesão dos Correios ao programa Agenda Ambiental na Administração Pública (Agenda A3P) do Ministério do Meio Ambiente, propiciando aos Correios assessoramento técnico especializado para promoção e aperfeiçoamento das práticas de sustentabilidade, resultando na preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos e promove a

imagem positiva da empresa com clientes, empregados, fornecedores, parceiros e sociedade em geral.

2. Garantir a excelência – alcance de 100,23% da meta de qualidade operacional, tendo o indicador de satisfação do cliente alcançado 94,40% da meta. Para isso, houve destinação de R\$ 758,50 milhões para instalações de unidades, manutenções e modernizações de veículos, representando um incremento em 2022 de 110,64% quando comparado ao executado em 2021, sendo que a modernização dos veículos, no montante de R\$ 350 milhões, foi o principal destino, representando 46,15% do total.

Para a área de tecnologia da informação e comunicação foram destinados R\$ 201,63 milhões para atualização dos recursos e serviços tecnológicos que suportam os processos de negócios, propiciando ganhos de eficiência energética e de mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

No quesito segurança, foram aportados R\$ 59 milhões ao longo de 2022 e para a aquisição de móveis, utensílios,

máquinas e equipamentos administrativos, foram destinados R\$ 9,68 milhões, o que representa um aumento na ordem de 405% em relação ao executado em 2021.

Os Correios melhoraram seus índices na pesquisa de imagem e satisfação. No critério Eficiência, a empresa obteve aumento de sete pontos percentuais, se comparado com o dado obtido na última apuração, realizada em 2018, alcançando a nota média nacional de 8,25. O nível de satisfação geral foi de 89,4%, 1,5 ponto percentual acima da apuração anterior.

3. Crescer nos mercados concorrenciais – o desempenho do indicador estratégico de receita foi de 78,55%, tendo sido impactado pelo fato das postagens dos principais clientes do e-commerce apresentarem-se inferiores ao patamar estimado. Com o lançamento de novos negócios e soluções logísticas destinadas às operações do comércio eletrônico, como a implantação de seis novos armazéns de logística integrada e operações para *fulfillment*, ampliando para 11 o número de unidades operadoras do serviço Correios Log+, os Correios

foram posicionados como importante provedor de soluções logísticas destinadas às operações de comércio eletrônico.

Dentro dessa atuação de destaque no mercado de encomendas com soluções inovadoras para lojistas, empreendedores e clientes do comércio eletrônico, houve o fortalecimento do programa AproxIME, que abrangeu, entre outras ações, a realização de 7.825 consultorias contendo análises de sites e políticas de fretes para micro e pequenos empreendedores que possuem loja virtual.

Quanto à atuação no mercado internacional de encomendas, vale destacar o crescimento de 30,42% da receita advinda do segmento internacional, ante 2021, acompanhando o crescimento exponencial do e-commerce internacional no país.

Registra-se ainda a redução dos prazos de entrega de encomendas, sendo que em 2022, trechos que representam 55% da carga do SEDEX foram ofertados com prazo de entrega no dia seguinte à postagem (D+1), beneficiando mais de 4 mil

localidades em todo o Brasil. Junta-se a isso a ampliação do SEDEX Hoje com Entrega Colaborativa (*crowdshipping*), já presente em São Paulo, para o Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte, permitindo a entrega da encomenda em poucas horas.

4. Manter a universalização – realização de 99,30% para o indicador de universalização do atendimento e de 102,92% para o de universalização da distribuição, ante as metas estabelecidas para 2022 pela Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações, resultando na disponibilização à população brasileira de uma infraestrutura postal com 9.456 posições de atendimento e um total de 9.409 distritos com efetiva distribuição, que propiciam a universalização e a continuidade dos serviços postais básicos em todo o país.

Além disso, a empresa investiu na diversificação e modernização dos canais de atendimento com a implantação de 97 unidades do Correios Empresas, criado para diferenciar o atendimento aos clientes com contrato comercial com os Correios; aumento de cerca de 10 milhões (500%) de novos usuários do aplicativo Correios, totalizando mais de 12 mi-

lhões de usuários; ampliação da quantidade de armários inteligentes (*lockers*), totalizando 84 unidades implantadas nas cidades de Brasília/DF (17 unidades), Rio de Janeiro/RJ (40 unidades) e São Paulo/SP (27 unidades), constituindo mais um canal de distribuição ao cliente.

Com mais de 80 contratos vigentes, o Balcão do Cidadão posiciona os Correios como um canal de acesso a serviços de interesse do cidadão, sendo um importante serviço sustentável na vertente social. Em 2022, o serviço obteve reconhecimento internacional, recebendo o prêmio *World Post & Parcel Awards* na categoria “Serviço ao Cliente”.

No Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest), os Correios obtiveram no 6º ciclo a pontuação de 9,40.

Diante dos números destacados, vale ressaltar o importante engajamento de todos os empregados na evolução da empresa no mercado.

Dessa forma, a Diretoria dos Correios, comprometida

com a transparência das ações, atesta a veracidade e a integridade das informações presentes no Relatório Integrado.

Neste novo momento, reforçamos o compromisso com a sociedade e com as empregadas e os empregados a fim de oferecer mais oportunidades de crescimento dos nossos serviços no mercado, além do reconhecimento e incentivo a todos que se empenham em dar o seu melhor pela estatal. Todo esse movimento e toda essa força que trouxemos para essa gestão nos impulsionam a continuar firmes na caminhada pela sustentabilidade dos negócios e comprometidos com a prestação dos serviços essenciais para a sociedade, para a reconstrução do Brasil e para o fortalecimento dos Correios como empresa pública pelos próximos anos.

Fabiano Silva dos Santos

Presidente dos Correios

Capítulo 1 – Visão geral dos Correios e ambiente externo

1.1 Quem somos

Os Correios são uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações, com capital social de R\$ 3.403 milhões, integralmente constituído pela União, regida por seu Estatuto Social e pelas normas aplicáveis (Decreto-lei de criação nº 509/1969, Leis nºs 6.404/1976, 6.538/1978, 12.490/2011, 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2016).

O serviço postal teve a sua origem no Brasil, em 25 de janeiro de 1663, com a instalação do Correio-mor na então colônia portuguesa. Desde a criação da empresa, em 1969, para prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro, a estatal vem se modernizando ao criar e disponibilizar serviços de qualidade e adequados às necessidades dos seus clientes e da própria sociedade em um mercado cada vez mais competitivo.

Com uma vasta rede de canais de atendimento, a empresa beneficia toda a população brasileira, conectando pessoas e organizações onde quer que estejam, em 5.553 muni-

cípios do país, ao prestar serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, atuando também na incorporação das tendências inovadoras e desafiadoras do mercado internacional e doméstico, que estão marcando a evolução dos serviços postais em curso no mundo inteiro.

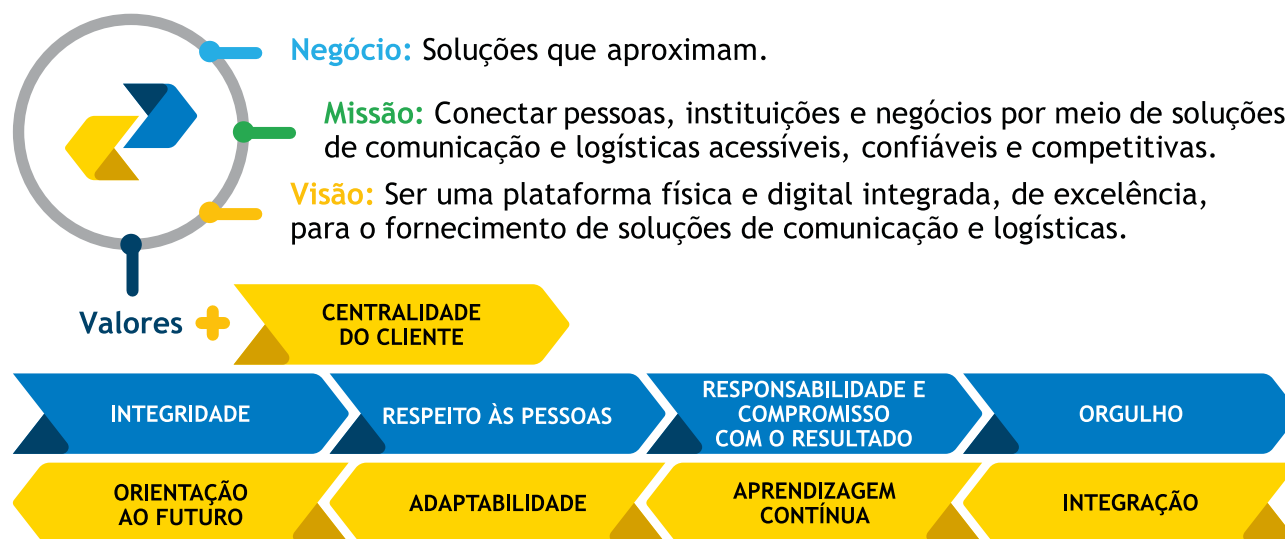
Os Correios são responsáveis pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, o que fortalece a sua função social de agente de integração nacional ao garantir à população o acesso à cidadania e a diversos serviços de governo. Além disso, acompanhando o crescimento do mercado de encomendas, a empresa possui atuação destacada na área concorrencial, oferecendo um portfólio de soluções modernas e inovadoras no mercado de encomendas e de logística, especialmente desenhados para lojistas, empreendedores e clientes do comércio eletrônico, sendo outros serviços expandidos para melhor se adequarem ao ambiente digital.

Muito mais do que oferecer produtos e serviços, os Correios buscam entender as necessidades dos seus clientes, desenvolvendo soluções acessíveis, confiáveis e cada vez mais competitivas.

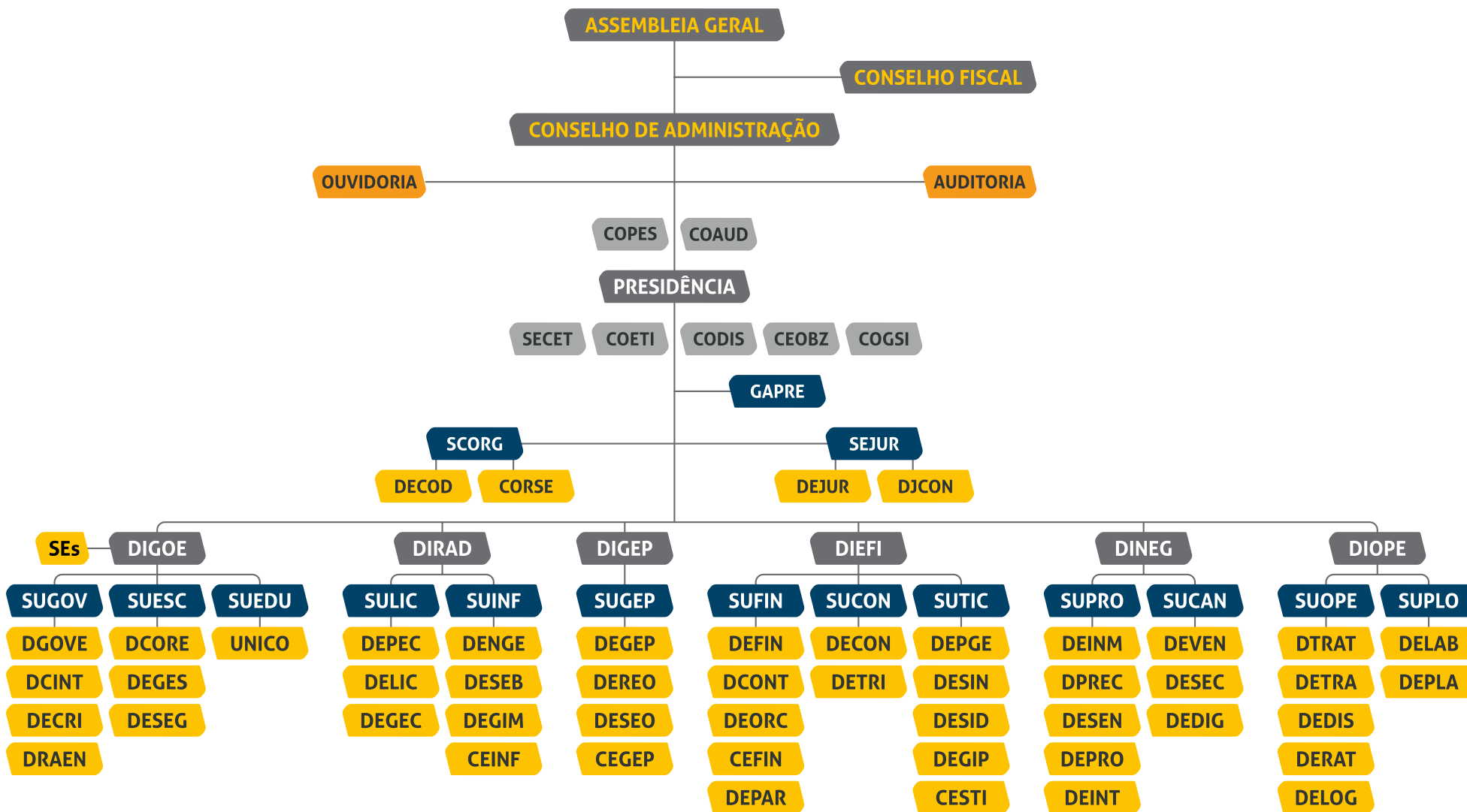
Os Correios integram a rede postal mundial constituída pelos operadores designados dos 192 países-membros da União Postal Universal (UPU), possibilitando o intercâmbio de objetos postais em escala global. A atuação dos Correios na UPU é reconhecida internacionalmente e foi um fator primordial para que o Brasil tenha sido eleito para o Conselho de Operações Postais (COP) da UPU e escolhido para ocupar a vice-presidência do COP representativa das Américas no período 2021-2025. Os Correios também participam ativa-

mente de fóruns e organizações postais regionais, como a União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), a Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (Aicep) e a Comissão Temática de Assuntos Postais (Ctap) do Mercosul.

A identidade corporativa dos Correios representa o conjunto de valores e crenças com que a empresa se identifica e que a diferencia das outras organizações existentes no mercado, sendo composta por negócio, missão, visão e valores. Para 2022, a identidade corporativa foi revisitada, mantendo-se inalterados o negócio, a missão e a visão. No entanto, foi acrescentado o valor da centralidade do cliente para reforçar a premissa da empresa de atender o cliente com excelência, de maneira ágil, inovadora e eficiente.



1.1.1 Estrutura organizacional



1.2 Políticas e normas direcionadoras

A atuação dos Correios é pautada pela sua natureza jurídica, normas e valores presentes em sua identidade corporativa, mencionados no [subitem 1.1](#) deste relatório, e por um conjunto de políticas e códigos:

Política de Governança Corporativa

Tem por objetivo estabelecer e sistematizar os princípios, diretrizes e responsabilidades das instâncias internas de Governança Corporativa adotados pelos Correios, de forma a direcionar e alinhar a tomada de decisão às disposições do Estatuto Social da empresa e da legislação, bem como ao Plano Estratégico, com a finalidade de apoiar a empresa na capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazos. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política Corporativa de Compliance

Estabelece princípios, diretrizes, papéis e responsabilida-

des que disciplinam o Sistema de Gestão de Compliance (SGC), de forma a assegurar o comprometimento dos Correios em cumprir leis, políticas, códigos e normativos organizacionais. Também orienta ao desenvolvimento e à disseminação de uma cultura positiva de compliance em consonância com as expectativas das suas partes interessadas, salvaguardando os valores, a integridade, a ética e a imagem da empresa, evitando ou minimizando as não conformidades e, ainda, contribuindo para o comportamento socialmente responsável das organizações. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades que devem nortear a governança e a gestão de riscos nos Correios visando subsidiar a tomada de decisão e o tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade do cumprimento e consecução da missão, visão e dos objetivos institucionais. Disponível em: <https://www.cor->

[reios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas](https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas)

Política Corporativa de Consequências

Estabelece princípios e diretrizes para aplicação de sanções éticas, administrativas e disciplinares a todos os empregados, independentemente do cargo ou função exercidos, em resposta a condutas e ações realizadas em descumprimento ao Código de Conduta Ética e Integridade, ao Regime Disciplinar, aos regulamentos e políticas internas, assim como a outros normativos afetos aos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política de Transações com Partes Relacionadas

Norteia os aspectos relacionados às transações com as partes relacionadas nos Correios, de modo a garantir que as decisões envolvendo essas situações resguardem os interesses da empresa, da União e da sociedade. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/le->

[gislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas](https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas)

Política de Divulgação de Informações

Estabelece princípios, diretrizes, competências e responsabilidades que disciplinam o uso e a divulgação de informações, em especial as informações relevantes, à sociedade e às demais partes interessadas, assegurando que as informações sobre a empresa sejam prestadas com integridade, conformidade, transparência, tempestividade, confidencialidade e equidade. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política de Dividendos

Tem por finalidade garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos, tendo por premissas a necessidade de flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção das atividades. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política Corporativa de Porta-Vozes

Tem por objetivo estabelecer o papel do porta-voz dos Correios, de forma a garantir unidade e consistência do discurso institucional na prestação e transmissão de informações; proteger a imagem da empresa; potencializar oportunidades e mitigar riscos. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política Comercial

Estabelece os princípios e diretrizes para a sistematização do relacionamento dos Correios com seus clientes e o atendimento de suas necessidades. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política Corporativa de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais

Define os princípios, diretrizes e responsabilidades re-

lativos ao uso e compartilhamento de informação corporativa em conformidade à legislação vigente, às normas técnicas pertinentes, aos valores e às melhores práticas de segurança da informação e comunicações, bem como de proteção de dados pessoais. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política de Sustentabilidade Empresarial dos Correios

Tem por finalidade fomentar o equilíbrio entre os critérios ambiental, social, econômico e de governança, visando ao desenvolvimento sustentável, em toda a cadeia de valor, à competitividade e à perenidade dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política de Auditoria Interna

Estabelece linhas gerais de funcionamento das atividades de auditoria na empresa, conforme as normas e as melhores práticas pertinentes, e de orientação em direção

ao cumprimento de sua finalidade de aumentar e proteger o valor dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Política de Controle Interno

Estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades corporativas a serem observados no funcionamento e no fortalecimento do controle interno, visando à mitigação de riscos e à produção de informações relevantes às partes interessadas na tomada de decisões, com a finalidade de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos objetivos dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Programa de Compliance

Compreende um conjunto de práticas de compliance consolidadas na empresa voltadas para a prevenção, a detecção e a resposta às ações e condutas irregulares. Tem por finalidade

combater atos ilícitos, fraudes e corrupção, o descumprimento de normas e os desvios de condutas éticas; reduzir perdas financeiras e danos à reputação e à imagem da empresa; promover a integridade organizacional e a sustentabilidade dos negócios, dentre outros, sendo um importante instrumento de governança corporativa para a proteção da empresa e da sociedade.

O Programa de Compliance dos Correios está estruturado por meio de três eixos de atuação e de dimensões temáticas, nos quais se encaixam as principais práticas, conforme demonstrado na figura a seguir:



Disponível em <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/transparencia-e-governanca/compliance/compliance>

Programa de Compliance Concorrencial

Com foco na lei de defesa da concorrência (Lei nº 12.529/2011), o programa de compliance concorrencial busca o fortalecimento institucional por meio de um ambiente de negócios probo e íntegro, sem prejuízo à universalização dos serviços postais. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/transparencia-e-governanca/compliance/instrumentos-normativos>

Código de Conduta Ética e Integridade e Comissão de Ética

Em 2022 a Comissão de Ética dos Correios examinou 173 denúncias e admitiu 79 para apuração. No exercício da função consultiva, sobre as dúvidas recepcionadas, foram respondidas 90 consultas referentes à aplicação do Código de Conduta Ética e Integridade.

Em relação ao tema “conflito de interesses”, a Comissão de Ética participou do processo para resposta a 39 consultas formuladas pelos empregados sobre o exercício de ati-

vidades profissionais/empresariais fora do ambiente de trabalho nos Correios.

No tocante a sua atribuição de promover a disseminação da cultura da ética, com o apoio de outras áreas da empresa, foram publicadas cartilhas de orientação aos empregados sobre o uso das redes sociais e sobre a conduta no período eleitoral. Ainda sobre o período eleitoral, merece destaque a formatação e aplicação do treinamento sobre conduta na época de eleições, que foi destinado a orientar toda a força de trabalho da empresa e obteve alcance de mais de 97% dos empregados. Também cabe destacar as ações de divulgação do Código de Conduta Ética e Integridade e a realização da segunda fase da campanha Fortalecendo Valores na prática, que veiculou vídeos e podcasts sobre os valores morais presentes na cultura corporativa.

O Código de Conduta Ética e Integridade pode ser consultado em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/servidores/arquivos/codigo-de-conduta-etica-integridade>

Regime Disciplinar – Deveres e Proibições

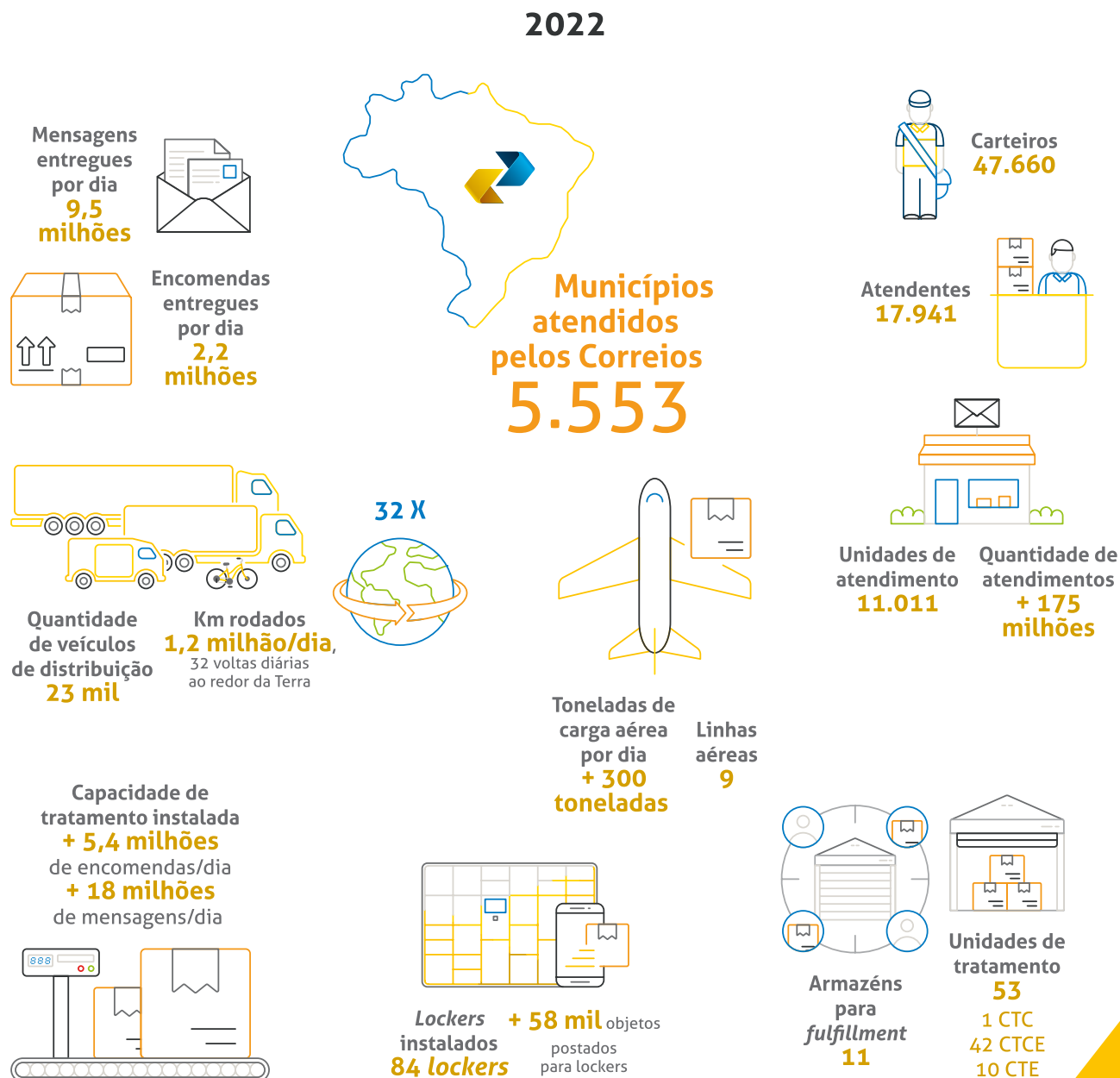
Visa à prevenção de desvios de conduta funcional e de integridade, atos de corrupção e de fraude, promovendo a disseminação de orientações quanto aos deveres e às proibições que devem ser observados, sob pena de sanções consequentes do seu descumprimento. Disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/arquivos/regime-disciplinar-deveres-proibicoes>



1.3 Nossos números

Os Correios estão presentes em 5.553 (99,69%) de 5.570 municípios brasileiros e entregam, diariamente, mais de 11,7 milhões de objetos postais. A prestação do serviço postal, atribuída ao Estado brasileiro pela Constituição Federal, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, estejam presentes em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura para a execução de operações compatíveis com o gigantismo do Brasil.

Os dados apresentados a seguir evidenciam a magnitude e a complexidade da operação realizada pela estatal na prestação dos serviços postais.



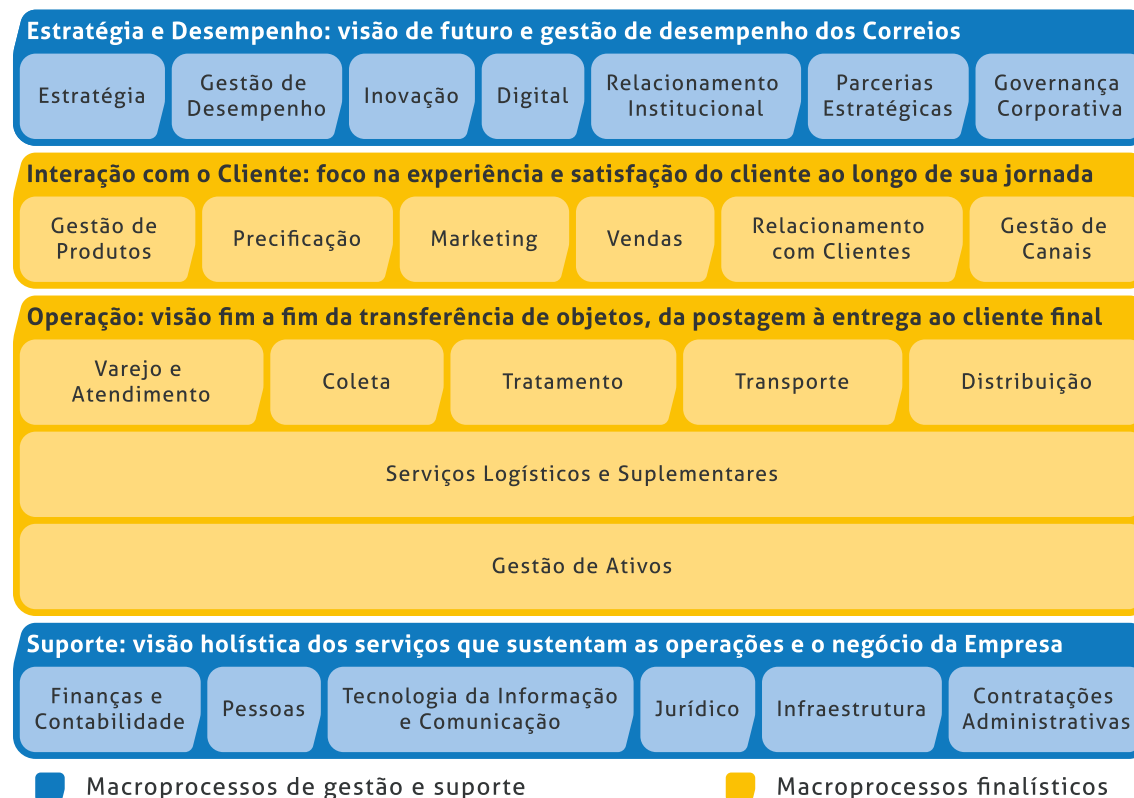
1.4 Cadeia de Valor

A cadeia de valor representa os processos essenciais que entregam valor aos clientes e que geram mais resultados para a empresa, demonstrando a relação de cada um deles com a contribuição gerada para o estabelecimento de vantagens competitivas em relação ao mercado.

Entre os principais objetivos da cadeia de valor destacam-se o alinhamento dos principais processos à estratégia da organização e a identificação, priorização e gerenciamento dos processos que geram mais valor e servem de insumo para os demais processos da empresa, tais como dimensionamento de efetivo, estrutura organizacional, governança, normativos e controle interno, dentre outros.

Conforme figura a seguir, a cadeia de valor está organizada por macroprocessos de gestão, finalísticos e de suporte, sendo que na

parte superior está o macroprocesso “estratégia e desempenho”, que reúne os processos relacionados à gestão; na parte central são apresentados os processos finalísticos vinculados aos macroprocessos “interação com o cliente” e “operação”, que contribuem diretamente para a geração de valor aos clientes e à sociedade; e na parte inferior estão dispostos os processos de “suporte”, que apoiam os demais processos da empresa.



1.5 Modelo de negócios dos Correios

Com abrangência em todo o território nacional para garantir a universalização e a continuidade dos serviços postais aos brasileiros, os Correios oferecem mais do que um extenso portfólio de produtos e serviços. A empresa busca entender a necessidade dos seus clientes, focando em soluções adequadas que permitam aproximá-los de pessoas e organizações onde quer que estejam.

O modelo de negócios dos Correios é alicerçado na missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas, sendo as agências de Correios pontos de apoio aos cidadãos, ao ampliar a oferta de serviços públicos.

A oferta de produtos e serviços pelos Correios está organizada em três linhas de negócios, que consideram a variedade de opções oferecidas e os mercados de atuação de seus clientes:

I. Logística

Processo de captação, tratamento, armazenagem e entrega de remessas nacionais e internacionais e de prestação de serviços de logística integrada, composto por:



Encomendas: recebimento/coleta, expedição, transporte e entrega de objetos, com ou sem valor mercantil. Inclui ainda a logística reversa, serviço de retorno de encomendas ao remetente, mediante autorização de postagem, com possibilidade de entrega simultânea de outra encomenda no momento da postagem ou da coleta.



Logística Integrada: compreende a prestação de serviços de armazenagem, atendimento de pedidos, separação, embalagem e integração aos serviços de transporte/distribuição e de logística reversa. Adaptada às necessidades de cada operação, conta com uma plataforma digital para gerenciamento completo da cadeia logística do cliente. Além das grandes operações customizadas, como a distribuição dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e das provas do Exame Nacional do En-

sino Médio (Enem), entre outras, abrange o serviço Correios Log+, destinado às empresas que atuam na venda de produtos para os mercados nacional e internacional, e o Log Supri, destinado aos clientes que desejam uma gestão profissional dos estoques de suprimentos.



Internacional: caracterizado pela oferta de soluções logísticas para envios e recebimentos internacionais de mensagens, impressos, documentos e bens com ou sem valor comercial. Como operador postal designado do Brasil, os Correios prestam os serviços postais internacionais principalmente pela rede postal mundial, conforme Convenção Postal Universal. Contudo, possuem serviços específicos para a cadeia de comércio eletrônico internacional. Essas soluções oferecidas acompanham o crescimento exponencial do e-commerce internacional no país, buscando cada vez mais atender às necessidades dos *marketplaces* e melhorar a experiência dos clientes. Os Correios vêm contribuindo para o desenvolvimento do mercado de importações, o que possibilita aos brasileiros efetuar compras em sites de qualquer lugar do mundo e recebê-las diretamente em suas casas, em prazos cada vez menores.

Nas grandes operações de logística realizadas pelos Correios, fica evidenciado o valor público no exercício do papel da empresa como agente de integração nacional e de apoiadora das políticas públicas, na medida em que possibilita aos estudantes da rede pública de ensino o recebimento de livros didáticos e, aos cidadãos, o recebimento de medicamentos ou mesmo leite em pó, dentre outras operações. No segmento concorrencial, os Correios conquistaram um importante protagonismo, que resultou no fortalecimento do seu papel de parceiro do e-commerce nacional e internacional, ao prestar apoio a micro e pequenos empreendedores nas estratégias de comércio eletrônico, contribuindo para a sustentabilidade de seus negócios e constituindo um importante instrumento de fomento à economia do Brasil.

II. Comunicação

Captação e entrega de correspondências físicas e digitais, correspondência agrupada (malote) e soluções de marketing direto:



Mensagem: toda comunicação física e digital, de natureza administrativa, social ou comercial, que con-

tenha informação de interesse específico do destinatário. Relativamente à comunicação eletrônica, os Correios disponibilizam opções classificadas como híbridas (mensagens que adentram de forma eletrônica e são impressas para entrega física aos destinatários ou adentram de forma física e são espelhadas digitalmente no aplicativo Correios) e digitais, com a disponibilização das comunicações somente em meio digital no aplicativo Correios.



Marketing: toda comunicação na forma física, híbrida ou digital, de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, conforme normas de classificação de objetos dos Correios.



Malote: serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos.

III. Atendimento

Soluções de atendimento presencial, digital e à distância de consumidores e cidadãos para a prestação e/ou comercialização de produtos e serviços próprios ou de parceiros:



Conveniência: oferta de serviços de atendimento presencial aos cidadãos e consumidores, venda de produtos e serviços próprios e de terceiros e artigos de filatelia. Contempla, ainda, soluções de pagamento de contas e transferência de recursos (vale postal nacional e internacional).

1.5.1 Canais

Os canais têm o papel de prover ambiente físico e/ou digital para operação de produtos e serviços das linhas de negócios, além de facilitar o relacionamento dos Correios com empresas, governos, consumidores e cidadãos de forma eficiente e conveniente, conforme a realidade de cada mercado.

Para melhorar a experiência dos clientes nas interações com a empresa, os Correios oferecem novos modelos de atendimento, reavaliando continuamente a jornada *omnichannel* de seus clientes e estabelecendo um mix de canais adequado a cada ambiente. Exemplos de melhorias realizadas nos canais digitais foram as evoluções do App Correios (*mobile*) e as evoluções do Correios Fácil para facilitar o processo de contratação com os Correios.

Destacam-se ainda as unidades de Correios Empresas (CEM), que são um novo canal de atendimento com operação própria. Criada para oferecer atendimento diferenciado aos clientes, a iniciativa veio agregar valor à postagem e reforçar o papel da empresa como provedora de soluções para o e-commerce brasileiro e também contribuir para a estratégia de presença no mercado. Essas unidades vêm sendo instaladas em importantes polos industriais e comerciais de vários setores, como serviços hospitalares, calçados e turismo. Além dos serviços vinculados aos principais segmentos de negócios, o canal oferece atividades de preparação da carga (acondicionamento, impressão de rótulo, rotulagem e pré-postagem), que podem ser realizadas de acordo com a necessidade e a demanda dos clientes.



1.6 Políticas Públicas

O Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, instituído por meio da Lei nº 13.971/2019, abrange os seguintes programas direcionados aos Correios: Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais e o Programa Conecta Brasil, que têm por objetivo promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país.

METAS PPA 2020-2023 (R\$ milhões)

Programas	Ações	2020	2021	2022	2023	Total
Programa Temático: 2205 – Conecta Brasil	146w – Adequação da infraestrutura dos Correios	47	0	67	45	159
Programa de Gestão: 0035 – Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais	20PU – Manutenção da infraestrutura dos Correios	314	359	169	137	979
	4102 – Manutenção e adequação das infraestruturas de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	251	276	92	73	692
	4103 - Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	221	273	179	119	792
TOTAL		833	908	507	374	2622

Fonte: DIEFI

A Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações (Mcom) estabelece as diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postal, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e os respectivos índices de qualidade a serem observados pela empresa.

Oriundos dessas diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os indicadores estratégicos de universalização visam assegurar a oferta de atendimento postal e mensurar o percentual de distritos atendidos com entrega postal externa em todo o território nacional, de forma permanente, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis. As metas definidas para os indicadores estratégicos “Universalização Atendimento” (universalização do atendimento postal básico – UAPB) e “Universalização Distribuição” (percentual de distritos com entrega postal externa – PDPE) também derivam da portaria. A expansão dos serviços de atendimento e da entrega postal externa, por meio da universalização dos serviços postais para a população brasileira, é uma meta importante para a integração do país e o desenvolvimento da sociedade brasileira, sobretudo nas localidades mais remotas e carentes de infraestrutura.

A análise correspondente ao resultado obtido pelos indicadores estratégicos, em relação às respectivas metas definidas, encontra-se apresentada no contexto do **Capítulo 3** deste relatório.



1.7 Relacionamento com a sociedade

A empresa utiliza mecanismos de identificação das necessidades das partes interessadas no processo de atualização do seu Plano Estratégico, quando da realização do diagnóstico, que considera a análise do plano vigente, dos ambientes interno e externo, das tendências de mercado, das melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo, das diretrizes governamentais, dos resultados dos seus principais indicadores da satisfação dos clientes para com a empresa, da dispo-

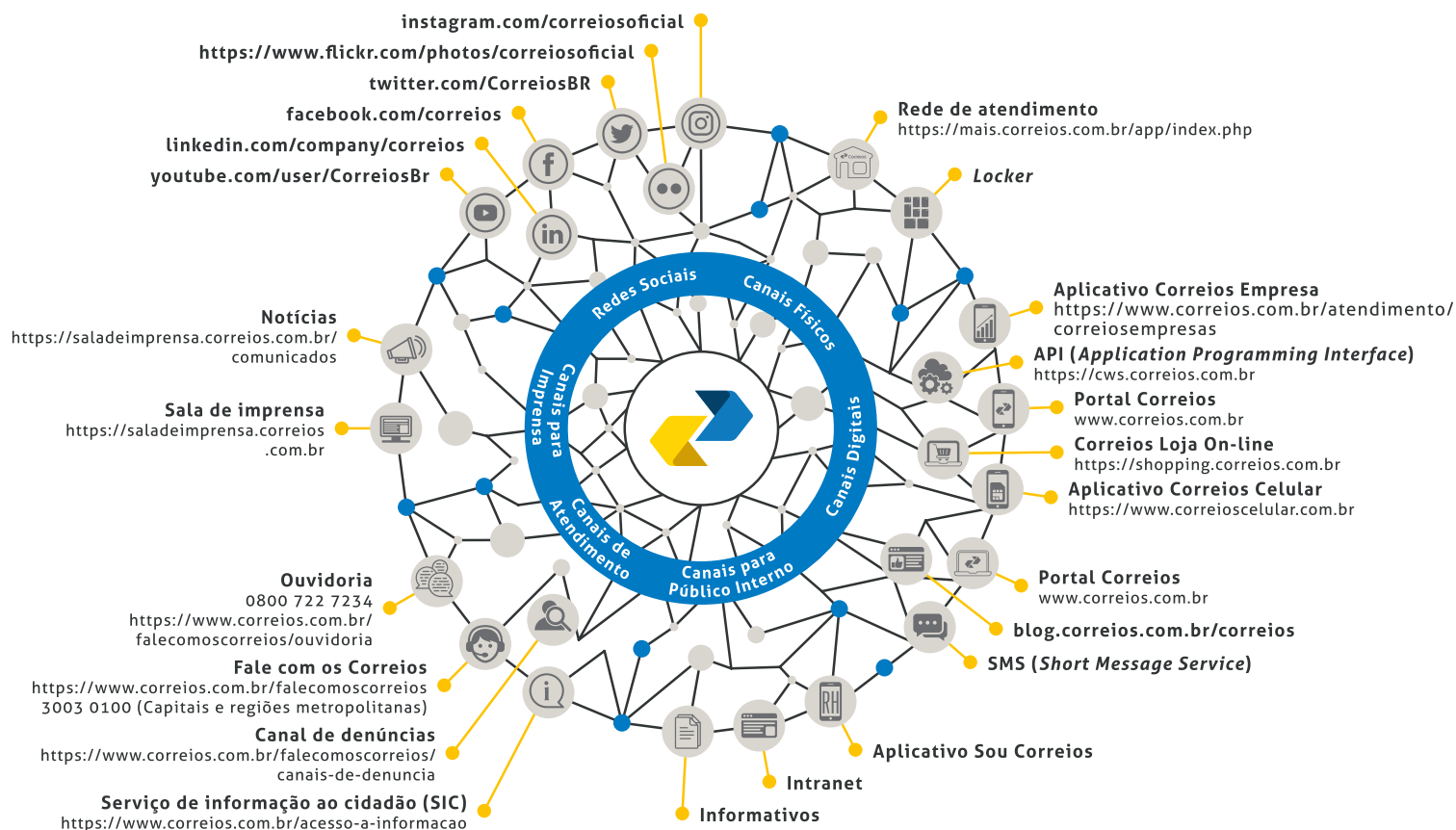
nibilidade e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Também é considerada a participação da empresa no mercado concorrencial, assim como os seus resultados financeiros. A partir desse diagnóstico, são definidos direcionadores para alcance da missão dos Correios de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas.

Em aderência aos elementos contidos no Plano Estratégico e dada a essencialidade dos serviços postais, a empresa vem continuamente aprimorando a qualidade operacional e fortalecendo valores como respeito às pessoas, adaptabilidade, orgulho em servir à sociedade e centralidade do cliente.

Além de gerar valor às partes interessadas, as ações realizadas pelos Correios buscam identificar as necessidades da sociedade e do mercado para a oferta de soluções adequadas que permitam aproximar pessoas e organizações onde quer que estejam.

Com abrangência em todo o território nacional, os Cor-

reios possuem diversos canais de comunicação, digitais e presenciais, para relacionamento com a sociedade e promoção da transparência para todos os seus públicos de interesse, constituindo-se como a principal solução de comunicação formal multicanal (física, híbrida e digital) e de operações logísticas completas do Brasil, como ilustra a figura a seguir:



1.7.1 Canais de relacionamento com os clientes

A seguir, são destacados os principais canais de relacionamento com os clientes e os resultados obtidos em 2022:

I. Serviço Central de Atendimento dos Correios (SAC):

a) **Telefone:** Telefone: cerca de 2,8 milhões de ligações recebidas, das quais 366 mil pelo atendimento 24 horas, 7 dias por semana;

b) **Chat web (CAROL):** 3,4 milhões de chats, com interações 24 horas, 7 dias por semana;

c) **CAC – Atendimento Especializado:** suporte ao cliente com contrato para atendimento a demandas de TI e financeiras, incluindo a oferta de soluções para seus negócios, que totalizaram cerca de 140 mil atendimentos telefônicos.

II. **Facebook, Instagram, Twitter:** tratadas/respondidas mais de 242 mil interações;

III. **Vendas à distância:** prospecção de novos contratos de forma ativa e receptiva. Foram efetivados 11.253 novos contratos;

IV. **Fale conosco:** registradas 10,4 milhões de manifestações, sendo 99,8% respondidas;

V. **Consumidor.gov.br:** registradas 6.824 manifestações, com tempo médio de resposta de 7 dias e índice de solução de 67,4%;

VI. **Reclame Aqui:** registradas 62.469 manifestações, sendo 100% respondidas.

A Política Comercial dos Correios é revisada periodicamente em busca de aperfeiçoar o modelo de relacionamento comercial, considerando o volume de negócios, as contrapartidas e os benefícios, de forma a melhorar a percepção de valor dos clientes em relação à prestação de serviços.

Para aprimoramento do relacionamento com os clientes, a Política Comercial dos Correios foi revisada em 2022, proporcionando readequação de contrapartidas e

melhores ofertas de preços para aqueles clientes que utilizam mais os Correios, de acordo com o pacote de serviço contratado e em alinhamento ao mercado.

Adicionalmente, a Ouvidoria dos Correios possui um papel importante para a maturidade na percepção da experiência dos clientes e usuários e estratégico para a evolução da empresa. Além do atendimento de cada demanda recebida, atua também em nível estrutural com todas as áreas da empresa, representando a voz do cliente na busca pela melhoria na prestação dos serviços e geração de valor. Esse processo é denominado “recomendação de melhorias”, que se utiliza do conhecimento auferido pela Ouvidoria a partir das manifestações recebidas, fortalecendo a cultura de centralidade no cliente.

Experiência do cliente

Por meio do Modelo Integrado de Gestão da Satisfação dos Clientes, vem sendo promovida nos Correios a adoção de ações voltadas ao aprimoramento da experiência e à obtenção da satisfação e lealdade dos clientes, as quais materializam o valor corporativo da centralidade do clien-

te, aspecto fundamental da cultura organizacional.

As novas métricas implementadas proporcionaram uma relevante evolução no processo de aplicação de pesquisas de satisfação, propiciando modernização da metodologia adotada consoante as melhores práticas de mercado. Por meio das novas métricas é possível avaliar a satisfação do cliente, considerando os diversos eventos de contato ao longo da sua jornada, com avaliação pontual do nível de esforço e/ou da satisfação, no que se refere ao atendimento, serviços, produtos, ferramentas e à distribuição. Também é possível mensurar a lealdade do cliente e o valor percebido em relação a outras empresas do mesmo segmento.

As principais métricas implementadas foram:

I. **Net Promoter Score (NPS):** metodologia de pesquisa desenvolvida com objetivo de medir os níveis de lealdade dos clientes.

II. **Customer Satisfaction Score (CSAT):** utilizada para mensurar o nível de satisfação dos clientes em relação à

empresa (relacional) e em diferentes etapas da jornada (transacional), ou seja, o CSAT pode ser aplicado para avaliar um atendimento oferecido, uma solução ou uma funcionalidade, entre outros pontos de contato com a marca.

III. *Customer Effort Score (CES)*: métrica indicativa de que, quanto menor o esforço do cliente para cumprir seus objetivos, maiores serão as chances de fidelização com a marca.

IV. *Net Value Score (NVS)*: é uma ferramenta comprovada que tem sido usada em pesquisas realizadas em empresas para medir o valor da marca e obter insights sobre benefícios e preços isoladamente. Por meio dessa mensuração, é possível identificar com precisão as principais dores dos clientes e utilizá-las como direcionadores dos esforços da empresa no processo de implementação de melhorias de serviços, produtos, processos, canais ou ferramentas.

Ao longo de 2022, foram implementados em todas as superintendências estaduais os processos de tratamento e *feedback* das manifestações incentivadas dos clientes (respos-

tas a pesquisas), sendo sistematizado e padronizado o fluxo de atividades para que os clientes recebam informações relativas à conclusão de etapa, que oferece um posicionamento da empresa a eles e que gera insights à equipe para a implementação de melhorias.

Foram ainda coletadas 746 mil respostas de pesquisas aplicadas, que trouxeram manifestações relacionadas a diversos temas para subsidiar as decisões estratégicas dos Correios.

Há, atreladas ao portfólio dos Correios, cinco personas com suas respectivas jornadas e experiências mapeadas. As personas possuem um papel relevante para a experiência do cliente, pois representam um grupo relevante de clientes, proporcionando melhor entendimento de seus objetivos, dificuldades e oportunidades. A jornada representa as experiências vivenciadas em todos os pontos de interações que possuem com a marca, o que auxilia na identificação dos atritos existentes.

Pesquisa de imagem e satisfação

A Pesquisa de Imagem Institucional e Satisfação traz a percepção dos clientes sobre os serviços prestados e a imagem institucional da empresa. Realizada no período de novembro de 2021 a fevereiro de 2022, a pesquisa coletou a opinião quantitativa de pessoas físicas com idade igual ou superior a 16 anos, em entrevista pessoal (face a face), envolvendo aspectos relacionados à imagem institucional, perfil do consumidor e satisfação com as atividades de atendimento e distribuição dos Correios.

Os resultados indicam que a empresa melhorou sua performance em vários quesitos avaliados pelo público. No critério Eficiência, a estatal obteve aumento de 7 pontos percentuais, se comparado com o dado apurado em 2018. A avaliação da eficiência dos Correios, segundo o público ouvido, saltou de 78% para 85,1%, alcançando a nota média nacional de 8,25.

A empresa permanece entre as principais instituições em que a população mais confia. Abaixo apenas dos Bombeiros (95,4%) e da Família (92,5%), os Correios obtiveram índi-

ce de confiança de 90,2%, aumento de 3,1 pontos percentuais com relação à última pesquisa. O público também demonstrou estar mais satisfeito com os serviços prestados, visto que o nível de satisfação geral foi de 89,4%, 1,5 ponto percentual acima da apuração anterior. Reunindo todos os atributos aferidos, os Correios alcançaram um resultado melhor em relação à Imagem Institucional: 86,7%. Se comparado com 2018, houve um aumento de 8,6 pontos percentuais.

Os dados da pesquisa também demonstraram uma melhoria na percepção dos clientes com relação ao atendimento nas agências e no serviço de entregas. Os indicadores de satisfação com o atendimento e com a distribuição de objetos nos domicílios tiveram aumento de 15 e 16,6 pontos percentuais, respectivamente.

A realização periódica de pesquisas com os clientes e usuários é uma oportunidade para os Correios obterem a avaliação da sociedade sobre os serviços prestados. Com os resultados, a empresa define ações que devem ser priorizadas para incrementar seu desempenho e atualizar o portfólio, de forma a oferecer uma experiência cada vez melhor aos clientes.

1.7.2 Ouvidoria

O papel da Ouvidoria é o de ser a porta-voz dos clientes e usuários perante os Correios, na busca por soluções de conflitos extrajudiciais capazes de contribuir para a melhoria dos serviços oferecidos, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento. Nessa função de representação, a Ouvidoria contribui com a empresa na valorização e no fortalecimento da cultura de centralidade do cliente.

Também atua como instância recursal dos atendimentos realizados pelos canais de primeiro nível, nas situações de ausência de respostas às manifestações apresentadas ou nas situações em que a solução oferecida não tenha sido satisfatória. As denúncias, os elogios e as sugestões são recebidos diretamente pela Ouvidoria.

Adicionalmente, exerce importante atuação no atendimento das manifestações dos empregados, propiciando o controle preventivo e corretivo de arbitrariedades, negligências, problemas interpessoais ou, ainda, de abuso de poder.

Em 2022, constata-se uma queda de 42% na quantidade total de manifestações, impulsionada pela melhora da qualidade operacional, somada ao trabalho realizado pela Ouvidoria na emissão de recomendações de melhorias e boletins com alertas tempestivos aos gestores.

Na tabela a seguir é apresentado o total e os tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria dos Correios, considerando o cadastro dos usuários e clientes:

TIPO	2020	2021	2022
Reclamação	57.256	34.476	19.567
Solicitação	42.494	46.440	24.976
Denúncia	4.324	8.726	5.651
Sugestão	3.332	2.624	2.545
Elogio	5.628	5.113	3.488
TOTAL	113.034	97.379	56.227

Fonte: BRASIL. MCOM. ECT. Sistema Fale Conosco, Ouvidoria.

Ressalta-se que a Ouvidoria recebe denúncias sobre fraude, improbidade administrativa, assédio moral e sexual, entre outros ilícitos e irregularidades, sendo essas denúncias instrumentos de fortalecimento da governança, de aperfeiçoamento de processos e controles internos, de redução de potenciais perdas financeiras, bem como de

proteção à imagem e reputação da empresa, consoante o valor Integridade de sua identidade corporativa.

Para maior efetividade das denúncias, fortalecimento da cultura ética e da governança corporativa, proteção da imagem e reputação dos Correios, a Ouvidoria trabalha em conformidade à Lei nº 13.460/2017 (art. 10), ao Decreto nº 9.492/2018 (art. 10, inciso V), à Instrução Normativa nº 07/2019 CGU/OGU (artigo 5º, parágrafo único) e à Portaria CGU nº 581/2021 (artigo 15).

Após o recebimento das denúncias, é realizada uma análise preliminar da manifestação pela Ouvidoria para identificação de elementos mínimos que permitam a sua apuração pela empresa, em conformidade ao art. 15, § 1º da PRT CGU nº 581/2021. Em 2022, após essa verificação, 3.325 denúncias foram encaminhadas para apuração.

O registro da denúncia pode ser realizado pela internet, por meio do sistema Fale Conosco, por telefone, por meio do serviço de atendimento dos Correios, por correspondência ou presencialmente:

I. Telefone:

3003 0100 (capitais e regiões metropolitanas) e;

0800 725 7282 (demais localidades): de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h; aos sábados das 8h às 14h;

0800 725 0100 (todo Brasil): de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h; aos sábados das 8h às 14h; ou

0800 722 7234 (todo Brasil): de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

II. **Internet:** por meio de acesso ao sistema Fale Conosco, disponível em:

<https://www.correios.com.br/falecomoscorreios/canais-de-denuncia>

III. Por correspondência ou presencialmente:

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Ouvidoria

Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, 8º andar, ala norte

CEP 70002-900 – Brasília/DF

Além dos canais próprios para o atendimento presencial e o registro de manifestações pela internet e pelo telefone, a Ouvidoria recebe demandas da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério das Comunicações, da plataforma **Fala.BR** e dos órgãos de defesa do consumidor.

A Ouvidoria também é responsável pela gestão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituí-

do pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e atua como autoridade de monitoramento dessa lei, que permite às pessoas físicas ou jurídicas o acesso às informações produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicas, quer sejam de interesse particular, coletivo ou geral, exceto aquelas protegidas por sigilo previsto em lei específica ou classificadas como reservadas, secretas ou ultrassecretas pela autoridade competente. Para obter informações, o interessado apresenta um pedido de acesso à informação na plataforma **Fala.BR** e, caso não fique satisfeito com a resposta, poderá apresentar recurso ao próprio órgão ou entidade, à Controladoria-Geral da União (CGU) ou à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), instituída pela Lei 12.527/2011. Esses pedidos de acesso à informação são conhecidos como transparência passiva.

Na tabela a seguir são apresentados os quantitativos de pedidos de acesso, bem como de recursos apresentados pelos usuários:

QUANTIDADE DE PEDIDOS E RECURSOS APRESENTADOS PELOS CIDADÃOS

Período	Pedidos	Recursos ao chefe hierárquico*	Recursos à autoridade máxima*	Recursos à CGU*	Recursos à CMRI*
2020**	923	128	49	36	2
2021**	743	127	50	35	4
2022	561	96	56	44	14

*A quantidade de recursos considera a data de abertura do pedido de acesso à informação relacionado ao recurso.
** Os dados de 2020 e 2021 refletem os dados de consulta divulgados nos relatórios integrados de 2020 e 2021, respectivamente.

Fontes: BRASIL. CGU. Relatórios de Manifestações e Recursos LAI. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/Relatorios/RelatorioDetalhadoManifestacaoRecursoLAI.aspx>.
BRASIL. CGU. Tratar Recursos LAI. Disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/Manifestacao/Recurso/Gerenciar-RecursoManifestacao.aspx>.

Em 2022 foram registrados 561 pedidos de acesso à informação, número 24% menor que o registrado em 2021 (739).

Em relação à transparência ativa, divulgação de dados na internet por iniciativa do próprio órgão/entidade ou por exigência legal, destaca-se a evolução obtida pela empresa em dezembro de 2021, ante o cumprimento dos itens fiscalizados pela Controladoria Geral da União (CGU), quando alcançou 97,96% de conformidade, resultado esse mantido ao longo de 2022.

Além da atuação como instância recursal para solicitações e reclamações e da atuação no recebimento direto das denúncias, elogios e sugestões, a Ouvidoria também é responsável pelo atendimento aos Procons. O trabalho é feito de forma integrada ao sistema Proconsumidor, uma plataforma tecnológica disponibilizada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a gestão do atendimento aos consumidores pelos órgãos de defesa do consumidor, especialmente os Procons. Atualmente estão integrados 651 Procons usuários do Proconsumidor ao sistema dos Correios.

ANO	MANIFESTAÇÕES
2020	533
2021	3.140
2022	2.613

Fonte: BRASIL. MC. ECT. ODC.

Mais informações podem ser consultadas nos relatórios da Ouvidoria dos Correios disponíveis no endereço: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/relatorios/relatorio-de-ouvidoria>

A Ouvidoria dos Correios está localizada em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco A, dispo de sala exclusiva para atendimento presencial aos usuários, clientes e empregados, em dias úteis das 8h às 12h e das 14h às 18h, conforme estabelece a Lei nº 12.527/2011(art. 9º, inciso I). Além disso, trabalha com o apoio de pontos focais de atendimento nas superintendências estaduais, situadas em todo o Brasil.

O acesso à Ouvidoria é realizado por meio da página de internet: <https://www.correios.com.br/falecomoscorreios/ouvidoria>

1.7.3 Carta de Serviços ao Usuário

Os Correios apresentam a Carta de Serviços ao Usuário, contendo informações sobre os serviços oferecidos, os canais de acesso da sociedade à empresa, os endereços e o horário de funcionamento do Protocolo dos Correios em todo o país, disponível em: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-aos-usuarios/carta-de-servicos-aos-usuarios>

O horário de atendimento e o endereço das agências em todo país estão disponíveis no aplicativo dos Correios e no endereço: <https://mais.correios.com.br/app/index.php>

1.8 Cenário nacional e internacional

No mundo pós-pandemia de covid-19, tem sido primordial estar preparado para as inúmeras transformações políticas e econômicas, nas relações sociais e culturais, nos novos modelos de negócios e na relação com o mercado e o espaço público, dentre outros aspectos. Acredita-se ser uma tendência para os próximos anos a redução do tráfego pos-

tal e das receitas mundiais oriundas do e-commerce, inclusive no correio do Brasil.

A empresa segue monitorando as tendências de consumo e do mundo pós-pandemia de covid-19, da situação econômica do Brasil e do setor postal na era digital, as quais focam na disruptura e nas tecnologias digitais, nas mudanças dos modelos e das relações de trabalho, nas vulnerabilidades econômicas e na escassez de mão de obra qualificada. Destacam-se os movimentos que impactarão o mercado logístico, em razão da gama de tecnologias emergentes e maduras, incluindo internet das coisas, chips magnéticos, recursos de geolocalização e QR Code, que permitirão que os consumidores usem seus telefones celulares ou outras ferramentas digitais para acesso a informações de produtos sob demanda, especificações, avaliações de consumidores e status de estoque, reproduzindo a experiência de compra on-line, ofertas de marketing hiperpersonalizadas e facilidades de pagamento. Sob o aspecto socioeconômico, percebe-se a influência crescente dos movimentos civis, cívicos e pela igualdade na sociedade mundial, oscilações nas projeções dos índices de inflação e incertezas quanto às políticas monetárias, economia e comércio internacional.

Diante do agravamento da crise climática mundial, a sustentabilidade está mais em pauta do que nunca. As políticas socioambientais e de governança tornam-se primordiais nas empresas, sendo uma realidade e um diferencial de mercado, em que aquelas com bom desempenho em temas relacionados ao meio ambiente obtêm perdas menores após a pandemia de covid-19 quando comparadas àquelas com piores desempenhos em indicadores ambientais, sociais e de governança.

Nesse contexto, foram identificadas as principais características de operadores postais de alto desempenho, no cenário nacional e internacional:

- I. Cultura orientada para a centralidade do cliente;
- II. Expansão do ecossistema e plataformas digitais de e-commerce;
- III. Implantação de logística de varejo *omnichannel*, ofertas de marketing hiperpersonalizadas e facilidade de pagamento;

IV. Disruptura digital e crescimento das tecnologias digitais;

V. Ações para redução da crise climática e proteção do meio ambiente;

VI. Ações pela equidade, diversidade e inclusão social e cultural.



Os principais fatores que influenciaram os Correios, direta ou indiretamente, foram:



Considerando as variáveis dos cenários nacional e internacional, as tendências mais impactantes para o segmento postal em 2022 foram:

POLÍTICOS:

Cenário de estudos para privatizações de empresas estatais; reformas administrativa e tributária e debate sobre o teto de gastos públicos.



SOCIAIS:

Manutenção da priorização da saúde e do bem-estar no contexto pós-pandemia de covid -19.



ECONÔMICOS:

Diminuição da taxa de desocupação e da variação mensal da inflação ao longo de 2022; restabelecimento do rendimento médio verificado em 2021; ciclo de elevação dos juros afetando a atividade econômica e novos entrantes no mercado concorrencial.



LEGAIS:

Defesa do monopólio; imunidade tributária; diretrizes de universalização dos serviços postais; marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador.



AMBIENTAIS:

Os esforços feitos por empresas para gerar impacto ambiental mensurável assumem papel prioritário. O mercado passou a valorizar o compromisso das empresas com a sustentabilidade ambiental, que passa a ser exigido, inclusive para concessões e licenças. Negócios circulares, que propõem a reciclagem, eliminação de resíduos e redução do impacto humano no meio ambiente.



TECNOLÓGICOS:

Logística *omnichannel*; disruptura digital; plano nacional de internet das coisas; tecnologia 5G e adoção de tecnologias digitais avançadas.



DEMOGRÁFICOS:

Classificação das pessoas em grupos de acordo com aspectos como nacionalidade, gênero, faixa etária e estado civil para aferição do comportamento do consumidor e para a definição de personas, por meio de hábitos, valores, personalidade, rotina, dores e histórico do seu cliente-alvo.



Capítulo 2 – Plano Estratégico Correios e Governança

2.1 Plano Estratégico

O Plano Estratégico é construído a partir da realização de diagnóstico, que contempla análise do plano vigente, dos ambientes interno e externo, das tendências de mercado (nacional e internacional), das melhores práticas adotadas pelas administrações postais no mundo, das diretrizes governamentais, da atual situação econômico-financeira da empresa e dos principais desafios a serem superados.

Para se tornar uma instituição financeiramente fortalecida, competitiva, com referenciais de qualidade reconhecidos pela sociedade, com crescimento nos mercados concorrenciais, com excelência na prestação de serviços e atendendo às diretrizes de universalização dos serviços postais, os Correios atualizaram o seu Plano Estratégico 2022/2026 para torná-lo acessível e de entendimento intuitivo. Considerando o novo valor da centralidade do cliente e uma visão de futuro aderente à realidade atual do mercado, os direcionadores estratégicos foram atualizados

com o intuito de assegurar a sustentabilidade, garantir a excelência, crescer nos mercados concorrenciais e manter a universalização.



Fonte: DEGES/DIGOE/Plano Estratégico 2022-2026

No processo de atualização do Plano Estratégico, os dez desafios estratégicos a serem superados pela empresa foram mantidos, tendo sido ajustada a redação do desafio sete.

Os direcionadores estratégicos foram desdobrados em um rol de processos prioritários¹, processos viabilizadores², e projetos viabilizadores², que são um conjunto de ações a serem implementadas pela empresa para o cumprimento da sua missão e o alcance da sua visão e, por conseguinte, a consecução do Plano Estratégico.

Com base na Lei nº 13.303/2016, art. 23, § 3º e art. 86, § 4º; na Lei nº 12.527/2011, art. 22, e no Decreto nº 7.724/2012, art. 5º, informações específicas relacionadas ao Plano de Negócios e ao detalhamento do Plano Estratégico não são divulgadas ao público em geral, uma vez que sua exposição ou divulgação irrestrita podem prejudicar a competitividade dos Correios no mercado concorrencial em que atuam, gerar riscos e ameaças à empresa, ao seu patrimônio, aos seus serviços e comprometer o seu equilíbrio econômico-financeiro, acarretando prejuízos.

Como parte do desdobramento do Plano Estratégico, além da definição dos processos prioritários, projetos e processos viabilizadores, também é adotada uma cesta de indicadores estratégicos e respectivas metas, como também é elaborado o Plano de Negócios dos Correios, documento que tem por objetivo retratar o ambiente no qual a empresa está inserida, as tendências de mercado, as características dos segmentos de negócio, suas tendências e expectativas de receita. Tal documento é elaborado de forma a revisar e definir as ações que devem ser desenvolvidas pela empresa para a execução do Plano Estratégico, apresentando, em termos de negócios, o que se pretende realizar.

O acompanhamento das ações relacionadas aos processos prioritários, projetos e processos viabilizadores, avaliações econômico-financeiras, identificação de riscos e simulações de cenários potenciais, alinhados à cesta de indicadores estratégicos e respectivas metas, possibilitam a avaliação da execução do Plano Estratégico.

¹São processos de nível 2 (N2) decorrentes da Cadeia de Valor vigente, selecionados a partir de critérios predefinidos e aprovados pela Diretoria Executiva.

²São processos e projetos selecionados para viabilizar as estratégias e atingir os objetivos previstos no Plano Estratégico.

2.1.1 Desafios e incertezas

Os dez desafios estratégicos aprovados para o ciclo 2022/2026 do Plano Estratégico estão agrupados nos temas operação e custos; impulsionadores; e produtos e serviços, como apresentado a seguir:



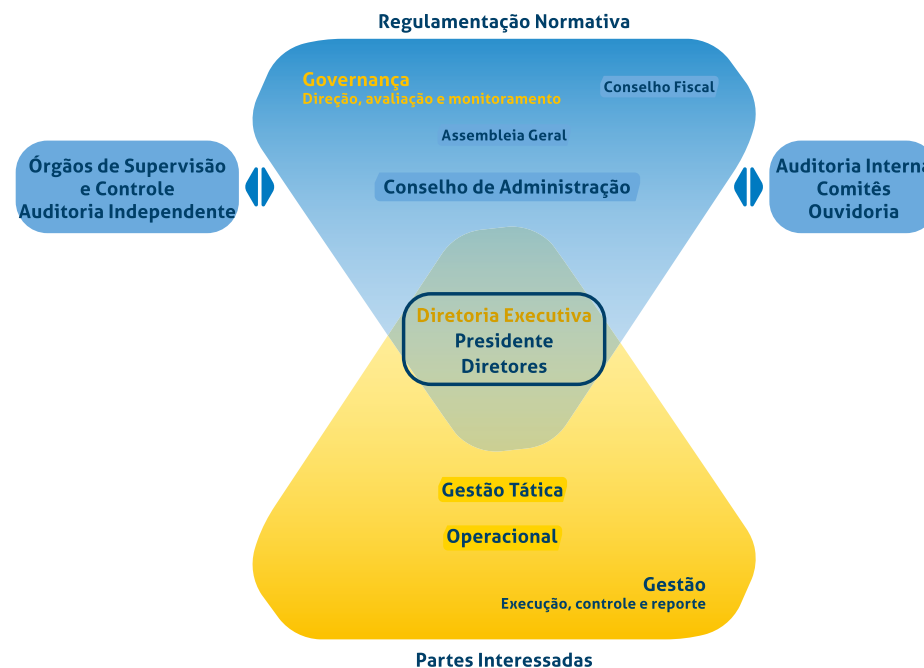
2.2 Governança corporativa

A governança corporativa dos Correios é o sistema pelo qual a empresa é dirigida e controlada. Consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, que envolve a estrutura organizacional, a regulamentação normativa, os órgãos internos de governança e os órgãos externos de supervisão e controle, voltado a promover o direcionamento estratégico, avaliar e supervisionar a gestão, proteger os interesses das partes interessadas e contribuir para a geração de valor da empresa em curto, médio e longo prazos.

Sob esse aspecto, o fluxo de informações do sistema de governança possibilita minimizar possíveis conflitos de interesses ao segregar as funções, contribuindo para que o processo decisório seja qualificado e bem informado. Além disso, as principais decisões corporativas são, em geral, tomadas coletivamente, por meio de órgãos como conselho, diretoria ou comitês.

Modelo de Governança Corporativa

De forma estruturada, como ilustrado na figura a seguir, o modelo de governança corporativa dos Correios apresenta os núcleos de governança e de gestão, considerando a forma como se relacionam para a realização dos objetivos da empresa e para a geração de valor às partes interessadas.



Na arquitetura de governança exibida a seguir, são apresentados os elementos e o relacionamento das estruturas de governança:



É possível evidenciar o processo contínuo de maturidade da governança, a exemplo das ações explicitadas a seguir:

I. Aprovação de novas políticas corporativas e atualização de políticas vigentes consoantes a legislação; as melhores práticas de governança corporativa;

II. Atualização do Estatuto Social dos Correios, aprovada na 26ª Assembleia Geral Extraordinária, em 15/09/2022, na qual destaca-se a inclusão do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes) e do Comitê de Auditoria (Coaud) na cobertura do seguro de responsabilidade civil e adequação às orientações do Decreto nº 11.048/2022, no que se refere à composição do Copes, entre outras;

III. Continuidade do processo de atualização de todo o sistema normativo de processos, totalizando 4.205 normas atualizadas;

IV. Adequação dos regimentos internos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, consonante a legislação; as melhores práticas de governança e as recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU);

V. Implementação do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Copes), com vigência a partir de 30/03/2022;

VI. Implantação, em janeiro de 2022, da nova estrutura organizacional do Correios Sede, em alinhamento ao Regimento Interno dos Correios, à nova estrutura das superintendências estaduais – implantada no segundo semestre de 2021 – e às necessidades de saneamento de conflitos, sobreposições e/ou lacunas de atribuições. Em setembro de 2022, foram realizados ajustes pontuais na estrutura organizacional do Correios Sede, com o intuito de potencializar os recursos existentes;

VII. Implementação da consulta de *Background Check* de

Integridade (BCI), que consiste na análise de elegibilidade, entre outros, de membros indicados para composição dos órgãos estatutários, aumentando a confiabilidade do processo;

VIII. Implementação de melhorias no processo de avaliação de desempenho dos membros dos órgãos estatutários, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016, as quais possibilitaram agregar maior efetividade ao processo;

IX. Instituição de reuniões periódicas de alinhamento entre o presidente do Conselho de Administração e os representantes do ministério supervisor e dos Correios, para tratamento de orientações gerais inerentes aos negócios e às políticas públicas e para o acompanhamento das metas e objetivos dos Correios, em observância ao art. 51 do Estatuto Social dos Correios;

X. Instituição de reuniões periódicas entre o Conselho de Administração (CA) e os seus comitês de assessoramento, com vistas ao nivelamento das ações executadas de acordo com as respectivas competências e ao cumprimento

de determinações regimentais e do plano de trabalho, para um maior sincronismo e convergência das decisões a serem adotadas pela alta administração no direcionamento da empresa para consecução do Plano Estratégico;

XI. Implementação de formato inovador para capacitação dos conselheiros de administração e fiscais, diretores-executivos e membros de comitês estatutários, por meio de workshop presencial, que contou com palestrantes externos, de grande notoriedade no mercado, abrangendo os temas previstos na Lei nº 13.303/2016, além de assuntos relevantes para a atuação dos Correios;

XII. O reporte da execução e do desempenho do Plano Estratégico é apresentado quadrimestralmente à alta administração, consoante o modelo de governança da gestão estratégica, em que os órgãos colegiados (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) têm a oportunidade de acompanhar, o andamento dos processos prioritários, dos projetos e processos viabilizadores, da captura de benefícios, dos resultados dos indicadores estratégicos e, por conseguinte, definir as diretrizes relacionadas ao Plano Estratégico;

XIII. Aprovação e monitoramento pela alta administração, mediante reportes bimestrais realizados pelos órgãos da Diretoria de Governança e pela Auditoria Interna, dos planos de Auditoria Interna (Paint) e de Controles Internos (Pacin), com vistas a avaliar e emitir direcionamentos de atuação para a gestão, assim como para manter as partes interessadas informadas sobre os resultados da empresa;

XIV. Aprovação e monitoramento pela alta administração, mediante reportes trimestrais realizados por órgão da Diretoria de Governança, do Plano de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri).

2.2.1 Indicadores de governança

Os Correios participam de avaliações de sua governança corporativa, notadamente com o intuito de validar e reforçar as ações e resultados já realizados, mas também detectar eventuais desconformidades ante as boas práticas de mercado e os normativos estabelecidos pelos órgãos de controle e supervisão.



O Indicador de Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) é um instrumento de acompanhamento anual, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, que tem por objetivo fundamental acompanhar o desempenho da governança das empresas estatais federais no que se refere ao cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016.

VISÃO GERAL DOS CORREIOS NAS AVALIAÇÕES DO IG-SEST

	CICLO	NOTA	NÍVEL
NOTA IG-SEST	1º ciclo (2017)	3,13	3
	2º ciclo (2018)	7,42	2
	3º ciclo (2018)	8,06	1
	4º ciclo (2019)	7,16	2
	5º ciclo (2021)	8,05	2
	6º ciclo (2022)	9,40	2

Fonte: https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/igsest/historico/copy_of_linhadotempo-igsest

Os Correios obtiveram no 6º ciclo a pontuação de 9,40, evidenciando a evolução do nível de maturidade da governança nos Correios e o alinhamento às boas práticas do mercado. Os itens não atendidos representam oportunidades de melhorias, mediante ações a serem desenvolvidas pela empresa, as quais

nortearão o amadurecimento da governança e da gestão.

O 6º ciclo avaliativo do indicador IG-Sest contemplou a reformulação geral do indicador (questionário e metodologia), bem como a inclusão de temas relacionados às diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que elevou ainda mais a complexidade da avaliação, realizada nas seguintes dimensões: conselhos e diretorias, transparência e gerenciamento de riscos, controles e auditoria.

Levantamento de Governança e Gestão Pública - TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) realiza levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no setor público e estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança. Realizado desde 2017, o levantamento de governança e gestão pública tem por objetivo obter informações acerca da maturidade da governança e da capacidade de gestão dessas organizações.

Os Correios registraram uma evolução importante no índice integrado de governança e gestão (iGG-TCU). Ape-

sar do aumento da complexidade da avaliação de 2021, a empresa obteve a nota 73,9%, demonstrando avanço ante 2018, quando alcançou 67% da pontuação. Com essa evolução do resultado, os Correios se posicionam entre as 20 estatais com os melhores índices mensurados, em um total de 54 empresas públicas avaliadas. Em 2022, não houve aferição do iGG-TCU.

Anuário 360° - Revista Época Negócios

Os Correios conquistaram a 1ª posição na categoria desempenho financeiro do anuário Época Negócios 360°, que avalia as melhores empresas no Brasil. No ranking geral, referente ao exercício 2021 (apurado em 2022), os Correios subiram 90 posições em relação ao último ano de participação (2020), ocupando a 61ª colocação entre as melhores empresas do país. A empresa também se destacou na dimensão governança corporativa, ocupando o 3º lugar, e evoluiu significativamente nas áreas de inovação, visão de futuro, pessoas e sustentabilidade.

Em sua 11ª edição, o anuário avaliou 420 empresas brasileiras com faturamento superior a R\$ 200 milhões anu-

ais, divididas em 25 setores, que se destacaram nas áreas de inovação, visão de futuro, ESG/socioambiental, ESG/governança, pessoas e desempenho financeiro.

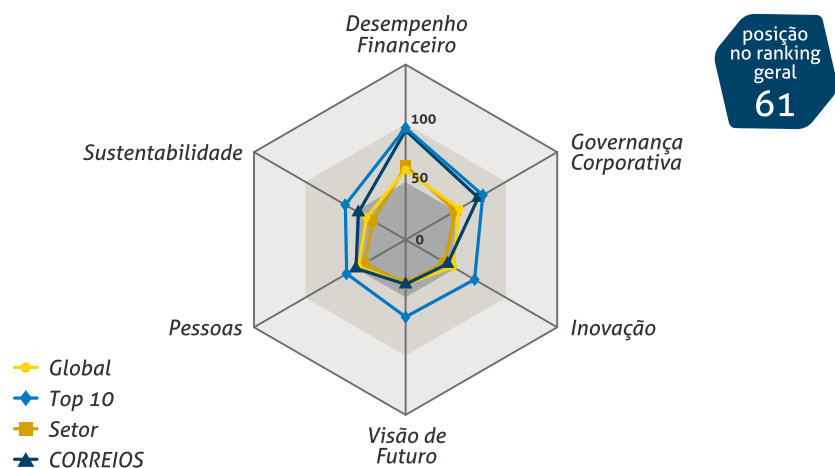
Em 2022, é possível observar a evolução na classificação geral alcançada pelos Correios ante 2020:



Fonte: Revista Época Negócios



Em relação às médias das outras empresas, destacam-se as alcançadas pela empresa nas dimensões desempenho financeiro e governança corporativa, as quais igualam-se às médias atingidas pelas empresas classificadas no “Top 10”. Já no setor serviços, as médias dos Correios foram superiores às médias das empresas participantes desse setor:



2.2.1.1 Medidas adotadas em relação aos indicadores

De forma a aperfeiçoar a governança corporativa dos Correios, os resultados obtidos nos respectivos indicadores subsidiaram diversas ações ao longo de 2022, das quais destaca-se a manutenção para 2023 do Índice de Maturidade do Sistema de Governança (IMSG) entre os indicadores estratégicos dos Correios, visando aprimorar a governança e, sobretudo, subsidiar a tomada de decisão pela alta administração, contribuindo para profissionalização e eficiência da gestão, cumprimento da missão e função social da empresa, geração de valor ao longo do tempo, perenidade e sustentabilidade financeira.

Em 2022, foi elaborado o Plano de Ação de Melhoria do Índice de Governança dos Correios, que tem por finalidade a realização de ações para elevar a maturidade da governança corporativa da empresa, consoante os resultados aferidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério da Economia, no Indicador de Governança (iG-Sest) e no Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG-TCU).

Das 40 ações previstas no Plano de Melhoria do Índice

CLASSIFICAÇÃO POR DIMENSÃO

	2020	2021
Governança corporativa	14°	3°
Inovação	16°	8°
Visão de futuro	19°	10°
Pessoas	19°	7°
Sustentabilidade	9°	5°
Desempenho financeiro	*	1°

Fonte: Revista Época Negócios

(*) em 2020, as informações não foram disponibilizadas no questionário

de Governança, até dezembro de 2022, 75% foram implementadas pelas respectivas áreas gestoras.

2.2.2 Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Na Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, os Correios explicitam informações relevantes com abordagem aos resultados na consecução de políticas públicas, à estrutura de controle, aos fatores de risco, às políticas e práticas de governança corporativa. O documento apresenta ainda a descrição da composição da remuneração da administração e do Conselho Fiscal. A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa está disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/publicacoes/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>

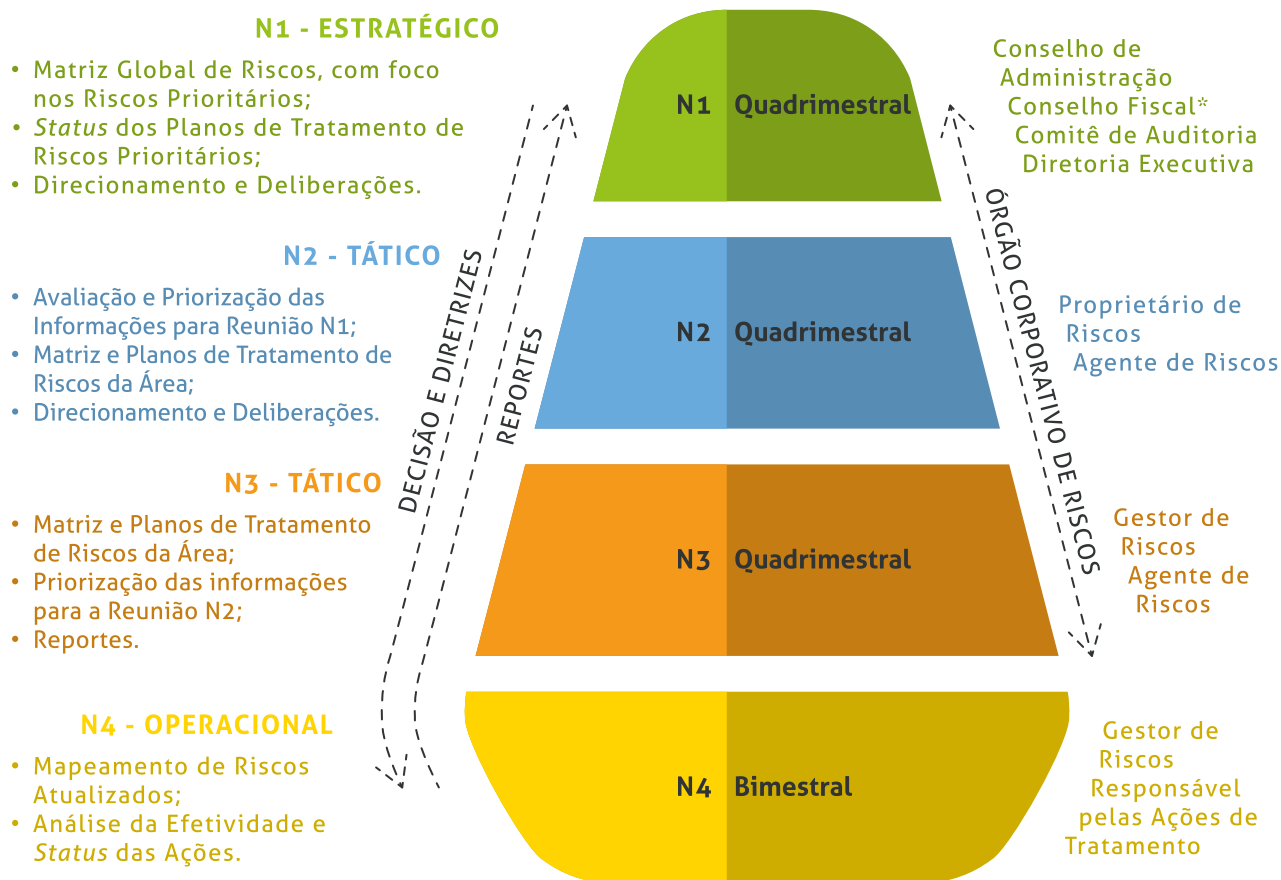
2.2.3 Gestão de riscos

A gestão de riscos corporativa nos Correios não somente auxilia, mas norteia a tomada de decisão, contribuindo

para um ambiente mais seguro para a concretização dos objetivos corporativos, a partir da identificação, análise dos riscos associados aos negócios e aos processos da empresa e da definição de mecanismos de controle para mitigá-los.



De acordo com o modelo de governança de riscos, é realizado o monitoramento global dos riscos corporativos nos diversos contextos mapeados. O modelo também abrange planos de tratamento de riscos, em um fluxo de decisões e informações de acompanhamento, além da estruturação dos riscos em níveis, conforme seus impactos organizacionais.



*Conselho Fiscal: monitoramento semestral

Os papéis e as funções estabelecidas no Sistema de Gestão de Riscos são fortalecidos pela aplicação do modelo das três linhas, consoante preconizado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), sendo a 1ª linha representada pelos empregados, gestores e órgãos que possuem a responsabilidade do gerenciamento e da propriedade dos riscos; a 2ª linha responsável por fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos – nesta linha enquadra-se a área corporativa de gestão de riscos e a de controle interno; e a 3ª linha, com a função de contribuir para o aumento e proteção do valor dos Correios, por meio de avaliações e consultorias.

Os Correios, assim como toda organização, estão sujeitos a ris-

cos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais. Para melhor gerenciamento, a empresa classifica os riscos em categorias, observadas as características de sua área de atuação e particularidades, conforme a seguir:



ESTRATÉGICO

Evento que pode impactar a consecução da estratégia. Está estreitamente relacionado à missão, às metas ou aos objetivos estratégicos dos Correios.



FINANCEIRO

Evento que pode ocasionar o endividamento, comprometer a capacidade de investimentos, causar desequilíbrio entre ativos e passivos e/ou afetar a capacidade de liquidação das obrigações da empresa.



DE INTEGRIDADE

Evento relacionado à vulnerabilidade institucional que abrange a conduta ímproba do agente público, de terceiros e/ou de demais partes interessadas decorrentes de violações dos princípios da administração pública, de leis, de códigos de conduta ética e integridade, e de regulamentos internos que possam acarretar em corrupção, fraude, conflito de interesses, nepotismo, dentre outros inerentes à essa conduta.



OPERACIONAL

Evento que pode ocasionar perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, processos e/ou sistemas, podendo ter origens interna ou externa.



DE SEGURANÇA

Evento relacionado às vulnerabilidades que podem comprometer a segurança de dados, de informações, do fluxo postal, dos ambientes produtivos e das pessoas neles inseridas.



LEGAL

Evento que pode ocasionar perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento de leis e/ou regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.



DE MERCADO

Evento decorrente de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas, nos marcos regulatórios e em modelos de negócios no País ou no exterior, que podem impactar a manutenção, o desenvolvimento e a implementação de negócios, produtos e serviços, bem como a participação da Empresa no mercado e o seu relacionamento com clientes e fornecedores.



REPUTACIONAL

Evento que pode ocasionar perdas decorrentes do desgaste do nome da Empresa junto às partes interessadas, em razão da divulgação de informações diversas, verídicas ou distorcidas, que venham a depreciar sua imagem.



SOCIOAMBIENTAL

Evento advindo de decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos conduzidos pela Empresa, que podem causar danos ao meio ambiente ou à sustentabilidade social.

O Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri) estabelece os processos prioritários para aplicação do método corporativo de gerenciamento de riscos, além das principais ações a serem executadas pelas áreas para elevação do nível de maturidade na gestão de riscos, assegurando uma maior eficiência e segurança no processo de tomada de decisão e alcance dos objetivos organizacionais.

A melhoria contínua da gestão de riscos nos Correios, promovida desde a criação, em 2016, da área corporativa de gestão de riscos, tem se refletido no aperfeiçoamento da cultura, liderança, políticas, estratégia e governança de riscos da empresa. Entre as ações que mais contribuíram para esses resultados estão a implementação de ferramentas

de gerenciamento de riscos e a revisão contínua da política corporativa, do método e do modelo de governança de gestão de riscos. Evidencia-se um aumento nos mapeamentos de riscos realizados pela empresa como reflexo da abrangência e da participação das diversas áreas, do nível de maturidade dos gestores e do monitoramento pela alta administração.

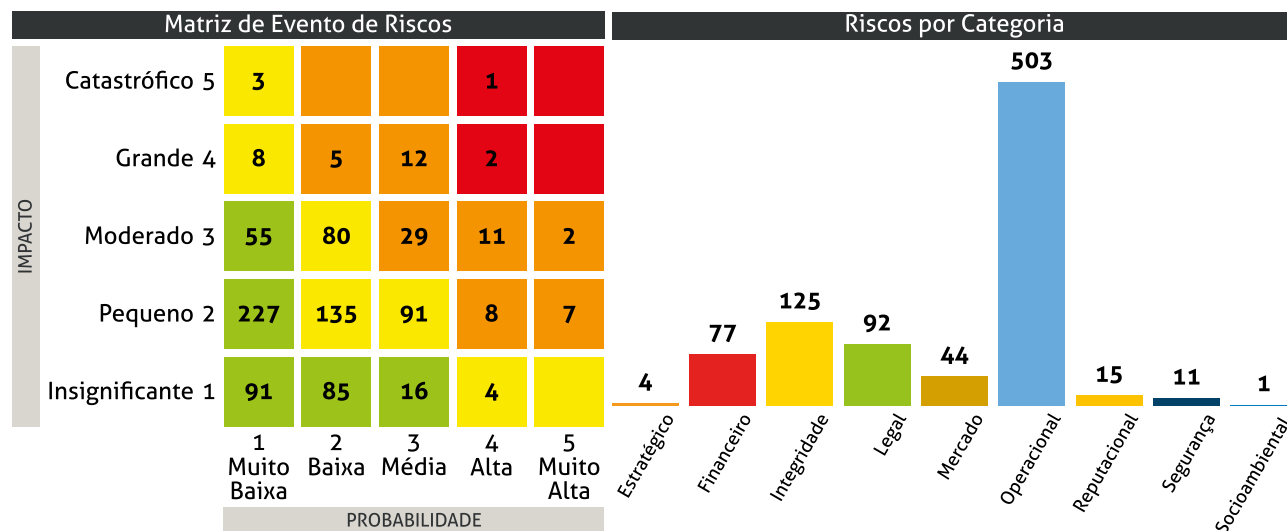
Para a disseminação da cultura de riscos, foi realizado o segundo webinar de gerenciamento de riscos e mantida a campanha de comunicação interna de gestão de riscos, com a mascote Risca, como recurso facilitador para a divulgação de conteúdos relacionados aos conceitos de riscos, benefícios, papéis envolvidos, bem como os detalhes do método de gerenciamento de riscos dos Correios. As ações de capacitação, nas modalidades de ensino a distância (EaD) e workshop, resultaram em 6.976 empregados capacitados. Além disso, foram aprovadas as diretrizes para o estabelecimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCNs) associadas ao Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos, para provimento de controles que busquem minimizar os impactos em caso de interrupções e possibilitar a continuidade da operação dos Correios. Em 2022, foram realizadas 302 ações de comu-

nicação, com destaque para campanha educativa de compliance, direcionadas a todos os empregados dos Correios, assim como foram disponibilizados 17 cursos na plataforma de educação a distância (EaD) da Universidade dos Correios, que resultaram em 232.573 participações.



Em conformidade com as resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGpar), são realizados reportes sistemáticos à alta administração, por meio do resultado apresentado no *dashboard*, ferramenta utilizada para construir a Matriz Global de Riscos Corporativos dos Correios, para monitoramento dos riscos prioritários e estratégicos, assim como do respectivo plano de controle.

Para fazer frente aos 872 riscos, há 1.609 ações de tratamento mapeadas pelos gestores, referentes a todos os níveis de risco. Entre outras ações de gestão de riscos, destacam-se:



Fonte: Dashboards de Riscos <https://dwbi.correios.com.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb>

Como resultado dos trabalhos de análise e monitoramento dos riscos corporativos e de acompanhamento das ações de tratamento foram mapeados 872 riscos, observando-se uma maior concentração daqueles de criticidade pequena e moderada, correspondendo a aproximadamente 91,17% dos riscos mapeados, enquanto os riscos críticos e altos representaram 8,83% do total.

- I. Implantação da Política Corporativa de Gestão de Riscos revisada;
- II. Implantação do novo Modelo de Governança de Riscos dos Correios;
- III. Implantação das diretrizes para o estabelecimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCNs);
- IV. Aprimoramento dos procedimentos referentes à gestão de riscos estratégicos para a revisão anual do Plano Estratégico;

V. Atuação de forma recíproca e integrada com o Plano Estratégico para a identificação dos riscos estratégicos para 2023;

VI. Aprimoramento da integração da área de gestão de riscos com as áreas de controles internos e de processos;

VII. Integração e suporte às unidades na identificação e tratamento de riscos com áreas e contextos chaves da organização socioambiental, TIC, controles internos, contratações administrativas e parcerias.

Como resultado das ações de melhoria contínua da gestão de riscos na empresa, em 2022 atingiu-se o índice de maturidade global de 73,25%, conforme aplicação do modelo de avaliação de maturidade da gestão de riscos, desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o que mantém os Correios no nível “Aprimorado” de maturidade em gestão de riscos e representa a superação da meta prevista de 71% para o ano.

2.2.3.1 Riscos estratégicos, oportunidades e perspectivas

A Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016, no § 1º do art. 23, estabelece que as empresas devem ter a “estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos”. Nesse sentido, os Correios definem seu Plano Estratégico para o período dos próximos cinco anos, com atualizações anuais.

No processo de atualização anual do Plano Estratégico, a empresa realiza diagnóstico de seu posicionamento, analisando e relacionando o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças). Os direcionadores são definidos com base nesse cenário identificado, tendo como propósito, entre outros aspectos, potencializar o aproveitamento das oportunidades, considerando, principalmente, as forças mais atuantes e fraquezas mais prejudiciais.

Os eventos que podem impactar a consecução do Plano Estratégico dos Correios são identificados como riscos estratégicos, consoante definição dada pelo método corpo-

rativo de gerenciamento de riscos. Tais riscos são analisados em relação à probabilidade e ao impacto de sua ocorrência, de forma a identificar o nível de cada risco, construir a matriz de riscos estratégicos e, com isso, definir as ações necessárias para o seu tratamento preventivo e/ou corretivo.

Os principais riscos estratégicos identificados para os Correios estão voltados às características relacionadas às categorias de mercado, operacional e financeiro. Os fatores de riscos mais importantes estão relacionados ao aumento da concentração do comércio eletrônico em grandes *marketplaces*, incluindo processos logísticos em suas plataformas, ao crescimento da ocorrência de fraudes digitais, *fake news*, distorções de informações e críticas em redes sociais, às possíveis alterações normativas do executivo, legislativo e judiciário e ao movimento para formação de redes logísticas alternativas e integradas. Observou-se, também, a continuidade da desmaterialização dos negócios de comunicação física, fator impulsionado pela maior familiaridade e adesão da população a soluções digitais.

Neste viés, é importante destacar que os resultados ad-

vindos da prestação dos serviços no mercado concorrencial (não exclusivo) são essenciais para o cumprimento de políticas públicas e custeio da universalização dos serviços postais.

Consideram-se os seguintes níveis de riscos, quanto à intensidade da exposição da empresa: a) crítico; b) alto; c) moderado e d) pequeno. Os riscos estratégicos para 2022 foram classificados com nível de criticidade “alto”. Sob esse aspecto, a empresa contempla, em seu Plano de Tratamento de Riscos, ações para a manutenção do equilíbrio de receitas, custos e despesas visando garantir a sustentabilidade financeira.

Destacam-se o constante monitoramento e o controle dedicados ao tratamento dos riscos estratégicos, à luz do Modelo de Governança de Riscos, objetivando mitigá-los e, por fim, contribuir para a manutenção, o desenvolvimento e a implementação dos negócios, produtos e serviços dos Correios, bem como de sua participação no mercado e de seu relacionamento com as partes interessadas.

As oportunidades e o vínculo entre o risco estratégico identificado e os respectivos detalhamentos

contidos no Plano Estratégico são submetidos a sigilo empresarial, conforme estabelece a Lei nº 13.303/20216, art. 86, § 4º e art. 88, § 1º.

2.2.4 Compliance

O compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à transparência, à integridade, à conduta ética e ao fortalecimento institucional, ao tempo em que busca a solidificação de um ambiente de negócio íntegro, no qual a ética é valorizada como diferencial competitivo.

As atividades de compliance nos Correios são executadas por meio da adoção de um conjunto de políticas, procedimentos, métodos, regras e práticas que visam garantir a conformidade das atividades do negócio com a legislação vigente, com as normas internas e com os valores e padrões éticos estabelecidos. Nesse sentido, o Programa de Compliance dos Correios é aprimorado continuamente por meio da execução do Plano Anual de Compliance e Gestão de Riscos (Pacri), que visa prevenir, detectar e responder às vulnerabilidades da empresa e, ainda, fomentar o aumento da maturidade e cultura em compliance.

Foi implementada, em 2022, a campanha educativa “No Tom Certo de Compliance”, com a apresentação da mascote Tom, que faz referência ao “Tom que vem do Topo”, destacando a todos os empregados a importância de estarem atentos às leis, políticas, códigos, regulamentos, programas e procedimentos na execução dos processos, atividades e entrega de produtos e serviços, mantendo a imagem de empresa idônea e responsável socialmente.

Em 2022, os Correios adotaram um conjunto de ações de boas práticas de compliance, com destaque para:

I. Atualização da Política Corporativa de Compliance, em consonância com a norma ABNT NBR ISO 37301:2021, e do novo Programa de Compliance, que consolida as práticas de compliance voltadas para prevenção, detecção e resposta às condutas irregulares na empresa;

II. Realização do Seminário de Ética e Combate à Corrupção, além da implantação de novos procedimentos de integridade: *Background Check* de Integridade (BCI) para designação de função dos empregados, membros de

colegiados dos Correios e das entidades ligadas, entre outros (537 relatórios emitidos de BCI); Termo de Sigilo e Confidencialidade, sob um formato padrão, para assinatura pelos empregados que têm acesso às informações privilegiadas (9.553 termos assinados); e consultas de *due diligence* (diligência prévia) recebidas de clientes dos Correios, como pré-condição à celebração ou à renovação de contratos;

III. Realização de 827 ações de comunicação, com destaque para a campanha educativa de compliance, direcionadas a todos os empregados dos Correios;

IV. Disponibilização de 15 cursos na plataforma de educação a distância (EaD) da Universidade dos Correios, que resultaram em 254.857 participações;

V. Realização de quatro edições do Fórum do Sistema de Gestão de Compliance, tendo por foco a identificação de ações de curto prazo para mitigação de riscos de compliance em agências franqueadas, na gestão da frota e de faltas injustificadas, bem como em questões relacionadas à sustentabilidade, na vertente social;

VI. Publicação de manual com os procedimentos para operacionalização do Sistema de Gestão de Compliance, abrangendo as etapas de planejamento, operação, avaliação de desempenho e melhoria, bem como o manual de verificação da conformidade legal dos processos dos Correios, além de identificação dos riscos legais;

VII. Atualização do regramento alusivo à oferta e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades, em consonância com o Decreto nº 10.889/2021;

VIII. Implementação de funcionalidades para a captação da ciência dos empregados ao Código de Conduta Ética e Integridade e ao Regime Disciplinar no aplicativo Sou Correios, assim como nas capacitações sobre esses temas;

IX. Fortalecimento da Rede de Compliance e Gestão de Riscos, com a realização de 11 reuniões com agentes de compliance e riscos nas superintendências estaduais, resultando na ampliação da atuação da área de compliance nos estados;

X. Adesão ao Programa Nacional de Prevenção à

Corrupção (PNPC), evidenciando o compromisso da empresa em aprimorar os seus mecanismos de controle a fim de minorar as eventuais fragilidades organizacionais que oportunizam fraudes e corrupção. O PNPC é uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), patrocinada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

2.2.5 Segurança

Com vistas a propiciar a continuidade do negócio dos Correios, a empresa mantém estreita parceria com órgãos de segurança pública para prevenção a crimes, realiza mapeamento das situações de perigo e das vulnerabilidades de segurança do fluxo postal, providencia a alocação de equipamentos e serviços de segurança, promove recomendações para a mitigação das fragilidades e o respectivo monitoramento, assim como apura as ocorrências de fraudes e outros delitos contra o serviço postal.

Em 23/06/2022, os Correios e a Polícia Federal assinaram o 2º Protocolo de Execução, o qual tem por finalidade o

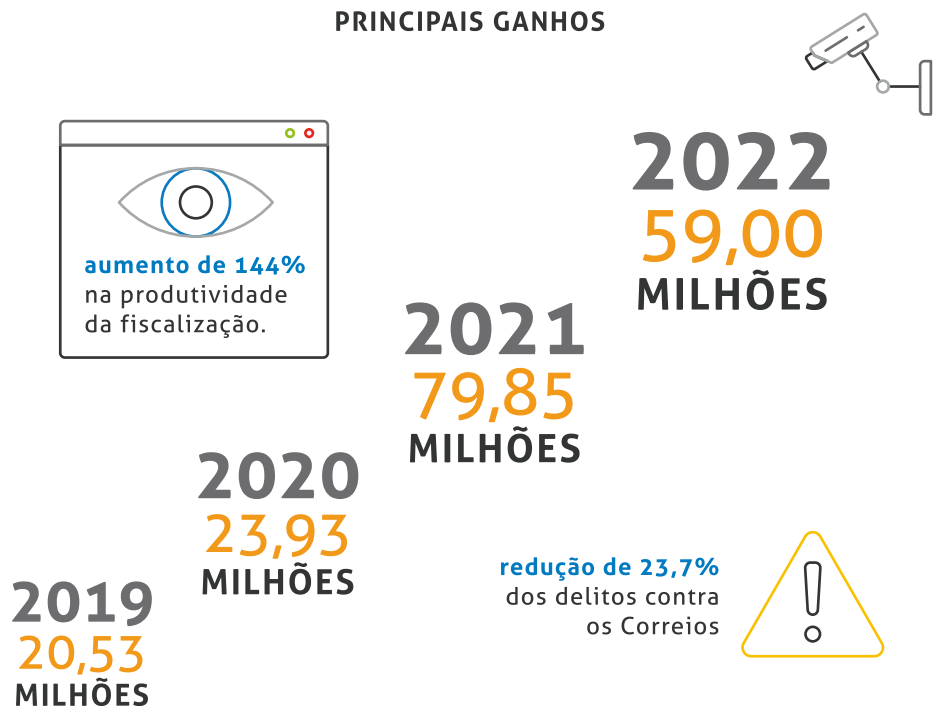
desenvolvimento de interface tecnológica para intercâmbio de dados, para fins de aprimoramento da investigação de crimes de atribuição da Polícia Federal perpetrados contra os Correios.

Igualmente destacável, em 15/03/2022, houve a celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e os Correios, à semelhança do que ocorre com a Polícia Federal (PF), com o objetivo de fortalecer a integração entre as instituições, assim como estabelecer uma cooperação técnica para coordenação e/ou execução de ações integradas, destinadas à prevenção e à repressão de ilícitos penais. Está previsto ainda o desenvolvimento de projetos voltados à área de inteligência e tecnologia da informação.

Em 2022, com a parceria dos órgãos de segurança pública, foram executadas operações de combate a delitos relacionados aos Correios, como fraudes em pedidos de pagamento de seguro por objetos postais supostamente extraviados, atuação de quadrilhas especializadas em assaltos a carteiros, produção e transporte de cédulas falsas, entre outros.

Com o objetivo de proteger as unidades de Correios, as pessoas que nelas circulam, numerário e demais bens patrimoniais contra os perigos de roubo, furto, vandalismo ou invasão, bem como proteger o fluxo postal contra os perigos de apropriação indébita de objetos postais e tráfico de conteúdo ilícito, vários investimentos, na ordem de R\$ 59 milhões, foram realizados em segurança ao longo de 2022, conforme ilustração a seguir:

PRINCIPAIS GANHOS



Fonte: Sistema ERP

A área de segurança atuou de forma ativa na disponibilização de recursos de segurança, tais como sistemas de alarme, sistemas de circuito fechado de TV (CFTV) e vigilantes, às unidades participantes da operação logística do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2022. Também foi feito o acompanhamento e o monitoramento do envio dos malotes das provas, passando pela centralização nacional, logística de distribuição, coleta nas escolas e devolução dos malotes contendo os cadernos de provas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), contribuindo, desse modo, para o êxito da operação.

Destaca-se a conclusão da alocação, nas unidades operacionais, de equipamentos de raios-X mais modernos, ágeis e com inteligência embarcada, o que contribuiu para o aumento da fiscalização e da apreensão de objetos com conteúdo proibido, como cédulas falsas, drogas ilícitas, plantas e animais vivos, armas de fogo, medicamentos de uso não liberado, entre outros, oriundos de contrabando ou do tráfico por via postal e para a mitigação de riscos socioambientais.

Em 2022, houve um aumento de 144% na produ-

tividade da fiscalização de objetos ante 2021, bem como a realização de 1.696 ações conjuntas dos Correios com os órgãos de segurança pública e de fiscalização (Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Receita Federal). Essas ações de combate ao tráfico de objetos proibidos resultaram na detenção de 733 pessoas, envolvendo 33.534 objetos postais.

Para fortalecer a cultura de segurança, estabelecer diretrizes e responsabilidades norteadoras à governança e à segurança corporativa nos Correios, foi aprovada nova Política de Segurança Corporativa dos Correios na 12ª Reunião do Conselho de Administração, de 13/12/2022.

As ações desencadeadas contribuíram para a manutenção da redução dos delitos contra os Correios, ano a ano, sendo que em 2022 houve um decréscimo de 23,7% ante 2021.

2.2.6 Sistema de Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) é o conjunto formado por estrutura organizacional, políticas, estratégias, processos, normas e procedimentos que, sob a supervisão da

alta administração, possibilita, com razoável segurança, garantir o atingimento dos objetivos de controle da empresa.

Consoante a Instrução Normativa Conjunta nº 01/2016 MP/CGU, os controles internos da gestão, no âmbito do Poder Executivo Federal, devem permear toda a organização para enfrentar os riscos e fornecer a segurança razoável de que objetivos e metas sejam alcançados de forma eficaz, eficiente, efetiva e econômica, evitando-se desvios.

A alta administração (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) possui o dever de prestação de contas sobre o alcance dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos e controles internos.

O SCI adota o modelo das três linhas, o que possibilita o melhor entendimento dos papéis dentro da organização, sendo que a 1ª linha tem a propriedade dos riscos e dos controles e a responsabilidade por gerenciá-los; a 2ª linha é responsável por orientar, aprimorar e monitorar, de forma cor-

porativa e continuada, a gestão de riscos e de controles internos; e a 3ª linha, composta pela auditoria interna, que atua de forma independente para fazer avaliações destinadas a adicionar valor à empresa e a melhorar as suas operações.

Em alinhamento ao SCI, foi aprovada e implementada em 2022 a Política de Controle Interno dos Correios, consoante a legislação nacional e as boas práticas de governança reconhecidas. A Política de Controle Interno é uma das bases para a implementação cotidiana de controles internos em toda a empresa, pois estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades dos envolvidos no âmbito dos Correios.

2.2.7 Controle Interno

A estrutura de governança dos Correios conta com órgão que atua em nível de segunda linha, responsável pela avaliação e pelo monitoramento de controles internos estabelecidos e executados pelos gestores de primeira linha nos processos operacionais, de negócios, de suporte e nas unidades operacionais.

Os trabalhos realizados buscam avaliar a eficácia dos controles para apresentação de oportunidades de melhorias aos gestores e fortalecimento dos controles internos; aumentar a confiabilidade e transparência das informações produzidas para a tomada de decisão e contribuir na mitigação de riscos que possam impactar negativamente o atingimento dos objetivos da empresa.

As metas de avaliações de controles internos são definidas e consolidadas no Plano Anual de Avaliação de Controle Interno (Pacin), aprovado em reunião de diretoria. Essas metas são elaboradas por meio de critérios de priorização, que levam em consideração a criticidade dos riscos e os direcionadores estratégicos da empresa, entre outros fatores. Por sua vez, os resultados das avaliações são reportados aos gestores e à alta administração por meio do Relatório Anual de Avaliação de Controle Interno (Racin), para tomada de decisão.

Na execução do Pacin/2022, foram realizadas avaliações de controles em processos operacionais, de negócio, de suporte e em unidades operacionais.

I. Avaliação de controles em processos operacionais, de negócios e de suporte

Em 2022, realizaram-se avaliações de controles em 14 processos operacionais, de negócio e de suporte, conforme tabela a seguir:

ORDEM	PROCESSO	ATIVIDADE	ORIGEM
1	Gerir planejamento das contratações	Plano de Gerenciamento das Contratações (PGCON)	Pacin/2021
2	Gerir frotas e equipamentos operacionais	Unitizadores – devolução e descarte	Pacin/2022
3	Realizar coleta / Realizar operações em agências	Captação (GT – Fraudes)	Pacin/2022
4	Gerir contratos administrativos	Gestão administrativa e operacional	Pacin/2022
5	Gerir frotas e equipamentos operacionais	Manutenção de veículos	Pacin/2022
6	Realizar transferência / Realizar movimentação de carga	Linhas de transporte	Pacin/2022
7	Gerir bens móveis	Controle de bens móveis	Pacin/2022
8	Realizar serviços logísticos	Realizar serviços de logística	Pacin/2022
9	Gerir contratações administrativas	Contratação Direta - Portal de Serviços - PSER	Pacin/2022
10	Realizar operações em agências / Gerir canais	Agência de Correios Comunitária (AGC)	Pacin/2022
11	Administrar processos econômico-financeiros	Contas a pagar – efetuar pagamento	Pacin/2022
12	Gerir segurança corporativa	Segurança do Fluxo Postal - Extravio	Pacin/2021
13	Gerir segurança corporativa	Segurança do Fluxo Postal (PRT/PRESI-143/2022)	Demanda Extraordinária
14	Gerir contratos de publicidade	Publicidade	Demanda Extraordinária

Fonte: Pacin/2022

As avaliações de controles realizadas nesses processos apontaram 293 oportunidades de aprimoramento, as quais foram encaminhadas às áreas gestoras para adoção das medidas de regularização, que serão acompanhadas pela área de controle interno até a devida conclusão.

II. Avaliação de controles em unidades operacionais

Foram realizadas avaliações de controles em 7.494 unidades operacionais: Agências de Correios Próprias (AC), Agências de Correios Franqueadas (AGF); Centros de Distribuição Domiciliária (CDD); Centros de Entregas de Encomendas (CEE); Agências de Correios Comercial (ACC); Centros de Transporte Operacional (CTO); Centros de Tratamento (CT); Ter-

cional de Cargas (TECA) e Gerências de Controle e Captação (GCCAP).

Em 2022, foram realizadas 2.165 avaliações de controles em unidades operacionais, na modalidade presencial, que resultaram na identificação de 24.940 não conformidades, das quais 19.936 (80%) foram regularizadas no decorrer do exercício.

Na modalidade não presencial, foram realizadas avaliações de controles em 6.028 Agências de Correios Próprias, por meio de testes automatizados de avaliação de controles, aplicados em três ciclos, com uma avaliação a cada quadrimestre. Como resultado dessas avaliações, foram identificadas 22.529 não conformidades no primeiro ciclo, 14.074 no segundo e 20.472 no terceiro. Observa-se que, em comparação aos resultados entre o primeiro e o terceiro ciclos, houve melhora do nível de eficácia dos controles em mais de 1.300 unidades dos Correios.

Na tabela a seguir, são apresentados os dados da execução (meta X realizado) do Pacin/2022:

DADOS DE EXECUÇÃO EM UNIDADES OPERACIONAIS

UNIDADES OPERACIONAIS	METAS	REALIZADO	%
Agências de Correios Próprias (AC)*	6.028	6.028	100%
Agências de Correios Franqueadas (AGF)	588	699	123%
Centros de Distribuição Domiciliária (CDD)	548	575	105%
Centros de Entrega de Encomendas (CEE)	67	67	100%
Agências de Correios Comercial (ACC)	62	63	102%
Centros de Transporte Operacional (CTO, CETO)	21	28	133%
Centros de Tratamento (CTC, CTE, CTCE)	10	22	220%
Terminal de Cargas (TECA)	06	06	100%
Gerências de Controle e Captação (GCCAP)	04	06	150%
TOTAL	7.334	7.494	102%

Fontes: Plano Anual de Avaliação de Controles Internos (Pacin) 2022 e Relatório Anual de Avaliação de Controles Internos (Racin) 2022.

(*) Agências Próprias (AC) avaliadas por meio do monitoramento automatizado, que é a avaliação de controles realizada via sistema.

(*) Avaliações presenciais (699 unidades); avaliações automatizadas (6.028 unidades - 1º ciclo; 5.974 unidades - 2º e 3º ciclos). A quantidade de unidades avaliadas no 2º e 3º ciclos difere da do 1º ciclo em razão do fechamento de 54 unidades no decorrer do exercício.

A presença de estruturas de controle interno, localizadas nas superintendências estaduais, possibilita a avaliação de controles in loco mediante a aplicação de testes de controles nas unidades operacionais, avaliando, sobretudo, se essas atividades estabelecidas estão sendo eficazes na prevenção e detecção de não conformidades.

2.2.8 Auditoria Interna

Os Correios dispõem, conforme estabelece seu Estatuto Social, de Auditoria Interna (Audit), vinculada ao

Conselho de Administração, com a atribuição de adicionar valor à organização e melhorar suas operações. Para tanto, norteado pelo Plano Estratégico vigente, pelos riscos a que os Correios estão expostos e pelos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da empresa é elaborado pela Auditoria o Plano Anual de Auditoria Interna (Paint), que considera os trabalhos:

I. Relativos a obrigações normativas e contratuais, dentre os quais, destacam-se: a Postal Saúde (operacionalização do plano de saúde dos empregados, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados com a rede credenciada), haja vista que os Correios atuam como mantenedor e patrocinador dos planos CorreiosSaúde e CorreiosSaúde II; e o Postalis (Instituto de Previdência Complementar cujo objetivo é garantir aos empregados benefícios previdenciários complementares aos da previdência oficial), considerando o papel de patrocinador dos Correios;

II. Solicitados pela gestão (alta administração);

III. Selecionados por meio de análise dos riscos com

maior probabilidade de ocorrência e impacto aos Correios.

À Auditoria Interna dos Correios cabe o estabelecimento, a manutenção e a supervisão do processo de monitoramento da implementação das recomendações emitidas em seus relatórios.

Em 2022, foram executados todos os 20 trabalhos de auditoria, consoante a quantidade aprovada no Paint para o exercício. O resultado consolidado é publicado nos relatórios anuais de atividades de Auditoria Interna (Raints), disponíveis no endereço: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/auditorias>

TIPOS DE TRABALHO DE AUDITORIA	QUANTIDADE
Trabalhos de auditoria em função de obrigações normativas e contratuais	7
Trabalhos de auditoria por solicitação da gestão	6
Trabalhos de auditoria selecionadas com base na avaliação de risco (processos organizacionais)	7
TOTAL	20

Fonte: Audit (Plano Anual de Auditoria Interna – Paint/2022 - revisado)

Como resultado do comprometimento dos Correios no atendimento das recomendações, houve a redução de aproximadamente 80% dessas recomendações, conforme detalhamento a seguir:

RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA	QUANTIDADE
Recomendações pendentes no exercício	1.552
Recomendações de auditoria concluídas pelos gestores no exercício	1.233
Recomendações de auditoria pendentes de implementação pelos gestores no final do exercício	319

Fonte: AUDIT (Sistema *Follow-up*)

Em complemento, foram emitidos pela Auditoria Interna pareceres conclusivos em tomadas de contas especiais (TCE), que são processos administrativos devidamente formalizados, com rito próprio, que visam à apuração de responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal e obtenção do respectivo ressarcimento, por meio da apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

A seguir são apresentados os quantitativos e os valores globais envolvidos nas TCEs nos últimos três anos:

TCEs	2020	2021	2022	TOTAL
Quantidade	15	06	10	31
Prejuízo Financeiro	R\$ 379.274.209,49	R\$ 1.284.805,73	R\$ 133.106.092,92	R\$ 513.665.108,14

Fonte: AUDIT (Processos do Sistema SEI)

Adicionalmente, foi realizado parecer técnico da Auditoria Interna dos Correios acerca da conformidade ao atendimento dos requisitos necessários para o prosseguimento do pagamento da participação nos lucros ou resultados dos Correios (PLR) 2021, tendo por base as diretrizes e orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia (ME).



2.3 Corregedoria

A Corregedoria dos Correios é responsável pela gestão dos processos de natureza correcional, competindo orientar e supervisionar todas as demais áreas da empresa, a fim de padronizar, normatizar e aprimorar procedimentos ligados à apuração de irregularidades cometidas tanto por empregados dos Correios, dentre outros agentes, como por pessoas jurídicas, nos termos da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

Juízo de Admissibilidade

Em 2022, foram recebidas e/ou tratadas pela Corregedoria 2.441 denúncias de natureza disciplinar, sendo que 1.268 denúncias foram admitidas para prosseguir com as apurações preliminares. No mesmo período, 1.158 denúncias foram concluídas.

ADMISSIBILIDADE DE DENÚCIAS QUANTIDADE

Admitidas	1.268
Concluídas	1.158

Fonte: CORSE-GIND

Investigação Preliminar

Foram instaurados 77 processos para realização de investigação preliminar e concluídos 87 processos no ano de 2022.

PROCESSOS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR QUANTIDADE

Instaurados	77
Concluídos	87

Fonte: Controle CORSE-GADI

Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)

Em relação aos fatos apurados segundo a Lei nº 12.846/2013, que trata de atos cometidos por pessoas jurídicas em desfavor da estatal, em 2022 a Corregedoria recebeu 21 processos para juízo de admissibilidade, dos quais 15 tiveram a apuração admitida. Também foram instaurados 17 Processos Administrativos de Responsabilização (PAR) e encaminhados 15 processos para julgamento.

ADMISSIBILIDADE-PAR PROCESSO-PAR

Instaurados	21	17
Concluídos e/ou encaminhados para julgamento	15	15

Fonte: Controle CORSE-GADI - PAR

Processo Administrativo Disciplinar (PAD)

Quanto aos fatos que demandaram ações de natureza correcional, foram instaurados 6.965 processos no ano de 2022, sendo 4.006 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) e 2.959 Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). No mesmo período foram encerrados 9.330 processos, sendo: 6.198 PADs e 3.132 TACs, conforme apresentados nas tabelas a seguir:

PROCESSOS DE NATUREZA CORRECIONAL INSTAURADOS EM 2022

Sindicância por Comissão	5
Apuração Direta Especial	15
Sindicância Sumária	34
Apuração Direta	3.952

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES - PADs 4.006

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INSTAURADOS EM 2022

TACs 2.959

TOTAL (PADs e TACs) 6.965

Fonte: Controle CORSE-GADI e dados GPAC

PROCESSOS DE NATUREZA CORRECIONAL ENCERRADOS EM 2022

Sindicância por Comissão	2
Apuração Direta Especial	13
Sindicância Sumária	52
Apuração Direta	6.131

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES - PADs 6.198

TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INSTAURADOS EM 2022

TACs 3.132

TOTAL (PADs e TACs) 9.330

Fonte: Controle CORSE-GADI e dados GPAC

Resultados dos processos disciplinares em 2022

RESULTADO*

Absolvição	989
Advertência	2.161
Suspensão Disciplinar	1.462
Demissão por justa causa	168

Fonte: Dados GPAC

* Um processo pode resultar em mais de uma penalidade

* Não considerados os processos com resultado "arquivado"

Principais irregularidades que ensejaram as apurações disciplinares em 2022:

PRINCIPAIS IRREGULARIDADES

Falta injustificada ao trabalho	1.769
Extravio de objeto postal	1.216
Descumprimento das atribuições profissionais	726
Não atendimento à convocação de trabalho	228
Irregularidade na entrega de objeto postal	188

Fonte: Dados GPAC



Principais causas que ensejaram demissões por justa causa em 2022:

PRINCIPAIS CAUSAS QUE ENSEJARAM DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Falta injustificada ao trabalho	40
Descumprimento das atribuições profissionais	12
Diferença de caixa	12
Falta de numerário	10
Conduta incompatível com a legalidade e moralidade administrativa	09

Fonte: Dados GPAC

Recuperação de Ativos

Em relação às medidas de recuperação de ativos, destacam-se os seguintes valores:

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Decorrentes de aplicações de multas (PAR)	R\$ 143.907,77
Decorrentes de desconto em folha de pagamento oriundo de TAC, atualização monetária e portarias de responsabilização pecuniária	R\$ 921.743,93
Decorrentes de desconto em folha de pagamento oriundo da aplicação de suspensão disciplinar	R\$ 467.866,86
Decorrentes das TCEs concluídas em 2022	R\$ 111.939,10
TOTAL	R\$ 1.645.457,66

Fonte: Dados CORSE-GSJU; Resumo Contábeis Mensais; Dados Controle CORSE-GADI

Sobre as medidas de recuperação de ativos, informa-se:

I. Julgamento de 24 PAR com aplicação de multas no total de R\$ 3.504.746,83, sendo efetivamente recuperado o valor de R\$ 143.907,77;

II. Instauração de 19 Tomadas de Contas Especiais (TCEs), perfazendo-se a importância de R\$ 183.932.881,18 e a conclusão de 10, totalizando a importância de R\$ 84.286.353,08;

III. O valor total a recuperar em decorrência das TCEs concluídas pela empresa, pendentes de julgamento pelo Tribunal de Contas de União (TCU), incluindo as TCEs de anos anteriores, correspondeu a R\$ 465.074.461,09.



Capítulo 3 – Resultados da gestão

3.1 Indicadores, metas e resultados alcançados para a consecução do Plano Estratégico

Apresentam-se a seguir os indicadores estratégicos, assim como a avaliação relativa às metas e às justificativas para os resultados alcançados.

Indicadores relacionados a assegurar a sustentabilidade

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Margem Ebitda	8,44%	14,56%	-1,32%	7,89%	-16,73%
Valor Econômico Agregado – R\$ milhões	597,73	1.624,46	-1.092,08	734,47	-148,69%
Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas	92,27%	89,12%	100,00%	100,00%	100,00%
Redução de Emissões de CO2	<i>Indicador Novo Apuração Anual</i>		-21,64%	-67,00%	32,30%
Índice de Maturidade do Sistema de Governança dos Correios	<i>Indicador Novo Apuração Anual</i>		2,00	2,00	100,00%

O indicador **Margem Ebitda** mede o percentual que a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros, de impostos e da depreciação. O resultado de 2022 correspondeu ao percentual de realização de -16,73% da meta definida para o período, em função do resultado operacional negativo

e do não alcance da meta definida para a receita no segmento encomenda.

Se comparado aos percentuais registrados nos últimos anos, o resultado obtido pelo indicador, de -1,32%, demonstra que o desempenho da receita operacional impactou o equilíbrio econômico-financeiro em 2022.

MARGEM EBITDA			
ANO	2020	2021	2022
	8,44%	14,56%	-1,32%

Fonte: Sistema Webcont

Como referencial comparativo, tem-se o correio da França, La Poste, que registrou em 2021 uma margem Ebitda de 15,67%.

O indicador **Valor Econômico Agregado** representa uma

medida de desempenho para acompanhar a gestão dos negócios e para identificar o quanto foi efetivamente criado de valor para a empresa em um determinado período de tempo. Em 2022, o resultado do indicador registrou R\$ -1.092,08 milhões, que representa -148,69% de realização da meta definida para o período (R\$ 734,47 milhões). O desempenho inferior decorre, principalmente, do resultado da receita de vendas não ter correspondido à respectiva meta ao longo do ano, em especial, à meta de resultado do segmento de encomenda.

O indicador **Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ)** mede, de forma objetiva, o desempenho dos Correios em realizar despesas no nível planejado, no momento da orçamentação, à luz da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), que preconiza a gestão e o controle de custos por meio de iniciativas, com vistas a promover a cultura de custos com responsabilidade compartilhada. O resultado do indicador, que possui polaridade “igual, melhor”, foi de 100,00%, tendo alcançado a meta planejada de execução orçamentária.

O indicador **Redução de Emissões de CO2** visa mensurar a redução das emissões corporativas de CO2 equivalente

apurada em 2021, em relação ao emitido pelos Correios no ano de 2013, de forma a avaliar a efetividade de um serviço postal mais comprometido com a preservação do meio ambiente e alinhado à Política de Sustentabilidade dos Correios. O resultado mensurado para 2022 registrou -21,64%, obtendo 32,30% de realização da meta prevista para o ano.

O indicador **Índice de Maturidade do Sistema de Governança dos Correios** mensura, por meio da aplicação do questionário IG-Sest, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Economia, o cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas de governança corporativa aplicáveis às estatais federais, principalmente no que se refere à Lei nº 13.303/2016, ao Decreto nº 8.945/2016, às resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar), às diretrizes da organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) e aos referenciais de boas práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e da Sest, sob a ótica das dimensões governança, transparência e gerenciamento de

riscos e controle, que propiciam a avaliação da evolução do sistema de governança dos Correios. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 2,00 pontos e obteve 100,00% de realização da meta prevista para o ano.

As ações que merecem destaque referem-se à implantação da tarifa branca nas unidades contempladas no projeto de eficiência energética, com redução de R\$ 1,8 milhão nas despesas de energia elétrica desde a implantação do projeto, e à economia obtida a partir das iniciativas de redução de despesas do Orçamento Base Zero (OBZ), no valor de R\$ 191 milhões em 2022.

Indicadores relacionados a garantir a excelência

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Indicador de Entrega no Prazo	93,93%	92,40% ¹	95,59%	95,37%	100,23%
Indicador de Produtividade – R\$	175.830	237.465	226.185,06	267.454,42	84,57%
Indicador de Satisfação do Cliente	76,70%	79,25%	84,96%	90,00%	94,40%
Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional ²	Apuração Bienal		70,90%	70,90%	100,00%

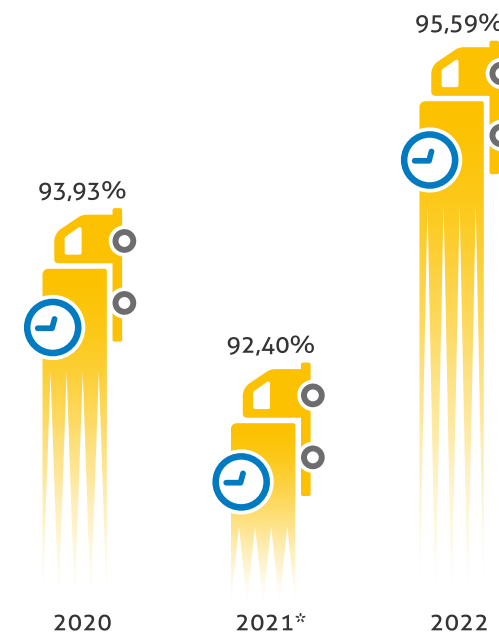
¹Resultado atualizado consoante a nova metodologia de cálculo aprovada pela empresa

²Não avaliado no ano de 2020.

O Indicador de Entrega no Prazo (IEP) é o indicador estratégico da qualidade operacional, que avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos aos clientes finais dos principais segmentos postais: encomenda, logística e mensagem. Em 2022,

apresentou resultado de 95,59%, frente à meta de 95,37%, com crescimento de 3,19% em relação a 2021. Considerando que houve significativa redução de prazos de entrega em vários trechos, tal desempenho é considerado relevante.

INDICADOR DE ENTREGA NO PRAZO – IEP



Fonte: <http://snu0120.correiosnet.int/siope/>

* Resultado de 2021 atualizado de acordo com nova metodologia de cálculo aprovada pela empresa.

O Índice de Entrega no Prazo de Encomendas (IEPE), que afere a entrega no prazo dos objetos dos serviços de encomendas, teve para 2022 uma meta de 95,48% e alcançou resultado acumulado de 96,34%. O Índice de Entrega no Prazo de Logística (IEPL), que afere a entrega no prazo dos objetos de logística integrada e o desempenho das operações especiais de logística, com meta em 2022 de 98,00%, alcançou resultado acumulado de 97,48%. Por fim, o Índice de Entrega no Prazo de Mensagens (IEPM), que afere a entrega no prazo dos serviços de mensagens, teve em 2022 uma meta de 93,50% e alcançou resultado acumulado de 91,88%.

Entre as ações que propiciaram a manutenção do patamar dos índices de qualidade operacional e a ampliação da capacidade produtiva, destacam-se:

I. Disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 unidades, conferindo modernização do atendimento em suas diversas plataformas, maior comodidade e nova experiência ao cliente, com o pré-atendimento por meio do aplicativo Correios;

II. Ampliação da quantidade de armários inteligentes (*lockers*), totalizando 84 unidades implantadas nas cidades de Brasília/DF (17 unidades), Rio de Janeiro/RJ (40 unidades) e São Paulo/SP (27 unidades), constituindo mais um canal de distribuição ao cliente, que pode ser acessado, a depender dos locais de instalação, 24 horas por dia, em todos os dias da semana;

III. *Crowdshipping* (entrega colaborativa): parceria comercial com empresa detentora de plataforma de gerenciamento de entregas para flexibilização e a ampliação do horário de execução da operação. Ampliação do Sedex Hoje com Entrega Colaborativa para o Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte, o que permite a entrega da encomenda em poucas horas;

IV. Expansão da malha aérea secundária, com 15 novas contratações para encaminhamento de carga expressa por meio do uso de porões de aeronaves comerciais, como alternativa ao uso de cargueiros da Rede Posta Noturna (RPN), resultando em redução dos custos de transportes e dos prazos para praças não atendidas pela RPN, em especial nas regiões Norte e Nordeste do país;

V. Continuidade das ações de redução do prazo de entrega nos principais trechos nacionais, tornando os serviços de encomendas nacionais, notadamente o Sedex, mais competitivos e com entregas mais rápidas. Em 2022, trechos que representam 55% da carga do Sedex foram ofertados com prazo de entrega no dia seguinte à postagem (D+1), beneficiando mais de 4 mil localidades em todo o Brasil;

VI. Renovação da frota própria de distribuição: aquisição de 5.092 veículos e 1.753 bicicletas cargo com baú, totalizando o investimento de R\$ 350 milhões (46,15% do investimento total realizado pela empresa em 2022), promovendo melhoria das condições de trabalho, mitigação das emissões de gases de efeito estufa e ganho de produtividade.

+ **1.753**
bicicletas
com baú



+ de **5.092**
veículos

investimento de
R\$ 350
milhões
46,15% do total
em **2022**

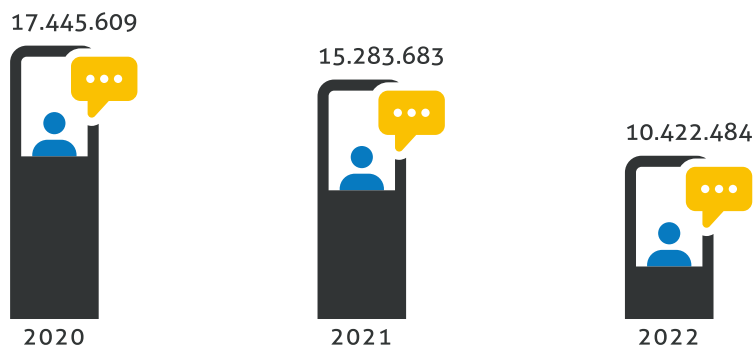


- emissões de gases de efeito estufa
+ condições de trabalho
+ produtividade.

Como referencial comparativo externo, tem-se para 2022 a meta 95,00% de qualidade de entrega estabelecido na Portaria nº 2.729/2021, pelo Ministério das Comunicações, para a encomenda não urgente sem valor declarado, sendo o resultado obtido pela empresa de 97,45%.

A busca pela excelência operacional teve reflexos positivos na redução da quantidade de manifestações em relação aos objetos qualificados entregues. A centralidade no cliente vem sendo a preocupação da empresa, havendo redirecionamentos de vários processos, assim como ações voltadas à busca pela satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados.

MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS NO FALE CONOSCO



Fonte: Correios, 20221 Desde 15/10/2021, devido à aprovação do Nível de Serviço (NS), são registradas as reclamações de objetos (SEDEX e PAC) que estão fora do prazo previsto de entrega para todos os clientes enquadrados na política comercial revisada.

O Indicador de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2022 o indicador apresentou o resultado de R\$ 226.185,06, alcançando 84,57% da meta esperada para o período (R\$ 267.454,42). O resultado abaixo da meta definida deve-se ao desempenho do segmento encomenda ter sido menor que o planejado para o período.

Como referencial comparativo externo, tem-se o correio da França, La Poste, que apresenta resultado de R\$ 246.142 para produtividade no ano de 2021, equivalente ao desempenho apresentado pelos Correios de R\$ 237.465, naquele ano.

O Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) tem por objetivo mensurar a satisfação dos clientes dos Correios com relação aos produtos e serviços oferecidos. O resultado mensurado para 2022 registrou 84,96%, obtendo 94,40% de realização da meta prevista para o ano.

O Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional (Clio) mede a atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, decorrente das percepções, das atitudes e dinâmicas

que afetam o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 70,90% e obteve 100,00% de realização da meta prevista para o ano.

Os processos prioritários, projetos e processos viabilizadores cujos resultados contribuem para a consecução do Plano Estratégico apresentaram evolução, com destaque para a implantação de 84 *lockers* (armários inteligentes para retirada de objetos postais pelos destinatários).

Indicadores relacionados a crescer nos mercados concorrenciais

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Receita de Negócios Concorrenciais ¹	-	-	15.156.871.095,08	19.284.390.921	78,60%
Market Share - Encomenda	32,30%	36,00%	33,00%	38,00%	86,84%

¹ Indicador estratégico criado no ano de 2022

O indicador **Receitas de Negócios Concorrenciais** é calculado pelo resultado apurado para as receitas oriundas dos serviços concorrenciais da empresa e apresentou percentual de realização da meta de 78,60%, impactado pelo fato de as postagens dos principais clientes do e-commerce apresentarem-se inferiores ao nível estimado, explicada, entre outros fatores, pelo menor ritmo de crescimento do e-commerce nacional em 2022, quando comparado ao observado em 2021, e pelo

maior acirramento da concorrência no mercado.

A quantidade de objetos distribuídos nos segmentos que compõem o mercado concorrencial atingiu mais de 559,7 milhões em 2022. O segmento encomenda foi responsável pela maior parcela, contando com 394 milhões de objetos distribuídos, e o segmento internacional com 157 milhões. Este último apresentou resultado positivo em relação ao ano anterior, com acréscimo de 35,2%, oriundo do crescimento dos serviços de distribuição, impulsionados pelas compras dos brasileiros em sites internacionais.

As ações de digitalização e desmaterialização da comunicação, a racionalização dos envios (con-

solidação de remessas) e a redução de frequência, quantidade e pesos dos objetos postais permanecem como elementos que influenciam na queda do tráfego postal e na consequente redução de receita. No segmento marketing, o ano de 2022 foi impactado positivamente pelas eleições, tendo como principais concorrentes as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

Diante do declínio das correspondências em meio físico em todo o mundo, a empresa vem adotando ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, à melhoria dos serviços de comunicação física e híbrida e ao aumento de participação dos segmentos de encomenda e internacional.

Diversas ações vêm sendo empreendidas no intuito de incrementar a competitividade dos serviços de encomendas e a capacidade de geração de receita dos Correios, a exemplo da redução dos prazos ofertados nos principais corredores comerciais. Em 2022, houve a implantação de 2.330 tre-

chos nos principais corredores, que correspondem a 75% dos 3.107 trechos previstos.

O indicador *Market Share* - Encomenda visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado brasileiro de encomendas, no tocante à quantidade de encomendas distribuídas. O resultado de 2022 para esse indicador alcançou 33,00% e obteve 86,84% de realização da meta prevista para o ano.

Alguns dos processos prioritários e projetos viabilizadores executados pela empresa contribuíram para a consecução do Plano Estratégico, com destaque para os resultados obtidos com a disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 unidades de atendimento e a implantação de 97 unidades do Correios Empresa e de 75% dos corredores prioritários previstos no projeto viabilizador, que atendem às necessidades do mercado quanto à desconcentração de localidades de distribuição de objetos, redução de prazos de entrega, e movimentam 97% do total da carga de SEDEX.

Indicadores relacionados a manter a universalização

INDICADOR ESTRATÉGICO	RESULTADO			META 2022 (A)	% DE REALIZAÇÃO DA META (B/A)
	2020	2021 (C)	2022 (B)		
Universalização Atendimento	97,46%	97,88%	97,96%	98,65%	99,30%
Universalização Distribuição	89,20%	92,57%	95,72%	93,00%	102,92%

O indicador **Universalização Atendimento**, relacionado à universalização do atendimento postal básico (UAPB), mensura a oferta de atendimento postal por meio da relação entre a quantidade de posições de atendimento existentes e a quantidade de posições de atendimento necessárias para o atendimento em cada município, conforme diretrizes de universalização estabelecidas por meio da Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações. As metas são recalculadas anualmente, de forma a garantir a oferta de 100% das posições de atendimento ao final do quarto ano, em 2024. O indicador obteve o resultado de 97,96%, sendo ofertadas 9.456 posições de atendimento. A meta para o período não foi atingida devido à dificuldade em designar empregados para realizar o atendimento nas agências localizadas em áreas distantes do centro urbano, e pelo desinteresse dos empregados em assumir as funções de gestão das unidades nessas localidades. Dentre as ações em andamento para reverter esse resultado, destacam-se: apoio nas negociações com as prefeituras municipais, criação de canais alternativos de atendimento e ações de melhoria para uma maior atratividade na alocação de pessoal nessas localidades.

O indicador **Universalização Distribuição** mensura o percentual de distritos com entrega postal externa (PDPE), com população igual ou superior a 500 habitantes, e tem por objetivo acompanhar a ampliação do serviço de entrega postal externa, ou seja, a entrega de objetos postais que não ocorre nas unidades da empresa (entrega interna), conforme as metas definidas na Portaria nº 2.729/2021. Para 2022, foi estabelecida a meta de implantação da entrega externa em 93% (9.136) dos distritos existentes, tendo-se alcançado um percentual de distribuição de 95,72% de distritos com entrega externa implantada (9.409), resultando em 102,92% de realização da meta.

Dadas as informações mais recentes divulgadas pela UPU, como referencial comparativo externo tem-se o resultado estatístico postal médio, para o ano de 2020, de 81,9% da população com distribuição postal em casa na América Latina e no Caribe, e de 77,83% no mundo.

A avaliação da execução do Plano Estratégico 2022/2026 indica que a empresa tem cumprido a sua missão de conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções de comunicação e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas e, ainda, de prestar serviço essencial para a sociedade brasileira ao ofertar pacote de soluções para pequenos, médios e grandes clientes, especialmente diante das limitações apresentadas em tempos de pós-pandemia.

Essa atuação foi possível e reforçada pela prática dos valores organizacionais: integridade; respeito às pessoas; responsabilidade e compromisso com o resultado; orgulho em servir à sociedade e pertencer aos Correios; orientação ao futuro; adaptabilidade; aprendizagem contínua; integração; e centralidade do cliente. O desafio posto para os próximos anos é o de seguir assegurando a sustentabilidade eco-

nômico-financeira, socioambiental e de governança, garantir a centralidade do cliente, o crescimento nos mercados concorrenciais e a otimização da universalização dos serviços postais básicos para concretização da visão de futuro: ser uma plataforma física e digital integrada, de excelência, para o fornecimento de soluções de comunicação e logística.

Sob a ótica da contribuição pelo desempenho dos indicadores estratégicos e pelos resultados gerados por meio da execução dos processos prioritários, projetos e processos viabilizadores, verifica-se que a empresa obteve avanços relevantes em 2022.

Em relação a assegurar a sustentabilidade, destaca-se a responsabilidade da empresa em relação ao impacto ambiental, tendo aderido ao programa agenda ambiental na administração pública (Agenda A3P), do Ministério do Meio Ambiente. Nesse contexto, foi concedido à Superintendência Estadual de Brasília o selo de monitoramento A3P, que é atribuído às instituições/órgãos que realizam o preenchimento e o acompanhamento das informações por completo, anualmente, no sistema Ressoa, do referido minis-

tério. Nesse escopo, observa-se também a redução de despesa no montante de R\$ 1,8 milhão obtida pela implantação do projeto de eficiência energética nos Correios, com adoção de tarifa branca (forma de tarifação de energia mais econômica para os que a consomem fora dos horários de pico) em 1.735 unidades. Os indicadores financeiros vinculados a esta temática apresentaram resultados abaixo do planejado para o ano, em virtude da apuração de receitas operacionais aquém do desejável. Como contramedidas, foram adotados contingenciamentos de despesas para o atingimento de suas metas e resultados operacionais definidos para o exercício de 2022, inclusive com a aprovação do limite de despesas orçamentárias de R\$ 20,5 bilhões anuais. Entretanto essas medidas de contenção não se mostraram suficientes para suprir a frustração das receitas de vendas em relação à meta prevista para 2022.

No que se refere a garantir a excelência, destacam-se a contratação para a prestação de serviços de medições incentivadas e para a aquisição de ferramenta de mapeamento e criação de jornada e personas dos Correios, ações internas para a incorporação do valor centralidade do cliente como di-

recionador das ações em todos os níveis da empresa e, ainda, a instalação de 84 *lockers* como solução de uso fácil e intuitivo disponibilizada aos clientes.

Em relação a crescer nos mercados concorrenciais, verificou-se a implantação de 166.366 corredores prioritários, que envolvem 462 municípios, atendendo às necessidades do mercado quanto à desconcentração de localidades de distribuição de objetos e reduzindo prazos de entrega. Pertence, ainda, às capturas relacionadas, a disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 agências, o que moderniza o atendimento em suas diversas plataformas, proporcionando maior comodidade e nova experiência ao cliente, com o pré-atendimento por meio do aplicativo Correios. Noutra frente, foram implantadas 97 unidades do Correios Empresa, que compreende agências estruturadas para a otimização de grandes postagens, visando ao aumento de produtividade e de disponibilidade para o atendimento ao cliente.

Para manter a universalização, ressalta-se que é assegurada à população brasileira uma infraestrutura postal com 9.456 posições de atendimento, presentes em

5.553 do total de 5.570 municípios brasileiros; e 9.409 distritos com efetiva distribuição, propiciando enorme abrangência dos serviços postais em todo o país, e sendo preservada a continuidade da prestação dos serviços postais básicos.

Em última análise, considerando o desempenho obtido em 2022, especialmente em relação ao impacto causado pela retração da receita de vendas, principalmente nos segmentos de logística e encomenda, o que resultou no não atingimento da meta de vendas estabelecida no Plano de Negócios; e pelo fato de alguns projetos viabilizadores também vinculados ao Plano de Negócios não terem alcançado os resultados almejados para o exercício; destaca-se que os detalhamentos

contidos no Plano Estratégico permanecem relevantes e desafiadores para os Correios.

3.1.1 Indicadores setoriais

Os indicadores setoriais são desdobrados das metas estabelecidas para os indicadores estratégicos e têm por finalidade determinar como cada área (diretoria/presidência) contribuirá para a consecução do Plano Estratégico da empresa, possibilitando o seu acompanhamento em nível tático.

O contexto histórico da avaliação empresarial por meio dos indicadores setoriais é apresentado nas tabelas a seguir:

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
PRESI Presidência	I0BZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 472 milhões	R\$ 484 milhões	97,42%
	ABS	Absenteísmo *	3,59%	2,74%	123,68%
ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGOV Governança	I0BZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 211 milhões	R\$ 245 milhões	84,04%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	61,36%	61,36%
	ABS	Absenteísmo *	6,14%	6,60%	92,51%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DINEG Negócios	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 613 milhões	R\$ 567 milhões	107,51%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	94,09%	94,09%
	ABS	Absenteísmo *	5,35%	4,63%	113,46%
	RVI	Receita de Vendas e Importação	R\$ 15.583 milhões	R\$ 14.112 milhões	90,56%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIEFI Financeira	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 1.394 milhões	R\$ 1.252 milhões	110,15%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	99,08%	99,08%
	ABS	Absenteísmo *	2,54%	2,06%	118,90%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	52,33%	52,33%
	IQDF	Qualidade das Demonstrações Financeiras	97 pontos	80 pontos	82,47%
	INAD_90	Inadimplência até 90 dias *	1,25%	0,63%	149,60%
	OBRI	Índice de Obsolescência dos Recursos de Infraestrutura de TIC *	13,00%	15,45%	118,85%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGEP Gestão de Pessoas	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 193 milhões	R\$ 180 milhões	106,73%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	94,49%	94,49%
	ABS	Absenteísmo *	3,09%	2,60%	115,86%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIOPE Operações	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 15.284 milhões	13.913 milhões	108,97%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	96,61%	96,61%
	ABS	Absenteísmo *	3,27%	1,82%	144,34%
	IEP	Índice de Entrega no Prazo	95,87%	93,93%	97,98%
	RVA	Receita de Vendas Agência	R\$ 4.085 milhões	R\$ 3.981 milhões	97,46%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	102,16%	102,16%
	IIEE	Índice de Indenização por Extravio de Encomendas *	0,09%	0,03%	166,67%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2020	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIRAD Administração	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	R\$ 599 milhões	R\$ 527 milhões	112,10%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	98,45%	98,45%
	ABS	Absenteísmo *	3,72%	2,45%	134,14%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	74,31%	74,31%
	ICP	Contratações no Prazo	50,00%	80,00%	160,00%

Fonte: DIEFI

* Os indicadores "Execução orçamentária de custos e despesas planejadas", "Absenteísmo", "Inadimplência até 90 dias", "Índice de Indenização por Extravio de Encomendas" e "Índice de Obsolescência dos Recursos de Infraestrutura de TIC" possuem polaridade "quanto menor, melhor". Exemplo: quando os valores do orçamento realizado forem superiores à meta, entende-se que a meta não foi atingida e a realização da meta é menor do que 100%.

Para 2021, a natureza dos indicadores foi mantida. Contudo, alguns indicadores deixaram de ser enquadrados como setoriais: Absenteísmo (ABS), Qualidade das Demonstrações Financeiras (IQDF), Inadimplência até 90 dias (INAD_90), Índice de Obsolescência dos Recursos de Infraestrutura de TIC (OBRI), Índice de Indenização por Extravio de Encomendas (IIEE) e Contratações no prazo (ICP), em ra-

zão das características e atributos não serem considerados de nível operacional.

O indicador Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ) passou a ser analisado sob a perspectiva de polaridade "igual, melhor", sendo que antes era avaliado com a polaridade "quanto menor, melhor".

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
PRESI Presidência	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	160,53%	160,53%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGOV Governança	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	56,14%	59,72%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	141,54%	141,54%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DINEG Negócios	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	42,02%	44,70%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	0%	0%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	96,42%	96,42%
	RVI	Receita de Vendas e Importação	R\$ 16.437 milhões	R\$ 18.168 milhões	110,53%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIEFI Financeira	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	97,95%	100%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	99,54%	99,54%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	60,43%	60,43%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGEP Gestão de Pessoas	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	108,94%	108,94%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	99,12%	99,12%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIOPE Operações	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	90,03%	95,78%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	96,11%	96,11%
	IEP	Índice de Entrega no Prazo	95,29%	91,88%	96,42%
	RVA	Receita de Vendas Agência	R\$ 3.636 milhões	R\$ 3.634 milhões	99,94%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	37,35%	37,35%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIRAD Administração	IOBZ	Execução orçamentária de custos e despesas planejadas *	100,00%	49,49%	52,65%
	RPPE	Realizado/planejado para Projetos Estratégicos	100,00%	60,43%	60,43%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	58,08%	58,08%

Fonte: DIEFI

*O indicador "Execução orçamentária de custos e despesas planejadas" possui polaridade " igual, melhor". Exemplo: quando os valores do orçamento realizado forem inferiores a 94% ou superiores à meta, entende-se que a meta não foi atingida.

Em 2022, para acompanhamento em nível setorial, foram inseridos os indicadores Índice Digital (ID), Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional (CliO) e Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores (RPPE), além de ter sido criado o indicador de Ações de Governança (IGOV). Os indicadores de receita, oriundos dos indicadores estratégicos, Percentual de Variação de Receitas H1 – R(H1), Percentual de Variação de Receitas H2 – R(H2) e Valor de Receitas H3 – R(H3) passaram a ser

mensurados por Linhas de Negócio: Logística, Comunicação e Atendimento, que abrangem os Indicadores Setoriais Receita de Vendas Importação (RVI) e Receita de Vendas Agências (RVA), já vigentes em 2021, enquanto os Indicadores de Entrega no Prazo foram desmembrados do Indicador Estratégico (IEP).

Os resultados de 2022 são apresentados na tabela a seguir:

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
PRESI Presidência	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	137,14%	137,14%
	CliO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	74,60%	105,22%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGOV Governança	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	71,75%	71,75%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	100,00%	100,00%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	100,00%	100,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
	CliO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	75,40%	106,35%



ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DINEG Negócios	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	100,00%	100,00%
	RPPV	Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores	100,00%	94,50%	94,50%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	0,00%	0,00%
	RLOG	Receita de Logística DINEG	100,00%	78,11%	78,11%
	RCOM	Receita de Comunicação DINEG	100,00%	103,78%	103,78%
	RATD	Receita de Atendimento DINEG	100,00%	100,36%	100,36%
	RCOA	Receita Contábil de Atendimento	100,00%	74,93%	74,93%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	100,00%	100,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
	ClíO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	72,80%	102,68%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIEFI Financeira	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	111,31%	111,31%
	RPPV	Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores	100,00%	78,70%	78,70%
	IEI	Índice de Execução de investimentos	100,00%	92,08%	92,08%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	100,00%	100,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
		ClíO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	74,20%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIGEP Gestão de Pessoas	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	108,38%	108,38%
	RPPV	Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores	100,00%	93,79%	93,79%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	50,00%	50,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
		ClíO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	66,40%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIOPE Operações	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	100,68%	100,68%
	RPPV	Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores	100,00%	88,34%	88,34%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	90,70%	90,70%
	IEPE	Índice de Entrega no Prazo Encomendas	95,48%	96,34%	100,90%
	IEPM	Índice de Entrega no Prazo Mensagem	93,50%	91,88%	98,27%
	IEPL	Índice de Entrega no Prazo Logística	98,00%	97,48%	99,47%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	100,00%	100,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
	CLiO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	75,40%	106,35%

ÁREA	SIGLA	INDICADORES SETORIAIS 2021	META	RESULTADO	REALIZAÇÃO
DIRAD Administração	IOBZ	Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas *	100,00%	62,28%	62,28%
	IEI	Índice de Execução de Investimentos	100,00%	68,03%	68,03%
	RPPV	Realizado/Planejado para Projetos Viabilizadores	100,00%	77,42%	77,42%
	IGOV	Indicador de Ações de Governança	100,00%	100,00%	100,00%
	ID	Índice Digital	2,50 pontos	2,56 pontos	102,40%
	CLiO	Índice de Favorabilidade do Clima Organizacional	70,90%	78,10%	110,16%

Fonte: DIEFI

*O indicador "Índice de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas" possui polaridade " igual, melhor".

Destaca-se em 2022 o desempenho positivo nos seguintes indicadores setoriais:

I. O IEPE, que mensura os objetos de encomendas entregues no prazo, foi desdobrado do indicador estratégico IEP (composto pela entrega no prazo dos segmentos Encomendas, Mensagem e Logística). Em 2022, apresentou resultado acima

da meta, o que melhora a percepção do cliente em relação ao cumprimento dos prazos e contribui para reduzir as despesas decorrentes do pagamento de indenizações por atraso. Portanto, a superação da meta tem influência positiva na receita e na despesa. O desempenho anual resultou, principalmente, do aporte pontual de recursos extraordinários nas unidades operacionais e do aumento da eficiência operacional;

II. O CliO apresentou resultado positivo para seis das setes áreas da empresa, em decorrência do aumento nos índices dos fatores liderança, equipe de trabalho, imagem institucional e comunicação, de acordo com a percepção dos empregados;

III. O ID é um indicador apurado anualmente por meio da aplicação de pesquisa nas áreas da empresa. A pesquisa contempla questões que mensuram o nível de investimento digital e o progresso em três segmentos: Estratégia, Serviço e Habilidade Digitais. O resultado obtido representou um incremento de 0,22 pontos ante 2021, com variação positiva em todos os segmentos avaliados. Destaca-se a evolução no segmento Serviço Digital com 2,42 pontos, que após uma estagnação nos dois anos anteriores, correspondeu ao segmento de maior evolução em 2022, com crescimento em 0,3 pontos em relação a 2021.

3.2 Resultados das principais áreas de gestão

3.2.1 Negócios

A tendência de maior adoção de soluções tecnológicas pela sociedade para interação e manutenção de relações comerciais foi consolidada em 2022, marcando de forma contundente os negócios da empresa.

Os Correios lançaram novas soluções digitais e de logística destinadas às operações de comércio eletrônico, fortalecendo o seu papel de parceiro do e-commerce nacional e internacional.

Entre as principais ações e resultados obtidos em 2022, destacam-se as seguintes, conforme linhas de negócio e canais de relacionamento com o mercado:

Logística: soluções logísticas para operações do comércio eletrônico e para a execução de políticas públicas nacionais nas áreas de educação e saúde, as quais

reforçam a responsabilidade social da empresa:

I. Revalida: exame para validação dos diplomas de medicina obtidos no exterior, com entrega de aproximadamente 42 mil provas, em 24 localidades de 10 municípios;

II. Programa Leve Leite: entrega de leite em pó aos alunos da rede pública de educação do município de São Paulo/SP. O serviço envolve o armazenamento e a distribuição mensal de 320 toneladas de leite, atendendo 320 mil alunos;

III. Logística de medicamentos para o governo de Minas Gerais: transporte e distribuição de mais de 1.600 toneladas de medicamentos e produtos correlatos nos 853 municípios de Minas Gerais;

IV. Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja): entrega de 3.076.186 provas em 622 municípios. Essa operação envolveu a captação, transporte, entrega e coleta de malotes de provas;

V. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): distribui-

ção de 6,8 milhões de provas em 1.747 municípios, em uma janela de 3 horas para atendimento da logística do exame;

VI. Redução do prazo de entrega nos principais trechos nacionais, tornando os os serviços de encomendas nacionais, notadamente o Sedex, mais competitivos e com entregas mais rápidas;

VII. Ampliação do Sedex Hoje, que permite a entrega da encomenda em poucas horas, com acompanhamento em tempo real, para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba;

VIII. Ampliação e melhoria do serviço Correios *Packet*, utilizado para remessa de compras feitas pelos brasileiros em lojas on-line no exterior, incluindo, entre outras, a possibilidade de entrega em *lockers* (armários inteligentes) e o rastreamento da encomenda pelo CPF/CNPJ;

IX. Implantação de 6 novos armazéns de logística integrada e operações para *fulfillment*, ampliando para 11 o número de unidades operadoras do serviço Correios Log+, posicionando a empresa como importante pro-

vedora de soluções logísticas destinadas às operações de comércio eletrônico, com operações completas de armazenagem, atendimento de pedidos e integração aos demais serviços de entrega e logística reversa;

X. Lançamento do serviço *Transfer Log*, que consiste em solução de transferência de carga entre os diversos Centros de Logística Integrada dos serviços Correios Log+ e Correios Log Supri, permitindo que os clientes abasteçam seus estoques por meio da realização de transferência entre os armazéns, para otimização dos estoques, aproximação das mercadorias estocadas aos destinatários finais, redução do tempo de entrega e aumento da satisfação dos clientes atendidos.

Atendimento: as soluções de atendimento apoiaram as empresas e órgãos públicos, que demandavam manter relacionamento presencial com seus consumidores e cidadãos, conforme relatado a seguir:

I. Disponibilização do sistema Correios Atende em 1.155 unidades, conferindo modernização do atendimento

em suas diversas plataformas, maior comodidade e nova experiência ao cliente, com o pré-atendimento, por meio do aplicativo Correios;

II. Com mais de 80 contratos vigentes, o Balcão do Cidadão posiciona os Correios como um canal de acesso a serviços de interesse do cidadão, sendo um importante serviço sustentável na vertente social. Em 2022, o serviço obteve reconhecimento internacional, recebendo o prêmio *World Post & Parcel Awards* na categoria Serviço ao Cliente;

III. Ponto de Coleta: projeto de viabilização de canal de atendimento a ser operado mediante credenciamento de comércios varejistas para a prestação dos serviços de captação e retirada de encomendas;

IV. Implantação de 97 unidades do novo canal de atendimento, o Correios Empresas, criado para diferenciar o atendimento aos clientes com contrato comercial com os Correios, oferecer aos empreendedores uma experiência satisfatória e reforçar o papel da empresa como provedora de soluções para o e-commerce brasileiro;

V. Ampliação da forma de atendimento para aquisição do Certificado Digital, com o lançamento da modalidade de oferta do produto por meio de videoconferência, com processo 100% digital e sem deslocamento até um ponto físico dos Correios.

Comunicação: disponibilização de inteligência de geomarketing endereçada a empresários para alavancagem de negócios de diferentes segmentos produtivos, possibilitando ainda, aos pequenos, médios e grandes empreendedores, o alcance de potenciais clientes.

Canais digitais: os canais e plataformas digitais dos Correios têm sido desenvolvidos na busca constante de evolução do atual cenário de multicanalidade para a omnicanalidade, de modo a ofertar aos clientes diversas possibilidades de acesso a produtos e serviços independentemente do ponto de contato com a marca, de modo a agregar valor e gerar novos negócios. Nesse sentido, as soluções digitais são dispostas para consumidores e usuários classificando-os em três grandes públicos, quais sejam: B2C (*Business to Customer*” ou “empresa para consumidor”),

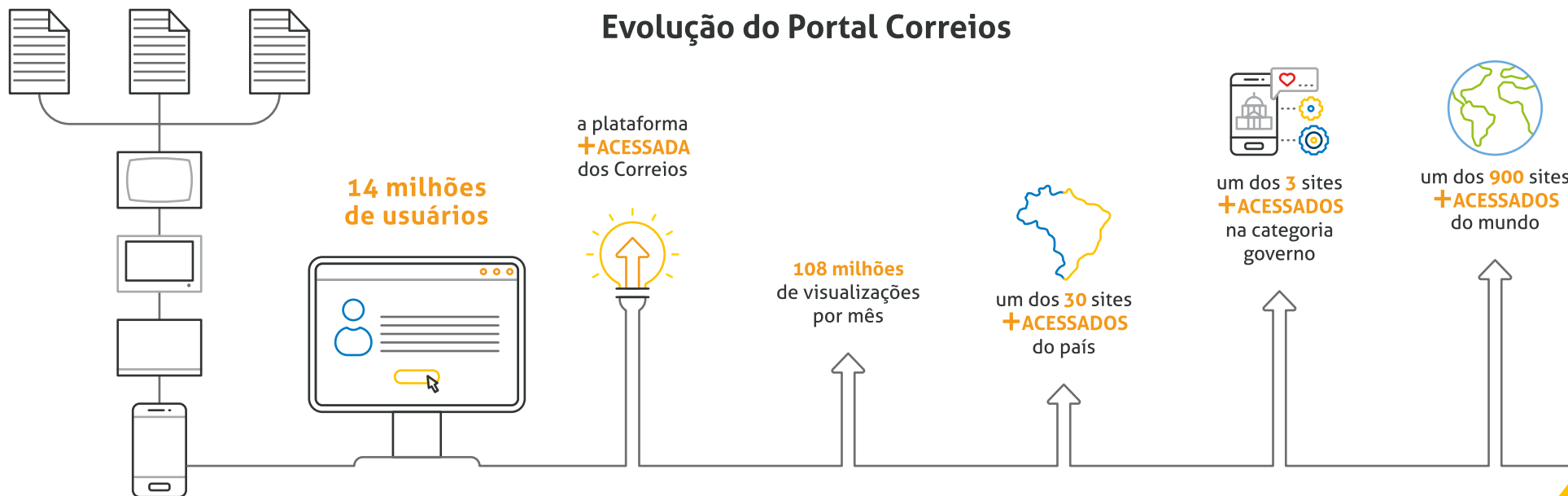
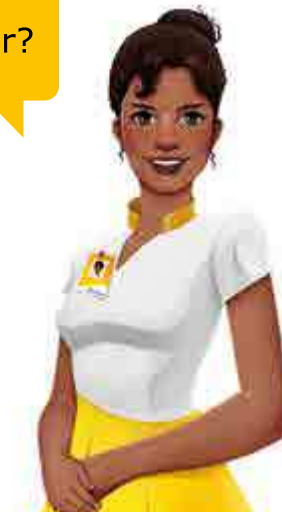
com foco em soluções para o cliente final (pessoas físicas); B2B (*Business to Business* ou empresa para empresa), com soluções para outras empresas (pessoas jurídicas); e Governo, com soluções voltadas para esse público nos poderes executivo, legislativo e judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal.



Principais destaques:

I. Evolução do Portal Correios: entre os canais e plataformas digitais voltadas para o público B2C, destaca-se o Portal Correios, que nos últimos anos tem passado por evoluções constantes para manter-se atualizado com as mais recentes tecnologias e tendências de mercado, tornando-se a plataforma mais acessada dos Correios, em média, com 14 milhões de usuários, que visualizam mais de 108 milhões de páginas por mês. Esse volume de acessos, segundo o Similarweb, posiciona o Portal Correios entre os 30 sites mais acessados do país, estando entre os três mais acessados na categoria governo, e no mundo, entre os 900 mais acessados;

Olá, eu sou a Carol!
Em que posso ajudar?



II. App Correios: considerado um dos maiores canais digitais dos Correios, o app Correios passou no último ano por um grande avanço em tecnologia, migrando para o *framework Flutter* que, entre outros aspectos, possibilita o desenvolvimento de versões simultâneas para dispositivos que utilizam sistemas operacionais Android e IOS. Com as novas funcionalidades implementadas, o app Correios acumulou, nos últimos 12 meses, quase 10 milhões de novos usuários, levando-o a totalizar mais de 12 milhões de usuários, que atribuíram notas médias de 4,7 e 4,6 (escala de 0 a 5) na Google Play⁴ e App Store⁵, respectivamente;

III. Plataforma digital Correios Empresas: para clientes com contrato, é ofertada uma plataforma digital eficiente para gerir negócios logísticos de forma segura, ágil, confiável e escalável, proporcionando melhor performance e experiência aos seus usuários, com a disponibilização de informações unificadas e personalizadas;

IV. Aprimoramento da ferramenta “Minhas Importações”, utilizada para a importação de encomendas pelo site dos Correios, que proporciona ao comprador maior facilidade na interação com o processo de desembaraço aduaneiro e a resolução de pendências apontadas pela autoridade aduaneira ou anuente, bem como o pagamento de tributos de importação via boleto bancário ou pix.



Relacionamento: estruturação e aperfeiçoamento de iniciativas para satisfação dos clientes e para orientação aos pequenos empreendedores sobre as alternativas para tornar seus negócios mais eficientes no ambiente on-line:

I. Manutenção do programa AproxIME, que tem por objetivo apoiar micro e pequenos empreendedores

nas estratégias de comércio eletrônico no seu dia a dia, fortalecendo o papel dos Correios de parceiro logístico do e-commerce. Em 2022, foram realizadas 21 lives abordando diversos temas sobre e-commerce, que contaram com a presença de renomados influenciadores do mercado digital, e 7.825 consultorias contendo análises de sites e políticas de fretes para micro e pequenos empreendedores que possuem loja virtual. A página do AproxIME obteve 574.554 mil visualizações no período;

II. Realização de 240 eventos com clientes, sendo 113 encontros de negócios (fóruns logísticos, almoços de negócios, workshops de e-commerce, entre outros) e 127 Ciclos de Atendimento Permanente (CAPs), com foco nas soluções de Correios e compartilhamento de boas práticas de mercado;

III. Pós-venda: inclusão dos serviços Sedex e PAC no acordo de nível de serviço para todos os clientes de contrato; redução do prazo de devolução das taxas e tributos dos objetos internacionais de 90 para até 30 dias; disponibilização de solução corporativa para registro e reativação

de manifestações em lote para objetos nacionais e para o serviço internacional Packet;

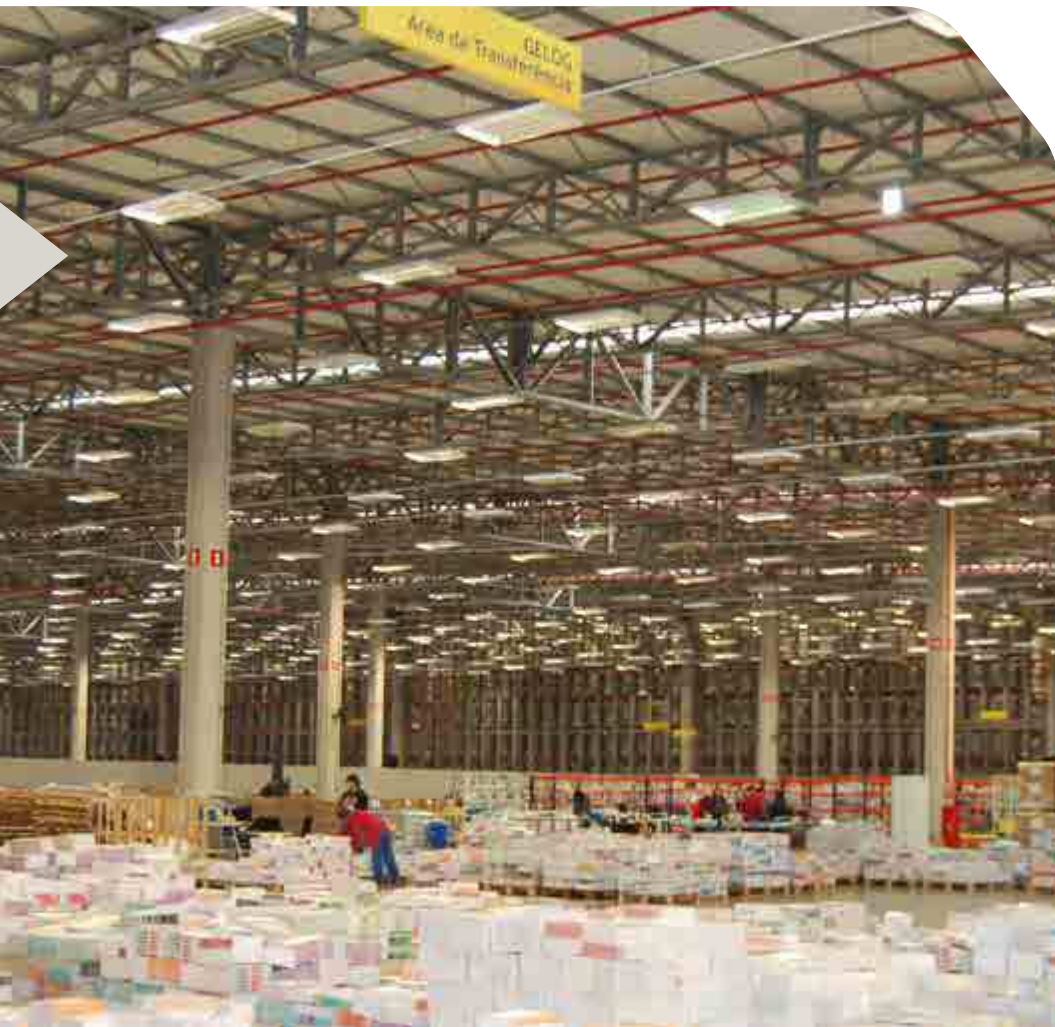
IV. Precificação: aprimoramento do processo de precificação em alinhamento às demandas e necessidades dos clientes, propiciando governança ao processo de precificação, segurança na tomada de decisão e maior flexibilidade na oferta de preços ao mercado.

Principais desafios e ações futuras

I. Ampliação da oferta de soluções para o ecossistema do e-commerce nacional e internacional, de forma a manter o papel da empresa de maior parceira do e-commerce;

II. Implementação da Gestão do Relacionamento com o Cliente, com uso de ferramenta tecnológica de mercado, contribuindo para a consecução do macroprocesso finalístico da Cadeia de Valor dos Correios, que trata da “Interação com cliente: foco na experiência e satisfação do cliente ao longo da sua jornada”;

III. Implantação de novos canais de atendimento, alinhados às necessidades de cada mercado, para ofertar aos cidadãos e empreendedores maior proximidade, comodidade e serviços adequados às diferentes necessidades.



3.2.2 Operações

O ciclo operacional empreendido para a prestação dos principais serviços postais pelos Correios é composto pelas seguintes etapas: atendimento, tratamento, transporte e distribuição.

Compõem a estrutura operacional 4.970 unidades especializadas nas atividades de gestão da frota, de tratamento de cartas e encomendas, de entrega, de embarque/desembarque da carga e de logística.

REDE OPERACIONAL	QUANTIDADE
Centro de Distribuição Domiciliária - CDD	923
Centro Entrega Encomendas - CEE	81
Centro Transporte Operacional - CTO	46
Centro Tratamento Encomendas - CTE	10
Centro Tratamento Cartas e Encomendas - CTCE	42
Centro Tratamento Cartas - CTC	1
Centro de Serviços Telemáticos - CST	3
Centro Logística Integrada - CLI	50
Centro Tratamento Internacional - CEINT	4
Centro de Digitalização - CDIP	5
Terminal De Carga - TECA	6
Unidade de Distribuição - UD	3.799
TOTAL	4.970

Fonte: <http://intranet/cs/diope/atendimento/atendimento-em-numeros>

A etapa de atendimento, denominada também captação ou recebimento, pode ser definida como o ato no qual os objetos postais são colocados sob a responsabilidade da empresa nas 11.011 unidades de atendimento, entre 6.140 agências próprias (AC, CMD e CEM) e 4.871 terceirizadas (ACCI, AGC e AGF/ACF).

REDE DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Agência de Correios (AC)	6.042
Agência de Correios Franqueada (AGF)	968
Agência de Correios Franqueada (ACF)	7
Agência de Correios Comunitária (AGC)	3.858
Agência de Correios Comercial Terceirizada - ACCI	38
Agência de Correios Modular (CMD)	1
Correios Empresas (CEM)	97
TOTAL	11.011

Fonte: Painel_ERP.pdf (correios.com.br)

Essas unidades realizaram em torno de 175 milhões de atendimentos em 2022, compreendendo mais de 18 mil guichês.

O desempenho da expedição na captação em agência (Deca) foi de 99,77%, acima da meta de 99,50%, na maior parte do ano de 2022. A expedição no prazo estabelecido para o atendimento contribui, significativamente, para a qualidade operacional em níveis de excelência.

O tratamento ocorre em localidades estratégicas do país, sendo a etapa em que os objetos são triados e agrupados para serem encaminhados aos seus destinos finais.

Os Correios possuem 16 centros de tratamento automatizados, com capacidade de tratar mais de 23 milhões de objetos por dia, contando com mais de 12 mil empregados, entre próprios e terceirizados, dedicados a esse processo.

Automação do tratamento

No total, são 19 sistemas de triagem de encomendas e 41 sistemas de triagem de mensagens no Brasil, que tratam, em média, 1,7 milhão de encomendas e 4,5 milhões de mensagens por dia.

Destaca-se a aquisição de esteiras pantográficas para carregamento a granel da carga internacional nas carretas, entre o terminal de carga (Teca) de Guarulhos/SP e o centro de tratamento de correios internacional (Ceint) de Curitiba/PR, ação essa com perspectiva de redução dos custos de transporte em mais de 20%.

Otimização da malha de transporte

Em 2022, o custo de objeto transportado foi o maior dos últimos três anos, em decorrência, principalmente, da inflação apurada no período, do aumento do preço dos combustíveis e em face da menor diluição dos custos fixos pelo volume menor de carga transportada, conforme apresentado na tabela a seguir:

ANO	CUSTO
2020	R\$ 4,87
2021	R\$ 4,24
2022	R\$ 5,74

Fonte: WEBCONT e Microstrategy-DW

Em 2022, os Correios implementaram diversas ações com o objetivo de manter os índices de qualidade e garantir a satisfação dos clientes, podendo ainda ser acrescentados:

I. Expansão do *fulfillment*, que tem como objetivo agregar valor à logística do e-commerce, permitindo que o item comprado pelo cliente em um site chegue o mais rapidamente possível até o seu destino final, e também a redução de custos para o vendedor, que contará com armazéns próximos de seus fornecedores;

II. Para ampliação do transporte de carga expressa por meio da malha aérea, para além da rede primária atendida pela Rede Postal Noturna (RPN), em 2022 os Correios investiram no uso dos porões de aeronaves comerciais, prioritariamente para as praças onde não há RPN, atendidas até então pelo modal terrestre, alcançando a redução de prazos de distribuição do Sedex entre as origens e destinos das linhas, em média de cinco para três dias após a postagem (D+5 para D+3);

III. Acompanhamento sistemático da malha aérea nacional, que transporta 16% da carga expressa, a fim de garantir a otimização e o uso eficiente dos recursos;

IV. Estruturação de novo modelo de contratação de aeronaves: foi contratado o transporte aéreo de carga em porões de aeronaves em dois trechos (Belém/PA – Macapá/AP e Macapá/AP – Belém/PA);

V. Execução Indireta de Serviços (EIS) na entrega de encomendas: para maior atratividade ao mercado, com vistas à contratação da EIS para entrega de encomendas ao destinatário, os Correios aperfeiçoaram o modelo de contra-

to, no qual destacam-se o pagamento por encomenda entregue; a frequência variável e a inclusão de Acordo de Nível de Serviço (ANS), dispositivos já praticados pelo mercado;

VI. Armazém de Recursos Operacionais (ARO): implantado na superintendência estadual de Minas Gerais em 2021, trouxe maior agilidade na disponibilização de equipamentos operacionais. Em 2022, essa unidade ficou sendo responsável pela centralização da contratação nacional de equipamentos. Mais de 60 mil equipamentos foram comprados para serem redistribuídos pelo ARO para todo o Brasil, tais como televisores, mesas, cadeiras, paleteiras etc;

VII. Leitura 360: vinculação dos objetos aos unitizadores e estes à linha de encaminhamento, viabilizando o monitoramento das encomendas no fluxo postal de forma a mitigar riscos de extravio, perda de prazo e, ainda, propiciar o gerenciamento da informação a ser disponibilizada aos clientes;

VIII. Telemetria embarcada nos veículos de distribuição: permite o embarque de tecnologia para o acompanhamento da dirigibilidade dos motoristas e a localização dos

veículos, de forma a estabelecer critérios e metas que possibilitarão maior produtividade e redução de despesas;

IX. Rastreamento dos unitizadores por meio de etiquetas de RFID: propicia maior visibilidade no deslocamento dos unitizadores no fluxo postal e aprimoramento na gestão do ciclo de fornecimento e devolução desses objetos, com controle de estoque, de forma mais rápida e assertiva. Foram adquiridos cerca de 300 mil novos unitizadores, que estão sendo etiquetados, entre caixetas, bases de Contêiner desmontável leve (CDL), tampas de CDL e mangas;

X. Implantação de núcleo de produção de peças de reposição por meio de adição de materiais confeccionados por impressoras 3D: desenvolvimento de peças de reposição de equipamentos operacionais, em especial das máquinas de triagem mais antigas, de aquisição mais difícil, demorada e onerosa, a um custo substancialmente menor. Atualmente os Correios possuem uma impressora 3D, estando em andamento a aquisição de novas unidades, que possibilitarão a ampliação da capacidade de desenvolvimento e produção de peças de reposição;

XI. HUB de Guarulhos/SP: foram iniciados os estudos para a criação de um HUB nacional e internacional dos Correios no aeroporto de Guarulhos, para tratamento e transbordo de carga nacional expressa para o Brasil e desembaraço de carga internacional, em zona primária, nos fluxos de importação, exportação e transbordo de carga para a América Latina.

Otimização da rede de distribuição

Parte integrante de um dos projetos viabilizadores dos Correios, as ações de otimização resultaram no aumento da produtividade na distribuição de encomendas e malotes, decorrente da sinergia entre as unidades do tipo CEE e CDD (unidades de entrega de encomendas e de mensagens, respectivamente), para a redução de tempo e de percursos improdutivos.

Relativamente à distribuição postal, foi registrado o resultado acumulado em 2022 de implantação da distribuição postal externa em 9.409 distritos, que representam 95,78% dos 9.824 distritos brasileiros com mais de 500 habitantes.

Os Correios obtiveram recorde na distribuição de encomendas, registrado em 28/03/2022, quando foram distribuídos 2.560.470 objetos nacionais e internacionais, representando mais um marco importante para a empresa na superação de desafios advindos do crescimento do e-commerce.

Melhorias na Logística Integrada

I. Conclusão da revisão do modelo de terceirização de transporte para logística integrada: padronização da contratação de serviços de transporte rodoviário de carga de logística integrada, garantindo celeridade na contratação e alocação tempestiva de recursos nas unidades operacionais;

II. Transporte por cabotagem: a expansão de transporte entre portos marítimos é iniciada com carga *standard*. Após a exitosa experiência no transporte da carga do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio da cabotagem, também conhecida como navegação entre portos marítimos, em 2022 um dos projetos estratégicos consistiu na expansão desse modal para envio de carga postal *standard*. Tal modal tem como principais benefícios a redu-

ção da dependência do transporte terrestre e o fomento à utilização de uma solução de transporte mais limpa, contribuindo assim para redução da emissão de CO2. Outro importante benefício é propiciar maior segurança da carga, do ponto de vista da integridade do objeto no fluxo postal;

III. Plataformização do aplicativo do parceiro e-Sales: trata-se da segunda fase do projeto Coleta e Entrega Colaborativa, com a utilização da plataforma tecnológica do parceiro pelos entregadores dos Correios. Essa solução agrega valor aos Correios na visão do cliente como também traz ganhos na gestão do desempenho operacional. A plataformização teve início em 2022 e já é utilizada parcialmente em 77 dos 81 CEEs existentes, abrangendo uma média diária de 120 mil objetos trafegados na plataforma, em aproximadamente 1.000 dos 2.847 distritos de distribuição dimensionados (35%);

IV. Criação de Centros Internacionais: entre os anos de 2019 e 2022, a quantidade de encomendas internacionais recebidas no Brasil pelos Correios cresceu 184%, chegando a um total de 159 milhões no ano de 2022. Os Correios têm investido na criação de novos centros internacionais (Ceint).



3.2.3 Tecnologia

As soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), implementadas em 2022, ampliaram a consolidação da plataforma digital Correios, ambiente on-line que reúne as principais soluções de TIC da empresa, conectando e interligando pessoas, instituições e seus negócios (serviços e produtos), permitindo máxima interatividade, muito além da simples relação de compra e venda e, ainda, uma maior otimização na experiência dos consumidores com os produtos e serviços ofertados.

Primando pela excelência, os Correios promove-

ram a atualização e a modernização dos recursos e serviços tecnológicos, registrando a execução na ordem de R\$ 201 milhões em investimentos.



No tocante à manutenção da atual infraestrutura tecnológica, foram despendidos cerca de R\$ 155 milhões de custeio, aproximadamente 8% menor do que o valor gasto em 2021.

Cumpra consignar que, para o cumprimento da missão pela área de tecnologia, são adotadas as melhores práticas de governança em tecnologia com o objetivo de garantir que os processos de TI estejam alinhados ao Plano Estratégico e agreguem valor para a empresa. Com essa perspectiva, o planejamento de TIC dos Correios é realizado por meio da definição dos objetivos, indicadores e metas estabelecidos no

Plano Estratégico de TI (Peti) e respectivas ações táticas desdobradas no Plano Diretor de TI (PDTI).

Neste viés, o Peti, desdobrado e alinhado ao Plano Estratégico dos Correios, é o instrumento que traduz a estratégia de TIC; enquanto o PDTI, de cunho tático, desdobrado do Peti, visa dar efetividade ao planejamento estratégico da área de tecnologia. Elaborados com base em regulamentações, como a Resolução nº 11/2016 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPar), o guia de elaboração do sistema de administração dos recursos de tecnologia da informação (Sisp), o *Control Objectives for Information and related Technology* (Cobit) e a ISO 38500 da *International Electrotechnical Commission* (IEC), o Peti 2021/2024 e o PDTI 2022 foram aprovados pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (Coe-ti), tendo sido monitorados no decorrer do ano, visando ao alcance das metas estabelecidas.

Entre os principais objetivos, indicadores e resultados em 2022, podem ser destacados:

OBJETIVOS	INDICADOR	META	2022
Viabilizar novas soluções digitais por meio de tecnologias emergentes, inovações, serviços e parcerias.	Entregar 90% das tecnologias previstas no Radar até 2023 - TRAD.	42%	36%
Garantir capacidade e continuidade dos recursos de TIC para a Plataforma Digital Correios.	Consolidar 100% da Plataforma Digital Correios até 2022, no tocante às camadas: Serviços e Negócios Digitais - PDCC.	100%	75,33%
	Alcançar 99% de disponibilidade ao ano dos sistemas de alta criticidade classificados no processo de Análise de Impacto no Negócio - AIN - IDSAC.	99%	99,39% (média)
	Consolidar 100% do Sistema Gestor de Segurança da Informação até 2023 - SGSI.	27%	27%
	Atualizar 92% dos recursos de microinformática, telefonia e infraestrutura de TIC da Plataforma Digital Correios até 2023 - PROM.	28%	48,51%
Garantir a Entrega Tempestiva de Produtos e Serviços de TIC.	Índice de Entregas de Produtos de Software - IEPS.	99%	86,04%

Fonte: Sistema GMC

Infraestrutura tecnológica

Em relação ao provimento de recursos de infraestruturas tecnológicas, diversas ações foram realizadas ao longo de 2022, das quais se destacam:

I. Modernização do parque de microinformática, telefonia e infraestrutura de TIC, com aquisição e distribuição de mais de 133 mil equipamentos/software, visando principalmente à modernização e otimização da infraestrutura de TIC dos Correios e a uma maior eficiência energética, o que contribui para a mitigação do

impacto ambiental da empresa;

II. Implantação da plataforma de colaboração Microsoft 365, com a utilização em nuvem das ferramentas de e-mail, softwares de escritório, servidores de arquivos, comunicação e videoconferência, gestão de atividades das equipes, *streaming*, *Power BI*, entre outras, proporcionando maior agilidade de comunicação, aumento da produtividade e dinamizando o fluxo de trabalho de todos os empregados dos Correios;

III. Implantação do ambiente computacional do *Big Data* e desenvolvimento de projetos relacionados à utilização de recursos de computação em nuvem pública para permitir maior agilidade e capacidade de processamento;

IV. Evolução da plataforma de servidores (contêiner) e banco de dados baseada em nuvem, o que garantirá a plena capacidade e a continuidade da infraestrutura tecnológica que suporta os processos de negócios dos Correios;

V. Avanço na ativação de infraestruturas de radiofrequência, destinadas à identificação e rastreamento automático de objetos, sendo tal projeto elaborado e executado em parceria com a União Postal Universal (UPU). Foram instalados e encontram-se em operação 1.376 dos 1.645 equipamentos RFID previstos para 172 unidades dos Correios.

Segurança cibernética

A segurança da informação e comunicação tem por principal objetivo orientar sobre proteção da informação, de forma a garantir a continuidade do negócio, minimizando os riscos e maximizando o retorno sobre os investimentos e as oportunidades pertinentes. Para tanto, apresentam-se as principais ações realizadas em 2022:

I. Aprimoramento da Política de Privacidade e *Cookies*

disponibilizada no Portal Correios. Tal política também foi disponibilizada em todas as agências dos Correios, por meio de QR Code, no *banner* sobre a exigência do CPF na postagem de encomendas, facilitando o acesso dos clientes dos Correios e primando pelos princípios de livre acesso e transparência preconizados na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

II. Dentro das ações para conformidade à LGPD, foi elaborado e disponibilizado na Intranet o FAQ - Orientações sobre a conformidade dos Correios à LGPD, o qual visa agilizar as respostas aos parceiros dos Correios, por meio de orientação aos gestores funcionais de serviços sobre questionamentos relacionados ao compliance com a LGPD;

III. Contratação da ferramenta de Gestão de Dados, que representa uma evolução da infraestrutura de gestão e adequação à LGPD, com relevante contribuição ao aperfeiçoamento do nível de segurança sobre a coleta, o armazenamento, o tratamento e o compartilhamento de dados e de informações de clientes e parceiros;

IV. Além das análises de vulnerabilidade e tes-

tes de invasão, houve a implementação do IDR dos Correios (*Incident Detection e Response*), que trabalha com testes de mesa e simulados periódicos para instrução dos times tecnológicos sobre as realidades emergenciais de incidentes de cibersegurança;

V. Criação de normas corporativas de colocação de dados em nuvem, privacidade de dados e governança de dados. Na linha da atuação normativa, a política de segurança da informação e comunicação (Posic) foi revisada em 2022. Outros processos também passaram por melhorias como, por exemplo, o que disciplina os relatórios de impacto sobre a privacidade de dados (RIPD);

VI. Definição de regras de implementação da classificação da informação para utilização na nova plataforma de colaboração e ferramentas de escritório e para ampliação da governança de dados;

VII. Para conscientização sobre cibersegurança, foram divulgados sete textos e 40 peças publicitárias para o público interno, realizado 1 workshop, além da medição da cons-

cientização por meio de teste de phishing e questionários sobre o tema enviados a 3.576 caixas postais;

VIII. Participação inédita dos Correios no exercício guardião cibernético, promovido pelo comando de defesa cibernética, do Ministério da Defesa, no qual membros da equipe de tratamento de incidentes (Etir), da comunicação social e do jurídico dos Correios puderam exercitar, em conjunto, respostas a possíveis incidentes cibernéticos que possam vir a ocorrer na infraestrutura de TIC.

Principais ações de TIC e resultados

Para melhor atender às necessidades dos clientes da empresa, em alinhamento à transformação digital, foram criadas diversas soluções, com o emprego de métodos ágeis de desenvolvimento e gestão nas plataformas *desktop* e *mobile*. Entre as soluções implementadas, destacam-se:

I. Correios Empresas: lançamento de plataforma digital desse novo canal de atendimento da empresa, o que possibilita ao cliente o acesso aos dados de execução contratual,

além de informações do seu negócio e serviços executados;

II. Sistema de Prazo (Sipra): baseado numa interface moderna, o sistema permite realizar a gestão dos prazos dos serviços ofertados pela empresa, em especial, do segmento de encomendas;

III. API Rastro (Webhook): disponibilizado o rastreamento de objetos de forma ativa para os clientes classificados como Infinite e Diamante. O cliente é notificado automaticamente quando da ocorrência de eventos externos relativos ao rastreamento dos objetos;

IV. SROWeb: implantada a funcionalidade que possibilita a expedição de objetos nas agências. Também foi disponibilizada a funcionalidade de “Loec não roteirizada” ou função G, que permite efetuar os lançamentos dos objetos para a distribuição sem a necessidade de uso do equipamento concentrador;

V. Sistema de Acordo de Níveis de Serviço (SNS): permite aos clientes o acompanhamento da qualidade operacional

de seus objetos. O cliente que adere ao SNS fica dispensado de abertura dos PIs (pedidos de informação);

VI. Sistema de Mensagens Telemáticas (SMT): permite o envio de telegramas administrativos e de carta via internet, que integram o novo serviço denominado e-carta fácil;

VII. Sistema de Gestão do Processo de Distribuição (SGPD): o novo sistema tem interface responsiva, adequado ao acesso via smartphones, e com total integração ao sistema de rastreamento de objetos (SRO), permitindo confiabilidade nas informações relativas à distribuição dos objetos registrados.

Principais desafios e ações futuras para TI

O principal desafio da área de tecnologia é a entrega de serviços de valor ao negócio, de forma mais estruturada, ágil e confiável, para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura digital, que resulte em transformação e modernização da arquitetura tecnológica, dos processos e sistemas.

Para enfrentamento e superação dos desafios, fo-

ram definidos, no Plano Diretor de TI - 2023, os objetivos de TIC e os resultados a serem alcançados, quais sejam: viabilizar novas soluções digitais por meio de tecnologias emergentes, inovações, serviços e parcerias; garantir capacidade e continuidade dos recursos de TIC para a Plataforma Digital Correios; garantir a entrega tempestiva de produtos e serviços de TIC; e aprimorar a governança de TIC.

Destacam-se também os estudos para contratação da nova rede corporativa de dados, que deve ser implantada a partir de 2025. Trata-se de uma rede inovadora baseada em uma nova tecnologia denominada *Software-Defined Wide Area Network* (SDWAN), que permitirá maior disponibilidade, capacidade, eficiência e segurança.

Ademais, para 2023, estima-se um investimento de R\$ 207,18 milhões em recursos de tecnologia, com foco na consolidação da Plataforma Digital Correios, na continuidade do processo de modernização do Parque Tecnológico dos Correios, assim como no atendimento à legislação que regula atividades de tratamento de dados para os cidadãos, empresas e governo.

3.2.4 Administração

Licitações e contratos

Para propiciar a transparência acerca das contratações de bens e serviços, as informações referentes às licitações e contratos estão no Portal dos Correios, disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>

O Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios pode ser acessado no mesmo endereço.

Em 2022, o valor total contratado nos Correios foi de R\$ 7.957.407.505,69, sendo 92,43% por processo licitatório e 7,57% por contratações diretas (dispensa de licitação e inexigibilidade). Dos processos licitatórios, 90,31% foram realizados por meio de pregões eletrônicos. Destaca-se que, do total contratado, R\$ 2.465.196.649,39 são relativos às Atas de Registro de Preços. Os valores estão detalhados nas tabelas a seguir:

Contratações 2022

MODALIDADES	VALORES CONTRATADOS (R\$)	PERCENTUAL	% POR MODALIDADE
Inexigibilidade de Licitação	47.961.626,97	0,60%	7,57%
Dispensa de Licitação Eletrônica	5.507.137,77	0,07%	
Dispensa de Licitação	548.686.379,23	6,90%	92,43%
Pregão Eletrônico	7.186.309.683,38	90,31%	
Licitação Correios Aberta	17.050.070,93	0,21%	
Contratação Estratégica	28.793.618,87	0,36%	
Licitação Correios Fechada	123.098.988,54	1,55%	
TOTAL	7.957.407.505,69	100%	100%

Fonte: Sistema ERP-Módulo de Contratação, relatório de prazo de contratações - CSV (R58101DD_ECT0005)

TIPOS DE CONTRATO	VALORES CONTRATADOS (R\$)	PERCENTUAL	% POR MODALIDADE
Termo de contrato	4.859.773.879,62	61,07%	93,82%
Ata de Registro de Preços	2.465.196.649,39	30,98%	
Autorização de Fornecimento	140.759.479,98	1,77%	
Contrato de Locação de Imóveis	441.034.363,52	5,54%	6,18%
Termo de Adesão/Utilitários	50.643.133,18	0,64%	
TOTAL	7.957.407.505,69	100%	100%

Fonte: Sistema ERP-Módulo de Contratação, relatório de prazo de contratações - CSV (R58101DD_ECT0005)

MODALIDADES	QUANTIDADE DE LOTES	%MODALIDADE
Pregão Eletrônico	1.967	66,80%
Dispensa de Licitação	645	21,91%
Dispensa de Licitação Eletrônica	202	6,93%
Inexigibilidade de Licitação	65	2,19%
Licitação Correios Estratégica	15	0,51%
Licitação Correios Fechada	21	0,72%
Licitação Correios Aberta	27	0,93%
TOTAL GERAL	2.942	100%

Fonte: Sistema ERP - Módulo de Contratação, relatório de contratações homologadas - CSV (R5804_ECT0001)

CONTRATAÇÕES DE DESTAQUE

Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas postal, modalidade(s), Grupo de Linhas Nordeste	R\$ 438.128.617,74
Prestação de serviço de transporte aéreo de carga na Rede Postal Noturna	R\$ 252.780.000,01
Prestação de serviço de transporte aéreo de carga na Rede Postal Noturna	R\$ 240.834.000,00
Prestação de serviço de transporte aéreo de carga na Rede Postal Noturna	R\$ 230.899.679,99
Prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas postal, modalidade Grupo de Linhas - Ponte São Paulo/Porto Alegre	R\$ 185.984.644,97

Fonte: Sistema ERP - Módulo de Contratação, relatório de prazo de contratações - CSV (R58101DD_ECT0005)

Tendo como premissa a melhoria constante dos processos de contratação, em outubro de 2022 foi implementada a fase III da nova jornada da contratação, prevista na Lei nº 13.303/2016, resultando em maior padronização desses procedimentos.

Ademais, tem-se por principal perspectiva para 2023 a implantação do portal de contratações, que consistirá numa plataforma tecnológica, com conceito análogo ao do e-commerce para demandas da empresa, destinada a automatizar etapas, simplificar e padronizar as contratações administrativas realizadas pelos Correios, conferindo maior eficiência, segurança e transparência aos processos.

Patrimônio e infraestrutura

A carteira imobiliária da empresa é composta por 7.342 imóveis (próprios ou alugados), ocupados por unidades de atendimento, operacionais e de suporte administrativo. Ressalta-se que um imóvel pode contemplar mais de uma unidade como, por exemplo, em um edifício funcionar uma unidade administrativa, uma operacional e uma de atendimento.

Os Correios vêm implantando adaptações ergonômicas em suas unidades de atendimento desde julho de 2007, quando foi firmado o termo de ajustamento de conduta de ergonomia (Tac 038/2007) entre a empresa e o Ministério Público do Trabalho (MPT). No processo de tratamento, foi

concluída, em dezembro/2020, a implantação dos equipamentos ergonômicos nos centros operacionais, como mesas elevatórias hidráulicas e paleteiras pantográficas, para reduzir o esforço repetitivo. O compromisso firmado também prevê a instalação de mobiliário ergonômico em todas as unidades da rede de atendimento, que foi concluída em 5.741 agências, estando pendentes 259 unidades, não sendo computadas as agências temporariamente fechadas. No que se refere à acessibilidade, em abril de 2019 a empresa firmou termo de ajustamento de conduta (Tac acessibilidade) com o Ministério Público Federal (MPF), por meio do qual se comprometeu a adaptar a totalidade de suas unidades de atendimento existentes e em funcionamento para atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O compromisso firmado previa metas anuais a serem cumpridas no período de 2019 a 2031, as quais incluem adaptações de infraestrutura predial, reserva de assentos preferenciais, capacitação de atendentes e adequação de postos de trabalho de empregados com deficiência. A meta de adequar 1.062 unidades até 2022 (ano 4) foi alcançada, propiciando a inclusão e uma maior qualidade de vida no trabalho, consoante as práticas de sustentabilidade empresarial.

ANO	META	UNIDADES ADPATADAS
2019	193	198
2020	218	208
2021	255	298
2022	396	358
TOTAL	1062	1062

Principais ações e investimentos em infraestrutura e equipamentos

Por meio da operação Limpa Pátio foram alienados 109.892 bens móveis inservíveis, com a arrecadação de aproximadamente R\$ 67,06 milhões, dos quais R\$ 63,73 milhões foram obtidos com a venda de veículos, correspondendo a 95% do valor total.

No que se refere à gestão da carteira imobiliária, consoante as diretrizes que fazem parte da política imobiliária dos Correios, com o objetivo de otimizar a carteira de imóveis e reduzir custos vinculados à conservação de bens ociosos ou subutilizados, assim como de arrecadar recursos para investimento na empresa, o Feirão de Venda de Imóveis dos Correios, ação em nível nacional, já garantiu a venda de 70 imóveis ociosos desde que foi iniciado em 2020. Em

2022, com a venda de 17 imóveis foram arrecadados cerca de R\$12,5 milhões.

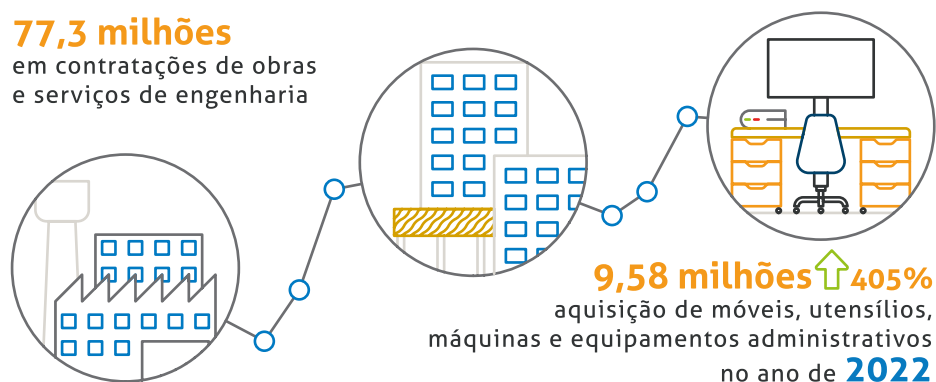
Com o objetivo de robustecer ainda mais a carteira imobiliária da empresa, foram instituídos grupos de trabalho em todas as superintendências estaduais, a fim de analisar a situação de ocupação e infraestrutura dos imóveis para torná-la mais adequada e eficaz perante as necessidades dos Correios. Nos estudos realizados, foram contemplados 365 imóveis, sendo deliberadas ações para 192 deles, com destaque para 13 propostas de construção; 27 propostas de reformas; 33 propostas de devolução de imóveis locados, proporcionando maior taxa de ocupação em imóveis próprios ociosos; e 26 propostas de realocação.

Foram investidos R\$ 77,3 milhões em contratações de obras e serviços de engenharia (projetos, reformas, construções e/ou ampliações), climatização, adequações ergonômicas e adaptações de acessibilidade e aprimoramento da infraestrutura predial, para propiciar melhorias na qualidade e na produtividade operacional dos serviços prestados pelos Correios, além de conforto e segurança aos clientes e empregados.

Em relação à aquisição de móveis, utensílios, máquinas e equipamentos administrativos, foram investidos R\$ 9,68 milhões, o que representa um aumento na ordem de 405% em relação ao executado em 2021.

77,3 milhões

em contratações de obras e serviços de engenharia

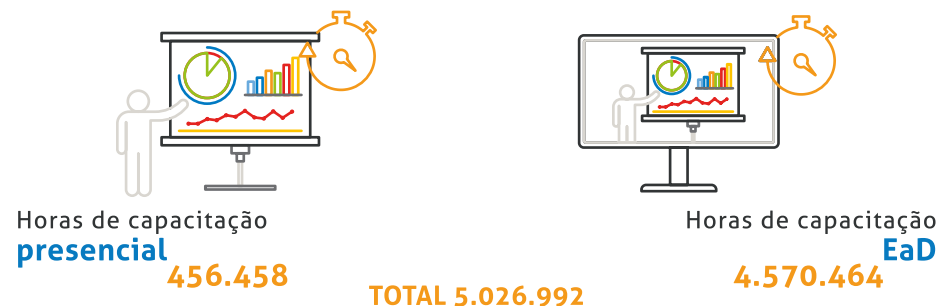


3.2.5 Gestão de Pessoas

Em 2022, foram adotadas ações para promover a adequação da força de trabalho, a meritocracia, o desempenho e a qualificação do efetivo. O objetivo foi potencializar recursos e reduzir custos, considerando as novas tecnologias, as novas formas de negócios da empresa, os cenários de mercado e a estrutura organizacional. O conjunto dessas ações expressa também o compromisso dos Correios na vertente social da sustentabilidade, destacando-se:

I. Educação corporativa: em 2022, aproximadamente 87,6 mil empregados participaram de ao menos uma ação de capacitação, o que abrange cerca de 99% do efetivo público-alvo das ações de educação (empregados ativos), compreendendo cerca de 5 milhões/horas de participações em capacitações. Aproximadamente 67% das participações em ações de educação se deram na modalidade de educação a distância;

HORAS DE CAPACITAÇÃO EM 2022



Fonte: UniCorreios/SUEDU/DIGOE

OUTROS NÚMEROS	2022
Recursos em treinamento (R\$ milhões)	8,5
Bolsa de estudo ativas (qtd)	145
Empregados capacitados (qtd)	87.607
Ações presenciais (participações)	285.764
Ações EaD (participações)	582.957
Média anual (horas treinamento/empregado)	57,4

Fonte: UniCorreios/SUEDU/DIGOE

II. Programa de Desenvolvimento de Liderança: objetiva capacitar a liderança para o atingimento dos objetivos dos Correios. No ambiente virtual de aprendizagem, foram disponibilizadas trilhas de aprendizagem. Adicionalmente, foi celebrado contrato com a Fundação Dom Cabral (FDC), abrangendo cerca de 480 gestores de nível estratégico e tático;

III. Quiosque da Educação: inauguração do primeiro quiosque em 26/08/2022, no Terminal de Cargas dos Correios em Brasília (Teca/BSB), constituindo um espaço físico que oportuniza, de forma inclusiva e sistematizada, o acesso às ações de educação corporativa no próprio local de trabalho. Ainda, na Superintendência Estadual de Brasília (SE/BSB), estão em funcionamento mais três quiosques, em formato piloto, sendo também previstas instalações de Quiosques da Educação em outros estados;

IV. Contratação da Plataforma Alura: foi celebrado entre os Correios e a Alura o contrato para disponibilização de capacitações on-line. A plataforma oferece mais de 1.420 cursos em diversas áreas de conhecimento (Tecnologia da Informação, Negócios, Marketing Digital, Inovação & Gestão e

outras), desde o nível básico até o nível avançado, além de formações específicas (Trilhas de Aprendizagem);

V. Programa Bolsa de Estudos: concedidas 145 bolsas de estudo ativas para a formação e capacitação profissional dos empregados que atuam em projetos e pesquisas e para o desenvolvimento de competências profissionais específicas, consideradas estratégicas;

VI. Sistema Matriz de Competências (SMC): contribui para uma gestão mais efetiva das competências essenciais, fundamentais, técnicas e gerenciais da empresa, por meio da automação do processo de gestão por competências nos Correios;

VII. Clima Organizacional: foi realizado o 9º Ciclo de Gestão do Clima Organizacional, com o objetivo de identificar a visão dos empregados sobre a ambiência. Como resultado das inovações implementadas, foi obtida uma taxa de retorno de 42,8%, variação positiva de 4% em relação ao ciclo precedente. No 9º ciclo, o índice de favorabilidade foi de 70,9%, representando um acréscimo de 4,88% ante ao resultado obtido no 8º ciclo;

VIII. Programa de Estágio: em 2022 foi aprovada a retomada do programa de estágio dos Correios, que oportuniza o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e desenvolve o educando (estagiário) para a vida cidadã e para o trabalho, além de ser um aliado para manter a empresa atualizada às práticas mais contemporâneas do mercado de trabalho;

IX. Programa Jovem Aprendiz: objetiva a inserção social e o crescimento pessoal e profissional de indivíduos, para propiciar melhores condições sociais para os participantes e suas famílias. Os jovens, que devem obrigatoriamente ter, no ato da contratação, entre 14 e 22 anos completos, e estar matriculados na rede educacional, têm suas carteiras de trabalho assinadas e recebem qualificação profissional e pessoal e remuneração. Em 2022, ocorreu a contratação de 4.217 jovens em todo o país, sendo que em dezembro havia 3.899 jovens ativos;

X. Acordo Coletivo 2022/2023: concessão de reposição integral da inflação (10,12%) sobre salários, funções e benefícios, equivalente a 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do período de agosto de 2021 a julho de 2022,

no Acordo Coletivo 2022/2023, assinado por meio de mediação pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foram mantidas 35 cláusulas do Dissídio Coletivo anterior; retorno do pagamento do vale-refeição/alimentação durante as férias; e inclusão das seguintes cláusulas: liberação dos representantes dos empregados ocupantes de cargos de direção para atuar nas atividades sindicais nas suas respectivas entidades, e distribuição dos lucros e resultados dos exercícios 2021 e 2022;

XI. PLR 2021: os Correios absorveram, em 2021, os prejuízos acumulados, propiciando o pagamento, em 2022, da PLR 2021 aos seus empregados, consoante o estabelecido no Programa de Participação dos Lucros 2021;

XII. Ponto Eletrônico: finalizada a implantação do ponto eletrônico na empresa, permitindo a otimização do acompanhamento das apurações de frequência e auxílio no gerenciamento do pessoal. Atualmente, cerca de 63 mil empregados estão registrando a jornada de trabalho de forma eletrônica, por meio do Registrador Eletrônico de Ponto (REP). O controle eletrônico da frequência, além de exercer papel importante no controle de entrada e saída dos

empregados, também é uma ferramenta de fiscalização dos órgãos de proteção dos direitos dos trabalhadores;

XIII. Retomada do Programa de Bem-Estar no Trabalho: visando ao fortalecimento do relacionamento organizacional, além do fomento à integração e à melhoria do clima organizacional;

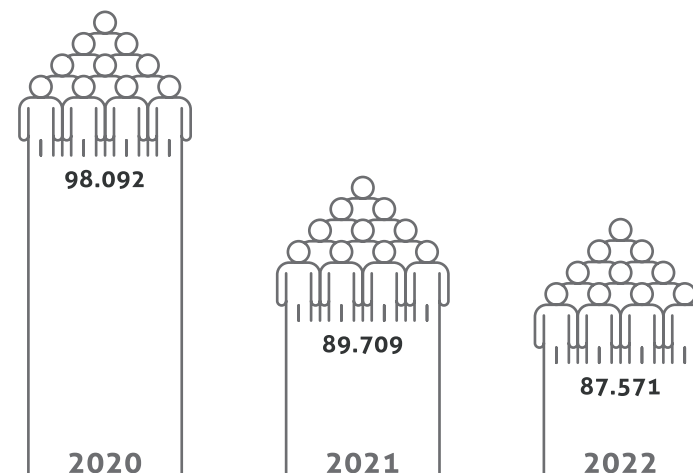
XIV. Movimentação de Empregados: para equalização da força de trabalho de forma ágil, contínua, transparente e isonômica, foi desenvolvido o módulo de transferências e permutas no Sistema de Gestão de Pessoas (SGP);

XV. Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho: consoante as orientações dos órgãos de saúde, foram mantidas as medidas de prevenção à covid-19, de acordo com o estágio de arrefecimento da pandemia e adequadas à realidade dos Correios, para a proteção da saúde dos empregados, dos clientes e, sobretudo, para a continuidade da prestação de serviços à sociedade. Dentre as medidas adotadas, destacam-se a aquisição de insumos necessários à higienização individual e de equipamentos de proteção individual (EPI); a obrigatoriedade

de limpeza e higienização periódica das estações de trabalho e dos equipamentos de uso compartilhado, entre outras.

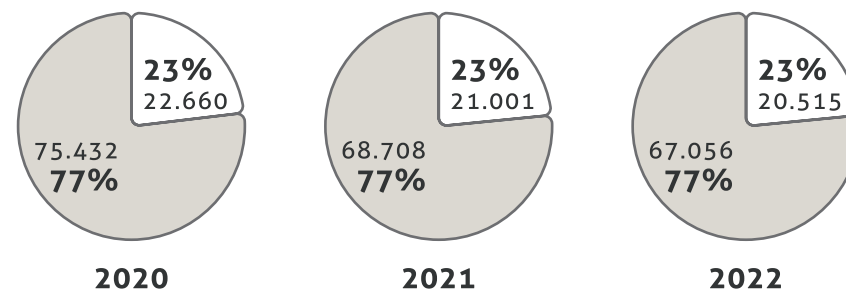
DADOS DEMOGRÁFICOS

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Fonte: CEGEP/SUGEP/DIGEP

Efetivo por gênero



masculino



feminino

Fonte: CEGEP/SUGEP/DIGEP

Efetivo por cargo*	2020	2021	2022
Dirigente não empregado	4	4	4
Cedido para os Correios	3	1	1
Assessor especial	8	10	9
Cargos específicos da área de saúde	378	308	289
Técnico de Correios	3.448	2.995	2.936
Analista de Correios	5.201	4.735	4.498
Agente de Correios - Suporte	5.902	4.597	4.583
OTT	9.713	8.847	8.597
Carteiro	53.219	48.862	47.660
Atendente Comercial	20.551	18.584	17.941
Outros ¹	1.205	761	1.048
Especialista de Correios ²	0	5	5

Efetivo por tipo de deficiência*	2020	2021	2022
Visual	210	201	198
Reabilitado	6.706	6.273	6.187
Sem deficiência	90.321	82.408	80.384
Múltipla	17	16	17
Intelectual	5	5	6
Física	700	678	654
Auditiva	133	128	125

Efetivo por faixa etária*	2020	2021	2022
Até 20 anos	0	4	0
De 21 a 30 anos	3.219	1.925	916
De 31 a 40 anos	27.390	23.876	20.292
De 41 a 50 anos	35.392	32.024	35.315
De 51 a 60 anos	26.381	23.619	24.858
Mais de 60 anos	5.710	5.261	6.190

Efetivo por área de trabalho*	
	
Administrativa	Operacional
2020	2020
13.813	84.279
2021	2021
13.179	76.530
2022	2022
13.206	74.365

Efetivo por raça/etnia*	2020	2021	2022
Preta	612	8.487	8.311
Parda	51.935	33.446	32.673
Não informada	135	117	111
Indígena	115	132	129
Branca	36.134	46.957	45.797
Amarela	9.163	570	550

* Fonte: CEGEP/SUGEP/DIGEP



Principais desafios e ações futuras para a gestão de pessoas

I. Programa de Estágio: publicação do edital para seleção de estagiários, com possibilidade de mais de 1.000 vagas, a serem distribuídas entre posições de nível médio profissionalizante e posições de nível superior;

II. Novo Modelo de Carreira: implantação do Modelo de Gestão de Carreiras alinhado ao Plano Estratégico Correios, contemplando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e o novo Plano de Funções, fundamentados em mecanismos de meritocracia que privilegiam a promoção, a carreira, o desempenho e o desenvolvimento de competências;

III. Programa Jovem Aprendiz: publicação de novo edital para seleção de jovens aprendizes, com disponibilidade de vagas a serem distribuídas para todos os estados brasileiros e formação de cadastro reserva;

IV. *People Analytics* Gestão de Pessoas: implantação de um conjunto de painéis para visualização dos dados estratégi-

cos de gestão de pessoas para subsídio à tomada de decisão;

V. Projeto de Gamificação de Efetividade de Entrega na Primeira Tentativa ao Cliente: prática inovadora a ser trabalhada em uma ação conjunta entre a área de operações e de gestão de pessoas com vistas a impulsionar o indicador de Efetividade de Entrega na Primeira Tentativa ao Cliente (EPTC), com o engajamento dos carteiros no processo de distribuição de objetos;

VI. Experiência do Empregado: modelo formado por programas relacionados à meritocracia e à valorização dos empregados, tendo em vista que as ações contribuem para a obtenção dos resultados estratégicos planejados pela empresa. As ações de cada programa do modelo poderão favorecer a melhoria do clima organizacional nos Correios, o que afeta o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades;

VII. Plano Diretor de Gestão de Pessoas (PDGP): definirá, a partir do desdobramento do Plano Estratégico dos Correios, um conjunto de ações e metas anuais para cada departamento da Diretoria de Gestão de Pessoas.

3.2.6 Sustentabilidade

Clientes e sociedade podem contar com uma empresa socioambientalmente responsável, economicamente independente e protagonista no apoio às políticas públicas. Desde 2013, são inventariadas as emissões corporativas de gases de efeito estufa ou dióxido de carbono equivalente (CO₂e). De 2012 a 2018, os Correios integraram uma iniciativa mundial de redução das emissões, com meta de base científica, que foi superada com oito anos de antecedência. Os empregados dos Correios são pessoas com direitos trabalhistas assegurados e exercem suas atividades com condições dignas de trabalho. Sob o viés econômico, é uma empresa superavitária que rende lucro ao Governo.

A solidez da empresa, associada ao comportamento empresarial responsável, proporcionam aos clientes uma parceria comercial na cadeia de fornecimento de empresas e organizações comprometidas com a perenidade do planeta e o respeito às pessoas.



Assista ao vídeo

Governança Corporativa em Sustentabilidade

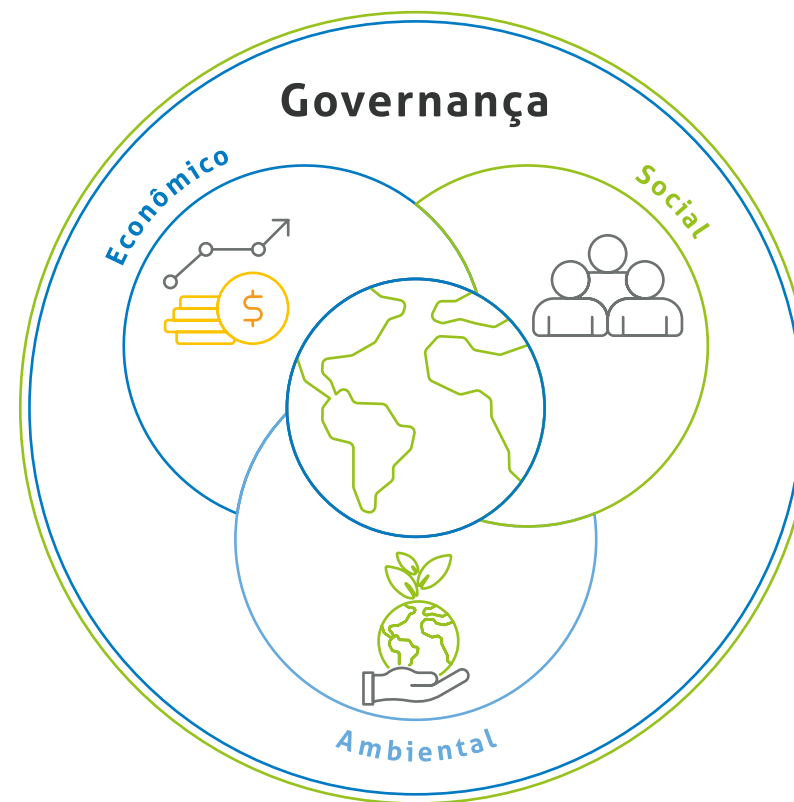
A governança corporativa em sustentabilidade propiciou importantes avanços que culminaram na adoção de um modelo de transversalidade, que visa estimular toda a cadeia de valor da empresa.

A Identidade Corporativa vigente contempla a temática, destacando-se os valores “Respeito às Pessoas”, “Responsabilidade e Compromisso com o Resultado” e “Centralidade do Cliente”. Esse último valor se conecta ao tema, pois, a cada ano, mais clientes exigem práticas de responsabilidade empresarial de seus fornecedores.

Política

Sete princípios e 27 diretrizes compõem a Política de Sustentabilidade Empresarial dos Correios, aprovada pelo Conselho de Administração em novembro de 2022. Com

finalidade de fomentar o equilíbrio entre os critérios ambiental, social, econômico e de governança, propicia a transversalidade de processos e ações que visam ao desenvolvimento sustentável, em toda a cadeia de valor, à competitividade e à perenidade dos Correios. A lógica aplicada na política estabeleceu um sincretismo entre o tripé da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) com a governança expressa na tríade estabelecida no princípio “*Environmental, Social and Governance* (ESG), conforme a seguir. Também foram criadas interconexões entre princípios, e entre princípios e diretrizes, estabelecendo um sistema interdependente inspirado em ecossistemas naturais. Sob esse aspecto, a política expressa as forças da empresa e os caminhos já trilhados, assim como os desafios a serem superados.



O primeiro princípio visa à proteção ao meio ambiente, o segundo visa à responsabilidade social e o sexto visa ao fortalecimento da cultura de sustentabilidade. De forma complementar, os demais princípios estão ligados à natureza de empresa pública dos Correios.

A vocação empresarial de agente de integração na-



cional e operador de políticas públicas é contemplada no princípio 3, promoção de políticas públicas, a exemplo das grandes operações logísticas realizadas pela empresa em o todo país. Saiba mais em Negócios, [subitem 3.2.1](#) deste relatório.

A vertente econômica do tripé da sustentabilidade, apesar de considerada em outros princípios, foi observada de forma especial no quarto princípio, desenvolvimento de negócios sustentáveis. A ambição expressa é gerar lucratividade responsável ao adotar padrões sustentáveis de produção e oferta. Um portfólio comercial e institucional de serviços importantes ao exercício da cidadania, bem como mitigadores de impactos ambientais, também é uma vocação dos Correios e uma forma de atuar como impulsionador do desenvolvimento sustentável, conforme pode ser observado no [quadro Destaques](#).

Em âmbito institucional, o quinto princípio, posicionamento institucional para sustentabilidade, também direciona a empresa como agente impulsionador do desenvolvimento sustentável. Um exemplo é a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, firmada em dezembro de 2021. Saiba mais

em [Agenda Ambiental na Administração Pública](#).

A transversalidade da sustentabilidade empresarial é o sétimo princípio e impôs o desafio de evoluir o tema de forma a perpassar toda a cadeia de valor da empresa. Além do Plano Estratégico, o tema da sustentabilidade consta nesses instrumentos: Cadeia de Valor; Política de Governança; Política de Compliance; Categoria de Riscos; Código de Conduta Ética e Integridade; Regimento Interno; Cartilha do Fornecedor e Diretivas de Patrocínio.

Princípios da política de sustentabilidade



Conheça a Política de Sustentabilidade Empresarial dos Correios, disponível em: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas-corporativas/politicas-corporativas>

Destaques

Conheça as principais ações dos Correios nas dimensões ambiental, social e econômica da sustentabilidade:

2022		
Educação	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep)	Distribuição de mais de 84 mil caixas contendo provas, na primeira fase, realizada em junho.
	Concurso Internacional de Redação de Carta	892 escolas participantes, 1.252 redações válidas e 1.608 alunos participantes.
	Unidades culturais	114 projetos promovidos nas cinco unidades culturais dos Correios.
Ecoeficientes	Correio Híbrido E-carta	213.373.810 páginas
	Mala Direta Postal Especial	117.155.520 objetos postados.
	EcoPostal	16.775 peças doadas (malas, malotes postais e camisas de carteiro inservíveis).
	Gestão da emissão de gás carbônico (Inventário 2021/2022)	Emissões 18% menores quando comparadas ao ano base 2013 (1º inventário)
Cidadania	CPF	2.331.947 atendimentos para emissão ou regularização de CPF.
	Postal Braille	1.693 transcrições para braille.
	Solidariedade Expressa	Transporte e distribuição de 270 toneladas de doativos em Minas Gerais. Na Bahia, foram entregues 4,2 toneladas de doativos e 1.920 kits de primeiros socorros e equipamentos de proteção individual para médicos, enfermeiros e bombeiros.
	Programa de Direitos Humanos	Retomada das ações de diversidade, inclusão e direitos humanos.
	Pessoas com deficiência	7.187 empregados.
	Programa Jovem Aprendiz	4.217 jovens participantes, entre 14 e 22 anos completos.
	Leve Leite	320 toneladas de leite distribuídas mensalmente, beneficiando 320 mil alunos.



Solidariedade Expressa

Apoiar o recebimento e/ou transporte de donativos destinados às vítimas nos municípios e estados em situação de emergência ou calamidade pública oficialmente decretadas é um serviço socioambiental da empresa. Os Correios foram responsáveis pelo transporte gratuito de toneladas de mantimentos, em solidariedade à população dos Estados de Minas Gerais e Bahia, que sofreram com intensas chuvas. Em Minas, foram transportadas cerca de 270 toneladas de donativos para apoio à população afetada. Para a Bahia, houve a entrega de 4,2 toneladas de donativos e 1.920 kits contendo materiais de primeiros socorros.

Reconhecimento em Sustentabilidade

Os Correios conquistaram pela quinta vez o *World Post & Parcel Awards*, evento considerado o "Oscar" do setor no mundo. A empresa foi vencedora com a iniciativa Balcão do Cidadão/Múltiplos Serviços Públicos e Privados, na categoria Atendimento ao Cliente. Alcançaram, ainda, a 1ª posição na categoria desempenho financeiro do anuário *Época Negócios*

360º, que avalia as melhores empresas no Brasil. A empresa também se destacou na dimensão Governança Corporativa, ocupando o 3º lugar, e evoluiu significativamente nas áreas de inovação, visão de futuro, pessoas e sustentabilidade.

Na filatelia, a Emissão Postal Comemorativa (Bloco Comemorativo) aos 150 anos da Lei do Ventre Livre foi finalista do prêmio *World Post & Parcel Awards 2022*, promovida pela *Triangle Management*, enquanto a emissão postal especial "2021 - Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil" foi reconhecida no 52º Prêmio Internacional Asiago d'arte Filatélica, considerada uma das mais importantes distinções que um selo postal pode receber.

Agenda Ambiental na Administração Pública

Os Correios participam do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com um projeto-piloto realizado na Superintendência Estadual de Brasília. Em 2022, foi realizado diagnóstico socioambiental e desenvolvidas ações, com destaque para a disponibilização do curso da A3P na plataforma

de ensino da UniCorreios e o desenvolvimento de um Treinamento em Local de Trabalho (TLT) destinado aos empregados das áreas finalísticas, como operacional e atendimento. Os Correios foram reconhecidos com o Selo A3P de monitoramento das práticas socioambientais.

EcoPostal

Malas, malotes e camisas de carteiro inservíveis para o uso em serviço postal recebem uma destinação especial no momento do descarte e viram insumos na produção de peças artesanais, como tapetes e bolsas, na ação socioambiental EcoPostal. É realizada a doação das peças a entidades sem fins lucrativos, estimulando o empreendedorismo, a geração de renda, a capacitação e a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2022, foram doadas 16.775 peças.

Agente de Integração Nacional

Presente em todos os municípios brasileiros e com uma eficaz logística operacional de dimensões continentais, os Correios são parceiros no apoio a políticas públicas em todo

o território nacional. Um exemplo é a distribuição do caderno de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), simultaneamente, em todo o país, entre outras grandes operações descritas neste relatório.

Governança Corporativa em Sustentabilidade

Acessibilidade

I. Postal: a infraestrutura postal está distribuída em 5.553 municípios do país, com a movimentação diária de carga postal em todo o território nacional, por meio de nove linhas aéreas terceirizadas, 3.177 veículos terceirizados operando nas linhas de transporte nacional e regionais e 23.071 veículos próprios (caminhões, furgões e motocicletas);

II. Físicas: a meta de adequar 1.062 unidades até 2022 acordada entre Ministério Público Federal e Correios foi alcançada;

III. Visual: o acesso igualitário à comunicação envolvendo pessoas com deficiência visual é proporcionado

pelo serviço Postal Braille, que realiza a transcrição das correspondências de tinta para braille;

IV. Digital: foram implementados os requisitos mínimos de acessibilidade no Portal Correios, que passou a figurar entre os sites mais bem avaliados do país. Saiba mais em Negócios, [subitem 3.2.1](#) deste relatório.

Direitos Humanos e Práticas de Trabalho

O compromisso dos Correios em promover o bem-estar e os direitos dos seus empregados está presente nas políticas de gestão de pessoas, no Programa de Integridade e nas diversas práticas de trabalho implementadas, que zelam por condições de trabalho apropriadas e ergonômicas, remuneração justa, ambiente seguro, liberdade de associação e pelo desenvolvimento da sua força de trabalho. A empresa mantém canais abertos e estrutura funcional em todo o país para receber e apurar denúncias envolvendo situações de assédio moral e sexual, discriminação e conflito no ambiente de trabalho.

Os Correios investem continuamente na capacitação e na

preservação da saúde e da segurança dos seus empregados. A gestão da saúde e da segurança no trabalho tem como base a legislação vigente e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A cultura socioambiental é incentivada por meio da promoção de ações de educação, de comunicação e de filatelia.

A empresa possui representatividade de idade, gênero e raça. O perfil da força de trabalho dos Correios, com recorte de idade, gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência e carreira de cargos, pode ser visualizado no item Dados Demográficos deste Relatório Integrado.

Destaca-se a ação “O que é Equidade Racial” para sensibilização dos empregados sobre a temática, com alcance de 1500 pessoas no ano, por meio de parceria realizada com o Serviço Social da Indústria (Sesi), a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, o Instituto Euvaldio Lodi (Iel) e Serviço Social do Comércio (Sesc) de Roraima.

A universalização dos serviços postais, propiciada pela ampla capilaridade da empresa, alinha-se ao art. 21, inciso 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “*Todo ser*

humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país". Os Correios protegem a inviolabilidade da correspondência, ampliam o acesso à cultura por meio dos selos e centros culturais, combatem o trabalho infantil e análogo ao escravo em sua cadeia de fornecedores, todos esses temas tratados na Declaração Universal, além das práticas trabalhistas serem adotadas pela empresa em conformidade à legislação.

As práticas de trabalho realizadas na empresa estão em consonância com a legislação vigente, compromissos formais estabelecidos que se alinham também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Envolvimento e desenvolvimento da comunidade

O Programa Jovem Aprendiz contratou 4.217 jovens entre 14 e 22 anos, contribuindo para o seu desenvolvimento por meio da educação profissional e do estímulo à prática da cidadania e de valores éticos.

Também merece destaque a coordenação pelos Cor-

reios, no Brasil, do 51º Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pela União Postal Universal. A comunidade escolar utiliza o Concurso como ferramenta de estímulo a leitura e produção textual. Em 2022 participaram 892 escolas públicas e privadas de todo país. A vencedora da etapa nacional foi a estudante Bárbara Yijiu Faria Sung que escreveu sua carta em forma de cordel.

Para incentivar e aproximar a arte da sociedade, as cinco unidades culturais dos Correios (Centro Cultural Correios Rio de Janeiro/RJ; Centro Cultural São Paulo/SP; Espaço Cultural Niterói/RJ; Espaço Cultural Porto Alegre/RS e Museu Correios em Brasília/DF) acolheram, em 2022, 114 projetos culturais.

Em 2022, houve ampliação da cobertura dos serviços de coleta de resíduos sólidos e recicláveis no âmbito das superintendências estaduais dos Correios, beneficiando 1.096 cooperados/associados, que realizam a coleta seletiva de resíduos recicláveis, com a destinação de 3.395 toneladas de papel/papelão, 953 toneladas de plástico, 28 toneladas de metal e 712 quilos de vidro para reciclagem, propiciando geração de renda às comunidades.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Foram comprados mini PCs em substituição aos microcomputadores convencionais, resultando em economia do consumo de energia elétrica da ordem de no mínimo 50%, sem perda da capacidade computacional. Em 2022, foram incorporados 33.212 desses novos microcomputadores.

O Regulamento de Licitações e Contratações dos Correios (RLCC) e a Cartilha do Fornecedor, atualizados em 2022, reforçam o compromisso dos Correios com a sustentabilidade ao serem abordadas questões relacionadas ao respeito, à ética, à integridade e à responsabilidade ambiental, social e econômica. Os documentos podem ser consultados no endereço <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>

Para exemplificar, no processo de compra são exigidas comprovações de certificações ambientais (FSC *Forest Stewardship Council* ou similar) para as aquisições de caixas de encomenda, envelopes e papel sulfite. Na compra da frota vei-

cular, é exigido o respeito às normas e aos limites de emissão de gases poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

Produtos e serviços sustentáveis

Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços com benefícios sociais e ambientais, evidenciando o comprometimento dos Correios com o desenvolvimento sustentável. Destaca-se o lançamento do serviço Transfer Log, que consiste em solução de transferência de carga entre os diversos Centros de Logística Integrada dos serviços Correios Log+ e Correios Log Supri, aproximando os armazéns do cliente e reduzindo a distância de deslocamento. Mais informações sobre produtos e serviços estão no item 3.2.1 deste relatório e em: <https://www.correios.com.br/enviar/precisa-de-ajuda/correios-de-a-a-z>

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Redução do consumo de energia elétrica: captados R\$ 4.899.802,81 em chamamentos públicos de proje-

tos de eficiência energética das distribuidoras de energia elétrica, sendo executada, aproximadamente, metade do valor em unidades dos Correios localizadas em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Santa Catarina. Após a conclusão dos projetos, estima-se uma economia no consumo de energia de mais de 3 milhões de KWh.

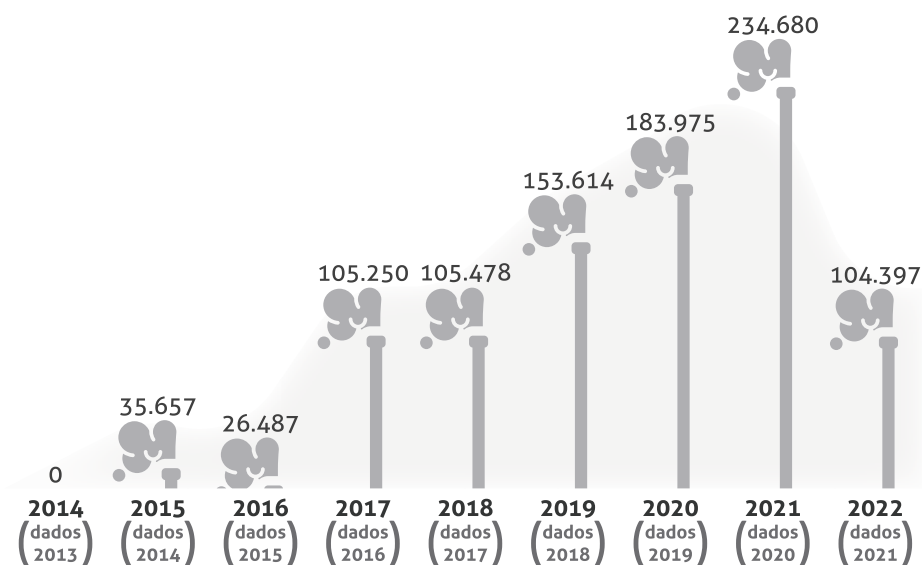
Esse é um dos resultados do projeto viabilizador de eficiência energética dos Correios em 2022. Ações de gestão e redução, definição de políticas, fomento de cultura, substituição de computadores por outros mais eficientes e alternativas de fornecimento reduziram o consumo de energia.

Resíduos Poluentes

Os Correios dispensam atenção especial às emissões dos gases de efeito estufa oriundas das atividades e operações, pois são os principais agentes poluentes gerados pela empresa. Desde 2013, são monitoradas e implementadas boas práticas de mitigação. Em 2022, melhorias foram implementadas nos Correios, como a renovação da frota veicular, projetos de eficiência energética e eletromobilidade.

A pegada de carbono corporativa é acompanhada no Plano Estratégico por meio de indicador específico para a gestão das emissões de CO₂e. Em 2021, as emissões permaneceram abaixo do ano-base 2013. Contudo, observou-se aumento em relação a 2020, um ano atípico no inventário de todas as empresas e organizações em razão da pandemia de covid-19.

INVENTÁRIO - Reduções de CO₂ em relação ao ano-base 2013



Fonte: DEGOV/SUGOV/DIGOE

Os Correios tem uma lista de produtos que não transporta ou para os quais existem restrições específicas. Para consultar a lista de produtos proibidos ou sujei-

tos a restrições acesse <https://www.correios.com.br/enviar/proibicoes-e-restricoes>

Relato de Sustentabilidade

Consoante as diretrizes nacionais e mundiais, como a norma ISO 26000:2010 e os conteúdos padrão específicos GRI standards – categorias ambiental e social, as informações de sustentabilidade foram incluídas no Relatório Integrado dos Correios.

As ações sociais e ambientais, descritas nos capítulos deste relatório, estão consolidadas na tabela de sustentabilidade do anexo deste documento. As categorias estão organizadas em sete grandes temas centrais: governança, direitos humanos, trabalho digno, meio ambiente, práticas de operação, consumidor e comunidade.



Capítulo 4 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

4.1 Gestão orçamentária

Os Correios, empresa pública federal não dependente de recursos da União, possuem operação custeada integralmente por receita própria, sendo gerida sob as óticas governamental e empresarial.

Sob a ótica governamental, a gestão orçamentária é delineada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o orçamento de investimentos, e pelo Programa de Dispêndios Globais (PDG), no qual são detalhadas as receitas, as despesas e o resultado primário, que são aprovados e acompanhados pelo ministério supervisor e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Do ponto de vista empresarial, a gestão orçamentária está alicerçada na metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) visando à otimização dos gastos e ao melhor controle dos custos e despesas. Essa metodologia preconiza a definição e a atribui-

ção de papéis e de responsabilidades aos participantes que atuam na matriz de governança OBZ, além do estabelecimento de metas orçamentárias e iniciativas de redução de despesas para a consecução da orçamentação e posterior monitoramento e controle, por meio de fóruns de acompanhamento dos desvios orçamentários e das iniciativas de redução de despesas.

A meta de resultado primário aprovada no PDG para 2022 foi de superávit no valor de R\$ 323 milhões, conforme Decreto nº 10.892/2021. A empresa atingiu o superávit primário, em 2022, de R\$ 329 milhões, aproximadamente, R\$ 6 milhões acima da meta, resultante da realização das receitas abaixo do previsto.

Em relação aos ingressos de recursos no caixa houve uma realização de 93% comparada ao planejado aprovado de R\$ 22.583 milhões, ocasionada, principalmente, pelo recebimento de R\$ 20.765 milhões da venda de produtos e serviços. Concernente aos pagamentos constantes no fluxo

de caixa, que compõem o resultado primário, a realização em 2022 ficou aquém do planejado em R\$ 1.588 milhões. Dessa forma, considerando as despesas realizadas que tiveram os maiores desvios frente ao planejado, destacam-se as despesas com pessoal de R\$ 11.692 milhões (desvio de R\$ 364 milhões), as despesas com serviços de terceiros de R\$ 3.798 milhões (desvio de R\$ 380 milhões) e as despesas com tributos de R\$ 568 milhões (desvio de R\$ 444 milhões).

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE DISPÊNDIOS CORRENTES – CUSTEIO (R\$ milhões)

DESPESAS	2020			2021*			2022		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Despesas de pessoal	11.988	10.574	10.904	11.517	11.686	10.560	12.543	11.985	11.692
Despesas com dirigentes	10	9	9	10	9	9	12	6	6
Despesas com conselhos e comitês estatutários	13	13	13	13	12	12	10	6	6
Materiais e produtos	193	147	139	156	156	142	283	238	226
Serviços de terceiros	3.054	2.778	3.485	3.363	3.310	4.050	4.256	3.236	3.798
Tributos	928	748	632	1.060	1.001	827	1.318	613	568
Despesas financeiras	351	403	155	579	487	155	540	632	329
Outras despesas correntes	2.957	2.490	2.192	3.016	2.985	2.333	4.657	3.642	3.586
TOTAL	19.494	17.162	17.529	19.714	19.646	18.088	23.619	20.358	20.211

Fonte: DIEFI

* Os ajustes realizados em 2021 correspondem àqueles registrados no Sistema de Informações das Estatais (Siest).
a) Orçamento (dotação)
b) Liquidado (execução)
c) Pago

Em 2022, houve aumento na execução orçamentária de dispêndios correntes quando comparada à execução dos anos 2020 e 2021. Esse incremento decorre princi-

palmente do grupo de despesas de pessoal, em razão da concessão, no acordo coletivo 2022/2023, do reajuste de 10,12% incidente sobre salários, funções e benefícios.

O grupo outras despesas correntes aumentou os gastos quando comparado aos de 2020 e 2021. As principais razões foram o incremento de despesas com transporte, influenciadas pelo aumento do fluxo postal e dos preços dos combustíveis, e o pagamento de Participação dos Lucros e Resultados (PLR).

O orçamento de investimento aprovado para 2022, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 14.303/2022, alterada pelas Leis n.º 14.493/2022 e 14.498/2022, foi de R\$ 860 milhões.

Os Correios realizaram investimentos no valor de R\$ 758,50 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão do ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, conforme tabela a seguir:

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO (R\$ milhões)					
Investimento	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Modernização de veículos	140,73	92,38	350,08	-34,36%	278,96%
Instalação de agências próprias	-	-	0,08	-	100%
Instalação de unidades de tratamento	55,98	3,16	0,68	-94,36%	-78,48%
Instalação de unidades de logística	-	0,01	0,14	100%	1.300%
Manutenção da infraestrutura operacional	63,12	150,63	205,89	138,64%	36,69%
Tecnologia da informação (TI)	77,97	113,83	201,63	45,99%	77,13%
TOTAL	337,80	360,10	758,50	6,60%	110,64%

Fonte: DIEFI

Nos últimos três anos, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes, os Correios investiram aproximadamente R\$ 1.456,39 milhões na modernização e na otimização da capacidade produtiva e de infraestrutura, destacando-se: R\$ 583,19 milhões para a ampliação/modernização da frota de veículos; R\$ 419,64 milhões para a manutenção da infraestrutura operacional; e R\$ 393,43 milhões em ativos de tecnologia, com foco na melhoria da capacidade de armazenamento das informações e na atualização do parque de informática.

4.1.1 Descentralização de recursos

A Portaria nº 2.729/2021 do Ministério das Comunicações alterou as diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e estabeleceu novo padrão de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico. Na prática, a meta relacionada a cada município passou a ser calculada em quantidade de posições de atendimento necessárias, identificadas por meio do cálculo do Padrão de Atendimento Postal (PAP), e não mais pela disponibilização dos serviços postais básicos aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Para atender à meta ministerial são firmadas parcerias

para o estabelecimento, principalmente, de Agências de Correios Comunitárias (AGC), Agências Franqueadas (AGF) e Agências de Correios Comercial (ACC).

As AGCs exercem um papel importante para o atendimento dos serviços postais básicos, notadamente no que se relaciona à população residente em pequenos municípios. São unidades criadas a partir de termo de convênio (TC) ou acordo de cooperação técnica (ACT).

O TC dispõe que a AGC deve, a partir da abertura, executar atividades e prestar serviços postais básicos, conforme disposto no respectivo plano de trabalho. Em contrapartida, os Correios realizarão, mensalmente, repasse financeiro ao órgão público, em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante envio à empresa de comprovação relativa à prestação dos serviços contratados/autorizados. A vigência dos termos de convênio é de 60 meses, sendo o cadastro realizado em sistema específico de pagamento (ERP), no qual são registrados os dados do órgão público e do valor de repasse estipulado. No ACT, também é prevista a prestação de serviços postais básicos, porém não há contrapartida de

repasso financeiro ao órgão público, ficando o custo atribuído ao ente municipal.

As informações referentes aos convênios e acordos celebrados pelos Correios com órgãos públicos municipais para a prestação de serviços postais básicos, por meio de AGCs, e os respectivos repasses estão disponibilizados em: http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm

O quadro a seguir contempla a quantidade de instrumentos vigentes nos últimos exercícios:

MODALIDADE	2020	2021	2022
Convênios	1.971	1.298	1.099
Acordos	1.844	2.399	2.351
TOTAL	3.815	3.697	3.450

Fonte: Sistema GCFA, 2022.



Unidades regidas por termo de convênio - Quantidades e valores repassados

MODALIDADE	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS VIGENTES			VARIAÇÃO 2022X2021	MONTANTE REPASSADO NO EXERCÍCIO (em R\$ 1,00)			VARIAÇÃO 2022X2021
	2020 (c)	2021 (b)	2022 (a)	(a/b)-1	2020 (c)	2021 (b)	2022 (a)	(a/b)-1
Convênio	1.971	1.298	1.099	-15,41%	35.944.598	21.001.402	19.216.524	-0,99%

Fonte: Sistema WebCont e Sistema GCFA, 2022.

Os gestores da rede de atendimento realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços, de forma a garantir que:

- I. Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- II. O cadastro das AGCs no ERP seja realizado e as alterações pertinentes sejam processadas;
- III. Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para fins de atesto pela agência vinculadora e posterior processamento do repasse.

A agência vinculadora é a unidade própria de atendimento responsável pela fiscalização da AGC e pela comunicação mensal à área de atendimento, contendo o reporte sobre o adequado funcionamento da unidade; o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio; a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como sobre o encaminhamento das informa-

ções à Central Financeira (Cefin), por meio do sistema de gestão de controle financeiro de agências (GCFA), para adoção das ações afetas ao repasse financeiro aos órgãos públicos.

Avaliação de riscos e controles na execução descentralizada com transferência de recursos

A descentralização das ações de gestão e fiscalização dos convênios está aderente aos procedimentos adotados pela empresa e às diretrizes, previstas em normativo interno, afetas ao acompanhamento dos instrumentos firmados pelos Correios.

Realizado no âmbito das SEs, o controle de execução da descentralização orçamentária, relacionada à celebração de TC pelos

Correios, contempla duas etapas de verificação, a saber:

I. Apresentação mensal de relatório de prestação de serviços pelo órgão público: para iniciar o processo de pagamento do repasse aos órgãos públicos que operam unidades de atendimento do tipo AGC, é obrigatória a apresentação aos Correios de relatório com o detalhamento das atividades executadas de prestação de serviços; e

II. Verificação e atesto pela agência de correios vinculadora: após a apresentação do relatório, a agência de correios vinculadora efetua a conferência e validação das atividades executadas e, após atesto do fiscal do contrato no âmbito estadual, é emitida a guia de pagamento para transferência dos recursos ao órgão público.

O fiscal de convênio, nomeado no momento do cadastro do termo de convênio no ERP, deve:

I. Fiscalizar o convênio, promovendo registro próprio para cada AGC sob a sua coordenação, de forma a manter, em ordem cronológica, devidamente numerados e rubricados, os

documentos relativos ao respectivo convênio;

II. Interagir diretamente com o convenente, com vistas a determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

III. Atestar os relatórios de prestação de serviços das AGCs que cumpriram as exigências previstas no termo de convênio, com a finalidade de realizar o repasse financeiro e encaminhá-los mensalmente à Cefin por meio do sistema GCFA;

IV. Realizar visita de supervisão às AGCs, conforme previsto no cronograma estabelecido pela SE;

V. Manter uma via atualizada do cartão de assinatura para fins de conferência na prestação de contas e no fornecimento de produtos, de materiais e de documentos operacionais; e

VI. Solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado ao órgão gestor operacional.

Todas as atribuições do fiscal são coordenadas pela

sua chefia imediata, que é corresponsável por todos os seus atos.

A supervisão pelas SEs é realizada em observância estrita aos seguintes critérios:

- I. O cronograma de supervisão deve conter, ao menos, uma visita anual a cada AGC para o ano subsequente;
- II. Acompanhamento das correções das inconformidades detectadas quando da visita de supervisão nas AGCs;
- III. Acompanhamento do cumprimento do cronograma de visitas de supervisão;
- IV. Estabelecimento de rotinas de aferição da adequação do objeto do termo de convênio à demanda local, observando as características dos mercados onde estiverem localizadas; e
- V. Elaboração de relatório consolidado apresentando a situação geral das AGCs supervisionadas, assim como a justificativa de não realização das visitas previstas.

O instrumento utilizado para a realização da visita de supervisão é uma lista de verificação gerada no Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo, que contempla os aspectos contratuais a serem verificados por ocasião da visita.

Paralelamente às atividades de supervisão, no decorrer do ano é realizado acompanhamento dos resultados operacionais, com medição pelo indicador que afere o Desempenho da Distribuição Interna das Agências (DDIA), cujo objetivo é aumentar a produtividade com excelência operacional. Também são realizadas reuniões mensais, de forma a definir ações de melhoria para alcance do indicador.

4.2 Gestão de custos

A gestão de informação de custos nos Correios subsidia a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira da empresa e, ainda, a tomada de decisão pela área de negócios, no que se refere à lucratividade do portfólio de produtos e serviços, conforme normativos pertinentes. Dessa forma, contribui para o alcance dos objetivos dos Correios

e colabora para o contínuo aprimoramento da gestão econômico-financeira e do processo de gestão do negócio da empresa.

Essa gestão é realizada por duas sistemáticas: custos para controle e custos para decisão. Os custos para controle estão voltados para a avaliação dos gastos por órgão, no qual se visualiza o montante consumido na visão departamental, de acordo com a estrutura organizacional. Os custos para decisão são aqueles que subsidiam a tomada de decisão de preços de produtos e serviços, tendo-se por base, majoritariamente, o método de Custeio Baseado em Atividades (ABC).

Esses dados são apurados por centro de custos, com vistas a demonstrar os dispêndios da empresa de forma segregada. Em outra etapa, os centros de custos são segregados em custos de atividades vinculadas à cadeia produtiva (custos de operação) e às despesas corporativas (área administrativa e despesas comuns).

As informações de custos, por centro de custo, são disponibilizadas por meio do Sistema do Processo de Custos (SPC), com acesso irrestrito aos usuários da empresa. Por outro lado,

as informações de custos de produtos e serviços são apresentadas por meio de notas técnicas específicas, oficializadas aos departamentos gestores de produtos da área de negócios, dada a sensibilidade e o caráter estratégico da informação.

A seguir são apresentados os valores de custo na visão do Modelo Nacional de Custos (MNC), distribuídos de acordo com os custos (diretos e indiretos da cadeia produtiva) e despesas.

Em milhões	2020	2021	2022
CUSTOS	13.812	15.425	15.845
Custo Direto da Cadeia Produtiva	12.858	14.391	14.784
Atendimento	4.124	4.451	4.143
Distribuição	5.613	6.215	6.391
Logística Integrada**	136	153	184
Transporte	1.831	2.181	2.590
Tratamento*	1.154	1.391	1.476
Custo Indireto da Cadeia Produtiva	954	1.034	1.061
DESPESAS	4.978	5.815	7.076
Despesas Corporativas	2.049	2.052	2.469
Gastos Compartilhados	2.929	3.763	4.607
TOTAL (CUSTOS+ DESPESAS)	18.790	21.240	22.921

Fonte: DIEFI

* Os custos dos Centros de Tratamento Internacional são considerados como custos do processo de tratamento

** Os custos dos Centros de Logística Integrada (CLIs) compõem os valores do processo de logística

4.3 Desempenho financeiro e contábil

A empresa apresentou resultado recorrente em 2022 de R\$ 1.546 milhões, representando um decréscimo de 58,26% em relação a 2021.

RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)

	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Resultado recorrente	1.841	3.704	1.546	101,20%	-58,26%

Fonte: DIEFI

O resultado recorrente é alcançado retirando-se do lucro líquido os eventos extraordinários, tais como: Reversão Pós-emprego; Incentivo Financeiro Diferido (IFD) do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e do Plano de Desligamento Voluntário (PDV); Provisão do Benefício Pós-emprego; Imunidade Tributária; Contingências/Precatórios e a contribuição adicional efetuada à Postal Saúde para a composição das garantias financeiras da operadora na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

RESULTADO RECORRENTE (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Lucro Líquido	1.530	2.276	(809)	48,76%	-135,54%
Reversão Pós-emprego	(1.123)	(272)	(11)	-75,78%	-95,96%
Benefício Pós-emprego	81	210	262	159,26%	24,76%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	74	829	208	1.020,27%	-74,91%
Imunidade Tributária	683	(36)	(95)	-105,27%	163,89%
Contingências e Precatórios	596	697	1.770	16,95%	153,95%
Adesão Inscrição ANS			221		100,00%
Resultado Recorrente	1.841	3.704	1.546	101,20%	-58,26%

Fonte: DIEFI

* Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

A empresa encerrou o exercício de 2022 com prejuízo de R\$ 809 milhões, retração equivalente a 135,54% (R\$ 3.085 milhões) em relação ao lucro obtido em 2021.

RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Receita Total	20.023	23.552	22.070	17,62%	-6,29%
Despesa Total	(18.493)	(21.276)	(22.879)	15,05%	7,53%
Resultado Líquido	1.530	2.276	(809)	48,76%	-135,54%

Fonte: DIEFI

O resultado financeiro auferido em 2022 foi influenciado, sobretudo, pelos acréscimos na rentabilidade das aplicações financeiras – devido à alta da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) no período (R\$

282 milhões) - e nas despesas líquidas de variação cambial deduzidas dos ganhos da operação de hedge (R\$ 98 milhões), além das atualizações das parcelas correspondentes aos Planos de Desligamento Incentivado (R\$ 101 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Receitas Financeiras	666	625	905	-6,16%	44,80%
Despesas Financeiras	(636)	(864)	(1.079)	35,85%	24,88%
Resultado Financeiro	30	(239)	(174)	-896,67%	-27,20%

Fonte: DIEFI

* Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

O lucro bruto de 2022, comparativamente a 2021, foi marcado pela redução na receita líquida de vendas – com destaque para os grupos de encomendas (retração de R\$ 1.984 milhões), mensagem (diminuição de R\$ 526 milhões) e internacional (acréscimo de R\$ 839 milhões) além do aumento nas despesas com transporte (R\$ 512 milhões).



LUCRO BRUTO (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Receita Líquida de Vendas e Serviços	17.249	21.305	19.813	23,51%	-7,00%
Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(12.057)	(13.665)	(14.454)	13,34%	5,77%
TOTAL	5.192	7.640	5.359	47,15%	-29,86%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Ebitda

Em função do aumento das despesas e da retração das receitas em 2022, o Ebitda (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda, incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) apresentou um resultado negativo, enquanto o Ebitda ajustado, entendido como aquele apurado expurgando os eventos considerados extraordinários como Incentivo Fiscal Diferido (IFD)/Plano de Desligamento Incentivado (PDI), Plano de Desligamento Voluntário (PDV), Imunidade Tributária e Contingências/Precatórios, apresentou resultado positivo, quando comparado ao mesmo período de anos anteriores.

O Ebitda é um indicador que precisa ser associa-

do a outros índices para uma compreensão adequada da saúde financeira, visto que, não raras vezes, o Ebitda é confundido com geração de caixa, quando na realidade representa um potencial de geração de caixa na atividade-fim.

EVOLUÇÃO EBITDA E EBITDA AJUSTADO (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
EBITDA	1.580	3.238	(261)	104,94%	-108,06%
EBITDA Ajustado	953	4.351	1.421	356,56%	-67,34%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

4.3.1 Indicadores de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade evidenciam o retorno proporcionado pelos recursos investidos pela empresa. De maneira geral, têm viés “quanto maior, melhor”, pois possibilitam avaliar a capacidade de geração de lucro e de crescimento ao longo do tempo. A queda nos indicadores de rentabilidade em 2022, comparativamente a 2021, deve-se à redução das receitas e ao acréscimo nos custos e despesas:

INDICADORES DE RENTABILIDADE	2020	2021	2022
Margem Bruta	30,10%*	35,86%*	27,05%
Margem Operacional	6,60%	12,85%	-3,61%
Margem Líquida	8,87%	10,69%	-4,08%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis



4.3.2 Situação financeira

Ao longo de 2022, as projeções de caixa foram regularmente reportadas aos órgãos colegiados dos Correios, compreendendo informações atualizadas e abrangentes sobre a situação financeira da empresa, assim como a demonstração dos cenários e das tendências, de modo a permitir, tempestivamente, a tomada de decisões.

No acumulado do ano, até dezembro de 2022, o saldo em caixa alcançou o montante de R\$ 3,81 bilhões, superior em 34,98% à previsão inicial, que estimava encerrar dezembro de 2022 com o saldo de R\$ 2,82 bilhões:

PROJEÇÃO E REALIZAÇÃO DE CAIXA 2022 (R\$ milhões)

MÊS	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22	07/22	08/22	09/22	10/22	11/22	12/22
Projetado	4.063	4.189	4.000	4.192	3.863	3.568	3.595	3.554	3.618	3.629	3.457	2.820
Realizado	3.971	4.168	4.248	4.528	4.449	4.683	4.697	4.737	4.900	4.872	4.575	3.807

Fonte: DIEFI

Ao ser comparado o fluxo de caixa com o do mesmo período do ano anterior, observa-se que, com a consolidação do menor ritmo de crescimento em 2022 do e-commerce nacional, quando comparado ao observado em 2021, as entradas de caixa apresentam variação negativa de -1,15%, representando uma queda de cerca de R\$ 261 milhões, já contemplando a operação de crédito com o Banco Citibank. As saídas de caixa tiveram aumento de, aproximadamente, R\$ 2,9 bilhões, ou seja, de 14,71%.

Em relação às saídas de caixa, no comparativo a 2021, destacam-se:

I. Pessoal: aumento de R\$ 1,61 bilhão, resultante dos desembolsos com encargos sociais pagos em janeiro de 2022, decorrentes, principalmente, dos impactos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2022 e do décimo-terceiro salário; do repasse à Postal Saúde, de R\$ 221 milhões, destinados à cobertura de provisões técnicas e à constituição de ativos garantidores, devido à mudança da situação dos Correios de mantenedor para patrocinador; do reajuste de pessoal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 10,12%, em setembro de 2022 referente ao ACT 2022/2023; e do pagamento de cerca de R\$ 62 milhões de Participação de Lucros e Resultados (PLR);

II. Fornecedores/Terceiros: aumento de R\$ 700 milhões, em grande parte decorrente do acréscimo dos gastos com transporte postal e com despesas administrativas/operacionais;

III. Dividendos: repasse de R\$ 260 milhões à União, em virtude do lucro líquido contábil de 2021;

IV. Repasses e retenções: aumento de R\$ 207 milhões, referentes aos repasses à Receita Federal do Imposto de Importação, oriundos do aumento do volume da entrega de objetos internacionais;

V. Investimentos: aumento de R\$ 191 milhões ante o mesmo período do ano anterior;

VI. Amortização/juros: aumento de R\$ 213 milhões, decorrente do pagamento relativo à postergação, para 2022, das duas últimas parcelas da operação de crédito com o Banco do Brasil e da quitação das últimas parcelas referentes à operação de crédito realizada com o Banco ABC, em março de 2021. Além de ter sido realizado, em

2022, novo empréstimo com o Banco Citibank, resultando no pagamento de amortização/juros nesse exercício.

Captação de recursos de terceiros

Em dezembro de 2016, foi realizada contratação de operação de crédito no valor de R\$ 750 milhões com o Banco do Brasil S/A, na modalidade de capital de giro, com vistas a reforçar as reservas financeiras dos Correios. A referida operação teve, em síntese, as seguintes características: prazo de 60 meses; carência do principal de 12 meses; taxa de juros incidente sobre as parcelas de 125% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Como garantia, realizou-se a cessão fiduciária de títulos representativos dos direitos creditórios no percentual de 125% sobre o principal. Em fevereiro/2022, foi paga a última parcela de amortização dessa operação.

Em março de 2021, foi realizada nova operação de crédito, no montante de R\$ 250 milhões, para a realização de investimentos. A operação de crédito foi contratada com o Banco ABC, tendo-se por garantia da operação

a cessão fiduciária de recebíveis, em que foi paga a última parcela de amortização em março de 2022.

Por fim, para a execução dos investimentos previstos no Plano de Dispêndios Globais (PDG) de 2022, os Correios formalizaram, em janeiro de 2022, a contratação de operação de crédito de curto prazo com o Banco Citibank, no montante de R\$ 500 milhões. O prazo da operação contratada correspondeu a 12 meses, com custos incorridos referentes à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido do spread de 1,5% a.a. (0,124% a.m.) e da carência de 6 meses para o início dos desembolsos relativos ao principal e aos juros. Até dezembro de 2022, foram pagas cinco parcelas dessa operação, remanescendo a última parcela para janeiro de 2023.

Receita Bruta de Vendas e Serviços

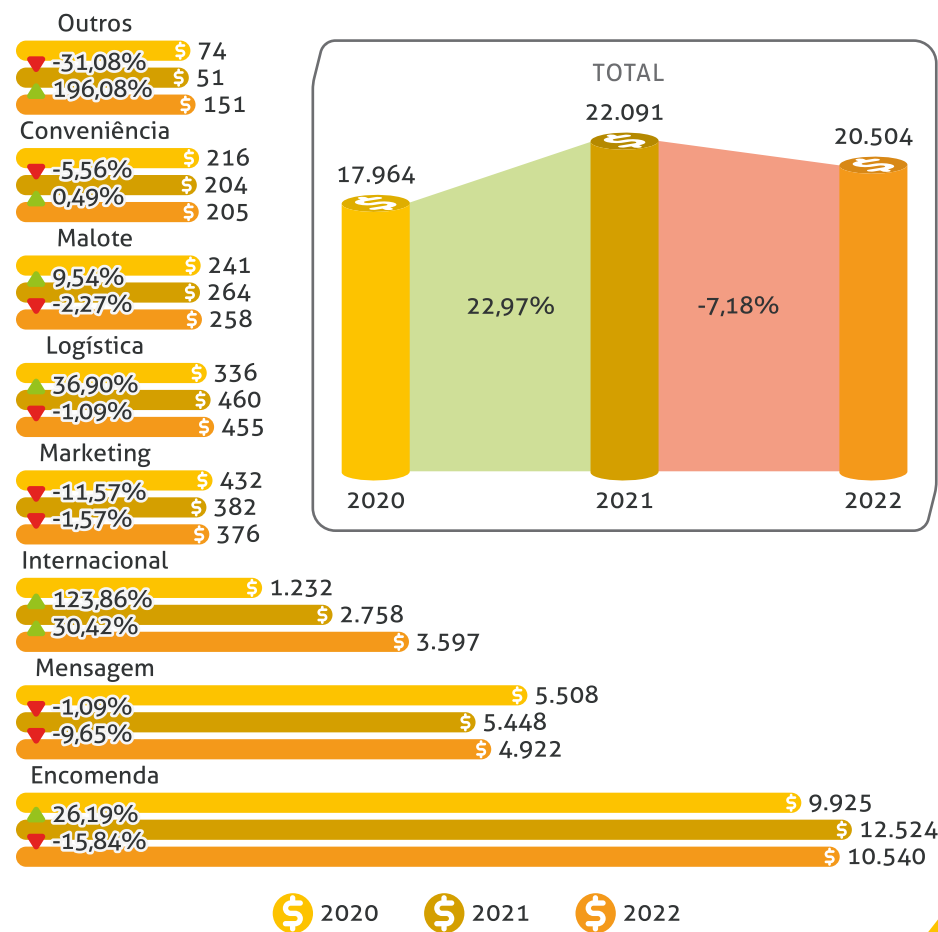
Em 2022, houve redução de 7,18% da receita bruta de vendas de produtos e de serviços, impactada pela desaceleração do e-commerce no Brasil e retomada do movimento no comércio presencial. Contudo, verificou-se desempenho positivo das receitas internacionais em relação a 2021.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Receita bruta de vendas e serviços	17.964	22.091	20.504	22,97%	-7,18%

Fonte: DIEFI

RECEITA BRUTA DE VENDAS (R\$ milhões)



Fonte: DIEFI

Custos dos produtos e serviços

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados atingiram R\$ 14.454 milhões, aumento de 5,77%, em relação a 2021, impactados pela elevação da despesa de pessoal decorrente do reajuste salarial de 10,12% concedido no Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023 e pelo aumento de Transporte de Malas e Malotes, oriundo principalmente dos reajustes contratuais de combustível nos contratos aéreos.

CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Pessoal	(8.239)	(9.072)	(9.025)	10,11%	-0,52%
Transporte de Malas e Malotes	(1.592)	(1.942)	(2.454)	21,98%	26,36%
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(1.049)	(1.368)	(1.572)	30,41%	14,91%
Aluguéis	(138)	(119)	(190)	-13,77%	59,66%
Depreciação/Amortização	(390)	(449)	(417)	15,13%	-7,13%
Demais Custos	(649)	(715)	(796)	10,17%	11,33%
TOTAL	(12.057)	(13.665)	(14.454)	13,34%	5,77%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Custos e despesas com pessoal

Os dispêndios de pessoal correspondem ao total relativo ao custo dos produtos vendidos, serviços prestados e despesas gerais e administrativas:

DESPESAS COM PESSOAL (R\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)	(9.242)	(9.388)	(10.209)	1,58%	8,75%
Saúde	(825)	(960)	(1.137)	16,36%	18,44%
Incentivo Financeiro (PDI/PDV)	(3)	(722)	(1)	23.966,67%	-99,86%
TOTAL	(10.070)	(11.070)	(11.347)	9,93%	2,50%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Despesas operacionais

As despesas operacionais apuradas perfizeram o total de R\$ 6.756 milhões, impactadas, principalmente, pelo aumento de R\$ 1.283 milhões nas provisões para contingências judiciais, que tiveram a classificação de risco revisada face ao estágio processual das ações judiciais, destacando-se a ação coletiva referente à reintegração de em-

pregados e a ação indenizatória do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta (AADC).

DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021*	2022	2021/2020	2022/2021
Despesas com Vendas/Serviços	(2.151)	(2.307)	(2.010)	-7,25%	-12,87%
Despesas Gerais e Administrativas	(2.603)	(3.223)	(4.633)	23,82%	43,75%
Outras Despesas Operacionais	(714)	(236)	(113)	-66,95%	-52,12%
TOTAL	(5.468)	(5.766)	(6.756)	5,45%	17,17%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Outras receitas operacionais

Em 2022, as outras receitas operacionais apresentaram queda de 21,09% ante 2021, com destaque para a reversão do benefício pós-emprego saúde.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS (R\$ milhões)					
Outras Receitas Operacionais	2020	2021	2022	2021/2020	2022/2021
TOTAL	1.413	863	681	-38,92%	-21,09%

Fonte: DIEFI

4.3.3 Situação patrimonial

As demonstrações contábeis configuram um dos principais instrumentos produzidos pelos Correios, para auxiliar as partes interessadas na avaliação do desempenho econômico-financeiro ocorrido no período.

Sob esse aspecto, apresenta-se a seguir a situação patrimonial dos Correios, exposta nos grandes grupos do balanço, quais sejam: ativo, passivo e patrimônio líquido.

COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL (R\$ milhões)					
DESCRIÇÃO	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Ativo Circulante	3.047	3.923	3.486	28,75%	-11,14%
Ativo Não Circulante	11.277	13.791	14.477	22,29%	4,97%
TOTAL	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%
DESCRIÇÃO	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
Passivo Circulante	4.421	4.959	4.546	12,17%	-8,33%
Passivo Não Circulante	8.953	10.506	12.160	17,35%	15,74%
Patrimônio Líquido	950	2.249	1.257	136,74%	-44,11%
TOTAL	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Os ativos somaram R\$ 17.963 milhões, impactados positivamente pelas aquisições de veículos representadas no imobilizado (ativo não circulante).

Os passivos exigíveis somaram R\$ 16.706 milhões, impactados, principalmente, pelo acréscimo nas provisões para contingências judiciais, representadas no passivo não circulante.

SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ milhões)

	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
ATIVO	14.324	17.714	17.963	23,67%	1,41%
Aplicações	567	3.635	3.799	541,09%	4,51%
Contas a receber	3.019	3.166	2.305	4,87%	-27,20%
Tributos a compensar	1.286	1.318	1.403	2,49%	6,45%
Propriedades para investimento	1.005	1.415	1.497	40,80%	5,80%
Bens móveis/imóveis	5.354	5.224	5.843	-2,43%	11,85%
Arrendamentos	1.634	1.551	1.468	-5,08%	-5,35%
PASSIVO	13.374	15.465	16.706	15,63%	8,02%
Folha de pagamento	1.234	1.438	1.418	16,53%	-1,39%
Fornecedores	989	1.131	1.248	14,36%	10,34%
Dividendos a pagar	0	251	0	100,00%	-100,00%
Benefício pós-emprego	6.237	7.166	7.797	14,89%	8,81%
Empréstimos e financiamentos	296	154	83	-47,97%	-46,10%
Convênio Postal Saúde	158	133	135	-15,82%	1,50%
Arrendamentos	1.717	1.681	1.635	-2,10%	-2,74%
Provisões para contingências	643	872	2.155	35,61%	147,13%
PDI	801	1.180	1.007	47,32%	-14,66%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis



SALDOS DAS PRINCIPAIS CONTAS (R\$ milhões)

	2020*	2021	2022	2021/2020	2022/2021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	950	2.249	1.257	136,74%	-44,11%
Capital social	3.383	3.403	3.403	0,59%	0,00%
Reservas de Lucros	0	1.192	421	100,00%	-64,68%
Ajuste de avaliação patrimonial - AAP	3.341	3.391	3.449	1,50%	1,71%
Outros resultados abrangentes - ORA	-4.936	-5.737	-6.017	16,23%	4,88%
Prejuízos acumulados	-859	0	0	-100,00%	0,00%

Fonte: DIEFI

*Reclassificado nas Demonstrações Contábeis

Tendo-se por base as demonstrações contábeis de 2022, constatou-se a redução no indicador de liquidez geral impactado, principalmente, pelo reconhecimento de provisões para contingência e pela redução do faturamento a receber, apesar da manutenção do saldo das aplicações no patamar do ano anterior.

4.4 Normas legais adotadas e mecanismos de controle

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Lei nº 6.404/1976, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e

aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as demais normas aplicáveis, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

O orçamento de investimentos dos Correios foi aprovado pela Lei nº 14.303/2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA), de 21 de janeiro de 2022, que estabelece o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto. A LOA foi construída com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 14.194/2021, de 20 de agosto de 2021.

Mecanismos de controle e responsabilização

Entre as medidas adotadas para garantir a plena aplicação da norma contábil, considerados os processos que impactam significativamente as demonstrações contábeis, destacam-se:

- I. Contratação permanente de auditores independentes para avaliação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais;

II. Contratação anual de empresa especializada em cálculos atuariais para rever e mensurar o valor das obrigações com os benefícios pós-emprego (previdência complementar e assistência à saúde) concedidos aos empregados e dependentes;

III. Verificação anual dos imóveis classificados no ativo imobilizado, que apresentam indicativos de constituição ou reversão de perda, a fim de verificar a necessidade de avaliação dos imóveis para mantê-los reconhecidos pelo seu valor recuperável;

IV. Avaliação, a cada cinco anos, de toda a carteira imobiliária, a fim de validar a consistência da base de indicativos de perda e de revisar a vida útil e o valor residual dos imóveis, garantindo que esses ativos estejam registrados pelo valor recuperável nas demonstrações contábeis;

V. Avaliação anual das propriedades para investimento, de modo a mantê-las reconhecidas a valor justo, conforme disciplina a legislação vigente;

VI. Aprovação pela Diretoria Executiva e manualização da Matriz de Informação e Responsabilidades, que estabelece os prazos e as responsabilidades dos órgãos da empresa para envio das informações necessárias à elaboração das demonstrações contábeis;

VII. Consolidação, orientação e manualização das rotinas e procedimentos necessários à produção tempestiva das informações contábeis úteis, com vistas a produzir e divulgar informações, em conformidade com a legislação vigente;

VIII. Realização de registros contábeis, por meio de instruções automáticas de contabilização entre os módulos do *Enterprise Resource Planning* (ERP) e por integrações “banco a banco” com sistemas interligados;

IX. Monitoramento constante das transações reconhecidas na contabilidade, com o objetivo de oportunizar melhorias;

X. Disponibilização do aplicativo WebCont para a divulgação dos indicadores relativos à área contábil

(índice de incorporação de conciliações), além de padronização e centralização das conciliações contábeis, de modo a permitir a consulta pelas áreas gestoras responsáveis pelos processos que impactam as demonstrações contábeis.

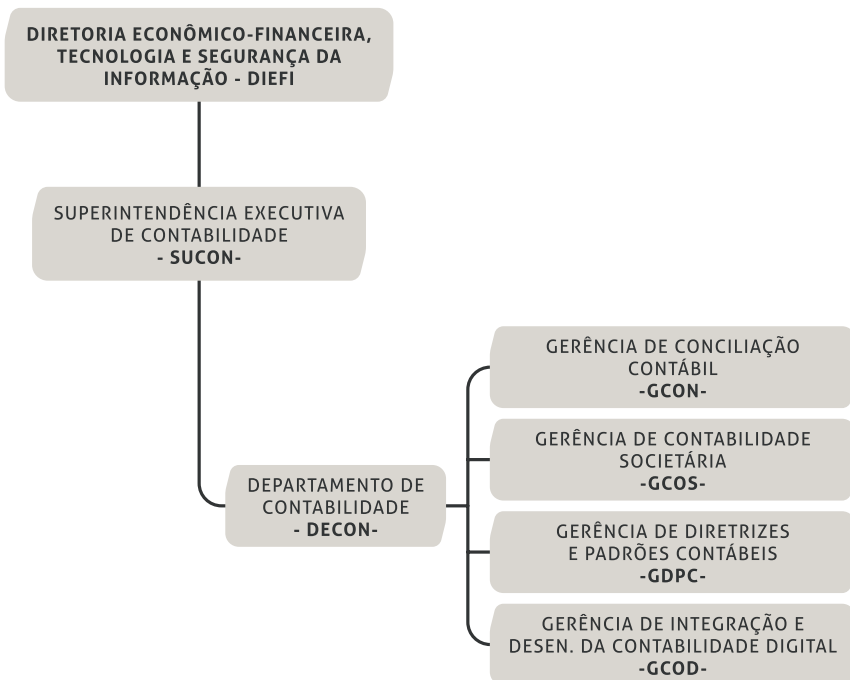
Ressalta-se que a empresa possui, em sua estrutura organizacional, o Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário de caráter permanente, que tem por competências supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações contábeis da empresa e de suas subsidiárias e controladas; monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações contábeis da empresa; revisar, previamente à publicação, as informações contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, e acompanhar o processo de elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas, entre outras.

Por fim, cabe destacar que os resultados mensais são apresentados à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão.

4.5 Informações da área de contabilidade dos Correios

Em 2022, foi criada a Superintendência Executiva de Contabilidade (Sucon) com vistas ao fortalecimento da área de contabilidade, por meio do aprimoramento dos controles internos e do aperfeiçoamento dos processos contábeis.

Subordinado à Sucon, na Diretoria Econômico-Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação (Diefi), o Departamento de Contabilidade (Decon) possui a função de administrar, controlar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade societária, à contabilidade gerencial e às políticas e diretrizes contábeis.



Atualmente, a estrutura do Decon é composta por quatro gerências corporativas, que são responsáveis principalmente pela elaboração das demonstrações contábeis (GCOS), pelos lançamentos, composição e conciliação dos fatos contábeis (GCON), pela emissão de políticas e diretrizes contábeis que nortearão a contabilização dos fatos contábeis (GDPC), em consonância à legislação vigente, e por executar e acompanhar as evoluções sistêmicas e integrações com as ferramentas corporativas no âmbito contábil (GCOD).



Em 2022 a Diefi contou com a atuação dos responsáveis apresentados a seguir:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Superintendente Executivo SUCON	04/03/22 a 20/06/22
Vanessa Sandri Barbosa	Contador	Superintendente Executivo SUCON	21/06/22 a 31/12/22
Mércia da Silva Pedreira	Contador	Chefe de Departamento DECON	01/01/22 a 03/03/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Chefe de Departamento DECON	04/03/22 a 30/06/22
David Dias da Silveira Junior	Contador	Chefe de Departamento DECON	01/07/22 a 31/12/22
Anderson Nazario da Silva	Contador	Gerente Corporativo GCOS	01/01/22 a 31/12/22
Giancarlo Pereira Viana	Contador	Gerente Corporativo GCON	01/01/22 a 14/07/22
Robinson Takuya Shintaku	Contador	Gerente Corporativo GCON	15/07/22 a 31/12/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo GDPC	01/01/22 a 03/03/22
Marco Antonio de Oliveira	Contador	Gerente Corporativo GDPC	04/03/22 a 31/12/22
Flaviane Gomes da Nóbrega Silva	Contador	Gerente Corporativo GCOD	12/01/22 a 31/01/22
Kerson Rabelo de Moura	Analista de Sistema	Gerente Corporativo GCOD	01/02/22 a 31/12/22

Fonte: DIEFI

As demonstrações contábeis podem ser acessadas, na íntegra, no endereço <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/publicacoes/demonstracoes-financeiras>

4.6 Conclusões da auditoria independente

Em 2023, os Correios receberam o relatório de auditoria independente do exercício de 2022, o qual possui a seguinte opinião:

“Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

4.7 Determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU)

Em 2022, foram tratados, pelos Correios, 123 acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), nos quais constaram 185 medidas, conforme apresentadas no quadro a seguir:

MEDIDAS	2020	2021	2022
Ciência	125	169	123
Determinação	25	86	61
Recomendação	7	1	1
TOTAL	157	256	185

Fonte: DIGOE/SUGOV/DRAEN/GROE. Sistema SEI e Sistema CONECTA TCU

O atendimento das medidas exaradas pelo TCU é acompanhado pela área de governança, via sistema Conecta TCU, sendo o resultado apresentado semestralmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em consonância aos planos de trabalho desses órgãos colegiados.

Dentre os acórdãos tratados em 2022, não há medida que requeira informações em sede de relatório integrado, uma vez que não há determinação do TCU nesse sentido.

4.8 Recomendações da Controladoria Geral da União (CGU)

A Auditoria Interna dos Correios é responsável por verificar o cumprimento da implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU), conforme prevê o Estatuto Social dos Correios.

A condução para implementação pela empresa das recomendações emitidas pela CGU é realizada pela área de governança, sendo o resultado apresentado semestralmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em consonância aos planos de trabalho desses órgãos colegiados.

Em 2022, não foi realizada auditoria anual sobre as contas dos Correios pela CGU, consoante as novas regras estabelecidas para a prestação de contas anuais, no âmbito da administração pública federal, por meio da Instrução Normativa nº 84/2020 do TCU.

De acordo com a referida norma, apenas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) significativas do Balanço

Geral da União (BGU), considerando critérios como a materialidade (volume de recursos geridos), o risco de distorção e a sensibilidade pública, terão suas contas anuais auditadas para fins de julgamento do TCU. As demais UPCs poderão ter processo de tomada de contas instaurado a qualquer tempo, com julgamento imediato, se forem comunicados pelo controle interno ou identificados diretamente pelo controle externo quaisquer indícios de irregularidades que, individualmente ou em conjunto, sejam materialmente relevantes ou que apresentem risco de impacto relevante na gestão.

O quadro a seguir apresenta a evolução da implementação das recomendações em monitoramento:

SITUAÇÃO	01/01/2022	31/12/2022
Recomendações em monitoramento	33	19

Fonte: DIGOE/SUGOV/DRAEN/GROE e Sistema e-Aud

4.9 Principais ações de supervisão nas entidades ligadas aos Correios

Os Correios são patrocinadores do Instituto de Previdência Complementar (Postalís) e da Caixa de Assistência e

Saúde dos Empregados dos Correios (Postal Saúde).

O Postalís foi criado em 1981, com o objetivo de instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, conforme descrito no art. 4º do seu Estatuto Social, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), nos termos da Portaria nº 308- Previc, de 15/04/2020.

É uma entidade fechada de previdência complementar, de direito privado, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multipiano, a teor do disposto no art. 1º e parágrafo único de seu Estatuto Social.

A Postal Saúde, constituída em abril de 2013 e registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, é uma associação civil, sem fins lucrativos, e tem por objetivo precípua operar planos privados de assistência à saúde, proporcionando aos seus associados assistência à saúde, nas formas disciplinadas nos regulamentos específicos.

Com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômico-financeira e para a qualidade dos serviços prestados pelas entidades ligadas, destacam-se as seguintes ações de supervisão realizadas em 2022:

I. Aprovação e execução do Plano Anual de Supervisão das Entidades (Pasen) 2022, visando viabilizar a regularidade e a efetividade na execução das atividades de supervisão das entidades ligadas, utilizando-se de metodologias específicas;

II. Aprovação dos relatórios semestrais, sobre a gestão do patrocínio de planos de benefícios, em atendimento à Resolução CGPar nº 09/2016, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38/2022, de 04/08/2022;

III. Aprovação de relatório de 2021, sobre o custeio do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão, com posterior remessa ao Comitê Estatutário de Auditoria, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, em atendimento à Resolução CGPar nº 22/2018, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38;

IV. Aprovação e monitoramento do Plano de Metas para a Diretoria Executiva da Postal Saúde, referente ao exercício 2022, em atendimento aos artigos 6º e 8º, ambos da Portaria nº 17.726/2020, que regulamenta a Resolução CGPar nº 22/2018, revogada pela Resolução CGPar/ME nº 38;

V. Aprovação do Estatuto Social da Postal Saúde, trazendo a alteração de mantenedor dos Correios para patrocinador da operadora; e

VI. Aprovação do Plano Anual de Supervisão das Entidades (Pasen) 2023, com inovação referente ao Pilar 2: Sustentabilidade e Governança das Entidades.

Outras ações desenvolvidas pela empresa envolvendo as entidades ligadas:

I. Apresentação do estudo de economicidade da manutenção do patrocínio do plano de benefício gerido pelo Postalis, em atendimento à Resolução CGPar nº 25/2018;

II. Encaminhamento ao Ministério das Comunica-

ções, para posterior análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação, Governança das Empresas Estatais (Sest), do Plano de Custeio de 2021, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;

III. Acompanhamento trimestral da execução do plano de ação, para correção ou mitigação de eventuais fragilidades encontradas, quando da realização da auditoria periódica;

IV. Acompanhamento trimestral da gestão dos investimentos no Postalís, com o objetivo de monitorar de forma diligente a evolução dos recursos aplicados pela entidade.



Apresentadores de contas

Diretoria Executiva

FABIANO SILVA DOS SANTOS

Presidente dos Correios

JOSÉ PEDRO DE AMENGOL FILHO

Diretora de Gestão de Pessoas

MARIANA CRUZ MONTENEGRO

Diretora de Governança e Estratégia

JOSÉ RORÍCIO AGUIAR DE VASCONCELOS JÚNIOR

Diretor de Administração

MAURÍCIO FORTES GARCIA LORENZO

Diretor de Negócios

MARIA DO CARMO LARA PERPÉTUO

Diretora Econômico-Financeiro, Tecnologia e Segurança da Informação

TEMÍSTOCLES RODRIGUES DE AZEVEDO JÚNIOR

Diretor de Operações

Conselho de Administração

SÔNIA FAUSTINO MENDES

Presidente do Conselho de Administração

FABIANO SILVA DOS SANTOS

FLÁVIA DUARTE NASCIMENTO

GUSTAVO GIMENEZ NONATO

RUY DO RÊGO BARROS ROCHA

Conselho Fiscal

ELISA DE ALBUQUERQUE MEDEIROS

Presidente do Conselho Fiscal

BRUNO CIRILO MENDONÇA DE CAMPOS

WILSON DINIZ WELLISCHRUY



Anexos e Apêndices

Tabela de remissão à sustentabilidade

Temas Centrais ISO 26000/GRI standards		Práticas de Sustentabilidade	Página
Bem-vindos	Governança, Direitos humanos, Trabalho digno, Meio ambiente, Práticas de operação, Consumidor e Comunidade	Apresentação do Relatório Integrado em formato híbrido, de modo a contemplar o conteúdo de sustentabilidade.	4
		Desenvolvimento do capital humano e Responsabilidade socioambiental no portfólio de negócios, nos processos internos e na sociedade	4
Mensagem do Presidente	Governança, Trabalho digno, Meio ambiente, Práticas de operação, Comunidade e Consumidor	Prestação de serviço essencial, Responsabilidade socioambiental, Universalização dos serviços postais, Valores organizacionais, Eficiência e qualidade operacional, Diversificação de canais de atendimento, Redução dos prazos de entrega, Transparência	7



Capítulo 1 – Visão geral dos Correios e ambiente externo

Temas Centrais ISO 26000/GRI standards		Práticas de Sustentabilidade	Página
Quem somos	Consumidor, Comunidade e Direitos humanos	Prestação de serviços essenciais, Universalização dos serviços postais, Balcão do Cidadão	11
	Consumidor, Práticas de operação, Trabalho digno e Meio ambiente	Valores da Identidade Corporativa	11
Políticas e normas direcionadoras	Governança, Direitos humanos, Práticas de operação, Consumidor e Meio ambiente	Políticas de Compliance, de Governança, de Sustentabilidade, de Proteção de Dados Pessoais, Programas de Compliance e Compliance Concorrencial	14
	Práticas de operação, Meio ambiente, Direitos humanos	Política corporativa de gestão de riscos e Código de conduta ética e integridade	14
	Direitos humanos, Trabalho digno, Práticas de operação e Meio ambiente	Código de conduta ética e integridade e Regime disciplinar de pessoal	14
Nossos números	Comunidade, Consumidor e Direitos humanos	Universalização dos serviços postais	20
Cadeia de valor	Governança, Direitos humanos, Trabalho digno e Meio ambiente	Principais processos de geração de valor	21
Modelo de negócios dos Correios	Consumidor, Comunidade e Direitos Humanos	Prestação de serviços essenciais, atendimento e suporte aos clientes por multicanais, serviços socioeficientes, operações logísticas de apoio a política públicas	22
	Meio ambiente	Serviços ecoeficientes em mensagens híbridas e digitais	22
Políticas Públicas	Direitos humanos e Comunidade	Universalização dos serviços postais	26
Relacionamento com a sociedade	Práticas de operação, Consumidor	Atendimento e suporte aos clientes por multicanais e operações logísticas completas	27
	Consumidor	Experiência do cliente – Modelo Integrado de Gestão da Satisfação dos Clientes	27
	Consumidor, Direitos humanos, Governança, Práticas de operação	Ouvidoria, Canal de Denúncias, Serviço de Informação ao Cidadão, Transparência ativa	27
	Comunidade	Carta de serviços ao usuário	27
Cenário nacional e internacional	Meio ambiente, Direitos humanos	Papéis sociais e crise climática	37
	Meio ambiente, Direitos humanos, Práticas de operação e Comunidade	Características de operadores postais de alto desempenho	37
	Meio ambiente, Direitos Humanos, Consumidor, Comunidade, Governança e Práticas de trabalho	Variáveis dos cenários nacional e internacional	37
	Governança, Práticas de trabalho, Meio ambiente, Comunidade	Tendências mais impactantes para o segmento postal	37

Capítulo 2 – Plano Estratégico e Governança

	Temas Centrais ISO 26000/GRI standards	Práticas de Sustentabilidade	Página
Plano Estratégico	Governança, Meio ambiente, Direitos humanos, Práticas de trabalho e Comunidade	Assegurar a sustentabilidade com foco financeiro, socioambiental e de governança	41
Governança corporativa	Governança	Princípio de responsabilidade corporativa na Política de Governança, de Compliance, no Código de ética e integridade, na prestação de contas, Carta anual de políticas públicas, Gerenciamento de risco: categoria socioambiental, entre outros	43
	Governança, Práticas de trabalho, Comunidade, Meio ambiente, Direitos humanos, Práticas de operação e Consumidor	Indicadores de Governança (IG-SEST e Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU), Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Compliance, Corregedoria e Anuário da Revista Época Negócios, referente ao exercício 2021	43
	Práticas de operação	Programa de Compliance, Regime disciplinar, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, Segurança corporativa e Sistema de Controle Interno	43
	Trabalho digno	iGovPessoas e iGestPessoas, Carta anual de políticas públicas e governança corporativa, Corregedoria, ações para redução a roubos	43

Capítulo 3 – Resultados da gestão

	Temas Centrais ISO 26000/GRI standards	Práticas de Sustentabilidade	Página
Indicadores, metas e resultados alcançados frente aos objetivos	Consumidor, Comunidade e Direitos humanos	Indicadores de satisfação do cliente e de universalização do atendimento e da distribuição postal	71
	Meio ambiente	Redução das Emissões de CO2	71
	Práticas de operação, Consumidor e Direitos humanos	Indicador de entrega no prazo; desempenho operacional	71
Resultados das principais áreas de gestão	Trabalho digno	Práticas de gestão de pessoas	89
	Direitos humanos	TAC Acessibilidade; direito ao associativismo; emprego aos portadores de deficiência; compras sustentáveis	89
	Meio ambiente	Compras sustentáveis; produtos e serviços ecoeficientes	89
	Consumidor	Segurança cibernética; serviços e produtos socioeficientes; atendimento por multicanais, incluindo o atendimento virtual	89
	Comunidade	Leve Leite, apoio as micro e pequenas empresas no e-commerce, entre outros serviços e produtos socioeficientes	89
Sustentabilidade	Governança, Direitos humanos, Trabalho digno, Meio ambiente, Práticas de operação, Consumidor e Comunidade	Principais ações empreendidas pelos Correios	117

Capítulo 4 – Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

	Temas Centrais ISO 26000/GRI standards	Práticas de Sustentabilidade	Página
Gestão orçamentária	Trabalho Digno	Reajuste salarial e PLR	128
	Meio Ambiente	Ampliação e renovação da frota veicular e do parque tecnológico	128
	Comunidade, Consumidor	Descentralização de recursos na universalização dos serviços postais	128
Desempenho financeiro e contábil	Trabalho digno	Reajuste salarial, PLR e Postal Saúde	136
	Meio ambiente	Transporte postal	136
Principais ações de supervisão nas entidades ligadas aos Correios	Trabalho digno	Supervisão das entidades ligadas Postalis e Postal Saúde	151



Estrutura organizacional 2022 (siglas e denominações)

NÚCLEO DE GOVERNANÇA

Assembleia Geral - AG
Conselho Fiscal - CF
Conselho de Administração - CA
Ouvidoria - OUVID
Auditoria - AUDIT
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração - COPES
Comitê de Auditoria - COAUD

NÚCLEO DA PRESIDÊNCIA

Presidência - PRESI
Secretaria Executiva da Comissão de Ética - SECET
Comitê Estratégico de TIC - COETI
Comitê de Disciplina dos Correios - CODIS
Comitê Executivo Orçamento Base Zero - CEOBZ
Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação na ECT - COGSI
Gabinete da Presidência - GAPRE
Superintendência Executiva de Corregedoria - SCORG

Corregedoria Sede - CORSE
Departamento de Controle Disciplinar - DECOD
Superintendência Executiva Jurídica - SEJUR
Departamento Jurídico - DEJUR
Departamento Jurídico Contencioso - DJCON

NÚCLEO CORPORATIVO

Diretoria de Governança e Estratégia - DIGOE
Superintendências Estaduais - SEs
Superintendência-Executiva de Governança - SUGOV
Departamento de Governança Corporativa - DGOVE
Departamento de Controle Interno - DCINT
Departamento de Compliance e Riscos - DECRI
Departamento de Relacionamento com Órgãos de Controle Externo e
Supervisão das Entidades - DRAEN
Superintendência Executiva de Educação - SUEdu
Universidade Corporativa dos Correios - UNICO
Superintendência Executiva de Estratégia, Segurança e Comunica-
ção - SUESC

Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica - DCORE

Departamento de Gestão Estratégica e Inovação - DEGES

Departamento de Segurança Corporativa - DESEG

Diretoria de Administração - DIRAD

Superintendência Executiva de Licitações e Contratos - SULIC

Departamento de Planejamento e Estratégia de Contratações - DEPEC

Departamento de Licitações e Contratações Diretas - DELIC

Departamento de Gestão de Contratos e Cadastros - DEGEC

Superintendência Executiva de Infraestrutura - SUINF

Departamento de Engenharia - DENG

Departamento de Gestão de Serviços Gerais e Bens Móveis - DESEB

Departamento de Gestão da Carteira Imobiliária - DEGIM

Central de Infraestrutura - CEINF

Diretoria de Gestão de Pessoas - DIGEP

Superintendência Executiva de Gestão de Pessoas - SUGEP

Departamento de Gestão de Pessoas - DEGEP

Departamento de Relacionamento Organizacional - DERO

Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DESEO

Central de Serviços de Gestão de Pessoas - CEGEP

Diretoria Econômico-Financeira, Tecnologia e Segurança da Informação - DIEFI

Superintendência Executiva de Finanças, Controladoria e Parcerias
- SUFIN

Departamento Financeiro - DEFIN

Departamento de Controladoria - DCONT

Departamento de Orçamento e Custos - DEORC

Central de Serviços Financeiros - CEFIN

Departamento de Parcerias - DEPAR

Superintendência Executiva de Contabilidade - SUCON

Departamento de Contabilidade - DECON

Departamento Tributário - DETRI

Superintendência Executiva de Tecnologia da Informação e Comuni-
cação - SUTIC

Departamento de Planejamento e Gestão de TIC - DEPGE

Departamento de Desenvolvimento de Soluções de TIC e Integração
ao Negócio - DESIN

Departamento de Segurança da Informação e Dados - DESID

Departamento de Gestão de Serviços, Infraestrutura e Produ-

ção de TIC - DEGIP

Central de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação -
CESTI

Diretoria de Negócios - DINEG

Superintendência Executiva de Gestão de Produtos - SUPRO

Departamento de Inteligência de Mercado - DEINM

Departamento de Precificação e Política Comercial - DPREC

Departamento de Desenvolvimento de Produtos e Serviços - DESEN

Departamento de Gestão de Serviços Nacionais - DEPRO

Departamento de Gestão de Produtos Internacionais - DEINT

Superintendência Executiva de Canais de Vendas - SUCAN

Departamento de Desenvolvimento de Negócios e Vendas - DEVEN

Departamento de Estratégia e Desenvolvimento de Canais Físicos -
DESEC

Departamento de Negócios e Plataformas Digitais – DEDIG

Diretoria de Operações - DIOPE

Superintendência Executiva de Operações - SUOPE

Departamento de Tratamento - DTRAT

Departamento de Transporte - DETRA

Departamento de Coleta e Distribuição - DEDIS

Departamento de Atendimento - DERAT

Departamento de Logística - DELOG

Superintendência Executiva de Planejamento e Capacidade Operacio-
nal - SUPLO

Departamento Laboratório de Pesquisa Desenvolvimento e Inovação
Operacional - DELAB

Departamento de Planejamento e Controle - DEPLA

Créditos

Coordenação

Departamento de Governança Corporativa

Edição

Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica

Projeto gráfico e diagramação

Cesar Bulcão

Processo nº 53180.006151/2019-85

Assunto: Relatório Semestral COAUD

Ref: Regimento Interno COAUD - item 4.7.4

RELATÓRIO - Nº 01/2019

COAUD

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (COAUD), na qualidade de órgão de assessoria ao Conselho de Administração (CA) no tocante às funções de auditoria, supervisão e fiscalização tem, dentre as suas competências descritas no Regimento Interno do Comitê (item 4.7.4), a de *elaborar e submeter ao CA, relatório semestral sobre: as atividades desempenhadas pelo Comitê; a descrição das recomendações e conclusões apresentadas à Diretoria Executiva (DIREX) e os resultados alcançados; a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, da auditoria interna, dos trabalhos da auditoria independente, da qualidade das demonstrações financeiras; e eventuais divergências entre a auditoria independente, Diretoria Executiva e o COAUD, relativas as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros.*

Destaca-se que o relatório semestral também deverá ser submetido ao Conselho Fiscal (Regimento Interno - item 4.7.4.1).

A seguir, apresentam-se as informações consolidadas do Comitê, referentes ao período de 26/07/2018 a 19/12/2018, subdivididas em 7 Blocos assim discriminados:

- I - apresenta as atividades desenvolvidas pelo COAUD no 2º semestre de 2018 destacando as reuniões realizadas e os assuntos tratados. Informa também os relatórios elaborados pelo Comitê e as principais recomendações e conclusões sobre temas importantes tais como: Classificação de Contingências, Inaplicabilidade de Licitação, CGPAR 22 que dispõe sobre a sustentabilidade das operadoras de planos de saúde.
- II - trata da avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos. Para esta parte do relatório adotou-se a seguinte metodologia: 1) exposição doutrinária do tema; 2) análise da maturidade de riscos da empresa, por meio de questionários apresentados ao Departamento de Governança, Riscos e Compliance - DGORC; 3) enfrentamento prático de riscos existentes na Corregedoria; 4) considerações finais com consolidação dos resultados da análise feita. Partiu-se da premissa de que, primeiro, dever-se-ia analisar o estágio de maturidade dos Correios. Para tanto, aprofundamos na própria área de risco da organização. Neste aspecto, buscou-se perceber o momento pelo qual vive a instituição em matéria de risco. A opção de se promover um estudo específico dos riscos existentes na Corregedoria se deu após a percepção de que, apesar de sua condição institucionalmente estratégica, o referido setor encontra-se bem fragilizado, o que constitui num grande risco para a empresa. Outras situações, tais como, Ouvidoria, Superintendência Executiva de Controladoria - SUCON, análise imobiliária, serão objeto de estudo ao longo do primeiro semestre.
- III - dispõe sobre a avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Interna: contextualização do tema, avaliação da Auditoria Interna considerando 5 dimensões (1. Normas e Atributos, 2. Independência e Objetividade, 3. Proficiência e Zelo Profissional, 4. Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria, e 5. Normas de Desempenho).
- IV - trata da avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Independente, a luz do formulário de avaliação desenvolvido por este colegiado que possui uma escala que varia de 0 a 4, onde: 0 (Não se aplica), 1 (Ruim), 2 (Regular), 3 (Bom) e 4 (Ótimo). A norma internacional de auditoria ISA (*International Standard on Auditing*) – 260 *Communication with those charged with governance* (Comunicações de questões de auditoria com os encarregados da governança) apresenta lista de assuntos, não exaustiva sobre temas que os auditores independentes normalmente devem tratar. Especialmente nos momentos de abordagem desses assuntos ocorrem ricas interações com os auditores. São circunstâncias relevantes para que o Comitê de Auditoria possa observar a atuação dos auditores independentes e formar uma avaliação sobre a qualidade de seus serviços. O foco do COAUD dos Correios na avaliação dos auditores, foi dividido em sete tópicos: Estrutura da firma e capacitação, Direcionamento dos recursos e dedicação, Resultados, Comunicação, Plano de Auditoria, Custos e Independência. Além da opinião do COAUD no referido relatório, destaca-se que foram emitidas avaliações por setores de forma independente (AUDIT, DETRI, SUCON, DECON) e de forma colegiada (VIFIC), que foram considerados na avaliação final da firma de auditoria independente. É imperioso destacar que, na data da divulgação desse relatório, os trabalhos de auditoria referente ao exercício não estavam findados, portanto, as notas e opiniões descritas abaixo poderão sofrer alterações relevantes após a conclusão desses trabalhos. Entendemos ser de grande valia a divulgação desse relatório sempre ao final do primeiro semestre, com o objetivo de se avaliar o trabalho da firma de auditoria independente de forma mais ampla e precisa, e após a emissão do Relatório de Auditoria acerca do exercício anterior (no caso as Demonstrações Financeiras de 2018).

Nos Blocos V - "Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras" e VI - "Eventuais divergências entre a Auditoria Independente, Diretoria Executiva e COAUD, relativas às demonstrações contábeis e os resultados financeiros", o COAUD comunica que as informações serão analisadas em julho de 2019, quando o relatório integrado estiver finalizado.

A conclusão geral do relatório conta no Bloco VII.

Bloco I – Atividades desempenhadas pelo COAUD

O COAUD, no período anteriormente citado, reuniu-se com o Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, áreas internas e empresas prestadoras de serviços, conforme segue:

1. Reuniões com órgãos colegiados ou seus membros:

Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none">8ª ROCA (23/08/2018): entrega do primeiro Relatório de Atividades do COAUD com análise referente as provisões das contingências judiciais e ativos contingentes.9ª ROCA (26/09/2018): discutiu-se sobre a agenda de trabalho do Comitê e manifestou a necessidade do COAUD ter uma pauta estratégica, demonstrando para o Conselho de Administração, a relevância dos assuntos que estão sendo tratados e monitorados pelo Comitê. (10ª ROCAUD, 27/09/2018)10ª ROCA (25/10/2018): manifestação sobre CGPAR 22/2018 e TAC / POSTALIS / PREVIC. (14ª ROCAUD, 25/10/2018)
---------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> 11ª ROCA (29/11/2018): apresentação dos assuntos FIPECAFI, Demonstrações Financeiras Trimestrais e Relatório nº 5/2018/COAUD – CGPAR-22. (19ª ROCAUD, 29/11/2018)
Diretoria Executiva	<ul style="list-style-type: none"> 47ª REDIR (07/12/2018): apresentação do panorama de atividades realizadas pelo Comitê em 2018. (20ª ROCAUD, 07/12/2018)
Conselho Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> 8ª ROCF (31/08/2018): acompanhamento da exposição sobre as Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre/2018 e explanação sobre o 1º Relatório de Atividades do COAUD, entregue ao Conselho de Administração na 8ª ROCA, em 23/08/2018. Na oportunidade manifestaram ao Conselho Fiscal a sua percepção sobre os principais pontos discutidos com as áreas internas, assim como demonstraram o seu alinhamento com os registros daquele Conselho no que concerne à situação econômico-financeira da Empresa. (6ª ROCAUD, em 31/08/2018) 12ª ROCF (19/12/2018): apresentação do panorama de atividades realizadas pelo Comitê em 2018 e acompanhamento da exposição sobre fluxo de caixa. (22ª ROCAUD, 19/12/2018)
Presidente do Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> apresentação membros COAUD ao Presidente do Conselho de Administração – Juarez Aparecido de Paula Cunha. O Presidente do COAUD contextualizou as atribuições do COAUD, dentre outros assuntos relevantes para serem abordados junto ao Conselho (CPC 25, grau de aderência das decisões do CA na empresa em 2018, avaliação de desempenho administradores, fluxo de caixa e Postal Saúde – sob o risco de intervenção, contingências, seguro responsabilidade). (8ª ROCAUD, em 14/09/2018)
Presidente dos Correios	<ul style="list-style-type: none"> report sobre o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC a ser assinado entre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e Instituto de Previdência Complementar - sob Intervenção - POSTALIS. O foco da reunião foi posicionar ao Presidente dos Correios sobre a necessidade de se constituir um grupo de trabalho ou definir uma pessoa/grupo de pessoas/área para desempenhar o papel de tornar viável o cumprimento do cronograma constante na cláusula terceira do referido TAC. A iniciativa do COAUD reside na preocupação com a exiguidade do tempo constante do citado cronograma e as suas penalidades advindas, conforme previstas nas cláusulas 4ª, 5ª e 6ª do referido do TAC. (13ª ROCAUD, 19/10/2018) report sobre CGPAR 22/2018 e TAC/Postalis/PREVIC, para complementar as informações apresentadas ao Conselho de Administração nesta data sobre CGPAR 22/2018 e TAC/Postalis/PREVIC. (14ª ROCAUD, 25/10/2018) apresentar o Relatório preliminar do COAUD referente a CGPAR-22/2018. (15ª ROCAUD, 01/11/2018) interação com Presidente e Superintendente Executivo (SEGER) referente governança Corporativa. (22ª ROCAUD, 19/12/2018)
Membro do Conselho de Administração (SEST/MP)	<ul style="list-style-type: none"> reunião referente ao Relatório nº 5/2018-COAUD (CGPAR-22). (18ª ROCAUD, em 23/11/2018)

2. Reuniões com órgãos ou empresas externas:

BDO RCS Auditores Independentes	<ul style="list-style-type: none"> papéis de Trabalho - Auditoria Independente. (3ª ROCAUD, 10/08/2018) principais aspectos nas demonstrações financeiras que afetam a ECT. (4ª ROCAUD, em 17/08/2018) abordou-se sobre a extensão da responsabilidade do atuário e participação da BDO no cálculo; a modificação no relatório de auditoria, no que tange ao ativo contingente reconhecido às demonstrações financeiras e função do pressuposto da imunidade tributária; ações contingenciais - no terceiro trimestre, o critério de provisionamento será reavaliado e, caso não esteja adequado por não atender ao CPC 25, poderá vir a ser uma ressalva no balanço; evolução da avaliação da Auditoria Independente ao ambiente de controles internos dos Correios nos últimos doze meses; a necessidade do COAUD analisar os relatórios da Auditoria Independente, antes do encaminhamento para o Conselho de Administração. (8ª ROCAUD, em 14/09/2018) Relatório de Controles Internos/2017. (13ª ROCAUD, 19/10/2018)
POSTAL SAÚDE e POSTALIS (devido ausência da VESTING)	<ul style="list-style-type: none"> cálculo do benefício pós emprego. (4ª ROCAUD, em 17/08/2018)
VESTING	<ul style="list-style-type: none"> resultados da Avaliação Atuarial das Obrigações dos Benefícios de Pós-Emprego da ECT em 31/12/2017 em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1). (6ª ROCAUD, em 31/08/2018)
POSTAL SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> processo financeiro da operadora. (7ª ROCAUD, em 05/09/2018) apresentação dos pontos relevantes identificados no Relatório Consolidado sobre o custo do benefício de assistência à saúde na modalidade autogestão (Resolução CGPAR 22/2018). (10ª ROCAUD, 27/09/2018) apresentação sobre o Sistema Benner. (16ª ROCAUD, 09/11/2018) apresentação sobre Plano Família. (18ª ROCAUD, em 23/11/2018)
CGU Controladoria-Geral da União	<ul style="list-style-type: none"> apresentação dos membros e visão geral dos trabalhos desenvolvidos pela CGU no âmbito dos Correios. (9ª ROCAUD, em 21/09/2018)
SEST (Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais)	<ul style="list-style-type: none"> participação no 3º Ciclo de Avaliação – IG/SEST. (18ª ROCAUD, em 23/11/2018)

3. Reuniões com órgãos internos e temas abordados pelo COAUD:

1ª ROCAUD, 26/07/2018	<p>Apresentação inicial sobre a estrutura dos Correios. Eleição do Presidente do Comitê de Auditoria (COAUD). Aprovação do Calendário das Reuniões Ordinárias 2018. Apresentação do Plano de Trabalho 2018. Definição de Método de trabalho. Apresentação do Regimento Interno.</p>
2ª ROCAUD, 02/08/2018	<p>Aprovação do Plano de Trabalho COAUD para 2018. Revisão do Calendário 2018. Apresentação do PAINT e último RAINTE aprovado.</p>
3ª ROCAUD, 10/08/2018	<p>Exposição – Papéis de Trabalho / Auditoria Independente (BDO RCS Auditores Independentes). PAINT e classificação de riscos.</p>

	Atividades desenvolvidas pela extinta Comissão Provisória de Auditoria. Imunidade Tributária. Benefícios pós emprego. Demonstrações financeiras.
4ª ROCAUD, 17/08/2018	Classificação das provisões (contingências – grau de risco). Principais Riscos que afetam a ECT (foco da Auditoria Interna). Principais aspectos nas demonstrações financeiras que afetam a ECT (BDO RCS Auditores Independentes). Cálculo do Benefício Pós-Emprego – VESTING (Postal Saúde e Postalis)
5ª ROCAUD, 24/08/2018	PAINT – Classificação de riscos na construção. Planejamento Estratégico e iniciativas estratégicas. Atividades desenvolvidas pela extinta Comissão Provisória de Auditoria. Visão Geral dos Relatórios de Ouvidoria.
6ª ROCAUD, 31/08/2018	Resultados da Avaliação Atuarial das Obrigações dos Benefícios do Pós-Emprego da ECT em 31/12/2017 em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1) – VESTING.
7ª ROCAUD, 05/09/2018	Apresentação ex-membro da Comissão Provisória de Auditoria e atual membro do Conselho de Administração – Marcos Cesar Alves da Silva. Demonstrações Financeiras de Julho/2018. Riscos. Postal Saúde – processo financeiro da operadora.
8ª ROCAUD, 14/09/2018	Exposição BDO RCS Auditores Independente. Avaliação de Desempenho de Administradores e Conselheiros Fiscais. Atualização da Estratégia Correios. Apresentação dos membros COAUD ao Presidente do Conselho de Administração – General Juarez Aparecido de Paula Cunha. Contingência e parecer jurídico referente ao relatório da área de Logística submetido ao Conselho de Administração. PREVIC - Auditoria no Postalis
9ª ROCAUD, 21/09/2018	Seguro de Responsabilidade. Iniciativa Estratégica – Gestão de Desempenho Organizacional – <i>Enterprise Performance Management</i> . Relatórios de Auditoria. CGPAR-22 - Postal Saúde.
10ª ROCAUD, 27/09/2018	CGPAR-22 – Postal Saúde. Análise Demonstrações dos Resultados dos Exercícios de Julho e Agosto de 2018. Ética nos Correios.
11ª ROCAUD, 05/10/2018	Detalhamento do PACIN 2018 (Plano Anual de Controles Internos). Iniciativa Estratégica – Gestão de Desempenho Organizacional – <i>Enterprise Performance Management</i> .
12ª ROCAUD, 10/10/2018	Contingências – andamento do processo de implantação da nova metodologia IUS. Auditoria – trabalho de verificação do cumprimento da CGPAR-22, artigo 4º junto à Postal Saúde. Auditoria – Metodologia de <i>Follow-Up</i> . Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – assinatura.
13ª ROCAUD, 19/10/2018	Cumprimento da CGPAR-22, artigo 4º - posicionamento sobre as medidas de supervisão junto às controladas/coligadas/mantidas. Atividades de <i>Compliance</i> (Integridade e Conformidade), Gestão de Riscos e Controles Internos realizadas de julho a setembro de 2018. BDO – Relatório de Controles Internos/2017 (Correios, CorreiosPAR e Postal Saúde). Apresentação PAINT/2019. Implantação da metodologia da contingência (IUS).
14ª ROCAUD, 25/10/2018	Contratação de Seguro de Responsabilidade. Orçamento OBZ – Metodologia. Controle de Imóveis da ECT. Formato de atuação da Auditoria nas entidades ligadas.
15ª ROCAUD, 01/11/2018	Aderência da Área Operacional e Planejamento Estratégico, e PS&OP. Demonstrações Financeiras – Setembro/2018. Utilização de imóveis dos Correios pela Postal Saúde. Relatório de Auditoria da Postal Saúde.
16ª ROCAUD, 09/11/2018	Sistema Benner – Postal Saúde. Relatório de Auditoria da Postal Saúde.
17ª ROCAUD, 14/11/2018	Modelo de Margem de Contribuição (FIPECAFI). Política de consequência – Auditoria. Demonstrações Financeiras Trimestrais ECT e CorreiosPAR. Projeção de Caixa 2018. Aditivo de horas BDO (Postalis). Alteração no Regimento Interno do COAUD. Definição dos temas estratégicos a serem trabalhados no âmbito do Colegiado e os responsáveis pela relatoria. Apuração de custo nos Correios (caso FNDE).
18ª ROCAUD, 23/11/2018	Plano Família – Postal Saúde. Seguro Responsabilidade – Contratação. Compensação Tributária para a Projeção Fluxo de Caixa. Demonstrações Financeiras Trimestrais.
19ª ROCAUD, 29/11/2018	Participação do COAUD na reunião do Conselho de Administração (FIPECAFI, Relatório nº 5/2018/COAUD – CGPAR-22 e Demonstrações Financeiras Trimestrais).
20ª ROCAUD, 07/12/2018	Painel de Contingência (andamento e cronograma das atividades). Relatório Integrado TCU (cronograma de ações Correios).
21ª ROCAUD, 10/12/2018	Plano de Indicadores e Metas Setoriais 2018. Seguro de Responsabilidade (cronograma). Avaliação das demonstrações financeiras (Regimento Interno COAUD).
22ª ROCAUD, 19/12/2018	Relatório de Imóveis Correios (2º Semestre 2018). Qualidade das Demonstrações Financeiras. Processo de análise da SUCON/VIFIC. Comitê solicita informações para Ética, Corregedoria, Ouvidoria. Contratação de Seguro de Responsabilidade Civil.

4. Relatórios elaborados:

- Rel. 1 - Report ao Conselho de Administração sobre as atividades do COAUD (análise sobre as provisões das contingências judiciais e ativos contingentes).
- Rel. 2 - Solicitação de esclarecimentos adicionais à Nota Técnica nº 20/2018/GCOS-DECON (resultado econômico-financeiro julho/2018).
- Rel. 3 Proposta de enquadramento dos recursos de logística integrada como estratégicos vinculados à atividade finalística dos Correios. Inaplicabilidade de licitação. Limites de competência do COAUD. (solicitação do Presidente do CA na 8ª ROCAUD, em 14/09/2018)
- Rel. 4 - Retorno de Solicitação de esclarecimentos adicionais à Nota Técnica nº 20/2018/GCOS-DECON (resultado econômico-financeiro julho/2018).
- Rel. 5 - Manifestação COAUD acerca do Relatório Técnico nº 7/2018/GCOP-SUCON (CGPAR-22).

5. Recomendações e Conclusões

A seguir apresenta-se as principais recomendações e conclusões, constantes nos relatórios COAUD:

5.1. PAINT e RAINIT: necessidade de conscientização dos gestores das áreas envolvidas quanto à adequação das respostas às manifestações e recomendações da AUDIT nos quesitos tempo e qualidade. Constatou-se mais de 900 pontos de auditoria sem qualquer manifestação dos responsáveis. (AUDIT – Relatório nº 1/2018-COAUD)

5.2. Classificação das provisões (contingências – grau de risco): apresentação dos procedimentos adotados pela empresa de modo a reconhecer as provisões de acordo com o risco – provável, possível e remoto. Assim, em relação às provisões das contingências judiciais e ativos contingentes, seguem considerações, constantes no Relatório nº 1/2018-COAUD:

a) Necessidade de revisão dos procedimentos internos de análise e mensuração – a atribuição dos valores passíveis de serem reconhecidos ou não no patrimônio dos Correios, deve levar em consideração a melhor estimativa dos impactos que cada processo trará no patrimônio da organização, considerando-se a aderência dos pedidos formulados e a probabilidade de êxito.

b) Revisão dos processos até a data da implementação dos novos procedimentos de análise – há necessidade de revisão dos processos atuais de acordo com os novos procedimentos. A esse respeito, de acordo com informações do Departamento Jurídico (DEJUR), o contencioso dispõe de um total de 95.040 processos (pastas), dos quais destacam-se 2.718 de natureza cível (R\$ 434.207.328,98) e 9.720 de natureza trabalhista (R\$ 695.445.593,01) tipificados como perda possível. Portanto, diante do expressivo volume de pastas e a necessidade de sua revisão, as pastas ora mencionadas podem merecer especial atenção quanto a probabilidade de vir a tornar a ser um risco provável, e com isso estarem sujeitos ao reconhecimento no passivo dos Correios. A sugestão do COAUD, portanto, não é outra senão a de se promover um escalonamento na análise das “pastas”, iniciando-se pelas supramencionadas.

c) Divulgação apresentada nas Demonstrações Financeiras dos Correios ao final do 2º Trimestre de 2018 – o modo em que é relatada a situação ora descrita em Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre de 2018 (DECON/VIFIC) poderá ser melhorada com objetivo de retratar os procedimentos adotados para análise do contencioso e sua classificação como provável, possível ou remota.

d) Divulgação em Notas Explicativas das Contingências Ativas – não obstante a confiante posição adotada frente ao assunto – Imunidade Tributária, o COAUD posiciona-se de acordo com a Nota Técnica DETRI/VIFIC 261/2017, considerando o risco que há do reconhecimento ativo contingente.

"Política estratégica tributária, imunidade tributária recíproca e os impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2016: o posicionamento técnico da área tributária e contábil foi no sentido do não reconhecimento do ativo contingente, conforme verifica-se na Nota Técnica DETRI/VIFIC 261/2017." (DETRI - Relatório nº 1/2018-COAUD)

5.3. Proposta de enquadramento dos recursos de logística integrada como estratégicos vinculados à atividade finalística dos Correios. Inaplicabilidade de licitação. Limites de competência do COAUD. (Relatório nº 3/2018-COAUD)

A Presidência do Conselho de Administração dos Correios, solicitou ao COAUD, a análise do tema, e compreendida pelo CA a inexigibilidade de licitação, nos termos do parecer jurídico supramencionado, deverá o COAUD se ocupar da análise da existência de “procedimentos internos de tomada de decisão, devidamente documentado, observado os regulamentos internos, para fins de registro e observância das regras gerais de direito público”; da responsabilidade na escolha de parceiros adequados para a execução dos serviços; de outros requisitos, tais como, “a comprovação da expertise e o domínio das técnicas pertinentes ao objeto a ser executado”; da justificativa de cada escolha, atentando-se para o fato de que, ao fazê-lo, não se contrarie ou se ofenda os princípios da administração pública, “seja por privilegiar ou prejudicar especialmente alguém”, seja no pagamento de preços exorbitantes ou remuneração “de serviços desnecessários ou não prestados etc.”.

Assim, em que pese a inaplicabilidade de licitação apresentar uma oportunidade para que os Correios venham dispor de maior agilidade e competitividade, é justa a preocupação do Conselho de Administração de que a simplificação de procedimentos que buscam garantir os princípios da administração pública possam, também, abrir oportunidades para que tais princípios não sejam alcançados.

Nesse cenário, destaca-se que o nível de eficácia dos Controles Internos conforme apresentado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINIT 2017, p.6) é classificado como pouco eficazes ou medianamente eficazes, com viés de baixa. Adicionalmente, os últimos relatórios da Auditoria Interna apresentados a este Comitê vão ao encontro dessa avaliação, demonstrando uma baixa aderência organizacional ao cumprimento ou realização dos procedimentos formalmente estabelecidos.

Não menos importante, a partir do Relatório Acompanhamento de Iniciativas Estratégicas – Dez em 1: foco, ação e resultado, que monitora a implementação do Planejamento Estratégico 2017-2022, constata-se uma baixa aderência entre o que está previsto com o que está executado, a ponto de, para o exercício de 2019 a mencionada estratégia passar somente e, tão somente, por uma atualização e não uma revisão.

Desse modo, e à medida que o Conselho de Administração compreenda que tal procedimento (inaplicabilidade de licitação) seja oportuno à organização, requererá maior necessidade de monitoramento, observando-se os princípios da administração pública, competindo ao COAUD, após a escolha do procedimento, analisar se houve observância aos princípios (isonomia, publicidade, economicidade) da administração pública.

5.4. Manifestação COAUD acerca do Relatório Técnico nº 7/2018/GCOP-SUCON. (Relatório nº 5/2018-COAUD)

No eventual descumprimento das exigências regulatórias, que neste caso, entende-se principalmente o cumprimento do disposto no artigo 4º da Resolução CGPAR 22/2018, é imperativo que a Diretoria Executiva solicite à operadora a elaboração de plano de ação a ser submetido ao Conselho de Administração, o qual será responsável por sua supervisão. Seguem alguns itens que deveriam ser objeto de atenção por parte dos Correios e da Postal Saúde:

- Definição de metas a serem atingidas pela Postal Saúde em relação ao desempenho da saúde assistencial, fazendo-se constar as referidas metas em plano de trabalho, monitorando a execução deste e exercendo sobre os responsáveis cobranças acerca do cumprimento do que fora definido;
- Mapeamento de riscos estratégicos por meio de matriz que estabeleça o nível de criticidade de cada risco identificado, a estratégia de monitoramento, a responsabilidade para cada linha de defesa e a política de mitigação, para um enfrentamento profícuo e eficaz;
- Definição de indicadores de monitoramento das metas estabelecidas e dos riscos mapeados;
- Monitoramento contínuo dos riscos estratégicos e das metas estabelecidas;
- Definição expressa dos responsáveis (pessoal, área, Departamento) para o regular acompanhamento do cumprimento das metas e mapeamento de riscos;

- Elaboração de política de consequência – acredita-se que a definição dos itens ora mencionados somente terá eco à medida que os responsáveis por cada uma das etapas possam ser avaliados e cobrados de acordo com as suas responsabilidades e compromissos estabelecidos e assumidos organizacionalmente.

BLOCO II - Avaliação da efetividade do sistema de Controle Interno

1. Importância do Tema

O objetivo da governança corporativa é preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum.

Para que esse objetivo seja alcançado, é preciso, dentre outras situações, desenvolver um controle adequado. Dentre as muitas atribuições da governança, uma delas diz respeito aos riscos e a adequada gerência que sobre eles deve-se ter.

Espera-se do Comitê de Auditoria que ele supervisione a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com o IBGC (p. 28):

O COAUD "deve desenvolver papéis de supervisão de gestão de riscos conforme definidos pelo CA. A supervisão da execução das políticas, o cumprimento das normas de gestão de riscos, bem como o acompanhamento dos indicadores-chave de riscos devem ser objeto de relatos e relatórios para o Conselho. Estes, por sua vez, devem incluir alertas e pontos de discussão de temas relativos a riscos para deliberação do CA. Isso deve incluir avaliações periódicas da cultura de riscos que permeia a organização".

Esta parte do relatório, portanto, diz respeito à gerência de riscos nos Correios. Antes, porém, do enfrentamento específico, algumas considerações de caráter genérico precisam ser feitas.

2. Análise doutrinária

O risco está presente na vida da pessoa física ou jurídica. Gerencia-los é um ato de governança: conhece-los; internalizá-los quando o caso (administrá-los; enfrenta-los; mitiga-los); reduzir o grau de volatilidade que deles decorrer; ter uma métrica sobre o estudo e os resultados deles advindos, que afetam a organização na alçada econômico-financeira, imagem e reputação etc.

Um nível maduro de gestão de riscos incorpora conceitos importantes como: **eficiência** (cumprir as normas e reduzir os custos); **eficácia** (verificar discrepâncias entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos); e **efetividade** (Relacionar objetivos, metas, impactos e efeitos). Tais conceitos são verdadeiros pressupostos, que vão contra as noções de improdutividade, morosidade e desperdício.

Ou seja, o gerenciamento do risco afeta, diretamente, a cultura, a estratégia, a estrutura, o ambiente, os controles, a tecnologia, o orçamento, balanços e as pessoas numa organização. E, somente é possível controlá-los, por meio de processos integrados e continuamente aperfeiçoados que agregam valor e a protegem de externalidades (identificação, mensuração, reporte, monitoramento e mitigação). Busca-se, assim: aprimorar os controles internos, obtendo-se como consequência, melhores retornos operacionais; redução da possibilidade de perdas; maximização da eficiência e eficácia organizacional. Ignorar os riscos ou não gerencia-los é certeza de perda de valor organizacional.

De acordo com o Caderno "Gerenciamento de Riscos Corporativos – Evolução em Governança e Estratégia" do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Cadernos de Governança Corporativa, n. 19, São Paulo, 2017), um dos objetivos da gestão de riscos **"é encontrar um equilíbrio dos níveis de retenção, redução, exploração e transferência de riscos, e que ele seja adequado ao apetite a riscos da organização"**. Qual é o risco existente e em qual nível se encontra esse risco (remoto; possível; provável)? A organização está disposta a aceitá-lo? Ou, prioritariamente, é conhecedor do risco para então compreender se ele é aceitável?

É fundamental entender que o nível de engajamento se inicia na alta gestão. A expressão inglesa *"tone at the top"* traduz a ideia: "o tom vem do topo". É um processo que conecta toda a organização, interligando-a. Três são os níveis de proficiência, de acordo com o COSO: a) iniciante; b) transicional; e c) definidor de tendência (***trendsetter***): nível de criação de valor no gerenciamento de risco.

Para o IBGC (p.33), os níveis de maturidade são: a) inicial; b) fragmentado; c) definido; d) consolidado; e) otimizado. O nível de maturidade para o IBGC é definido pelos seguintes aspectos:

- a) as ações adotadas para alcançar suas metas e objetivos em relação ao GRCorp (ou outra área equivalente) e ao sistema de controles internos;
- b) o nível de esforço (tempo e investimento) empreendido para alcançar essas metas e objetivos;
- c) os resultados obtidos, assim como a eficiência e a eficácia das práticas implementadas;
- d) o nível de envolvimento dos profissionais em relação a essas práticas;
- e) o nível de entendimento da maturidade da organização, assim como das oportunidades das melhorias.

Quem define o apetite de risco (análise prévia) de uma organização é o Conselho de Administração, em existindo este. O ponto de partida é sempre a organização: interesses, missão, objetivos e estratégia. A compreensão da organização permite ao CA determinar o apetite de risco e, por conseguinte, o perfil de risco e a tolerância correlata (monitoramento). Os limites são definidos e disseminados para que toda a organização os conheça e esteja aderente no enfrentamento.

No mercado empresarial, a relação risco-retorno serve de parâmetro para as análises a serem feitas pelo CA. Ou seja, quanto maior a expectativa do retorno dos investimentos feitos, proporcionalmente, maiores serão os riscos do negócio. Daí ser fundamental ao CA conhecer os riscos da estratégia que se pretende implantar, na medida em que a correlação é direta entre esses dois aspectos: estratégia e risco.

Alguns modelos de gerenciamento de riscos são amplamente conhecidos, como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a norma ISO 31.000, o draft de norma BS 65.000 do British Standard Institute (BSI), como exemplo.

A ERM (enterprise risk management) – COSO, relaciona os elementos abaixo, para análise da importância e classificação do risco:

- Ambiente interno: base;
- Fixação de objetivos: processo definido; missão e apetite de risco;
- Identificação de eventos: objetivos; Riscos x oportunidades;
- Avaliação de riscos: probabilidade e severidade. Efeitos;
- Resposta a risco: tolerâncias; evitar; aceitar; reduzir ou compartilhar;
- Atividades de controle: políticas, procedimentos e execução das ações;
- Informação e comunicação: informações adequadas; tempo hábil;
- Monitoramento: integridade do processo de gerenciamento.

Apenas, como exemplo, algumas perguntas básicas, se corretamente respondidas, dão uma noção do grau de maturidade da gestão de risco de uma organização:

- tem área específica de gestão de risco?
- tem um CRO (Chief Risk Officer)?
- a gestão é colaborativa?
- área de risco reporta a quem? Ao CA?
- riscos estão identificados e monitorados?
- informações para a área de risco estão disponíveis, fácil acesso, completas e integradas?
- os riscos são avaliados?
- os riscos são mitigados?
- estão no planejamento estratégico e orçamentário?

Valendo-se, ainda, da metodologia acima mencionada (COSO), pode-se, genericamente, classificar os riscos como:

- **ESTRATÉGICOS:** resultados de nível mais geral, maior horizonte de tempo e relativos à organização como um todo;
- **OPERACIONAIS:** eficácia e eficiência das operações;
- **COMUNICAÇÃO:** confiabilidade dos relatórios: internos e externos; financeiros e não financeiros.
- **COMPLIANCE:** cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis às atividades da organização.

O Gerenciamento de Riscos Corporativos (na sigla proposta pelo IBGC, GRCorp, que a partir de agora adotaremos) traz benefícios como: aprofundamento das discussões sobre aspectos-chave do negócio (melhoria do embasamento para tomada de decisão); identificação de novas oportunidades; transparência (explicitando os principais riscos e o tipo de enfrentamento que é feito); aumento da prestação de contas; menos volatilidade dos negócios; viabilidade organizacional, nas dimensões econômico-financeira, ambiental, social, reputacional e de conformidade (IBGC, p. 16).

O desenvolvimento de uma cultura de GRCorp na empresa diz respeito, igualmente, aos valores éticos e aos comportamentos desejados. "A cultura está refletida no processo de tomada de decisão e ampara o cumprimento da missão e da visão da organização. Uma cultura de consciência dos riscos enfatiza a importância do GRCorp e incentiva o fluxo transparente das informações de riscos com uma atitude de conhecimento, prestação de contas e melhoria contínua" (p. 23).

A cultura de riscos deve nortear a organização em todos os seus níveis, sendo atribuição do Conselho de Administração engajar-se e promover o engajamento de todos, com vistas a perenidade institucional. "A cultura de riscos de uma organização decorre de sua identidade e diz respeito ao conjunto de seus padrões éticos, valores, atitudes e comportamentos aceitos e praticados, e à disseminação da gestão de riscos como parte do processo de tomada de decisão em todos os níveis" (p. 23). Em sendo assim, "a cultura de riscos de uma organização influencia a forma como ela identifica, aceita e faz o gerenciamento de riscos" (p. 23).

As funções do GRCorp devem estar formalizadas, após a devida aprovação pelo CA e serão divulgadas para conhecimento amplo. O IBGC (p. 24) sugere documentos para que a comunicação seja efetiva:

- a) Política de Gestão de Riscos, que será divulgada publicamente;
- b) Norma de Gestão de Riscos, de divulgação interna e que estabelece procedimentos na tomada de riscos, responsabilidades, inclusive de relato, prestação de contas, segregação de funções, fronteiras de atuação, e o sistema de geral de governança da gestão de riscos; e
- c) Código de Conduta, que promoverá princípios éticos e refletirá a identidade e a cultura da organização, complementando as obrigações legais e regulamentares.

3. As Linhas de Defesa no GRCorp

As melhores práticas de governança propõem a centralização das informações obtidas com o GRCorp para que, de fato, elas cheguem ao CA e, efetivamente, sirvam de base para assertividade na tomada de decisões. Daí ser fundamental conhecer bem a instituição para que indicadores-chave sejam bem definidos nas diversas frentes e sejam capazes, também, de ponderar o desempenho dos respectivos setores. Observem bem, o GRCorp é desenvolvido em toda a empresa, por todas as áreas e, portanto, por todas as pessoas indicadas como responsáveis que nelas se encontrem. No entanto, haverá uma área integradora que receberá toda a informação, a consolidará e que, de forma objetiva, interagirá com a alta administração.

As linhas de defesa são as seguintes:

- **1ª linha de defesa:** gestores e responsáveis diretos pelos processos: contempla as funções que gerenciam e têm a responsabilidade sobre os riscos. Aqui, "a responsabilidade flui em cascata, e cada executivo efetivamente preside sua área de atuação" (p. 31);
- **2ª linha de defesa:** controle financeiro; segurança; GRCorp; qualidade; inspeção; conformidade;
- **3ª linha de defesa:** auditoria interna.

O ERM do COSO, com vistas a determinar as responsabilidades relativas à governança de riscos e aos cumprimentos regulatórios, amplia de 3 (três) para 5 linhas de defesa, acrescentando:

- **4ª linha de defesa:** provedores de garantia interna;
- **5ª linha de defesa:** conselho de supervisão de riscos e gestão executiva.

Para que o modelo proposto funcione, é imperativo que haja interação entre todos os níveis da organização: CA e seus comitês; conselho fiscal; diretoria; e os agentes das linhas de defesa.

Estabelecer o nível de maturidade no qual se encontram os Correios é o próximo estágio. Essa etapa é fundamental para que a estratégia e as metas sejam definidas.

4. Análise da Maturidade de Risco (Departamento de Governança, Riscos e Compliance - DGORC)

Valendo-se de questionário desenvolvido pelo IBGC, o COAUD solicitou que GRC-C-DGORC respondesse o questionário (anexo I) e identificasse, levando-se em conta o QUADRO de mensuração da maturidade, em qual nível a ECT se encontra na atualidade.

Tempestivamente, a GRC-C-DGORC respondeu o questionário e, das respostas, abstrai-se o seguinte: para todas as perguntas, exceto uma (O GRCorp está incorporado no processo decisório, na cultura da organização e no dia a dia da gestão do negócio?), o setor respondeu de forma positiva. Ou seja, a única resposta dada negativamente foi a transcrita acima.

Em sendo assim, seria natural deduzir que o nível de maturidade da empresa é o OTIMIZADO, segundo o quadro abaixo. No entanto, antes de concluirmos desta forma, verificaremos mais informações, para que a conclusão seja mais acertada.

MENSURANDO A GRCorp	INICIAL	FRAGMENTADO	DEFINIDO	CONSOLIDADO	OTIMIZADO
(1) Estratégia de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> A organização não sabe como, quem, quando, onde e por que implementar gestão de riscos As metas de desempenho existem 	<ul style="list-style-type: none"> A organização sabe por onde começar, mesmo que não tenha claro aonde quer chegar As metas de desempenho existem 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de gestão de riscos claramente definida e implementada As metas de desempenho são definidas 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de gestão de riscos claramente definida e implementada As metas de desempenho são monitoradas 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de gestão de riscos claramente definida, implementada e integrada aos demais ciclos de gestão As metas de desempenho estão alinhadas com a estratégia e a gestão de riscos
(2) Governança de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa são realizadas individualmente, não integradas à visão estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa focam em áreas históricas em resposta ao cumprimento das obrigações regulatórias 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa cobrem os riscos de negócio e direcionadores de valor, podendo haver sobreposições A estrutura organizacional está definida 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa cobrem de forma abrangente os riscos da organização A estrutura organizacional está bem definida e alinhada à estratégia e aos objetivos 	<ul style="list-style-type: none"> Os objetivos estão claramente definidos e alinhados entre as diversas funções da 2ª linha de defesa a fim de prover valor para a organização O modelo é referência do setor
(3) Políticas de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos não estão definidos e não há um processo consistente para seu desenvolvimento e manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos são limitados a áreas diretoras-chave 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos de GRCorp são formais e comunicadas de forma consistente em toda a organização 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos são bem desenvolvidos e aplicados consistentemente em toda a organização 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos são regularmente referenciados por terceiros e pelo setor. As políticas têm impacto sobre o ambiente de negócios externo
(4) Processos de GRCorp e interação ...	<ul style="list-style-type: none"> Processos e controles que dão apoio à gestão de riscos são pouco desenvolvidos Mínimas atividades de monitoramento ocorrem. 	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de identificação e avaliação de riscos são executados como atividades distintas ou separadas acontecendo sob demanda 	<ul style="list-style-type: none"> Uma abordagem baseada em riscos é executada de maneira sistemática e consistentemente aplicada em nível corporativo e por toda a organização 	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de identificação e avaliação de riscos estão bem definidos, estruturados Os gestores de negócio monitoram sistematicamente os riscos associados aos seus processos 	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de identificação e avaliação de riscos estão bem integrados aos objetivos estratégicos Atividades de monitoramento eficientes e coordenadas
(5) Linguagem de riscos e métodos avaliativos	<ul style="list-style-type: none"> Não há abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos Análises qualitativas e quantitativas são realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Não há abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos Análises qualitativas e quantitativas são realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Há uma abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos. No entanto, ela não é utilizada por todas as funções de maneira consistente 	<ul style="list-style-type: none"> Utiliza abordagem padronizada e consistente para definir o apetite e a tolerância a riscos Testes de stress e análise de cenários são utilizados em nível corporativo 	<ul style="list-style-type: none"> Utiliza abordagem padronizada e consistente para definir o apetite e tolerância a riscos. Cenários futuros e testes de stress são usados para explorar a análise dos riscos
(6) Sistemas, dados e modelos de informação	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de informações e relatórios são direcionados por exigências externas e não são suficientemente definidos 	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de informações e relatórios são definidos pela alta direção, mas não são compreendidos pela gestão ou alinhados na organização 	<ul style="list-style-type: none"> Os modelos de informações e de relatórios são bem definidos e compreendidos. Os relatórios são elaborados com informações corretas, completas 	<ul style="list-style-type: none"> Tecnologias emergentes são aproveitadas para permitir que os objetivos de gestão de riscos sejam alcançados em nível corporativo 	<ul style="list-style-type: none"> Tecnologias integradas habilitam a organização a gerenciar os riscos e são consideradas altamente efetivas e reconhecidas como práticas líderes pelo mercado
(7) Cultura, comunicação, treinamento e monitoramento ...	<ul style="list-style-type: none"> Não há um plano de disseminação implementado para formalizar as principais decisões da companhia em relação às práticas de riscos 	<ul style="list-style-type: none"> Existem comunicações, mas não estão formalmente definidas. Treinamentos pontuais são realizados 	<ul style="list-style-type: none"> Protocolos claros de comunicação existem e são abertos a todos os empregados. A comunicação de duas mãos com as partes interessadas é incentivada. 	<ul style="list-style-type: none"> A cultura de riscos e controles está inserida nas atividades diárias da organização e os riscos são proativamente tratados nos níveis de processo e de funções 	<ul style="list-style-type: none"> A cultura de riscos e controles é efetiva em todos os níveis da organização Programas de disseminação são aplicados para a evolução contínua da gestão de riscos

A pretensão, não é, apenas, entender o atual momento da empresa na gestão de riscos, mas, também, a percepção dos próprios colaboradores em relação ao tema. Para tanto, questionários foram apresentados aos diversos setores e as algumas respostas serão analisadas neste documento.

Como se trata de análise complexa, que deve ser feita de forma aprofundada, optou o COAUD, neste primeiro relatório, enfrentar as questões trazidas pelo DGORC e pela Corregedoria. Para que haja alinhamento entre o COAUD e a Auditoria Externa (BDO), o Plano de Trabalho desta última, também, foi enfrentado.

Outros riscos, como o Jurídico, já foram objeto de análise, mais precisamente, no Relatório 1, SEI 025125/2018 (2730551). Neste mesmo Relatório 1, analisou-se as questões relacionadas às Contingências Passivas (CPC 25). Os Relatórios 2 e 4 enfrentam questões relacionadas às melhores práticas de análise de demonstrações contábeis. Foram feitos enfrentamentos em face de contas, tais como Despesas de Pessoal, Materiais e Produtos, Serviços de Pessoas Físicas/Jurídicas, Transportes de Malas e Malotes, Financeiras e Outras Despesas.

As questões, igualmente, de alto risco, como as enfrentadas junto às mantidas, ou já foram objeto de análise em relatório específico, como no caso do Postal Saúde (Relatório 5); ou estão em andamento, com acompanhamento da auditoria externa, vide Postalis; ou os estudos se iniciaram agora em 2019, como no caso da CorreiosPar. Para o relatório a ser apresentado em julho de 2019, maiores enfrentamentos serão feitos.

5. Departamento de Governança, Riscos e Compliance (DGORC)

No entendimento da área existem políticas de riscos na empresa, que podem ser identificadas no documento de n. 4863389 e podem ser acessadas em: <http://intranet/cs/dgorc/politicas>. A vigência da política é datada de maio/2017 e constam na ata da 5ª reunião ordinária do CA, realizada em 31.05.2017, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração. No entanto, as políticas estão disponíveis, apenas, para o público interno e podem ser acessadas em: <http://intranet/cs/dgorc/politicas>.

De acordo com o área, o Modelo de Sistema de Controles Internos dos Correios - SCI, que estabelece, dentre outras responsabilidades, os papéis pelo gerenciamento de riscos em linhas de defesa, foi aprovado pelo Conselho de Administração em abril de 2018. Como consequência, foram realizadas algumas ações internas de divulgação como: boletins internos, reuniões de nivelamento com as Vice-Presidências, treinamento presencial para aproximadamente 50 empregados e disponibilização para todos os empregados de treinamento no formato EAD (parceira com a ENAP) ambos, contemplando, entre outros conceitos de riscos, as linhas de defesa. O documento referente ao SCI encontra-se disponibilizado na intranet, podendo ser acessado em: <http://intranet/cs/dgorc/riscos-e-controles-internos/entenda-o-controle-interno>.

Para o setor, as linhas de defesa de gerenciamento de riscos encontram-se normatizadas e comunicadas internamente. O COAUD verificará neste ano de 2019 a eficiência, a efetividade e a eficácia do Modelo supramencionado na empresa. Ou seja, o Modelo é reconhecido e aplicado pela comunidade dos Correios? Esta é a pergunta de caráter prático a ser respondida.

Algumas práticas importantes, ainda, não foram implementadas:

- as áreas, ainda, não avaliam os seus respectivos gerenciamentos de riscos, faltando-lhes, porquanto, a métrica para a devida compreensão do nível de maturidade no qual se encontram. Dessa forma, não há centralização da informação no Departamento de Governança, Riscos e Compliance, o que indica uma falta de integração da gestão de riscos, na empresa.

Toda a preocupação está na adequação da gerência de risco às melhores práticas de governança, de uma forma integrativa. Para que não houvesse dúvida quanto a isso, registrou-se essa premissa no questionário enviado:

A governança mencionada se refere a como o processo geral de gestão de riscos, definido na estratégia de GRCorp, é incorporado no processo geral de governança da organização, visando garantir que a estratégia de GRCorp seja efetiva e alinhada com os objetivos estratégicos da organização.

Comparando as respostas oferecidas pelo DGORC no despacho SEI 4856938 com as respostas dadas ao questionário SEI 4948256, pode-se concluir o seguinte:

1. A resposta negativa dada ao item 7 (questão 7, a, SEI 4948256) é categórica para a análise das demais perguntas. De acordo com a resposta, a GRCorp NÃO está incorporada no processo decisório, na cultura da organização e no dia a dia da gestão do negócio.

a) Dessa forma, a questão 7, b (SEI 4948256), também, não poderia ter sido respondida “sim”, no que se refere a avaliação do entendimento dos empregados em relação à cultura, às práticas de GRCorp e ao sistema de controles internos, pela empresa. A resposta mais adequada seria “não”;

b) Também, não parece adequada ao COAUD, a resposta positiva dada à questão 7, d. Com efeito, não há monitoramento permanente das práticas de GRCorp pelos órgãos de governança, nem pelas três linhas de defesa. **Observe-se que a falta de monitoramento advém da ausência de definição das práticas de GRCorp.** A resposta mais adequada seria “não”;

c) No mesmo sentido, não há indicação de que o GRCorp é realizado de forma contínua. A resposta mais adequada seria “não”.

2. Pela análise feita até o presente momento, se existem estratégias e objetivos estabelecidos, as metas não estão precisas (questão 1, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

3. Se existe uma estrutura organizacional com papéis e responsabilidades definidos, a falta de integração não permite utilizar o advérbio “claramente” (questão 2, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

4. Ao que parece, a estrutura está, realmente, regimentada, aprovada e divulgada, mas, apenas, internamente (questão 3, SEI 4948256);

5. Se existe processo de GRCorp definido com atividades de identificação de riscos, o mesmo não se encontra implementado e, daí, não somente por essa razão, mas, também, pelo que se respondeu no questionário SEI 4856938 (itens 6 e 7), pode-se dizer que não existe avaliação de riscos (incluindo cenários), avaliação das atividades de controle, resposta, monitoramento e comunicação (questão 4, a, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

a) Se não existe integração e, portanto, as avaliações mencionadas no item anterior, nem monitoramento, as práticas de GRCorp NÃO estão alinhadas às demais práticas de controle (questão 4, c, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

6. A organização pode conhecer as técnicas de mensuração, mas, ainda, NÃO as utiliza (questão 5, b, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

7. Não há como as informações sobre a exposição de riscos da organização serem compartilhadas com os diferentes níveis de organização, na medida em que não há integração. A captura de forma consistente, também, não ocorre, na medida em que não há compartilhamento de informações dos diversos setores, nem centralização das informações (questão 6, SEI 4948256). A resposta mais adequada seria “não”;

Portanto, das 16 (dezesesseis) perguntas feitas, ao todo, enquanto uma resposta negativa fora efetivamente dada, era caso de 10 (dez) terem sido dadas nesse sentido, ou seja, negativas.

No dia 24/01/2019, em resposta à solicitação do COAUD, a Gerência de Compliance, Riscos e Controles Internos, após verificação do quadro supra, indicou o nível de maturidade dos Correios em DEFINIDO.

Salvo melhor juízo e, por óbvio, respeitando a posição do setor competente, APÓS todas as considerações acima feitas, o COAUD entende que o nível de maturidade dos correios está entre INICIAL e FRAGMENTADO.

O COAUD, também, ouviu outros departamentos. Também, encaminhou ao Conselho de Administração, questionário específico para que o mesmo se posicione acerca do tema (doc. anexo II).

6. Conclusão pelo Estágio Fragmentado - Consolidação e Justificação

Além do enfrentamento feito acima (despacho SEI 4856938 x questionário SEI 4948256), avaliando-se cada uma das respostas da lavra do setor competente que, por si só, já define o estágio dos CORREIOS em FRAGMENTADO, para que não haja dúvida, promove-se a análise de cada um dos itens de mensuração da maturidade da Gestão de Riscos:

- ESTRATÉGIA DE GRCORP:

Percebe-se que, não obstante a existência de metas de desempenho e, apesar, de terem os Correios uma estratégia escrita de riscos, a mesma não se encontra institucionalmente definida, não estando a mesma, portanto, operacional. Não se verificou uma estrutura integrada que tenha estágios e indicações de onde se quer chegar, efetivamente.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco é FRAGMENTADO.

- GOVERNANÇA DE GRCORP:

Aqui se busca a análise da 2ª linha de defesa da instituição. Para ilustrar, alguns papéis e responsabilidades podem ser relacionadas:

- prover política, estrutura e metodologia às unidades de negócio para identificar, analisar e efetivamente gerenciar seus riscos visando ao cumprimento dos objetivos;
- facilitar o desafio;
- garantir que a política e a estratégia definidas pelo conselho estejam operando efetiva e sistematicamente, para atingir os objetivos da empresa;
- identificar questões atuais e emergentes;
- identificar mudanças no apetite ao risco implícito da organização;
- auxiliar a gerência a desenvolver processos e controles para gerenciar riscos;
- direcionar os problemas identificados aos responsáveis por saná-los;

- prestar contas ao CA ou aos comitês de assessoramento que tratam dos temas de riscos, se houver.

Os itens acima relacionados não são percebidos na rotina dos Correios, o que implica em dizer que as funções de 2ª linha de defesa não estão sendo realizadas, nem mesmo, individualmente, por setor. Por óbvio, não estão integradas, ainda, à visão estratégica.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco está abaixo da INICIAL.

- POLÍTICAS DE GRCORP:

O que se verifica na estrutura dos Correios é a existência de CÓDIGO DE CONDUTAS E NORMAS, equivocadamente chamadas de POLÍTICA. A diferença entre elas é que as NORMAS são internas, enquanto as POLÍTICAS atingem esse status pelo nível de transparência existente, com a publicação das mesmas (conhecimento público).

É preciso verificar se essas NORMAS INTERNAS estão, realmente, bem definidas e se há um processo consistente para seu desenvolvimento e manutenção. Caso a resposta seja positiva, pergunta-se acerca de sua publicação, para que ganhem conhecimento geral e irrestrito. Em se fazendo isso, será possível classificar em que estágio de maturação se encontra a Política de Risco nos Correios.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco está abaixo da INICIAL (ou pelo menos prejudicada).

- Processos de GRCORP e Interação desse processo com os demais ciclos de gestão

Neste tópico, percebe-se nos Correios a existência de processos de identificação e avaliação de riscos, mas que se encontram, ainda, executados como atividades distintas, não institucionalizadas. Os Correios não fazem, até o presente momento, uma abordagem sistemática e consistente, aplicável em nível corporativo e por toda a organização.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco é FRAGMENTADO.

- Linguagem de Riscos e Métodos Avaliativos

Apesar de serem feitas, por diversos setores, análises quantitativas e qualitativas de riscos, os Correios, ainda, não possuem uma ABORDAGEM PADRONIZADA para definir o nível aceitável de riscos. O que é tolerável e o que não é tolerável.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco é FRAGMENTADO.

- Sistemas, Dados e Modelos de Informação

Se, em algumas situações, é possível perceber a existência de modelos de informações e relatórios encaminhados pela alta direção, igualmente, se percebe que não estão os mesmos alinhados na organização e, até um passado muito recente, não eram compreendidos por parte da gestão. O cenário está mudando, todavia, não é possível, ainda, no presente momento, enquadrar o presente item no nível DEFINIDO, que exigiria: definição dos modelos de informações e de relatórios, sendo que estes devem estar com informações completas e corretas.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco é FRAGMENTADO.

- Cultura, Comunicação, Treinamento e Monitoramento

Nos Correios percebe-se a realização de treinamentos, mas, ainda de forma pontual. As comunicações feitas não se encontram num nível formalmente definido.

Neste aspecto, a classificação para o nível de risco é FRAGMENTADO.

Como se vê, o nível atual dos Correios em maturidade de risco, valendo-se da fórmula proposta é o FRAGMENTADO.

O que se pretende para o ano de 2019 é que se atinja o nível DEFINIDO, para que a empresa encontre-se mais protegida dos riscos que a afetam.

7. Enfrentamento Prático de Riscos Existentes na Corregedoria

Como se disse acima, a análise da Corregedoria está sendo feita, desde já, pela percepção de grande fragilidade do setor. Os demais setores que, também, merecem análise, tais como Ouvidoria, SUCON, Patrimônio etc., serão objeto de análise nesse primeiro semestre de 2019.

À Corregedoria solicitou-se o seguinte:

a) Relatório Gerencial

- relatório com informações dos últimos 3 anos (2016, 2017 e 2018);
- resumo de relatório gerencial de 2016, 2017 e 2018;
- quadro comparativo dos últimos 3 anos;

b) Assertividade e Estratégia

- o índice de assertividade dos PADs, entre a abertura e condenação, e explicitar como que a informação gerada pela Corregedoria serve de estratégia preventiva para a empresa;

c) Principais Infrações

- quadro com informações sobre as maiores infrações enfrentadas pela Corregedoria e como o resultado desta análise impacta o trabalho de prevenção, de forma que essas situações não ocorram mais;

d) Tempo Médio de PAD nos Correios

- o tempo médio de duração de um processo administrativo.

e) Desafios e Riscos

- principais desafios e propostas de fortalecimento da área para 2019;

Destacam-se os principais enfrentamentos:

a) Relatório Gerencial

A resposta trazida no SEI n. 045039 (4840467), Relatório 2, demonstra uma Corregedoria bem atenta às questões que lhe são pertinentes: os dados relativos aos processos instaurados: apurações diretas, sindicâncias por comissão e sindicâncias sumárias; aos processos disciplinares instaurados: TAC, TEC, investigação preliminar (concluída e em andamento); as penalidades: ato de improbidade; incontinência de conduta ou mau procedimento; desídia no desempenho das respectivas funções; abandono de emprego; etc. Informações consolidadas dos anos de 2016, 2017 e 2018, acompanhadas de gráficos que demonstram a relação existente entre a implantação do TAC, ocorrida em novembro de 2016 e o decréscimo de 44% nos processos instaurados na modalidade Apuração Direta, em relação à 2018. Pela mesma razão, verifica-se, igualmente, um decréscimo de 69% de Sindicância Sumária e de 45% de Sindicância por

Comissão, no mesmo período. Existe ressalva no sentido de que a redução observada não se deu, apenas, pela criação do TAC, mas, também, “pela diminuição da capacidade produtiva do órgão, decorrente da redução de efetivo”.

Este aspecto preocupa! A corregedoria, além do aspecto punitivo, é fundamental na ação preventiva e pedagógica de uma organização. Enfraquece-la significa enfraquecer a instituição, propiciando o aumento do risco desta última, no que se refere aos aspectos éticos e de conformidade, sob o prisma da força de trabalho.

b) Assertividade e Estratégia

Com a implantação do TAC no âmbito dos Correios, aplicável às infrações de baixo potencial lesivo aos interesses da empresa, especialmente aquelas condutas puníveis com advertência, verbal ou escrita, percebeu-se um decréscimo de, aproximadamente, 21% na aplicação desse tipo de punição, entre 2016 e 2018.

A pena de suspensão, que não é absorvida pelas situações que envolvem o TAC, após uma redução no biênio 2016/2017, sofreu um aumento de 10% no biênio 2017/2018. O mesmo fenômeno ocorre para a pena de demissão por justa causa. Em ambos os casos, não há uma justificativa das razões desse aumento, o que denota um risco não mensurado.

A Corregedoria fez um trabalho comparativo entre as demissões ocorridas no seu âmbito e aquelas ocorridas no âmbito geral. Enquanto 244 servidores dos Correios foram punidos, em 2018, com a demissão por justa causa, o número de servidores públicos federais demitidos, de acordo com a informação do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da República, foi de 566, excluídos aqueles. Qual é o estudo desenvolvido a partir deste dado? Afinal, os Correios demitiram, em 2018, quase metade do número de servidores demitidos em toda a administração pública?

De acordo com o relatório, ora analisado, nos anos de 2016 a 2018, o índice de penalidades aplicadas em relação ao número de citações aumentou de 61% para 64%, o que implica numa melhor assertividade. Qual foi a estratégia para que essa melhora ocorresse?

c) Principais Infrações

No tópico V.5, o setor relaciona as principais infrações cometidas nos Correios. As cinco maiores de 21 irregularidades, são as seguintes:

2016

1) Extravio de objeto postal	3097 frequências; percentual: 28,39%
2) Falta injustificada ao trabalho	2373 frequências; percentual: 21,75%
3) Descumprimento das atribuições profissionais	2074 frequências; percentual: 19,01%
4) Irregularidade na entrega de objeto postal	354 frequências; percentual: 3,25%
5) Indisciplina	328 frequências; percentual: 3,01%

2017

1) Extravio de objeto postal	2464 frequências; percentual: 28,87%
2) Falta injustificada ao trabalho	1906 frequências; percentual: 22,33%
3) Descumprimento das atribuições profissionais	1596 frequências; percentual: 18,70%
4) Irregularidade na entrega de objeto postal	310 frequências; percentual: 3,63%
5) Indisciplina	251 frequências; percentual: 2,94%

2018

1) Falta injustificada ao trabalho	3158 frequências; percentual: 28,49%
2) Descumprimento das atribuições profissionais	2401 frequências; percentual: 21,66%
3) Extravio de objeto postal	1919 frequências; percentual: 17,31%
4) Irregularidade na entrega de objeto postal	676 frequências; percentual: 6,10%
5) Tratamento descortês	276 frequências; percentual: 2,49%

Algumas perguntas se fazem pertinentes:

a) Qual a razão para que o número de frequências da infração “Extravio de objeto postal” caísse de 3097 frequências, em 2016, para 1919 frequências em 2018?

b) Qual a razão para que o número de frequências da infração “Falta injustificada ao trabalho”, que, em 2016, eram de 2373, reduziu-se para 1906, em 2017; e voltasse a crescer em 2018, para 3158 frequências, passando a ocupar, inclusive, a principal causa de infrações nos Correios?

c) Qual a razão para que o número de frequências da infração “Descumprimento das atribuições profissionais” tenha variado de 2074, em 2016; para 1596, em 2017; e, posteriormente, em 2018, atingisse o número de 2401, ultrapassando o número de 2016?

d) Por que, em 2018, dobrou a infração “irregularidade na entrega de objeto postal”, em relação aos anos anteriores?

e) Por que, em 2018, a infração “tratamento descortês” teve 276 frequências, quando em 2016, os Correios tiveram 70 ocorrências; contra 69, em 2017? O que houve para que essa infração tenha disparado em 2018?

f) Houve impacto financeiro nas alterações dos dados apresentados?

g) Quais foram as providências estratégicas adotadas pela empresa, em função da métrica apresentada?

São, apenas, algumas perguntas que precisam ser respondidas, após uma análise integrada dos dados, para que se tenha melhor controle e pró-atividade na gestão das estratégias.

Se analisarmos as cinco principais irregularidades, que ensejaram demissões por justa causa entre 2016/2018, temos o seguinte quadro:

2016

1) Falta injustificada ao trabalho	60 casos
2) Falta de numerário	28 casos
3) Fraude de atestado médico	24 casos
4) Diferença de caixa	17 casos
5) Descumprimento de atribuições profissionais	13 casos

2017

1) Falta injustificada ao trabalho	70 casos
2) Fraude de atestado médico	30 casos
3) Diferença de caixa	21 casos
4) Falta de numerário	21 casos
5) Descumprimento de atribuições profissionais	17 casos

2018

1) Falta injustificada ao trabalho	50 casos
2) Falta de numerário	36 casos
3) Diferença de caixa	28 casos
4) Fraude de atestado médico	22 casos
5) Descumprimento de atribuições profissionais	17 casos

Concluiu-se que, nos últimos 3 anos, as 5 principais infrações que ensejaram demissão por justa causa são as mesmas, com diferenças na ordem entre elas. E pergunta-se:

- Quais são as estratégias para o enfrentamento preventivo desses cinco casos?

De acordo com o relatório ora analisado, a CGU, após análise da prestação de contas dos Correios de 2011, emitiu a Nota Técnica 1869/2012/DRCOM/DR/SFC/CGU-PR, na qual, “corroborando a ação já incluída no planejamento do então DECOD/VIJUR, determinou aos Correios que divulgasse às áreas de interesse sobre as causas de ocorrência de irregularidades, para fins de prevenção”.

De acordo com o relatório, o então DECOD “iniciou a ação de comunicação das principais causas de responsabilização em Processos Disciplinares às Vice-Presidências, considerando os fatos, a norma violada, as sanções aplicadas etc”.

Ainda, nos termos do relatório, “atualmente, em razão de alterações na estrutura da Empresa, as informações relativas às irregularidades (incidência) são disponibilizadas pela Corregedoria ao Departamento de Governança, Riscos e Compliance – DGORC, órgão que detém a competência com relação à atividade de prevenção no âmbito dos Correios, inclusive as decorrentes das informações extraídas dos processos disciplinares”. Pergunta-se:

- Em função da informação acima descrita, quais são as ações de cunho preventivo desenvolvidas pela DGORC?

d) Tempo Médio de PAD nos Correios

Com vistas a responder esse tópico, a Corregedoria (Fonte CGU-PAD) trouxe um comparativo com o Poder Executivo Federal que, em 2017, apresentou um tempo médio de 17,3 meses, entre a data de instauração e julgamento.

Num outro relatório da CGU (Fonte: Resumo de Dados do Siscor), em janeiro de 2017, apontou-se o tempo médio de procedimentos correccionais no Poder Executivo Federal, nos últimos cinco anos, como sendo de 15,9 meses (477 dias); enquanto aqueles que tinham resultado em demissão, no mesmo período, tramitaram por 24,1 meses (723 dias), em média.

De acordo com o relatório da Corregedoria, “a duração média dos processos disciplinares nos Correios é de 109 dias ou 3,6 meses” (Fonte: Sistema GPAC 01/2019), para o período de 2016/2018. Em 2018, o período foi de 75 dias.

e) Desafios e Riscos

Após promover esclarecimentos de todas as atribuições da Corregedoria, bem como o normativo legal que a norteia, o relatório esclarece a necessidade de que o órgão tenha “capital necessário para atender a demanda”.

Cita “as últimas alterações normativas com impactos diretos nas atividades da Corregedoria”. A transcrição destas têm como objetivo corroborar a importância da Corregedoria para os Correios, confrontando este aspecto com a frágil estrutura daquele órgão, na atualidade.

São elas:

1. Tomada de Contas Especial – IN n. 71/2012 (IN 76/2016):

2. Solicitação de Auditoria n. 201801088/02 (IN n. 2, de 30/05/2017 c/c arts. 4 e 5, da Portaria n. 1043/2007, CGU): inserção dos dados das apurações dos Correios no Sistema de Processos Disciplinares – CGUPAD, a contar da ocorrência do fato de que tratam, com a justificativa das desconformidades, conforme solicitação da CGU (SEI 2065136): cadastro dos procedimentos disciplinares de “Apuração Direta” após a conclusão de cada processo; e de “juízo de admissibilidade”, bem como, de cadastro de TAC, Sindicância por Comissão ou Sumária. Com isso, aumentou a demanda de colaboradores na Corregedoria, que já tem uma gama grande de responsabilidades. À carência de pessoas soma-se a carência de qualificação adequada para o atendimento das demandas.

3. Carência de efetivo, plano de funções, estrutura organizacional e orçamento. A Corregedoria, em seu relatório, informa que:

A redução do efetivo também tem impacto na gestão e condução da política de consequência corporativa e gera passivo trabalhista, sobretudo, com o ajuizamento de ações trabalhistas em desfavor dos Correios, o que também gera impactos em outras áreas da Empresa.

A estrutura e plano de funções da Corregedoria deve ser compatível com o volume e relevância da atividade, permitindo uma estrutura adequada de empregados e funções para atuação nas Superintendências Estaduais e na sede em Brasília.

O relatório aponta as seguintes situações, que merecem destaque, pelo fato de serem de risco efetivo para a empresa:

- número de empregados insuficiente para cumprimento das obrigações normativas;
- redução de efetivo da Corregedoria, em 18%, nos últimos 12 meses. De 2013 para cá, a redução foi de 25%;
- necessidade de profissionais com conhecimento e vivência em várias áreas da organização;
- redução no orçamento e diminuição do número de profissionais com conhecimento técnico para condução de apurações. Em 2015, o orçamento de função era de R\$ 919.415,10. Hoje, o orçamento de função é de R\$ 312.059,39;
- inexistência de um plano de funções adequado à atividade correccional como forma de evitar perda de capital intelectual;
- concentração de toda a gestão do processo disciplinar da empresa, com mais de 100 mil empregados em todo o Brasil, num único gestor, na medida em que a Corregedoria foi reduzida a uma gerência;
- ausência de segregação de função:

- relatório de auditoria 201725 (recomendação 2): necessidade de segregação formal de algumas atividades correccionais, “em especial a admissibilidade, investigação, sindicância, PAR e Tomada de Contas Especial, conforme recomendação contida no Relatório de Auditoria 201725 – Manchete

Falta de segregação de funções nas atividades de correição - Recomendação 2"; no mesmo sentido, o posicionamento da CGU quanto à segregação de atividades investigativas e acusatórias;

- Para resolver este problema, "a Corregedoria tem mitigado a ausência de segregação das funções, por meio de delegação de competência pelo Corregedor aos analistas com função compatível com a coordenação de atividades (Analistas X)."

- envolvimento crescente do setor com operações do MPF, PF e demais órgãos de controle, tais como as que dizem respeito ao Postal Saúde (TITANIUM e CUSTO BRASIL);
- risco de intempestividade na análise de irregularidades com impactos na gestão e possíveis danos ao erário;
- dificuldade no atendimento dos prazos de sindicâncias, que incidem multa por ocorrência. Menciona a existência de ação que tramita na Justiça Trabalhista, com sentença desfavorável aos Correios, que determina o cumprimento dos referidos prazos;
- o descumprimento de prazos para instauração de Tomadas de Contas Especial, em detrimento do que determina a IN n° 76, que prevê responsabilização pecuniária aos Correios.
- fragilidade na condução de Processos Administrativos de Responsabilização de Empresas (PAR) – Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), art. 5, responsabilidade da Corregedoria pelo PAR (IN 14/2018, art. 1, II, CGU); Decreto 8.420/2015, que determina que o PAR deva ser conduzido por comissão de, no mínimo, 2 empregados. Nos Correios, o PAR tem sido conduzido por uma comissão fixa de dois empregados. O valor de multas aplicadas pelos Correios no PAR somam R\$ 2.788.523,52;
- fragilidade nos procedimentos de Juízo de Admissibilidade (IN n. 14/2018 – CGU): de acordo com o Relatório, o Juízo de admissibilidade é uma das ferramentas mais importantes para o aperfeiçoamento da atividade correcional. Dele depende, em boa parte, a eficácia, a eficiência e celeridade dos procedimentos disciplinares. Vantagens de um procedimento adequadamente realizado: (1) a não instaurar procedimentos desnecessários; (2) a economizar recursos públicos (custo de processo); (3) a reduzir a demora das apurações; e (4) a evitar desgastes com os servidores investigados (fonte: Curso de Aperfeiçoamento da Atividade Correcional nas Corregedorias Seccionais. Módulo III: Juízo de Admissibilidade). Ainda, de acordo com o relatório, o extinto Departamento de Gestão e Prevenção Correcional comportava em sua estrutura a Gerência de Juízo de Admissibilidade – GJAD, entretanto, hoje tal atividade é coordenada por analista, por meio de subdelegação de competência, que acumula também a coordenação do tratamento de denúncias oriundas do Fale Conosco e de demandas internas, e a coordenação do processamento de empresas por meio do PAR.

4. Propostas de fortalecimento da área para 2019 – medidas implementadas e em andamento.

4.1 TAC (IN 02/2017): De acordo com o relatório, "os Correios foram pioneiros na implementação do TAC na Administração Pública Federal. Hoje, os TACs celebrados pelos Correios representam 78% de todos os TACs celebrados pelo Poder Executivo Federal, gerando, conseqüentemente, redução no número de processos administrativos disciplinares instaurados, o que representa importante economia processual".

Ocorre que, "não obstante a melhoria no processo em médio e longo prazo, a implementação do TAC demanda normatização, treinamento e acompanhamento adequado, para tanto, é necessária a atuação da Corregedoria, sua mão de obra e insumos".

Atualmente, encontra-se em análise jurídica a atualização normativa do TAC.

4.2 SISTEMA GPAC: Para a Corregedoria, "o Sistema GPAC é a ferramenta de gestão e registro de processos disciplinares e TAC utilizada pela Corregedoria". Ressalta que, "é preciso atuar em diferentes frentes para garantir o sucesso da informatização da Corregedoria, que não possui área técnica específica, e conta com (1) um analista para as demandas referentes ao sistema, e atua junto à área de tecnologia da Empresa, que por sua vez utiliza-se de empresa terceirizada, quando há contrato vigente, para implementação de manutenção do GPAC".

"A Corregedoria vem investindo em mudanças e evoluções no Sistema GPAC, com foco na gestão de processos e na implementação de funcionalidades que priorizem a efetiva condução processual por parte dos apuradores (usuários) e representantes da Corregedoria (fiscalização e gestão)".

Algumas situações aguardam implementação e foram mencionadas no relatório:

- Provisionar painéis de bordo para a realização de gestão de informações pelas equipes setoriais de correição.
- Promover os ajustes necessários à adequação do sistema para a realidade atual do mesmo, uma vez que o módulo foi implementado em 2013 e necessita de atualizações para que o ambiente seja funcional de acordo com o regimento atualmente vigente.
- Provisionar Módulo de Juízo de Admissibilidade no sistema.
- Provisionar Módulo de Juízo de Investigação preliminar no sistema.
- Provisionar Módulo de Juízo de Saneamento Processual.
- Realizar o mapeamento da codificação do sistema GPAC, a fim de otimizar o mesmo e promover agilidade e economia quando da realização das manutenções e/ou evoluções do sistema.
- Redesenhar a funcionalidade de logs de auditoria.
- Realizar as atualizações na regra de negócio do sistema por parte da equipe técnica;
- Adequação do sistema à gestão de marcas e identidade visual dos Correios
- Provisionar funcionalidade em todas as modalidades a fim de cadastrar empregados arrolados processualmente, porém, não citados efetivamente.
- Provisionar nova figura processual do agente de homologação de processos efetivamente julgados, decorrente da atualização das normas.
- Possibilitar a edição de TACs e Denúncias para os analistas da área Correcional.
- Possibilitar contato direto entre analistas de correição e apuradores, a fim de otimizar a atividade de gestão dos processos.
- Adequar as funcionalidades do sistema com avaliação do webdesigner a fim de melhorar a usabilidade e a navegabilidade do sistema.
- Provisionar tabela de perfis par realização da gestão de acessos dos analistas da Corregedoria e terceiros;
- Provisionar funcionalidade que permita ao sistema indicar se a penalidade encontra-se prescrita para sua efetiva aplicação (tempo de condução processual).
- Emitir em relatório, no Sistema GPAC, por julgador, quantidade de processos julgados por cada um.
- Fazer constar no relatório de arrolados a informação de situação do processo.
- Enviar e-mails aos apuradores de processos com orientações inerentes à condução processual, inclusive de informações de prazos a serem observados.
- Possibilitar ao sistema registrar como empregados arrolados e/ou citados aqueles já desligados ou demitidos dos Correios, conforme legislação emitida pela CGU.
- Impossibilitar o registro de nova denúncia (ativa/encerrada) que tenha o mesmo número fale conosco. Processos cancelados não devem ser levados em consideração.
- Impossibilitar delegação de competência com prazo maior que o estabelecido para conclusão do processo. Viabilizar, porém, a prorrogação processual conforme MANCOD.

- Possibilita visualizar a penalidade registrada para o cidadão no sistema Populis, a fim de comprovar a respectiva aplicação e registro da penalidade quando do saneamento do processo disciplinar.
- Implementar relatórios de penalidades com possibilidade de se comparar a penalidade aplicada e aquela efetivamente cadastrada no Sistema Populis/GPAC.
- Realizar varredura de todos os objetos extraviados que efetivamente geraram prejuízos para os Correios, comparando o resultados com os processos registrados no GPAC, a fim de identificar aqueles que não possuem processos cadastrados e cobrar a efetiva condução dos mesmos.
- Provisionar funcionalidade que possibilite cancelar TAC por descumprimento, até 180 dias (corridos), após a celebração do mesmo.

4.3 Criação de rito sumário para apurações diretas:

O processo na modalidade “Apuração Direta”, que é realizado pela chefia imediata do colaborador sobre o qual recai suposta conduta irregular, representa 98% dos processos disciplinares dos Correios.

Apesar de conduzido pela chefia imediata, todos os processos passam pela análise da equipe da Corregedoria. Com vistas a maior celeridade, juntamente com a DGORC, foi proposto o rito sumário na apuração direta, que permitirá a finalização dos processos em 30 dias, reduzindo em 60 dias o prazo de 90, fixado pelo normativo vigente.

A referida proposta encontra-se em análise jurídica, para a entrada em vigor neste início de 2019.

Os pontos acima transcritos são aqueles que merecem destaque, por ora. E são suficientes para trazer elementos importantes para análise de risco, ora feita.

5. Plano de Trabalho da Auditoria Externa para 2019

O Plano de trabalho da BDO para 2019 traz em seu bojo as situações entendidas como de risco para os Correios, dividindo-os em:

1. Riscos significativos: receita com vendas; benefício pós-emprego; passivo contingente/precatório e depósito judicial/ativo contingente; risco de continuidade; lançamentos manuais de contabilidade;
2. Riscos elevados: contas a receber; DTA; Postal Saúde; Imóveis para investimentos/ativos mantidos para venda; imobilizado/depreciação; fornecedores; folha de pagamento; empréstimos/financiamentos e obrigações financeiras; obrigação trabalhista;
3. Riscos de fraude: elenca situações que podem propiciar situações de fraude.

Na Norma Brasileira Técnica de Auditoria 240 há o seguinte contexto sobre risco de fraude (transcrição do item):

Fatores de risco relativos a distorções relevantes de informações contábeis fraudulentas.

Os seguintes são exemplos de fatores de risco relacionados a distorções decorrentes de informação contábil fraudulenta.

[...]

Há uma estrutura organizacional complexa ou instável, como evidenciado pelo seguinte:

[...]

* Alta rotatividade da alta administração, departamento jurídico ou dos responsáveis pela governança.

Atitudes/racionalizações

[...]

* Omissão da administração em remediar, de forma tempestiva, deficiências relevantes conhecidas nos controles internos.

Ambas as situações acima transcritas ocorriam com frequência nos Correios. A alta rotatividade ainda persiste, talvez, pela natureza das estatais. Se este ponto não é superável, é preciso uma estratégia eficaz para mitigá-lo, apoiando-se, inclusive, na Lei 13.303/16 para tanto; quanto ao outro ponto, percebe-se uma mudança de postura da alta administração que, desde 2018, vem procurando enfrentar tempestivamente as deficiências relevantes nos controles internos.

O detalhamento sobre o Plano de Trabalho e sobre a BDO está contemplado no item V deste relatório.

Bloco III - Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Interna

1. Contextualização

Em atenção ao item 4.7.4, letra “d”^[1], do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), esta seção destina-se a avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no exercício de 2018, a luz Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

A partir de um escopo semelhante ao trabalho neste momento realizado, o Tribunal de Contas da União, por meio da Secretaria Geral de Controle Externo e da Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate a Fraude e Corrupção divulgou ao final de 2018 o resultado de seu trabalho intitulado – Auditoria Exposição da Administração Pública Federal a Fraude e Corrupção, no qual apresenta dentre outras dimensões a avaliação dos controles da auditoria interna.

Os resultados a partir dessa avaliação apresentam aspectos positivos, tais como: a) existência de estatuto que atribui a competência para a melhoria dos processos de gestão de riscos (item 3121E); b) existência de estatuto que atribui à auditoria interna a competência para avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de controle (item 3121F); c) existência de Plano Anual de Auditoria Interna com ações concretas de avaliação ou consultoria visando a implantação ou melhoria do processo de gestão de riscos da organização (item 3122C); d) existência de Plano Anual de Auditoria Interna com a inclusão de trabalhos específicos para gestão da ética e integridade (item 3122F); e) existência de relatório contendo resultados de trabalhos da gestão da ética e da integridade (item 3123A).

Por outro lado o mencionado relatório também aponta algumas fragilidades, caracterizadas como – muito alta – em relação aos seguintes itens: a) ausência de atribuição à auditoria interna pela competência de avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de controle relacionados ao risco de fraude e corrupção (item 3121H); b) ausência de Plano Anual de Auditoria Interna com objetivo de avaliação dos controles de mitigação do risco de fraude e corrupção (item 3122G) e c) ausência de relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação nos controles de mitigação do risco de fraude e corrupção (item 3123I).

Como observado o escopo da mencionada avaliação é direcionado a questões relativas à prevenção de fraude e corrupção, que é parte das atribuições de uma unidade de auditoria interna governamental.

Por outro lado, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, por meio da IN 3/2017, afirma que o propósito da atividade de auditoria interna é a de “aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco”.

Para tanto, estabelece que, para o exercício dessa atividade é relevante que as três linhas de defesa da gestão (ou camadas) estejam atuando de forma sinérgica “provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas”. À medida que essa atuação ocorre de forma isolada, ou sem a sinergia

necessária, ocorrem sobreposições ou falhas que expõe a organização à um risco muitas vezes de difícil aferição, ou ainda, superior ao que deveria se encontrar. Dessa forma a IN CGU 3/2017 estabelece de forma clara como deve se dar a atuação de cada linha de defesa:

Primeira linha de defesa

8. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com a metas e objetivos da organização.
9. A primeira linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
10. **De forma a assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão**, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização. [destaque nosso]

Segunda linha de defesa

11. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
12. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

[...]

Terceira linha de defesa

14. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos **pressupostos de autonomia técnica e de objetividade**. [destaque nosso]

[...]

16. As UAIG devem apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

É relevante destacar que, embora as unidades de auditorias internas governamentais (UAIG) tenham sob sua responsabilidade atividades de avaliação e consultoria com vistas ao apoio à gestão, essa atuação deve ser realizada com a objetividade e autonomia técnica necessários para se evitar que a terceira linha de defesa ultrapasse seus limites, passando a atuar como um *staff* da gestão. Nesse sentido a IN CGU 3/2017 afirma:

77. A UAIG poderá prestar serviços de consultoria com o propósito de auxiliar a Unidade Auditada na identificação de metodologias de gestão de riscos e de controles, todavia, os auditores internos governamentais **não podem participar efetivamente do gerenciamento dos riscos, cuja responsabilidade é exclusiva da Unidade Auditada**. [destaque nosso]

Nesse diapasão, o Instituto dos Auditores Internos (IIA) com objetivo de orientar a atuação do profissional de auditoria interna emitiu as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Sustentada na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework – IPPF*), as referidas normas possuem os seguintes propósitos (p. 1):

- 1) Fornecer uma estrutura para a execução e promoção de um amplo espectro de atividades de auditoria interna de valor agregado.
- 2) Estabelecer as bases para a avaliação de desempenho da auditoria interna.
- 3) Fomentar a melhoria dos processos e operações organizacionais.

Considerando que as mencionadas normas internacionais apresentam entre os seus propósitos a de “estabelecer as bases para avaliação de desempenho da auditoria interna”, a partir desse arcabouço conceitual o Comitê de Auditoria elaborou questionário de avaliação da Auditoria Interna dos Correios (AUDIT).

O aludido questionário está composto por 10 dimensões que perfazem um total de 100 questões cujas respostas foram ofertadas pela equipe da AUDIT a partir de evidências documentais e de entrevista em profundidade. A escala utilizada para aferição das perguntas é do tipo dicotômica (sim/não). As evidências documentais que foram obtidas após as respostas enviadas pela AUDIT, fazem parte integrante deste relatório e estão anexadas em processo específico (SEI 53180.025125/2018-75).

Na seção a seguir é apresentada a análise das dimensões de 1 a 5 a partir das respostas apresentadas pela unidade avaliada.

2. Avaliação da Auditoria Interna (AUDIT) – Dimensões de 1 a 5

Considerando a extensão do questionário elaborado para a avaliação de auditoria interna (100 questões), nesse momento foi realizada a análise das 5 primeiras dimensões, cujas questões, respostas e evidências encontram-se nos Apêndices de 1 a 5 desse relatório.

2.1. Dimensão 1 – Normas e Atributos (IIA 1000)

A dimensão 1 tem por escopo a análise quanto a formalização das atividades de auditoria interna com vistas à definição de sua atuação. Essa dimensão está composta por 6 questões, às quais todas atendem ao requisito ora avaliado por meio de evidências documentais (100% de atendimento).

Dentre os pontos a serem destacados nessa dimensão que contribuem para atuação da auditoria interna tem-se a vinculação direta com o Conselho de Administração. Esse ponto é relevante à medida que permite à AUDIT maior independência para a realização e comunicação de suas atividades (questão 2). Adicionalmente, verifica-se que o último Manual de Auditoria aprovado data de 10 de agosto de 2018, atende a um requisito básico da IIA 1000.A1 que diz respeito à sua atualização com vista ao atendimento às necessidades organizacionais (questão 6).

Outro ponto a se destacar é a formalização quanto ao acesso irrestrito da auditoria à todas as operações, temas, processos, sistemas, funções e atividades necessários de avaliação e análise para a realização das atividades de auditoria interna (questão 3).

Por fim, o MANAUD e o MANGOV, estabelecem a natureza dos serviços de avaliação que devem ser realizados pela auditoria, o que contribui para a delimitação (contornos) da atuação do auditor, bem como o necessário alinhamento dessa atividade para com os objetivos organizacionais (questões 1 e 5).

2.2. Dimensão 2 – Independência e Objetividade (IIA 1100)

A dimensão 2 tem por escopo avaliar em que medida a atividade de auditoria dispõe da independência e objetividade necessários para sua execução. Segundo o IIA **independência** “é a imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria interna de maneira imparcial”; enquanto que **objetividade** “é uma atividade mental imparcial que permite aos auditores internos executar os trabalhos de auditoria de maneira a confiarem no resultado de seu trabalho e que não haja qualquer comprometimento da qualidade”.

Importante destacar que a objetividade não se confunde com o risco de auditoria, muito embora possa, na sua ausência ou pouca objetividade, vir a tornar a compor o mencionado risco.

Esse item provavelmente constitui-se em um dos principais desafios de aferição e para tanto foram adotados os seguintes procedimentos: 1) identificação dos itens que evidenciam a existência de independência e objetividade, 2) entrevista com um representante da AUDIT a fim de compreender o ambiente de auditoria e as evidências que caracterizem independência e objetividade.

Como parte do exercício da independência e objetividade da auditoria interna, tem-se as seguintes evidências que alicerçam um ambiente favorável para a execução de trabalhos com tais características:

- Acesso irrestrito da AUDIT junto aos órgãos de governança (Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria), seja para comunicar ou apresentar os trabalhos desenvolvidos (questões 7, 8, 9, 12).

- O escopo da auditoria é definido livre de interferências que limitem sua atuação e comprometam o objetivo de sua atuação, bem como sua execução (questões 10 e 11).
- Os Manuais internos que orientam as atividades de auditoria (MANAUD e MANGOV) estabelecendo limites de atuação conforme dispõe o item 16 da IN CGU 3/2017 qual seja: “prestação de serviços de consultoria e avaliação dos **processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos**” (questão 13). Esse aspecto é relevante no sentido de definir o escopo de atuação da auditoria interna, fazendo com que ela não atue em áreas que possam comprometer sua independência e objetividade, ocorrendo possível captura de suas ações.
- Ações de treinamento e código de conduta e ética (questão 15 e evidências adicionais[2]) – durante o ano de 2018 verifica-se que o tema – ética foi enfatizado em mais de 10 atividades de treinamento ou programas de conteúdo que tratavam de forma direta ou transversal acerca da temática. Por exemplo: no treinamento acerca de “técnicas de negociação”, o assunto – ética foi contemplado (ética na negociação) como forma de demonstrar a conduta que o auditor deve ter no momento em que sediscute os pontos de auditoria. Cabe ressaltar que durante o ano de 2018 a equipe de auditoria alcançou, em média, a quantidade de 177 horas de treinamento.
- Definição das equipes de auditoria e avaliação de conflito de interesses (questões 14, 17 e 20) – além dos normativos internos que buscam garantir que o auditor não emita opinião em operações nas quais possui algum tipo de conflito de interesse (conforme dispõe o item 52 da IN CGU 3/2017), a AUDIT apresentou evidências[1] de auditores que se declararam impedidos em virtude dessa condição.

Em que pese a dificuldade de aferição quanto aos respectivos pontos (objetividade e independência), a AUDIT declara que quando há prejuízo desses elementos na realização de seus trabalhos, estes são consignados em seus relatórios (questão 16).

É relevante ressaltar o item 52 da IN CGU 3/2017 no qual afirma que:

52. Os auditores internos governamentais devem se abster de auditar operações específicas com as quais estiveram envolvidos nos últimos 24 meses, quer na condição de gestores, quer em decorrência de vínculos profissionais, comerciais, pessoais, familiares ou de outra natureza, mesmo que tenham executado atividades em nível operacional.

Portanto, deve ser objeto de constante análise por parte dos gerentes e do Auditor Chefe se tais situações não estão ocorrendo quando da elaboração da equipe de auditoria sob pena de comprometimento da imparcialidade e objetividade das atividades executadas, e sobretudo, das evidências e resultados obtidos.

Adicionalmente, menciona também que na eventualidade de emitir opinião acerca de assunto no qual tenha prestado serviço de consultoria, é realizada uma avaliação para que não ocorra prejuízo quanto à objetividade e imparcialidade (questão 18), limitando sua atuação a assuntos relacionados à governança, gerenciamento de riscos e controles internos, conforme dispõe a IN CGU 3/2017 item 77. Ainda, na ocorrência desse evento, a AUDIT conta com o monitoramento de partes externas como a Controladoria Geral da União e o Comitê de Auditoria[4] (questão 19).

No que tange aos aspectos de independência e objetividade, foram identificadas evidências que a auditoria interna apresenta tais elementos. Contudo, alguns aspectos merecem destaque.

Inicialmente em relação aos temas destinados à treinamento da equipe. Acredita-se que incluir de forma direta essa temática (independência e objetividade) contribuirá para reforçar tais características, bem como a implantação do Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria que busca aferir dentre outros aspectos, a questão de independência de objetividade (maior detalhamento - vide Dimensão 4).

Ainda em relação as atividades realizadas no ano de 2018 sob a ótica da independência, o trabalho realizado no Postalís encontrou obstáculos quando ao acesso às informações necessárias. Esse ponto é relevante à medida que expõe um problema de governança entre os Correios e o Postalís, dado que se verifica nitidamente uma dificuldade da Patrocinadora não somente em obter informações, mas inclusive de supervisão e monitoramento das ações desenvolvidas por ela.

Nesse sentido, muito embora a auditoria interna tenha executado e finalizado suas atividades no Postalís em virtude de autorização obtida junto ao órgão de regulação (PREVIC), medidas **são necessárias para que o acesso, o monitoramento e a supervisão de tão importante parte relacionada seja o quanto antes sanado, sob pena de os Correios continuarem expostos à um risco, especialmente financeiro e de liquidez, desconhecidos pela ausência desses elementos.**

Como ponto de melhoria apontado pela AUDIT em relação ao desenvolvimento de um ambiente de cooperação para como Comitê de Auditoria, aponta a possibilidade de atuar nas reuniões ordinárias do mencionado Comitê assessorando-o em assuntos que dispõe de trabalhos realizados e evidências que contribuem para o melhor conhecimento acerca de temáticas específicas.

2.3. Dimensão 3 – Proficiência e Zelo Profissional (IIA 1200)

Segundo o IIA (2015, p. 6) os “auditores internos devem possuir o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna deve possuir ou obter coletivamente o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades”.

Nesse sentido, é esperado que a equipe de auditoria apresente um conjunto de conhecimento e habilidades necessários para o desenvolvimento de seus trabalhos. Uma organização como os Correios esse aspecto é um desafio constante em virtude das inúmeras especificidades que a organização apresenta.

Como evidência que os auditores internos e a equipe de auditoria possuem conhecimento, habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais, foi apresentado que para cada cargo ocupado (chefia, gerência, assessoria, analista, entre outros) há uma descrição das competências necessárias, o que deve contribuir para com o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria[5] (questões 21 e 22).

Por outro lado, afirmam que quando identificada a necessidade da opinião de especialista acerca de um assunto específico, conforme dispõe o IIA 1210.A1 (questão 23), não há prática de se requisitar esse tipo de assistência.

Como já afirmado, ante as características da organização e de suas mantidas – Postal Saúde e Postalís – a equipe de auditoria necessita de conhecimentos específicos para o desenvolvimento de suas atividades, como por exemplo, a avaliação do risco atuarial.

Um outro exemplo de conhecimento específico em que não há compartilhamento de conhecimento, bem como não é realizado pela equipe da AUDIT, diz respeito a auditoria de TI e de fraudes (questões 24 e 25). Segundo IN CGU 3/2017:

62. Os auditores internos governamentais devem possuir conhecimentos suficientes sobre os principais riscos de fraude, sobre riscos e controles de tecnologia da informação e sobre as técnicas de auditoria baseadas em tecnologias disponíveis para a execução dos trabalhos.

Atualmente, as informações que o Comitê de Auditoria dispõe acerca das fragilidades na área de TI advém da análise realizada pela auditoria independente. Os relatórios de controles internos da auditoria independente (BDO) no ano de 2018 apresentam fragilidades nessa área que é de extrema relevância, contudo, a auditoria interna ainda não dispõe de um plano para realização dessa atividade. Adicionalmente, tais fragilidades não se restringem aos Correios, mas também às empresas patrocinadas (CorreiosPar, Postal Saúde e Postalís).

Assim como apontado pelo relatório da Secretaria Geral de Controle Externo e da Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Auditoria Exposição da Administração Pública Federal a Fraude e Corrupção) do Tribunal de Contas da União, a AUDIT ainda não dispõe de conhecimento acerca dos procedimentos necessários para a realização de auditoria para avaliação de risco de fraude.

A ausência desse conhecimento traz impactos diretos aos itens já avaliados pelo Tribunal de Contas da União: a) ausência de atribuição à auditoria interna pela competência de avaliar a eficácia e contribuir para a melhoria dos processos de controle relacionados ao risco de fraude e corrupção (item 3121H); b) ausência de Plano Anual de Auditoria Interna com objetivo de avaliação dos controles de mitigação do risco de fraude e corrupção (item 3122G) e c) ausência de relatório contendo resultados de trabalhos de avaliação nos controles de mitigação do risco de fraude e corrupção (item 3123I).

Para minimizar aspectos relacionados às competências necessárias para o desenvolvimento da atividade de auditoria interna, é relevante a elaboração de um diagnóstico acerca das lacunas de conhecimento na equipe de auditoria e a partir daí a elaboração de um plano de ação.

Parte desse aspecto vem sendo realizado pela AUDIT por meio do PAINT e da capacitação de sua equipe, que no ano de 2018 não somente apresentou uma média per capita de 177 horas, como ofertou um elenco de diversificados temas (questão 27).

Contudo, verifica-se que há um espaço para melhorias, a exemplo da capacitação da equipe para avaliar o risco de fraude e a maneira como é gerenciado pela organização, como dispõe a Norma IIA 1210.A2 (questões 24, 28 e 29). O aspecto positivo é que esse assunto já foi identificado pela chefia e gerência e foi incluído como a ação de capacitação - “Como a auditoria lida com fraudes” prevista no Plano de Capacitação da Auditoria - PAINT 2019.

Um outro ponto a ser observado diz respeito ao programa de avaliação individual que compreende o desempenho de cada auditor, plano de ação de desenvolvimento a partir dos pontos fracos e alocação do profissional de acordo com seus pontos fortes para áreas de sua afinidade (IIA 1230) (questão 30). À medida que esse tipo de ação é desenvolvida há maior probabilidade de aproveitamento do auditor em áreas de maior afinidade e com isso um maior aproveitamento de sua experiência, resultando em achados e relatórios de auditoria mais robustos.

2.4. Dimensão 4 – Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria (IIA 1300)

A implantação de um programa de garantia de qualidade das atividades de auditoria interna busca o desenvolvimento de um ambiente de melhoria contínua das ações desenvolvidas pela unidade de auditoria interna. Assim sendo, o IIA acredita que o programa de garantia de qualidade deve prever ações de avaliação das atividades desenvolvidas com vistas a identificar oportunidades de melhoria.

Um programa de garantia de qualidade e melhoria é desenvolvido para permitir uma avaliação da conformidade da atividade de auditoria interna com as Normas e uma avaliação quanto a se os auditores internos observam o Código de Ética. O programa também avalia a eficiência e a eficácia da atividade de auditoria interna e identifica oportunidades de melhoria (IIA 1300).

A esse respeito a IN CGU nº 3/2017 também destina uma seção própria (Seção III – Gestão e Melhoria da Qualidade) com objetivo que cada unidade interna de auditoria governamental busque promover “uma cultura que resulta em comportamentos, atitudes e processos que proporcionam a entrega de produtos de alto valor agregado, atendendo às expectativas das partes interessadas” (item 105 da IN CGU 3/2017). Não menos importante, estabelece que essa atribuição é de “responsabilidade de todos os auditores internos, sob a liderança do Responsável pela UAIG” (item 105 da IN CGU 3/2017).

Dentre as ações necessárias a serem desenvolvidas internamente, as Norma do IPPF[6] estabelecem a realização de monitoramento contínuo e avaliação ou autoavaliações periódicas. Para tanto as questões 31, 32 e 33 avaliam a existência desses aspectos, porém, atualmente a AUDIT não dispõe de um programa de garantia de qualidade e melhoria.

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de se buscar ações para a implantação do programa de garantia de qualidade e melhoria, dentre elas: a) Monitoramento contínuo[7] do desempenho (IIA 1311); b) Autoavaliações ou avaliações periódicas[8] realizadas por outras pessoas da organização com conhecimento suficiente[9] das práticas de auditoria interna; c) avaliação externa[10] a cada 5 anos por um avaliador, ou equipe de avaliação, qualificado e independente[11, 12] (IIA 1312); e d) relatórios quanto aos resultados do programa de garantia de qualidade e melhoria (IIA 1320).

Ciente desse aspecto, a AUDIT informa que a implantação do mencionado programa é um projeto em andamento que busca suprir as lacunas atualmente existentes e identificadas nos itens ora avaliados.

2.5. Dimensão 5 – Normas de Desempenho (IIA 2000)

A dimensão destinada a avaliação das normas de desempenho busca primordialmente identificar se o gerenciamento das atividades da auditoria interna é desenvolvido com vistas a adicionar valor à organização.

Para tanto as Normas do IPPF estabelecem como evidências dessas características, ou seja, há uma gestão eficaz se:

- Os resultados do trabalho da atividade de auditoria interna cumprem com o propósito e a responsabilidade incluídos no estatuto de auditoria interna;
- A atividade de auditoria interna está em conformidade com as Normas;
- Os indivíduos que fazem parte da atividade de auditoria interna demonstram conformidade com o Código de Ética e com as Normas.
- A atividade de auditoria interna considera as tendências e questões emergentes que podem impactar a eficácia da atividade de auditoria interna.

De um modo geral, os itens avaliados nessa dimensão apresentam um estágio maduro dado que os procedimentos de planejamento, alocação de recursos, políticas e procedimentos, bem como o de comunicação das atividades de auditoria interna são devidamente desenvolvidas e documentadas de acordo com os itens avaliados.

Destaca-se por exemplo o planejamento dos trabalhos da atividade de auditoria interna é baseado em uma avaliação de riscos documentada e padronizada, sempre considerando os riscos estratégicos da empresa e realizada pelo menos anualmente (IIA 2010.A1), considerando inclusive informações da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria (questões 34 e 35).

Cabe destacar a evolução que a AUDIT apresentou na elaboração do PAINT/2019 em relação ao ano anterior, dado que além de buscar cumprir os itens estabelecidos pela IN CGU 9/2018, dentre eles a análise dos riscos estratégicos, processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos para a definição dos temas a serem auditados, foi incorporada a técnica estatística AHP (Analytic Hierarchy Process) que busca minimizar a discricionariedade quanto a classificação dos riscos e a elaboração de sua matriz.

Há também a nova proposta de metodologia para o *follow-up*, que atualiza os procedimentos internos à IN CGU 08/2017 com vista a dispor de nomenclaturas a partir da aplicação do conceito de recomendações estruturantes, facilitando e focando o monitoramento dos pontos de auditoria em itens que merecem atenção da organização.

Adicionalmente, e não menos importante, a AUDIT leva em consideração as principais referências da área no estabelecimento da avaliação dos riscos que afetam os Correios, tais como: COSO e ISO 31000, e para a elaboração do denominado “kit de auditoria” que busca caracterizar o risco do objeto auditado o uso da a matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência)[13].

Um outro ponto de destaque em relação as atividades realizadas pela AUDIT é a avaliação dos controles internos por meio de matriz a partir do COSO, que a partir dos 5 componentes e princípios de controle dessa estrutura conceitual mensura a maturidade da estrutura dos controles internos dos Correios – tipificada em 2017 com pouco eficazes.

Sob os aspectos formais, destacam-se os seguintes pontos: a) alterações significativas previstas no decurso da auditoria são comunicadas à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria (questão 37)[14]; b) elaboração de matriz orçamentária e alocação dos recursos necessários para a realização das auditorias (questão 39); c) Asseguração pelo Chefe de Auditoria do cumprimento das políticas e procedimentos que servem de orientação das atividades de auditoria interna (questão 40); d) descrição clara de todos os cargos devidamente formalizado (questão 42); e) apresentação tempestiva de relatórios periódicos à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria (questões 44, 45, 46 e 47)

Entretanto, 3 pontos merecem atenção, que embora não recaiam somente sobre a responsabilidade da AUDIT, devem ser comentados:

1) Interação das atividades da AUDIT com a auditoria externa (questão 43): desde o início das atividades desenvolvidas pelo Comitê de auditoria, verifica-se pouca interação entre a auditoria interna e a auditoria externa. Esse aspecto salta aos olhos especialmente durante a execução das atividades desenvolvidas por ambas no Postalís. Ante ao cenário identificado durante o ano de 2018; enquanto a auditoria independente (BDO) afirma não possuir qualquer dificuldade de acesso às informações da Patrocinada, a auditoria interna não conseguiu concluir em tempo as atividades de campo junto ao Postalís em virtude das limitações impostas para sua realização. Certamente se houvesse maior interação entre as auditorias, tais dificuldades poderiam ser melhor equacionadas, mas sobretudo, essa interação proporciona que de evite a duplicação de trabalho e, maior troca de experiências e informações acerca do objeto

auditado, promovendo desse modo, maior qualidade nos achados (IIA 2050). Contudo, é relevante destacar que essa dificuldade de interação também foi assunto do Comitê de Auditoria durante o ano de 2018, em que em sua primeira reunião com a BDO ao questionar acerca das ações desenvolvidas no Postalís obteve a seguinte resposta:

Os membros do COAUD indagaram sobre as estratégias de abordagem da Auditoria Independente junto ao Postalís e a evolução do trabalho em 2017. O representante da BDO - Otávio Oliveira, informou que os auditores estão na empresa desde 2016 e que os principais assuntos já foram expostos nos relatórios anteriormente apresentados aos órgãos colegiados. Informou que os papéis de trabalho não serão disponibilizados em razão de sigilo. Destacou ainda que o planejamento das atividades de Auditoria Independente somente é concluído após o término do 3º trimestre, momento em que poderá apresentar ao COAUD. Os membros do COAUD ressaltaram a primordialidade de terem disponíveis as informações de Auditoria Independente para apoiar as atividades do Comitê, favorecendo a análise dos assuntos com maior profundidade, incluindo-se a avaliação das recomendações. Nesse ponto ressalta-se que, embora não solicitado, foram disponibilizados os seguintes documentos: projeto básico para contratação de Auditoria Independente e contrato da prestação de serviços nº 244/2017, documentos estes que não contribuíram com o objetivo da análise proposta para 3ª ROCAUD. [Trecho de ATA da 3ª ROCAUD/2018].

2) Interação das atividades da AUDIT com a Diretoria Executiva para elaboração da matriz de riscos: para a elaboração do PAINT/2019 foi realizada circularização pela AUDIT solicitando dados sobre processos e projetos (iniciativas estratégicas ou projetos setoriais) para nove áreas (Presidência e às Vice-presidências). Como retorno, foram obtidas as mesmas informações que já se dispunha junto à área de planejamento. O aperfeiçoamento do planejamento de auditoria passa pelo compartilhamento de conhecimento do gestor acerca dos principais riscos organizacionais, que pode ir além do que está relatado formalmente dada a experiência vivida no dia a dia. Desse modo, à medida que há maior envolvimento das áreas e dos gestores, espera-se que os riscos sejam aferidos com maior fidelidade e, com isso, auxiliando o estabelecimento das prioridades das atividades a serem desenvolvidas pela AUDIT.

3) Descrição clara de todos os cargos: em que pese esse aspecto ser atendido dado que há formalmente a descrição das funções dos empregados que estão lotados na auditoria - Analista VII (auditor); Analista IX (coordenação de equipe) e Analista X (supervisão de equipes), ainda não há critérios objetivos para a promoção entre as funções, o que pode se afirmar não ser uma boa prática de governança.

Bloco IV - Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Independente

Em atenção ao item 4.7.4, letra “e”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destina-se a avaliar a efetividade dos trabalhos de Auditoria Independente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no exercício de 2018, a luz do formulário de avaliação desenvolvido por este colegiado que possui uma escala que varia de 0 a 4, onde: 0 (Não se aplica), 1 (Ruim), 2 (Regular), 3 (Bom) e 4 (Ótimo).

A norma internacional de auditoria ISA (*International Standard on Auditing*) – 260 *Communication with those charged with governance* (Comunicações de questões de auditoria com os encarregados da governança) apresenta lista de assuntos, não exaustiva sobre temas que os auditores independentes normalmente devem tratar. Especialmente nos momentos de abordagem desses assuntos ocorrem ricas interações com os auditores. São circunstâncias relevantes para que o Comitê de Auditoria possa observar a atuação dos auditores independentes e formar uma avaliação sobre a qualidade de seus serviços.

O foco do COAUD dos Correios na avaliação dos auditores, foi dividido em sete tópicos: Estrutura da firma e capacitação, Direcionamento dos recursos e dedicação, Resultados, Comunicação, Plano de Auditoria, Custos e Independência.

Além da opinião do COAUD no referido relatório, destaca-se que foram emitidas avaliações por setores de forma independente (AUDIT, DETRI, SUCON, DECON) e de forma colegiada (VIFIC), que foram considerados na avaliação final da firma de auditoria independente.

É imperioso destacar que, na data da divulgação desse relatório, os trabalhos de auditoria referente ao exercício não estavam findados, portanto, as notas e opiniões descritas abaixo poderão sofrer alterações relevantes após a conclusão desses trabalhos.

Entendemos ser de grande valia a divulgação desse relatório sempre ao final do primeiro semestre, com o objetivo de se avaliar o trabalho da firma de auditoria independente de forma mais ampla e precisa, e após a emissão do Relatório de Auditoria acerca do exercício anterior (no caso as Demonstrações Financeiras de 2018).

1. Estrutura da firma e capacitação

No mundo dinâmico e ágil que as empresas operam, é de fundamental importância que a firma de auditoria independente possua uma estrutura compatível com a empresa auditada e que tenham adequado conhecimento não apenas das normas e legislações contábeis, mas, também do segmento em que a empresa atua, uma vez que isso, certamente contribui para abordar melhor as questões estratégicas e operacionais dos negócios e os aspectos regulatórios que possam existir.

A nota atribuída a esse tópico foi de 2,42 (De regular para bom). Destaca-se que contribui significativamente para a nota deste tópico a troca do sócio responsável pela auditoria, que não foi substituído no primeiro momento por um profissional equivalente, o que comprometeu a eficácia dos trabalhos durante o segundo semestre de 2018, gerando retrabalhos e discussões sobre pontos que já estavam pacificados e/ou superados.

Adicionalmente, informamos que com a chegada do novo sócio em 01/2019, a qualidade e capacitação dos profissionais envolvidos evoluiu substancialmente, o que leva a entender que haverá uma melhora nesse tópico nas próximas avaliações. Essa expectativa, possui embasamento no plano de auditoria apresentado em 14/02/2019, no qual consta uma equipe satisfatória de especialistas em diversas áreas que irão contribuir para um melhor entendimento da atividade operacional da empresa auditada.

2. Direcionamento dos recursos e dedicação

O COAUD nesse tópico analisou se os honorários pagos a firma de auditoria independente foram devidamente retribuídos e direcionados para a elaboração do trabalho, colocando a disposição da empresa auditada profissionais de diversas áreas, como por exemplo Impostos, Fraude, Riscos, Trabalhistas, dentre outros além da efetiva dedicação do sócio da auditoria ao desenvolvimento do trabalho, pois, acredita-se ser a pessoa mais capacitada da equipe para dirimir eventuais dúvidas.

A nota atribuída a esse tópico foi de 2,75 (De regular para bom). Reiteramos que, contribui significativamente para a nota deste tópico a troca do sócio responsável pela auditoria, que não foi substituído no primeiro momento por um profissional equivalente, o que comprometeu a eficácia dos trabalhos, gerando retrabalhos e discussões sobre pontos que já estavam pacificados e/ou superados.

3. Resultados

A qualidade dos relatórios, sua precisão e tempestividade são um fator essencial no processo de auditoria, considerando as expectativas criadas, compromissos assumidos com todas as partes relacionadas, acionistas e mercado quanto à divulgação de informações.

Em todas as dimensões o resultado do trabalho produzido pelo auditor independente tem relevância, pois, nas mais diferentes áreas e especificidades tratadas, é no relatório final que se materializam as questões debatidas e os posicionamentos assumidos em decorrência da execução dos trabalhos de auditoria.

O COAUD ressalva, no entanto, que na data da divulgação desse relatórios, não estavam findados os trabalhos de auditoria referente ao exercício de 2018, e que a opinião atribuída abaixo se limita quanto ao cumprimento do cronograma do plano de auditoria até o presente momento, o alinhamento dos procedimentos de auditoria e a comunicação existente entre a firma de auditoria e a empresa auditada.

A nota atribuída a esse tópico foi de 3,00 (bom), contudo há que se destacar as ressalvas elencadas acima.

4. Comunicação

Entendemos que o auditor deve se comunicar com o comitê de auditoria e demais órgãos da ECT (DECON, DETRI, AUDIT, SUCON e DECON) em diversos momentos

- a) Ao ser contratado ou ter a continuidade do seu trabalho confirmado;
- b) Durante o planejamento dos trabalhos;
- c) Na execução e finalização da auditoria; e
- d) Certamente em várias ocasiões, especialmente quando surgem problemas relevantes.

Nesse contexto é importante estabelecer uma agenda de reuniões frequentes para assegurar que esses órgãos compreendam totalmente as etapas do ciclo de auditoria e possam contribuir para a eficácia do trabalho.

Em nossa avaliação, a nota neste tópico foi de 2,5 (De regular para bom). Destaca-se como ponto de melhoria a comunicação mais frequente com o COAUD. Vale destacar que o COAUD iniciou as suas atividades em 07/2018 e as primeiras interações com a auditoria externa não foram proveitosas, pois, os responsáveis que interagiram com o COAUD não possuíam informações relevantes para uma eficiente discussão sobre os trabalhos e se limitava a mencionar que as informações disponíveis estavam explícitas no relatório de 2017 que já fora disponibilizado.

Importante destacar, que tais fatos ocorreram em um momento de troca do sócio responsável pela auditoria, que coincide com a instalação do COAUD. Com o advindo no novo sócio em Janeiro/2019, a comunicação e o diálogo melhoraram significativamente, o que indica uma melhor avaliação nesse quesito para a próxima avaliação.

Destacamos também, a necessidade de uma maior interação com a auditoria interna, AUDIT, que desenvolve um trabalho relevante e pode ser uma excelente fonte de informações para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria externa. Os achados de auditoria e pontos de controle são fundamentais para esse trabalho.

5. Plano de auditoria

Ao avaliar esse tópico, o COAUD buscou identificar se o plano de auditoria apresentado cumpre adequadamente os prazos estabelecidos pela legislação vigente quanto a publicação, prazo de aprovação em órgãos colegiados (Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Assembleia Geral) da ECT.

A nota atribuída a esse tópico foi de 3,00. Destaca-se nesse ponto a necessidade de discussão do referido plano de auditoria logo no início do planejamento dos trabalhos. Por um problema de comunicação entre o COAUD e os auditores independentes, proveniente da troca do sócio responsável pela auditoria, o plano de auditoria para as demonstrações de 2018 só foram apresentadas ao COAUD na 6ª ROCAUD de 2019, realizada em 14/02/2019.

Apesar de satisfatório o plano de auditoria, muitas etapas já estão em curso ou conclusas o que compromete uma interação e proposição de melhorias por parte deste colegiado.

6. Custos

O objetivo desse tópico é avaliar se o custo do serviço de auditoria está adequado a abrangência e a qualidade do serviço prestado.

Há que se destacar que por meio dos relatos de diversos órgãos ao COAUD, em especial a SUCON, não existe um histórico de propostas que possam gerar uma comparação com demais firmas de auditoria de igual relevância.

Nesse quesito, a firma de auditoria contratada BDO, possui uma particularidade, pois, não está no nível das firmas de auditoria conhecidas como *Big Four* (Deloitte, PWC, EY e KPMG), e está em um nível acima das demais firmas de auditoria de menor relevância.

Considerando a abrangência do serviço prestado (ECT e mantidas), a complexidade e riscos da organização a nota atribuída a esse tópico foi de 3,00 (bom).

7. Independência

Para estar apto a realizar seu trabalho, o auditor independente deve observar as regras definidas no âmbito da sua profissão e do ambiente regulatório no qual o cliente está inserido. Especificamente, o tema de independência é um assunto que permeia as atividades do auditor já no momento inicial de avaliação da aceitação dos trabalhos e segue durante toda a sua execução.

A Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants – IFAC*), por meio de seu comitê de ética (*International Ethics Standards Board of Accountants -IESBA*) emitiu um código de ética que indica possíveis situações de risco relacionadas com o tema da independência do auditor e apresenta sugestões e cuidados a serem considerados nessas situações.

No Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aderiu integralmente ao referido código internacional, e as demais entidades reguladoras (CVM, BCEN e SUSEP) seguiram substancialmente as mesmas normas com algumas particularidades.

A independência é, portanto, um tema de considerável relevância no contexto das atividades do COAUD e precisa ser observado nas relações com os auditores independentes, pois, pode ter impacto na validade do serviço prestado a empresa contratante.

É um tema amplo, que afeta não somente os integrantes da equipe de auditoria como também os tipos de serviços que os auditores podem prestar para a empresa auditada.

Desta forma, o objetivo do COAUD nesse tópico foi assegurar-se de que a independência do auditor não esteja comprometida.

A média obtida nesse tópico foi de 3,25 (de bom para ótimo). Cabe destacar que não existe nenhum elemento que justifique qualquer tipo de suspeição sobre a auditoria independente e que a nota provavelmente não atingiu o seu nível máximo por uma necessidade de melhoria de algumas questões nesse tópico, que poderiam não ter uma escala de 0 a 4, mas, sim um questionamento objetivo de sim e não.

O COAUD entende a necessidade de revisar o formulário para as próximas avaliações, e no intuito de manter a transparência e retratar a avaliação da forma como foi construída, optou por manter o formulário com esse ponto de melhoria e fazer essa observação sobre a nota deste tópico.

Bloco V - "Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras" e Bloco VI - "Eventuais divergências entre a Auditoria Independente, Diretoria Executiva e o COAUD relativas às demonstrações contábeis e os relatórios financeiros"

O Comitê não dispõe das demonstrações financeiras, estando portanto, impossibilitado de opinar neste momento. As informações serão analisadas em julho de 2019, quando o relatório integrado estiver finalizado.

Bloco VII - Conclusão Geral

A seguir, são apresentadas as principais conclusões e recomendações:

- **Relatórios COAUD 2018:**

1. PAINT e RAIN (Relatório nº 1/2018-COAUD): necessidade de conscientização dos gestores das áreas envolvidas quanto à adequação das respostas às manifestações e recomendações da AUDIT nos quesitos tempo e qualidade. Constatou-se mais de 900 pontos de auditoria sem qualquer manifestação dos responsáveis.

2. Classificação das provisões (contingências – grau de risco) - Relatório nº 1/2018-COAUD:

a) Necessidade de revisão dos procedimentos internos de análise e mensuração – a atribuição dos valores passíveis de serem reconhecidos ou não no patrimônio dos Correios, deve levar em consideração a melhor estimativa dos impactos que cada processo trará no patrimônio da organização, considerando-se a aderência dos pedidos formulados e a probabilidade de êxito.

b) Revisão dos processos até a data da implementação dos novos procedimentos de análise – há necessidade de revisão dos processos atuais de acordo com os novos procedimentos. Diante do expressivo volume de pastas e a necessidade de sua revisão, as pastas podem merecer especial atenção quanto a probabilidade de vir a tornar a ser um risco provável, e com isso estarem sujeitas ao reconhecimento no passivo dos Correios. A sugestão do COAUD, portanto, não é outra senão a de se promover um escalonamento na análise das “pastas”, iniciando-se pelas supramencionadas.

c) Divulgação apresentada nas Demonstrações Financeiras dos Correios ao final do 2º Trimestre de 2018 – o modo em que é relatada a situação ora descrita em Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre de 2018 (DECON/VIFIC) poderá ser melhorada com objetivo de retratar os procedimentos adotados para análise do contencioso e sua classificação como provável, possível ou remota.

d) Divulgação em Notas Explicativas das Contingências Ativas – não obstante a confiante posição adotada frente ao assunto – Imunidade Tributária, o COAUD posiciona-se de acordo com a Nota Técnica DETRI/VIFIC 261/2017, considerando o risco que há do reconhecimento ativo contingente.

3. Proposta de enquadramento dos recursos de logística integrada como estratégicos vinculados à atividade finalística dos Correios. Inaplicabilidade de licitação. Limites de competência do COAUD (Relatório nº 3/2018-COAUD): em que pese a inaplicabilidade de licitação apresentar uma oportunidade para que os Correios venham dispor de maior agilidade e competitividade, é justa a preocupação do Conselho de Administração de que a simplificação de procedimentos que buscam garantir os princípios da administração pública possam, também, abrir oportunidades para que tais princípios não sejam alcançados. Nesse cenário, destaca-se que o nível de eficácia dos Controles Internos conforme apresentado no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAIN 2017, p.6) é classificado como pouco eficazes ou medianamente eficazes, com viés de baixa. Adicionalmente, os últimos relatórios da Auditoria Interna apresentados a este Comitê vão ao encontro dessa avaliação, demonstrando uma baixa aderência organizacional ao cumprimento ou realização dos procedimentos formalmente estabelecidos.

4. Relatório Técnico nº 7/2018/GCOP-SUCON (Relatório nº 5/2018-COAUD): no eventual descumprimento das exigências regulatórias, principalmente o disposto no artigo 4º da Resolução CGPAR 22/2018, é imperativo que a Diretoria Executiva solicite à operadora a elaboração de plano de ação a ser submetido ao Conselho de Administração, o qual será responsável por sua supervisão, notadamente: a) definição de metas a serem atingidas pela Postal Saúde em relação ao desempenho da saúde assistencial; b) mapeamento de riscos estratégicos; c) definição de indicadores de monitoramento das metas estabelecidas e dos riscos mapeados; d) monitoramento contínuo dos riscos estratégicos e das metas estabelecidas; e) definição expressa dos responsáveis (pessoal, área, Departamento) para o regular acompanhamento do cumprimento das metas e mapeamento de riscos; f) elaboração de política de consequência – acredita-se que a definição dos itens ora mencionados somente terá eco à medida que os responsáveis por cada uma das etapas possam ser avaliados e cobrados de acordo com as suas responsabilidades e compromissos estabelecidos e assumidos organizacionalmente.

- **Avaliação da efetividade dos sistemas de Controle Interno**

A governança é uma jornada, o que significa dizer que é dinâmica, uma vez iniciada exige enfrentamento, continuidade e aperfeiçoamento. A análise dos três itens propostos (Risco, Controladoria e Plano de Trabalho da BDO), atestam a fase inicial pela qual a gestão de risco se encontra nos Correios.

A proposta de classificação se efetiva, ou seja, a organização encontra-se, no máximo, no nível FRAGMENTADO.

Quanto à Corregedoria, verifica-se a urgente necessidade de se promover a reestruturação do setor, para que o mesmo possa atender as diversas demandas que lhes são de sua competência, conforme demonstrado.

A opção pelo enfrentamento desses tópicos se deu porque consistem os mesmos na base dos demais.

Neste primeiro semestre de 2019, o COAUD continuará monitorando as questões trazidas neste relatório, trabalhando para uma melhora na classificação de risco da empresa.

Além disso, se dedicará no enfrentamento das demais questões, como aquelas indicadas no Plano de Trabalho da BDO.

- **Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Interna**

Este bloco destinou-se a avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna dos Correios no exercício de 2018, a luz Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

Desse modo, esse relatório apresentou a avaliação das 5 das 10 dimensões elaboradas para avaliação da auditoria interna, a qual resultou, de um modo geral em uma aderência superior a 85% das questões avaliadas (7/47).

É importante esclarecer que o objetivo não é a obtenção de somente obter um alto percentual em razão de apresentar evidências positivas quanto as questões ora avaliadas, mas sobretudo, identificar a luz das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna aspectos que avaliem em que parâmetros se dá a atuação da auditoria interna, bem como destacar elementos que podem trazer melhorias nessa atuação.

Nesse sentido um dos desafios contínuos de uma equipe de auditoria como a dos Correios diz respeito a necessária atualização de seus auditores de acordo com as especificidades da organização e suas mantidas (Postal, Postal Saúde e CorreiosPar). Assim, em que pese o excelente quantitativo de horas de treinamento alcançado pela equipe no ano de 2018, temas específicos como auditoria de risco de fraude e auditoria de TI constituem-se desafios ainda a serem superados. Maior ênfase em treinamentos que qualifiquem a equipe no que tange a objetividade, imparcialidade e ceticismo é algo que também merece atenção.

Não menos importante, a implantação do Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria é um aspecto a ser observado, bem como maior interação com a auditoria independente.

Apesar dos pontos ora mencionados, verifica-se o cumprimento de aspectos relevantes, bem como a busca permanente pela melhoria contínua, a exemplo do aperfeiçoamento dos procedimentos para elaboração da matriz de riscos do PAINT 2019 e nova proposta de metodologia para o *follow-up*, que atualiza os procedimentos internos à IN CGU 08/2017.

- **Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Independente**

Não obstante as ressalvas elencada nesse relatório sobre a tempestividade de emissão do relatório de avaliação antes do término do trabalho da firma de auditoria e o lapso temporal decorrido da troca do sócio da empresa responsável, que contribuiu negativamente para o resultado da avaliação final, o COAUD entende que a firma de auditoria, BDO, vem desempenhando um trabalho regular para bom.

Existe a necessidade latente de maior interatividade da equipe responsáveis com as áreas diversas da ECT, dentre as quais destacamos AUDIT e COAUD para troca de informações, alinhamento de expectativas e feedback da condução do trabalho. Sobre o COAUD, damos ênfase que as ações contidas no plano de trabalho da firma de auditoria independente seja sempre apresentada a esse colegiado de forma sistêmica para o devido acompanhamento dos trabalhos.

Destacamos também a necessidade de um maior acompanhamento do contrato por parte do gestor do contrato, SUCON, com o objetivo de acompanhar a evolução dos trabalhos e a prestação de contas dos serviços prestados pela firma de auditoria.

Acreditamos que com a chegada do novo sócio da firma de auditoria, tenhamos uma evolução significativa nessa avaliação, lastreada no aumento do efetivo por parte da contratada com times de especialistas, e, sobretudo, na maior interatividade com os órgãos colegiados.

No que tange a "avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e eventuais divergências entre a Auditoria Independente, Diretoria Executiva e o COAUD relativas às demonstrações contábeis e os relatórios financeiros", o Comitê não dispõe das demonstrações financeiras, estando portanto, impossibilitado de opinar neste momento. As informações serão analisadas em julho de 2019, quando o relatório integrado estiver finalizado.

Tiago Fantine Magalhães

Presidente do Comitê de Auditoria

Haroldo Márcio Inês

Membro do Comitê de Auditoria

Rodrigo de Souza Gonçalves

Membro do Comitê de Auditoria

Anexos (SEI 5653667):

I - Questionário Governança de Riscos Corporativos (GRCorp)

II - Pesquisa COAUD para Conselho de Administração

III - Apêndices 1 a 5

Comentários referenciados

[1] 4.7.4 Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, conforme subitem 7.1 deste Regimento Interno, relatório semestral com informações sobre: d) a avaliação da efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna;

[2] Como evidências adicionais foi apresentada relação de todas as ações de capacitação realizadas no ano de 2018, contendo o título da ação, carga horária, temas desenvolvidos e trabalhos internos que apresentam relação com o conteúdo ministrado (vide documentos anexados ao relatório 6 – SEI 53180.025125/2018-75).

[3] Foram apresentadas mensagens eletrônicas de 7 e 28 de dezembro de 2018, no qual os auditores declararam-se impedidos quando da formação de equipes em temas nos quais estiveram envolvidos nos últimos 24 meses (vide documentos anexados ao relatório 6 – SEI 53180.025125/2018-75).

[4] Destaca-se que o Comitê de Auditoria iniciou seus trabalhos em 26 de julho de 2018 e até o presente momento (fevereiro de 2019) não foi comunicado ou identificou situação dessa natureza (atuação conflitante com os objetivos da AUDIT que comprometa sua objetividade e independência).

[5] Além da resposta ofertada nas questões 21 e 22, a equipe de auditoria apresentou como evidência adicional a descrição pormenorizada do conhecimento, das habilidades e competências necessários para ocupar cada um dos cargos: chefia, gerência, assessoria, analista, entre outros (vide documentos anexados ao relatório 6 – SEI 53180.025125/2018-75).

[6] International Professional Practices Framework - IPPF

[7] O monitoramento contínuo é uma parte integrante da rotina diária de supervisão, revisão e avaliação da atividade de auditoria interna. O monitoramento contínuo está incorporado às políticas e práticas rotineiras utilizadas para gerenciar a atividade de auditoria interna e utiliza os processos, as ferramentas e as informações consideradas necessárias para avaliar a conformidade com o Código de Ética e com as Normas.

[8] As avaliações periódicas são conduzidas para avaliar a conformidade com o Código de Ética e com as Normas.

[9] O conhecimento suficiente das práticas de auditoria interna requer, pelo menos, a compreensão de todos os elementos da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework* - IPPF).

[10] Avaliações externas aperfeiçoam programas de garantia de qualidade e melhoria e podem ser realizadas por meio de uma avaliação externa completa ou uma autoavaliação com validação externa independente. O avaliador externo deve concluir quanto à conformidade com as Normas; a avaliação externa também pode incluir comentários operacionais ou estratégicos.

[11] Um avaliador ou equipe de avaliação qualificada demonstra sua competência em duas áreas: a prática profissional de auditoria interna e o processo de avaliação externa. A competência pode ser demonstrada por meio de uma combinação de experiência e aprendizado teórico. A experiência obtida em organizações de mesmo porte, complexidade, setor ou indústria e de conteúdo técnico similar é mais importante do que a experiência em outras áreas menos relevantes.

[12] Um avaliador, ou equipe de avaliação, independente significa não ter qualquer conflito de interesses real ou percebido, e não fazer parte ou estar sob o controle da organização à qual a atividade de auditoria interna pertence.

[13] Vide documentos de referência citados no relatório – SEI 53180.025125/2018-75.

[14] Um exemplo de comunicação ocorrida ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração no ano de 2018 foi a limitação encontrada na auditoria do Postalís, finalizada somente em janeiro de 2019.

Referências

BRASIL. **Instrução Normativa CGU nº 3 de 09 de junho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. 2017.

Institute of Internal Auditors (IIA). **Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna**. 2015.

Tribunal de Contas da União (TCU). **Auditoria Exposição da Administração Pública Federal a Fraude e Corrupção**. 2018.



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Marcio Ines, Membro Coaud**, em 22/02/2019, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Fantine Magalhaes, Membro Coaud**, em 22/02/2019, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Souza Goncalves, Membro Coaud**, em 22/02/2019, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5528355** e o código CRC **A046DF5E**.



RELATÓRIO - Nº 7/2019
COAUD

Processo nº 53180.006151/2019-85

Assunto: 1º SEMESTRE/2019

APRESENTAÇÃO

O presente relatório consiste em atender ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, apresentando os resultados obtidos no âmbito de suas atribuições, no período compreendido entre janeiro a julho de 2019.

Na qualidade de órgão estatutário de caráter permanente, que atua como órgão de assessoria ao Conselho de Administração (CA), no tocante às funções de auditoria, supervisão, avaliação e fiscalização tem, dentre suas competências descritas no Regimento Interno do Comitê (item 4.7.4), a de:

“elaborar e submeter ao CA, relatório semestral sobre: as atividades desempenhadas pelo COAUD; a descrição das recomendações e conclusões apresentadas à Diretoria Executiva (DIREX) e os resultados alcançados; a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, da auditoria interna, dos trabalhos da auditoria independente, da qualidade das demonstrações financeiras; e eventuais divergências entre a auditoria independente, Diretoria Executiva e o COAUD, relativas as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros”.

O órgão atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, executando seus trabalhos como órgão consultivo e de assessoramento, sem exercer poder deliberativo ou atribuição executiva.

No período de Janeiro a Julho de 2019, o COAUD reuniu-se em 29 (vinte e nove) ocasiões programadas em encontros semanais com a participação, conforme definido em pauta previamente estabelecida, dos Auditores Internos, Auditores Independentes, Diretores Executivos, Assessores Especiais da Presidência e demais técnicos representantes das áreas, conforme assuntos abordados.

As informações estão estruturadas, por blocos, conforme abaixo discriminado e **deverão ser lidas em conjunto com o Relatório 1/2019 – COAUD.**

Bloco I - Atividades desempenhadas pelo COAUD no 1º semestre de 2019, com ênfase nas reuniões realizadas e nos assuntos abordados. Adicionalmente, informa sobre os relatórios elaborados pelo Comitê e as principais recomendações e conclusões referentes aos temas: Demonstrações Financeiras de 2018; Precificação de Ativos – Postalís; Relatório Resumido para composição do Relatório Integrado – 2018; Programa de Dispêndios Globais – PDG; CGPAR_22 – Postal Saúde;

Bloco II - Avaliação da Gestão de Riscos;

Bloco III - Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos;

Bloco IV - Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Interna;

Bloco V - Avaliação da efetividade dos trabalhos de Auditoria Independente;

Bloco VI - Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras;

Bloco VII - Eventuais divergências entre a Auditoria Independente, Diretoria Executiva e COAUD, relativas às demonstrações contábeis e os resultados financeiro;

Bloco VIII - Conclusão

BLOCO I - ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO COAUD

As informações constantes neste Relatório foram fundamentadas com base nos normativos internos, legislações vigentes e peças complementares integrantes dos processos abrangidos pelo seu campo de atuação.

- 1. Reuniões com órgãos colegiados ou seus membros:** Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Presidente do CA, Membro do CA, Presidente dos Correios.
- 2. Reuniões com órgãos ou empresas externas:** BDO RCS Auditores Independentes, POSTAL SAÚDE, POSTALIS, VESTING, TCU. Ocasão em que são abordados os temas abrangidos no seu campo de atuação mediante apresentação dos relatórios, notas e comunicados a serem apresentados ao Conselho de Administração.
- 3. Reuniões com órgãos internos e dirigentes sobre temas abordados pelo COAUD, tais como:** PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna, RAIINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, Imunidade Tributária, Benefícios Pós Emprego, Demonstrações Financeiras, Classificação das Provisões (contingências - grau de risco), Principais Riscos que afetam a ECT, Planejamento Estratégico, Avaliação de Desempenho dos Administradores e Conselheiros Fiscais, Seguro de Responsabilidade Civil, Relatórios de Auditoria, CGPAR-22, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), Orçamento OBZ, Controle de Imóveis da ECT, Modelo de Margem de Contribuição (FIPECAFI), dentre outros.

DETALHAMENTO DOS TEMAS ABORDADOS

Reuniões com os Órgãos Colegiados ou seus membros

Conselho de Administração	2ª ROCA/2019, em 28/02/2019 - Apresentação de relatório semestral, referente ao 2º semestre de 2018 - (8ª ROCAUD);
	7ª RECA/2019, em 20/03/2019 – Acompanhamento da aprovação, pelo colegiado, das Demonstrações Financeiras de 2018, Relat mesmo período - Premissas atuariais (previdência e saúde) a serem utilizadas no cálculo dos benefícios pós-emprego concedi Correios, conforme legislações vigentes - Comunicação CA nº 022/2019 – (11ª ROCAUD);

	<p>4ª ROCA/2019, em 25/04/2019 - Explicação sobre o Relatório anual dos Auditores Independentes (BDO), e emissão de opinião, Contábeis do Instituto de Seguridade dos Correios e Telégrafos (Postalís), no exercício social de 2017 - (15ª ROCAUD);</p> <p>6ª ROCA/2019, 19/06/2019 – Acompanhamento da Apresentação do PDG 2020 e PPA 20/23. O conselho solicitou análise do tema J de parecer – (23ª ROCAUD);</p> <p>Em 24/07/2019 - Reunião com o membro do Conselho, Sr. Fábio Rezende Scarton Coutinho para tratar sobre Postal Saúde (CGPAR 2: 2018);</p> <p>7ª ROCA/2019, em 01/08/2019 – Acompanhamento da Apresentação do Relatório CGPAR/22 e apresentação do Relatório nº 22/2018 ROCAUD);</p>
Reunião Diretoria Executiva	<p>2ª REDIR/2019, em 18/01/2019 - Demonstrações Financeiras do Postalís 2016/2017 – BDO (2ª ROCAUD);</p> <p>17ª REDIR, em 30/04/2019 - Exposição sobre o tema "Gestão de Risco" - (16ª ROCAUD);</p> <p>Apresentação ao novo Presidente dos Correios e explicação sobre o Relatório Consolidado, referente à CGPAR 22/2018 – (29ª ROCAUD);</p>
Conselho Fiscal	3ª ROCF/2019, em 29/03/2019 – Explicação sobre Gestão de Riscos e Avaliação da Auditoria Interna e Externa – (12ª ROCAUD);

Reuniões com Órgãos ou Empresas Externas

BDO RCS Auditores Independentes	<p>1ª ROCAUD, em 11/01/2019 - Alinhamento referente benefício pós-emprego 2018 e Contingências Judiciais;</p> <p>6ª ROCAUD, em 14/02/2019 - Apresentação Plano de Trabalho – BDO RCS Auditores Independentes;</p> <p>8ª ROCAUD, em 28/02/2019 - Apresentação dos relatórios de aderência das premissas e hipóteses atuariais (Planos – BD, Post Repecificação de Ativos (Relatórios Técnicos Valuation FIDC e ATG - Postalís e Parecer atuarial Ativo Justo);</p> <p>9ª ROCAUD, em 08/03/2019 - Minuta do Relatório – Auditoria Independente;</p> <p>18ª ROCAUD, em 16/05/2019 – Acompanhamento do Plano de Trabalho - 2019 da BDO Auditores Independentes SS;</p>
Consultoria Atuarial VESTING	<p>1ª ROCAUD, em 11/01/2019 - Alinhamento referente benefício pós-emprego 2018 e Contingências Judiciais;</p> <p>8ª ROCAUD, em 28/02/2019 – Apresentação, pelo Consultor da VESTING, dos relatórios de aderência das premissas e hipóteses PostalPrev e Postal Saúde) e Repecificação de Ativos (Relatórios Técnicos Valuation FIDC e ATG - Postalís e Parecer atuarial Ativo BDO e dos representantes da Área Financeira). Importa destacar que o segundo item de pauta não foi realizado em virtude da discussão do primeiro item da pauta (premissas e hipóteses atuariais);</p> <p>25ª ROCAUD, em 04/07/2019 - Apresentação do Relatório de Controle Interno / 2018 Postalís;</p> <p>26ª ROCAUD, em 12/07/2019 - Apresentação do Relatório de Controle Interno / 2018 Postalís (cont.);</p>
Postal Saúde	<p>4ª ROCAUD, em 31/01/2019 - Ofício nº 1550/2018/COAOP/GAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE - Acompanhamento econômico 33910.016981/2017-50 (ANS – Postal Saúde);</p> <p>10ª ROCAUD, em 14/03/2019 - Relatórios de Auditoria 2017/2018 e follow- up. - (Chefe de Auditoria da Postal Saúde);</p> <p>13ª ROCAUD, em 05/04/2019 - Metodologia AUDIN - Postal Saúde - (Chefe de Auditoria da Postal Saúde);</p> <p>17ª ROCAUD, em 09/05/2019 – Apresentação dos Resultados das Ações constantes no Relatório nº 5/2019 – COAUD;</p> <p>18ª ROCAUD, em 16/05/2019 - Acompanhamento Follow-up da Postal Saúde. (Chefe de Auditoria da Postal Saúde);</p> <p>27ª ROCAUD, em 19/07/2019 - Relatório CGPAR Nº 22/2018 (Representantes da Postal Saúde e da DIEFI);</p> <p>27ª ROCAUD, em 19/07/2019 - Fluxo de Pagamento Assistencial (Representantes da Postal Saúde e do DCONT);</p> <p>28ª ROCAUD, em 25/07/2019 - Relatório Consolidado 2018 - CGPAR Nº 22/2018 / Situação da Postal Saúde (Representantes da Pos Presidência e DIEFI);</p> <p>28ª ROCAUD, em 25/07/2019 - Relatório Consolidado 2018 - CGPAR Nº 22/2018 / Situação da Postal Saúde (Representantes da Pos Presidência e DIEFI);</p>
Postalís	<p>17ª ROCAUD, em 09/05/2019 - Apresentação sobre as Demonstrações Financeiras – (Gerente da Controladoria e Contadora do Pos);</p> <p>21ª ROCAUD, em 06/06/2019 - Reunião para conhecer a sede do Postalís e apresentação das Demonstrações Financeira encaminhamento da 17ª ROCAUD – Postalís – (Gerente da Controladoria, Contadora e Atuário);</p>
Correiospar	6ª ROCAUD, em 14/02/2019 - Visão Geral da Empresa e dos Projetos. (Diretor da Correiospar);
Tribunal de Contas da União - TCU	6ª ROCAUD, em 14/02/2019 - Reunião com a Diretora do TCU para apresentação dos membros e aproximação com aquele órgão d

Reuniões com órgãos internos

Reunião/Data	ASSUNTO
1ª ROCAUD, em 11/01/2019	<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento referente benefício pós-emprego 2018 (Representantes da SUCON / DECON); Contingências Judiciais (DECON); Demonstrações Financeiras, Fluxo de Caixa (Patrimônio Líquido e Caixa), Execução Orçamentária e Desempenho Empresarial e Acompanhamento Indicadores; Estratégicos) novembro/2018 (SUCON/DECON).

2ª ROCAUD, em 18/01/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Gerencial de Auditoria – Novembro/2018 (AUDIT); Apresentação do Relatório de Auditoria Postalís/2017 - (AUDIT); Apresentação feita pelos representantes da SUCON / VIFIC das Carteiras de Investimentos dos planos de benefício pelo Postalís.
3ª ROCAUD, em 25/01/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Gerencial de Auditoria – Nov e Dez/2018 (AUDIT); Relatório de Auditoria - Postalís (AUDIT); Acompanhamento Indicadores Setoriais de novembro/2018 (SUCON);
4ª ROCAUD, em 31/01/2019	<ul style="list-style-type: none"> Ofício nº 1550/2018/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE Acompanhamento econômico-financeiro - Processo n (ANS – Postal Saúde) (Postal Saúde, VIFIC, DEJUR e DGORC); Portaria PRESI – GT – TAC – Postalís x Previc (Representantes da VIFIC); Definição das premissas financeiras - metodologia utilizada para o cálculo da taxa com base nos itens 83, 84 e 85 do Pronur (R1) - (Representantes da VIFIC / DECON); Café com Presidente da Empresa – apresentação das atividades desenvolvidas pelo COAUD- (PRESI); Contratações de Logística à luz da 13.303/2016 – Inaplicabilidade das regras de licitação e contratação direta (AUDIT).
5ª ROCAUD, em 08/02/2019	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da Auditoria Independente (AUDIT, SUCON, DECON e DETRI); Definição de premissas financeiras – Pós Emprego (DECON, DEFIN); Contingências Judiciais - sistema IUS (DEJUR e DECON); Avaliação de controle interno das Coligadas - (AUDIT).
6ª ROCAUD, em 14/02/2019	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação Plano de Trabalho – Auditores Independentes (BDO e VIFIC); Atividades de <i>Compliance</i> (Integridade e Conformidade), Gestão de Riscos e Controles Internos realizados em 2018 (DGORC)
7ª ROCAUD, em 22/02/2019	<ul style="list-style-type: none"> Ativo Fiscal Diferido (VIFIC).
8ª ROCAUD, em 28/02/2019	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação dos relatórios de aderências de premissas e hipóteses atuariais (Planos – BD, PostalPrev e Postal Saúde) (v DETRI); Reprecificação de Ativos (Relatórios Técnicos Valuation FIDC e ATG - Postalís e Parecer atuarial Ativo Justo) (VIFIC / DECON); Relatório Gerencial de Auditoria (Janeiro/2019), Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) 2018, Ajustes no Manual de Au
9ª ROCAUD, em 08/03/2019	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrações Financeiras Correios - Exercício 2018 (minuta) – (DETRI e DECON); Contratação Seguro Responsabilidade Civil - (DIGEP); Relatório Gerencial de Auditoria (Janeiro/2019) – (AUDIT); Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT) 2018 e ajustes no Manual de Auditoria (AUDIT); Avaliação dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do COAUD e COELE - (GGOV).
10ª ROCAUD, em 14/03/2019	<ul style="list-style-type: none"> Monitorar a execução do PAINT/2019 - (AUDIT); Contingência IUS – (DEJUR); Relacionamento AUDIT / AUDIN – (AUDIT).
11ª ROCAUD, em 20/03/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Gerencial de Auditoria (Fevereiro/2019), incluídas informações relativas ao monitoramento do cumprimento pela I de Auditoria – (AUDIT); Reunião com o Presidente dos Correios para exposição do conteúdo referente ao Relatório nº2/2019 – COAUD - (PRESI).
12ª ROCAUD, em 29/03/2019	<ul style="list-style-type: none"> Status FIPECAFI – (VIFIC); Avaliação de Desempenho dos Dirigentes (GEST); Discussão de critérios para escolha do Chefe da Auditoria - (COELE); Seguro Responsabilidade – Dirigentes - (DIGEP).
13ª ROCAUD, em 05/04/2019	<ul style="list-style-type: none"> Resultado Econômico-Financeiro Correios; Demonstrações Financeiras JAN/FEV 2019; Fluxo de Caixa (Patrimônio Líquido Projeção 2019; Execução Orçamentária (Exec. Invest. e PDG) JAN/FEV 2019 – (VIFIC); Avaliação de Desempenho dos Dirigentes – (DIGEP); Discussão de Critérios para Escolha do Chefe de Auditoria – (COELE).
14ª ROCAUD, em 12/04/2019	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho Empresarial (Indicadores Estratégicos e Setoriais - JAN/FEV 2019 - (VIFIC); Resultado Econômico-Financeiro Correios; Demonstrações Financeiras JAN/FEV 2019; Fluxo de Caixa (Patrimônio Líquido Projeção 2019; Execução Orçamentária (Exec. Invest. e PDG) JAN/FEV 2019 (VIFIC/DECON);

	<ul style="list-style-type: none"> Gestão das Subsidiárias, Coligadas, Controladas, Participadas e Mantidas (DGOVE/GGOE); Processo de Denúncia e Avaliação/Efetividade da Ouvidoria e seus Relatórios de Atividade (OUVID); Relatório Integrado TCU (DGOVE/GGOV); Critérios para seleção do Chefe da Auditoria (COELE).
15ª ROCAUD, em 25/04/2019	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do <i>Follow up</i> da Auditoria – (AUDIT).
16ª ROCAUD, em 30/04/2019	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de <i>Compliance</i> e Risco – (DECRI); Gestão de Controle Interno - (DCINT).
17ª ROCAUD, em 09/05/2019	<ul style="list-style-type: none"> Plano Anual de <i>Compliance</i> e Riscos - PACRI e Plano Anual de Controle Interno – PACIN – (DECRI e DCINT).
18ª ROCAUD, em 16/05/2019	<ul style="list-style-type: none"> Demonstrações Financeiras do Trimestre de 2019 (Correios e Correiospar) / Metodologia do Indicador de Qualidade das D (DECON); Renovação de Contrato da VESTING (DGOVE/GGOE); Avaliação de Desempenho dos Dirigentes/Seguro Responsabilidade Social/Alimentação de Dirigentes/Contratação da E (DEGEP).
19ª ROCAUD, em 24/05/2019	<ul style="list-style-type: none"> Metodologia do Indicador de Qualidade das Demonstrações Financeiras – IQDF – (DECON); da Receita Realizada – (DETRI e DEFIN); Avaliação da Carteira Imobiliária – (DIRAD); Relatório Gerencial de Auditoria – (AUDIT); Resultado Econômico-Financeiro Mensal (Abril) – (DIEFI); Acompanhamento Contingência IUS (DEJUR e DECON); Ações de Sustentabilidade (DERIN); Apresentação do novo Ouvidor (OUVID).
20ª ROCAUD, em 30/05/2019	<ul style="list-style-type: none"> Análise Qualitativa das Pendências de Follow-up por Diretoria – (AUDIT); Avaliação de Desempenho dos Dirigentes (DEGEP); Diagnóstico para Elaboração do Plano de Trabalho da Ouvidoria – (OUVID); Gestão de Riscos – Declaração de Apetite a riscos - (DECRI).
21ª ROCAUD, em 06/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de Empresa para Análise da RTSA – (DGOVE/SEGER); Análise Qualitativa das Pendências de Follow-up – DIRAD - (AUDIT).
22ª ROCAUD, em 14/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> Contingências – (Assessoria da Presidência); Contratação de Empresa de Headhunter – (DIGEP); Relatório de Acompanhamento das Contingências – (Representantes do DEJUR); Relatório de Desempenho Empresarial - ABRIL/2019, Programas de Dispêndios Globais 2020 e PPA 2020/2023 (Representant
23ª ROCAUD, em 19/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> Participação no Conselho de Administração.
1ª RECAUD, em 27/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> Discussão sobre o Plano de Dispêndio Globais - PDG / 2020 – (DIEFI).
24ª ROCAUD, em 28/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> Emissão de PARECER sobre PDG 2020 e PPA 2020/2023 (DEENC / DEVAR/ GORC/DCONT).
25ª ROCAUD, em 04/07/2019	<ul style="list-style-type: none"> Controle Interno das Subsidiárias e Controladas – (DGOVE / GGOE); Contratação de <i>Headhunter</i>, Seguro Responsabilidade Civil e Alimentação Dirigentes - (DIGEP); Despesas com Mão de Obra Temporária – (DCONT/DIEFI); Relatório Gerencial de Auditoria - (AUDIT); Diretrizes de Sustentabilidade – (DERIN).
26ª ROCAUD, em 12/07/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório de Avaliação Empresarial - MAIO/2019, Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos - MAIO/20 Contribuição e Proposta de Indicadores Setoriais (Representantes da DIEFI); Relatório Gerencial MAIO/2019 e Impacto dos Relatórios Retidos pela AUDIT – (Representantes da AUDIT);
27ª ROCAUD, em 19/07/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório CGPAR Nº 22/2018 (Representantes da Postal Saúde e DIEFI); Fluxo de Pagamento Assistencial (Representantes da Postal Saúde e DCONT);

	<ul style="list-style-type: none"> Postal Saúde - (DIEFI).
28ª ROCAUD, em 25/07/2019	<ul style="list-style-type: none"> Relatório Consolidado 2018 - CGPAR Nº 22/2018 / Situação da Postal Saúde (Representantes da Postal Saúde, Assessores da Relatório Consolidado 2018 - CGPAR nº 22/2018 – (Representantes da Postal Saúde e DIEFI/DCONT); Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos – MAIO/2019 e Proposta de Indicadores Setoriais – (Representa Projeção de Receita - (DEFIN).
29ª ROCAUD, em 01/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da Apresentação do Relatório CGPAR/22 e apresentação do Relatório nº 6/2019; Política de Consequência – (AUDIT)

4. Relatórios Elaborados

- Relatório 1** – Reporte ao Conselho de Administração sobre as atividades desempenhadas pelo COAUD durante o segundo semestre/2018, conforme disposto no Regimento Interno do Comitê (item 4.7.4);
- Relatório 2** – Reporte ao Conselho de Administração das constatações identificadas no fechamento das Demonstrações Financeiras, referente ao ano de 2018;
- Relatório 3** – Considerações acerca da determinação do valor justo dos ativos dos planos de benefícios patrocinados pelos Correios, conforme consignado no relatório sobre a precificação de ativos emitido pela Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, em 22 de fevereiro de 2019;
- Relatório 4** – Relatório Exercício 2018 para composição do Relatório Integrado Correios 2018;
- Relatório 5** – Parecer sobre a confiabilidade das informações contidas na Proposta do Programa de Dispêndios Globais – PDG, Orçamento de Investimento (OI) dos Correios para o exercício de 2020 e Plano Plurianual – PPA 2020-2023 (Notas Técnicas 7548765 e 7980869);
- Relatório 6** – Reporte ao Conselho de Administração acerca da manifestação referente ao Relatório Técnico nº 10/2019/GGOE-DGOVE – Relatório Consolidado do Exercício 2018 – Resolução CGPAR 22/2018.

5. Principais Recomendações/Conclusões dos Relatórios Emitidos no 1º semestre de 2019

Demonstrações Financeiras de 2018; Precificação de Ativos – Postalís; Programa de Dispêndios Globais – PDG; CGPAR_22 – Postal Saúde.

5.1 Nível de Maturidade dos Controles Internos

Aspecto contido no Relatório 2/2019 que teve como base os relatórios do ano-base de 2018, onde foi constatado um baixo nível de maturidade dos controles internos. Um exemplo acerca do risco assumido, em razão dessa característica, diz respeito ao não cumprimento da Resolução CGPAR 9/2016 (ainda não cumprido durante o ano de 2019), bem como, conforme consignado no Relatório COAUD nº 5/2018, pelo não cumprimento da Resolução CGPAR 22/2018 (aspecto parcialmente superado no 1º semestre de 2019), ambas as resoluções relacionadas ao monitoramento e supervisão das empresas mantidas/patrocinadas (Postalís e Postal Saúde).

Assim, em convergência com a atribuição normativa, para fins de controle, foram mantidos esforços de acompanhamento das falhas sistêmicas apontadas como relevantes, conforme consignado nos relatórios 5/2018 e 6/2019.

5.2 Aderência das tábuas atuariais para o fechamento das Demonstrações Financeiras de 2018

Foi sugerido a realização de testes adicionais para o Plano BD, a fim de buscar maior robustez aos procedimentos estatísticos adotados e assim subsidiar uma decisão de melhor qualidade.

Nesse sentido, com vistas à melhoria das práticas adotadas para o reconhecimento dos efeitos atuariais decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 33, foi sugerido:

- que a discussão técnica acerca da aderência das hipóteses atuariais para os planos BD, PostalPrev e CorreiosSaúde, ocorra em período que permita a realização de ajustes necessários sem que se comprometa o cumprimento do calendário de aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras;
- que busque-se reverter o cenário atual em que as tábuas atuariais adotadas encontram-se estatisticamente rejeitadas, uma vez que esse cenário pode gerar desvios no reconhecimento da obrigação atuarial ocasionado futuros equacionamentos;
- que se promova a capacitação da equipe interna com conhecimentos estatísticos e, se possível, atuariais, com vistas a permitir discussão qualificada acerca de tão relevante assunto para os Correios.

Importante destacar, evidentemente, que não cabe ao Comitê de Auditoria decidir o que deve ser feito, contudo, ao ser apresentado aos relatórios atuariais, o COAUD buscou zelar para que os procedimentos adotados fossem os mais robustos possíveis.

5.3 Atuação da Auditoria Independente e Base para opinião com ressalvas

O Comitê de Auditoria destaca que, em todo o período em que a Auditoria Independente realizou os trabalhos para emissão de seu relatório relativo às Demonstrações Financeiras de 2018 (período de janeiro a março de 2019), constatou que sua atuação foi pautada por diretrizes técnicas e profissionais, de forma que sua opinião fosse emitida com a independência e autonomia necessárias.

Apresentou sua concordância em relação às ressalvas ora apresentadas (Ativo Contingente Registrado e limitações de escopo quanto “provisões de benefícios pós emprego do plano de benefícios previdencial BD”, “a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os ativos constantes no imobilizado (impairment)”, “as Contingências de natureza trabalhista, cível e tributária em virtude da impossibilidade de concluir sobre a adequação dos saldos de provisão para contingências e seus os possíveis reflexos no resultado” e “incerteza relevante quanto à continuidade operacional”).

5.4 Análise da Proposta do Programa de Dispêndios Globais – PDG, Orçamento de Investimento (OI) dos Correios para o exercício de 2020 e Plano Plurianual – PPA 2020-2023

Constata-se a necessidade de estratégias mais científicas, a exemplo de pesquisa de mercado para compreender a tendência do comportamento do consumidor/cliente e traçar o impacto da curva de desmaterialização em virtude da curva de adoção de novas tecnologias e das expectativas do cliente quanto ao uso desse tipo de serviço.

5.5 Considerações acerca do Relatório Técnico nº 10/2019/GGOE-DGOVE (CGPAR 22/2018)

Dado que as considerações no mencionado relatório foram emitidas e classificadas como sigilosas, destaca-se que foram apresentadas 14 constatações/recomendações oriundas da análise do mencionado Relatório Técnico, cujos apontamentos estão consolidados no Relatório nº 6/2019 - COAUD.

5.6 Precificação dos Ativos do Postalís

A partir do relatório apresentado pela Vesting Consultoria Financeira e Atuarial em 22 de fevereiro de 2019, o Comitê de Auditoria, em 09 de abril de 2019, apresentou uma série de questionamentos consubstanciados no Relatório 3/2019 COAUD. Tais questionamentos têm por objetivo, obter esclarecimentos acerca da robustez dos procedimentos efetuados no processo de mensuração dos mencionados ativos.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria solicitou que, após o retorno aos questionamentos efetuados, seja emitida Nota Técnica pela área responsável pela supervisão do Postalís acerca do mencionado relatório.

Até a finalização deste relatório o Comitê de Auditoria não recebeu devolutiva da respectiva demanda.

BLOCO II – ANÁLISE DA GESTÃO DE RISCOS

1. Importância do Tema

O COAUD tem trabalhado, desde a sua constituição, nos exatos termos da Lei 13.303/16, mais precisamente, de acordo com os arts. 24 e 25 desta Lei, bem como em obediência ao seu Regimento Interno.

Uma de suas atribuições está prevista no inciso V, do §1º, da Lei das Estatais, que prevê que o COAUD deverá:

V - avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou da sociedade de economia mista, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- c) gastos incorridos em nome da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

Uma das maneiras de se preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitar seu acesso a recursos e contribuir para a qualidade da gestão, sua longevidade e o bem comum, é promover a avaliação e o monitoramento dos riscos, para uma adequada gerência sobre eles.

Espera-se do Comitê de Auditoria que ele supervisione a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Esta parte do relatório, portanto, diz respeito à gerência de riscos nos Correios. Antes, porém, do enfrentamento específico, algumas considerações de caráter genérico precisam ser feitas.

1.1 Análise doutrinária

Na medida em que no Relatório COAUD 1/2019, o Comitê de Auditoria fez uma minuciosa análise doutrinária do tema “risco”, remete-se o leitor deste relatório àquele, para as digressões acadêmicas acerca do tópico. O que se quer, é evitar uma repetição das considerações feitas naquele documento.

Um ponto, no entanto, que está refletido no Caderno “Gerenciamento de Riscos Corporativos – Evolução em Governança e Estratégia” do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Cadernos de Governança Corporativa, n. 19, São Paulo, 2017), e merece atenção, traduz um dos objetivos da gestão de riscos, qual seja, “encontrar um equilíbrio dos níveis de retenção, redução, exploração e transferência de riscos, e que ele seja adequado ao apetite a riscos da organização”.

Quais são os riscos existentes que afetam a instituição? Eles são do conhecimento do Conselho de Administração, órgão responsável pelo apetite de risco da organização? São conhecidos? Estão internalizados?

Comparando-se o momento pelo qual passava a empresa em fevereiro de 2019, quando da emissão do Relatório 1/2019, e o atual, é possível perceber uma evolução no enfrentamento do tema nos Correios. Senão vejamos.

1.2. Criação do DECRI (Departamento de Compliance e Risco):

Em 15/04/2019, foi ativado o Departamento de Compliance e Riscos – DECRI, que é órgão vinculado à Superintendência de Compliance, Riscos e Controles Internos – SUCOI, da Diretoria de Governança, Compliance e Segurança – DIGOV, e, tem por função, coordenar as ações para à promoção da integridade organizacional, da conformidade com leis, normativos e demais regulamentos aplicáveis aos Correios e da gestão corporativa de riscos, conforme MANORG 4/7.

1.2.1. Aprovação do PACRI 2019:

Em 21/05/2019, na 20ª Reunião Ordinária da DIREX, foi aprovado pela Diretoria Executiva dos Correios, o Plano Anual de Compliance e Riscos (PACRI 2019), em aderência às melhores práticas, guias de orientação e recomendações da CGU (Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais) e TCU (Acórdão TCU 2604/2018 e Referencial de Combate à Fraude e Corrupção).

2. Primeiro Relatório do PACRI/2019

A apresentação de um primeiro Relatório dando conhecimento ao CA, ao CF e ao COAUD das ações referentes ao tema nos meses de maio a agosto de 2019, demonstra que, de fato, se iniciaram os trabalhos de fortalecimento da gestão de risco.

- **Compliance**

O DECRI informa em seu relatório que o PACRI/2019 estabeleceu a possibilidade de ocorrer modificações no curso da execução do Plano Anual de Conformidade.

Três ações extraordinárias relacionadas ao tema constam no relatório e são aqui identificadas *ipsis literis*:

a) Monitoramento Gestão da Lei 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação – Por meio do Acórdão 1.832/2018-TCU-Plenário, o TCU avaliou o nível de transparência dos portais eletrônicos das empresas estatais, dentre outros órgãos e determinou às organizações fiscalizadas que adotassem as providências necessárias para corrigir as desconformidades identificadas de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet, as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis. Dentre as desconformidades apontadas, encontra-se a obrigatoriedade da publicação anual do rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011). Nesse sentido, foi emitido em 13/08/2019 no âmbito do Processo SEI 53180.036790/2019-75, memorandos à Ouvidoria, Departamento de Segurança Corporativa – DESEG/DIGOV e Departamento de Gestão de TI – DEPGE/SUTIC/DIEFI visando a conformidade em relação à classificação da informação.

ANÁLISE COAUD: Apesar da iniciativa, não foi apresentado no relatório um cronograma para cumprimento da determinação do TCU.

b) Elaboração do Programa de Compliance Digital visando o atendimento da Lei 13.709/2018 que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais – LGPD. O DECRI realizou estudos técnicos visando a concepção e implantação do Programa de Compliance Digital dos Correios que busca integrar ações dos Correios, das diversas áreas, para a atuação na gestão efetiva dos dados e informações, com o propósito de garantir um ambiente mais seguro, buscando assim a adequação dos controles legais impostos pela nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Foi solicitado à área de TI, apresentação de proposição de Plano de Ação Geral que contemple as ações, papéis, responsabilidades e os prazos visando a conformidade dos Correios à lei 13.709/2018. Busca-se a composição de grupo de trabalho, com representantes das diversas áreas. Tratativas no Processo SEI n. 53180.019893/2019-71º.

ANÁLISE COAUD: A referida Lei estabelece um prazo de *vacatio legis* para a sua vigência, mais precisamente, no artigo 65, II, qual seja, agosto de 2020, quando os () Não parece a este COAUD que exista fluxo definido, o que denota um possível descumprimento das prerrogativas legais, na medida em que se corre o risco de não :

O COAUD recomenda veementemente que sejam tomadas medidas concretas para o cumprimento da determinação contida na Lei 13.709/18.

c) **Instrução Normativa N° 13 de 08 de agosto de 2019** que "Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal". Visando a conformidade dos Correios à instrução, foi encaminhado, em 13/08/2019, memorando à Corregedoria, visando o desenvolvimento de ações de conformidade para internalização dos preceitos da referida instrução do Manual de Controle Disciplinar – MANCOD

O COAUD ASSIM SE POSICIONA:

A IN 13/19, a Lei Anticorrupção (12.846/13), bem como o Decreto 8.420/15, que a regulamenta, formam a estrutura, no âmbito do Poder Executivo Federal, para a responsabilização administrativas das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira.

Atenção para a redação do art. 4º, da IN 13/19:

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA PARA INSTAURAR, AVOCAR E JULGAR

Art. 4º A competência para instaurar e julgar o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR é da autoridade máxima de cada órgão ou entidade do Poder Executivo federal em face do qual foi praticado o ato lesivo, cabendo:

I - ao respectivo Ministro de Estado, no caso de órgão integrante da Administração Direta; e

II - ao respectivo Presidente, Diretor-Presidente, Diretor-Geral, Reitor ou autoridade equivalente, no caso de entidade compreendida na Administração Indireta.

§ 1º A competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada à corregedoria ou, na inexistência desta, às unidades diretamente responsáveis pelas atividades de correição, vedada a subdelegação.

§ 2º As empresas públicas e sociedades de economia mista poderão dispor em regulamento interno que a competência de que trata o caput será exercida de forma colegiada por órgão de sua estrutura societária, previsto em estatuto.

ANÁLISE COAUD:

Considerando que a competência para instaurar e julgar o PAR é da autoridade máxima de cada órgão;

Considerando que a competência em questão poderá ser delegada à corregedoria, caso ela exista no órgão;

Considerando que a competência em questão, também, poderá ser exercida de forma colegiada por órgão da estrutura societária, desde que previsto no regimento

Pergunta-se:

Antes do encaminhamento do supramencionado memorando à Corregedoria, houve algum ato de delegação da autoridade máxima dos Correios? Não consta essa. É de se lembrar que a IN 13/19 entrou em vigor na data da sua publicação, 08 de agosto de 2019 e não está regulamentada, ainda, no âmbito dos Correios, o que fr. Também, não foi apresentado um cronograma para acompanhamento da definição das regras aplicáveis aos Correios, quanto ao assunto.

• Gestão de Risco

De acordo com o DECRI, foi aprovado na 4ª ROCA, de 26/04/2018, Modelo de Sistema de Controles Internos. Neste, a Alta Administração, Núcleos Estratégicos e de Governança possuem, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos. Este modelo estabelece as Três Linhas de Defesa que tem por finalidade ajudar a alcançar seus objetivos com gerenciamento efetivo do risco. Cada linha de defesa contempla os papéis e responsabilidades, mas devem compartilhar informações e coordenar os esforços em risco, controle e governança, conforme imagem a seguir



As dimensões avaliadas pelo COAUD no Relatório 01/2019, emitido em janeiro de 2019, com base em avaliação realizada em 2018, serviram de base para a estruturação da estratégia de gestão de riscos definida no PACRI. Por oportuno, vale pontuar as dimensões e o enfrentamento que ora se faz:

3. Estratégia de Gerenciamento Corporativo de Riscos

O COAUD, no relatório 01/2019, pontuou sobre essa dimensão:

ANÁLISE COAUD: Percebe-se que, não obstante a existência de metas de desempenho e, apesar, de terem os Correios uma estratégia escrita de riscos, a mesma, portanto, operacional. Não se verificou uma estrutura integrada que tenha estágios e indicações de onde se quer chegar, efetivamente.

De acordo com o DECRI, de forma complementar ao trabalho de avaliação da maturidade de riscos dos Correios, realizado pelo COAUD, para a composição das ações do PACRI, foram considerados também os resultados das avaliações de maturidade de riscos realizadas pelo TCU, desde 2011, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de riscos nos Correios. O TCU realizou avaliação de maturidade da gestão de riscos nos Correios em 2013 e 2014. Os dados das avaliações do TCU, vão ao encontro do que o COAUD apontou em sua avaliação, conforme a seguir:

ÍNDICE DE MATURIDADE APURADO	NÍVEL DE MATURIDADE
De 0% a 20%	Inicial
De 20,1% a 40%	Básico
De 40,1% a 60%	Intermediário
De 60,1% a 80%	Aprimorado
De 80,1% a 100%	Avançado

Dimensão	Maturidade em 2013 - TCU	Maturidade em 2014 - TCU
Ambiente	38,2%	39%
Processos	52,6%	46%
Resultados	43,3%	Não avaliado
Parcerias	46,1%	Não avaliado
Índice	45,80% Intermediário	Não Aferido

O DECRI, diante da constatação do COAUD, enfrentou a questão informando que:

- houve um avanço na área de riscos a partir de abril/2019: estrutura própria;
- se constituiu um Departamento específico de *compliance* e riscos, vinculado à uma Superintendência de *Compliance*, Riscos e Controle Interno – SUCOI, com 1(uma) gerência para riscos;
- houve ainda a atualização, em norma organizacional, das atribuições pertinentes a esta nova gerência, conforme Manorg, Mód 04, Cap 07;
- se estabeleceu um plano de trabalho da equipe com a definição de objetivos e metas a serem alcançados no decorrer do ano de 2019 e que são acompanhados semanalmente em reuniões de coordenação;
- se constituiu o PACRI que representa uma diretriz e plano formal, a ser elaborado anualmente, definidos para a implementação da Gestão de Riscos nos Correios, de forma institucionalizada;
- se infere que, após a conclusão das ações previstas no PACRI/2019, ao fim de 2019, os Correios consigam evoluir no nível de maturidade da Gestão;
- se elaborou uma matriz de priorização (ações de mapeamento de riscos) de processo que classificou os processos de Nível 1, da Cadeia de Valor dos Correios, objetivando estabelecer quais terão prioridade de atendimento no presente ano. Essa matriz de priorização de processo, foi elaborada seguindo duas abordagens: qualitativa (Visão Estratégica, Visão da Integridade, dos Órgãos Supervisores/Reguladores/Fiscalizadores, e de Mercado/Cliente/Mídia) e a quantitativa. A priorização de cada processo foi dada pela soma dos critérios das abordagens qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa possui nota 85, distribuídos:
 - Nota 30 para Visão Estratégica;
 - Nota 30 para Visão da Integridade;
 - Nota 10 para Órgãos Supervisores/Reguladores/Fiscalizadores e
 - Nota 15 para Mercado/Cliente/Mídia.

A abordagem quantitativa possui nota 15, distribuído:

- Nota 15 para Visão Contábil/Financeira.

Os processos foram classificados considerando a consolidação das abordagens acima e apresentaram a seguinte priorização:

- PA - Prioridade Alta: Resultado com pontuação acima de 51
- PM - Prioridade Média: Resultado com a pontuação de 16 a 50
- PB - Prioridade Baixa: Resultado com a pontuação de 1 a 15

Assim, os processos priorizados para mapeamento foram os constantes no item 12.1, anexo 01, além da continuidade dos processos do PACIN 2018 que não foram concluídos em sua totalidade em 2018.

ANÁLISE COAUD: De fato, percebe-se uma nova estrutura em matéria de gestão de risco, inexistente quando da elaboração do Relatório 01/19, o que é muito bom. O COAUD, no que o DECRI faz a seguinte afirmação: que “ao fim de 2019, os Correios consigam evoluir no nível de maturidade da Gestão”. Trata-se de uma abstração. Aqui, é preciso deter. E isto não foi feito.

O COAUD classifica este tópico como “fragmentado”, pois, apesar da organização saber por onde começar (já tendo iniciado os trabalhos, inclusive), não se tem, ainda, ao certo como “definido”, a estratégia deve estar claramente definida e implementada, o que não é o caso; e as metas de desempenho devem estar definidas, o que, também, não é o caso

3.1. Governança de GRCORP

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no Relatório 01/2019:

- “Aqui se busca a análise da 2ª linha de defesa da instituição. Para ilustrar, alguns papéis e responsabilidades podem ser relacionadas:*
- a) prover política, estrutura e metodologia às unidades de negócio para identificar, analisar e efetivamente gerenciar seus riscos visando ao cumprimento dos objetos;*
 - b) facilitar o desafio;*
 - c) garantir que a política e a estratégia definidas pelo conselho estejam operando efetiva e sistematicamente, para atingir os objetivos da empresa;*
 - d) identificar questões atuais e emergentes;*
 - e) identificar mudanças no apetite ao risco implícito da organização;*
 - f) auxiliar a gerência a desenvolver processos e controles para gerenciar riscos;*

g) *direcionar os problemas identificados aos responsáveis por saná-los;*

h) *prestar contas ao CA ou aos comitês de assessoramento que tratam dos temas de riscos, se houver.*

Os itens acima relacionados não são percebidos na rotina dos Correios, o que implica em dizer que as funções de 2ª linha de defesa não estão sendo realizadas, ainda, à visão estratégica”.

De acordo com o DECRI, adicionalmente, os referenciais de riscos dispõem que o processo de gestão de riscos **seja incorporado em todas as práticas e processos da organização, de forma que seja pertinente, eficaz e eficiente, tornando-se parte integrante, e não separado, dos processos organizacionais.** Em particular, o processo de gestão de riscos deve ser incorporado ao processo de decisão.

Assim, quanto a este tópico, as ações previstas no PACRI, de acordo com o DECRI, possibilitarão, de forma gradativa, a melhoria do processo de governança da Gestão de Riscos Corporativa e o alinhamento aos objetivos estratégicos da organização, com as ações, projetos e demais atividades da Empresa, por meio das seguintes ações específicas:

I. **Definição do Modelo de Governança de Riscos:** com a definição dos papéis e atribuições das áreas, alinhado ao modelo das três linhas de defesa, será possível realizar o monitoramento, pelo Órgão Corporativo e demais áreas, dos principais riscos aos quais a empresa está exposta. **Este monitoramento encontra-se em andamento para os riscos já mapeados;**

II. **Definição do Apetite a Riscos dos Correios:** o qual define o nível de risco que os Correios estão dispostos a aceitar enquanto persegue seus objetivos. **Essa declaração será observada e é uma diretriz para o mapeamento dos riscos e definição de respectivas respostas, bem como para o posterior monitoramento;**

III. **Atualização do Método Corporativo de Riscos:** adequar o método para utilização de ferramenta corporativa para o gerenciamento de riscos, de forma a adotar critérios em aderência ao utilizado amplamente no setor público e privado;

IV. **Integração da Estratégia à Gestão de Riscos:** alinhamento dos riscos à estratégia;

V. **Elaboração de Fluxo de avaliação das matérias pautadas no CA/REDIR pela Diretoria de Governança, Compliance e Segurança - DIGOV:** adoção de análises de riscos nas matérias pautadas e processos das áreas, reforçando o papel da primeira e da segunda linha de defesa;

VI. **Disseminação da cultura de gestão de riscos por meio de treinamentos e comunicações,** abordando as três linhas de defesa e as respectivas responsabilidades na gestão de riscos e o método de gerenciamento de riscos;

VII. **Avaliação de riscos de contextos diversos junto às áreas:** aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos para avaliação de riscos de processos priorizados e relevantes para a organização;

VIII. **Destaca-se que o suporte para a aplicação do método de gerenciamento de riscos corporativo é realizado de duas formas:** assistida e monitorada; a forma **assistida** é aplicada na avaliação de riscos de contextos, processos, atividades ou projetos priorizados no PACRI ou por órgãos dos Núcleos de Governança e Estratégico, em conjunto com a área gestora do processo, com a coordenação da aplicação do método de riscos pelo DECRI; a forma **monitorada** são relativas aos contextos, processos, projetos ou atividades não priorizadas no PACRI. A avaliação, nesse formato, é coordenada pelos gestores conforme prioridades das áreas, que podem, pontualmente, solicitar apoio metodológico e ferramenta à GRIS;

IX. Reporte trimestrais à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos, ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, inclusive com o desenvolvimento de painel de monitoramento de riscos;

X. Elaboração de indicadores, com o objetivo de definir métricas para acompanhar o potencial de exposição dos riscos dos Correios, de forma a verificar a evolução dos riscos críticos ou oportunidade em potencial.

ANÁLISE COAUD: O DECRI iniciou uma série de procedimentos com vistas a cumprir o item informado pelo COAUD. **Como pode-se perceber, de fato, a fase, ain** Riscos, o “monitoramento encontra-se **em andamento** para os riscos já mapeados”; quanto a definição do apetite a riscos dos Correios, a **declaração ainda se trabalho, o que leva a crer que ainda haverá a implantação dos ritos ali previstos. Mais uma vez, o COAUD sente falta de um cronograma robusto de implant vinculação dos responsáveis.**

ANÁLISE COAUD: Na medida em que não há uma estrutura organizacional definida; e que as funções da 2ª linha de defesa, ainda, não cobrem os riscos de negócio tópico é “fragmentado”.

3.2. Políticas de gerenciamento de riscos corporativos

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no Relatório 01/19:

“O que se verifica na estrutura dos Correios é a existência de CÓDIGO DE CONDUTAS E NORMAS, equivocadamente chamadas de POLÍTICA. A diferença entre esse status pelo nível de transparência existente, com a publicação das mesmas (conhecimento público). É preciso verificar se essas NORMAS INTERNAS estão, real desenvolvimento e manutenção. Caso a resposta seja positiva, pergunta-se acerca de sua publicação, para que ganhem conhecimento geral e irrestrito. Em se fazend a Política de Risco nos Correios”.

O COAUD solicitou ao DECRI a publicação das normas, realizada em 28/06/2019.

Em cumprimento ao solicitado pelo COAUD, a Política Corporativa de Gestão de Riscos foi publicada no site dos Correios na área de Governança Corporativa, no endereço: http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/governancacorporativa/governanca-corporativa/pdf/Politica_Corporativa_de_Gestao_de_Riscos.pdf

A Política tem sido, também, disseminada no treinamento implantado em junho de 2019.

ANÁLISE COAUD: Com efeito, pode-se dizer que os Correios, desde junho de 2019, tem, efetivamente, a sua Política Corporativa de Gestão de Risco. **No entanto, as políticas e procedimentos de GRCorp, apesar de formais, ainda não são comunicados de forma consistente em toda a organização. Acredita-se estar perto desta 2019. Enquanto isso, classifica-se este tópico como “fragmentado”.**

3.2.1. Processos de GRCORP e Interação desse processo com os demais ciclos de gestão

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no Relatório 01/19:

“Neste tópico, percebe-se nos Correios a existência de processos de identificação e avaliação de riscos, mas que se encontram, ainda, executados como atividades de momento, uma abordagem sistemática e consistente, aplicável em nível corporativo e por toda a organização”.

De acordo com o DECRI, o sistema de Gestão de Riscos é composto pela Política de Gestão de Riscos e pelos processos Gerir Riscos (2ª Linha de Defesa) e Gerenciar Riscos (1ª Linha de Defesa). A Política Corporativa de Gestão de Riscos define que o Sistema de Gestão de Riscos contribui para o gerenciamento de riscos eficaz em diferentes níveis e em contextos específicos nos Correios. Assegura que as informações sejam adequadamente reportadas e utilizadas como base para tomada de decisões. O processo Gerir Riscos refere-se às atividades coordenadas para planejar, implementar, monitorar e promover a melhoria contínua da gestão de riscos, conforme detalhadas abaixo:

- a) Planejar Gestão de Riscos:** Elaborar o plano com as estratégias claramente definidas. É o momento apropriado para a concepção da estrutura e da alocação dos recursos necessários para a Gestão de Riscos;
- b) Implementar Gestão de Riscos:** Aplicar de forma sistêmica a política, as diretrizes, os procedimentos e as práticas de gestão de riscos na elaboração da estratégia, dos projetos e dos processos organizacionais em conformidade com os requisitos regulatórios;
- c) Monitorar Gestão de Riscos:** Mensurar e reportar o desempenho da gestão de riscos, os desvios em relação ao plano de implementação e analisar criticamente a eficácia do sistema de gestão de riscos (**Governança de Riscos - aprovada pelo CGORC e DIREX, Painel de Monitoramento de Riscos (dashboard) e Reporte Trimestral aos órgãos do Núcleo de Governança e DIREX**);
- d) Promover melhoria contínua da Gestão de Risco:** Avaliar possíveis alterações nesta Política, no Plano de Implementação e no sistema de gestão de riscos, com base nos resultados obtidos nos monitoramentos e na análise crítica (**Evolução dos Critérios de Gerenciamento de Riscos, mudança de ferramenta de gerenciamento de riscos do Excel para o sistema Agatha, e demais ações previstas no PACRI**);

Para o DECRI, o processo Gerenciar Riscos, trata-se do método corporativo de gerenciamento de riscos que se encontra em fase de disseminação contínua, no ano de 2019, por meio das avaliações de riscos realizadas (ordinárias e extraordinárias), comunicações frequentes e treinamento implantado em junho/2019, com a realização de 3 (três) turmas até o momento e há previsão de mais 4 (quatro) turmas até o final do ano de 2019.

Assim, ressalte-se que, devido ao porte dos Correios, a previsão é de que o portfólio de riscos seja incrementado gradualmente e que os gestores executem o gerenciamento de riscos de seus contextos, processos e/ou projetos, como 1ª Linha de Defesa, à medida em que sejam treinados nos conceitos de gerenciamento de riscos e na ferramenta Ágatha.

Nesse sentido, o PACRI possui ações: a) Implantação do Software ÁGATHA de Gestão de Riscos: implantar uma ferramenta adequada para o porte dos Correios para execução do processo “gerenciar riscos” com garantia de maior segurança, confiabilidade e eficiência na geração de dados para reporte aos órgãos de Governança Corporativa; b) Disseminação da Cultura de Gestão de Riscos por meio de Treinamentos e Comunicações, abordando as três linhas de defesa, as responsabilidades na gestão de riscos e o método de gerenciamento de riscos, institucionalizando o método de gerenciamento de riscos; c) Avaliações de riscos ordinárias que compõe o PACRI/19 e as extraordinárias advindas das Pautas de REDIR ou de demandas das áreas, promovem a disseminação, padronização e integração da gestão de riscos dos Correios, visto que a cultura de gestão de riscos está sendo propagada e o método incorporado no dia-a-dia das áreas.

ANÁLISE COAUD: Percebe-se que, de fato, os Correios iniciaram os procedimentos para a sistematização a gestão de riscos em seu âmbito. Para que haja aderência, o COAL robustos e vinculativos. Recomenda, igualmente, que se monitore o cumprimento das etapas, informando regularmente a evolução dos trabalhos e as melhorias obtidas.

Na medida que, ainda, não há uma execução sistemática e consistente, aplicada em nível corporativo e por toda a organização, o nível deste tópico é “fragmentado”.

3.2.2. Linguagem de Riscos e Métodos Avaliativos

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no Relatório 01/19:

“Apesar de serem feitas, por diversos setores, análises quantitativas e qualitativas de riscos, os Correios, ainda, não possuem uma ABORDAGEM PADRONIZADA tolerável”.

O Método de gerenciamento de riscos dos Correios, processo Gerenciar Riscos, está normatizado no MANGOV Módulo 5, capítulo 2. Para o ano de 2019, busca-se a padronização do método corporativo, o desenvolvimento de método específico para tomada de decisão e comunicação e treinamento quanto ao método, conforme já explicitado no item anterior. Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações:

- I. Atualização do Método Corporativo de Riscos: Adequar o método para utilização de ferramenta corporativa para gerenciamento de riscos e ajustes no método de forma a adotar critérios em aderência ao utilizado amplamente no setor público e privado;
- II. Implantação do Software ÁGATHA de Gestão de Riscos: Implantar uma ferramenta adequada para o porte dos Correios para execução do processo “gerenciar riscos” com garantia de maior segurança, confiabilidade e eficiência na geração de dados para reporte aos órgãos de Governança Corporativa;
- III. Definição do Appetite a riscos dos Correios: o qual define o nível de risco que os Correios estão dispostos a aceitar enquanto persegue seus objetivos;
- IV. Integração de processos: promover uniformidade quanto aos métodos de riscos existentes na Empresa.

ANÁLISE COAUD: O COAUD percebe a existência de uma estratégia voltada para a supramencionada abordagem padronizada. No entanto, reconhece que o DECRI registrou as t

Ainda não se tem uma abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos. Além disso, não se verifica um uso consistente por todas as funções (diretorias “fragmentado”, também, para esse tópico.

3.2.3. Sistemas, Dados e Modelos de Informação

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no seu Relatório 01/19:

“Se, em algumas situações, é possível perceber a existência de modelos de informações e relatórios encaminhados pela alta direção, igualmente, se percebe que não estão os r compreendidos por parte da gestão. O cenário está mudando, todavia, não é possível, ainda, no presente momento, enquadrar o presente item no nível DEFINIDO, que exigiria: def com informações completas e corretas”.

Para o DECRI, busca-se apresentar aos órgãos colegiados, o monitoramento das atividades desenvolvidas pela área de Gestão de Riscos que tiveram seus riscos avaliados.

Assim, as seguintes ações buscam atender a essa dimensão:

- I. Definição do Modelo de Governança de Riscos: possibilitando o monitoramento, pelo Órgão Corporativo e demais áreas, dos principais riscos aos quais a empresa está exposta;
- II. Reportes trimestrais à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos, ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal inclusive com a apresentação do painel de monitoramento de riscos.

ANÁLISE COAUD: O COAUD recomenda que o DECRI faça os devidos registros do cumprimento das etapas e de suas obrigações. Seria importante, igualmente, que o Modelo de

Restou percebido que os modelos de informações e relatórios foram definidos, mas, ainda, não são compreendidos pela gestão ou alinhados na organização. Por essa razão, a c

3.2.4. Cultura, Comunicação, Treinamento e Monitoramento

O COAUD pontuou sobre essa dimensão, no Relatório 1/19:

“Nos Correios percebe-se a realização de treinamentos, mas, ainda de forma pontual. As comunicações feitas não se encontram num nível formalmente definido”.

Para atendimento dessa demanda destacam-se as seguintes ações do PACRI:

- I. Disseminação da Cultura de Gestão de Riscos por meio de Treinamentos e Comunicações, abordando as três linhas de defesa e as responsabilidades de cada um na gestão de riscos e o método de gerenciamento de riscos;
- II. Reporte trimestrais à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos, ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, inclusive com o desenvolvimento de painel de monitoramento de riscos;
- III. Definição do Modelo de Governança de Riscos: possibilitando o monitoramento, pelo Órgão Corporativo e demais áreas, dos principais riscos que a empresa está exposta.

ANÁLISE COAUD: O COAUD recomenda que o DECRI faça os devidos registros do cumprimento das etapas e de suas obrigações. Seria importante, igualmente, que a CUI explícitos e devidamente conhecidos por todos. Não se demonstrou o que, realmente, está sendo feito e, portanto, o que evoluiu no referido tópico. Visto que existem CUIs realizados, a classificação deste tópico, também, é “fragmentado”.

Conclusão apresentada pelo DECRI

Para o DECRI, o Plano Anual de *Compliance* e Gestão de Riscos – PACRI/ 2019, aprovado em 21/05/2019, possui ações estruturantes, desdobradas no decorrer do ano de 2019, e envolvem diversas áreas da Empresa, elevada complexidade e necessidade de integração entre diversas áreas para o desenvolvimento de políticas e procedimentos, mapeamentos de riscos, além de preparação dos temas para aprovação nos órgãos colegiados.

A exemplo da concepção das “políticas de integridade” (**está publicado?**) que demandam a participação de mais de seis áreas da Empresa e resultará na alteração de mais de 4 (quatro) manuais, além da necessidade de realização de visitas técnicas em outros órgãos. Ou mesmo do estabelecimento de procedimentos de integridade, que demandam mapeamentos de fluxos e revisão de manuais de diversas áreas, mapeamentos/avaliações de riscos que exigem, na maioria dos casos, analistas de riscos do DECRI, em apoio às áreas gestoras, dedicados integralmente, haja vista a responsabilidade e complexidade envolvidas em tais mapeamentos. Importante mencionar que o modelo das três linhas de defesa na Empresa ainda não está consolidado o que demandam, por vezes, a necessidade de interações para proposição de responsáveis pelas atividades e/ou atuação no próprio convencimento quanto à propriedade das áreas em relação a determinados processos de *compliance* e riscos, no seu papel de primeira linha de defesa, o que impacta no avanço das ações. Não obstante, **percebe-se uma melhoria na maturidade da Empresa em relação ao tema**, haja vista as tratativas em andamento, construções de políticas e procedimentos, em conjunto com as diversas áreas, conforme demonstrado no decorrer deste relatório. Cumpre informar que o aumento da maturidade de *compliance* e riscos envolve o engajamento de todos, Alta Administração, órgãos colegiados, gestores de todos os níveis e empregados, é um processo contínuo que demandará atenção cada vez maior da Empresa (grifos nossos).

ANÁLISE COAUD: É perceptível para o COAUD a maior consciência de alguns setores dos Correios quanto ao ponto. Aliás, o próprio DECRI assevera este fato, ao afirmar que “pe No entanto, a análise feita até o presente momento constata o início de um trabalho que, se acredita, ao final de 2019, estará, inclusive, com resultados mais concretos. observem os termos grifados no parágrafo anterior, que é a conclusão do relatório apresentado pelo órgão: demandam a participação de mais de seis áreas; resultará na alteração de outros órgãos; estabelecimento de procedimentos de integridade; que demandam mapeamentos de fluxos e revisão de manuais; modelo das três linhas de defesa na Empresa e de responsáveis pelas atividades e/ou atuação no próprio convencimento. São expressões que remetem a um futuro. Ou seja, no presente momento existe uma construção, não uma realidade. O DECRI conclui a sua fala informando que as situações re Na medida em que o DECRI, também, não enfrentou a questão da classificação de risco, entende o COAUD que a classificação permanece como “fragmentada” para todos os it

3.3. Ações do PACRI/2019

Plano Anual de Integridade

Uma das funções do DECRI é acompanhar o Plano Anual de Integridade, responsável pelas políticas e procedimentos necessários à operacionalização do Programa de Integridade.

O Plano tem como objetivo a implantação de políticas, métodos, procedimentos e práticas visando a mitigação de perdas, tratamento e o monitoramento de riscos com foco no fortalecimento do ambiente ético por meio de controles internos, o aumento da transparência como mecanismo de mitigação de perdas e uma maior eficiência na gestão e desempenho a partir da geração de valor para imagem da organização. **Para tanto, é indispensável que haja um comprometimento inequívoco da Alta Gestão.**

3.3.1. Da existência de uma Política de Riscos

Os Correios **possuem uma Política de Riscos**, pelo fato de ter publicado as suas normas em 28/06/2019.

Em cumprimento ao solicitado pelo COAUD, a Política Corporativa de Gestão de Riscos foi publicada no site dos Correios na área de Governança Corporativa, no endereço: http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/governancacorporativa/governanca-corporativa/pdf/Politica_Corporativa_de_Gestao_de_Riscos.pdf

A Política tem sido, também, disseminada no treinamento implantado em junho de 2019.

Quanto ao Programa de integridade, este permanece na mesma condição, sem publicação, portanto, ainda não se estabelece como uma política institucional.

3.3.2. Da divulgação do Plano de Integridade

De acordo com o DECRI, a **divulgação do Plano de Integridade** vem sendo feita pela Alta Gestão da seguinte forma:

- I. **CAMPANHA VIVER OS VALORES** - Encontram-se em andamento as ações da Campanha “*Viver os Valores*” que contempla a manifestação da Alta Administração, empregados, gestores;
- II. **MINUTO DO LÍDER** - No período foram realizadas ações de comunicação direcionada à liderança da Empresa por meio da divulgação de três comunicações no canal “Minuto do Líder”;
- III. **MENSAGEM DO DIGOV** - Apresentação de mensagem do Diretor no “*Blog dos Correios*”;
- IV. **REPORTAGEM DO PRESIDENTE** – *Foi veiculada reportagem do Presidente nos canais de comunicação internos com repercussão na imprensa.*

A campanha prevê a produção de vídeos, e-mails marketing, comunicações, eventos e treinamentos e demais ações nos canais de comunicação interna

ANÁLISE COAUD: No entanto, não foi apresentada, ainda, a efetividade dos métodos acima descritos, ou seja, se houve alguma percepção de melhoria quanto ao tema nos Correios. Também, não foi apresentada a métrica que será utilizada para demonstrar a evolução desta questão, de suma importância para a empresa.

E, como se disse, no tópico anterior, ainda, não há uma política propriamente dita, na medida em que não há uma publicação do programa para o público externo.

3.3.3. Do sistema para registro de ocorrências

Percebe-se, também, uma preocupação do DECRI em aprimorar o sistema para registro das ocorrências: 1) de eventos que atentam contra a integridade da Empresa; 2) das medidas adotadas para sanar as falhas e desvios observados.

Em 17/06/2019, emitiu-se o Memorando n. 7856133, que trata do acompanhamento dos sistemas de registros de ocorrências (GPAC).

ANÁLISE COAUD: No entanto, não se tem, ainda, informação de qual é, no presente momento, o atual grau de evolução desse sistema.

3.3.4. Mapeamento de riscos à integridade

De acordo com o DECRI, as Ações de mapeamento de riscos foram realizadas para composição do PACRI-2019. Para os riscos mapeados, foram propostas ações de tratamento, discriminadas no PACRI. Dentre os riscos consta a categoria "riscos à integridade". Quando dos mapeamentos realizados pela área de riscos, em conjunto com as demais áreas da Empresa, a categoria de riscos à integridade é avaliada no âmbito do processo mapeado (atividade contínua)

ANÁLISE COAUD: É preciso verificar qual o tratamento atual dado pelo DECRI e pelas demais áreas a esse risco.

3.3.5. Política corporativa de consequências (Proteção ao denunciante de boa fé; Due Diligence de Fornecedor e de Pessoal – Background check)

De acordo com o DECRI, apesar de já ter havido reuniões com as diversas áreas envolvidas, além da realização de diversas visitas técnicas à Petrobrás e à Caixa Econômica Federal, essa questão, que é uma das mais frágeis institucionalmente, ainda, **encontra-se na fase de emissão de NT, para as demais áreas.**

ANÁLISE COAUD: Seria interessante, para a exata compreensão das experiências trazidas pelos órgãos supramencionados, que o DECRI traga as atas das reuniões realizadas, como complemento das informações trazidas.

3.3.6. Recebimento de brindes e presentes

Nos termos informados pelo DECRI, ainda se analisa a proposição de mecanismos. Também, não se tem certeza quanto ao órgão responsável pelo processo, se a COGER ou se a DIGEP.

Pelo informado no relatório, diante do impasse e, principalmente, em face de qualquer sinalização de solução desse, esse ponto não será cumprido a contento.

ANÁLISE COAUD: O impasse foi encaminhado para alguma alçada? Existe algum procedimento efetivo na tentativa de se resolver o problema e tentar cumprir o prazo definido no próprio PACRI?

3.3.7. Rotinas para identificação de Nepotismo

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8021710.

Por meio do Memorando DIGEP/SUGEP 8879185 foram apresentados esclarecimentos acerca do estabelecimento de rotinas, tendo o processo retornado ao DECRI, para análise.

Neste interim, o DECRI iniciou ação de prevenção denominada "Projeto Detecção" que visa identificar, por meio de processos de mineração de dados e cruzamento de bancos de dados internos da Empresa, situações de violações de Integridade, dentre as quais possíveis situação de Nepotismo. O projeto encontra-se na fase de levantamento de bancos de dados necessários ao início das atividades de mineração.

ANÁLISE COAUD: Não consta a informação de cronograma ou prazo para a implantação da rotina.

3.3.8. Regras para processos de patrocínio, publicidade e propaganda

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8055031.

Informa, igualmente, que foi proferido despacho DCORE/SEGER 8743619, datado de 31/07/2019, encaminhado à Gerência Estratégica de Comunicação, Planejamento e Imagem - DCORE, Gerência de Publicidade, Patrocínio, Promoção e Gestão Cultural - DCORE, para conduzir e responder.

Consta, também, informação que se encontra em andamento, no âmbito do DCORE, a PRT/PRESI-368/2019, para atendimento do tema.

ANÁLISE COAUD: Não consta a informação de cronograma ou prazo para a implantação da rotina.

Quanto ao andamento dos trabalhos referentes à elaboração de política de distribuição de ingressos/material de relacionamento, o tema será tratado no MANCOM (módulo sobre patrocínio) e a previsão de data para submissão do texto para análise do DECRI era 21/08/2019.

ANÁLISE COAUD: Não consta a informação se fora (ou não) cumprido o calendário.

3.3.9. Conflito de interesses

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8021710. Que, nos períodos de abril, maio e junho foram realizadas reuniões com a DIGEP com vistas ao estabelecimento do fluxo do processo de tratamento de conflito de interesses. Que no processo **SEI 53180.017512/2019-19** constam as atas de reunião das tratativas anteriores referentes a conflito de interesse.

Informa, ainda, que foi proposto que a operacionalização do sistema SeCI da CGU ficará a cargo da Ouvidoria, conforme NT GCOM/DECRI 9197915. Que, a proposição foi realizada a partir das informações adquiridas no *benchmarking* com as empresas Petrobras, Banco do Brasil, EBC, CONAB e CODEVASF.

ANÁLISE COAUD: Não consta a informação de cronograma ou prazo para a implantação da rotina.

3.3.10. Registros e Controles Contábeis

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8037171. Em resposta a demanda, a chefe do DECON informou que, por meio do GDPC/DECON 8218304, foram programadas ações de treinamento e cursos previstos no período de 2019.

ANÁLISE COAUD: Não consta a informação sobre os treinamentos e cursos feitos.

Informa, também, que sobre este tema, tratativas estão em andamento, por parte da gerência de riscos, para mapeamento dos riscos na área financeira.

ANÁLISE COAUD: No entanto, o relatório não esclareceu quais são as tratativas.

Um objetivo mencionado é avaliar os relatórios periódicos de tratamento de denúncias com vistas à verificação de efetividade e qualidade dos processos. Informa que, quanto a esse ponto, iniciou-se o procedimento com o memorando 8033418.

ANÁLISE COAUD: Menciona a participação do DECRI no fórum, mas, não informa em qual contexto a situação se deu, nem os resultados obtidos.

3.3.11. Canais de denúncia de irregularidades

O DECRI informa que está em andamento a revisão do processo de tratamento de denúncia, definição de fluxo entre as áreas e estabelecimento de políticas de proteção ao denunciante de boa-fé.

Informa, ainda, que, com vistas à segurança no tratamento de denúncias, em 06/08/2019, por meio do - Despacho OUVID 8846071, foi disponibilizado pelo DECRI, Termo de Compromisso de Sigilo a ser assinado por todos os empregados que atuam no tratamento de denúncias na Ouvidoria.

E que foi realizada reunião com os representantes da Ouvidoria (Ata de Reunião n° 15/2019) para definição das informações que integrarão os relatórios periódicos sobre denúncia a serem encaminhados ao DECRI.

No entanto, de acordo com o DECRI, a planilha (SEI 8317039) recebida com os dados das denúncias não está no formato solicitado. Este departamento, portanto, encontra-se, no presente momento, avaliando a planilha com o intuito de adequá-la.

ANÁLISE COAUD: Não há informação de cronograma ou prazo para a solução da questão posta.

3.3.12. Canal único de denúncia previsto no Plano Anual de Comunicação

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8033418. Em 06/08/2019, o Canal único de denúncia foi inserido no TLT-Código de Conduta.

Informa a realização de uma comunicação de engajamento da *Alliance for Integrity* (divulgação de 4 vídeos) dentre eles, um alusivo a importância do Canal de Denúncia, nos canais de comunicação da Empresa.

Afirma que a OUVID iniciará um conjunto de ações de comunicação sobre o canal, previstas para o segundo semestre/2019, **sem, no entanto, nominá-las. Também, não apresenta cronograma acerca dessa atividade.**

O DECRI assinala o objetivo de avaliar a evolução das medidas adotadas pela empresa para prevenir a retaliação aos denunciantes de boa-fé.

De acordo com o DECRI, em reunião realizada com a Ouvidoria foi informado, conforme registro na ata 15 (08/07/2019), que esta última elaborou minuta de “política” relativa ao tema. A minuta de “política” foi submetida ao FORUM (Corregedoria, Ouvidoria,

DECRI, DCINT, GERT) e encontra-se em fase de elaboração/revisão, no âmbito do DECRI.

ANÁLISE COAUD: Não constam cronograma e prazo.

Outro objetivo é: avaliar a utilização da matriz de Riscos dos Contratos no que tange aos Riscos de Integridade.

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio dos Memorandos 8046937 e 8923648 GCOM/DECRI (reiteração). Ainda de acordo com o órgão foi realizada reunião em 19/08/2019 com a equipe da DIRAD e, na ocasião, foram apresentados esclarecimentos em relação a ação, sendo que a DIRAD elaborará resposta quanto à temática relativa a matriz de riscos dos contratos.

ANÁLISE COAUD: Não constam, no entanto, informações acerca de cronograma e prazos.

3.3.13. Diligências para contratação e supervisão de terceiros

O DECRI informa que deu início aos procedimentos por meio do Memorando 8046937.

O DECRI elaborou minuta do questionário de DDI e Nota Técnica, tendo sido realizado teste piloto no mês maio/2019. Na ocasião, foram convidados cerca de 1000 fornecedores para teste do questionário, sendo que 38 empresas apresentaram respostas, resultando um total de 11 empresas com grau de risco classificado como alto. A realização do piloto demandou atualizações e calibrações no questionário e método de classificação de risco (Alto, Médio, Baixo) de fornecedores.

Encontra-se em andamento a O.S para implantação do questionário de diligência de integridade de fornecedor do sistema de editais. Foi realizada em julho/19, após reunião com a CESAD, consulta ao Jurídico quanto as ações legais de abrangência do questionário de DDI.

Posteriormente, foi realizada análise pelo DECRI, no bojo do Contrato 226/2018 - Solução de Inteligência de Mercado – *Neoway*. Nesse sentido, foi realizado o processo de *Due Diligence* de Integridade no cadastro de fornecedores ativos dos Correios.

A primeira etapa do processo consistiu na realização de cruzamentos de dados dos fornecedores ativos em banco de dados públicos. Nessa etapa, a NEOWAY realizou teste de avaliação de situações de riscos de integridade de todos os fornecedores dos Correios existentes no cadastro e vinculados aos contratos com os Correios, por meio dos CNPJs, CPFs e Razão Social. Os resultados foram apresentados em reunião realizada em junho de 2019 com a presença da equipe do DECRI e do representante da empresa NEOWAY.

Foram pesquisados 14.373 fornecedores ativos dos Correios e apenas 3.987 receberam pontuação (27%), sendo que 294 receberam classificação de risco Alto e apenas 38 empresas tiveram mais de 100 pontos na análise. Após análise e pesquisas realizadas pelos analistas do DECRI, restaram 11 empresas passíveis de análise detalhada e que possuíam contratos ativos com os Correios. Encontra-se em andamento a concepção de dossiês específicos em relação a essas empresas.

Em 19/08/2019, foram encaminhados os modelos de questionário de *Due Diligence* de Integridade, elaborados pelo DECRI, para a equipe de desenvolvimento do Sistema de Editais.

ANÁLISE COAUD: No entanto, não há cronograma ou prazo para os desdobramentos indicados acima.

3.3.14. Análise dos processos de fusões, aquisições e demais operações societárias

Indicou-se como objeto: executar os mecanismos de *due diligence* e *valuation* durante os processos de fusões, aquisições e outras operações societárias, para mitigar os riscos à integridade decorrentes da atuação da empresa, alvo da operação societária.

O DECRI informa que deu início aos procedimentos, junto à CorreiosPar, por meio do Memorando GCOM-DECRI-8056969. De acordo com a Tabela de Alçada, o processo de *Due Diligence* e *Valuation* são de responsabilidade da CorreiosPar, sendo prevista avaliação do DECRI no curso do processo, conforme matriz de responsabilidades (Correios e Correiospar), aprovada em REDIR e CA.

ANÁLISE COAUD: Não consta, no entanto, se fora feita alguma avaliação pelo DECRI.

3.3.15. Inclusão da disciplina ética nos cursos da empresa.

Objeto anotado: verificar se a diretriz de inclusão de conteúdos programáticos relativos à “ética” em todos os cursos oferecidos pela Empresa está sendo observada.

As ações de acompanhamento se encontram em andamento por meio do processo SEI 53180.030165/2019-10 com a emissão do Memorando 8030248. Conforme informações apresentadas pela Universidade dos Correios, os cursos passaram a receber conteúdos relativos à ética a partir do 2º semestre de 2018. De acordo com o órgão, os documentos comprobatórios serão inseridos no processo SEI

ANÁLISE COAUD: Não consta informação no relatório se os documentos comprobatórios já foram inseridos no SEI.

3.3.16. Treinamentos periódicos e comunicação sobre o Programa de Integridade

Objetivo: avaliar os mecanismos para comunicação dos valores éticos, políticas e procedimentos preconizados no Programa de Integridade.

O DECRI elaborou os *Briefings* de comunicação das ações de *Compliance* e Riscos, bem como das ações de adesão à iniciativa de engajamento da *Alliance for Integrity* e adesão ao Pacto Empresarial Contra a Corrupção do Instituto Ethos. O DECRI coordenou no período de maio a junho ações para a divulgação do Código de Conduta Disciplinar e disponibilização do Código de Conduta no celular - "SOU CORREIOS".

Com base nos *briefing* de Comunicação e após a realização de quatro reuniões com o DCORE, foi desenvolvida a Campanha “Viver Valores”, já mencionada neste relatório, que prevê ações de comunicação com vistas ao engajamento dos empregados dos Correios, expressando ações do dia a dia, dos profissionais em relação às Temáticas de *Compliance* e Gestão de Riscos.

Publicação no JORNAL MURAL da série “Por dentro do Código de Conduta Disciplinar” no período 05 a 16 de agosto com alcance para todas as SEs.

Principais ações de comunicação realizadas até o momento, no total de 23 (vinte e três) publicações:

1. Primeira Hora – “Código de Conduta Disciplinar” - Todos os empregados - 07/mai;
2. Correios Informa – “Código de Conduta Disciplinar”;
3. Empregados com acesso ao e-mail corporativo - 09/mai; 17/mai; 27/mai; 04/jun; e 06/jun;
4. Jornal Mural “Código de Conduta Disciplinar”
5. Empregados nas SEs -25/jun/ 02/jul/09/jul
6. Intranet - “1º workshop presencial de Gerenciamento de Riscos -25/jun
7. Minuto do Líder ep. 8 ‘Integridade - Liderança - 26/jun ; ep. 9 “Compliance” –Liderança - 28/jun ep. 10 – “Gestão de riscos” - Liderança 04/jul; ep. 11- “Gestão de riscos” - Liderança - 05/jul
8. Primeira Hora “1ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança, Riscos e Controles” - Todos os empregados - 18/jun
9. Rede Gerentes - “TLT - código de conduta disciplinar” Gestores 15/jul
10. Intranet Presidente dos Correios propõe “choque de gestão e modernidade” em projeto de fortalecimento da empresa durante visita a Mato Grosso do Sul Empregados com acesso à computador -26/jul (Presidente aborda o tema integridade – campanha viver valores)
11. Rede Gerentes “Viver os Valores visa engajar todos os empregados” -Gestores 29/jul
12. Primeira Hora – “Reunião presidente com SE's”- Todos os empregados - 30/jul
13. Intranet “Reunião do presidente Floriano Peixoto com os SEs” - Empregados com acesso à computador - 30/jul (Presidente aborda o tema integridade – campanha viver valores)
14. Rede Gerentes “Correios participa de ações pela integridade nos negócios” – Gestores 05/ago;
15. Primeira Hora – “Viva Nossos Valores” Todos os empregados - 06/ago
16. Jornal Mural – “Por dentro do código disciplinar (Conflito de interesses)” - Empregados nas SEs - 06/ago

Objetivo: avaliar o desenvolvimento dos planos de capacitação e treinamento dos temas referentes aos valores éticos e de integridade assumidos pela empresa.

Foi lançado em julho/2019 o TLT-Código de Conduta e foram treinados, até o momento, **14.153 empregados**. O curso tem como objetivo atingir 56.000 empregados, da área operacional/atendimento, até novembro/2019.

Serão inseridos na trilha os vídeos disponibilizados pela *Alliance for Integrity*.

Encontra-se em fase final de validação do treinamento EAD-Código de Conduta que se destina aos empregados da área administrativa.

Os referidos treinamentos possuem conteúdos específicos que abordam *compliance* e o programa de integridade dos correios.

Objetivo: elaborar cursos específicos para níveis gerenciais e colaboradores sobre as políticas de integridade instituídas na empresa.

Foram inseridos na trilha de treinamento do *compliance* vídeos da *Alliance for Integrity* alusivos às políticas de integridade. Os Vídeos estão sendo divulgados semanalmente para os gestores, como treinamento expresso, no “Rede Gerentes”.

Encontra-se em fase final de validação do treinamento EAD-Código de Conduta que se destina aos empregados da área administrativa.

Encontra-se em elaboração curso da vertente *Compliance* para os gestores de processo (EAD / Conhecimento).

Ministrou-se, no dia 29/08/2019, treinamento para o Conselho de Administração – CA a ser ministrado pela Coordenadora-Geral de Integridade Pública da CGU – Carolina Souto Carballido, sobre a Lei Anticorrupção, Gestão de Riscos e Controle Interno.

Estava previsto, para o dia 30/08/2019, a realização pelos Correios de Evento da Rede GIRC - Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos com temas específicos de governança, *compliance* e gestão de riscos e contará com a presença de autoridades e especialistas que conduzirão painéis e palestras sobre a "Integração entre Governança, Riscos, *Compliance*". Previsão de 280 pessoas, com a participação dos gestores dos Correios, SUPEX, Diretores e Membros do CF. O Presidente dos Correios faria a abertura do evento que contará com a presença de ministros, secretários e procurador.

ANÁLISE COAUD: Seria interessante, para o devido acompanhamento da estratégia, verificar o cronograma que, certamente existe.

Consta como objetivo, oferecer capacitação sobre o tema de ética e integridade tanto a fornecedores quanto a parceiros.

As ações de acompanhamento se encontram em andamento por meio do processo SEI 53180.030165/2019-10 com a emissão do Memorando 8030248. Em função da capilaridade e quantidade de fornecedores dos Correios, o DECRI buscou engajamento de ações de integridade da cadeia junto a *Alliance for Integrity*. Nesse sentido, foram encaminhados 5000 convites para participação de fornecedores em evento. Em 12/08/2019 foi emitido o Memorando 8923648 GCOM/DECRI de reiteração.

Em 19/08/2019 foi realizada reunião com os representantes da DIRAD. As ações de treinamento estão centradas na Cartilha do Fornecedor, disponibilizada para todos os fornecedores. Não há previsão de realização de encontro esse ano.

ANÁLISE COAUD: Não há uma programação para o desdobramento da estratégia.

3.3.17. Aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade

Objetivo: avaliar os indicadores e/ou mecanismos de comunicação à Alta Administração das situações de violações de integridade e sanções aplicadas a fornecedores e parceiros.

A ação de acompanhamento conforme processo SEI 53180.030295/2019-52 e memorando 8046937. Memorando 8923648 GCOM/DECRI de reiteração da demanda junto à DIRAD.

Em reunião realizada em 19/08/2019, ficou acordado que haverá análise relativa à área que é gestora do processo, no caso a CESAD.

ANÁLISE COAUD: Como se vê, não consta quando a análise será feita, inexistindo cronograma e prazo.

Objetivo: Avaliar os procedimentos de interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados.

Foi emitido em 17/06/2019, memorando 7856133 no âmbito do processo SEI 53180.014612/2019-93 que compreende, dentre outras, as ações de avaliação dos mecanismos de interrupção de irregularidade. Memorando GCOM/DECRI 8815527 de reiteração do fornecimento de informações.

Em 05/08/2019 foi emitido o memorando 8815527 de solicitação de informações das ações adotadas pela Corregedoria no sentido de sanar situações referentes à falta injustificada e reiteração do Memorando inicial 7595839.

ANÁLISE COAUD: Não consta se as informações solicitadas foram repassadas. Não consta nenhuma movimentação após maio de 2019.

3.3.18. Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos

Objetivo: verificar a implantação de procedimentos de integridade das controladas, coligadas, patrocinadas, mantidas e subsidiárias, alinhados aos parâmetros de integridade adotados pelos Correios.

Foi iniciada a ação de acompanhamento junto a CorreiosPar, no âmbito do processo SEI 53180.030373/2019-19 e memorando GCOMDECRI-8056969. Iniciadas ações de diagnóstico de integridade da Postal Saúde e Postalis, conforme processos SEI 53.180.031477/2019-41 (Postalis) e 53180.029852/2019-92 (Postal Saúde). Foram realizadas reuniões com os respectivos órgãos e encaminhados os questionários em julho/agosto. A Postal Saúde solicitou prorrogação de prazo para o dia 16/08/2019, data na qual encaminhou a documentação solicitada ao DECRI.

Não há menção aos retornos da Postalis e da CorreiosPar, o que se permite concluir que as referidas coligadas não responderam ao questionário.

Destaca-se que toda análise precedente apoia-se na metodologia de avaliação de Gestão de Riscos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, cuja classificação para cada variável está representada no quadro a seguir.

MENSURANDO A GRCorp	INICIAL	FRAGMENTADO	DEFINIDO	CONSOLIDADO
(1) Estratégia de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> A organização não sabe como, quem, quando, onde e por que implementar gestão de riscos As metas de desempenho existem 	<ul style="list-style-type: none"> A organização sabe por onde começar, mesmo que não tenha claro aonde quer chegar As metas de desempenho existem 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de gestão de riscos claramente definida e implementada As metas de desempenho são definidas 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de gestão de riscos claramente definida e implementada As metas de desempenho são monitoradas
(2) Governança de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa são realizadas individualmente, não integradas à visão estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa focam em áreas históricas em resposta ao cumprimento das obrigações regulatórias 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa cobrem os riscos de negócio e direcionadores de valor, podendo haver sobreposições A estrutura organizacional está definida 	<ul style="list-style-type: none"> As funções da 2ª linha de defesa cobrem de forma abrangente os riscos da organização A estrutura organizacional está bem definida e alinhada à estratégia e aos objetivos
(3) Políticas de GRCorp	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos não estão definidos e não há um processo consistente para seu desenvolvimento e manutenção 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos são limitados a áreas diretoras-chave 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos de GRCorp são formais e comunicadas de forma consistente em toda a organização 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas e procedimentos são bem desenvolvidos e aplicados consistentemente em toda a organização
(4) Processos de GRCorp e interação ...	<ul style="list-style-type: none"> Processos e controles que dão apoio à gestão de riscos são pouco desenvolvidos Mínimas atividades de monitoramento ocorrem. 	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de identificação e avaliação de riscos são executados como atividades distintas ou separadas acontecendo sob demanda 	<ul style="list-style-type: none"> Uma abordagem baseada em riscos é executada de maneira sistemática e consistentemente aplicada em nível corporativo e por toda a organização 	<ul style="list-style-type: none"> Os processos de identificação e avaliação de riscos estão bem definidos e estruturados Os gestores de negócios monitoram sistematicamente os riscos associados aos processos
(5) Linguagem de riscos e métodos avaliativos	<ul style="list-style-type: none"> Não há abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos Análises qualitativas e quantitativas são realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Não há abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos Análises qualitativas e quantitativas são realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Há uma abordagem padronizada para definir o nível aceitável de riscos. No entanto, ela não é utilizada por todas as funções de maneira consistente 	<ul style="list-style-type: none"> Utiliza abordagem padronizada e consistente para definir o apetite e tolerância a riscos Testes de stress e análise de cenários são utilizados em nível corporativo
(6) Sistemas, dados e modelos de informação	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de informações e relatórios são direcionados por exigências externas e não são suficientemente definidos 	<ul style="list-style-type: none"> Modelos de informações e relatórios são definidos pela alta direção, mas não são compreendidos pela gestão ou alinhados na organização 	<ul style="list-style-type: none"> Os modelos de informações e de relatórios são bem definidos e compreendidos. Os relatórios são elaborados com informações corretas, completas 	<ul style="list-style-type: none"> Tecnologias emergentes são aproveitadas para permitir que os objetivos de gestão de riscos sejam alcançados em nível corporativo
(7) Cultura, comunicação, treinamento e monitoramento ...	<ul style="list-style-type: none"> Não há um plano de disseminação implementado para formalizar as principais decisões da companhia em relação às práticas de riscos 	<ul style="list-style-type: none"> Existem comunicações, mas não estão formalmente definidas. Treinamentos pontuais são realizados 	<ul style="list-style-type: none"> Protocolos claros de comunicação existem e são abertos a todos os empregados. A comunicação de duas mãos com as partes interessadas é incentivada. 	<ul style="list-style-type: none"> A cultura de riscos e controles está inserida nas atividades diárias da organização e os riscos proativamente tratados em todos os níveis de processo e de funções

Conclusões

No item “Gestão de Riscos”, **percebe-se uma melhoria na maturidade da Empresa em relação ao tema**, mas, entende o COAUD que a classificação permanece como “fragmentada” para todos os itens, conforme demonstrado em cada caso, respectivamente. Abaixo seguem os destaques:

1. Falta de apresentação de cronograma para cumprimento da determinação do TCU: Ex.: Desconformidades apontadas: **obrigatoriedade da publicação anual do rol de informações classificadas e desclassificadas (art. 30, I e II, da Lei 12.527/2011)**.
2. Inexistência de fluxo definido e consequentemente um possível descumprimento do prazo definido em lei, mais precisamente, no artigo 65, II, qual seja, agosto de 2020. Ex.: **Elaboração do Programa de Compliance Digital visando o atendimento da Lei 13.709/2018 que dispõe sobre a Proteção de Dados Pessoais – LGPD**.
3. Problemas de alçada – falta de regulamentação – falta de cronograma para acompanhamento de ações. Ex.: **Instrução Normativa N° 13 de 08 de agosto de 2019**.
4. Não obstante a existência de metas de desempenho e estratégia de risco – falta a definição de fluxo, que deixa a questão posta inoperante.
5. Maturidade na gestão de riscos e falta de cronograma para implementação de ritos correlacionados. Ex.: **Governança de GRCORP – Estratégia de Gerenciamento Corporativo de Riscos – nível fragmentado**;
6. Modelo de Governança de Riscos em andamento; indefinição do apetite de riscos. Ex.: **Políticas de gerenciamento de riscos corporativos**.
 1. **Processos de GRCORP e Interação desse processo com os demais ciclos de gestão**: falta de abordagem sistêmica e consistente;
 2. **Linguagem de Riscos e Métodos Avaliativos**: ausência de abordagem padronizada na definição do nível aceitável de riscos;
 3. **Sistemas, Dados e Modelos de Informação**: falta de alinhamento, inexistência de definição de modelos de informações e de relatórios com informações completas e fidedignas;
 4. **Cultura, Comunicação, Treinamento e Monitoramento**: treinamentos feitos de forma pontual; comunicações sem um nível formal definido;

No que se refere às ações do PACRI, vejamos os principais tópicos: conforme se verifica nos pontos de destaque abaixo relacionados, iniciou-se uma série de ações, mas, em face do estágio embrionário do processo, há a necessidade de complementação de muitas medidas, evolução e mensuração do que fora feito. A ausência, no momento, de informações importantes aos pontos analisados, traz fragilidade e, portanto, ratifica a classificação sugerida acima para a maturidade da gestão de riscos, qual seja, “fragmentado”:

1. **Política de Riscos**: a **Política de Riscos** dos Correios foi publicada 28/06/2019. No entanto, a publicação não atingiu os stakeholders externos, o que implica em descaracterizar o termo “política” no presente caso;
2. **Divulgação do Plano de Integridade**: foram observadas várias campanhas, mas, falta apurar a efetividade dos métodos acima descritos, ou seja, se houve alguma percepção de melhoria quanto ao tema nos Correios. Também, não foi apresentada a métrica que será utilizada para demonstrar a evolução desta questão, de suma importância para a empresa. E, como se disse, no tópico anterior, ainda, não há uma política propriamente dita, na medida em que não há uma publicação do programa para o público externo;

Quanto aos itens – Sistema para registro de ocorrências; Mapeamento de riscos à integridade; Política corporativa de consequências (Proteção ao denunciante de boa fé; Due Diligence de Fornecedor e de Pessoal – Background check); Recebimento de brindes e presentes; Rotinas para identificação de Nepotismo; Regras para processos de patrocínio, publicidade e propaganda; Conflito de interesses; Registros e Controles Contábeis; Canais de denúncia de irregularidades; Canal único de denúncia previsto no Plano Anual de Comunicação; Diligências para contratação e supervisão de terceiros; Análise dos processos de fusões, aquisições e demais operações societárias; Inclusão da disciplina ética nos cursos da empresa; Treinamentos periódicos e comunicação sobre o Programa de Integridade; Aplicação de medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade; Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos: em todas variáveis ora mencionadas verificou-se ausência de informações, que as deixam incompletas ou mesmo, em determinados casos, até inexistentes, tais como – ausências de cronogramas e prazos; falta de informações atualizadas; falta de procedimentos específicos para a solução dos problemas; definição de alçadas; ausência de informação da realização de treinamentos; realização de avaliações; atualização da informação no SEI; deficiência de informação quanto a implantação da estratégia.

BLOCO III – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

1. Contextualização

Com objetivo cumprir o item 4.7.4, letra “c”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destinou-se a avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno.

Para compreender o que vem a ser essa tarefa, o Comitê de Auditoria suporta-se no *framework* do COSO no qual define:

Controle Interno: um processo conduzido pelo corpo diretivo, gerência e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados às operações, divulgação e conformidade (COSO, 2013)¹.

Efetividade do Sistema de Controle Interno: a efetividade de um sistema de controle interno fornece à administração e ao conselho de administração uma garantia razoável em relação à consecução dos objetivos de uma entidade. O termo “garantia razoável” ao invés de “garantia absoluta” reconhece que existem limitações em todos os sistemas de controle interno e que podem existir incertezas e riscos, que ninguém pode prever com precisão e segurança. Garantia absoluta não é possível (COSO, 2013)².

Desse modo, para dar cumprimento ao que prevê os itens 4.4.1 a 4.4.3 do Regimento Interno, o Comitê de Auditoria realiza, por meio de reuniões semanais, a supervisão e o monitoramento das atividades desenvolvidas na área de controle interno, bem como avalia os relatórios destinados ao Conselho de Administração relativos à temática ora mencionada.

Adicionalmente, os controles internos em cada um dos itens objeto de auditoria, previstos no Plano Anual de Auditoria, são avaliados quanto à sua efetividade, por meio de metodologia definida pelo Tribunal de Contas da União³.

Em nível de entidade, o Comitê de Auditoria solicitou a AUDIT a realização de avaliação do nível de maturidade dos controles internos, com objetivo de identificar se os mesmos são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizar riscos inerentes aos processos relevantes da Empresa. A análise dos referidos controles interno foi realizada a partir dos componentes do COSO (2013) que sustentam o instrumento de avaliação elaborado por Capovilla et. al. (2018), considerando as seguintes dimensões quanto:

- a eficácia e a eficiência dos controles internos quanto ao componente – Ambiente de Controle;
- a eficácia e a eficiência dos controles internos quanto ao componente – Avaliação de Riscos;
- a eficácia e a eficiência dos controles internos quanto ao componente – Atividades de Controle.
- a eficácia e a eficiência dos controles internos quanto ao componente – Informação e Comunicação.
- a eficácia e a eficiência dos controles internos quanto ao componente – Atividades de Monitoramento.

Os referidos controles são avaliados em uma escala de 0 a 3, em que: (0) Incipiente, (1) Inicial, (2) Em formação e (3) Estabelecido.

A partir das evidências dos trabalhos de auditoria do ano de 2019, a seguir apresentam-se as constatações das mencionadas avaliações, bem como a análise quanto a problemas relativos às alçadas de responsabilidade a partir de evidências de relatórios de auditoria emitidos até a presente data.

2. Avaliação da Efetividade do Sistema de Controles Interno

Até o fechamento deste relatório, a Auditoria Interna dos Correios (AUDIT) havia finalizado 12 dos 39 trabalhos de auditoria previstos para o ano de 2019. No que tange a efetividade dos controles internos avaliados em cada um desses trabalhos tem-se a seguinte constatação:

PROCESSO AUDITADO	QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS
Política de Segurança da Informação da Eurogiro	Eficazes
Avaliação dos Controles Internos Administrativos	Eficácia Mediana
Relacionamento com Governo	Pouco Eficazes
Planejamento de Pessoal – Operacional	Pouco Eficazes
Gestão de Frota e Equipamentos	Pouco Eficazes
Manutenção e Vistoria	Pouco Eficazes
Fiscalizar o Cumprimento de Serviços Monopolísticos	Pouco Eficazes
Implementar vendas de capacidade disponível de cargas terrestres e aéreas	Pouco Eficazes
Monitoramento Direto das Recomendações do Relatório 2210 - 1º Ciclo	Eficazes
Monitoramento Direto das Recomendações da Auditoria Interna - 1º Ciclo (RA2019009)	Eficazes
Aprimorar a Gestão de Des. De Sistemas e Governança e Gestão de TI	Eficazes
Pessoas	Ineficazes

Observa-se a partir dos resultados de 2019 que há uma tendência predominante na qual os controles são avaliados como pouco eficazes, guardando mesma correspondência com os resultados do ano de 2018, cuja avaliação dos 21 trabalhos apresentou uma avaliação de **controles ineficazes ou poucos eficazes**.

Em que pese se constatar uma tendência de queda na quantidade de recomendações da Auditoria Interna (AUDIT/Correios) desde o ano de 2018 (em abril de 2018 havia 4.372 recomendações em aberto, enquanto que em julho de 2019 havia um total de 1.384 recomendações em aberto), o que se constata é que as ações realizadas não têm sido suficientes para reverter o quadro quanto à fragilidade dos controles internos.

Em relação à avaliação do nível de maturidade dos controles internos em nível de entidade (avaliação feita nos processos desempenhados no edifício Sede), o resultado é levemente superior conforme se evidencia a seguir.

Componente do COSO	Classificação da Auditoria em 2018	Classificação Capovilla et al (2018)
Ambiente de Controle	Eficácia Mediana	Em formação (2)
Avaliação de Riscos	Eficácia Mediana	Em formação (2)
Atividades de Controle	Controle Pouco Eficaz	Inicial (1)
Informação e Comunicação	Eficácia Mediana	Em formação (2)
Monitoramento	Eficácia Mediana	Em formação (2)

Na avaliação ora realizada dos controles internos administrativos em nível de entidade tem-se dentre os principais fatores positivos o fato da implantação de políticas, diretrizes e regimentos com vistas ao aprimoramento dos controles internos. Por outro lado, constata-se a necessidade de sua efetividade à medida que **este aspecto não está presente no funcionamento quanto à “prevenção e a correção de falhas e irregularidades, e quanto à mitigação dos riscos inerentes aos processos relevantes”**, indo ao encontro dos principais achados dos relatórios de auditoria ao longo, pelo menos, dos anos de 2018 e 2019.

Dentre esses achados que evidencia o problema quanto à efetividade do sistema de controles internos organizacionais, tem-se a fragilidade dos controles quanto às alçadas de responsabilidade, objeto de análise a seguir.

2.1 Alçada de Responsabilidade

O Comitê de Auditoria dos Correios teve sua efetiva implantação ao final de julho de 2018. Desde então, seus membros interagem com várias áreas da empresa, em especial a Auditoria Interna na qual fornece evidências acerca de diversos aspectos quanto aos controles internos e, dentre eles, tem-se a questão da alçada de responsabilidade, que tem como principal finalidade a delegação de competência ou autoridade.

Segundo o COSO (2013, p.38)⁴ “a delegação de autoridade capacita as pessoas a agirem conforme necessário em uma determinada função, mas também é necessário descrever as limitações da autoridade”.

Ocorre que a partir de algumas evidências, no entendimento deste Comitê de Auditoria, é possível constatar que a organização pode incorrer em riscos em razão de tais limites de autoridade não estarem bem definidos ou os controles desenhados para esta finalidade não serem efetivos. A seguir, apresentam-se algumas evidências (não exaustivas).

No Relatório de Auditoria nº 2018014 emitido sobre os trabalhos realizados na então Vice-Presidência de Operações (Processo: Tratamento), “constatou-se que 103 ações de melhorias (46%) de um total 222 ações, elaborados pela citada Consultoria⁵ quando do término da execução da 1ª Onda - Tratamento, foram canceladas, sendo que **40 delas não apresentavam justificativas do cancelamento** no campo “Histórico””. (destaque nosso), ou seja, embora inicialmente o fato ora relatado não importe diretamente em valor quantificável sob o ponto de vista financeiro, aponta para um comportamento temerário que é o cancelamento de ações de melhoria **sem a devida justificativa e reporte às instâncias superiores**. Nesse processo, os controles internos foram classificados como pouco eficazes.

Outra evidência ocorrida, agora no ano de 2019, está no RA-2019010 – Implementar Vendas, no qual a AUDIT/Correios identificou, por ocasião de apresentação de solução customizada para atendimento de demanda do cliente Kabum Comércio Eletrônico em 05/2017, houve a elaboração de relatório de customização de negócios (RCN). Contudo na elaboração da mencionada customização, não houve a emissão de parecer das áreas técnicas envolvidas (tratamento e transporte) nem a aprovação pela área gestora do produto, na época, a Vice-Presidência de Logística.

O mais grave é que, a Vice-Presidência que reprovou a customização do serviço, emitiu posteriormente o Relatório DESOL/VILOG - 0323/2017, utilizando como assunto a "Proposição de preço para o Serviço de Logística Integrada de transferência e distribuição das encomendas para o cliente Kabum Comércio Eletrônico SA", sem alterar a proposta de customização inicial e assinado apenas pelo Vice-Presidente, sem submeter à aprovação das áreas envolvidas e, por fim, foi emitido um Memorando informando que o serviço customizado havia sido implantado.

Um ano após a assinatura do termo aditivo referente a prestação do serviço, o Departamento formatador de serviços no segmento de encomendas emitiu a Nota Técnica nº 8/2018, recomendando a descontinuidade do contrato customizado em função dos resultados obtidos, registrando que não foi possível atingir o crescimento de receita previsto. Conforme o Relatório DESOL/VILOG 323/2017, de modo a viabilizar o serviço customizado, a postagem diária seria de 4.316 objetos, entretanto as postagens ocorreram em quantidade inferior ao previsto, representando um déficit estimado de R\$ 630 mil. Também foi registrada utilização adicional de linhas de transporte que ocasionou um valor extra de R\$ 253 mil.

Verifica-se, a partir dessa evidência um problema de alçada de responsabilidade no qual a aprovação da execução do mencionado projeto poderia somente ter sido executada com a análise de todas as áreas envolvidas. Desse modo, em que pese haver normatização orientando como deve ser realizado tal procedimento (anexo 2 do MANCAT 28/4 de 20/07/2015), o mesmo não foi atendido.

Apesar da baixa materialidade dos valores ora reportados, o que se evidencia diz respeito a falha dos controles internos em permitirem que alçadas em nível gerencial tomem decisões estratégicas na organização sem a devida alçada, o que representa um risco para o alcance dos objetivos organizacionais.

A partir dessas evidências o Comitê de Auditoria solicitou à AUDIT relatórios adicionais que pudessem evidenciar problemas dessa natureza (alçada de responsabilidade) no qual poderá servir de trilha para revisão dos procedimentos internos, quais sejam:

Relatório de Auditoria	Tema da Auditoria
RA 201903	Controles Internos Administrativos
RA 2019006	Planejamento de Pessoal Operacional
RA 2018014	Tratamento
RA 2018020	Entrega
RA 2018003	Capitação e Coleta
RA 2019010	Implementar Vendas
RA 2016025	Projeto M&A/Logística Integrada
RA 2016022	Projeto M&A SPE (Serviços Postais Eletrônicos)
RA 2017026	Gestão da Segurança da Informação e Comunicações
RA 2018013	Processo Inovação
RA 2018022	Processo Digital
RA 2019010	Implementar venda de capacidade disponível de cargas terrestres e aéreas
RA 2016014	Projeto MVNO (Mobile Virtual Network Operator)
RA 2016009	Marketing e Pesquisas de Mercado
RA 2018017	Parcerias Estratégicas
RA 2016023	Projeto Internacionalização

2.3 Controles Internos abrangidos no Relatório PACIN

O DCINT - Departamento de Controle Interno, informou que consolidou o seu planejamento estratégico, por meio de relatório, no qual apresenta os principais resultados da execução do Plano Anual de Controle Interno – PACIN/2019, cujo objetivo é fortalecer os controles internos, aumentar a confiabilidade das informações produzidas para a tomada de decisão e de contribuir para o gerenciamento, identificação e mitigação dos riscos que possam impactar negativamente no atingimento dos objetivos da empresa. Após digressões acerca do sistema de controle interno dos Correios, com esclarecimentos acerca das estruturas do Departamento de Controle Interno, enfrentou-se os métodos de verificação de controle interno. São eles:

- Planejamento tático dos processos;
- Planejamento operacional das unidades;
- Execução das verificações de controles dos processos e das unidades;
- Comunicação dos resultados.

Os resultados das verificações de controles dos processos e das unidades operacionais são apresentados em relatório contendo a classificação dos Estados dos Controles, considerando as atividades de controles identificadas e o número de ocorrências e importância financeira dos achados:

CONTROLE PLENAMENTE EFICAZ	5
CONTROLE EFICAZ	4

CONTROLE DE EFICÁCIA MEDIANA	3
CONTROLE POUCO EFICAZ	2
CONTROLE INEFICAZ	1

De acordo com o DCINT - Departamento de Controle Interno, para cada situação verificada são apresentadas as respectivas recomendações de fortalecimentos dos controles, com a informação das principais não conformidades identificadas que ensejem a ação imediata dos gestores para a recuperação dos valores verificados. Os apontamentos das verificações de controles realizados nas unidades operacionais pelos inspetores são disponibilizados via Sistema Nacional de Controle Interno aos gestores para conhecimento e manifestação das providências a serem adotadas sobre as não conformidades encontradas.

Ficou esclarecido no relatório apresentado pelo DCINT, que o Plano Anual de Controle Interno – PACIN tem por finalidade consolidar o planejamento das principais atividades do Departamento em nível estratégico. O PACIN contempla as atividades de verificação de controles da empresa, conforme critérios estabelecidos para atuação de órgão de segunda linha de defesa, e considerando os processos prioritários, direcionadores estratégicos e outros critérios relevantes, submetendo-os às instâncias devidas de aprovação. A verificação dos controles nos processos organizacionais e unidades operacionais definidas no PACIN são realizados por meio de verificações especiais e ordinárias:

- As verificações ordinárias dos processos, para 2019, estão sendo realizadas mediante a seleção por uma matriz de priorização¹ dos processos Nível 1 da Cadeia de Valor dos Correios e a execução obedece o método de verificação de controle interno.
- As verificações ordinárias das unidades operacionais estão sendo realizadas mediante a seleção por uma matriz de priorização contemplando critérios, tipos de unidades (atendimento: própria e franqueada; distribuição: CEE e CDD; tratamento: CTC, CTE e CTCE) e quantidades priorizadas.
- As verificações especiais, tanto de processos quanto de unidades operacionais são decorrentes de solicitações da DIGOV e de atividades de monitoramento realizadas pelo DCINT nos processos críticos.

Informa, ainda, o DCINT, que os resultados do PACIN devem ser reportados à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria, por meio de relatórios periódicos em consonância com o Estatuto Social dos Correios, Art. 105. Incisos IX e com MANORG 4/8.

Os resultados das verificações de controle ordinárias e especiais do PACIN 2019 realizadas durante o período de abril a agosto/2019 estão demonstrados no relatório. Foram realizadas verificações de controles “in loco” em 1.537 unidades operacionais, de um total de 2.957 unidades previstas.

Alguns achados impressionam pelo volume e pela expressividade:

1. As verificações de controles nas unidades operacionais identificaram o montante de R\$ 6.126.792,00 (seis milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e noventa e dois reais) de não conformidades de natureza financeira;
2. As faltas de numerário (alcance) identificadas nos cofres das agências próprias totalizaram R\$ 839.903,00, sendo 5 (cinco) SE responsáveis por 89,69% desse valor;
3. Foram constatadas 21.075 não conformidades em 1.537 unidades operacionais verificadas. As não conformidades mais encontradas nas unidades, por grupo, estavam relacionadas à Segurança no Trabalho. Verificou-se, também, tanto nas agências franqueadas, quanto nas próprias, as 10 (dez) não conformidades mais recorrentes.

Demonstrou-se as Verificações Especiais em unidades operacionais; as Verificações Especiais de Controle Administrativo; Processo de gestão de contratos (em fase de execução); Verificações Ordinárias nos Processos; Outras atividades em andamento.

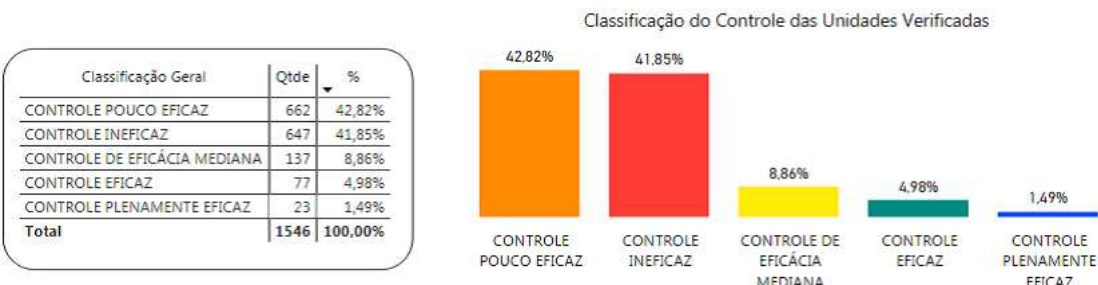
No item 6, “Estados dos Controles”, ficou demonstrado, especialmente, nos itens 6.1, 6.2 e 6.3, que os Controles ineficazes, pouco eficazes e de eficácia mediana prevalecem sobre o controle eficaz e plenamente eficaz.

No item 6.1, foram relacionados riscos referentes à verificação especial na Superintendência de Operações de Brasília. **Com controles pouco eficazes, de eficácia mediana e ineficaz**, os riscos apontados são: não atendimento ao cliente (em uma situação – MANORG 10/3, subitem 3.1.5); aumento de despesas (em uma situação – MANORG 10/3, subitem 3.1.6); pagar por serviços não executados (em uma situação – MANORG 11/2 e 3, subitem 4.4); atrasar ou paralisar a operação de tratamento dos objetos (em duas situações – MANORG 10/3, subitem 3.3.4).

No item 6.2, estão elencados os riscos a que os Correios estão sujeitos, quando se trata de verificação especial na Gestão dos Contratos Corporativos. **Com controles pouco eficazes, de eficácia mediana e ineficaz**, os riscos apontados são: pagar por serviços não executados (em duas situações – MANORG 10/3, subitem 3.3.9 e MANORG 10/3, subitem 3.3.17); insegurança para objetos e pessoas na área (em duas situações – Dec. 7.168/2010 e MANCOD); insatisfação do cliente (em uma situação – MANORG 10/3, subitem 3.1.2); e pagamentos divergentes ao instrumento contratual (em quatro situações: emissão do *vaucher* pelo Fiscal do Contrato; Cadastramento da regra das condições de pagamentos no sistema ERP; alteração da regra de pagamento dos contratos no sistema ERP; sistema de valor presente).

No item 6.3, do mencionado relatório, quando se trata de verificação ordinária nas Unidades Operacionais, o quadro é o seguinte:

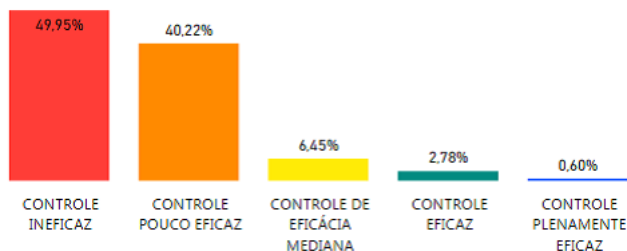
Classificação do Controle das Unidades Verificadas



Classificação dos Controles das Agências Próprias – AC

Classificação do Controle de Agências Próprias - AC

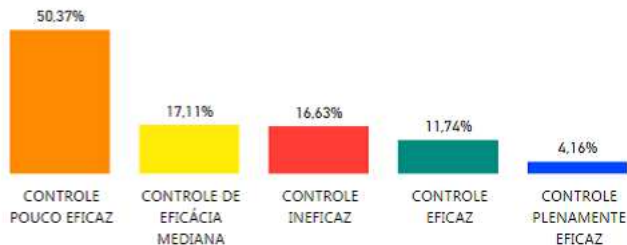
Classificação AC	Qtde	%
CONTROLE INEFICAZ	503	49,95%
CONTROLE POUCO EFICAZ	405	40,22%
CONTROLE DE EFICÁCIA MEDIANA	65	6,45%
CONTROLE EFICAZ	28	2,78%
CONTROLE PLENAMENTE EFICAZ	6	0,60%
Total	1007	100,00%



Classificação dos Controles das Agências Franqueadas – AGF

Classificação AGF	Qtde	%
CONTROLE POUCO EFICAZ	206	50,37%
CONTROLE DE EFICÁCIA MEDIANA	70	17,11%
CONTROLE INEFICAZ	68	16,63%
CONTROLE EFICAZ	48	11,74%
CONTROLE PLENAMENTE EFICAZ	17	4,16%
Total	409	100,00%

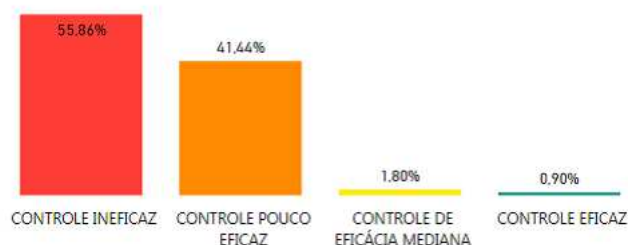
Classificação do Controle de Agências Franqueadas - AGF



Classificação dos Controles dos Centros de Distribuição Domiciliária - CDD

Classificação CDD	Qtde	%
CONTROLE INEFICAZ	62	55,86%
CONTROLE POUCO EFICAZ	46	41,44%
CONTROLE DE EFICÁCIA MEDIANA	2	1,80%
CONTROLE EFICAZ	1	0,90%
Total	111	100,00%

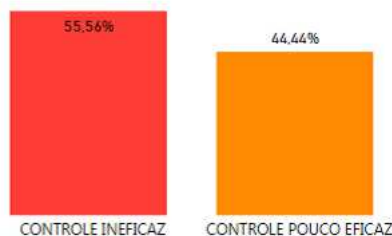
Classificação do Controle de Centros de Distribuição Domiciliar - CDD



Classificação dos Controles dos Centros de Entrega de Encomendas – CEE

Classificação CEE	Qtde	%
CONTROLE INEFICAZ	5	55,56%
CONTROLE POUCO EFICAZ	4	44,44%
Total	9	100,00%

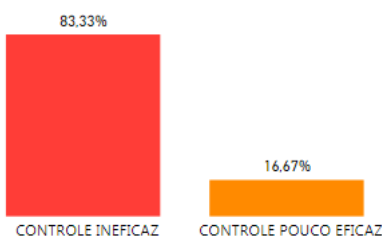
Classificação do Controle de Centros de Entrega de Encomendas - CEE



Classificação dos Controles dos Centros de Tratamento – CIC, CTE, CTCE e CCE

Classificação CT	Qtde	%
CONTROLE INEFICAZ	5	83,33%
CONTROLE POUCO EFICAZ	1	16,67%
Total	6	100,00%

Classificação do Controle de Centros de Tratamento - CTC, CTE, CTCE e CCE



As principais dificuldades foram relacionadas no item 7, do Relatório DCINT. De acordo com este documento, o efetivo total vigente do DCINT, atualmente, é de 216 empregados. As dificuldades relacionadas são as seguintes:

1. Problemas com deslocamento dos inspetores até as unidades a serem inspecionadas, devido à pouca disponibilidade de veículos administrativos para as CVCO em algumas localidades. Como em regra se utiliza um veículo por dupla de inspetores, quando há apenas um veículo, os demais inspetores da CVCO ficam impedidos de ir a campo, o que impacta na quantidade de unidades inspecionadas.
2. Falta de contrato de hospedagem em várias cidades do interior, gerando a necessidade de contratações via Portal de Serviços - PSER, com alocação da despesa no MCU da unidade a ser inspecionada, devida a limitação de valor legal e a regra do MCU principal (156 inspetores que utilizariam apenas um MCU, que é o da GCOP/DCINT, inviabilizando a execução do PACIN/2019).
3. Reduzida equipe de apoio administrativo nas Coordenações de Verificações de Controle para atendimento ao grande volume de demandas administrativas envolvidas nas inspeções realizadas. Em muitas Superintendências, a situação está crítica, com o efetivo existente abaixo do previsto;
4. Efetivo atual de inspetores abaixo do previsto, principalmente em algumas localidades do Norte e do Nordeste, devido à alta rotatividade na função e dificuldade na efetivação de substituições interinas devido a não liberação de empregados por parte das SE;
5. Compartilhamento de espaço do órgão de Controle Interno em catorze Superintendências Estaduais (AL, BA, ES, GO, MA, MS, PB, PR, RJ, RS, SC, SPI, TO, RO), fragilizando as atividades de controle e a atuação da área de forma independente.
6. Falta de equipamentos exclusivos para a execução das atividades administrativas de algumas Coordenações de Verificações de Controles (computadores, impressoras, scanner e notebooks), em razão do compartilhamento de espaço.

7. Capacidade produtiva reduzida em razão do tamanho das equipes das gerências (GCIA e da GCOP) para fazer frente às verificações especiais e ordinárias de controles nos processos administrativos e operacionais, bem como a atualização e gerenciamento do sistema SNCI, dado o efetivo existente.

Ainda, de acordo com o relatório, especialmente, no **item 8**, as principais necessidades dizem respeito a infraestrutura da DCINT:

Recursos Humanos: efetivo deficitário nas gerências de departamentos; inspetores regionais; suporte administrativo nas estruturas regionais/estaduais; equipe técnica responsável pelo SNCI (Sistema Nacional de Controle Interno); equipe multidisciplinar preparada para execução de demandas especiais solicitadas pela DIGOV).

Estrutura: Ajuste da estrutura da Coordenação de Verificações de Controle Operacional – CVCO para GRCl: ampliação do quantitativo atual de 06 (coordenações) para 10 unidades (gerências);

- Ajuste da estrutura da Chefia de Seção da Coordenação de Verificação de Controle Operacional - CVCO para Coordenação Regional de Controle Interno – GRCl, com ampliação do quantitativo atual de 24 para 28 coordenações;
- Definição de MCU próprio para as Gerências Regionais de Controle Interno – GRCl e respectivas Coordenações propostas, a fim de viabilizar a alocação e execução das despesas orçamentárias envolvidas;
- Ajuste da nomenclatura da função de Inspetor Regional para uma denominação técnica e abordagem atual de sistema de controle interno, dada a natureza de segunda linha de defesa das atividades.

Instalações Físicas: Destinação de espaço físico próprio para instalação das estruturas regionais estaduais de controle interno;

Destinação de mobiliário e equipamentos necessários à instalação das estruturas regionais estaduais de controle interno e atuação dos inspetores (computadores, impressoras, scanners e notebooks).

Recursos Tecnológicas e Administrativos: Destinação de equipamentos de informática com alta performance para a equipe de gestão do sistema SNCI da GCOP/DCINT;

Desenvolvimento de Trilha do conhecimento - Curso em EAD de Formação dos Inspectores de Controle Interno para adequação do perfil técnico da equipe; Destinação dos recursos necessários para a realização de ações de comunicação e eventos corporativos de disseminação da cultura de controle interno na empresa e respectivo comprometimento dos gestores.

O DCINT alerta para o caráter sigiloso dos dados apresentados e conclui da seguinte forma o relatório: o fortalecimento do DCINT aumenta a confiabilidade das informações produzidas para tomada de decisões, contribui para o saneamento e a mitigação de riscos; a execução de verificações ordinárias e especiais suprem as lacunas de deficiências de controles dos processos e das unidades operacionais, esclarecem dúvidas e verificam denúncias que versam sobre a conformidade e a economicidade dos recursos geridos pelos Correios; o sigilo profissional é a regra, sendo a confidencialidade das informações e dos dados obtidos responsabilidade dos empregados envolvidos. Os trabalhos produzidos para suportar as conclusões e as recomendações são de propriedade da

Governança, cabendo ao DCINT e aos demais envolvidos na atividade, o dever de guarda, conservação e sigilo das informações.

ANÁLISE DO COAUD: Com controles pouco eficazes, de eficácia mediana e ineficazes, em regra, os resultados das análises feitas pelo DCINT não poderiam ser diferentes: R\$ 6.126.792,00 (seis milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e noventa e dois reais) de não conformidades de natureza financeira; faltas de numerário (alcance) identificadas nos cofres das agências próprias totalizaram R\$ 839.903,00, sendo 5 (cinco) SE responsáveis por 89,69% desse valor; constatadas 21.075 não conformidades em 1.537 unidades operacionais verificadas.

A análise conjunta deste Relatório e do Relatório de Risco, analisado no item anterior (BLOCO II), trazem o ambiente caótico pelo qual passa a empresa: nível de maturidade de risco fragmentado, somado a um nível de controle, em sua maioria, ineficaz, pouco eficaz ou de eficácia mediana. As duas situações estão interligadas e se retroalimentam, aumentando, em muito, o risco de exposição da empresa.

A notícia boa é que a empresa detém a informação. Pelo menos, conhece parte significativa da sua fragilidade. Mas, deve-se observar que, a prevalência de controles de baixa eficácia implica em externalidades, o que significa desconhecimento da existência de riscos e, vale dizer, do impacto que os mesmos podem gerar.

Essa situação deve ser imediatamente enfrentada. Para tanto, como se viu no relatório do DCINT, é preciso estruturar os Correios: pessoas e estrutura física. Medidas de controle e de conformidade não podem ser vistas como custo e sim como investimento e devem estar no radar, constantemente, do Conselho de Administração.

3. Considerações Finais

Com objetivo cumprir o item 4.7.4, letra “c”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destinou-se a avaliar a efetividade dos sistemas de controle interno da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

A partir das evidências dos trabalhos de auditoria, das análises de seus relatórios apresentados e discutidos em reuniões do Comitê de Auditoria, constata-se que a **efetividade do sistema de controle interno da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) pode ser categorizada como pouco eficaz**.

Adicionalmente, constata-se evidências de fragilidades quanto alçada de responsabilidade na qual expõe a organização a ações em desacordo com seus objetivos estratégicos, de modo que, verifica-se a necessidade de revisão quanto aos controles internos que direcionem as tomadas de decisões em consonância com o alcance dos objetivos organizacionais.

BLOCO IV – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA

1. Avaliação da Auditoria Interna dos Correios (AUDIT)

1.1 Contextualização

Em atenção ao item 4.7.4, letra “d”⁶, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destina-se a avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no exercício de 2018/2019, a luz das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Desse modo, esse relatório apresenta a análise complementar ao Relatório 1/2019, destacando-se as dimensões de avaliação da Auditoria Interna não apresentadas no aludido relatório.

Para tanto, transcreve-se a seguir o contexto do trabalho de auditoria, conforme apresentado no relatório 1/2019.

1.1.1 Atuação das Unidades de Auditorias Internas Governamentais (UAIG)

Segundo o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, por meio IN 3/2017, o propósito da atividade de auditoria interna é a de “aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco”.

Para tanto, estabelece que, para o exercício dessa atividade é relevante que as três linhas de defesa da gestão (ou camadas) estejam atuando de forma sinérgica “provendo uma atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas”. À medida que essa atuação ocorre de forma isolada, ou sem a sinergia necessária, ocorrem sobreposições ou falhas que expõe à uma organização à um risco muitas vezes de difícil aferição, ou ainda, superior ao que deveria se encontrar.

Dessa forma a IN CGU 3/2017 estabelece de forma clara como deve se dar a atuação de cada linha de defesa:

Primeira linha de defesa

8. A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com a metas e objetivos da organização.
9. A primeira linha de defesa contempla os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
10. **De forma a assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão**, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização. [destaque nosso]
- Segunda linha de defesa**
11. As instâncias de segunda linha de defesa estão situadas ao nível da gestão e objetivam assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada.
12. Essas instâncias são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.
- [...]
- Terceira linha de defesa**
14. A terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos **pressupostos de autonomia técnica e de objetividade**. [destaque nosso]
- [...]
16. As UAIG devem apoiar os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

É relevante destacar que, embora as unidades de auditorias internas governamentais (UAIG) tenham sob sua responsabilidade atividades de avaliação e consultoria com vistas ao apoio à gestão, essa atuação deve ser realizada com a objetividade e autonomia técnica necessários para se evitar que a terceira linha de defesa ultrapasse seus limites, passando a atuar como um *staff* da gestão. Nesse sentido a IN CGU 3/2017 afirma:

77. A UAIG poderá prestar serviços de consultoria com o propósito de auxiliar a Unidade Auditada na identificação de metodologias de gestão de riscos e de controles, todavia, os auditores internos governamentais **não podem participar efetivamente do gerenciamento dos riscos, cuja responsabilidade é exclusiva da Unidade Auditada**. [destaque nosso]

Nesse diapasão, o Instituto dos Auditores Internos (IIA) com objetivo de orientar a atuação do profissional de auditoria interna emitiu as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna. Sustentada na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (*International Professional Practices Framework – IPPF*), as referidas normas possuem os seguintes propósitos (p. 1):

- 1) Fornecer uma estrutura para a execução e promoção de um amplo espectro de atividades de auditoria interna de valor agregado.
- 2) Estabelecer as bases para a avaliação de desempenho da auditoria interna.
- 3) Fomentar a melhoria dos processos e operações organizacionais.

Considerando que as mencionadas normas internacionais apresentam entre os seus propósitos a de “estabelecer as bases para avaliação de desempenho da auditoria interna”, a partir desse arcabouço conceitual o Comitê de Auditoria elaborou questionário de avaliação da Auditoria Interna dos Correios (AUDIT).

O aludido questionário está composto por 10 dimensões que perfazem um total de 100 questões cujas respostas foram ofertadas pela equipe da AUDIT a partir de evidências documentais e de entrevista em profundidade. A escala utilizada para aferição das perguntas é do tipo dicotômica (sim/não).

Na seção a seguir é apresentada a análise das dimensões de 6 a 10 a partir das respostas apresentadas pela unidade avaliada.

1.2 Avaliação da Auditoria Interna (AUDIT) – Dimensões de 6 a 10

Conforme mencionado no Relatório 1/2019, em razão da extensão do questionário elaborado para a avaliação de auditoria interna (100 questões), a primeira análise versou sobre as 5 primeiras dimensões (1- Normas e Atributos (IIA 1000), 2 - Independência e Objetividade (IIA 1100), 3 - Proficiência e Zelo Profissional (IIA 1200), 4 - Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria (IIA 1300) e 5 - Normas de Desempenho (IIA 2000).

Já neste relatório as dimensões objeto de análise são: 6) Contribuição da Auditoria para Melhoria dos Processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle (IIA 2100), 7) Planejamento do Trabalho de Auditoria (IIA 2200), 8) Execução do Trabalho de Auditoria (IIA 2300), 9) Comunicação dos Resultados do Trabalho de Auditoria (IIA 2400) e 10) Monitoramento do Progresso dos Pontos de Auditoria ou Comunicação de Aceitação de Riscos (IIA 2500 e 2600), cujas questões, respostas e evidências encontram-se nos Apêndices de 1 a 5 desse relatório.

1.2.1 Dimensão 6 – Contribuição da Auditoria para Melhoria dos Processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle (IIA 2100)

A dimensão 6, tem por objetivo abordar a gestão de risco (**Contribuição da Auditoria para Melhoria dos Processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle (IIA 2100)**). Para tanto, esta dimensão foi analisada levando-se em conta dois fatores: o nível de maturidade dos Correios, identificado como “fragmentado”; e o nível baixo de eficácia quanto aos controles internos.

Conhecendo-se as duas premissas, far-se-á, neste tópico, a análise desta Dimensão em que: todas as 18 perguntas foram respondidas positivamente pela AUDIT/Correios, o que dá a entender existir um elevado nível de aderência dos procedimentos. No entanto, essa não é a realidade, ou seja, após uma análise mais crítica, verifica-se a necessidade de mais profundidade para conclusões mais assertivas.

Da análise feita acerca da temática, constata-se que das 18 perguntas respondidas pela AUDIT, o COAUD entende que, apenas, 2, são, efetivamente, positivas e convergentes ao que se espera dos pressupostos preconizados nas Normas Internacionais de Auditoria Interna. Duas perguntas encontram-se sem respostas e o restante, no atual estágio em que se encontram, devem ser respondidas negativamente. Ou seja, nessa dimensão tem-se 11% de aderência (2/18 questões). Senão vejamos.

1) Quanto à questão de número **48**, no que se refere à promoção da ética e dos valores organizacionais (IIA 2110), procurou-se saber se a AUDIT promovia a devida análise e, conseqüente, recomendações para a melhoria dos aspectos relacionados ao tema.

A AUDIT, de acordo com a resposta, fez as devidas análises, mas não se desincumbiu do ônus de promover as recomendações, que se encontram faltantes. Em relação a este aspecto, duas são as possibilidades: ou fez as recomendações e se esqueceu de informa-las ou não as fez.

Enquanto a situação não se esclarecer, sugere-se que se marque o “NÃO” como resposta.

2) O mesmo ocorre nas questões **49** (melhoria dos processos de governança quanto ao desempenho organizacional e a prestação de contas) e **50** (no mesmo sentido quanto aos riscos e aos controles às áreas apropriadas). Também aqui, em ambos os casos, constam as avaliações, mas, não as recomendações.

Enquanto a situação não se esclarecer, sugere-se que se marque o “NÃO” como resposta para ambas.

3) A questão **51** (processos de governança da organização quanto ao desenvolvimento, implantação e a eficácia dos objetivos, programas e atividades da organização relacionados à ética (IIA 2110)) padece do mesmo problema das anteriores, faltando-lhe as recomendações, não obstante existir as avaliações, o que implica em se definir a resposta como “NÃO”.

4) No quesito **52**, pergunta-se se a Auditoria Interna avalia a eficácia e contribui para melhoria dos processos de gerenciamento de riscos da organização quanto ao alinhamento dos objetivos da organização e sua missão (IIA 2120). Verifica-se pela resposta da AUDIT o trabalho desenvolvido quanto às constatações, mas, não há qualquer menção quanto às contribuições, o que implica em se definir a resposta como “NÃO”.

5) No quesito **53**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia a eficácia e contribui para melhoria dos processos de gerenciamento de riscos da organização por meio da identificação e avaliação dos riscos significativos (IIA 2120). Mais uma vez, se tem as constatações, mas, não as recomendações para as melhorias dos processos de gerenciamento de riscos da organização por meio da identificação dos riscos significativos, o que implica em se definir a resposta como “NÃO”.

6) No quesito **54**, pergunta-se se a Auditoria Interna apresenta respostas apropriadas aos riscos de forma a alinhá-los e mitigá-los em conformidade com o apetite de risco da organização (IIA 2120). Apesar de responder positivamente a questão, a AUDIT afirma que “não há alinhamento dos riscos com o apetite, uma vez que a empresa não possui uma declaração formal de seus limites e apetite aos riscos.” Mais, uma vez, a melhor resposta para essa pergunta era a negativa. Como a AUDIT poderia apresentar respostas alinhando e mitigando o risco, em conformidade com o apetite de risco da empresa, se esta não possui regras a esse respeito?

7) De acordo com o quesito **55**, se quer saber se a Auditoria Interna captura e comunica de forma oportuna os riscos relevantes da organização, dispondo de forma clara e objetiva a responsabilidade de mitigação para cada um dos colaboradores, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria (IIA 2120). Apesar de ter respondido positivamente, não se sabe qual é o procedimento utilizado. Não foi possível, também, perceber com a resposta se a empresa comunica de forma oportuna os riscos relevantes da organização, dispondo de forma clara e objetiva a responsabilidade de mitigação para cada um. Tudo leva a crer que não, logo, a melhor resposta à pergunta deveria ter sido negativa.

8) De acordo com o quesito **56**, procura-se saber se a Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização (IIA 2120.A1). Nos termos trazidos pela AUDIT, o COAUD concorda com a resposta **positiva**.

9) De acordo com o quesito **57**, pergunta-se se a Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais (IIA 2120.A1). Nos termos trazidos pela AUDIT, o COAUD concorda com a resposta **positiva**. O PAINT 2019, de acordo com a AUDIT, prevê o procedimento. Porém, não o trouxe como fundamento de resposta.

10) De acordo com o quesito **58**, pergunta-se se a Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à eficácia e eficiência das operações e programas (IIA 2120.A1). Em resposta a AUDIT informa que introduziu essa prática por meio do PAINT 2019. Mas, não traz exemplos desenvolvidos, o que traz dúvida à resposta positiva trazida. Melhor seria responder negativamente à pergunta, até que se confirme a efetividade da prática, com resultados práticos.

11) De acordo com o quesito **59**, a Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à salvaguarda dos ativos (IIA 2120.A1). Pelo que se denota da resposta dada pela AUDIT, não há que se falar num procedimento sistematizado. Sem este tipo de estrutura, a melhor resposta é a negativa.

12) De acordo com o quesito **60**, pergunta-se se a Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos (IIA 2120.A1). De acordo com a resposta dada pela AUDIT, não ficou claro se as auditorias de conformidade estão relacionadas às exposições de risco. Sem essa explicação, a melhor resposta é a negativa.

13) De acordo com o quesito **61**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia o potencial risco de ocorrência de fraude e como a organização gerencia o mencionado risco (IIA 2120.A2). De acordo com a resposta, percebe-se que a AUDIT avalia o potencial de ocorrência de fraude, mas não há informações sobre avaliação do gerenciamento do risco em questão pela organização. Sem a ciência desse fato, a melhor resposta é negativa.

14) Pelo quesito **62**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização (IIA 2130.A1). Pelas considerações trazidas, o COAUD considerou esse quesito como não respondido.

15) Pelo quesito **63**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais (IIA 2130.A1). Como não houve resposta quanto à eficácia dos controles em resposta aos riscos, o COAUD, também, entende que a melhor resposta é a negativa.

16) Pelo quesito **64**, se quer saber se a auditoria interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à eficácia e eficiência das operações e programas (IIA 2130.A1). No entanto, não ficou claro se ao preencher a matriz de risco a AUDIT avalia a adequação e a eficácia dos controles. Enquanto essa questão não ficar esclarecida, a resposta mais adequada é a negativa.

17) Pelo quesito **65**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à salvaguarda dos ativos (IIA 2130.A1).

Em resposta, informa-se que os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram elementos referentes à salvaguarda dos ativos, tais como: Gestão de Frota e Equipamentos nº 2019004 e Manutenção e Vistoria nº 2019005. Em matéria de ativos, esses são os únicos avaliados? Nos relatórios emitidos, há avaliação da adequação e eficácia dos controles aos riscos? Sem as devidas respostas a essas perguntas, o COAUD entende que a melhor resposta é a negativa. Num questionário binário, a resposta parcialmente positiva deve ser considerada negativa, na medida em que a questão não se encontra plenamente enquadrada.

18) Pelo quesito **66**, se quer saber se a Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos e contratos (IIA 2130.A1). No entanto, talvez, por confusão, a resposta apresentada pela AUDIT é a do quesito 65, relativa à salvaguarda dos ativos. O COAUD considera a pergunta em questão não respondida.

Da análise feita da Dimensão 6, tem-se que das 18 perguntas respondidas pela AUDIT, divergindo desta, o COAUD entende que, apenas, DUAS, são, efetivamente, positivas. Duas perguntas encontram-se sem respostas e o restante, no atual estágio em que se encontram, devem ser respondidas negativamente.

1.2.2 Dimensão 7 – Planejamento do Trabalho de Auditoria (IIA 2200)

A dimensão 7 tem por escopo avaliar o desenvolvimento e a documentação do planejamento das atividades de Auditoria Interna, incluindo aspecto como: a) objetivos, b) escopo, c) prazo e alocação de recursos, e d) estratégias e riscos relevantes da organização. Essa dimensão está composta por 14 questões, às quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais (Apêndice 2).

A partir da análise pode-se inferir que há o cumprimento de 12 variáveis, sendo duas com ressalvas (69 e 71 – ambas relativas a riscos) e o não cumprimento de duas variáveis (76 e 77) – correspondente a 86% de aderência. Para tanto, a seguir apresenta-se a análise comentada dos aspectos mais relevantes da dimensão ora avaliada.

No planejamento das atividades a serem auditadas (PAINT), verifica-se que a AUDIT busca realizá-lo a partir dos objetivos e riscos estratégicos definidos para organização. Para isso, leva em consideração o planejamento estratégico vigente e orientações emanadas pelo Conselho de Administração a partir da 3ª ROCA/2018.

Na elaboração do planejamento tático dos trabalhos de auditoria, inicialmente são identificadas as estratégias e objetivos da atividade ora em avaliação, por meio das seguintes etapas: 1) Análise do ambiente por meio do estudo de manuais e follow-up; 2) Reuniões com o gestor; 3) Elaboração da matriz de risco e controles (MRC); 4) Elaboração da matriz de planejamento; e 5) Revisão do plano operacional realizado pelo Analista e pelo Gerente de forma independente.

Uma vez compreendido o escopo de atuação (objetivo geral do projeto), a auditoria define as metas intermediárias, declaradas por meio de objetivos específicos como forma de delimitar sua atuação e identificar os processos objeto de análise e avaliação. Destaca-se que todo o processo de planejamento e seus objetivos são elaborados a luz dos componentes e princípios do COSO, de modo a caracterizar como o item objeto de avaliação deveria estar à luz desse framework.

Nessa análise preliminar, também é levado em consideração os riscos significativos que podem comprometer os objetivos estratégicos da organização, contudo, cabe destacar que em virtude de os Correios não disporem de uma declaração de **Apetite a Riscos, não é possível aferir se o impacto potencial dos riscos é mantido em um nível aceitável** (variável 69 atendida parcialmente). Para tanto, tais riscos na etapa de planejamento são aferidos por meio de julgamento da equipe de auditoria após estudo do objeto auditado, bem como interação e validação com a área responsável, classificando-os em Médio, Alto ou Extremo. Esse ponto é extremamente relevante à medida que esse processo de julgamento não é feito a partir do que a Alta Administração declara, e, portanto, a organização pode estar assumindo um risco superior ao que está disposta ou em condições de arcar, sobretudo, em virtude do precário momento financeiro vivido por ela.

De toda forma, ao tipificar o risco do objeto, a AUDIT classifica-o a partir dos critérios da matriz GUT, a fim de se ter o registro quanto a Gravidade, Urgência e Tendência do achado à luz dos objetivos estratégicos e com isso orientar o gestor da área os pontos focais de priorização de sua atuação.

É de se ressaltar que, apesar de na etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria ser levado em consideração oportunidades de se realizarem melhorias nos processos de governança e controles da atividade; no que tange ao gerenciamento de riscos a organização ainda carece de uma visão sistêmica do assunto, para que a AUDIT/Correios tenha condições de ofertar uma contribuição mais efetiva nesse ponto, ou seja, como seus achados podem contribuir nesse aspecto (gerenciamento de riscos). Contudo, essa contribuição somente ocorrerá à medida que houver de integração das áreas que gerenciam riscos em todas as suas linhas de defesa (variável 71 atendida parcialmente).

Quanto a atividade de avaliação dos controles da atividade, destaca-se que em cada achado de auditoria o processo é avaliado e classificado em conformidade com a metodologia de avaliação de controles internos em nível de processo definida pelo Tribunal de Contas da União⁷. Ao realizar essa análise a AUDIT/Correios apresenta um retrato sumarizado da qualidade (ou falta de qualidade) dos mencionados controles internos, possibilitando aos usuários (internos e externos) terem um retrato acerca do risco das atividades e do caminho necessário a ser percorrido pela unidade auditada.

A título de exemplo, no ano de 2018 dos 21 trabalhos realizados nesse período (Postal, Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (Postal Saúde), Processo Certificação Digital, Processo de Entrega, Processo Roteirização, Processo de Tratamento, Planejamento de Operação, Operações de Agência, Estratégia, Pessoas, Jurídico, Digital, Inovação, Parcerias Estratégicas, Gestão de Desempenho, Produção e Preparação, Tecnologia da Informação, Faturamento, Gestão de Facilities, Suprimentos, Auditoria Especial em Locação de Veículos), todos apresentaram uma **avaliação de controles ineficazes ou poucos eficazes**. Em 2019 em todos dos 12 trabalhos realizados até o momento, também se constata a mesma correspondência, com uma predominância de controles tipificados como **pouco eficazes**, em que pese haver uma tendência de redução nos pontos de recomendações em aberto monitorados pela Auditoria Interna dos Correios.

Ainda vale ressaltar quanto ao aspecto orçamentário que a AUDIT/Correios apresenta no PAINT detalhamento de sua capacidade de atuação por meio do orçamento de horas de suas equipes, levando-se em consideração premissas, restrições e riscos à elaboração do Plano de Auditoria Interna (PAINT/2019, item 3.3).

Quanto as variáveis não atendidas, verifica-se que no planejamento de auditoria ainda não há uma análise sistemática para considerar a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições ao desenvolver os objetivos do trabalho (IIA 2210.A2), o que segundo a AUDIT/Correios deverá ser corrigida por meio da criação da gerência de auditorias especializadas – GAES/AUDIT e da implementação do programa de qualidade. Sob a ótica do Comitê de Auditoria, independentemente de ser constituída gerência para essa finalidade, há necessidade de se considerar tais aspectos (probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições) de forma que os usuários dos relatórios de auditoria tenham ciência das limitações do trabalho da auditoria.

Adicionalmente, também se verifica que até o momento a Auditoria Interna juntamente com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria não dispõem de parâmetros para avaliar se os critérios estabelecidos (pela Diretoria Executiva e pelo próprio Conselho de Administração) para determinar os objetivos e metas encontram-se adequados ou não. Nesse sentido, é relevante mencionar que o IIA item 2210.A3 orienta que tais critérios sejam estabelecidos especificamente para avaliação sob a ótica da governança, gerenciamento de riscos e controles, sendo este último com procedimentos claramente definidos.

1.2.3 Dimensão 8 – Execução do Trabalho de Auditoria (IIA 2300)

A dimensão 8 tem por escopo avaliar em que medida a são identificadas, analisadas, avaliadas e documentadas informações suficientes para cumprir os objetivos do trabalho de auditoria. Essa dimensão está composta por 8 questões, às quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais (Apêndice 3). A partir da análise pode-se inferir que há o cumprimento de todas as 8 variáveis, correspondente a 100% de aderência.

Inicialmente cabe destacar que o assunto está normalizado pelo Módulo 3, Capítulo 1 do Manual de Auditoria (MANAUD). Contudo, a fim de obter evidências acerca de seu cumprimento, além das respostas ofertadas no questionário, foi escolhido a partir do rol dos processos de auditoria realizadas no período de 2018 a agosto de 2019 (total de 37 processos) a auditoria realizada no processo de Faturamento.

A partir das evidências analisadas no processo de Faturamento, bem como aquelas ofertadas nas respostas aos questionamentos realizados, constata-se que a AUDIT preza por realizar sua atuação de acordo com o fluxo definido pelo MANAUD por meio do Diagrama de Escopo e Interfaces do Objeto Auditado (DEIP), estabelecendo objetivos específicos para cada item a ser auditado por meio da Matriz de Planejamento (MPL) e categorização do risco do objeto auditado por meio da Matriz de Riscos Corporativo (MRC).

Os achados/constatações são documentados por meio de papéis de trabalho no ambiente SEI (Sistema Eletrônico de Informações) cujo acesso é restrito e a atuação dos auditores é supervisionado pelo chefe de auditoria, gerente do projeto e por um analista X.

1.2.4 Dimensão 9 – Comunicação dos Resultados do Trabalho de Auditoria (IIA 2400)

A dimensão 9 tem como escopo avaliara forma de comunicação dos trabalhos da auditoria interna a alta administração da companhia, bem como aos demais interessados (acionistas, órgãos de controle externo e a sociedade). Essa dimensão está composta por 6 questões, questões, às quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais (Apêndice 4).

A partir da análise pode-se inferir que há o cumprimento de 4 variáveis, sendo uma com ressalva (93 – relativa à tempestividade de entrega dos relatórios) – correspondente a 66,67% de aderência. Para tanto, a seguir apresenta-se a análise comentada dos aspectos mais relevantes da dimensão ora avaliada.

A comunicação dos resultados tem como destinatário a Alta Administração da companhia (Diretoria Executiva, Presidência e Conselho de Administração), bem como demais partes interessadas (Conselho Fiscal) que representa os interesses da sociedade e órgãos de controle externos (CGU), por meios de relatórios padronizados que foram aprovados em 16/08/2019 na 7ª ROCA/2019. Adicionalmente, o MANAUD 4/3 estabelece os procedimentos para a distribuição dos relatórios de auditoria, que são seguidos com rigor pela equipe.

Os relatórios possuem o objetivo e o escopo das atividades desempenhadas, bem como os resultados dos trabalhos de auditoria. Em caso de achados de auditoria são apresentadas recomendações e/ou planos de trabalho com o objetivo de aprimorar a gestão e o desenvolvimento de sistemas, por meio dos registros de cada plano de ação dentro do programa de melhoria de qualidade que fora aprovado junto ao Conselho de Administração, na 7ª ROCA/2019.

As informações contidas nos referidos relatórios possuem clareza e objetividade, e seguem o que foi estabelecido pela organização por meio do MANAUD 4/2. Os achados são consistentes com o escopo e os objetivos da auditoria e são sustentados por evidências, atendendo os parâmetros de qualidade estabelecidos pela organização.

Apesar de não existir histórico de tal ocorrência, em caso de algum relatório possuir erro ou omissão significativa, o MANAUD 4/2, prevê que se identificado tais erros e/ou omissões o Chefe da Auditoria deve comunicar a informação correta a todas as partes que o tenham recebido e providenciar para que a versão anteriormente distribuída seja revisada e atualizada.

Quanto a variável atendida com ressalva, verifica-se que no ano de 2018 92% dos relatórios de auditoria emitidos foram distribuídos em até 30 dias, conforme IIA 2420, contados da aprovação do relatório pelo conselho de administração. O atraso diz respeito a auditoria que foi realizada no Postalís, na qual teve seu início retardado em virtude de dificuldades de acesso da AUDIT/Correios à documentação necessária para realização dos trabalhos.

1.2.5 Dimensão 10 – Monitoramento do Progresso dos Pontos de Auditoria ou Comunicação de Aceitação de Riscos (IIA 2500 e 2600)

A dimensão 10 tem como objetivo o monitoramento dos pontos de auditoria e a comunicação de aceitação de riscos pela alta administração (conselho de administração), que é a responsável por zelar pela qualidade da implementação das recomendações emitidas pela auditoria, cabendo exclusivamente a esse colegiado aceitar formalmente o risco associado caso decida por não realizar nenhuma ação.

Essa dimensão está composta por 5 questões, questões, às quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais (Apêndice 5).

A partir da análise pode-se inferir que há o cumprimento de todas as variáveis – correspondente a 100% de aderência. Contudo, existe ênfases por parte do COAUD sobre questões de monitoramento, que são apresentados a seguir por meio da análise comentada dos aspectos mais relevantes da dimensão ora avaliada.

A Auditoria Interna reporta-se mensalmente ao Conselho de Administração sobre os achados por meio do Relatório Gerencial de Atividades de Auditoria. Adicionalmente, ela disponibiliza um sistema informatizado que permite o cadastro e acompanhamento das ações da Administração em relação às recomendações da Auditoria Interna.

Vale ressaltar, que até a conclusão desse relatório, ocorrido em 10/09/2019, existiam 1.324 recomendações de auditoria em aberto, com uma média de 1.160 dias (contados da data de abertura até a data da análise), sendo que o maior prazo decorrido desde a sua abertura era de 4.612 dias (12,64 anos) e o menor prazo 40 dias.

Nesse sentido, em que pese haver uma tendência de queda nas recomendações da Auditoria Interna desde 2018, há necessidade de maior atenção pela primeira linha de defesa no enfrentamento das recomendações que podem melhorar a efetividade dos controles internos à medida que a tendência dos mesmos ainda permanecem como pouco eficazes.

No que tange os processos de acompanhamento, estes são baseados em datas previamente estabelecidas no relatório de auditoria, sendo que a priorização das atividades é definida por meio da matriz GUT. Nos casos e ações não implementadas, os responsáveis são identificados no sistema de *follow-up* e convocados pela auditoria por meio de memorando à presidência e diretores responsáveis, contudo, conforme evidenciado pela própria auditoria nas respostas constantes no apêndice 5, apesar de aprovada (7ª ROCA/2019) ainda não foi implementada a **política de consequência da companhia quanto à aplicação de sanções decorrentes da não implementações de recomendações da auditoria interna, da auditoria independente, da CGU, de recomendações ou determinações do TCU e demais órgãos competentes.**

A não implantação da política de consequências, corrobora para que existam 1.324 recomendações de auditoria em aberto (não baixados), especialmente aqueles de natureza estruturante classificados como alto e muito alto, aumentando sistematicamente o nível de risco da organização.

Cabe ressaltar que a Diretoria Executiva é a responsável pela implantação das ações corretivas apresentadas pela auditoria interna, conforme nova metodologia de monitoramento de recomendações de auditoria aprovadas na 10ª ROCA/2018, que estabelece uma participação mais ativa da diretoria para manifestar-se de acordo com o seu nível de alçada para sustentar junto ao Conselho de Administração, os fundamentos sobre os casos que entenda cabível assumir o risco pela não implementação das recomendações.

Quanto a assunção dos riscos, vale destacar que existe uma política de alçada de responsabilidade, aprovada na 10ª ROCA/2018, que permite aos gestores assumirem riscos de seu processo até um determinado nível, bem como, uma padronização dos procedimentos que devam ser adotados pela auditoria quando da identificação da aceitação, pelos gestores, de um nível de risco inaceitável pela organização.

Em consonância com o IIA 2600, a auditoria interna discute inicialmente com os gestores responsáveis e o presidente a empresa quando o Chefe da Auditoria conclui que a Diretoria Executiva aceitou um risco inaceitável pela organização. Para tanto, ocorrem reuniões de busca conjunta de solução com os gestores que não acatam as recomendações da auditoria. Adicionalmente, é emitida uma nota de auditoria com o objetivo de comunicar a necessidade de adoção de providências imediatas pela unidade auditada, de modo a evitar a ocorrência ou o agravamento de danos à organização.

Adicionalmente ao disposto acima, está manualizado que auditoria se reporta do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração sobre a assunção de riscos inaceitáveis a organização por parte da Diretoria Executiva, conforme nova metodologia de monitoramento de recomendações aprovada na 10ª ROCA/2018, nota técnica 6/2018, processo 53180.018598/2018-16 que padronizou os procedimentos dessa comunicação.

1.3 Considerações Finais

Com objetivo cumprir o item 4.7.4, letra “d”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destinou-se avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no exercício de 2019 (janeiro a agosto), a luz Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna.

Sumariamente, a AUDIT/Correios dispõe de uma aderência de 61% das questões avaliadas nas 5 dimensões (31/51) e pode-se destacar como principais recomendações endereçadas à melhoria dos procedimentos adotados:

1. Estabelecimento de recomendações para a melhoria quanto a promoção da ética e dos valores organizacionais;
2. Estabelecimento de recomendações para a melhoria quanto aos processos de governança quanto ao desempenho organizacional e a prestação de contas;
3. Estabelecimento de recomendações para a melhoria quanto aos riscos e aos controles às áreas;
4. Estabelecimento de recomendações para a melhoria quanto aos processos de governança da organização quanto ao desenvolvimento, implantação e a eficácia dos objetivos, programas e atividades da organização relacionados à ética;
5. Estabelecimento de recomendações para melhoria dos processos de gerenciamento de riscos da organização quanto ao alinhamento dos objetivos da organização e sua missão (IIA 2120);
6. Estabelecimento de recomendações para as melhorias dos processos de gerenciamento de riscos da organização por meio da identificação dos riscos significativos;
7. Estabelecimento de respostas apropriadas aos riscos de forma a alinhá-los e mitigá-los em conformidade com o apetite de risco da organização (IIA 2120). Nesse quesito, para que a AUDIT/Correios realize sua atuação de forma adequada há necessidade que os Correios disponham de declaração formal de seus limites e apetite aos riscos;
8. Comunicação de forma oportuna dos riscos relevantes da organização, dispondo de forma clara e objetiva a responsabilidade de mitigação para cada um dos colaboradores, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria (IIA 2120);
9. Sistematização da avaliação das exposições dos riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à eficácia e eficiência das operações e programas (IIA 2120.A1);
10. Sistematização da avaliação das exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à salvaguarda dos ativos (IIA 2120.A1), bem como em relação à conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos (IIA 2120.A1);
11. Sistematização da avaliação do potencial risco de ocorrência de fraude e como a organização gerencia o mencionado risco (IIA 2120.A2);
12. Sistematização da avaliação da adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização (IIA 2130.A1), bem como em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais (IIA 2130.A1) e as operações e o sistema de informação da organização em relação à eficácia e eficiência das operações e programas e salvaguarda de ativos (IIA 2130.A1).
13. Necessidade do estabelecimento de declaração de Apetite a Riscos para que a AUDIT/Correios tenha condições de aferir os riscos na etapa de planejamento de acordo com o nível de tolerância organizacional. Atualmente os riscos são aferidos por meio de julgamento da equipe de auditoria após estudo do objeto auditado, bem como

interação e validação com a área responsável, classificando-os em Médio, Alto ou Extremo;

14. Na etapa de planejamento das atividades de auditoria, há necessidade de realizar análise sistemática para considerar a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições (IIA 2210.A2);
15. Necessidade de a Auditoria Interna juntamente com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria disporem de parâmetros para avaliar se os critérios estabelecidos (pela Diretoria Executiva e pelo próprio Conselho de Administração) para determinar os objetivos e metas encontram-se adequados ou não.

BLOCO V – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atenção ao item 4.7.4, letra “e”, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD), este capítulo destina-se a avaliar a efetividade dos trabalhos da Auditoria Independente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no exercício de 2018 e no primeiro semestre de 2019.

Considerando que não houve alterações substanciais à avaliação da efetividade da Auditoria Independente daquela realizada e apresentada no Relatório 1/2019, a mesma pode ser classificada como “boa”.

Entretanto, dentre os pontos já reportados no relatório anterior, o Comitê de Auditoria destaca que durante o exercício de 2019 até o momento não houve interação entre a Auditoria Independente com a Auditoria Interna (AUDIT/Correios). Menciona-se esse aspecto em virtude dos achados que esta dispõe, especialmente quanto as fragilidades dos controles internos, que podem ser úteis no planejamento e execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

Também, destaca-se que o Comitê de Auditoria até o fechamento do presente relatório não recebeu as seguintes informações da Auditoria Independente, conforme e-mail encaminhado em 18/09/2019 e 20/09/2019:

- 1) andamento dos trabalhos de acordo com o Plano de Auditoria para o ano de 2019; e
- 2) descrição detalhada da equipe que está atuando dos trabalhos de revisão limitada, bem como da equipe que atuará no fechamento das Demonstrações Contábeis do ano de 2019 (Correios, CorreiosPAR, Postal Saúde e Postalis).

BLOCO VI – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quanto ao monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, o COAUD entende que as mesmas atendem a legislação em vigor e as práticas contábeis.

Contudo, tem-se como principais desafios para melhoria das informações financeiras constantes das Demonstrações Contábeis a superação das ressalvas apontadas no Relatório da Auditoria para o ano de 2018, quais sejam: 1) Desreconhecimento (baixa) do Ativo Contingente registrado; 2) limitações de escopo quanto: 2) “provisões de benefícios pós emprego do plano de benefícios previdencial BD”, 3) “a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os ativos constantes no imobilizado (*impairment*)”, 4) revisão dos procedimentos do reconhecimento da “Contingências de natureza trabalhista, cível e tributária” e 5) “incerteza relevante quanto à continuidade operacional”.

BLOCO VII – EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS ENTRE A AUDITORIA INDEPENDENTE, DIRETORIA EXECUTIVA E O COAUD RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E OS RELATÓRIOS FINANCEIROS

Os principais aspectos que dizem respeito às Demonstrações Contábeis dizem respeito às ressalvas contidas no Relatório da Auditoria Independente, contudo, até o momento o Comitê de Auditoria não teve oportunidade de dialogar a respeito desses pontos e suas ações para resolução com a atual Diretoria Executiva, e portanto, neste momento não há como relatar aspectos quanto à este assunto.

BLOCO VIII – CONCLUSÃO GERAL

Com objetivo de cumprir o item 4.7.4 de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria dos Correios apresenta neste relatório uma série de informações que podem trazer melhorias no ambiente institucional, mais especificamente quanto a governança da Gestão de Riscos, da Auditoria Interna e dos Controles Internos, não obstante trazer informações acerca de outros temas (Avaliação da Efetividade da Auditoria Independente, Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras e Eventuais Divergências entre a Auditoria Independente, Diretoria Executiva e COAUD relativas às Demonstrações Contábeis e os Relatórios Financeiros).

Dentre os pontos que se destacam, verifica-se a necessidade de melhorias na Gestão de Riscos, classificada como fragmentada, dado que nesse patamar poderá haver prejuízos em virtude da ocorrência de eventos não monitorados e que afetam os objetivos estratégicos da organização.

No que tange aos Controles Internos, o atual estágio classificado como pouco eficazes ou ineficazes requer especial atenção dos gestores atuantes na 1ª linha de defesa (proprietários dos riscos) na disseminação, supervisão e monitoramento das ações gerenciais para que se institua uma cultura em que todos são responsáveis pelos controles, pois somente imbuídos dessa concepção é que será possível trazer avanços no nível de maturidade dos controles internos.

Quanto a Auditoria Interna, constata-se aderência na maior parte dos itens avaliados, havendo especial fragilidade quando se trata de sua contribuição na melhoria dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles, que poderá ser aperfeiçoado à medida que incorpore procedimentos que levem em consideração essas variáveis (governança, gerenciamento de riscos e controles) bem como à medida que os Correios avancem nessa temática.

Quanto ao monitoramento e supervisão das Partes Relacionadas, em especial Postal Saúde e Postalis, verificam-se ações objetivas no sentido do acompanhamento da Postal Saúde, a exemplo do Relatório Técnico nº 10/2019/GGOE-DGOVE e os desdobramentos advindos do mesmo. No entanto, quanto ao Postalis, em que pese a existência de grupo de trabalho constituído com a finalidade de “acompanhar as medidas adotadas no âmbito do Postalis, em razão da intervenção” (Portaria 467/2019), até o fechamento deste relatório não é possível afirmar que a supervisão da referida Patrocinada esteja ocorrendo sob os parâmetros estabelecidos pela Resolução CGPAR 9/2016 (Artigos 1º e 2º inciso III) [1], aspecto este já destacado por este Comitê no Relatório 2/2019.

Para consideração superior do Conselho de Administração dos Correios.

Brasília/DF, 21 de outubro de 2019

Tiago Fantine Magalhães

Presidente - COAUD

Haroldo Márcio Inês

Membro - COAUD

Rodrigo de Souza Gonçalves

Membro - COAUD

NOTAS DE RODAPÉ

- 1 - Internal control is a process, effected by an entity's board of directors, management, and other personnel, designed to provide reasonable assurance regarding the achievement of objectives relating to operations, reporting, and compliance.
- 2 - An effective system of internal control provides management and the board of directors with reasonable assurance regarding achievement of an entity's objectives. The term "reasonable assurance" rather than "absolute assurance" acknowledges that limitations exist in all systems of internal control, and that uncertainties and risks may exist, which no one can confidently predict with precision. Absolute assurance is not possible.
- 3 - BRASIL. Tribunal de Contas da União. Curso de Avaliação de Controles Internos: aula 4. Conteudistas Antônio Alves de Carvalho Neto e Bruno Medeiros Papariello. 2.ed. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012.
- 4 - Delegating authority empowers people to act as needed in a given role, but it is also necessary to outline the limitations of authority.
- 5 - Texto extraído do relatório da Auditoria Interna. O trecho relativo à "citada Consultoria" refere-se as orientações de cunho estratégico feitas pela Accenture.
- 6 - **4.7.4** Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, conforme subitem 7.1 deste Regimento Interno, relatório semestral com informações sobre:
d) a avaliação da efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna;
- 7 - BRASIL. Tribunal de Contas da União. Curso de Avaliação de Controles Internos: aula 4. Conteudistas Antônio Alves de Carvalho Neto e Bruno Medeiros Papariello. 2.ed. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Tribunal de Contas da União. Curso de Avaliação de Controles Internos: aula 4. Conteudistas Antônio Alves de Carvalho Neto e Bruno Medeiros Papariello. 2.ed. Brasília: TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2012.
- BRASIL. Instrução Normativa CGU nº 3 de 09 de junho de 2017. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. 2017.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2013). COSO Internal Control — Integrated Framework: Framework and Appendices. Capovilla, R. A.; Gonçalves, R. S., Dantas, J. A., & Oliveira, A. B. S. (2018). **Modelo de Maturidade de Estruturas de Controle Interno em Organizações Governamentais**. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, Vol.11(2).
- Institute of Internal Auditors (IIA). **Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna**. 2015.
- Tribunal de Contas da União (TCU). **Auditoria Exposição da Administração Pública Federal a Fraude e Corrupção**. 2018.

Apêndice 1 – Respostas e evidências apresentadas pela AUDIT para Dimensão 6 – Contribuição da Auditoria para Melhoria dos Processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle (IIA 2100)

Questão 48 – A Auditoria Interna avalia e propõe recomendações para melhoria dos processos de governança da organização quanto à promoção da ética e dos valores organizacionais (IIA 2110).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: As avaliações e recomendações sobre o espectro da ética e valores organizacionais derivam de trabalhos específicos, em especial por meio da auditoria Avaliação dos Controles Internos Administrativos, a exemplo das recomendações relacionadas as seguintes constatações:

RA 2018004 – Constatações: 1.1 - Baixa efetividade do atendimento às solicitações e recomendações da Comissão de Ética dos Correios; 1.2 - Falta de utilização das informações e dos dados gerados pela Ouvidoria sobre denúncias de caráter ético nas ações de capacitação ética;

RA 2017006 – Constatação: 1.1.1 Divergência entre o Código de Ética dos Correios, publicado em idioma português e os publicados nos idiomas inglês e espanhol;

RA 2016001 - Constatações: 1.1.1 Ética e integridade não abordados sistematicamente pelo CA nem pela DIREX; 1.4.1 Falta de plano de educação sobre ética e integridade dirigidos a todos os empregados da ECT; 1.4.2 Ausência de aferição do nível de cumprimento do Código de Ética por parte dos empregados; 1.4.3 Elevado tempo de conclusão de processos éticos, subitem 1.4.4 Divulgação ineficaz do código de ética aos empregados.

Além dessas ações, durante o curso de Pontos Focais do sistema de monitoramento de recomendações de auditoria há uma exposição de um representante da comissão de ética.

Questão 49 – A Auditoria Interna avalia e propõe recomendações para melhoria dos processos de governança da organização quanto ao desempenho organizacional e a prestação de contas (IIA 2110).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: As avaliações e recomendações sobre o espectro de Governança da organização derivam de trabalhos específicos propõem recomendações para melhoria dos processos auditados e consequente melhoria da governança da organização e desempenho organizacional, como no caso de auditorias no processo de "gestão de desempenho", entre outros trabalho a exemplo das recomendações relacionadas as seguintes constatações:

No RA 2016 001 subitem 1.1.3. Constatou-se a ausência de prestação de contas da diretoria-Executiva ao CA sobre controles internos

Questão 50 – A auditoria interna avalia e propõe recomendações para melhoria dos processos de governança da organização quanto aos riscos e aos controles às áreas apropriadas¹ da organização (IIA 2110).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: A seleção das unidades auditadas são realizadas por meio de matriz de riscos de auditoria elaboradas no PAINT. Para essas unidades são apresentados relatórios de auditoria com as devidas recomendações, a exemplo daquelas relacionadas as seguintes constatações:

RA2019012 – Informação: 5.1 Opinião acerca do direcionamento dos riscos de Tecnologia da Informação (TI) em nível de governança

RA 2018004 – Constatações: 1.3 - Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 - Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022, subitem 1.7 - Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 - Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de e Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 51 – A Auditoria Interna avalia e propõe recomendações para melhoria dos processos de governança da organização quanto ao desenvolvimento, implantação e a eficácia dos objetivos, programas e atividades da organização relacionados à ética (IIA 2110).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: As avaliações e recomendações sobre o espectro da ética e valores organizacionais derivam de trabalhos específicos, em especial por meio da auditoria Avaliação dos Controles Internos Administrativos, a exemplo das recomendações relacionadas as seguintes constatações:

RA 2018004 – Constatações: 1.1 - Baixa efetividade do atendimento às solicitações e recomendações da Comissão de Ética dos Correios; 1.2 - Falta de utilização das informações e dos dados gerados pela Ouvidoria sobre denúncias de caráter ético nas ações de capacitação ética;

RA 2017006 – Constatação: 1.1.1 Divergência entre o Código de Ética dos Correios, publicado em idioma português e os publicados nos idiomas inglês e espanhol;

RA 2016001 - Constatações: 1.1.1 Ética e integridade não abordados sistematicamente pelo CA nem pela DIREX; 1.4.1 Falta de plano de educação sobre ética e integridade dirigidos a todos os empregados da ECT; 1.4.2 Ausência de aferição do nível de cumprimento do Código de Ética por parte dos empregados; 1.4.3 Elevado tempo de conclusão de processos éticos, subitem 1.4.4 Divulgação ineficaz do código de ética aos empregados.

Além dessas ações, durante o curso de Pontos Focais do sistema de monitoramento de recomendações de auditoria há uma exposição de um representante da comissão de ética.

Questão 52 – A Auditoria Interna avalia a eficácia e contribui para melhoria dos processos de gerenciamento de riscos da organização quanto ao alinhamento dos objetivos da organização e sua missão (IIA 2120).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: A seleção das unidades auditadas são realizadas por meio de matriz de riscos de auditoria elaboradas no PAINT. Além da previsão na etapa de planejamento, considerar que trabalhos específicos foram realizados nas áreas de gerenciamento de riscos e planejamento estratégico. Para essas unidades são apresentados relatórios de auditoria com as devidas recomendações, a exemplo daquelas relacionadas as seguintes constatações:

RA 2018004 – Constatações: 1.3 Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022; 1.7 Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 53 – A Auditoria Interna avalia a eficácia e contribui para melhoria dos processos de gerenciamento de riscos da organização por meio da identificação e avaliação dos riscos significativos (IIA 2120).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: A seleção das unidades auditadas são realizadas por meio de matriz de riscos de auditoria elaboradas no PAINT. Além da previsão na etapa de planejamento, considerar que trabalhos específicos foram realizados nas áreas de gerenciamento de riscos e planejamento estratégico, quando não há auditoria específica, tal avaliação é realizada em auditorias de Avaliação dos Controles Internos Administrativos, cita-se como exemplo os relatórios e constatações a seguir descritos:

RA 2018004 – Constatações: 1.3 Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022; 1.7 Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 54 – A Auditoria Interna apresenta respostas apropriadas aos riscos de forma a alinhá-los e mitigá-los em conformidade com o apetite de risco da organização (IIA 2120).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: A AUDIT contemplou os riscos quando da construção do PAINT 2019, conforme MANAUD 2/1, subitem 2.5. Além disso, nos trabalhos de auditoria há a elaboração da matriz de riscos e controle e matriz de planejamento, conforme estabelecido no MANAUD 2/2, subitens 2.8 e 2.9.

Cabe salientar que as recomendações de auditoria derivam de procedimentos de auditoria estabelecidos após a elaboração das citadas matrizes e que elas apresentam os resultados da avaliação dos controles que mitigam os riscos.

Ressalta-se que não há alinhamento dos riscos com o apetite, uma vez que a empresa não possui uma declaração formal de seus limites e apetite aos riscos. Cita-se como exemplo os relatórios e constatações a seguir descritos:

RA2019012 – Informação: 5.1 Opinião acerca do direcionamento dos riscos de Tecnologia da Informação (TI) em nível de governança

RA 2018004 – Constatações: 1.3 Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022; 1.7 Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 55 – A Auditoria Interna captura e comunica de forma oportuna os riscos relevantes da organização, dispondo de forma clara e objetiva a responsabilidade de mitigação para cada um dos colaboradores, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria (IIA 2120).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: Mesmo considerando que os relatórios de auditoria apresentem o resultado de suas avaliações, contendo recomendações aos gestores responsáveis para atuar de forma objetiva na mitigação dos riscos dos processos sob sua responsabilidade, desde o mês de maio do corrente exercício, no momento de pautar os relatórios de auditoria para apreciação do CA, cópia dos respectivos documentos são encaminhadas à DIGOV com o objetivo de ser realizada uma análise e plano de ação relaciona à *compliance*, riscos e controles.

Após a citada rotina ser implementada após recomendação do CA, na 7ª ROCA foi inserido tal procedimento nas organização, conforme registros no MANAUD, módulo 4 que trata do processo de comunicação dos resultados de auditoria.

Quanto aos relatórios de auditoria, cita-se como exemplo as constatações a seguir descritas:

RA 2018004 – Constatações: 1.3 Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022; 1.7 Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 56 – A Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização (IIA 2120.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: As avaliações e recomendações sobre o espectro de governança e em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização podemos considerar que as avaliações quanto as exposições a tais riscos são atendidas desde a concepção do PAINT que nos últimos anos desdobrou sua matriz ao vincular as unidades auditáveis aos riscos e objetivos estratégicos da organização.

Quanto aos sistemas de informação os apontamentos dos trabalhos relacionados a avaliação de indicadores, gestão de desempenho, governança de TI contemplam testes mais específicos sobre o assunto.

Durante os trabalhos outros riscos são identificados e apresentados aos gestores no corpo dos relatórios de auditoria, cita-se como exemplo os relatórios e constatações a seguir descritos:

RA 2018004 – Constatações: 1.3 Ausência de instância colegiada para deliberação acerca de riscos estratégicos; 1.6 Riscos não associados aos objetivos do Plano Estratégico Correios- Ciclo 2017-2022; 1.7 Falta de Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos;

RA 2017006 – Constatações: 1.3.1 Ausência de plano de ação de medidas de mitigação de riscos necessário ao monitoramento pelo Conselho de Administração; 1.3.2 Ausência de tratamento dos Riscos Estratégicos identificados no Plano Estratégico Correios 2020 – Ciclo 2015/2018;

RA 2016001 – Constatações: 1.2.1 Gerenciamento de riscos limitado, subitem Supervisão sobre gestão de riscos reativa ao invés de proativa; 1.8.1 Monitoramento de riscos em nível de entidade com limitações; 1.8.3 Não atualização da Matriz de Risco da ECT para o ciclo 2015-2018 do PE 2020; 1.8.4 Departamento de Gestão de Riscos criado e não implantado em 2015.

Questão 57 – A Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais (IIA 2120.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Quanto à confiabilidade e integridade das informações financeiras não havia procedimento definido pela AUDIT que partia da premissa de aproveitamento dos exames da auditoria independente para suportar a emissão de parecer sobre as contas da empresa.

Para sanar tal demanda, no PAINT de 2019 foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Além disso, os planos, os programas de auditoria e os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram informações financeiras e operacionais, sendo estas avaliações limitadas ao escopo de cada objeto auditado.

Cita-se como exemplo os relatórios e constatações a seguir descritos:

RA2018007: Constatações: 2.1 Perda da confidencialidade de informações restritas a clientes com contrato; 2.5 Alteração manual de registros do Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO) sem justificativa.

Questão 58 – A Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à eficácia e eficiência das operações e programas (IIA 2120.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Tais avaliações se aproximam da modalidade de auditoria de desempenho ou operacional², enquanto os trabalhos até então programados centravam nas modalidades de conformidade e de avaliação de controles internos.

Não obstante aos poucos exemplos de auditorias de desempenho desenvolvidas, consideramos que os trabalhos programados no PAINT 2019 em relação as avaliações sobre as Iniciativas Estratégicas permitiram introduzir tal prática na AUDIT.

Paralelamente, com a implementação da obrigação de constar de nossos relatórios (após IN 4/2018, da CGU) os benefícios financeiros e não financeiros dos trabalhos de auditoria, temos observado em determinados trabalhos o desenvolvimento de avaliações similares quando o objeto auditado é um processo da cadeia de valor.

RA2018007: 2.6 Insuficiência de informações de negócio para subsidiar a validação dos critérios de priorização das demandas de TI; 2.8 Função da área de relacionamento de TI com o negócio não aderente ao método ágil de desenvolvimento de sistemas.

Questão 59 – A Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à salvaguarda dos ativos (IIA 2120.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: No PAINT de 2019 foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Especificamente sobre à salvaguarda de ativos foram emitidos os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram elementos referentes à salvaguarda dos ativos, tais como: Gestão de Frota e Equipamentos nº 2019004 e Manutenção e Vistoria nº 2019005, entre outros casos presentes no Follow-up

RA2017024: 1.1 Execução tácita e não coordenada do inventário e mapeamento de ativos de informação.

Questão 60 – A Auditoria Interna avalia as exposições a riscos relacionadas à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos (IIA 2120.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: A prática de auditorias de conformidade são as mais realizadas pela AUDIT, por exemplo o PAINT 2019, no capítulo 4, indicou a realização de trabalhos a serem realizados e a escolha do universo da auditoria considerando leis, regulamentos, políticas e procedimentos e contratos.

Especificamente sobre essas avaliações em exercícios anteriores destacamos as análises de procedimentos de licitação e gestão de contratos administrativos, as auditorias no Postal e Postal Saúde, os trabalhos obrigatórios derivados de contratos firmados pelos Correios como a Certificação Digital (SERPRO/ITI) e EUROGIRO.

Questão 61 – A Auditoria Interna avalia o potencial de ocorrência de fraude e como a organização gerencia o mencionado risco (IIA 2120.A2).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Uma avaliação específica realizada pela AUDIT pode ser demonstrada pelo registro no RA 2016001 – Constatação: 1.8.2 Fatores associados a fraudes não considerados na elaboração da Matriz de Riscos estratégicos.

De forma, a tornar essa prática uma rotina nas atividades de auditoria, em um ajuste organizacional da AUDIT, aprovado na 6ª ROCA, inseriu as seguintes atividades para a Gerência de Auditorias Especializadas - GAES/AUDIT (MANORG 2/10):

3.4.2 Coordenar a realização de auditorias contínuas, que consiste em uma técnica de auditoria que realiza testes utilizando bases de dados informatizadas, mediante ferramentas de extração, análise e mineração de dados, com base na avaliação de riscos e controles internos (Manual de Controle Interno/CONACI);

3.4.3 Coordenar a realização de auditorias de apuração de fraude, de origem interna e externa, até a suficiente caracterização da materialidade da fraude, para a instrução do processo administrativo disciplinar a ser conduzido pelo órgão especializado na Empresa;

Acreditamos que tais mudanças combinadas com a recomposição da equipe de auditoria com profissionais de TI, estatísticos aprovados em recrutamento interno em curso permitirá o desenvolvimento e evolução dessa prática pela AUDIT. (<http://intranet/cs/vipad/servicos-compartilhados/pessoas/servicos/banco-de-elegiveis-audit/banco-de-elegiveis-audit>)

Questão 62 – A Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização (IIA 2130.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Durante a elaboração do PAINT a definição dos objetos auditados passa pela percepção de quanto o potencial objeto contribui para o alcance dos objetivos estratégicos.

No PAINT de 2019, além de considerar tais julgamentos durante a elaboração das matrizes de risco, foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Além disso, os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 buscaram avaliar a eficácia dos controles em resposta aos riscos, como por exemplo o Relatório de Auditoria de Controles Internos Administrativo nº 2019003.

Este ano temos ainda a previsão de realização da auditoria no processo de Gestão de Desempenho que se encontra na fase de planejamento.

Outros exemplos:

incluir.

Questão 63 – A Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais (IIA 2130.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Quanto à confiabilidade e integridade das informações financeiras não havia procedimento definido pela AUDIT que partia da premissa de aproveitamento dos exames da auditoria independente para suportar a emissão de parecer sobre as contas da empresa.

Para sanar tal demanda, no PAINT de 2019 foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Além disso, os planos, os programas de auditoria e os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram informações financeiras e operacionais, sendo estas avaliações limitadas ao escopo de cada objeto auditado.

Cita-se como exemplo os relatórios e constatações a seguir descritos:

Incluir.

Questão 64 – A auditoria interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à eficácia e eficiência das operações e programas (IIA 2130.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: De forma geral os controles são avaliados em nível de processos, a cada trabalho, e em nível de entidade, na auditoria de controles internos administrativos, Relatório de Auditoria nº 2019003.

A seleção e delimitação do escopo dos trabalhos ocorre quando da elaboração dos planos e programas de auditoria suportadas pelo preenchimento de matriz de risco e controle e matrizes de planejamento, quando são definidas as verificações limitadas ao escopo de cada objeto auditado, conforme exemplificado:

incluir.

Questão 65 – A Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à salvaguarda dos ativos (IIA 2130.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: No PAINT de 2019 foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Além disso, os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram elementos referentes à salvaguarda dos ativos, tais como: Gestão de Frota e Equipamentos nº 2019004 e Manutenção e Vistoria nº 2019005.

Ainda, as evidências quanto a avaliação dos controles encontram-se na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL e Matriz de Achados contidos no Kit de auditoria e nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Questão 66 – A Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação à conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos e contratos (IIA 2130.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: No PAINT de 2019 foi estabelecido no subitem 5.1 que as auditorias em processos e iniciativas estratégicas teriam como objetivo geral verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras”.

Especificamente sobre à salvaguarda de ativos foram emitidos os relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 avaliaram elementos referentes à salvaguarda dos ativos, tais como: Gestão de Frota e Equipamentos nº 2019004 e Manutenção e Vistoria nº 2019005, entre outros casos presentes no Follow-up.

Ainda, as evidências quanto a avaliação dos controles encontram-se na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL e Matriz de Achados contidos no Kit de auditoria e nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Apêndice 2 – Respostas e evidências apresentadas pela AUDIT para Dimensão 7 – Planejamento do Trabalho de Auditoria (IIA 2200)

Questão 67 – A Auditoria Interna desenvolve e documenta um planejamento para cada trabalho de auditoria, incluindo os objetivos, o escopo, o prazo e a alocação de recursos do trabalho. O plano considera as estratégias, objetivos e riscos da organização que sejam relevantes para o trabalho de auditoria (IIA 2200).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: O planejamento de cada auditoria de auditoria é registrado na FGPweb (http://sac0564/sar/fgp/fgp_principal.asp), no Kit de Auditoria (matriz de risco e controle/matriz de planejamento) em pastas individualizadas no [\sac0424\PROJETOS\PORTFOLIO_AUDIT\](#), de forma a dar condições para que a equipe de auditoria considere as estratégias, objetivos e riscos da organização/objeto auditado na definição dos exames que serão realizados durante o trabalho de auditoria.

Auditoria Operacional: <https://portal.tcu.gov.br/controle-externo/normas-e-orientacoes/normas-de-fiscalizacao/auditoria-operacional.htm>

FGP - Ferramenta de Ger X

sac0564/sar/fgp/projeto_abrir.asp

Correios

Bem-vindo,
Joao Silva
GERAL

Principal

Projetos

Novo Projeto

Abrir projeto

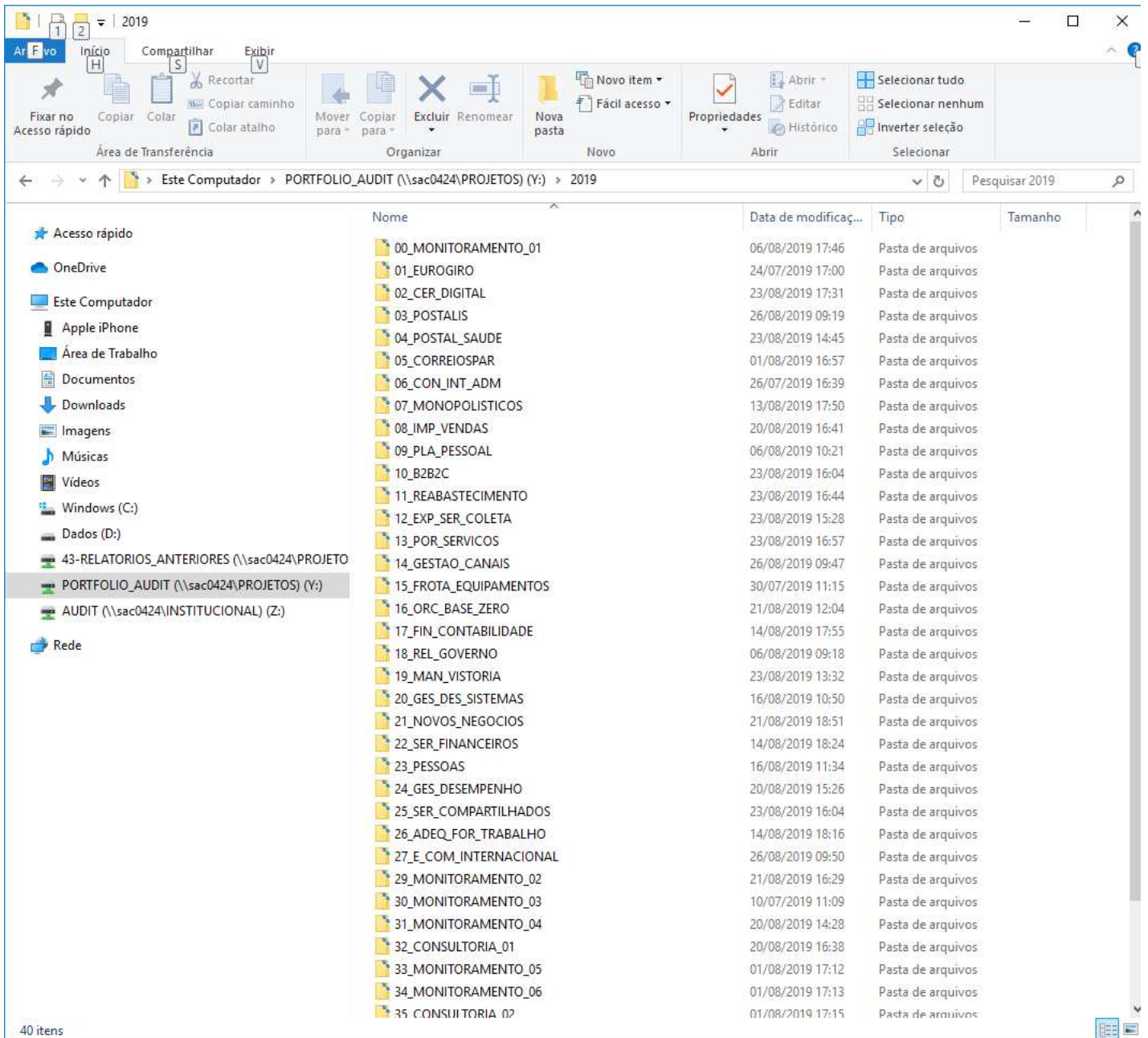
Ajuda

Projetos Lista disponível

Exibe 10 registros por página

Nome do Projeto	Área Responsável
01 - Política de Segurança da Informação da Eurogiro 2019 PROJ-1/2019 Criado em 02/01/2019 Gestor: GIL ANES DEUSDARA SOARES	AUDIT
02 - Certificação Digital PROJ-103/2019 Criado em 31/07/2019 Gestor: PAULO JOSE ALFENAS DE OLIVEIRA	AUDIT
03 - Postalis PROJ-104/2019 Criado em 31/07/2019 Gestor: BRUNO BANDEIRA COSTA DE SOUSA	AUDIT
04_Postal Saúde (P) 2019 PROJ-62/2019 Criado em 03/05/2019 Gestor: PAULO JOSE ALFENAS DE OLIVEIRA	AUDIT
06_Avaliação dos Controles Internos Administrativos 2019 PROJ-6/2019 Criado em 02/01/2019 Gestor: JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA FORTE	AUDIT
07_Fiscalizar o cumprimento de serviços monopolísticos (IE) 2019 PROJ-7/2019 Criado em 02/01/2019 Gestor: JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA FORTE	AUDIT
08_Implementar venda de capacidade disponível de cargas terrestres e aéreas (IE) 2019 PROJ-8/2019 Criado em 02/01/2019 Gestor: JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA FORTE	AUDIT
09_Planejamento de Pessoal – Operacional (P) 2019 PROJ-9/2019 Criado em 02/01/2019 Gestor: JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA FORTE	AUDIT
10_Desenvolver soluções de atendimento conjuntas entre logísticas e encomendas (B2B2C) e fortalece PROJ-56/2019 Criado em 04/04/2019 Gestor: MARCUS VINICIUS DE MELLO	AUDIT
11_Reabastecimento (P) 2019 PROJ-57/2019 Criado em 04/04/2019 Gestor: MARCUS VINICIUS DE MELLO	AUDIT

Exibindo 1 a 10 de 80 registros



Independente dos arquivos eletrônicos, os documentos devem ser autuados no SEI nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

MANAUD 2/2 ELABORAR PLANO TÁTICO DE AUDITORIA, estabelece os procedimentos para o planejamento tático das atividades de cada auditoria.

Questão 68 – No planejamento dos trabalhos de auditoria é levado em consideração as estratégias e objetivos da atividade que está sendo revisada e os meios pelos quais o desempenho dessa atividade é controlado (IIA 2201).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: A avaliação do desempenho da atividade de planejamento é realizado em duas etapas segregadas, ora pelo Analista X ora pelo Gerente do projeto de auditoria, as avaliações e eventuais ajustes são consignadas durante as reuniões de monitoramento – pela equipe – e de acompanhamento – equipe com a participação do Escritório de Projeto Setorial – EPS/GPOA/AUDIT.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD ¼, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Questão 69 – No planejamento dos trabalhos de auditoria é levado em consideração os riscos significativos para os objetivos, recursos e operações da atividade e os meios pelos quais o impacto potencial dos riscos é mantido em um nível aceitável (IIA 2201).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Na MPL a equipe de auditoria define quais os fatores de riscos e seus respectivos controles serão avaliados. Posteriormente, eventuais achados de auditoria, são submetidos a identificação das causas prováveis e definição do grau de priorização das ações corretivas por meio da matriz GUT (gravidade, urgência e tendência).

A revisão e validação das informações nos citados instrumentos ocorre em duas etapas segregadas, ora pelo Analista X ora pelo Gerente do projeto de auditoria, as avaliações e eventuais ajustes são consignadas durante as reuniões de monitoramento – pela equipe – e de acompanhamento – equipe com a participação do Escritório de Projeto Setorial – EPS/GPOA/AUDIT.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 70 – No planejamento dos trabalhos de auditoria é levado em consideração a adequação e a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles da atividade, comparativamente à estrutura ou modelo compatível com a organização (IIA 2201).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Há ainda, o preenchimento, para cada trabalho de auditoria, do Diagrama de Escopo e Interface do Processo – DEIP que possibilita à equipe de auditoria considerar a adequação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles definido pela organização em relação ao objeto a ser auditado.

Na MPL a equipe de auditoria define quais os fatores de riscos e seus respectivos controles serão avaliados. Posteriormente, eventuais achados de auditoria, são submetidos a identificação das causas prováveis e definição do grau de priorização das ações corretivas por meio da matriz GUT (gravidade, urgência e tendência).

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 71 – No planejamento dos trabalhos de auditoria é levado em consideração oportunidades de realizar melhorias significativas nos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles da atividade (IIA 2201).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Essa reflexão é iniciada desde o planejamento anual – PAINT, considerando variáveis como os objetivos e riscos estratégicos definidos para organização, para definição dos objetos auditáveis que mais afetariam os resultados organizacionais.

No planejamento de cada auditoria, as equipes identificam fatores de riscos específicos (setoriais) que permitam avaliar e emitir recomendações destinadas a agregar valor para os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno.

Questão 72 – Os objetivos da auditoria refletem a avaliação preliminar dos riscos relevantes da atividade sob revisão³ (IIA 2210.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Na MPL a equipe de auditoria define quais os fatores de riscos e seus respectivos controles serão avaliados. Posteriormente, eventuais achados de auditoria, são submetidos a identificação das causas prováveis e definição do grau de priorização das ações corretivas por meio da matriz GUT (gravidade, urgência e tendência).

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 73 – A partir dos objetivos da auditoria, determina-se o escopo, os recursos a serem alocados e o detalhamento do plano de trabalho (IIA 2210.A1)

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: No PAINT 2019 os objetivos de auditoria buscam verificar se: as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo de demonstrações financeiras; e os controles internos administrativos são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, a efetiva implementação de determinações e recomendações de auditorias, bem como de minimizar os riscos setoriais e estratégicos.

A partir desses objetivos são determinados o escopo e os recursos. Para o detalhamento do trabalho é elaborado o plano do projeto das auditorias na FGPWeb – Ferramenta de Gerenciamento de Projetos.

Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Na MPL a equipe de auditoria define quais os fatores de riscos e seus respectivos controles serão avaliados. Posteriormente, eventuais achados de auditoria, são submetidos a identificação das causas prováveis e definição do grau de priorização das ações corretivas por meio da matriz GUT (gravidade, urgência e tendência).

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 74 – A formação da equipe de auditoria é baseada a partir do objetivo, do escopo e complexidade dos trabalhos a serem desenvolvidos durante o exercício (IIA 2210.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Plano do Projeto gerado na FGPWeb – Ferramenta de Gerenciamento de Projetos para cada auditoria realizada pela AUDIT.

Tal Plano apresenta a equipe de auditoria que foi selecionada após reunião gerencial, na qual são considerados as competências dos auditores e as complexidades de cada trabalho.

Questão 75 – O escopo do trabalho da auditoria inclui considerações sobre sistemas, registros, pessoal e propriedades físicas relevantes, incluindo aqueles sob o controle de terceiros (IIA 2220.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Para o detalhamento do trabalho é elaborado o plano do projeto das auditorias na FGPWeb – Ferramenta de Gerenciamento de Projetos.

Além disso, o escopo deve seguir o modelo padrão de caracterização do objeto auditado e o diagrama de escopo e interfaces do objeto auditado contidos no Kit de Auditoria, onde ficam registradas as considerações citadas nesta questão, bem como nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Durante o planejamento as percepções da equipe são registradas na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL contidas nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

Na MPL a equipe de auditoria define quais os fatores de riscos e seus respectivos controles serão avaliados.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 76 – No planejamento de auditoria é considerada a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições ao desenvolver os objetivos do trabalho (IIA 2210.A2).

	SIM	x	NÃO
--	-----	---	-----

Evidências: Estima-se que a criação da gerência de auditorias especializadas – GAES/AUDIT possibilitará o desenvolvimento dessa atividade no âmbito dos Correios.

Outrossim, a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria)

Questão 77 – No planejamento de auditoria é verificado até que ponto a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração estabeleceram critérios adequados para determinar se os objetivos e metas têm sido alcançados. Se inadequados, a Auditoria Interna apresenta critérios de avaliação apropriados em conjunto com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria (IIA 2210.A3).

	SIM	x	NÃO
--	-----	---	-----

Evidências: Há necessidade de estabelecer um fluxo para integração do COAUD na etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria).

Questão 78 – No planejamento de auditoria são alocados os recursos apropriados⁴ e suficientes⁵ para cumprir com os objetivos do trabalho de auditoria. Essa alocação é feita a partir da avaliação da natureza e complexidade de cada trabalho, das restrições de tempo e dos recursos disponíveis (IIA 2230).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: O PAINT 2019 trata sobre a alocação de pessoal no subitem 3.3, premissas, restrições e riscos, assim como no subitem 3.4, orçamento de horas e distribuição das equipes. Além disso, para otimizar os recursos da AUDIT é realizada nova análise quanto à alocação dos recursos durante o planejamento tático de cada auditoria, o qual é retratado no Plano do Projeto na FGPWeb – Ferramenta de Gerenciamento de Projetos nos trabalhos de avaliação e de consultoria, assim como a ferramenta MS Project.

Questão 79 – Os programas de trabalho incluem procedimentos para identificar, analisar, avaliar e documentar as informações durante o trabalho de auditoria (IIA 2240.A1).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: O registro e a organização de papéis de trabalho são realizados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Correios.

Os procedimentos necessários para os programas de trabalho encontram-se na Matriz de Riscos e Controles – MRC, Matriz de Planejamento – MPL e Matriz de Achados contidos no Kit de auditoria, assim como nos papéis de trabalho.

Questão 80 – O programa de trabalho de auditoria é aprovado antes de ser implantado e quaisquer ajustes são prontamente reavaliados e aprovados antes de sua execução (IIA 2240.A1).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: As atividades para aprovação do plano e do programa de auditoria estão previstas no MANAUD e podem ser confirmadas nos registros contidos nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT, além de figurar como “marco” no controle das entregas dos projetos de auditoria.

Apêndice 3 – Respostas e evidências apresentadas pela AUDIT para Dimensão 8 – Execução do Trabalho de Auditoria (IIA 2300)

Questão 81 – Os auditores internos identificam, analisam, avaliam e documentam informações suficientes⁶ para cumprir os objetivos, os resultados e às conclusões do trabalho de auditoria (IIA 2300 e 2330).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: O MANAUD 3/1 – VIG: 14/03/2019, aprovado na 2ª ROCA/2019, estabelece os procedimentos para a execução da auditoria de forma a assegurar o cumprimento da Norma IIA 2300 e 2330 e do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Além disso, a documentação do trabalho é realizada nos papéis de trabalho, sendo estes registrados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Correios.

Questão 82 – CANCELADA

Questão 83 – Com objetivo de que as informações coletadas sejam confiáveis, relevantes e úteis para cumprir os objetivos, os resultados e conclusões do trabalho de auditoria, a equipe de auditoria discute internamente possíveis deficiências ou falhas na coleta dos dados, e se necessário, solicita a opinião de auditores internos que não compuseram a equipe de trabalho.

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: Em todos os trabalhos de auditoria são esperadas as atividades para validação do achado de auditoria e revisão dos papéis de trabalho estão previstas no MANAUD 3/1 – VIG: 14/03/2019, aprovado na 2ª ROCA/2019 e podem ser confirmadas nos registros contidos nos papéis de trabalho das auditorias realizadas pela AUDIT.

A revisão e validação das informações ocorre em duas etapas segregadas, ora pelo Analista X ora pelo Gerente do projeto de auditoria, as avaliações e eventuais ajustes são consignadas em papéis de trabalho, conforme previsto no citado manual, a saber:

2.1.12 Validar o achado de auditoria.

2.1.12.1 Validar os achados de auditoria com o gestor responsável pelo processo auditado.

NOTA 1: nesse processo, o supervisor responsável pela auditoria deve certificar-se de que o achado esteja devidamente amparado por evidências.

NOTA 2: é recomendável que sejam realizadas reuniões entre os membros da equipe de auditoria antes da validação para facilitar o nivelamento de entendimentos acerca dos achados de auditoria.

[...]

2.1.17 Revisar o papel de trabalho.

2.1.17.1 Revisar se o trabalho realizado é consistente com o escopo e os objetivos da auditoria, se os achados e as recomendações estão sustentados pelas evidências e se o padrão de qualidade foi respeitado.

2.1.17.2 Revisar se toda a documentação necessária à formalização da auditoria, comprovação de evidências, suporte aos achados de auditoria, encaminhamento de informações ou documentos etc. estão atuados no SEI.

Questão 84 – Os auditores internos sustentam suas conclusões e resultados dos trabalhos de auditoria em análises e avaliações apropriadas, de modo que permite a terceiros com uma postura prudente e com o ceticismo necessário chegarem às mesmas conclusões (IIA 2320).

X	SIM		NÃO
---	-----	--	-----

Evidências: O MANAUD 2/5, VIG. 14/03/2019, estabelece procedimentos para organizar e controlar a documentação que sustenta as conclusões e opiniões registradas pela AUDIT em seus relatórios, de modo a recuperá-las quando necessário.

O MANAUD 2/5 - Anexo 2 - item 3.4 estabelece que: *A extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, visto que não é necessário nem prático documentar todas as questões das quais o auditor trata. Todavia, ele deve ter o cuidado de registrar em papéis de trabalho todos os fatos levantados e que irão subsidiar sua opinião sobre o estado dos controles. Esses registros devem ser efetuados de modo a permitir que uma pessoa prudente e informada, como outro auditor interno ou auditor externo, que não participou da execução dos trabalhos de auditoria, ao analisar esse papel de trabalho, venha a ter o mesmo entendimento sobre o fato auditado.*

Além da sistemática citada, estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7º ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria.

Ressalta-se que o registro e a organização de papéis de trabalho são realizados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Correios.

Questão 85 – O MANAUD/Correios assegura uniformidade de procedimentos dos papéis de trabalho (IIA 2330).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Os itens 2.1.16 e 2.1.17 do MANAUD 3/1 - VIG. 14/03/2019, aprovado na 2ª ROCA/2019, estabelecem os procedimentos para assegurar uniformidade na elaboração de papéis de trabalho na execução da auditoria, de forma a cumprir a Norma IIA 2300 e 2330.

Além disso, o MANAUD 2/5, VIG. 14/03/2019, estabelece os procedimentos para organizar e controlar a documentação que sustenta as conclusões e opiniões registradas pela AUDIT em seus relatórios, de modo a recuperá-las quando necessário.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7º ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria.

Questão 86 – O Chefe de Auditoria Interna possui controle do acesso aos registros dos trabalhos e papéis de trabalho (IIA 2330.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: O controle do acesso é realizado mediante permissões concedidas às pessoas autorizadas a acessar a unidade virtual SEI-AUDIT e as pastas dos projetos de auditoria no servidor de arquivos sac0424\PROJETOS\PORTFOLIO_AUDIT.

O MANAUD 2/5, VIG. 14/03/2019, estabelece procedimentos para organizar e controlar a documentação que sustenta as conclusões e opiniões registradas pela AUDIT em seus relatórios, de modo a recuperá-las quando necessário.

Questão 87 – Há procedimentos formalizados para que o Chefe de Auditoria Interna obtenha aprovação da Diretoria Executiva ou da SEJUR antes de liberar registros dos trabalhos e papéis de trabalho às partes externas aos Correios (IIA 2330.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: O MANAUD 2/5 - ANEXO 3: REGRAS PARA ACESSO À DOCUMENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA foi analisado e considerado apropriado pelo Departamento Jurídico, MEMORANDO - Nº 4025436 GCSJ-DEJUR-SERIJ (SEI 4025436).

Questão 88 – O Chefe de Auditoria Interna dispõe de requisitos de retenção para os registros do trabalho de auditoria, independentemente do meio onde cada registro está armazenado. Estes requisitos de retenção são consistentes com as diretrizes da organização e quaisquer outras regulamentações ou outros requisitos pertinentes (IIA 2330.A2).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Os requisitos de retenção necessários à proteção das informações geradas pela AUDIT são previstos e praticados. Esses constam no MANAUD 2/5, VIG. 14/03/2019.

Ressalta-se que o registro e a organização de papéis de trabalho são realizados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI Correios.

Questão 89 – Os trabalhos de auditoria são supervisionados pelos gerentes e pelo Chefe de Auditoria com vistas a assegurar que os objetivos sejam alcançados, bem como a qualidade seja assegurada (IIA 2340).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: No gerenciamento dos projetos de auditoria o Chefe da AUDIT conta com o apoio de um Escritório de Projetos Setorial, instalado na GPOA/AUDIT para fornecimento das informações relacionadas aos trabalhos em andamento e finalizados.

A supervisão ocorre em duas etapas segregadas, ora entre o Gerente do projeto e o Analista X, ora entre o Gerente do projeto e o Chefe da AUDIT, as avaliações e eventuais ajustes são consignadas durante as reuniões de monitoramento – pela equipe – e de acompanhamento – equipe com a participação do Escritório de Projeto Setorial – EPS/GPOA/AUDIT.

As atividades de supervisão constam dos planos de trabalho do Analista X e Gerente Corporativo, além de serem indicadas no MANAUD.

Estima-se que a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1 / 4, aprovado no 7º ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria.

Apêndice 4 – Respostas e evidências apresentadas pela AUDIT para Dimensão 9 – Comunicação dos Resultados do Trabalho de Auditoria (IIA 2400)

Questão 90 – Os auditores internos comunicam os resultados dos trabalhos de auditoria por meio de relatórios padronizados (IIA 2400).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Memorando nº 8964644 GAES-AUDIT, emitido em 16/08/2019, à PRESI, referente à distribuição de relatórios aprovados na 7ª ROCA/2019. Processo SEI 53180.036407/2019-89.

Modelos de relatório criados no SEI estabelecem o padrão para a comunicação dos resultados do trabalho de auditoria, além disso, o módulo 4 do MANAUD – VIG 19/08/2019, aprovado na 7ª ROCA/2019, estabelece os procedimentos para o processo Comunicar Resultados, o qual está alinhado ao Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA.

Questão 91 – Os relatórios de auditoria interna possuem os objetivos, o escopo⁷ e os resultados do trabalho de auditoria⁸. Quando aplicável, os relatórios de auditoria também apresentam recomendações e/ou planos de ação, baseadas nas expectativas da alta administração e conselho de administração (IIA 2410, 2411 e 2450).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Relatórios de auditoria emitidos pela AUDIT em 2019 possuem os requisitos previstos nesta questão, a exemplo dos seguintes relatórios aprovados na 7ª ROCA:

RA 2019011 – Pessoas;

RA 2019012 - Iniciava Estratégica Aprimorar a Gestão de Desenvolvimento de Sistemas.

Além disso, em recente atualização MANAUD – VIG 19/08/2019, aprovado na 7ª ROCA/2019, estabelece os procedimentos para o processo Comunicar Resultados (módulo 4), contemplando os itens citados nesta questão.

Não obstante a alteração citada cabe o registro da aprovação do Programa de Melhorias na Qualidade na mesma ROCA, com aplicação e aferição no decorrer deste 2º semestre de 2019.

Questão 92 – As informações constantes nos relatórios de auditoria interna são precisas⁹, objetivas¹⁰, claras¹¹, concisas¹², construtivas¹³, completas¹⁴ (IIA 2420).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: As informações constantes nos relatórios de auditoria são de acordo com o previsto no MANAUD 4/2:

2.1.5 Revisar o Relatório de Auditoria, o Sumário Executivo.

2.1.5.1 Revisar o Relatório de Auditoria e o Sumário Executivo, avaliando o padrão de qualidade requeridos em comunicados de auditoria, a coerência e ordenação lógica, a sobriedade e a inteligibilidade.

[...]

2.2.2 Validar o Relatório de Auditoria e o Sumário Executivo.

2.2.2.1 Verificar se o trabalho realizado é consistente com o escopo e os objetivos da auditoria, se os achados e as recomendações estão sustentados pelas evidências e se o Relatório de Auditoria e o Sumário Executivo, emitidos pela equipe de auditoria, atendem aos parâmetros de qualidade estabelecidos pela AUDIT.

Ressalta-se que a AUDIT obteve um resultado de 96,43% de concordância da pesquisa de satisfação e qualidade percebida em relação à Auditoria Interna dos Correios, aplicada na 11ª ROCA, respondida por membros do CA.

Questão 93 – Os relatórios de auditoria interna são tempestivos¹⁵, ou seja, estão disponíveis para as partes interessadas até 30 dias após a conclusão da auditoria (IIA 2420).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Em 2018, 92% dos relatórios de auditoria emitidos foram distribuídos em até 30 dias contados da aprovação do relatório pelo CA, sendo 13,83 dias o tempo médio decorrido desde a aprovação até o encaminhamento para a Presidência.

Além disso, foi realizada uma pesquisa junto as partes interessadas nos trabalhos de auditoria, em relação a percepção do CA, aplicada na 11ª ROCA, consultamos: “2. As comunicações da Auditoria Interna são tempestivas, claras e precisas?” Resultado de 100% de concordância.

Questão 94 – Se um relatório final de auditoria contiver erro ou omissão significativa, o Chefe de Auditoria comunica a informação correta a todas as partes que tenham recebido a comunicação original (IIA 2421).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Não há evidências a apresentar, haja vista que até a presente data, agosto de 2019, não ocorreu a referida condição para os relatórios de auditoria. Todavia, a comunicação referente a auditoria com erro ou omissão significativa está prevista no MANAUD:

MANAUD 4/2

2.3.3.1 Apresentar os resultados dos trabalhos de auditoria realizados na Reunião Ordinária do Conselho de Administração (ROCA).

NOTA: se identificado erro ou omissão significativa no relatório de auditoria após a distribuição, o Chefe da AUDIT deve comunicar a informação correta a todas as partes que o tenham recebido e providenciar para que a versão anteriormente distribuída seja revisada e atualizada.

MANAUD 4/3

2.3.2 Autorizar o encaminhamento do relatório de Auditoria ao DIGOV, à Presidência da Empresa, ao Conselho Fiscal e ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

NOTA 1: quando for o caso, o Chefe da AUDIT solicitará a correção da comunicação final emitida com erro ou omissão significativa e o envio da informação correta a todas as partes que tenham recebido a comunicação original, bem como providenciará a atualização da versão anteriormente distribuída.

Questão 95 – O Chefe da Auditoria Interna comunica os resultados às partes apropriadas¹⁶ (IIA 2440).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: A AUDIT encaminha os relatórios de auditoria à Presidência dos Correios por memorando, recomendando a disponibilização às demais áreas envolvidas, como demonstrado no Memorando nº 8964644 GAES-AUDIT, emitido em 16/08/2019, à PRESI, referente à distribuição de relatórios aprovados na 7ª ROCA/2019. Processo SEI 53180.036407/2019-89.

Além disso, MANAUD 4/3 estabelece os procedimentos para a distribuição dos relatórios de auditoria.

Apêndice 5 – Respostas e evidências apresentadas pela AUDIT para Dimensão 10 – Monitoramento do Progresso dos Pontos de Auditoria ou Comunicação de Aceitação de Riscos (IIA 2500 e 2600)

Questão 96 – O Chefe da Auditoria Interna tem estabelecido um processo de acompanhamento, para monitorar e assegurar que as ações da administração tenham sido implantadas com eficácia ou que a Diretoria Executiva e/ou Conselho de Administração tenham aceitado o risco de não aplicar qualquer ação (IIA 2500.A1).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Mensalmente a AUDIT informa ao Conselho de Administração a posição dos pontos de auditoria interna, independente, CGU, TCU e PREVIC, por meio **Relatório Gerencial de Atividades de Auditoria** (Processo SEI 53180.003421/2019-04). A AUDIT disponibiliza sistema informatizado que permite cadastro e acompanhamento das ações da administração em relação às recomendações da Auditoria Interna. Emite-se sob consulta, documentos às áreas auditadas alertando-as acerca dos pontos pendentes Exemplo: e-mails encaminhados em 08/07/2019 e 15/07/2019.

Além disso, em razão da melhoria promovida no processo de auditoria, o próximo passo (em andamento) é a atualização do módulo 5 do MANAUD que estabelece procedimentos para o processo Monitorar Recomendações e Determinações, de modo a adequá-lo ao Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA.

Outra ação será a utilização do e-AUD, oferecido pela CGU como alternativa ao uso do atual sistema. O endereço do e-Aud é <http://eaud.cgu.gov.br>, sendo necessário cadastro de usuário GOV.BR. Ao acessar o sistema entrem no perfil de usuário e abram uma solicitação para atribuir o usuário aos Correios. O pessoal da CGU deve fazer esse vínculo do nosso CPF com a empresa.

Questão 97 – O processo de acompanhamento é baseado em datas previamente estabelecidas no relatório de auditoria e, no caso de ações não implementadas, os responsáveis são identificados e sanções são sugeridas de acordo com o risco e comunicadas à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (IIA 2500).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: O processo de acompanhamento é baseado em datas previamente estabelecidas no relatório de auditoria, cujas prioridades derivam da elaboração de matriz GUT. Nos casos de ações não implementadas, os responsáveis são identificados no Sistema de *Follow-up* e provocados pela AUDIT por meio de memorando à Presidência e Vice-presidências, no entanto, não há regras estabelecidas pela ECT quanto à aplicação de sanções decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna, da auditoria independente, da CGU, de recomendações ou determinações do TCU e demais órgãos competentes.

A AUDIT apresentou ao Conselho de Administração (CA) e ao Comitê de Auditoria (COAUD) a proposta de princípios, objetivos e diretrizes Política de Consequência para a não implementação de recomendações de e (ou) determinações, sendo aprovada na 7ª Reunião do CA. Evidência: Extrato da 7ª ROCA/2019.

Questão 98 – A Diretoria Executiva é responsável pela implantação das ações corretivas apresentadas pela Auditoria Interna (IIA 2600).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: Quando do cadastro dos achados de auditoria e respectivas recomendações no Sistema Follow-up ocorre a vinculação de cada item ao seu gestor corporativo, representadas pela Presidência e Vice-presidências, de forma individualizada pelos assuntos de sua competência. Exemplo: arquivo *presidencia_pendentes.xlsx*.

A nova metodologia de monitoramento de recomendações de auditoria, aprovada durante a 10ª ROCA/2018. Nota Técnica - Nº 8/2018. Processo SEI 53180.018598/2018-16, estabelece uma participação mais ativa da Diretoria Executiva, por exemplo, quando deve manifestar-se à AUDIT de acordo com seu nível de alçada, quando à confirmação de implementação de recomendações de auditoria, ou ainda, para sustentar, junto ao CA, os fundamentos sobre os casos que entenda cabível assumir o risco pela não implementação de recomendações.

Questão 99 – Quando o Chefe da Auditoria Interna conclui que a Diretoria Executiva aceitou um nível de risco inaceitável pela organização, a questão é discutida inicialmente com os gestores responsáveis e o presidente da empresa (IIA 2600).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: As gerências de execução de auditorias realizam reuniões de busca conjunta de solução com os gestores que não acatam recomendações da auditoria, com intuito de mitigar os riscos envolvidos. Essas reuniões são conduzidas inicialmente com o gestor responsável pela implementação da recomendação, com seu superior hierárquico, ou com o representante da área a qual está subordinada. Exemplo: Ata de Reunião nº 6411768 processo 53180.004187/2019-24. Na hipótese de não ser suficiente o nível de entendimento citado, o assunto, poderá ser levado ao CA para deliberação (não temos casos concretos no exercício de 2018).

A nova metodologia de monitoramento de recomendações, aprovada durante a 10ª ROCA/2018. Nota Técnica - Nº 8/2018, processo 53180.018598/2018-16, estabeleceu uma Política de Alçadas que permitirá aos gestores assumir os riscos de seu processo até determinados níveis, bem como, padroniza os procedimentos que devem ser adotados pela AUDIT quando da identificação da aceitação, pelos gestores, de um nível de risco inaceitável pela organização.

Questão 100 – Quando a Diretoria Executiva aceitou um nível de risco inaceitável pela organização, a questão é comunicada ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração (IIA 2600).

<input checked="" type="checkbox"/>	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO
-------------------------------------	-----	--------------------------	-----

Evidências: A nova metodologia de monitoramento de recomendações, aprovada durante a 10ª ROCA/2018. Nota Técnica - Nº 8/2018, processo 53180.018598/2018-16, padronizou os procedimentos dessa comunicação. Até então, a comunicação com os citados órgãos ocorria por meio do relatório de auditoria e relatórios gerenciais. Na hipótese de não ser suficiente o nível de entendimento, o assunto, poderá ser levado ao CA para deliberação (não temos casos concretos no exercício de 2018).

NOTAS DE RODAPÉ APÊNDICE -----

- 1 - A norma internacional de auditoria não apresenta interpretação acerca dos controles às “áreas apropriadas da organização”. Nesse pode-se interpretar que trata-se das áreas de maior risco apontado pela matriz risco da auditoria interna.
- 2 - Auditoria Operacional: <https://portal.tcu.gov.br/controlado-externo/normas-e-orientacoes/normas-de-fiscalizacao/auditoria-operacional.htm>
- 3 - **Atividade sob revisão** – trata-se do item que encontra-se sob análise da auditoria interna.
- 4 - Apropriado refere-se à combinação de conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias para desenvolver o trabalho de auditoria.
- 5 - Suficiente refere-se à quantidade de recursos necessária para executar o trabalho com zelo profissional devido.
- 6 - Informação suficiente é fatural, adequada e convincente de forma que uma pessoa prudente e informada chegaria às mesmas conclusões que o auditor.
- 7 - O escopo inclui o período de tempo em que a opinião foi emitida, bem como as limitações quanto ao escopo do trabalho desenvolvido.
- 8 - Resumo das informações que suportam a opinião. Risco, estrutura de controle ou outros critérios utilizados como base para a opinião geral.
- 9 - Comunicações precisas são livres de erros e distorções e são fiéis aos fatos fundamentais.
- 10 - Comunicações objetivas são justas, imparciais e neutras e são o resultado de um julgamento justo e equilibrado de todos os fatos e circunstâncias relevantes.
- 11 - Comunicações claras são facilmente compreendidas e são lógicas, evitam linguagem técnica desnecessária e fornecem todas as informações significativas e relevantes.
- 12 - Comunicações concisas são diretas e evitam elaboração desnecessária, detalhes supérfluos, redundância e excesso de palavras.
- 13 - Comunicações construtivas são úteis ao cliente do trabalho de auditoria e à organização e conduzem às melhorias onde seja necessário.
- 14 - Comunicações completas não omitem qualquer dado que seja essencial à audiência alvo e incluem todas as informações significativas e relevantes e as observações que dão suporte às recomendações e conclusões.
- 15 - Comunicações tempestivas são oportunas e práticas, dependem da importância do ponto, permitem à administração aplicar as ações corretivas apropriadas.
- 16 - O executivo Chefe de Auditoria é responsável por revisar e aprovar a comunicação final do trabalho de auditoria antes da sua emissão e por decidir a quem e como ela será disseminada. Quando o executivo Chefe de Auditoria delega estas tarefas, ele retém total responsabilidade.



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Marcio Ines, Membro Coaud**, em 23/10/2019, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Fantine Magalhaes, Membro Coaud**, em 23/10/2019, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Souza Goncalves, Membro Coaud**, em 23/10/2019, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10061964** e o código CRC **959EC6C0**.



Relatório nº 32826849/2022 - COAUD

Processo nº 53180.027248/2022-27

Assunto: Relatório Anual de Atividades, Resultados, Conclusões e Recomendações do Comitê de Auditoria para o período de Janeiro de 2021 a Junho de 2022.

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Em cumprimento ao disposto no inciso VII, § 1º, Art. 24 da lei 13.303/2016; no inciso VII, § 1º, Art. 38 do decreto 8.945/2016; no estatuto social da ECT; e no regimento interno do Comitê de Auditoria dos Correios (COAUD), este relatório tem o objetivo de apresentar os resultados, conclusões e recomendações, no âmbito de suas atribuições, no período compreendido entre Janeiro de 2021 e dezembro de 2021.

1.2. Na qualidade de órgão estatutário de caráter permanente, que atua como órgão de assessoria ao Conselho de Administração (CA). O órgão atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, executando seus trabalhos como órgão consultivo e de assessoramento, sem exercer poder deliberativo ou atribuição executiva.

1.3. No período de Janeiro 2021 à Junho 2022, o COAUD reuniu-se em 45 (quarenta e cinco) ocasiões programadas em encontros quinzenais com a participação, conforme definido em pauta previamente estabelecida, dos Auditores Internos, Auditores Independentes, Diretores Executivos, Assessores Especiais da Presidência e demais técnicos representantes das áreas, conforme assuntos abordados.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. As informações constantes neste Relatório foram fundamentadas com base nos normativos internos, legislações vigentes e peças complementares integrantes dos processos abrangidos pelo seu campo de atuação.

2.2. **Reuniões com os órgãos colegiados ou individualmente com seus membros:** Conselho de Administração (CA), Conselho Fiscal (CF), Presidente do CA, Membro do CA, Presidente dos Correios, membros da Diretoria Executiva, Chefe da Auditoria Interna, Superintendentes, Diretores e Gerentes de diversas áreas do Correios.

2.3. **Reuniões com órgãos ou empresas externas:** *Crowe Consult* Auditores Independentes, Postal Saúde e Postalis.

2.4. As informações deste documento estão estruturadas, conforme abaixo discriminado:

- a) Opinião sobre a contratação e/ou destituição de auditor independente;
- b) Supervisão das atividades do auditor independente;
- c) Supervisão das atividades de controles internos;
- d) Supervisão das atividades de auditoria interna;
- e) Supervisão da elaboração das demonstrações financeiras;
- f) Monitoramento das transações com partes relacionadas;
- g) Razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos atuariais e resultados atuariais dos planos de benefícios; e
- h) Recebimento de denúncias.

3. **OPINIÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO E/OU DESTITUIÇÃO DE AUDITOR INDEPENDENTE**

3.1. No período, não houve contratação ou destituição de auditor independente.

4. **SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DO AUDITOR INDEPENDENTE**

4.1. Quanto à supervisão das atividades do auditor independente, o Colegiado apreciou o tema algumas vezes, em diversos aspectos, nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

- a) 1ª ROCOAUD de 2021;
- b) 4ª ROCOAUD de 2021;
- c) 6ª ROCOAUD de 2021;
- d) 12ª ROCOAUD de 2021;
- e) 19ª ROCOAUD de 2021;
- f) 23ª ROCOAUD de 2021;
- g) 27ª ROCOAUD de 2021;
- h) 3ª ROCOAUD de 2022;
- i) 1ª RECOAUD de 2022;
- j) 5ª ROCOAUD de 2022;
- k) 8ª ROCOAUD de 2022;
- l) 10ª ROCOAUD de 2022.

4.2. Nossa avaliação sobre os trabalhos da auditoria independente considerou o escopo definido no planejamento dos auditores, cada abordagem adotada para as diversas áreas em que os auditores atuaram, o parecer de auditoria e as apresentações feitas pelo auditor responsável a este, e a outros colegiados.

4.3. A empresa de auditoria independente atualmente contratada atende minimamente aos quesitos definidos pelo edital dos Correios para o trabalho em questão, e adota procedimentos aderentes com as normas de auditoria definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Todavia apresentou atrasos no atendimento de solicitações do COAUD e adota metodologia que, ainda que aderente às normas de auditoria geralmente aceitas, são consideradas arcaicas e menos ineficientes por este Colegiado. As respostas são padronizadas e assuntos caros para os Correios não foram incluídos no

escopo de auditoria de maneira aprofundada.

4.4. Assim, concluímos com base nas informações compartilhadas com este Colegiado, que não há inconsistências ou prejuízos relevante no trabalho de auditoria independente, realizado pela atual empresa. Todavia recomendamos que a administração dos Correios envie esforços para buscar uma companhia mais robusta, e mais preparada para atuar diante da complexidade dos negócios dos Correios com assertividade e eficiência.

5. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLES INTERNOS E MONITORAMENTO A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS

5.1. Quanto à supervisão das atividades desenvolvidas na área de controles internos, bem como o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno e exposição aos riscos, o Colegiado apreciou o tema diversas vezes, em distintos aspectos, nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

- a) 6ª ROCOAUD de 2021;
- b) 7ª ROCOAUD de 2021;
- c) 8ª ROCOAUD de 2021;
- d) 9ª ROCOAUD de 2021;
- e) 10ª ROCOAUD de 2021;
- f) 11ª ROCOAUD de 2021;
- g) 16ª ROCOAUD de 2021;
- h) 17ª ROCOAUD de 2021;
- i) 19ª ROCOAUD de 2021;
- j) 20ª ROCOAUD de 2021;
- k) 21ª ROCOAUD de 2021;
- l) 22ª ROCOAUD de 2021;
- m) 23ª ROCOAUD de 2021;
- n) 24ª ROCOAUD de 2021;
- o) 25ª ROCOAUD de 2021;
- p) 27ª ROCOAUD de 2021;
- q) 2ª RECOAUD de 2021;
- r) 1ª ROCOAUD de 2022;
- s) 2ª ROCOAUD de 2022;
- t) 1ª RECOAUD de 2022;
- u) 5ª ROCOAUD de 2022;
- v) 6ª ROCOAUD de 2022;
- w) 7ª ROCOAUD de 2021;
- x) 8ª ROCOAUD de 2021;

y) 9ª ROCOAUD de 2022;

z) 11ª ROCOAUD de 2022.

5.2. Nossa avaliação sobre os controles internos considerou a forma da companhia de identificar, monitorar e atuar sobre os controles através do escopo planejado e dos resultados dos trabalhos elaborados pelos auditores internos, auditores independentes, área de controles internos, área de governança corporativa e pela área de integridade, apresentados a este Colegiado.

5.3. A empresa atualmente demonstra um alto índice de inconsistências de controles. Sobre este, ao longo do período, já se vê melhorias quando comparado com os períodos anteriores, cujo indicadores eram ainda menos favoráveis. Todavia o mais importante é a percepção estratégica de apetite a risco da companhia. Este colegiado não fez, ou fará, qualquer recomendação sobre qual apetite deveria ser considerado. Mas reconhecemos que a análise sobre o tema é mandatória para uma entidade de tamanha relevância para a população, e inserida em um ambiente de negócios supercompetitivo como o de logística, possa atuar de forma mais consistente e uniforme sobre os desafios comerciais futuros.

5.4. Assim, concluímos com base nas informações compartilhadas com este Colegiado, que a instituição ainda possui riscos altos e muito altos identificados não tratados, bem como controles testados que requerem melhorias. Tais ações, apesar de coordenadas e patrocinadas pela alta administração, devem ser tratadas pela média gerência nas áreas onde tais inconsistências foram identificadas. E estes devem dar o tratamento recomendado pelos órgãos de revisão e análise de controle, o quanto antes, visando mitigar o risco. Recomendamos, ainda, que a análise estratégica e de risco permaneçam alinhadas visando a elaboração de uma estratégia consciente dos riscos controlados assumidos.

6. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

6.1. Quanto à supervisão das atividades do auditor interno, o Colegiado apreciou o tema algumas vezes, em diversos aspectos, nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

a) 3ª ROCOAUD de 2021;

b) 7ª ROCOAUD de 2021;

c) 8ª ROCOAUD de 2021;

d) 9ª ROCOAUD de 2021;

e) 10ª ROCOAUD de 2021;

f) 14ª ROCOAUD de 2021;

g) 16ª ROCOAUD de 2021;

h) 19ª ROCOAUD de 2021;

i) 2ª RECOAUD de 2021;

j) 6ª ROCOAUD de 2021;

k) 7ª ROCOAUD de 2021;

l) 8ª ROCOAUD de 2021;

m) 9ª ROCOAUD de 2021;

n) 10ª ROCOAUD de 2021;

o) 12ª ROCOAUD de 2021.

6.2. Nossa avaliação sobre a auditoria interna considerou o escopo definido no planejamento

dos auditores, cada abordagem adotada para as diversas áreas em que os auditores atuaram, os resultados apresentados no relatório de auditoria interna e as apresentações feitas pelo auditor responsável a este, e a outros colegiados.

6.3. A auditoria interna demonstrou diligência e zelo na elaboração de seus trabalhos. Todavia, as diversas mudanças ocorridas na liderança da Auditoria no período pode ter comprometido a fluidez e continuidade dos trabalhos. Planos elaborados e não integralmente implementados, volume alto de pontos de auditoria sem resposta e dificuldade de reter a equipe treinada nos níveis que a auditoria exige, podem ter comprometido a conclusão em tempo de alguns dos trabalhos.

6.4. Ainda assim, a percepção sobre os trabalhos de auditoria é razoável e, concluímos, com base nas informações compartilhadas com este colegiado, que o trabalho da auditoria interna é aceitável para o período analisado. Todavia, recomendamos que a gestão priorize a longevidade e perenidade do departamento visando garantir equipe treinada e gestão continuada dos processos. Recomendamos ainda que a auditoria envide esforços para visitar os pontos de controle passados a fim de dar uma resposta definitiva para os riscos identificados.

7. SUPERVISÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Quanto à supervisão da elaboração das demonstrações financeiras, o Colegiado apreciou o tema diversas vezes, em inúmeros aspectos, nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

- a) 2ª ROCOAUD de 2021;
- b) 4ª ROCOAUD de 2021;
- c) 6ª ROCOAUD de 2021;
- d) 9ª ROCOAUD de 2021;
- e) 10ª ROCOAUD de 2021;
- f) 12ª ROCOAUD de 2021;
- g) 14ª ROCOAUD de 2021;
- h) 15ª ROCOAUD de 2021;
- i) 20ª ROCOAUD de 2021;
- j) 22ª ROCOAUD de 2021;
- k) 26ª ROCOAUD de 2021;
- l) 27ª ROCOAUD de 2021;
- m) 1ª RECOAUD de 2022;
- n) 5ª ROCOAUD de 2022;
- o) 10ª ROCOAUD de 2022;
- p) 11ª ROCOAUD de 2022;
- q) 12ª ROCOAUD de 2022.

7.2. Nossa avaliação sobre as demonstrações financeiras considerou a habilidade e empenho das equipes de elaboradores envolvidos, a qualidade da informação contida nos relatórios para o usuário, a aderência ao mesmo quanto às normas contábeis geralmente aceitas, o parecer dos auditores independentes e outros aspectos gerais e estratégicos trazidos ao conhecimento deste Colegiado.

7.3. As demonstrações financeiras, anuais e intermediárias, por nós analisadas tiveram uma evolução sistemática. Isso se deu por conta de um perceptível esforço da administração, em especial da equipe financeira-contábil, que assumiu uma postura propositiva visando a melhoria contínua nos processos de elaboração das demonstrações financeiras. Todavia, é importante reforçar que tal processo de melhoria deve ser encarado de forma contínua e ainda há oportunidades para melhorar os relatórios financeiros, garantindo ainda mais transparência e relevância para os usuários da informação.

7.4. Assim, concluímos com base nas informações compartilhadas com este Colegiado, que as demonstrações financeiras elaboradas no período deste relatório não apresentaram nenhuma distorção relevante e estavam adequadas para a deliberação do CA, conforme nossa recomendação há época. E recomendamos que o esforço de melhoria contínua siga sendo referência para a elaboração das demonstrações financeiras futuras.

8. MONITORAMENTO DAS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

8.1. Quanto ao monitoramento das transações com Partes relacionadas, o Colegiado apreciou o tema na reunião documentada na ata abaixo:

a) 3ª ROCOAUD de 2022.

8.2. Nossa avaliação sobre as transações com partes relacionadas se limitou às informações divulgadas nas demonstrações financeiras, bem como a política de transações com partes relacionadas da instituição, trazidos ao conhecimento deste Colegiado.

8.3. E com base nestas informações apresentadas, concluímos que não há qualquer inadequação aparente nas transações com partes relacionadas. Todavia, recomendamos que, para uma maior aderência ao inciso VI, §1º, do artigo 24 da lei 13.303/2016, a Administração e a Auditoria Interna tenham um escopo conjunto de monitoramento das transações com partes relacionadas.

9. RAZOABILIDADE DOS PARÂMETROS QUE FUNDAMENTAM OS CÁLCULOS ATUARIAIS E RESULTADOS ATUARIAIS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

9.1. Quanto ao monitoramento dos parâmetros que fundamentam os cálculos atuariais, bem como os resultados atuariais dos planos de benefício, o Colegiado apreciou o tema nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

a) 11ª ROCOAUD de 2021;

b) 15ª ROCOAUD de 2021;

c) 27ª ROCOAUD de 2021;

d) 28ª ROCOAUD de 2021;

e) 1ª ROCOAUD de 2022;

f) 3ª ROCOAUD de 2022;

g) 4ª ROCOAUD de 2022;

h) 1ª RECOAUD de 2022;

i) 5ª ROCOAUD de 2022;

j) 7ª ROCOAUD de 2022;

k) 10ª ROCOAUD de 2022.

9.2. Nossa avaliação sobre as parâmetros que fundamentam os cálculos atuariais, bem como os resultados atuariais dos planos de benefício, considerou os relatórios elaborados pelas empresas de consultoria atuária da patrocinada e dos Correios, dos relatórios da auditoria interna da patrocinada e dos Correios, das áreas de relacionamento com partes relacionadas e de controles internos dos Correios, trazidos ao conhecimento deste Colegiado.

9.3. Do ponto de vista dos cálculos, não nos foi percebida qualquer evidência de que o passivo atuarial apresentado pelos Correios tivesse alguma inadequação. Há uma diferença de metodologia entre o cálculo aplicado pela empresa atuaria contratada pelos Correios e o cálculo da empresa contratada pela patrocinada que é inerente às normativas que cada entidade deve seguir. Todavia, foram percebidos pontos de controle pelas auditorias da patrocinada e do Correios que não tiveram mitigação e que a permanência dos mesmos sem resposta satisfatória podem gerar distorções materiais para as informações financeiras apresentadas.

9.4. E com base nestas informações apresentadas, concluímos que quanto às diferenças de cálculos inerente às metodologias que cada entidade deve adotar, não há inconsistência sobre isso, porém recomendamos que nas demonstrações do Correios conste os parâmetros divergentes e o impacto que a diferença entre os cálculos resultaria. E sobre os pontos de controle identificado pelas auditorias das duas entidades, recomendamos que a atue de maneira conclusiva visando a solução de tais pontos de forma definitiva.

10. RECEBIMENTO DE DENÚNCIAS

10.1. Quanto ao recebimento de denúncias, o Colegiado apreciou o tema nas reuniões documentadas nas atas abaixo:

- a) 3ª ROCOAUD de 2021;
- b) 6ª ROCOAUD de 2021;
- c) 13ª ROCOAUD de 2021;
- d) 18ª ROCOAUD de 2021;
- e) 19ª ROCOAUD de 2021;
- f) 22ª ROCOAUD de 2021;
- g) 24ª ROCOAUD de 2021;
- h) 1ª ROCOAUD de 2022;
- i) 2ª ROCOAUD de 2022;
- j) 6ª ROCOAUD de 2022;
- k) 8ª ROCOAUD de 2022;
- l) 10ª ROCOAUD de 2022;
- m) 11ª ROCOAUD de 2022;
- n) 12ª ROCOAUD de 2022.

10.2. O recebimento de denúncias ao COAUD se dá através de canal próprio recém criado no *site*, bem como por *e-mails* diretamente enviados aos membros do Comitê (*e-mails* disponíveis também no *site* da instituição), no seguinte endereço: <https://www.correios.com.br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/comite-de-auditoria>.

10.3. As denúncias recebidas pelo COAUD, quando não atribuídas à Ouvidoria ou à Presidência,

são compartilhadas com a Ouvidoria para que operacionalize junto às áreas as soluções requeridas. E o COAUD acompanha essas denúncias recorrentemente visando a resposta.

10.4. Até o momento, não houve qualquer denúncia à Presidência ou à Ouvidoria.

Brasília-DF, na data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)

TIAGO FANTINE MAGALHÃES

Presidente do Comitê de Auditoria

(assinado eletronicamente)

VICTOR CASTRO REIS

Membro do Comitê de Auditoria



Documento assinado eletronicamente por **Victor Castro Reis, Membro Coaud**, em 15/08/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Fantine Magalhaes, Membro Coaud**, em 15/08/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32826849** e o código CRC **20EEA860**.



RELATÓRIO - Nº 25018176/2021

COAUD

Processo nº 53180.016268/2020-19**Assunto:** Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria, período de agosto de 2019 a dezembro de 2020.**APRESENTAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria dos Correios (COAUD), este relatório tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos, no âmbito de suas atribuições, no período compreendido entre agosto de 2019 e dezembro de 2020.

O COAUD é um órgão estatutário de caráter permanente que atua como assessoria ao Conselho de Administração (CA) no que se refere ao monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos e da efetividade das auditorias interna e independente, tendo, entre suas competências, descritas no Regimento Interno do Comitê, a de:

“elaborar e submeter ao CA, relatório semestral sobre: as atividades desempenhadas pelo COAUD; a descrição das recomendações e conclusões apresentadas à Diretoria Executiva (DIREX) e os resultados alcançados; a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno, da auditoria interna, dos trabalhos da auditoria independente, da qualidade das demonstrações financeiras; e eventuais divergências entre a auditoria independente, Diretoria Executiva e o COAUD, relativas as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros”.

O COAUD atua com autonomia operacional no exercício de suas funções, em linha com o que prevê a Lei 13.303/2018 (art. 24, § 7º), executando seus trabalhos como órgão consultivo e de assessoramento, sem exercer poder deliberativo ou atribuição executiva.

No período compreendido entre agosto/2019 e dezembro/2020, o COAUD reuniu-se semanalmente, em regra, com a participação de representantes das auditorias interna e independente, diretoria executiva, assessoria da Presidência e de outras áreas da estrutura organizacional, conforme definido em pauta previamente estabel

As informações deste documento estão estruturadas, conforme abaixo discriminado:

Bloco I – Atividades Desenvolvidas

Bloco II – Avaliação das atividades de Gestão de Riscos e *Compliance*

Bloco III – Avaliação da Efetividade da Auditoria Independente

Bloco IV – Avaliação da Efetividade da Auditoria Interna

Bloco V – Avaliação da Qualidade das Demonstrações Financeiras

BLOCO I - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**Principais atividades e responsabilidades do Comitê**

As informações prestadas foram embasadas nos normativos internos, legislações vigentes, relatórios e notas técnicas integrantes dos processos abrangidos pelo seu campo de atuação, conforme abaixo especificado:

Auditoria Interna

O COAUD analisa, monitora e avalia os processos executados pela Auditoria Interna e sua efetividade, mediante a realização de reuniões periódicas e análise dos relatórios que serão submetidos ao Conselho de Administração.

Uma das prerrogativas, no exercício de suas funções, é assegurar que os trabalhos da Auditoria Interna sejam conduzidos e implementados de maneira autônoma e independente.

Por meio da apreciação dos relatórios gerenciais, de trabalhos de auditoria, de *follow-up* (segmentado por Área) e demais documentos elaborados pela auditoria, são avaliadas a qualidade das informações referentes aos trabalhos executados, bem como o cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações formuladas pelos auditores internos. Ao discutir os resultados apresentados com representantes da Auditoria Interna, eventualmente são formuladas oportunidades de aprimoramento.

Auditoria Independente

Compete à auditoria independente, representada no período sob análise pela BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples até dezembro/2019 e, posteriormente, pela Crowe Consult Auditores Independentes, a partir de janeiro de 2020, a revisão das demonstrações contábeis anuais e trimestrais da Empresa, a serem apreciadas pela Assembleia Geral.

Os relatórios contendo as opiniões da auditoria independente são levados ao conhecimento do COAUD trimestralmente, contemplando os resultados das análises, eventuais vulnerabilidades detectadas e respectivas recomendações e a avaliação sobre a autenticidade e fidedignidade das demonstrações contábeis apresentadas, em relação às normas aplicáveis e práticas geralmente aceitas no Brasil. Posteriormente, a matéria é pautada em reunião para esclarecimentos adicionais.

O COAUD supervisiona e fiscaliza as atividades executadas pelos auditores independentes, avaliando sua independência, qualidade dos serviços prestados, alinhamento de tais serviços às necessidades da Empresa e a efetividade dos resultados, inclusive quanto à verificação de cumprimento das normas internas e externas aplicáveis.

Com o objetivo de otimizar o processo de avaliação da auditoria independente, por meio do Despacho nº (15260583), vinculado ao SEI nº 53.180.022717/2020-50, o COAUD encaminhou ficha de avaliação, direcionada às áreas que atuaram, diretamente, com o corpo técnico da BDO RCS Auditores Independentes.

Gestão de Riscos

O COAUD mantém um canal regular de comunicação com o gestor do Departamento de *Compliance* e Riscos, permitindo discussão aberta acerca dos resultados obtidos e dos enfrentamentos para gerenciar a exposição da Empresa a riscos.

Os relatórios submetidos ao Conselho de Administração, em periodicidade trimestral, são previamente analisados pelo COAUD.

Nos debates estabelecidos, o Comitê apresenta recomendações de ações corretivas sempre que necessário, registrando tais fatos em atas.

Gestão de Controles Internos

A supervisão dos Controles Internos consiste em analisar e avaliar os aspectos relativos ao gerenciamento e ao mecanismo aplicado para controle dos processos, bem como acompanhar a proposta e o monitoramento dos resultados do Plano Anual de Controle Interno – PACIN.

Com base nas informações pautadas pelo gestor da Área, o Comitê emite, quando há necessidade, recomendações para buscar maior efetividade dos resultados no desempenho do processo, propondo o alinhamento com outras áreas e solicitando, se necessário, informações adicionais. Nessa mesma linha, é verificada se a eficácia dos controles condiz com a opinião dos auditores internos e independentes.

Demonstrações Financeiras / Divulgação de Informações

O acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da Empresa é realizado por meio de reuniões periódicas com as áreas intervenientes, em especial da diretoria de Gestão Estratégica de Tecnologia e Finanças.

O Comitê analisa a qualidade e a integridade dos relatórios e notas explicativas, assegurando que as informações levadas ao conhecimento do Conselho de Administração sejam apresentadas de forma fidedigna e transparente. A consistência dos dados é avaliada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e demais dispositivos regulatórios.

Ouvidoria e Canal de Denúncia

A função precípua da Ouvidoria é assegurar um canal de relacionamento entre a Empresa e os diversos públicos de interesse, em especial os clientes.

O papel do COAUD na supervisão de efetividade da Ouvidoria consiste em analisar os procedimentos para recepção e tratamento das denúncias, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do anonimato e garantia de confidencialidade.

As planilhas de denúncias consolidadas são apresentadas com regularidade mensal e a matéria é pautada, no mínimo trimestralmente, para discussões e esclarecimentos adicionais.

Transações com Partes Relacionadas

O Comitê de Auditoria, em conjunto com o Conselho de Administração, Diretoria Executiva de Governança e Auditoria Interna, avalia e monitora a adequação e transação com partes relacionadas, bem como situações de potencial conflito de interesse.

Para desempenhar suas atividades, o COAUD se relaciona constantemente com os demais órgãos da empresa, em reuniões regulares.

Desse modo, consolida canais de comunicação para o recebimento de informações, recomendações, ações corretivas e preventivas, considerando diferentes aspectos de dados para o adequado embasamento dos reportes ao Conselho de Administração

Reuniões

Com órgãos colegiados ou seus membros

Presidente dos Correios	<p>4ª ROCAUD/2019, em 31/01/2019 – Reunião com o Presidente para apresentação do relatório de atividades do COAUD.</p> <p>29ª ROCAUD/2019, em 01/08/2019 - Intercorrências ocasionadas após análise do Relatório Consolidado 2018 (CGPAR nº 22/2018).</p>
	<p>7ª ROCA/2019, em 29/08/2019 – Acompanhamento da aprovação, pelo colegiado, do Plano de Metas para atendimento à CGPAR nº 22/2018.</p> <p>8ª ROCA/2019, em 25/04/2019 – Acompanhamento dos resultados de controle interno, referente ao 2º trimestre de 2019.</p> <p>10ª ROCA/2019, 31/10/2019 – apresenta o Relatório nº 7/2019 - COAUD - Atividades desempenhadas pelo Comitê no decurso do 1º semestre/2019.</p> <p>11ª ROCA/2019, em 29/11/2019 – foi apresentado, pela área financeira, o resultado econômico-financeiro até 09/2019 (3º trimestre) e o relatório da Auditoria Independente.</p> <p>12ª ROCA/2019, em 19/12/2019 – acompanhamento da apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT, referente ao exercício 2020, pelo Chefe de Auditoria, João Marcelo da Silva.</p> <p>1ª ROCA/2020, em 30/01/2020 - acompanhamento da apresentação do Ativo Fiscal Diferido nas Demonstrações Contábeis dos Correios em 31/12/2019.</p> <p>14ª ROCAUD/2020, em 05/04/2020 - Reunião com o Presidente do Conselho de Administração em</p>

	<p>abordagem aos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auditoria Consultiva 424/2019 – AUDIT; • Solicitação de destituição do Auditor Chefe dos Correios; • Seguro Responsabilidade Civil na Modalidade D&O; • Questionário sobre Riscos; • Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria; • Projeto FIPECAFI; • Ativo Fiscal Diferido; • Avaliação de Desempenho.
Reunião Diretoria Executiva	2ª REDIR/2019 – Reunião para tratativas do relatório da Auditoria Independente sobre o Postalis.
	4ª ROCAUD/2019 – Reunião com o Presidente para apresentação do relatório de atividades do COAUD.
	17ª REDIR, em 30/04/2019 - Exposição sobre o tema “Gestão de Risco”.
Conselho Fiscal	<p>3ª ROCF/2019, em 29/03/2020 - Para apresentação do relatório semestral de 2018;</p> <p>9ª ROCF/2019, em 11/10/2019 – Participação da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal</p>

Reuniões com órgãos internos ou externos

Reunião/Data	Assunto
29ª ROCAUD/2019, em 01/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Consequência da Auditoria Interna, aprovada na 7ª ROCA/2019;
30ª ROCAUD/2019, em 08/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da BDO Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao 2º Trimestre/2019; • Análise da matriz de risco e política de consequência corporativa; • Avaliação das Demonstrações Financeiras 2º Trim/2019; • Relatório de Avaliação Empresarial e Margem de Contribuição.
31ª ROCAUD/2019, em 16/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Consequência da Auditoria Interna; • Resultado/Acompanhamento PAINT/2019; • Relatórios de Auditoria Interna; • Monitoramento/Follow-up (Postal Saúde e Postalis); • Reprogramação no Desenvolvimento do PDG; • Resultados PACIN/2019; • Plano de Mitigação das Indenizações.
32ª ROCAUD/2019, em 29/08/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Ouvidoria, referente ao 2º trimestre/2019 e Canal de Denúncia; • Plano Anual de Supervisão das Entidades – PASEN/2019; • Relatório Gerencial das Atividades de Auditoria Interna relativo ao mês de agosto/2019.
33ª ROCAUD/2019, em 05/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa dos itens 1 a 5 do Relatório Nº 5/2018 – COAUD; • Proposta de melhoria no modelo de gestão da Postal Saúde; • Resolução CGPAR nº 9/2016; • Avaliação de Desempenho da Auditoria Interna.
34ª ROCAUD/2019, em 12/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento Postal Saúde; • Plano de Ação para Sustentabilidade da Postal Saúde; • Reprogramação do PDG/2019; • Denúncia da Revista Carta Capital;

	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico de Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade; • Resolução CGPAR nº 9/2016.
35ª ROCAUD/2019, em 18/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Contingência/provisionamento dos processos judiciais; • Avaliação do imobilizado e das normas internacionais de contabilidade; • Relatório 1º Semestre/2019 – COAUD.
36ª ROCAUD/2019, em 27/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação RAE e RAIE - AGO/2019; • Orçamento PAC MINI; • Relatório Gerencial de Auditoria Interna; • Projeto Estratégico - Aprimoramento da Gestão da Capacidade, Estimativa de Esforço e Controle do Ciclo de Desenvolvimento de Sistemas (IE - 7.1.3); • Denúncia Anônima.
37ª ROCAUD/2019, em 11/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação RAE e RAIE (Agosto/2019); • Orçamento; • PAC MINI; • Exclusão de "pai/mãe" da Postal Saúde; • Estruturação do Novo Plano de Saúde; • Status dos Relatórios de Diagnóstico das Entidades; • Matriz de Riscos (AUDIT); • Relatório Gerencial Setembro/2019.
38ª ROCAUD/2019, em 17/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz de Riscos da Auditoria; • PAINT/2020; • Relatório Gerencial SET/2019; • Contingenciamento / Provisionamento; • Demonstrações Contábeis; • Fechamento do Relatório Semestral (1º/2019).
39ª ROCAUD, em 23/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Gerencial das Atividades de Auditoria; • Reunião com o Presidente do Conselho de Administração.
40ª ROCAUD, em 31/10/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados das Demonstrações Contábeis 3º Trimestre/2019; • Relatório de Diagnóstico das Entidades.
41ª ROCAUD, em 07/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Resultado das Demonstrações Contábeis - Contingenciamento de Processos Judiciais; • Plano de Auditoria Interna - PAINT/2020; • Encaminhamento de Papéis de Trabalho na Postal Saúde; • Gestão de Riscos e Política de Consequências; • Gerência de Relacionamento com as Entidades.
42ª ROCAUD, em 13/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrações Financeiras - 3º Trimestre/2019; • Postal Saúde; • Auditoria Independente; • <u>RAI 1/2019</u>; • Relatório de Monitoramento - Follow-up - 2º trimestre/2019; • Auditoria Interna.
43ª ROCAUD, em 22/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de Controle Interno; • Relatório de Supervisão do Postalis; • Relatório ativo justo 2019; • Resultado Econômico-Financeiro (PDG e OI) e RAE e RAIE • Mês de Outubro/2019; • 3º trimestre/2019; • Relatório Gerencial de Auditoria Interna.
44ª ROCAUD, em 29/11/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização da Auditoria; • Relatório - Auditoria Externa de Contas Assistenciais - RAI-004/2018;

	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de monitoramento - Follow up 2º trim/2019.
45ª ROCAUD, em 04/12/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura das atas das 38ª, 39ª, 40ª e 41ª Reuniões Ordinárias do Comitê de Auditoria /2019, aprovação dos textos e assinatura dos documentos; • Avaliação de Desempenho Coletiva; • Plano de Trabalho do Comitê de Auditoria referente ao exercício 2020; • Calendário das Reuniões Ordinárias para o ano de 2020; • Sugestão de alteração no Regimento Interno do Comitê de Auditoria; • Relatório de Acompanhamento (Racom) Tribunal de Contas da União - Prorrogação de contratos de franquia postal - Processo nº 53180.051944/2019-59; • Priorização da Auditoria.
46ª ROCAUD, em 12/12/2019	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Compliance</i> e Política de Conseqüência ; • Atualização Estratégia Correios; • Indicadores Setoriais.
47ª ROCAUD, em 19/12/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta da Política Corporativa de Conseqüências; • Governança e Relacionamento com as Entidades.
48ª ROCAUD, em 20/12/2019	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento da Gestão da Capacidade, Estimativa de Esforço e Controle do Ciclo de Desenvolvimento de Sistemas (IE - 7.1.3); • Contingências Judiciais.
1ª ROCAUD, em 09/01/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e assinatura das atas da 47ª e 48ª Reuniões Ordinárias de 2019; • Posse do novo membro do COAUD; • Reporte VESTING Consultoria Financeira e Atuarial; • Reunião com o Diretor de Governança.
2ª ROCAUD, em 16/01/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e assinatura da ata da 1ª Reunião Ordinária de 2020; • Atividades de Auditoria Interna; • Apresentação Projeto Margem de Contribuição - FIPECAFI; • Metodologia das taxas de desconto do benefício pós-emprego; • Seguro Responsabilidade Civil (D&O).
3ª ROCAUD, em 23/01/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Ativo Fiscal Diferido; • Precificação de ativos emitidos pela VESTING; • Avaliação atuarial e contábil de benefício pós-emprego; • Proposta dos Indicadores Setoriais para o exercício 2020.
4ª ROCAUD, em 30/01/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e assinatura da ata da 3ª ROCAUD/2020, realizada no dia 23/01/2020; • Atividades 4º Trimestre/2019 da Ouvidoria; • Relacionamento com as Entidades
5ª ROCAUD, em 03/02/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 4ª ROCAUD, realizada em 30/01/2020. A ata foi lida para posterior assinatura; • Acompanhamento das Atividades de Controle interno; • PACIN/2020; • Acompanhamento das Atividades de Auditoria Interna; • Contingências Judiciais; • Gestão de <i>Compliance</i> e Riscos; • Seguro Responsabilidade Civil – D&O; • Plano de trabalho referente ao próximo ano (2020); • Relatório Semestral do COAUD 2º Semestre.
6ª ROCAUD, em 07/02/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 5ª ROCAUD, realizada em 03/02/2020. A ata foi lida para posterior assinatura; • Ativo Fiscal Diferido.
7ª ROCAUD, em	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 6ª ROCAUD, realizada em 07/02/2020. A ata foi lida para posterior assinatura;

21/02/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Ativo Fiscal Diferido; • Apresentação do Relatório Gerencial de Auditoria; • Apresentação do Relatórios de Auditoria – RAIN/2019.
8ª ROCAUD, em 27/02/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 7ª ROCAUD, realizada em 21/02/2020. A ata foi lida para posterior assinatura; • Apresentação dos Relatórios da Postal Saúde; • Acompanhamento Follow-up/4º Trimestre/2019; • Apresentação do Plano Anual de Auditoria Interna 2020 – PAA; • Auditoria do Processo Atendimento; • Seguro Responsabilidade Civil (D&O); • Plano de Trabalho de Governança Corporativa; • Contingências dos Processos Judiciais; • Governança e Relacionamento com as Entidades
9ª ROCAUD, em 06/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 8ª ROCAUD, realizada em 27/02/2020; • Demonstrações Financeiras (<i>impairment</i>).
10ª ROCAUD, em 13/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 9ª ROCAUD, realizada em 06/03/2020. A ata foi lida para posterior assinatura; • Demonstrações Financeiras/2019; • Verificação dos Laudos da Carteira Imobiliária; • Cálculo Atuarial da Taxa de Desconto do Benefício Pós-emprego; • Atividades de Auditoria Interna.
11ª ROCAUD, em 20/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 10ª ROCAUD, realizada em 13/03/2020. A ata foi lida e será posteriormente assinada; • Fechamento das Demonstrações Financeiras; • Informações Gerais sobre a Postal Saúde; • Apresentação do PACRI/2020.
12ª ROCAUD, em 26/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura da Ata da 11ª ROCAUD, realizada em 20/03/2020. A ata foi lida e será posteriormente assinada; • Laudos da Carteira Imobiliária (<i>impairment</i>); • Contingências dos Processos Judiciais; • Cronograma para fechamento dos balanços financeiros; • Parecer CGPAR 9/2016; • Governança e Relacionamento com as Partes Relacionadas.
13ª ROCAUD, em 03/04/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Contingências dos Processos Judiciais; • Laudos da Carteira Imobiliária.
14ª ROCAUD, em 05/04/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Presidente do Conselho de Administração.
15ª ROCAUD, em 23/04/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Contingência dos Processos Judiciais; • Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>); • Ativo Contingente Registrado; • Benefício pós-emprego; • Continuidade Operacional; • Relatório de <i>Compliance</i> e Risco; • Política de Consequências.
16ª ROCAUD, em 30/04/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição do sócio da BDO responsável pela interlocução com a ECT; • Ressalvas consignadas nos relatórios de 2019; • Contingência dos Processos Judiciais; • Reavaliação de ativos (<i>impairment</i>); • Ativo Contingente; • Benefício pós-emprego; • Continuidade Operacional; • Relatório de Controle Interno – RACIN/2019;

	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de Auditoria Interna.
17ª ROCAUD, em 08/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Econômico-Financeiros relativos a janeiro e fevereiro de 2019.
18ª ROCAUD, em 15/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento Follow-Up da Postal Saúde; • Demonstrações Financeiras 1º trimestre/2019; • Metodologia do Indicador de Qualidade das DFs; • Plano de Trabalho de 2019 da Auditoria Independente; • Renovação de Contrato da Vesting; • Avaliação de Desempenho dos Dirigentes; • Seguro D&O; • Alimentação de Dirigentes; • Contratação da Empresa de <i>Headhunter</i>
19ª ROCAUD, em 24/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia do Indicador de Qualidade das DFs; • Projeção da Receita Realizada; • Avaliação da Carteira Imobiliária; • Relatório Gerencial da Auditoria Interna; • Resultados Econômico-financeiros de abril; • Acompanhamento das Contingências IUS; • Ações de Sustentabilidade; • Apresentação do novo Ouvidor.
20ª ROCAUD, em 30/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Análise qualitativa das pendências de follow-up por diretoria; • Avaliação de Dirigentes; • Diagnóstico para Elaboração do Plano de Trabalho da Ouvidoria; • Gestão de Riscos.
21ª ROCAUD, em 06/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação de Empresa para análise da RTSA; • Análise qualitativa das pendências de follow-up; • Demonstrações Financeiras e Atuariais – Postalis.
1ª RECOAUD, em 29/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrações Financeiras Correios - Exercício 2019.
22ª ROCAUD, em 14/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Contingências; • Contratação de Empresa de Headhunter; • Relatório de Acompanhamento das Contingências; • Relatório de Desempenho Empresarial - ABRIL/2019, Programas de Dispêndios Globais 2020 e PPA 2020/2023; • Programa de Dispêndios Globais 2020 e PPA 2020/2023.
23ª ROCAUD, em 14/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento (Follow-up) da Postal Saúde, referente ao 1º trimestre/2020. • Eleição de membro do Comitê de Auditoria
24ª ROCAUD, em 28/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes para elaboração do PAINT/2021 (Nota Técnica nº 13140882); • Relatório Gerencial das Atividades de Auditoria, relativas aos meses de maio e junho de 2020; • Revisão do Sistema de Formação de Preços de Serviços Concorrenciais
25ª ROCAUD, em 06/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório consolidado em cumprimento à Resolução CGPAR nº 22/2018 (Relatório nº 5/2020 – SEI 13544260) – Processo SEI Nº 53.180.00043/2020-32; • Resolução CGPAR nº 9/2016.
26ª ROCAUD, em 16/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da Apólice do Seguro D&O; • Acompanhamento do Plano de Controle Interno – PACIN/2020

27ª ROCOAUD, em 30/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Monitoramento Trimestral das Ações de Compliance e Riscos; • Relatório das Ações de <i>Compliance</i>; • Relatório das Ações do Plano Anual de <i>Compliance</i> e Riscos - PACRI/2020; • Apresentação do Relatório Trimestral da Ouvidoria; • Minuta das Demonstrações Contábeis, relativas ao 1º trimestre/2020 e Resultados Econômico-Financeiros, relativos à JUN/2020; • Demonstrações Contábeis, relativas ao 1º trimestre/2020.
28ª ROCOAUD, em 30/07/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Participação da 6ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.
29ª ROCOAUD, em 07/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Informações acerca da Resolução CGPAR 9/2016; • Plano de Ação para solução das ressalvas da BDO Auditores Independentes; • Correção no Orçamento de Deslocamento para Auditorias Internas a serem realizadas no exercício 2021.
30ª ROCOAUD, em 14/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Planejamento para Elaboração do Plano de Auditoria Interna - PAINT/2021; • Contingências dos Processos Judiciais; • Relatório Plano de Ações para solução das Ressalvas da BDO Auditoria Independente.
3ª RECOAUD, em 20/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos Termos da Apólice do Contrato do Seguro D&O.
31ª ROCOAUD, em 21/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão da Auditoria da Postal Saúde; • RAI 003/2019 – Regulação e Autorização; • RAI 004/2019 – Credenciamento e Gestão da Rede; Relatório de Monitoramento – 2º trimestre de 2020; • Readequação dos Valores relativos ao Orçamento de Investimento para o exercício de 2020; • Resultados Econômico-Financeiros JUL/2020; • Supervisão da Auditoria Interna; • Plano de Trabalho do Chefe da Auditoria Interna.
32ª ROCOAUD, em 28/08/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação da Auditoria Independente; • Supervisão da Auditoria Interna da Postal Saúde; • Relatório da RAI 004/2019 – Credenciamento e Gestão da Rede; • Relatório da RAI 004/2019 – Credenciamento e Gestão da Rede.
33ª ROCOAUD, em 04/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório da RAI 004/2019 – Credenciamento e Gestão da Rede.
34ª ROCOAUD, em 10/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Presidente do Conselho de Administração; • Indicador de Qualidade das Demonstrações Financeiras;
35ª ROCOAUD, em 18/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de Supervisão das Entidades; • Acompanhamento das demandas dos órgãos externos (CGU e TCU), Auditoria Interna e Auditoria Independente; • Acompanhamento do Sistema Follow-up (Auditoria Interna); • Acompanhamento das Atividades de Auditoria Interna; • Resultados Econômico-Financeiros (Agosto/2020); • Plano de Ação para enfrentamento das ressalvas da Auditoria Independente.

36ª ROCOAUD, em 24/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Canal de Denúncias – Ouvidoria
37ª ROCOAUD, em 02/10/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Matriz de Risco de Auditoria; • Monitoramento do Plano de Ações das Ressalvas da Auditoria Independente;
38ª ROCOAUD, em 23/10/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Gerencial das Atividades de Auditoria Interna; • Resultados Econômico-Financeiros relativos a setembro/2020; • Relatório Trimestral de Monitoramento de <i>Compliance</i> e Risco; • Contratação da Auditoria Independente (Extra pauta).
39ª ROCOAUD, em 29/10/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Atividades da Ouvidoria – 3º trimestre/2020.
40ª ROCOAUD, em 05/11/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrações Contábeis – 2º trimestre/2020.
41ª ROCOAUD, em 13/11/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Estatuto da Auditoria Interna
42ª ROCOAUD, em 20/11/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Gerencial das Atividades da Auditoria Interna; • Resultados Econômicos - Financeiros relativos a outubro/2020; • Avaliação da Estratégia Correios.
43ª ROCOAUD, em 03/12/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisão de Auditoria Interna da Postal Saúde – <i>Follow-up</i> 3º tri/2020; • Política de Divulgação de Informações Relevantes.
44ª ROCOAUD, em 12/12/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Gerencial de Auditoria Interna; • Plano Anual de Auditoria Interna de 2021 dos Correios; • Plano Estratégico dos Correios 2021/2025; • Projeto Coleta e Entrega Colaborativa (<i>Crowdshipping</i>).
45ª ROCOAUD, em 18/12/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório de Execução do Plano Anual de Controle Interno.

Relatórios/Pareceres Elaborados, no exercício de 2020

Relatório 1/2020 – Manifestação do Comitê de Auditoria (COAUD) sobre as ressalvas da Auditoria Externa (BDO RCS Auditores Independentes SS) às Demonstrações Financeiras da ECT – Processo SEI nº 53180.016268/2020-19

Parecer 2/2020 – Manifestação sobre o relatório 2/2020-GSUE-DRAEN (SEI 53180.000043/2020-32, elaborado em atendimento à Resolução CGPAR 22/2018).

Parecer 3/2020 – Processo nº 53180.016268/2020-19 – Manifestação sobre o relatório nº 3/2020-GSUE-DRAEN (SEI 12589854, de 10/03/2020, ref. Ao primeiro semestre de 2019, sobre a Postalís e seus planos de previdências, constante do SEI nº 53180.031279/2019-87).

Parecer 4/2020 – Manifestação sobre a Proposição de Homologação - Pregão Eletrônico nº 20000103/2020 - CS, referente à contratação da Auditoria Independente, nos termos da Lei nº 13.303/2016 (art. 24, §1º, Inciso I).

BLOCO II – AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Aspectos Gerais

Percebe-se uma grande evolução na estratégia de *compliance* e risco da Empresa, desde o primeiro relatório apresentado pelo COAUD, referente ao segundo semestre de 2018. Se, neste, por exemplo, o nível de maturidade da gestão de risco, variava entre iniciante e fragilizado, atualmente, verifica-se uma consolidação no trato das questões relativas aos tópicos acima indicados (*compliance* e risco), muito em função do bom trabalho desenvolvido pela equipe coordenada pela Chefe de Departamento Célia Regina Pereira de Lima Negrão. Reuniões constantes estão sendo feitas com o COAUD, no eixo de *Compliance* e de Gestão de Riscos. Em reunião realizada em 02/10/2020, entre as supramencionadas áreas, o COAUD foi atualizado sobre os principais aspectos que embasam o presente relatório.

Registra-se, nos termos do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS DOS CORREIOS - N° 19376268/2020 GRIS-DECRI Processo n° 53180.037194/2020-46 (Assunto: Relatório de Monitoramento de Riscos - 4° Trimestre), a aprovação do Plano Estratégico dos Correios, do Plano de Negócios Plurianual dos Correios e do Plano de Tratamento de Riscos Estratégicos para o período 2021/2025, pelo Conselho de Administração, na 12ª ROCA, ocorrida em 14/12/2020. Essa atualização, como o próprio documento indica, favorece o monitoramento dos riscos estratégicos e respectivas ações de tratamento e contribui para que os objetivos estratégicos tenham garantia razoável de execução.

Essa parte do trabalho desenvolvido pelo COAUD também aborda o PACIN e o meticoloso trabalho desenvolvido pelo Chefe de Departamento – DCINT/DIGOV, Sr. Nelson Rodrigues Soares. Diante da complexidade do enfrentamento feito, optou-se por trazer para este relatório os tópicos enfrentados por aquele.

COMPLIANCE

Política de Consequências

O DECRI concluiu, em março/2020, a consolidação da proposta final da Política Corporativa de Consequências dos Correios, fruto do trabalho conjunto das áreas relacionadas aos temas afetos às consequências éticas, disciplinares e administrativas, a exemplo da Comissão de Ética, Auditoria, Corregedoria e Diretoria de Gestão de Pessoas.

A Política de Consequências foi aprovada na 20ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, ocorrida em 27/05/2020, e na 6ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, em 25/06/2020, tendo sido publicada no site dos Correios (disponível em: <<https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/politicas>>).

Política de Transações com Partes Relacionadas

O DECRI concluiu a elaboração da Política de Transações com Partes Relacionadas. Essa Política tem por objetivo nortear os aspectos relacionados às Transações com Partes Relacionadas nos Correios, de modo a garantir que as decisões envolvendo essas situações resguardem os interesses da empresa, da União e da sociedade. A referida política encontra-se no SEI 53180.040949/2019-56.

Há informação de que esta Política vigora desde o dia 26/11/2020 e foi publicada em 21/12/2020.

Política de Divulgação de Informações Relevantes

O DECRI iniciou, em agosto/2020, estudos com vistas à criação da Política de Divulgação de Informações Relevantes dos Correios.

A referida política tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes, competências e responsabilidades que disciplinam o uso e a divulgação de informações relevantes à sociedade e demais partes interessadas, assegurando que as informações sobre a Empresa sejam prestadas com integridade, conformidade, transparência, tempestividade, confidencialidade e equidade.

A Política foi aprovada pelo Conselho de Administração na 12ª ROCA/2020, datada de 14/12/20 e foi publicada em 23/03/2021.

Instrução Normativa de Brindes, Presentes, Hospitalidades, Participação em Eventos e em Entretenimentos

Informa o DECRI que, após *benchmarking* realizados com diversas estatais e consulta às áreas internas dos Correios, com o intuito de diagnosticar os atuais procedimentos praticados na empresa quando do recebimento e/ou do oferecimento de brindes, presentes, hospitalidades, participação em eventos e em entretenimentos, aquele órgão elaborou proposta de instrução normativa (IN), de modo a implementar regramento sobre o tema na empresa, contendo preceitos e procedimentos para padronização deste processo.

A Presidência pediu à Comissão de Ética e ao SEJUR posicionamento prévio. Houve reunião com a Presidência para alinhamento prévio quanto as suas sugestões. O posicionamento oficial foi enviado dia 22/02/2021 para a DIGOV, que irá se

manifestar para posterior publicação.

2º *Workshop* de Riscos à Integridade

O 2º *Workshop* de Riscos à Integridade, realizado em 20 de outubro de 2020, em formato virtual, com a participação de representantes de todas as diretorias da empresa e abertura realizada pelo Diretor de Governança, evidencia o patrocínio da alta administração ao tema.

Na ocasião, foram apresentados os processos da nova cadeia de valor dos Correios, priorizados a partir de sua correlação com possíveis fatores de risco à integridade, tais como, não-conformidades, vulnerabilidades e irregularidades, reportados pelas áreas de Controle Interno, Segurança e Corregedoria.

O resultado do *workshop* foi apresentado na 16ª REDIR Extraordinária de 09/12/2020, retratando o mapeamento de 61 (sessenta e um) riscos à integridade e de 138 (cento e trinta e oito) ações de tratamento definidas pelas áreas (dados extraídos do sistema Ágatha em 07/12/2020), abrangendo ações de educação, de reorientação, de sistemas de TI e de melhorias em processos, dentre outras, as quais devem ser acompanhadas pelos respectivos gestores à luz de sua execução e efetividade na redução dos níveis de riscos.

Informações adicionais

Investimento em Equipamentos (aquisição de 59 novos equipamentos de raio x)

Os Correios fizeram investimento de cerca de R\$ 14 milhões na aquisição de aparelhos de raio x. Os primeiros aparelhos já foram instalados nos CEINTs do Rio de Janeiro (RJ) e de Valinhos, no interior de São Paulo. O COAUD, em face do alto investimento, anota como ponto de atenção o acompanhamento das instalações dos referidos equipamentos, para que se verifique a efetivação do investimento feito.

Lançamento do Plano de Desligamento Incentivado (PDI 2020)

O PDI trará consigo desafios de gestão do conhecimento e de otimização dos processos para minimizar o risco de redução do número de colaboradores atuando nos processos. Os custos do PDI têm impacto relevante no risco estratégico de insustentabilidade financeira. É uma rubrica a ser acompanhada, para que se constate a eficiência (ou não) da medida.

Análise e Prognósticos

Os Correios balizaram o encaminhamento de sua estratégia de acordo com o prognóstico da Secretaria de Política Econômica - SPE do Ministério da Economia, em face de posicionam firmado com vistas ao fim de 2020 e o início de 2021, partindo da premissa de que a economia estaria num movimento de retomada após a fase mais aguda da pandemia de covid-19. Segundo a SPE, a recuperação estaria sendo puxada pelo comércio e pela indústria no terceiro trimestre e seria liderada pelo setor de serviços no quarto trimestre de 2020. Informou-se, igualmente, que os fortes resultados da atividade econômica para outubro/20, mesmo com a redução do valor do auxílio emergencial, indicariam que a economia estaria voltando à normalidade, sinalizando que o crescimento continuará avançando no primeiro semestre de 2021 sem a necessidade de auxílios governamentais. Nesse sentido, mesmo diante de prognósticos positivos da economia e de aspectos favoráveis aos Correios, a recomendação era a de que os gestores ficassem atentos aos cenários atuais e futuros, aplicando lições aprendidas na melhoria da continuidade dos seus processos, controles e monitoramento de riscos e preparando-se para quaisquer situações adversas que pudessem surgir.

Com o agravamento da crise sanitária e um cenário de altíssima restrição, os prognósticos se mostraram bem distintos do que efetivamente ocorrera e que está praticamente consolidado para o primeiro quartil de 2021, diga-se. E, apesar da recomendação de cautela reproduzida acima, acredita-se que uma outra perspectiva para o Planejamento Estratégico dos Correios já esteja definida. Portanto, este é um ponto de atenção que precisa ser conhecido pelos órgãos de controle institucionais, merecendo, portanto, um destaque do COAUD.

DA GOVERNANÇA DE RISCOS

Estratégia de Gerenciamento Corporativo de Riscos

Monitoramento dos Riscos

Durante os meses de outubro a dezembro/2020, informa o DECRI que realizou a análise e o monitoramento dos riscos, com a interação junto aos Departamentos das Diretorias e Superintendentes Executivos, por meio das reuniões táticas (N2) e

operacionais (N3).

Nas reuniões táticas discutem-se: o acompanhamento dos principais riscos aos quais a empresa está exposta; a atualização da situação das ações de tratamento; a análise da matriz global de riscos mapeados pelos departamentos e dos contextos mapeados para reporte, em reunião estratégica (N1), aos órgãos colegiados, conforme modelo de governança aprovado em REDIR e CA, em 2019.

Em relação ao modelo de governança de riscos, reforça-se o avanço evidenciado pela CGU em seu Relatório Preliminar 820804, conforme trecho abaixo:

"Ainda sobre a temática, concluiu-se pela adequação das premissas adotadas pelo Departamento Financeiro para projetar os cenários de entradas e saídas de recursos. Ademais, em análise aos relatórios e reportes disponibilizados aos Administradores da companhia – Conselho de Administração e Diretoria Executiva –, para conhecimento e tomada de decisão sobre o fluxo de caixa e o conseqüente risco de insustentabilidade financeira, concluiu-se pela sua insuficiência em 2019. A despeito disso, observou-se notório aperfeiçoamento dos reportes realizados em 2020, tanto pela área financeira quanto pela área de riscos, indicando que atualmente os colegiados dispõem de informação atualizada e abrangente sobre o assunto."

Painel de Monitoramento

O DECRI disponibilizou, conforme Ofício 17577811/2020 - GRIS-DECRI, o Dashboard de Riscos por Diretoria para auxiliar na atividade de monitoramento dos riscos e das ações de tratamento, com o panorama geral de riscos sob a gestão de cada Diretoria.

Destaca-se a importância do referido painel, que apresenta todos os riscos mapeados e que possuem potencial de comprometer, no todo ou em parte, a consecução dos objetivos da Empresa, caso se materializem.

Assim, faz-se necessária a gestão de forma corporativa e, portanto, integrada, sendo a fase de monitoramento fundamental para o sucesso do gerenciamento de riscos, visto que abrange o acompanhamento contínuo dos riscos e das ações de tratamento, sendo que por meio da implementação destas os riscos são mitigados e têm seus impactos e probabilidades reduzidos.

Panorama de Riscos dos Correios

De acordo com os relatórios analisados pelo COAUD, verifica-se que os dados apresentados foram extraídos da ferramenta corporativa de gerenciamento de riscos – Ágatha, no dia 16/12/2020. O panorama, portanto, da gestão de riscos dos Correios, levando-se em conta este período, resultado da atuação dos gestores de 1ª linha, até dezembro de 2020, representa 125 contextos mapeados, com 612 riscos identificados e 1070 ações de tratamento definidas, que estão em gerenciamento pelas diretorias.

Riscos mapeados (Matriz Global de Riscos dos Correios), nos termos do Relatório:

Riscos por Diretoria: destaca-se que atualmente aplica-se gerenciamento de riscos aos seguintes contextos: Processos da Cadeia de Valor; Contextos Decisórios; Projetos; Produtos e Serviços; Estratégia.

Riscos por Criticidade: Observa-se a manutenção da concentração de riscos de criticidade “pequeno e moderado”, correspondendo no 4º trimestre de 2020, à aproximadamente 81% dos riscos mapeados, enquanto os riscos “críticos e altos” representam 19% do total. No trimestre anterior, estes percentuais foram de aproximadamente 79% para riscos “pequeno e moderado”, e 21% para riscos “críticos e altos”.

Riscos por Categoria

Conforme os critérios do Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos dos Correios, foram definidas 8 (oito) categorias de riscos, conforme demonstrado no Relatório. São eles: estratégico; financeiro; integridade; legal; mercado; operacional; reputacional; socioambiental.

Destacam-se e, portanto, merecem atenção, nesta ordem, os riscos operacionais, de integridade e financeiro.

Na análise comparativa entre criticidade/categoria, verifica-se, igualmente, um destaque para os riscos supramencionados, mas, com maior incidência para os riscos baixos e moderados.

O Relatório, também, traz a relação de riscos em cada Diretoria, o que auxilia na respectiva estratégia interna para o desenvolvimento de ações.

Restou, igualmente, informado no Relatório que alguns riscos, apesar de estarem classificados em uma categoria específica, podem também ter nuances de outras categorias, no entanto, é preciso classificar na categoria dominante. Destacou-se, por

último, que o fomento às ações do Programa de Integridade dos Correios, a exemplo do Workshop de Riscos à Integridade, impulsionaram a identificação e o tratamento dos riscos correlatos, o que demonstra a validade destas ações.

Situação atual das ações de tratamento

De acordo com o Relatório, há 352 ações de tratamento para fazer frente aos 612 riscos, das quais 69% encontram-se no prazo, 23% estão concluídas, 2% estão atrasadas e 6% foram canceladas.

Consta no relatório a observação de que alguns mapeamentos de riscos exigem a adoção de ações de tratamento de áreas distintas àquela considerada como proprietária do risco, o que, segundo a DECRI pode trazer alguma dificuldade quanto ao monitoramento adequado. Em assim sendo, os gestores foram orientados a realizar, entre eles, uma combinação de prazos das ações, bem como o estabelecimento de uma comunicação fluída entre as áreas para que o monitoramento e o acompanhamento dos riscos tenham informações necessárias para o seu gerenciamento assertivo. Além disso, os gestores devem observar continuamente a efetividade das ações de tratamento definidas para fazer frente aos riscos de seus processos.

Análise dos Riscos Estratégicos

Informa o DECRI que os riscos estratégicos foram aprovados pelo CA em 19/12/2019, em atendimento à Lei 13.303/2016, e representam uma categoria de riscos que demanda monitoramento preciso pelas linhas de defesa, pois são os riscos que impactam de forma direta no alcance dos objetivos estratégicos da Empresa, em função das instabilidades que se apresentam constantemente no cenário político, econômico nacional e internacional.

Considerando que o plano de tratamento dos riscos estratégicos foi aprovado na 23ª REDIR, de 17/06/2020, e na 6ª ROCA, de 25/06/2020, esse é o segundo ciclo de monitoramento das ações de tratamento dos seguintes riscos: "Insustentabilidade Financeira dos Correios"; "Insustentabilidade dos Planos de Saúde e de Previdência Complementar"; "Perda de Competividade" e "Insucesso na Concretização de Parcerias Comerciais e Societárias".

Esclarece o Relatório que, neste ciclo de revisão 2021/2025 da Estratégia Correios, as propostas de atualização dos Riscos Estratégicos e do seu Plano de Tratamento foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na 12ª ROCA, conjuntamente, em 14/12/2020. Assim, informa a DECRI que há ganhos para o próximo ciclo de gerenciamento desses riscos, uma vez que suas ações de tratamento já foram canceladas para o correto e devido monitoramento à alta administração, fornecendo uma garantia razoável para alcance dos objetivos estratégicos, por meio do acompanhamento das ações de tratamento. Na revisão do Plano de Tratamento de Riscos Estratégicos, 18 (dezoito) novas ações serão inseridas no Ágatha, para acompanhamento a partir de 2021. Assim, somando as 41 ações do ciclo atual ainda não concluídas com as 18 novas, resultam em 59 ações para acompanhamento. O Relatório mostra que, atualmente, das 46 ações de tratamento aos riscos estratégicos têm-se: 1 ação cancelada (2%), 2 atrasadas (4%), 3 suspensas (7%), 4 concluídas (9%) e 36 no prazo (78%), das quais 19 tiveram prazo reprogramado (41% do total de ações e 53% do total das ações no prazo). Assim sendo, a área de estratégia foi orientada pela DECRI a proceder a avaliação do impacto de reprogramações e de atrasos nas conclusões das datas de ações de tratamento, visto que cada alteração pode potencializar uma possível materialização de riscos e, conseqüentemente, afetar o alcance dos objetivos estratégicos. Outro ponto importante é a necessidade de uma interação mais próxima aos departamentos responsáveis pelo cumprimento das ações, visto que algumas áreas não fizeram o reporte ao DEGES quanto ao status do andamento das ações, impossibilitando uma análise do andamento do plano.

Além disso, destaca-se a quantidade de ações que estava com vencimento para dezembro de 2020, o que indicava a possibilidade de não cumprimento do prazo. Destacou-se, novamente, o grande número de Iniciavas Estratégicas - IE com data de início em 2017 e 2018. Muitas dessas IE são estruturantes. No entanto, este dado sinaliza que os Correios não estão sendo tempestivos em determinados temas para o alcance dos objetivos estratégicos. Ressalte-se que 14 Iniciavas Estratégicas encontram-se definidas como ações de tratamento para riscos estratégicos. Isso demonstra a importância da ação de tratamento, que tem rito próprio de gerenciamento de projeto e recebe o devido patrocínio da alta administração para seu cumprimento e alcance do objetivo de enfrentamento de um risco estratégico.

Risco estratégico "Insustentabilidade Financeira dos Correios"

De acordo com o Relatório, como subsídio para análise do contexto atual deste risco, apresentou-se resumo da situação do fluxo de caixa da Empresa em outubro de 2020, conforme informações apresentadas pela DIEFI. Nos termos do Relatório, portanto, os destaques são:

Fluxo de Caixa 2020. No corrente ano, até o mês de outubro/2020 o resultado acumulado do Fluxo de Caixa da Empresa apresentou-se superavitário em R\$ 505 milhões, sendo superior ao mesmo período de 2019. Destacam-se entradas de caixa e saídas de caixa, conforme segue: Entradas de Caixa. Ao comparar o fluxo de caixa com o mesmo período do ano anterior, as entradas de recursos foram impactadas pela queda no recebimento à vista, em cerca de R\$ 287 milhões, e no recebimento a prazo de aproximadamente R\$ 711 milhões, principalmente, devido à queda mais agressiva do segmento exclusivo (monopólio) e a retração da atividade econômica em função da situação de calamidade pública causada pela pandemia do Coronavírus (COVID-

19). Acrescenta-se a esse cenário, a greve dos Correios que teve início em agosto/20 e que impactou nos recebimentos à vista em setembro e a prazo nos meses de setembro e outubro.

Na rubrica Outras Entradas, os maiores destaques são a entrada da operação de crédito com o Banco ABC do Brasil na ordem de R\$ 250 milhões, o recebimento, de janeiro a outubro/2020, de cerca de R\$ 748 milhões de Ordem de Crédito do Exterior (Recebimentos Internacionais) e a entrada de R\$ 90 milhões em agosto/2020, referente ao acordo judicial entre Correios e SOLYSTIC.

Saídas de Caixa: em relação às saídas de caixa, no comparativo com o ano anterior, o Relatório aponta como destaques a redução de R\$ 997 milhões com despesas com Pessoal, sendo os principais fatores: a) efeitos do PDV/2019, com o custo do desligamento de R\$ 375 milhões, que foram pagos em maio, junho e julho/19; b) saída de pai e mãe do plano Correios Saúde; c) alteração na forma de custeio do Plano de Saúde que passou para 50% para a Empresa e 50% para os Empregados; d) postergações dos pagamentos dos encargos (FGTS e Contribuição Patronal INSS) dos meses de abril/2020 a junho/2020, no valor de aproximadamente R\$ 395 milhões, sendo o pagamento do FGTS realizado em 06 parcelas a partir de julho/2020 e o INSS Patronal postergado para pagamento a partir de agosto/2020. Até aquele momento foram efetuados os pagamentos de quatro parcelas do FGTS (julho, agosto, setembro e outubro/2020) totalizando, aproximadamente, R\$ 73 milhões e de duas parcelas do INSS Patronal no valor de R\$ 191 milhões (agosto/20 e outubro/20). A parcela seguinte do INSS Patronal a seria paga em novembro/2020; e) desembolso adicional de janeiro até outubro/2020, de R\$ 298 milhões à Postal Saúde para o cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras – TAOEF; f) Tributos: postergação do pagamento de PIS/COFINS, de abril/2020 a junho/2020 no valor de R\$ 148,5 milhões, para pagamento a partir de agosto/2020. Já foi paga, em agosto/2020, uma parcela postergada no valor de R\$ 49,3 milhões e outra parcela em outubro/2020, no valor de R\$ 49,6 milhões. A parcela seguinte a ser paga seria em novembro/2020; g) Amortização/Juros: a variação de R\$ 248 milhões foi influenciada, em grande parte, pelo término do pagamento das parcelas do distrato do Banco Postal, assim como pela postergação do pagamento de duas parcelas de R\$ 16,6 milhões/cada referentes a empréstimo com o Banco do Brasil, cujo desembolso ocorrerá em janeiro e fevereiro/2022.

Assim, de acordo com o Relatório, em que pese o saldo positivo no mês de outubro no fluxo de caixa, as constantes informações divulgadas na Comunicação Interna sobre o aumento das vendas à vista e o sucesso da Black Friday 2020, e ainda, considerando as postergações de pagamentos efetuadas, deve-se acompanhar o desempenho das ações financeiras frente aos riscos de insustentabilidade, bem como a efetividade das demais ações de tratamento previstas, com efeito direto para a mitigação do risco em questão.

Receitas: para o DECRI, uma das formas que contribuem significativamente para o resultado positivo da empresa é o atingimento das metas de receitas dos produtos. Dessa forma, apresentou-se uma análise resumida quanto ao cenário de receitas e metas até outubro de 2020, para melhor acompanhamento, conforme informações DCONT: a) os Correios não atingiram as metas de receita de vendas nos meses de agosto a outubro, em especial pela greve nos meses de agosto e setembro, que reduziram a receita em quase todos os segmentos de negócios. Assim, fica evidenciado no Relatório que, no período, a empresa atingiu 84% do previsto; b) considerando a receita acumulada dos últimos 03(três) meses: agosto, setembro e outubro/2020, para o mesmo período de 2019 houve um recuo de -14,13% em termos absolutos R\$ - 646,56 milhões; c) ainda, considerando a meta de receita até outubro no valor de R\$ 16.166 (em milhões), atingiu-se R\$ 14.738 (em milhões), representando um percentual de 91% da meta; d) de forma geral, o segmento de Encomendas teve uma resposta positiva devido à pandemia, em função do aumento no comércio eletrônico, em relação a 2019. Os serviços de Mensagem e Marketing, principalmente, foram atingidos pela pandemia negativamente, assim como as receitas internacionais.

Tendo relatado os principais pontos que permeiam o risco de insustentabilidade financeira, tem-se como resposta a este risco definidas 08 (oito) ações de tratamento, das quais 3 são IE (Iniciativas Estratégicas):

IE 4.6 – Balcão do Cidadão

IE 5.1 – Executar o processo orçamentário de 2018 a 2022

IE 5.3 – Definir e implantar uma estratégia de gestão e otimização de ativos imóveis (Real Estate) com resultados na otimização da carteira imobiliária

Processos de Gestão de Riscos Corporativos (GRCORP) e Interação desses processos com os demais ciclos de gestão

Integração de Métodos

Tem-se concluída a integração do Método Corporativo de Gerenciamento de Riscos com o Método de Gestão de Riscos de TIC, conforme Ofício Nº 17435143/2020 - GRIS-DECRI.

Estratégia de Gerenciamento Corporativo de Riscos / Políticas de gerenciamento de riscos corporativos / Cultura, Comunicação, Treinamento e Monitoramento

Apresentação da Diretoria de Governança às Demais Diretorias sobre o tema Riscos

Considerando ser comum ao se adotar a gestão de riscos, que as áreas tenham dificuldades quanto ao entendimento de seu papel, foi realizada uma apresentação do Diretor de Governança de Riscos aos demais Diretores sobre o tema riscos, em especial quanto às três linhas de defesa e o papel de cada um na gestão de riscos.

Treinamento

Foi realizada a capacitação de 30 empregados, na forma presencial e de 764 empregados capacitados na modalidade EAD, muito da diferença percebida se dá pelo cenário do Coronavírus. Em detrimento da possibilidade de treinamento presencial, encontra-se em curso, junto à Universidade Corporativa, a demanda de um treinamento virtual, conforme discorrido no Ofício 14665853-2020 GRIS/DECRI;

A Política Corporativa de Consequências definiu um conjunto de princípios e diretrizes que nortearão a aplicação de consequências na Empresa. Dentre as diretrizes estabelecidas na política, destaca-se a diretriz 6.2:

6.2. Quanto ao Caráter Pedagógico

Os Correios buscam a capacitação de seus empregados e imprimem caráter pedagógico às ações adotadas de modo que aqueles responsabilizados ética, administrativa ou disciplinarmente cumpram carga de treinamento específico quanto as temáticas relacionadas à Ética, Controles Internos, Gestão de Riscos, Compliance, Corrupção e Fraudes.

O DECRI atua junto à Universidade dos Correios para disseminação de treinamentos das temáticas de integridade e conformidade, onde se insere a trilha de capacitação, desenvolvida pelo DECRI em conjunto com a UNICO, voltada aos temas em comento. A Trilha encontra-se no endereço <http://intranet/cs/vigep/educacao-corporativa/essencial-programa-de-integridade>, sendo composta pelos seguintes cursos: a trilha incluirá ainda os recém formatados cursos de EAD-Compliance e o EAD-Anticorrupção, que aguardam momento oportuno para divulgação, além dos vídeos oriundos do engajamento dos Correios às ações de integridade da *Alliance for Integrity*;

Webinars que o DECRI promoveu a partir de outubro/2020 - NUP 53180.034909/2020-17, com o propósito de promover a cultura de integridade, *compliance* e de riscos, por meio da abordagem conceitual e prática de temas afetos, estando previstos inicialmente os seguintes temas:

- 2ª quinzena de outubro - tema " Gestão de Riscos - O que tenho a ver com isto?";
- 1ª quinzena de novembro - tema "*Compliance* em Processos Organizacionais".

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei 13.709/2018, que implementou a LGPD no Brasil, não obstante estar vigente no país, seus efeitos de natureza sancionatória (arts. 52, 53 e 54) somente se efetivarão em agosto de 2021.

O Decreto 10.474/2020 aprovou a Estrutura Regimental e de Cargos da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, mas, que, ainda não se encontra estruturada.

“A atuação da autoridade é imprescindível para a proteção eficaz dos direitos fundamentais de liberdade e privacidade e para o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, desideratos elementares da Lei Geral de Proteção de Dados” (<https://torreaobraz.com.br/anpd-em-estruturacao-ja-recebeu-indicacoes-para-composicao-do-conselho-diretor-e-do-conselho-nacional-de-protecao-de-dados-pessoais-e-da-privacidade/>).

De acordo com SUTIC/DEARP/GOIN, as fases de implantação são 1) preparação; 2) organização; 3) implementação; 4) avaliação; 5) governança.

Com a Portaria PRESI 147/2020, em reunião com o COAUD, o setor competente trouxe os tópicos para o desenvolvimento do tema nos Correios, dividido em fases: de preparação e implantação.

O COAUD se reunindo com os setores e demonstrando a sua preocupação com a evolução do tema nos Correios. Assunto de extrema importância, também, demanda acompanhamento de perto por parte do Conselho de Administração.

Plano Anual de Controle Interno - PACIN

O COAUD tomou conhecimento do Relatório de resultados da execução do Plano Anual de Controle Interno – PACIN, aprovado na 9ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva, em 09/03/2020, por meio do Relatório/DIGOV-004/2020, sob a gestão do Departamento de Controle Interno – DCINT.

O relatório apresenta os resultados de demandas ordinárias e demandas extraordinárias no escopo das verificações de controles nos processos administrativos (gestão, suporte e negócios), nos processos operacionais (finalísticos) e nas unidades operacionais, bem como os principais impactos durante a execução do PACIN, em razão da pandemia, e as principais ações adotadas para diminuir esses impactos.

No relatório/2020, encontram-se relacionados os principais impactos, nos termos abaixo aduzidos:

Principais Impactos

Comprometimento na execução das verificações de controles nas unidades operacionais previstas no Plano Anual de Controle Interno – PACIN (2020)

Em razão das medidas de combate ao novo coronavírus, de acordo com o previsto no Ofício Circular Nº 13251131/2020 - PRESIDÊNCIA, de 17/03/2020, entre outras providências, foram restringidas as viagens a serviço, o que inviabilizou a continuidade das verificações de controles nas unidades operacionais, de forma presencial, pelos inspetores regionais, no âmbito das Superintendências Estaduais – SE, iniciadas em março/2020.

Logo, desde a vigência das medidas implementadas, a execução do Plano Anual de Controle Interno – PACIN/2020, aprovado em 09/03/2020, no que tange a verificação de controles nas unidades operacionais, que seria realizada in loco, por visitas presenciais de inspetores, foi suspensa, temporariamente, situação que perdurou até dezembro/2020.

Cerca de 2.900 unidades operacionais previstas nos cronogramas de verificação de controles, no período de março a dezembro/2020, deixaram de ser verificadas, de forma presencial.

Acompanhamento diário, via SEI, das atividades realizadas pelos empregados que estão trabalhando de forma remota.

Em razão das medidas de combate ao novo coronavírus, grande parte dos empregados lotados no DCINT, localizados no âmbito das SE, num total de cerca de 90 empregados, desenvolveram excepcionalmente suas atividades, em domicílio, o que exigiu dos gestores ações dobradas quanto à definição das atividades que podem ser realizadas de forma remota, bem quanto ao acompanhamento diário dessas atividades, além da atuação efetiva para solucionar dúvidas e questões suscitadas por empregados, em função de medidas locais relacionadas à pandemia.

Principais Ações e Resultados

De acordo com o relatório, algumas ações foram realizadas:

Ação 1 - Revisar o plano de execução das metas de verificação de controles das unidades operacionais, de forma presencial.

Status – Concluída.

Resultados – Plano de Trabalho do Departamento ajustado.

Informações Complementares - O Plano de Trabalho do Departamento sofreu mais de um ajuste, tendo em vista as medidas adotadas pela Empresa no período de 17/03 a 17/12/2020.

Ação 2 - Desenvolver ferramenta para verificação de controles a distância, nas unidades operacionais, por meio dos sistemas: Sistema de Gerenciamento de Inspeção (SGI) e Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI).

Status – Concluída.

Resultados – Ferramenta concluída (desenvolvimento, testes, homologação e implementação) e inspetores regionais treinados.

Informações Complementares - Esta rotina foi implementada e está em execução, podendo coexistir no futuro com as verificações presenciais, a depender das condições e das necessidades identificadas.

Resultados

Os resultados demonstrados a seguir têm origem na aplicação dos *checklist* de AC - de forma presencial, que contemplou 47 testes e do *checklist* de AC - de forma remota, que contemplou apenas 23 testes. Dos 23 testes aplicados de forma remota, dois foram elaborados exclusivamente para atender as verificações de controles nesta modalidade, os demais testes (21) já constavam das verificações de controles de forma presencial.

Ressalta-se que a definição dos dois novos testes, apresentados abaixo, foi no sentido de suprir, em parte, a impossibilidade de execução do teste de conferência de numerário, que é realizada nas verificações de controles de forma presencial.

Teste 1: O valor depositado na conta bancária dos Correios pela AC corresponde, na íntegra, com o valor de baixa do saldo postal registrado no bloqueto emitido no sistema SARA?

Teste 2: O "Saldo que Passa" é mantido dentro do limite máximo estabelecido para a Agência?

Verificação de Controles nas Unidades Operacionais

Estava previsto no PACIN/2020 verificações de controles em 3.272 unidades operacionais. Contudo, em decorrência da pandemia, houve a necessidade de readequar a meta prevista. Diante disso, apresenta-se a tabela abaixo contendo as metas revisadas e a execução do PACIN até o fim de 2020.

Tabela 1 – Previsto x Realizado – Unidades operacionais

Tipo de Unidade	Meta PACIN/2020		Execução			
	Prevista	Revisada	Qtde.	(%)		
Presencial	Remoto	Total				
Agências de Correios Próprias (AC)	2.372	150	3.748	3.898	3.920	101%
Agências de Correios Franqueadas (AGF)	356	202	0	202	202	100%
Centros de Distribuição Domiciliária (CDD)	377	4	0	4	4	100%
Centros de Entrega de Encomendas (CEE)	42	1	0	1	1	100%
Centros de Tratamento (CTC, CTE, CTCE)	30	7	0	7	4	57%
Centro de Tratamento Internacional (CEINT)	3	0	0	0	0	0%
Agências de Correios Comercial (ACC)	70	31	0	31	0	0%
Gerências de Controle e Captação (GCCAP)	22	11	0	11	6	55%
Total	3.272	406	3.748	4.154	4.137	99,6%

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 11/12/2020

Ressalta-se que das 4.137 unidades operacionais verificadas, 3.770 foram verificadas de forma remota. O que possibilitou realizar as verificações de forma remota foi o desenvolvimento de uma ferramenta específica de verificação de controles à distância, no Sistema de Gerenciamento de Inspeção (SGI) e no Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI).

Nos termos do relatório, relacionam-se as principais não conformidades identificadas:

Apresentam-se as não conformidades mais relevantes nas verificações de controles presenciais e à distância realizadas nas unidades operacionais, no período de 09 de março a 11 de dezembro/2020, de acordo com as Tabelas 2 e 3, a seguir.

Tabela 2 – Principais não conformidades nas verificações presenciais

--	--	--	--	--	--

Ordem	Teste	Frequência	Valor R\$
1	Os contadores indicados no SARA estão iguais aos visualizados na Máquina de Franquear?	48	3.931.155,99
2	Os bens móveis localizados na unidade são controlados e estão com os dados atualizados no TRP?	87	477.837,24
3	O valor escriturado no sistema SARA confere com o valor físico encontrado no Caixa Retaguarda (CRE)?	14	136.414,43
4	Há pendências de apuração de processos de objetos indenizados sob responsabilidade da Unidade?	49	38.128,28
5	A unidade regulariza os débitos de empregados lançados nas contas 914 e 3131 em até 90 dias?	19	25.775,13
6	As Caixas Postais em uso estão com assinatura vigente?	115	19.145,38
7	Há pendências de apuração de processos relacionados a objetos indenizados por extravio sob responsabilidade da Unidade?	6	17.186,87
8	As quantidades de produtos em poder dos Caixas Retaguarda e de Atendimento (CA) correspondiam com as quantidades escrituradas no Sistema SARA?	59	12.962,02
9	Os empregados da Unidade de Atendimento contemplados com o recebimento dos Adicionais de Distribuição e Coleta e do Adicional de Atendimento em Guichê estavam desempenhando atividades que lhes davam direito ao recebimento do provento?	23	9.359,01
10	Todo o estoque físico de selos em poder da franqueada está devidamente registrado no sistema no sistema SARA e possui Nota Fiscal emitida pelos Correios que ateste sua origem?	4	7.537,35
11	Há pendências de apuração ou resposta de processos relacionados a objetos indenizados por Extravio sob responsabilidade da Unidade?	9	6.507,94
12	A AGF atende aos clientes com postagem industrial de encomendas somente após ter sido habilitada para operacionalizar o respectivo contrato e responsabiliza-se pelos custos assim como pela guarda dos objetos até o momento de sua entrega aos Correios?	1	5.009,82
13	Os empregados da Unidade contemplados com o recebimento dos Adicionais de Atividade de Tratamento - AAT e função de OESP estavam desempenhando atividades que lhes davam direito ao recebimento do provento sem desvio da função?	1	2.995,59
14	A unidade mantém sob controle as pendências financeiras apresentadas pelo sistema PROTER de forma que sejam regularizadas em até 90 dias (falta de contabilização/CEP divergente/PESO divergente)?	58	2.309,73
15	Outros Testes	52	1.078,86
	TOTAL	545	4.693.403,64

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 11/12/2020

Tabela 3 – Principais não conformidades nas verificações a distância

Ordem	Teste	Frequência	Valor R\$
1	A unidade regulariza os débitos de empregados lançados nas contas 914 e 3131 em até 90 dias?	499	4.558.475,67
2	Há pendências de apuração de processos relacionados a objetos indenizados por extravio sob responsabilidade da Unidade?	1.363	1.304.349,59
3	O valor depositado na conta bancária dos Correios pela Agência corresponde na íntegra com o valor de baixa do saldo postal registrado no bloqueto emitido no sistema SARA?	518	1.234.556,09
4	Os empregados da unidade contemplados com o recebimento dos Adicionais de Atividade desempenham atividades que justificam o pagamento do provento?	1.374	468.782,14
5	Outros Testes	2.960	98.089,96
	TOTAL	6.714	7.664.253

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 11/12/2020

Da análise dos dados das tabelas, verifica-se uma predominância significativa de não conformidades relacionadas a débitos de empregados superiores a 90 dias sem apuração; divergência entre contadores de máquina de franquear e registro no SARA; pendências de apuração de processos relacionados a objetos indenizados por extravio, superiores a 90 dias sem apuração; e divergência entre depósitos realizados e respectivos bloquetes de recolhimentos gerados no SARA.

Foram apresentadas as não conformidades com possibilidade de impacto financeiro em unidades operacionais, as quais totalizaram R\$ 12.357.657,08. Do valor envolvido, destaca-se que R\$ 4.584.250,80 são referentes a débito de empregados superior a 90 dias, sem apuração.

De acordo com a Figura 1, verifica-se que 98% do total das não conformidades de natureza financeira está relacionado a apenas 6 rubricas, conforme segue.

Figura 1 – Não conformidades de natureza financeira

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 11/12/2020

Não conformidades de natureza financeira, por SE

Foram apresentadas as não conformidades com possibilidade de impacto financeiro, por SE, em unidades operacionais. Destaca-se que seis SE são responsáveis por aproximadamente 71% do valor envolvido, de acordo com a Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Não conformidades de natureza financeira, por SE

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 11/12/2020

Falta de Numerário (Alcance), por SE

Foram apresentadas, igualmente, as não conformidades relativas à falta de numerário (alcance), por SE, em unidades operacionais. Destaca-se que a SE/AM é responsável por 72% dos alcances, de acordo com a Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Falta de numerário (Alcance), por SE

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Posição: 02/10/2020

Demanda Extraordinária Operacional – o relatório apresenta a realização de uma demanda extraordinária operacional, instaurada pelo Departamento de Controle Interno em face de ocorrências identificadas pela equipe do Controle Interno, localizada na SE/SPI, referentes a objetos entregues sem identificação de evento de postagem no sistema SRO, durante os trabalhos de verificação de controles nas unidades operacionais daquela SE.

Considerando a relevância do achado de controle interno, a análise foi expandida para as demais Superintendências Estaduais (SE), oportunidade em que foram constatadas 1.359 não conformidades de mesma natureza, em 737 unidades de 27 SE, tendo por exceção apenas a SE/Sergipe.

Das análises efetuadas, o relatório verifica a existência de entrega de objetos que não apresentavam evento de postagem e registros de extravios nas mesmas unidades de distribuição para objetos com numeração semelhante àqueles que foram entregues sem identificação da origem.

A quantidade de casos identificados, por Superintendência Estadual é verificada no quadro abaixo. De acordo com o relatório, a quantidade das 6 primeiras SE representam cerca de 75% das não conformidades encontradas:

Tabela 15 – Demanda extraordinária operacional - Não conformidades, por SE

SE	Qtde NC	%	SE	Qtde NC	%
SPI	243	17,9%	RN	17	1,3%
RJ	234	17,2%	AL	16	1,2%
SPM	200	14,7%	PR	12	0,9%
BA	141	10,4%	PB	11	0,8%
PE	100	7,4%	AM	9	0,7%
MG	95	7,0%	MA	9	0,7%
RS	61	4,5%	BSB	4	0,3%
PA	41	3,0%	AP	3	0,2%
CE	40	2,9%	MS	3	0,2%
SC	26	1,9%	ACR	2	0,1%
PI	25	1,8%	RO	2	0,1%
ES	23	1,7%	TO	2	0,1%
MT	22	1,6%	RR	1	0,1%
GO	17	1,3%			

Total de Não Conformidades	1.359	100,0%
----------------------------	-------	--------

Dos 1.359 objetos identificados com erros na sigla ou na numeração, verificou-se que 587 geraram reclamações no Fale com os Correios, sendo que 201 manifestações já foram respondidas como procedentes e geraram R\$ 26.015,17 de indenização, até 03/12/2020.

A situação encontrada gera prejuízo financeiro à empresa pelo pagamento indevido de indenização; custos administrativos com reclamações indevidas; impacto negativo à imagem da empresa e a falta de fidedignidade de informações registradas em sistemas corporativos.

Diante disso, de acordo com o relatório, foram apresentadas ao DEDIS as seguintes proposições de melhoria:

1. Adotar providências cabíveis quanto à necessidade de atualização urgente dos objetos no Sistema de Rastreamento (SRO), para evitar novas indenizações;
2. Avaliar a necessidade de instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidade e de recuperação dos valores;
3. Reavaliar os mecanismos de controle estabelecidos, propondo e, ou, implementando ações preventivas, detectivas e corretivas, a fim de evitar incidentes críticos de mesma natureza; e
4. Avaliar a possibilidade de incluir no Sistema de Rastreamento crítica no momento da digitação, a fim de validar se o código digitado faz referência a objeto destinado àquela unidade, considerando os dados do fluxo postal.

Monitoramento da implementação das propostas de melhoria

O relatório cuidou de apresentar, resumidamente, a situação da regularização das não conformidades identificadas nas unidades operacionais decorrentes das verificações de controles realizadas nos exercícios de 2020, 2019 e 2018, de acordo com as Tabelas 4, 5 e 6, a seguir.

Tabela 4 – Exercício 2020 - Implementação das propostas de melhoria

Itens NC	Solucionado	Corporativo	Pendente SE	Tratamento SE	Análise CI
31.062	13.871	114	11.142	2.515	3.420
%	44,5%	0,5%	36%	8%	11%

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Legenda: NC= Não conformidades; CI= Controle Interno.

Da análise dos dados, verifica-se o resultado de regularização de 13.871 não conformidades, o que corresponde a 44,5% das não conformidades identificadas.

Tabela 5 – Exercício 2019 - Implementação das propostas de melhoria

Itens NC	Solucionado	Corporativo	Pendente SE	Tratamento SE	Análise CI
42.937	27.982	485	12.125	1.362	983
%	65%	1%	28%	3,5%	2,5%

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Legenda: NC= Não conformidades; CI= Controle Interno.

Da análise dos dados, verifica-se o resultado de regularização de 27.982 não conformidades, o que corresponde a 65% das não conformidades identificadas.

Tabela 6 – Exercício 2018 – Implementação das propostas de melhoria

Itens NC	Solucionado	Corporativo	Pendente SE	Tratamento SE	Análise CI

Itens NC	Solucionado	Corporativo	Pendente SE	Tratamento SE	Análise CI
46.177	37.897	475	6.528	778	499
%	82%	1%	14%	2%	1%

Fonte: Sistema Nacional de Controle Interno (SNCI) Legenda: NC= Não conformidades; CI= Controle Interno.

Da análise dos dados, verifica-se o resultado de regularização de 37.897 não conformidades, o que corresponde a 82% das não conformidades identificadas.

Verificação de controles nos processos administrativos

Demandas Ordinárias – Até dezembro/2020, o relatório aponta que foram iniciadas verificações de controles em sete processos classificados como N2 e, ou, N3, sendo que dois deles foram concluídos, de acordo com a Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Demandas Ordinárias

PROCESSOS N1	PROCESSOS N2/N3	DIRETORIA	STATUS
Finanças e Contabilidade	Efetuar pagamento	DIEFI	Concluído
	Efetuar análise de crédito	DIEFI	Concluído
Precificação	Definir Estratégia de Precificação	DINEG	Em andamento
Cargas Especiais	Gerir Incidentes na Rota	DIOPE	Em andamento
	Gerir Fretes de Cargas Especiais	DIOPE	Em andamento
Supply Chain	Armazenar	DIOPE	Em andamento
	Gerir Entregas Especiais	DIOPE	Em andamento
	Operar VMI	DIOPE	Não iniciado
Marketing	Desenvolvimento de Estratégia	DINEG	Não iniciado

Fonte: PACIN/2020

O processo Finanças e Contabilidade (N1) foi desdobrado até o nível N3, momento em que foram identificadas as atividades mais relevantes, a seguir:

Tabela 8 – Detalhamento do processo Finanças e Contabilidade

Área	N1	N2	N3	Atividades	Manual da Atividade	Riscos
DIEFI- CEFIN	Finanças e Contabilidade	Administrar Processos Econômico- Financeiros	Realizar atividades de contas a receber	Realizar análise de créditos	MANFAC MÓD. 02 CAP. 002	Serviços prestados acima do limite de crédito concedido

DIEFI-CEFIN	Finanças e Contabilidade	Administrar Processos Econômico-Financeiros	Realizar atividades de contas a pagar	Efetuar Pagamento	MANAFI MÓD 07 CAP 002 Subitem 2.1	Pagamento fora do prazo
-------------	--------------------------	---	---------------------------------------	-------------------	-----------------------------------	-------------------------

Fonte: DCINT

Análise de Crédito

Concessão de créditos

Em análise aos valores de créditos disponíveis aos clientes em relação aos consumos efetivados, o relatório apresenta que 97% dos clientes utilizaram até 50% do crédito disponível. Em estratificação, por limites de concessão de crédito, verificou-se maior incidência de inadimplência nas seguintes concessões de crédito: a) concessão manual do limite pré-aprovado de até 2000 PPCC para contratos múltiplos via SEI; b) concessão de crédito até o limite de 16.000 PPCC mediante análise de documentos pela área comercial.

Reavaliação de créditos

Em análise à reavaliação de créditos, o relatório demonstra que foram identificadas faturas em aberto, no total de R\$ 8,2 milhões, relativas a nove clientes, sem que os seus créditos tenham sido reduzidos, em razão da inadimplência, o que se verificou foi o contrário, com relação a três clientes, pois os seus créditos foram aumentados.

Do Controle da inadimplência

Estabeleceu-se um critério para avaliar o controle da inadimplência, com o objetivo de identificar os controles preventivos e corretivos da atividade: a) controles estabelecidos para que os clientes não excedam o limite de crédito definido; e b) controles estabelecidos para as situações em que o cliente possui faturas em aberto há mais de 10 dias, de acordo com a Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Critério para avaliar o controle da inadimplência

Fonte: DCINT

Da concessão de créditos

Em análise a uma amostra de 9.801 clientes inadimplentes, totalizando cerca de R\$ 45 milhões, o relatório apresenta a constatação de que, deste total, 8.888 clientes inadimplentes não excederam o limite de crédito, totalizando cerca de R\$ 31,6 milhões e que 913 clientes inadimplentes realizaram postagens acima do limite estabelecido, totalizando cerca de R\$ 13,4 milhões, demonstrado a seguir.

Tabela 9 – Limite de Crédito de Clientes

Qtde. Clientes	Excederam o crédito	%	Não excederam o crédito	%
9.801	913	9	8.888	91
Valor em aberto >30dias	Valor em atraso	%	Valor em atraso	%
R\$44.990.359,08	R\$13.383.063,09	30	R\$31.607.295,99	70%

Fonte: DCINT

Da análise dos dados da tabela, verifica-se que a maior concentração dos clientes inadimplentes está abarcada naqueles que não excederam ao limite de crédito, no entanto, os clientes que excederam o limite de crédito (9%) representam 30% do valor das faturas em atraso.

Do controle do limite de créditos

Controle verificado: Controle do limite de créditos realizado pela CEFIN, após a postagem.

Constou no relatório que o controle, a posteriori, do limite de créditos não foi suficiente para mitigar o risco da atividade. Devido à ausência do controle do crédito no momento de postagem, os clientes exemplificados a seguir postaram muito acima do crédito estabelecido e estavam inadimplentes:

Tabela 10 – Clientes com postagem superior ao Limite de Crédito

Cliente	Limite de crédito	Postagem
DSTORE DISTRIBUIDORA	R\$3.900,00	R\$165.000,00
LUX STORE	R\$ 3.900,00	R\$ 72.987,74
PERES DISTRIBUIDORA	R\$ 1.950,00	R\$ 55.331,50

Fonte: DCINT

Do controle das faturas em aberto

Controle verificado: Suspensão da prestação dos serviços, a partir de 10 (dez) dias, após o vencimento da fatura não paga, e cancelamento do contrato após 30 dias do vencimento da fatura não paga.

Na verificação dos controles estabelecidos para a atividade de controle das faturas em aberto, identificaram-se os seguintes dados.

Tabela 11 – Empresas Privadas (tempo suspensão x vencimento das faturas)

Tempo de suspensão após o vencimento da fatura não paga	Valor em aberto	% valor	QTD contratos	% contratos
De 0 a 10 dias do venc.	R\$ 2.325.374,44	9,34%	516	5,88%
De 11 a 30 dias após o venc.	R\$ 907.795,96	3,65%	718	8,18%
De 31 a 90 dias após o venc.	R\$ 12.556.408,30	50,43%	6106	69,56%
Acima de 91 dias após o venc.	R\$ 8.755.900,83	35,17%	1019	11,61%
Antes do venc.	R\$ 351.883,86	1,41%	419	4,77%
Total	R\$ 24.897.363,39	100%	8.778	100%

Fonte: DCINT

Devido à falta de tempestividade dos controles estabelecidos para a atividade de controle de faturas em aberto, o relatório aponta que débito de cinco clientes foi acrescido em R\$ 1,6 milhão, o que correspondeu a 51% do valor da inadimplência dos aludidos

clientes (R\$ 3.2 milhões);

Em relação a 2.807 contratos ativos com faturas em aberto, verificou-se que em 2.063 (73%) destes contratos havia faturas em aberto acima de 31 dias do vencimento, sem suspensão na prestação dos serviços.

Efetuar Pagamento

Da disponibilização de documentos para pagamento

Controles verificados: Indicador “Disponibilização de Documentos Fora do Prazo” e relatório de demonstrativo de vouchers pendentes de disponibilização de imagens.

De acordo com o relatório, em análise ao fluxo dos pagamentos realizados, identificou-se que 34% dos documentos necessários para o processamento dos pagamentos foram disponibilizados fora dos prazos estabelecidos, o que equivale a R\$ 294 milhões.

Classificação do Estado dos Controles

Nos termos do relatório, o estado dos controles dos processos foi classificado de acordo com os seguintes parâmetros: existência de controles estabelecidos pelo gestor; número de ocorrências de não conformidades; e relevância financeira das não conformidades.

As pontuações da classificação do estado dos controles constam da Tabela 12, a seguir.

Tabela 12 – Classificação dos estados dos controles

Fonte: DCINT

A classificação do estado dos controles dos processos “Realizar análise de crédito” e “Efetuar pagamentos”, verificados neste trabalho foi a seguinte:

Tabela 13 – Classificação do estado dos controles dos processos avaliados

Fonte: DCINT

Demandas Extraordinárias Administrativas – Até dezembro 2020, foram recebidas três demandas de verificação de controles relativos a demandas extraordinárias, sendo que uma delas, a demanda de honorários de sucumbência foi concluída, de acordo com a Tabela 14, a seguir:

Tabela 14 – Demandas Extraordinárias

Demanda	Órgão Gestor	Nº Relatório/SEI	Status
Repasse Honorários de Sucumbência	DEJUR	53180.052000/2019-07	Concluído
Mão de Obra Terceirizada (EIS)	SE/RS	-	Em conclusão
Reembolso de Veículo Próprio	CEGEP	-	Em andamento

Fonte: DCINT

a) Honorários de Sucumbência (processo concluído) – de acordo com o relatório, trata-se de repasses relativos a honorários de sucumbência repassados à Associação dos Procuradores dos Correios – APECT, decorrente do Termo de Acordo de Honorários

de Sucumbência, celebrado entre a ECT e a aludida Associação, em 03/06/2016. As não conformidades de honorários de sucumbência que resultaram em repasses indevidos à APECT, no valor total de R\$ 24.984,12, foram informadas ao gestor do processo, para as providências cabíveis quanto à restituição do valor aos cofres dos Correios.

b) Mão de Obra Terceirizada (processo em conclusão) – trata-se de verificação de controles em contratos de Mão de Obra Temporária - MOT e de Execução Indireta de Serviços – EIS, no período de 2017 a 2019, na SE/RS. As principais não conformidades identificadas no relatório foram:

- b.1) Pagamento a menor de vale alimentação (VA) e vale refeição (VR), pelas Empresas contratadas aos empregados contratados como mão de obra terceirizada, desde o acordo coletivo de 2014/2015. Estima-se um valor de R\$21.800.000,00 pagos às contratadas e não repassados aos empregados temporários;
- b.2) Não repasse dos pagamentos aos empregados temporários dos valores de reajustes referentes aos acordos coletivos;
- b.3) Ausência de padrão para faturamento de período noturno nos contratos de EIS;
- b.4) Empregados temporários e terceirizados com vínculos de parentesco com empregados dos Correios;
- b.5) Antecipação indevida de pagamentos às contratadas, sem a cobrança do valor do deságio previsto na modalidade Valor Presente;
- b.6) Duplicidade de pagamento às contratadas;
- b.7) Folhas de frequência faturadas nos contratos sem registro da presença do empregado temporário no Sistema de Gerenciamento de Desempenho Operacional (SGDO); e
- b.8) Permanência de empregados temporários nos Correios acima de previsão legal.

O relatório de conclusão desta demanda extraordinária, até dezembro de 2020, estava em fase de revisão, para apresentação final dos resultados.

BLOCO III – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA AUDITORIA INDEPENDENTE

A BDO RCS Auditores Independentes foi a responsável pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e pela revisão das informações trimestrais dos Correios no exercício de 2019. No exercício seguinte, a BDO foi sucedida pela Crowe Consult Auditores Independentes.

Em cumprimento ao que estabelece seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria acompanhou as atividades de ambas as empresas contratadas para auditar as demonstrações financeiras e avaliou seus desempenhos, considerando-os satisfatórios, a despeito das observações destacadas a seguir.

Na revisão das demonstrações de 2019, houve divergências entre o sócio da BDO e as equipes técnica e gerencial dos Correios, notadamente, mas não somente, sobre a avaliação dos temas que levaram ao registro das ressalvas às demonstrações financeiras daquele exercício.

Tecnicamente, o Comitê de Auditoria considerou pertinentes as ponderações e conclusões da auditoria independente, o que foi evidenciado nos pareceres favoráveis do Comitê aos relatórios emitidos pela BDO, e concluiu que as divergências observadas foram devido à falta de habilidade do então sócio da contratada para lidar com os conflitos quando suas conclusões foram questionadas. Em decorrência do acirramento das discussões sobre as divergências, a BDO resolveu substituir o sócio responsável pelo relacionamento com os Correios.

Por ser a troca do sócio responsável pela auditoria independente de uma companhia um evento sensível, o Comitê de Auditoria dedicou especial atenção à revisão das conclusões conduzidas pelo novo sócio da BDO. Todavia, as dificuldades de relacionamento foram contornadas e houve confirmação das conclusões anteriores, inclusive no que se refere às ressalvas às demonstrações financeiras do exercício de 2019, que foram, é importante frisar, consideradas conformes pelo Comitê de Auditoria.

Considerando-se as evidências analisadas e as entrevistas com as equipes dos Correios e com os sócios da BDO, o Comitê de Auditoria concluiu que não houve prejuízo aos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria, que foram bem sustentados tecnicamente e desenvolvidos com independência.

Quanto às revisões das demonstrações financeiras de 2020, sob a responsabilidade da Crowe Consult Auditores Independentes, não houve divergências com as equipes técnica e gerencial dos Correios e o Comitê de Auditoria emitiu parecer favorável às conclusões do relatório dos auditores, considerando-os aceitáveis. Entretanto, é importante destacar três ressalvas que, na opinião do Comitê de Auditoria, devem ser observadas na contratação da auditoria independente para os exercícios seguintes, a fim de prevenir riscos de questionamentos sobre a efetividade e credibilidade dos serviços prestados.

Primeiramente, houve um atraso excessivo na contratação da empresa de auditoria — cujo contrato só foi efetivado em dezembro de 2020 — o que pode ter levado a prejuízos na qualidade da condução dos trabalhos, devido aos prazos exíguos para emissão dos relatórios, em especial por se tratar de uma nova contratada, que tem o ônus adicional de mapear os processos e identificar os principais riscos da auditada e não somente “auditar as demonstrações financeiras”.

Em segundo lugar, ao avaliar os currículos da equipe de auditores apresentados pela Crowe Consult, o Comitê de Auditoria constatou que a experiência dos profissionais é quase que exclusivamente na realização de auditorias de empresas de porte e complexidade muito menores que as dos Correios.

E, finalmente, à época da discussão prévia sobre as conclusões da auditoria sobre as demonstrações financeiras de 2020, ao ser questionada pelo Comitê de Auditoria a respeito dos fundamentos que a levaram a retirar a ressalva às demonstrações financeiras de 2019 referente ao uso da taxa média de títulos privados negociados no mercado secundário para descontar os fluxos financeiros do passivo atuarial dos Correios, a Crowe Consult apresentou como evidência técnica tão somente uma dissertação de mestrado de aluno da FGV.

O Comitê de Auditoria já havia avaliado tal dissertação quando da discussão do relatório da BDO, referente às demonstrações financeiras de 2019, e entende que a evidência seria frágil por si só para sustentar a conclusão do auditor sobre tema materialmente relevante, mas é ainda mais grave. O então mestrando da FGV concluiu em sua pesquisa que o uso das taxas de juros de títulos públicos ou privados são inadequados para descontar os fluxos de caixa de passivo atuarial, sugerindo o uso de uma curva de juros futuros. Ou seja, o auditor utilizou uma evidência que contradiz sua própria conclusão, o que sugere deficiência de procedimentos da Crowe Consult na condução do teste de auditoria.

O Comitê de Auditoria não questionou a conclusão do relatório do auditor tão somente porque os Correios obtiveram um parecer favorável da Mercer Consulting sobre a metodologia utilizada pelos Correios. A Mercer é uma empresa de consultoria internacional, com presença marcante no negócio de consultoria em previdência privada, considerada uma das maiores empresas do mundo e a maior do Brasil nessa área. A obtenção do parecer visou a atender recomendação do Conselho de Administração, de 2020, que teve como objetivo obter embasamento técnico independente e qualificado sobre o tema, dado que o uso da taxa média de títulos de emissão privada para tal finalidade, embora prevista nas normas contábeis nacionais, é inédita no mercado nacional para empresas de grande porte.

BLOCO IV – AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DA AUDITORIA INTERNA

Contextualização

O presente capítulo do relatório do Comitê de Auditoria visa a avaliar a efetividade da Auditoria Interna dos Correios, em atendimento ao que prevê o Regimento Interno do Colegiado (item 4.7.4, alínea “d”), considerando como abrangência temporal o segundo semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2020.

Nos relatórios anteriores, emitidos em 2019, o Comitê de Auditoria avaliou um conjunto de 10 dimensões que conduzem à efetiva criação de valor das auditorias às suas instituições, tomando-se por premissa as normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, publicadas pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA, da sigla em inglês).

A avaliação das 10 dimensões foi realizada com base em respostas da Auditoria Interna a questionário com 100 quesitos, desenvolvido pelo próprio Comitê de Auditoria dos Correios com base nas normas do IIA, acompanhadas de evidências que suportaram as assertivas do respondente e análise crítica do resultado pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das avaliações e as recomendações do Comitê de Auditoria foram descritos nos relatórios 01/2019 e 07/2019, emitidos em fevereiro e outubro de 2019, respectivamente.

O modelo utilizado até o momento para avaliar a efetividade da função auditoria interna é bem estruturado e foi elaborado com base em práticas amplamente aceitas, inclusive no âmbito internacional, para o exercício da profissão de auditor interno, portanto, serve ao propósito estabelecido no Regimento Interno do Comitê de Auditoria dos Correios.

Ocorre que, em 2019, a Controladoria Geral da União (CGU), editou a Portaria 777/2019, com o seguinte teor: “Ao implementar o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) previsto na Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017, e ao promover as respectivas avaliações externas de qualidade, recomenda-se que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) utilizem como referência, preferencialmente, a metodologia *Internal Audit Capability Model* (IA-CM), do Instituto dos Auditores Internos (IIA)”.

Apesar de, na mesma Portaria, a CGU facultar às UAIG de empresas estatais não dependentes, o uso do *Quality Assessment* (QA), também editado pelo IIA, a Auditoria Interna dos Correios decidiu utilizar o IA-CM, processo que já se encontra em andamento, por meio de autoavaliação.

O Comitê de Auditoria entende que o IA-CM é instrumento também adequado para avaliar a efetividade da Auditoria Interna, permitindo o acompanhamento de sua evolução no tempo de forma mais objetiva, e apresenta vantagens em relação ao uso do questionário utilizado atualmente, sem abrir mão da boa estruturação e fundamentação em práticas internacionais desta abordagem.

Sem a pretensão de esgotar a lista dos benefícios de o Comitê de Auditoria adotar o IA-CM como método de avaliação da efetividade da Auditoria Interna dos Correios, podem-se prontamente identificar algumas vantagens em relação ao questionário atual, a saber: uso de modelo padrão para as estatais federais e órgãos da administração direta da União, assim definido pela CGU, o que pode viabilizar o uso comparativo de desempenho das auditorias internas de diferentes empresas ou entidades governamentais; apresenta um *score* final de cada avaliação, que representa o grau de maturidade dos processos da UAIG, o que permite uma conclusão objetiva sobre a efetividade da Unidade, bem como o estabelecimento de metas a serem alcançadas; evita o retrabalho da Auditoria Interna, ao responder os questionários, e do Comitê de Auditoria, na análise crítica de dois instrumentos similares para avaliação da Unidade.

Desse modo, o Comitê de Auditoria resolveu, de comum acordo com a Auditoria Interna, passar a utilizar, a partir do segundo semestre de 2020, o IA-CM como instrumento de avaliação da efetividade da função auditoria dos Correios. E, para fundamentar a avaliação deste relatório, concluindo o ciclo iniciado em 2019, realizar um *follow-up* das recomendações emitidas no relatório anterior, por meio de análise de evidências apresentadas pela Auditoria Interna. É o que se passa a relatar no tópico seguinte.

***Follow-up* das recomendações emitidas no relatório anterior**

Questionada pelo Comitê de Auditoria sobre a apresentação de novas evidências para sustentar as respostas do questionário entregue no segundo semestre de 2019, a Auditoria Interna forneceu informações e evidências complementares, incluindo novas recomendações emitidas – inclusive os *status* de cada uma, a fim de se comprovar a eficácia da melhoria dos controles, por conseguinte, do gerenciamento dos riscos inerentes – e, para alguns quesitos, planos de ação da própria Unidade para reforçar ou melhorar os procedimentos adotados.

A evolução de cada plano de ação apresentado na presente etapa deve ser apresentada pela Auditoria Interna ao Comitê de Auditoria para avaliação trimestralmente – a primeira em setembro de 2020 – demonstrando as evoluções observadas.

2.1 Dimensão 6 – Contribuição da Auditoria para Melhoria dos Processos de Governança, Gerenciamento de Riscos e Controle (IIA 2100)

A dimensão 6, tem por objetivo abordar a contribuição da Auditoria Interna para a gestão de risco global da Companhia.

Dos 18 quesitos que compõem a dimensão 6, como registrado no relatório 07/2019, o Comitê de Auditoria concluiu que apenas 2 atendem aos pressupostos do IIA, embora a Auditoria Interna tenha assinalado positivamente a totalidade dos quesitos dessa dimensão no questionário, como foi descrito pormenorizadamente no relatório. Tal resultado demonstrou que a dimensão 6 é a que a Auditoria Interna apresenta o pior desempenho (11% de respostas positivas aos quesitos), de acordo com a abordagem utilizada.

Restou consignado no relatório que “esta dimensão foi analisada levando-se em conta dois fatores: o nível de maturidade dos Correios, identificado como “fragmentado”; e o nível baixo de eficácia quanto aos controles internos”.

Ao revisar o questionário, durante este trabalho de *follow-up*, percebeu-se que a dimensão 6 contempla 19 quesitos (48 a 66), não 18, como citado no relatório 07/2019. Entretanto, tal equívoco não altera o percentual de respostas positivas calculado (de 11%) em função de aproximação do resultado para a casa decimal superior.

A seguir, apresenta-se uma breve análise da evolução do *status* de cada quesito que foi negativado e eventuais ações sugeridas pela Auditoria Interna em resposta ao apontamento do Comitê de Auditoria.

Questões 48 a 53

A causa descrita no relatório 07/2019 para a avaliação negativa desses seis quesitos pelo Comitê de Auditoria é idêntica: recomendações não emitidas, ou não apresentação das evidências de emissão, para as constatações mencionadas como exemplos para sustentar as respostas do questionário.

No decorrer da avaliação atual, a Auditoria Interna apresentou novas evidências e informações complementares sobre auditorias realizadas entre 2016 e 2020, em que foram emitidas recomendações sobre os temas relacionados ao núcleo de cada quesito. Todas as recomendações citadas estão em situação regular, como informado pela Auditoria Interna, de acordo com as normas dos Correios, ou seja, implementadas, dentro do prazo de implementação acordado, não acompanhadas, por serem de baixa ou média criticidade, ou emitidas em trabalho de auditoria consultiva.

A despeito das novas evidências e informações, que poderiam ter levado à conclusão diversa sobre tais quesitos em 2019, a Auditoria Interna apresentou planos de ação para os itens 49, 50, 52 e 53, que visam a aperfeiçoar os procedimentos de auditoria. Tais planos de ação são listados a seguir:

a) Considerar, no planejamento de auditorias relacionadas a processos estratégicos, testes específicos para revisão de indicadores de desempenho, planos de incentivos, aceitação excessiva de riscos por parte dos gestores e monitoramento das decisões da alta administração (quesito 49);

- b) Reforçar as orientações às equipes de auditoria quanto à necessidade de identificação e avaliação dos riscos que envolvem o processo de governança e os controles existentes em cada processo auditado, de modo que as recomendações proporcionem melhoria dos processos de governança da organização quanto aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da organização (IIA 2110) (quesito 50);
- c) Intensificar nas fases de planejamento/execução dos trabalhos a identificação dos riscos que podem afetar os processos auditados, de modo a avaliar alinhamento dos objetivos da organização e sua missão com o objetivo de emitir recomendações que permitam aprimorar tal alinhamento (quesito 52);
- d) Aprimorar os procedimentos de identificação e avaliação dos riscos significativos, nas fases de planejamento (MRC/MPL), execução (matriz de achados) e comunicação (Relatório de Auditoria), por meio de recomendações/opiniões que demonstrem oportunidades de melhoria para o processo auditado; e revisão dos processos da AUDIT por meio da estrutura de autoavaliação - IA-CM (quesito 53).

Questão 54

A conclusão do Comitê de Auditoria sobre tal quesito é, em essência, a inexistência de declaração formal de apetite a risco aprovado pela instância competente da Companhia. A Auditoria Interna, declarou, à época, que contemplou a avaliação dos riscos corporativos na elaboração do PAINT 2019 (PAINT – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna) e que, em cada trabalho de auditoria, elabora matriz de riscos e controles e matriz de planejamento.

Em complemento às informações anteriores, a Auditoria Interna acrescentou que “adota procedimento alternativo, à falta da declaração formal de apetite a riscos dos Correios, para avaliar o nível de risco a que a Companhia está exposta em cada avaliação de processo, com base em análise dos ambientes interno e externo, discutindo os temas com os gestores”. Na fase monitoramento da implementação de recomendações, afirma que o gestor pode não acatar as recomendações de auditoria e, caso o risco assumido por ele seja entendido como significativo pela equipe de auditoria, tal fato é comunicado à alta gestão.

A Auditoria Interna apresentou plano de ação que visa a aprimorar o processo, a saber:

- a) Aprimorar o processo de comunicação, de modo a evidenciar situação de assunção de riscos acima daqueles aceitáveis, segundo a opinião da AUDIT, enquanto a Empresa não declara o seu apetite a riscos.

Apesar de não haver, de fato, uma declaração formal de apetite a riscos aprovada pela instância competente, há de se reconhecer que, mesmo não consolidadas, algumas normas e atos deliberativos do Conselho de Administração, declaram o risco tolerado pela Companhia, considerados o contexto geral e prioridades.

Como exemplos, pode-se listar os seguintes eventos: ao aprovar o PAINT, cujos trabalhos a serem executados no ano foram escolhidos com base em uma avaliação de riscos, o Conselho de Administração concorda que tais processos, e o método utilizado para a seleção, são prioritários para serem avaliados no período, ou, de outra forma, os que apresentam maior criticidade ou risco, considerados o orçamento e recursos disponíveis; a própria norma que estabelece as regras para estabelecimento de prazos de implementação dos planos de ação ou eventuais prorrogações de prazo explicitam a tolerância ao tratamento dos riscos identificados; ou, ainda, a aprovação do Plano de Providências Permanente, que visa a tratar o estoque de planos de ação pendente de implementação.

Importante registrar a recente aprovação da Política de Consequências, pelo Conselho de Administração, instrumento que explicita para toda a Companhia a (in)tolerância a riscos.

Questão 55

O Comitê de Auditoria consignou no relatório 07/2019 que não foi possível identificar qual o procedimento utilizado pela Auditoria Interna para capturar e comunicar de forma oportuna os riscos relevantes da organização, dispondo de forma clara e objetiva a responsabilidade de mitigação para cada interveniente.

Não obstante ter declarado que, ao elaborar o PAINT, considera os processos estratégicos e riscos associados para selecionar os objetos auditáveis e, na comunicação dos resultados de cada trabalho de auditoria, conclui sobre eventual não atingimento dos objetivos do processo auditado, argumentos que parecem consistentes com o que se tem observado, a Auditoria Interna apresentou plano de ação para aprimorar os seus processos internos, a saber:

- a) Aprimorar, na fase de planejamento e execução dos trabalhos, de modo a avaliar o risco do processo auditado em relação ao atingimento do objetivo estratégico, ressaltando o resultado de tal avaliação na comunicação dos trabalhos.

Questão 58

O Comitê de Auditoria não identificou, à época, provas que suportassem a resposta positiva ao quesito, portanto, refutou a assertiva da Auditoria Interna no questionário, como consta do relatório 07/2019. A Unidade reconhece que os trabalhos até então programados eram, em sua maioria, de auditoria de conformidade ou de avaliação de controles internos, mas assinala que as “auditorias de desempenho” seriam contempladas no PAINT 2019.

No acompanhamento atual, a Unidade apresentou apenas um exemplo de auditoria com o foco no cerne do quesito (avaliação de exposições a risco relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à eficácia e eficiência das operações programadas”, que teria sido realizada em 2018 e cuja única recomendação elencada foi implementada em fevereiro de 2019.

A Auditoria Interna propôs o seguinte plano de ação para endereçar o apontamento:

a) Intensificar nas fases de planejamento/execução dos trabalhos a identificação dos riscos que podem afetar os processos auditados, de modo a avaliar o tratamento dado a tais riscos com o objetivo de emitir recomendações que permitam a mitigá-los e aprimorar o seu gerenciamento.

As informações e evidências apresentadas sugerem que a Auditoria Interna precisa investir maior esforço na realização de auditorias com foco em riscos ou “auditorias de desempenho”, como mencionado pela Área.

Questão 59

O apontamento do Comitê de Auditoria em relação ao quesito considerou a inexistência de procedimento sistematizado da Auditoria Interna para avaliar as exposições a riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à salvaguarda dos ativos. Em complemento, o Comitê de Auditoria recomendou que se incluísse na sistematização a avaliação de conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

Não obstante ter apresentado mais um exemplo de trabalho que contempla a avaliação de riscos em relação à proteção de ativos da Companhia, realizado em 2019 e com uma recomendação com prazo de implementação a vencer, não foram apresentadas informações que permitissem concluir que há uma sistematização do procedimento.

A Auditoria Interna apresentou o presente plano de ação para tratar o apontamento:

a) Avaliar a inclusão nos normativos da AUDIT, de sistematização da avaliação das exposições a riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à (IIA 2120.A1): confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais; eficácia e eficiência das operações e programas; salvaguarda dos ativos; e conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

Questão 60

A conclusão do Comitê de Auditoria sobre o quesito foi de que “não ficou claro se as auditorias de conformidade estão relacionadas às exposições de risco”.

Possivelmente, a conclusão consignada no relatório 07/2019 deveu-se à falta de exemplos de auditorias de conformidade, dado que essa é a abordagem de auditoria mais realizada pela Auditoria Interna dos Correios, como mencionado pela Unidade na resposta original à questão 58. O risco a ser avaliado em auditorias de conformidade é, em regra, a de possibilidade de não cumprimento de normas (em sentido amplo) e obrigações contratuais, portanto, ao realizar as avaliações de conformidade, é sobre tal risco que se está concluindo.

A Auditoria Interna complementou as informações dadas em 2019 com um exemplo de trabalho de conformidade, realizado em 2017, e apresentou uma proposta de plano de ação, transcrita a seguir:

a) Adequar os registros relativos à evidências das auditorias de conformidade a fim de demonstrar a relação entre a exposição à riscos e a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos, desde a fase de planejamento (MRC/MPL), execução (matriz de achados) até a fase de comunicação (Relatório de Auditoria);

b) Avaliar a inclusão nos normativos da AUDIT, de sistematização da avaliação das exposições a riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação à (IIA 2120.A1): confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais; eficácia e eficiência das operações e programas; salvaguarda dos ativos; e conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

Questão 61

O Comitê de Auditoria concluiu, em 2019, que a Auditoria Interna “avalia o potencial de ocorrência de fraude, mas não há informações sobre avaliação do gerenciamento do risco em questão pela organização”, o que resultou na negativação da

pergunta.

A Auditoria Interna forneceu informações consistentes sobre o tema, mas reconheceu que há oportunidades de aprimoramentos, em especial no tocante à realização de trabalhos da modalidade auditoria contínua, com testes intensivos em bases de dados. Adicionalmente, apresentou plano de ação para endereçar o apontamento, como descrito a seguir:

- a) Intensificar a avaliação de potenciais ocorrências de fraude nos processos avaliados desde a fase de planejamento (MRC/MPL), execução (matriz de achados) até a fase de comunicação (Relatório de Auditoria);
- b) Avaliar a inclusão nos normativos da AUDIT, de sistematização da avaliação das exposições à riscos relacionados à governança, às operações e aos sistemas de informação da organização, em relação ao potencial de ocorrência de fraude e como a organização gerencia o risco de fraude. (IIA 2120.A2)

Sem demérito ao plano de ação apresentado, o Comitê de Auditoria entende que é recomendável que se invista no desenvolvimento, disseminação e utilização das técnicas de “auditoria contínua” e suas ferramentas.

Tal abordagem, quando implementada com técnicas avançadas de “auditoria eletrônica”, tem o potencial de gerar resultados robustos, aumento de eficiência dos trabalhos, maior confiabilidade das conclusões e maior agregação de valor para a Companhia, benefícios não restritos apenas ao gerenciamento do risco de fraudes.

Questão 62

O Comitê de Auditoria considerou que não foi respondido se a Auditoria Interna avalia a adequação e a eficácia dos controles em resposta aos riscos, abrangendo a governança, as operações e o sistema de informação da organização em relação ao alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Ao responder à questão, a Auditoria Interna argumentou que a escolha de que objetos serão auditados no ano, durante a elaboração do PAINT, considera o quanto eles contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos. Acrescentou, ainda, que os trabalhos de auditoria realizados em 2019 buscaram avaliar a eficácia dos controles em resposta aos riscos, tendo citado como exemplo um trabalho concluído no ano.

A Auditoria Interna ofertou o seguinte plano de ação para endereçar a questão:

- a) Aprimorar, na fase de planejamento e execução dos trabalhos, de modo avaliar o risco do processo auditado em relação ao atingimento do objetivo estratégico, ressaltando o resultado de tal avaliação na comunicação dos trabalhos.

Questão 63

O Comitê de Auditoria considerou que a resposta à questão não contemplou a avaliação da eficácia dos controles em resposta aos riscos, portanto, negativamente a resposta.

A Auditoria Interna reconheceu, na resposta ao questionário no segundo semestre de 2019, que anteriormente não havia procedimento definido para avaliar a confiabilidade e a integridade das informações financeiras, adotando apenas os resultados dos exames da auditoria externa para emitir seu parecer sobre as contas da Companhia.

Todavia, acrescenta que tal deficiência foi sanada com o estabelecimento, no PAINT 2019, da necessidade de inclusão de objetivo geral, nos trabalhos de auditoria, de verificar se “as ações desenvolvidas contribuíram para a consecução dos objetivos estratégicos da Empresa, a regularidade dos registros contábeis pertinentes visando ao preparo das demonstrações financeiras”. Finalmente, a Unidade argumentou que os trabalhos realizados em 2019 avaliaram informações financeiras e operacionais, limitadas ao escopo de cada objeto auditado.

Em complemento às informações fornecidas em 2019, a Auditoria Interna apresentou exemplo de trabalho, concluído em 2019, em que registra conclusão sobre a inexistência de “falhas e riscos” do processo auditado, mas apresentou plano de ação para aprimorar a comunicação de resultados das auditorias, qual seja:

- a) Adequar a conclusão dos relatórios para que apresentem respostas às questões de auditoria de forma clara tomando como referência a "Orientação Prática: Relatório de Auditoria" da CGU - (pág. 35). Na conclusão do relatório, devem ser apresentados: (i) respostas claras às questões de auditoria propostas, as quais devem ter como base os respectivos achados (citados de forma sintética), explicitando-se o vínculo entre eles e as questões propostas; a conclusão não deve se constituir, portanto, apenas na síntese dos achados; (ii) causas raízes, nos casos em que elas forem identificadas; (iii) boas práticas relevantes, especialmente aquelas que já foram adotadas para solucionar condições indesejáveis descritas no relatório; (iv) principais benefícios decorrentes da auditoria realizada; (v) os danos identificados, quando houver, em comparação ao montante analisado.

Questão 64

O Comitê de Auditoria concluiu que faltou “clareza quanto à avaliação da eficácia dos controles em resposta aos riscos no ato do preenchimento da matriz de riscos” pela Auditoria Interna, o que levou à negatificação da questão.

Ao responder o questionário, em 2019, a Auditoria Interna argumentou que os controles são avaliados em nível de processos auditados e, de forma sistêmica, na auditoria de controles internos administrativos. Citou como evidência de conclusão geral sobre a eficácia e eficiência das operações e programas, um trabalho de auditoria realizado em 2019.

A Auditoria Interna complementou a resposta dada no ano passado com um novo exemplo de trabalho realizado, também de 2019, que teve como foco as Superintendências Estaduais de Operações, e apresentou plano de ação para melhoria do processo, a seguir descrito:

- a) A Auditoria Interna está em fase de teste piloto em duas auditorias, onde ocorreram melhorias na Matriz de Risco e Controle dos trabalhos, com o objetivo de considerar o risco residual;
- b) Adequar os registros relativos à evidências da eficácia dos controles em relação aos riscos identificados desde a fase de planejamento (MRC/MPL), execução (matriz de achados) até a fase de comunicação (Relatório de Auditoria);
- c) Adequar a conclusão dos relatórios para que apresentem respostas às questões de auditoria de forma clara, tomando como referência a "Orientação Prática: Relatório de Auditoria" da CGU (pág. 35).

Questão 65

No relatório 07/2019, o Comitê de Auditoria considerou insuficientes as informações e evidências fornecidas pela Auditoria Interna, registrando os seguintes questionamentos: “Em matéria de ativos, esses são os únicos avaliados? Nos relatórios emitidos, há avaliação da adequação e eficácia dos controles aos riscos?”.

As informações e evidências apresentadas pela Auditoria Interna consistiram em inserção de item no PAINT 2019, referente ao atingimento de objetivos estratégicos; exemplos de auditorias, realizadas em 2019, que tiveram como objetivo avaliar a gestão de ativos específicos da Companhia; e menção às matrizes de Riscos e Controles, de Planejamento e de Achados, aos papéis de trabalho das auditorias.

A Auditoria Interna deu mais informações sobre a mesma auditoria já citada como evidência em 2019, como esclarecimento complementar, e repetiu o mesmo plano de ação do quesito anterior.

Questão 66

O Comitê de Auditoria considerou que as informações e evidências apresentadas para sustentar a resposta positiva ao quesito, que versa sobre a avaliação de conformidade, foram inadequadas, registrando que “talvez, por confusão, a resposta apresentada pela AUDIT é a do quesito 65, relativa à salvaguarda dos ativos”.

Em atendimento ao pedido de informações complementares para subsidiar o presente relatório, a Auditoria Interna declarou que na “elaboração do PAINT são considerados assuntos que por força de contratos ou normativos são obrigatoriamente incluídos como objetos a serem auditados, nos quais é avaliada a conformidade com leis, regulamentos, políticas e procedimentos”.

Pelo que foi declarado pela Auditoria Interna e o que se tem observado dos resultados dos trabalhos de auditoria deste ano, há uma ênfase natural na avaliação de conformidade de processos internos. Acredita-se, portanto, que houve falta de apresentação de evidências para sustentar a resposta positiva.

Apesar disso, a Auditoria Interna apresentou o seguinte plano de ação, que visa a aprimorar os procedimentos adotados:

- a) Aprimorar os registros efetuados na fase de planejamento, execução e comunicação a fim de evidenciar as análises e conclusões em relação à conformidade com leis, regulamentos e procedimentos e contratos, sobre os objetos auditados.

A partir da análise das informações e evidências complementares fornecidas pela Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria conclui que, das 19 questões respondidas, 10 são positivas, o que resulta em uma aderência de 53% das respostas aos quesitos que tratam da contribuição da Auditoria Interna dos Correios para a melhoria dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles (IIA 2100).

Dimensão 7 – Planejamento do Trabalho de Auditoria (IIA 2200)

A dimensão 7 tem por escopo avaliar o desenvolvimento e a documentação do planejamento das atividades de Auditoria Interna, incluindo aspectos como: a) objetivos; b) escopo; c) prazo e alocação de recursos; e d) estratégias e riscos relevantes da organização. Essa dimensão compreende 14 questões, as quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais e os resultados consignados no relatório 07/2019.

O resultado da avaliação dessa dimensão em 2019 foi de cumprimento de 12 requisitos, sendo que dois apresentaram ressalvas relativas à gestão de riscos (questos 69 e 71) e dois foram considerados não atendidos (questos 76 e 77).

A seguir, descreve-se o resultado da análise do *follow-up* dos questos não atendidos e atendidos com ressalvas.

Questão 69

O Comitê de Auditoria concluiu que não é possível concluir se a Auditoria Interna contribui, de forma efetiva, para aferir se o impacto potencial dos riscos é mantido em um nível aceitável, dado a inexistência de declaração formal de apetite a risco dos Correios.

Contudo, a Auditoria Interna adota procedimentos alternativos para avaliar os riscos, o que foi considerado como fator preponderante para positivar o quesito, embora com ressalva.

Tal apontamento já foi descrito com mais detalhe na questão 54, com argumentos adicionais que ratificam o entendimento emanado no relatório 07/2019.

Como forma de aprimorar os procedimentos, a Auditoria Interna apresentou o plano de ação a seguir:

a) Aprimorar o processo de comunicação, de modo a evidenciar situação de assunção de riscos acima daqueles aceitáveis, segundo a opinião da Auditoria Interna, enquanto a Empresa não declara o seu apetite a riscos.

Questão 71

O Comitê de Auditoria concluiu, em 2019, que “no que tange ao gerenciamento de riscos, a Organização ainda carece de uma visão sistêmica do assunto, para que a AUDIT/Correios tenha condições de ofertar uma contribuição mais efetiva. Essa contribuição somente ocorrerá à medida que houver integração das áreas que gerenciam riscos em todas as suas linhas de defesa.

A Auditoria Interna argumentou que a análise de riscos perpassa todas as fases de um trabalho de auditoria, iniciado com a elaboração do PAINT. O argumento é válido e suficiente para positivar o quesito, embora com a ressalva da necessidade de integração entre as áreas.

A análise passada permanece válida para o momento atual, o que reforça a necessidade de maior integração entre as unidades funcionais que lidam com gerenciamento de riscos.

A Auditoria Interna apresentou o plano de ação a seguir, que contempla tão-somente aprimoramento dos procedimentos internos:

a) Aprimorar os registros efetuados na fase de planejamento, execução e comunicação a fim de evidenciar oportunidades de melhoria dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles da atividade.

Questão 76

O Comitê de Auditoria concluiu, em 2019, que a Auditoria Interna não considera a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições ao desenvolver os objetivos de cada trabalho.

Essa conclusão é respaldada pela resposta negativa da Auditoria Interna ao quesito, que registou entender que a “criação da gerência de auditorias especializadas – GAES/AUDIT possibilitará o desenvolvimento dessa atividade no âmbito dos Correios. Outrossim, a implementação do programa de qualidade neste 2º semestre a atividade (MANAUD 1/4, aprovado na 7ª ROCA) permitirá uma evolução dos procedimentos de cada etapa do processo de auditoria”.

O Comitê de Auditoria acrescentou, no relatório 07/2019, que “independentemente de ser constituída gerência para essa finalidade, há necessidade de se considerar tais aspectos (probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições) de forma que os usuários dos relatórios de auditoria tenham ciência das limitações do trabalho da auditoria”.

Apesar de sinalizar uma expectativa positiva, em função das ações informadas em sua resposta, em 2019, a Auditoria Interna não apresentou, durante este *follow-up*, resultados que confirmem o otimismo informado. Dessa forma, permanece inalterada a conclusão do Comitê de Auditoria sobre o quesito. A Auditoria Interna apresentou o seguinte plano de ação:

a) Reforçar as orientações às equipes de auditoria quanto à necessidade de na fase de planejamento considerar a probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições ao desenvolver os objetivos do trabalho.

Questão 77

Sobre esse quesito, assim concluiu o Comitê de Auditoria em 2019: “também se verifica que até o momento a Auditoria Interna juntamente com o Conselho de Administração e Comitê de Auditoria não dispõem de parâmetros para avaliar se os critérios estabelecidos (pela Diretoria Executiva e pelo próprio Conselho de Administração) para determinar os objetivos e metas encontram-se adequados ou não. Nesse sentido, é relevante mencionar que o IIA item 2210.A3 orienta que tais critérios sejam estabelecidos especificamente para avaliação sob a ótica da governança, gerenciamento de riscos e controles, sendo este último com procedimentos claramente definidos.

A Auditoria Interna apresentou o seguinte plano de ação para endereçar o apontamento:

- a) Aprimorar os registros efetuados na fase de planejamento, execução e comunicação a fim de evidenciar os registros relacionados à verificação da adequação dos objetivos e metas dos objetivos auditados;
- b) Aprimorar os critérios de avaliação para determinar se os objetivos e metas estabelecidos pela Diretoria Executiva têm sido alcançados, apresentando-os ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria.

Não houve alteração do resultado da avaliação da dimensão 7, indicando em sinalização positiva de 12 quesitos, sendo que dois apresentam ressalvas, de um total de 14, portanto, o Comitê de Auditoria ratifica o resultado de uma aderência de 86% da Auditoria Interna às normas internacionais que tratam do desenvolvimento e documentação do planejamento de suas atividades, incluindo aspectos como: a) objetivos; b) escopo; c) prazo e alocação de recursos; e d) estratégias e riscos relevantes da Organização (IIA 2200).

Dimensão 8 – Execução do Trabalho de Auditoria (IIA 2300)

A dimensão 8 tem por escopo avaliar em que medida são identificadas, analisadas, avaliadas e documentadas informações suficientes para cumprir os objetivos do trabalho de auditoria. Essa dimensão é composta por oito questões, as quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais, cujos resultados foram descritos no relatório 07/2019.

Como a aderência dessa dimensão foi de 100% dos quesitos, e não há indícios de deterioração da situação observada em 2019, não foi feito *follow-up*.

Não houve alteração da conclusão sobre a dimensão 8, dado que a avaliação anterior sinalizou 100% de aderência dos quesitos avaliados e não há indícios de que a situação se alterou desde então. Portanto, conclui o Comitê de Auditoria que a efetividade da execução dos trabalhos de auditoria, sob condução da Auditoria Interna, mostrou-se 100% efetiva no período avaliado (IIA 2300).

Dimensão 9 – Comunicação dos Resultados do Trabalho de Auditoria (IIA 2400)

A dimensão 9 tem como escopo avaliar a forma de comunicação dos resultados dos trabalhos da auditoria interna à alta administração da Companhia, bem como aos demais interessados (acionistas, órgãos de controle externo e a sociedade). Essa dimensão é composta por seis questões, as quais foram avaliadas por meio de respostas e evidências documentais.

O resultado indica uma aderência de 83% da dimensão, dado que cinco variáveis foram ratificadas como positivas. A seguir, descreve-se o *follow-up* do único quesito negativado:

Questão 93

O quesito visa a verificar a tempestividade da comunicação de resultados, tomando por base a distribuição do relatório de auditoria em até 30 dias após a aprovação pelo Conselho de Administração.

Em 2019, até a data em que foi emitido o relatório 07/2019, o percentual de tempestividade foi de 92% dos relatórios, com média observada de 14 dias para encaminhamento à Presidência, após a aprovação pelo Conselho de Administração.

A Auditoria Interna apresentou informação atualizada, contemplando a totalidade dos trabalhos realizados em 2019, em que foi observada tempestividade na comunicação dos resultados em 95% dos trabalhos.

Dado o prazo relativamente confortável para a distribuição dos relatórios, não parece excessivo manter a meta de entrega em 100% do que foi estabelecido. Portanto, o Comitê de Auditoria entende que a situação permanece abaixo da expectativa, a despeito da melhora marginal do percentual de tempestividade, e mantém a negatização do quesito.

A avaliação da dimensão 9 apresentou incremento do percentual de aderência, de 67% para 83%, em relação à avaliação anterior, considerando-se que a recomendação de melhoria referente a um quesito (item 94), não conforme anteriormente, foi devidamente implementada. O Comitê de Auditoria conclui pela aderência de 83% da Auditoria Interna na comunicação dos resultados dos trabalhos de auditoria (IIA 2400).

Dimensão 10 – Monitoramento do Progresso dos Pontos de Auditoria ou Comunicação de Aceitação de Riscos (IIA 2500 e 2600)

A dimensão 10 tem como objetivo o monitoramento dos pontos de auditoria e a comunicação de aceitação de riscos pelo Conselho de Administração, que é a instância máxima da Companhia responsável por zelar pela qualidade da implementação das recomendações emitidas pela Auditoria Interna, cabendo exclusivamente àquele Colegiado aceitar formalmente o risco associado caso decida por não realizar nenhuma outra ação.

Essa dimensão é composta por cinco questões, as quais foram avaliadas em 2019 por meio de respostas e evidências documentais, apresentadas pela Auditoria Interna, cujo resultado foi publicado no relatório 07/2019.

Como a aderência dessa dimensão foi de 100% dos quesitos, de acordo com o que demonstrou o relatório de 2019, e não há indícios de deterioração da situação observada anteriormente, não foi feito *follow-up* das respostas aos quesitos dessa dimensão.

Entretanto, nota-se que, a despeito do resultado positivo mantido, o relatório de acompanhamento das recomendações de auditoria interna pendentes sinaliza aumento de cerca de 15% do total de apontamentos em aberto e melhora marginal do prazo médio total, com redução de 8 dias, como descrito nos parágrafos a seguir.

Na posição de 10/09/2019, existiam 1.324 recomendações de auditoria interna em aberto, com prazo médio, contados desde a data da emissão, de 1.160 dias, maior prazo decorrido de 4.612 dias e menor prazo de 40 dias.

Em 13/07/2020, de acordo com informações fornecidas pela Auditoria Interna, havia 1.596 recomendações de auditoria em aberto, com média de 1.152 dias de maturidade, também contadas a partir da data da emissão, sendo o maior prazo decorrido desde a abertura é de 4.871 dias e o menor, de 7 dias.

Duas decisões da alta administração visam a melhorar o controle sobre a implementação das recomendações da Auditoria Interna e, por conseguinte, do sistema de controles internos dos Correios: a atribuição à área de governança da responsabilidade pelo acompanhamento das ações tomadas pelos gestores para atendimento às recomendações pendentes; e a recente aprovação, pelo Conselho de Administração, da Política de Consequências, documento que explicita, de forma direta, a (in)tolerância da Companhia a certos riscos.

Todavia, o aumento do já expressivo estoque de recomendações, como demonstrado anteriormente, impõe grandes desafios para as áreas gestoras, e, nesse contexto, o Comitê de Auditoria manterá o acompanhamento dos relatórios regulares da Auditoria Interna para avaliar os resultados nos próximos meses.

Não houve alteração da conclusão sobre a dimensão 10, dado que a avaliação anterior sinalizou 100% de aderência dos quesitos avaliados e não há indícios de que a situação se alterou desde então. Portanto, conclui o Comitê de Auditoria que o resultado do monitoramento do progresso dos pontos de auditoria ou a comunicação de aceitação de riscos, conduzidas pela Auditoria Interna foi de 100% (IIA 2500 e 2600).

Conclusão

Este capítulo do relatório tem o objetivo de avaliar a efetividade da função auditoria interna dos Correios, com abrangência temporal de setembro de 2019 e junho de 2020, em atendimento ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria – item 4.7.4, alínea “d”.

A abordagem adotada pelo Comitê de Auditoria para a avaliação foi a análise de informações e evidências e planos de ação apresentados pela Auditoria Interna, em resposta a questionário elaborado com base nas normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, editadas pelo Instituto de Auditores Internos.

Para a presente avaliação, foi realizado um *follow-up* das situações apuradas para cada quesito, descritas no relatório 07/2019, totalizando 52 itens, resultando em uma aderência de 77% (40 quesitos em conformidade) das respostas aos quesitos às boas práticas adotadas como referência, em comparação a 61% do relatório anterior.

Entretanto, o melhor resultado registrado neste relatório em relação ao anterior não reflete uma evolução linear da efetividade da função auditoria interna no período, dado que a maior parte dos quesitos positivados na presente avaliação foi decorrente de uma reavaliação das respostas anteriores em função de apresentação de evidências e esclarecimentos adicionais, em sua maioria observáveis em 2019.

BLOCO V – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades, descritas resumidamente a seguir, com o objetivo específico de avaliar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras dos Correios, em conformidade com o que exige a legislação pertinente e as normas internas dos Correios, a saber:

- Reuniões com a Auditoria Interna para acompanhamento dos *follow-ups*, principais achados de auditoria, pontos de controle e evolução das soluções adotadas pelas diversas áreas da Companhia;
- Reuniões com o departamento de contabilidade para acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras, discussões sobre as variações das contas mais relevantes, conciliações, provisões, reprecificação de ativos (Relatórios Técnicos *Valuation* FIDC e ATG - Postalís e Parecer atuarial Ativo Justo) e demais assuntos relativos à construção das referidas demonstrações;
- Reuniões com a área de impostos para entendimento da provisão de impostos, ativo fiscal diferido, ativo contingente e demais aspectos tributários que afetam a demonstração financeira da companhia;
- Reuniões com o departamento jurídico para entendimento da constituição das provisões para contingências judiciais, metodologia de trabalho quanto ao reconhecimento de tais passivos, bem como acompanhamento da revisão proposta pelo Comitê de Auditoria;
- Reunião com a empresa contratada para cálculo do benefício pós-emprego, com o objetivo de entender as premissas atuariais (previdência e saúde) a serem utilizadas no cálculo dos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados dos Correios, conforme legislações;
- Reunião para discussões sobre as demonstrações financeiras, fluxo de caixa (Patrimônio Líquido e Caixa), execução orçamentária e desempenho empresarial (Relatório de Avaliação Empresarial e Acompanhamento Indicadores Estratégicos);
- Reuniões com a BDO e com a Consult para entendimento dos planos de auditorias, principais pontos de controle, discussões sobre possíveis ressalvas e entendimento da construção do relatório do auditor independente.

O Comitê de Auditoria emitiu parecer sobre as demonstrações financeiras de 2019, concluindo que [as demonstrações financeiras]:

“refletem adequadamente, em seus aspectos materialmente relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, exceto no que se refere às ressalvas a serem consignadas no relatório de revisão dos auditores independentes, como informado preliminarmente pela BDO. O COAUD entende que as ressalvas são pertinentes e tecnicamente bem fundamentadas, não apresentando alterações significativas, em quantidade e conteúdo, em relação aos relatórios emitidos anteriormente pela BDO, o que indica que os esforços despendidos pela Companhia para eliminar os problemas que sustentaram os apontamentos dos auditores não tiveram o resultado esperado.

Considerando tal cenário, caso o Conselho de Administração opte por aprovar as demonstrações financeiras, o COAUD recomenda que se requirite à diretoria a apresentação tempestiva de um plano formal para tratar as causas que levaram às ressalvas, incluindo cronogramas bem definidos, com prazos intermediários e finais, que permitam o acompanhamento da evolução e eficácia das medidas implementadas.”

Em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020, o Comitê de Auditoria manifestou-se da seguinte forma:

“Com base nos documentos e informações formalmente apresentadas, os membros do COAUD concluíram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras, emitidas sem ressalvas, refletem adequadamente, no que é materialmente relevante, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2020. O relatório dos auditores independentes não registrou ressalvas às demonstrações financeiras sob análise, mas apenas parágrafos de ênfase sobre a reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2019, os ativos reconhecidos a título de impostos a recuperar (IRPJ), a avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de pensão com benefício definido, o desconhecimento da obrigação atuarial de benefício pós-emprego de plano de saúde, o reconhecimento de crédito tributário ativo de CSLL diferida e as provisões para passivos contingentes.

Um parágrafo de ênfase não representa restrição à publicação das demonstrações financeiras, mas tão-somente um assunto que foi “apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de

tal importância que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis” (definição da NBC TA 706).

Diante das evidências apresentadas, o Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020 estão aptas a serem aprovadas pela instância competente e que é legítimo reconhecer o trabalho efetivo da Diretoria nos últimos meses para eliminar as causas que levaram à emissão com ressalvas de relatórios de auditores independentes em exercícios anteriores, contribuindo para e transparência e melhor qualidades dos relatórios financeiros da Companhia.”

Sobre as ressalvas que foram alteradas pela nova empresa de auditoria independente, o Comitê de Auditoria não fez objeções, à vista das evidências apresentadas pelas áreas responsáveis. Cabe esclarecimento adicional, entretanto, o posicionamento do Comitê de Auditoria a respeito da alteração da opinião do auditor independente sobre a ressalva anterior relativa ao uso da taxa média de títulos de emissão privada para cálculo do benefício pós-emprego.

Em que pese a crítica, registrada no Bloco anterior, sobre a sustentação dada pelo auditor independente para a retirada da ressalva (na verdade, alterada para parágrafo de ênfase), o Comitê de Auditoria entende que o procedimento adotado pelos Correios é legal, bem sustentado tecnicamente e dá a transparência necessária aos consumidores da informação, considerando que foi obtido parecer favorável da Mercer – uma das maiores consultorias especializadas no tema no mundo –, que validou o estudo desenvolvido pela área financeira dos Correios, e que, de forma complementar, foi publicada nota explicativa às demonstrações financeiras comparando o valor registrado no balanço patrimonial com o valor que seria obtido se fosse utilizado a taxa média do mercado secundário de títulos públicos federais.



Documento assinado eletronicamente por **Otho Cezar Miranda de Carvalho, Membro Coaud**, em 20/08/2021, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Fantine Magalhaes, Membro Coaud**, em 20/08/2021, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25018176** e o código CRC **30E5FEA9**.

REGIMENTO INTERNO
DO COMITÊ DE
AUDITORIA



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	3
CAPÍTULO I - OBJETO DO REGIMENTO INTERNO.....	4
CAPÍTULO II - DA FUNÇÃO E ESCOPO DE ATUAÇÃO	4
CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO, POSSE E MANDATO	4
CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS	5
CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS	5
Seção I - Da Auditoria Independente	5
Seção II - Da Auditoria Interna	6
Seção III - Dos Riscos.....	6
Seção IV - Dos Controles Internos	6
Seção V - Da Elaboração e Divulgação de Informações	7
Seção VI - Da Ouvidoria	7
Seção VII - Outras Atribuições.....	7
CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES.....	9
Seção I - Do Presidente.....	9
Seção II - Dos Membros	10
Seção III - Da Área de Relacionamento com os Órgãos Colegiados Estatutários.....	10
CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO	11
Seção I - Da Periodicidade das Reuniões e Convocação	12
Seção II - Da Submissão de Assuntos.....	12
Seção III - Das Decisões.....	13
Seção IV - Da Ata	13
CAPÍTULO VII - DO RELATÓRIO	13
CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	14



IDENTIFICAÇÃO GERAL

COMITÊ DE AUDITORIA DOS CORREIOS

Aprovação:

1. 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, de 28/09/2022.



CAPÍTULO I - OBJETO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê de Auditoria - COAUD, observadas as disposições do Estatuto da Empresa e da legislação em vigor.

CAPÍTULO II - DA FUNÇÃO E ESCOPO DE ATUAÇÃO

Art. 2º O Comitê de Auditoria - COAUD é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração - CA, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

Art. 3º Auxiliar o CA no cumprimento de suas competências, assessorando-o no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria, fiscalização e supervisão, compreendendo especialmente, o monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

Parágrafo único. Exercer atribuições e responsabilidade em relação às subsidiárias e controladas dos Correios que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO, POSSE E MANDATO

Art. 4º O COAUD é composto por 3 (três) membros independentes, eleitos e destituídos pelo CA.

I - os membros do COAUD serão selecionados entre profissionais do mercado por meio de seleção, avaliação de currículos e entrevista;

II - o CA publicará, no sítio eletrônico da empresa, informações acerca do processo de seleção de membros para compor o Comitê de Auditoria Estatutário;

III - o COAUD reportar-se-á diretamente ao CA.

IV - os membros do COAUD poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do CA.

Art. 5º Os membros do Comitê elegerão o seu Presidente, em sua primeira reunião.

Art. 6º Os membros do COAUD serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.



Art. 7º O mandato dos membros do COAUD será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Parágrafo único. O membro do COAUD, se reconduzido, poderá voltar a integrá-lo após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final de seu mandato.

Art. 8º Perderá o mandato o membro do COAUD que:

- I - deixar de atender às condições mínimas previstas na legislação pertinente;
- II - deixar de comparecer, sem causa justificada, a duas reuniões consecutivas ou três, intercaladas, nas últimas doze reuniões.

Art. 9º No caso de vacância de membro do COAUD, o CA elegerá o substituto para completar o mandato.

Art. 10. É vedada a existência de membro suplente no COAUD.

Art. 11. É indelegável a função de membro do COAUD.

Art. 12. É vedada a participação remunerada em mais de 2 (dois) comitês de auditoria de empresas estatais federais.

CAPÍTULO III - DOS REQUISITOS

Art. 13. São condições mínimas para integrar o COAUD as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303/16 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/16, além das demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS

Seção I - Da Auditoria Independente

Art. 14. São competências do Colegiado relativas à auditoria independente:

- I - opinar sobre a contratação e destituição da auditoria independente, previamente à deliberação do CA;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Empresa;
- III - avaliar a efetividade das auditorias independentes, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, além do regulamento e códigos internos, submetendo os resultados ao CA para providências, quando cabíveis.



Seção II - Da Auditoria Interna

Art. 15. São competências do Colegiado relativas à Auditoria Interna:

I - acompanhar a elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna - PAINT, bem com, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, de forma a subsidiar tomada de decisão pelo CA;

II - supervisionar as atividades da Auditoria Interna, avaliando sua efetividade inclusive quanto à verificação do cumprimento de normas internas e externas aplicáveis à Empresa e às subsidiárias e às controladas;

III - apoiar o CA na elaboração e execução de política e critérios de seleção do titular da Auditoria Interna da Empresa;

IV - discutir com a Auditoria Interna os relatórios, comunicações e apresentações a serem submetidos ao CA, propondo ajustes, caso julgue necessário;

V - avaliar o orçamento e as propostas de fixação ou alteração das atribuições de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna;

VI - avaliar o cumprimento pela Diretoria Executiva, das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, bem como as justificativas quando não forem implementadas, submetendo sua posição ao CA.

Seção III - Dos Riscos

Art. 16. São competências do Colegiado relativas a riscos:

I - avaliar e monitorar a exposição da Empresa a risco podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração dos administradores;
- b) utilização de ativos da Empresa;
- c) gastos incorridos em nome da Empresa.

II - analisar relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela área de compliance e gestão de riscos.

Seção IV - Dos Controles Internos

Art. 17. São competências do Colegiado relativas a controles internos:

I - supervisionar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas na área de controles internos da Empresa e das subsidiárias que adotarem o COAUD único;



II - analisar relatórios sobre as atividades desenvolvidas pela área de controle interno;

III - avaliar relatórios destinados ao CA que tratem dos sistemas de controles internos.

Seção V - Da Elaboração e Divulgação de Informações

Art. 18. São competências do Colegiado relativas à elaboração e à divulgação de informações:

I - supervisionar as atividades de elaboração das demonstrações financeiras da Empresa e das subsidiárias que adotarem o COAUD único;

II - monitorar a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras da Empresa e das subsidiárias que adotarem o COAUD único e das informações e medições por ela divulgadas, no limite de sua competência;

III - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e a divulgação das transações com partes relacionadas;

IV - revisar, previamente à publicação, as informações contábeis periódicas, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;

V - acompanhar os trabalhos de opinião justa e imparcial, produzida por analistas ou consultores independentes contratados por demanda do CA, de modo a assegurar que estejam aderentes às melhores práticas relativas ao objeto contratado;

VI - acompanhar o processo de elaboração do relatório da administração, das demonstrações financeiras, discutindo, com antecedência adequada, a ser definida conjuntamente com cada parte envolvida, os documentos e relatórios que subsidiem as informações apresentadas.

Seção VI - Da Ouvidoria

Art. 19. São competências do Colegiado relativas à Ouvidoria:

I - receber, pelos canais de comunicação instituídos e independentes, por meio da Ouvidoria, as denúncias de matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, inclusive sigilosas, internas e externas à Empresa, avaliando a pertinência e submetendo-as ao CA para providências, quando cabíveis;

II - avaliar a efetividade da atuação da Ouvidoria e seus relatórios de atividades.

Seção VII - Outras Atribuições

Art. 20. São, ainda, competências do Colegiado:



I - conduzir ou solicitar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes, contando, para tanto, com o suporte da área de relacionamento com os órgãos colegiados estatutários e com orçamento dentro de limites aprovados pelo CA;

II - elaborar, com suporte da área de relacionamento com os órgãos colegiados estatutários, orçamento, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo CA, de modo a exercer com autonomia operacional a competência prevista no subitem anterior;

III - propor o orçamento do Colegiado diretamente ao CA, com parecer prévio da diretoria competente;

IV - elaborar o relatório anual do COAUD e submetê-lo ao CA;

Parágrafo único. O CA poderá solicitar informações acerca das matérias do relatório anual a qualquer tempo.

V - solicitar, a qualquer tempo, acesso aos livros e papéis dos Correios e às informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e a quaisquer outros atos que considere necessários ao desempenho de suas funções, podendo requisitá-los, diretamente, a qualquer órgão da estrutura da Empresa, dando ciência à Presidência da Empresa;

VI - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela entidade fechada de previdência complementar;

VII - recomendar à Diretoria Executiva, a correção ou o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos relativamente a falhas identificadas no exercício de suas atribuições e competências;

VIII - monitorar a implementação das medidas determinadas pelos órgãos reguladores e de controle;

IX - comunicar ao CA a existência ou as evidências de erro ou fraude, representados por:

a) inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da Empresa;

b) fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes da Empresa;

c) fraudes relevantes perpetradas por funcionários da Empresa ou terceiros;

d) erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações financeiras da Empresa.

X - analisar, segundo critérios de priorização definidos pelo próprio COAUD, informações sobre o acompanhamento da implementação de recomendações formuladas pela Auditoria Interna, por auditores independentes, pela



Controladoria-Geral da União - CGU ou pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc ou de recomendações e determinações formuladas pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

XI - propor, quando for o caso, alterações a este Regimento, as quais deverão ser aprovadas pelo CA;

XII - estabelecer regras operacionais e plano de trabalho para o seu funcionamento e submetê-los, bem como as respectivas alterações, à aprovação do CA;

XIII - desenvolver outras atividades que lhe forem confiadas pelo CA, no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - Do Presidente

Art. 21. São atribuições do Presidente do COAUD:

I - convocar e coordenar as reuniões do COAUD e dar cumprimento às decisões do Colegiado;

II - acompanhar o andamento de matérias encaminhadas ao CA para aprovação, mantendo os membros do COAUD informados a esse respeito;

III - zelar pela eficiência e pela eficácia do COAUD no exercício de suas competências;

IV - orientar os trabalhos bem como solucionar questões de ordem suscitadas nas reuniões;

V - convocar as reuniões do COAUD;

VI - fazer distribuir os assuntos sobre os quais o COAUD deva manifestar-se, acompanhados, se houver, da documentação pertinente, designando relator, quando for o caso;

VII - aprovar as pautas e agendas das reuniões do Comitê;

VIII - assinar as atas das reuniões e os documentos emitidos em nome do Comitê;

IX - encaminhar ao CA os relatórios e as comunicações de competência do COAUD indicados neste Regimento Interno;

X - cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ao Comitê;



XI - convidar, em nome do Comitê, os representantes do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e outros eventuais participantes das reuniões;

XII - propor ao CA normas complementares necessárias ao funcionamento do Comitê;

XIII - propor e discutir com o CA o plano de trabalho anual;

XIV - praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções;

XV - Indicar membro do Comitê para participar das reuniões do CA que tratem das demonstrações financeiras periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT ou quando convidado.

Seção II - Dos Membros

Art. 22. São atribuições dos membros do COAUD:

I - preparar-se previamente sobre os temas das pautas das reuniões do COAUD e delas participar ativa e diligentemente;

II - examinar os assuntos e documentos que lhes sejam submetidos pelo Presidente do Comitê, solicitando, para tanto, sempre que necessário, diretamente, a qualquer órgão da estrutura da Empresa, documentos e informações complementares, e emitindo os relatórios correspondentes;

III - propor ao Presidente do COAUD a realização de reuniões extraordinárias, quando julgar necessário;

IV - coordenar a elaboração das atas das reuniões, propondo a classificação do grau de sigilo das informações nelas contidas e providenciar sua divulgação plena ou, nos casos em que possam pôr em risco interesse legítimo da Empresa, a divulgação de apenas seu extrato;

V - avaliar as atas das reuniões e propor os ajustes porventura necessários;

VI - assinar, conjuntamente com o Presidente, as atas das reuniões do Comitê, propondo a classificação do grau de sigilo das informações nelas contidas;

Seção III - Da Área de Relacionamento com os Órgãos Colegiados Estatutários

Art. 23. São atribuições da área de relacionamento com os órgãos colegiados estatutários:

I - receber as matérias a serem incluídas na pauta da reunião do COAUD, conforme disposições dos normativos internos da Empresa;

II - assegurar que as matérias que devem ser acompanhadas periodicamente pelo COAUD sejam encaminhadas pelas áreas responsáveis;



- III - organizar a pauta dos assuntos a serem tratados em reuniões do Comitê, com base no plano de trabalho aprovado e nas solicitações de membros, visando posterior distribuição ao Colegiado;
- IV - providenciar a convocação para as reuniões do Comitê, dando conhecimento aos membros – e eventuais participantes – do local, data, horário e ordem do dia;
- V - secretariar as reuniões, elaborar, lavrar e registrar as respectivas atas e outros documentos, bem como coletar as assinaturas de todos os membros que dela participaram, além de consignar o comparecimento de eventuais convidados;
- VI - arquivar as atas e orientações nos repositórios eletrônicos e nas dependências da sede dos Correios, neste último caso, quando necessário;
- VII - encaminhar os documentos contendo orientações do COAUD às áreas afetadas ou a outras áreas envolvidas no encaminhamento da ação;
- VIII - dar andamento às recomendações e solicitações emitidas pelo Comitê e monitorar a apresentação dos resultados;
- IX - apoiar o COAUD nos processos de avaliação anual de desempenho dos Administradores e treinamentos específicos que lhe couberem, conforme disposições do § 4º, art. 17 da Lei nº 13.303/2016;
- X - colocar, mensalmente, à disposição dos membros do COAUD, cópias das atas das reuniões do CA, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento ao CA;
- XI - prestar informações dos atos e atividades do COAUD, quando autorizado pelo seu Presidente, observadas as disposições normativas da Empresa;
- XII - indicar ao COAUD necessidades de alteração neste Regimento Interno, decorrentes de modificações em dispositivos legais;
- XIII - providenciar alterações neste Regimento Interno, determinadas pelo COAUD, submetendo-o à aprovação do CA;
- XIV - orientar e dirigir as atividades de apoio administrativo ao COAUD;
- XV - apoiar o colegiado na elaboração do plano trabalho, agenda anual de reuniões e Regimento Interno do Comitê;
- XVI - assinar os extratos de atas, quando necessário;
- XVII - desenvolver outras atividades que lhe forem confiadas pelo Comitê.

CAPÍTULO VI - DO FUNCIONAMENTO



Seção I - Da Periodicidade das Reuniões e Convocação

Art. 24. O COAUD reunir-se-á:

I - ordinariamente pelo menos 2 (duas) vezes por mês, em data, local e horário estabelecidos por seu Presidente;

II - extraordinariamente, por convocação do Presidente do Comitê, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou representantes dos Correios habilitados;

III - com o Conselho Fiscal e com o CA, na periodicidade prescrita em lei ou a qualquer tempo, por solicitação daqueles, para discutir políticas, práticas e procedimentos passíveis de correção ou aprimoramento identificados no exercício das suas respectivas competências;

IV - a qualquer tempo, com a Diretoria Executiva ou com seus membros individualmente, para entendimento do funcionamento da Empresa.

Art. 25. Ao menos um dos membros do COAUD deverá participar das reuniões do CA que tratem:

I - das demonstrações financeiras periódicas;

II - da contratação do auditor independente;

III - do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT.

Art. 26. As reuniões do COAUD, que poderão ser realizadas remota ou presencialmente na sede da Empresa, deverão contar com a maioria de seus membros, e serão convocadas por seu Presidente, pela maioria de seus membros ou pelo CA.

Art. 27. As reuniões serão realizadas, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis após a convocação, que deverá ser acompanhada da pauta da reunião e de informações e documentos necessários à prévia preparação dos membros do Comitê.

Art. 28. O Presidente do Comitê, por iniciativa própria ou de qualquer membro do COAUD, poderá solicitar o comparecimento de terceiros (chefe da Auditoria Interna, auditores independentes, dirigentes, gestores e empregados dos Correios ou das patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas ou controladas ou sociedade em controle comum, direta ou indireta) para prestarem esclarecimentos sobre matérias em apreciação.

Seção II - Da Submissão de Assuntos

Art. 29. Os assuntos a serem submetidos à apreciação do COAUD deverão seguir as disposições dos normativos internos da Empresa.



Art. 30. Os assuntos a serem submetidos à apreciação do COAUD deverão ser encaminhados à área de relacionamento com órgãos colegiados estatutários com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis antes da reunião do colegiado.

Art. 31. Os assuntos a serem submetidos ao COAUD deverão ser encaminhados aos seus membros com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data da reunião do Comitê.

Seção III - Das Decisões

Art. 32. Os membros do COAUD buscarão, em regra, o consenso em suas decisões. Caso não seja possível, as decisões serão tomadas pelo voto da maioria dos integrantes presentes.

Art. 33. Em caso de decisão não unânime, o voto divergente e a respectiva fundamentação deverão ser registrados em ata.

Seção IV - Da Ata

Art. 34. A ata da reunião será assinada, preferencialmente, até a reunião subsequente.

Art. 35. A área de relacionamento com os órgãos colegiados estatutários providenciará a minuta da ata da reunião, encaminhando-a aos membros do COAUD para exame, eventuais ajustes e assinatura.

Art. 36. A área de relacionamento com os órgãos colegiados estatutários consolidará as informações recebidas e providenciará as alterações necessárias na ata.

Art. 37. Da ata de cada reunião deverão constar:

I - dia, hora, local da reunião e o nome dos membros presentes;

II - registro das apresentações e comunicações, bem como da presença de terceiros na reunião;

III - eventuais recomendações do Comitê.

Art. 38. As atas das reuniões deverão ser publicadas conforme inciso IV do art. 22, cuja restrição correspondente não é oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do COAUD, observada a transferência do sigilo.

CAPÍTULO VII - DO RELATÓRIO

Art. 39. O Relatório Anual do COAUD, que será assinado por todos os seus membros, deverá ser elaborado até 30 de abril do ano seguinte, contemplando informações sobre:

I - as atividades desempenhadas pelo COAUD;



- II - a descrição das recomendações e conclusões;
- III - a avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno;
- IV - a avaliação da efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna;
- V - a avaliação da efetividade dos trabalhos da auditoria independente;
- VI - a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras;
- VII - eventuais divergências entre a auditoria independente, a Diretoria Executiva e o COAUD relativas às demonstrações contábeis e aos relatórios financeiros.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Os membros do COAUD devem manter postura urbana, imparcial e ética.

Art. 41. O COAUD não tem funções executivas nem deliberativas.

Art. 42. A remuneração dos membros do COAUD será fixada, em Assembleia Geral, em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

Art. 43. As despesas dos membros do COAUD no exercício de suas atribuições ou das competências do COAUD, serão arcadas pela Empresa, conforme normas vigentes.

Art. 44. Os casos omissos relativos a este Regimento serão submetidos ao CA.







TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

OFÍCIO nº TLB-OFC-2023/00862

Brasília, 10 de julho de 2023.

Ao Senhor
JOÃO ALOÍSIO VIEIRA
Secretário-Executivo Adjunto
Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios, Bloco - R
70044-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 Deputado Alberto Mourão (MDB-SP)

Referência(s): OFÍCIO Nº 18139/2023/MCOM, de 28 de junho de 2023 (TLB-AUT-2023/14416)

Processo nº 53115.016162/2023-33 - Documento nº 10986846

Nota Técnica TLB-NTE-2023/00484

Senhor Secretário-Executivo Adjunto,

1. Ao cumprimenta-lo, refiro me ao Ofício Nº 18139/2023/MCOM de 28 de junho de 2023, que versa sobre o Requerimento de informação (RIC) nº 1696/2023 (10960696), de autoria do Deputado Federal Alberto Mourão (MDB/SP) datado de 16/06/2023 e apresentado à Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados.
2. Em resposta ao pleito acima supracitado, encaminhamos a Nota Técnica nº TLB-NTE-2023/00484, contendo as informações solicitadas no RIC - Requerimento de Informações.
3. Outrossim, colocamo-nos à disposição para quaisquer maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO

Diretor-Presidente

SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Sala 201
Edifício Capital Financial Center - CEP: 70610-440 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-1853



Assinado com senha por FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO.
Documento Nº: 523760-930 - consulta à autenticidade em
<http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBOFC202300862A



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

Presidência

SIG Quadra 04, Lotes 075, 083, 125 e 175 - Bloco A, Sala 201
Edifício Capital Financial Center - CEP: 70610-440 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-1853

2



Assinado com senha por FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO.
Documento N°: 523760-930 - consulta à autenticidade em
<http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBOFC202300862A



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

NOTA TÉCNICA nº TLB-NTE-2023/00484

OBJETO: Prestar as informações solicitadas por meio do Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 Deputado Alberto Mourão

1. ASSUNTO

Requerimento de Informação (RIC) nº 1696/2023 Deputado Alberto Mourão

2. REFERÊNCIAS

OFÍCIO Nº 18139/2023/MCOM, de 28 de junho de 2023 (TLB-AUT-2023/14416)
Processo nº 53115.016162/2023-33 - Documento nº 10986846

3. OBJETIVO

O objetivo da presente Nota Técnica é fornecer ao autor do Requerimento de Informação feito pelo Deputado Alberto Mourão (MDB-SP), todas as informações sobre o desempenho financeiro, operacional e de governança referentes aos exercícios de 2018 a 2022 da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras

5. ANÁLISE TÉCNICA

O RIC solicita informações relativas ao desempenho financeiro, operacional e de governança referentes aos exercícios de 2018 a 2022 da Telecomunicações Brasileiras S/A, Telebras.

A Telebras informa que segue as normas e regulamentos contábeis e de governança corporativa e que disponibiliza em seu sítio eletrônico na Internet, todas as informações anualizadas e detalhadas sobre o que consta solicitado no ofício.

Por meio do link abaixo poder-se-á obter as Prestações de Contas e Relatórios Integrados de Gestão dos exercícios de 2018 a 2022, que trazem diversas informações sobre a estrutura e a gestão da sua estatal de telecomunicações. São explicitadas informações sobre a gestão de riscos, instrumentos e estruturas de governança e foco de atuação do período. É uma síntese objetiva e transparente da empresa, aberta para verificação de todos os cidadãos.

<https://www.telebras.com.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/>

A empresa também publica em seu sítio eletrônico a Carta Anual de Governança pelo qual o Conselho de Administração da Telebras, em conformidade com os incisos I, III e VIII, do art. 8º, da Lei 13.303/2.016, subscreve a Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, onde são publicadas informações de interesse público subjacentes às atividades empresariais da sua estatal de telecomunicações. A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa apresenta o desempenho da Telebras no atendimento ao interesse coletivo subjacente à sua criação, por meio de informações tempestivas e atualizadas sobre as atividades desenvolvidas, resultado das metas, origem dos recursos empregados, impactos econômico-financeiros da operação, condições financeiras e patrimoniais, práticas de governança corporativa, estrutura de controles internos, fatores de risco, composição e remuneração da administração.



Assinado com senha por TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA.
Documento Nº: 524968-9363 - consulta à autenticidade em
<http://extranet.telebras.com.br/sigaex/autenticar.action>



TLBNT202300484A

<https://www.telebras.com.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/carta-anual-de-governanca/>

No que tange ao quesito de número 11 do Requerimento de Informação, que solicita o valor gasto com publicidade e patrocínio realizado pela Telebras, informamos que também disponibilizamos em nosso sítio eletrônico na Internet, a Política de Ações Promocionais e Patrocínios que tem como premissa principal a participação em eventos ou ações com o intuito não apenas de promover a marca, mas também de gerar oportunidades de negócios, de relacionamento e de conhecimento. O foco é aumentar o potencial comercial dos patrocínios por meio de uma participação ativa e alinhada aos objetivos estratégicos da empresa. Pelo link abaixo disponibilizado poderão ser consultados todos os dispêndios realizados entre 2011 e 2022

<https://www.telebras.com.br/acesso-a-informacao/patrocínios-e-eventos/>

6. CONCLUSÃO

A Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores (DAFRI) fez uma análise minuciosa do ofício enviado pelo MCom, o qual encaminha o RIC do Deputado Alberto Mourão. Ao concluir a análise, procedeu o levantamento das informações requeridas e constatou que todas são de acesso público através do seu sítio na Internet. O Assessor da DAFRI averiguou que todas as informações solicitadas constam das documentações disponibilizadas (relatórios, demonstrações econômico-financeiras, pareceres de auditoria independente, etc). Os links para fácil acesso às informações foram inseridos ao longo do texto da análise técnica desta Nota Técnica para um rápido e fácil acesso aos dados solicitados. Destarte, a DAFRI assina e encaminha esta Nota Técnica para embasar os termos do ofício a ser enviado em atenção ao órgão solicitante, o Ministério das Comunicações (MCom) que será responsável para o posterior envio à autoridade legislativa requisitante.

Brasília, 12 de julho de 2023.

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA

Diretora

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores



ESTATUTO **SOCIAL** DOS CORREIOS

*Aprovado na 26ª Assembleia
Geral Extraordinária,
realizada em 15/09/2022*

IDENTIFICAÇÃO GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS		
CNPJ: 34.028.316/0001-03 - NIRE: 5350000030-5		
Empresa Pública de Capital Fechado		
Histórico de Atualização:	Documento de Aprovação	Data de Aprovação
	9ª Assembleia Geral Extraordinária	28/04/2017
	11ª Assembleia Geral Extraordinária	30/01/2018
	12ª Assembleia Geral Extraordinária	26/06/2018
	13ª Assembleia Geral Extraordinária	04/04/2019
	18ª Assembleia Geral Extraordinária	28/01/2020
	19ª Assembleia Geral Extraordinária	24/11/2020
	24ª Assembleia Geral Extraordinária	04/10/2021
	26ª Assembleia Geral Extraordinária	15/09/2022

Sumário

<u>CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DA EMPRESA.....</u>	<u>4</u>
<u>CAPÍTULO II - ASSEMBLEIA GERAL.....</u>	<u>5</u>
<u>CAPÍTULO III - REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA ECT.....</u>	<u>6</u>
<u>CAPÍTULO IV - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....</u>	<u>10</u>
<u>CAPÍTULO V - DIRETORIA EXECUTIVA.....</u>	<u>15</u>
<u>CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL.....</u>	<u>19</u>
<u>CAPÍTULO VII - COMITÊ DE AUDITORIA.....</u>	<u>22</u>
<u>CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO.....</u>	<u>24</u>
<u>CAPÍTULO IX - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</u>	<u>26</u>
<u>CAPÍTULO X - UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA.....</u>	<u>27</u>
<u>CAPÍTULO XI - PESSOAL.....</u>	<u>29</u>
<u>CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS.....</u>	<u>30</u>

CAPÍTULO I - DESCRIÇÃO DA EMPRESA

Seção I Razão Social e Natureza Jurídica

Art. 1º A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública de capital fechado, é regida por este estatuto, especialmente, pelo Decreto-lei de criação nº 509 de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011), pelas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 6.538, de 22 de junho de 1978, nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Seção II Da Sede e da Representação Geográfica

Art. 2º A ECT tem sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal, e pode criar filiais, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País e no exterior.

Seção III Do Prazo de Duração

Art. 3º O prazo de duração da ECT é indeterminado.

Seção IV Do Objeto Social

Art. 4º A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

- I - planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- II - explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- III - explorar atividades correlatas; e
- IV - exercer outras atividades afins, autorizadas pelo ministério supervisor.

Art. 5º A ECT poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário de e/ou participar do capital de outras empresas, relacionadas ao seu objeto social, desde que expressamente autorizado em lei.

Seção V Do Capital Social

Art. 6º O capital social da ECT é R\$ 3.403.457.702,21 (três bilhões, quatrocentos e três milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e dois reais e vinte e um centavos), totalmente subscrito e integralizado, constituído integralmente pela União.



CAPÍTULO II - ASSEMBLEIA GERAL

Seção I Da Caracterização

Art. 7º A Assembleia Geral é o órgão máximo da ECT com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social da Empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Parágrafo único. A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem.

Seção II Da Composição

Art. 8º A Assembleia Geral é composta por um único acionista, representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Parágrafo único. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da ECT (ou pelo substituto que ele vier a designar), que escolherá o secretário da Assembleia Geral.

Seção III Da Convocação

Art. 9º Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração (ou pelo substituto que ele vier a designar), respeitados os prazos previstos na legislação.

Seção IV Da Deliberação

Art. 10. A Assembleia Geral tratará exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da assembleia.

Seção V Das Competências

Art. 11. A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, das ações do capital social de empresas controladas.



CAPÍTULO III - REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA ECT

Seção I Dos Órgãos Estatutários

Art. 12. A ECT terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal;

IV - Comitê de Auditoria;

V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; e

VI - Outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Art. 13. A ECT será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Art. 14. Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da ECT com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

Seção II Dos Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 15. Os administradores da ECT, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstos nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, para investidura como membro da Diretoria Executiva, os eleitos deverão ter idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos, e ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de conclusão da formação acadêmica e observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação da Empresa.

Art. 16. O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da assembleia, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da Política de Indicação e do Plano de Sucessão.

Seção III Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 17. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados em todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§ 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e disponibilizado em seu sítio eletrônico.



§ 2º A ausência dos documentos referidos no § 1º importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

§ 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado (nos moldes do formulário padronizado) e sua respectiva documentação.

Seção IV Da Posse e Recondução

Art. 18. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

Parágrafo único. O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de, pelo menos, 1 (um) domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, cuja modificação somente será válida após comunicação por escrito à ECT. Além disso, o termo de posse contemplará a sujeição do administrador ao Código de Conduta e às políticas da ECT.

Art. 19. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição ou nomeação.

Parágrafo único. Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Art. 20. Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à ECT, que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Receita Federal do Brasil - RFB ou autorização de acesso às informações nelas contidas.

Parágrafo único. No caso dos diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Seção V Da Perda do Cargo para Administradores, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Demais Comitês de Assessoramento

Art. 21. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I - o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, nas últimas 12 (doze) reuniões, sem justificativa;

II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de 8 (oito) dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.



Seção VI Da Remuneração

Art. 22. A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

Parágrafo único. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada, em Assembleia Geral, em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais.

Art. 23. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

Parágrafo único. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da ECT, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação.

Art. 24. A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da ECT não excederá a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Empresa.

Seção VII Do Treinamento

Art. 25. Os administradores e os conselheiros fiscais, inclusive os representantes dos empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Empresa, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Art. 26. É vedada a recondução do administrador ou do conselheiro fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela ECT nos últimos 2 (dois) anos.

Seção VIII Do Código de Conduta e Integridade

Art. 27. A Empresa disporá de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Seção IX Do Conflito de Interesses

Art. 28. Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

Parágrafo único. Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre o conflito conforme seu regimento e legislação aplicável.



Seção X

Defesa Judicial e Administrativa

Art. 29. Os administradores e os conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 30. A ECT, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Empresa.

§ 1º O benefício previsto no caput aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§ 2º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§ 3º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à ECT todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela Empresa, além de eventuais prejuízos causados.

Art. 31. Fica assegurado aos administradores e conselheiros fiscais, bem como aos ex-administradores e ex-conselheiros, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da ECT, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato.

Seção XI

Do Seguro de Responsabilidade

Art. 32. A ECT poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Empresa.

Seção XII

Da Quarentena para Diretoria

Art. 33. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§ 1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva que estiver em situação de impedimento poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava, observados os §§ 2º e 3º deste artigo.



§ 2º Não terá direito à remuneração compensatória o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada.

§ 3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CAPÍTULO IV - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I Da Caracterização

Art. 34. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação estratégica e colegiada da ECT e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Empresa, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016.

Seção II Da Composição

Art. 35. O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros, a saber:
I - 4 (quatro) indicados pelo ministro de estado supervisor;
II - o Presidente da ECT;
III - 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Economia;
IV - 1 (um) representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, 28 de dezembro de 2010.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva, exceto o Presidente da ECT, não poderão compor o Conselho de Administração, podendo, no entanto, serem convocados por esse colegiado para participarem de reuniões, sem direito a voto.

§ 2º O Presidente da ECT não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

Art. 36. O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, devendo o Presidente ser um dos membros indicados pelo ministro de estado supervisor.

Art. 37. O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 25% (vinte e cinco por cento) de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, § 1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do art. 36, § 1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Quando, em decorrência da observância do percentual acima mencionado, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro:

I - imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); e

II - imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).



Art. 38. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos (nos moldes do formulário padronizado).

Seção III Do Prazo de Gestão

Art. 39. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º No prazo do caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

§ 2º Atingido o limite a que se refere o parágrafo anterior, o retorno de membro do conselho de administração para a ECT só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV Da Vacância e Substituição Eventual

Art. 40. No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para proceder a nova eleição.

Parágrafo único. Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado, na forma do caput, deverão ser verificados, pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para eleição em assembleia geral de acionistas.

Art. 41. A função de conselheiro de administração é pessoal e não admite substituto temporário nem suplente, inclusive para representante dos empregados.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Seção V Da Reunião

Art. 42. O Conselho de Administração se reunirá, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 43. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

Art. 44. A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Empresa e acatadas pelo colegiado.



Art. 45. As reuniões do Conselho de Administração podem ser presenciais, na sede dos Correios, semipresenciais ou virtuais, por meio de tele ou videoconferência, conforme entendimento do colegiado, definida na convocação da reunião.

Art. 46. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Art. 47. Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

Art. 48. Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.

Art. 49. As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção VI Das Competências

Art. 50. Compete ao Conselho de Administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da ECT;

II - avaliar, a cada 4 (quatro) anos, o alinhamento estratégico, operacional e financeiro das participações da ECT ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da administração pública ou o desinvestimento da participação;

III - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da ECT, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições;

IV - fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Empresa, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

V - manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

VI - aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VII - convocar a Assembleia Geral;

VIII - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva, encaminhando-as à Assembleia Geral para aprovação;

IX - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

X - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;



XI - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XII - aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, Dividendos e Participações Societárias, bem como outras políticas gerais da ECT;

XIII - aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XIV - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Empresa, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XV - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais está exposta a ECT, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XVI - definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVII - identificar a existência de ativos não de uso próprio da Empresa e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVIII - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social da ECT, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XIX - aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAIN, sem a presença do Presidente da ECT;

XX - criar comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente fundamentada;

XXI - eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração;

XXII - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de conformidade e gerenciamento de riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da ECT e da operadora do plano de saúde;

XXIV - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho, observados os quesitos mínimos dispostos no inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XXV - aprovar as nomeações e destituições dos titulares da auditoria interna, e submetê-las à aprovação da Controladoria-Geral da União;

XXVI - conceder afastamento e licença ao Presidente da ECT, inclusive a título de férias;

XXVII - aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno da ECT, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e o Regimento Interno dos demais comitês de assessoramento;



XXVIII - aprovar o Código de Conduta e Integridade;

XXIX - aprovar e manter atualizado um plano de sucessão não vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração;

XXX - aprovar as atribuições dos diretores executivos não previstas no Estatuto Social;

XXXI - aprovar o Regulamento de Licitações;

XXXII - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, observada a política de alçada da Empresa;

XXXIII - discutir, deliberar e monitorar práticas de governança corporativa e relacionamento com partes interessadas;

XXXIV - aprovar e divulgar a Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XXXV - avaliar os diretores e os membros de comitês estatutários da ECT, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXXVI - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXVII - promover anualmente a análise das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas;

XXXVIII - propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da ECT;

XXXIX - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso anterior, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XL - autorizar a constituição de subsidiárias, bem como a aquisição de participação minoritária em empresa;

XLI - aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XLII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLIII - manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar e da operadora do plano de saúde.



Seção VII

Das Competências do Presidente do Conselho de Administração

Art. 51. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I - presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social e do Regimento Interno;

II - interagir com o ministério supervisor e demais representantes do acionista controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela ECT, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016;

III - estabelecer os canais e os processos para interação entre os acionistas e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016.

CAPÍTULO V - DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I

Da Caracterização

Art. 52. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da ECT em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Seção II

Da Composição e Investidura

Art. 53. A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente e 6 (seis) diretores executivos.

Art. 54. É condição para investidura em cargo de diretoria da ECT a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Seção III

Do Prazo de Gestão

Art. 55. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§ 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno de membro da Diretoria Executiva para a ECT só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§ 2º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos e a transferência de diretor para outra diretoria da ECT.



§ 3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV

Da Licença, Vacância e Substituição Eventual

Art. 56. Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

Art. 57. Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da ECT, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

Parágrafo único. O substituto do Presidente da ECT não o substitui como membro do Conselho de Administração.

Art. 58. Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de 2 (dois) períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Seção V

Da Reunião

Art. 59. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 60. A Diretoria Executiva será convocada pelo Presidente da ECT ou pela maioria dos membros do colegiado.

Art. 61. A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela ECT e acatadas pelo colegiado.

Art. 62. As reuniões da Diretoria Executiva podem ser presenciais, na sede dos Correios, semipresenciais ou virtuais, por meio de tele ou videoconferência, conforme entendimento do colegiado, definida na convocação da reunião.

Art. 63. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Art. 64. Nas deliberações colegiadas da Diretoria Executiva, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

Art. 65. Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva.

Art. 66. As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.



Seção VI Das Competências

Art. 67. Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- I - gerir as atividades da ECT e avaliar os seus resultados;
- II - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;
- III - elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da ECT e acompanhar sua execução;
- IV - definir a estrutura organizacional da ECT e a distribuição interna das atividades administrativas;
- V - promover a elaboração, em cada exercício, do Relatório da Administração, do Relatório Integrado, da Carta de Governança e das demonstrações financeiras, submetendo estas últimas à auditoria interna, à auditoria independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;
- VI - autorizar os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;
- VII - aprovar a fixação, o reajuste e a revisão de preços e prêmios ad valorem referentes à remuneração dos serviços prestados pela ECT em regime concorrencial;
- VIII - indicar representantes da ECT nos órgãos estatutários das entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas pela ECT e de suas participações societárias;
- IX - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;
- X - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;
- XI - propor o Regimento Interno da ECT para aprovação;
- XII - avaliar as estratégias de investimentos, de capital, de alocação e de captação de recurso, observado o art. 50, inciso XXXVI, deste Estatuto;
- XIII - aprovar as medidas de supervisão das entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas pela ECT;
- XIV - supervisionar os resultados dos exercícios das entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas pela ECT;
- XV - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos;
- XVI - aprovar e acompanhar o desdobramento do plano estratégico;



XVII - propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da ECT;

XVIII - aprovar o seu Regimento Interno;

XIX - aprovar as normas internas de funcionamento da ECT;

XX - colocar, à disposição dos outros órgãos estatutários, pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XXI - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer diretor.

Seção VII **Atribuições do Presidente**

Art. 68. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Presidente da ECT:

I - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e as políticas da ECT;

II - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III - representar a ECT em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores “ad-negotia” e “ad-judicia”, especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV - assinar, com um diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da ECT, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

V - baixar as resoluções da Diretoria Executiva;

VI - criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

VII - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

VIII - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IX - manter o Conselho de Administração e Fiscal informados sobre as atividades da ECT;

X - exercer a representação institucional perante o Governo e a sociedade, nacional e internacionalmente;

XI - expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados, de acordo com a legislação, podendo, para tanto, delegar ou constituir procurador para esse fim;

XII - designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva;

XIII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.



Seção VIII

Das Atribuições dos Demais Diretores Executivos

Art. 69. São atribuições dos demais diretores executivos:

I - gerir as atividades da sua área de atuação;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela ECT e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da ECT, estabelecida pelo Conselho de Administração, na gestão de sua área específica de atuação.

Art. 70. As demais atribuições e poderes de cada diretor executivo estão detalhados no Regimento Interno da ECT.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Seção I

Da Caracterização

Art. 71. O Conselho Fiscal é o órgão permanente de fiscalização da ECT, de atuação colegiada e individual.

Parágrafo único. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da ECT as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

Seção II

Da Composição

Art. 72. O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I - 2 (dois) indicados pelo ministro de estado supervisor;

II - 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.

Art. 73. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.

Seção III

Do Prazo de Atuação

Art. 74. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.



§ 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro do Conselho Fiscal para a ECT só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um prazo de atuação.

§ 2º No prazo a que se refere o caput, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

Art. 75. Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:

I - assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às políticas da ECT; e

II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

Seção IV Dos Requisitos

Art. 76. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria.

Art. 77. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para eleição dos membros.

Seção V Da Vacância e Substituição Eventual

Art. 78. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

Parágrafo único. Na hipótese de vacância do membro titular, o Presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente, que o substituirá até a eleição do novo titular pela Assembleia Geral.

Seção VI Da Reunião

Art. 79. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 80. O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

Art. 81. A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo em hipóteses devidamente justificadas pela ECT e acatadas pelo colegiado.

Art. 82. As reuniões do Conselho Fiscal podem ser presenciais, na sede dos Correios, semipresenciais ou virtuais, por meio de tele ou videoconferência, conforme entendimento do colegiado, definida na convocação da reunião.

Art. 83. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.



Art. 84. Em caso de decisão não unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal.

Art. 85. As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção VII Competências

Art. 86. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da ECT, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Assembleia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela ECT;

VII - fornecer, sempre que solicitadas pela União, informações sobre matéria de sua competência;

VIII - exercer suas atribuições durante eventual liquidação da Empresa;

IX - examinar o RAINT e PAINT;

X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XI - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho, observados os quesitos mínimos dispostos no inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XIII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;



XIV - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da ECT no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

CAPÍTULO VII - COMITÊ DE AUDITORIA

Seção I Da Caracterização

Art. 87. O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

§ 1º O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela ECT, que adotarem o regime de comitê de auditoria único.

§ 2º O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

Seção II Da Composição

Art. 88. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros independentes.

Art. 89. Os membros do Comitê de Auditoria devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da ECT, devendo, no mínimo, 1 (um) dos membros obrigatoriamente ter experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária.

Art. 90. Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

Art. 91. São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303/16 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/16, além das demais normas aplicáveis.

§ 1º É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§ 2º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir às suas reuniões.

§ 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros.



Seção III Do Mandato

Art. 92. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Art. 93. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

Seção IV Da Vacância e Substituição Eventual

Art. 94. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Art. 95. O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.

Seção V Da Reunião

Art. 96. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 2 (duas) reuniões mensais.

Art. 97. O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.

Art. 98. A ECT deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.

§ 1º Na hipótese de o Conselho de Administração ou o próprio Comitê de Auditoria considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da ECT, apenas o seu extrato será divulgado.

§ 2º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.

Seção VI Das Competências

Art. 99. Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da ECT;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da ECT;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela ECT;



V - avaliar e monitorar exposições de risco da Empresa, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração dos administradores;
- b) utilização de ativos da Empresa;
- c) gastos incorridos em nome da Empresa.

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria interna, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela entidade fechada de previdência complementar, bem como os parâmetros dos planos de saúde geridos pela caixa de assistência à saúde, dos quais a ECT é patrocinadora.

Art. 100. Ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações financeiras periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

Art. 101. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

CAPÍTULO VIII - COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

Seção I Da Caracterização

Art. 102. A ECT disporá de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração que visará assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Seção II Da Composição

Art. 103. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será constituído por 3 (três) membros do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional ou por membros externos remunerados, hipótese em que a remuneração será definida em assembleia geral.

Parágrafo único. Caso o comitê seja constituído apenas por integrantes do Conselho de Administração, a maioria deverá ser de conselheiros independentes.



Seção III Das Competências

Art. 104. Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:

I - opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação dos membros do Conselho de Administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

II - opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração, na indicação de diretores e membros do Comitê de Auditoria;

III - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais;

IV - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores;

V - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral;

VI - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à Política de Pessoal e no seu acompanhamento.

§ 1º O comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§ 2º As manifestações do comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§ 3º A manifestação do comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da Assembleia Geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do comitê.

§ 4º O mesmo procedimento descrito no parágrafo anterior deverá ser observado na eleição de diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses órgãos.

Art. 105. As atas das reuniões do Conselho de Administração que deliberarem sobre os assuntos acima mencionados deverão ser divulgadas.

Art. 106. Na hipótese de o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da ECT, apenas o seu extrato será divulgado.

Parágrafo único. A restrição de que trata o caput não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo.



CAPÍTULO IX - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Seção I Do Exercício Social

Art. 107. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

§ 1º A ECT deverá elaborar demonstrações financeiras anuais e trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela autarquia.

§ 2º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às companhias de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da ECT e as mutações ocorridas no exercício.

§ 3º Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

§ 4º Os órgãos de contabilidade constantes na estrutura da empresa deverão ser geridos por profissionais de contabilidade devidamente habilitados, conforme legislação aplicável a área contábil.

Seção II Da Destinação do Lucro

Art. 108. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I - absorção de prejuízos acumulados;

II - 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;

III - no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a Política de Dividendos aprovada pela ECT;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos, para constituição de reserva estatutária, com a finalidade de garantir a manutenção do capital de giro da ECT, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da Empresa.

Art. 109. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei.

Parágrafo único. A constituição de reserva de retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela



Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Seção III Do Pagamento do Dividendo

Art. 110. O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Art. 111. A ECT poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada trimestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a serem convalidados pela Assembleia Geral Ordinária.

Art. 112. Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou Assembleia Geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa Selic divulgada no 5º (quinto) dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

Parágrafo único. Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO X - UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA

Seção I Da Descrição

Art. 113. A ECT terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos, e ouvidoria.

Art. 114. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Seção II Da Auditoria Interna

Art. 115. A auditoria interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Art. 116. À auditoria interna compete:



I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da ECT;

II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III - verificar o cumprimento e a implementação pela ECT das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV - emitir parecer sobre prestação de contas anual da Empresa e sobre tomada de contas especial;

V - avaliar a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;

VI - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 117. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna.

Seção III **Da Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos**

Art. 118. As áreas de conformidade e gerenciamento de riscos se vinculam:

I - diretamente ao Presidente da ECT, e são conduzidas por ele; ou

II - ao Presidente da ECT, por intermédio de outro diretor executivo, que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

Parágrafo único. A área de conformidade e gerenciamento de riscos se reportará diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente da ECT em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

Art. 119. Às áreas de conformidade e gerenciamento de riscos compete:

I - propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a ECT, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da Empresa;

II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da ECT às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Empresa;

IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;



V - verificar a conformidade do Código de Conduta e Integridade e da realização de treinamentos periódicos, em vista da determinação do art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;

VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a ECT;

Seção IV **Da Ouvidoria**

Art. 120. A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

Art. 121. À Ouvidoria compete:

I - receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da ECT em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;

II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da ECT;

III - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Art. 122. A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

CAPÍTULO XI - PESSOAL

Art. 123. O regime jurídico do pessoal da ECT é o da Consolidação das Leis do Trabalho, da respectiva legislação complementar e dos regulamentos internos da Empresa.

Art. 124. A contratação do pessoal permanente da ECT ocorrerá por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 125. Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivas remunerações serão fixados em Plano de Cargos, Carreiras e Salários e Plano de Funções.

Art. 126. As funções gerenciais e técnicas, no âmbito estadual, serão exercidas exclusivamente por empregados do quadro de pessoal permanente da ECT.

Art. 127. Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do art. 50, inciso XLI, deste Estatuto Social, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.



CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128. É vedado à ECT:

I - conceder financiamento, prestar fiança ou aval a terceiros, sob qualquer modalidade; e

II - realizar contribuições ou conceder auxílios não consignados no orçamento.

Art. 129. A ECT proverá os meios necessários para garantir o sigilo da correspondência e o tráfego postal e telegráfico, e zelará pela segurança dos bens e haveres da Empresa ou confiados a sua guarda.

Art. 130. A ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.

Art. 131. A ECT, atendendo a conveniências técnicas e econômicas, e sem prejuízo de suas atribuições e responsabilidades, poderá celebrar contratos e convênios para assegurar a prestação de serviços.

Art. 132. A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo ministério supervisor.

Art. 133. A ECT poderá firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento e de distribuição, desde que observada a legislação aplicável.

Art. 134. A ECT dispõe de órgão de corregedoria.

Parágrafo único. O titular da Corregedoria será indicado pelo Presidente da ECT, de acordo com as regras estabelecidas pela Controladoria-Geral da União.

Art. 135. A Corregedoria se vincula ao Presidente da ECT, ao qual deverá se reportar diretamente.

Art. 136. À Corregedoria compete:

I - administrar e realizar as atividades correcionais, atuando como órgão gestor dos procedimentos de natureza disciplinar e de responsabilização de pessoa jurídica, responsável por disciplinar, controlar e/ou realizar atividades que envolvam:

- a) avaliação de admissibilidade;
- b) investigação preliminar;
- c) apuração de irregularidades disciplinares;
- d) ajustamento de conduta;
- e) sindicância patrimonial; Tomada de Contas Especial;



f) julgamento;

g) processamento de empresas com base na Lei anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

II - outras atividades correlatas definidas pelo Presidente da ECT, respeitadas as atribuições dos demais órgãos e comitês estatutários.





EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
15/09/2022

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2022



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9	12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	33
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9	13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	35
3. GESTÃO DE RISCO	11	14. RECEITAS A APROPRIAR	36
4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS	12	15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	36
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13	16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS	36
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	13	17. INVESTIMENTOS	37
7. CONTAS A RECEBER	15	18. IMOBILIZADO	38
8. ESTOQUES	18	19. INTANGÍVEL	41
9. FORNECEDORES	19	20. DESTINAÇÃO DO RESULTADO	42
10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	19	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
11. TRIBUTOS	29	22. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS	43
		23. PARTES RELACIONADAS	46



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVO	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	01/01/21 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE		3.486.071	3.922.883	3.046.816
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	91.202	87.670	568.174
Aplicações	<u>6</u>	963.829	846.690	15.345
Contas a receber	<u>7</u>	2.047.976	2.687.840	2.176.690
Estoques	<u>8</u>	93.888	53.466	46.706
Outros valores e bens	16.1	289.176	247.217	239.901
NÃO CIRCULANTE		14.476.969	13.790.969	11.277.117
Realizável a longo prazo		5.636.526	5.574.295	3.246.876
Contas a receber	<u>7</u>	256.814	478.424	842.042
Aplicações	<u>6</u>	2.758.897	2.731.819	6.072
Tributos diferidos	11.2.2	1.092.811	935.059	887.363
Depósitos judiciais, recursais e	12.2	117.411	104.853	120.643
Tributos a compensar	11.1	1.402.980	1.317.798	1.286.042
Outros valores e bens	16.1	7.613	6.342	104.714
Investimentos	<u>17</u>	1.497.118	1.414.768	1.006.185
Propriedades para investimento	17.1	1.496.063	1.413.709	1.005.125
Museu	17.2	1.055	1.059	1.060
Imobilizado	18.2	7.310.592	6.775.299	6.987.585
Intangível	<u>19</u>	32.733	26.607	36.471
TOTAL DO ATIVO		17.963.040	17.713.852	14.323.933

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
PASSIVO	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	01/01/21 RECLASSIFICADO
CIRCULANTE		4.546.147	4.958.545	4.420.875
Fornecedores	9	1.248.233	1.131.044	989.353
Benefícios a empregados	10	2.175.404	2.195.682	2.077.738
Impostos e contribuições	11.4	238.502	271.705	186.149
Arrecadações e recebimentos	15	57.569	45.608	44.821
Adiantamentos de clientes e receitas a apropriar	14	136.899	281.105	280.612
Contas internacionais	7.2.1	13.621	6.511	23.166
Precatórios	12.4	180.844	218.405	188.763
Empréstimos e financiamentos	13	82.733	154.355	266.107
Arrendamento	18.3	335.811	323.440	310.414
Instrumentos financeiros - derivativos	7.2.2	23	8.610	-
Dividendos a pagar		-	250.705	-
Outros créditos	16.2	76.508	71.375	53.752
NÃO CIRCULANTE		12.159.774	10.505.898	8.953.318
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	30.379
Contas internacionais	7.2.1	41.495	49.194	89.015
Benefícios a empregados	10	8.186.483	7.784.259	6.351.734
Tributos diferidos	11.2.2	446.767	423.985	407.531
Precatórios	12.4	31.049	18.927	22.864
Arrendamento	18.3	1.298.713	1.357.283	1.406.936
Provisões para contingências	12.1	2.154.883	871.962	643.024
Outros créditos	16.2	384	288	1.835
Patrimônio líquido		1.257.119	2.249.409	949.740
Capital	21.1	3.403.458	3.403.458	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		-	-	20.944
Reservas		421.109	1.192.241	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP		3.449.326	3.391.051	3.341.213
Outros Resultados Abrangentes - ORA		(6.016.774)	(5.737.341)	(4.935.749)
Prejuízos acumulados		-	-	(859.182)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.963.040	17.713.852	14.323.933

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Receita líquida de vendas e serviços	22.1	19.813.132	21.305.101	17.249.050
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22.2	(14.453.868)	(13.664.911)	(12.056.598)
Lucro bruto		5.359.264	7.640.190	5.192.452
Despesas com vendas/serviços	22.3	(2.010.345)	(2.306.973)	(2.150.812)
Despesas gerais e administrativas	22.4	(4.632.838)	(3.222.501)	(2.602.610)
Outras receitas operacionais	22.5	680.627	863.120	1.412.653
Outras despesas operacionais	22.6	(112.553)	(235.840)	(713.681)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		(715.845)	2.737.996	1.138.002
Receitas financeiras	22.7	904.854	624.528	665.758
Despesas financeiras	22.8	(1.079.049)	(863.277)	(635.522)
Resultado financeiro		(174.195)	(238.749)	30.236
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(890.040)	2.499.247	1.168.238
Tributos sobre o lucro	11.2	81.259	(222.778)	362.138
Correntes		(32.893)	(180.324)	(34.642)
Diferidos		114.152	(42.454)	396.780
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(808.781)	2.276.469	1.530.376

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Resultado líquido do período		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Itens que não serão reclassificados para o resultado		(301.733)	(800.112)	172.955
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	10.6.5.6	(379.064)	(991.229)	(153.750)
CSLL diferida - pós emprego	11.2.2	33.156	88.616	13.809
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	17.1	55.060	117.186	343.842
Realização do ganho pela venda de imóvel	17.1	(6.516)	(4.548)	-
CSLL diferida - ganho - propriedades para investimento	11.2.2	(4.369)	(10.137)	(30.946)
Itens que serão reclassificados para o resultado		22.300	(1.480)	(26.564)
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo		24.505	(1.625)	(29.192)
CSLL diferida - valor justo - investimentos		(2.205)	145	2.628
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(1.088.214)	1.474.877	1.676.767

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/001-03				RESERVAS							
	NOTA	CAPITAL	AFAC	LEGAL	PROJETOS DE INVESTIMENTOS	CONTINGÊNCIAS	ESTATUTÁRIA	RESULTADOS ACUMULADOS	ORA	AAP	TOTAL
Saldo em 31/12/2020		3.382.514	20.944	-	-	-	-	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Aumento de capital com AFAC		20.944	(20.944)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.276.469	-	-	2.276.469
Constituição de reservas de lucro		-	-	72.147	564.085	367.980	188.029	(1.192.241)	-	-	-
Dividendos obrigatórios 25%		-	-	-	-	-	-	(250.705)	-	-	(250.705)
Benefício pós-emprego	10.6.5.6	-	-	-	-	-	-	-	(991.229)	-	(991.229)
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA		-	-	-	-	-	-	-	(1.625)	-	(1.625)
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	88.761	-	88.761
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	27.418	-	(27.418)	-
<i>Impairment</i>		-	-	-	-	-	-	-	-	(28.996)	(28.996)
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	5.077	5.077
Ganhos a valor justo – prop. para investimento		-	-	-	-	-	-	-	117.186	-	117.186
Realização - alienação de imóvel	17.1	-	-	-	-	-	-	-	(4.548)	-	(4.548)
Perda – valor justo		-	-	-	-	-	-	(1.759)	-	111.181	109.422
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(10.137)	(10.006)	(20.143)
Saldo em 31/12/2021		3.403.458	-	72.147	564.085	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051	2.249.409
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(808.781)	-	-	(808.781)
Constituição/realização de reservas de lucro	21.2	-	-	-	(550.132)	(221.000)	-	771.132	-	-	-
Dividendos obrigatórios 25%		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	10.6.5.5	-	-	-	-	-	-	-	(379.064)	-	(379.064)
Ganhos/(perdas) em investimentos - VJORA		-	-	-	-	-	-	-	24.505	-	24.505
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	30.951	-	30.951
Realização do custo atribuído		-	-	-	-	-	-	34.048	-	(34.048)	-
<i>Impairment</i>		-	-	-	-	-	-	-	-	98.087	98.087
Adoção inicial – propriedades para investimento		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.764)	(5.764)
Ganhos a valor justo – prop. para investimento		-	-	-	-	-	-	-	55.060	-	55.060
Realização - alienação de imóvel	17.1	-	-	-	-	-	-	-	(6.516)	-	(6.516)
Perda – valor justo	17.1	-	-	-	-	-	-	3.601	-	-	3.601
CSLL diferida	11.2.2	-	-	-	-	-	-	-	(4.369)	-	(4.369)
Saldo em 31/12/2022		3.403.458	-	72.147	13.953	146.980	188.029	-	(6.016.774)	3.449.326	1.257.119

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

(Método Indireto)

CNPJ 34.028.316/0001-03				
	NOTA	31/12/22	31/12/21 RECLASSIFICADO	31/12/20 RECLASSIFICADO
Atividades operacionais				
Lucro do período		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Itens do resultado que não afetam o caixa		1.531.064	608.724	(672.018)
Depreciação e amortização	18.2 e 19	454.530	499.951	442.259
Provisões		1.422.235	280.284	(1.079.446)
Despesas de variação patrimonial e perdas		118.361	128.975	50.170
Receita de variação patrimonial		(299.499)	(199.779)	(71.202)
Atualização de créditos tributários – imunidade tributária e Banco		(81.813)	(30.244)	(17.460)
Resultado da alienação de bens		(15.632)	(15.331)	3.661
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	17.1	(69.530)	(52.579)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	7.2.2	2.412	(2.553)	-
Mutações patrimoniais		955.878	1.053.238	(95.269)
Contas a receber	7	861.474	(147.532)	(433.511)
Estoques	8	(40.422)	(6.760)	(19.621)
Outros valores e bens		257.541	192.464	92.143
Arrendamento	18.3	160.149	157.244	154.983
Realizável a longo prazo		(174.951)	64.954	298.382
Fornecedores	9	117.189	141.691	(6.990)
Salários e consignações	10.1	57.659	76.615	(224.771)
Encargos sociais	10.2	(77.292)	127.751	(5.227)
Impostos e contribuições	11.4	(33.203)	85.556	34.569
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	10.5	(172.301)	379.029	(142.125)
Precatórios	12.4	(25.439)	25.705	7.892
Convênio Postal Saúde	10.4	1.548	(25.255)	(389.331)
Outras		23.926	(18.224)	538.338
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais		1.678.161	3.938.431	763.089
Atividades de investimento				
Aplicações financeiras		(155.216)	(3.545.927)	(11.157)
Adições - ativo imobilizado		(737.440)	(343.708)	(317.287)
Adições - ativo intangível		(21.675)	(17.372)	(17.931)
Adições - propriedades para investimento		(69.530)	(64.243)	(913)
Adições - mantidos para venda		-	-	(243)
Baixas - ativo imobilizado		48.199	43.246	18.351
Baixas - propriedades para investimento		7.315	22.642	512
Baixas - mantidos para venda		-	-	1.768
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(928.347)	(3.905.362)	(326.900)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	13	500.000	250.000	250.000
Transferências para a União		(250.705)	-	-
Empréstimos e financiamentos - Principal	13	(572.917)	(395.833)	(322.917)
Empréstimos e financiamentos - Juros	13	(63.304)	(24.850)	(22.558)
Bens direito de uso - Principal	18.3	(234.734)	(227.504)	(208.489)
Bens direito de uso - Juros	18.3	(124.622)	(115.386)	(100.816)
Caixa originado nas atividades de financiamento		(746.282)	(513.573)	(404.780)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.532	(480.504)	31.409
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	87.670	568.174	536.765
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	91.202	87.670	568.174

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03		31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
	NOTA			
Geração do valor adicionado				
1. Receitas		21.140.790	22.895.570	19.231.542
Receitas operacionais	22.1	20.484.571	22.064.266	17.945.004
Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa		(24.408)	(31.816)	(126.115)
Outras receitas operacionais	22.5	680.627	863.120	1.412.653
2. Insumos adquiridos de terceiros		(8.468.432)	(7.014.229)	(6.060.427)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		(6.944.458)	(6.368.608)	(5.378.094)
Serviços adquiridos de terceiros		(14.749)	(13.220)	(11.760)
Provisões diversas		(1.509.225)	(632.401)	(670.573)
3. Valor adicionado bruto (1+2)		12.672.358	15.881.341	13.171.115
4. Retenções		(454.530)	(499.951)	(442.259)
Depreciação/amortização	18.2 e 19	(454.530)	(499.951)	(442.259)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade		12.217.828	15.381.390	12.728.856
6. Valor adicionado recebido em transferência		904.854	624.528	665.758
Receitas financeiras	22.7	904.854	624.528	665.758
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		13.122.682	16.005.918	13.394.614
Distribuição do valor adicionado				
7. Remuneração do trabalho		9.720.153	9.583.817	8.712.304
Salários, honorários e benefícios		9.074.845	8.993.411	8.147.491
Encargos sociais		645.308	590.406	564.813
8. Remuneração do governo		2.366.355	2.452.500	2.111.384
INSS		1.620.082	1.485.802	1.356.866
Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)		713.380	786.374	719.876
Contribuição social	11.2	32.893	180.324	34.642
9. Remuneração do capital de terceiros		1.844.955	1.693.132	1.040.550
Aluguéis, juros, variação cambial		1.183.234	988.617	683.759
Outras remunerações a terceiros		661.721	704.515	356.791
10. Remuneração aos acionistas		(808.781)	2.276.469	1.530.376
Lucro/reserva retidos		(808.781)	2.276.469	1.530.376
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)		13.122.682	16.005.918	13.394.614

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Conforme Estatuto Social, os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Presente em quase todos os municípios do país, as atividades operacionais abrangem a prestação de serviços que vão desde o envio e o recebimento de cartas e encomendas até a logística integrada, serviços financeiros e de conveniência, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas localidades mais longínquas do território nacional.

Além da responsabilidade pela operação no Brasil do serviço postal em regime de privilégio de exploração exclusiva, os Correios possuem atuação destacada na área concorrencial, a qual representa a maior parte do negócio, tendo como principais produtos: SEDEX - serviço líder de envios expressos no país; Exporta Fácil – serviço de envio de encomendas do Brasil para o exterior; Telegrama/e-Carta/Carta – serviços de comunicação impressa no território nacional; Express/Standard – serviços internacionais de envio de documentos; Vale Postal Eletrônico Nacional e Vale Postal Internacional – serviços de remessa de dinheiro no Brasil e no exterior.

A Empresa ainda oferece serviços de logística destinados ao e-Commerce, que envolvem o recebimento do pedido, preparação do pacote e envio ao comprador; bem como serviços de logística de suprimentos – Correios Log Supri – por meio da gestão da cadeia logística de suprimentos do cliente, desde o recebimento do material nos armazéns até a distribuição.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 22 de março de 2023, a diretoria executiva aprovou o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração, o qual autorizou a emissão e as disponibilizou ao acionista em 24 de março de 2023, para aprovação na assembleia geral de abril de 2023.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Resolução CVM nº 117/2022 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

2.3. Continuidade operacional



A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das operações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

O efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.6. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as transcritas na **nota 2.8** que são relacionadas a mais de uma nota explicativa.

2.7. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

Nota 7.1 – Contas a receber nacionais: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

Nota 10.6– Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

Nota 11.2.2– Tributos diferidos: premissas para o reconhecimento do ativo fiscal diferido mediante a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;

Nota 12.1– Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos que visam suprir perdas decorrentes de processos legais; e

Nota 18.1 – Avaliação ao valor recuperável: Ativos não financeiros: avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos e estabelecimento da vida útil e valor residual do ativo imobilizado;



Nota 18.3 – Arrendamentos: reconhecimento no ativo imobilizado do direito de uso nas operações de arrendamento mercantil com a utilização de uma taxa incremental de empréstimo para o registro das operações a valor presente.

2.8. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis significativas aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, a exceção daquelas que se relacionam com vários temas, as quais encontra-se evidenciadas a seguir:

2.9. Avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros

Anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos que não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, estas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

2.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

3. GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, assim como suas revisões. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo CA, disponibilizada no *website* da Empresa estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos.

Além do risco financeiro, detalhado a seguir, a Empresa adota ações corporativas para mitigar os riscos de natureza operacional, de integridade, legal, de mercado, reputacional, de segurança, estratégico e socioambiental.

3.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Em 2022 os Correios adotaram medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos. Essas ações alcançaram as exigências apresentadas na Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2015, que regulamenta a referida lei.



O quadro a seguir resume os riscos e a forma como são administrados pela Empresa, cujo objetivo precípua consiste em resguardar a capacidade de continuidade da companhia, provendo retorno ao seu acionista e sociedade:

RISCO	NOTA	EXPOSIÇÃO	GESTÃO
Risco de mercado – nota 6.2	13.1	Cédula de Crédito Bancário – empréstimos para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central
	6	Fundos de investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>value-at-risk</i>
	7.7	Recebimentos e pagamentos internacionais	Operação de <i>hedge</i>
Risco de crédito – nota 6.3	6	Fundos de investimento	Política de crédito e análise dos emissores de títulos
	7.1	Contas a receber de clientes	Avaliação de crédito na concessão, suspensão/reativação de contratos
Risco de liquidez – nota 6.4	6	Fundos de investimento	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa
		Obrigações futuras	Política de dividendos

4. RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Com o objetivo de garantir maior aderência às informações divulgadas nas demonstrações contábeis foram efetuadas as reclassificações das informações anteriormente consolidadas nos grupos relacionados nas notas 4.1, 4.2 e 4.3.

4.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (ativo circulante)

Reclassificação dos valores correspondentes às aplicações financeiras realizadas em fundos exclusivos, os quais possuem títulos com prazo de vencimento superior a três meses e realizáveis até o término do exercício seguinte.

BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Caixa e equivalentes de caixa	87.670	826.586	914.256	568.174	4.780	572.954
Aplicações financeiras (circulante)	846.690	(826.586)	20.104	15.345	(4.780)	10.565

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Aplicações financeiras	(3.545.928)	(821.806)	(2.724.122)	(11.157)	3.111	(8.046)
Caixa e equivalentes. de caixa no início do período	568.174	(4.780)	572.954	536.765	1.669	538.434
Caixa e equivalentes. de caixa no final do período	87.670	(826.586)	914.256	568.174	4.780	572.954

4.2. Custos e despesas com produtos vendidos e serviços prestados

Em virtude da revisão dos termos dos contratos com as Agências Franqueadas – AGFs, foi realizada a mudança de categorização da despesa com remuneração para o grupo “despesas com vendas e serviços”.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DRE	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.664.911)	(2.205.047)	(15.869.958)	(12.056.598)	(1.911.520)	(13.968.118)
Despesa com vendas e serviços	(2.306.973)	2.205.063	(101.910)	(2.150.812)	1.911.520	(239.292)
Despesas gerais e administrativas	(3.222.501)	(136.703)	(3.359.204)	(2.602.610)	(125.293)	(2.727.903)
Despesas financeiras	(863.277)	136.687	(726.590)	(635.522)	125.293	(510.229)

4.3. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Refere-se ao desmembramento das parcelas relativas aos déficits equacionados do Plano BD (Postalis) entre principal (despesa de pessoal) e juros (despesa financeira).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO- DVA	31/12/2021 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2021 PUBLICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO	AJUSTE	31/12/2020 PUBLICADO
Salários, honorários e benefícios	8.993.411	136.687	9.130.098	8.147.491	125.293	8.272.784
Aluguéis, juros, variação cambial	988.617	(136.687)	851.930	683.759	(125.293)	558.466

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o numerário em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo que podem ser convertidas em dinheiro em até 90 dias, com baixo risco de perda potencial (**nota 6.2**), para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Caixa	3.918	3.720	4.529
Banco	6.192	7.116	7.289
Aplicações-Fundo FAE	81.092	76.834	556.356
Cotas fundo	81.382	77.414	556.887
(-) Imposto de Renda	(290)	(580)	(531)
TOTAL	91.202	87.670	568.174

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a Resolução 4.986 de 17 de fevereiro de 2022 do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na BB Asset, gestora de fundos do Banco do Brasil e na Caixa Asset, gestora de fundos da Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas).

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazos marcados a mercado e com vencimentos até 2027.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo circulante		963.829	846.690	15.345
Aplicações financeiras		959.217	826.586	4.780
NTN-B/LFT		867.147	657.307	3.970
2021		-	-	3.970
2022		-	657.307	-
2023		867.147	-	-
Caixa/Operação compromissada		97.451	173.528	841
Provisão de IR		(5.288)	(4.168)	(21)
Ajustes fundo		(93)	(81)	(10)
Títulos e valores mobiliários		4.612	20.104	10.565
Aplicações - VJORA	6.1	4.448	8.941	10.565
Ações		4.448	7.541	9.598
FINAM/FINOR		-	1.400	967
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2.2	164	11.163	-

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	01/01/2021
Ativo não circulante		2.758.897	2.731.819	6.072
NTN-B/LFT		2.758.897	2.731.819	6.072
2022		-	-	367
2023		-	839.815	4.098
2024		1.026.771	940.110	241
2025		643.905	347.408	1.366
2026		746.533	-	-
2027		341.688	604.486	-
TOTAL		3.722.726	3.578.509	21.417

6.1. Aplicações a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

A redução no saldo em 2022 deve-se às alienações ocorridas no período de parte das ações das companhias telefônicas e da totalidade cotas FINAM/FINOR.

6.2. Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como câmbio, índices de preço, taxas de juros que podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB *Asset* e Caixa *Asset*, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos por meio de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento.

Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal de um dia e com intervalo de confiança de 95%. Nos quadros a seguir estão informados os dados referentes ao *VaR* calculados pelos gestores dos fundos:

FUNDOS DE INVESTIMENTO - 31/12/2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Valor em Risco
BB - Fundo FAE	81.382	0,37%
BB - Fundo 13B	665.262	0,04%
CEF - Fundo X	3.058.140	0,29%
TOTAL	3.804.784	

Apesar de não haver um limite máximo previamente estabelecido para o *VaR*, na hipótese de ocorrer aumento significativo de seu valor, pode-se reduzir a exposição nos vértices mais longos dos títulos como forma de mitigar esse risco, os trazendo para vencimentos mais curtos ou, se necessário, direcionar os recursos para papéis de baixa volatilidade, a exemplo de operações compromissadas, dentro dos limites legais.

6.3. Risco de crédito

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

Dessa forma, em termos de risco de crédito, os Correios investem seus recursos nos ativos de menor risco disponíveis no mercado brasileiro, uma vez que os títulos públicos possuem risco de crédito soberano.

6.4. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazos é realizada pela área financeira dos Correios. É feito monitoramento das exigências de liquidez para assegurar que o caixa seja suficiente para atender as necessidades operacionais. Em caso

de insuficiência de saldo de caixa, são adotadas medidas de ajustes no fluxo de caixa, como a dilatação do prazo de pagamentos e antecipação dos recebimentos, visando a eliminação de descasamento entre pagamentos e recebimentos, além de programas para redução estrutural de gastos, a exemplo de Planos de Desligamento Incentivados – PDI, que em conjunto, trabalham para garantir a continuidade e sustentabilidade da Empresa.

Na ocasião de excesso de caixa, os valores são investidos em títulos públicos federais que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado com vencimento e liquidez apropriados para fornecer margem de segurança suficiente, conforme determinado pelas previsões mencionadas. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem o planejamento das operações de compra e venda de títulos com o intuito de reduzir o risco de liquidez. Outra medida para mitigar esse risco é submissão à área financeira de todo novo gasto relevante que poderá impactar no fluxo de caixa para avaliar se o caixa poderá suportar esse novo gasto.

Ademais, a Empresa efetua estudos acerca da sua saúde financeira, onde são estabelecidos critérios que devem ser observados na distribuição de dividendos, cujo objetivo é garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos, tendo como premissa a flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção de suas atividades. Vale ressaltar também que os Correios constituem reserva estatutária com foco na garantia do capital de giro da Empresa.

7. CONTAS A RECEBER

Representam a contraprestação de clientes nacionais e internacionais devido ao cumprimento de obrigação de desempenho pela transferência do bem ou da prestação do serviço.

CONTAS A RECEBER	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		2.047.976	2.687.840
Contas nacionais	7.1	1.718.719	2.066.868
Contas internacionais	7.2	329.257	620.972
Não circulante		256.814	478.424
Contas internacionais	7.2	256.814	478.424
TOTAL		2.304.790	3.166.264

7.1. Contas a receber nacionais

Os valores a receber nacionais são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais. Todavia, apesar de serem mensurados pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

A tabela abaixo evidencia o detalhamento dos direitos a receber provenientes da prestação de serviços contratados e realizados dentro do território nacional:

CONTAS A RECEBER NACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Serviços faturados	7.1.1	1.465.490	1.684.032
Total a receber	7.1.1	1.502.305	1.705.311
(-) PECLD	7.1.1	(36.815)	(21.279)
Serviços a faturar		173.136	305.955
Agências terceirizadas		50.778	55.675
Cartões de crédito		29.280	21.171
Outros valores a receber de clientes		35	35
TOTAL		1.718.719	2.066.868

7.1.1. Serviços faturados

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda, considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência dos últimos 12 (doze) meses são ajustados prospectivamente às variações do PIB e do IPCA, divulgadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Os percentuais e valores da PECLD, por faixa de vencimento, dos exercícios de 2021 e 2022 são os seguintes:

FAIXA DE VENCIMENTO	31/12/2022			31/12/2021		
	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA	VALORES A RECEBER	(%) PECLD	PERDA ESPERADA
A – A vencer	1.370.266	0,10%	(1.370)	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	67.967	2,30%	(1.563)	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	3.987	13,50%	(538)	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	7.562	27,50%	(2.080)	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	39.032	55,80%	(21.780)	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	13.491	70,30%	(9.484)	9.959	100,00%	(9.959)
TOTAL	1.502.305	2,5%	(36.815)	1.705.311	1,2%	(21.279)

As perdas dedutíveis e não dedutíveis apresentaram as movimentações detalhadas abaixo:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS	31/12/2022	31/12/2021
A – Perda total no início do período	(21.279)	(19.906)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro	(13)	(177)
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(19.729)
D – Adições	(15.355)	(1.537)
E – Baixas	-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(21.266)
G – Perda dedutível no final do período	(194)	(13)
TOTAL	F+G	(21.279)

7.1.2. Gestão de risco de crédito – contas a receber

Os Correios definiram políticas voltadas para os processos de concessão de crédito, faturamento e cobrança, nos quais são avaliados os perfis dos clientes levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além dessa primeira análise, uma vez o cliente já possuindo contrato com os Correios, é feito monitoramento periódico do consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reativação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Dessa maneira, mitiga-se o risco de inadimplência dos clientes, uma vez que essas ações são adotadas tempestivamente para estancar o crescimento de eventual dívida do cliente, evitando que atinja patamar desproporcional ao crédito concedido.

7.2. Contas internacionais

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pelos Correios de outros operadores postais e aquelas postadas no Brasil destinadas ao exterior por outros operadores postais são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a Empresa recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao operador postal que enviou a remessa. Por outro lado, quando os Correios enviam uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro operador postal é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os operadores postais envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). O pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da Empresa ("R\$").

O percentual da PECLD é estabelecido mediante confronto dos valores (em DES) a receber e efetivamente recebidos, segregados por tipo de serviço.

Com relação ao risco de variações da taxa de câmbio, os Correios estão expostos por meio de seus pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira referentes a serviços postais internacionais. Para esse risco estão considerados os valores das administrações Postais vinculadas à União Postal Universal – UPU, expressos em Direito Especial de Saque – DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

7.2.1. Contas a receber internacionais

Em 2021 e 2022 as contas internacionais apresentaram os seguintes saldos:

CONTAS INTERNACIONAIS	NOTA	31/12/2022		31/12/2021	
		ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Circulante		329.257	13.621	620.972	6.511
UPU <i>Clearing</i>		26.235	-	51.440	-
Serviço Interno a Regularizar		(61)	-	(76.109)	-
Administrações postais	7.2.1.1	308.804	13.621	674.754	6.511
(-) PECLD	7.2.1.1	(5.721)	-	(29.113)	-
Não circulante		256.814	41.495	478.424	49.194
Administrações postais	7.2.1.1	278.497	41.495	557.089	49.194
(-) PECLD	7.2.1.1	(21.683)	-	(78.665)	-
TOTAL		586.071	55.116	1.099.396	55.705

7.2.1.1. PECLD – Administrações Postais

Para as contas internacionais, as Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são estabelecidas por tipo de serviço e com base nas inadimplências ocorridas nos últimos 36 meses. Assim, de acordo com os estudos efetuados nos exercícios de 2021 e 2022 com base nas movimentações das contas a receber das Administrações Postais, detalhados por serviço, foram definidos os seguintes percentuais de PECLD:

ADMINISTRAÇÕES POSTAIS - PECLD	31/12/2022			31/12/2021		
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	PECLD
Reembolso de despesas portuárias	6.298	55,30%	(3.483)	6.188	89,72%	(5.552)
Colis - import	25.445	4,90%	(1.247)	36.738	6,95%	(2.553)
EMS - import	18.684	6,20%	(1.158)	25.699	38,57%	(9.912)
EMS - interno	213	8,40%	(18)	247	100,00%	(247)
LC/AO - import	313.622	3,40%	(10.663)	688.637	10,80%	(74.373)
LC/AO - interno	10.843	42,00%	(4.554)	13.483	43,25%	(5.831)
Prime	204.930	0,30%	(615)	452.242	0,57%	(2.573)
Sur postal - import	27	98,20%	(27)	31	100,00%	(31)
Trânsito	7.239	77,90%	(5.639)	8.578	78,18%	(6.706)
TOTAL	587.301		(27.404)	1.231.843		(107.778)

7.2.2. Hedge

As operações de *hedge* contratada pelos Correios são avaliadas pelo valor justo com o objetivo de mitigar os efeitos das variações cambiais advindas da oscilação do DES sobre as contas a receber internacionais no resultado da Empresa.

Como a Empresa optou por não adotar a política de *hedge accounting* para os instrumentos de proteção contratados, os efeitos do valor justo (ganhos e perdas apurados) são reconhecidos integralmente no resultado do exercício no grupo de receitas/despesas financeiras.

A operação de *hedge* vigente foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

O valor base inicial da operação atual, executada em 2 de agosto de 2022, foi de 108.746 mil DES e foi realizada de acordo com os saldos contábeis das contas do ativo e passivo referentes aos recebimentos e pagamentos futuros internacionais de junho de 2022, conforme detalhamento a seguir:

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	30/06/2022 (R\$)	30/06/2022 (DES)	SALDO – 31/12/2021	COTAÇÃO R\$/DES EM 30/06/2022
Ativo – Contas internacionais a receber	813.612	116.996	11.163	6,95420
Passivo – Contas internacionais a pagar	(57.371)	(8.250)	(8.610)	
SALDO – CONTAS INTERNACIONAIS	756.241	108.746	2.553	

Em novembro de 2022, em virtude da redução do saldo das contas internacionais, foi realizado o desmonte parcial da operação no valor de 24.985 mil DES, sem ajuste financeiro para as partes envolvidas.

O quadro abaixo detalha o valor atual da operação:

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	02/08/2022 a	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	6,35380	83.715	531.908
	31/01/2023	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	8,64172		723.442

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	164	11.163
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(23)	(8.610)
TOTAL (ATIVO – PASSIVO)	141	2.553

Em 2022 a cotação do DES apresentou queda de 14,0% em relação à posição da moeda em 31 de dezembro de 2021.

Isoladamente, o desempenho da moeda provocou redução de R\$ 158.051 nas contas internacionais, que foi compensada parcialmente pelo ganho líquido de R\$ 60.097 nas operações de *hedge* em 2022, reduzindo o impacto negativo da variação cambial das contas internacionais para R\$ 97.954.

EFETIVIDADE DO HEDGE	31/12/2022	31/12/2021
A - Receita de variação cambial	134.131	328.974
B - Despesa de variação cambial	(292.182)	(315.708)
C - Resultado da variação cambial (A+B)	(158.051)	13.266
D - Ganhos e perdas - valor justo	(2.412)	2.553
Ganho - valor justo	115.031	50.300
Perda - valor justo	(117.443)	(47.747)
E - Ganhos e perdas - realização	62.509	2.002
Ganho	62.613	2.730
Perda	(104)	(728)
F - Total dos ganhos/perdas <i>hedge</i> (D+E)	60.097	4.555
G - Total da variação cambial + ganhos e perdas <i>hedge</i> (C+F)	(97.954)	17.821
H - <i>Hedge</i>/variação cambial	38,0%	-34,3%

8. ESTOQUES

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas e operacionais. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	53.466	46.706
Entradas	139.675	86.425
Baixas/Alijamento/Perdas	38	(1.614)

ESTOQUES	31/12/2022	31/12/2021
Saídas	(99.291)	(78.051)
TOTAL	93.888	53.466

9. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores. Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade. As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

FORNECEDORES	31/12/2022	31/12/2021
Material, produtos e serviços	1.248.075	1.130.886
Consignações e outros	158	158
TOTAL	1.248.233	1.131.044

O acréscimo nos valores a pagar a fornecedores em 2022 deve-se à renovação da frota de veículos das unidades de distribuição da Empresa.

FORNECEDORES - MOVIMENTAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.131.043	989.354
Adições	24.785.523	21.965.446
Pagamentos	(24.200.994)	(21.243.087)
Descontos	(467.339)	(580.669)
TOTAL	1.248.233	1.131.044

10. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Referem-se a todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		73.241	57.125
Adiantamento de Pessoal	10.3	73.241	57.125
TOTAL ATIVO		73.241	57.125
Passivo Circulante		2.175.404	2.195.682
Salários e consignações	10.1	1.124.109	1.066.450
Encargos sociais	10.2	294.337	371.629
PLR/RVA		4.059	62.676
Benefício pós-emprego	10.6	293.977	265.271
Convênio Postal Saúde	10.4	134.598	133.050
Obrigações trabalhistas	10.5.2	324.324	296.606
Passivo Não circulante		8.186.483	7.784.259
Benefício pós-emprego	10.6	7.503.266	6.901.105
PLR/RVA		83	-
Obrigações trabalhistas	10.5	683.135	883.154
TOTAL PASSIVO		10.361.887	9.979.941

10.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
Férias	1.015.466	942.301
INSS - empregado	46.388	60.614
Postalís (PostalPrev) - empregado	36.070	42.249
Obrigações trabalhistas	14.675	11.134
Postalís (PBD) - empregado	11.502	10.146
Retenção SEST/SENAT	8	6
TOTAL	1.124.109	1.066.450

O acréscimo na rubrica férias deve-se ao reajuste salarial de 10,12% aos empregados em virtude do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023. Já as contas INSS e Postalís estavam carregadas em 2021 devido ao reajuste salarial de 9,75% aplicado pela Empresa em dezembro de 2021, retroativamente à data base de 01 de agosto de 2021, devido ao Dissídio Coletivo de Greve, com recolhimento no exercício seguinte.

10.2. Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
INSS - empregador	10.2.1	126.280	185.159
FGTS	10.2.1	59.001	75.452
Postalís (BD) - empregador		58.095	49.704
Postalís (PostalPrev) - empregador		35.203	41.311
Salário educação		12.350	17.707
INSS autônomos/avulsos		2.424	884
Senai adicional		984	1.412
TOTAL		294.337	371.629

10.2.1. INSS e FGTS

Os saldos do exercício de 2022 foram impactados pelo reajuste salarial de 10,12%, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT-2022/2023. Em 2021 os saldos foram carregados devido Dissídio Coletivo de Greve e recolhidos no exercício seguinte.

10.3. Adiantamentos de pessoal

Referem-se aos direitos a receber pela concessão de adiantamentos à empregados, inclusive àqueles cedidos a outros órgãos.

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de férias	65.069	48.817
Adiantamento salarial	5.266	5.068
Empregados cedidos	2.754	2.879
Demais adiantamentos	152	361
TOTAL	73.241	57.125

10.4. Convênio Postal Saúde

A Postal Saúde é a operadora dos planos de assistência médica/hospitalar e odontológica oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	31/12/2022	31/12/2021
A - Ativo	546	537
Concessão de uso de espaço	490	371
Empregados liberados	56	166
B - Passivo	134.598	133.050
Convênio CorreiosSaúde	112.246	109.091
Saúde ocupacional	20.246	18.366
Benefício de medicamentos	2.106	5.593
Saldo a receber/(pagar) (A-B)	(134.052)	(132.513)

10.4.1. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – Postal Saúde

Em 2022 não houve necessidade de lastrear as operações de saúde, haja vista o repasse de R\$ 221.000 (nota 21.2.2) efetuado à Postal Saúde, cujas transações passaram a ser garantidas pelos recursos disponíveis na operadora.

10.5. Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante remanescente devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI) em 2017 e 2021.

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da Empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
TOTAL – PDI 2017				8.006
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.515
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.789
TOTAL – PDI 2021				6.304

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

Em 1º de dezembro de 2022, após a aprovação em todas as instâncias internas e externas previstas, foi lançado o Plano de Desligamento Incentivado PDI-2022, com o objetivo promover o desligamento dos empregados que atendessem a todos os requisitos e critérios do Regulamento.

O referido plano demonstrava a oportunidade e conveniência de sua execução conforme o cronograma proposto, com a divulgação do edital em dezembro/2022 e efetivação dos desligamentos prevista inicialmente para fevereiro/2023.

Todavia, em janeiro de 2023, por decisão da Presidência da Empresa, o PDI-2022 foi suspenso.

10.5.1. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12, ratificado pela resolução CVM nº 138/2022.

O critério adotado para seleção do título o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD.

10.5.2. Movimentações – Incentivo Financeiro Diferido - IFD

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

MOVIMENTAÇÃO - INCENTIVO FINANCEIRO	PDI 2017		PDI 2021	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	605.377	800.731	574.383	-
Adição	18	-	629	722.303
Atualização	83.783	62.583	67.452	-
Apropriação AVP ¹	51.218	(30.893)	4.960	1.298
Amortização	(250.084)	(227.044)	(130.277)	(149.218)
TOTAL	490.312	605.377	517.147	574.383

¹ Ajuste de R\$ 73.110 na apropriação a maior do ajuste a valor presente do PDI de 2017 em contrapartida à outras receitas (despesa recuperada).

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	324.324	296.606
Não circulante	683.135	883.154
TOTAL	1.007.459	1.179.760

10.6. Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e da Postal Saúde, que oferecem os planos de previdência complementar e saúde aos seus empregados.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa referem-se aos benefícios de aposentadoria complementar pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

10.6.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	NOTA	PBD		CORREIOSAÚDE II
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo circulante		347.456	314.975	116.862
Encargos sociais	10.2	58.095	49.704	-
Convênio CorreiosSaúde	10.4	-	-	112.246
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>		289.361	265.271	4.616
Passivo não circulante		6.803.147	6.901.105	700.119
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>		6.803.147	6.901.105	700.119
TOTAL		7.150.603	7.216.080	816.981

10.6.1.1. Plano CorreiosSaúde II

Desde agosto de 2021, em razão da aplicação dos termos do regulamento do plano CorreiosSaúde II a parcela paritária na despesa com saúde de aposentados atribuída aos Correios foi transferida a estes participantes, cessando a obrigação de

benefício pós-emprego saúde da Empresa. Sobre essa mudança, a consultoria atuarial contratada, emitiu Relatório Técnico sinalizando que, apesar da alteração formal do plano de benefício saúde para aposentados havia a necessidade de acompanhar o comportamento do custeio do plano no exercício de 2022, no sentido de averiguar se as contribuições eram suficientes para custear as despesas com esses beneficiários.

Assim, no decorrer deste exercício, foram apresentadas evidências atuariais sobre a existência de subsídio cruzado entre os beneficiários ativos e aposentados do plano de assistência médica CorreiosSaúde II, ocasionando o reconhecimento prospectivo do passivo em 2022. Entendimento este, ratificado pelo Comitê de Auditoria - COAUD.

Adicionalmente, em virtude de decisão judicial proferida em outubro/2022, relativa à ação civil coletiva 1001110-91.2021.5.02.0004, ajuizada pelo Sintect/SP em desfavor dos Correios e da Postal Saúde, foi reestabelecido o custeio paritário aos aposentados representados pelo sindicato autor.

Diante dessas alterações, a avaliação atuarial realizada ao término do exercício determinou a obrigação líquida no montante de R\$ 816.981.

10.6.1.2. Plano PostalPrev

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

Para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

10.6.1.3. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.



As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

10.6.1.3.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalís, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Após a avaliação dos documentos, a SEST solicitou informações complementares as quais foram disponibilizadas à Secretaria em fevereiro de 2023.

10.6.2. Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos expõem tipicamente a Empresa a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de rotatividade. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

10.6.3. Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos	78.188	79.764	42.147	43.017	72.502	76.042
Assistidos	7.488	7.663	37.473	36.907	25.190	26.203
Dependentes	-	-	-	-	117.089	128.132
TOTAL	85.676	87.427	79.620	79.924	214.781	230.377

10.6.4. Valor justo dos ativos dos planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos	857.156	759.860	967.721	782.702	136.740	-
Créditos privados e depósitos	13.297	11.598	20.018	31.532	-	-
Ações	8.067	2.496	48.799	177.057	-	-
Fundos de investimentos	140.919	112.101	1.376.022	1.372.936	-	-
Empréstimos e financiamentos	66.630	57.029	237.256	222.492	-	-
Investimentos mobiliários	5.404	-	345.329	263.466	-	-
Depósito judicial	9	-	11.433	31.450	-	-
Precatórios	-	-	51.116	-	-	-
Outros	33.770	27.023	134.773	199.701	13.071	-
TOTAL	1.125.252	970.107	3.192.467	3.081.336	149.811	-

10.6.5. Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

10.6.5.1. Principais premissas

Para a avaliação atuarial de 31/12/2022 e 31/12/2021 foram estabelecidas as premissas atuariais descritas a seguir:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
i) Financeiras					
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,87%	5,58%	5,85%	5,59%	5,85%
Projeção de aumento médio dos salários	6,40%	5,70%	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,70%	3,02%	3,70%	3,02%	N/A
Projeção de aumento médio de mensalidades	N/A	N/A	N/A	N/A	1,14%
Taxa de permanência (<i>take-up</i>)	N/A	N/A	N/A	N/A	91,36%
Taxa média de inflação anual	3,70%	3,02%	3,70%	3,02%	3,70%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	8,78%
Taxa de juros nominal no final do exercício	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	9,79%	8,77%	9,77%	8,78%	9,77%
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	1,14%
<i>Aging Factor</i> (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,23%
II) Demográficas					
Taxa de rotatividade	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	3,23% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 (M&F) (A1%)	RP-2000 (D8%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	RP-2000 (M&F) (A1%)	RP-2000 (D8%)	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	RP-2000 (M&F) (A1%)
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss (A39%)	RP 2000 DISABLED M&F	Winklevoss (D36%)	Winklevoss (D41%)	Winklevoss (A39%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte (D60%)	LIGHT FORTE (D68%)	Light Forte (D83%)	Light Forte (D83%)	Light Forte (D60%)
Idade de aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019				
Composição familiar	Calculada com base nos dados de dependentes informada				

10.6.5.1.1. Taxa de juros real de desconto atuarial

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev e BD), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total.

10.6.5.1.1.1. Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, e que, portanto, são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 050/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL ¹	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	TAXA	31/12/2022	TAXA	31/12/2022	TAXA
A - Obrigação apurada com base em títulos públicos	783.198	6,13%	17.007.933	6,13%	1.916.909	6,13%
B - Obrigação apurada com base em títulos corporativos	792.612	5,87%	17.493.673	5,85%	1.966.815 ²	5,85%
VARIAÇÃO (A-B)	(9.414)		(485.740)		(49.906)	

¹ Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial total (Nota 10.6.5.2).

² Cálculo efetuado com base no valor presente da obrigação atuarial correspondente ao subsídio cruzado.

10.6.5.2. Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

CONCILIAÇÃO DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	(711.750)	(494.523)	(17.513.496)	(15.448.326)		(265.119)
Custo dos juros	(59.734)	(41.761)	(1.456.084)	(1.325.107)	-	-
Custo do serviço corrente	(3.221)	(1.949)	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	27.467	29.728	994.876	902.152	-	-
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(45.374)	(203.245)	481.031	(1.642.215)	-	-
Adoção prospectiva da obrigação atuarial do benefício saúde					(1.966.815)	
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	198.213
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	-	66.906
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(792.612)	(711.750)	(17.493.673)	(17.513.496)	(1.966.815)	-

O decréscimo da obrigação com o Plano de Benefício Definido - PBD, em relação à avaliação anterior, justifica-se principalmente pelo ganho atuarial decorrente de alteração nas premissas financeiras, conforme verifica-se na Nota 10.6.5.6

10.6.5.3. Status dos planos e ativo/(passivo) reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente da obrigação atuarial	(792.612)	(711.750)	(17.493.673)	(17.513.496)	(1.966.815)	-

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo dos ativos	1.125.252	970.107	3.192.467	3.081.336	149.811	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	332.640	258.357	(14.301.206)	(14.432.160)	(1.817.004)	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes)	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	-	-
Efeito do mutualismo					1.000.023	
Superavit/(Deficit) do plano	332.640	258.357	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-
Efeito do teto do ativo (valor do superavit que não poderá ser	-	258.357	-	-	-	-
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-

10.6.5.4. Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(7.216.080)	(6.015.964)	-	(265.119)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	6.942	3.757	335.059	305.741	-	198.213
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	3.722	2.844	(605.917)	(521.228)	-	-
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(10.664)	(6.601)	336.335	(984.629)	(704.735)	-
Repasse financeiro - mutualismo					(112.246)	
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado		-	-	-	-	66.906
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.150.603)	(7.216.080)	(816.981)	-

10.6.5.5. Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente líquido	3.722	2.844	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	(3.220)	(1.949)	-	-	-	-
Contribuição dos participantes	6.942	4.793	-	-	-	-
Juros líquidos	-	-	(605.917)	(521.228)	-	-
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(59.734)	(41.761)	(1.456.084)	(1.325.107)	-	-
Retorno esperado do ativo justo dos planos	83.165	74.849	244.250	282.651	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(23.431)	(33.088)	605.917	521.228	-	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-
Realização da obrigação						198.213
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	-	66.906
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.722	2.844	(605.917)	(521.228)	-	265.119

10.6.5.6. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	85.563	67.354	191.639	(327.043)	-	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	(45.373)	(203.244)	481.031	(1.642.215)	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	4.089	(39.212)	362.277	168.494	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	11.550	(4.399)	473.225	(224.310)	-	-
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	(61.012)	(159.633)	(354.471)	(1.586.399)	-	-
Registro inicial da obrigação					(704.735)	
Mudança do teto do ativo	(50.854)	129.289	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	(336.335)	984.629	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(10.664)	(6.601)	336.335	(984.629)	(704.735)	-

10.6.5.7. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL/ HCCTR	
	-0,25%	+0,25%	SUAUZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	+0,25%
PostalPrev	(9.889)	9.068	(2.232)	1.818	1.241	(1.262)
PBD	(454.612)	434.835	(281.772)	261.197	N/A	N/A
CorreiosSaúde II	(46.412)	44.660	(151.997)	8.479	46.783	(41.374)

PARÂMETROS	31/12/2022
PostalPrev	(792.612)
PBD	(17.493.673)
CorreiosSaúde II	(1.966.815)

10.6.5.8. Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	POSTALPREV 31/12/2022	PBD 31/12/2022	CORREIOSSAÚDE II 31/12/2022
Até 1 ano	50.348	1.210.264	113.587
De 1 ano até 2 anos	48.609	1.157.529	111.751
De 2 anos até 5 anos	134.382	3.153.449	326.191
Acima de 5 anos	559.273	11.972.431	1.415.286
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	792.612	17.493.673	1.966.815

10.6.6. Obrigação atuarial dos Correios/Postalis

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022, que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalis ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue

obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC. A tabela a seguir apresenta as premissas atuariais do PBD, empregadas no cálculo das provisões matemáticas na avaliação atuarial de 31/12/2022, pela consultoria contratada pelos Correios e pelo Postalís:

PREMISSA	CORREIOS	POSTALIS
Taxa de juros atuarial	5,85%	4,80% ao ano
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT-2000 Basic (M&F) (D12%)	AT-2000 M&F
Tábua de Entrada em invalidez	Light Forte (D83%)	Light Média (D75%)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss (D36%)	AT-49 M (A25%)
Taxa esperada de inflação de longo prazo	3,70%	3,68% ao ano
Fator de Capacidade (Inflação de Longo	98,35%	98,00%
Idade de Aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019	Entre 24 e 25 meses acima da idade para a 1ª. Elegibilidade ao benefício pleno 22 meses
Rotatividade Anual (percentual)	2,88% até aposentadoria e 0,00% após	2,88% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após essa idade
Composição Familiar dos Participantes Ativos	Calculada com base nos dados de dependentes informada	Família padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da avaliação atuarial
Composição Familiar dos Participantes Assistidos	Família real informada na base cadastral	Família real informada na base cadastral
Indexador do plano de benefícios	INPC	INPC

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação às obrigações líquidas, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS (PREVIC)	PBD - 2022
A - Correios	(7.150.603)
B – Postalís	(7.508.422)
Diferença (A – B)	357.819

Em um cenário de equacionamento o valor a ser desembolsado pelos Correios será o apurado pelo Instituto, que em 2022 demonstra-se superior em R\$ 357.819 quando comparado ao passivo registrado na Empresa - em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/2022.

11. TRIBUTOS

11.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	RETENÇÃO NA FONTE - BANCO POSTAL	PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	984.770	251.187	50.085	1.286.042
Atualização	24.191	6.053	1.512	31.756
Saldo em 31/12/2021	1.008.961	257.240	51.597	1.317.798
Atualização	65.436	16.377	3.369	85.182
Saldo em 31/12/2022	1.074.397	273.617	54.966	1.402.980
Deferido - até 31/12/2022	326.072	-	-	-
Aguardando julgamento - até 31/12/2022	748.325	273.617	54.966	1.402.980

A atualização dos Tributos a compensar deve-se principalmente à correção, pela taxa Selic, refletindo também na receita de juros indicada na nota 22.7.

11.1.1. Imunidade tributária – imposto de renda

Corresponde ao montante dos 13 pedidos de restituição do Imposto de Renda relativo à imunidade tributária atualizados pela Selic até dez/2022.

11.1.1.1. Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios são imunes a impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços com amparo no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

Os Correios, amparados na consolidada jurisprudência do STF, na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhecem no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitaram no âmbito administrativo a restituição desses créditos.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de realizar a compensação de ofício referente a 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda restam pendentes de julgamento pelo CARF 10 pedidos de restituição de IRPJ.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016, a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

Sob os mesmos fundamentos, consideram-se os créditos relativos à parcela paga indevidamente de PIS e COFINS, recolhidos sob regime não cumulativo, por força do enquadramento previsto na legislação infraconstitucional, uma vez que esse regime de apuração não se aplica aos entes imunes a impostos, passando o pleito do indébito tributário a ser objeto de ação judicial, amparados por protesto judicial pendente de julgamento, que equivale a R\$ 815.190 em 31/12/2022 atualizado pela Selic.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

11.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

Refere-se ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

11.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 54.966, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR- Imposto de Renda, CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

11.2. Tributos sobre o lucro

Em 2022, a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 32.893. Já o tributo diferido está representado pela quantia de R\$ 114.152 que diz respeito, em sua maior parte, à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados na nota 11.2.2.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO ¹
Resultado antes dos juros sobre capital próprio		(890.040)	2.499.247
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014		(17.087)	(43.709)
Resultado antes da CSLL		(907.127)	2.455.538
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)		81.641	(220.998)

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO ¹
Efeitos sobre as diferenças permanentes		3.573	(1.122)
Efeitos sobre as diferenças temporárias		(132.201)	(35.342)
Adições		(726.830)	(769.082)
Exclusões		594.629	733.740
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal		(46.987)	(257.462)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL		14.094	77.138
CSLL corrente		(32.893)	(180.324)
CSLL diferida	11.2.2	114.152	(42.454)
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014		(12.844)	(1.573)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT		(346)	826
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa		(14.155)	(77.237)
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária		141.497	35.530
TOTAL		81.259	(222.778)

¹Para ajustes da Lei 12.973/14, foram reclassificadas as movimentações de valor presente, valor justo e arrendamento.

11.2.1. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

11.2.2. Tributos diferidos

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

No Patrimônio Líquido, a CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), aprovado pela Resolução CVM Nº 106/2022, que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32, aprovado pela Resolução CVM nº 109/2022 – Tributos sobre o lucro.

TRIBUTOS DIFERIDOS	31/12/2022		31/12/2021	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	935.059	423.985	887.363	407.531
A – Tributos diferidos - DRE	126.996	-	(40.881)	-
<i>Impairment</i> - imóveis	(346)	-	826	-
Provisões e PECLD	141.497	-	35.530	-
Bases negativas de CSLL	(14.155)	-	(77.237)	-
B - Outros Resultados Abrangentes - ORA	30.756	4.175	88.577	9.953
Benefício pós-emprego	33.156	-	88.616	-
Valor justo - aplicações VJORA	(2.400)	(194)	(39)	(184)
Ganho – propriedade para investimento	-	4.369	-	10.137
C – Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	-	5.763	-	4.928
Custo atribuído	-	5.763	-	4.928
D – Mov. em Apuração do Resultado do Exercício - ARE	-	12.844	-	1.573
Perdas a valor justo - propriedades para investimento	-	12.844	-	1.573
TOTAL	1.092.811	446.767	935.059	423.985

11.2.2.1. Estimativa de lucro tributável futuro

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão de que lucros tributáveis não estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido venha a ser utilizado.

Nesse sentido, as estimativas de lucros tributáveis futuros são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente

Os Correios, com base nessas estimativas, trazidos a valor presente, projetam que os créditos tributários ativos de CSLL, calculados a partir das movimentações temporárias e das bases negativas de CSLL, serão realizados em até 10 anos, conforme demonstrado a seguir.

ESTIMATIVA DE LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	REALIZAÇÃO DA CSLL (9% DO LUCRO FISCAL)
2023	(1.000.722)	-
2024	830.682	74.761
2025	1.265.009	113.851
2026	1.394.112	125.470
2027	1.897.758	170.798
2028	2.056.058	185.045
2029	1.839.308	165.538
2030	1.617.549	145.579
2031	1.391.299	125.217
2032	1.183.795	106.542
TOTAL	12.474.848	1.212.801

11.3. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Tributos e encargos a restituir	11.3.1	158.099	132.221
Tributos retidos na fonte	11.3.2	5.578	13.113
Demais tributos e encargos		3.741	7.255
TOTAL		167.418	152.589

11.3.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados no exercício. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

11.3.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

11.4. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
Retenções na fonte – Lei nº 9.430/96	67.561	54.924
COFINS	43.258	48.678
IR retido de empregados	84.818	119.020
ICMS	13.977	14.607
CSLL	-	-
INSS empresas – retenção na fonte	8.571	14.109

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
	PIS	9.373
ISSQN – retido de terceiros	8.066	7.206
IR retido de terceiros	2.487	2.373
INSS retenção – contribuinte individual	391	241
TOTAL	238.502	271.705

12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

12.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.
- cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.
- fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2022 essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	1.550.778	730.452
Fiscal	113.739	82.691
Cível	490.366	58.819
TOTAL	2.154.883	871.962

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	871.962	643.024
Reversão	(263.756)	(274.426)
Adição	1.412.325	415.257

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2022	31/12/2021
Atualização	86.687	47.549
Alteração no valor da provisão ¹	47.665	40.558
TOTAL	2.154.883	871.962

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de revisões de classificação de risco face ao estágio processual e das ações judiciais, destacando-se a ação coletiva referente à reintegração de empregados e a ação indenizatória do Adicional de Atividade de Distribuição e Coleta – AADC que reportam o total de R\$ 1.036.348.

Em 31 de dezembro de 2022, os Correios eram réus em 14.029 processos classificados como risco de perda provável, dos quais 149 possuem penhoras ou depósitos (judiciais, recursais ou administrativos) ou vinculados, conforme verifica-se no quadro a seguir:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS X DEPÓSITOS E PENHORAS– 31/12/2022	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PERDA PROVÁVEL	DEPÓSITOS
Trabalhista	146	58.015	2.554
Fiscal	3	1.652	698
TOTAL	149	59.667	3.252

12.2. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos recursais administrativos	77.341	75.559
Depósitos recursais	18.288	17.967
Penhora de numerários	19.743	17.250
Depósitos judiciais	9.962	12.223
(-) Créditos a regularizar	(7.923)	(18.146)
TOTAL	117.411	104.853

O valor de R\$ 77.341 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 18.288 e R\$ 9.962 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu e o montante de R\$ 19.743 estão relacionados às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

12.3. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2022, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 31.334 processos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

PERDA POSSÍVEL	31/12/2022		31/12/2021	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	22.598	1.287.307	18.131	960.686
Cível	7.935	751.766	7.815	390.221
Fiscal	797	594.810	802	517.432
Criminal	1	-	2	38
TOTAL	31.334	2.633.883	26.750	1.868.377

O acréscimo no valor das ações classificadas com risco de perda possível deve-se, principalmente, a ações coletivas de natureza trabalhista movidas por entidades representativas dos empregados da Empresa e a ações de natureza cível provenientes pedidos indenizatórios ajuizados por prestador de serviços de transporte.

12.4. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	237.332	211.627
Adição	435.499	417.567
Atualização	49.540	48.817
Pagamento	(510.478)	(440.679)
TOTAL	211.893	237.332
Circulante	180.844	218.405
Não circulante	31.049	18.927

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A seguir é apresentada a movimentação empréstimos e financiamentos e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	BANCO DO BRASIL		BANCO ABC		CITIBANK
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	30.564	213.952	123.791	82.534	-
Adições	-	-	-	250.000	500.000
Encargos financeiros ¹	-	-	-	(4.837)	(7.801)
(-) Amortização - principal	(31.250)	(187.500)	(125.000)	(208.333)	(416.667)
(-) Amortização - juros	(663)	(6.845)	(2.458)	(13.168)	(52.382)
Despesa	1.349	10.957	3.667	17.595	59.583
TOTAL	-	30.564	-	123.791	82.733

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO CITIBANK
Valor da operação	R\$ 500.000
Data da emissão	21/01/2022
Vencimento final	16/01/2023
Remuneração	1,50% a.a. / 0,12% a.m., acrescida de 100% do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de agosto de 2022
Encargos financeiros totais ¹	R\$ 7.801
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 22/08/2022
Amortização mensal - principal	83.333
Garantia	Títulos públicos aplicados no Fundo de Investimento do BB - Fundo 13B

¹ Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão flat, pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e pelas despesas bancárias.

13.1. Gestão de riscos relacionada a operação de crédito

Os Correios realizaram captação de recursos por meio de operação de crédito junto ao mercado, sendo a composição da taxa do empréstimo o CDI (taxa de juros) + Spread. Dessa forma, o risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário, empréstimo para capital de giro feito com o Banco Citibank em janeiro de 2022.

Como forma de mitigar esse risco, os Correios mantêm parcela dos seus recursos em operações compromissadas (que rendem o CDI diariamente) dentro dos fundos de investimentos, além de possuírem fundo de investimento em IRF-M 1 (o IRF-M 1 representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados, LTN e NTN-F, com prazos inferiores a um ano), perfazendo assim um *hedge* natural contra eventual alta na taxa de juros.

A análise de sensibilidade da Cédula de Crédito Bancário à variação da taxa do CDI levou em consideração três cenários de alta e de redução da taxa de juros. Nos quadros abaixo estão demonstrados os impactos previstos no pagamento dos juros, ou seja, caso um dos cenários previstos ocorra, haverá aumento ou redução no valor total de juros nos montantes informados.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	SENSIBILIDADE À ELEVAÇÃO DO CDI					
	+0,5%	-0,5%	+1,0%	-1,0%	+1,5%	-1,5%
CCB - Citibank	16	(16)	32	(32)	48	(48)

14. RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTAMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	14.1	124.388	251.154
Aluguel de caixas postais		11.922	22.157
Faturamento por estimativa	14.2	550	7.700
Demais adiantamentos		39	94
TOTAL		136.899	281.105

14.1. Adiantamento de clientes

Corresponde, principalmente, a valores relativos a créditos a serem concedidos aos clientes, os quais serão faturados de acordo com o ciclo dos contratos.

14.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

15. ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/2022	31/12/2021
Recebimento de imposto de importação	33.323	27.645
Recebimento para o Postalís	20.148	10.806
Emissão de vale postal nacional	3.626	6.001
Importação/exportação – vale postal internacional	390	802
Outros recebimentos/arrecadações	82	354
TOTAL	57.569	45.608

16. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Representam as demais rubricas não especificadas no Balanço Patrimonial.

16.1. Ativo circulante e não circulante

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante - Outros valores e bens		289.176	247.217
Despesas antecipadas		5.383	-
Convênio Postal Saúde	10.4	546	537

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de pessoal	10.3	73.241	57.125
Impostos e encargos sociais a compensar	11.3	167.418	152.589
Cobrança jurídica/inadimplência		5.066	6.915
Float bancário – faturamento		8.576	4.839
Bens sucateados		11.065	13.183
Débitos de empregados		1.453	6.236
Parcelamento de multa de fornecedores		1.789	2.427
Débitos de terceiros		10.374	743
Demais créditos		4.265	2.623
Ativo não circulante - Outros		7.613	6.342
Débitos de ex-empregados		3.083	1.824
Parcelamento de multa de fornecedores		2.605	2.060
Acordos jurídicos - REFIS		1.352	1.929
Acordos jurídicos		335	494
Outros débitos de empregados		39	35
Faturas em processo de apuração		199	-

16.2. Passivo circulante e não circulante

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Outros débitos	76.508	71.375
Apuração da venda de ativo fixo	15.609	16.650
Caução de fornecedores	23.831	16.088
Convênio SESI/SENAI	11.552	15.388
EDEI - valores a regularizar e demais credores	18.202	14.061
Retenções judiciais	6.099	4.887
Prestação de contas AGF/ACF	1.169	2.741
Ressarcimento ao SUS	46	1.560
Passivo não circulante - Outros débitos	384	288
Ressarcimento ao SUS	-	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	343	229
Honorários de sucumbência	41	13

17. INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento dos Correios são mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital.

Assim, um imóvel é classificado em propriedades para investimento quando não estiver em uso pela Empresa ou quando uma parte insignificante do imóvel for mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

Anualmente, os Correios contratam avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo dos imóveis sendo ganhos e perdas lançados em contrapartida ao resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

A definição do valor justo destes imóveis tem como base o valor de mercado do imóvel, ou seja, o valor que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Quando a situação de ocupação do imóvel é alterada ensejando na sua reclassificação do ativo imobilizado para a propriedade para investimento, o imóvel é submetido a avaliação a fim de estabelecer o seu valor justo. Nestes casos, eventuais perdas ou reversões de perdas apuradas com base no laudo de avaliação são lançadas em contrapartidas ao ajuste de avaliação patrimonial se houver custo atribuído ajustando o valor do imóvel ou em lucros acumulados na ausência deste e ganhos remanescentes lançados em contrapartida a outros resultados abrangente.

Os lucros ou prejuízos apurados na alienação dos imóveis são reconhecidos no resultado, sendo que quando há diferenças apuradas entre o resultado societário e fiscal, os eventuais ganhos mensurados na base fiscal provenientes do reconhecimento de custo atribuído ou ganho a valor justo são ofertados ao fisco para fins de cálculo dos tributos sobre o ganho de capital na venda do imóvel.

17.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	IMÓVEIS	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.413.709	1.005.125
Adições	-	122.485
Varição a valor justo - resultado	69.530	52.579
Ganho	170.266	279.707
Perda	(100.736)	(227.128)
Baixas por venda	(7.315)	(18.380)
Transferências	(28.405)	139.262
Adoção inicial - ORA	48.544	112.638
Ganho	55.060	117.186
Realização - venda	(6.516)	(4.548)
Saldo final	1.496.063	1.413.709
Total bruto	1.515.590	1.431.362
Depreciação acumulada	(19.527)	(17.653)

17.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

18. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIACÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	2	49
Máquinas e equipamentos	7,7	13
Móveis e utensílios	7,7	13
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	8,8	11,4
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	9,7	10,3
Demais equipamentos de processamento de dados	10	10
Veículos motorizados pesados	10	10
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	10,3	9,7
Computador e impressora	11,1	9
Motocicletas	13,5	7,4
Veículos não motorizados	20	5
Ferramentas e instrumentos	20	5
Smartphone	40	2,5

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

18.1. Avaliação ao valor recuperável

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

18.2. Movimentação - imobilizado

O quadro a seguir evidencia as movimentações ocorridas no ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2022, respectivamente:

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - MÓVEIS	ARREND.	TOTAL
Saldo em 31/12/2020	3.807.479	43.050	576.370	619.897	306.813	1.633.976	6.987.585
Adições	17.030	18.951	82.351	92.403	126.612	269.875	607.222
Baixas	(239)	-	(2.360)	(33.952)	(6.601)	(114.589)	(157.741)
Transferências	(254.506)	-	(4.493)	(2.136)	1.687	(266)	(259.714)
<i>Impairment</i>	70.662	-	-	-	-	-	70.662
Adição	(235.329)	-	-	-	-	-	(235.329)
Baixa/reversão	190.105	-	-	-	-	-	190.105
Transferência	115.886	-	-	-	-	-	115.886
Depreciação	(42.497)	-	(56.582)	(88.171)	(47.209)	(238.256)	(472.715)
Total Líquido	3.597.929	62.001	595.286	588.041	381.302	1.550.740	6.775.299

IMOBILIZADO	IMÓVEIS	OUTROS - IMÓVEIS	MÁQ. E EQUIP.	VEÍCULOS	OUTROS - MÓVEIS	ARREND.	TOTAL
Total bruto em 2021	4.769.694	62.001	1.373.371	1.035.994	1.231.082	2.076.745	10.548.887
(-) Depreciação acumulada em 2021	(347.677)	-	(778.085)	(447.953)	(849.780)	(526.005)	(2.949.500)
(-) Impairment em 2021	(824.088)	-	-	-	-	-	(824.088)
Saldo em 31/12/2021	3.597.929	62.001	595.286	588.041	381.302	1.550.740	6.775.299
Adições	16.263	38.752	110.094	350.080	215.818	243.854	974.861
Baixas	238	-	(5.790)	(36.495)	(6.152)	(84.413)	(132.612)
Transferências	(37.662)	2.828	(19.585)	2.356	15.509	12	(36.542)
Impairment	167.564	-	-	-	-	-	167.564
Adição	-	-	-	-	-	-	-
Baixa/reversão	101.510	-	-	-	-	-	101.510
Transferência ¹	66.054	-	-	-	-	-	66.054
Depreciação	22.145	-	(89.837)	(58.744)	(69.083)	(242.459)	(437.978)
Total Líquido	3.766.477	103.581	590.168	845.238	537.394	1.467.734	7.310.592
Total bruto em 2022	4.745.962	103.581	1.372.744	1.266.247	1.378.885	2.180.416	11.047.835
(-) Depreciação acumulada em 2022	(322.961)	-	(782.576)	(421.009)	(841.491)	(712.682)	(3.080.719)
(-) Impairment em 2022	(656.524)	-	-	-	-	-	(656.524)
Saldo em 31/12/2022	3.766.477	103.581	590.168	845.238	537.394	1.467.734	7.310.592
Administrativo (26,8%)	1.009.416	27.760	158.165	226.524	144.022	393.353	1.959.240
Operacional (73,2%)	2.757.061	75.821	432.003	618.714	393.372	1.074.381	5.351.352

18.3. Arrendamentos

Desde de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), aprovado pela Resolução CVM nº 95/2022, a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

A tabela a seguir evidencia a movimentação dos ativos e passivos relacionados aos arrendamentos de bens imóveis e móveis:

ARRENDAMENTOS E BENFEITORIAS E INSTALAÇÕES EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	31/12/2022		31/12/2021	
	ATIVO	PASSIVO	ATIVO	PASSIVO
Saldo inicial	1.550.740	1.680.723	1.633.976	1.717.350
Adições	243.854	237.421	269.874	263.513
Exclusões/baixas	(84.413)	(84.413)	(114.589)	(114.493)
Transferências	12	-	(266)	-
Depreciação	(242.459)	-	(238.255)	-
Apropriação de juros	-	160.149	-	157.243
Pagamentos	-	(359.356)	-	(342.890)
TOTAL	1.467.734	1.634.524	1.550.740	1.680.723
Bens imóveis	1.463.496	-	1.548.425	-
Bens móveis	4.238	-	2.315	-
Circulante	-	335.811	-	323.440
Não circulante	1.467.734	1.298.713	1.550.740	1.357.283

18.4. Seguro dos bens

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGURO	VIGÊNCIA
Edifício Sede do Correios – Brasília	Generali Brasil Seguros S.A.	362.222	08/06/2022 a 08/06/2023

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a Empresa Generali Brasil Seguros S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 1 milhão.

19. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são representados por licenças de *softwares* que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação à estrutura organizacional até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os softwares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e o valor residual dos bens intangíveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

INTANGÍVEL	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	26.607	36.471
Adições	21.675	17.372
Baixas	(8)	-
Transferência	1.011	-
Depreciação	(16.552)	(27.236)
TOTAL	32.733	26.607
Total bruto	424.528	418.006
(-) Amortização	(391.795)	(391.399)

20. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Em 2022 os Correios apuraram resultado negativo de R\$ 808.781, que ajustado pela reversão de perda de propriedades para investimento e pelas realizações do custo atribuído da reserva de contingência e acarretou em prejuízo acumulado de R\$ 550.132 o qual foi absorvido pela reserva de investimento.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2022
A - Resultado líquido do período	(808.781)
B - Realização parcial da reserva de contingência	221.000
C - Realização do custo atribuído	34.048
D - Adoção inicial - propriedades para investimento	3.601
E - Absorção do prejuízo acumulado de 2022 pela reserva de investimento.	550.132
F - Lucro/Prejuízo acumulado (A + B + C + D + E)	-

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

O capital social dos Correios totaliza o valor de R\$ 3.403.458.

21.2. Reservas de lucro

21.2.1. Reserva legal

Em função do resultado do exercício não houve constituição de reserva em 2022, mantendo o saldo constituído em 2021, na ordem de R\$ 72.147.

21.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída em 2021 no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da Empresa de mantenedora para patrocinadora.

Em março de 2022 houve a realização de R\$ 221.000, face ao repasse inicial feito à Postal Saúde para dar andamento às formalidades junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em relação a alteração da condição jurídica dos Correios perante à operadora, restando um saldo na conta de reserva de contingência no valor de R\$ 146.980.

21.2.3. Reserva estatutária

Em função do resultado do exercício não houve constituição de reserva em 2022, mantendo o saldo constituído em 2021, na ordem de R\$ 188.029.

21.2.4. Reserva de retenção de lucros

Em 2022 a Empresa investiu o montante de R\$ 758.489. Contudo, em razão do resultado apurado no período foi necessária a absorção dos prejuízos remanescente do exercício, no total de R\$ 550.132, proveniente de reserva constituída em 2021 para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

21.3. Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas brasileiras de contabilidade, convergidas às normas internacionais, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

A realização do custo atribuído e dos respectivos tributos diferidos é registrada em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, caso haja custo atribuído constituído para o imóvel, as estimativas de perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído no AAP.

21.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

22. RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

22.1. Receita líquida de vendas e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas e serviços	20.503.679	22.090.671
(-) Deduções	(690.547)	(785.570)
(-) Impostos	(671.439)	(759.165)
(-) Descontos incondicionais	(16.682)	(17.275)
(-) Receitas canceladas	(2.426)	(9.130)
TOTAL	19.813.132	21.305.101

O quadro a seguir detalha a receita bruta, por serviço:

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2022	PARTICIPAÇÃO (%)	31/12/2021	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	10.540.152	51,4%	12.523.448	56,7%
Mensagem	4.922.274	24,0%	5.447.993	24,7%
Internacional	3.596.508	17,5%	2.758.214	12,5%
Logística	454.756	2,2%	460.020	2,1%
Marketing	376.150	1,8%	382.299	1,7%
Malote	257.906	1,3%	264.101	1,2%
Conveniência	204.958	1,0%	204.068	0,9%
Outros	150.975	0,8%	50.528	0,2%
TOTAL	20.503.679	100,0%	22.090.671	100,0%
Monopólio	4.798.726	23,4%	5.325.577	24%
Concorrencial	15.704.953	76,6%	16.765.094	76%

A redução da receita justifica-se em função da desaceleração dos segmentos Encomenda e Mensagem.

22.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Pessoal		(9.025.053)	(9.071.629)	(8.238.741)
Salários, encargos e benefícios		(8.108.248)	(7.520.350)	(7.413.635)
Saúde		(916.125)	(959.849)	(825.057)
Incentivo Financeiro – PDV e PDI		(680)	(591.430)	(49)
Transporte de malas e malotes	22.2.1	(2.453.645)	(1.941.826)	(1.592.182)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(1.572.129)	(1.367.648)	(1.048.933)
Depreciação e amortização	18.2 e 19	(416.666)	(448.972)	(389.704)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)		(234.734)	(227.504)	(208.490)
Demais bens		(181.932)	(221.468)	(181.214)
Material e produtos		(402.726)	(299.214)	(250.433)
Utilidades		(300.595)	(323.780)	(317.397)
Aluguéis	22.2.2	(190.249)	(119.393)	(137.619)
Internacionais		(65.470)	(69.751)	(61.028)
Impostos, taxas e contribuições		(27.335)	(22.698)	(20.561)
TOTAL		(14.453.868)	(13.664.911)	(12.056.598)

22.2.1. Transportes de malas e malotes

A elevação desse custo deve-se principalmente aos reajustes de combustível nos contratos aéreos.

22.2.2. Aluguéis

O acréscimo nessa rubrica deve-se aos reajustes contratuais de locação de imóveis.

22.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Remuneração de unidades terceirizadas		(1.957.233)	(2.256.685)	(1.975.876)
Provisão de perdas		(24.408)	(31.942)	(126.830)
Perdas		(17.907)	(16.097)	(42.365)
Outros		(10.797)	(2.249)	(5.741)
TOTAL		(2.010.345)	(2.306.973)	(2.150.812)

22.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
			RECLASSIFICADO	RECLASSIFICADO
Pessoal		(2.100.450)	(1.998.808)	(1.830.779)
Salários, encargos e benefícios		(2.100.442)	(1.867.824)	(1.828.259)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD		(8)	(130.984)	(2.520)
Precatórios e RPVs	12.4	(485.039)	(466.383)	(348.379)
Postal Saúde - Aporte	21.2.2	(221.000)	-	-
Pós-emprego	10.6.5.5	(262.467)	(210.144)	(81.210)
Contingências	12.1	(1.290.278)	(250.342)	(247.299)
Constituição de provisão para perdas		(129.165)	(66.658)	(30.988)
Participação nos Lucros e Resultados – PLR e RVA		(1.717)	(62.676)	-
Depreciação/amortização	18.2 e 19	(37.864)	(50.979)	(52.555)
Variações patrimoniais e perdas		(100.453)	(112.878)	(7.805)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(3.927)	(2.585)	(2.154)
Impostos, taxas e contribuições		(431)	(875)	(1.428)

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Acordo judicial		(47)	(173)	(13)
TOTAL		(4.632.838)	(3.222.501)	(2.602.610)

22.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Despesas recuperadas		101.574	93.812
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD		89.221	28.131
Multas aplicadas a fornecedores		88.854	48.103
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	17.1	170.266	279.707
Multas aplicadas a clientes		22.624	22.255
Taxa mensal de franquia – AGF		19.148	22.098
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		23.612	21.299
Taxa inicial de franquia - AGF		13.015	1.957
Outras reversões de provisões		2.143	493
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	10.6.5.6	10.664	271.720
Reversão de <i>impairment</i>		4.156	-
Reversão de contingências	12.1	7.358	21.405
Recuperação de perda - REFIS		120	437
(-) Receitas canceladas		(10.476)	(27.218)
Outros		138.348	78.921
TOTAL		680.627	863.120

22.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos na alienação de bens		(11.817)	(8.712)
Perda – VJ – Propriedades para investimento	17.1	(100.736)	(227.128)
TOTAL		(112.553)	(235.840)

22.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021
Rentabilidade de aplicações financeiras		452.833	170.996
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>	7.2.2	177.644	53.030
Variação cambial	7.2.2	134.131	328.974
Receita de juros		95.608	36.184
Pagamento a valor presente		26.777	14.398
Variação monetária		15.778	18.098
Receitas de descontos		1.873	2.547
Outras		210	301
TOTAL		904.854	624.528

22.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Variação cambial	7.2.2	(292.182)	(315.708)	(232.187)
Apropriação/atualização - PDI	10.5.2	(207.413)	(106.098)	(71.185)
Juros		(315.475)	(294.610)	(281.080)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)	18.3	(160.149)	(157.244)	(154.983)

DESPESAS FINANCEIRAS	NOTA	31/12/2022	31/12/2021 RECLASSIFICADO	31/12/2020 RECLASSIFICADO
Demais		(155.326)	(137.366)	(126.097)
Perda - valor justo - <i>hedge</i>	7.2.2	(117.547)	(48.475)	-
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)		(78.775)	(32.188)	(30.505)
Multas		(12.580)	(6.541)	(5.790)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(8.434)	(7.100)	(7.964)
Despesas bancárias		(6.473)	(5.530)	(4.081)
Perdas nas aplicações financeiras		(11.613)	(45.441)	(121)
Notificação de infração		(294)	(212)	(117)
Outros		(28.263)	(1.374)	(2.492)
TOTAL		(1.079.049)	(863.277)	(635.522)

23. PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2022, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	10.5 e 10.7.1
Postalis – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	10.1, 10.2, 10.3, 10.7.1 e 15

23.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

23.1.1. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da **Nota 10.4**.

23.1.2. Transações com o Postalis

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As **notas 10.1, 10.2, 10.3 e 15** apresentam as transações ocorridas com o Postalis.

23.1.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
2022				
Salários e benefícios	4.057	310	161	285
Encargos sociais	1.109	44	12	35
Previdência complementar	209	4	-	-
Remuneração total - 2022	5.375	358	173	320

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS
Em milhares R\$

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
Número de membros - 2022	7	6	3	3
2021				
Salários e benefícios	3.867	348	162	241
Encargos sociais	854	29	11	27
Previdência complementar	204	1	-	-
Remuneração total – 2021	4.926	378	173	268
Número de membros - 2021	7	7	3	3

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	31/12/2022	31/12/2021
Menor remuneração	1.639	1.473
Maior remuneração	61.628	55.365
Remuneração média	5.185	4.354
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

Fabiano Silva dos Santos
Presidente

Fabiano Silva dos Santos
Respondendo pela Diretoria
Econômico-Financeira, Tecnologia
e Segurança da Informação

Mércia da Silva Pedreira
Diretora de Gestão de Pessoas

Fabiano Silva dos Santos
Respondendo pela Diretoria de
Governança e Estratégia

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Diretor de Negócios

Maurício Fortes Garcia Lorenzo
Respondendo pela Diretoria de
Operações

José Rorício Aguiar de Vasconcelos
Diretor de Administração

Vanessa Sandri Barbosa
Contadora
CRC/DF - 014297/O-0

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2021



SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	8

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL	9	NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	40
NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10	NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	43
NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS.....	12	NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR	44
NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS.....	13	NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	45
NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17	NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS.....	45
NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO.....	18	NOTA 19 INVESTIMENTOS	46
NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18	NOTA 20 IMOBILIZADO	47
NOTA 8 CONTAS NACIONAIS	20	NOTA 21 INTANGÍVEL.....	49
NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS	22	NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR.....	50
NOTA 10 ESTOQUES.....	23	NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	50
NOTA 11 FORNECEDORES	23	NOTA 24 GESTÃO DE RISCO	52
NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	24	NOTA 25 SEGURO DOS BENS	55
NOTA 13 TRIBUTOS.....	36	NOTA 26 PARTES RELACIONADAS.....	55
		NOTA 27 OUTRAS INFORMAÇÕES.....	56
		NOTA 28 EVENTOS SUBSEQUENTES	57



BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03				
ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)	
CIRCULANTE		3.922.883	3.046.816	
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5</u>	914.256	572.954	
Títulos e valores mobiliários	<u>7</u>	20.104	10.565	
Contas a receber		2.687.840	2.176.690	
Contas a receber nacionais	8.1	2.066.868	1.775.699	
Contas a receber internacionais	9.1	620.972	400.991	
Estoques	<u>10</u>	53.466	46.706	
Outros valores e bens		247.217	239.901	
Convênio Postal Saúde	12.1.5.1	537	1.217	
Adiantamento de Pessoal	12.1.4	57.125	43.985	
Impostos e encargos sociais a compensar	13.4	152.589	134.071	
Cobrança jurídica/inadimplência	8.2	6.915	4.358	
Outros débitos	18.1	30.051	56.270	
NÃO CIRCULANTE		13.790.969	11.277.117	
Realizável a longo prazo		5.574.295	3.246.876	
Contas a receber internacionais	9.1	478.424	842.042	
Aplicações financeiras	<u>6</u>	2.731.819	6.072	
Tributos diferidos	13.3.1	935.059	887.363	
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	14.4	104.853	120.643	
Tributos a compensar	13.1	1.317.798	1.286.042	
Convênio Postal Saúde	12.1.5.1.1	-	100.000	
Outros	18.1	6.342	4.714	
Investimentos		1.414.768	1.006.185	
Propriedades para investimentos	19.1	1.413.709	1.005.125	
Museu	19.2	1.059	1.060	
Imobilizado	<u>20</u>	6.775.299	6.987.585	
Imóveis		3.659.930	3.850.529	
Móveis		1.564.629	1.503.080	
Imóveis - arrendamento		1.548.425	1.631.917	
Móveis - arrendamento		2.315	2.059	
Intangível	<u>21</u>	26.607	36.471	
TOTAL DO ATIVO		17.713.852	14.323.933	

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE		4.958.545	4.420.875
Fornecedores	<u>11</u>	1.131.044	989.353
Salários e consignações	12.1.1	1.066.450	989.835
Encargos sociais	12.1.2	371.629	243.878
Participação nos Lucros e Resultados	12.1.3	62.676	-
Impostos e contribuições	13.5	271.705	186.149
Arrecadações e recebimentos	<u>17</u>	45.608	44.821
Receitas a apropriar	<u>16</u>	281.105	280.612
Contas a pagar internacionais	9.2	6.511	23.166
Precatórios e RPVs	14.3	218.405	188.763
Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	154.355	266.107
Benefício pós-emprego	12.3.1	265.271	508.939
Convênio Postal Saúde	12.1.5.2	133.050	158.305
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	296.606	176.781
Arrendamento	20.2.2	323.440	310.414
Instrumentos Financeiros - Derivativos	7.2	8.610	-
Dividendos a pagar	<u>22</u>	250.705	-
Outros créditos	18.2	71.375	53.752
NÃO CIRCULANTE		10.505.898	8.953.318
Empréstimos e financiamentos	<u>15</u>	-	30.379
Contas a pagar internacionais	9.2	49.194	89.015
Benefício pós-emprego	12.3.1	6.901.105	5.727.784
Tributos diferidos	13.3.2	423.985	407.531
Precatórios e RPVs	14.3	18.927	22.864
Obrigações trabalhistas - IFD	12.2.1	883.154	623.950
Arrendamento	20.2.2	1.357.283	1.406.936
Provisões para contingências	14.1	871.962	643.024
Outros	18.2	288	1.835
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.249.409	949.740
Capital social	23.1	3.403.458	3.382.514
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	20.944
Reservas de lucro	23.2	1.192.241	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	23.3	3.391.051	3.341.213
Outros Resultados Abrangentes - ORA	23.4	(5.737.341)	(4.935.749)
Prejuízos Acumulados		-	(859.182)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.713.852	14.323.933

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

CNPJ 34.028.316/0001-03	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	4.1	21.305.101	17.249.050
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	4.2	(15.869.958)	(13.968.118)
Lucro bruto		5.435.143	3.280.932
Despesas com vendas/serviços	4.3	(101.910)	(239.292)
Despesas gerais e administrativas	4.4	(3.359.204)	(2.727.903)
Outras receitas operacionais	4.5	863.120	1.412.653
Outras despesas operacionais	4.6	(235.840)	(713.681)
Lucro líquido antes do resultado financeiro		2.601.309	1.012.709
Receitas financeiras	4.7	624.528	665.758
Despesas financeiras	4.8	(726.590)	(510.229)
Resultado financeiro		(102.062)	155.529
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.499.247	1.168.238
Tributos sobre o lucro		(222.778)	362.138
Tributos correntes		(180.324)	(34.642)
Tributos diferidos		(42.454)	396.780
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.276.469	1.530.376

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido do exercício	2.276.469	1.530.376
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(800.112)	172.955
Remensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(991.229)	(153.750)
CSLL diferida	88.616	13.809
Ganho a valor justo – propriedades para investimento	112.638	343.842
CSLL diferida	(10.137)	(30.946)
Itens que serão reclassificados para o resultado	(1.480)	(26.564)
Investimentos patrimoniais VJORA – variação valor justo	(1.625)	(29.192)
CSLL diferida	145	2.628
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.474.877	1.676.767

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

CNPJ 34.028.316/0001-03	CAPITAL	ADIANT. P/ FUT. AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESERVA DE LUCROS				RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESTATUTÁRIA				
Saldo em 31/12/2019	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(2.412.374)	(5.082.140)	4.237.899	146.843
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.530.376	-	-	1.530.376
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(153.750)	-	(153.750)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(29.192)	-	(29.192)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	16.437	-	16.437
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	24.870	-	(24.870)	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	(794.371)	(794.371)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	73.727	73.727
Adoção inicial – prop. investimento	-	-	-	-	-	-	(2.054)	312.896	(151.172)	159.670
Ganhos VJ – prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-	343.842	-	343.842
Perda – valor justo	-	-	-	-	-	-	(2.257)	-	(166.123)	(168.380)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	203	(30.946)	14.951	(15.792)
Saldo em 31/12/2020	3.382.514	20.944	-	-	-	-	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Aumento de capital com AFAC	20.944	(20.944)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.276.469	-	-	2.276.469
Constituição das reservas de lucro	-	-	72.147	564.085	367.980	188.029	(1.192.241)	-	-	-
Dividendos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	-	(250.705)	-	-	(250.705)
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(991.229)	-	(991.229)
Ganhos/(perdas) em invest. - VJORA	-	-	-	-	-	-	-	(1.625)	-	(1.625)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	88.761	-	88.761
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	27.418	-	(27.418)	-
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.996)	(28.996)
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	-	5.077	5.077
Adoção inicial – prop. investimento	-	-	-	-	-	-	(1.759)	102.501	101.175	201.917
Ganhos VJ – prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-	112.638	-	112.638
Perda – valor justo	-	-	-	-	-	-	(1.759)	-	111.181	109.422
CSLL diferida	-	-	-	-	-	-	-	(10.137)	(10.006)	(20.143)
Saldo em 31/12/2021	3.403.458	-	72.147	564.085	367.980	188.029	-	(5.737.341)	3.391.051	2.249.409



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Atividades operacionais		
Lucro do período	2.276.469	1.530.376
Itens que não afetam o caixa	608.724	(672.018)
Depreciação e amortização	499.951	442.259
Provisões (nota 4.5.2)	280.284	(1.079.446)
Despesas de variação patrimonial e perdas	128.975	50.170
Receita de variação patrimonial	(199.779)	(71.202)
Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária e Banco Postal	(30.244)	(17.460)
Resultado da alienação de bens	(15.331)	3.661
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Propriedades para investimento	(52.579)	-
Ganhos/Perdas - Valor Justo - Hedge	(2.553)	-
Mutações patrimoniais	1.053.238	(95.269)
Contas a receber (circulante e não circulante)	(147.532)	(433.511)
Estoques	(6.760)	(19.621)
Outros valores e bens	192.464	92.143
Arrendamento (ativos e passivos)	157.244	154.983
Realizável a longo prazo (exceto contas a receber e aplicações)	64.954	298.382
Fornecedores	141.691	(6.990)
Salários e consignações	76.615	(224.771)
Encargos sociais	127.751	(5.227)
Impostos e contribuições	85.556	34.569
Incentivo Financeiro Diferido – IFD/PDI (nota 12.2)	379.029	(142.125)
Precatórios (circulante e não circulante)	25.705	7.892
Convênio Postal Saúde (passivo)	(25.255)	(389.331)
Outras obrigações	(18.224)	538.338
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.938.431	763.089
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras (ativo não circulante)	(2.724.122)	(8.046)
Adições - imobilizado	(343.708)	(317.287)
Adições - intangível	(17.372)	(17.931)
Adições – propriedades para investimento	(64.243)	(913)
Adições – ativos mantidos para venda	-	(243)
Baixas - imobilizado	43.448	18.352
Baixas – propriedades para investimento	25.641	512
Baixas – mantidos para venda	-	1.768
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.083.556)	(323.788)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	250.000	250.000
Empréstimos e financiamentos - Principal	(395.833)	(322.917)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(24.850)	(22.558)
Arrendamento - Principal	(227.504)	(208.489)
Arrendamento - Juros	(115.386)	(100.817)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(513.573)	(404.781)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	341.302	34.520
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	572.954	538.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	914.256	572.954

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

CNPJ 34.028.316/0001-03	31/12/2021	31/12/2020
Geração do valor adicionado		
1. Receitas		
Receitas operacionais	22.895.571	19.231.542
(Perda)/reversão de crédito de liquidação duvidosa	22.064.267	17.945.004
Outras receitas operacionais	(31.816)	(126.115)
Receita de variação patrimonial	863.120	1.412.653
2. Insumos adquiridos de terceiros	(7.014.230)	(6.060.427)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(6.368.608)	(5.378.094)
Serviços adquiridos de terceiros	(13.221)	(11.760)
Provisões diversas	(632.401)	(670.573)
3. Valor adicionado bruto (1+2)	15.881.341	13.171.115
4. Retenções	(499.951)	(442.259)
Depreciação/amortização	(499.951)	(442.259)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	15.381.390	12.728.856
6. Valor adicionado recebido em transferência	624.528	665.758
Receitas financeiras	624.528	665.758
Valor adicionado a distribuir	16.005.918	13.394.614
Distribuição do valor adicionado		
7. Pessoal e encargos	9.720.504	8.837.597
Salários, honorários e benefícios	9.130.098	8.272.784
Encargos sociais	590.406	564.813
8. Impostos, taxas e contribuições	2.452.500	2.111.384
INSS	1.485.802	1.356.866
Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	786.374	719.876
Contribuição social (tributo corrente)	180.324	34.642
9. Remuneração do capital de terceiros	1.556.445	915.257
Aluguéis, juros, variação cambial	851.930	558.466
Outras remunerações a terceiros	704.515	356.791
10. Remuneração de capital próprio	2.276.469	1.530.376
Lucro/reserva retidos	2.276.469	1.530.376
Total do valor distribuído	16.005.918	13.394.614

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico da Empresa

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

No campo social, os Correios atuam como agente da integração nacional ao garantirem à população a oferta permanente dos serviços postais básicos de qualidade, em todo território nacional, a preços acessíveis, além de promoverem o acesso à cidadania, sendo um verdadeiro balcão de serviços ao cidadão e braço logístico do Estado, cujas ações garantem a execução de políticas públicas diversas.

Desde a criação do Correio-mor em 1663 ainda no período colonial, os Correios estão presentes na vida dos brasileiros há 359 anos. A sua capilaridade e o perfil dos colaboradores nativos de cada região, permite entender e atender as necessidades das pessoas, desde os grandes centros urbanos até as que vivem nas localidades mais longínquas do território nacional. Adequando-se às demandas de consumo da sociedade e às novas formas de se fazer comércio, oferecem serviços socialmente responsáveis para o desenvolvimento de todas as regiões do país, indistintamente.

1.2. Principais destaques de 2021

Os Correios obtiveram resultado líquido de R\$ 2,3 bilhões, o maior apurado nos últimos anos e resultado recorrente de R\$ 3,7 bilhões, quando expurgados os efeitos do benefício pós-emprego, PDI, contingências judiciais, precatórios e imunidade tributária.

Os sucessivos recordes de postagens alcançados neste exercício ratificaram a vocação da empresa em aproximar pessoas e negócios, além de maximizarem o caixa, de forma a garantir a saúde financeira e a continuidade operacional dos Correios. Os recursos gerados estão sendo destinados à redução do endividamento bruto e à modernização de suas operações, com o lançamento de novas soluções digitais e serviços para o e-commerce, essenciais para fomentar o desenvolvimento do país.

Na alavancagem do desempenho operacional, destaca-se, principalmente, a elevação das receitas de encomendas, cujo incremento no ano foi de 26,2% em relação ao anterior e a adoção de medidas com foco na redução de custos fixos, tais como o PDI.



O gráfico abaixo demonstra a evolução do desempenho da empresa nos últimos três exercícios:



NOTA 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei nº 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade as disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em **04 de março de 2022**, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterá-las, contudo, os Conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração dos Correios não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os Correios utilizam o real como moeda funcional e de apresentação para elaboração das demonstrações contábeis, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das operações. Na data de reporte das demonstrações contábeis, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira é reconhecido em contrapartida a aquisições em andamento no imobilizado até que estas operações estejam em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

2.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis descritas a cada nota explicativa correspondente, exceto as transcritas na **nota 2.7** que são relacionadas a mais de uma nota explicativa.

2.6. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Assim, anualmente, são efetuadas revisões destas premissas, cujos reflexos são reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As informações sobre os julgamentos e as estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, que podem provocar impacto relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos do próximo exercício, estão descritas nas seguintes notas:

Nota 8.1.1 – Contas a receber: premissas utilizadas na determinação dos percentuais utilizados para constituição das Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD);

Nota 20.2.2 – Arrendamentos: estimativa utilizada na determinação da taxa incremental de empréstimos e julgamento se a Empresa tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação;

Nota 20.1 – Ativos não financeiros: avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) - determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos e estabelecimento da vida útil e valor residual do ativo imobilizado;

Nota 13.3.1 – Tributos diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser compensados;

Nota 14.1 – Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

Nota 12.3.5.1 – Benefícios pós-emprego: principais premissas atuariais e financeiras.

2.7. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis dos Correios são consistentes com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores, salvo indicação ao contrário.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações contábeis, essas políticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações, a exceção daquelas que se relacionam com vários temas, as quais encontra-se evidenciadas a seguir:

2.8. Avaliação ao valor recuperável de ativos financeiros

Anualmente a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.



Com base nesses percentuais, trimestralmente os valores das PECLD são ajustados, por meio de uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e, a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, trimestralmente é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes (ORA). Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, estas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter *impairment* no patrimônio líquido.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas demonstrações contábeis.

NOTA 3 RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS

Os Correios, com vista a garantir maior aderência as informações divulgadas no balanço patrimonial, efetuou a reclassificação das informações anteriormente consolidadas no grupo de contas a receber do ativo circulante, conforme detalhado abaixo. Para garantir a comparabilidade das informações, a Empresa efetuou ajustes retrospectivos no saldo de encerramento do exercício de 2020, não sendo possível efetuar com confiabilidade os referidos ajustes nos saldos de abertura deste exercício face a mudanças realizadas no processo de cobrança do contas a receber no decorrer de 2020, afetando significativamente as premissas utilizadas no processo de reclassificação das contas nacionais e internacionais.

3.1. Impactos das reclassificações no Balanço Patrimonial e Demonstração do Fluxo de Caixa

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	Nota	31/12/2020 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE		3.655.642	(608.826)	3.046.816
Contas a receber		2.785.516	(608.826)	2.176.690
Contas a receber nacionais	3.2	1.542.483	233.216	1.775.699
Contas a receber internacionais	3.3	1.243.033	(842.042)	400.991
NÃO CIRCULANTE		10.435.075	842.042	11.277.117
Realizável a longo prazo		2.404.834	842.042	3.246.876
Contas a receber internacionais	3.3	-	842.042	842.042
TOTAL DO ATIVO		14.090.717	233.216	14.323.933

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2020 (Reclassificado)
CIRCULANTE		4.276.674	144.201	4.420.875
Receitas a apropriar	3.2	47.396	233.216	280.612
Contas internacionais	3.3	112.181	(89.015)	23.166
NÃO CIRCULANTE		8.864.303	89.015	8.953.318
Contas internacionais	3.3	-	89.015	89.015
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.090.717	233.216	14.323.933

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	Nota	31/12/2020 (Publicado)	RECLASSIFICAÇÃO	31/12/2020 (Reclassificado)
Contas a receber	3.2	(200.295)	(233.216)	(433.511)
Precatórios e RPVs	3.4	-	7.892	7.892
Outras	3.2 e 3.4	313.014	225.324	538.338
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		(95.269)	-	(95.269)

3.2. Contas a receber nacionais e receitas a apropriar

Face a existência de créditos a conceder a clientes em valores superiores aos débitos gerados no período, efetuou-se a reclassificação dos créditos a serem compensados nos próximos meses da conta de serviço a faturar para receitas a apropriar.

3.3. Contas a internacionais (ativos e passivos)

Para uma melhor representação da efetividade de realização das contas internacionais, a Empresa efetuou a revisão dos ciclos de recebimento e pagamento dessas rubricas, ocasionando na reclassificação de parte dos direitos e obrigações para o não circulante.

3.4. Precatórios e RPs

Com o objetivo de melhor representar a natureza das obrigações efetuou-se o desmembramento das variações relativas aos Precatórios e RPs da rubrica "outras" no Fluxo Atividades Operacionais.

NOTA 4 RECEITAS E DESPESAS – EXCETO TRIBUTOS

4.1. Receita líquida de vendas e serviços

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas e serviços	22.090.671	17.963.560
(-) Deduções	(785.570)	(714.510)
(-) Impostos	(759.166)	(695.953)
(-) Descontos incondicionais	(17.274)	(17.113)
(-) Receitas canceladas	(9.130)	(1.444)
TOTAL	21.305.101	17.249.050

O quadro a seguir detalha a receita bruta, demonstrando que a alavancagem das receitas apuradas no exercício, deve-se, principalmente, aos segmentos de encomendas - com acréscimo de 26,2% no faturamento em relação ao exercício anterior, e internacional que apresentou crescimento de 123,8% comparado a 2020.

Este desempenho é atribuído, sobretudo, à expansão do e-commerce acelerado pela pandemia de covid-19.

RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	31/12/2021	PARTICIPAÇÃO (%)	31/12/2020	PARTICIPAÇÃO (%)
Encomenda	12.523.448	56,7%	9.925.418	55,3%
Mensagem	5.447.993	24,7%	5.508.122	30,7%
Internacional	2.758.214	12,5%	1.232.240	6,9%
Logística	460.020	2,1%	335.828	1,9%
Marketing	382.299	1,7%	431.734	2,4%
Malote	264.101	1,2%	240.605	1,3%
Conveniência	204.068	0,9%	215.498	1,2%
Outros	50.528	0,2%	74.115	0,3%
TOTAL	22.090.671	100,0%	17.963.560	100,0%

Política contábil:

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime de competência e às peculiaridades de cada operação.

4.2. Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		31/12/2021	31/12/2020
Pessoal		(9.071.629)	(8.238.741)
Salários, encargos e benefícios	4.2.1	(7.520.461)	(7.413.635)
Saúde	4.2.2	(959.849)	(825.057)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD	4.2.3	(591.319)	(49)
Remuneração de AGF		(2.205.063)	(1.911.520)
Transporte de malas e malotes		(1.941.826)	(1.592.182)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas		(1.367.632)	(1.048.933)
Depreciação e amortização		(448.972)	(389.704)
Bens de direito de uso – CPC 06(R2)		(227.504)	(208.490)
Demais bens		(221.468)	(181.214)
Utilidades		(323.780)	(317.397)
Material e produtos		(299.214)	(250.433)
Aluguéis		(119.393)	(137.619)
Internacionais		(69.751)	(61.028)
Impostos, taxas e contribuições		(22.698)	(20.561)
TOTAL		(15.869.958)	(13.968.118)

4.2.1. Salários, encargos e benefícios

Em dezembro de 2021, em cumprimento à decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julgou em 22 de novembro de 2021 o Dissídio Coletivo de Greve, a empresa aplicou retroativamente à data base de 1º de agosto de 2021 o reajuste salarial de 9,75% na folha dos empregados.

O referido reajuste também foi estendido às funções técnicas, gerenciais e de atividade especial dos Correios.

4.2.2. Saúde

No exercício de 2020, devido declaração de Pandemia do covid-19 no país, observou-se redução nas despesas assistenciais, justificada pelo isolamento social da população, bem como pela suspensão de atendimentos médico-hospitalares e odontológicos eletivos, objetivando reter leitos para atendimentos de casos de urgências/emergências.

Em 2021, face ao avanço da campanha de vacinação no Brasil, houve a retomada gradual ao patamar anterior à pandemia, promovendo, neste exercício, um acréscimo nas despesas com o plano de saúde – mesmo com a implementação, a partir de agosto de 2021, do custeio integral dos gastos com saúde pelos aposentados.

4.2.3. Incentivo Financeiro Diferido - IFD

O acréscimo nesta rubrica deve-se a apropriação do valor da obrigação a ser paga nos próximos 5 anos, aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado – PDI/2021, conforme disposto na **nota 12.2**.

O Plano teve 6.299 adesões, resultando em uma despesa de R\$ 722.303 (R\$ 591.319 em custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 130.984 em despesas gerais administrativas).

4.3. Despesas com vendas/serviços

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS		31/12/2021	31/12/2020
Remuneração de unidades terceirizadas		(51.622)	(64.356)
Provisão de perdas	4.3.1	(31.942)	(126.830)
Perdas	4.3.2	(16.097)	(42.365)
Propaganda, publicidade e patrocínio		(1.274)	(1.744)
Multas contratuais de clientes e outros		(975)	(3.997)
TOTAL		(101.910)	(239.292)

4.3.1. Provisão de perdas

A significativa variação nesta rubrica deve-se, principalmente, a adequação nos valores provisionados de perda com as contas a receber internacionais em 2020, face a existência de débitos pendentes de pagamento há mais de 3 anos pelas Administrações Postais.

4.3.2. Perdas

A redução desta rubrica no exercício deve-se ao elevado reconhecimento de perdas efetivas no grupo de contas a receber nacionais, em 2020, face a ausência de expectativa no recebimento de determinadas faturas.

4.4. Despesas gerais e administrativas

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		31/12/2021	31/12/2020
Pessoal		(2.135.494)	(1.956.072)
Salários, encargos e benefícios		(2.004.510)	(1.953.552)
Incentivo Financeiro Diferido – IFD		(130.984)	(2.520)
Precatórios e RPVs	4.4.1	(466.383)	(348.379)
Contingências		(250.343)	(247.299)
Acordo judicial		(173)	(13)
Pós-emprego		(210.144)	(81.210)
Constituição de provisão para perdas	4.4.2	(66.659)	(30.988)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		(62.676)	-
Variações patrimoniais e perdas	4.4.3	(112.878)	(7.805)
Depreciação/amortização		(50.979)	(52.555)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros		(2.601)	(2.154)
Impostos, taxas e contribuições		(874)	(1.428)
TOTAL		(3.359.204)	(2.727.903)

4.4.1. Precatórios e RPVs

O aumento na despesa de 2021 deve-se, principalmente, às demandas de natureza trabalhista (individuais e coletivas) em precatórios e RPVs.

4.4.2. Constituição de provisões para perdas

A elevação na despesa deve-se, principalmente, à perda esperada sobre as cobranças jurídicas de terceiros – que tiveram seu saldo acrescido neste exercício.

4.4.3. Variações patrimoniais e perdas

O acréscimo nesta rubrica deve-se, principalmente, à regularização de valores identificados na conciliação das contas internacionais.

4.5. Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		31/12/2021	31/12/2020
Ganho a valor justo - Propriedades para investimento	4.5.1	279.707	-
Reversão - provisão de benefício pós-emprego	4.5.2	271.720	1.123.860
Despesas recuperadas	4.5.3	93.812	8.994
Multas aplicadas a fornecedores		48.103	150.808
Multas aplicadas a clientes		22.255	23.982
Taxa mensal de franquia – AGF		22.098	19.102
Reversão - Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD		28.131	47.023
Reversão - Provisões para contingências		21.405	29
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis		21.299	551
Taxa inicial de franquia - AGF		1.957	8.704
Outras reversões de provisões		493	6.296
Recuperação de perda - REFIS		437	2.478
Reversão - <i>Impairment</i>		-	13.545
(-) Receitas canceladas		(27.218)	(6.385)
Outros		78.921	13.666
TOTAL		863.120	1.412.653

4.5.1. Ganho a valor justo – propriedades para investimento

Refere-se aos ganhos estimados com base no valor justo nos laudos de avaliação de imóveis caracterizados como propriedades para investimento. Ressalta-se que, em 2020, as propriedades para investimento passaram a ser avaliadas pelo método de valor justo, levando os efeitos da adoção inicial para serem registrados no patrimônio líquido.

4.5.2. Reversão – provisão de benefício pós-emprego

A receita ocasionada pela realização da provisão, decorre do efeito produzido pela eliminação da despesa realizada com este benefício até agosto de 2021, bem como do excesso de provisão proveniente da estimativa do cálculo atuarial.

A variação nesta rubrica foi originada pelo efeito do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000 – 2020 que promoveu a implementação do custeio integral dos gastos com saúde para os aposentados, a partir de agosto de 2021. Neste sentido, os Correios não mais registrarão a obrigação do pós-emprego saúde baseando-se na premissa de continuidade da oferta do benefício até o fim da vida do empregado.

Essa movimentação também impactou significativamente a Demonstração do Fluxo de Caixa no item provisões, indicando que no exercício de 2020 ocorreram reversões em montante superior às constituições no total de R\$ 1.079.446.

4.5.3. Despesas recuperadas

Refere-se, principalmente, à adequação da apropriação do ajuste a valor presente do PDI de 2017, no montante de R\$ 73.110.

4.6. Outras despesas operacionais

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		31/12/2021	31/12/2020
Perda a valor justo – propriedades para investimento	4.6.1	(227.128)	-
Prejuízos na alienação de bens		(8.712)	(6.542)
Desreconhecimento – imunidade tributária – PIS/COFINS	4.6.2	-	(707.139)
TOTAL		(235.840)	(713.681)

4.6.1. Perda a valor justo – propriedades para investimento

Refere-se às perdas estimadas com base no valor justo nos laudos de avaliação de imóveis caracterizados como propriedades para investimento.

4.6.2. Desreconhecimento – imunidade tributária – PIS/COFINS

Em 2020 foi realizado o desreconhecimento dos créditos tributários do PIS/COFINS advindos da diferença paga a maior sobre a base de cálculo não aplicada a ente imune a impostos. Em que pese o mérito ser classificado como praticamente certo pelos assessores jurídicos contratados, neste momento, não é possível determinar a certeza de realização deste ativo, frente ao atual estágio que se encontra a referida discussão judicial, e as dificuldades operacionais a serem superadas para que a ação transite em julgado.

4.7. Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS		31/12/2021	31/12/2020
Variação cambial	4.7.1	328.974	589.540
Rentabilidade de aplicações financeiras		170.996	30.396
Ganho - valor justo - <i>hedge</i>		50.300	-
Receita de juros		36.184	23.876
Variação monetária		18.098	9.477
Pagamento a valor presente		14.398	4.378
Ganho - <i>hedge</i>		2.730	-
Receitas de descontos		2.547	7.625
Outras		301	466
TOTAL		624.528	665.758

4.7.1. Receita de variação cambial

Esta rubrica reflete, principalmente, os efeitos da oscilação na cotação do Direito Especial de Saque (DES) - moeda usada nas relações postais internacionais.

4.8. Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS		31/12/2021	31/12/2020
Varição cambial	4.8.1	(315.708)	(232.187)
Juros		(157.923)	(155.787)
Juros a transcorrer – bens de direito de uso – CPC 06 (R2)		(157.243)	(154.983)
Demais		(680)	(804)
Apropriação/atualização - PDI	4.8.2	(106.098)	(71.185)
Perda – valor justo - <i>hedge</i>		(47.747)	-
Perdas nas aplicações financeiras		(45.441)	(121)
Encargos – financiamento da dívida interna (juros e IOF)		(32.188)	(30.505)
Taxa administrativa – cartão de crédito		(7.100)	(7.964)
Multas		(6.541)	(5.790)
Despesas bancárias		(5.530)	(4.081)
Perda - <i>hedge</i>		(728)	-
Notificação de infração		(212)	(117)
Outros		(1.374)	(2.492)
TOTAL		(726.590)	(510.229)

4.8.1. Despesas de variação cambial

Esta rubrica reflete, principalmente, os efeitos da oscilação na cotação do DES.

4.8.2. Apropriação/atualização - PDI

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, à atualização do IFD/PDI pelo IPCA, conforme previsão contida no regulamento do plano.

NOTA 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31/12/2021	31/12/2020
Caixa	5.1	3.720	4.529
Banco	5.1	7.116	7.289
Aplicações	5.2	903.420	561.136
TOTAL		914.256	572.954

5.1. Caixa e bancos

Refletem o numerário em espécie e os depósitos bancários para fazer frente às necessidades imediatas da operação.

5.2. Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, LFT, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2026.

A negociação desses títulos ocorre conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa.

A seguir apresenta-se a composição das aplicações de liquidez imediata:

Vencimento	31/12/2021					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	657.307	77.414	173.528	(4.748)	(81)	903.420

Vencimento	31/12/2020					Total
	NTN-B/LFT	Cotas Fundo	Caixa/Operação compromissada	Provisão de IR	Ajustes fundo	
ATIVO CIRCULANTE	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo caixa, depósitos bancários e por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, que por possuírem dados observáveis em mercado ativo são mensuradas no nível 1 da hierarquia do valor justo, cujas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

NOTA 6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

A seguir é apresentado o quadro de composição das aplicações financeiras realizáveis a longo prazo segregadas por exercício de vencimento dos títulos:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	NTN-B/LFT	
	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	367
2023	839.815	4.098
2024	940.110	241
2025	347.408	1.366
2026	604.486	-
TOTAL	2.731.819	6.072

O acréscimo no saldo das aplicações financeiras deve-se, ao significativo desempenho auferido no período, com destaque para o segmento de encomendas, bem como pela efetividade das ações adotadas para redução dos custos gerados pela operação.

NOTA 7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

APLICAÇÕES		31/12/2021		31/12/2020	
Aplicações - VJORA	7.1	8.941	10.565		
Ações		7.541	9.597		
FINAM/FINOR		1.400	968		
Derivativos - <i>hedge</i>	7.2	11.163	-		
TOTAL		20.104	10.565		

7.1. Aplicações VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A redução no saldo das ações em 2021 deve-se à queda nas cotações das empresas telefônicas ocorridas no período.

7.2. Hedge

Trata-se de derivativos contratados pelos Correios com vista a proteger o resultado do exercício das variações cambiais provenientes das contas a receber internacionais que são precificadas com base no Direito Especial de Saque - DES, (constituída de uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos EUA, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina) instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e utilizado pela União Postal Universal - UPU como moeda para as negociações entre as Administrações Postais.

O *hedge* é um mecanismo que serve para proteger as operações financeiras que são expostas a uma alta volatilidade.

A operação foi constituída na modalidade *Zero Cost Collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* – para financiamento da compra da *Put*) cuja combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

Destaca-se que os ajustes financeiros da operação ocorrerão somente se o DES estiver abaixo do preço de exercício - *strike* da *put*, ou acima do *strike* da *call*.

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A.	17/12/2021 A	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	30.000	219.137
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,88548		296.564
Itaú Unibanco S.A.	17/12/2021 A	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	110.000	803.504
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,99699		1.099.669

DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL – OPERAÇÕES	VALOR JUSTO	SALDO – 31/12/2021
Derivativos – <i>hedge</i> (ativo)	6.682	4.481	11.163
Instrumentos financeiros – derivativos (passivo)	(6.682)	(1.928)	(8.610)
TOTAL	-	2.553	2.553

Política contábil:

As operações *hedge* contratada pelos Correios são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado face ao objetivo da empresa de mitigar os efeitos das variações cambiais advindas da oscilação do DES sobre as contas a receber internacionais no resultado da empresa.

Dessa forma, a empresa optou por não adotar a política de *hedge accounting* para os instrumentos de proteção contratados devendo os efeitos do valor justo (ganhos e perdas apurados) serem reconhecidos integralmente no resultado do exercício no grupo de receitas/despesas financeiras.

Ressalta-se, que apesar da contratação dos instrumentos de proteção das contas a receber internacionais estas não representam para empresa uma obrigação imediata de desembolso ou de recebimento de caixa. Efeito que poderá ocorrer somente nas situações de desmonte parcial da operação para manter os instrumentos de proteção em níveis compatíveis com o objeto a ser protegido ou na data de vencimento de cada operação, quando será apurado a efetividade da operação, em conformidade às condições do mercado nas referidas datas.

NOTA 8 CONTAS NACIONAIS

8.1. Contas a receber nacionais

CONTAS A RECEBER NACIONAIS		31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Serviços faturados	8.1.1	1.684.032	1.296.407
Serviços a faturar	8.1.2	305.955	362.639
Agências terceirizadas		55.675	64.784
Cartões de crédito		21.171	51.834
Outros valores a receber de clientes		35	35
TOTAL		2.066.868	1.775.699

8.1.1. Serviços faturados

SERVIÇOS FATURADOS – POR FAIXA DE VENCIMENTO		31/12/2021	31/12/2020
A – A vencer		1.643.104	1.230.727
B – Vencidos de 1 a 30 dias		33.790	34.396
C – Vencidos de 31 a 60 dias		7.858	8.444
D – Vencidos de 61 a 90 dias		5.334	3.426
E – Vencidos de 91 a 180 dias		5.266	6.699
F – Vencidos há mais de 180 dias		9.959	32.622
Total a receber		1.705.311	1.316.314
(-) PECLD total		(21.279)	(19.907)
TOTAL		1.684.032	1.296.407

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO - 2021		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.643.104	0,21%	(3.450)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	33.790	4,72%	(1.595)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	7.858	6,07%	(477)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	5.334	9,98%	(532)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	5.266	100,00%	(5.266)
F – Vencidos há mais de 180 dias	9.959	100,00%	(9.959)
TOTAL	1.705.311		(21.279)

FAIXA DE VENCIMENTO	EFEITOS NO RESULTADO - 2020		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A – A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B – Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C – Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D – Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E – Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F – Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
TOTAL	1.316.314		(19.907)

CONCILIAÇÃO DA PECLD DOS SERVIÇOS FATURADOS		31/12/2021	31/12/2020
A – Perda total no início do período		(19.907)	(11.620)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		-	-
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(19.907)	(11.620)
D – Adições		(1.372)	(8.287)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(21.279)	(19.907)
G – Perda dedutível no final do período		-	-
TOTAL	F+G	(21.279)	(19.907)

Política contábil:

Os valores a receber nacionais são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais. Todavia, apesar de serem mensurados pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Anualmente, a Empresa, com base no modelo de matriz de provisão, realiza a revisão dos percentuais esperados de perda considerando o risco de não recebimento, estabelecido por classe de vencimento, cujos efeitos esperados com base no histórico de inadimplência são ajustados prospectivamente às variações do PIB e da inflação ocorrida no período.

8.2. Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA		31/12/2021	31/12/2020
Faturas em cobrança jurídica	8.2.1	4.224	2.590
Acordos jurídicos - REFIS		1.280	1.143
Inadimplentes – AGF/ACC/ACF		1.323	604
Débitos de empregados em cobrança jurídica		88	21
TOTAL		6.915	4.358

8.2.1. Faturas em cobrança jurídica

Refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		31/12/2021	31/12/2020
Faturas em cobrança jurídica		200.191	174.198
(-) PECLD		(195.967)	(171.608)
TOTAL		4.224	2.590

O percentual das perdas não dedutíveis das faturas em cobrança jurídica é estabelecido com base na execução dos acordos judiciais e extrajudiciais, sob responsabilidade da área jurídica, no qual apura-se o saldo em aberto dos acordos em efetiva execução, bem como o valor dos acordos firmados e pagos nos últimos 12 meses, confrontando-os com os reconhecidos no ativo. Para aqueles provenientes de recuperação judicial ou que permanecem registrados por força da LEI 9.430/96 é atribuído 100% de perda.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA - PECLD	PERCENTUAL	31/12/2021	PERCENTUAL	31/12/2020
Perdas não dedutível	97,9%	(167.959)	98,1%	(137.939)
Perdas não dedutíveis – recuperação judicial	100,0%	(17.725)	100,0%	(17.466)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(10.283)	100,0%	(16.203)
TOTAL		(195.967)		(171.608)

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO DA PECLD DAS FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		31/12/2021	31/12/2020
A – Perda total no início do período		(171.608)	(152.697)
B – Perda dedutível em 1º de janeiro		16.203	8.570
C – Perda não dedutível em 1º de janeiro	A-B	(155.405)	(144.127)

CONCILIAÇÃO DA PECLD DAS FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA		31/12/2021	31/12/2020
D – Adições		(30.279)	(11.278)
E – Baixas		-	-
F – Perda não dedutível no final do período	C+D+E	(185.684)	(155.405)
G – Perda dedutível no final do período		(10.283)	(16.203)
TOTAL	F+G	(195.967)	(171.608)

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

NOTA 9 CONTAS INTERNACIONAIS

9.1. Contas a receber internacional

CONTAS A RECEBER INTERNACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Clientes internacionais - circulante	620.972	400.991
Administrações postais	650.085	516.332
(-) PECLD	(29.113)	(115.341)
Clientes internacionais – não circulante	478.424	842.042
Administrações postais	557.089	842.042
(-) PECLD	(78.665)	-
TOTAL	1.099.396	1.243.033

Para uma melhor representação da efetividade de realização das contas internacionais, a Empresa efetuou a revisão dos ciclos de recebimento e pagamento dessas rubricas, ocasionando na reclassificação de parte dos direitos e obrigações para o não circulante no montante de R\$ 842.042 (ativo) e R\$ 89.015 (passivo) em 2020.

9.2. Contas a pagar internacional

CONTAS A PAGAR INTERNACIONAIS	31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Circulante	6.511	23.166
Não circulante	49.194	89.015
TOTAL	55.705	112.181

Política contábil:

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal (UPU), as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros operadores postais e aquelas postadas no Brasil destinadas ao exterior por outros operadores postais são objeto de acordos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a empresa recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao operador postal que enviou a remessa. Por outro lado, quando os Correios enviam uma remessa postal ao exterior a ser entregue por outro operador postal é registrada uma obrigação a pagar àquela administração postal.

A prestação de contas entre os operadores postais envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal, de modo que, na prestação de contas confronta-se os valores a receber e a pagar de cada administração postal, apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). O pagamento é efetuado posteriormente pela administração postal devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro.

Contudo, até o encerramento do ciclo operacional das contas internacionais, os direitos a receber e a pagar reconhecidos no balanço patrimonial são registrados com base na moeda funcional da empresa (real brasileiro).

Até 2020 a PECLD sobre os valores a receber das administrações postais devedoras era constituída pelo total dos valores vencidos a mais de três anos, acrescido, caso necessário, do saldo a receber em prazo inferior, cuja expectativa de recebimento da administração postal era baixa.

A partir de 2021 o percentual da PECLD foi estabelecido mediante confronto dos valores (em DES) a receber e efetivamente recebidos, segregados por tipo de serviço.

NOTA 10 ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	31/12/2021	31/12/2020
Material para consumo	34.668	31.687
Material para revenda/almojarifados	22.290	16.422
Material em consignação	562	563
Peças reposição - MECTRI	674	-
Perdas com estoque	(4.728)	(1.966)
TOTAL	53.466	46.706

Política contábil:

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos e/ou danificados.

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

NOTA 11 FORNECEDORES

FORNECEDORES	31/12/2021	31/12/2020
Material, produtos e serviços	1.130.886	989.196
Consignações e outros	158	157
TOTAL	1.131.044	989.353

Política contábil:

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada, mas não faturada (*accruals*), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores. Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade. As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

NOTA 12 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

12.1. Benefícios de curto prazo

Referem-se às obrigações a pagar no período de até doze meses, tais como: salários, férias, plano de saúde, PLR e respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, que são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

12.1.1. Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	31/12/2021	31/12/2020
Férias	942.301	890.765
INSS - empregado	60.614	40.070
Postalís (PostalPrev) - empregado	42.249	31.274
Obrigações trabalhistas	11.134	16.338
Postalís (PBD) - empregado	10.146	11.387
Retenção SEST/SENAT	6	1
TOTAL	1.066.450	989.835

O acréscimo nas rubricas de férias, INSS e Postalprev foi ocasionado pelo reajuste salarial de 9,75% definido no Dissídio Coletivo de Greve implementado em dezembro/2021 com efeitos retroativos a agosto/2021. Ressalta-se que não houve impacto do reajuste no plano PBD, devido ao saldamento ocorrido em março de 2008.

12.1.2. Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS		31/12/2021	31/12/2020
INSS - empregador	12.1.2.1	185.159	106.822
FGTS	12.1.2.1	75.452	49.473
Postalís (BD) - empregador		49.704	44.360
Postalís (PostalPrev) - empregador		41.311	30.787
Salário educação		17.707	10.533
Senai adicional		1.412	1.664
INSS autônomos/avulsos		884	239
TOTAL		371.629	249.878

12.1.2.1. FGTS e INSS

O acréscimo nas rubricas foi motivado pelo reajuste salarial definido no Dissídio Coletivo de Greve – efetivamente implementado em dezembro/2021 com efeito retroativo a agosto/2021.

12.1.3. Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Neste exercício, face aos resultados alcançados no período, a empresa constituiu uma provisão de participação nos lucros e resultados na ordem de R\$ 62.676 que representa 6% do lucro líquido remanescente após absorção dos prejuízos acumulados de anos anteriores estando esta limitada a 25% dos dividendos distribuídos, conforme diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e de acordo com os termos da Resolução emitida pelo Conselho de Coordenação e Controles das Empresas Estatais (CCE) nº 010/1995.

Ressalta-se que a rubrica foi constituída a título de provisão face a necessidade de aprovação da proposta pela SEST.

12.1.4. Adiantamentos de pessoal

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de férias	48.817	33.012
Empregados cedidos	2.879	5.266
Adiantamento salarial	5.068	5.489
Demais adiantamentos	361	218
TOTAL	57.125	43.985

12.1.5. Convênio Postal Saúde

A Postal Saúde por meio de convênio de adesão firmado com os Correios passou a administrar os planos de saúde ofertados aos empregados dos Correios, bem como a gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO e outras ações necessários para garantir a saúde ocupacional dos empregados, tais como ginástica laboral e cinesioterapia.

12.1.5.1. Convênio Postal Saúde – ativo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	537	1.217
Empregados liberados	166	818
Concessão de uso de espaço	371	399
Não circulante	-	100.000
Ativo garantidor 12.1.5.1.1.	-	100.000
TOTAL	537	101.217

12.1.5.1.1. Ativo garantidor

A variação nesta rubrica deve-se a devolução, após autorização a ANS, do ativo garantidor repassado na criação da operadora para constituição da PESL, face os Correios atuarem como mantenedor da Postal Saúde, garantindo todos os riscos operacionais advindos da operação do plano de saúde, conforme disposto na Resolução 137/2006.

12.1.5.2. Convênio Postal Saúde - passivo

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE - PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Convênio CorreiosSaúde	109.091	132.504
Saúde ocupacional	18.366	20.656
Benefício de medicamentos	5.593	5.145
TOTAL	133.050	158.305

12.1.5.3. Lastro – Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar – Postal Saúde

Desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantir o cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora (Postal Saúde) e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

LASTRO – POSTAL SAÚDE	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação vinculada - ANS	-	161.786
Montante garantido por recursos dos Correios	151.009	42.859
TOTAL DAS PROVISÕES TÉCNICAS A LASTREAR	151.009	204.645

Política contábil:

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a Empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados dos Correios em tratamento médico, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais.

As despesas do plano CorreiosSaúde I com os pais dos empregados ativos e aposentados mantidos no plano, conforme dissídio coletivo dos Correios, são custeadas na proporção de 93% para a Empresa e 7% para o empregado e as despesas do CorreiosSaúde II são custeadas de forma paritária. Ressalta-se, que em conformidade ao disposto no art. 31 da Lei 9.656/1998, a partir de agosto de 2021, os aposentados que optarem pela manutenção do plano de saúde passarão a custear integralmente as despesas do plano.

Os repasses mensais efetuados pelos Correios à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde, são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

12.2. Obrigações trabalhistas – IFD

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram aos Planos de Desligamento Incentivado (PDI).

Os referidos planos visaram contribuir com as ações de redução de despesas na área de pessoal e de equilíbrio da força de trabalho, em alinhamento à Estratégia da empresa, com o consequente desligamento voluntário de empregados elegíveis aos programas.

PLANO	CICLOS	OPÇÃO A	OPÇÃO B	TOTAL DE ADESÕES
PDI 2017	1º - Realizado entre fevereiro e dezembro de 2017.	96 parcelas do Incentivo Financeiro Diferido (IFD), limitado a R\$ 10 mil por parcela	N/A	6.158
	2º - Realizado entre dezembro de 2017 com término em 2019.	93 parcelas do IFD, limitado a R\$ 9,8 mil por parcela	N/A	1.848
TOTAL – PDI 2017				8.006
PDI 2021	1º - Realizado em: fevereiro de 2021	Incentivo Financeiro de Adesão (IFA) (no valor de 10.000,00 - pago em parcela única) + 75 parcelas do IFD	IFD mensal + 5% do IFD mensal. Pagamento em 75 parcelas mensais	4.512
	2º - Realizado em: abril de 2021	IFA (no valor de 7.000,00 - pago em parcela única) + 70 parcelas do IFD	IFD mensal + 3% do IFD mensal. Pagamento em 70 parcelas mensais	1.787
TOTAL – PDI 2021				6.299

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

12.2.1. Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título o prazo inferior mais próximo aos fluxos de desembolsos do IFD.



A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/2020	ADIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	APROPRIAÇÃO AVP ¹	AMORTIZAÇÃO	31/12/2021
PDI 2017	800.731	-	62.583	(30.893)	(227.044)	605.377
PDI 2021	-	722.303	-	1.298	(149.218)	574.383
TOTAL	800.731	722.303	62.583	(29.595)	(376.262)	1.179.760

¹ Ajuste de R\$ 73.110 na apropriação a maior do ajuste a valor presente do PDI de 2017 em contrapartida à outras receitas (despesa recuperada).

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	296.606	176.781
Não circulante	883.154	623.950
TOTAL	1.179.760	800.731

12.3. Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalís e da Postal Saúde, que oferecem os planos de previdência complementar e saúde aos seus empregados.

Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa referem-se aos benefícios de aposentadoria complementar pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

Em agosto de 2021, em razão da aplicação dos termos do Regulamento do Plano CorreiosSaúde II – a parcela paritária na despesa com saúde de aposentados atribuída à Empresa foi transferida a estes participantes, cessando a obrigação de benefício pós-emprego saúde dos Correios.

Entre os planos de previdência ofertados aos empregados dos Correios existe o plano CV, cuja constituição prevê uma parcela de contribuição definida e outra correspondente ao benefício definido, sendo que para a parcela de contribuição definida a obrigação da Empresa restringe-se ao pagamento mensal de um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados ao plano.

Para a parcela correspondente ao benefício definido do Plano CV, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nestes planos, o valor presente das obrigações atuariais de responsabilidade da patrocinadora é mensurado, anualmente, por atuário independente com base no Método do Crédito Unitário Projetado, que considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, as quais são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Os planos também são impactados por premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas, econômicas e financeiras, e, pelos ativos, mensurados pelo seu valor justo, substancialmente compostos por investimentos que compõem as carteiras dos planos de benefícios.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas do mercado e no comportamento das premissas atuariais.

As obrigações de benefício pós-emprego advindas dos planos de benefício definido são impactadas pelo limite atribuído ao custo do serviço e custo de juros em contrapartida a demonstração do resultado e pelos ganhos e perdas atuariais provenientes de ajustes de experiência e de mudanças de premissas em contrapartida aos Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos tributos diferidos.

O *superavit* apurado no Postalprev (Plano CV) não está sendo reconhecido, pois ainda não há evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro. Todavia, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, conforme percentuais estabelecidos no plano de custeio, são reclassificadas para o ORA no patrimônio líquido.

12.3.1. Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	314.975	288.180	-	265.119
Encargos sociais	49.704	44.360	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	265.271	243.820	-	265.119
Passivo não circulante	6.901.105	5.727.784	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	6.901.105	5.727.784	-	-
TOTAL	7.216.080	6.015.964	-	265.119

12.3.1.1. Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203-57.2020.5.00.0000-2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A aplicação da regra disposta no regulamento ocorreu a partir de agosto de 2021, o que motivou o encerramento da obrigação de benefício pós-emprego saúde em julho de 2021.

12.3.1.2. Plano PostalPrev CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

12.3.1.3. Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalís e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio-doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como "em extinção". O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

12.3.2. Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos expõem tipicamente a empresa a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e de rotatividade. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução nº 30/2018 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

12.3.3. Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelos Correios

PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos	79.764	85.747	43.017	49.506	76.042	83.207
Assistidos	7.663	4.689	36.907	33.191	26.203	25.501
Dependentes	-	-	-	-	128.132	146.811
TOTAL	87.427	90.436	79.924	82.697	230.377	255.519

12.3.4. Valor justo dos ativos dos planos PostalPrev e Benefício Definido

Na elaboração da política de investimento dos planos PostalPrev e de Benefício Definido – PBD, são considerados parâmetros como a modalidade do plano, o perfil da massa de participantes, os fluxos de pagamentos futuros dos benefícios e as opções de investimento disponíveis, considerando suas rentabilidades e riscos. Assim, os recursos devem ser aplicados conforme as necessidades dos planos.

Os investimentos devem assegurar a solvência, a liquidez e o equilíbrio dos planos de benefícios e, por esse motivo, existem regras prudenciais e de alocação para cada uma das modalidades de investimento.

As regras operacionais tratam de procedimentos administrativos relacionados aos investimentos, tais como a designação de um administrador estatutário tecnicamente qualificado, a realização de controles internos, a avaliação de riscos dos investimentos e a contratação de serviço de custódia para guarda de títulos e liquidação de operações de compra e venda. Já as regras de alocação de recursos definem limites máximos para aplicação dos recursos em relação a cada plano e ao total administrado pela entidade.

A Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, é a norma que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pelos Correios. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

O cálculo do valor justo dos ativos dos planos de previdência, foi realizado pela consultoria atuarial e tomou por base informações contidas em laudos de avaliação, demonstrações contábeis, pareceres de auditores independentes e notas explicativas, carteiras de investimentos disponibilizadas pelos agentes custodiantes, dentre outras informações. Na análise foram aplicadas metodologias universalmente empregadas conforme o ativo mensurado, respeitada a legislação subjacente.

O demonstrativo a seguir evidencia a distribuição dos ativos justos, por categoria:

CATEGORIA DE ATIVOS (VALOR JUSTO)	POSTALPREV		PBD	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	759.860	699.729	782.702	1.452.052
Créditos privados e depósitos	11.598	9.751	31.532	39.789
Ações	2.496	1.617	177.057	31.003
Fundos de investimentos	112.101	91.654	1.372.936	1.310.816
Empréstimos e financiamentos	57.029	46.330	222.492	232.514
Investimentos mobiliários	-	-	263.466	278.136
Depósito judicial	-	-	31.450	32.415
Ajustes – CPC 33 (R1) ¹	27.023	-	199.701	39.673
TOTAL	970.107	849.081	3.081.336	3.416.398

¹ Ajustes previstos no item 114 do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

O plano CorreiosSaúde II, gerido pela Postal Saúde, não possui ativos.

12.3.5. Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa. O valor presente da obrigação de benefício definido bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

12.3.5.1. Principais premissas

Para a avaliação atuarial de 31/12/2021 e 31/12/2020 foram estabelecidas as premissas atuariais descritas a seguir:

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOS-SAÚDE II
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
i) Financeiras					
Taxa de juros nominal no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,07%	10,26%	9,10%	10,29%	10,30%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,58%	5,68%	5,59%	5,71%	5,71%
Projeção de aumento médio dos salários	5,70%	6,06%	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento médio dos benefícios	3,02%	3,20%	3,02%	3,20%	N/A
Taxa média de inflação anual	3,02%	3,20%	3,02%	3,20%	3,20%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no início do exercício (para cálculo de ganhos e perdas)	9,07%	10,26%	9,10%	10,29%	10,30%
Taxa de juros nominal no final do exercício	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	9,09%
Expectativa de retorno dos ativos do plano no final do exercício	8,77%	9,07%	8,78%	9,10%	N/A
Taxa dos crescimentos reais do Plano de Saúde (HCCTR)	N/A	N/A	N/A	N/A	0,89%
Aging Factor (envelhecimento)	N/A	N/A	N/A	N/A	2,16%
II) Demográficas					
Taxa de rotatividade	3,23% até aposentadoria e 0,00% após	3,44% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	2,52% até aposentadoria e 0,00% após	3,44% até aposentadoria e 0,00% após
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	RP-2000 (D8%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	BR-EmSsb-v.2015 M&F

PRINCIPAIS PREMISSAS	POSTALPREV		PBD		CORREIOS-SAÚDE II
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	RP-2000 (D8%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%)	BR-EmSsb-v.2015 M&F	BR-EmSsb-v.2015 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 DISABLED M&F	WINKLEVOSS (A28%)	Winklevoss (D41%)	WINKLEVOSS (D39%)	WINKLEVOSS (A28%)
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT FORTE (D68%)	LIGHT FORTE (D60%)	Light Forte (D83%)	Álvaro Vindas	LIGHT FORTE (D60%)
Idade de aposentadoria	Maior tempo entre: (i) elegibilidade à aposentadoria do plano; e (ii) elegibilidade à aposentadoria do INSS aos 65 anos (M) ou 62 anos (F), observadas as regras de transição da EC 103/2019				
Composição familiar	Calculada com base nos dados de dependentes informada				

12.3.5.2. Taxa de juros real de desconto atuarial

A metodologia de cálculo das taxas de desconto de benefícios pós-emprego orientou-se pela normatização disposta nos itens 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1), definindo, objetivamente, títulos de alta qualidade como aqueles cujas notas de *rating* estejam inseridas na escala de grau de investimento (*investment grade*), de acordo com a categorização estabelecida pelas agências de classificação de risco *Moody's*, *Fitch* e *Standard & Poor's*.

Para o enquadramento dos papéis na escala de investimento, adotou-se o entendimento de que os títulos de alta qualidade são aqueles cujas notas de classificação de risco sejam Baa, BBB ou superior.

A partir dos critérios estabelecidos para a análise de *rating*, foi selecionada a amostra das debêntures negociadas no mercado secundário em 31/12/2021, conforme informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A amostra representou um total de 271 observações.

Em seguida, foram apurados os títulos corporativos inseridos na escala de grau de investimento, ou seja, com notas de classificação de risco iguais ou superiores a Baa3 (*Moody's*) e BBB- (*Standard and Poor's* e *Fitch*). Nesta análise, estabeleceu-se o critério adicional que as análises de *rating* (revisão ou classificação), realizadas pelas agências de classificação de risco, ocorressem em 2021, ano ao qual se referem as demonstrações contábeis.

Logo, as taxas de desconto dos benefícios pós-emprego foram construídas a partir de 264 papéis que atenderam os requisitos estabelecidos.

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

Por definição, as taxas de juros anuais refletiram a média geométrica dos rendimentos reais dos papéis com vencimentos dentro de um mesmo ano. Para a conjectura de ausência de vencimentos dos instrumentos financeiros em determinado ano, aplicou-se a taxa média geométrica entre os rendimentos observados. Para períodos superiores ao último vencimento (2044) foi utilizado o método da extrapolação.

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela Empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, pagamentos de juros reais, acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para cada um dos planos de benefícios pós-emprego (PostalPrev e BD), as taxas de juros reais (rendimentos) anuais dos títulos corporativos foram ponderadas pela participação dos respectivos fluxos de pagamento das obrigações, no mesmo período, em relação ao seu total. As informações relativas aos fluxos de pagamentos dos planos de benefício pós-emprego tiveram como fonte de dados a consultoria atuarial.

12.3.5.2.1. Utilização de títulos corporativos para a composição da taxa de desconto atuarial

A Administração, com o intuito de sedimentar os estudos técnicos elaborados internamente, contratou a Mercer para a emissão de posicionamento independente quanto aos critérios utilizados pelas áreas técnicas dos Correios para a definição dos instrumentos financeiros que referenciam a construção das taxas de desconto atuariais dos benefícios pós-emprego.

A opinião apresentada no Parecer concluiu que, ainda que a metodologia utilizada pelos Correios não seja amplamente utilizada no mercado e demais Empresas cumpre todos os requisitos previstos no CPC 33(R1) e que, portanto, são passíveis de utilização para a determinação da taxa de juros para fins de mensuração do compromisso pós-emprego.

Destaca-se que, relativo ao assunto, recentemente o Banco Central do Brasil, mediante Resolução BCB nº 050/2020, admitiu a adoção de critério alternativo àquele adotado no mercado, porém igualmente aplicável.

A flexibilização promovida pelo Banco Central demonstra que a discussão sobre o tema deve se acentuar não se restringindo às práticas usuais. A diferença entre a obrigação atuarial apurada mediante a utilização da taxa composta por títulos públicos e títulos corporativos é apresentada a seguir:

VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	POSTALPREV		PBD	
	31/12/2021	TAXA	31/12/2021	TAXA
A - Obrigação apurada com base em títulos públicos	725.725	5,13%	18.421.955	5,28%
B - Obrigação apurada com base em títulos corporativos	711.750	8,77%	17.513.496	8,78%
VARIAÇÃO (A-B)	13.975	1,96%	908.459	5,19%

12.3.5.2.2. Taxa média de inflação anual

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 31/12/2021, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da taxa média geométrica de inflação (3,02%) foi o intervalo entre 2022 e 2135, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa (PBD). Observa-se que a mediana das projeções de mercado para o IPCA, disponibilizadas pelo BACEN, em 31/12/2021, limitavam-se ao ano 2025. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento (2135).

12.3.5.2.3. Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração 9 diferentes tábuas de mortalidade, a consultoria atuarial identificou a BR-EmSsb-v.2015 M&F (A4%) como a mais adequada para o plano BD e a RP-2000 (D8%) para o plano PostalPrev, ambas adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2021.

12.3.5.3. Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

PARTICIPANTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente da obrigação atuarial	(494.523)	(556.735)	(15.448.326)	(10.614.213)	(265.119)	(3.483.525)
Custo dos juros	(41.761)	(53.525)	(1.325.107)	(1.021.214)	-	(332.874)
Custo do serviço corrente	(1.949)	(9.609)	-	-	-	(63.993)
Benefícios pagos pelo plano	29.728	22.123	902.152	859.178	-	301.886
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	(203.245)	103.223	(1.642.215)	(4.672.077)	-	2.094.866
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	1.008.490
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	-	-	-	-	198.213	-
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	66.906	-
VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL NO FINAL DO EXERCÍCIO	(711.750)	(494.523)	(17.513.496)	(15.448.326)	-	255.519

12.3.5.3.1. PBD

O acréscimo da obrigação, em relação à avaliação anterior, justifica-se pelas mudanças nas premissas demográficas e financeiras; pelas variações dos dados cadastrais, dentre os quais a elevação nos valores dos benefícios, observada entre os cadastros de 2020 e 2021 de, em média, 12,08%, e pelos desvios entre os eventos estimados e ocorridos face a substituição de tábuas atuariais.

12.3.5.3.2. CorreiosSaúde II

O encerramento da obrigação atuarial do plano CorreiosSaúde II em 2021 ocorreu em virtude da implementação do custeio integral para os beneficiários aposentados – a partir de agosto de 2021, conforme disposto no Regulamento do Plano.

12.3.5.4. Conciliação do valor justo dos ativos

CONCILIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	POSTALPREV		PBD	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	849.081	641.830	3.416.398	3.243.865
Receita de juros	74.849	70.732	282.651	297.758
Contribuições do patrocinador	3.757	4.768	305.741	279.234
Contribuições dos participantes	4.793	5.161	69.493	72.351
Benefícios pagos pelo plano	(29.728)	(22.123)	(665.904)	(652.296)
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	67.355	148.713	(327.043)	175.486
VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO NO FINAL DO EXERCÍCIO	970.107	849.081	3.081.336	3.416.398

12.3.5.5. Status dos planos e ativo/(passivo) líquido reconhecido

STATUS DOS PLANOS E ATIVO/(PASSIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor presente da obrigação atuarial	(711.750)	(494.523)	(17.513.496)	(15.448.326)	-	(265.119)
Valor justo dos ativos	970.107	849.081	3.081.336	3.416.398	-	-
Valor presente da obrigação atuarial líquida	258.357	354.558	(14.432.160)	(12.031.928)	-	(265.119)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial (parcela atribuída aos participantes) ¹	-	-	(7.216.080)	(6.015.964)	-	-
Superavit/(Deficit) do plano	258.357	354.558	(7.216.080)	(6.015.964)	-	(265.119)
Efeito do teto do ativo (valor do superavit que não poderá ser reconhecido)	258.357	354.558	-	-	-	-
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.216.080)	(6.015.964)	-	(265.119)

¹ O valor da obrigação do plano CorreiosSaúde II refere-se à parcela dos Correios.

12.3.5.6. Movimentação do ativo/(passivo) líquido reconhecido no balanço

MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO/(PASSIVO) RECONHECIDO NO BALANÇO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo/(passivo) líquido no início do exercício	-	-	(6.015.964)	(3.685.174)	(265.119)	(3.483.525)
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo	3.757	4.768	305.741	279.234	198.213	301.886
Valores reconhecidos no resultado da Empresa	2.844	(4.448)	(521.228)	(361.728)	-	611.623
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(6.601)	(320)	(984.629)	(2.248.296)	-	2.304.897
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	66.906	-
PASSIVO RECONHECIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL	-	-	(7.216.080)	(6.015.964)	-	(265.119)

12.3.5.7. Valores reconhecidos no resultado do exercício

VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo do serviço corrente líquido	2.844	(4.448)	-	-	-	(63.993)
Custo do serviço corrente	(1.949)	(9.609)	-	-	-	(63.993)
Contribuição dos participantes	4.793	5.161	-	-	-	-
Juros líquidos	-	-	(521.228)	(361.728)	-	(332.874)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.761)	(53.524)	(1.325.107)	(659.485)	-	(332.874)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	70.732	282.651	297.757	-	-
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.088)	(17.208)	521.228	-	-	-
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	1.218.521
Reversão de obrigação constituída em contrapartida ao resultado	-	-	-	-	66.906	-
VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.844	(4.448)	(521.228)	(361.728)	66.906	821.654

12.3.5.8. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	POSTALPREV		PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos/(perdas) - valor justo dos ativos do plano	67.354	148.713	(327.043)	175.486	-	-
Ganhos/(perdas) - obrigação de benefício definido	(203.244)	103.223	(1.642.215)	(1.136.878)	-	210.032
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas	(39.212)	90.115	168.494	(703.931)	-	(887)
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração em hipóteses financeiras	(4.399)	(11.661)	(224.310)	(403.133)	-	(304)
Ganhos/(perdas) resultantes de ajustes de experiência	(159.633)	24.769	(1.586.399)	(29.814)	-	241.226
Ganhos/(perdas) resultantes da alteração na expectativa de crescimento dos custos médicos	-	-	-	-	-	(30.003)
Reversão da obrigação constituída em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-
Decorrentes da revisão da estimativa de compartilhamento de risco	-	-	-	(3.535.200)	-	-
Mudança do teto do ativo	129.289	(252.256)	-	-	-	-
Mudança na restrição da obrigação atuarial	-	-	984.629	2.248.296	-	-
VALORES RECONHECIDOS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(6.601)	(320)	(984.629)	(2.248.296)	-	210.032

12.3.5.9. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL	
	-0,25%	+0,25%	SUAUZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	+0,25%
PostalPrev	(11.563)	10.762	(3.071)	2.664	1.010	(1.031)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	TAXA DE DESCONTO		TÁBUA DE MORTALIDADE		CRESCIMENTO SALARIAL	
	-0,25%	+0,25%	SUAVIZADA 10%	AGRAVADA 10%	-0,25%	+0,25%
PBD	(483.869)	461.729	(259.477)	241.220	-	-

Varição do valor presente da obrigação atuarial total.

PARÂMETROS	31/12/2021
PostalPrev	(711.750)
PBD	(17.513.496)

12.3.5.10. Estimativa de contribuição da patrocinadora (líquida de despesa administrativa) para o exercício de 2022

CONTRIBUIÇÕES ESTIMADAS - 2022	31/12/2022
PostalPrev	3.871
PBD	314.975

12.3.5.11. Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2022

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV 2022	PBD 2022
Custo do serviço corrente líquido	1.717	-
Custo do serviço corrente	(3.221)	-
Contribuições dos participantes	4.938	-
Juros líquidos	-	(605.917)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(59.734)	(1.456.084)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	83.165	244.250
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(23.431)	-
Juros sobre a restrição da obrigação	-	605.917
TOTAL DA RECEITA/(DESPESA) ESPERADA	1.717	(605.917)

12.3.5.12. Perfil de vencimento das obrigações atuariais

PERFIL DE VENCIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS	POSTALPREV 31/12/2021	PBD 31/12/2021
Até 1 ano	43.750	1.133.859
De 1 ano até 2 anos	42.024	1.090.360
De 2 anos até 5 anos	115.909	2.998.759
Acima de 5 anos	510.067	12.290.518
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES	711.750	17.513.496

12.3.5.13. Obrigação atuarial dos Correios/Postalís

A obrigação atuarial reconhecida nos Correios está em conformidade com as disposições do CPC 33 (R1) que estabelece as premissas a serem utilizadas pela patrocinadora no reconhecimento das obrigações de benefício pós-emprego. Por outro lado, o Postalís ao efetuar o cálculo da sua obrigação atuarial, segue obrigatoriamente as premissas estabelecidas nos normativos emitidos pela PREVIC.

O uso de premissas distintas, tais como: forma de mensuração dos ativos, taxa de juros e metodologia de cálculo, a serem observadas na mensuração das obrigações atuariais registradas nas demonstrações contábeis das patrocinadoras e referidos institutos promove reconhecimentos distintos da mesma obrigação entre as partes.

O quadro abaixo apresenta de forma geral o efeito dessas diferenças em relação a obrigação total, aos ativos do plano, as obrigações líquidas dos referidos ativo, que apresenta o déficit geral do plano a ser arcados de forma paritária pelos participantes (ativos, assistidos e pensionistas) e pela patrocinadora, bem como a parcela da obrigação de responsabilidade dos Correios em conformidade a cada legislação.

PASSIVO ATUARIAL – CORREIOS (CPC 33) X POSTALIS (PREVIC)	PBD - 2021		DIFERENÇA (A-B)
	A – CORREIOS	B – POSTALIS ¹	
Provisões matemáticas totais	(17.513.496)	(17.007.733)	(505.763)
Valor justo dos ativos/patrimônio de cobertura do plano	3.081.336	3.104.911	(23.575)
Obrigação atuarial líquida	(14.432.160)	(13.902.822)	(529.338)
OBRIGAÇÃO ATUARIAL - CORREIOS (50%)	(7.216.080)	(6.951.411)	(264.669)

¹Os valores das provisões matemáticas totais e patrimônio de cobertura do plano do PBD no Postalís foram estimados.

Desta forma, em um cenário equacionamento do plano, a obrigação a ser desembolsada pelos Correios é a registrada no Instituto, é possível afirmar que a obrigação reconhecida no balanço dos Correios, em conformidade às disposições do CPC 33 (R1), é superior em R\$ 264.669 à reconhecida pelo Instituto, sendo assim, suficiente para arcar com as obrigações atuariais referentes ao plano de previdência complementar.

NOTA 13 TRIBUTOS

13.1. Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR		31/12/2020	ATUALIZAÇÃO	31/12/2021
Imunidade tributária – Imposto de Renda	13.1.1	984.770	24.191	1.008.961
Deferidos		299.381	7.204	306.585
Aguardando julgamento		685.389	16.987	702.376
Retenção na fonte – Banco Postal	13.1.2	251.187	6.053	257.240
Pedidos de restituição	13.1.3	50.085	1.512	51.597
TOTAL		1.286.042	31.756	1.317.798

13.1.1. Imunidade tributária – Imposto de Renda

O saldo atualizado de R\$ 1.008.961 corresponde ao montante dos 13 pedidos de restituição do Imposto de Renda relativo à imunidade tributária atualizados pela Selic até dez/2021, conforme **nota 13.1.4**.

13.1.2. Retenção na fonte – Banco Postal

O saldo atualizado de R\$ 257.240 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

13.1.3. Pedidos de restituição

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 51.597, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à RFB, referentes a IR- Imposto de Renda, CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e INSS. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o CARF.

13.1.4. Imunidade tributária recíproca

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios são imunes a impostos sobre a renda, o patrimônio e serviços, com amparo no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal. Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

Os Correios, amparados na consolidada jurisprudência do STF na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos pareceres técnicos da assessoria jurídica contratada, reconhecem no patrimônio direitos relativos a valores pagos indevidamente, em tempos pretéritos, a título de IRPJ, ao tempo em que solicitaram no âmbito administrativo a restituição destes créditos. Sob os mesmos fundamentos, consideram-se os créditos relativos à parcela paga

indevidamente de PIS e COFINS, recolhidos sob regime não cumulativo, por força do enquadramento previsto na legislação infraconstitucional, uma vez que esse regime de apuração não se aplica aos entes imunes a impostos, passando o pleito do indébito tributário a ser objeto de ação judicial, tendo sido essa parcela de crédito também ativada no exercício de 2016.

Nesse contexto, desde o exercício de 2016, a Empresa não realiza a apuração do Imposto de Renda nem a respectiva divulgação da base de cálculo nas demonstrações contábeis. Na mesma linha, passou-se a realizar o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

A Receita Federal do Brasil (RFB), em abril de 2019, deferiu o direito aos Correios de realizar a compensação de ofício referente a 3 pedidos de restituição de IRPJ, julgados no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), cujos acórdãos foram proferidos favoráveis, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda restam pendentes de julgamento pelo CARF 10 pedidos de restituição de IRPJ.

Quanto aos créditos de PIS e COFINS, esses encontram-se amparados por protesto judicial e são objeto de ação judicial pendente de julgamento para a qual em setembro de 2020 já houve a indicação de assistente de perito.

Desde o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações contábeis de 2016, a Administração dos Correios vem se manifestando pela manutenção destes registros com base na classificação de êxito atribuída pela assessoria jurídica especializada ao pleito da imunidade como "praticamente certo o provável ganho" aliado à atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo decisões exaradas pelo CARF quanto aos Correios serem ente imune ao IRPJ.

Ocorre que, embora as contas dos exercícios 2016 e 2017 não apresentassem recomendação do Tribunal de Contas no sentido de desreconhecer os créditos tributários, no julgamento das contas do ano de 2018, cujo resultado foi conhecido formalmente pelos Correios em outubro de 2020, o Tribunal recomendou que os créditos tributários que preencham os requisitos de ativo contingente, sob a ótica do Pronunciamento Técnico CPC 25, não fossem reconhecidos nas demonstrações contábeis da Empresa, mas apenas divulgados em notas explicativas.

Nesse sentido, em decorrência de decisão de Diretoria, no exercício de 2020, os créditos tributários do PIS e COFINS, no montante de R\$ 707.139 (atualizados até dezembro de 2019), foram desreconhecidos em atendimento à Recomendação TCU do Acórdão 9.376/2020-TCU/2ª Câmara.

Por outro lado, entende-se como pertinente a manutenção dos créditos tributários de IRPJ no patrimônio dos Correios, pois o pleito dos pedidos de restituição trata de cobrança indevida de IRPJ a ente imune a impostos e que as possibilidades de entrada de recursos, relativas aos demais processos não julgados, são praticamente certa.

Frisa-se que quando do desfecho da ação judicial, os valores recuperados em decorrência dos pagamentos indevidos de PIS e COFINS voltarão a ser reconhecidos no patrimônio ocasionando efeitos positivos.

No quadro da **nota 13.1** apresentam-se os créditos de Imposto de Rendas ativados atualizados em 2021.

13.2. Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício.

13.2.1. Tributos sobre o lucro

Em 2021 a Empresa apresentou cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no total de R\$ 180.324. Já o tributo diferido está representado pela despesa de R\$ 42.454, que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferidos detalhados nas **notas 13.3.1** e **13.3.2**.

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes dos juros sobre capital próprio	2.499.247	1.168.238
(+/-) Ajustes – Lei nº 12.973/2014	(7.781)	(75.416)
Resultado antes da CSLL	2.491.466	1.092.822
Efeitos da CSLL – alíquota vigente (9%)	(224.232)	(98.354)
Efeitos sobre as diferenças permanentes	(1.309)	(3.028)
Efeitos sobre as diferenças temporárias	(31.917)	51.945
Adições	(832.457)	(733.900)
Exclusões	800.540	785.845

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	31/12/2021	31/12/2020
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(257.458)	(49.437)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	77.134	14.795
CSLL corrente	(180.324)	(34.642)
CSLL diferida	(42.454)	396.780
Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014	(1.573)	(7.682)
Constituição/reversão de ativo fiscal diferido sobre ajustes do RTT	826	(1.144)
Constituição/reversão de ativo de CSLL sobre base negativa	(77.237)	180.577
Constituição do ativo de CSLL sobre movimentação temporária	35.530	225.029
TOTAL	(222.778)	362.138

13.3. Tributos diferidos

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, podendo o impacto ser no resultado ou no Patrimônio Líquido, em outros resultados abrangentes, conforme regras do CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

13.3.1. Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32, a empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, saldo negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação) no montante de R\$ 367.818. No patrimônio líquido, foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício, no montante de R\$ 567.038 e R\$ 203 respectivamente.

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/2020	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	31/12/2021
A – Movimentações temporárias – Lei nº 12.973/2014	408.699	36.663	(77.544)	367.818
<i>Impairment</i> - terrenos	14	-	(307)	(293)
<i>Impairment</i> - prédios	2.950	1.133	-	4.083
Depreciação – custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	225.029	35.530	-	260.559
Bases negativas de CSLL	180.577	-	(77.237)	103.340
B – Outros Resultados Abrangentes - ORA	478.461	88.616	(39)	567.038
Benefício pós-emprego PBD	475.942	88.616	-	564.558
Perdas – aplicações VJORA	2.519	-	(39)	2.480
C – Movimentação em apuração do resultado do exercício	203	-	-	203
Perdas a valor justo – propriedades para investimento	203	-	-	203
TOTAL	887.363	125.279	(77.583)	935.059

Os Correios, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estimam que os créditos tributários ativos de CSLL calculados a partir das movimentações temporárias e do saldo negativo de CSLL, serão realizados em até 10 anos, uma vez que a expectativa de lucros para os próximos 10 exercícios, supera o valor atualmente registrado de R\$ 367.818, conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA DE LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
2023	1.320.000	118.800
2024	1.470.000	132.300
2025	1.775.000	159.750
2026	1.950.000	175.500
2027	1.959.000	176.310
2028	2.058.000	185.220
2029	1.816.000	163.440
2030	1.553.000	139.770
2031	1.290.000	116.100
2032	1.398.000	125.820

ESTIMATIVA DE LUCRO TRIBUTÁVEL FUTURO	RESULTADO FISCAL A VALOR PRESENTE	SUPOORTE DE REALIZAÇÃO 9% DO LUCRO FISCAL
TOTAL	16.589.000	1.493.010

Política contábil:

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL sobre base negativa e movimentações temporárias, cujo impacto é no resultado do exercício, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, no qual o uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível.

O lucro tributável futuro estimado considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Essas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente

O ativo fiscal diferido de CSLL constituído será revisado a cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

13.3.2. Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/2020	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO/ REALIZAÇÃO	31/12/2021
A – Outros Resultados Abrangentes - ORA	361.943	15.065	(184)	376.824
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído	330.451	4.928	-	335.379
Ajuste de ganhos em investimentos - VJORA	546	-	(184)	362
Ganho – valor justo – propriedades para investimento	30.946	10.137	-	41.083
B – Diferenças temporárias	45.588	1.573	-	47.161
Depreciação de bens operacionais	45.588	1.573	-	47.161
TOTAL	407.531	16.638	(184)	423.985

13.4. Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR		31/12/2021	31/12/2020
a) tributos e encargos a restituir	13.4.1	132.221	116.190
IRPJ a restituir		85.750	61.230
CSLL a restituir		45.604	54.527
INSS a restituir/compensar		867	433
b) tributos retidos na fonte	13.4.2	13.113	8.936
IR retido na fonte		5.284	5.286
IR sobre aplicações financeiras		4.748	551
IR retido sobre comissões		1	-
CSLL retida na fonte		2.225	2.244

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	31/12/2021	31/12/2020
COFINS retida na fonte	506	506
PIS retido na fonte	349	349
c) demais tributos e encargos	7.255	8.945
ICMS a recuperar/compensar	4.787	3.660
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	959	2.169
ISS retido por clientes	-	922
Salário família/maternidade	615	462
INSS retido por clientes	894	1.732
TOTAL	152.589	134.071

13.4.1. Tributos e encargos a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados em 2021. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

13.4.2. Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

13.5. Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		31/12/2021	31/12/2020
IR retido de empregados	13.5.1	119.020	51.407
Retenções na fonte – Lei nº 9.340/96		54.924	50.376
COFINS		48.678	48.746
ICMS		14.607	8.343
INSS empresas – retenção na fonte		14.109	6.987
PIS		10.547	10.562
ISSQN – retido de terceiros		7.206	7.163
IR retido de terceiros		2.373	2.495
INSS retenção – contribuinte individual		241	70
TOTAL		271.705	186.149

13.5.1. IR retido de empregados

A variação apurada no período deve-se ao reajuste concedido aos empregados em dezembro de 2021.

NOTA 14 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

- trabalhista: processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por

danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

b. cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

c. fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2021, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

ÂMBITO/NATUREZA	31/12/2020	REVERSÃO/ CONVERSÃO	ADIÇÕES	ATUALIZAÇÃO	ALTERAÇÃO NO VALOR DA PROVISÃO ¹	31/12/2021
Judicial – cível	72.629	(74.680)	42.265	9.444	1.566	51.224
Judicial - fiscal	73.355	(9.003)	8.965	7.568	1.555	82.440
Judicial - trabalhista	496.652	(190.742)	357.564	29.541	37.437	730.452
Judicial - total	642.636	(274.425)	408.794	46.553	40.558	864.116
Administrativo – cível	173	(1)	6.463	960	-	7.595
Administrativo - fiscal	215	-	-	36	-	251
Administrativo - total	388	(1)	6.463	996	-	7.846
TOTAL	643.024	(274.426)	415.257	47.549	40.558	871.962

¹ Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério da área jurídica da Empresa.

O acréscimo nas provisões decorre de novas ações judiciais e das revisões de classificação de risco face ao estágio processual.

Em 31 de dezembro de 2021, os Correios eram réus em 10.612 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005, em trâmite na 5ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO. Ação coletiva. PCCS/95.	44.156
INSS	Fiscal	Processo nº: 0520321-54.2005.4.02.5101, em trâmite na 9ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Execução Fiscal de contribuições previdenciárias.	22.183
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 (0000224-11.1993.4.01.3300), em trâmite na 20ª Vara Federal de Salvador/BA. Execução Fiscal. Imposto sobre serviços (ISS).	21.722
SINTECT/CE	Trabalhista	Processo nº 0170400-04.1989.5.07.0005, em trâmite na 5ª VF/Fortaleza	19.333
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500, em trâmite na 12ª Vara Federal de Goiânia/GO. Execução Fiscal. ISS - substituto tributário	16.649
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016, em trâmite na 16ª Vara do Trabalho de Manaus. Equiparação a bancários.	8.254
SINCOTELBA- BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009, em trâmite na 9ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. PCCS/95.	8.242
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001, em trâmite na 17ª Vara do Trabalho. Ação coletiva. Diárias de viagem. SINTCOM.	8.078

AUTOR	NATUREZA	PROCESSO/ ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 1537000619895110004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho de MANAUS/AM. URP - fevereiro/89	7.478
INSS	Fiscal	Execução Fiscal 0019432-74.2004.4.01.3500, em trâmite perante a 10 Vara Federal de Goiânia. Contribuições previdenciárias.	7.427

14.2. Passivos contingentes

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2021, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 26.750 processos, conforme demonstrado na tabela.

31/12/2021 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	18.111	960.593	20	93	18.131	960.686
Cível	7.805	380.251	10	9.970	7.815	390.221
Fiscal	647	499.224	155	18.208	802	517.432
Criminal	2	38	-	-	2	38
TOTAL	26.565	1.840.106	185	28.271	26.750	1.868.377

Política contábil:

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal e trabalhista. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Além disso, os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza.

14.3. Precatórios e RPVs

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	218.405	188.763
Não circulante	18.927	22.864
TOTAL	237.332	211.627

14.4. Depósitos judiciais

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos recursais administrativos	75.559	73.494
Depósitos judiciais	12.223	21.524
Depósitos recursais	17.967	17.500
Penhora de numerários	17.250	15.679
(-) Créditos a regularizar	(18.146)	(7.554)
TOTAL	104.853	120.643

O valor de R\$ 75.559 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 12.223 e R\$ 17.967 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 17.250 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

NOTA 15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2020	ADIÇÕES	ENC. FINANC. 1	AMORT. PRINCIPAL	AMORT. JUROS	DESPESA	31/12/2021
Banco do Brasil	213.952			(187.500)	(6.845)	10.957	30.564
Banco ABC	82.534	250.000	(4.837)	(208.333)	(13.168)	17.595	123.791
TOTAL	296.486	250.000	(4.837)	(395.833)	(20.013)	28.552	154.355

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	154.355	266.107
Não circulante	-	30.379
TOTAL	154.355	296.486

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CARACTERÍSTICAS	BANCO DO BRASIL	BANCO ABC 2021
Valor da operação	R\$ 750.000	R\$ 250.000
Data da emissão	28/12/2016	19/03/2021
Vencimento final	28/02/2022	18/03/2022
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI	100% da taxa média do CDI, acrescida de 2,5% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro de 2017	Mensal a partir de abril de 2021
Encargos financeiros totais ¹	29.076	4.837
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/2018	6 parcelas mensais a partir de 18/10/2021
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo até 180 dias	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

¹Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo – registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras – IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
A partir de 2020	Inferior a 2,5x

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e as aplicações financeiras foram superiores ao valor da dívida (composta pelos empréstimos e arrendamentos) fazendo com que o indicador Dívida Líquida/EBITDA fosse negativo em 0,58, conforme detalhado a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e aplicações financeiras	3.646.075	579.026
Arrendamento e empréstimos e financiamentos	1.835.078	2.013.836
A – Dívida líquida	(1.810.997)	1.434.810
B - EBITDA	3.101.260	1.454.968
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA (A/B)	(0,58)	0,99

Política contábil:

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, com base no método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado do passivo financeiro e alocar as receitas ou despesas de juros no período de competência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

NOTA 16 RECEITAS A APROPRIAR

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

ADIANTEMENTOS E RECEITAS A APROPRIAR		31/12/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
Adiantamento de clientes	16.1	251.156	243.668
Aluguel de caixas postais		22.157	23.227
Faturamento por estimativa	16.2	7.700	13.404
Demais adiantamentos		92	313
TOTAL		281.105	280.612

16.1. Adiantamento de clientes

Corresponde, principalmente, a valores relativos a créditos a serem concedidos aos clientes, os quais serão faturados de acordo com o ciclo dos contratos.

16.2. Faturamento por estimativa

Refere-se à antecipação que os clientes fazem à Empresa por estimativa de consumo de serviço dentro de um período pré-estabelecido.

NOTA 17 ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir:

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
Recebimento de imposto de importação	27.645	18.862
Recebimento para o Postalís	10.806	16.383
Emissão de vale postal nacional	6.001	8.337
Importação/exportação – vale postal internacional	802	1.019
Outros recebimentos/arrecadações	354	220
TOTAL	45.608	44.821

NOTA 18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

18.1. Ativo circulante e não circulante – outros

ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante - Outros Créditos	30.051	56.270
Bens sucateados	13.183	8.259
Débitos de empregados	6.236	10.470
Float bancário – faturamento	4.839	13.839
Parcelamento de multa de fornecedores	2.427	2.076
Débitos de terceiros 18.1.1	743	20.002
Demais créditos	2.623	1.624
Ativo não circulante - Outros	6.342	4.714
Débitos de ex-empregados	1.824	2.168
Parcelamento de multa de fornecedores	2.060	167
Acordos jurídicos - REFIS	1.929	2.379
Acordos jurídicos	494	-
Outros débitos de empregados	35	-

18.1.1. Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores por descumprimento contratual. A queda no saldo deve-se reclassificação de valores para a cobrança jurídica e ao acréscimo no percentual da PECLD.

18.2. Passivo circulante e não circulante – outros

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante - Outros débitos	71.375	53.752
Apuração da venda de ativo fixo	16.650	12.022

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - OUTROS		31/12/2021	31/12/2020
Caução de fornecedores		16.088	14.640
Convênio SESI/SENAI		15.388	13.024
EDEI - valores a regularizar e demais credores	18.2.1	14.061	2.899
Retenções judiciais		4.887	6.615
Prestação de contas AGF/ACF		2.741	2.303
Ressarcimento ao SUS		1.560	2.249
Passivo não circulante - Outros débitos		288	1.835
Ressarcimento ao SUS		46	1.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros		229	229
Honorários de sucumbência		13	-

18.2.1. EDEI – valores a regularizar e demais credores

Corresponde, principalmente, às diferenças entre os boletos pagos e o valor da declaração de importação de remessa de responsabilidade de importador, relativo ao serviço de importação de Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

NOTA 19 INVESTIMENTOS

19.1. Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/2020	VARIAÇÕES A VJ	BAIXAS POR VENDA	TRANSFE-RÊNCIAS	ADOÇÃO INICIAL	31/12/2021
Terrenos	881.456	352	(9.357)	128.909	110.822	1.112.182
Ganho - terrenos	207.673	261.827	(3.558)	(473)	97.747	563.216
Perda - terrenos	(100.849)	-	1.959	(4.684)	-	(103.574)
Perda - valor justo - terrenos	(174.357)	(178.833)	1.170	3.940	(287)	(348.367)
Prédios	68.847	11.312	(11.936)	18.914	-	87.137
Ganho - prédios	136.169	17.880	(990)	(7.336)	19.439	165.162
Perda - prédios	(3.432)	-	2	(21)	-	(3.451)
Perda - valor justo - prédios	(10.382)	(48.296)	69	13	-	(58.596)
TOTAL	1.005.125	64.242	(22.641)	138.904	228.079	1.413.709

Política contábil:

As propriedades para investimento dos Correios são mantidas para obtenção de renda ou para valorização de capital.

Assim, um imóvel é classificado em propriedades para investimento quando não estiver em uso pela Empresa ou quando uma parte insignificante do imóvel for mantida para uso na produção, fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.

Anualmente, os Correios contratam avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo dos imóveis sendo ganhos e perdas lançados em contrapartida ao resultado em outras receitas ou despesas operacionais.

A definição do valor justo destes imóveis tem como base o valor de mercado do imóvel, ou seja, o valor que seria recebido pela venda do imóvel em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Quando a situação de ocupação do imóvel é alterada ensejando na sua reclassificação do ativo imobilizado para a propriedade para investimento, o imóvel é submetido a avaliação a fim de estabelecer o seu valor justo. Nestes casos, eventuais perdas ou reversões de perdas apuradas com base no laudo de avaliação são lançadas em contrapartidas ao ajuste de avaliação patrimonial se houver custo atribuído ajustando o valor do imóvel ou em lucros acumulados na ausência deste e ganhos remanescentes lançados em contrapartida a outros resultados abrangente.

Os lucros ou prejuízos apurados na alienação dos imóveis são reconhecidos no resultado, sendo que quando há diferenças apuradas entre o resultado societário e fiscal, os eventuais ganhos mensurados na base fiscal provenientes do

reconhecimento de custo atribuído ou ganho a valor justo são ofertados ao fisco para fins de cálculo dos tributos sobre o ganho de capital na venda do imóvel.

19.2. Museu

Refere-se bens destinados ao museu dos Correios, tais como: obras de arte, selos de colecionadores, aparelhos de código morse, teleimpressor, relógio de ponto cartográfico e veículos antigos todos avaliados pelo custo histórico.

NOTA 20 IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS ¹	DEPRECIACÃO	31/12/2021
Terrenos	3.313.688	-	(207)	(243.199)	-	3.070.282
<i>Impairment</i> – terrenos ²	(810.796)	(228.235)	162.733	115.506	-	(760.792)
Prédios	1.388.541	17.030	(32)	(11.307)	(42.497)	1.351.735
<i>Impairment</i> - prédios	(83.954)	(7.094)	27.372	380	-	(63.296)
Obras em andamento	43.050	18.951	-	-	-	62.001
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	18.249	6.361	(96)	(266)	(10.751)	13.497
Arrendamento - imóveis	1.613.668	261.662	(114.493)	-	(225.909)	1.534.928
Total - imóveis	5.482.446	68.675	75.277	(138.886)	(279.157)	5.208.355
Móveis e utensílios	123.259	30.547	(2.983)	(39)	(18.259)	132.525
Máquinas e equipamentos	576.370	82.351	(2.360)	(4.493)	(56.582)	595.286
Veículos	619.897	92.403	(33.952)	(2.136)	(88.171)	588.041
Ferramentas e instrumentos	155	99	-	(5)	(50)	199
Equipamentos de processamento de dados	128.774	95.635	(299)	1.731	(28.900)	196.941
Aquisição de bens móveis e equipamentos em andamento	54.625	331	(3.319)	-	-	51.637
Arrendamento - móveis	2.059	1.852	-	-	(1.596)	2.315
Total - móveis	1.505.139	303.218	(42.913)	(4.942)	(193.558)	1.566.944
TOTAL	6.987.585	371.893	32.364	(143.828)	(472.715)	6.775.299

¹ Estão somadas às transferências os valores relativos a bens sucateados.

² Refere-se à reversão de perda após a aplicação de teste de *impairment*.

Política contábil:

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos recuperáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

Os imóveis que possuem o valor contábil ajustado pelo custo atribuído quando da depreciação ou venda, os valores correspondentes ao custo atribuído são realizados em contrapartida a conta de lucros acumulados e quando há constituição ou reversão de perda ao valor recuperável destes imóveis, o reflexo ocorre na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

A depreciação é calculada com base no método linear, no valor residual e na média de vida útil estimada para cada grupo de ativos, que é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, a exceção dos terrenos que não são depreciados.

A vida útil e o valor residual dos bens móveis são revistos no encerramento de exercício para adequação das bases de depreciação de forma prospectiva a partir do exercício seguinte. Com relação aos imóveis, considerando a quantidade de bens distribuída em todo território nacional e a baixa expectativa de variação das vidas úteis e dos valores residuais dos imóveis, esses indicadores são revistos a cada cinco anos, quando da avaliação de toda a carteira imobiliária, para a promoção dos ajustes necessários.

As taxas médias de depreciação anual, são estabelecidas pela Administração, com base na vida útil esperada para os ativos, conforme consta na tabela abaixo:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIACÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Imóveis	2	49
Demais equipamentos de processamento de dados	10	10
Computador e impressora	11,1	9
Máquinas e equipamentos	7,7	13
Motocicletas	12,5	8
Veículos leves – carga até 1.000 Kg	11,9	8,4
Veículos leves – carga acima de 1.000 Kg	9,6	10,4
Veículos motorizados pesados	10	10
Veículos não motorizados	20	5
Móveis e utensílios	7,7	13
Ferramentas e instrumentos	20	5
Smartphone	40	2,5
Máquina de Mecanização e Triagem - MECTRI	9,3	10,8

Os custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa, desde que o custo possa ser mensurado com confiabilidade. Demais gastos são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que estejam nas condições previstas para entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

Um ativo é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da venda são determinados pelo confronto do valor da alienação com o valor contábil, cujo resultado é reconhecido em outras receitas/despesas operacionais no exercício da transferência de propriedade do bem.

20.1. Avaliação ao valor recuperável

Política contábil:

Anualmente a Empresa analisa se há indicativos de perdas, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de *impairment* nos imóveis classificados no imobilizado, visto que qualquer desvio na análise dos indicativos de perda a constituir ou a reverter poderá comprometer a evidenciação do valor recuperável dos imóveis.

Em complemento, a carteira mobiliária é avaliada a cada cinco anos com o objetivo de revisar a vida útil e o valor residual dos bens, além de certificar a confiabilidade da base de indicativos de perdas garantindo o adequado reconhecimento do valor recuperável dos imóveis.

As perdas ou reversões de perdas apuradas no teste de *impairment* são constituídas de forma significativa em contrapartida ao patrimônio líquido, considerando a aplicação do custo atribuído na adoção inicial das normas internacionais. Todavia, para os imóveis que não possuem custo atribuído, as perdas ou reversões de perdas são lançadas em contrapartida ao resultado do exercício.

20.2. Arrendamentos

20.2.1. Ativos e passivos

ARRENDAMENTOS	31/12/2020	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSFE- RÊNCIAS ¹	DEPRECIACÃO	APROP. DE JUROS	PAGA- MENTOS	31/12/2021
Bens imóveis - arrendamento ¹	1.631.917	268.022	(114.589)	(266)	(236.659)	-	-	1.548.425
Bens móveis – arrendamento ²	2.059	1.852	-	-	(1.596)	-	-	2.315
Ativo	1.633.976	269.874	(114.589)	(266)	(238.255)	-	-	1.550.740
Arrendamento	1.717.350	263.513	(114.493)	-	-	157.243	(342.890)	1.680.723
Passivo	1.717.350	263.513	(114.493)	-	-	157.243	(342.890)	1.680.723

¹ Foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do imobilizado.

² Referem-se, principalmente, a contratos de aluguel de empilhadeiras e equipamentos.

20.2.2. Arrendamentos - passivo

ARRENDAMENTOS	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	323.440	310.414
Não circulante	1.357.283	1.406.936
TOTAL	1.680.723	1.717.350

Política contábil:

A partir de janeiro de 2019, em conformidade ao disposto no CPC 06 (R2), a Empresa, na figura de arrendatária, passou a reconhecer no ativo imobilizado o direito de uso das operações de arrendamento em contrapartida ao passivo com base nas obrigações assumidas nos contratos de locação, já descontadas a valor presente por uma taxa incremental de empréstimo.

Na mensuração da obrigação a ser trazida a valor presente, a Empresa considera que exercerá a opção de prorrogação contratual, por igual período, para os contratos de bens imóveis, cujo período da obrigação total estimada, já com a prorrogação, não ultrapasse a 10 anos.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Empresa considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão, para os quais leva em consideração os custos incrementais de uma rescisão como, por exemplo, multas, gastos com desmobilização do imóvel e mobilização em outra unidade.

A taxa incremental de empréstimo é estabelecida de acordo o prazo de duração dos contratos, adotando-se como parâmetros as taxas negociadas para o DI futuro, conforme divulgado na BMF/Bovespa (B3), acrescidas do spread de crédito constante nas operações firmadas pela Empresa com as instituições financeiras.

Após o reconhecimento inicial, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e atualizações das parcelas pelo IGP-M e reduzido pelos pagamentos efetuados. Ademais, o valor contábil do passivo de arrendamento será remensurado em contrapartida ao ativo, caso exista modificações no contrato.

Os ativos de direito de uso são depreciados mensalmente, de forma linear com base no prazo do arrendamento acrescido da previsão de prorrogação contratual, se houver, uma vez que, atualmente, a Empresa não possui contratos firmados com previsão do exercício da opção de compra ao final do período.

As despesas com depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas como despesas operacionais e os juros apropriados para despesa financeira nas demonstrações do resultado do exercício.

A Empresa, em conformidade com a política de isenção prevista no CPC 06 (R2), mantém o reconhecimento dos pagamentos dos contratos de curto prazo (12 meses) e de baixo valor (R\$20 mil) registrados como despesa de locação de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

NOTA 21 INTANGÍVEL

INTANGÍVEL	31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS ¹	AMORTI- ZAÇÃO	31/12/2021
Softwares, licenciamentos e similares	36.471	17.372	-	-	(27.236)	26.607
TOTAL	36.471	17.372	-	-	(27.236)	26.607

Política contábil:

Os ativos intangíveis são representados por licenças de softwares que são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição e implementação destes à estrutura organizacional da Empresa, até que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados de forma linear durante a vida útil estimada para os softwares, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	DEPRECIÇÃO (% a.a.)	VIDA ÚTIL MÉDIA
Softwares, licenciamentos e similares	20	5

A vida útil e possíveis valores residuais são revisados no encerramento de exercício para adequação, caso necessário, das bases de amortização de forma prospectiva a partir do exercício seguinte.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, no período em que forem incorridos.

NOTA 22 DIVIDENDOS A PAGAR

Considerando o lucro líquido apurado no exercício em montante suficiente para absorver os prejuízos acumulados de anos anteriores, os Correios, em conformidade a política corporativa de dividendos, realizou o estudo da saúde financeira da empresa para definir o valor a ser distribuído de dividendos, garantindo a sua perenidade e sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e a solidez financeira para a manutenção de suas atividades.

Deste modo, no encerramento do exercício 2021, os dividendos a serem pagos a União, na ordem de R\$ 250.705, foram constituídos no limite dos dividendos obrigatórios, conforme disposto no Estatuto Social da Empresa, na proporção de 25% do lucro líquido ajustado. Ressalta-se que, o prazo de pagamento dos dividendos ocorrerá em até 30 dias da publicação da aprovação da proposta de destinação do resultado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

DESTINAÇÃO DO LUCRO	31/12/2021
A - Resultado líquido do período	2.276.469
B - Absorção do prejuízo acumulado até 2020	(859.182)
C - Realização do custo atribuído	27.418
D - Adoção inicial - propriedades para investimento	(1.759)
E - Base de cálculo da Reserva Legal (A+B+C+D)	1.442.946
F - Reserva legal - 5% (E x 5%)	72.147
G - Reserva de contingência	367.980
H - Lucro ajustado (E - F - G)	1.002.819
I - Dividendo obrigatório a pagar - (H x 25%)	250.705

NOTA 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1. Capital Social

O capital social dos Correios foi acrescido em R\$ 20.944 em virtude da aprovação ocorrida em 24 de junho de 2021 na 22ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para a integralização do saldo remanescente do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), perfazendo, em 2021, um capital social na ordem de R\$ 3.403.458.

23.2. Reservas de lucro

23.2.1. Reserva legal

Em atendimento a legislação vigente, os Correios destinaram 5% do lucro líquido do exercício, ajustado, conforme disposto na [nota 22](#), pela absorção dos prejuízos acumulados, pelos efeitos da realização do custo atribuído dos imóveis e pelos efeitos da adoção inicial de imóveis reclassificados no exercício do imobilizado para às propriedades para investimento avaliadas a valor justo, resultando na constituição da reserva legal na ordem de R\$ 72.147.

23.2.2. Reserva de contingência

Trata-se de reserva constituída no valor de R\$ 367.980 para compensar o provável impacto de evento extraordinário proveniente do repasse a ser efetuado à Operadora do plano de saúde para a constituição do capital regulatório e das provisões técnicas exigidas por lei, considerando a aprovação pela Diretoria executiva dos Correios da proposta de alteração do Estatuto Social da Postal Saúde que visa modificar a condição da empresa de mantenedora para patrocinadora.

23.2.3. Reserva estatutária

A reserva na ordem de R\$ 188.029 refere-se à constituição de 25% do saldo remanescente do lucro líquido após a distribuição dos dividendos obrigatórios com vistas a garantir a manutenção do capital de giro da empresa, estando sua constituição limitada a 25% do capital social da empresa.

23.2.4. Reserva de retenção de lucros

Após a distribuição dos dividendos obrigatórios e constituição das demais reservas de lucro, com base no orçamento de capital aprovado pela Administração, o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, na ordem de R\$ 564.085, foi destinado a constituição desta reserva para fazer frente aos projetos de investimento da empresa e garantir a qualidade na prestação dos serviços.

23.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	31/12/2020	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT	ADOÇÃO INICIAL – PROP. PARA INVESTIMENTOS	31/12/2021
Custo atribuído	3.671.663	(27.418)	(28.996)	111.181	3.726.430
CSLL diferida	(330.450)	2.467	2.610	(10.006)	(335.379)
TOTAL	3.341.213	(24.951)	(26.386)	101.175	3.391.051

Política contábil:

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, os imóveis reconhecidos até então pelo custo histórico, foram acrescidos do valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o valor contábil líquido do bem registrado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por Empresa contratada.

O custo atribuído adicionado ao imóvel foi reconhecido em contrapartida ao Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no Patrimônio Líquido (PL). Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo os tributos referentes aos valores mantidos no AAP de modo que estes são apresentados líquidos dos tributos diferidos.

O custo atribuído e os tributos diferidos são realizados, trimestralmente, em contrapartida aos lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído. Além disso, quando houver a necessidade de ajustar o valor recuperável desses imóveis, caso haja custo atribuído constituído para o imóvel, as estimativas de perdas constituídas ou revertidas promoverão a variação no saldo do custo atribuído no AAP.

23.4. Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, as variações de mercado referentes às participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), bem como pelos ganhos apurados na adoção inicial do método de avaliação a valor justo das propriedades para investimento, todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2020	MOVIMENTAÇÃO	31/12/2021
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos diferidos	(5.228.709)	(902.613)	(6.131.322)
Ganhos/perdas atuariais	(5.704.651)	(991.229)	(6.695.880)
Postalis – PBD	(5.288.236)	(984.628)	(6.272.864)
PostalPrev	(416.415)	(6.601)	(423.016)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas atuariais	475.942	88.616	564.558
Postalis – PBD	475.942	88.616	564.558
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e tributos diferidos	(19.936)	(1.480)	(21.416)
Ganhos/perdas – outras aplicações	(21.908)	(1.625)	(23.533)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em investimentos	1.972	145	2.117
C - Ganhos - propriedades para investimento	312.896	102.501	415.397
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	343.842	112.638	456.480

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	31/12/2020	MOVIMENTAÇÃO	31/12/2021
Tributos diferidos sobre ganhos	(30.946)	(10.137)	(41.083)
TOTAL (A+B+C)	(4.935.749)	(801.591)	(5.737.341)

NOTA 24 GESTÃO DE RISCO

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação da Política Corporativa de Gestão de Riscos, assim como suas revisões. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar o sistema de gestão de riscos estabelecido para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pelo CA, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa dos Correios, de forma a agregar valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

24.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Em 2021 os Correios adotaram medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos. Essas ações alcançaram as exigências apresentadas na Lei nº 13.303/2016 e Decreto nº 8.945/2015, que regulamenta a referida lei.

O quadro a seguir resume os riscos e a forma como são administrados pela empresa, cujo objetivo precípua consiste em resguardar a capacidade de continuidade da companhia, provendo retorno ao seu acionista e sociedade:

RISCO	EXPOSIÇÃO	GESTÃO
Risco de mercado	Cédula de Crédito Bancário – empréstimos para capital de giro	Controle de parcelas futuras com base em projeções de
	Fundos de investimento	Gerenciamento de risco pelo <i>value-at-risk</i>
	Recebimentos e pagamentos internacionais	Operação de hedge
Risco de crédito	Fundos de investimento	Política de crédito e análise dos emissores de títulos
	Contas a receber de clientes	Avaliação de crédito na concessão, suspensão/reactivação de contratos
	Endividamento	Acompanhamento do indicador Dívida Líquida/EBITDA
Risco de liquidez	Fundos de investimento	Monitoramento das previsões de fluxo de caixa
	Obrigações futuras	Política de dividendos e Política de caixa mínimo

24.1.1. Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como câmbio, índices de preço, taxas de juros que podem comprometer os ganhos da Empresa.

24.1.2. Fundos de investimento

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras mensurando os riscos e avaliando os impactos por meio de cenários de estresse e sensibilidade, e lacunas de descasamento. Os Correios recebem mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao *benchmarking* (IMA-B) e às taxas SELIC e CDI.

Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (*Value-at-Risk - VaR*), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima dentro de um horizonte temporal de um dia e com intervalo de confiança de 95%. Nos quadros a seguir estão informados os dados referentes ao VaR calculados pelos gestores dos fundos:

DATA BASE	FUNDO DE INVESTIMENTO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALUE-AT-RISK
31/12/2021	Banco do Brasil – 13B	1.658.930	0,2563%
	Banco do Brasil – FAE 2	77.414	0,1119%
	Caixa Econômica Federal - X	1.903.644	0,2036%

Para o *VaR*, na hipótese de seu limite ser ultrapassado, como forma de mitigar esse risco, é reduzida a exposição nos vértices mais longos dos títulos, os trazendo para vencimentos mais curtos, ou se necessário, é realizado o direcionamento dos recursos para papéis de baixa volatilidade, a exemplo de operações compromissadas, dentro dos limites legais.

24.1.3. Operações de crédito

Os Correios realizaram captação de recursos por meio de operação de crédito junto ao mercado, sendo a composição da taxa do empréstimo o CDI (taxa de juros) + *Spread*. Dessa forma, o risco de taxa de juros também afeta as Cédulas de Crédito Bancário, empréstimos para capital de giro feitos com o Banco do Brasil em dezembro de 2016 e com o Banco ABC Brasil em março de 2021, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do CDI.

Como forma de mitigar esse risco, os Correios mantêm parcela dos seus recursos em operações compromissadas (que rendem o CDI diariamente) dentro dos fundos de investimentos, além de possuírem fundo de investimento em IRF-M 1 (o IRF-M 1 representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados, LTN e NTN-F, com prazos inferiores a um ano), perfazendo assim um *hedge* natural contra eventual alta na taxa de juros.

CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO	DATA INICIAL	PRAZO FINAL	QUANTIDADE DE PARCELAS RESTANTES	VALOR DAS AMORTIZAÇÕES (VALOR PRINCIPAL)	TOTAL
Banco do Brasil	29/12/2016	28/02/2022	2	15.625	31.250
Banco ABC	19/03/2021	18/03/2022	3	41.667	125.000

A análise de sensibilidade unicaudal das Cédulas de Crédito Bancário ao aumento da taxa do CDI levou em consideração três cenários. Nos quadros abaixo estão demonstrados os impactos previstos no pagamento dos juros, ou seja, caso um dos cenários previstos ocorra, haverá aumento no valor de juros nos montantes informados.

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	SALDO DEVEDOR	SENSIBILIDADE À VARIAÇÃO DA TAXA DO CDI		
		+ 0,5 %	+ 1,0 %	+ 1,5 %
Banco do Brasil	31.250	16	31	47
Banco ABC	125.000	48	96	143

24.1.4. Câmbio

Com relação ao risco de variações da taxa de câmbio, os Correios estão expostos por meio de seus pagamentos e recebimentos em moeda estrangeira referentes a serviços postais internacionais. Para esse risco estão considerados os valores das administrações Postais vinculadas à União Postal Universal – UPU, expressos em Direito Especial de Saque – DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

Após ampla apreciação das moedas estrangeiras em 2020 e diante da possibilidade de redução do câmbio para os anos seguintes, os Correios, com foco na mitigação desse risco e na proteção das receitas auferidas até então, estruturou operação de Hedge na modalidade *Zero Cost Collar*. Essa operação consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) para proteção contra a queda das moedas estrangeiras e venda de opção de compra (*Call*) para financiamento da compra da *Put*. Essa combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

O valor base da operação atual, executada em 17 de dezembro de 2021, é de 140 milhões de DES e foi realizada de acordo com os saldos contábeis das contas do ativo e passivo referentes aos recebimentos e pagamentos futuros internacionais de novembro de 2021.

CONTRAPARTE	VIGÊNCIA	OPÇÃO	LIMITES INF. E SUP. DA COTAÇÃO DES/R\$	VALOR NOCIONAL DES	VALOR NOCIONAL R\$
Banco Citibank S.A	17/12/2021	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	30.000	219.137
	A				
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,88548		296.564
Itaú Unibanco S.A	17/12/2021	Compra de opção de venda (<i>put</i>)	7,30458	110.000	803.504
	A				
	02/08/2022	Venda de opção de compra (<i>call</i>)	9,99699		1.099.669

O *hedge* possui gatilhos indutores de ativação, que são os *strikes* (preço de exercício) das opções. Com o DES abaixo de R\$ 7,30458 entra-se na zona de recebimento de ajuste financeiro positivo (no vencimento da operação), e acima de R\$ 9,88548 (Citibank) e R\$ 9,99699 (Itaú) entra-se na zona de ajuste financeiro negativo (no vencimento da operação). Em qualquer cotação no intervalo do *strike* da *put* e da *call* as opções terão, no vencimento, valor zero, não restando ajuste financeiro a pagar, e nem a receber.

Ou seja, a efetividade do *hedge* (proteção dos ganhos já auferidos) se dará abaixo do *strike* da *put*, onde os Correios terão as perdas de variação cambial compensadas pelo recebimento de ajuste financeiro positivo advindo do Hedge.

24.2. Risco de crédito

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelas instituições financeiras gestoras por meio de políticas de crédito e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação, os Correios podem aplicar apenas em fundos de investimento extramercado, administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados e compostos por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional.

Ou seja, em termos de risco de crédito, os Correios investem seus recursos nos ativos de menor risco disponíveis no mercado brasileiro, uma vez que os títulos públicos possuem risco de crédito soberano.

No que tange ao risco de crédito do contas a receber dos clientes, os Correios definiram políticas voltadas para os processos de concessão de crédito, faturamento e cobrança, onde a Empresa avalia o perfil do cliente levando em consideração, principalmente, o histórico de relacionamento e os indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

Além dessa primeira análise, uma vez o cliente já possuindo contrato com os Correios, é feito monitoramento periódico do consumo (postagens) diário, os recebimentos dos débitos do cliente e a aplicação das regras de suspensão/reactivação de contratos, cujos resultados são espelhados nos indicadores de desempenho acompanhados pela Empresa. Desta feita mitiga-se o risco de inadimplência dos clientes, uma vez que essas ações são adotadas de maneira tempestiva para estancar o crescimento de eventual dívida do cliente junto aos Correios, evitando que ela atinja patamar desproporcional ao crédito concedido.

24.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada área financeira dos Correios. É feito monitoramento das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que o caixa seja suficiente para atender as necessidades operacionais. Em caso de insuficiência de saldo de caixas são adotadas medidas de ajustes no fluxo de caixa, como a dilatação do prazo de pagamentos e antecipação dos recebimentos, visando a eliminação de descasamento entre pagamentos e recebimentos, além de programas para redução estrutural de gastos, a exemplo de Planos de Desligamento Incentivados – PDI, que em conjunto, trabalham para garantir a continuidade e sustentabilidade da Empresa.

Na ocasião de excesso de caixa, os valores são investidos em títulos públicos federais que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado com vencimento e liquidez apropriados para fornecer margem de segurança suficiente,

conforme determinado pelas previsões mencionadas. As previsões de fluxo de caixa são encaminhadas às instituições financeiras gestoras dos fundos de investimento permitindo que efetuem o planejamento das operações de compra e venda de títulos com o intuito de reduzir o risco de liquidez. Cumpre informar que todo novo gasto relevante que poderá impactar no fluxo de caixa da Empresa é submetido à área financeira para a avaliar se o caixa poderá suportar esse novo gasto.

Ademais, a Empresa efetua estudos acerca da sua saúde financeira, onde são estabelecidos critérios que devem ser observados para a definição do percentual de dividendos a ser distribuído no exercício visando garantir a sustentabilidade da empresa. Vale ressaltar também que os Correios constituem reserva estatutária com foco na garantia do capital de giro da Empresa.

NOTA 25 SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantêm política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos centros de distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto o imóvel discriminado a seguir, que está coberto por seguro contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

SEGURO DOS BENS	SEGURADORA	VALOR SEGUADO	VIGÊNCIA
Edifício Sede do Correios – Brasília	Generali Brasil Seguros S.A.	362.222	10/06/2021 a 09/06/2022
Edifício Apolo – Museu	Companhia Excelsior de Seguros	6.425	11/12/2021 a 10/12/2022

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa Generali Brasil Seguros S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 26 PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis de 2021, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde – Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	12.1.5 e 12.3.5.6
Postalis – Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	12.1.1, 12.1.2, 12.3.5.6 e 17

26.1. Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

26.2. Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros da **nota 12.1.5 e 12.3.5.6**.

26.3. Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 12.1.1, 12.1.2, 12.3.5.6 e 17 apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

26.4. Remuneração do pessoal chave da Administração

Remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração dos Correios.

REMUNERAÇÃO ANUAL DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA
2021				
Salários e benefícios	3.867	348	162	241
Encargos sociais	854	29	11	27
Previdência complementar	204	1	-	-
Remuneração total - 2021	4.926	378	173	268
Número de membros - 2021	7	7	3	3
2020				
Salários e benefícios	3.954	357	151	266
Encargos sociais	1.158	11	9	50
Previdência complementar	188	1	-	-
Remuneração total - 2020	5.300	369	160	317
Número de membros - 2020	7	7	3	3

NOTA 27 OUTRAS INFORMAÇÕES

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em reais).

REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES	2021	2020
Menor remuneração	1.473	1.327
Maior remuneração	55.365	52.619
Remuneração média	4.354	4.266
Dirigentes		
Presidente	52.619	52.619
Diretores	45.847	45.847
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.496	4.496
Conselho de Administração	4.496	4.496
Comitê de Auditoria	8.992	8.992

NOTA 28 EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Postalis, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

Em dezembro de 2021 foi aprovado pelos órgãos colegiados dos Correios o encaminhamento das propostas de plano de equacionamento e de alteração regulamentar do PBD ao Ministério das Comunicações - MCOM (órgão supervisor) para submissão à análise e aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST/ME.

Floriano Peixoto Vieira Neto
Presidente

Heglehyschynton Valério Marçal
Diretor Econômico-Financeiro,
Tecnologia e Segurança da
Informação

José Eduardo Leal de Oliveira
Diretor de Governança e Estratégia

Danilo Cezar Aguiar de Souza
Diretor de Administração

Alex do Nascimento
Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca Ribeiro
Diretor de Operações

Heronides Eufrásio Filho
Diretor de Gestão de Pessoas

Mércia da Silva Pedreira
Contadora
CRC/BA – 024746/O-1 T DF



